4° ENCONTRO CIENTÍFICO

de Alunos e Egressos

| Mestrado e Doutorado |

2024



PPGCJ

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Jurídicas - Nível Doutorado e Mestrado - Unicesumar

ISBN: 978-85-459-2595-8



APRESENTAÇÃO

Foi com grande satisfação que o Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas UNICESUMAR realizou a 4ª edição do Encontro Científico de Alunos e Egressos do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas UNICESUMAR no dia 07 de novembro de 2024. Nesta edição o evento foi híbrido e contou com a apresentação presencial ou remota de 53 (cinquenta e três) resumos expandidos e de 40 (quarenta) artigos científicos que contribuíram para a disseminação científica das pesquisas dos alunos e egressos do PPGCJ.

Esses trabalhos foram apresentados em 10 (dez) Grupos de Trabalhos, quais sejam:

GT1: Direito Constitucional e os Direitos da Personalidade
GT2: Família, Sucessões e os Direitos da Personalidade
GT3: Direito Penal e Processual Penal e os Direitos da Personalidade
GT4: Direitos Coletivos e os Direitos da Personalidade
GT5: Direito Internacional e os Direitos da Personalidade
GT6: Filosofia e Hermenêutica e os Direitos da Personalidade
GT 7: Acesso à Justiça e os Direitos da Personalidade
GT8: Direito Civil e os Direitos da Personalidade
GT9: Tecnologias e os Direitos da Personalidade
GT10: Direitos Humanos e os Direitos da Personalidade

O evento também contou com as palestras do egresso do PPGCJ, Doutor Matheus Woloski, com o tema: Cooperativas de Reciclagem como instrumento de efetivação de Direitos da Personalidade.

E você, que está lendo esse material, com certeza, será muito beneficiado pois o resultado e o sucesso do **4º Encontro Científico de Alunos e Egressos do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas UNICESUMAR**, também pode ser visto ao acessar as publicações nos Anais Eletrônico. Por isso, convido a todos a uma leitura profícua e proveitosa dos resumos expandidos e artigos científicos aqui publicados.

Professor Doutor Dirceu Pereira Siqueira
Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas
UNICESUMAR.



Reitora
Profª. Dra. Solange Munhoz Arroyo Lopes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Prof. Dr. Ivan Dias da Motta

Pró-reitora de ensino
Profª Dra. Sara Macente Boni

Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Unicesumar
Prof. Dr. Dirceu Pereira Siqueira

Comissão Organizadora
Professor Doutor Dirceu Siqueira Pereira
Professora Doutora Andréa Carla de Moraes Pereira Lago
Doutoranda Karyta Muniz de Paiva Lessa
Mestrando Geovani Ramos Menezes
Mestrando Vitor Hugo Kutelak de Oliveira
Mestrando Davi Albuquerque Geller de Oliveira
Mestrando Lorenzo Pazini Scipioni
Mestranda Nathália Balarêz Lopes da Silva
Mestranda Loiana Massarute Leal

Comissão Científica
Professor Doutor Dirceu Siqueira Pereira
Professora Doutora Andréa Carla de Moraes Pereira Lago
Professor Doutor Alexander Rodrigues de Castro
Professor Doutor Cleber Sanfelici Otero
Professor Doutora Cleide A. Gomes R. Fermentão
Professor Doutora Daniela Menengoti Ribeiro
Professor Doutor Fernando Rodrigues de Almeida
Professor Doutor Gustavo Noronha de Ávila
Professor Doutor Ivan Dias Motta
Professor Doutor Marcelo Negri Soares
Professor Doutor Marcus Geandré Nakano Ramiro
Professor Doutor Rodrigo Valente Giublin Teixeira
Professor Doutora Valéria Silva Galdino Cardin

Encontro Científico de Alunos e Egressos do Mestrado e Doutorado do PPGCJ (4:2024: Maringá), PR). Anais |recurso eletrônico| / 4° Encontro Científico de Alunos e Egressos do Mestrado e Doutorado do PPGCJ, 7 nov., Maringá-PR. –

UNICESUMAR,2024.
Disponível em: < https://www.unicesumar.edu.br/mestrado-e-doutorado/direito/#eventos>

ISBN: 978-85-459-2595-8
1. Ciências Jurídicas – Eventos

CDD - 340



SUMÁRIO

GT1: Direito Constitucional e os Direitos da Personalidade

A INFLUÊNCIA DO ESTADO NA LIVRE INICIATIVA E NA FUNÇÃO SOCIAL EM PROL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE…..……..…….....16
Gabriela Celestino Ferreira,Andryelle Vanessa Camilo Pomin,Dirceu Pereira Siqueira

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO POLICIAL MILITAR E O HABEAS CORPUS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO: REFLEXÕES À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE……..……..……..……..…..…..30
Rodrigo dos Santos Andrade,Gustavo Noronha de Ávila

CONSTITUCIONALIDADE E DIREITOS DA PERSONALIDADE: A EFICÁCIA JURÍDICA DO MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATY (MLAT) PARA A PRIVACIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL…….....34
Rafael Robson Andrade Do Carmo Janones,Rogério Borges Freitas,Rodrigo Valente Giublin Teixeira

DIREITO À MORADIA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: ASPECTOS DO JUSNATURALISMO..……..……..……49
Isabela Teixeira de Menezes,Dirceu Pereira Siqueira

DIREITOS DA PERSONALIDADE: DA POSSIBILIDADE DE UMA ABERTURA TEÓRICA PARA A TUTELA INTEGRAL DA PERSONALIDADE HUMANA……..……..……..…...53
Bruna Caroline Lima De Souza, Dirceu Pereira Siqueira

IDENTIDADE PESSOAL NO ÂMBITO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE À LUZ DA FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA NA PÓS-MODERNIDADE…..……..……..……..…...58
Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino,Marcus Geandré Nakano Ramiro

INTERSEÇÃO ENTRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E O EFEITO BACKLASH……..……..……..……..……..……..……..…….....70
Mayume Caires Moreira,Dirceu Pereira Siqueira



O COMPLIANCE TRABALHISTA NA REDUÇÃO DE PASSIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....75
Daniele Campos De Almeida,Okçana Yuri Rodrigues Carvalho

O PAPEL DA LIVRE INICIATIVA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO: ANÁLISE DO DIREITO DA PERSONALIDADE À IGUALDADE.....79
Mário Antônio Canôas De Freitas Souza, Dirceu Pereira Siqueira

RECONFIGURAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A JORNADA DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM FACE DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO BRASIL.....94
Patricia Jorge Da Cunha Viana Dantas,Rogério Borges Freitas,Rodrigo Valente Giublin Teixeira

VOZES SILENCIADAS: A LUTA PELA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO MERCADO DE TRABALHO.....105
Leonora Cristina Dos Santos Katayama, Paula Eduarda Deeke Buguiski, Daniela Menengoti G. Ribeiro.

GT2: Família, Sucessões e os Direitos da Personalidade

ADOÇÃO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....121
Elton Mochi Dos Santos, Mayume Caires Moreira

BUSCA ATIVA: A UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS PARA A FACILITAÇÃO DA ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL.....125
Raissa Arantes Tobbin,Valéria Silva Galdino Cardin

DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....129
Raphael Prieto dos Santos,Valéria Silva Galdino Cardin

DIVÓRCIO IMPOSITIVO (EXTRAJUDICIAL), RACIOCÍNIO TÓPICO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....133
Mariana Della Torre Real,Hideraldo José Real,Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

OVERPARENTING E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE: O IMPACTO DA SUPERPROTEÇÃO E DO MONITORAMENTO TECNOLÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES…..……..……..……..…147
Elaine Christina da Silva Sanches Bueno,Valéria Silva Galdino Cardin

GT3: Direito Penal e Processual Penal e os Direitos da Personalidade

A EVOLUÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE SÉCULO E OS RETRATOS DA OBRA CAPITÃES DE AREIA, DE JORGE AMADO……151
Loiana Massarute Leal, Cleber Sanfelici Otero

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO ÂMBITO DOMÉSTICO: DESAFIOS NA IDENTIFICAÇÃO E NA PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO……156
Marina Meyer Machado, Gustavo Noronha de Ávila

A MEDIAÇÃO PENAL COMO GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: VIABILIDADE TEÓRICA E PERTINÊNCIA PRÁTICA NA DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL…….....168
Rafael Robson Andrade do Carmo Janones, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

A VULNERABILIDADE POLICIAL E O DIREITO A DEFESA DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: NOTAS SOBRE O ARTIGO 14-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL……...183
Adrian Henrique Amaral De Camargo, Rafael Miranda Santos

APLICAÇÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO AOS CRIMES CONTRA TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+……187
Roberta Scatena De Moraes, Mayume Caires Moreira

AS CONTRIBUIÇÕES ILUMINISTAS NO PERÍODO HUMANITÁRIO DO DIREITO PENAL……..…191
Verena Dias Barboza Munhoz, Gustavo Noronha de Avila

BEM JURÍDICO PENAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE……..195
Vinicius Basso Lopes, Alexander Rodrigues de Castro



CASO CLAYTON FERREIRA GOMES DOS SANTOS: PRECARIEDADE DO RECONHECIMENTO À LUZ DA PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO……199
Eduardo de Vasconcelos Miranda, Gustavo Noronha de Avila

CONFLITOS ENTRE FLAGRANTE PRESUMIDO NA LEI DE DROGAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA CRÍTICA CONSTITUCIONAL PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E STF……..…203
João Vicente Nunes Leal, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

DIREITOS DA PERSONALIDADE E ÉTICA ANIMAL: IMPLICAÇÕES DA LEI 14.064/2020 PARA O DIREITO PENAL BRASILEIRO……217
Fernando Antunes Soubhia, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

DO DIREITO À PRIVACIDADE NA PERSPECTIVA AO DIREITO AO ESQUECIMENTO: UM ESTUDO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO PANORAMA DAS JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS……..……...231
João Marcos Mariani Junior, Michele Capellari, Alexander Rodrigues de Castro

ENTRE A AUTORIDADE E A PARCIALIDADE: COMO A CONDUTA DO JUIZ PRESIDENTE COMPROMETE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO ACUSADO E A IMPARCIALIDADE NO TRIBUNAL DO JÚRI……..……243
Fernando Antunes Soubhia, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

HÁ LIMITES PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE?……....258
Victor Hugo V. W. Raniero, Cleber Sanfelici Otero

O AVANÇO TECNOLÓGICO E A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA DIANTE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA SEARA PENAL.....262
Débora Alécio, Gustavo Noronha De Ávila

O PERIGO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS……274
Guilherme Bueno, Camila Virissimo Rodrigues Da Silva Moreira

O REGULAMENTO DISCIPLINAR DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO ENCARCERADO……..……278
Luis Gustavo Candido E Silva,Gustavo Noronha de Ávila

OS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PRATICADOS NO 8 DE JANEIRO DE 2023, O DILEMA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES E A DOSIMETRIA DAS PENAS APLICADAS NO CASO……..……282
Miller Panucci Gomes, Alexander Rodrigues De Castro

PARA ALÉM DA REPARAÇÃO MATERIAL NA BUSCA DA PERSONALIDADE DIANTE DOS ERROS JUDICIAIS ATRAVÉS DAS FALSAS MEMÓRIAS……270
Débora Alécio, Gustavo Noronha De Ávila

GT4: Direitos Coletivos e os Direitos da Personalidade

A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO……..……..299
Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva, Ivan Dias da Motta

A UTILIZAÇÃO DA PRÁTICA CONCILIATÓRIA COMO MECANISMO DE TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA…..……..……313
Daniely Cristina Da Silva Gregorio, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

AUTODETERMINAÇÃO DOS PACIENTES EM TRATAMENTOS MÉDICOS E O RESPEITO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE…..317
Flavia Regina Lançone, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

DIREITOS DA PERSONALIDADE E IGUALDADE RACIAL: REFLEXÕES SOBRE A DECISÃO DA SUPREMA CORTE DOS EUA E O ENFOQUE DO STF……..…….....…….322
Henriqueta Fernanda C. A. Lima, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira



GT5: Direito Internacional e os Direitos da Personalidade

A INAPLICABILIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS LEGISLAÇÕES INFANTO-JUVENIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA DE 1959…….....337
Ronaldo José Dos Santos,Alexander Rodrigues De Castro

A VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DOS REFUGIADOS EM LUTA PELA VIDA NO PROCESSO DE FUGA E AS DIFICULDADES DE ATENDIMENTO AO PEDIDO DE REFÚGIO NO TERRITÓRIO NACIONAL……..…….....….341
Henrique Botelho Sanfelici Otero,Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

CASO CÓRDOBA VS. PARAGUAI: ANÁLISE DOS IMPACTOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS ENVOLVIDAS…….....346
Daniela Menengoti G. Ribeiro, Laura Pedott

DIREITOS HUMANOS EM TRÂNSITO: A SALVAGUARDA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A INTEGRIDADE DOS MIGRANTES EM ROTAS DE ALTO RISCO…….....……350
Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

O CONFLITO ISRAEL x HAMAS - UMA ANÁLISE DA CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO DE 1948 E AS NORMATIVAS INTERNACIONAIS……...365
Eliaquim Jose Dos Santos Rocha, Maíra De Paula Barreto Miranda

O DIREITO AO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE NA GARANTIA DO DIREITO PERSONALÍSSIMO DA AUTODETERMINAÇÃO ÀS MULHERES REFUGIADAS……..….....369
Matheus Zorzi Sá, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

O ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E O CASO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL: UMA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE POR MEIO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE……..……374
Nathália Balarêz Lopes Da Silva, Daniela Menengoti G. Ribeiro, Vitor Hugo Kutelak De Oliveira

O PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS REFUGIADOS……..……..……363
Lorenzo Pazini Scipioni, Daniela Menengoti G. Ribeiro, Anna Carolyne Batistella Bianchini

GT6: Filosofia e Hermenêutica e os Direitos da Personalidade

A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E O SISTEMA EDUCACIONAL…..……..382
Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva, Ivan Dias da Motta

AS MÃOS QUE RECICLAM E A VOZ QUE CLAMA POR DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: EQUILÍBRIO ENTRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE…….…397
Rodrigo Valente Giublin Teixeira, Rogério Borges Freitas

HERMENÊUTICA CRÍTICA SOBRE O DIREITO DAS MULHERES: O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E DA DIGNIDADE NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLITICA…..……..413
Cassia Amanda Inocencio Dias, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

GT 7: Acesso à Justiça e os Direitos da Personalidade

ACESSO À JUSTIÇA E INCLUSÃO DIGITAL: ANÁLISE DO ACESSO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS E MINORIAS SOCIAIS AO PODER JUDICIÁRIO……..……418
Luana Dias Roque, Mayume Caires Moreira

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO EFETIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NORMATIVAS JURÍDICAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DE PESSOAS COM AUTISMO…….…422
Gustavo Henrique Silva Pinto, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015……425
Joaquim Pedro de Oliveira Volante, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NOS CONFLITOS FAMILIARES E A MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO……430
Luana Dias Roque, Andréa Carla de Moraes Pereira Lago

O PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE DO PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM FACE DA ADI 6852/DF……442
Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA E ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DO PROJETO DE EXTENSÃO "A UNIVERSIDADE VAI À COMUNIDADE" (2022-2023)……457
Nátaly Rafaela Tonini Moreira, Geovani Ramos Menezes, Marcelo Negri Soares

GT8: Direito Civil e os Direitos da Personalidade

A APLICAÇÃO DO PROCESSO RECUPERACIONAL EM COOPERATIVAS: EXCEPCIONALIDADE DA LEI 11.101/2005 À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE……461
Gabriel Pintor De Melo Silva,João Pedro Leal,Andryelle Vanessa Camilo Pomin

A LIVRE INICIATIVA COMO FONTE DE RIQUEZAS E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE……474
Luana Caroline Antunes Silva, Andryelle Camilo, Dirceu Pereira Siqueira

COMPLIANCE EMPRESARIAL AMBIENTAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA RELAÇÃO DO DIREITO CIVIL COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE……490
Felipe Gabriel Victor, Welington Júnior Jorge Manzato

CRIMES CONTRA À HONRA NA ESFERA CÍVEL: A PETIÇÃO INICIAL PARA DEFESA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE À LUZ DO ART. 319 DO CPC DE 2015……494
Davi Albuquerque Geller De Oliveira, Marcelo Negri Soares

O DIREITO DA PERSONALIDADE E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL……509
Lucas Mendes Bonato,Ricardo da Silveira e Silva

PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO……513
Guilherme Magalhães de Souza, Marcelo Negri Soares

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DIREITO FALIMENTAR: DA POSSIBILIDADE DE DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA OU LIQUIDAÇÃO BRANCA DA SOCIEDADE……519
João Vitor Ganassin, Israel Golfet De Souza

RESPONSABILIDADE CIVIL E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO TRANSPORTE SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO STJ……533
João Vicente Nunes Leal, Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL NAS LIMITAÇÕES AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE……548
Amanda Rodrigues Pascotto, Cleber Sanfelici Otero

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA BOA-FÉ NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA……553
João Gabriel Yaegashi, Cleber Sanfelici Otero

GT9: Tecnologias e os Direitos da Personalidade

A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO DIGITAL FRENTE AOS CRIMES VIRTUAIS……557
Kesia Francine Felix Marques Ferreira, Thomaz Jefferson Carvalho

A PLATAFORMA DO "MEUINSS" AVANÇO OU RETROCESSO? UMA ANÁLISE FRENTE AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO SEGURADO……562
Giovana Aleixo Gonçalves de Oliveira, Dirceu Pereira Siqueira

ALÉM DA REALIDADE: A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE PELAS DEFENSORIAS PÚBLICAS NO METAVERSO……567
Rodrigo Valente Giublin Teixeira, Rogério Borges Freitas

COMBATE À CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DAS LEIS 14.133/21, 14.230/21, 12.846/13 E MÉTODOS DE DETECÇÃO E PREVENÇÃO……583
Luana Andrade Da Cruz, Vivian Vitória Reis, Marcus Geandré Nakano Ramiro

DA SOCIEDADE DE CONSUMO AO PANÓPTICO DIGITAL: CONVERGÊNCIAS E IMPLICAÇÕES PARA A PERSONALIDADE E AUTONOMIA NO SÉCULO XXI……598
Gustavo Antônio A. Dos Santos, Gustavo Noronha De Ávila

DESAFIOS JURÍDICOS DO DIREITO PERSONALÍSSIMO À PRIVACIDADE NO ÂMBITO VIRTUAL CONTEMPORÂNEO……613
Sthefany Melo Pamplona, Aline Gabriela Pescaroli Casado

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: É POSSÍVEL A REAL PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA?……617
Micaela Mayara Ribeiro, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

DIREITO DAS STARTUPS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DIGITAL……621
Felipe Batista Da Silva, Thomaz Jefferson Carvalho

DIREITOS DIGITAIS E CENSURA ESTATAL: LIMITES DEMOCRÁTICOS NA REGULAÇÃO DA INTERNET……624
Raíssa Gabriela Mobiglia, Fernanda Oliveira Fernandes, Juvêncio Borges Silva



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ E DESAFIOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE……..…..638
Luiz Fernando Arrigo, Rafael Miranda Santos, Rodrigo Valente Giublin

LGPD E SEUS EFEITOS NO TRÁFEGO PAGO E NA PROPAGANDA DIRECIONADA……..……..……653
Tiago Coelho Pereira, Mayume Caires Moreira

O CORPO ELETRÔNICO COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE……..……..…..659
Luis Fernando Centurião, Marcelo Negri Soares

O PODER DOS DADOS SENSÍVEIS: INTELIGÊNCIA ESTATAL E O DESAFIO DA TOMADA DE DECISÕES NA TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE…..……..……..……..……..……..…….....675
Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

O QUE DIZ RESPEITO A MIM NÃO PODE SER DE TODOS: OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA PROTEÇÃO JURÍDICA DE DADOS PESSOAIS EM TECNOLOGIAS DE SAÚDE..……..…..690
Luiza Schiavon Girolimetto, Cleber Sanfelici Otero

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS BIG TECHS POR VIOLAÇÕES DE PRIVACIDADE E DADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS LEGAIS..…..694
Antonio De Alencar Bozelli Milani, Ricardo da Silveira e Silva

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: DO DANO MORAL E NEGLIGÊNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS…….....698
Pedro Augusto Rodrigues De Araujo, Mayume Caires Moreira

TENSÕES ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE……..……..……..…702
Ana Elisa Silva Fernandes Vieira, Dirceu Pereira Siqueira

ÚTEROS ARTIFICIAIS: A NOVA FRONTEIRA DA EUGENIA E OS DESAFIOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....707
Mylene Manfrinato Dos Reis Amaro, Valéria Silva Galdino Cardin

VPN REDE ILEGÍTIMA DE QUEM?……711
Caroline Cristina Monteiro Cardoso, Mayume Caires Moreira

GT10: Direitos Humanos e os Direitos da Personalidade

A EVOLUÇÃO DO RECONHECIMENTO DA INTEGRIDADE PSÍQUICA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE INICIAL SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E COMPARATIVA……..716
Karyta Muniz De Paiva Lessa, Marcus Geandré Nakano Ramiro

A PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE PSÍQUICA NA ERA DOS NEURODIREITOS: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL……..732
Karyta Muniz De Paiva Lessa, Marcus Geandré Nakano Ramiro

ALIMENTAÇÃO E PERSONALIDADE: O DESAFIO GLOBAL DA FOME E O CAMINHO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS……747
Rogério Borges Freitas, Rodrigo Valente Giublin Teixeira

EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE COOPERATIVISTA……..763
Thalita Vidal da Silva, Andryelle Vanessa Camilo Pomin, Dirceu Pereira Siqueira

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: IMPACTOS NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E NA DIGNIDADE HUMANA……778
Michele Capellari, João Marcos Mariani Junior, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

PLANO RUAS VISÍVEIS: A CRIAÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL BASEADO NO MODELO HOUSING FIRST COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PERSONALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA……..782
Anna Carolyne Batistella Bianchini, Lorenzo Pazini Scipioni, Daniela Menengoti G. Ribeiro

REFLEXÕES ACERCA DA "ONDA" DE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, SOB O PRISMA FREIRIANO E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE……786
Rodrigo dos Santos Andrade, Gustavo Noronha de Avila



A INFLUÊNCIA DO ESTADO NA LIVRE INICIATIVA E NA FUNÇÃO SOCIAL EM PROL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Gabriela Celestino Ferreira[1], Andryelle Vanessa Camilo Pomin[2], Dirceu Pereira Siqueira[3]

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Participante do Programa Voluntário de Iniciação Científica, Maringá (PR).
[2] Orientadora, Doutoranda e Mestre em Direito pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Professora Universitária, Advogada, Maringá (PR).
[3] Orientador, Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Cesumar - UniCesumar; Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), Professor no curso de graduação em direito do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE), Professor Convidado do Programa de Mestrado University Missouri State – EUA.

RESUMO

Este trabalho investiga como iniciativas governamentais embasadas na proteção da livre iniciativa e da função social da empresa contribuem para a efetivação dos direitos da personalidade. A livre iniciativa garante que empresários possam agir livremente em seus negócios, sem que o Estado interfira excessivamente em suas atividades. No entanto, a Constituição brasileira, ao adotar o princípio da função social da empresa, limita a liberdade econômica dos empresários, exigindo que busquem o bem-estar social em suas atividades. A atuação empresarial, amparada pela livre iniciativa e moldada pela função social, demonstra que é possível alcançar direitos personalíssimos, aqueles inerentes à pessoa humana. Ao longo do estudo, foram examinadas legislações, projetos de lei e jurisprudências no âmbito federal, em busca de solucionar o questionamento: como as ações governamentais, sob a égide da livre iniciativa e da função social da empresa, podem garantir efetividade mais ampla dos direitos da personalidade? O objetivo geral da pesquisa é encontrar meios de implementar esses direitos por meio de empresas que têm assegurado os princípios da ordem econômica mencionados. O método utilizado na pesquisa foi o bibliográfico, examinando-se obras doutrinárias, legislações, jurisprudência e documentos eletrônicos. Quanto aos objetivos e à abordagem, os métodos de pesquisa foram o exploratório e o hipotético dedutivo, respectivamente. Como resultado, conclui-se que as iniciativas governamentais, fundadas na liberdade iniciativa e na responsabilidade social da empresa, são instrumentos indispensáveis à promoção de direitos personalíssimos, fomentando, assim, uma economia justa, equilibrada, capaz de proteger tanto os interesses empresariais quanto os direitos dos indivíduos.

Palavras-chave: Bem-estar social; Dignidade da pessoa humana; Ordem econômica.

1 INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de se buscar meios que ampliem a promoção de direitos da personalidade, a presente pesquisa tem por objetivo



investigar como o princípio da livre iniciativa e a função social da empresa, mediados por ações governamentais, garantem o exercício desses direitos aos empreendedores e à população em geral.

Sendo assim, será apresentada uma contextualização histórica da positivação desses princípios e como eles encontram-se inseridos no ordenamento jurídico brasileiro atual. Também, será analisada a necessária ponderação entre eles, sendo exercício que assegura direitos da personalidade à coletividade.

Para se demonstrar se, e como, o Estado promove os direitos personalíssimos por meio de projetos fundados nos princípios da ordem econômica brasileira, será realizado um levantamento de legislações e projetos de lei no âmbito federal, ainda em busca de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que aborde esse tema.

Procura-se esclarecer o que seriam esses direitos personalíssimos, assim, estes serão conceituados, bem como delimitar-se-ão quais os direitos da personalidade alcançados pelas iniciativas governamentais encontradas e a especial proteção da dignidade da pessoa humana.

Destacar-se-á, ainda, a imperiosidade da procura pela concretização dos direitos da personalidade, basta se ver que figuram como garantias basilares da promoção da dignidade humana.

Tudo isso visa solucionar a problemática: como as ações governamentais, sob a égide da livre iniciativa e da função social da empresa, podem garantir mais ampla efetividade dos direitos da personalidade?

Dessa maneira, pretende-se estudar meios de se implementar os direitos da personalidade à luz do princípio da livre iniciativa, da função social da empresa e das iniciativas governamentais, cuja hipótese inicial é a de que esses direitos personalíssimos são garantidos por ações governamentais que fomentam os princípios indicados.

Por todo o exposto, a presente pesquisa buscará compreender como os princípios constitucionais da ordem econômica (livre iniciativa e função social da empresa) podem atuar como instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade, de tal maneira que merecem ser objeto de projetos governamentais, que visam à ampliação da materialização desses direitos.

2 PANORAMAS GERAIS DO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA E DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Iniciando-se a análise pelo direito à liberdade, tem-se este como uma expectativa de limitação da interferência do Estado na esfera íntima de proteção humana (Vieira; Siqueira, 2023).

A preocupação em proteger o direito à liberdade tem suas raízes plantadas nas revoluções burguesas do século XVIII. Até então,

perseverava o Estado Absolutista, em que a liberdade era constantemente limitada, com a intervenção total do monarca em todos os aspectos da vida social.

Em resposta a essa situação, a burguesia francesa interveio decisivamente, culminando na Revolução Francesa de 1789. Guiada pelos seus princípios fundadores "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" e com a promoção de uma visão de autonomia individual e direitos universais, questionava as normas absolutistas.

Assim, a Revolução Francesa não apenas redefiniu o conceito de liberdade, mas também influenciou diretamente na teoria dos direitos humanos, bem como nas democracias contemporâneas.

Apesar da relevância histórica da Revolução Francesa para compreensão do direito à liberdade, em tempos anteriores já estudavam o que seria esse direito.

De Plácido e Silva (2014, p. 1284) traz o conceito estabelecido pelos romanos “A liberdade é a faculdade natural de fazer cada um o que deseja, se a violência ou o direito lhe não proíbe”.

A liberdade é verificada quando ao sujeito é garantido a escolha de como deseja prosseguir, ao mesmo tempo que não o restringe dentre as possibilidades disponíveis.

Desse modo, o direito à liberdade, em seu aspecto geral, atribui, ao indivíduo, a liberdade para fazer ou deixar de fazer o que quer, ao passo que obsta o Estado de realizar eventuais intervenções (Dias, 2020).

Dentre todas essas liberdades, o objeto da presente pesquisa é a liberdade de iniciativa, a qual pode ser compreendida por meio de duas conotações, uma positiva e outra negativa. Positiva no que concerne à liberdade garantida a qualquer empresário, e negativa no dever de abstenção do Estado em intervir na atividade empresarial (Tavares, 2013).

Acontece que o exercício da liberdade não pode ser desenfreado, sendo que esse direito é estudado já considerando que aquela não é infinita, encontrando limites, sobretudo quando atinge a esfera particular de outrem.

Pode parecer que há contrariedade em falar de liberdade e limitação, mas, na realidade, não há, justamente porque é por meio desses limites que se garante o livre desempenho de todos os direitos (Fermentão, 2009).

Depreende-se, por conseguinte, que a livre iniciativa não é um fim em si mesma, nem serve para legitimar práticas arbitrárias e sim o oposto, mencionado princípio garante a liberdade de desenvolvimento da atividade empresarial, mas, ao mesmo tempo, oportuniza, excepcionalmente, a intervenção estatal (Arakaki; Ribeiro, 2023).

Diante desse contexto, a Constituição brasileira adotou o princípio da função social da empresa, o qual impõe “restrições na esfera da liberdade privada nas relações econômicas, sob a regulação e fiscalização do Estado.” (Sacchelli, 2013, p. 256).



Assim, a função social da empresa pode ser compreendida como o poder-dever do empresário desenvolver suas atividades em prol da sociedade, obtendo licitamente lucros, ao passo que satisfaz as necessidades da coletividade (Diniz, 2018).

Isso posto, os princípios da livre iniciativa e da função social devem ser analisados de forma correlata, haja vista que a atividade empresarial, garantida pela liberdade de iniciativa, deve ser delimitada pela função social da empresa, a fim de se garantir e proteger direitos, inclusive, os da personalidade.

É nessa perspectiva de correlação dos princípios que se percebe a promoção de direitos da personalidade. Por meio da livre iniciativa, a população ganha autonomia para exercer atividades com o fito de auferir renda, o que a tira, muitas vezes, de uma situação de miserabilidade para colocá-la em um patamar de vida digna. Por outro lado, a função social da empresa determina que a atividade empresarial busque atender ao bem-estar social.

Pelo exposto, constata-se que a atividade empresarial se justifica pela somatória da livre iniciativa e função social da empresa, as quais, em harmonia, protegem e efetivam a dignidade da pessoa humana e outros direitos da personalidade. Isso porque existe uma cadeia contínua de impactos: a atividade empresarial gera e garante esses direitos para um indivíduo, que, por sua vez, influencia outro, desencadeando efeitos sucessivos que afetam novos sujeitos, perpetuando-se de forma ininterrupta, como será apresentado.

3 INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS QUE FOMENTAM A LIVRE INICIATIVA E A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Como meio de atestar se o Estado promove ações que fomentam a livre iniciativa e a função social da empresa e, por consequência, alcançam direitos da personalidade, buscaram-se medidas já existentes.

Em específico, realizou-se um levantamento de legislação federal[1], projetos de lei de competência do Congresso Nacional[2] e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal[3] dos últimos dez anos.

No que concerne à legislação federal, cita-se a Lei nº 13.874/2019, a qual instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, com os objetivos descritos no art. 1º:

> Art. 1º Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal.

Tal norma figura como marco importante para o liberalismo econômico no país e, em diversos momentos, ressalta a proteção à livre iniciativa, inclusive, com capítulo específico intitulado “das garantias à livre iniciativa” (Capítulo III).

A função social da empresa também foi recepcionada pela lei, especialmente no art. 2º, III, cujo texto informa: “a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e [...]”.

Essa legislação, portanto, reforça os direitos econômicos e a ideia de limitação da intervenção estatal em atividades privadas, cujo foco é assegurar um ambiente de liberdade econômica não apenas nas áreas tradicionais de negócios, mas também em novos setores da economia.

Para verificar se há um crescimento na positivação de normas que asseguram e promovem a livre iniciativa e a função social da empresa, pesquisou-se projetos de lei de competência do Congresso Nacional. Dentre os resultados encontrados, destaca-se o Projeto de Lei nº 685/2021 de competência da Câmara dos Deputados, cuja proposta é a alteração no

---

[1] Para levantamento das legislações federais, a pesquisa se deu junto ao site https://legislacao.presidencia.gov.br/, filtrando as normas promulgas na última década, com os termos "livre iniciativa" e "função social da empresa".

[2] Sobre os projetos de lei realizou-se pesquisa junto ao site https://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaAvancada, para procurar projetos de leis em elaboração pela Câmara dos Deputados. Os termos utilizados foram "livre iniciativa" e "função social da empresa", com intervalo nos últimos dez anos.
No âmbito do Senado Federal, realizou-se pesquisa no sítio eletrônico https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias, para pesquisa de projetos de leis propostos por este Órgão, também na última década. Nesse último endereço eletrônico, a busca foi dividida em duas etapas, primeira consultou-se o termo "livre iniciativa" e, em seguida, a expressão “função social”.

[3] Para delimitar os casos que versam sobre o assunto realizou pesquisa de acórdãos do Supremo Tribunal Federal por meio do site https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search. Os termos utilizados foram "livre iniciativa" e "função social da empresa", buscando decisões colegiadas dos últimos dez anos.



Código Civil de 2002 para incluir a impenhorabilidade do estabelecimento comercial, quando neste funcionar essencialmente a atividade empresarial.

Justificando a importância da promulgação dessa alteração legislativa, o Deputado Carlos Bezerra (2021), autor da proposta, ressalta a importância da função social da empresa à coletividade, o que fundamentaria a impenhorabilidade do estabelecimento e a necessidade de prezar pela manutenção da atividade empresarial.

Fato é que desenvolver projetos baseados no exercício da livre iniciativa em conjunto com a função social deve ser uma preocupação atual do Estado, pois por meio desses princípios concretizam-se direitos da personalidade.

Outrossim, os princípios mencionados também foram objeto de análise do Poder Judiciário, cujo papel é realizar o sopesamento daqueles no caso em concreto. Com base nos critérios adotados, encontrou-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 706.

Em julgamento da constitucionalidade de normas que concediam descontos compulsórios nas mensalidades das universidades privadas durante a pandemia da Covid-19, o Supremo Tribunal Federal analisou a livre iniciativa, a delimitação imposta pela função social da empresa e o objetivo de assegurar direitos à coletividade.

O princípio da livre iniciativa foi ponto crucial para a procedência da ADPF, uma vez que o Colegiado compreendeu que a imposição de um desconto generalizado não seria medida proporcional, razoável ou isonômica (Brasil, 2022).

No entanto, o STF não olvidou sobre a possibilidade de alterar as disposições contratuais, desde que demonstrada a onerosidade superveniente e excessiva para alguma das partes.

As legislações em vigor, juntamente com os projetos em desenvolvimento e o posicionamento do STF, demonstram esforço, por parte do Estado, em harmonizar os interesses econômicos com os direitos da coletividade. Apesar de singelas, essas iniciativas demonstram avanço nos últimos anos, refletindo um comprometimento crescente com a promoção de uma economia que respeite e integre o princípio da função social da empresa.

O papel do Estado, portanto, deve ser reforçado, não como um intervencionista excessivo, mas como um regulador que garanta a harmonização dos interesses econômicos com os direitos sociais e a proteção da personalidade dos indivíduos. Somente com esse equilíbrio será possível se consolidar uma ordem econômica justa, capaz de fomentar tanto o progresso econômico quanto o desenvolvimento humano.

4 OS DIREITOS DA PERSONALIDADE PROMOVIDOS PELAS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS



Após se analisar as iniciativas governamentais voltadas à livre iniciativa e à função social da empresa, este capítulo explorará os direitos da personalidade promovidos por essas ações.

Então, questiona-se quais seriam esses direitos personalíssimos assegurados pelos princípios constitucionais debatidos.

Elimar Szaniawski (2005) ensina que os direitos da personalidade são aqueles essenciais à existência do ser humano, sem os quais a pessoa ficaria descaracterizada.

A real consciência dos riscos de se infringir a personalidade veio, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (Fermentão, 2009), haja vista esta ser marco histórico do desrespeito absoluto pelos seres humanos.

Os experimentos realizados nos campos de concentração, além de matar, figuravam como despersonalização da pessoa, situação que demonstrou a potencialidade brutal do homem e a consequente necessidade de se preservar as pessoas humanas e seus valores (Ikeda; Teixeira, 2022).

A partir de então, a tendência nos ordenamentos jurídicos mundiais foi a positivação de direitos que protegessem o mínimo essencial da individualidade humana. No ordenamento jurídico brasileiro não foi diferente, a Constituição brasileira de 1988 aderiu a essa inclinação e constitucionalizou os direitos personalíssimos, ao adotar a dignidade da pessoa humana como princípio orientador.

Isso se dá, porque o primeiro objeto dos direitos da personalidade é a proteção da dignidade da pessoa humana (Ikeda; Teixeira, 2022), ou seja, os direitos personalíssimos são guiados pelo princípio da dignidade.

Nessa conjuntura, consideram-se direitos da personalidade, segundo Carlos Alberto Bittar (2015, p. 29),

> os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos no homem, como a vida, a higidez física, a intimidade, a honra, a intelectualidade e outros tantos.

São atributos essenciais à pessoa humana e ao desenvolvimento da personalidade desta,

> na medida em que cada ser humano é a manifestação de sua própria personalidade e no qual todos os demais direitos dependem de uma tutela concreta e efetiva dessa personalidade e do livre desenvolvimento delas (Siqueira; Souza, 2022, p. 30).

Walter Lucas Ikeda e Rodrigo Valente Giublin Teixeira (2022, p. 2354) complementam: “Os direitos de personalidade seriam um bem



jurídico que permite a pessoa humana desenvolver e tutelar aquilo que a faz ser uma pessoa".

Nesse contexto, a dignidade da pessoa humana é o objetivo e a justificativa da proteção dos direitos da personalidade. Nos dizeres de Fernanda Cantali (2009, p. 88),

> Nesta linha de pensamento, sustenta-se que o princípio da dignidade, considerado como princípio fundamental diretor através do qual todo o ordenamento jurídico deve ser lido e interpretado, constitui a cláusula geral de proteção e promoção da personalidade, na medida em que a pessoa natural é a primeira e a última destinatária da ordem jurídica.

A partir da constitucionalização da dignidade da pessoa humana, esta se tornou o ponto de partida do sistema jurídico e sua justificativa (Zanini; Queiroz, 2023).

É por esse motivo que os direitos da personalidade nem sempre estão dispostos na lei, no entanto sempre terão raízes constitucionais, ainda que implicitamente.

Ademais, por ter essa raiz constitucional é que alguns doutrinadores compreendem que os direitos da personalidade estariam protegidos pela cláusula geral de tutela da pessoa humana (Ribeiro; Andrade, 2023), ainda que inexista reconhecimento expresso do direito geral da personalidade (Zanini; Queiroz, 2023).

Ciente disso, para se ilustrar os direitos personalíssimos, estes são comumente exemplificados no direito à vida, à integridade física, à honra, à liberdade, à privacidade, mas não limitado por esses, devendo ser analisados sob um contexto amplo e não limitado aos eventualmente positivados pelo direito privado (Dias, 2020).

Em resumo, os direitos da personalidade asseguram, à pessoa humana, a proteção da dignidade e identidade do indivíduo, naquilo que é considerado mínimo e para todos como a vida, a integridade física, a liberdade, a educação e a cultura.

No contexto da atividade empresarial, esses direitos assumem uma importância ainda maior, pois as empresas, ao exercerem suas funções econômicas e sociais, interagem diretamente com uma vasta gama de pessoas, desde empresários e empregados até consumidores e a sociedade em geral.

A dignidade da pessoa humana, princípio central nos direitos da personalidade, permeia todas as relações empresariais. O respeito à dignidade se reflete nas condições de trabalho oferecidas aos funcionários, na relação de transparência e respeito aos consumidores e na responsabilidade das empresas com a comunidade e o meio ambiente. A vida e a integridade física, por exemplo, são tuteladas por normas

trabalhistas e de segurança no trabalho, que exigem, das empresas, a criação de ambientes seguros e saudáveis para os trabalhadores.

Assim, a atividade empresarial pode ser vista como um agente de promoção dos direitos da personalidade. A livre iniciativa e a função social da empresa não apenas impulsionam o crescimento econômico, mas também são instrumentos para garantir que esses direitos sejam respeitados e promovidos.

Dessa forma, o exercício empresarial responsável reforça o compromisso com a dignidade humana, assegurando que os interesses econômicos estejam alinhados com a proteção dos direitos personalíssimos.

Tendo-se isso em vista, passa-se a correlacionar alguns dos direitos da personalidade que, em tese, podem ser garantidos pelos projetos e iniciativas elencadas no tópico anterior.

Em primeiro lugar, a respeito da Lei nº 13.874/2019, responsável por instituir a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, percebe-se a promoção, preponderantemente, do direito ao livre desenvolvimento da atividade econômica, à autodeterminação, à livre concorrência e iniciativa, este último, enquanto direito personalíssimo, ainda, o exercício da atividade empresarial responsável, no que concerne ao respeito às normas consumeristas, trabalhistas, ambientais e tributárias.

Com essas garantias, a Lei nº 13.874/2019 protege diretamente o direito ao trabalho e à dignidade dos indivíduos, permitindo que estes desenvolvam suas capacidades e potencialidades no mercado de trabalho.

No que concerne ao Projeto de Lei nº 685/2021, cuja proposta é declarar a impenhorabilidade do estabelecimento comercial, nota-se a viabilização da liberdade de iniciativa que, além de princípio promovedor de outros direitos, é um direito da personalidade em si bem como dos direitos ao trabalho, à educação, à saúde, à autodeterminação e todos aqueles que podem ser alcançados pelos empresários e colaboradores da empresa que poderia ter as portas fechadas, mas não irá.

A medida visa proteger mais do que as empresas, atingindo também os empresários e funcionários que dependem delas, assegurando a continuidade das operações empresariais e, com isso, promovendo a função social da empresa. Ao preservar o estabelecimento comercial, o projeto resguarda os direitos econômicos e fundamentais, como o direito à liberdade e à subsistência, essenciais para o desenvolvimento pleno do indivíduo em sociedade.

Por fim, no julgado da ADPF n. 706, é possível se notar a aplicação pelo Supremo Tribunal Federal da liberdade de iniciativa enquanto direito da personalidade, uma vez que garantiu que não fosse imposto, às instituições de ensino, um desconto compulsório, sem demonstrar previamente a onerosidade excessiva no contrato para uma das partes.

O STF, ao estipular que as negociações entre as partes fossem realizadas de forma justa e equilibrada, assegurou que os direitos individuais fossem respeitados, protegendo tanto a dignidade dos alunos quanto a das instituições de ensino. Essas decisões ilustram como o Judiciário desempenha papel fundamental na conciliação entre a liberdade empresarial e a proteção dos direitos da personalidade, promovendo uma atuação justa e equilibrada.

Além desses direitos, em todos os casos é atingida a dignidade da pessoa humana. E nem poderia ser deferente, uma vez que, como dito, é a razão de existir dos direitos da personalidade (Fermentão, 2009).

Portanto, os direitos anteriormente elencados são apenas exemplos de todas as proteções personalíssimas que são alcançadas pela atividade empresarial, tendo-se em vista que, por ser vasta a gama, seria impossível identificá-los em sua completude.

Uma empresa tem potencial transformador na vida dos próprios empresários, mas também de todos aqueles que têm uma relação com ela, diretamente ou indiretamente, seja enquanto funcionário, consumidor ou mero cidadão que se aproveita das oportunidades asseguradas pelo Estado, cujo financiamento retirou dos tributos pagos por essas pessoas jurídicas.

Em verdade, o que se observa é uma reação em cadeia, a atividade empresária gera e assegura direitos da personalidade para um indivíduo, que, por sua vez, influencia outro, e este, por sua vez, afeta ainda outro sujeito, perpetuando-se de forma contínua.

A livre iniciativa e a função social da empresa não podem ser desvinculadas dos direitos personalíssimos, ao contrário, eles são as bases sobre as quais a atividade empresarial deve se desenvolver, assegurando que os interesses econômicos estejam sempre subordinados aos valores inerentes à pessoa humana.

Assim, as ações empresariais, ao promoverem esses princípios, se tornam mais que simples atividades econômicas, figurando como instrumentos de promoção do bem-estar social e da dignidade humana, esta o cerne da personalidade de cada indivíduo.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada permitiu se demonstrar a relevância e a interdependência entre a livre iniciativa e a função social da empresa no contexto econômico brasileiro, destacando-se o papel das iniciativas governamentais na promoção dos direitos da personalidade.

Conforme analisado, esses princípios constitucionais funcionam como pilares para se garantir um equilíbrio entre a liberdade empresarial e o interesse social, atuando como instrumentos essenciais para a promoção de uma ordem econômica que respeita a dignidade humana.



A livre iniciativa, como direito garantido pela Constituição Federal de 1988, fomenta o desenvolvimento econômico e confere, aos empresários, a liberdade de atuação. Contudo, essa liberdade não pode ser exercida de forma irrestrita. É nesse ponto que a função social da empresa emerge como um limitador e orientador da atividade empresarial, impondo a necessidade de que os interesses individuais dos empresários sejam compatibilizados com o bem-estar coletivo.

Ao longo deste estudo, verificou-se que as iniciativas governamentais da última década, por meio de legislações federais, projetos de lei do Congresso Nacional e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reforçam a importância da regulação estatal para se assegurar um ambiente econômico favorável à inovação, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos direitos da coletividade.

Esses projetos, ao incentivarem a livre iniciativa e imporem limites por meio da função social, garantem a efetividade dos direitos da personalidade como o direito à autodeterminação, à livre concorrência e iniciativa, à privacidade, à segurança e, sobretudo, à dignidade da pessoa humana.

Observa-se, por conseguinte, um esforço contínuo para se harmonizar a liberdade empresarial com a proteção dos direitos da personalidade, evidenciando que a atividade empresarial deve ser exercida em conformidade com os interesses sociais e com o respeito à dignidade humana.

Assim, os direitos da personalidade, ainda que de maneira singela, podem, e são, promovidos pelas iniciativas governamentais que fomentam a liberdade de iniciativa e a responsabilidade social da empresa, por meio da atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário, conforme demonstrado.

O desafio futuro reside em se continuar avançando na criação de mecanismos que garantam o desenvolvimento econômico sustentável, sem comprometer a dignidade humana e os direitos da personalidade, de forma a consolidar uma ordem econômica harmônica, justa e equilibrada.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, Allan Thiago Barbosa; RIBEIRO, Maria de Fátima. O princípio da livre iniciativa e a efetivação dos direitos fundamentais como ferramentas do desenvolvimento sustentável. **Revista Videre**, *[S. l.]*, v. 14, n. 31, p. 58–80, 2023. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/16283. Acesso em: 8 set. 2024.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 8. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; [...] Brasília, 20 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 685, de 27 de agosto de 2021**. Veda a penhora do estabelecimento comercial, quando neste funcionar essencialmente a atividade empresarial. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2271955#:~:text=PL%20685%2F2021%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Veda%20a%20penhora%20do%20estabelecimento,Lei%20n%C2%BA%2010.406%20de%202002.&text=Altera%C3%A7%C3%A3o%2C%20C%C3%B3digo%20Civil%20(2002),proibi%C3%A7%C3%A3o%2C%20penhora%2C%20estabelecimento%20comercial. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 706/DF**. [...] Inconstitucionalidade da Concessão de Descontos Lineares por Violação da Livre Iniciativa, da Isonomia, da Autonomia Universitária e da Proporcionalidade. Violação dos Artigos 1º, IV, 170, 209, 5º, *caput*, e 207 da Constituição Federal. Procedência [...]. Requerente: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Relatora: Min. Rosa Weber, 29 de março de 2022. Disponível em:https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur461511/false. Acesso em: 11 set. 2024.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade:** disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DIAS NETO, Orlando Fernandes. **Liberdade como política pública para a promoção de direitos e o exemplo da regulação do mercado de medicamentos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Maringá, 2020. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/8947. Acesso em: 12 jun. 2024.

DINIZ, Maria Helena. Importância da função social da empresa. **Revista jurídica**, *[S. l.]*, v. 2, n. 51, p. 387-412, 2018. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Juridica-UNICURITIBA_n.51.17.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. **Direito à liberdade:** por um paradigma de essencialidade que dê eficácia ao direito personalíssimo da liberdade. Curitiba: Juruá, 2009.

IKEDA, Walter Lucas; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin**.** Direitos da personalidade: terminologias, estrutura e recepção. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 131-152, 2022. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/10618/7018. Acesso em: 06 out. 2024.

IKEDA, Walter Lucas; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin. Direitos de personalidade: passado, presente e futuro. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 2349-2373, 2022. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/6/2022_06_2349_2373.pdf. Acesso em: 06 out. 2024.

RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; ANDRADE, Flavia Kriki de. DIREITOS DA PERSONALIDADE DA MULHER: DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO E A TUTELA ESPECÍFICA. **Revista Jurídica Cesumar,** Maringá, v. 23, n. 2 p. 303-313, 2023. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/10952/7399. Acesso em: 6 out. 2024.

SACCHELLI, Roseana Cilião. A livre iniciativa e o princípio da função social nas atividades empresariais no contexto globalizado**. Revista da AJURIS - QUALIS A2**, *[S. l.],* v. 40, n. 129, p. 249–278, 2013. Disponível em: https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/315. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico / De Plácido e Silva; atualizadores Nagib Slaibi Filho, Priscila Pereira Vasques Gomes**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SOUZA, Bruna Caroline Lima de. Democracia e Efetivação dos Direitos da Personalidade: uma relação de interdependência? **Revista Brasileira de Teoria Constitucional**, [S. l.], v.

8, n. 1, 2022. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/teoriaconstitucional/article/view/8658. Acesso em: 7 out. 2024.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional da Empresa**. São Paulo: Método, 2013.

VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O direito da personalidade à liberdade frente ao capitalismo de vigilância: a liberdade em risco(?). **Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 73–114, 2023. Disponível em: https://revistareconto.com.br/index.php/reconto/article/view/103. Acesso em: 12 jun. 2024.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assi; QUEIROZ, Odete Novais Carneiro. Notas sobre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e a sua atuação como cláusula geral de tutela da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 67-86, 2023. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/11524/7325. Acesso em: 6 out. 2024.



A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DO POLICIAL MILITAR E O *HABEAS CORPUS* COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO: REFLEXÕES À LUZ DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rodrigo dos Santos Andrade[1], *Gustavo Noronha de Ávila* [2].

[1] Autor, Doutorando em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2024), bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES), integrando a linha de pesquisa "Instrumentos para Efetivação dos Direitos da Personalidade". E-mail: rodrigoandradedireito@gmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado (2018), Doutor (2012) e Mestre (2006) pela PUC/RS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Instrumentos e efetivação dos direitos da personalidade. E-mail gustavonoronhadeavila@gmail.com

RESUMO

A liberdade de expressão é uma espécie do direito fundamental disposto na Constituição Federal de 1988. Referido ordenamento, elegeu como princípio basilar do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, funcionando como elemento unificador dos direitos fundamentais. Todavia, mesmo que a Constituição assegure a efetividade ao Direito Fundamental de liberdade, o mesmo pode sofrer restrição por parte do Estado. Nesse contexto, o presente artigo abordará a vedação a liberdade de expressão do policial militar e o habeas corpus como instrumento de efetivação: reflexões à luz da dignidade da pessoa humana e direitos da personalidade, demonstrando a contradição existente entre a Constituição Federal de 1988 e o Código Penal Militar no tocante à garantia fundamental do direito à livre manifestação do pensamento. A CF/88 garante a todos a liberdade de expressão e o Código Penal Militar restringe referida garantia aos militares e policiais militares. O método utilizado no presente é dedutivo.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; *Habeas corpus;* Liberdade de Expressão; Policial Militar; Remédio constitucional.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo analisar a vedação ao direito fundamental a liberdade de expressão do pensamento, abordando à contradição existente entre normas penais militares e a Constituição Federal de 1988, considerando o *habeas corpus (HC)* em alguns casos excepcionais como um instrumento de efetivação e proteção dos direitos

fundamentais e dos direitos da personalidade dos policiais militares brasileiros.

A Constituição Federal dispõe sobre o Direito fundamental a liberdade nos termos do artigo 5°, IV, IX, XIV, não havendo vedação expressa ao direito à liberdade de expressão dos policiais militares, todavia, o Código Penal Militar dispõe óbice a possibilidade de liberdade de expressão nos termos do artigo 166[1].

Nesse sentido, se os direitos fundamentais são de eficácia plena e aplicabilidade imediata, a livre manifestação de pensamento não pode ser restringida, por lei infraconstitucional, e o remédio constitucional do *habeas corpus* em alguns casos excepcionais pode ser um instrumento de efetivação e proteção dos direitos fundamentais e dos direitos da personalidade dos policiais militares brasileiros.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para a elaboração do presente trabalho realizou-se revisão bibliográfica e documental, através do levantamento das publicações disponíveis sobre o tema proposto, bem como obras literárias e artigos científicos; além da análise das leis e da jurisprudência dos tribunais que abarcam o tema diluído no corpo deste trabalho

Será usado para tanto, uma pesquisa de caráter descritivo, apresentando dados qualitativos tendo como método o dedutivo. A hipótese é de que existe assédio moral na administração pública e o Estado está se abstendo de combate-lo constrangendo assim milhares de policiais militares defrontando-se, tais hipóteses, com o estudo do que é o assédio

[1] Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:
Pena - detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave



e quando este se caracteriza, averiguar-se-á se a hipótese é verdadeira ou não, para assim chegar a uma conclusão.

Em se tratando de manifestação do pensamento, que seja contrário à disciplina militar, a qualquer resolução do Governo, ou que venha a ser considerada como uma crítica pública de ato de superior hierárquico realizada por militar ou policial miliar configura-se, em tese, o crime do art166 do CPM.

Segundo a CF/88, em seu artigo 5º LXVIII "conceder-se-á *"habeas-corpus"* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (Brasil, 1988)".

Portanto o objetivo do *habeas corpus*. é justamente para protege o indivíduo em relação a ofensas no seu direito de liberdade, ir, vir e permanecer contra abuso de poder ou ilegalidade.

Caracterizando exceção expressa ao art. 5.º, LXVIII, com base no princípio da hierarquia, não caberá *habeas corpus* em relação a eventuais punições disciplinares militares (art. 142, § 2.º), vedação essa permitida, visto que introduzida pelo poder constituinte originário.

Cabe observar, contudo, que seguindo a jurisprudência do STF, a possibilidade de impetração do remédio constitucional para análise, pelo Judiciário, dos pressupostos de legalidade**,** excluídas as questões do mérito da sanção administrativa, podem ser objeto de HC.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, diante do exposto é possível concluir que o direito à liberdade de expressão, é um direito fundamental que está intimamente ligado à dignidade da pessoa humana. Que o policial militar é um cidadão; logo, a contrassenso, portador de tal direito. Com isso não é democrático

ao Estado negar o direto de manifestação do pensamento, via de regra, aos policiais militares, como tem ocorrido, seja por meio de regulamentos disciplinares ou pela aplicação do art. 166 do CPM.

Sem a efetividade da liberdade de expressão ao policial militar, os policiais ficam em um ciclo vicioso, no qual os abusos e precariedades do meio ambiente do trabalho não são revelados aos cidadãos

Desse modo, quando o Estado nega e não proporciona a efetividade do direito à liberdade de expressão do policial militar ele está descumprido tratados internacionais, a Constituição Federal e diretrizes básicas que o próprio Estado se comprometeu a seguir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Brasília, 21 out. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1001.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=353878 Acesso em 8 set. 2024.



CONSTITUCIONALIDADE E DIREITOS DA PERSONALIDADE: A EFICÁCIA JURÍDICA DO *MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATY* (MLAT) PARA A PRIVACIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL

GT 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rafael Robson Andrade do Carmo Janones[1], Rogério Borges Freitas[2], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3].

[1]Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Maringá/PR. Advogado. E-mail: rafaelcarmo@dp.mt.gov.br
[1] Doutorando em Direito no programa de pós-graduação em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[2] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

O Mutual Legal Assistance Treaty (MLAT) entre Brasil e Estados Unidos, implementado pelo Decreto Executivo nº 3.810 em 2001, é um tratado que aborda intensamente a cooperação bilateral em questões penais, incluindo atividades como depoimentos, obtenção de documentos e realização de buscas, além de permitir ações mais complexas como entregas controladas e investigações conjuntas. Esse tratado se destaca por sua flexibilidade, facilitando procedimentos como o acesso a informações sob sigilo bancário e a execução de medidas judiciais, acelerando os processos em comparação com as cartas rogatórias ao eliminar a necessidade de canais diplomáticos intermediários. No entanto, enfrenta desafios significativos como a discricionariedade na execução de cartas rogatórias por outros países, o que pode limitar a cooperação internacional, como evidenciado pelas tensões na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, que questiona a compatibilidade de algumas leis nacionais com o tratado. Além disso, o MLAT desempenha um papel crucial na proteção da privacidade ao regular a troca de dados pessoais para investigações criminais, garantindo que essas informações sejam tratadas de maneira legal e segura, reforçando a segurança jurídica e os direitos individuais. Este artigo investiga como o MLAT influencia a cooperação jurídico-penal internacional e a proteção da privacidade, propondo que sua aplicação melhora significativamente essas operações, embora sua eficácia dependa do reconhecimento de sua constitucionalidade real e de superar os desafios da soberania nacional e da discricionariedade nas práticas legais internacionais. A metodologia empregada combina pesquisa bibliográfica e análise documental, focando em uma abordagem qualitativa que utiliza técnicas de análise de conteúdo para uma avaliação detalhada dos aspectos legais e éticos do tratado.

Palavras-chave: cooperação internacional; direito à privacidade; MLAT; segurança jurídica; tratados internacionais.

1 INTRODUÇÃO

O *Mutual Legal Assistance Treaty* (MLAT) entre Brasil e Estados Unidos, estabelecido no ano de 2001, reflete uma cooperação bilateral intensa em questões penais, abrangendo ações como depoimentos, obtenção de documentos e buscas, com a possibilidade de adotar medidas como entregas controladas e investigações conjuntas. Este acordo é flexível, permitindo inclusões como acesso a informações

bancárias sigilosas e aplicação de medidas judiciais. Isso acelera o processo, comparado às cartas rogatórias, pois envia pedidos diretamente às autoridades centrais, sem intermediários diplomáticos. A preocupação com a violação à privacidade se mostra adequada, à medida que os direitos da personalidade podem ser violados, sobretudo no que diz respeito a intimidade e a vida privada dos indivíduos.

No entanto, desafios como a discricionariedade na execução de cartas rogatórias por outros países podem impedir a cooperação, refletido nas tensões da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, que contesta a compatibilidade de certas leis nacionais com o tratado. Além disso, o MLAT desempenha um papel importante na proteção da privacidade, regulando a troca de dados pessoais de forma a respeitar a legalidade e prevenir abusos, reforçando a segurança jurídica e os direitos individuais. Portanto, a aplicação do tratado deve equilibrar a cooperação internacional com a proteção da soberania e privacidade nacional, assegurando que esteja alinhada com os princípios de justiça e direitos humanos.

O problema de pesquisa que norteia o presente artigo é como o MLAT entre Brasil e Estados Unidos influencia a eficácia da cooperação jurídico-penal internacional, especialmente em relação à proteção da privacidade, os direitos da personalidade e ao enfrentamento dos desafios jurídicos e diplomáticos? Parte-se da hipótese de que a aplicação do MLAT entre Brasil e Estados Unidos melhora significativamente a cooperação jurídico-penal internacional, ao fornecer um arcabouço legal que facilita o intercâmbio de informações e a realização de medidas investigativas, ao mesmo tempo em que resguarda o direito à privacidade. No entanto, a eficácia plena do tratado depende do reconhecimento de sua constitucionalidade real e da superação das barreiras associadas à soberania nacional e à discricionariedade na execução de cartas rogatórias.

O objetivo geral foi analisar como o MLAT entre Brasil e Estados Unidos facilita a cooperação jurídico-penal internacional, avaliando sua capacidade de melhorar a eficiência dos processos judiciais transnacionais e proteger a privacidade dos dados, enquanto enfrenta desafios legais e diplomáticos associados à sua implementação. Em relação aos objetivos específicos, cada um corresponde a uma das seções nas quais o texto está dividido. Na primeira parte será analisada a integração jurídica e a soberania nacional, a fim de avaliar o MLAT firmado entre Brasil e EUA. Na segunda parte, se compreenderá a se o acordo bilateral é ou não constitucional, a partir de uma avaliação da constitucionalidade e suas implicações para a privacidade.

Para investigar o reconhecimento da constitucionalidade real do tratado e suas implicações para a manutenção do direito à privacidade, este estudo empregará uma metodologia que combina pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica revisará a literatura sobre tratados internacionais, cooperação jurídica internacional, direito à privacidade e constitucionalidade de tratados, enquanto a análise documental se concentrará na avaliação direta de documentos legais e judiciais, como o texto do acordo bilateral internacional, legislação relevante e decisões judiciais, incluindo materiais da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51. A abordagem qualitativa será adotada, utilizando técnicas de análise de conteúdo

para examinar e interpretar os documentos, permitindo uma exploração profunda dos aspectos legais e éticos relacionados à aplicação do tratado e suas consequências para a privacidade individual, visando uma compreensão abrangente dos desafios e eficácia do tratado no ordenamento jurídico.

2 INTEGRAÇÃO JURÍDICA E SOBERANIA NACIONAL: AVALIANDO O MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATY ENTRE BRASIL E EUA

O MLAT, ou Tratado de Assistência Jurídica Mútua, é um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos focado em questões penais. Este tratado foi incorporado à legislação brasileira pelo Decreto Executivo nº 3.810, de 2 de maio de 2001. Notavelmente, o artigo 1º, item 2 do MLAT especifica uma lista de ações de cooperação que incluem tomar depoimentos, obter documentos e realizar buscas e apreensões. José Paulo Baltazar Júnior (2011) interpreta essa lista como exemplificativa, indicando que, no espírito de máxima colaboração, podem ser adotadas medidas adicionais, como entregas controladas ou investigações conjuntas. Ele ressalta que os pedidos de cooperação podem estender-se à obtenção de informações sob sigilo bancário ou à aplicação de medidas judiciais sobre bens, desde que amparados pelo tratado.

Ademais, o MLAT facilita outras formas de cooperação penal, como o intercâmbio de dados pessoais para investigações criminais. Este texto não pretende esmiuçar todo o conteúdo do tratado de assistência jurídica penal entre Brasil e EUA, mas sim apresentar um panorama do MLAT e discutir aspectos centrais relacionados à Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, focando em esclarecer e objetivar a exposição das informações.

Entre as múltiplas formas de cooperação penal estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos, o compartilhamento de dados pessoais para investigações criminais se destaca. Este texto não tem como objetivo detalhar o tratado de assistência judiciária penal firmado entre os dois países, mas sim oferecer uma visão geral do MLAT e discutir aspectos fundamentais da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51.

É essencial destacar que os pedidos de cooperação feitos por meio de cartas rogatórias estão sujeitos à análise discricionária pelo Estado requerido, o que pode resultar na recusa de tais solicitações. Bruce Zagaris (2012) identifica esse fator como uma dificuldade importante, um desafio significativo é que a execução de cartas rogatórias por países estrangeiros é facultativa. Quando os Estados Unidos emitem uma rogatória, sua implementação pode ser negada por qualquer motivo pelas autoridades judiciais ou executivas do país requerido.

José Paulo Baltazar Júnior (2011) destaca uma vantagem significativa do Tratado de Assistência Jurídica Mútua (MLAT) na facilitação da cooperação internacional. Ele aponta que uma das grandes vantagens é a possibilidade de produzir a prova conforme a legislação do Estado requerente. Isso previne que

diferenças nos procedimentos legais tornem a prova inadmissível. Além disso, o processo pelo MLAT é mais ágil que o das cartas rogatórias, pois os pedidos são enviados diretamente pelas autoridades judiciais, tribunais ou órgãos do Ministério Público à autoridade central do país, que, portanto, encaminha para o país destinatário sem a necessidade de canais diplomáticos.

A autoridade central do país destinatário pode atender ao pedido imediatamente, se tiver competência, ou redirecioná-lo à autoridade policial ou ao Ministério Público Federal, que atuará perante a justiça brasileira em medidas que exijam intervenção judicial, como buscas e apreensões, quebra de sigilo bancário ou interceptações telefônicas. Diferentemente das cartas rogatórias, não é necessário enviar o pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a obtenção de exequatur.

Em resumo, comparado com o sistema de cartas rogatórias, o MLAT oferece uma cooperação mais direta e eficiente, caracterizando-se por: a) Maior rapidez, pois a solicitação é enviada diretamente pela autoridade requerente — seja um juízo, tribunal, autoridade policial ou o Ministério Público — à autoridade central do país; b) Base jurídica sólida em tratado, o que estabelece uma obrigação de cooperação, ao invés de depender apenas da cortesia internacional; c) Facilidade na formalização da troca de informações entre autoridades policiais, permitindo o uso dessas informações como prova em processos judiciais; d) Superação de barreiras procedimentais, possibilitando a produção de provas no Estado requerido seguindo as normas do país requerente.

Após esboçar uma visão do acordo de assistência judicial mútua em matéria penal entre o Brasil e os Estados Unidos (MLAT), e discutir os debates constitucionais que envolvem a Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 51, convém avançar agora para o contexto fático e processual dessa ação em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Referida ação declaratória foi protocolada pela Federação das Associações das Empresas de Tecnologia da Informação – ASSEPRO NACIONAL. O pleito central envolve a validade constitucional dos artigos 237, inciso II, do Código de Processo Civil, e 780 e 783 do Código de Processo Penal, além do Decreto Executivo nº 3.810, de 2 de maio de 2001, que internalizou o MLAT entre Brasil e Estados Unidos. A ação busca o reconhecimento da constitucionalidade dessas normas com base nos artigos 102, I, a e 103, IX da Constituição Federal.

A controvérsia central da ação decorre das frequentes recusas de empresas de tecnologia, como *Facebook* e *Hotmail*, em atender requisições de provas e diligências sobre pessoas e bens localizados fora do Brasil. Essas recusas, conforme alegado na petição inicial, apoiam-se predominantemente em decisões judiciais que invocam o princípio da soberania nacional brasileira. Este embate destaca as tensões entre a cooperação jurídica internacional prevista no MLAT e as interpretações da soberania nacional que limitam tal cooperação.

No contexto atual, a Federação das Associações das Empresas de Tecnologia da Informação – ASSEPRO NACIONAL defende que o MLAT serve como um mecanismo essencial para a proteção das soberanias dos Estados participantes, pois a troca de dados ocorre por meio de um processo cooperativo. A ação inicial destaca

que a controvérsia central se baseia na aceitação da legitimidade dos métodos de coleta de evidências, que necessitam cumprir o devido processo e os acordos internacionais de cooperação.

A pertinência da Ação Declaratória de Constitucionalidade é fundamentada no entendimento do Ministro Gilmar Mendes, que em 2007 explicou os critérios para sua admissibilidade, ou seja, o objeto da ADC segue o mesmo paradigma da ADI para o direito federal, lei ou ato normativo federal autônomo (não-regulamentar) devidamente promulgado, ainda que não esteja em vigor. Assim, seria cabível uma ADC contra uma emenda constitucional, lei complementar, lei ordinária, medida provisória, decreto legislativo, tratado internacional devidamente promulgado, decreto do Executivo de perfil autônomo, resolução de órgão do Poder Judiciário, ou do Conselho Nacional de Justiça.

Este esclarecimento do Ministro Mendes destaca que a ação é adequada para questionar a conformidade constitucional de uma ampla gama de atos normativos, incluindo tratados internacionais como o MLAT, fundamentando assim a ação da ASSEPRO NACIONAL no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Em consulta ao portal do Supremo Tribunal Federal, verifica-se que, até o dia 14 de julho de 2020, a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51 estava concluída para análise no gabinete do Ministro Relator Gilmar Mendes. Anteriormente, em 19 de maio de 2020, havia sido solicitado à Google Brasil informações sobre a praticabilidade e a efetividade do tratado internacional firmado entre Brasil e Estados Unidos para a obtenção e interceptação de comunicações eletrônicas, assim como a viabilidade de aplicação da legislação nacional e outros instrumentos no acesso a comunicações mediadas por empresas norte-americanas ou estrangeiras.

Importante frisar que esta pesquisa não se aprofundou nos fundamentos da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, dado que não é o foco central da investigação. No entanto, tal ação constitui um elemento relevante para compreender a extensão das controvérsias judiciais sobre a aplicabilidade do MLAT. A organização do contexto fático-jurídico aqui exposto permite identificar a existência de uma significativa disputa judicial quanto ao uso deste tratado.

Nesse contexto, a controvérsia em torno da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51 e as solicitações de informações a Google Brasil destacam um ponto crucial na discussão sobre privacidade e direitos individuais. O MLAT, ao permitir a troca internacional de dados, apresenta-se tanto como uma ferramenta de cooperação jurídica quanto como um possível ponto de tensão em relação à garantia da privacidade. O reconhecimento de sua constitucionalidade, portanto, está diretamente relacionado à capacidade deste tratado em resguardar a privacidade enquanto facilita a cooperação internacional, uma dualidade que implica considerar tanto as garantias de segurança jurídica quanto as de proteção dos dados pessoais dos indivíduos envolvidos. No próximo tópico, abordaremos a constitucionalidade do MLAT como uma ferramenta para preservar a privacidade e proteger os direitos individuais.

3 O *MUTUAL LEGAL ASSISTANCE TREATY*: AVALIAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE E IMPLICAÇÕES PARA A PRIVACIDADE

A pesquisa realizada busca considerar que a presunção de constitucionalidade, já inerente ao MLAT, é suficiente para legitimar sua aplicabilidade e, consequentemente, proteger o direito à privacidade das pessoas cujos dados estão armazenados por provedores de tecnologia. Neste contexto, após abordar os temas relacionados, o presente título discute a questão central das pesquisas realizadas e dos resultados obtidos, começando com a relação entre as constitucionalidades presumida e real.

Essa abordagem é fundamental porque tem por objetivo concluir que o reconhecimento da constitucionalidade real do MLAT oferece uma proteção mais efetiva ao direito à privacidade. Explorando a necessidade de diferenciar a validade presumida do reconhecimento da constitucionalidade real, considera-se a relação antagônica existente entre elas. Conforme mencionado, os efeitos da Ação Declaratória de Constitucionalidade são, geralmente, ex tunc, o que se mostra lógico, pois tal ação visa confirmar a legitimidade presumida que permitiu a vigência da norma. A relação antagônica entre as constitucionalidades presumidas e real estabelece uma dinâmica de análise e posterior declaração expressa de constitucionalidade, adicionando uma camada de rigidez entre as duas, em que a última é mais robusta.

A presunção de constitucionalidade das leis, um princípio clássico descrito por James Bradley Thayer, argumenta que só pode ser deslegitimada por uma clara inconstitucionalidade corroborada por um vício irrefutável (Neves, 1988, p. 145). Portanto, de maneira análoga, a suposição de legalidade, conforme exemplificado pelo artigo 341 do Código de Processo Civil, postula que todos os fatos declarados na inicial são verdadeiros até que se demonstre o contrário. Diogo de Figueiredo Moreira Neto (2014, p. 94-95) adiciona que os atos administrativos também são beneficiados pela presunção de legalidade. Em síntese, o princípio da presunção de constitucionalidade pressupõe que qualquer texto normativo aprovado já está em conformidade com a Constituição, não necessitando de uma declaração expressa em contrário para validar sua aplicação.

Neste contexto, Luis Roberto Barroso (1998, p. 164-165) oferece um entendimento valioso sobre a presunção de constitucionalidade das leis, destacando que ela é, por natureza, uma presunção iuris tantum, ou seja, que admite prova em contrário. Ela pode ser refutada por uma declaração do órgão jurisdicional competente. Na prática, este princípio implica duas regras essenciais para o intérprete e o aplicador do direito: (a) na ausência de uma inconstitucionalidade evidente, onde exista dúvida ou a possibilidade de considerar a regra válida, o órgão competente deve abster-se de declarar a inconstitucionalidade; (b) se existe alguma interpretação possível que confirme a compatibilidade do preceito com a Constituição, mesmo diante de outras que sugiram sua invalidade, o intérprete deve optar por essa interpretação que legitime o estatuto, mantendo-o em vigor.

A partir do ensinamento de Barroso, percebe-se que a presunção de constitucionalidade, apesar de sua natureza presumível, reconhece a possibilidade de que determinada norma possa ser incompatível com o ordenamento constitucional, especialmente na ausência de uma declaração expressa de sua constitucionalidade. A presunção relativa de constitucionalidade das leis e dos atos administrativos decorre de uma noção relativamente simples: presume-se que o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ao atuarem dentro de suas respectivas funções, o façam em estrita conformidade com a Constituição Federal. Essa atuação conforme à Constituição é o que fundamenta a presunção de legalidade e constitucionalidade de seus atos.

Víctor Ferreres Comella (2007) aborda de maneira significativa a presunção de constitucionalidade das normas em sua obra, identificando três pilares fundamentais. O aspecto epistêmico sugere que as decisões tomadas por legisladores eleitos tendem a ser mais acertadas que as do Poder Judiciário, refletindo a proximidade dos representantes eleitos com as necessidades e valores da sociedade. Em segundo lugar, a dignidade política da lei sugere que invalidar uma legislação democrática por decisão unilateral de um magistrado pode ser ofensivo. Isso é especialmente quando a matéria é controversa o suficiente para permitir divergências entre pessoas razoáveis.

Além disso, Comella (2007) destaca a corrigibilidade do erro como um terceiro fundamento, argumentando que é mais fácil remediar um equívoco ao declarar uma lei constitucional do que ao declará-la inconstitucional, uma vez que o processo legislativo permite ajustes e reformulações mais flexíveis e adaptáveis. Esses princípios reforçam a visão de que a presunção de constitucionalidade não apenas é um resultado lógico, mas também um reflexo da representatividade e responsabilidade dos agentes políticos em um sistema democrático.

Um aspecto importante da presunção de constitucionalidade das normas é a função da Advocacia Geral da União (AGU), porque de acordo com o artigo 103, parágrafo 3º, da Constituição Federal, a instituição tem o dever de defender o texto ou ato impugnado em ações que questionem sua constitucionalidade, atuando, efetivamente, como guardiã da presunção de constitucionalidade (Binenbojm, 2014). Cláudio Ari Mello (2004) reforça que essa presunção é essencial para garantir o pleno funcionamento das instituições e uma separação dos poderes efetiva e harmoniosa.

Ademais, Clèmerson Merlin Clève e Bruno Lorenzetto (2016) destacam que a presunção de constitucionalidade deve ser aplicada com diferentes graus de rigor, dependendo do contexto, especialmente em situações que exigem autocontenção, como em políticas públicas de direitos sociais que ultrapassam o mínimo existencial, questões predominantemente políticas, e em leis derivadas de processos democráticos diretos, como plebiscitos e iniciativas populares. Essa visão é ecoada por André Ramos Tavares e Nicola Tommasini (2015), que argumentam que a relevância de uma lei deve ser considerada ao analisar sua compatibilidade com o ordenamento constitucional.

A importância desta pesquisa reside na defesa da constitucionalidade, ainda que presumida, do MLAT, destacada no primeiro capítulo, onde se argumenta que os sistemas de tecnologia da informação ligados à administração de dados pessoais são

muito relevantes no contexto socioeconômico atual. Embora o MLAT seja objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51 e sua constitucionalidade real ainda não tenha sido expressamente reconhecida, a presunção de constitucionalidade é suficiente para validar sua aplicabilidade e, por conseguinte, resolver as controvérsias levantadas.

O argumento de André Ramos Tavares e Nicola Tommasini (2015) ganha especial relevância ao considerar como investigações criminais enfrentam obstáculos devido à recusa de empresas em fornecer dados pessoais que estão armazenados em seus servidores. Esta circunstância, suficientemente grave, pode ser resolvida pela plena aplicação do MLAT. Até agora, como discutido, a presunção de constitucionalidade já legitima o uso do MLAT para solucionar questões críticas de fornecimento de dados essenciais a investigações criminais, inclusive quando essas informações estão armazenadas no exterior. No entanto, o objetivo da pesquisa vai além, propondo que a aplicabilidade inquestionável deste acordo internacional entre Brasil e Estados Unidos poderia ser afirmada com o reconhecimento de sua constitucionalidade real.

O reconhecimento da constitucionalidade real não apenas fortalece o tratado como um meio eficaz de cooperação, mas também serve como fundamento para a Ação Declaratória de Constitucionalidade. Considerando o contexto já detalhado da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 51, as negativas das empresas que possuem dados em servidores nos Estados Unidos de fornecer informações para investigações criminais poderiam ser robustamente contestadas mediante confirmação expressa da compatibilidade do MLAT com o ordenamento constitucional brasileiro, eliminando qualquer incerteza. É verdade que toda norma com presunção de constitucionalidade pode gerar controvérsias, e a discussão em torno do MLAT exemplifica a incerteza sobre a conformidade de uma norma com a constituição. Portanto, o reconhecimento de sua constitucionalidade real tem o propósito específico de dissipar quaisquer dúvidas que possam sustentar uma controvérsia judicial.

Luís Roberto Barroso (2006, p. 203) aborda a importância da Ação Declaratória de Constitucionalidade, destacando seu papel fundamental em promover a certeza jurídica e estabelecer uma interpretação uniforme sobre determinadas matérias. Ele nota que textos normativos podem ter interpretações variadas e até contraditórias, inclusive dentro do mesmo tribunal. No entanto, em certas circunstâncias, como a quantidade de pessoas afetadas ou a sensibilidade social, ou política do tema, é necessário resolver controvérsias rapidamente. Isso se dá em nome da segurança jurídica, isonomia e de outras razões de interesse público.

Diante deste entendimento, torna-se evidente que a Ação Declaratória de Constitucionalidade serve como um meio pelo qual um texto ou ato normativo transcende a sua presunção de constitucionalidade, alcançando uma constitucionalidade real, incontestável em termos de sua aplicabilidade. Essa mudança não só elimina qualquer dúvida sobre a validade da norma, mas também solidifica, de forma expressa, sua posição de compatibilidade com o ordenamento constitucional, tornando essa compatibilidade uma realidade concreta.

Antes de explorar o foco principal desta pesquisa sobre a manutenção do direito à privacidade diante do reconhecimento da constitucionalidade real do MLAT, é essencial definir a prerrogativa em questão. Segundo Celso Bastos (1989, p. 63), o privilégio à privacidade é a "faculdade que cada indivíduo tem de impedir a intromissão alheia em sua vida privada e familiar, bloquear o acesso a informações privadas e evitar a divulgação de detalhes sobre sua esfera existencial." Legalmente, esta prerrogativa é garantida pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, bem como pelos artigos 21 do Código Civil e 43 do Código de Defesa do Consumidor, e internacionalmente pelo artigo XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Após estas considerações iniciais, a proposta deste trabalho é demonstrar como a implementação do MLAT e a afirmação de sua constitucionalidade real contribuem para a proteção da privacidade das pessoas que estão armazenados em provedores de internet. A violação desse direito ocorre quando dados pessoais fornecidos estão expostos de forma indevida.Drummond (2003, p. 27) oferece critérios para discernir entre comunicações privadas e públicas, necessário para entender o equilíbrio entre privacidade e publicidade. Essas diretrizes incluem a identificação do destinatário da mensagem, o conhecimento sobre as pessoas envolvidas na comunicação e a existência de intimidade entre os interlocutores. Essas nuances são fundamentais, pois a implementação do MLAT promove segurança na gestão de dados pessoais, refletindo a relação bilateral entre os Estados. Além disso, a gestão desses dados permite uma reflexão sobre os limites da intervenção jurídico-penal, especialmente porque os interesses jurídicos afetados neste contexto ainda não são plenamente reconhecidos na prática.

No debate sobre a relação entre ação estatal e bens jurídicos, Gustavo Noronha de Ávila (2015) esclarece que o conceito de bem jurídico se estabeleceu como limitador essencial do âmbito de atuação jurídico-penal, apesar de ter sido negligenciado por razões políticas ao longo da história (Carvalho; Ávila, 2015, p. 134). Este princípio destaca que a intervenção jurídico-penal está intrinsecamente ligada à potencial ofensa a um bem penalmente relevante.

O foco deste estudo não reside na ofensa ao direito à privacidade, mas sim na sua preservação, uma distinção crucial, pois a adesão aos procedimentos formalizados no MLAT para a gestão de dados pessoais que possam ser úteis em investigações criminais reflete a cautela necessária que o Estado deve exercer ao manusear informações tão sensíveis. A defesa do direito à privacidade neste trabalho decorre da observância dos procedimentos claramente estabelecidos e da estrita adesão ao Princípio da Legalidade.

O MLAT entre Brasil e Estados Unidos, ao detalhar os procedimentos para cartas rogatórias que facilitam a transmissão de informações para apoiar investigações policiais ou processos penais, confere ao acordo uma base de segurança jurídica, reforçando o devido processo legal. Desta forma, o Estado, ao administrar tais informações, deve manter-se fiel e agir de forma a não comprometer a segurança jurídica esperada das instituições estatais, preservando assim a privacidade dos titulares dos dados.

José Afonso da Silva (1998, p. 2013) adverte sobre os riscos associados à informatização e à capacidade de interconexão de dados, que podem revelar a vida dos indivíduos sem sua autorização ou mesmo conhecimento. Da mesma forma, Oscar Puccinelli (2004, p.5) argumenta que o tratamento de dados não deve ser deixado apenas a critério das regras de mercado, como inicialmente adotado pelos Estados Unidos, pois o controle da informação confere poder, e quem tem poder tende a abusar dele.

Embora a entrega de informações pessoais a uma entidade que opera um poderoso provedor de internet seja voluntária e possa ser requisitada por necessidades de investigação policial ou instrução penal, é fundamental, por uma questão de ordem pública, que o Estado garanta a segurança jurídica para proteger esses dados. Têmis Limberger (2007, p. 60) reforça que, diante das novas técnicas de informática, a intimidade do indivíduo deve ser protegida por uma tutela jurídica que assegure o uso correto dos seus dados, seja por entidades públicas ou privadas.

Portanto, a não aplicação do MLAT entre Brasil e Estados Unidos cria uma situação de vulnerabilidade, comprometendo a segurança jurídica na administração de dados pessoais e, consequentemente, a privacidade dos indivíduos envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MLAT entre o Brasil e os Estados Unidos, estabelecido pelo Decreto Executivo nº 3.810/2001, demonstra a profunda integração e cooperação bilateral em matéria penal. O tratado cobre muitas ações de cooperação. Isso inclui a tomada de depoimentos, obtenção de documentos e realização de buscas. É um instrumento flexível, permitindo medidas adicionais como entregas controladas e investigações conjuntas. Essa flexibilidade é enfatizada por José Paulo Baltazar Júnior, que destaca a capacidade do tratado de adaptar-se para incluir ações como o acesso a informações sob sigilo bancário e a implementação de medidas judiciais sobre bens, promovendo um processo mais ágil comparado às cartas rogatórias tradicionais, uma vez que os pedidos são encaminhados diretamente às autoridades centrais do país destinatário, eliminando a necessidade de canais diplomáticos.

No entanto, a cooperação internacional enfrenta desafios significativos, como observado por Bruce Zagaris, que aponta a discricionariedade na execução de cartas rogatórias por países estrangeiros, resultando muitas vezes na recusa de solicitações de cooperação. Este cenário destaca a importância da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, proposta pela ASSEPRO NACIONAL, que visa questionar a validade constitucional de certos artigos do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, refletindo as tensões entre a cooperação facilitada pelo MLAT e as interpretações de soberania nacional que podem restringir essa colaboração.

A relevância do MLAT também se estende à proteção da privacidade, regulamentando a troca de dados pessoais para investigações criminais de maneira que respeite o princípio da legalidade e proteja os dados pessoais contra abusos. Com efeito, a estrutura legal do MLAT não apenas facilita a cooperação internacional, mas

também fortalece a segurança jurídica e o respeito pelos direitos individuais, incluindo a privacidade. Vê-se, pois que a discussão levantada por acadêmicos como José Afonso da Silva e Oscar Puccinelli reforça a necessidade de uma proteção adequada das informações em um mundo crescentemente digitalizado.

Nessa direção, o MLAT emerge como uma ferramenta essencial não apenas para a cooperação jurídico-penal internacional, mas também como um meio de salvaguardar direitos fundamentais em um contexto globalizado. Portanto, é necessário que os países do tratado garantam que sua aplicação se alinhe aos valores de justiça e aos direitos humanos. Eles devem navegar cuidadosamente entre as demandas de cooperação internacional e a necessidade de proteger a soberania e a privacidade nacionais.

Em síntese, é possível afirmar, com base no que foi escrito e analisado até o presente momento, o seguinte:

- Natureza do MLAT: trata-se de um acordo bilateral focado em questões penais entre o Brasil e os Estados Unidos, formalizado pelo Decreto Executivo nº 3.810 de 2001. Esse tratado estabelece um framework jurídico para a cooperação em ações de obtenção de depoimentos, documentos, e execução de buscas e apreensões, solidificando a colaboração internacional entre os dois países em matérias criminais.
- Flexibilidade: Destaca-se pela sua adaptabilidade, permitindo não só as ações padrão de cooperação, mas também a implementação de medidas mais complexas como entregas controladas e investigações conjuntas. Essa flexibilidade se aplica ao acesso a informações bancárias sigilosas e à implementação de medidas judiciais sobre bens. Isso faz do tratado um mecanismo ágil, enviando pedidos diretamente às autoridades centrais dos países envolvidos, sem intermediários diplomáticos.
- Desafios na Cooperação Internacional: Apesar das facilidades introduzidas, a cooperação internacional enfrenta obstáculos significativos devido à natureza discricionária com que as cartas rogatórias são executadas por países estrangeiros. Isso frequentemente resulta na recusa de solicitações de cooperação, uma questão que ganha destaque na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51, que põe em discussão a compatibilidade de certas legislações nacionais com o tratado, refletindo as tensões entre as necessidades de cooperação jurídica e as interpretações de soberania nacional.
- Vantagens: Uma das características relevantes é sua capacidade de agilizar a cooperação internacional, permitindo que provas sejam produzidas conforme a legislação do Estado requerente, evitando que diferenças nos procedimentos legais tornem a prova inadmissível. Este tratado permite um processo direto e eficiente, enviando pedidos diretamente às autoridades do país destinatário. Isso elimina atrasos ligados aos canais diplomáticos e reforça a base jurídica da cooperação.
- Aspectos Constitucionais e Proteção da Privacidade: O acordo não apenas facilita a cooperação penal internacional, mas também desempenha um papel

fundamental na proteção da privacidade. A controvérsia sobre a aceitação da legitimidade dos métodos de coleta de evidências, conforme os termos dos acordos de cooperação internacional, é central na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 51. Nesse contexto, a ação visa alinhar o tratado com os princípios constitucionais. Isso reforça o quanto necessário é o seu reconhecimento para a proteção dos direitos à privacidade dos indivíduos envolvidos. Além disso, promove a colaboração eficaz entre as nações.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, É. M. de; ÁVILA, G. N. de. Falsos bens jurídicos e política criminal de drogas: uma aproximação crítica. **Revista Conpedi Law Review**, v. 1. n. 10. 2015.

ALBERTIN, A. L. **Administração de informática**: funções e fatores críticos de sucesso. 2. ed. São Paulo: Atlas 1999.

ALBERTIN, A. L. Aumentando as chances de sucesso no desenvolvimento e implementação de sistemas de informações. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 3, p. 61-69, jul./set. 1996.

ATALIBA, G. Ação declaratória de constitucionalidade. **Revista de informação legislativa**, v. 31, n. 121, p. 33-34, jan./mar. 1994.

BALDWIN, C. Y. Debate: What is the future of banking? **Harvard Business Review**, v. 68, n. 4, p. 144-161, 1991.

BALTAZAR JUNIOR, J. P. Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal. Carta Forense, 2024. Disponível em: http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/cooperação-juridica-internacional-em-materia-penal/7575. Acesso em: 14 jul. 2024

BARROSO, L. R. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1998.

BARROSO, L. R. **O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARROSO, L. R. **O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, C. R.; MARTINS, I. G. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BEZERRA, A. C.; WALTZ, I. Privacidade, Neutralidade e Inimputabilidade da Internet no Brasil: Avanços e Deficiências no Projeto de Marco Civil. **Eptic - Revista *Online***, v. 16, n. 2, p. 161-175, 2014.

BINENBOJM, G. **A nova jurisdição constitucional brasileira**: legitimidade democrática e instrumentos de realização. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1941]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 14 jul. 2024

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constiuiçao.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto Executivo n° 3.810, de 2 de maio de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3810.htm. Acesso em: 14 jul. 2024

BRASIL. **Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.956, de 23 de abril de 2014**. Marco Civil da Internet. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Rcl 1880 AgR/SP**. Tribunal Pleno. Relator: Min. Maurício Corrêa, 7 nov. 2002. Diário da Justiça, Brasília, DF, 19 mar. 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADC 1 QO/DF**. Tribunal Pleno. Relator: Min. Moreira Alves, julgado em 27 out. 1993. Diário da Justiça, Brasília, DF, 16 jun. 1995.

CALIFANO, B. Políticas de Internet: la neutralidad de la red y los desafíos para su regulación. **Em: Eptic – Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 15, n. 3, p. 19-37, 2013. Disponível em http:// www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/1353/1351. Acesso em: 9 jul. 2024.

CLÈVE, C. M. **A fiscalização abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

CLÈVE, C. M.; LORENZETTO, B. **Governo democrático e jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

DRUCKER, P. F. **Administrando em tempos turbulentos**. São Paulo: Pioneiras, 1980.

DRUMMOND, V. **Internet, privacidade e dados pessoais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

FERRERES COMELLA, V. **Justicia constitucional y democracia**. 2. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

LEITE, F. C. ADIN e ADC, e a ambivalência possível: uma proposta. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, v. 10, 2008.

LIMBERGER, T. **O direito à intimidade na era da informática**: a necessidade de proteção dos dados pessoais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MACKINNON, Rebecca. **Consent of the Networked**: the worldwide struggle for internet freedom. New York: Basic Books, 2012.

MALONE, T. W., YATES, J., BENJAMIN, R. I. Electronic markets and electronic hierarquies. **Communications of ACM**, v. 30, n. 5, p. 484-497, June 1987.

MELLO, Cláudio Ari. **Democracia constitucional e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MENDES, G. F. **A ação declaratória de constitucionalidade**: a inovação da emenda constitucional nº 3, de 1993. *In*: MARTINS, Ives G. Martins; MENDES, Gilmar F. (Coords.) Ação declaratória de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1994.

MENDES, G. F. **Ação Declaratória de Constitucionalidade**. Coordenação de Ives Gandra da Silva Martins e Gilmar Ferreira Mendes. São Paulo: Saraiva, 1995.

MENDES, G. F. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOREIRA NETO, D. de F. **Curso de direito administrativo**: parte introdutória, parte geral e parte especial. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MADNICK, S. E. **The information technology platform**. In: MORTON, M. S. S. The Corporation of the 1990s: Information Technology and Organizational Transformation. New York: Oxford University Press, 1991.

NEVES, M. **Teoria da inconstitucionalidade das lei**s. São Paulo: Saraiva, 1988.

PUCCINELLI, O. R. **Protección de datos de carácter personal.** Buenos Aires: Astrea, 2004.

SPINOLA, M.; PESSÔA, M. **Tecnologia da Informação**. *In*: CONTADOR, J. C. Gestão de Operações. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher,1998, cap.4. p. 97-104.

TAVARES, A. R.; TOMMASINI, N. Graduando a presunção de constitucionalidade. **Revista Fórum Jurídico**, Belo Horizonte: Fórum, v. 7, p. 68, 2015.

UNITED NATIONS. **The Right to Privacy in the Digital Age**. New York: United Nations, 2003. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/UNGA_upload_0.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

ZAGARIS, B. **U.S. – Brazil and International Evidence Gathering**: The Need for Better Procedural Due Process. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 18., 2012, São Paulo. Paper apresentado... Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, 2012.

DIREITO À MORADIA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: ASPÉCTOS DO JUSNATURALISMO

GT 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Isabela Teixeira de Menezes Reino[1], Dirceu Pereira Siqueira[2].

[1] Mestranda, Centro Universitário Cesumar - UNICESUMAR, bolsista CAPES/PROCUP, 7menezesisabela@gmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado pela Faculdade de Direito de Coimbra (2014), Doutor (2013) e Mestre (2008). Docente e Professor Permanente do Permanente do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu (Doutorado e Mestrado) em Direito na Universidade Cesumar – UNICESUMAR.

RESUMO

Este presente trabalho investiga o direito à moradia como um legítimo direito da personalidade a partir de sua trajetória histórica baseado na sua fundamentação nos direitos humanos e a sua intersecção com a dignidade da pessoa humana. Embora a moradia seja frequentemente entendida como um mero abrigo, este trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre a sua dimensão como um direito fundamental, essencial para o desenvolvimento da identidade e da autonomia individual. Metodologicamente, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica da doutrina jurídica contemporânea e clássica, além de uma análise crítica de dados estatísticos sobre as condições habitacionais no Brasil. Serão explorados princípios do jusnaturalismo como a universalidade ao ponto de afirmar que o direito à moradia é um direito natural que deve ser contemplado igualitariamente por todos, visando a dignidade humana e a garantia dos direitos da personalidade.

Palavras-chave: jusnaturalismo; direito à moradia; direitos da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O direito à moradia, inserido no art. 6º da Constituição Federal de 1988 e consolidado pela Emenda Constitucional nº 26 de 2000, é analisado neste trabalho como um direito da personalidade. A pesquisa aborda o conceito de moradia não apenas como abrigo físico, mas como elemento essencial para o desenvolvimento da identidade pessoal e dignidade humana. Amparado no jusnaturalismo e nas normas de direitos humanos, o artigo questiona a efetivação deste direito e a necessidade de políticas públicas inclusivas que contemplem grupos marginalizados. Ademais metodologicamente, a pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica que incluirá a doutrina contemporânea e clássica, além de uma análise crítica de dados estatísticos sobre a habitação no Brasil, considerando a precariedade das condições de moradia e seu impacto na dignidade da pessoa humana. O objetivo principal da pesquisa é tratar do direito à moradia a partir do ideal universal do jusnaturalismo para reforçar

a sua intrínseca ligação com à tutela da dignidade humana e os direitos da personalidade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O reconhecimento do direito à moradia como um direito fundamental consagrado no caput do art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi um marco jurídico importante. No entanto, a inclusão formal deste direito ocorreu somente com a promulgação da Emenda Constitucional nº 26 de 2000. Antes disso, a doutrina jurídica já havia discutido sua fundamentalidade, sustentada por sua importância para a vida e a dignidade humanas. Siqueira e Souza (2024, p. 636) destacam que a moradia é essencial para a salvaguarda integral da pessoa humana, especialmente na promoção da dignidade.

A moradia está além da mera proteção física contra intempéries climáticos ou como abrigo formado por teto e quatro paredes. Como evidenciado por Siqueira e Souza (2024, p. 637):

> O direito à uma habitação digna e adequada se refere a um bem que é destinado a suprir as necessidades básicas de alojamento dos indivíduos e famílias, cabendo às administrações públicas competentes assegurar a promoção das condições necessárias para tornar efetivo tal direito.

A moradia como direito da personalidade legitima-se ao considerar sua inter-relação com outros direitos fundamentais. Como Mastrodi e Silva (2012, p. 155) apontam, o direito à moradia vai além de oferecer abrigo; é necessário que este direito venha acompanhado de requisitos de segurança, saúde e acesso a serviços essenciais. Dessa forma, a efetivação do direito à moradia envolve um conjunto de ações integradas por parte do Estado, incluindo a prevenção de remoções forçadas e a realocação de populações afetadas por desastres naturais, o que é fundamental para garantir a dignidade das pessoas.

Considerar a condição de vida e de habitabilidade relacionada à proteção da dignidade humana é estabelecer que o direito à moradia pertence a todos, independente de qualquer distinção que possa haver entre classes sociais, interesses econômicos e até mesmo opção de modo de viver, é afirmar que o direito à moradia é universal. Essa característica de universalidade pode ser observada a partir do jusnaturalismo, em que os direitos são inerentes e próprios de cada pessoa, não cabendo restrições a este.

Em se tratando de direito natural, os autores clássicos, tratam da propriedade como centro focal de suas discussões, pois o aspecto da universalidade e garantia integral dos direitos inatos e intrínsecos ao homem advém da natureza, e a propriedade era a representação destes

direitos. Sob a ótica jusnaturalista, a propriedade deve ser vista como um direito que, em teoria, deveria pertencer a todos, porém como bem pontua Douzinas (2009, p. 29), o modelo jurídico da modernidade consolidou a propriedade privada como um instrumento de perpetuação do individualismo e da exclusão, em detrimento de uma igualdade material efetiva.

A realidade, ao passar dos diversos momentos históricos, demonstrou que a propriedade foi muitas vezes limitada a uma elite privilegiada, perpetuando desigualdades sociais. Hespanha (2012, p. 345) destaca que a proteção jurídica da propriedade operava de modo a garantir os interesses de uns enquanto impedia o acesso de outros, evidenciando o distanciamento entre o ideal jusnaturalista de universalidade e a aplicação concreta deste direito.

A modernidade acentua a centralidade de proteção ao indivíduo ao passo que contribui para a formação de um direito que privilegia a autonomia individual em detrimento de uma visão coletiva e comunitária de justiça (Douzinas, 2009, p. 29). A existência de uma dicotomia entre a universalidade dos direitos naturais e sua aplicação seletiva reflete as limitações da modernidade jurídica, que, ao enfatizar a liberdade individual e a proteção da propriedade, desconsiderou as necessidades das comunidades marginalizadas e das minorias sociais.

Nessa ótica, a propriedade, enquanto direito natural, parece refletir uma tensão entre a justiça social e a autonomia individual, já que este distanciou do ideal de igualdade e universalidade proclamado pelo jusnaturalismo clássico. O que se propõe é que a propriedade discutida nos moldes da modernidade possa voltar seu enfoque ao ideal traçado pelos clássicos jusnaturalistas, para que se evidencie o caráter universal do direito à moradia e não da propriedade unicamente como bem privado.

A análise crítica da propriedade, fundamentada no jusnaturalismo, revela a necessidade de superar o individualismo exacerbado da modernidade em prol de uma concepção de direitos humanos que realmente atenda ao ideal de universalidade. A função social da propriedade, consagrada em muitos ordenamentos jurídicos contemporâneos, deve ser entendida como um mecanismo de realização da justiça social, assegurando que os direitos fundamentais, como a dignidade e a igualdade, sejam efetivamente garantidos a todos. Dessa forma, o direito moderno deve buscar um equilíbrio entre a proteção dos interesses individuais e a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os direitos naturais sejam plenamente concretizados, inclusive para os grupos historicamente excluídos, garantindo a completude dos direitos da personalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A moradia, entendida como um direito da personalidade, é um bem essencial que transcende o abrigo físico, sendo indispensável para a dignidade humana e a promoção da igualdade social. A inter-relação entre o direito à moradia e outros direitos fundamentais, como a saúde, a segurança e o acesso a serviços essenciais, demonstra que o direito à moradia deve ser tratado de forma ampla e integrada.

Além disso, a análise da moradia sob o prisma do jusnaturalismo revela a necessidade de se reconsiderar a centralidade da propriedade privada como um direito absoluto. A concepção moderna da propriedade, muitas vezes limitada a uma elite, perpetua desigualdades e distancia-se do ideal jusnaturalista de universalidade e igualdade. É nesse sentido que o direito à moradia deve ser interpretado à luz do jusnaturalismo clássico visando distanciar os referenciais individualistas e conferir universalidade de direito e proteção a todos, buscando conferir dignidade de vida e de habitabilidade e proteção integral aos direitos da personalidade.

REFERÊNCIAS

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. Tradução de Luzia Araújo. São Leopoldo, RS**: Editora Unisinos**, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêuticafilosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 11 ed. Petropólis, RJ: **EditoraVozes/ Editora Universitária São Francisco**, 2011.

GROSSI, P. O ponto e a linha. História do Direito e Direito Positivo na formação jurista do nosso tempo. **Revista Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 31-46, 1º jan. 2005.

MASTRODI, J.; SILVA, M. M. C. “**O direito fundamental social à moradia e a teoria geral do direito”**. Direitos Fundamentais e Justiça, n. 21, 2012.

HESPANHA, A. M. A Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um milênio. Coimbra: **Edições Almedina**, 2012.

SIQUEIRA, Pereira Dirceu, SOUZA, Bruna Caroline Lima de. Direito à moradia como direito da personalidade? **Boletim de Conjuntura (BOCA),** ano VI, vol. 17, n. 50, Boa Vista, 2024.



DIREITOS DA PERSONALIDADE: DA POSSIBILIDADE DE UMA ABERTURA TEÓRICA PARA A TUTELA INTEGRAL DA PERSONALIDADE HUMANA

GT1: DIREITO
CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Bruna Caroline Lima de Souza[1], Dirceu Pereira Siqueira[2].

[1] Doutoranda em Direito pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR), na condição de Bolsista da CAPES (Modalidade Bolsa/ PROSUP); Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR), na condição de bolsista CAPES (modalidade Bolsa/PROSUP); Advogada; Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3486-9268; CV: http://lattes.cnpq.br/7078079716125246; Endereço Eletrônico: brunacarolinelimadesouza@gmail.com.
[2] Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Cesumar, Maringá, PR (UniCesumar); Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru, CV: http://lattes.cnpq.br/3134794995883683. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

RESUMO

A tutela da personalidade humana no Brasil possui como fundamento constitucional o princípio da dignidade da pessoa humana e, no âmbito infraconstitucional, encontra-se atrelada, em grande parte, a uma perspectiva civilista desses direitos, com uma proteção que se divide em corpo, mente e espírito, ressaltando uma tutela juriscivilística da personalidade. Todavia, a personalidade é muito mais ampla do que a tutela atual considera. De tal modo, o presente trabalho se propõe a investigar se: é possível uma abertura teórica dos direitos da personalidade para abarcar uma tutela mais integral da personalidade humana? Como objetivo geral investigar se é possível essa abertura teórica dos direitos da personalidade de modo a abranger uma tutela integral da personalidade humana. Como objetivos específicos ter-se-á: a) analisar a concepção clássica dos direitos da personalidade e qual a tutela nela protegida classicamente e contemporaneamente; b) investigar sobre a possibilidade de abertura teórica dessa compreensão clássica, a partir de uma perspectiva mais integral e real da personalidade humana e do seu desenvolvimento. Para tanto, utilizar-se-á do método dedutivo e da metodologia pautada na revisão não sistemática da literatura. Como resultados esperados tem-se que é possível promover uma abertura teórica da compreensão dos direitos da personalidade de modo a tutelar mais adequadamente a personalidade humana.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Personalidade humana; Desenvolvimento da Personalidade; Dignidade humana; Tutela integral da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

A tutela da personalidade humana no Brasil se dá sob o manto protecional dos direitos da personalidade, que, pautados constitucionalmente na dignidade da pessoa humana (Szaniawski, 2005), possui nesse princípio não apenas a base inspiradora para sua existência, mas também para que houvesse a própria consolidação dos direitos da

personalidade no ordenamento jurídico brasileiro (Lando; Corso, 2014, p. 160).

No âmbito infraconstitucional, os direitos da personalidade são normalmente referenciados com os direitos elencados nos artigos 11 a 21 do Código Civil (Siqueira; Kassen; Souza, 2020, p. 68), com uma tutela que enfatiza uma visão restrita sobre tais direitos, que se divide em “corpo, mente e espírito” (Santos; Jacyntho; Silva, 2013, p. 384).

Todavia, a própria doutrina clássica já apontava para o fato de que a personalidade “embasa uma série aberta de situações existenciais, fator que exige uma proteção jurídica dinâmica e elástica da personalidade como valor” (Perlingieri, 1999, p. 155-156), de modo que uma tutela somente juriscivilística da personalidade, fixando-as em tipos legais fechados, ainda que múltiplos, será sempre redutora (Sousa, 2003, p. 516).

De tal modo, o presente trabalho se propõe a investigar se: é possível uma abertura teórica dos direitos da personalidade para abarcar uma tutela mais integral da personalidade humana?

Assim, possui como objetivo geral investigar se é possível essa abertura teórica dos direitos da personalidade de modo a abranger uma tutela integral da personalidade humana. Como objetivos específicos ter-se-á: a) analisar a concepção clássica dos direitos da personalidade e qual a tutela nela protegida classicamente e contemporaneamente; b) investigar sobre a possibilidade de abertura teórica dessa compreensão clássica, a partir de uma perspectiva mais integral e real da personalidade humana e do seu desenvolvimento.

Tal pesquisa se justifica na medida em que a tutela clássica dos direitos da personalidade encontra-se enclausuradas em uma tutela quase exclusivamente civilista, se afastando não apenas do princípio da dignidade da pessoa humana, mas também da própria amplitude e importância que a personalidade e seu livre desenvolvimento possui, limitando toda a potência que a tutela da personalidade deve, de fato, ter.

Para tanto, utilizar-se-á do método dedutivo e da metodologia pautada na técnica de revisão não sistemática da literatura, recorrendo-se a livros, artigos, teses e dissertações, disponíveis de forma física ou virtual, estas últimas entre as encontradas em bases de dados nacionais (Google Acadêmico, Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) e internacionais (EBSCO e SSRN), ou em Revistas Científicas de alta qualidade segundo os critérios da CAPES, dentre os textos que possuem pertinência temática e importância para as análises propostas.

Tem-se como resultados esperados que é possível promover uma abertura teórica da compreensão dos direitos da personalidade de modo a tutelar mais adequadamente a personalidade humana, considerando principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana sob a qual os direitos da personalidade se alicerçam.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A personalidade humana perfaz uma parte intrínseca da pessoa, constituindo o conjunto de caracteres do próprio indivíduo (Rodrigues, 2015, p. 211) ou ainda como “o conjunto das qualidades e relações que determinam a pessoa em si mesma e em função da participação na ordem de ser, de forma única e singular” (Gonçalves, 2008, p. 68).

Para a psicologia, a personalidade figura como uma formação completa do psiquismo humano (Leontiev, 1978), constituindo tanto as capacidades cognitivas quanto as emoções, os traços de caráter, as vontades, formando um sistema que se estabelece por distintas funções psicológicas, as quais, em conjunto, caracterizam a forma única de atuação de cada pessoa no mundo (Bissoli, 2014, p. 589).

A teoria clássica dos direitos da personalidade possui uma tutela que normalmente se restringe a proteção do ser humano em seus aspectos físicos, moral e intelectual, onde se tem nos aspectos físicos a proteção da vida e do corpo humano, na tutela da moral a proteção da honra, da liberdade, da imagem e do nome, e na proteção intelectual a tutela do pensamento, do direito de criação, arte e invenção (Fermentão, 2006, p. 258).

Todavia, a tutela da personalidade deve considerar a personalidade em toda a sua complexidade, de modo que deve recair sobre “o real e o potencial físico e espiritual de cada homem em concreto, ou seja, o conjunto autônomo, unificado, dinâmico e evolutivo dos bens integrantes da sua materialidade física e do seu espírito reflexivo, sócio-ambientalmente integrados” (Sousa, 2003, p. 117), pois “é na atividade social que a personalidade se configura” (Bissoli, 2014, p. 590), devendo recair a sua proteção não apenas na proteção dos seus bens interiores, mas também na preservação do espaço vital exterior de cada indivíduo (Sousa, 2003, p. 516).

De tal modo, a tutela dos direitos da personalidade deve levar em Consideração não apenas a preservação dos bens interiores anteriormente destacados, mas também que a personalidade, em toda a sua complexidade e importância na pessoa humana, “pressupõe a própria liberdade por validar o conceito de pessoa como elemento a ser observado como sujeito de direito e permitir sua potencial individualização para que, assim, possa ser garantida suas funções específicas” (Almeida, 2022, p. 337).

De tal modo, desenvolver-se como pessoa e sua personalidade de forma livre, pressupõe, para que a liberdade seja efetiva, “a retirada de restrições sobre a vida das pessoas, em especial das restrições atinentes à pobreza, à falta de oportunidades, à ausência de acesso a bens e direitos básicos para o desenvolvimento pessoal do ser humano” (Siqueira; Silva;

Souza, 2023, p. 129), pois a liberdade depende ainda “de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)” (Sen, 2000, p. 17-18).

Assim, faz-se necessário repensar os lineares teóricos sob os quais os direitos da personalidade encontram-se assentados pela teoria clássica, de modo a promover uma abertura teórica de tais direitos, de forma a tutelar de modo mais efetivo a personalidade humana e o seu desenvolvimento, para além dos moldes enclausurados em que tal proteção encontra-se estabelecida no ordenamento jurídico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões esperadas são no sentido da possibilidade de promover uma abertura teórica dos direitos da personalidade de forma a tutelar de forma mais integral a personalidade humana, na medida em que os moldes em que encontram-se assentados os direitos da personalidade essa proteção é deficitária, não tornando efetiva uma tutela enraizada na dignidade da pessoa humana e pendente o fator “liberdade” nessa proteção, especialmente para as com entraves econômicos para desenvolver-se por si só.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Rodrigues de. **Personalidade contra o meio:** sobre a natureza do indivíduo, pessoa e personalidade como direito. 2022. 372 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UNICESUMAR), Maringá/PR, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1A_g6otcjNhjLlgh0ibIL5WyDKWBD201V/view. Acesso em: 16 out. 2024.

BISSOLI, Michele de Freitas. Desenvolvimento da personalidade da criança: o papel da educação infantil. **Psicologia em estudo**, v. 19, n 4, p. 587-597, out./dez. 2014.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. Os direitos da personalidade como direitos essenciais e a subjetividade do direito. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 6, n. 1, p. 241-266, 2006.

GONÇALVES, Diogo Costa. **Pessoa e Direitos da Personalidade**. Fundamentação Ontológica da Tutela. Coimbra: Editora Almedina, 2008.

LANDO, Giorge Andre; CORSO, Rita de Cássia Leite. Direitos da personalidade: classificação dos direitos do nascituro. **Revista Jurídica UNICURITIBA**. v. 4, n. 37, p. 154-182, 2014.

LEONTIEV, A. N. **Actividade, consciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencias Del Hombre, 1978.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil – Introdução ao Direito Civil Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

RODRIGUES, Edgar Dener. A previdência social à luz da teoria dos direitos fundamentais: um direito da personalidade. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 1, n. 2, p. 207-223, jul./dez. 2015.

SANTOS, Luciana Pereira dos; JACYNTHO, Patrícia Helena de Avila; SILVA, Reginaldo da. Imprescritibilidade dos direitos da personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**. v. 13, n. 1, p. 379-393, jan./jun. 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; KASSEN, Jamille Sumaia Serea; SOUZA, Bruna Caroline Lima de. Da relação dos direitos sociais com o pleno desenvolvimento da personalidade: uma análise sob a ótica da dignidade da pessoa humana. **Revista Juris Plenum – Direito Administrativo**, ano VII, n. 26, p. 59-74, jun. 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SILVA, Juvêncio Borges; SOUZA, Bruna Caroline Lima de. Desenvolvimento como liberdade: a importância dos direitos sociais para o exercício da liberdade e dos direitos da personalidade. **Revista Direito.UnB**, v. 07, n. 2, p. 121-140, maio/ago. 2023.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos da personalidade e sua tutela**. 2.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.



IDENTIDADE PESSOAL NO ÂMBITO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE À LUZ DA FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA NA PÓS-MODERNIDADE

GT01: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino[1], Marcus Geandré Nakamo Ramiro[2].

[1] Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2023), bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES), integrando a linha de pesquisa "Direitos da personalidade e seu alcance na contemporaneidade". E-mail: fernandajulieparra@gmail.com.
[2] Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador Bolsista na Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Líder do Grupo de Pesquisa "Proteção Integral da Pessoa: Interações dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais e dos Direitos da Personalidade"; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar; Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha); Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Direito e Música pela Universidade Estadual de Maringá; Advogado. E-mail: marcus.geandre@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz uma análise crítica das teorias clássicas do desenvolvimento humano de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Donald Winnicott explorando como suas contribuições influenciam a compreensão da construção da identidade pessoal. A partir disso, apresenta a integridade psíquica como um direito da personalidade no contexto jurídico brasileiro, o qual é imprescindível para garantir a proteção da psique e das emoções e, consequentemente, identidade pessoal. Por conseguinte, analisa-se os desafios impostos pela fragmentação identitária na sociedade pós-moderna. Para tanto, a pesquisa vale-se do método dedutivo, de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo explicativo e exploratório, tendo na pesquisa bibliográfica procedimento metodológico principal. A análise sugere que, diante das mudanças sociais e tecnológicas, é necessário um novo olhar em relação a proteção da integridade psíquica e da identidade pessoal como direitos da personalidade, a fim de proteger a dignidade e a autonomia do indivíduo, resguardando sua integridade psíquica frente aos desafios modernos.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Direito à identidade Pessoal; Pós-modernidade.

1 INTRODUÇÃO

A construção da identidade pessoal é um processo fundamental para a compreensão do ser humano e dos direitos que garantem sua dignidade. No contexto pós-moderno, caracterizado pela fragmentação social e pelo avanço tecnológico, a identidade pessoal enfrenta desafios cada vez mais complexos. A era digital, com sua exposição constante às redes sociais, novas mídias e transformações culturais, cria um ambiente que afeta diretamente a percepção do indivíduo sobre si mesmo, intensificando as

influências que moldam a identidade e contribuindo para a fragmentação identitária.

As teorias clássicas de desenvolvimento humano de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Donald Winnicott fornecem uma base sólida para compreender os processos de formação da identidade ao longo da vida. Contudo, esses modelos não abordam completamente os dilemas trazidos pelas mudanças contemporâneas, especialmente os desafios relacionados à integridade psíquica e à fragmentação da identidade na era digital.

Nesse sentido, o direito à identidade pessoal, como parte dos direitos da personalidade, adquire uma relevância crescente no âmbito jurídico. Surge, então, o problema central desta pesquisa: como a pós-modernidade e suas características fragmentadoras afetam a integridade psíquica e, como consequência, a construção da identidade pessoal?

Para responder a essa questão, a pesquisa foi conduzida por meio de uma análise interdisciplinar que conecta as teorias clássicas do desenvolvimento humano com as influências emergentes da pós-modernidade. A metodologia utilizada foi o método dedutivo, que parte de premissas estabelecidas nas teorias sobre desenvolvimento humano para aplicar esses conceitos ao fenômeno da fragmentação identitária. Isso permite uma exploração das implicações dessas teorias no contexto contemporâneo.

Foram adotados os seguintes passos metodológicos: a) análise de obras clássicas para extrair conceitos fundamentais que auxiliem na compreensão do tema; b) consulta a artigos de periódicos por meio de bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e o portal de periódicos da CAPES, selecionando abordagens atuais e aprofundadas sobre o tema. A pesquisa bibliográfica foi o procedimento principal, permitindo o desenvolvimento de uma visão crítica sobre os desafios contemporâneos e as possíveis soluções no campo jurídico.

A relevância deste estudo está na necessidade urgente de atualizar o arcabouço jurídico para proteger a integridade psíquica e a autonomia individual frente às novas ameaças trazidas pela fragmentação identitária da sociedade digital. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como a pós-modernidade influencia a construção da identidade pessoal e propor reflexões sobre a adequação e evolução do direito à identidade pessoal no âmbito dos direitos da personalidade.

Portanto, ao realizar essa análise interdisciplinar, o artigo busca construir uma base sólida para compreender os desafios contemporâneos impostos à proteção da identidade pessoal, propondo uma reflexão crítica sobre o papel do direito na garantia da dignidade e da integridade psíquica dos indivíduos.

2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: IDENTIDADE PESSOAL

O desenvolvimento da personalidade e da identidade humana é um processo complexo e multifacetado que tem sido objeto de estudo e debate por parte de diversos teóricos ao longo da história da humanidade. Dentre as abordagens mais influentes estão as teorias cognitiva de Jean Piaget, a Teoria do desenvolvimento emocional de Donald Winnicott e a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky. Cada uma dessas teorias oferece uma perspectiva sobre como a personalidade e a identidade pessoal são formadas e moldadas ao longo da vida.

Jean Piaget foi um psicólogo suíço que desempenhou um papel fundamental no campo da psicologia do desenvolvimento, principalmente no estudo do desenvolvimento cognitivo infantil. A teoria de Piaget é considerada uma teoria construtivista, ela ressalta a ideia de que as crianças constroem ativamente o conhecimento à medida que interagem com o ambiente e de acordo com o seu estágio de maturação (Piaget, 1970, p. 20). A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget também enfatiza a importância da interação do indivíduo com o ambiente físico e social na construção do conhecimento e compreensão do mundo. Piaget postulou que o desenvolvimento cognitivo ocorre em estágios distintos, nos quais o indivíduo desenvolve habilidades cognitivas cada vez mais complexas. Na visão dele, a formação da personalidade e identidade está intimamente ligada ao desenvolvimento do pensamento e raciocínio (Piaget, 1970, p. 20).

Os estágios de maturação humana são descritos pelo autor como Estágios do Desenvolvimento Cognitivo que, segundo Piaget, são quatro estágios principais no desenvolvimento cognitivo da criança: o estágio Sensoriomotor, Pré-operacional, Operacional Concreto e Operacional Formal. Sendo que cada estágio é composto por habilidades cognitivas específicas, resultando no processo de como as crianças pensam sobre o mundo a sua volta (Piaget, 1970, p. 25).

> [...]cada um dos estágios passados corresponde a um nível mais ou menos elementar ou elevado da hierarquia das condutas. Mas cada estágio corresponde também características momentâneas e secundárias, que são modificadas pelo desenvolvimento ulterior, em função da necessidade de melhor organização. Cada estágio constitui então, pelas estruturas que o definem, uma forma particular de equilíbrio, efetuando-se a evolução mental no sentido de uma equilibração sempre mais completa (Piaget, 1999, p. 15).

Em cada um desses estágios, a criança irá desenvolvendo o biológico e o psíquico e, para que haja a plena construção da identidade pessoal, é necessário que cada um dos estágios descritos seja desenvolvido de forma plena e sadia, já que, para Piaget, o mal

desenvolvimento em um dos estágios, pode influenciar negativamente o desenvolvimento mental e biológico do próximo estágio.

> O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico: como este se orienta, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável, caracterizado pela maturidade dos órgãos, também a vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de uma nova forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto O desenvolvimento, portanto, é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior (Piaget, 1999, p. 35).

Para Piaget, a construção da identidade pessoal surge da interação do indivíduo com o ambiente e da necessidade de equilibrar a assimilação e a acomodação. A assimilação ocorre quando a criança incorpora novas informações ao seu esquema existente, enquanto a acomodação envolve a modificação do esquema existente para acomodar novas informações. Esses processos ocorrem de maneira interativa e contínua ao longo do desenvolvimento. Dessa forma, a identidade pessoal é construída à medida que o indivíduo desenvolve uma compreensão de si mesmo e do mundo ao seu redor, através da internalização de esquemas mentais e da interação com o ambiente social e cultural. (Piaget, 1999).

Donald Winnicott concentrou-se na importância das relações interpessoais e do ambiente emocional na formação do self e da identidade. Ele introduziu conceitos como o objeto transicional, o espaço potencial e os conceitos de falso self e verdadeiro self. Winnicott argumentou que um ambiente emocionalmente receptivo e responsivo é essencial para o desenvolvimento saudável do self (Winnicott, 1983, p. 135).

Na visão de Winnicott, a identidade pessoal é influenciada pelas interações com figuras de cuidado e pelo ambiente emocional proporcionado por essas relações, ressaltando a relação entre mãe e filho, “pode-se dizer que uma proteção do ego suficientemente boa pela mãe (em relação às angústias impensáveis) possibilita ao novo ser humano construir uma personalidade no padrão da continuidade existencial” (Winnicott, 1975, p. 60).

Para Winnicott, a capacidade de simbolização e a expressão autêntica do self são fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade coesa e autêntica, “a integração está intimamente ligada à função ambiental de segurança [holding]. A realização da integração é a unidade. Primeiro vem o “eu” que inclui “todo resto é não eu”. Então vem eu sou, eu existo, adquiro experiências, enriqueço-me e tenho uma interação introjetiva e projetiva com o não-eu, o mundo da realidade compartilhada” (Winnicott, 1975, p. 60). Destaca-se que a personalidade

continua sendo construída após a “castração” da ligação entre mãe e bebê e que esse é um momento em que “capacita a criança a continuar viver” (Winnicott, 1975, p. 49), ou seja, a construir a sua personalidade própria e independente da mãe.

Lev Vygotsky propôs uma abordagem sociocultural do desenvolvimento humano, enfatizando a influência do ambiente social e cultural na formação da identidade. Vygotsky argumentou que o desenvolvimento ocorre por meio da interação social e da participação em práticas culturais. (Vygotsky, 1989, p. 83).

De acordo com Vygotsky, o desenvolvimento da personalidade é um “complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, imbricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra” (Vygotsky, 1989, p.83). Como se nota, a construção da identidade pessoal é feito por meio de um processo complexo e que ocorre ao longo da vida.

Vygotsky também introduziu conceitos como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e a internalização de ferramentas culturais, como linguagem e símbolos. Por Zona de Desenvolvimento Proximal, ele entende que são as “funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento (...)” (Vygotsky, 1989, p. 112-113).

Para exemplificar, pode-se dizer que a ZPD compreende aquilo que a criança será capaz de compreender seguindo para o próximo estágio de desenvolvimento. A ZPD é “a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (Vygotsky, 1989, p. 112-113).

Sendo a Zona de Desenvolvimento Real, por outro lado, o conhecimento já adquirido e consolidado pela criança, “a capacidade de realizar tarefas de maneira independente, ou seja, são conquistas já realizadas, funções de capacidade que a criança já aprendeu e domina, indicando processos de desenvolvimento já consolidados” (Joenk, 2007, p. 8).

Na perspectiva de Vygotsky, a identidade pessoal é moldada pelas relações interpessoais, pela linguagem e pelos sistemas de significado compartilhados dentro de uma cultura. As interações com pais, colegas e outros membros da comunidade desempenham um papel fundamental na formação da identidade, enquanto a internalização de práticas culturais e valores influencia a construção do eu.



Como visto, as teorias de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Donald Winnicott oferecem perspectivas fundamentais sobre o desenvolvimento da personalidade e identidade humana. Foi possível constatar que, enquanto Piaget destaca a importância do pensamento cognitivo na construção de uma compreensão coerente a identidade e do mundo; Winnicott destaca a importância das relações interpessoais e do ambiente emocional na formação do self e na busca por uma identidade autêntica. Por fim, Vygotsky enfatiza a influência do ambiente social e cultural na formação da identidade, além de destacar conceitos como a Zona de Desenvolvimento Proximal e Real como importantes na formação do conhecimento e da personalidade humana.

3 A PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE PSÍQUICA NO BRASIL

A construção da identidade pessoal está diretamente ligada à preservação da integridade psíquica do indivíduo, pois o equilíbrio emocional e mental são essenciais para o desenvolvimento de uma autoimagem saudável e coesa. A integridade psíquica pode ser compreendida como o estado de bem-estar mental e emocional que permite à pessoa equilibrar de forma saudável suas experiências internas e externas garantindo a pessoa a estabilidade necessária para enfrentar os desafios cotidianos.

Este conceito é vital para a saúde mental, pois envolve a capacidade do indivíduo de processar e integrar suas vivências e memórias de maneira que fortaleça sua autoimagem e mantenha um equilíbrio emocional. Em outras palavras, preservar a integridade psíquica significa que o indivíduo é capaz de superar desafios emocionais e psicológicos sem que isso afete negativamente sua percepção de si mesmo, permitindo, assim, o pleno desenvolvimento de sua identidade pessoal (Castro, Ramiro, Tamaoki, 2023, p. 16556).

No Brasil, a integridade psíquica é reconhecida como um dos direitos da personalidade, garantindo proteção à dignidade e autonomia dos indivíduos (Bittar, 2015). De acordo com Castro, Ramiro e Tamaoki (2023), “a integridade psíquica é vista como um elemento essencial da personalidade, englobando os direitos relacionados ao psíquico e aos sentimentos. Esse direito assegura a proteção da integridade física e psíquica, fundamental para o equilíbrio emocional e o desenvolvimento da personalidade” (p. 16558).

Destaca-se a importância da integridade psíquica que, ao ser violada, compromete-se não apenas a existência humana, mas também a dignidade do indivíduo. Groeninga (2006) enfatiza que o direito à integridade psíquica é o mais fundamental entre os direitos da personalidade, pois é o psiquismo que nos confere a qualidade humana (p.

439-455). Assim, proteger a integridade psíquica significa garantir que os aspectos emocionais e psicológicos da pessoa não sejam violados de forma ilícita, visto que a saúde mental é crucial para o desenvolvimento de uma identidade pessoal plena e coerente.

Os atributos psíquicos de cada indivíduo estão profundamente ligados aos seus sentimentos. Dessa forma, a noção de saúde engloba a integridade mental e o equilíbrio psicológico, essenciais para a dignidade humana. Atos que violam a integridade psíquica, causando tristeza, vergonha ou constrangimento, são considerados ilícitos (Bessa, 2020, p. 12).

O ordenamento jurídico brasileiro reflete a importância da integridade psíquica por meio de sua proteção nos direitos da personalidade, o que ressalta seu papel central na dignidade humana e no desenvolvimento da identidade pessoal. A Constituição Federal, o Código Civil (arts. 11 e 12, que tratam dos direitos da personalidade) e o Código Penal (art. 146, que trata do constrangimento ilegal) fornecem mecanismos legais para proteger a saúde mental dos indivíduos.

Além disso, legislações mais recentes, como a Lei nº 13.185/2015, que combate o bullying, e a Lei nº 13.840/2019, que reforça políticas de saúde mental, demonstram o comprometimento do sistema jurídico em garantir um ambiente seguro, indispensável para a formação de uma identidade pessoal sólida.

A preservação da integridade psíquica também influencia diretamente na forma como as pessoas integram novas experiências e memórias, conforme ilustrado pela Teoria Cognitiva de Piaget, que discute os processos de assimilação e acomodação. Um estado mental equilibrado facilita a adaptação a novas situações, permitindo que o indivíduo integre novas informações de forma construtiva, o que, por sua vez, contribui para a formação de uma autoimagem positiva e uma identidade pessoal coesa.

Assim, a proteção da integridade psíquica não é apenas essencial para o bem-estar emocional e mental dos indivíduos, mas também para garantir que cada pessoa possa desenvolver uma identidade autêntica e coerente. Conforme proposto por Winnicott, é fundamental que os indivíduos tenham a capacidade de processar suas memórias e experiências, inclusive as traumáticas, de maneira saudável, para que possam formar uma autoimagem que reflita seu verdadeiro "self" e seus valores essenciais.

4 FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA NA PÓS-MODERNIDADE

A questão da fragmentação da identidade na pós-modernidade é um tema central nas discussões contemporâneas. A pós-modernidade, ao contrário da modernidade, é caracterizada por rupturas, fluidez e constantes transformações. Segundo Eduardo Jorge Duque, o prefixo "pós"

não deve ser entendido de forma pejorativa, mas como uma demarcação temporal que sinaliza um período que sucede a modernidade. Esse período é marcado tanto pela continuidade de certos aspectos da modernidade quanto pela ruptura com outros, produzindo novas visões e paradigmas que são debatíveis e testáveis (DUQUE, 2003). Assim, a pós-modernidade surge como um cenário complexo, onde as certezas sólidas da modernidade são colocadas “em cheque” e novas formas de construção da realidade surgem.

Para Eduardo Carlos Bianca Bittar, não há um consenso quanto à sua data de início ou mesmo em relação ao seu nome, isto é, pós-modernidade, já que expressões como "supermodernidade" e "modernidade reflexiva" também têm sido utilizadas para designar esse período (BITTAR, 2008).

O entendimento comum é de que esse período representa uma fase de grandes transformações, tanto nos valores culturais quanto nas estruturas sociais, políticas e jurídicas. Bittar destaca que a sociedade pós-moderna carrega uma sensação de crise, que se manifesta em amplas magnitudes e afeta diversos aspectos da vida contemporânea (BITTAR, 2008). Esse ambiente de crise constante impacta diretamente na construção da identidade pessoal, que se torna fluida e fragmentada diante da falta de pontos de referência fixos e estáveis.

Para Bauman, a sociedade pós-moderna é uma "sociedade líquida", onde as estruturas sociais e institucionais que antigamente davam solidez e previsibilidade às relações humanas se dissolveram, tornando as interações sociais instáveis e mutáveis. O filósofo argumenta que, na modernidade, as instituições ofereciam uma base sólida sobre a qual os indivíduos podiam construir suas identidades. Com o advento da pós-modernidade, essas estruturas se tornaram líquidas e a identidade pessoal passou a ser algo instável, que não mantém sua forma por muito tempo e está sujeita a contínuas reconfigurações (BAUMAN, 2021). Nesse cenário, os indivíduos enfrentam uma constante incerteza quanto à sua identidade, que não mais é definida por parâmetros fixos, mas sim pelas contingências e transformações incessantes da vida social.

Essa transformação na forma como a identidade é construída na pós-modernidade está ligada ao fenômeno do consumo. Bauman explica que o consumismo, que antes era voltado à satisfação de necessidades básicas, hoje assume um papel central na construção da identidade. As escolhas de consumo se tornam expressões de pertencimento e identidade, mas, ao mesmo tempo, essas identidades são efêmeras e negociáveis.

O pertencimento e a identidade deixam de ser garantidos ao longo da vida e passam a depender das decisões individuais, dos caminhos percorridos e da capacidade de se manter firme diante das incertezas (BAUMAN, 2021). Nesse sentido, a identidade pós-moderna é marcada

pela liberdade de escolha, mas também pela incerteza, fragmentação e constante renegociação de si mesmo.

A multiplicidade de identidades possíveis na pós-modernidade é vista por Claudia Constante Carvalho como uma extensão da liberdade moderna, mas com novas implicações. A pós-modernidade abraça a instabilidade dessas escolhas, aceitando que as identidades são transitórias e abertas à redefinição contínua. Para Carvalho, essa multiplicidade de identidades pode tanto aumentar a liberdade individual quanto gerar vivências fragmentadas, levando a crises de identidade e sentimentos de dispersão (CARVALHO, 1999). A fragmentação da identidade pessoal não é apenas uma característica do período pós-moderno, mas uma condição que desafia os indivíduos a lidarem com a fluidez das suas próprias subjetividades.

Stuart Hall utiliza o termo "descontinuidades" para descrever as rupturas que marcam a sociedade contemporânea. Hall argumenta que as mudanças na sociedade moderna levaram à libertação do indivíduo de apoios estáveis, como as tradições e as estruturas institucionais, gerando profundas alterações na identidade pessoal. Para Hall, as "velhas identidades", que durante muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, dando lugar a novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno, visto anteriormente como um sujeito unificado (HALL, 2020). Para o autor, esse processo é como uma "perda de um sentido de si", uma espécie de "descentração" do sujeito tanto em relação ao seu lugar no mundo social e cultural quanto em relação a si mesmo, o que gera uma crise de identidade para o indivíduo (HALL, 2020).

Hall também identifica três noções distintas de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo era visto como unificado, centrado e racional, com uma identidade fixa e contínua ao longo da vida. O sujeito sociológico, por sua vez, dependia de suas interações sociais para construir sua identidade, que ainda mantinha um núcleo interior estável, mas era influenciada pelas relações externas. Já o sujeito pós-moderno, segundo Hall, é fragmentado, contraditório e composto por múltiplas identidades, muitas vezes incompatíveis entre si. Na pós-modernidade, o processo de identificação se torna provisório e problemático, e a identidade é continuamente formada e transformada em relação aos sistemas culturais que nos cercam (HALL, 2020).

Bauman reforça essa visão ao afirmar que o desafio de "autoidentificação" na pós-modernidade dificilmente é concluído de maneira satisfatória. Ele argumenta que, devido à fluidez e à inconstância das relações sociais, a busca por uma identidade coesa se torna uma tarefa impossível de ser plenamente alcançada. As identidades, na pós-modernidade, estão em constante transformação, o que gera uma sensação de incerteza e fragmentação que permeia todas as esferas da

vida (BAUMAN, 2021). Essa condição fragmentada da identidade pós-moderna representa um dos principais desafios para os indivíduos no cenário contemporâneo.

A pós-modernidade introduz uma série de rupturas em relação aos paradigmas que sustentavam a identidade na modernidade. A fragmentação da identidade pessoal se torna uma característica definidora desse período, marcada pela fluidez, instabilidade e multiplicidade de identidades.

O indivíduo pós-moderno vive em um contexto de constante reconfiguração de si mesmo, onde as certezas e as bases sólidas que estruturavam a identidade no passado deram lugar a uma realidade líquida, onde nada é permanente. A crise de identidade na pós-modernidade, portanto, reflete as profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas que caracterizam esse período, desafiando os indivíduos a navegarem por um cenário em que a única constante é a mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a construção da identidade pessoal a partir de uma abordagem interdisciplinar conectando teorias clássicas do desenvolvimento humano com as realidades fragmentadas da sociedade pós-moderna.

A análise das contribuições de Piaget, Vygotsky e Winnicott revela que apesar dessas teorias forneçam uma base sólida para a compreensão da formação da identidade, elas não abordam os dilemas e rupturas introduzidos pela era digital e pela fragmentação identitária contemporânea.

Como visto, a pós-modernidade, marcada pela fluidez, pela ausência de estruturas fixas e pela constante renegociação do "eu", desafia os conceitos tradicionais de identidade e exige uma reflexão aprofundada sobre a proteção dos direitos da personalidade.

A presente pesquisa não se limita à necessidade de atualizar o arcabouço legal, mas se estende ao incentivo para que juristas, acadêmicos e profissionais do direito debatam e investiguem como o direito à identidade pessoal pode ser efetivamente protegido em um cenário de constantes transformações sociais e culturais.

É essencial reforçar que o direito à integridade psíquica deve ser visto como um pilar fundamental dos direitos da personalidade, garantindo a dignidade e a autonomia dos indivíduos em um ambiente onde as influências externas são cada vez mais poderosas e fragmentadoras.

Por fim, espera-se contribuir para uma reflexão crítica sobre o papel do direito na proteção da identidade pessoal, ressaltando a importância de fomentar a continuidade de estudos sobre a interseção entre desenvolvimento humano, direito e pós-modernidade. É a partir desse

diálogo que novas abordagens e soluções poderão ser vislumbradas para os desafios contemporâneos enfrentados pelos indivíduos em relação à sua identidade e integridade psíquica.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Carlos Alberto Medeiros.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Plínio Dentzien (Trad.) Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. Sequência: estudos jurídicos e políticos, v. 29, n. 57, p. 131-152, 2008.

CASSIANO, Débora Morgana; RAMIRO, Marcus Geandré Nakano; FACHIN, Jéssica. **Identidade em rede os perigos da influência do ambiente virtual na formação do cidadão.** REVISTA DO INSTITUTO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIDADANIA, LONDRINA,V.7,N.1,E045,JAN./JUN. 2022. Disponível em: https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/149

DE CASTRO, Matheus Felipe; RAMIRO, Marcus Geandré Nakano; Clara Carrocini Tamaoki; **Desafios contemporâneos na proteção jurídica da integridade psíquica no Brasil.** CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.15, n.12, p. 16533-16561, 2023. Dispoível em: https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2464/2605.%20Acesso%20em:%2005%20jun.%202024.

GROENINGA, Giselle Câmara. **O direito à integridade psíquica e o livre desenvolvimento da personalidade.**In: Família e Dignidade Humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thompson. 2006. .

HALL, Stuart**. A identidade cultural na pós-modernidade.** Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (Trad.). 12. ed. Lamparina: Rio de janeiro, 2020.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética.** 4 ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.



VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos. 6 ed. São Paulo: Martins, Fontes, 1998.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo**. Trad. Álvaro Cabral. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

INTERSEÇÃO ENTRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E O EFEITO *BACKLASH*

GT 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Mayume Caires Moreira[1], Dirceu Pereira Siqueira[2].

[1] Doutorando em Direito pela UniCesumar, campus Maringá-PR na linha Instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade. Bolsista PROSUP- CAPES. E-mail: mayumecaires@gmail.com.
[2] Orientador, Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Cesumar, Maringá, PR (UniCesumar); Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

RESUMO

Este resumo tem por objetivo compreender o efeito *backlash* sob a ótica dos direitos da personalidade. Norteia a pesquisa a seguinte pergunta: é possível uma interseção entre o efeito *backlash* e os direitos da personalidade? O método de abordagem utilizado é o dedutivo, e a técnica aplicada é a revisão bibliográfica não sistemática, realizada em bases de dados nacionais e estrangeiras. Como resultado, tem-se que a interseção entre o efeito *backlash* e os direitos da personalidade se realiza no exercício de tutela desses direitos, uma vez que deve ser realizada sobre a pessoa em sua concretude e diversas formas de manifestação do ser e dever. Todavia, sob o âmbito dos direitos da personalidade, o efeito *backlash* pode ser utilizado como um instrumento democrático em busca do reconhecimento de direitos ou como obstáculo à tutela ampliativa desses direitos.

Palavras-chave: Efeito backlash; Jurisdição Constitucional; Direitos da Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O efeito backlash é compreendido como a forte reação a uma decisão ou mudança social e/ou política, realizando-se em sua essência como um instrumento de resistência. Os direitos da personalidade, por sua vez, dizem respeito àqueles direitos que protegem a esfera íntima da pessoa, referente aos elementos formadores de sua personalidade em si e em suas projeções sociais. Diante dessas temáticas, tem-se como problemática central do resumo a seguinte pergunta: É possível uma interseção entre o efeito *backlash* e os direitos da personalidade? Para respondê-la, a investigação será realizada a partir do método dedutivo e empregará a técnica de investigação de revisão bibliográfica não sistemática de livros e artigos, no formato físico ou virtual, coletados em bases de dados nacionais e estrangeiras.

A pesquisa se justifica em razão de que o Poder Judiciário deixou de ser aplicador de leis e códigos, configurando-se como um agente político, cujas decisões são alvos do denominado efeito *backlash.* Desse modo, é

mister compreender a relação dessa forte reação as decisões e a tutela dos direitos da personalidade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Klarman (2011, p. 3) compreende que decisões do Poder Judiciário sobre questões sensíveis ocasionam o *backlash* e tem efeito rebote, uma vez que são "decisões judiciais sobre questões altamente carregadas que produzem uma resistência maciça à decisão, que a causa que a decisão parece fazer avançar, pelo menos a curto prazo, e possivelmente têm efeitos maiores, muitas vezes imprevisíveis, também na política.".

O efeito *backlash* é analisado por Eskridge (2013) a partir da ideia de que quando os tribunais inovam por intermédio do reconhecimento de direitos constitucionais importantes, tanto são ineficazes quanto são contraproducentes, uma vez que desviam a energia dos movimentos sociais de canais mais produtivos e produzem *backlash* de contra-movimentos energizados. Essa visão está ligada aos casos que trouxeram notoriedade ao *backlash*, uma vez que a história transparece a ocorrência de "*With Backlash*" nos EUA e no Reino Unido, cujo objeto de combate eram as políticas de garantia dos direitos civis, que visavam combater o racismo.

Um dos casos que mais desperta interesse entre os estudiosos do efeito em análise é o caso *Brown vs. Board Education*, que envolve a questão da segregação racial em escolas públicas e o direito de negros poderem frequentar as mesmas escolas que os brancos. O mesmo movimento aconteceu para barrar as medidas afirmativas para a inserção de negros no ensino superior e em determinados postos de trabalho (Nascimento, 2020).

Duas teorias analisam o efeito *backlah*, são elas o minimalismo judicial e o constitucionalismo democrático. O minimalismo judicial de Sustein (2007, p. 1-3) compreende o *backlash* como um fenômeno a ser evitado, pois assevera que os juízes não devem decidir sobre questões que vão além dos seus precedentes. Por sua vez, o constitucionalismo democrático de Post e Siegel (2007, p. 374), enxerga o efeito *backlash* como um desacordo interpretativo e como uma condição normal para o desenvolvimento do Direito Constitucional. Desse modo, a partir do modelo de constitucionalismo democrático o conflito, até determinado nível, é uma consequência inevitável da defesa dos direitos constitucionais independentemente de serem garantidos por meio do Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.

Diante disso, percebe-se que o efeito *backlash* está relacionado a "reação contrária e contundente a decisões judiciais que buscam outorgar sentido às normas constitucionais. Seriam, então, reações que acontecem desde a sociedade e questionam a interpretação da Constituição realizadas

no âmbito do Poder Judiciário." (Kozicki, 2015, p. 505). Ademais, o *backlash* é um fenômeno político-social complexo, amplo e embaraçoso, no sentido de que, seja para manter o *status quo* ou para mudá-lo, atua, ontologicamente, como um obstáculo para decisões progressivas ou conservadoras.

A interseção entre o efeito *backlash* e os direitos da personalidade perpassa pela concepção de democracia constitucional que de acordo com Dworkin (1996, p. 17) rejeita a premissa majoritária, compreendendo que as decisões coletivas devam ser tomadas por instituições políticas cuja estrutura, composição e práticas tratem todos os membros da comunidade como indivíduos, com a mesma preocupação e respeito. A democracia constitucional, dessa forma, permite ao Poder Judiciário, mesmo em caráter contramajoritário, participar do processo de tomada de decisões acerca da garantia/reconhecimento de direitos.

Nos tempos atuais tem se percebido uma atuação vasta do Judiciário na tutela dos direitos da personalidade, que demarcam a mudança institucional desse órgão, ocasionando debates acerca das formas clássicas de participações dos poderes, uma vez que a sua função foi ampliada e consequentemente exige uma atuação e participação mais ativa na interpretação e aplicação da Lei, no controle de constitucionalidade das leis e atos normativos e demais assuntos de interesse público.

Essa transformação na agenda do STF, com relação às temáticas que são decididas incluíram uma série de temas com potencial indutor de *backlashes,* uma vez que o efeito está relacionado a decisões cujo conteúdo desagrada um grupo de indivíduos ou coletividade. A título de exemplo, em 05 maio de 2011 o STF no julgamento conjunto da ADI n. 4.277 e da ADPF n. 132/RJ equiparou a união homoafetiva à união estável entre homem e mulher, realizando uma interpretação do art. 1.723 do Código Civil em conformidade com a Constituição Federal, a partir da técnica da "interpretação conforme". Nesta decisão, apesar de a constituição não fazer menção expressa ao direito fundamental a união homoafetiva o STF entendeu, fundamentado na liberdade individual, no direito de ser tratado com igualdade em sua humanidade e ao respeito à intimidade devidamente pela equiparação a união estável heteroafetiva.

À vista disso verifica-se a interseção entre os direitos da personalidade e o efeito *backlash*, pois apesar do fato de não existir no texto da constituição um dispositivo específico para a proteção da personalidade humana, o reconhecimento da tutela está ancorado no núcleo geral da dignidade humana, referente a tutela os direitos que visam proteger os bens inerentes à pessoa humana, como a vida, liberdade, honra, imagem, privacidade, intimidade, integridade, dentre outros, chamam-se de direitos da personalidade" (Siqueira, Moreira, Vieira 2023, p. 8).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O efeito *backlash* é um fenômeno político-social, complexo, amplo e embaraçoso no sentido de que ele atua como um obstáculo tanto para decisões progressivas, quanto para as decisões conservadoras. Observou-se, também, que o efeito *backlash* não é simplesmente uma discordância social, trata-se de um movimento organizado coletivo e institucionalmente a fim de obstaculizar a eficácia de uma decisão.

Por fim, quanto a problemática de pesquisa, a interseção do *backlash* com os direitos da personalidade é verificada no exercício de tutela desses direitos, uma vez que se realiza sobre a pessoa em sua concretude e diversas formas de manifestação do ser e dever, tendo como epicentro a dignidade humana e o livre desenvolvimento da personalidade.

REFERÊNCIAS

ESKRIDGE JR, W. N. Backlash politics: How constitutional litigation has advanced marriage equality in the United States. **BUL rev.**, v. 93, p. 275, 2013.

FONTELES, S. S. Direito e *Backlash***.** 2018. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - **Programa de Mestrado da Escola de Direito de Brasília**, Brasília, 2018.

FRANÇA, R. L. **Direitos da Personalidade: coordenadas fundamentais**. In: MENDES, Gilmar Ferreira; STOCO, Rui. Pessoa e domicílio. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

KOZICKI, K. ***Backlash:* as "Reações Contrárias" à Decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153**, p. 192 -197. In: José Geraldo de. O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.

POST, R.; SIEGEL, R. Roe rage: democratic constitutionalism and backlash. **Harv. CR-CLL Rev.**, v. 42, p. 373, 2007.

SIQUEIRA, D. P.; MOREIRA, M. C.; VIEIRA, A. E. S. F. As pessoas e grupos em exclusão digital: os prejuízos ao livre desenvolvimento da personalidade e a tutela dos direitos da personalidade. **Revista Direitos Culturais**, v. 18, n. 45, p. 3-17, 2023.

SUNSTEIN, C. R. Backlash's Travels. **Harv. CR-CLL Rev.**, v. 42, p. 435, 2007.

SUNSTEIN, C. **One case at a time:** judicial minimalism on the Supreme Court. Harvard: Harvard University, 1999.

O *COMPLIANCE* TRABALHISTA NA REDUÇÃO DE PASSIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

GT1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Daniele Campos de Almeida[1]. Okçana Yuri Rodrigues Carvalho[2]

[1] Acadêmica, Unicesumar, Maringá - Paraná). e-mail. Dani.campoos@hotmail.com
[2] Orientadora.Mestre em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR, advogada e docente do Curso de Direito UNICESUMAR. Email: okcana.carvalho@docentes.unicesumar.edu.br

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu Art. 1º, IV, os valores sociais do trabalho, o que demonstra sua importância na sociedade, isto é, a garantia de condições justas e dignas para a execução do trabalho. Assim, para que se garanta que a dignidade da pessoa humana e os direitos dos trabalhadores sejam respeitados, é necessária a observância das normas e o estabelecimento de padrões éticos dentro da empresa. Pelas razões expostas, surge o *compliance* trabalhista como medida de extrema relevância, pois sua aplicação pode gerar grandes impactos no mundo do Direito do Trabalho, principalmente no que diz respeito à garantia dos direitos dos trabalhadores e a detecção de eventuais descumprimentos de normas, operando na prevenção de riscos do negócio. Consequentemente pode-se afirmar que o *compliance* age assegurando que os direitos dos trabalhadores sejam cumpridos, reduzindo o risco de eventual ação trabalhista, contribuindo para a longevidade e sucesso da empresa proporciona redução significativa no impacto financeiro.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana. Direito do Trabalho. Gestão de Pessoas

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece em seu Art. 1º, IV, como um dos fundamentos da República os valores sociais do trabalho, o que demonstra a importância que o trabalho tem para a sociedade. Desta feita, entende-se que o trabalho pode ser visto em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o empregador precisa proporcionar condições para que o trabalhador possa exercer o seu trabalho de forma justa e digna, promovendo o bem-estar social.

Nesse sentido, para garantir essas condições justas para os trabalhadores, é preciso que o setor de gestão de pessoas, área



encarregada de alinhar o lado humano nas empresas, utilize-se de ferramentas e estratégias para alinhamento dos interesses e valores organizacionais com os valores sociais do trabalho e o respeito a dignidade da pessoa humana, objetivando e assegurando as garantias fundamentais.

Dito isso, pode-se afirmar que o *compliance* está diretamente ligado ao setor de gestão de pessoas, isso porque, os programas de *compliance* quando colocados em prática acarretam diversos benefícios no relacionamento da empresa com seus colaboradores e exterioriza uma boa imagem para seus clientes e investidores. Portanto, nota-se que o *compliance* serve também para assegurar os direitos dos empregados e demonstrar a eles que a empresa tem responsabilidade e cuidado com as pessoas que fazem parte do seu negócio.

Assim, é evidente que a aplicação do programa de *compliance* funciona como ferramenta necessária do negócio, em todos os seus aspectos, pois sua existência não se limita a criação de punições para os gestores e colaboradores, muito além disso, atua diretamente em detectar eventual descumprimento de direitos fundamentais e normas trabalhistas, mitigando riscos para a empresa e para a saúde dos trabalhadores.

Portanto, notório que um país no qual se verifica uma grande quantidade de leis evidencia a necessidade de uma atenção maior e especializada na aplicação de tais normas. E isto pode ser feito por setores como o de *compliance,* garantindo ao final um ambiente de trabalho adequado e equilibrado.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A presente pesquisa demonstrará, através de pesquisa bibliográfica, a importância do trabalho frente a dignidade da pessoa humana e como o setor de gestão de pessoas por meio da aplicação de programa de *compliance*, pode garantir um ambiente de trabalho saudável, justo e digno, consequentemente reduzindo a insatisfação dos trabalhadores e eventuais ajuizamento de ações na Justiça do Trabalho.

Pretende-se analisar dados estatísticos a respeito de litígios na justiça do trabalho e estudos que demonstrem a importância e resultado da aplicação de programas de *compliance*, utilizando como principal referência as leis. Assim, evidenciar-se-á que os litígios na Justiça do Trabalho em decorrência do descumprimento de leis e normas é fator atual e de extrema relevância, sendo crucial a aplicação de um programa interno que estabeleça normas em conformidade com as leis vigentes, pois, embora a redução de litígios não seja o foco principal dos programas de compliance, sua implementação pode reduzir os litígios na seara trabalhista. (Pinheiro, Silva, Bonfim, 2021).

De acordo com Cruz Soares Silva da Trindade, Da Silva Félix e Aguilera Urquiza (2023)

> Desta maneira, os treinamentos periódicos que é uma das ferramentas do compliance trabalhista devem ser realizados atendendo ao princípio da dignidade da pessoa humana, tendo em vista ser o trabalho fundamento da república com eixos principiológicos de proteção, ainda que seja visto como algo a ser construído do princípio e após, se tornando universal por atender aos princípios axiológicos que se fundam a relação empregatícia. (Trindade, Félix e Urquiza, 2023)

Portanto, é crucial a discussão sobre a conciliação dos direitos fundamentais e aplicação do *compliance* trabalhista dentro das organizações, assegurando sempre o respeito à dignidade alinhado ao desenvolvimento sustentável da empresa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os aspectos apresentados sobre os direitos dos trabalhadores e o programa de *compliance*, é indiscutível os diversos benefícios de sua aplicação e a consequente diminuição de ações trabalhistas decorrentes de descumprindo de direitos fundamentais e normas trabalhistas. Neste sentido, o *compliance* demonstra-se um grande aliado na preservação da dignidade do trabalhador e dos valores sociais do trabalho.

Nesse contexto, considerando que as ações judiciais na Justiça do Trabalho demandam custo e energia das empresas, a existência de um programa de *compliance* internamente geram benefícios que objetivam a longevidade e sucesso da empresa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 out. 2024.

PINHEIRO, Iuri; SILVA, Fabrício Lima. BOMFIM, Vólia. **Manual do compliance trabalhista**: teoria e prática. 2. ed., ver., atual e ampl. Salvador: Editora Juspodvim, 2021.

CRUZ SOARES SILVA DA TRINDADE, P.; DA SILVA FÉLIX, Y.; AGUILERA URQUIZA, A. H. **Compliance Trabalhista**: Treinamentos Periódicos Na Perspectiva Da Interculturalidade Como Meio De Alcançar

O Trabalho Decente Previsto Na Meta 8.5 Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável**.** Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal), *[s. l.]*, v. 16, n. 9, p. 1–17, 2023. DOI 10.54751/revistafoco.v16n9-154. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=27459dff-9d60-3d08-9e9c-30a542797568. Acesso em: 15 out. 2024.



O PAPEL DA LIVRE INICIATIVA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO: ANÁLISE DO DIREITO DA PERSONALIDADE À IGUALDADE

GT 1: Direito Constitucional e os Direitos da Personalidade

Mário Antônio Canôas de Freitas Souza[1], Andryelle Vanessa Camilo Pomin[2], Dirceu Pereira Siqueira[3]

[1] Acadêmico do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, e-mail: mariocanoas12@hotmail.com.
[2] Orientadora, Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar, Docente no Curso de Direito, UNICESUMAR. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq. E-mail: andryellecamilo@gmail.com.
[3] Orientador, Doutor, Coordenador e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado e Mestrado) em Direito na Universidade Cesumar. Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

RESUMO

Este estudo aborda o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a livre iniciativa e a proteção do direito da personalidade à igualdade no Brasil, com ênfase na interação entre as forças econômicas e os direitos individuais, além do papel regulatório do Estado. A pesquisa, de caráter exploratório, foi conduzida por meio de análise documental e revisão bibliográfica, visando compreender as tensões e sinergias existentes entre esses elementos fundamentais para a sustentabilidade social e a jurídica. Os resultados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços legislativos e sociais, ainda persistem desafios significativos na harmonização do crescimento econômico com a proteção dos direitos da personalidade, especialmente no que se refere à igualdade. A investigação demonstra que a livre iniciativa, embora seja um motor essencial para o desenvolvimento econômico, deve ser cuidadosamente equilibrada com a intervenção estatal para evitar a perpetuação de desigualdades sociais. A conclusão do estudo enfatiza a necessidade de uma regulação estatal que promova o desenvolvimento econômico de maneira inclusiva e sustentável, assegurando que a liberdade econômica não comprometa os direitos da personalidade e contribuindo para a justiça social. Dessa forma, a pesquisa oferece contribuições relevantes para o debate sobre as melhores práticas de regulação econômica no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Livre Iniciativa; Regulação Estatal; Igualdade; Justiça Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e livre iniciativa no Brasil, focando na proteção do direito à



igualdade. Busca-se entender como princípios econômicos e sociais se articulam no contexto constitucional brasileiro, onde o crescimento econômico deve respeitar os direitos fundamentais

Analisa-se a relação entre a livre iniciativa e o papel do Estado na promoção da igualdade social, questionando a necessidade de intervenção estatal para evitar que a livre iniciativa perpetue desigualdades. O objetivo é compreender como a regulação econômica pode contribuir para uma sociedade mais equitativa sem prejudicar a economia.

A problemática central reside na tensão entre o incentivo à livre iniciativa e a necessidade de garantir uma distribuição justa dos benefícios do crescimento. Pergunta-se como harmonizar a liberdade econômica, essencial para o desenvolvimento, com a proteção dos direitos à igualdade e dignidade, evitando a perpetuação das desigualdades sociais. O desafio é assegurar que o crescimento econômico também contribua para o desenvolvimento humano e a justiça social.

A metodologia exploratória baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de autores como Sen, Grau e Bonavides, além de legislações e decisões judiciais, visando compreender a evolução do papel do Estado no Brasil.

O primeiro capítulo aborda a história da livre iniciativa; o segundo discute o papel do Estado no equilíbrio entre igualdade e desenvolvimento econômico. O terceiro explora a relação entre livre iniciativa e direitos da personalidade. O quarto analisa a harmonização entre livre iniciativa e proteção de direitos no Brasil. O quinto trata da igualdade como direito da personalidade e sua importância para o desenvolvimento inclusivo. Essa estrutura busca compreender os dilemas na promoção de um desenvolvimento econômico dinâmico e socialmente justo, contribuindo para o debate sobre regulação econômica e direitos fundamentais no Brasil contemporâneo.

2 A LIVRE INICIATIVA NO CENÁRIO GLOBALIZADO

A livre iniciativa surgiu durante a transição econômica da Idade Média, quando as corporações de ofício monopolizavam o mercado. Nos séculos XV e XVI, a emergência da burguesia rompeu essas limitações, abrindo o mercado para novas oportunidades de comércio e crescimento (Forgioni, 2012).

No final do século XVIII, mudanças legislativas como o édito de Turgot (1776) e o decreto d'Allarde (1791) eliminaram barreiras corporativas, formalizando a liberdade econômica no Ocidente (Grau, 2023). Influenciado por Adam Smith, que defendia o mercado autorregulado e mínima intervenção estatal, consolidou-se a livre iniciativa como princípio vital ao crescimento econômico (Nusdeo, 2005).

No século XIX, o Estado Liberal pregava pouca intervenção estatal na Europa. No século XX, após crises econômicas e guerras, surgiu a necessidade de maior intervenção estatal para evitar desigualdades e garantir estabilidade. No pós-guerra, o Estado Social propôs equilibrar liberdades individuais e justiça social, enquanto nas décadas de 1970 e 1980, o neoliberalismo defendeu maior liberalização econômica (Bonavides, 2013; Ritter, 2023).

A livre iniciativa no Brasil iniciou-se com o Alvará de 1808, permitindo atividades industriais nas colônias. Somente com a Constituição de 1934 foi formalmente incorporada à legislação, associando-se à justiça social. A Constituição de 1937 restringiu essa liberdade, mas a de 1946 restaurou o equilíbrio entre livre iniciativa e justiça social (Bastos; Martins, 1990; Carvalhosa, 1972).

As Constituições de 1967 e 1969 reafirmaram a liberdade de iniciativa, reforçando o papel regulador do Estado na economia. A



Constituição de 1988 ampliou esse princípio, tornando-o pilar da ordem econômica e permitindo intervenção estatal apenas em casos excepcionais (Grau, 2015; Bastos; Martins, 1990).

A livre iniciativa no Brasil é um princípio fundamental que garante a liberdade de atividades econômicas, sujeita à intervenção estatal por legislações específicas (Araujo; Nunes Junior, 2002). Essa intervenção deve ser limitada para evitar que interesses minoritários prevaleçam. A livre iniciativa inclui o direito ao trabalho, empreendedorismo e propriedade, com instituições econômicas reduzindo incertezas nos negócios (Silva, 2024).

A livre iniciativa é um elemento essencial para o desenvolvimento e justiça social. O Estado deve garantir que essa liberdade seja exercida dentro dos limites legais, sem prejudicar o bem-estar coletivo (Silva, 2024). As sociedades passaram a exigir que o Estado equilibrasse a liberdade econômica com a promoção da justiça social, consolidado no Estado Social do século XX (Bonavides, 2013; Ritter, 2023).

O Estado Social, além de assegurar a liberdade econômica, é responsável por garantir condições mínimas de dignidade e justiça social, promovendo uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades. Dessa forma, o desenvolvimento econômico não deve ocorrer em detrimento dos direitos individuais, mas sim em harmonia com o bem-estar coletivo, buscando um equilíbrio entre a liberdade de mercado e a promoção da justiça social (Ritter, 2023).

3 PAPEL DO ESTADO: EQUILÍBRIO ENTRE IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

O Estado liberal europeu dos séculos XVIII e XIX, influenciado pela Revolução Francesa, surgiu em resposta às desigualdades da sociedade estamental, atribuindo ao indivíduo valor intrínseco e protegendo-o de

interferências estatais excessivas (Barrozo, 2004; Rodovalho, 2011; Comparato, 1988; Bobbio, 2000).

O Estado limitava-se a garantir paz, segurança e produção do direito, sem interferir na economia, preservando a ordem natural do mercado (Comparato, 2019; Grau, 2010). A igualdade era formal, ignorando desigualdades econômicas e sociais e beneficiando a elite econômica, o que tornou necessária uma postura estatal mais ativa para corrigir distorções sociais (Caupers, 2003; Smanio, 2008; Sarmento, 2006; Lopes, 2006).

Após a Segunda Guerra, o Estado passou a promover a igualdade material, intervindo para corrigir desigualdades socioeconômicas e garantindo direitos sociais como educação e saúde (Caupers, 2003; Melo, 2009; Habermas, 2012; Canela Júnior, 2011).

Nesse sentido, a justiça social deve ser orientada pela igualdade de oportunidades, com o Estado garantindo acesso aos recursos para uma vida digna (Rawls, 1971). A liberdade agora inclui condições mínimas de vida proporcionadas pelo Estado (Bucci, 2006). O desenvolvimento deve eliminar privações que restringem a liberdade, permitindo que indivíduos atuem plenamente (Sen, 2010).

Ainda, o desenvolvimento envolve melhorar as condições de vida e ampliar liberdades substantivas políticas, econômicas e sociais. O Estado Democrático de Direito, pelos artigos 1º e 3º da Constituição, visa garantir essas liberdades, assegurando existência digna para todos (Sen, 2010).

Assim, o crescimento econômico deve ser acompanhado pela redução da pobreza e da desigualdade, bem como pela melhoria dos serviços essenciais, como saúde e educação (Milone, 1992). Políticas econômicas e sociais eficazes devem ser formuladas com base na ampliação das capacidades individuais, promovendo o bem-estar e a justiça social (Sen, 2010). Dessa forma, o desenvolvimento se traduz na

expansão das liberdades e na criação de condições para que os indivíduos vivam a vida que desejam, reduzindo as disparidades sociais e econômicas (Rawls, 1971; Sen, 2010).

Em suma, o Estado Liberal, apesar de ter promovido a liberdade individual, mostrou-se insuficiente para garantir a equidade material. A transição para o Estado Social, ao longo do século XX, refletiu a necessidade de um governo mais ativo na promoção da justiça social e na correção das desigualdades geradas pelo liberalismo (Bonavides, 2020).

Enquanto o estado liberal defendia a mínima intervenção estatal, o estado social passou a intervir diretamente na economia e nas relações sociais, buscando garantir uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades (Fonseca, 2000). O papel do estado, portanto, evoluiu para além da simples garantia de liberdades individuais, englobando também a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS: LIVRE INICIATIVA E DIREITOS DA PERSONALIDADE

A relação entre desenvolvimento econômico e proteção de direitos fundamentais evoluiu do liberalismo, que defendia a não interferência estatal, ao Estado Social com papel ativo. Hoje, busca-se equilibrar a proteção dos direitos fundamentais com a liberdade econômica (Piovesan, 2024; Nozick, 1974).

No Brasil, a Constituição de 1988 reflete essa tensão entre liberdade econômica e proteção dos direitos fundamentais, inspirada em normas internacionais de direitos humanos. Assim, busca-se um equilíbrio entre o crescimento econômico e a salvaguarda de direitos, desafio que o Estado frequentemente enfrenta na prática (Tavares, 2024). A Constituição estabelece um marco normativo que regula tanto as relações entre o



Estado e os cidadãos quanto entre os próprios particulares, reconhecendo a eficácia horizontal e vertical dos direitos fundamentais.

O Estado deve garantir que o desenvolvimento econômico ocorra de forma justa e inclusiva. Em países como Brasil, México e Argentina, políticas neoliberais aumentaram a desigualdade social (Santos, 2021). Portanto, cabe ao Estado intervir para assegurar justiça social e distribuição equitativa dos benefícios.

No Brasil, é fundamental equilibrar a liberdade econômica com a proteção dos consumidores, concorrência justa e interesses coletivos (Petter, 2008). O desenvolvimento humano deve ampliar as capacidades individuais, promovendo bem-estar e justiça social (Sen, 2010). A intervenção estatal deve evitar que a liberdade econômica perpetue desigualdades, promovendo desenvolvimento inclusivo.

A Constituição de 1988, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, reforça a importância de entender o desenvolvimento como um direito essencial. Embora não explicitamente mencionado, o desenvolvimento tem sido reconhecido gradualmente como um direito humano fundamental no âmbito do direito internacional (Sarlet, 2018). O Brasil, como signatário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU, demonstra seu compromisso com a promoção desse direito, o que fortalece a proteção dos direitos fundamentais no país (Organização das Nações Unidas, 2022).

A jurisprudência brasileira permite que direitos não expressos sejam considerados fundamentais, reconhecendo o desenvolvimento como direito essencial à justiça social e bem-estar coletivo (Locatelli, 2005), visando garantir a dignidade humana.

Por outro lado, é crucial diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento. Crescimento é o aumento da produção total, enquanto desenvolvimento é a melhoria das condições de vida, incluindo

redistribuição de renda e acesso a oportunidades (Avelar, 2013). Isso se reflete em índices como o IDH, que considera PIB per capita, saúde e educação (Santos *et al.*, 2017).

No Brasil, a desigualdade econômica e social permanece um desafio. Relatórios do PNUD mostram que, apesar de avanços em educação e saúde, a renda per capita regrediu nos últimos anos, especialmente durante a pandemia de COVID-19 (PNUD, 2023). Dados por cor e sexo revelam disparidades significativas, indicando que o crescimento econômico não reduziu as desigualdades raciais e de gênero.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico deve ser entendido de maneira ampla e inclusiva, levando em consideração a distribuição equitativa da riqueza e a promoção do bem-estar social. Políticas públicas que promovam a redução das desigualdades e ampliem o acesso a oportunidades são fundamentais para garantir que o Brasil alcance um desenvolvimento humano sustentável e justo. Além disso, é imprescindível integrar as questões ambientais nas políticas de desenvolvimento, garantindo que o crescimento econômico seja compatível com a preservação do meio ambiente (Veiga, 2010).

5 A IGUALDADE COMO DIREITO DA PERSONALIDADE

Os Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade visam proteger a dignidade humana, diferenciando-se em abrangência e natureza normativa. Direitos Humanos têm caráter internacional; Direitos Fundamentais são positivados em ordenamentos nacionais (Sarlet, 2018).

O significado dos Direitos Humanos está relacionado à percepção de injustiça e violação, representando valores compartilhados pela comunidade internacional (Hunt, 2009). Esses valores se desenvolvem a partir de um "espaço simbólico de luta e ação social", com uma lógica

universalista que transcende fronteiras e busca garantir proteção mínima a todos os seres humanos, independentemente de sua cidadania (Piovesan, 2024).

Já os Direitos Fundamentais estão relacionados a direitos reconhecidos por um Estado e materializados nas Constituições nacionais, sendo essenciais para a ordem jurídica interna (Bonavides, 2020). Esses direitos refletem a concretização dos Direitos Humanos em um contexto específico.

Os Direitos da Personalidade protegem aspectos essenciais à pessoa humana, como vida, honra e privacidade, sendo inalienáveis e intransmissíveis (Gonçalves, 2008). Diferem dos Direitos Humanos e Fundamentais por estarem diretamente vinculados à individualidade e identidade pessoal.

A igualdade permeia essas categorias de direitos. Nos Direitos Humanos, é um valor universal ligado à dignidade humana (Bobbio, 1996), presente em declarações como a de 1948. Nos Direitos Fundamentais, estrutura o Estado Democrático; a Constituição de 1988 prevê que 'todos são iguais perante a lei' (Brasil, 1988, art. 5º), exigindo ações afirmativas para garantir igualdade material (Moraes, 2023)

Nos Direitos da Personalidade, a igualdade assegura que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito, protegendo aspectos essenciais como a vida e a honra. Esses direitos são caracterizados como "inatos, absolutos, extrapatrimoniais e vitalícios" (Bittar, 1995), e a igualdade, nesse âmbito, está ligada à garantia de tratamento igualitário na proteção da integridade e dignidade pessoal.

A Constituição de 1988 é um marco na consolidação da igualdade no Brasil, promovendo equilíbrio entre desenvolvimento econômico e justiça social (Barroso, 2024). A igualdade é fundamental para uma



sociedade democrática, implicando políticas públicas que reduzam desigualdades e garantam direitos plenos a todos (Brasil, 1988, art. 3º, III).

O desenvolvimento econômico deve ser visto como ferramenta para ampliar liberdades substantivas, incluindo a igualdade (Sen, 1999). A relação entre igualdade e direitos da personalidade exige políticas que promovam inclusão social e acesso equitativo a oportunidades, especialmente na educação, fundamental para mobilidade social e igualdade de oportunidades (Nussbaum, 2019).

Por fim, a constitucionalização da igualdade no Brasil reforça a proteção dos Direitos da Personalidade, garantindo que o desenvolvimento econômico seja inclusivo e promova a justiça social (Barroso, 2024). A promoção de uma sociedade mais justa depende da implementação contínua desses princípios constitucionais, visando a construção de um ambiente em que os direitos e a dignidade de todos sejam plenamente respeitados (Comparato, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo explorou a relação entre desenvolvimento econômico e livre iniciativa no Brasil, focando na interação com a proteção dos direitos da personalidade, especialmente o direito à igualdade. Destacou-se a importância de equilibrar o impulso econômico com a promoção da justiça social, assegurando que todos usufruam equitativamente dos frutos do crescimento. Esse equilíbrio é um desafio central, pois o avanço econômico não pode ser dissociado da dignidade humana e da redução das desigualdades.

O artigo analisou a evolução da livre iniciativa até sua consolidação na Constituição de 1988, mostrando que, embora essencial ao desenvolvimento, a liberdade econômica depende de regulação estatal para prevenir abusos e promover equidade. A pesquisa indica que a



intervenção do Estado deve garantir que o mercado fomente bem-estar social e justiça distributiva.

O Estado é fundamental na promoção da igualdade, atuando como regulador e promotor da inclusão social. O desenvolvimento econômico deve ir além da acumulação de riqueza, melhorando a qualidade de vida e ampliando liberdades e oportunidades. A igualdade é um direito da personalidade, indispensável para que o crescimento econômico impacte positivamente a sociedade.

Conclui-se que o desenvolvimento sustentável no Brasil exige coordenação entre livre iniciativa e intervenção estatal. É essencial que o crescimento econômico seja compatível com dignidade, justiça social e igualdade, garantindo que a liberdade econômica não prejudique os direitos fundamentais e promova uma sociedade justa, com benefícios distribuídos e oportunidades para todos.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Paulo Ricardo de. Aula 7 - **Crescimento Econômico e Saúde.** Juiz de Fora, MG: Faculdade de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-7-ecoufjf.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1990.

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos da Personalidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2019.

FORGIONI, Paula A. **Os Fundamentos do Antitruste**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

GONÇALVES, Diogo Costa. Pessoa e direitos da personalidade: fundamentação ontológica da tutela. Coimbra: Almedina, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

LOCATELLI, Liliana. Desenvolvimento na Constituição Federal de 1988. In: BARRAL, Welber (org.). **Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento.** São Paulo: Editora Singular, 2005. p. 110-111.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

NORTH, Douglass C.; WILLIAMSON, Oliver E. **The Economics of Institutions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NOZICK, Robert. **Anarchy, State, and Utopia**. New York: Basic Books, 1974.



NUSSBAUM, Martha C. **Sem Fins Lucrativos: Por que a Democracia Precisa das Humanidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**.1986. Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/desenvolv.htm#:~:text=O%20direito%20ao%20desenvolvimento%20%C3%A9%20um%20direito%20humano%20inalien%C3%A1vel%20em,e%20liberdades%20fundamentais%20possam%20ser. Acesso em: 19 jun. 2022.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PETTER, Leonardo. **Direito Econômico e Intervenção Estatal**. Porto Alegre: Fabris, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos**. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 20-47, 1. sem. 2004.

PNUD. **Relatório Especial 2023: 25 anos de Desenvolvimento Humano no Brasil: Construir caminhos, pactuando novos horizontes**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 29 set. 2024.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RITTER, **Geraldo Augusto. História do Pensamento Econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, Nagela Bueno et al. **Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013**. Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set. 2017. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1442/pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1942.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERASA. **Renda per capita familiar**. Disponível em: https://www.serasa.com.br/blog/renda-per-capita-familiar/. Acesso em: 03 out. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 45. ed. São Paulo: Malheiros, 2024.

SILVEIRA, Renato Aparecido; NASPOLINI, Fernanda. **Intervenção Estatal na Ordem Econômica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

STIGLITZ, Joseph E. **Preço da Desigualdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STIGLITZ, Joseph E. **The Price of Inequality**. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

TAVARES, André Ramos**. *Curso de Direito Constitucional*.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

TIMM, Luciano Benetti. **Fundamentos Econômicos dos Contratos**. São Paulo: Almedina, 2008.



UNGER, Roberto Mangabeira. **A Alternativa da Esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



RECONFIGURAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A JORNADA DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE EM FACE DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO BRASIL

GT 1: DIREITO CONSTITUCIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas[1]*; Rogério Borges Freitas*[2]*, Rodrigo Valente Giublin Teixeira*[3]

[1] Doutoranda em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá (2021). Advogada Empresarial. E-mail: vianadantas.advogados@gmail.com
[2]Doutorando em Direito no programa de pós-graduação em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Maringá/PR. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[3]Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MBA em Business Law e Gestão; Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino; Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Professor na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Cesumar; e-mail: rodrigo.valente@unicesumar.edu.br

RESUMO

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória da liberdade de expressão no Brasil por meio das mudanças em suas legislações ao longo das épocas, refletindo os contextos políticos e sociais específicos de cada período. A pesquisa se aprofunda no papel das leis e políticas públicas na moderação da liberdade de expressão na era digital, destacando a necessidade de equilibrar a proteção contra abusos com a preservação das liberdades civis diante das rápidas mudanças tecnológicas. A investigação foi guiada pelo problema de pesquisa sobre como as alterações nas legislações refletem os contextos sociais e políticos e como as tecnologias digitais e a globalização impactam a liberdade de expressão atualmente. A hipótese central propõe que as mudanças legislativas sobre liberdade de expressão no Brasil sempre espelharam os contextos de cada era, enquanto as tecnologias digitais e a globalização requerem novas abordagens para proteger esses direitos e combater abusos. O objetivo geral do estudo foi investigar as transformações nas legislações sobre liberdade de expressão no Brasil, considerando os contextos sociais e políticos, além das demandas impostas pela digitalização e globalização. A metodologia empregada incluiu uma revisão bibliográfica e análise qualitativa para compreender os padrões temáticos e as evoluções legais e sociais associadas à liberdade de expressão, abrangendo desde desafios jurídicos até dinâmicas digitais como *cyberstalking* e *hate speech.*

Palavras-chave: *Ciberbullying*; *Fake news*; Globalização; Liberdade de expressão; Tecnologias digitais.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo discute a evolução da liberdade de expressão no Brasil, observando como diversas constituições refletiram os contextos políticos e sociais de suas épocas. Além disso, se abordará o impacto das tecnologias digitais e da globalização nas comunicações e na política, introduzindo a noção de sociedade em rede. Destaca-se o desafio de gerenciar abusos como *fake news e cyberbullying*, que exigem novas abordagens legais e regulatórias.

O problema de pesquisa que norteou foi a seguinte questão: como a evolução das legislações sobre a liberdade de expressão reflete os contextos políticos e sociais do Brasil, e como as tecnologias digitais e a globalização afetam essa liberdade na era contemporânea?

Parte-se da hipótese de que se as mudanças nas legislações sobre liberdade de expressão no Brasil, ao longo do tempo, refletiram diretamente os contextos sociais e políticos de cada época, e que a chegada das tecnologias digitais e a globalização transformaram profundamente o conceito e a prática da liberdade de expressão, exigindo novas abordagens regulatórias e legais para proteger esses direitos enquanto se combatem abusos. Além disso, essa hipótese sugere que as medidas regulatórias atuais podem não ser suficientemente eficazes para lidar com os desafios impostos pela internet e pelas novas formas de comunicação digital, destacando a necessidade de uma abordagem jurídica que seja consistente com princípios constitucionais de integridade e moralidade.

O objetivo geral foi investigar como as transformações nas legislações sobre liberdade de expressão refletem os contextos sociais e políticos das diversas épocas no Brasil, e como a introdução das tecnologias digitais e a globalização requerem novas abordagens regulatórias e legais para equilibrar a proteção da liberdade de expressão com a necessidade de prevenir e combater abusos na era digital.

Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções em que o texto está dividido. Na primeira parte se dedicou a compreender os desafios contemporâneos à liberdade de expressão, por meio de uma análise contextual. Na segunda parte, se buscou a refletir sobre a evolução e os desafios da liberdade de expressão no contexto jurídico e social brasileiro. Já na terceira parte foi tratado das dinâmicas digitais, o *cyberstalking, cyberbullying, fake news e hate speech*. Assim, na quarta e última seção, foi tratado da regulação e liberdade de expressão, com seus desafios e implicações.

A metodologia adotada consistiu na revisão bibliográfica, a qual permitiu a compilação e análise de dados históricos e contemporâneos sobre a liberdade de expressão no Brasil e os impactos das tecnologias digitais nessa liberdade. Quanto ao método, a análise qualitativa, foi utilizada para interpretar e contextualizar as informações coletadas, focando-se em identificar padrões temáticos, evoluções legais e impactos socioculturais relacionados à liberdade de expressão.

2 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL

O tema liberdade de expressão toca muito de perto a história da humanidade contra os abusos perpetrados nos regimes fascistas e também questões voltadas a discriminação e preconceito. Não custa rememorar que do iluminismo à revolução francesa, batalhas foram travadas pela liberdade e, anseios democráticos foram desbravados.

Desde então, no mundo ocidental, passou a ser utilizada a retórica política de discursos em nome da liberdade. Até mesmo governos ditatoriais, professam o direito

à liberdade com o sentido de que a verdadeira liberdade estaria na opressão do povo em defesa dos seus interesses mais verdadeiros, sem, contudo, explicar quais seriam esses direitos de liberdade tão profundos a cada indivíduo. Portanto, o direito à liberdade de expressão, espécie do direito à liberdade, é reconhecido por todos, porém, interpretado de maneira diferente.

O fato é que a perfectibilidade social requer liberdade, a qual para ser exercida em sua plenitude, exige-se capacidade. Quanto mais a sociedade estiver empoderada do saber, e quanto mais diversificadas forem as opiniões, ou, parafraseando o lema de John Stuart Mill (2014), se apenas uma pessoa for de opinião contrária, a humanidade já não pode silenciar a sua voz, portanto, mais livres serão. Ocorre que as práticas de *cyberbullying, cyberstalking, fake news e hate speech* intimidam, amedrontam outras pessoas que querem ter voz, e como questionado por Ronald Dworkin, a democracia, em determinada situação, pode ser promovida à custa da liberdade individual?

Em nome da liberdade de expressão e da democracia, em um contrassenso, propaga-se *fake news*. Em nome da liberdade de expressão realiza-se *cyberbullying.* Em nome da liberdade de expressão difunde-se o discurso do ódio, ou *#hatespeech*. Mas, se a liberdade de expressão representa a voz da democracia, é possível democracia com violação ao Estado de Direito. Então, como fica o Estado Democrático de Direito. Como separar o uso do direito à liberdade de expressão do abuso desse direito para fins de responsabilização e/ou punição.

Seria o caso de aprovação do projeto de lei n.º 2.630/2020 contra *fake news* e/ou de algum dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional contra o *hate speech*, ou, seria o caso de novas inclusões no projeto de lei contra o *hate speech*. Enfim, a solução dos abusos do direito à liberdade de expressão, como *cyberbullying*, *cyberstalking*, *fake news* e *hate speech* estaria em novas regulações.

Tem-se, assim, que o direito de liberdade de expressão, resultado da luta do povo contra o regime totalitário transformou-se em arma para práticas imorais repudiáveis, outras ilícitas e até mesmo prejudiciais ao processo democrático, uma vez que a liberdade de expressão ameaçadora ou constrangedora de uns, impedem que outros - por medo – exerçam o mesmo direito. Por isso é importante tratar da evolução e dos desafios da liberdade de expressão no contexto brasileiro.

3 EVOLUÇÃO E DESAFIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO CONTEXTO JURÍDICO E SOCIAL BRASILEIRO

No contexto da redemocratização do Brasil, a escola de samba Imperatriz Leopoldinense desempenhou um papel cultural significativo durante o primeiro carnaval do país após o retorno à democracia. Em seu samba-enredo de 1989, a escola prestou homenagem ao centenário da República Brasileira, incorporando o refrão do hino da Proclamação da República: "liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós", e adicionando: "que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz". Esta escolha de tema não foi apenas uma celebração histórica, mas também um poderoso manifesto em favor das liberdades civis.

O apelo à "liberdade, liberdade" ressoou profundamente com o povo brasileiro, que vivenciara duas décadas sob período de fragilidade da democracia. Esse refrão transcendeu a mera celebração da instauração da republicana, evocando um clamor robusto por direitos políticos e sociais garantidos. Assim, a Imperatriz Leopoldinense não só reverenciou um marco histórico, mas também vocalizou o anseio coletivo por uma sociedade mais justa e equitativa, refletindo o espírito renovado de uma nação que buscava reafirmar seu compromisso com os princípios democráticos.

Este direito, que na história da humanidade desenvolveu-se como instrumento de proteção do povo em face da tirania, uma vez que, encontrando-se o governante em posição independente, lhe era permitido atuar até mesmo, contrário aos interesses do povo que por ele é governado, foi positivado no direito brasileiro, em 1824, por meio da Constituição do Império outorgada por D. Pedro I, porém, com algumas restrições, como a proibição de abusos e resumido aos brasileiros. Já na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, houve a sua extensão aos estrangeiros aqui residentes.

Na perspectiva de que as constituições são frutos do momento histórico e da convergência de fontes externas e movimentos internos, no período pós 1.ª guerra mundial, com influência da constituição alemã de Weimar (1919) e espanhola (1931), em 1934, foi promulgada nova Constituição Federal, pela qual o Estado deixa de ser mero garantidor de direitos, para “prestador de obrigações positivas”, e, nessa esteira, conferiu inviolabilidade ao direito à liberdade, como da correspondência, à liberdade de consciência e de crença, com o livre exercício de cultos religiosos, manifestação de pensamento, esta última, com censura aos espetáculos e diversões públicas.

Contudo, após 100 anos de consagração do direito à liberdade de expressão, ainda que com algumas restrições, em 1937, foi solapado pela carta constitucional conhecida como constituição fascista, com pleno poder ao Governo - em que a censura foi imposta com toda intensidade, e, não obstante o movimento por direitos humanos pós 2.ª guerra mundial que resultou com a promulgação da constituição de 1946, com a quebra do regime democrático de 1964, se tornou obsoleta, direcionando para a prevalência dos atos institucionais sobre à Constituição, e, em efeito cadeia, a prevalência de atos normativos autônomos autoritários.

No entanto, conforme elucidado por Cláudio Lembo (2006), a supressão da liberdade acarreta estagnação tanto intelectual quanto social, desencadeando resistências que, inevitavelmente, precipitam o declínio de regimes autoritários. Essa dinâmica foi evidente no contexto brasileiro, onde, apesar de inicialmente embasado em uma utopia que justificava sua existência, o regime militar acabou por sucumbir. A repressão contínua aos direitos fundamentais catalisou a promulgação da Emenda Constitucional nº 11/78, que revogou os atos institucionais, marcando o início do enfraquecimento do governo militar.

Esse período também foi caracterizado pelo surgimento e fortalecimento de movimentos civis, destacando-se a campanha Diretas Já, liderada pelo deputado mato-grossense Dante de Oliveira, que reivindicava um processo eleitoral direto para a escolha do novo governo brasileiro. Embora a emenda proposta por Oliveira não tenha alcançado o número necessário de votos, o contexto político resultou na eleição

indireta de Tancredo Neves e na subsequente convocação de uma assembleia constituinte. Este processo marcou a transição do Brasil para a restauração democrática, conduzindo para promulgação da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", que reinstaurou e reafirmou os fundamentos democráticos do país.

Frise-se que a Constituição Federal de 1988, desde sua primeira versão, já se destacava por um prólogo vigoroso escrito pelo Deputado Ulisses Guimarães, que refletia o desejo coletivo por liberdade. O texto descreve a Constituição como uma "constituição coragem", que se caracterizou por sua capacidade de imaginar, inovar, ousar e romper tabus, além de defender os interesses daqueles que só pela lei podem ser protegidos. Nesse contexto, o próprio Guimarães (1987) proclamava que a constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevive para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça. Este documento, amplamente reconhecido como a "Constituição Cidadã", estabeleceu em seu preâmbulo o direito à liberdade e solidificou a expressão como uma garantia fundamental.

Além de marcar a transição do Brasil de um estado autoritário para um estado democrático, a Constituição de 1988 elevou o direito à liberdade em seu sentido mais amplo, consagrando também a liberdade de expressão como um "direito fundamental" incondicional. Este princípio foi reafirmado no artigo 220, que proíbe explicitamente qualquer forma de censura, assegurando total autonomia para a manifestação do pensamento, para a criação artística, para a expressão e a informação.

Portanto, a "Constituição Cidadã" é o resultado direto da luta do povo brasileiro por um regime que garantisse a liberdade de expressar pensamentos, realizar atividades artísticas, científicas e literárias sem repressão, e defender ideais políticos e ideológicos sem temor. Neste contexto, os meios de comunicação como rádio, televisão e jornais impressos foram importantes. Eles precisavam de liberdade para disseminar informações ao público, consolidando as bases de uma sociedade democrática e informada.

Desde o início da década de 1990, o Brasil começou a experimentar os impactos revolucionários das novas formas de comunicação desencadeadas pela invenção da *World Wide Web* ("www") pelo físico britânico Tim Berners-Lee. Essa inovação representou a interconexão global de computadores, marcando o início da terceira revolução industrial. Observou-se uma transformação dos meios de notícia tradicionais, como rádio, televisão e jornais impressos. Eles evoluíram para um sistema organizado em torno de redes de comunicação horizontais baseadas na internet. Isso desencadeou profundas mudanças econômicas, sociais e culturais.

Com a expansão da internet, emergiram redes sociais como *Orkut*, e mais tarde *Facebook, WhatsApp, Telegram, Instagram, YouTube, Twitter, TikTok, LinkedIn*, além de *blogs* e *podcasts*. Essas plataformas facilitaram um novo relacionamento direto e imediato entre pessoas distantes. São usadas tanto para fins benéficos quanto maliciosos, incluindo disseminação de *fake news*, xenofobia, *cyberstalking* e discursos de ódio. Também são usadas para cyberbullying, ideologias destrutivas, transfobia e outras práticas discriminatórias.

Ao entrar no século XXI, o mundo iniciou a quarta revolução industrial, ou Indústria 4.0, caracterizada por avanços significativos em tecnologia da informação e a integração de ambientes *online* e *offline*, físicos e digitais. Nesse contexto, a divulgação de dados na internet pode se espalhar com uma rapidez, eficiência e agressividade comparáveis à de um vírus biológico, transformando a internet de um simples meio de transferência de dados em um prolífico mercado de opiniões, no cerne da moderna sociedade da informação.

Por consequência, a liberdade de expressão, profundamente ligada à luta democrática, sofreu transformações ideológicas e jurídicas significativas no final do século XX com o advento das redes sociais, e ainda mais neste século com a Indústria 4.0. A emergência do *big data* e da inteligência artificial permite que mensagens sejam difundidas instantaneamente para milhões de usuários, elevando a liberdade de expressão na internet a um patamar de poder amplificado e desafiador.

Não custa destacar noções preliminares sobre a dignidade humana, no que se diz respeito à liberdade da pessoa natural. A Constituição Federal brasileira é clara ao inserir esse direito como um valor evidenciado no seu preâmbulo. Já o artigo 1.º, inciso III contém a previsão constitucional do poder que tem o cidadão de exercer a sua vontade dentro dos limites da lei, além do *caput* do artigo 5.º. Por isso, é possível alocar a dignidade humana sobre dois pilares fundamentais. O primeiro deles é o respeito ao princípio da liberdade e o segundo, o princípio da igualdade (Brasil, 1988).

Apesar dos demais princípios também darem estabilidade ao conceito de dignidade humana, a violação da igualdade ou da liberdade causa profundo abalo na estrutura central, ocasionando a ruptura da noção de humanidade. Quando se fala no respeito ao princípio da liberdade, se busca atingir todo o conteúdo das liberdades básicas da pessoa humana, por exemplo, a liberdade política, de expressão, de reunião, de consciência, física e de propriedade.

Todos deveriam ter pleno acesso a esse microssistema de proteção da liberdade, porque só assim é possível alcançar a dignidade humana em sua plena dimensão. A livre ação política permite ao cidadão o direito de votar e de ocupar um cargo público, se preencher os requisitos legais. A garantia livre pensamento, de reunião, de consciência permite tutelar a pessoa natural contra opressões psicológicas, ou seja, em oposição aos discursos ideológicos, fanáticos de quem quer que esteja ocupando o poder.

Por outro lado, a humanidade olvidou valores importantes para o convívio social. Valores que nem sempre estão fixos na legislação, já que a lei deveria sempre respeitar a moral. A deterioração da moralidade individual reflete imediatamente na moralidade coletiva e aumenta a tolerância de determinados comportamentos de degradação da importância do ser humano.

A liberdade de expressão está prevista no artigo 5.º, incisos IV, V e VI da Constituição Federal e representa a garantia da livre manifestação do pensamento, assim como a livre consciência e de crença (Brasil, 1988). A liberdade de expressão ocupa um lugar privilegiado na Constituição Federal, bem como no ordenamento jurídico internacional. Por exemplo, o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Também conhecido como Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969, incorporado no ordenamento jurídico interno em 6 de novembro de 1992 pelo Decreto Presidencial 678/92, dispõe que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha (Brasil, 1992). Por essa razão, será relevante compreender as manipulações em rede e seus derivados, recentemente denominados de *cyberstalker, cyberbullying, fake news e hate speech.*

4 DINÂMICAS DIGITAIS: *CYBERSTALKING, CYBERBULLYING, FAKE NEWS E HATE SPEECH*

A sociedade informacional contemporânea é fundamentada em uma estrutura bipolar, delineada pela dualidade entre o indivíduo e a rede. Esta estrutura tornou-se o alicerce para as comunicações em diversas dimensões da vida dos indivíduos, abrangendo o trabalho, conexões pessoais, entretenimento, acesso a serviços públicos, e manifestações políticas e religiosas.

Com a evolução digital, mesmo os meios tradicionais de comunicação de massa, como televisão, rádio e jornais, são agora predominantemente acessados por vias digitais. Semelhante modo, a interação com produtos culturais, como filmes, livros, revistas e música, também se digitalizou. O resultado dessa evolução é que a transmissão de informação massiva progrediu para uma forma de intercâmbio de ideias via *internet*, aliando-se a plataformas interativas como *blogs, podcasts, YouTube, Instagram, Twitter, Facebook e e-mail*, além de jogos interativos para computadores e videogames. Este fenômeno é denominado "autocomunicação de massa", onde o usuário não apenas consome, mas também produz conteúdo.

Além disso, redes multimodais, como o *YouTube*, encapsulam uma variedade de formatos documentais, incluindo fotografias, filmes, bancos de dados, livros e projetos. Estas plataformas abarcam uma gama extensa de atividades humanas, que vão desde tarefas profissionais e culturais até mobilizações políticas e religiosas, destacando-se como polos integradores e multifuncionais na era digital.

Disso extrai-se consequências, conforme interesses políticos e econômicos escusos, cujos usuários em sua maioria não identificam, ao menos, com clareza. Assim, as redes têm o poder de conectar e desconectar indivíduos e grupos, através de um fluxo constantes de decisões robotizadas, e, de forma sorrateira, pode até mesmo, impingir ampla desestabilização das organizações, deslegitimação de instituições, além do fortalecimento de movimentos sociais, inclusive, os antidemocráticos. Portanto, toda atividade que seja relevante gravita em torno das redes sociais, uma vez que nelas se “concentram o poder, a riqueza, a cultura e a capacidade comunicativa”, as quais articulam-se e manipulam opiniões.

Na arena política, a comunicação evolui e se reestrutura à medida que a autocomunicação de massa se desenvolve pela internet. Manuel Castells (2011) argumenta que a necessidade de construir mensagens simples e facilmente

debatíveis em um ambiente diversificado leva à personalização da política. Isso ocorre porque o sistema democrático se caracteriza pelo livre fluxo de ideias, em que as convicções políticas e sociais são expostas e confrontadas. Esse processo é essencial para que todos os cidadãos possam exercer seus direitos, participando ativamente do diálogo e do debate fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento da democracia.

Conforme elucida Manuel Castells (2011), a política reflete uma dinâmica fundamental da vida contemporânea na sociedade em rede. Neste contexto, as mensagens midiáticas que influenciam opiniões públicas devem ser excepcionalmente simplificadas para garantir impacto imediato, com sua elaboração ocorrendo após esse efeito inicial. A forma de mensagem que mais ressoa é visual, e dentro deste espectro, o rosto humano se destaca como a imagem mais sintética e poderosa. Esse fenômeno decorre de um processo de identificação que instiga confiança, pois, conforme percepções da neurociência avançada, a política é intrinsecamente emocional, o que desafia a perspectiva dos racionalistas ainda presos aos ideais de um Iluminismo que já não possui o mesmo prestígio de antes.

Este impulso emocional inicial, ancorado em nossa percepção visual, desencadeia um processo cognitivo em que impressões se transformam em opiniões consolidadas. Esse desenvolvimento é continuamente modulado e reavaliado por meio do debate nas redes sociais, que interage dinamicamente com a mídia tradicional. Assim, a intersecção entre emocionalidade inicial e elaboração cognitiva posterior forma a base sobre a qual as opiniões políticas se formam e evoluem no cenário digital contemporâneo.

A indústria de *fake news* impacta as disputas eleitorais. Isso ocorre principalmente pelo lançamento de notícias falsas sobre candidatos opositores, replicadas frequentemente por milhões de usuários da internet. Esse fenômeno não só prejudica a imagem dos adversários como também compromete a integridade do processo eleitoral e democrático.

Na política brasileira, a problemática das *fake news* ganhou destaque durante a última eleição, intensificada pela ampla disseminação de informações e desinformações por meio dos meios digitais. Essas narrativas falsas, frequentemente propagadas por um "exército de *bots*" projetados para distorcer a realidade, dificultam a compreensão dos eleitores e induzem a um exercício viciado da cidadania. Esta manipulação distorce a percepção do que é real ou irreal, criando um ambiente de desconfiança que debilita a democracia, sustentada pelo diálogo construtivo.

A política antidemocrática e enganosa emprega um arsenal de investimentos em tecnologia e comunicação para lançar campanhas de desinformação em massa, atacando a reputação dos adversários. As *fake news* são amplamente disseminadas por redes sociais e grupos de bate-papo, onde ideologias são destruídas e reconstruídas sobre fundamentos falaciosos. Dessa forma, a prática da discussão política dialética está sendo substituída por uma retórica que visa impressionar e captar votos por meio da desinformação. O discurso político, portanto, muitas vezes se afasta do diálogo genuíno e da apresentação de propostas legítimas, prevalecendo retóricas enganosas.

Essa realidade reflete a necessidade urgente de revisitar conceitos educacionais como os propostos por Rousseau (1979), em sua obra sobre a educação do fictício Emílio. Rousseau argumentava que a identidade coletiva deveria ser moldada por um "ensaio cultural" voltado para a promoção de virtudes como respeito, tolerância, igualdade e solidariedade. No entanto, a era cibernética demonstra que essas virtudes humanas são frequentemente negligenciadas, evidenciando a persistência de desafios significativos para alcançar uma sociedade justa e igualitária.

Ademais, práticas como o "*harassment*", traduzido frequentemente como "assédio", exemplificam como as interações *online* podem degenerar em comportamentos nocivos. Essa conduta, quando persistente e indesejada, pode evoluir para o "*cyberstalking*", especialmente comum entre indivíduos que já possuíram um relacionamento amoroso e não aceitam seu término. Esta forma de assédio, caracterizada por sua natureza prolongada e anormal, é mais frequente entre jovens de 18 a 24 anos. Tais infortúnios, exacerbados pelo uso da *internet*, destacam a imperativa necessidade de políticas eficazes e educação digital focada em ética e respeito mútuo para mitigar os impactos negativos dessa nova realidade social.

Ana Lara Camargo de Castro e Spencer Toth Sydow (2017) esclarecem que o fenômeno do *cyberstalking* não provoca no indivíduo o receio por sua segurança corporal ou encontros pessoais com o agressor e ao invés disso, o medo se foca nas interações virtuais. A vítima vive a ansiedade constante de acessar *e-mails*, verificar redes sociais, ou usar ferramentas de busca para pesquisar o próprio nome. Esse receio se estende a postar vídeos, fotos, opiniões, avaliar aplicativos, fazer *check-ins*, realizar transmissões ao vivo ou enviar mensagens instantâneas. O medo é principalmente direcionado aos contatos digitais estabelecidos pelo agressor e, de forma mais alarmante, aos potenciais danos à sua reputação e honra *online*. Além disso, há a ansiedade relacionada à invasão da privacidade informática, como acessos não autorizados à *webcam* ou a *websites* frequentados, configurando uma clara violação da privacidade digital.

O *cyberstalking* manifesta-se de diversas formas, muitas vezes com o agressor permanecendo anônimo, em outras ocasiões disseminando notícias falsas ou discursos de ódio para desestabilizar a vítima. Castro e Sydow (2017) descrevem uma prática particularmente insidiosa dentro desse fenômeno, conhecida como *cyberstalking-by-proxy*, equivalente ao *cyberstalking* por procuração. Nesse modelo, o agressor incomoda o alvo disseminando mensagens de ódio, opiniões controversas ou conteúdos sexuais provocantes, falsamente atribuídos a essa pessoa. Tais ações podem ser realizadas por meio de identificações falsas, usurpação de identidade, acessos não autorizados ou até mesmo controle remoto sobre os sistemas da vítima.

Além disso, existe o *cyberstalking* automatizado, efetuado por meio do monitoramento do dispositivo da vítima após sua infecção. Essas ações desencadeiam uma sequência de reações negativas entre os receptores das mensagens, levando-os a perseguir e importunar a pessoa que erroneamente acreditam ser a fonte das comunicações. Esse processo pode causar danos significativos à reputação e à honra virtual da vítima, além de perturbações como a inundação de suas caixas de entrada e outros problemas correlatos.

A exploração indevida da liberdade de expressão, especialmente quando direcionada a questões de raça, religião, gênero, orientação sexual ou etnia, pode resultar em discurso de ódio. Segundo Konstanze Marx (2018), o *hate speech* abrange todas as formas de manifestação que disseminam, incitam, promovem ou justificam o ódio fundamentado em raça, xenofobia, antissemitismo, ou outras demonstrações de intolerância. Isso inclui expressões de nacionalismo agressivo e etnocentrismo, além de discriminação e hostilidade contra minorias e migrantes, entre outros grupos vulneráveis.

A disseminação de mensagens de ódio por meio de plataformas digitais é frequentemente facilitada pelo uso de perfis anônimos ou falsos, o que complica a identificação dos responsáveis. Essas críticas ofensivas e discriminatórias são lançadas nos canais de comunicação *online* e marcadas com *hashtags*, tornando-as indexáveis e transformando suas expressões em *hiperlinks* ativos nas redes sociais. A distinção entre crítica legítima e discurso de aversão pode ser nebulosa. Konstanze Marx (2018) esclarece que a crítica evolui para manifestação de aversão principalmente quando gera discordância significativa, exemplificada pelo uso de *hashtags* como *#hatespeech*, que desencadeiam respostas contrárias como *#againsthatespeech*, ampliando a visibilidade do caso e sendo apoiado por indivíduos que propagam a retórica de repulsa.

Um exemplo notório no Brasil é o caso do *Youtuber* Felipe Neto, denunciado por crime contra a Segurança Nacional após criticar o Presidente Jair Messias Bolsonaro, chamando-o de "genocida" devido à sua gestão da pandemia de Covid-19. A investigação foi arquivada, reconhecendo a ação como uma crítica política legítima e não como uma ameaça ao Estado ou suas instituições. Felipe Neto declarou à imprensa que "não iria responder ao ódio com ódio", ilustrando como a crítica é fundamental ao direito à liberdade de expressão e que a resposta a essa crítica pode ou não catalisar o *#againsthatespeech*.

Konstanze Marx (2018) também destaca que o discurso de ódio e até o *bullying* pode ser identificado por análises linguísticas. Ela sugere critérios para essa avaliação, como a clareza e a brevidade da informação, a precisão e a necessidade da informação, a clareza para garantir a veracidade e a concisão para evitar prolixidade. Um exemplo disso é a afirmação "os imigrantes são bem-vindos, desde que obedeçam às leis", que pode parecer inofensiva, mas revela nuances discriminatórias ao adicionar uma condição desnecessária, instilando desconfiança que compromete a sinceridade das boas-vindas. Esta análise linguística revela a violação das máximas de quantidade e qualidade, introduzindo ambiguidade e falhando em ser breve.

É fundamental reconhecer que a democracia se fundamenta nos princípios de liberdade e igualdade. Assim, qualquer limitação desses direitos fundamentais deve ser aplicada apenas em circunstâncias excepcionais e necessárias para preservar a equidade na liberdade. Essa premissa sublinha a necessidade de identificação precisa de fenômenos como o *cyberbullying*, *fake news, cyberstalking e hate speech*, e de compreender claramente os limites da tolerância.

John Rawls (1997) articula que a justiça não exige que os indivíduos permaneçam passivos enquanto outros ameaçam os fundamentos de suas vidas. A partir da perspectiva da justiça como equidade, não é vantajoso renunciar ao direito de autoproteção. Portanto, é necessário avaliar se os que são tolerantes têm o direito de impor restrições aos intolerantes, mesmo que esses últimos não representem uma ameaça direta às liberdades de outros. Assim, o conceito de liberdade não pode mais ser interpretado unicamente sob a ideologia da Revolução Francesa, mas deve ser visto à luz de todos os avanços e retrocessos ao longo da história humana, incluindo as revoluções industriais, até a emergência da quarta revolução industrial.

5 REGULAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES

Nesse contexto, as leis desempenham um papel fundamental na regulamentação das relações sociais e econômicas. Diante de condutas socialmente reprováveis, o legislativo é instado a desenvolver nova legislação para enfrentar os desafios emergentes na sociedade. Por isso, o Congresso Nacional do Brasil avalia a proposta legislativa nº 2.630/2020, proposta pelo Senador Alessandro Vieira, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para aumentar a transparência em redes sociais e serviços de mensagens privadas. O foco principal deste projeto é responsabilizar os provedores no combate à desinformação e promover maior clareza na internet. O projeto também aborda a transparência em relação a conteúdos patrocinados e delineia as obrigações do poder público, preveem-se sanções para infrações às normas propostas.

O projeto tem como objetivo incentivar boas práticas entre provedores com mais de dois milhões de usuários. Visa combater a desinformação e fortalecer o processo democrático e a transparência. Além disso, busca coibir o uso de perfis falsos. No entanto, o desafio de combater as *fake news*, que são um verdadeiro problema para a democracia, não pode resultar em efeitos colaterais que superem os danos causados pela própria desinformação. A identificação de notícias falsas é complexa, assim como a distinção entre informações fraudulentas e conteúdos humorísticos inofensivos.

É importante referir o caso das mensagens falsas compartilhadas de boa-fé. Um exemplo notável é o caso "*New York Times* vs. *Sullivan*", decidido pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1964. O julgamento determinou que uma figura pública só poderia ser indenizada por publicações danosas à sua imagem se provasse a falsidade da notícia. Ademais, deveria demonstrar que quem divulgou a informação sabia da falsidade ou agiu com grave negligência em relação à veracidade. Portanto, a responsabilização pelo compartilhamento de uma notícia falsa exigiria que o indivíduo tivesse conhecimento de que a informação era uma mentira.

É importante notar que o avanço tecnológico muitas vezes ultrapassa a capacidade legislativa, o que pode tornar os métodos de controle menos eficazes. Paralelamente, os direitos da personalidade recebem ampla proteção no Brasil, iniciando-se com a Constituição Federal que proíbe o anonimato e se estendendo ao Código Civil, ao Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados, entre

outras legislações que abordam a proteção contra abusos que se configuram como crimes.

Especificamente em relação ao combate ao *hate speech*, o projeto de lei nº 7.582/2014, em tramitação desde 2014, propõe definir e coibir crimes de ódio e intolerância. A proposta de lei nº 8540/2017 aspira categorizar como infração a disseminação de intolerância e aversão por meio de plataformas *online*, fundamentada em aspectos como raça, gênero e religião. Outra medida legislativa relevante é o projeto de lei nº 2.854/2020, que visa implementar ações contra a disseminação de conteúdo de ódio e informações de saúde não comprovadas cientificamente. Contudo, como Lenio Streck (2020) observa, a restrição das redes sociais pode inadvertidamente levar a formas de tirania, e a super-regulamentação pode não resolver o problema. Essa visão é respaldada por uma análise histórica, mostrando que restrições à liberdade de expressão impostas por leis infraconstitucionais muitas vezes ocorreram em contextos de regimes autoritários.

Vê-se, pois, que os projetos de lei atuais buscam regulamentar, de forma restritiva, conceitos como ódio e intolerância, que por natureza são abrangentes e ambíguos. A distinção entre *bullying* e intransigência, por exemplo, é sutil e sujeita a interpretações arbitrárias. A eficácia da legislação contra notícias falsas e discurso de ódio não está na abundância de regulamentações. Avanços tecnológicos e mudanças comportamentais ocorrem rapidamente, impossibilitando regular todas as novas formas de ódio e intolerância.

Essas questões complexas — *hate speech, fake news*, *cyberbullying e cyberstalking* — requer uma abordagem jurídica mais profunda. Como proposto por Ronald Dworkin (2006), os juízes devem aderir ao princípio da integridade, que demanda uma aplicação do direito consistente com a estrutura do arranjo constitucional e que considera a importância do princípio em julgados anteriores. A integridade também exige que os juízes interpretem o direito por meio de uma perspectiva moral da constituição, onde não têm a liberdade de impor suas convicções morais pessoais. Esta abordagem é vital para lidar com questões de *cyberbullying, fake news, cyberstalking e hate speech*, que envolvem temas complexos e valores frequentemente em conflito.

Não é criando novas regulações que solucionaremos os problemas amplificados pela internet. Uma abordagem mais prudente é necessária, fundamentada na interpretação e aplicação do direito. Isso serve para identificar corretamente os abusos à liberdade de expressão e para uma responsabilização civil e penal apropriada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discutir a evolução histórica e jurídica da liberdade de expressão no Brasil, destacando a influência de várias constituições ao longo do tempo e como esses documentos refletiram os contextos sociais e políticos de suas eras. A Constituição de 1934, que ampliou o papel do Estado brasileiro como garantidor de direitos e prestador de obrigações, seguindo pela restrição desses direitos nas

constituições subsequentes, como a de 1937, até a redemocratização pós-regime militar.

O texto abordou o impacto da tecnologia e da globalização nas comunicações e na política. Introduziu o conceito de sociedade em rede, onde a liberdade de expressão se transformou com as redes sociais e tecnologias digitais. Destacou-se a preocupação com as *fakes news, o cyberbullying* e outros abusos na internet que desafiam a tradicional noção de liberdade de expressão, exigindo novas abordagens regulatórias e legais para lidar com essas questões.

Adicionalmente, examinou-se o papel das leis e das políticas públicas na moderação da liberdade de expressão na era digital, notando os desafios de equilibrar a proteção contra abusos e a preservação das liberdades civis, num contexto de rápida mudança tecnológica. Buscou-se refletir sobre o impacto moral e social dessas mudanças, sugerindo uma abordagem jurídica baseada em princípios de integridade e moralidade constitucional para lidar com os complexos desafios do mundo digital.

O direito à liberdade, que ao longo da história humana foi desenvolvido como um instrumento de proteção contra a tirania, foi reconhecido no Brasil desde a Constituição do Império de 1824, estabelecida por D. Pedro I. Embora inicialmente restrito, este direito foi expandido para incluir os estrangeiros na Constituição da República de 1891. No entanto, essa progressão foi severamente interrompida em 1937 pela Constituição, que consolidou o poder governamental e intensificou a censura, subjugando os direitos humanos fundamentais até a queda do regime militar. Este período de repressão estimulou resistências que catalisaram a restauração democrática.

A campanha Diretas Já, apesar de não ter conseguido mudar imediatamente o processo eleitoral, foi fundamental para a eleição indireta de Tancredo Neves e a convocação de uma assembleia constituinte. Este processo culminou na promulgação da Constituição de 1988, a "Constituição Cidadã", que reestabeleceu e reforçou os fundamentos democráticos do Brasil.

A Constituição também garantiu que os meios de comunicação tivessem a liberdade necessária para disseminar informações, consolidando assim os alicerces de uma sociedade democrática e bem informada. Essa era a nova realidade do Brasil, onde a liberdade de expressão foi não apenas um direito assegurado, mas uma prática vivida e valorizada pelo povo brasileiro. "Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós", e adicionava "que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz". Essa escolha de tema foi mais do que uma celebração, atuando como um manifesto em prol das liberdades civis, que deve prevalecer até hoje. O refrão tornou-se um símbolo robusto que transcendeu a celebração da república, manifestando um forte apelo por direitos políticos e sociais efetivamente garantidos.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; Nery Jr., Nelson; Campos, Ricardo. Fake News e regulação. Edição do Kindle, 2020.

BECK-ACTUELL. Gesetzespaket gegen Hass und Hetze tritt am 03.04.2021 in Kraft. Disponível em: https://rsw.beck.de/aktuell/daily/meldung/detail/gesetzespaket-gegen-hass-und-hetze-tritt-am-03-april-in-kraft. Acesso em: 17.10.2024.

BRASIL. Disponível em: https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudam-os-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/. Acesso em: 17.10.2024.

BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.630/2020** (fake news). Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944. Acesso em: 17.10.2024.

BRASIL. **PL 7582/2014**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270. Acesso em: 17.10.2024.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. A sociedade em rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: ed. Paz&Terra, 2011.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**. Zahar. Edição do Kindle, 2018.

CASTRO, Ana Lara Camargo de. SYDOW, Spencer Toth. Stalking e Cyberstalking. Obsessão, internet, amedrontamento. Belo Horizonte: ed. D`Plácido, 2017, p. 49 e 123).

FORBES. **12 países com maior exposição a fake news**. Disponível em: https://forbes.com.br/listas/2018/06/12-paises-com-maior-exposicao-a-fake-news/. Acesso em: 17.10.2024.

G1. **Justiça arquiva investigação contra Felipe Neto por ter chamado Bolsonaro de genocida**. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/12/justica-arquiva-investigacao-contra-felipe-neto-por-ter-chamado-bolsonaro-de-genocida.ghtml. Acesso em: 17.10.2024.

LEMBO, Cláudio. **A pessoa**: seus direitos. Barueri, SP: Manole, 2007.

MARX, Konstanze**. Hate Speech** – Ein Thema für die Linguistik. Marion Albers/Ioannis Katsivelas (Hrsg.), 2018.

MILL, John Stuart. **Da liberdade individual e econômica**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro editorial, 2019.



PLOS ONE. **COVID-19 vaccine rumors and conspiracy theories**: The need for cognitive inoculation against misinformation to improve vaccine adherence. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0251605#pone-0251605-g001. Acesso em: 17.10.2024.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Ed. Difel, 1979.

SHIMIDT, Eric. COHEN, Jared. **A nova era digital**. Como será o futuro das pessoas, da nação, dos negócios. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Rogério Durst. Ed. Intrínseca, 2013.

STRECK, Lenio Luiz. **Projeto fake news: há como conter o gozo das redes sociais sem ser tirânico?** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-jul-20/lenio-streck-conter-gozo-redes-tiranico. Acesso em: 17.10.2024.

UNICEF. **Pesquisa do Unicef: mais de 1/3 dos jovens em 30 países declaram ser vítimas de bullying on line**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online. Acesso em: 17.10.2024.

G1. **Justiça arquiva investigação contra Felipe Neto por ter chamado Bolsonaro de genocida**. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/12/justica-arquiva-investigacao-contra-felipe-neto-por-ter-chamado-bolsonaro-de-genocida.ghtml. Acesso em: 17.10.2024.

BRASIL. **Projeto de lei n.º 2.630/2020** (fake news). Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944. Acesso em: 17.0.2024.

NIC.BR. **Crianças e adolescentes conectados ajudam os pais a usar a Internet, revela TIC Kids Online Brasil**. Disponível em: https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudam-os-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/. Acesso em: 17.10.2024.

UNICEF. **Pesquisa do Unicef: mais de 1/3 dos jovens em 30 países declaram ser vítimas de bullying on line**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online. Acesso em: 17.10.2024.



VOZES SILENCIADAS: A LUTA PELA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NO MERCADO DE TRABALHO

Leonora Cristina dos Santos Katayama[1], Paula Eduarda Deeke Buguiski[2], Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro[3]

[1] Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UniCesumar) - Campus Maringá/PR. Graduada em Direito pela Universidade Cesumar (UniCesumar) - Campus Maringá/PR. Empresária. E-mail: maykatayama@hotmail.com

[2] Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Universidade Cidade Verde - UniCV e em Prática Trabalhista e Previdenciária pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Pós-graduada em Direito e Processo Civil e em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade LEGALE. Bacharel em Direito pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (UNISOCIESC), campus Joinville/SC. Advogada. E-mail: pauladeeke@gmail.com

[3] Orientadora. Doutora pela PUC-SP e Mestre pela UFSC. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, campus Maringá/PR.

RESUMO

O presente artigo tem como objeto central a análise das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência auditiva para sua inserção no mercado de trabalho e a busca por estratégias que promovam sua inclusão efetiva. Os objetivos do estudo incluem identificar as dificuldades comunicacionais, as barreiras atitudinais e estruturais, além de propor soluções que possam facilitar a integração dessas pessoas no ambiente laboral. A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de garantir os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência auditiva, em consonância com as normas de inclusão estabelecidas pela legislação brasileira. A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, envolvendo a revisão da literatura e da legislação pertinente, que evidenciam a realidade dessas pessoas no mercado de trabalho. A principal conclusão do estudo aponta que, apesar dos avanços legislativos e da crescente conscientização sobre a importância da inclusão, as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais ainda persistem, dificultando a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência auditiva. Assim, o artigo ressalta a urgência de implementar políticas públicas eficazes e ações concretas que promovam a inclusão real e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Atividade Laborativa; Deficiência Auditiva; Direitos Personalíssimos.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho humano, desde os primórdios da civilização, desempenha um papel central na organização social e na construção da identidade individual. Ao longo da história, a percepção sobre o trabalho evoluiu significativamente: de uma atividade inicialmente associada à escravidão e ao desprezo (Turolla, 2007), passou a ser reconhecido como uma das mais dignificantes expressões da humanidade, fundamental para a realização pessoal e social (Soares et al., 2023).



Nesse sentido, o direito ao trabalho não apenas adquire relevância econômica, mas também se configura como um direito essencial à dignidade humana. No entanto, quando se trata da inclusão de pessoas portadoras de deficiências no mercado de trabalho, diversos obstáculos ainda limitam o pleno exercício desse direito, tornando a integração dessas pessoas um desafio para a sociedade contemporânea.

Dessa forma, a inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho é um tema de crescente relevância na sociedade contemporânea, que busca, cada vez mais, promover a equidade e a diversidade entre os seus cidadãos. No entanto, apesar dos avanços nas legislações e políticas públicas que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência, as barreiras que dificultam a inserção e a permanência desses indivíduos no ambiente laboral permanecem significativas.

Para os indivíduos portadores de deficiência auditiva, foco central do presente estudo, a comunicação, elemento central na interação social e profissional, revela-se um dos principais obstáculos enfrentados por essa população, contribuindo para a marginalização e a exclusão.

O problema de pesquisa deste estudo, portanto, reside na identificação das barreiras comunicacionais, atitudinais e estruturais que dificultam a inclusão de deficientes auditivos no mercado de trabalho. A pesquisa busca compreender como essas barreiras impactam a vida profissional e social desses indivíduos, além de investigar as práticas e políticas que podem ser adotadas para promover um ambiente de trabalho mais inclusivo.

A relevância deste tema é evidenciada pela necessidade de se garantir a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência auditiva, conforme preconizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015). A inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho não apenas contribui para o bem-estar social, mas também potencializa o desenvolvimento econômico e cultural, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise da inclusão de deficientes auditivos no ambiente laboral é fundamental para promover o respeito aos direitos da personalidade, assegurando que esses indivíduos tenham as mesmas oportunidades de inserção e desenvolvimento no mercado de trabalho, livre de preconceitos e discriminação. Além disso, o tema se justifica pela crescente demanda por ações que garantam não apenas o cumprimento formal das normas inclusivas, mas também a implementação de práticas que permitam a integração plena e equitativa dessas pessoas nas atividades produtivas.

Os objetivos gerais deste estudo são identificar as barreiras enfrentadas por deficientes auditivos na busca por sua inserção no mercado de trabalho e propor estratégias que facilitem sua inclusão. Especificamente, o estudo visa: i) investigar os principais obstáculos



comunicacionais e atitudinais enfrentados por esses indivíduos; ii) examinar a efetividade das políticas públicas e das legislações vigentes em relação à inclusão de pessoas com deficiência auditiva; e iii) propor soluções que promovam um ambiente de trabalho mais acessível e inclusivo, tanto no setor público quanto no privado.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica de obras jurídicas e sociológicas que discutem os direitos da personalidade e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Foram examinados marcos legais relevantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Cotas (Lei n. 8.213/91), além de diretrizes internacionais de organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos. Também foram revisados artigos acadêmicos que abordam o impacto social e econômico da inclusão de deficientes auditivos no ambiente laboral, com foco em estatísticas de empregabilidade, políticas afirmativas e estudos de caso.

Com isso, espera-se obter uma compreensão abrangente da realidade enfrentada por esses indivíduos e propor recomendações que possam orientar futuras ações em prol da inclusão no mercado de trabalho. O estudo busca, assim, contribuir para a construção de um ambiente laboral mais acessível e inclusivo, onde as vozes silenciadas de pessoas com deficiência auditiva possam ser efetivamente ouvidas e valorizadas.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O trabalho acompanha a evolução do ser humano desde o início dos tempos. A princípio, era visto com desprezo - no Século III a.C filósofos da época, a exemplo de Platão, acreditavam que pessoas que exerciam atividades de labor eram privadas de liberdade pois, em sua concepção, somente aqueles que não possuíam habilidades artísticas ou políticas é que deveriam trabalhar; assim, a atividade era desprezada. (Turolla, 2007), mas com o passar dos séculos deixou de ser sinônimo de escravidão e ininteligência para tornar-se uma das atividades mais dignificantes do ser humano (Soares *et al.*, 2023).

Os autores enfatizam em seu estudo que, na contemporaneidade, diferentemente da época de Platão, o que é desprezado é o fato de uma pessoa não exercer nenhuma atividade laborativa. Valendo-se da doutrina de Martins e Silva (2022), expõem que a economia capitalista moderna torna a pessoa que não trabalha indigna e desonrosa. Nesse contexto, a relação entre o exercício da atividade laborativa e a proteção dos direitos personalíssimos dos trabalhadores tornou-se tema central no debate jurídico atual (Soares *et al*., 2023).

Os direitos da personalidade representam um conjunto de prerrogativas essenciais e inerentes à condição humana. No Brasil, os direitos da personalidade estão firmemente estabelecidos nas disposições constitucionais, partindo da dignidade humana, que é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e está previsto no inciso III do art. 1º da Carta Magna (Brasil, 1988). Assim, o ordenamento jurídico brasileiro é claramente orientado para a proteção dos direitos da personalidade, os quais, estreitamente vinculados à dignidade humana, formam os pilares essenciais da nação brasileira (Soares, *et al.*, 2023).

Para o doutrinador Carlos Alberto Bittar, tais direitos são aqueles reconhecidos à pessoa humana, tanto em sua individualidade quanto em suas projeções na sociedade. Estão previstos no ordenamento jurídico para proteger valores intrínsecos ao ser humano, como a vida, a integridade física, a intimidade, o sigilo, o respeito, a honra, a intelectualidade, entre outros (Bittar, 2015)[1].

Os direitos da personalidade, nesse sentido, possuem profunda ligação com o princípio da dignidade humana, pois dele retiram sua base existencial. Ademais, para a efetivação dos direitos da personalidade há a necessidade da efetivação dos direitos fundamentais, estes vistos sob a ótica social de cada indivíduo. Nesse contexto, o direito do trabalho emerge como um instrumento de efetivação dos direitos personalíssimos (Miraglia, 2009), assegurando o exercício do labor por todos os cidadãos e, por consequência, a concretização dos direitos da personalidade destes.

Conforme expressa Alcione de Freitas e Silva (2003) o reconhecimento do homem como membro da comunidade sempre esteve atrelado ao seu potencial criador, à sua compreensão do ambiente em que vive e à sua capacidade de transformar a natureza. Assim, ao transformar o mundo ao seu redor, o homem passou a se conhecer e dominar a si próprio. Nesse sentido, o trabalho se tornou o instrumento pelo qual os homens vislumbraram a possibilidade de superar as limitações impostas pelo tempo. Por meio da criação, eles poderiam projetar-se, tornando perpétua sua própria imagem.

O trabalho, portanto, sustenta os sonhos, aspirações, conquistas e decepções, sendo o alicerce de toda a realização de uma vida. Por isso, na modernidade, a atividade laboral é amplamente reconhecida como um direito de todos os homens, pois oferece a possibilidade de superação

[1] Importante esclarecer que o autor faz uma breve distinção entre direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos. Em que pese o doutrinador refere-se a eles como sinônimos, alerta para o campo de atuação em que cada um se insere. Assim, extrai-se da doutrina de Bittar (2015) que as três denominações referem-se aos mesmos direitos propriamente ditos, no entanto, o termo direitos da personalidade é utilizado quando estamos diante de relações privadas; já o conceito de direitos fundamentais é visto nas relações que se consagram perante o Estado; por sua vez, o termo direitos humanos é utilizado no campo do direito internacional.

pessoal, de transcender seus próprios limites. Diante dessa dimensão universal[2], o trabalho é elemento fundamental na construção do espírito humano, ávido pelo triunfo sobre a morte (Silva, 2003).

No entanto, a preocupação do Estado Brasileiro para com a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho é relativamente recente, ganhando atenção apenas após a Constituição Federal de 1988, apesar de as organizações internacionais já estarem mobilizadas para a integração social desse grupo por meio da atividade produtiva (Silva, 2003).

Em seu estudo, a autora ressalta que até a entrada em vigor da Carta Magna de 1988, havia pouquíssima produção jurídica sobre o tema. Até então, as pessoas portadoras de deficiências de modo geral eram contempladas por poucas políticas inclusivas, principalmente voltadas à educação, com destaque para a Constituição de 1961, que foi pioneira ao prever a socialização e integração de crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Silva, 2003).

A partir de então, com a elevação do trabalho à categoria de direito fundamental e individual garantido constitucionalmente, os juristas brasileiros, seguindo as diretrizes de organizações internacionais ligadas à defesa dos direitos humanos, começaram a se empenhar em garantir igualdade de oportunidades de trabalho para todos os grupos minoritários, proibindo qualquer forma de discriminação e implementando políticas afirmativas para integrar, de maneira mais equitativa, aqueles em desvantagem no mercado de trabalho (Silva, 2003).

O direito ao trabalho, como uma forma de efetivar a norma constitucional em busca de justiça e autorreconhecimento, é um direito inerente à pessoa humana e está entre os valores sociais defendidos pelo ordenamento constitucional. Essas ações afirmativas concentraram esforços em alterar o cenário de desrespeito e indignidade ao qual as pessoas com deficiência estavam relegadas (Silva, 2003). Entretanto, os obstáculos enfrentados por deficientes auditivos no ambiente laboral permanecem um reflexo da exclusão sistêmica, sendo necessárias medidas adicionais para garantir a efetiva integração desses indivíduos no cenário econômico e social do país.

Nesse contexto, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) representa um marco significativo para os Direitos Humanos e para o público ao qual se destina. Como um dos principais tratados de direito internacional, a Convenção foi criada com o objetivo de promover, proteger e garantir condições de vida dignas, além

[2] A autora explica que a universalização do direito ao trabalho permite a integração de todas as pessoas, sem discriminação. Nesse contexto, estão incluídas aquelas que apresentam diversas limitações, mas que são capazes de exercer atividades laborais e, por meio de sua criação, se integrar ao meio social.

de assegurar a emancipação de cidadãos e cidadãs em todo o mundo que possuem algum tipo de deficiência, além de reafirmar os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 (Maior, 2008).

No Brasil, além de ratificar a CDPD, o ordenamento jurídico avançou com a promulgação da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que define diretrizes específicas para promover a inclusão e proteger os direitos dessas pessoas (Brasil, 2015). No entanto, apesar de o Brasil ser um dos poucos países que possuem uma legislação específica, abrangente e avançada para este expressivo contingente populacional, as pessoas com deficiência continuam a representar uma das maiores porcentagens nas estatísticas de exclusão social (Resende; Vital, 2008).

Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do censo realizado em 2022, 8,9% da população brasileira com mais de 2 anos de idade (cerca de 18,6 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência, e destes, 1,2% possuem dificuldade para ouvir mesmo utilizando aparelhos auditivos (IBGE, 2022).

Nesse sentido, é fundamental viabilizar o acesso dessa parcela da população aos seus direitos da personalidade, indo além de sua simples positivação no ordenamento jurídico, assegurando sua plena efetivação na vida dos cidadãos, que frequentemente são privados dessa proteção (Bittar, 2015) - para o autor, um passo crucial nesse processo é a formação de cidadãos informados sobre seus direitos e capazes de reivindicá-los diante de qualquer ameaça à sua concretização prática.

Uma das formas de inclusão de pessoas portadoras de deficiência é justamente a inserção destas ao mercado de trabalho. Com essa visão, foi editado o art. 93 da Lei n. 8.213/91[3], que prevê cotas de contratação de pessoas portadoras de deficiência nas empresas empregadoras (Brasil, 1991). Referida disposição é uma medida afirmativa que visa garantir a inclusão desse público no mercado de trabalho, corrigindo desigualdades históricas e promovendo a diversidade no ambiente corporativo.

No entanto, em diversas situações os trabalhadores portadores de deficiência são contratados pelas empresas para cumprir a exigência da lei de cotas, que estabelece um número mínimo de funcionários com determinadas características, mas após a contratação, muitas vezes são

[3] Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados.....2%; II - de 201 a 500.....3%; III - de 501 a 1.000.....4%; IV - de 1.001 em diante. .....5% (Brasil, 1991).

deixadas à margem em termos de inclusão e integração com os colegas no ambiente de trabalho (Fidelis; Santos, 2023).

O empoderamento das pessoas com deficiência auditiva, visando à conquista de sua autonomia e independência, conforme o enfoque da bioética de intervenção, constitui o principal objetivo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). No entanto, as diversas barreiras físicas e atitudinais que lhes são impostas tornam a efetivação desses direitos um processo lento e complexo (Arantes, 2017).

Além disso, uma das principais dificuldades para a sua inserção no meio social encontra-se na linguagem comunicacional, isso porque a falta de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a ausência de profissionais qualificados para a promoção da acessibilidade dessas pessoas, faz com que a sua inclusão seja possível apenas “no papel”, não sendo efetivada no plano concreto.

A comunicação entre indivíduos é considerada a base fundamental da sociedade, sendo um instrumento essencial tanto na luta pela sobrevivência quanto na expansão do conhecimento e na exploração do desconhecido. Independentemente de seu formato – verbal ou não verbal –, a comunicação é imprescindível para qualquer tipo de interação. No entanto, para ser eficaz, é necessário que a mensagem transmitida pelo emissor seja recebida de forma clara e compreendida de maneira equivalente pelo receptor (Albuquerque; Sobrinho, 2019).

A principal dificuldade entre pessoas com e sem deficiência auditiva, portanto, reside na comunicação. A falta de exigência de qualificação de profissionais que compreendam a linguagem utilizada por pessoas surdas impede uma interação adequada e dificulta o entendimento mútuo, gerando, consequentemente, problemas significativos (Albuquerque; Sobrinho, 2019).

Faz bem lembrar que preconceitos e estigmas também desempenham um papel significativo na dificuldade de inserção dessas pessoas ao ambiente de trabalho - as barreiras atitudinais, como o preconceito, a discriminação e a intolerância, são as mais desafiadoras de combater, pois se manifestam por meio de atitudes frequentemente sutis, mas com impactos devastadores na vida das pessoas com deficiência. Essas atitudes são transmitidas de geração em geração através de repetições inconscientes, perpetuando a naturalização da desigualdade em grupos vulneráveis (Arantes, 2017).

Ademais, muitos empregadores têm percepções errôneas sobre a capacidade das pessoas com deficiência auditiva, o que pode levar à discriminação durante o processo de contratação e no local de trabalho. Essas atitudes limitam as oportunidades de empregos disponíveis para esse público em específico e impedem seu pleno desenvolvimento profissional, afetando negativamente a efetivação de sua dignidade, pois o

trabalho, no contexto da dignidade da pessoa humana, é visto como elemento fundamental para a realização pessoal e social dos indivíduos.

O trabalho não é apenas um meio de sustento, e sim uma expressão de identidade, participação na sociedade e exercício da cidadania. Nesse sentido, ressaltam Natividade e Coutinho (2012) que o trabalho desempenha um papel central na estruturação social, sendo considerado um regulador da vida em sociedade. A partir dele, o indivíduo planeja e organiza os demais aspectos de sua vida.

Neste contexto, a implementação de soluções eficazes e boas práticas é essencial para superar as barreiras enfrentadas pelos deficientes auditivos, por exemplo, adaptações no ambiente de trabalho, como a instalação de sistemas de alerta visual e a disponibilização de intérpretes de Libras. Essas benesses podem ocorrer com a própria capacitação dos colegas de trabalho, elevando assim o nível de participação ativa no processo inclusivo. Ou seja, esses programas de inclusão e capacitação, educam tanto empregados como empregadores sobre as necessidades dos deficientes auditivos.

Se faz importante ressaltar ainda que a inclusão de pessoas portadoras de deficiências começa muito antes da sua inserção no mercado de trabalho; deve ser estimulada desde a vivência escolar. Para Arantes (2017), a introdução do ensino de Libras em todas as salas de aula, como uma medida de incentivo à inclusão da comunidade surda na sociedade, juntamente com políticas que valorizem as diferenças como forma de promover o aprendizado coletivo, pode contribuir significativamente para a redução da desigualdade cultural. Em consequência, a inclusão dessas pessoas em outros atos da vida civil (como o trabalho, por exemplo) se tornará muito mais fácil e efetivo.

A necessidade das empresas em adotarem práticas inclusivas traz benefícios significativos, pois é possível observar o ambiente de trabalho que se torna mais diversificado e inovador. Exemplos notáveis incluem companhias multinacionais que implementaram políticas robustas de inclusão e relatam aumentos na moral dos funcionários e na produtividade. De modo geral, tais empresas estão intensificando seus esforços para atrair e recrutar candidatos provenientes de diversas origens étnicas, culturais, econômicas, de gênero, entre outros. Simultaneamente, estão promovendo a conscientização sobre a importância da diversidade (Igual, 2024).

Em publicação de cunho noticiário, a empresa especializada em recrutamento e seleção Igual ressalta que há diversas empresas multinacionais se destacando pela adoção de práticas, políticas internas e ações de diversidade e inclusão. Dentre elas, cita como principal exemplo a empresa Natura (origem brasileira), a qual possui a cada 5 colaboradores, 1 portador de deficiência. Outros exemplos são: Johnson & Johnson, Mastercard e PepsiCo, todas de origem norte-americana (Igual, 2024).



Assim, a construção de um mercado de trabalho inclusivo é uma responsabilidade coletiva. Cada passo em direção à inclusão representa uma vitória na luta pelos direitos humanos e pela dignidade de todos. É um chamado à ação para que todos os cidadãos possam ser agentes de mudança, criando um mundo onde todas as vozes, independentemente de suas capacidades, sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas. Somente assim, pode se aspirar a uma sociedade justa e equitativa, em que a diversidade é celebrada e a inclusão é a norma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de deficientes auditivos no mercado de trabalho ainda enfrenta obstáculos significativos, apesar dos avanços legislativos e das políticas afirmativas implementadas ao longo dos últimos anos. A análise desenvolvida neste artigo evidenciou a centralidade do trabalho na construção da dignidade humana e a profunda conexão entre o exercício da atividade laboral e a proteção dos direitos da personalidade. O reconhecimento desses direitos e a efetivação de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência são fundamentais para garantir a equidade no ambiente de trabalho.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha elevado o trabalho à categoria de direito fundamental e assegurado igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, ainda há desafios consideráveis, especialmente no que tange às barreiras comunicacionais e atitudinais que os deficientes auditivos enfrentam diariamente. A falta de preparo das empresas, somada à ausência de mecanismos adequados de comunicação, continua a dificultar a integração plena dessa população no mercado de trabalho.

Este estudo reforça a necessidade urgente de ações mais efetivas para promover a inclusão de deficientes auditivos no ambiente laboral. Entre essas ações, destacam-se a implementação de programas de formação e capacitação contínua para profissionais e empregadores, o desenvolvimento de tecnologias assistivas e a promoção de uma cultura empresarial que valorize a diversidade e combata o preconceito. Somente com a adoção de medidas concretas será possível superar as barreiras existentes e garantir que os direitos da personalidade, em especial o direito ao trabalho, sejam plenamente respeitados.

Em suma, a inclusão de deficientes auditivos no mercado de trabalho é um passo essencial na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente inclusiva, onde todas as vozes, especialmente as que foram silenciadas por tanto tempo, possam ser ouvidas e valorizadas.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. K. R.; SOBRINHO, J. L. G. **Dificuldades na comunicação com portadores de deficiência auditiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2018, 11f. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/75. Acesso em: 09 set. 2024.

ARANTES, M. L. **A inclusão das pessoas com deficiência na comunidade: o direito à moradia e as barreiras que impedem sua efetivação**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória. Vitória/ES, 2017, 145 p. Disponível em: http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/97/1/Maristela%20Lugon.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/cciviL_03/////LEIS/L8213cons.htm. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 06 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 07 set. 2024.

BITTAR, C. A. **Os Direitos da Personalidade.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. *E-book.* ISBN 9788502208292. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208292/. Acesso em: 05 set. 2024.

FIDELIS, A. L. M. da C.; SANTOS, G. M. dos. **Inclusão de pessoas com deficiência auditiva na empresa e o papel do departamento de recursos humanos: um caso para ensino**. Monografia (Bacharelado em Administração) - Departamento de Ciências da Administração do Centro Socioeconômico da Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2023, 33 p. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/249590/TCC%20-%20Inclus%C3%A3o%20de%20pessoas%20com%20defici%C3%AAncia

%20auditiva%20na%20empresa%20e%20o%20papel%20do%20departamento.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 09 set. 2024.

iigual - inclusão e diversidade. **Estratégias de diversidade e inclusão das empresas multinacionais.** 2024. Disponível em: https://iigual.com.br/blog/o-que-sao-empresas-multinacionais/. Acesso em: 09 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com deficiência: 2022**. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. ISBN 978-85-240-4573-8 *E-book*. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf . Acesso em: 06 set. 2024.

MAIOR, I. M. M. de L. Artigo 4 – obrigações gerais. *In*: RESENDE, A. P. C. de; VITAL, F. M. de P. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. *E-book*, p. 33-35. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/ConvenoDireitosPessoasDeficinciaComentada.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

MARTINS, A. R.; SILVA, L. M. M. da. O direito à desconexão do ambiente de trabalho e a dignidade do trabalhador. **Revista Argumentum – RA**, e-ISSN: 2359-6889, Marília/SP, V. 23, N. 3, p. 965-981, Set.-Dez. 2022. Disponível em: http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1411/1020. Acesso em: 05 set. 2024.

MIRAGLIA, L. M. M. O direito do trabalho como instrumento de efetivação da dignidade social da pessoa humana no capitalismo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 49, n. 79, p. 149 - 162, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_79/livia_mendes_moreira_miraglia.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

NATIVIDADE, M. R. da.; COUTINHO, M. C. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Revista Psicologia & Sociedade**; 24 (2), 430-439, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/Lg7mJTDQHV3gfNyJXX7c8GQ/. Acesso em: 09 set. 2024.



RESENDE, A. P. C. de; VITAL, F. M. de P. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. *E-book*. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/ConvenoDireitosPessoasDeficinciaComentada.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

SILVA, A. de F. e. **Direito ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência no estado democrático de direito**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) - Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2003, 76 p. Disponível em: https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/423/416. Acesso em: 06 set. 2024.

SOARES, M. N.; MANZATO, W. J. J.; CUGULA, J. R. G.; BUGUISKI, P. E. D.; MENEZES, G. R. O direito à desconexão do ambiente de trabalho como instrumento de proteção aos direitos personalíssimos do trabalhador. **Revista Saberes da Amazônia** - Fluxo Contínuo, Porto Velho, v. 8, n. 14, jan/dez 2023. Disponível em: https://www.revista.fcr.edu.br/index.php/saberesamazonia/article/view/69. Acesso em: 05 set. 2024.

SOARES, M. N.; MANZATO, W. J. J.; CUGULA, J. R. G.; BUGUISKI, P. E. D.; MENEZES, G. R. Deslocamento ao trabalho: uma análise da exclusão das horas in itinere sob a ótica do dano temporal para a defesa dos direitos da personalidade. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 27287–27308, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N12-130. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2602. Acesso em: 05 set. 2024.

TUROLLA, R. **Direitos trabalhistas: um resumo da história**. *In:* Site Politize!. Disponível em: https://www.politize.com.br/direitos-trabalhistas-historia/. Acesso em: 05 set. 2024.



ADOÇÃO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

GT 2: FAMÍLIA, SUCESSÕES E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Elton Mochi dos Santos[1], Mayume Caires Moreira[2]

[1] Acadêmico de Direito pela Unicesumar, campus de Maringá-PR. E-mail: mochielton@gmail.com.
[2] Doutorando em Direito pela Unicesumar, campus Maringá-PR na linha instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade. Professora do curso de Direito – UniCesumar. E-mail: mayumecaires@gmail.com.

RESUMO

Este resumo tem como objetivo o estudo sobre a adoção e os direitos da personalidade envolvendo crianças e adolescentes. A pergunta norteadora da pesquisa é a seguinte: qual a relação entre a adoção e os direitos da personalidade? O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho foi o dedutivo. Como resultado, foi exposto que o direito da personalidade norteia as relações de adoção, uma vez que, ao litigar sobre adoção, os adotantes e o judiciário devem observar o princípio do melhor interesse da criança ou adolescente, assim como disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, é possível observar uma linha tênue entre adoção e direitos da personalidade, visto que tais direitos são: direito ao nome, à privacidade, à vida, à liberdade, dentre outros. Portanto, a correlação entre esses dois institutos (adoção e direitos da personalidade) é a proteção da criança e a garantia dos direitos, para que não sejam suprimidos ou lesados.

Palavras-chave: adoção; direitos da personalidade; proteção à criança.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a adoção é realizada por meio de um processo legal que visa garantir melhores condições em uma vida saudável e próspera para a criança. Deste modo, ela é instituída de acordo com as estipulações feitas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atualmente, a adoção se divide em três categorias, sendo elas: adoção simples, adoção plena e adoção internacional. Tendo as três como princípio o melhor interesse da criança e o respeito a sua dignidade, observando e respeitando os direitos da personalidade. Além do exposto acima, tem-se como problemática central do resumo a seguinte pergunta: qual a relação da adoção e os direitos da personalidade? Para responder tal indagação será utilizado o método dedutivo, pelo qual serão feitas pesquisas com base em artigos publicados e relacionados com o tema e com a questão em discussão.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Sabe-se que, atualmente, a adoção se divide em três categorias, sendo elas a simples, a plena e a internacional, por isso é de suma relevância citar e explanar os conceitos de cada uma delas. Com relação aos institutos da adoção, Cury (2010, p. 195) aduz que “a adoção possui características personalíssimas, resultante de uma relação de afinidade e afetividade entre adotante e adotado.”

No entanto, a adoção simples é conceituada a partir da premissa de que a criança ou adolescente que tenha sido adotado ainda mantenha vínculos com a família biológica. Neste tipo de adoção, a criança tem o direito de procurar e buscar informações sobre sua família de origem, logo os direitos e deveres desta família biológica são de certa forma preservados. Neste instrumento de adoção, fica garantido à família biológica que a criança possa buscar se relacionar com os parentes, se assim desejar e for de fato interessante e saudável para a criança, o que é chamado de manutenção de vínculos familiares, assim como entende Venosa (2011, p. 282): “Toda criança e adolescente tem direito fundamental de ser criado e educado no seio da família natural ou substituta.” Por outro lado, é de extrema importância que a criança construa sua identidade de forma plena e saudável, sendo assegurado o direito de conhecer a sua história de origem, portanto, o termo designado “identidade de origem” garante e assegura o acesso às informações. Dito isto, vale ressaltar que este modelo de adoção frequentemente é escolhido nos casos em que a solução da criança é a adoção e, ainda, respeitar a história e as conexões familiares do adotado.

Por outro lado, a adoção plena é instrumentada pelo rompimento completo dos vínculos e laços familiares da criança com sua família biológica. Na adoção plena, os direitos são mais complexos, sendo que o adotado ou adotada passa a ter os mesmos sobrenomes dos adotantes e possuem direitos legais como herança. Como visto, neste tipo de adoção a criança tem absoluto rompimento com a família de origem. Em relação a este assunto, fica evidente que a família biológica perde totalmente a responsabilidade pela criança, ficando esta completamente aos cuidados dos adotantes em seu novo lar familiar. A adoção plena visa proporcionar para a criança estabilidade e proteção para que ela se desenvolva plenamente e se integre na nova família sem os conflitos que poderiam surgir em outros tipos de adoção. Este assunto também é explanado de forma mais ampla nas palavras de autor Venosa (2011, p. 288), o qual leciona que “A adoção não somente iguala os direitos sucessórios dos adotivos como também estabelece reciprocidade do direito hereditário entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4° grau.”

Por fim, a adoção internacional é um processo extremamente complexo, pois se trata do desejo de uma família adotar uma criança que se encontra em país diverso ao dos adotantes. Nestes casos, é importante esclarecer que devem existir pactos internacionais entre os países para que sejam analisados o cenário atual e as normas de adoção de ambos, com o objetivo de que a mudança de país não afete a condição emocional da criança. Além disso, é de extrema importância que seja analisado o melhor interesse da criança, princípio que norteia várias condutas na esfera da adoção. Neste instrumento e modo de adoção, ocorre o rompimento dos laços familiares da criança com sua família biológica, neste mesmo sentido, Cury (2010, p. 197) esclarece que "com a adoção ocorre o total desligamento da família de origem, adquirindo o adotando, a condição de filho daquele núcleo familiar, tendo os mesmos direitos, garantias e deveres do filho biológico." Porém, ficará a critério da criança, no futuro, optar pela busca de sua família biológica para que tenha ciência e conhecimento de suas origens.

Portanto, no que diz respeito aos direitos da personalidade da criança e do adolescente, fica evidente que a criança em situação de adoção e em busca de uma família e um novo lar, é dotada de direitos que não podem ser suprimidos ou lesionados. Os direitos inerentes à personalidade garantem que a criança ou adolescente seja o foco dos processos de adoção, visando sempre garantir o melhor interesse da criança, o direito à vida, à integridade física e psíquica, direito à liberdade, direito de imagem, direito ao nome e, por último, mas não menos importante, o direito à privacidade (França, 1975).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção e os direitos da personalidade estão intrinsecamente interligados, uma vez que a adoção não se limita apenas em proporcionar laços familiares, mas também oferecer dignidade, respeito e a proteção e promoção de direitos fundamentais da criança. Para tanto, é de extrema importância que os adotantes reconheçam a importância de assegurar os direitos do adotado, tais como o direito ao nome, à cultura, à história e, principalmente, direito à privacidade, para que seja respeitada sua integridade. Além disso, todo o processo de adoção deve ser conduzido de forma ética e legal para que seja possível construir o bem-estar social e emocional da criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

FRANÇA, Rubens Limongi. Manual de Direito Civil. São Paulo, **Editora Revista dos Tribunais**, 1975.

OLIVEIRA, Ingrid Cristina de. **O processo de adoção no Brasil**. 2012. 51 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, Marília, 2012. Disponível em: https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/918/TCC Ingrid.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 out. 2024.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** Direito de família (11ª ed., Vol. 6). São Paulo: Atlas.

BUSCA ATIVA: A UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS PARA A FACILITAÇÃO DA ADOÇÃO TARDIA NO BRASIL

GT 2: FAMÍLIA, SUCESSÕES E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

RAÍSSA ARANTES TOBBIN[1], VALÉRIA SILVA GALDINO CARDIN[2]

[1] Doutoranda em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Graduada em Direito pela Universidade Paranaense (UNIPAR); Advogada; e-mail: tobbinraissa@hotmail.com
[2] Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente da UEM e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UNICESUMAR; Pesquisadora do ICETI; Advogada no Paraná; e-mail: valeria@galdino.adv.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar os aplicativos "Adoção", do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), e "*A.dot*", do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJRS), no âmbito da busca ativa para a concretização da adoção tardia, à luz da necessidade de efetivação dos direitos da personalidade de crianças e adolescentes. Para tanto, a pesquisa utilizou o método hipotético-dedutivo, fundamentado em pesquisa e revisão bibliográfica de obras, artigos de periódicos, legislação e jurisprudência aplicável ao caso. Como resultado, verificou-se que a utilização de aplicativos que envolvem a tecnologia pode contribuir para a aproximação entre os habilitados e as crianças e os adolescentes disponíveis para a adoção. Contudo, é necessário observar durante todo o processo os direitos da personalidade dos envolvidos e garantir que a utilização de sistemas não seja conduzida com base em estereótipos e vieses preconceituosos.

Palavras-chave: adoção; Direito de Família; direitos da personalidade; aplicativo; criança e adolescente.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de aplicativos e dispositivos tecnológicos é cada vez mais frequente na sociedade, o que não exclui o âmbito do Poder Judiciário, que, por meio da tecnologia, pode superar obstáculos ao acesso à justiça e à concretização da prestação jurisdicional com economia processual e celeridade.

Neste sentido, ganham relevo as iniciativas de busca ativa dos tribunais de justiça brasileiros com o intuito de facilitar a adoção tardia de crianças e adolescentes que se encontram destituídos do direito à convivência familiar, o que pode resultar em grave ofensa à dignidade da pessoa humana.

O objetivo do presente trabalho é analisar a utilização dos aplicativos "*A.dot*", do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), e "Adoção", do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) para fins de facilitação do processo de adoção, à luz dos direitos da personalidade. Para

tanto, a pesquisa utilizou o método hipotético-dedutivo, fundamentado em pesquisa e revisão bibliográfica de obras, artigos de periódicos, legislação e jurisprudência aplicável ao caso.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O procedimento de adoção é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e se inicia com a destituição do poder familiar dos pais biológicos da criança ou do adolescente, por excepcionalidade, uma vez que a preferência é pela manutenção ou a reintegração do menor à família biológica, ou, ainda, à família extensa (Brasil, 1990).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e atualizados até julho de 2024, o número de pretendentes à adoção (35.933) é pelo menos **sete vezes maior** do que o número de crianças e adolescentes disponíveis (4.861, sendo 1.244 para busca ativa), cenário que revela a incompatibilidade entre o perfil adotivo solicitado pelos habilitados no CNA e as características dos adotandos que se encontram destituídos no poder familiar e privados do direito à convivência familiar e comunitária. Sabe-se que a preferência é por crianças menores de dois anos, da cor branca e sem deficiências (Brasil, 2024; Fermentão; Lonchiati, 2017).

Com o intuito de facilitar o processo de adoção e a aproximação entre as famílias e as crianças disponíveis há iniciativas propostas pelos tribunais brasileiros e que podem ser destacadas. As campanhas de busca ativa utilizam a Internet e as redes sociais para procurar candidatos interessados na adoção, promovendo a ampliação do perfil adotivo. Tais programas rompem com a ótica de imperou por muitos anos de que as crianças e os adolescentes em acolhimento deveriam ficar em oculto, sendo proibida, em muitos casos, a visitação de pessoas que tinham interesse na adoção (Campidelli, 2019; Tobbin; Cardin, 2024).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), em 2018, desenvolveu um aplicativo chamado “Adoção”, para conectar pretendentes “habilitados no Sistema Nacional de Adoção e adotantes do Rio Grande do Sul. No aplicativo são apresentadas informações básicas” como “iniciais, sexo, idade, se possui irmãos, e fotos das crianças e adolescentes”. O pretendente deve “manifestar interesse à criança/adolescente pelo aplicativo que entrará em contato em poucos dias (Vieira; Siqueira, 2023, p. 312; Flores; Scherer, 2021; Gomes, 2019).

O *A.dot* foi lançado em 2018 pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), com o objetivo de ser um aplicativo para celular. O *A.dot* pode ser considerado um mecanismo de busca alternativa e ativa, porque existe uma conjugação de esforços que não segue a dinâmica de busca utilizada pelo CNA e o seu cruzamento de dados. A crianças e os

adolescentes são expostos por meio de vídeos e/ou fotos, de forma que os pretendentes à adoção podem manifestar o interesse em adotar (Campidelli, 2019).

Tais propostas, portanto, têm por escopo superar julgamentos, preconceitos e estereótipos, em observância ao melhor interesse do adotando, promovendo a adoção de crianças e adolescentes que geralmente são preteridos nos formulários de solicitação dos processos de adoção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à utilização de *apps* para fins de facilitação do processo de adoção é crucial pontuar a necessidade de observância de preceitos éticos e jurídicos e a realização de testes para o controle quanto a eventuais vieses com base novamente em estereótipos e preconceito, sobretudo porque estes projetos funcionam mediante a criação e a manutenção de *scores* e de critérios de compatibilidade, justamente o que os defensores da adoção tardia tentam contornar.

Diante do conteúdo disponibilizado no aplicativo é essencial observar durante todo o processo os direitos da personalidade dos envolvidos, sobretudo diante da exposição (mesmo que restrita) de conteúdo que possa envolver o nome, a imagem, a honra, a privacidade e outros direitos cruciais à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Painel de Acompanhamento**. 2024. Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall. Acesso em: 7 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAMPIDELLI, Laísa Fernanda. O uso de imagens e informações pessoais da criança e do adolescente para a promoção de adoções necessárias.

Revista de Direito de Família e Sucessões, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 40-55, 2019.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto Lonchiati. A dor da espera por adoção das crianças vítimas de preconceito: negras, maiores de sete anos, doentes e grupos de irmãos, em total desrespeito à dignidade humana: um diálogo entre o direito e a literatura. *In*: FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; CARVALHO, Thomas Jeferson; SILVA, Tatiana Manna Bellasalma e (orgs.). **A dignidade da pessoa humana**: análise da eficácia dos direitos fundamentais sociais no direito contemporâneo. Maringá: IDDM, 2017. p. 12-26.

FLORES, Gabriela da Silva; SCHERER, Giovane Antonio. As políticas públicas no incentivo à chamada "adoção tardia" no Estado do Rio Grande do Sul. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA: ATRAVESSAMENTOS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO PANDÊMICO, 5., 2021. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/241658/001143470.pdf?sequence=1. Acesso em: 4 fev. 2024.

GOMES, Ester dos Santos. A adoção tardia no Brasil e o direito à privacidade dos menores aptos a adoção diante do uso do aplicativo "Adoção". *In*: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 31., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/209507/Poster_65371.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 5 jul. 2024.

TOBBIN, Raíssa Arantes; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Adoção e aplicativos de inteligência artificial à luz dos direitos da personalidade. *In*: ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 7., 2024. **Anais** [...]. Florianópolis: CONPEDI, 2024. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/6757450s/dlO7rXiV1K05F79l.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O Poder Judiciário no incentivo à adoção de crianças ou adolescentes preteridos e a busca ativa como política pública de efetivação do direito à convivência familiar. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 13, n. 3, p. 294-322, 2023.

DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 2: FAMÍLIA, SUCESSÕES E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Raphael Prieto dos Santos[1], Valéria Silva Galdino Cardin[2].

[1] Doutorando em Direito pela Universidade Cesumar (BOLSISTA PROSUP/CAPES), Mestre em Direito Processual e Cidadania pela Universidade Paranaense, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Professor Substituto do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: raphael.prieto92@gmail.com.
[2] Orientadora. Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutora e mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente da Universidade Estadual de Maringá e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Pesquisadora pelo ICETI; Advogada no Paraná; E-mail: valeria@galdino.adv.br. E-mail: valeria@galdino.adv.br.

RESUMO

Considerando a complexidade dos elementos que envolvem o direito de família e na esteira da implementação de métodos adequados para a solução de conflitos, atores do poder judiciário utilizam o método da Constelação Familiar com o intuito de assegurar melhores resultados em mediações sobre o tema. Ocorre que esta técnica é envolta por diversas polêmicas, sendo, inclusive, considerada uma pseudociência com potencial lesivo, justificando a presente pesquisa. O problema desta pesquisa reside na investigação de quais os direitos que podem ser violados com a utilização da Constelação Familiar. O objetivo geral do presente trabalho analisa os direitos da personalidade que podem ser violados com a utilização da técnica no âmbito Judiciário. Conclui-se que a dignidade humana e a integridade psíquica e física, principalmente de crianças e de mulheres, são os bens extrapatrimoniais com a maior propensão de serem violados em procedimento como esse.

Palavras-chave: Constelação Familiar; direitos da personalidade, pseudociência.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de imprimir maior celeridade e eficiência na solução de conflitos, o Judiciário brasileiro nos últimos anos tem utilizado de diversos métodos, como a mediação e a conciliação, por exemplo. Na esperança de melhorar os efeitos destes métodos, alguns atores judiciais buscam aliar a eles outros procedimentos.

A Constelação Familiar ganhou adeptos no Brasil, sendo utilizada no âmbito privado, mas também na saúde e se imiscuiu no Poder Judiciário. Apesar de em um primeiro momento ter um tom teatral, essa prática é permeada por elementos, no mínimo, questionáveis, noções retrogradas e sua efetividade é obscura, justificando a pesquisa.

O problema da pesquisa reside na questão: a utilização da Constelação Familiar colocaria em risco os direitos da personalidade dos envolvidos em litígios que versem sobre direitos das famílias?

Utilizando método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica, o objetivo geral do estudo reside na compreensão de como a Constelação Familiar pode afetar os direitos da personalidade, principalmente das mulheres e das crianças.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A terapia da Constelação Familiar, conforme Margraf e Santos (2018), foi desenvolvida pelo alemão Bert Hellinger na década de 1970. No procedimento, o terapeuta e os indivíduos dialogam sobre a causa do sofrimento. A seguir, é criada uma representação para que as emoções e pensamentos envolvidos possam ser visualizados com pessoas alheias ao problema, selecionadas para representar membros da entidade, expressando sentimentos e pensamentos presentes na dinâmica familiar.

Buscando a resolução de contendas por meios mais satisfatórios e céleres, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implementou a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos com a Resolução n.º 125/2010. Assinala Bertuol (2020) que, como o CNJ propõe o uso de métodos alternativos para solução de conflitos por meio da mediação ou conciliação, isso abriria espaço para a aplicação da Constelação Familiar nesses procedimentos, promovendo a paz social e resolvendo os conflitos.

Desta forma, as Constelações, que já são utilizadas pelo Judiciário pátrio, em tese, teriam o objetivo de lidar com diversas questões envolvendo o direito das famílias. Assim, durante uma sessão guiada por um terapeuta, questões relacionadas à entidade familiar, como alimentos, partilha de bens e débitos, guarda, divórcios, sucessão e adoção, podem ser abordadas (Margraf; Santos, 2018).

Porém, a oposição à utilização da Constelação Familiar no Judiciário ganha força. Para Mello, Figueiredo e Almeida (2022) esse instrumento teria um baixo nível de fundamentação teórico, já que os levantamentos disponíveis sobre a prática têm uma alta tendência confirmatória, com parcas revisões, sinalizando uma insuficiência de rigor cientifico da técnica, o que é admitido por seus apoiadores

Deste modo, a Constelação Familiar ganha contornos de falsa ciência, uma vez que, conforme Ferreira, Gonzaga e Enzweiler (2021) não está pautada em evidências, mas na sugestão. Assim com falsas ideias e misticismo respostas fantasiosas, para problemas complexos, podem ser alcançadas, mas serão inócuas e até mesmo perigosas.

Segundo Oliveira, Cardoso e Araújo (2023), a ordem jurídica pátria reconhece atualmente diversas entidades familiares, inclusive casais



homoafetivos, por exemplo. Porém, a Constelação Familiar e o pensamento do seu criador reforçam ideias sexistas e homofóbicos, além de relativizar questões como a violência sexual no bojo familiar. Ademais, a aplicação dessa prática é entendida como ineficiente por especialistas da saúde e do direito, sendo imperiosa a necessidade do Judiciário rever a utilização da constelação para solucionar conflitos.

Segundo Ferreira, Gonzaga e Enzweiler (2021), Hellinger entende que quando o genitor perpetra violência sexual contra a própria prole, a culpa recai em especial contra a mãe que não soube satisfazer as necessidades do pai, arruinando as relações afetivas com a genitora e obrigando-a perdoar e respeitar o agressor. Tal ideia é uma violação à dignidade humana de mães e filhos em uma situação de violência familiar.

A utilização da Constelação e da ideologia de Hellinger potencialmente pode violar o alicerce dos direitos da personalidade, ou seja, a dignidade do indivíduo. Conforme Schreiber (2014), ela é uma característica inata do ser humano, definindo-o como tal e engloba os elementos imprescindíveis para o progresso e desenvolvimento da pessoa.

Os traumas, que são desconsiderados ou até mesmo agravados com a utilização da Constelação Familiar, têm um grande risco de afetar os direitos da personalidade, como a integridade psíquica e física. Segundo Perlingieri (2002), a tutela da integridade psíquica e física é orientada para a proteção do ser humano, já que são os alicerces indissociáveis da sua existência, abarcando tanto elementos externos como internos.

A utilização da Constelação para lidar com temas tão delicados, como são os que envolvem o direito de família, é um risco que o judiciário não pode correr, dada a capacidade que o procedimento proposto por Bert Hellinger tem de pôr em risco direitos da personalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constelação Familiar não tem respaldo científico suficiente para ser aplicada no Poder Judiciário como uma ferramenta para catalisar a solução de litígios. Ao contrário, ela tem o potencial de violar direitos como a dignidade humana e a integridade psicológica e física de mulheres e crianças.

Projetada em um modelo patriarcal e sexista, pode revitimizar pessoas que sofreram algum tipo de abuso no âmbito doméstico, provocando sentimento de culpa em indivíduos em estado de vulnerabilidade com a violência experimentada ou com a ruptura da entidade familiar. Ademais, por ser construída sobre as estruturas tradicionalistas de família, não vislumbra, por exemplo, a existência de famílias homoafetivas, que hoje são reconhecidas.

Para lidar com as questões envolvendo o direito das famílias, existe a mediação, regulamentada por diversas normas e com levantamentos

sobre a sua efetividade realizados de maneira concreta, sem que a Constelação seja incluída no procedimento. Caso esta não seja a forma de pacificação social adequada para a situação, então a decisão judicial é o caminho para que a lide tenha seu desfecho, sem que artifícios temerários coloquem em risco os direitos da personalidade, principalmente, de mulheres e de crianças.

REFERÊNCIAS

BERTUOL, Lia. O pensamento sistêmico, as constelações e o judiciário brasileiro. **Revista de Arbitragem e Mediação**. v. 64, p. 219 – 235, jan – mar. 2020

FERREIRA, Cláudia Galiberne.; GONZAGA, Heitor Ferreira; ENZWEILER, Romano José. Constelação familiar e a promoção da economia do medo: mais uma das muitas formas de violência contra a mulher. **Revista da ESMESC**, *[S. l.]*, v. 28, n. 34, p. 116–145, 2021. Disponível em: https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/257. Acesso em: 03 out. 2024

MARGRAF, Priscila de Oliveira; SANTOS, Mariana Cavalari dos. Método da constelação familiar sistêmica como justiça restaurativa na redução da alienação parental. **Revista de Direito Privado**, v. 95, p. 199 – 217. nov. 2018

MELLO, Ana Paula Galvão; FIGUEIREDO, Bruno Mendes; ALMEIDA, Larissa Azevedo. Constelação familiar, o direito sistêmico, e sua aplicabilidade no Judiciário In: MAILLART, Adriana Silva; OLIVEIRA Edmundo Alves De; LANNES, Yuri Nathan da Costa. **Formas consensuais de solução de conflitos**. Florianópolis: CONPEDI, 2022.

OLIVEIRA, Maira Gabriele Prudente de; CARDOSO, Nayane Stephanie Silva; ARAÚJO, Amanda de Campos. A problemática da aplicação de terapia de constelação familiar no âmbito do Judiciário brasileiro. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, nov. 2023. Disponível em: https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1912. Acesso em: 03 out. 2024.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 3. ed. Barueri: Grupo GEN, 2014.



DIVÓRCIO IMPOSITIVO (EXTRAJUDICIAL), RACIOCÍNIO TÓPICO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 02: FAMÍLIA, SUCESSÕES E A ABORDAGEM AMPLIADA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Mariana Della Torre Real[1], Hideraldo José Real[2], Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[3].

[1] Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2024), integrando a linha de pesquisa "Os Direitos da Personalidade e o seu alcance na contemporaneidade". Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2022). E-mail: mariana@dellatorrereal.adv.br

[2] Promotor de Justiça no Estado do Paraná (MPPR); Especialista em Direito Processual Penal e Penal pela UEL (2004); Especialista em Direito Processual Civil e Civil pela UEL (2003); Especialista em Direitos Administrativo pela UEL (2006); Professor de Direito na Faculdade Paranaense FACCAR. E-mail: hideraldor@mppr.mp.br

[3] Orientadora; Pós Doutora em Hermenêutica Jurídica pela UNISINOS-RS (2019); Pós Doutora em Direitos humanos e Democracia pela Faculdade de Direito de Coimbra (2024); Doutora em Direito das relações sociais pela UFPR (2004); Mestre em Direito civil pela UEM (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha de pesquisa "Os Direitos da Personalidade e o seu alcance na contemporaneidade". E-mail: cleidefermentao@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda a evolução do divórcio no Brasil, destacando as mudanças legislativas e socioculturais que influenciaram estes institutos jurídicos. Inicialmente, o casamento era considerado indissolúvel, mas a Emenda Constitucional N. 9 de 1977 introduziu o divórcio, rompendo com essa ideia. A Emenda Constitucional N. 66 de 2010 eliminou a necessidade de separação judicial ou culpa, tornando o divórcio um direito potestativo e unilateral. O artigo também discute a desjudicialização do divórcio, destacando a Lei N. 11.441 de 2007, que permitiu o divórcio extrajudicial consensual, e a Resolução N. 571/2024 do CNJ, que expandiu essa possibilidade para casos com filhos menores. O enfoque é analisar a viabilidade do divórcio unilateral extrajudicial, argumentando que, embora não haja previsão legal expressa, uma interpretação tópica da legislação poderia suprir essa lacuna. O divórcio, além de ser um direito potestativo, pode ser compreendido como uma expressão dos direitos da personalidade, em particular o direito à autonomia, dignidade e liberdade, reforçando a ideia de que o cônjuge tem o direito de se desvincular de um casamento sem a anuência do outro. O artigo justifica a relevância social e acadêmica da proposta e defende que o divórcio unilateral extrajudicial pode ser exercido sem a necessidade de reforma legislativa, já que a autonomia individual é central nesse direito. Utilizando o método hipotético-dedutivo e uma revisão de literatura narrativa, propõe-se uma interpretativa extensiva dos direitos fundamentais para sanar tal lacuna legislativa, promovendo a autonomia individual e a adaptação do ordenamento jurídico às demandas contemporâneas.

Palavras-chave: autonomia privada; desjudicialização; direitos da personalidade; raciocínio tópico.

1 INTRODUÇÃO



O instituto jurídico do divórcio evoluiu significativamente no Brasil, como resultado reflexo das transformações socioculturais que ocorreram nas últimas décadas. Inicialmente, o casamento civil era considerado um vínculo indissolúvel entre um homem e uma mulher, influenciado por valores morais e religiosos que priorizavam a permanência da união conjugal. Em 1977, com a Emenda Constitucional N. 9, introduziu-se no texto da Constituição Brasileira de 1967 o instituto do divórcio e, consequentemente, marca a ruptura do ordenamento jurídico com a ideia de indissolubilidade do casamento.

O casamento era até então indissolúvel devido à forte influência sacra, como estabelecido no Concílio de Trento (1545-1553), sendo permitido apenas o desquite no Código Civil de 1916, que encerrava a sociedade conjugal, mas mantinha o vínculo matrimonial. A partir desse marco, progressivamente, outras mudanças substanciais na legislação facilitaram e simplificaram o instituto jurídico do divórcio, culminando na Emenda Constitucional N. 66 de 2010, que alterou a Constituição Federal brasileira de 1988, eliminando a necessidade de prévia separação judicial ou de comprovação de culpa para a dissolução do vínculo conjugal. Essa alteração demonstra a valorização da autonomia individual e da liberdade de escolha no âmbito das relações familiares. O divórcio, nesse contexto, pode ser visto como uma expressão dos direitos da personalidade, principalmente no que tange ao direito à dignidade e à liberdade de decisão.

No âmbito extrajudicial, a Lei N. 11.441 de 2007 permitiu o divórcio consensual perante o Registro Civil nas situações em que não houvesse filhos menores ou incapazes, proporcionando uma certa desburocratização do procedimento e descongestionamento do Poder Judiciário. Recentemente, a Resolução N. 571/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliou essa possibilidade, autorizando o divórcio extrajudicial em casos que envolvem filhos menores, evidenciando essa tendência a proporcionar a autonomia da(s) parte(s) no processo de dissolução do vínculo conjugal. Nesse contexto, a proposta de se autorizar o divórcio unilateral pela via extrajudicial parece se alinhar às demandas contemporâneas e ao fortalecimento dos direitos da personalidade, que incluem a autonomia e a liberdade de escolha.

O presente artigo busca responder o seguinte problema de pesquisa: ante a abertura do ordenamento jurídico brasileiro, a necessidade de previsão legal expressa autorizando o divórcio unilateral pela via extrajudicial não poderia ser dispensada por intermédio de um raciocínio tópico? Não obstante o avanço da legislação brasileira em promover o divórcio extrajudicial, ainda não há uma previsão específica para a sua realização de forma unilateral, contudo, por ser um direito potestativo, a vontade de dissolução do vínculo matrimonial por um dos cônjuges não

está vinculada a anuência do outro, suscitando a investigação para responder a problemática da pesquisa.

A justificativa deste artigo está em sua relevância social e acadêmica. Socialmente, a possibilidade de realizar o divórcio unilateral fora dos tribunais, se apresenta como uma solução para a demanda atual de promoção da autonomia individual. No plano acadêmico, contribui ao propor uma interpretação extensiva dos direitos fundamentais, sob um raciocínio tópico para preencher essa lacuna legislativa. Ademais, a previsão de incluir expressamente o divórcio unilateral extrajudicial na legislação já é uma realidade no anteprojeto de Reforma do Código Civil de 2002, demonstrando que, independentemente da alteração legislativa, o que aqui se propõe já autorizaria tal prática.

O objetivo geral é analisar a viabilidade jurídica do divórcio unilateral extrajudicial como uma expressão dos direitos fundamentais, utilizando-se de um raciocínio tópico e uma interpretação sistemática da legislação vigente. Como objetivos específicos, tem-se: descrever o raciocínio tópico e sua aplicação ao caso do divórcio unilateral extrajudicial; analisar a autonomia individual e a liberdade de escolha para dissolver o vínculo matrimonial e, por fim; propor que a inclusão expressa do divórcio unilateral extrajudicial na legislação, não é, ou pelo menos não deveria ser, uma condição *sine qua non* para o exercício deste direito potestativo.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo e a metodologia adotada é a revisão de literatura narrativa, utilizando artigos, livros, dissertações, em versões físicas ou eletrônicas, contidas em revistas jurídicas ou plataformas de bancos de dados, como Google Acadêmico, Scielo, Ebsco e Plataforma de Dissertações e Teses da CAPES, e a própria legislação, como base para os debates propostos no presente artigo, permitindo a construção de uma fundamentação teórica sólida, baseada em autores consagrados no campo do direito, para sustentar esta pesquisa.

O referencial teórico se fundamenta em em conceitos-chave desenvolvidos por importantes teóricos do Direito. A ideia de direitos da personalidade, que inclui a dignidade, liberdade e autonomia individual, será explorada com base nas contribuições de Anderson Schreiber (2013), que discute a relação entre os direitos da personalidade e a dissolução das relações matrimoniais, e Maria Berenice Dias (2016), que trata do divórcio como um direito potestativo, independentemente de culpa ou autorização do outro cônjuge.

O referencial teórico também incorpora o pensamento tópico e a aplicação do raciocínio tópico, conforme desenvolvido por Tércio Sampaio Ferraz Junior (2023), Judith Martins Costa (2000), e Claus-Wilhelm Canaris (2002), cujos estudos exploram a aplicação da tópica jurídica para interpretação de lacunas legislativas e adaptação do Direito às transformações sociais. O método dialético e a abordagem tópica são centrais para a argumentação de que, diante da ausência de previsão legal

expressa para o divórcio unilateral extrajudicial, uma interpretação tópica pode legitimar sua adoção com base nos direitos da personalidade.

Além disso, o referencial teórico sobre o conceito de direito potestativo é sustentado por Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2015), que discutem a natureza desse direito como uma manifestação exclusiva da vontade de uma das partes para modificar ou extinguir uma relação jurídica. A obra de Theodor Viehweg (1953) também será utilizada para reforçar a importância da tópica como método de interpretação jurídica em contextos de omissão legislativa.

O artigo pretende contribuir para o debate acadêmico e jurídico sobre a evolução do direito de família no Brasil e a desjudicialização dos processos de divórcio. Ao propor uma abordagem baseada no raciocínio tópico, busca-se oferecer uma solução interpretativa que preencha as lacunas legislativas e, ao mesmo tempo, promova a autonomia individual. Assim, a pesquisa espera fomentar a reflexão crítica sobre a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico às demandas contemporâneas, reforçando a importância da tutela dos direitos da personalidade no âmbito das relações familiares.

2 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIVÓRCIO NO BRASIL

A evolução histórica do divórcio no Brasil reflete as profundas mudanças sociais que gradativamente tornaram o direito de dissolver o casamento mais acessível e menos burocrático para os cônjuges. Inicialmente, o casamento civil era visto como um vínculo indissolúvel, refletindo a forte influência religiosa e moral no Direito de Família. A Emenda Constitucional N. 9, de 1977, foi o marco que introduziu o divórcio na Constituição brasileira de 1967, permitindo a dissolução matrimonial. A doutrina clássica, como a de Caio Mário da Silva Pereira (2004), reforçava que o casamento, sob a ótica religiosa, poderia subsistir mesmo após o divórcio, uma vez que os efeitos civis cessavam, mas o matrimônio religioso permanecia intacto.

A Constituição Federal de 1988 simplificou ainda mais as formas de extinção do casamento, e a Emenda Constitucional N. 66 de 2010 eliminou a separação judicial, transformando o divórcio em um direito potestativo. Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2015) definem o direito potestativo como aquele que confere ao titular o poder de, mediante sua exclusiva declaração de vontade, modificar ou extinguir uma relação jurídica, independentemente da concordância da outra parte. Essas mudanças refletem uma maior valorização dos direitos da personalidade, uma vez que permitem que a dissolução do casamento seja uma escolha pessoal, sem a imposição de justificativas externas, respeitando os direitos à dignidade e à liberdade individual (SCHREIBER, 2013).

O divórcio, que antes exigia justificativas como prova de culpa ou períodos prévios de separação, passou a ser compreendido como uma expressão da autonomia privada, permitindo que a decisão de terminar um casamento fosse uma prerrogativa individual, sem imposições externas. Em termos globais, essa flexibilização acompanhou o desenvolvimento dos direitos da personalidade, sendo a dissolução matrimonial uma manifestação da liberdade e da dignidade humana (SCHREIBER, 2013).

A introdução do divórcio extrajudicial no Brasil ocorreu com a Lei N. 11.441/2007, que permitiu uma alternativa ainda menos burocrática e de forma gratuita para os casos de dissolução consensual do casamento, desde que não houvesse filhos menores ou incapazes. Essa inovação foi uma resposta à sobrecarga do Judiciário e à necessidade de tornar os procedimentos mais céleres e eficientes. A partir dessa lei, tornou-se possível que os casais resolvessem questões matrimoniais diretamente nos cartórios de Registro Civil.

Inclusive, a Resolução N. 35 de 2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou a extensão do direito à gratuidade às escrituras públicas de separação e divórcios consensuais, posicionamento este que fora reafirmado pelo CNJ após a entrada em vigência do Código de Processo Civil de 2015, que se omitiu sobre essa questão (ARAÚJO; SIQUEIRA, 2020).

A recente Resolução do CNJ N. 571/2024 demonstra outro avanço significativo do Direito de Família ao autorizar que o divórcio extrajudicial seja realizado mesmo nos casos que o casal tiver filhos menores, ampliando ainda mais as possibilidades de desjudicialização. Essa medida reflete uma resposta às demandas contemporâneas de simplificação dos procedimentos legais e uma mudança de paradigma no Direito de Família, onde se busca respeitar cada vez mais à autonomia da vontade privada das partes envolvidas.

Contudo, subsiste ainda a discussão sobre a possibilidade de se estender a extrajudicialização ao divórcio unilateral, ou seja, nos casos em que apenas um dos cônjuges deseja pedir a dissolução do casamento. A desjudicialização dos procedimentos é uma evidente tendência, contudo algumas questões sobre o equilíbrio entre autonomia privada individual e proteção do cônjuge dissidente suscitam o debate ante a ausência de previsão expressa desta modalidade de divórcio no ordenamento jurídico brasileiro vigente. Neste panorama, o presente estudo pretende analisar se o raciocínio tópico poderia ser utilizado como recurso argumentativo em prol do divórcio unilateral extrajudicial ante a omissão legislativa.

3 TÓPICA, *TOPOI* E RACIOCÍNIO TÓPICO

A tópica, de origem aristotélica, dá origem ao chamado raciocínio tópico. No *Tratado da tópica* Aristóteles estuda a dialética, método que, partindo de simples opiniões que parecem verdadeiras (*endoxa*), permite responder a todas as questões referentes à propriedade dos objetos, à diferença que os define, ao gênero ao qual pertencem e aos acidentes a que estão sujeitos, ensinando a raciocinar sem contradições acerca de várias opiniões emitidas a seu respeito (MARTINS-COSTA, 2000).

No contexto da interpretação jurídica, o raciocínio tópico pode ser associado aos direitos da personalidade, uma vez que permite que a autonomia individual e a dignidade humana sejam elementos centrais para justificar a dissolução do casamento sem a necessidade de anuência do outro cônjuge. O direito à liberdade, que é uma manifestação dos direitos da personalidade, legitima essa forma de interpretação, especialmente quando a legislação não prevê explicitamente tais possibilidades.

O raciocínio dialético permite acessar os "*topoi*", que são considerados pela doutrina como pontos de vista ou opiniões verossímeis, amplamente aceitas por todos, pela maioria ou pelos mais sábios. Embora Aristóteles não tenha oferecido uma definição direta do termo, ele é compreendido como uma referência a conteúdos alcançados conforme os critérios e padrões do raciocínio utilizado (MARTINS-COSTA, 2000).

Em sua obra *Tópica e Jurisprudência* (1953), Theodor Viehweg sustenta que nem sempre existe uma resposta clara e incontestável para os casos concretos. Muitas vezes, a autoridade deve considerar diversos fatores condicionantes na formulação de sua decisão, o que se opõe ao método dedutivo característico do positivismo. Como alternativa, Viehweg propõe a tópica, como um método indutivo que, por meio de processos comunicativos e racionais, busca alcançar a solução mais apropriada para cada caso (ZENNI; IKEDA, 2020).

Aristóteles estabelece que a tópica trata de conclusões baseadas em proposições que aparentam ser verdadeiras, fundamentadas em opiniões amplamente aceitas. A tópica, como método de interpretação jurídica, permite que, diante da ausência de previsões expressas no ordenamento jurídico, seja possível encontrar respostas adequadas ao caso concreto por meio da análise de princípios e circunstâncias envolvidas (MARTINS-COSTA, 2000, apud VIEHWEG, 1953).

Canaris contrapõe-se a Viehweg ao afirmar a primazia da abordagem sistemática do Direito, destacando que os procedimentos tópicos e o pensamento sistemático não são excludentes, mas se complementam. Para Canaris, a tópica exerce um papel limitado, porém importante, no campo jurídico, especialmente em situações específicas: quando faltam valorações suficientemente concretas no direito positivo, em casos de lacunas legais onde o direito não fornece critérios claros, e em situações que envolvem remissões legislativas ao "senso comum" ou decisões baseadas em equidade (STEUDEL, 2007).

As normas jurídicas, mesmo quando formalizadas em códigos ou compilações de regras consuetudinárias, por serem lacunosas e incompletas, originadas de situações concretas e casuísticas, favorecem a interpretação criativa pelos juristas. Esse processo interpretativo resulta em um modo particular de raciocínio, conhecido como raciocínio tópico (MARTINS-COSTA, 2000).

O raciocínio tópico é especialmente adequado a um sistema jurídico relativamente aberto que, se caracteriza pela diversidade de fontes normativas, onde a fonte formal possui um papel destacado, mas que também confere significativa relevância à construção de tipos e modelos jurídicos com base nos costumes, nas práticas negociais e na jurisprudência (MARTINS-COSTA, 2000). O sistema pode ser diferenciado em diversos aspectos, porém dentro do recorte desta pesquisa, cabe esclarecer a diferença entre sistema aberto e sistema fechado.

Um sistema fechado é aquele que se autossustenta de maneira completa, sem interações com o ambiente externo, enquanto um sistema aberto, ao contrário, possui mecanismos que o conectam com seu entorno. Contudo, um sistema totalmente aberto seria contraditório em si mesmo, pois deixaria de ser um sistema. Portanto, um sistema aberto deve ser entendido como aquele que se autorreferencia de forma relativa, permitindo a absorção e reorganização de elementos externos, sem ser excludente (MARTINS-COSTA, 2000).

A tópica é descrita como uma lógica do provável que, embora tenha sido excluída por Aristóteles do campo rigoroso da ciência, ainda participa da verdade ao ensinar a raciocinar de maneira justa, partindo de proposições plausíveis. Além disso, ela permite identificar sofismas e auxilia na formação das ciências, pois, por meio do conhecimento do indivíduo, orienta as ciências em direção aos seus princípios específicos (MARTINS-COSTA, 2000). O raciocínio tópico consiste em abordar princípios, conceitos e postulados de forma que eles mantenham sempre um caráter de questionamento, ou seja, são vistos como tentativas que estão em contínua revisão, sem assumir um valor definitivo ou absoluto (FERRAZ JUNIOR, 2023).

A possibilidade de se formular um conceito geral dos *topoi* aristotélicos continua sendo objeto de debate, em razão de sua natureza heterogênea e sua aplicação em disciplinas distintas, como a dialética e a retórica. Entretanto, é amplamente aceito que a tópica aristotélica tem um caráter funcional ou instrumental, sendo utilizada para estruturar o raciocínio a partir de pontos de partida com o objetivo de desenvolver argumentos diante de um determinado problema ou conjunto de problemas. Nesse sentido, os *topoi* podem ser empregados em diversas dimensões, permitindo que cada questão problemática seja analisada à luz de múltiplos tópicos, e que cada tópico geral seja aplicado a uma pluralidade de questões. Assim, sua justificativa se encontra na sua função dentro da



argumentação dialética ou retórica. Consequentemente, o raciocínio tópico está sempre vinculado ao discurso orientado para a resolução de problemas concretos (MARTINS-COSTA, 2000).

No contexto da interpretação jurídica, o raciocínio tópico pode ser associado aos direitos da personalidade, uma vez que permite que a autonomia individual e a dignidade humana sejam elementos centrais para justificar a dissolução do casamento sem a necessidade de anuência do outro cônjuge. O direito à liberdade, que é uma manifestação dos direitos da personalidade, legitima essa forma de interpretação, especialmente quando a legislação não prevê explicitamente tais possibilidades.

4 O RECURSO AO RACIOCÍNIO TÓPICO NA ARGUMENTAÇÃO EM PROL DO DIVÓRCIO UNILATERAL EXTRAJUDICIAL

A Emenda Constitucional N. 66/2010 eliminou a figura da separação, transformando o divórcio em um direito potestativo. O direito potestativo é um conceito jurídico que confere a uma das partes o poder de exercer determinada prerrogativa, independentemente da concordância da outra. No caso do divórcio unilateral, essa prerrogativa adquire uma dimensão fundamental, pois permite que um dos cônjuges dissolva o vínculo matrimonial com base exclusivamente em sua vontade (DIAS, 2016).

Segundo a doutrina de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald (2015), no caso do divórcio, não há como manter duas pessoas casadas quando um dos cônjuges não deseja mais continuar a relação, sendo potestativo o direito de solicitar o divórcio. Além disso, a ingerência estatal no processo de divórcio é desnecessária, pois não cabe ao juiz, Ministério Público ou tabelião qualquer poder de decisão sobre o desejo de uma pessoa de se divorciar. Isso reforça que o divórcio unilateral pode ser realizado extrajudicialmente, bastando a manifestação de vontade de um dos cônjuges, sem necessidade de autorização do outro.

Ainda, vale mencionar que, conforme o artigo 1.581 do Código Civil e a Súmula 197 do Superior Tribunal de Justiça, o divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens, reforçando a celeridade do processo e a autonomia individual dos cônjuges.

Além disso, é importante destacar que não se discute culpa no processo de divórcio. O STJ tem consolidado que "o direito ao divórcio é potestativo e incondicionado", como em decisões como o Agravo de Instrumento N. 70079918231, da Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS. Esse entendimento afasta a necessidade de apuração de culpa para dissolução do vínculo conjugal, reforçando o direito da autonomia individual do cônjuge que deseja se divorciar.

A dissolução do casamento por vontade de uma única parte reafirma o princípio de que as relações matrimoniais devem se basear no

consentimento mútuo, e não na obrigatoriedade de manutenção de um vínculo indesejado. Em um Estado Democrático de Direito, a liberdade de escolha é um valor primordial, e o direito potestativo ao divórcio unilateral garante que o indivíduo tenha pleno controle sobre decisões que afetam diretamente sua vida pessoal.

Neste cenário, o raciocínio tópico pode ser utilizado como uma ferramenta argumentativa para preencher lacunas legislativas. O divórcio, ao ser tratado como um direito potestativo, encontra respaldo nos direitos da personalidade, que garantem ao indivíduo o direito de exercer sua autonomia pessoal, sem que haja necessidade de intervenção judicial ou legislativa. Os direitos à dignidade e à liberdade reforçam a compreensão de que a dissolução do vínculo matrimonial deve ser uma escolha pessoal e individual, conforme os preceitos dos direitos da personalidade.

O projeto de lei (PL) N. 3.457/2019, atualmente em tramitação no Senado Federal, visava acrescentar o art. 773-A ao Código de Processo Civil para incluir a previsão legal de que, em não havendo nascituro ou filhos incapazes, qualquer um dos cônjuges poderá requerer no cartório de Registro Civil a averbação do divórcio à margem do assento do casamento mesmo que o outro cônjuge não concorde com a separação. Já o Anteprojeto de lei para a revisão e atualização do Código Civil de 2002, entregue ao Senado em abril de 2024, incorpora o PL N. 3.457/2019 e prevê a inclusão do art. 1.582-A ao *Codex* com a seguinte redação: “O cônjuge ou o convivente, poderão requerer unilateralmente o divórcio ou a dissolução da união estável no Cartório do Registro Civil em que está lançado o assento do casamento ou onde foi registrada a união, nos termos do § 1º do art. 9º deste Código” (BRASIL, 2024).

A inclusão do art. 1581-A ao Código Civil, analisada em conjunto com a Resolução N. 571/2024 do CNJ, que autorizando o divórcio consensual extrajudicial mesmo nos casos que envolvam filhos menores, demonstra que, se aprovada, o ordenamento jurídico passará a prever expressamente o divórcio unilateral extrajudicial, possivelmente, inclusive, nos casos que envolvam filhos menores. Contudo, ante todo o cenário até agora apresentado, pergunta-se: a necessidade de uma previsão legal expressa prevendo o divórcio unilateral pela via extrajudicial não poderia ser dispensada por intermédio de um raciocínio tópico?

É notável a crescente valorização do recurso de determinados *topoi* no universo jurídico: os princípios gerais do direito (STEUDEL, 2007, apud PERELMAN, 1998). A tópica na argumentação jurídica exerce a função de auxiliar na aplicação do direito, permitindo moldar o conceito de justiça e adaptar a ordem jurídica às realidades sociais contemporâneas (DINIZ, 2008). Neste contexto, a possibilidade de se realizar o divórcio unilateral perante o Registro Civil (extrajudicial) se encaixa no modelo de discussão do raciocínio tópico, pois este buscará principalmente nos princípios da



autonomia da vontade e da liberdade de escolha, os fundamentos para suas bases argumentativas.

A inclusão dessa possibilidade de divórcio no Código Civil seria, portanto, uma mera formalização/positivação, pois o raciocínio tópico permite a compreensão de que, mesmo diante dessa omissão legislativa, o divórcio é um direito potestativo, sendo possível aplicar os direitos fundamentais de forma a garantir os princípios da autonomia individual, da dignidade humana e da liberdade de escolha. Portanto, o anteprojeto de reforma do Código Civil, embora relevante, não se demonstra imprescindível, condição *sine qua non*, para legitimar sua prática. Portanto, o estudo defende que, mesmo sem essa previsão expressa, o raciocínio tópico oferece suporte suficiente para a adoção do divórcio unilateral extrajudicial.

É evidente que o raciocínio tópico pode ser utilizado como uma ferramenta argumentativa para preencher lacunas legislativas. O divórcio, ao ser tratado como um direito potestativo, encontra respaldo nos direitos da personalidade, que garantem ao indivíduo o direito de exercer sua autonomia pessoal, sem que haja necessidade de intervenção judicial ou legislativa. Os direitos à dignidade e à liberdade reforçam a compreensão de que a dissolução do vínculo matrimonial deve ser uma escolha pessoal e individual, conforme os preceitos dos direitos da personalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta ao longo deste artigo buscou demonstrar a viabilidade jurídica do divórcio unilateral extrajudicial utilizando-se do raciocínio tópico. O estudo partiu do problema central de investigar se a ausência de previsão expressa no Código Civil para o divórcio unilateral extrajudicial poderia ser suprida por uma interpretação tópica, fundamentada nos direitos fundamentais.

Com base na hipótese defendida, constatou-se que a interpretação tópica permite uma leitura extensiva e sistemática da legislação brasileira, favorecendo a autonomia e a liberdade individual dos cônjuges. Assim, o direito potestativo ao divórcio, consagrado pela Emenda Constitucional N. 66/2010, pode ser exercido independentemente da concordância do outro cônjuge, sem que haja óbice jurídico para a sua extrajudicialização.

A Resolução N. 571/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que autorizou a extrajudicialização do divórcio mesmo em casos que envolvem filhos menores, reforça essa tendência de desjudicialização e a possibilidade de ampliação dos mecanismos extrajudiciais no âmbito do direito de família. Ainda que o anteprojeto de Reforma do Código Civil preveja a inclusão expressa da modalidade de divórcio unilateral extrajudicial, defendeu-se que tal previsão não é imprescindível, pois uma



interpretação tópica já permite a implementação dessa prática no ordenamento jurídico vigente.

Além disso, ao examinar a contribuição doutrinária de autores como Tércio Sampaio Ferraz Junior, Judith Martins Costa, Claus-Wilhelm Canaris e Maria Berenice Dias, observou-se que o enfoque tópico proporciona maior flexibilidade interpretativa, possibilitando que o direito se adapte às demandas sociais e às transformações nas relações familiares, sem a necessidade de constantes alterações legislativas. Essa flexibilidade também pode ser vista como uma forma de garantir os direitos da personalidade, ao priorizar a autonomia privada e a dignidade da pessoa humana.

O divórcio unilateral extrajudicial é plenamente compatível com os princípios constitucionais. A interpretação tópica, ao privilegiar a autonomia privada e a dignidade da pessoa humana, sustenta a viabilidade dessa forma de dissolução matrimonial, garantindo a proteção dos interesses individuais dos cônjuges sem a necessidade de intervenção judicial. Esse entendimento contribui para o avanço da desjudicialização das relações familiares e para a promoção de uma justiça mais célere e acessível, em consonância com a modernização do direito de família no Brasil.

REFERÊNCIAS

Agravo de Instrumento Nº 70079918231. Divórcio. **Possibilidade de decretação liminar de divórcio sem angularização processual**. Relator: José Antônio Daltoe Cezar, 8ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, julgado em 28 fev. 2019. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/. Acesso em: 18 out. 2024.

ARAUJO, Litiane Motta Marins; SIQUEIRA, Bárbara Márcia Nascimento Dos Santos. **Divórcio unilateral extrajudicial**. Revista Acadêmica de Direito da UNIGRANRIO, v. 10, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-UNIGRANRIO_v.10_n.1.07.pdf. Acesso em: 16 de set. 2024.

BRASIL. **Anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei N. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/arquivos/anteprojeto-codigo-civil-comissao-de-juristas-2023_2024.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei N. 3.457, de 2019**. Acrescenta o art. 733-A à Lei N. 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137242#:~:text=Permite%20que%20um%20dos%20cônjuges,não%20concorde%20com%20a%20separação. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 197. Divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens**. Brasília, DF: STJ, 1997. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/SitePages/inicio.aspx. Acesso em: 18 out. 2024.

CALGARO, Gerson Amauri. **O Risco da Atividade como Cláusula Geral**. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, v. 13, 2007. Disponível em: https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/228. Acesso em 17 set. 2024.

CANARIS, Claus-Wilhelm; MENEZES, António Manuel da Rocha; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 2002.

DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil - Famílias**, v. 1, 7ª ed., São Paulo: Atlas, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias** [livro eletrônico]. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Do discurso sobre a justiça**. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 74, p. 153-166, 1995. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36021211/66876-88271-1-PB-libre.pdf?1419278593=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDo_Discurso_Sobre_a_Justica.pdf&Expires=1729276151&Signature=aRjqqIji7jbk-ddKX4-povhs1Mp~oP2s5k0a~hL6~jSB5DnDLowfVxe4N3j99qVhoYAWVBWjQHceg~DwbkydksDHBgeR8RKEwthDvfto9LM~TDI67hH85cGMPvZaxzrUuF0VT2O6VVcqACK8K4cfB0Wqx0AobyEW2QxSRv4-Pb6i2d1wGb3dcJX3OYV0S7gqOMWiQ12S-

Uss8ueV7doZ2A8wUBo8fZfYtAhPG4WZQRnE~bnpazoNYnvCs-B~3lEiAVL4oR77ZH2Njcu8MDcXVSh6xRXpNtqYOWnOFnMS2w7obdXz3Vcscity6n-9Coe~S5-o~UinUslOGcU4fNnL7g__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 16 set. 2024.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

LINJARDI, Luciane Gregio Soares. **Desafios da ciência jurídica no século XXI: o que é família?** 2021. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-16082022-090949/en.php. Acesso em: 17 de set. 2024.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional**. 1. ed., 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MELISSA, Amanda; PEDROSA, Silva Pedraça. **A celeridade do processo no divórcio administrativo**. Revista FOCO, v. 17, n. 5, p. e5028-e5028, 2024. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5028. Acesso em: 15 de set. 2024.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – Direito de Família**, v. V, atualizado por Tania da Silva Pereira. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PUPIN, Ricardo Lorenzi. **O pensamento tópico e sua contribuição para uma nova hermenêutica jurídica**. 2011. p. 159-162. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/95123058/508-libre.pdf?1669907837=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_Pensamento_Topico_e_sua_Contribuicao_p.pdf&Expires=1729276347&Signature=HsizIsR8~2eO8S1EPn1Nv4Rq10BsXVvCIyy7OHaC1mWyA4N6MI~89iJKFUwzIvfjAFn-xEJEgQxixTke6MTKVo6mLk64-UXjOKkoD6B55w2w5zCy825ULxPP7iYr1KpPmJtSGgnF3GZ8D1MfC73UC90ktlfulSJCNjP9-dWjOOs3ukW3TF3vNAOdmosO-z4XIDOzC478P-kDwkSC7ZKiFZ3Nva86IB6EMBNSwNSN3yJHG2k4cAW4wZkiE81n~o07YIGssg5rswX0YwFe5CLMp7Is4UPIhmdGI~J1HAlQG82xZgo-GBqhT6rgMLOF~-vD8VvY78-Gj~mvLXpcNhoOVg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 17 de set. 2024.

RODRIGUES JR, Otavio Luiz. **Direito civil contemporâneo – Estatuto epistemológico. Constituição e direitos fundamentais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2019.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013a.

SPENGLER, Fabiana Marion; SCHAEFER, Rafaela Matos Peixoto. **Divórcio: Evolução histórica e legislativa com destaque às inovações do Código de Processo Civil**. Revista da Faculdade de Direito da UERJ, n. 37, p. 142-164, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/42356. Acesso em: 15 de set. 2024.

STEUDEL, Adelangela de Arruda Moura. **O pensamento tópico do direito e sua influência na nova hermenêutica constitucional**. 2007. Disponível em: https://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/655. Acesso em: 17 de set. 2024.

YAMAGUCHI, Silvio Hideki; OLIVEIRA, José Sebastião de. **Aspectos do instituto do divórcio impositivo: uma análise à luz da proteção dos direitos da personalidade, neste início do século XXI**. Revista de Direito de Família e Sucessão, 2021. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitofamilia/article/view/8321/pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

ZENNI, Alessandro Severino Vallér; IKEDA, Walter Lucas. **Ciência, direito e a tutela do humano: breves aproximações**. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: https://revista.fdsm.edu.br/index.php/revistafdsm/article/view/277. Acesso em: 15 de set. 2024.

OVERPARENTING E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE: O IMPACTO DA SUPERPROTEÇÃO E DO MONITORAMENTO TECNOLÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

GT2: FAMÍLIA, SUCESSÕES E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Elaine Christina da Silva Sanches Bueno[1], Valéria Silva Galdino Cardin[2].

[1] Mestranda da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Advogada em Maringá; Graduada pela Faculdade Metropolitana de Maringá – UNIFAMMA. E-mail: elaine@elainesilvasanches.adv.br.

[2] Orientadora, pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutora e mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente da Universidade Estadual de Maringá e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Pesquisadora pelo ICETI; Advogada no Paraná; E-mail: valeria@galdino.adv.br.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a crescente ênfase na proteção e na segurança da criança e do adolescente e o papel do poder familiar na era digital. O fenômeno do *overparenting* se caracteriza pela vigilância excessiva e o controle intrusivo dos pais sobre a vida dos filhos, um tema complexo e que questiona a relação de cuidado dos pais para com os filhos e o desenvolvimento da autonomia da criança e do adolescente. Para tanto, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, sendo a pesquisa bibliográfica. Como resultado, verifica-se que a tecnologia tem oferecido aos pais inúmeras ferramentas para monitorar e rastrear os seus filhos, em prol da segurança e do bem-estar, mas é essencial reconhecer os limites do monitoramento e os potenciais impactos negativos que essa vigilância excessiva pode gerar na vida da criança e do adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: vigilância excessiva; crianças e adolescentes; proteção dos direitos da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo o estudo sobre a crescente ênfase na proteção e na segurança da criança e do adolescente e o papel do poder familiar na era digital. O fenômeno do *overparenting* se caracteriza pela vigilância excessiva e o controle exagerado dos pais sobre a vida dos filhos, um tema complexo e que questiona a relação de cuidado dos pais para com os filhos e o desenvolvimento da autonomia da criança e do adolescente.

O artigo abordará o *overparenting* sob a ótica do poder familiar e os prejuízos aos direitos à privacidade e à intimidade da criança e do adolescente. Ainda, serão analisadas as implicações desse contexto para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, levando em consideração os desafios do contexto digital. A pesquisa se justifica tendo em vista o conflito existente entre a proteção e a segurança e os prováveis prejuízos aos direitos da personalidade da criança e do adolescente diante da vigilância excessiva.

Essa pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica, com a consulta de obras, artigos de periódicos, notícias e documentos eletrônicos que tratam do assunto, bem como a legislação pertinente. A análise dos dados será realizada de forma qualitativa, a partir da identificação e da categorização dos principais conceitos e ideias presentes nos artigos selecionados. O resultado da pesquisa será apresentado de forma descritiva, com a identificação e a discussão dos principais resultados encontrados.

O objetivo deste estudo é investigar a relação entre os dispositivos tecnológicos de monitoramento e rastreamento e o uso dessas ferramentas pelos pais, de modo a vigiar os filhos de forma excessiva, a partir de uma revisão bibliográfica de artigos científicos. A conclusão da pesquisa apresentará as principais contribuições do estudo para o conhecimento acerca do *overparenting* e as possíveis violações dos direitos da personalidade da criança e do adolescente.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

No âmbito do poder familiar, os pais têm a responsabilidade de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, promovendo a autonomia e a personalidade dos filhos. Contudo, a superproteção, ou *overparenting*, poderá afetar negativamente esse processo.

A interferência exagerada dos pais, embora muitas vezes motivada pelo desejo de proteger, limita o desenvolvimento da resiliência, autoconfiança e capacidade de lidar com adversidades, resultando em crianças e adolescentes mais ansiosos e dependentes. Marques (2015) e Moilanen e Lynn Manuel (2019) destacam que, ao removerem obstáculos, os pais criam uma sensação de angústia e incapacidade nas crianças e nos adolescentes, o que poderá comprometer o sucesso pessoal e a autossuficiência dos filhos.

O uso de tecnologias de monitoramento parental, como aplicativos de rastreamento, também levanta preocupações sobre a invasão de privacidade e a violação de direitos da personalidade das crianças e adolescentes. O episódio "*Arkangel*" da série *Black Mirror* exemplifica como a vigilância excessiva poderá prejudicar o desenvolvimento emocional e psicológico dos filhos. Embora a intenção dos pais seja garantir a segurança, essa prática, quando excessiva, poderá gerar sentimento de insegurança, revolta e agressividade nas crianças e nos adolescentes, conforme aponta Paula (2019).

O equilíbrio entre proteção e respeito à autonomia é crucial para garantir o pleno desenvolvimento da personalidade dos filhos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes têm o direito à privacidade e à intimidade, e os pais devem respeitar esses

direitos, intervindo apenas em situações que realmente justifiquem a intromissão, como em casos de perigo iminente. Rocha e Menezes (2023) afirmam que a autoridade parental não deverá sobrepor ao direito à privacidade e à autonomia dos filhos, e o uso excessivo de tecnologias de monitoramento poderá configurar abuso do poder familiar, afetando o desenvolvimento saudável e o direito à autodeterminação.

As consequências da superproteção incluem a limitação do desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos menores. Além disso, a interferência constante compromete a capacidade da criança e do adolescente de enfrentarem desafios e aprenderem com seus próprios erros, essenciais para a formação de adultos autônomos e resilientes. Portanto, é imperativo que os pais, ao exercerem o poder familiar, encontrem um equilíbrio entre a proteção e o respeito à individualidade dos filhos, permitindo que eles construam sua própria identidade e personalidade sem interferências desnecessárias.

Essas discussões refletem o desafio contemporâneo de criar filhos na era digital, onde o excesso de controle parental, facilitado pela tecnologia, poderá comprometer os direitos fundamentais e o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. É necessário um enfoque responsável por parte dos pais, que considerem os limites éticos e psicológicos da vigilância e favoreçam um ambiente que respeite a autonomia e promova a dignidade dos filhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proteger os filhos é um instinto natural dos pais, mas quando essa proteção se torna excessiva poderá trazer consequências negativas para o saudável desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A vigilância excessiva prejudica a autonomia, a autoconfiança e a capacidade de lidar com responsabilidades, além de gerar sentimentos de medo, ansiedade e desconfiança.

A tecnologia tem oferecido aos pais inúmeras ferramentas para monitorar e rastrear os filhos em prol da segurança e do bem-estar, mas é essencial reconhecer os limites do monitoramento e os potenciais impactos negativos que essa vigilância excessiva poderá gerar na vida da criança e do adolescente.

O exercício do poder familiar não deve ser utilizado para impor as vontades dos pais sobre os filhos. Ao contrário, sua função é orientar e apoiar o desenvolvimento saudável da personalidade, promovendo a maturidade necessária para que tomem suas próprias decisões. Esse processo envolve permitir que os filhos explorem o mundo, aprendam com seus erros e desenvolvam a autonomia de forma responsável e equilibrada.

O desenvolvimento da autonomia é fundamental para que as crianças e os adolescentes se tornem adultos responsáveis e

independentes. Proteger o filho não é uma tarefa fácil, já que deve ser feita pelos pais de modo que não custe a liberdade e o sadio desenvolvimento do menor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 09 out. 2024.

MARQUES, Alcione. A parentalidade excessiva e as implicações na aprendizagem. **Construção psicopedagógica**, v. 23, n. 24, p. 41-51, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542015000100004. Acesso em: 09 out. 2024.

MOILANEN, KL, LYNN MANUEL, M. **Helicopter Parenting and Adjustment Outcomes in Young Adulthood**: A Consideration of the Mediating Roles of Mastery and Self-Regulation. J Child Fam Stud 28, 2145–2158 (2019). Disponível em: https://research.ebsco.com/c/eexjl4/viewer/html/2rd244nfhn. Acesso em: 09 out. 2024.

PAULA, Patrícia Lins de. *Arkangel*: o episódio mais freudiano de Black Mirror. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 52, p. 189-192, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372019000200021. Acesso em: 09 out. 2024.

ROCHA, Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da; MENEZES, Joyceane Bezerra de. Autonomia existencial das crianças e adolescentes perante o poder familiar: uma análise a partir do episódio "*Arkangel*" de "*Black mirror*". **Revista FIDES**, v. 14, n. 1, p. 132-153, 14 jun. 2023. Disponível em: http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/663. Acesso em: 09 out. 2024.

A EVOLUÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE SÉCULO E OS RETRATOS DA OBRA CAPITÃES DE AREIA, DE JORGE AMADO

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Cleber Sanfelici Otero[1], Loiana Massarute Leal[2].

[1] Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela ITE, Bauru/SP. Docente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências Jurídicas e do Curso de Graduação em Direito da UNICESUMAR, Maringá/PR. Professor do Curso de Especialização em Direito Previdenciário da UEL, Londrina/PR. Juiz Federal. Pesquisador do ICETI. e-mail: cleberot10@gmail.com Curriculo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7156277822751107. Orcid ID: https://orcid.org/0000-0001-6035-7835
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar - PPGCJ Cesumar – UNICESUMAR (Maringá/PR), Bolsista PROSUP/CAPES. Pós-Graduada em Processo penal pela Faculdade Batista de Minas Gerais (2022). E-mail: massaruteloiana@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho aborda a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, com foco na legislação penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O objetivo é verificar se, com a adoção de novas leis, houve reconhecimento dos direitos fundamentais e uma melhor garantia do pleno desenvolvimento dessas crianças. A pesquisa utiliza uma revisão bibliográfica e o método dedutivo para analisar o período de 1830 a 1930, comparando a realidade social da época, ilustrada com a ficção retratada no livro Capitães da Areia, de Jorge Amado, com a realidade vivenciada atualmente. O estudo revela que, embora tenha havido avanços legislativos, o reconhecimento pleno dos direitos das crianças e adolescentes foi gradual e ainda incompleto, com muitas falhas a serem corrigidas, especialmente no que diz respeito à marginalização e exclusão social.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; Direito penal; Literatura.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratará da evolução dos direitos da criança e do adolescente em relação a legislação penal e também de legislação específica como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como tem como objetivo verificar se, com a adoção de uma nova legislação à infância e a juventude, houve o reconhecimento de direitos fundamentais e uma melhor garantia do seu pleno desenvolvimento, fazendo uma breve comparação entre casos retratos na realidade do livro Capitães da Areia, de Jorge Amado, que oferece uma visão crítica e profunda sobre a marginalização e exclusão social no Brasil.

A pesquisa é desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, com leitura de livros, artigos e legislação. Quanto ao método, a pesquisa é realizada com o emprego do método dedutivo, buscando ajudar a estruturar



a análise, indo do geral (a legislação e teorias) para o específico (a análise comparativa com o contexto social e a ficção de Jorge Amado).

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise aprofundada das legislações penais aplicadas a crianças e adolescentes no Brasil entre 1830 e 1930, com o intuito de compreender as falhas e limitações dessas normas no tratamento de menores de idade. Além disso, busca-se examinar avanços significativos na proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e em que medidas essas legislações desenvolvidas para o reconhecimento dos direitos à dignidade, ao desenvolvimento integral e à proteção, considerando o contexto social e histórico do período, comparando a realidade vívida pelas crianças do período com a retratada na obra Capitães da Areia.

Esta pesquisa se torna importante e relevante ao se verificar o marco legal de reconhecimento de direitos a crianças e adolescentes e como isso ocorreu principalmente ao longo de um século, de 1830 a 1930, bem como os impactos que isso pode gerar ao pleno desenvolvimento de um ser humano.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O primeiro Código Penal brasileiro foi promulgado em 1830 e, nele, foi conferido tratamento criminal tanto para adultos quanto para crianças e adolescentes praticamente de forma semelhante. Assim, é perceptível que, na verdade, ocorriam punições sem real distinção de idade. Em 1890, houve a promulgação de um novo Código Penal, que trouxe algumas mudanças no tratamento para crianças e adolescentes. De acordo com a nova legislação, menores de 9 anos de idade não seriam considerados criminosos, bem como aqueles com idade entre 9 e 14 anos, caso não agissem com discernimento.

Em 1927, foi instituído o primeiro estatuto jurídico infanto-juvenil destinado exclusivamente à assistência e proteção de crianças e adolescentes. O Código de 1927 foi a primeira lei do Brasil dedicada à proteção dos infantes. O livro Capitães de Areia, de Jorge Amado, retratava a realidade do novo código, ao contar a história de meninos em situação de rua na cidade de Salvador do começo do século XX, completamente marginalizados e que sobreviviam por meio de furtos.

Ao se comparar com a realidade atual e as legislações existentes na atualidade como o ECA, o Código de 1927 foi tido como um avanço na legislação brasileira em relação ao século anterior quando se tratava de crianças e adolescentes, mas ainda era algo a ser melhorado. Conforme se demonstra na obra literária em evidência, pois neste período ainda não havia um tratamento digno ao menor e muitas vezes comparado ao de adultos.

O resultado alcançado nesta pesquisa revela uma evolução significativa, mas gradual, no reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil ao longo do período de 1830 a 1930. A análise comparativa entre as legislações penais e o contexto social descrito na obra Capitães da Areia mostra que, ainda com a chegada do novo código, muito teria que ser feito para uma efetividade dos direitos dos infantes.

No início do século XIX, com o Código Penal de 1830, percebe-se uma grande lacuna na proteção de crianças e adolescentes. Nesse momento, não havia uma distinção clara entre adultos e “menores”, o que levou à aplicação de penas severas e aplicáveis a crianças que eram, muitas vezes, processadas criminalmente de maneira semelhante aos adultos. Mesmo com a promulgação do Código Penal de 1890, que trouxe algumas mudanças como a isenção de responsabilidade criminal para menores de 9 anos, o tratamento jurídico continuava severo, especialmente para aqueles entre 9 e 14 anos.

A implementação do Código de Menores em 1927 representou um marco na legislação brasileira, sendo o primeiro esforço sistemático de criar uma proteção jurídica específica para crianças e adolescentes, o código trouxe avanços notáveis, ao diferenciar crianças e adolescentes no sistema penal e instituir medidas de assistência, como a criação de reformatórios e escolas de preservação. No entanto, a pesquisa também revela que, apesar desse progresso, as instituições destinadas a esses menores falharam frequentemente no cumprimento do seu papel protetor, expondo-os a maus-tratos e condições desumanas, como ilustrado por Jorge Amado em Capitães da Areia.

Um ponto crucial identificado pela pesquisa é que, embora a legislação tenha começado a considerar a necessidade de diferenciar o tratamento de menores infratores, essas leis não foram acompanhadas de políticas públicas eficazes para lidar com a pobreza e a exclusão social que levam as crianças às ruas. No contexto da industrialização e do aumento da população urbana, como apontado por Liana de Paula (2015), a legislação de 1927 não foi suficiente para combater as causas estruturais e as vulnerabilidades dos menores continuavam a persistir.

O estudo também aponta que o avanço legal representado pelo Código de Menores não significou, de imediato, uma efetiva garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A criação de instituições repressivas, como os reformatórios, em vez de ambientes educativos e de reintegração social, revela que a prática jurídica e social não acompanha o espírito de proteção preconizado pela legislação. Nesse sentido, há uma continuidade entre a realidade dos meninos descritos por Jorge Amado e as falhas do sistema jurídico brasileiro, que apenas décadas depois, com a criação do ECA em 1990, começou a tratar a infância e a adolescência com uma perspectiva mais protetiva e distinta para o pleno desenvolvimento.

O resultado da pesquisa indica que, embora tenha havido avanços importantes na legislação, sobretudo com a criação do Código de Menores, esses progressos foram limitados pela incapacidade do Estado em implementar políticas públicas eficazes que atacassem as raízes da marginalização e garantissem uma proteção integral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela uma evolução significativa, embora gradual, na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil entre 1830 e 1930. Apesar dos avanços legislativos, como o Código de Menores de 1927, as falhas no sistema de implementação e a ausência de políticas públicas eficazes limitaram o impacto dessas leis, perpetuando a marginalização infantil, conforme ilustrado na obra "Capitães da Areia". O estudo destaca a importância da legislação, mas também a necessidade de ações concretas para garantir uma proteção efetiva e integral às crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 92. ed. Rio de Janeiro: Record,1988.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1890]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Brasília, DF: Presidência da República, [1927]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Codigo Criminal. Brasília, DF: Presidência da República, [1830]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, [Diário Oficial da União, 16 jul. 1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

CASTRO, Alexander de. A evolução do direito do menor no Brasil: um exame crítico das mudanças na legislação para crianças e adolescentes ao longo do século XX (1927-1979). **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 18, n. 3, p. e84887-e84887, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/84887/62829. Acesso em: 10 set. 2024.

PAULA, Liana de. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 15, n. 1, p. 27-43, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.16937. Acesso em: 8 out. 2024.



A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO ÂMBITO DOMÉSTICO: DESAFIOS NA IDENTIFICAÇÃO E NA PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Marina Meyer Machado[1], Gustavo Noronha de Ávila[2].

[1] Graduanda em Direito pela Centro Universitário Maringá – UNICESUMAR, Campus Maringá-PR, bolsista PIBIC/UniCesumar, e-mail: marinameyermachado.m@gmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado pela PUC/RS (2018). Doutor (2012) e Mestre (2006) pela PUC/RS. Professor permanente do Mestrado e do Doutorado em ciências jurídicas da UNICESUMAR - Campus Maringá-PR. Email: gusnaliva@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo busca explorar o conceito e as características da violência psicológica no âmbito doméstico, destacando seus impactos na saúde emocional e mental das vítimas. O estudo também analisa a eficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, com foco na invisibilidade dessa forma de violência, que muitas vezes é negligenciada em relação a outros tipos mais visíveis. O método empregado envolveu uma revisão bibliográfica de estudos jurídicos e sociais sobre o tema, bem como a pesquisa aborda as recentes mudanças legislativas. Os resultados mostram que a violência psicológica é frequentemente o ponto de partida no ciclo da violência doméstica, precedendo outras formas de agressão, além de destacar a relevância do depoimento da vítima, especialmente pela dificuldade de obtenção de provas físicas neste tipo de abuso. Conclui-se que, apesar dos avanços jurídicos, ainda há grandes desafios para a identificação e combate à violência psicológica. A pesquisa reforça a importância das medidas protetivas para interromper o ciclo de violência e prevenir escaladas mais graves, como o feminicídio. No entanto, o combate a essa forma de violência exige maior conscientização social e aprimoramento das práticas legais.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Proteção Necessária; Eficácia e Medidas Protetivas.

1 INTRODUÇÃO

A violência psicológica, embora seja uma das formas mais frequentes de agressão no âmbito doméstico, é frequentemente negligenciada em comparação a outras formas mais visíveis de violência, como a física. Essa negligência ocorre devido à natureza sutil e silenciosa da violência psicológica, que não deixa marcas físicas evidentes, mas afeta profundamente a saúde emocional e mental das vítimas.

Esta pesquisa visa explorar os conceitos e características dessa forma de violência, que é reconhecida como uma violação grave dos direitos humanos e da dignidade da mulher (Cruz, 2020).

A investigação foi motivada pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os impactos devastadores da violência psicológica, muitas vezes invisíveis tanto para a sociedade quanto para as próprias vítimas. Diante desse cenário, surgem as questões: por que a violência psicológica é subestimada em relação às outras formas de violência? Quais as consequências desta violência para a vítima e outros que presenciam esta violência? A importância desta pesquisa se reflete na relevância de discutir e compreender melhor essa forma de violência, cujos efeitos psíquicos e sociais são igualmente graves, apesar da falta de visibilidade.

Com base nos estudos como os de Caponi, Coelho e Silva (2007), esta pesquisa pretende aprofundar o conceito de violência psicológica, suas consequências e a eficácia das medidas protetivas previstas na legislação brasileira, contribuindo para o avanço do conhecimento científico e para o aprimoramento das práticas de enfrentamento à violência doméstica no país.

2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A violência psicológica é uma forma de agressão que visa a desestabilização emocional da vítima, ocorrendo frequentemente de forma sutil e progressiva. Embora não deixe marcas físicas visíveis suas consequências podem ser profundas, afetando a integridade psíquica e a autoestima da vítima (Paulon, 2022).

Essa forma de violência muitas vezes é negligenciada em relação as demais violências que resultam em marcas físicas e visíveis, isso ocorre devido a sua invisibilidade, sendo de difícil identificação até mesmo pelas vítimas. Apresenta-se por comportamentos como humilhação, controle, manipulação, desvalorização e até o isolamento social da vítima, conforme prevê a Lei Maria da Penha. Neste contexto Caponi, Coelho e Silva abordam

> Ainda assim, pode-se considerar a violência doméstica psicológica como uma categoria de violência que é negligenciada. Esta afirmação tem como base dois pilares. O primeiro refere-se ao que é denunciado nas manchetes dos jornais, que destacam a violência doméstica somente quando está se manifesta de forma aguda, ou seja, quando ocorrem danos físicos importantes ou, mesmo, quando a vítima vai a óbito. Outro mito, apresentado reiteradamente pela mídia, é o de que a violência urbana é superior à violência doméstica, em quantidade e gravidade. Embora seja difícil entender a ocorrência da violência física sem a presença da violência psicológica, que é tão ou mais grave que a primeira, muitos artigos nem sequer citam a sua existência. Vale ressaltar que não está sendo, aqui, descartada a possibilidade da ocorrência

> da violência física sem que a violência psicológica a preceda, mesmo se constatando que a maioria dos casos demonstre o contrário. (CAPONI, COELHO, SILVA, 2007, p. 98).

O ordenamento jurídico brasileiro, especialmente a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), reconhece a violência psicológica como uma violação grave dos direitos humanos e dos direitos da personalidade, pois atinge principalmente a dignidade e a integridade mental e emocional das mulheres. Sob a ótica das juristas Azambuja e Velter

> A violência psicológica inicia-se de forma branda, com atos que passam despercebidos pela vítima, onde o agressor lança mão de pequenos insultos a fim de tornar a vítima insegura e baixar sua autoestima, bem porque, para partir para agressão física, o agressor precisa tornar a mulher desvalorizada de tal modo que ela aceite a agressão e se sinta culpada pela violência sofrida. Assim, o agressor passa a dissuadir a mulher, visando que esta, manifestamente vulnerável, torne-se emocionalmente dependente e aja conforme sua vontade, acatando suas decisões e aceite o tratamento a ela despendido. (AZAMBUJA; VELTER, 2021, p. 9).

Neste mesmo ínterim Maria Berenice Dias afirma

> A violência psicológica encontra forte alicerce nas relações desiguais de poder entre os sexos. É a mais frequente e talvez seja a menos denunciada. A vítima muitas vezes nem se dá conta que agressões verbais, silêncios prolongados, tensões, manipulações de atos e desejos, são violência e devem ser denunciados. Para a configuração do dano psicológico não é necessária a elaboração de laudo técnico ou realização de perícia. Reconhecida pelo juiz sua ocorrência, cabível a concessão de medida protetiva de urgência. Praticando algum delito mediante violência psicológica, a majoração da pena se impõe (CP, art. 61, II, f). (DIAS, 2010, p. 48).

Sendo assim, a conceitualização da violência psicológica deve abranger toda e qualquer atitude que resulte em dano psicológico a mulher e deve ser combatida e evidenciada tanto quanto uma violência física com resultados visíveis, uma vez que, os danos causados pela violência psicológica, dependendo do tempo em que a violência vem ocorrendo, podem ser de difícil reparação, além da possibilidade de desenvolver doenças psicossomáticas, em resumo

> Desta feita, resta evidente que a violência psicológica praticada contra a mulher, além de causar danos de grave ou difícil reparação na vida da vítima, que podem resultar em consequências fáticas irreversíveis, ante ao provável agravamento da atuação do agressor e aos inúmeros abalos emocionais decorrentes da depreciação e perseguição sofridas,



> também é pouca difundida na sociedade, desconsiderada pelo agressor e muitas vezes, sequer percebida pela vítima. (AZAMBUJA; VELTER, 2021, p. 11).

De acordo com Moura (2023), em sua matéria publicada no *site* do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em até setembro de 2023 tramitavam no Brasil, quase 12 mil processos de violência psicológica, ademais a autora classifica a violência psicológica como sendo uma das formas de agressão mais devastadoras, por ser um abuso sutil e as vezes imperceptível, de modo que, suas agressões se instalam lentamente, fazendo com que a percepção da vítima sobre essa violência demore a ser reconhecida.

Tem-se como um dos maiores desafios a identificação de comportamentos que caracterizam a violência psicológica. O surgimento de mecanismos de controle, como a imposição de regras sobre tarefas, finanças, relações sociais e comportamentos, é um sinal claro de que a violência psicológica está se instalando. Esse controle geralmente se manifesta junto a tentativas de isolar a mulher de seus amigos e familiares, além de comportamentos mais invasivos.

Moura (2023) enfatiza que o agressor pode adotar práticas como ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, ridicularização, intimidação, chantagem e restrições à liberdade de ir e vir. Como consequência a vítima pode sofrer danos emocionais, como angústia, dificuldade para tomar decisões, perda de concentração e memória, afetando profundamente sua saúde psicológica e sua autonomia. Nos casos mais graves, esses abusos podem levar ao desenvolvimento de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, entre outras doenças que comprometem a saúde mental da mulher.

Desta feita, resta evidente a importância de entender o conceito desta violência, sua forma manifesta, os meios que podem ser praticados, como também suas consequências, de modo que se tenha uma conscientização e mobilização coletiva de quão prejudicial esta violência pode ser, além de ser muitas vezes o início de outros tipos de violência doméstica. Com isso, ter um avanço no combate à violência psicológica e consequentemente a prevenção de outros tipos de violência.

3 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INVISÍVEL E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

A violência psicológica, embora silenciosa e invisível, provoca profundo sofrimento psíquico e danos significativos à autoestima das vítimas (Paulon, 2022). Estudos indicam que, apesar de sua natureza discreta, essa forma de violência tem consequências devastadoras e de difícil reparação, por isso, requer uma atenção especial.

Göttems e Torman (2024) realizaram uma pesquisa, em que entrevistaram vítimas de violência psicológica, dentre os relatos de como eram violentadas, destacou-se

> "Essas coisas de diminuir a gente, não sei, meu esposo nunca me deixou trabalhar. Uma vez trabalhei uma semana num atelier, mas aí não contei pra ele, eu tinha medo que ele não gostasse, daí quando eu contava pra ele, ficava uma fera, dava soco nas coisas, quebrava a porta do armário, quebrava a estante, ficava violento[...] (Jaborandi) "
>
> "[...] tinha me anulado, porque eu não usava uma pintura, ele não deixava, eu não ia em lugar nenhum, ia na minha família, mas sempre brigando né. Não sabia o que era uma festa, uma igreja, e roupa, assim, se botasse uma coisa ele dizia que era muito feia, curta, tinha que ser tudo de acordo, não cortar os cabelos[...] (Andiroba). "
>
> "Como eu posso te dizer, assim... indiretamente, te chama de obesa, só que com preconceito, isso também pra mim é uma coisa muito pesada sabe... Já escutei tipo 'ahh come que nem um monstro' ou 'come que nem um animal, poxa a pessoa me vê como um bicho? (Cacau). " (Göttems e Torman, 2024, p. 23)

Dentre os relatos, as vítimas expuseram as consequências que sofreram diante de reiteradas situações de violências psicológicas sofridas, dentre elas foram citadas o desenvolvimento de depressão, ansiedade, baixa autoestima, sentimento constante de medo e culpa, insegurança, *stress*, dificuldade em desenvolver novos relacionamentos, e em casos mais graves tentativas de suicídio. Além de problemas físicos como cefaleia, desconforto na coluna cervical, náuseas frequentes, tonturas e picos hipertensivos. Em relatos extraídos do estudo de Göttems e Torman (2024), destacou-se

> "[...] eu comecei a ter muito problema de pressão né, hipertensa, e eu comecei a ficar deprimida. Aí, já começou a vim a diabetes, e a minha diabete, daí, diziam que era pelo meu estado emocional, eu não relaxo, até hoje eu não consigo relaxar, eu sou tensa [...] (Alfazema)."



> "[...] dos nervos, me dava muita dor de cabeça, dor muito forte de cabeça. O médico me disse que minha depressão se manifesta em dor, quando eu tô bem nervosa, assim, começa a me doer o corpo, eu tenho reumatismo né, fibromialgia, dói tudo, a cabeça, as junta [...] (Andiroba). " (Göttems e Torman, 2024, p. 28)

Ademais, as consequências da violência doméstica não afetam apenas as vítimas, mas trazem consequências também aqueles que presenciam ou convivem com a situação de violência. Miller (2002) destaca como consequência de violência psicológica nas crianças e adolescentes que testemunharam a violência, a ansiedade, atraso no desenvolvimento e desordens na aprendizagem, excessiva preocupação e dificuldades de concentração, sentimento de culpa e incapacidade, medo de ir à escola e se separar da mãe, baixa autoestima, medo, comportamentos delinquentes, entre outros.

Em suma, a violência psicológica, apesar de sua invisibilidade, provoca danos extensivos e duradouros na vida das vítimas, afetando principalmente sua saúde mental, como autoestima e bem-estar emocional, mas também resultando em consequências físicas significativas. Os relatos apresentados por Göttems e Torman (2024) evidenciam a gravidade dessas agressões, que incluem depressão, ansiedade, problemas de saúde e, em casos extremos, tentativas de suicídio.

Além disso, a violência psicológica também afeta os que convivem com a vítima, como crianças e adolescentes, que podem desenvolver problemas emocionais e comportamentais.

Desta forma, torna-se essencial reconhecer e combater essa forma de violência com a seriedade que ela exige, para mitigar suas consequências devastadoras e evitar o agravamento para outras formas de violência.

4 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E A ESCALADA PARA OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

A violência doméstica acontece diante de um ciclo de violência, e geralmente, esse ciclo tem seu início com a violência psicológica, Maressa (2021), através do *site* do Tribunal de Justiça do estado do Mato Grosso exemplificou de forma clara o ciclo da violência de modo a conscientizar a população, e dividindo em quatro fases, sendo elas: encantamento, aumento de tensão, ato de violência e arrependimento.

Na primeira fase do ciclo denominado como encantamento, se caracteriza pela atenção e carinho do agressor, o homem se mostra gentil e zeloso, mas gradativamente começa a revelar os primeiros sinais de violência, dado início a violência doméstica, neste período faz com que a mulher se distancie de familiares e amigos, impondo restrições sobre locais

que ela pode ir, as roupas e maquiagens que pode usar, e controla suas redes sociais. Frequentemente, a vítima muitas vezes não percebe de imediato que está havendo um controle por parte do agressor, e interpreta as atitudes como um cuidado excessivo. Contudo com o passar do tempo, a situação se agrava e avança para a próxima fase do ciclo da violência (Maressa, 2021).

A segunda fase, intitulada como aumento de tensão, é marcada pelo aumento das brigas, situações simples que geram grandes conflitos, inicia-se as ameaças, nesta fase já se faz presente a violência psicológica, esta fase pode durar desde alguns dias ou até vários anos. Durante esse período, as discussões se tornam mais frequentes, é marcada pelos acessos de raiva por motivos triviais. A mulher passa a ser alvo de xingamentos, humilhações e até ameaças. Nesta fase também o parceiro em seus momentos de descontrole emocional pode vir a quebrar objetos da casa, bater em objetos intimidando a vítima. Em diversas ocasiões, a vítima tenta apaziguar a situação modificando o seu comportamento, a fim de evitar algumas situações que podem fazer o companheiro ter acessos de raiva. Muitas mulheres acabam acreditando que o comportamento agressivo do companheiro é resultado de algo que elas fizeram, disseram e com isso, se sentem culpadas (Maressa,2021).

A terceira fase do ciclo, denominada atos de violência é quando as agressões se tornam mais intensas, com momentos de explosão de raiva e o parceiro torna-se extremamente violento, as ameaças feitas nas fases anteriores começam a se concretiza, podendo manifestar-se em todas as formas da violência doméstica, podendo ser psicológica, moral, patrimonial, sexual ou física. Durante esse período, a mulher sofre intensamente, e mesmo ciente de risco, muitas vezes é incapaz de reagir, sendo assim, acaba desenvolvendo sintomas como insônia, perda de peso ou aumento de peso, fadiga constante e ansiedade, além disso, sentimentos de medo constante, solidão, vergonha e culpa tornam-se predominantes (Maressa, 2021).

Já a quarta fase do ciclo denominada arrependimento ou fase da lua-de-mel, o agressor expressa arrependimento e promete mudanças, alegando que irá melhorar. Ele adota uma postura carinhosa e atenciosa, buscando o perdão da vítima. Quando a mulher o perdoa, há um breve período de paz no ambiente familiar, o que a faz acreditar nas promessas e reforça sua dependência emocional em relação ao agressor.

No entanto, após algum tempo, com os desafios cotidianos, a tensão reaparece, e o ciclo de violência retoma (Maressa, 2021).

Diante disso, consegue-se perceber que a violência psicológica é a escalada para outras violências, de modo que o agressor começa minando a saúde mental da vítima para aceitar de alguma forma outros tipos de violência, e em alguns casos fazer a vítima se sentir culpada, e com medo de denunciar. Afetando a saúde psicológica da mulher, o homem consegue

exercer o domínio sobre ela, conseguindo violentar de todas as formas, sendo moral, sexual, física ou patrimonial.

Nas palavras de Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo da luta no combate à violência contra mulher, afirma

> A violência doméstica contra a mulher obedece a um ciclo, devidamente comprovado, que se caracteriza "pelo pedido de perdão" que o agressor faz à vítima, prometendo que nunca mais aquilo vai acontecer. Nessa fase, a mulher é mimoseada pelo companheiro e passa a acreditar que as violências não irão mais acontecer. Foi num desses instantes de esperança que engravidei, mais uma vez. (Fernandes, 2014, p. 25)

Portanto, a violência psicológica desempenha um papel crucial na escalada para outras formas de agressão. Como descrito, o ciclo geralmente tem seu início com a violência psicológica, o que torna essencial sua interrupção desde o início. Ao combater essa forma de violência precocemente, é possível prevenir o avanço de outras formas de agressão, incluindo a evolução para um feminicídio.

Quando a mulher consegue romper o ciclo, denunciando e se afastando da situação de violência, isso pode impedir o agravamento e a continuidade das agressões, além de minimizar as consequências sofridas pela violência psicológica reiterada.

5 PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

A proteção das vítimas de violência doméstica encontra respaldo na Lei Maria da Penha, em que se prevê as medidas protetivas. Entretanto a violência psicológica encontra desafios por ser uma violência invisível, que não deixa vestígios visíveis e de fácil percepção.

Neste interim, Luciana Rocha, juíza auxiliar da Presidência do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), destaca que em casos de violência psicológica a palavra da vítima tem total relevância, principalmente em casos que não há testemunhas, sendo assim, a palavra da vítima recebe especial atenção (Moura, 2023).

Deste modo, mesmo tendo como prova apenas o depoimento da vítima, as medidas protetivas devem ser implementadas com prioridade para assegurar proteção da vítima, uma vez que sua principal função é de cessar a violência imediata, impedindo a progressão dos atos de violência. Neste mesmo interim, Bianchini afirma

> As medidas protetivas permitiram não só alargar o espectro de proteção da mulher, aumentando o sistema de prevenção e combate à violência, como também dar ao magistrado uma margem de atuação para que possa decidir por uma ou outra



> medida protetiva, de acordo com a necessidade exigida pela situação. (BIANCHINI, 2013, p.165).

Ainda com o intuito de garantir mais agilidade na proteção das vítimas de violência a Lei 13.827 de 2019 trouxe mudanças significativas na Lei Maria da Penha de modo que, a aplicação das medidas protetivas se tornou mais célere, facilitando sua implementação dando autonomia a autoridade judicial em decretar as medidas sem autorização prévia do juiz, conforme podemos verificar:

> Art. 12 C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:
> I - pela autoridade judicial;
> II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou
> III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
> § 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.
> § 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (BRASIL,2019, s.p)

Conclui-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei Maria da Penha e das medidas protetivas, visa garantir a proteção eficaz das mulheres vítimas de violência psicológica, e de qualquer tipo de violência doméstica contra mulher. Apesar dos desafios relacionados à invisibilidade desse tipo de agressão, o depoimento da vítima assume papel central no processo, mesma na ausência de testemunhas.

A recente mudança na Lei Maria da Penha, reforça essa proteção, agilizando a aplicação das medidas protetivas para prevenir a escalada da violência. Assim, o sistema jurídico se adapta para oferecer respostas rápidas e efetivas, promovendo a segurança e a preservação da integridade das vítimas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada confirma que a violência psicológica, embora invisível e frequentemente negligenciada, é uma das formas mais devastadoras de abuso no contexto doméstico. Provocando danos profundos e duradouros na saúde mental e emocional das vítimas, sendo



muitas vezes o ponto de partida para outras formas de agressões, como a violência física, moral, sexual e patrimonial.

A revisão bibliográfica e o estudo das mudanças legislativas demonstram que, embora a Lei Maria da Penha tenha sido um avanço significativo na proteção das vítimas, ainda existem desafios na aplicação efetiva das medidas protetivas, especialmente em casos de violência psicológica, que não deixa marcas visíveis e depende fortemente do depoimento das vítimas.

As recentes alterações legislativas, como a Lei 13.827/2019, representam um progresso no sentido de agilizar a aplicação das medidas protetivas, mais ainda é necessária uma maior conscientização social e jurídica para que essa forma de violência seja tratada com a seriedade que exige. A pesquisa também reforça a importância de uma abordagem preventiva, como o fortalecimento das medidas de proteção desde os primeiros sinais de violência psicológica, para evitar a escalada para outras formas mais graves de violência, como o feminicídio.

Conclui-se, portanto, que, para alcançar uma proteção mais eficaz às mulheres, é fundamental aprimorar os mecanismos de identificação e combate à violência psicológica, além de promover maior sensibilização social e jurídica sobre as consequências, buscando interromper o ciclo de violência doméstica e proteger a integridade das vítimas.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. D. Mulheres que acolhem mulheres: orientações para os primeiros cuidados a vítimas de violência de gênero. **Paco Editorial**, 2023.

AZAMBUJA, Lidiane Campos; VELTER, Stela Cunha. Violência psicológica e moral contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha. **TCC-Direito**, 2021. Disponível em: http://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1095/1051. Acesso em: 23 set. 2024.

BIANCHINI, Alice. Lei Maria da Penha Lei 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: **Editora Saraiva**, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e

Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019.
Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 maio 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13827.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

CARNEIRO, Isabel. Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher: o processo de debate e a construção dos direitos. [S. l.]: **Fundação Demócrito Rocha**, 2020.

CRUZ, Mariana Franco. Violência Psicológica Contra a Mulher: Da Invisibilidade à Violação Aos Direitos Da Personalidade. 2020. **Repositório Digital Unicesumar**. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/8973. Acesso em: 20 out. 2024.

DANTAS, Cecília Evellyn Catão. As implicações da criminalização da violência psicológica contra a mulher pela Lei 14.188/2021 no que concerne ao combate à violência contra a mulher. **Revista Avant**, v. 6, n. 1, 2022. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avant/article/view/6719. Acesso em: 15 set. 2024.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na Justiça: a Efetividade da Lei 11.340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. 2. ed.. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2010.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. Sobrevivi posso contar. 2º ed. Fortaleza: **Armazém da Cultura**, 2012.

GÖTTEMS, Daiane Heloisa; TORMAN, Ronalisa. Violência psicológica: silêncio e invisibilidade, até quando? **Extensão em Foco**, *[s. l.]*, n. 32, p. 18–37, 2024. Disponível em:

https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=76a5d5f1-4cd7-3e8c-b0b8-ba8b5eacaa7b. Acesso em: 18 out. 2024.

INSTITUTO, Maria da Penha. **Site institucional**. Fortaleza: IMP, 2022. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/. Acesso em: 06 set. 2024.

MARESSA, Keila. Quebre o ciclo: aprenda a identificar os ciclos de violência contra a mulher. **Poder Judiciário de Mato Grosso**, 2021. Disponível em: https://www.tjmt.jus.br/Noticias/63340#.YEYQYWhKjlW. Acesso em: 17 out. 2024.

MILLER, L. Protegendo as mulheres da violência doméstica Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Trad. Osmar Mendes. 2.ed. Brasília: **Tahirid Justice Center**, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. **Editora Fiocruz**, 2006.

MOURA, Ana. Silenciosa e brutal, violência psicológica atinge milhares de mulheres no Brasil. **Agência CNJ de Notícias**, 2023. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/silenciosa-e-brutal-violencia-psicologica-atinge-milhares-de-mulheres-no-brasil/. Acesso em: 18 out. 2024.

PAULON, Alexia Ruiz González. A violência psicológica contra a mulher: uma análise do artigo 147-b do Código Penal. Repositório Digital Uniceub. 2022. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/16225. Acesso em: 20 de out. 2024.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009. Acesso em: 15 out. 2024.



A MEDIAÇÃO PENAL COMO GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: VIABILIDADE TEÓRICA E PERTINÊNCIA PRÁTICA NA DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL

GT3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rafael Robson Andrade do Carmo Janones[1], *Rogério Borges Freitas*[2], *Rodrigo Valente Giublin Teixeira*[3]

[1]Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Maringá/PR. Advogado. E-mail: rafaelcarmo@dp.mt.gov.br
[1] Doutorando em Direito no programa de pós-graduação em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[2] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

O presente estudo realiza uma abordagem crítica acerca da mediação penal enquanto técnica da Justiça Restaurativa capaz de garantir o acesso à justiça, evidenciando que a resolução do conflito criminal por meio da respectiva técnica emerge das próprias partes envolvidas que, de forma espontânea e voluntária, dispostas a cederem, concordam em constituir uma rodada de conversas e totalmente avessa ao ambiente combativo e punitivo da justiça retributiva. A mediação penal, nos moldes apresentados na presente pesquisa, obtempera que a sua viabilidade teórica e pertinência prática estão relacionadas, primeiro à sua própria eficácia e, em segundo plano, pela falência do sistema criminal retributivo, o qual não é capaz de reduzir os índices de criminalidade e muito menos de ressocializar um indivíduo. Nessa busca, a pesquisa destaca que a mediação penal é um dos inúmeros meios alternativos de resolução de conflitos, meios os quais são aplicados em substituição ao poder punitivo estatal. Utilizou-se, para tanto, o método hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: meios alternativos de resolução de conflito; justiça restaurativa; viabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este texto busca refletir sobre a resolução de conflitos e à justiça penal. Aborda métodos alternativos de resolução de conflitos, como a autotutela, a autocomposição, a mediação e a arbitragem. Destaca que esses mecanismos oferecem formas flexíveis e eficientes de gestão de disputas, alinhadas ao respeito pelos direitos fundamentais e visando desestimular abordagens opressivas e violentas.

Buscou-se explorar a eficácia da mediação penal na resolução de conflitos criminais. Enfatizou-se a necessidade de uma abordagem que respeite e promova os direitos da personalidade. O texto também menciona

o contexto de "Grande Encarceramento", caracterizado por prisões superlotadas e uma demanda social por punições mais severas, e sugere que a mediação penal pode ser uma alternativa eficaz para atender a esses desafios.

Finalmente, destaca a necessidade de uma nova perspectiva para a justiça penal. Esta deve ir além da mera aplicação de punições, buscando soluções mais justas e eficazes para resolver conflitos. Estes métodos devem estar alinhados com os princípios da justiça restaurativa e o respeito aos direitos individuais.

A mediação penal, explorada nesta pesquisa como um método viável para a resolução de conflitos criminais, apresenta uma interseção significativa com os direitos da personalidade. Esta análise avalia não apenas a metodologia e a viabilidade da mediação penal no âmbito jurídico atual, mas também como esse mecanismo pode respeitar e promover os direitos da personalidade dos envolvidos, alinhando-se assim com princípios de justiça restaurativa.

O problema de pesquisa é saber se a mediação penal é um instrumento que garante o acesso eficaz à justiça diante da dogmática jurídica criminal?

A hipótese inicial é no sentido de que mediante uma metodologia inovadora e alinhada à realidade das partes envolvidas, a mediação penal pode efetivamente garantir o acesso à justiça de maneira eficaz, ao passo que os conflitos criminais são resolvidos de forma satisfatória, considerando todas as consequências da ocorrência do crime e promovendo um ambiente que substitui a abordagem punitiva da justiça retributiva por uma justiça mais restaurativa.

O objetivo geral é investigar a mediação penal como uma alternativa viável ao modelo tradicional de justiça penal, avaliando sua capacidade de garantir o acesso eficaz à justiça, promover a resolução de conflitos criminais de maneira mais humana e restaurativa, e proteger os direitos da personalidade das partes envolvidas.

Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções em que o texto está dividido. O primeiro capítulo trata das origens e teoria dos métodos alternativos para resolver conflitos. Ele enfatiza as implicações dessas práticas na proteção dos direitos da personalidade, tais como dignidade, honra e imagem. O segundo capítulo se dedica a explorar como o acesso à justiça, ampliado pela mediação penal, contribui para a tutela efetiva dos direitos da personalidade, propondo um sistema de justiça mais humano e menos punitivo.

O terceiro capítulo detalha a aplicação da mediação penal, considerando sua capacidade de proporcionar um tratamento mais digno e respeitoso às partes envolvidas. Este segmento do estudo sugere que a mediação penal pode restaurar e fortalecer os direitos da personalidade. Ao focar na autonomia dos indivíduos e na busca por soluções

consensuais, ela ameniza os danos frequentemente causados em processos criminais tradicionais. A mediação é vista aqui como um processo que permite que as partes dialoguem e negociem em um ambiente de respeito mútuo, onde a preservação da dignidade e da integridade pessoal é prioritária.

A metodologia adotada no texto é de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa foi conduzida a partir da análise de legislação e doutrina relevante sobre o tema da mediação penal e métodos alternativos de resolução de conflitos. O método utilizado é o dedutivo, pois parte de premissas gerais, como a função do Direito Penal e os princípios da mediação, para analisar sua aplicação prática e sua viabilidade como instrumento de acesso à justiça e promoção dos direitos da personalidade no contexto criminal.

2 DA GÊNESE DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para melhor compreensão da temática, propõe-se nesse momento de cognição sumária a realização de um breve contexto histórico sobre os denominados meios alternativos de resolução de conflito, possibilitando assim, compreender nuances que orbitam a problemática investigada.

É bem verdade que os conflitos entre os seres humanos sempre existiram, todavia, é preciso concordar que quando determinado grupo, por livre e espontânea vontade, resolve estabelecer uma comunidade e partilhar tarefas, simultaneamente a harmonização do convívio é um interesse comum dos indivíduos, caso contrário, não se apresente coerente ponderar que indivíduos se juntariam para, também de livre e espontânea vontade, viverem em constante conflito.

Na busca pela manutenção da pacificação social discorrida acima, Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Diamarco (2006) ensinam que no curso da história a autotutela, a autocomposição por meio da conciliação, mediação e negociação, a arbitragem e o próprio processo judicial são meios de resolução de conflitos entre indivíduos, ou seja, tais meios representam a evolução da autotutela aos moldes atuais de jurisdição.

Renato Montans (2012) elucida que, além da jurisdição estatal, subsistem diversos métodos alternativos para a resolução de conflitos de interesses, denominados equivalentes jurisdicionais. Tais métodos compreendem: a autotutela, a autocomposição, a mediação, a arbitragem e as decisões emanadas dos tribunais administrativos.

Percebe-se com a lição exarada acima, que no decorrer da história uma pluralidade de métodos para resolução de conflitos foi desenvolvida e exercida, o que por si só demonstra a necessidade, conforme demonstrado nas primeiras linhas, do ser humano conviver um com os outros de forma

harmônica.

Diante da necessidade de pacificação do convívio, mesmo diante dos conflitos de interesses que naturalmente surgem, nada mais óbvio que no decorrer da história fossem desenvolvidas alternativas viáveis para a resolução de tais conflitos, ainda mais diante da complexidade das interações entre os indivíduos.

Sobre o desenvolvimento de uma pluralidade de técnicas para resolução de conflitos o jurista português Boaventura de Sousa Santos (2004) ensina que é possível que todas as sociedades de certa complexidade disponibilizam aos litigantes uma variedade de mecanismos para a resolução de disputas. Esses mecanismos são compreendidos como todas as entidades capazes de atuar como uma terceira parte imparcial, isto é, como entidades decisórias que estão externas às partes envolvidas no conflito

O ensinamento exposto acima representa muito bem a alocação dos meios alternativos para resolução de conflitos como órgãos autônomos, sendo a terceira parte sem qualquer poder decisório.

Os meios alternativos para resolução de conflitos se apresentam como efetivos desde que as partes tenham a predisposição de comporem um diálogo franco e que na maioria das vezes ambas estejam dispostas a cederem.

Em que pese haver a possibilidade de os conflitos penais serem resolvidos por meios alternativos, não se pode deixar de destacar que a cultura no ordenamento penal brasileiro é de um nítido expansionismo criminal, como ensina Gustavo Noronha de Ávila (2014), no sentido de que se pode observar a tendência de uma política criminal expansionista. Apesar das repetidas denúncias do fracasso histórico das prisões, provenientes de variados setores da doutrina penal, persiste ainda a inclinação para a segregação.

A lição destacada acima é relevante porque indica o método predominante para a resolução dos conflitos penais em nosso país, apresentando-se ainda mais pertinente e contextualizado ao também ponderar que a política criminal, historicamente, já deu sinais de ineficácia.

Presente esse contexto, cumpre reconhecer que a autocomposição o conflito existente, assim como na autotutela, é resolvido entre as partes, contudo, não há imposição de força nem tão pouco a prevalência de uma decisão unilateral, se apresentando, na verdade, como um verdadeiro “acordo” emanado entre as vontades das partes envolvidas.

Para melhor compreensão do presente método, Luciane Moessa de Souza (2015) sustenta que na autocomposição, as partes são responsáveis por encontrar suas próprias soluções, selecionando as opções e ajustes mais adequados para si. Portanto, é essencial que o terceiro interventor atue de maneira ética e diligente, incentivando os envolvidos a engajarem-se verdadeiramente no diálogo. Por meio da comunicação eficaz e da

análise de interesses, motivações e alternativas, eles podem alcançar uma convergência de sentimentos e ideias, resultando em um acordo satisfatório para todos. Tal acordo não deve ser imposto pelo mediador ou por qualquer uma das partes, mas sim construído de forma responsável, coletiva e independente, sem que o terceiro intervenha na resolução ou decisão final da questão (Souza, 2015).

Nota-se que, no exercício da autocomposição, admite-se a atuação de um terceiro sem qualquer interesse no mérito da lide, todavia, a respectiva atuação, sem exercer influência diretamente à capacidade de decisão das partes, pretende que a lide em tela alcance uma resolução efetiva.

A conciliação, muito por conta dos juizados especiais, é a técnica mais conhecida e a mais utilizada, sendo muito bem ensinada por Alfredo Buzaid (1989) conciliação é um mecanismo tradicional do direito processual civil, com raízes que se estendem até as fontes do direito romano. Foi conhecida e utilizada ao longo do direito e recebeu considerável atenção por parte da doutrina jurídica.

Ainda o sobre a conciliação como meio de resolução de conflitos José Rogério Cruz e Tucci e Luiz Carlos de Azevedo (2001) esclarecem que segundo escrituras, Jesus Cristo teria orientado que aquele que deseja fazer uma oferta, mas encontra-se em desavença com seu irmão, deve primeiro buscar a reconciliação, antes de proceder com sua doação. Com efeito, embora ausente nas fontes do direito romano, o instituto da conciliação teria suas origens no âmbito do direito canônico.

Percebe que os professores Tucci e Azevedo (2001) remontam a aplicabilidade da conciliação à época de Jesus Cristo, vindo a afirmar que as suas fontes, diferentemente do que afirma Alfredo Buzaid, não seria no direito romano e sim no direito canônico.

Importa referenciar que a transação também consiste no entabulamento de um acordo entre as partes, todavia, está técnica é especifica para os casos cujo mérito envolve questões patrimoniais de particulares (NADER, 2008), sendo as partes denominadas como transigentes ou transatores, conforme Flávio Tartuce (2011).

Outro meio alternativo de resolução e conflitos é a arbitragem, tendo sido inserida em nosso ordenamento pátrio pela Lei 9.307/96 (Brasil, 1996) e passado por uma reforma, sem alteração de sua estrutura, no ano de 2015 por meio da Lei 13.129/15 (Brasil, 2015).

A atuação do árbitro e, consequentemente, toda a estrutura arbitral, é uma justiça privada, não se confundindo com o aparato estatal jurisdicional. Cândido Dinamarco (1993) aduz que a nítida separação entre arbitragem e jurisdição estatal se justificava quando se considerava que a jurisdição e o sistema processual em si possuíam apenas o limitado e modesto objetivo de aplicar a vontade do direito ou estabelecer normas para casos específicos. No entanto, ao superar essa perspectiva

puramente jurídica do processo e reconhecer seus mais nobres propósitos sociais e políticos, a base que sustentava essa distinção rígida se desfaz. Se a função do poder estatal, sob a égide da jurisdição, é pacificar as partes e resolver conflitos com justiça, e se a arbitragem também busca esses mesmos fins, grande parte do trajeto já foi percorrida em direção ao reconhecimento do caráter jurisdicional da arbitragem ou, pelo menos, à significativa convergência desses institutos sob uma ótica teleológica.

Os conflitos de interesses sempre existirão e, diante da constante evolução das formas de interação entre os seres humanos, a tendência é que tais conflitos aumentem tanto em quantidade quanto em formas. Para Carlos Eduardo de Vasconcelos, quando aplicada aos meios alternativos de resolução de conflitos, pois realmente tais meios se apresentam como uma tendência universal em possibilitar uma resposta efetiva que contribua para manutenção da pacificação social, além de maximizar e potencializar o procedimento para o alcance de tal objetivo.

Nesse mesmo caminho ensina Heliana Maria Coutinho Hess (2004) que a crescente regulamentação, por meio de instrumentos autorizados pelo Estado, permite que a resolução de litígios ocorra de maneira mais flexível, simplificada e ágil, ao mesmo tempo em que promove a descentralização da jurisdição para entidades privadas.

A almejada flexibilização dos procedimentos e o consequente ganho de espaço dos meios alternativos de resolução de conflito, implicam diretamente, conforme ensinado no trecho acima, na necessidade de descentralizar a atuação jurisdicional.

Os meios alternativos para resolução de conflito reúnem condições e características suficientes para promover de forma efetiva o acesso à justiça das mais variadas classes sociais, todavia, é preciso, nesse momento, que o Estado contribua para a promoção e políticas públicas que fomente a utilização de tais, devendo ser utilizado, como elemento norteador de tais políticas.

Com todo o arcabouço doutrinário mencionado, fica evidente que a utilização dos meios alternativos para solução de conflitos se apresente totalmente compatível com a realidade e necessidade social posta. Por isso, na próxima seção se analisará sobre o acesso a justiça e a garantia extrajudicial para resolução de conflitos.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ACESSO À JUSTIÇA E SUA GARANTIA ANTE OS MECANISMOS EXTRAJUDICIAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A literalidade semântica do termo “acesso à justiça” está vinculada ao ideal de uma sociedade justa e democrática, na qual os direitos dos cidadãos sejam efetivamente tutelados pelo sistema jurídico, entendo como

justiça não somente o acesso em si, mas também a resolução definitiva da lide.

Segundo Mauro Cappelletti e Bryant G. Garth (1988), o acesso à justiça representa não apenas o direito de acionar o judiciário, mas também a capacidade de obter uma resposta justa e eficaz dentro do sistema jurídico.

Nesse caminho, tem-se que permitir ao cidadão o acesso à justiça é o mesmo que colocar como disponíveis mecanismos judiciais e, como ponto central do presente artigo científico, extrajudiciais quanto a equidade na distribuição de recursos e garantias processuais.

Sob a perspectivas dos direitos humanos, deve-se considerar que o acesso à justiça é, também, um dos pilares fundamentais do Estado de Direito. Nesse contexto, de acordo com Silva (2017), o direito ao acesso à justiça deve ser entendido como um direito humano básico, pois é por meio dele que os indivíduos podem reivindicar e garantir a efetivação de outros direitos, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

A promoção do acesso à justiça está intimamente ligada ao aparato judicial, contudo, é plenamente possível promover tão importante direito por meio de instrumentos extrajudiciais, uma vez que este não busca afastar aquele, conforme Alexandre Faride Pereira (2006). Destaca-se que a mediação, como método alternativo de resolução de conflitos de interesses, não visa impedir ou substituir o uso do procedimento judicial. Ao contrário, seu objetivo é oferecer um adicional meio de pacificação social, apto a atender às exigências do contexto histórico contemporâneo. Ela desempenha o papel de filtrar o acesso ao Poder Judiciário, contribuindo para mitigar a crise que a jurisdição enfrenta atualmente. Além disso, a mediação proporciona maior acesso à justiça, economia, celeridade e eficácia na resolução de disputas.

A mediação, conciliação e arbitragem são exemplos de meios alternativos de resolução de disputas que buscam proporcionar uma justiça mais célere e efetiva, como ponderou a então presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie Northfleet (2007) no sentido de que a população brasileira anseia por uma Justiça mais acessível, eficaz, simples e informal. A conciliação tem se mostrado uma estratégia eficiente para satisfazer essas expectativas, conforme ilustram os exemplos mencionados. Torna-se fundamental promover o conhecimento sobre essa nova forma de solucionar conflitos. O diálogo, seja antes ou depois de iniciada uma ação judicial, pode ser decisivo.

Entender que a utilização dos mecanismos extrajudiciais para resolução de conflitos é um instrumento eficaz para promoção do acesso à justiça implica em diminuir consideravelmente as barreiras que de forma sistemática contribuem para o não usufruto deste direito pelas classes sociais desprovidas tanto de recursos financeiros quanto de informação (Santos, 2004).

Segundo Maria Tereza Sadek (2004), outra barreira ao acesso à justiça é o custo elevado do processo judicial, o que inviabiliza o acesso para a parcela mais vulnerável da população. Além disso, a complexidade das normas e procedimentos judiciais pode criar uma barreira cognitiva para aqueles que não possuem conhecimento jurídico especializado, reforçando a desigualdade no tratamento dos cidadãos perante a lei.

Superar as barreiras do acesso à justiça por meio dos métodos alternativos para resolução de conflitos permite alcançar, como citado no início do presente tópico, a efetividade do acesso como leciona Kazuo Watanabe (2003) ao discutir a resolução apropriada de conflitos de interesses, destaca que o preceito constitucional que garante o acesso à Justiça também implica o princípio da adequação. Não se trata apenas de assegurar o acesso à Justiça, mas sim de garantir que esse acesso conduza a uma solução apropriada e tempestiva para os conflitos, uma solução que seja coerente com a natureza do litígio apresentado ao Judiciário.

A contribuição de Kazuo Watanabe (2003) indicada acima serve sobremaneira para evidenciar um dos marcos da presente pesquisa, que a mediação penal é um instrumento garantir do acesso à justiça ao passo que democratiza e torna eficaz o aludido acesso. Por essa razão no tópico a seguir será analisada a viabilidade prática da mediação penal e a sua pertinência na dogmática jurídico-penal.

4 DA VIABILIDADE PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PENAL E A SUA PERTINÊNCIA DIANTE A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL

A primeira percepção quanto ao uso da mediação no âmbito penal não se apresenta tão nítida, até mesmo por conta do estigma social e político evidente nesse ramo do direito. Gustavo Noronha de Ávila (2014) assegura que se vive a chamada era do Grande Encarceramento, um período intrinsecamente paradoxal. Se, por um lado, há prisões cronicamente superlotadas e em condições deploráveis, por outro, existe um amplo sentimento social que apoia demandas por punições mais severas e pela construção de novas instalações prisionais. Esse movimento, influenciado por teorias atreladas a ideias de defesa social, como o "direito penal do inimigo" e a "*law and order*", é comumente referido como populismo punitivo. Embora essa abordagem seja teoricamente considerada ultrapassada, ainda encontra eco no senso comum.

O ensinamento retrata de forma pormenorizada a realidade político-social do direito penal e, justamente pelo cenário constituído pelas sábias palavras acima, que a presente pesquisa destaca que a mediação penal é uma alternativa para resolução de conflitos no âmbito penal e atualmente não possui qualquer papel protagonista na dogmática penal.

O conceito técnico da mediação está previsto no artigo 1º, parágrafo

único, da Lei 13.140/2015, o qual a prevê como “a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia” (Brasil, 2015).

Por certo, alternativa não resta senão identificar que em matéria penal a prática da mediação é exercida em substituição ao poder punitivo estatal, desconstituindo todos os estigmas sociais que envolvem a apuração de um crime e, nas palavras de Leonardo Sica (2009, p. 315), “abre-se chance real para que a mediação assegure a continuidade democrática e integre a cidadania brasileira, preenchendo o vácuo democrático criado pelo atual sistema de justiça.”

A mediação penal enquanto meio de resolução de conflito “parece ter o potencial de fortalecer as relações entre os indivíduos e aumentar a coesão social” (McCold; Wachtel, 2003).

O Ministério da Justiça, no ano de 2009, publicou as Normas e Princípios das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, normas as quais definem a mediação penal como “um processo no qual a vítima, o infrator e/ou outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime participam ativamente e em conjunto na resolução das questões resultantes daquele, com a ajuda de um terceiro imparcial” (Brasil, 2009), o que por si só é capaz de dimensionar a disparidade entre os modelos de apuração resolução criminal.

A mediação penal, assim como os demais meios alternativos de resolução de conflitos, também é um instrumento de viabilização do acesso à justiça e promoção da igualdade social, conforme destaca Leonardo Sica (2007) que apresenta como um mecanismo complementar capaz de, progressivamente, criar ambientes nos quais a gestão social de interesses conflitantes seja realizada com fundamento no direito e no respeito aos direitos fundamentais, desvalorizando, assim, as formas violentas e opressivas de resolução de disputas, ainda tão prevalentes na sociedade brasileira.

A mediação penal possui uma forte adequação social, uma vez que todas as partes, bem como até terceiros envolvidos na ocorrência do crime são chamados a comporem uma espécie de “roda de conversa” e juntos são conscientizados de todos os efeitos praticados de determinada conduta criminalizada.

A ideia de necessidade e conveniência da mediação penal tem seu fundamento primeiro em sua própria eficácia e, em segundo plano, pela incontestável falência do sistema criminal que nunca foi capaz de reduzir os índices de criminalidade e muito menos de ressocializar um indivíduo.

Daí porque a desconstrução desse ambiente combativo se apresenta como uma alternativa viável para a resolução ampliada dos problemas que envolvem a criminalidade, uma vez que a mediação penal particulariza as nuances de cada caso e assim dispensa a forma de

resolução específica.

Nesse caminho, Micaela Susana Nóbrega de Abreu Campanário (2013) admite a possibilidade de a vítima expressar seus sentimentos e percepções sobre o dano sofrido, formular perguntas que invadem seu cotidiano de maneira compulsória e relatar o impacto que o trauma causou a si mesma e/ou aos seus, tem sido considerada fundamental para promover uma postura reflexiva e reparadora por parte do agressor, bem como para a restauração da vítima.

A aplicação da mediação penal, por conta de sua abrangência, possui contornos de utilidade pública, vez que, conforme citado anteriormente, tal técnica prospecta as consequências de um crime na própria sociedade e assim busca moderar tais efeitos, culminando em uma convivência pacificada.

Com a realidade criminal tão marcada no Brasil, realmente se apresenta com utópico falar em ressocialização em matéria penal, todavia, mediação penal, conforme já defendido na presente pesquisa, é uma alternativa viável, visto que busca dar uma resolutiva para o crime praticado considerando o contexto social das partes.

Se a mediação penal cumpre a sua finalidade de ouvir as partes envolvidas em um contexto criminal e por meio disso alcançar uma resolução efetiva para tanto, todo esse conjunto de técnicas passa pela atuação da pessoa do mediador, circunstância a qual por si só representa a importância desse profissional.

Caso um acordo venha a ser entabulado, os termos serão remetidos ao Ministério Público para análise da legalidade e possível desistência da queixa, o que coloca em tela o exercício do controle jurisdicional e é muito bem ensinado por Leonardo Sica (2007) que claramente, no contexto penal, a mediação deve estar sujeita a controle jurisdicional, tanto na decisão de encaminhar o caso para mediação quanto na aceitação de seu resultado como meio de excluir a intervenção penal.

O recorte acima é importante justamente para deixar claro que a mediação penal não se apresenta como um mecanismo totalmente desvinculado do sistema jurisdicional atual, muito pelo contrário, a natureza alternativa se dá exclusivamente pela composição do método desenvolvido para sanar o impasse criminal.

A mediação penal poderá ser aplicada aos crimes cuja pena de prisão não seja superior a cinco anos ou que haja pena alternativa à pena de prisão, tais como crimes contra a integridade física; crimes contra a liberdade pessoal; crimes contra a honra; crimes contra a reserva da vida privada; crimes contra os bens jurídicos pessoais; crimes contra a propriedade; crimes contra o património em geral e, por fim, crimes contra os direitos patrimoniais.

Com tudo que fora esquematizado no presente tópico, resta evidente que a mediação penal, sendo uma das técnicas da Justiça Restaurativa, se

apresenta como uma alternativa viável para o sistema criminal completamente colapsado ante a ineficácia prática e teórica da pena, como destaca Cesar Roberto Bitencourt (2018) na direção de que as críticas têm sido tão constantes que se pode afirmar, sem exagero, que o sistema prisional enfrenta uma crise. Essa crise engloba também a finalidade ressocializadora da pena privativa de liberdade, uma vez que a maior parte das críticas e questionamentos dirigidos à prisão concentra-se na dificuldade — seja absoluta ou relativa — de alcançar qualquer efeito positivo sobre o indivíduo condenado.

Por derradeiro, o arcabouço doutrinário organizado acima se apresenta suficiente para demonstrar a importância da mediação penal, bem como a sua pertinência e viabilidade prática. Por outro lado, pondera-se que a mediação penal possui a sua parcela efetiva de contribuição na dogmática penal, justamente por, de forma balizada no ensinamento do professor Gustavo Noronha de Ávila (2015), há uma ampla e controvérsia discussão sobre a legitimidade do Direito Penal como instrumento para resolver conflitos sociais ou garantir uma coexistência social harmoniosa e pacífica, conforme ainda propõe a dogmática penal.

Concorda-se que a resposta punitiva não é a única, e certamente não a melhor, maneira de proteger as relações sociais, interesses individuais, coletivos ou difusos, ou mesmo a ordem jurídica em si. Assim, diante de tão relevante ensinamento, tem-se que a mediação penal se apresenta como um meio pertinente e viável para resolução de conflitos no âmbito penal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da presente pesquisa, restou claro que o ser humano tem uma predileção por conviver com os seus pares, prezando, para tanto, de organização e um alto grau de pacificação.

Atualmente a pena é considerada como o único meio neutralizador da desestabilidade social, todavia, a aplicação da pena por si só restou fracassada no combate à criminalidade, alimentando tão somente o sentimento social de impunidade.

Com relação a autocomposição discorreu-se que consiste na atuação de um terceiro sem qualquer interesse no mérito da lide, tendo como uma de suas técnicas a conciliação, a qual, por conta dos juizados especiais, é a técnica mais conhecida e a mais utilizada.

Ainda com relação aos meios alternativos para resolução de conflitos, ficou constatado que sua eficácia está relacionada ao interesse e predisposição das partes em comporem um diálogo franco e com possibilidade de cederem.

Após, ficou esclarecido que a mediação penal é uma técnica inerente à justiça Restaurativa, modelo de justiça a qual é fomentada em nível



mundial pela Organização das Nações Unidas – ONU e consiste em um procedimento voltado para a reabilitação dos envolvidos em determinada lide e, em especial no direito penal, na ocorrência de uma conduta criminalizada.

Outro aspecto muito importante e que guarda estreita relação com a problemática da presente pesquisa, é a natureza substitutiva da mediação penal, pois ela é exercida em substituição ao poder punitivo estatal, se apresentando como um instrumento de pacificação social, uma vez que as partes envolvidas num crime decidem em conjunto como lidar com os efeitos deste e com as suas consequências futuras.

Outra importante constatação da presente pesquisa acerca da mediação penal é a sua eficácia quanto a viabilização do acesso à justiça e promoção da igualdade social.

Nesse caminho, restou corroborado na pesquisa que a ideia de necessidade e conveniência da mediação penal tem seu fundamento primeiro em sua própria eficácia e, em segundo plano, pela incontestável falência do sistema criminal que nunca foi capaz de reduzir os índices de criminalidade e muito menos de ressocializar um indivíduo.

Por derradeiro, diante os argumentos e suporte minuciosamente organizados acima, resta evidente, ao menos no campo teórico, que a mediação penal, ao ouvir as partes envolvidas em um contexto criminal e por meio disso alcançar uma resolutiva efetiva, se apresenta como uma alternativa muito pertinente à realidade social brasileira, merecendo, portanto, ser aplicada cada dia mais como um instrumento garantir do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Berenice Neide Brandão. **Tocando nas Estrelas.** Belo Horizonte: PHD, 2004.

ÁVILA, Gustavo Noronha. Política não criminal e processo penal: a intersecção a partir das falsas memórias da testemunha e seu possível impacto carcerário. **Revista eletrônica de direito penal e política criminal - UFRGS**. Porto Alegre, vol. 2, n.1, p. 22, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, Vol. 1, Parte Geral (Arts. 1º a 120)**. 24ª ed revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cpenal_03/Leis/1940compilada.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execu ção das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.129, de 26 de maio de 2015**. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a arbitragem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9307.htm. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.

BUZAID, Alfredo. **Rui Barbosa**: processualista civil e outros estudos. São Paulo: Saraiva, 1989.

CARMONA. Carlos Alberto. **A Arbitragem no Processo Civil Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

CAMPANÁRIO, Micaela Susana Nóbrega de Abreu. Mediação penal. Inserção de meios alternativos de resolução de conflito Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 13, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 118-135 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.



CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo.** 22. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. Lições de processo civil canônico: história e direito vigente**.** São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2001.

HAYNES, John M. **Fundamentos de la mediación familiar.** Madrid: Gaia, 1995.

HESS, Heliana Maria Coutinho. **Acesso à justiça por reformas judiciais:** comparativo entre as reformas judiciais do Brasil e da Alemanha. Campinas: Millennium, 2004.

LEITE, André Lamas. **A mediação penal de adultos**. Um novo "paradigma" de justiça? Análise crítica da Lei nº 21/2007, de 12 de junho**.** Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

MONTANS DE SÁ, Renato. **Processo civil I:** Teoria geral do processo. São Paulo: Saraiva, 2012.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil:** Contratos. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NORTHFLEET, Ellen Gracie. **Conversar faz a diferença.** Disponível em http://www.cnj.jus.br/portal/images/programas/movimentopelaconeiliacao/conversar_ faz_diferenca.pdf. Acesso em 27 set. 2024.

PEREIRA, Alexandre Faride. Estudo analítico do projeto de lei sobre mediação em trâmite no Congresso Nacional**. Revista de Ciências Jurídicas VEM**, v. 4, 11. 0 2, 2006, p. 83-115.

SADEK, Maria Tereza. **Acesso à Justiça e Reforma do Judiciário no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A justiça em Portugal: diagnósticos e terapêuticas**. Revista Manifesto.** Lisboa, n.0 7, p. 76-87, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSA, João. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo: ANPOCS, v. 11, n.

30, p., fev. 1996.

SICA, Leonardo**. Justiça Restaurativa e Mediação Penal.** O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direitos Humanos e Acesso à Justiça**. Rio de Janeiro: Renovar, 2017.

SOUZA. Luciane Moessa de. **Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça.** Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**: Volume único. São Paulo: Método, 2011.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas:** modelos, processos, ética e aplicações. São Paulo: Método, 2008.

WATANABE, Kazuo. **Modalidade de Mediação**. In: DELGADO, José et al. Mediação: um projeto inovador. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, CJF, 2003. p. 5.



A VULNERABILIDADE POLICIAL E O DIREITO A DEFESA DE AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: NOTAS SOBRE O ARTIGO 14-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

GT03: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Adrian Henrique Amaral de Camargo[1], Rafael Miranda Santos[2]

[1] Autor. Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Cesumar - Unicesumar, Maringá-Pr. E-mail: ra-22041542-2@alunos.unicesumar.edu.br.
[2] Orientador. Mestrando em Direito pela Universidade Cesumar; Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Defensor Público do Estado do Paraná com atribuição na 1ª Defensoria Pública de Substituição da 3ª Regional (Comarca de Maringá-PR).

RESUMO

O estudo tem por tema as modificações introduzidas pela Lei n. 13.964/2019, conhecida como pacote anticrime, em seu artigo 14-A e sua relação com a vulnerabilidade policial sob perspectiva dos direitos da personalidade. A nova lei inseriu disposições visando um aperfeiçoamento da defesa técnica de agentes de segurança pública, instituindo que nos casos de uso de força letal no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, tais profissionais terão direito a uma defesa técnica desde a instauração do procedimento investigatório, que ocorrerá por defensor constituído pelo indiciado ou por defensor público. Problematiza-se: como as vulnerabilidades policiais afetam os direitos da personalidade dos agentes de segurança, com foque na área da saúde psíquica, seja por violações sofridas intrainstitucionais ou exteriores? Dentre os objetivos específicos, será especificado quais são os titulares deste direito presentes no artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Além disso, serão expostas as vulnerabilidades policiais, indicando como tais situações podem interferir na rotina de trabalho policial, acarretando em casos que os agentes extrapolam os limites legais ou acabam exercendo de forma desregulada o poder conferido a estes para garantia da lei e da ordem. Assim, o estudo visa demonstrar que a defesa é fundamental em processo investigativo, como um direito de todo e qualquer cidadão. Todavia, identificar os problemas antes de mesmo de ocorrerem situações de abusos pelos agentes e prevenir por meio de políticas públicas eficientes, é a melhor solução.

Palavras-chave: Integridade psíquica; Personalidade; Violações.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da questão da vulnerabilidade policial, que seriam a falta de um amparo efetivo por parte do Estado e corporações para melhor qualidade de vida dos policiais, afetando diretamente a aplicação das normas na sociedade em geral e como está vulnerabilidade possui ligação com a violação do direito da personalidade da integridade psíquica dos agentes. O tema tem por base a análise do artigo 14-A, identificando quais foram as alterações trazidas pelo pacote anticrime, abordando as implicações na defesa dos agentes de segurança pública.



O presente trabalho tem o intuito de analisar como as vulnerabilidades policiais interferem no direito da personalidade da integridade psíquica dos agentes, que levam a um desdobramento processual por ações que extrapolam os limites legais e necessitam de uma defesa especializada. Também visa explicitar como ficou o direito de defesa dos agentes de segurança pública à luz da nova redação do artigo 14-A do Código de Processo Penal instituído pela Lei n° 13.964 de 2019.

Após fazer uma análise criteriosa para compreender quais são os agentes que possuem direito a este resguardo trazido pela lei, será evidenciado de forma precisa em quais casos terão direito a está defesa de forma gratuita, patrocinada pelo Poder Público. Ainda, considerando que todos têm direito a uma defesa especializada que possa lhe garantir um processo justo, caberá investigar se os defensores aos quais a lei faz menção podem ser escolhidos pelos agentes de segurança ou se serão escolhidos pelo próprio Estado.

De forma objetiva será esclarecido quais são as vulnerabilidades policiais. Abordará as consequências da falta de cuidado com a saúde psíquica dos agentes e como isso constitui uma violação aos direitos da personalidade. Discutirá quem são os agentes de segurança pública abrangidos pelo art. 14-A do CPP e em quais casos se aplica esta defesa especializada. Por fim, explicará quais os defensores dos agentes de segurança pública e fará uma reflexão sobre de que modo o trabalho da defesa pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade policial.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os agentes que o artigo 14-A do CPP delimita como titulares deste direito são os policias federais, policias rodoviários federais, policias ferroviários federais, policiais civis, policiais militares, integrantes do corpo de bombeiro militar, policiais penais federais, estaduais e distritais. Além disso, os guardas municipais, tendo em vista a sua previsão no §8º do artigo 144 da norma maior e com base em decisões recentes dos Tribunais Superiores e, os membros das forças armadas, desde que em atividade para garantia da lei e da ordem.

Os agentes de segurança pública, enquanto pessoas, possuem direitos da personalidade que devem ser resguardados, sendo estes classificados dentro de três categorias, conforme observa-se logo abaixo.

> (...) A) que tutelam a integridade física, incluindo o direito à vida, à alimentação, sobre o próprio corpo vivo e o corpo morto; b) que resguardem a incolumidade intelectual, incluindo o direito à liberdade de pensamento; e c) a proteção à integridade moral, incluindo o direito à liberdade civil, política e religiosa; o direito à

> imagem e o direito à identidade pessoal, familiar e social (IKEDA, 2023, p. 17)

Neste sentido, os direitos da personalidade englobam aspectos não só físicos, mas também psíquicos, no intuito de fornecer uma proteção jurídica integral ao homem, que assegurem a sua dignidade (Ramiro; Fachin; Tamaoki, 2022). Desta forma, ás violações ás saúdes psíquicas dos agentes podem provocar ofensas ao direito da personalidade destes, interferindo diretamente em sua rotina trabalho, pois.

> A debilidade da saúde mental policial é um possível estopim para muitas atuações abusivas contra a população mais vulnerável. Somado a isso, os abusos intrainstitucionais, como uma formação abusivamente tóxica — confundindo "hierarquia e disciplina" com "autoritarismo e humilhação" —, favorece o quadro de adoecimento mental que inicia o "ciclo da violência policial", quando o agente, já frustrado e adoecido, corre o risco de levar a carga mental explosiva para as ruas contra os mais vulneráveis. Não raras vezes, tais policiais, já adoecidos, assumem cargos superiores e passam a repetir a violência intrainstitucional contra seus subordinados (MAIA, 2021, on-line)

Além disso, a incitação da violência através dos meios de comunicação é um fator que colabora com este adoecimento, pois.

> O incentivo midiático à violência policial contra os mais vulneráveis — tal "incentivo" aprofunda os quadros de adoecimento da saúde mental e estimula atuações abusivas por inibir freios úteis à evitabilidade das "falhas". Tais "vozes", no mais das vezes, serão as primeiras a "pedir a cabeça" do policial "abusador". Ou seja, as vozes que incitam a violência institucional e aprofundam o adoecimento mental policial são as mesmas que clamarão por sua punição ou que serão omissas nessas ocasiões. Ou seja, o apelo midiático à violência policial aumenta, de algum modo, os riscos policiais (MAIA, 2021, on-line)

É essencial debater como funcionará a defesa desses agentes que por vezes cometem ações estando debilitados psicologicamente. Esse problema merece ser tratado não só após ter ocorrido, mas de forma preventiva, visando as próprias alterações trazidas pelo pacote anticrime.

O método a ser utilizado na pesquisa é o hipotético-dedutivo, que consiste na percepção de uma lacuna no conhecimento sobre o tema, ao qual buscará preencher por hipóteses, tendo por base a pesquisa bibliográfica, que consiste em um apanhado geral dos principais assuntos sobre o tema já existentes, utilizando destas informações e outras da atualidade para que desenvolva um conteúdo que explique ás mudanças

trazidas pela lei, bem como a situação da saúde psíquica e os danos aos direitos personalidade (Lakatos; Marconi, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão é que será possível constatar que a vulnerabilidade policial afeta diretamente os direitos da personalidade dos agentes de segurança pública, implicando em consequências no trabalho devido a debilidade da saúde psíquica e posterior responsabilização jurídica.

REFERÊNCIAS

IKEDA, Walter Lucas**.** Direitos da Personalidade: Terminologias, Estrutura e Recepção. **Revista Jurídica Cesumar** - Mestrado, Maringá, v. 23, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2023. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/10618/7018. Acesso em: 14 out. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7710716/mod_resource/content/1/Fundamentos de metodologia científica.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

MOTA BRASIL, G. et al. Efeitos da pandemia na Polícia Militar: vulnerabilidades das polícias e do policiamento no Brasil. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 1–26, 2023. DOI 10.4322/dilemas.v16.n.3.51834. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=67f16c30-6d7a-30be-9517-f3725efd083e. Acesso em: 14 out. 2024.

MAIA, Maurílio. **Precisamos falar sobre a vulnerabilidade policial**. Consultor Jurídico, [s. l.], 26 jul. 2021. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-jul-26/maurilio-maia-precisamos-falar-vulnerabilidade-policial/. Acesso em: 22 set. 2024.

RAMIRO, Marcus Geandré Nakano; Fachin, Jéssica; Tamaoki; Clara Carrocini. A docilidade das mentes e a ameaça à integridade psíquica reflexões sobre a evolução das técnicas de poder. **Revista Direito e Paz**, Lorena, v. 1, n. 46, p. 10, 2022. Disponível em: https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1653/647. Acesso em: 22 set. 2024.

APLICAÇÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO AOS CRIMES CONTRA TRANSEXUAIS: UMA ANÁLISE ACERCA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

GT 03: DIREITO PENAL E PROCESUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Roberta Scatena de Moraes[1], Mayume Caires Moreira[2].

[1] Acadêmica, Universidade Cesumar, Maringá, Paraná, roberta_scatena@outlook.com.
[2] Orientadora. Mestre em ciências jurídicas- UniCesumar. Professora do curso de Direito UniCesumar. E-mail: mayumecaires@gmail.com.

RESUMO

Este projeto analisa a aplicação da qualificadora do feminicídio a crimes contra mulheres transexuais, buscando contribuir para a proteção dos direitos da personalidade da população LGBTQIA+. O objetivo geral é investigar como as mulheres transexuais se inserem no contexto do feminicídio, considerando suas especificidades sob a perspectiva dos direitos humanos. Para isso, a pesquisa utiliza uma abordagem teórica, explorando o conceito de feminicídio, sua relação com a violência de gênero, e as lacunas na legislação atual. Os resultados indicam que o Brasil, líder em homicídios de pessoas transexuais, enfrenta desafios significativos na aplicação efetiva das leis que visam protegê-las. A análise revela a necessidade de políticas públicas que abordem a violação dos direitos da personalidade, promovendo a dignidade e a inclusão dessa população. Conclui-se que é crucial expandir a aplicação da qualificadora do feminicídio às mulheres transexuais, garantindo o respeito à identidade de gênero e a proteção contra a violência.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Violência de gênero; Vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres transexuais no Brasil evidencia um problema social alarmante, com o país sendo líder mundial em homicídios dessa população. Segundo o “Transgender Murder Monitoring” da Transfender Europe, o Brasil registrou 175 assassinatos de pessoas trans em 2021, destacando a brutalidade contra essa comunidade. Apesar da introdução da qualificadora do feminicídio pela Lei nº 13.104/2015, sua aplicação a mulheres transexuais é pouco explorada, o que levanta questionamentos sobre sua efetividade.

Este estudo investiga a possibilidade de aplicação extensiva da qualificadora do feminicídio aos crimes contra mulheres transexuais, à luz dos direitos da personalidade, analisando a legislação vigente e propondo melhorias para garantir maior proteção à população LGBTQIA+. A escolha do tema justifica-se pela urgência de abordar a violência contra mulheres transexuais e promover políticas públicas inclusivas.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A pesquisa utiliza uma abordagem teórica e analítica, revisando a literatura sobre feminicídio e direitos da personalidade, além de examinar a aplicação da legislação. Os resultados preliminares indicam a existência de lacunas jurídicas que dificultam a proteção plena das mulheres transexuais, apontando para a necessidade de reformulações legais e políticas públicas específicas.

A violência contra mulheres transexuais no Brasil é um problema alarmante e complexo, refletindo uma intersecção de preconceitos de gênero e sexualidade. O país lidera globalmente em homicídios de pessoas trans, com 90% das mortes registradas em 2022 ocorrendo no Brasil (ANTRA, 2023). Essa situação não é acidental, mas resultado de uma cultura de opressão que marginaliza a população LGBTQIA+. A violência se manifesta não apenas em atos físicos, mas também em formas estruturais e simbólicas, como a exclusão social e a falta de acesso a serviços de saúde.

As mulheres transexuais enfrentam barreiras significativas no mercado de trabalho, na educação e na saúde, o que as torna mais vulneráveis à violência. Dados mostram que 96% das vítimas de transfeminicídio são mulheres (TRANSGENDER EUROPE, 2022), com a maioria das vítimas envolvidas na profissão do sexo e uma média de idade de 30 anos. A subnotificação de casos, frequentemente registrados sob categorias que não refletem a identidade de gênero das vítimas, impede a formulação de políticas públicas eficazes.

A Lei nº 13.104/2015, que tipifica o feminicídio como crime hediondo, representa um avanço, mas sua aplicação a mulheres transexuais é complexa. A definição de “mulher” frequentemente ignora a identidade de gênero, levando a erros na classificação de crimes. A marginalização dessas mulheres é perpetuada pela falta de reconhecimento da identidade nos processos judiciais, o que reforça a cultura de impunidade.

Além disso, a Lei Maria da Penha enfrenta desafios similares, pois muitas vítimas não se sentem seguras ao buscar apoio. A capacitação de operadores do direito e profissionais de saúde para lidar com as especificidades de gênero é fundamental. Os direitos da personalidade, conforme planejado na ADI 4275, são essenciais para garantir dignidade e proteção à população transexual, incluindo o direito à vida, à igualdade e à autodeterminação. No entanto, na prática, essas garantias muitas vezes não se concretizam, levando a uma violação constante dos direitos fundamentais.

A falta de reconhecimento da identidade de gênero nas interações com o sistema de justiça contribui para a desumanização das vítimas. Portanto, é imperativo adaptar leis e políticas para assegurar que todos os

cidadãos, independentemente da identidade de gênero, tenham seus direitos garantidos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra mulheres transexuais no Brasil exige ações urgentes para garantir seus direitos e a cidadania plena. É fundamental implementar políticas públicas que assegurem segurança e dignidade, como programas educacionais sobre diversidade de gênero nas escolas, a capacitação de operadores do direito para lidar com questões de gênero e a criação de protocolos que reconheçam a identidade de gênero nas esferas jurídicas.

Além disso, é necessário estabelecer abrigos específicos para mulheres transexuais vítimas de violência. Essas medidas visam promover um futuro onde a proteção legal seja igualitária, reconhecendo crimes de transfeminicídio como violência de gênero.

Este trabalho evidencia que, apesar de avanços, a dificuldade em aplicar a qualificadora do feminicídio a mulheres transexuais persiste. Portanto, é urgente a adoção de políticas que combatam a discriminação e garantam o acesso à cidadania plena, incluindo campanhas de conscientização e fortalecimento de redes de apoio.

REFERÊNCIAS

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Relatório sobre a violência contra pessoas trans no Brasil**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BENTO, Berenice. **Transexuais, corpos e próteses**. In: Revista de Estudos Feministas, vol. 20, no 4, Florianópolis, ago/dez. 2003. Disponível em: <https://gedsfdusp.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006**, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 09 de março de 2015. Define o feminicídio e inclui no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL DE FATO. **Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20os%20dados,mulheres%20trans%20s%C3%B3%20em%202020.>. Acesso em: 04 mai. 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. G1. Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/04/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-etransexuais-no-mundo-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

JUSBRASIL. **A proteção aos direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro: transexualidade e a mudança de prenome e gênero sob a luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-protecao-aos-direitos-da-personalidade-no-ordenamento-juridico-brasileiro-transexualidade-e-a-mudanca-de-prenome-e-genero-sob-a-luz-do-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana/1824970434>. Acesso em: 04 mai. 2024.

RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; ANDRADE, Flavia Kriki de; CRUZ, Renan Cícero Tanaka de Araújo. **Transfeminicídio e direitos da personalidade: o caso Vicky y outras vs. Honduras julgado pela Corte Interamericana e os impactos jurídicos no Brasil**. Revista Meritum, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 361, 2022. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v17i1.8817>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Enunciado N.º 42 RE 670422 e ADI 4275. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em: 04 mai. 2024.

AS CONTRIBUIÇÕES ILUMINISTAS NO PERÍODO HUMANITÁRIO DO DIREITO PENAL

GT03: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Verena Dias Barboza Munhoz[1], Gustavo Noronha de Ávila[2].

[1] Mestranda em ciências jurídicas na UNICESUMAR, Maringá-PR (Bolsista modalidade taxa/PROSUP pela CAPES), e-mail: verenadbmunhoz@gmail.com.
[2] Orientador, Mestre (2006) e Doutor (2012) em Ciências Criminais pela PUCRS. Pós-Doutor em Psicologia PUCRS (2018). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar. E-mail: gustavonoronhadeavila@gmail.com.

RESUMO

O presente resumo expandido visa abordar o período histórico humanitário do pensamento jurídico-penal ocorrido nos séculos XVII e XVIII, que iniciou com uma reflexão sobre penas e o tratamento dos acusados criminalmente, a fim de que a Lei tivesse mais eficácia, utilidade socia e que se protegessem direitos humanos e da personalidade dos presos e condenados. Esse período foi marcado pelas mudanças políticas e sociais da época, em que pensamentos iluministas e absolutistas se encontraram, dessa forma, o poder era centralizado na mão do monarca, porém visava imputar penas de forma objetiva e racional, sem penas que violassem direitos básicos dos acusados, com essa interligação surgiram dificuldades relacionadas com os pensamentos antagônicos assumidos pelos absolutistas e iluministas. A metodologia é a bibliográfica, por meio do método de abordagem analítico-dedutivo e o objetivo do resumo é estudar como as influências iluministas, em um período em que a forma de governo absolutista imperava, permitiu que se consagrasse uma nova visão a respeito do Direito Penal chamado período humanístico, por meio das ideias dos déspotas esclarecidos, sendo seu principal representante o autor Césare Beccaria.

Palavras-chave: Absolutismo; Direitos da Personalidade; Penalismo; Iluminismo.

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, a Europa nos séculos XVII e XVIII passou por intensas transformações sociais e culturais, em que se destaca a mudança no pensamento jurídico da época. As mudanças no pensamento penalista buscavam se desvencilhar de perspectivas arbitrárias passando para ideias racionalistas, pois a Lei que deveria basear as sanções penais. O autor Césare Beccaria, por meio de sua obra publicada em 1764, “Dos delitos e das penas” foi um dos principais nomes do movimento humanístico do penalismo. Sendo assim, esse foi um momento de grandes mudanças de ideias jurídico-penais, também chamado de período humanitário do direito penal ou iluminismo jurídico-penal. Naquela época, o direito penal dependia da vontade do soberano, pois não existia um processo a ser seguido, qualquer princípio da legalidade ou proteção aos direitos humanos dos

acusados, dessa forma, a ineficácia do direito penal era quase total, sendo um mero poder na mão do rei. Com a racionalização do Direito Penal, iniciou-se um novo viés dentro do Estado absolutista, em que o Estado exercia o monopólio da força punitiva, procurando dar efetividade à finalidade. Assim, a prevenção do delito começa a se tornar a finalidade do direito penal, por meio da repressão, com o objetivo de guiar os comportamentos socias ao aplicar sanções. (Castro, 2015, p.108-118)

O uso do utilitarismo no Direito, como o fim buscado por esses déspotas esclarecidos é fruto das ideias modernas, em que para aplicação de uma pena é necessário que ela tenha finalidade, como prevenção e a própria função social, para proteger os interesses coletivos. A união entre ideias iluministas e absolutistas foi pensada para que o poder do soberano fosse aplicado, porém de forma eficaz. Essa junção, com o passar do tempo, não foi mais vista como ideal, já que o absolutismo é fundado na manutenção de uma tradição centralizadora passada por gerações, já o iluminismo busca por mudanças, quebras de paradigmas, com ideias utilitaristas (Dal Ri júnior; Castro, 2008, p.267-271). Isso porque a ascensão da burguesia trouxe questionamentos sociais e jurídicos, uma vez que a nobreza e o clero detinham privilégios em inúmeros aspectos, inclusive quando se tratavam de sanções penais.

O livro de Cesare Beccaria (1999), “Dos delitos e das penas”, defende, basicamente, a igualdade das pessoas diante do Direito Penal, pois esse demonstrava ser contra os privilégios da nobreza e clero. Para ele, o que poderia modificar o modo como o penalismo era aplicado seria por meio da legalidade e utilitarismo, baseando-se as punições em critérios objetivos e com uma finalidade determinada, como a finalidade de repressão de crimes. Além disso, evitando todo tipo de discricionariedade dos monarcas ou julgadores de forma geral, com imputação de critérios mais objetivos. O mesmo autor defende que provas e das penas degradantes, de morte e da tortura, deveriam ser combatidas. Em conclusão, Beccaria elabora um novo conceito para o Direito Penal, com uma visão mais humanizada, com vistas a fornecer uma ideia penalista mais eficaz e proporcional. Ainda, Beccaria defendeu a legalidade das penas, abolição de penas cruéis e degradantes e a proporcionalidade entre crime e pena, o que se manifestou como uma tentativa de proteção aos direitos mínimos humanos e da personalidade do acusado.

Como afirmam os autores Gustavo Noronha de Ávila e Thais Aline Mazetto Corazza (2022, p.1199), no século XVIII iniciou uma mudança na visão social quanto aos indivíduos, sendo que penas naturais, por exemplo mutilações, foram substituídas por penas de privação de liberdade. Dessa forma, por meio do iluminismo, o poder punitivo passa a estar nas mãos do Estado, sendo que esse poder está até hoje em transformação, com as defensorias públicas, justiça restaurativa, mediação penal, medidas cautelares alternativas à prisão, e assim por diante. O sistema penal, assim

sendo, deveria combater o crime, todavia, ao mesmo tempo visar proteger bens jurídicos e direitos básicos. Para o autor Alessandro Baratta (2011, p.12-14), o período do desenvolvimento do penalismo italiano de ideias e mudanças mais originais é através da influência do iluminismo, desde Beccaria até a Escola Positiva. Durante esse momento histórico, a filosofia do direito penal se tornaria uma concepção jurídica, sendo assim, com base, o crime passa a ser visto de forma mais racional e utilitarista, advinda de uma expressão literária de um pensamento que surgiu na época. Dessa forma, a justiça estaria baseada na utilidade comum, equilibrando interesses particulares dentro do Estado, sendo que a pena de morte seria contrária à função do contrato social, além da prática da tortura.

Em seu artigo traduzido como “Poder, história e sistemas penais”, Nilo Batista (2006, p.6-7) afirma que a Revolução Francesa, fruto dos ideais iluministas, defendia a aplicação de vários princípios, dentre eles, o princípio da legalidade. Por meio desse princípio é preciso que haja uma lei impusesse uma pena a uma determinada conduta, livrando-se de penas arbitrários antes impostas por soberanos e juízes. Ao mesmo tempo, para esse autor, todas as leis e determinações legais deveriam estar dispostas em um único livro, como uma enciclopédia, uma vez que a base da lei seria a razão e a proporcionalidade, atribuindo utilidade e adequação para as sanções.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A principal discussão do resumo envolve a mudança de pensamento provocada pelo pensamento iluminista na aplicação das penas aos delitos pelos monarcas, todavia, a problemática da pesquisa se consolida pelo fato de que as novas ideias dos déspotas esclarecidos geraram conflito entre princípios absolutistas e iluministas. A metodologia aplicada no presente resumo expandido é da pesquisa bibliográfica, por meio da análise de referências na temática do período humanitário do direito penal. O método de abordagem utilizado no trabalho é o analítico-dedutivo, que implica analisar e descrever acontecimentos históricos sobre a evolução do pensamento penalista humanístico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o humanitarismo penal foi fruto da modificação de pensamentos da própria sociedade, logo, na vigência do absolutismo começou a surgir ideais reformistas de como o direito penal era empregado. Muitos eram os que tinham essas percepções, porém um jovem escritor da época se destacou, por meio de um livro que até hoje é estudado, chamado “Dos delitos e das penas”, conhecido como Beccaria. O período do iluminismo penal foi fruto da junção de uma realidade absolutista e

influências iluministas, com a busca de penas mais igualitárias e proporcionais, além da humanização das punições, com uma visão mais objetiva e utilitária das penas e sanções, protegendo interesses coletivos e direitos humanos e da personalidade dos acusados.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, G. N. de; CORAZZA, T. A. M. O abolicionismo como resposta a deslegitimação e à crise do sistema penal. Ver. **Quaestio Iuris**., Rio de Janeiro, vol. 15, n.03, 2022, p. 1195-1224. Disponível em: https://web.p.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=85c3626b-e062-4a10-8460-e11a1410ada6%40redis. Acesso em: 15 de set. de 2024.

BARATTA, A. FILOSOFIA E DIREITO PENAL: NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO PENAL ITALIANO DESDE BECCARIA AOS NOSSOS DIAS**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR,** 2011. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/328058312.pdf. Acesso em: 16 de set. de 2024.

BATISTA, N. **Poder, história e sistemas penais.** Scielo, 2006. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r06731.pdf. Acesso em: 16 de set. de 2024.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. Tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella, 2 ed, 2 tir.

CASTRO, A. de. “Boa razão” e codificação penal: apontamentos sobre a questão penal setecentista em Portugal (1769-1789). **Revista Brasileira de Estudos Políticos,** 2015. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Boa%20raz%C3%A3o%20e%20codifica%C3%A7%C3%A3o%20penal.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2024.

DAL RI JÚNIOR, A; CASTRO, A. de. Iluminismo e absolutismo no modelo jurídico-penal de Cesare Beccaria. **Revista Seqüência**, nº 57, p. 261-284, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Artigo%20Beccaria.pdf. Acesso em: 11 de set. de 2024.

BEM JURÍDICO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Vinicius Basso Lopes[1], Alexander Rodrigues de Castro[2].

[1] Mestrando em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Campus Maringá, bolsista CAPES, e-mail: viniciusbassolopes@outlook.com
[2] Orientador, Doutor em Direito. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – UNICESUMAR, na linha os Direitos da Personalidade e Seu Alcance na Contemporaneidade. Pesquisador e bolsista do Instituto Cesumar de Ciências, Tecnologia e Inovação – ICETI. E-mail: alex.de.castro@hotmail.com

RESUMO

O Direito Penal é um meio de controle social formal que funciona para a proteção subsidiária de bens jurídicos. O conceito de bem jurídico, portanto, é essencial para que se possa definir os limites dos processos de criminalização, sendo assim, no presente trabalho se aborda a seguinte problemática: é possível vincular o conceito de bem jurídico penal aos direitos fundamentais da personalidade? A partir do método hipotético dedutivo e revisão bibliográfica, se conclui que a vinculação dos direitos da personalidade ao conceito de bem jurídico penal é essencial para que se alcance um Direito penal que limita, e não justifica o poder punitivo.

Palavras-chave: Criminalização; Direito Penal; Limitação do Poder Punitivo.

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores mazelas do Direito penal contemporâneo é a sua utilização massiva e simbólica para se buscar resolver problemas sociais que, por força dos princípios da subsidiariedade e fragmentariedade, não poderiam compor o escopo de atuação do Direito penal. Esta utilização distorcida do Direito penal é permitida em razão da existência de um conceito aberto e pouco crítico de bem jurídico, que permite, por exemplo, a criminalização de condutas de perigo abstrato.

Portanto, para que se permita a existência de um Direito penal cujo objetivo é o de limitar, e não justificar e ampliar o poder punitivo, é necessário que o conceito de bem jurídico seja atrelado a dados sensíveis e objetivos, que se vinculem diretamente à proteção integral da pessoa humana. Sendo assim, no presente trabalho, busca-se, em caráter sumário, vincular os direitos fundamentais da personalidade ao conceito de bem jurídico penal, buscando, justamente, um Direito penal que seja compatível com um Estado democrático de direito, cuja pessoa humana é o centro do ordenamento jurídico.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os direitos da personalidade são essencialmente direitos subjetivos cujo conteúdo visa garantir o mínimo necessário para assegurar a personalidade humana, são, por isso, direitos essenciais, ou seja, “que a denominação de direitos da personalidade seja reservada aos direitos essenciais justifica-se plenamente pela razão de que eles constituem a medula da personalidade” (Cupis, 2008, p. 24).

Isto posto, é plenamente possível afirmar que os direitos (fundamentais) da personalidade são também bens jurídicos objetos de tutela do Direito penal. Nem todos os bens jurídicos penais são direitos da personalidade, mas todos os direitos da personalidade são, de alguma forma, bens jurídicos penais, e são, na verdade, a essência de um conceito de bem jurídico que busca limitar e não justificar o poder punitivo. Um conceito de bem jurídico que se preocupa em limitar o poder punitivo, e não em legitimá-lo, deve ter sempre como pressuposto a existência de um objeto concreto e que se vincule diretamente com a pessoa humana, e estes objetos são justamente a essência dos direitos da personalidade.

No Brasil, Juarez Tavares é um dos principais autores a defender que a noção de bem jurídico seja adequada a um Estado Democrático de Direito, cumprindo a função essencial de limitação do poder punitivo estatal. Isto porque, de acordo com a visão de Tavares, a visão tradicional de que o tipo penal possui a função de proteção dos bens jurídicos é uma visão meramente abstrata, sem aderência a realidade. Entender que o tipo penal tem a mera função de proteção dos bens jurídicos “consistiria em um instrumento de manutenção e reprodução da norma, olvidando-se a sua dimensão de garantia” (Khader e França, 2024, p. 12).

Sendo assim, o bem jurídico não se constitui como um objeto de proteção da norma, mas sim como um termo de referência, cuja função precípua é a de limitar a intervenção do Estado (Khader e França, 2024, p. 12). Por esta razão, inclusive, é que a criminalização de uma determinada conduta deve ter sempre como pressuposto uma lesão efetiva, ou, no máximo, um perigo concreto de lesão a um bem jurídico, o que torna absolutamente problemática a criminalização dos chamados bens jurídicos de perigo abstrato (Tavares, 2018, p. 90).

A noção de que a norma penal possui a função de orientar as condutas humanas sobre o que é proibido e o que é permitido somente pode se concretizar a partir de um conceito de bem jurídico baseado em elementos concretos e não abstratos, “à medida que se forneçam aos destinatários da norma os dados concretos relativos ao resultado de sua atuação, mediante indicadores referenciais sensíveis, se poderá edificar um sistema de sua própria proteção” (Tavares, 2018, p. 91).

De acordo com a concepção defendida por Juarez Tavares, o Direito penal somente estará de acordo com a ordem constitucional se servir como um instrumento de proteção da pessoa humana, e não como um instrumento meramente simbólico de proteção de bens jurídicos abstratos, e para isso, o conceito de bem jurídico deve estar vinculado aquilo que o autor chama de “dados empíricos assimiláveis”, por esta razão, “o conceito de bem jurídico deve ser extraído da pessoa humana e não da coletividade ou do Estado” (Tavares, 2018, p. 96).

Um conceito de bem jurídico puramente normativo e abstrato permite, por exemplo, a criminalização de condutas de perigo abstrato, o que torna o Direito penal um instrumento de justificação e não de limitação do poder punitivo, permitindo o seu manuseio discricionário pelo poder, em síntese (Tavares, 2018, p. 96). Juarez Tavares, portanto, conceitua o bem jurídico o vinculando à pessoa humana individual: “o bem jurídico é um dado relacionado à pessoa humana, como seu elemento de preferência e orientação, o qual adquire valor quando incorporado à respectiva norma de conduta, proibitiva ou mandamental” (Tavares, 2018, p. 97).

Embora Tavares encampe uma perspectiva crítica a respeito do Direito penal, mesmo aqueles autores mais conservadores vinculam de alguma forma o conceito de bem jurídico com aspectos relacionados aos direitos da personalidade, inclusive, Claus Roxin cita como exemplos de bens jurídicos “os direitos fundamentais e humanos, como o livre desenvolvimento da personalidade” (2009, p. 18). Luis Regis Prado, da mesma forma ao abordar os vários possíveis conceitos sobre bem jurídico afirma que “entende-se por bem jurídico uma determinada relação concreta do indivíduo com algo que sirva para o desenvolvimento de sua personalidade” (2014, p. 42).

O termo “bem” se refere a tudo que possa de alguma forma “satisfazer as necessidades humanas”, e todo “bem” que passa a ser reconhecido pelo ordenamento jurídico como tal, se torna um bem jurídico (Khader e França, 2024, p. 12). A partir deste conceito, portanto, pode se afirmar que todo direito da personalidade é um bem jurídico a ser potencialmente tutelado pelo Direito penal, e a partir da crítica travada por Juarez Tavares, pode ser afirmar também que o Direito penal somente servirá efetivamente como uma forma de proteção da pessoa humana, se estiver atrelado de alguma forma aos direitos da personalidade.

Como bem explicam Gustavo Noronha de Ávila e Thais Aline Mazetto Corazza, em geral os direitos da personalidade são tutelados pelas vias cíveis, através, por exemplo, da ação de reparação de danos, mas advertem os autores que as violações aos direitos da personalidade também se encontram presentes tipificadas no Código Penal (2023, p. 09). Inclusive, praticamente todos os direitos da personalidade “tradicionais” são tipificados pelo Direito penal, como bem demonstra Carlos Alberto Bittar (1999, p. 50 e 51).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se conclui no presente trabalho que, para que o Direito penal cumpra a função constitucional de limitação do poder punitivo, é necessário um conceito de bem jurídico crítico e objetivo, vinculado essencialmente à proteção da pessoa humana. Por tal razão, os direitos fundamentais da personalidade, enquanto bens jurídicos a serem tutelados pelo Direito penal, cumprem exatamente esta função, eis que são essencialmente direitos vinculados à pessoa humana enquanto tal. Desta forma, o Direito penal será tanto mais restrito às suas limitações necessárias, quanto mais for vinculado aos direitos fundamentais da personalidade como bens jurídicos.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Thais, AVILA, Gustavo Noronha de. A tutela dos direitos da personalidade sob o prisma penal: liberdade negativa e positiva. **Argumenta Journal Law.** Jacarezinho/PR, Brasil, n. 41, 2023, p. 269-291. Disponível em: https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/issue/view/88/27. Acesso em: 16 out. 2024.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos da personalidade.** São Paulo: Quórum, 2008.

KHADER, Eliana; FRANÇA, Gisela. O Conceito de Bem Jurídico na Doutrina de Juarez Tavares. **Boletim IBCCRIM**. Ano 32 – nº 374, Janeiro de 2024;

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição**. 7. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014;

ROXIN, Claus. **A Proteção de Bens Jurídicos como Função do Direito Penal.** 2. ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009;

TAVARES, Juarez. **Fundamentos de teoria do delito.** 1. ed. – Florianópolis: Empório do Direito, 2018;



CASO CLAYTON FERREIRA GOMES DOS SANTOS: PRECARIEDADE DO RECONHECIMENTO À LUZ DA PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO

GT3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Eduardo de Vasconcelos Miranda[1], Gustavo Noronha de Ávila[2].

[1] Acadêmico do Curso de Direito da Unicesumar, Maringá, Estado do Paraná, e-mail: eduvasconcelosmiranda@gmail.com.
[2] Orientador, Doutor (2012) e Mestre (2006) pela PUC/RS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha "Metodologia do Ensino e da Pesquisa" e "Psicologia do Testemunho". E-mail: gustavonoronhadeavila@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo trata de estudo de caso realizado a partir da prisão temporária do professor Clayton Ferreira Gomes dos Santos, por suspeita de cometer sequestro e roubo no litoral de São Paulo, contudo, no momento do crime, ele ministrava aulas na capital do Estado. A decisão que decretou sua prisão, a partir de representação da autoridade policial, foi embasada em reconhecimento fotográfico pela vítima no formato do *show-up*. Nesse projeto, utiliza-se a legislação vigente, decisões dos tribunais superiores brasileiros e entendimentos doutrinários a fim de examinar o reconhecimento feito neste caso, assim como analisar a questão do ponto de vista da Psicologia do Testemunho, apontando os vícios inerentes às provas produzidas a partir da memória das testemunhas e/ou vítimas.

Palavras-chave: falsas memórias; prisão temporária; reconhecimento fotográfico.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento de pessoas, seja presencialmente ou por meio de fotografias, é amplamente utilizado na prática processual brasileira, especialmente nas fases de investigação e formação do convencimento do juiz, porém, esse tipo de prova apresenta limitações quando não é conduzido de acordo com os procedimentos previstos na legislação.

Neste resumo, discute-se o caso de Clayton Ferreira Gomes dos Santos, cuja prisão temporária foi fundamentada em reconhecimento fotográfico por *show-up* que não seguiu os padrões formais exigidos. A análise se detém na legislação aplicável e em decisões de tribunais superiores, evidenciando como a má condução desse meio de prova pode fragilizar sua validade e comprometer o processo.

Outrossim, o projeto aborda a Psicologia do Testemunho para ilustrar como a memória humana, em situações de estresse, pode ser falível, concluindo que o reconhecimento fotográfico, quando feito fora dos parâmetros legais, torna-se uma prova precária, podendo resultar em injustiças, como no caso de Clayton, reforçando a necessidade de maior

rigor no cumprimento das formalidades para garantir a justiça e proteger os direitos fundamentais do acusado.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para elaboração do presente estudo de caso, buscou-se dados íntegros do caso narrado, mormente por meio dos autos n. 1503521-20.2023.8.26.0244, da 1ª Vara da Comarca de Iguape/SP, referente ao crime que o professor Clayton Ferreira Gomes dos Santos teve sua prisão temporária decretada. Entretanto, em que pese diversas tentativas em contato direto com aquele juízo, não houve possibilidade de acesso, uma vez que o processo ainda tramita, protegido pelo segredo de justiça. Diante disso, foi necessário utilizar de reportagens e matérias jornalísticas de portais como UOL, para construção da narrativa fidedigna do caso em análise.

Após apuração, atina-se que, no dia 31 de outubro de 2023, por volta das 9:00, uma senhora de 73 anos foi sequestrada por um homem e duas mulheres em Iguape (SP), sendo levada a sua agência bancária, onde foi forçada a sacar R$ 11.000,00 e depositar o valor em uma conta indicada pelos sequestradores. Em seguida, os perpetradores subtraíram seus cartões e a abandonaram em uma estrada no entorno da cidade.

Durante a investigação, a vítima reconheceu, por foto, Clayton Ferreira Gomes dos Santos como o motorista do carro usado no crime, embora tenha mencionado estar incerta. Ainda assim, a autoridade policial pediu sua prisão temporária, que foi decretada em 17 de novembro de 2023 pelo juízo da 1ª Vara de Iguape. O professor foi preso apenas em abril de 2024, ao ir à delegacia acreditando que prestaria esclarecimentos sobre outro caso.

Ocorre que, no momento do crime, Clayton lecionava em uma escola da capital paulista, cerca de 200 km do local do crime, como comprovado por registros escolares, assim, a defesa do professor impetrou *habeas corpus* e, diante da ausência de provas suficientes para justificar a prisão. Nesse julgamento o a 4ª Câmara de Direito Criminal do TJSP concedeu liminar, determinando sua soltura.

Adentrando ao tema, em consulta à inteligência doutrinária, sintetiza-se que o reconhecimento de pessoas ocorre quando a vítima ou testemunha identifica, por meio da memória, o autor de um delito com base em uma percepção anterior, ou seja, refere-se a uma comparação entre uma lembrança anterior e uma percepção atual (Nucci, 2024, p. 296 *apud* Altavilla, 2003, p. 386). Por sua vez, o reconhecimento fotográfico é entendido como ato preparatório ao pessoal (JR, 2024, p. 587), não sendo considerado prova autônoma. Na legislação pátria, o reconhecimento de pessoas no Brasil está previsto nos arts. 226 a 228 do Código de Processo

Penal, que estabelecem as formalidades a serem seguidas, sendo que procedimento inclui uma descrição detalhada do suspeito pela vítima ou testemunha e, em seguida, a apresentação do investigado ao lado de outras pessoas com características semelhantes.

Somando-se a isso, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu no HC n. 598.886/SC que "*o reconhecimento de pessoas deve observar o procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, cujas formalidades constituem garantia mínima para quem se encontra na condição de suspeito da prática de um crime […]".*

No caso de Clayton Ferreira Gomes dos Santos, o reconhecimento foi deveras precário devido às condições inadequadas em que foi realizado, uma vez que foi realizado fora de um ambiente formal – no portão da casa da vítima – e com base em uma fotografia extemporânea do suspeito. Para mais, a vítima expressou dúvidas sobre a identificação, destacando diferenças no cabelo do suspeito.

Além da questão legal e doutrinária do reconhecimento de pessoas já citadas, a Psicologia do Testemunho se mostra como outro ponto de suma relevância para análise do caso estudado, tendo em vista que possui como enfoque principal a produção de prova dependente da memória humana. De mais a mais, analisa-se como fatores psicológicos interferem na percepção e recuperação de memórias, mostrando que a lembrança não é uma reprodução fiel dos eventos, visto que o cérebro humano não se compara a uma câmera filmadora que armazena a informação exatamente como se deu (Matida; Cecconello, p. 411, 2021 *apud* Loftus, 2005), de maneira que se torna suscetível a distorções. Essas intervenções também pode levar a formulação de falsas memórias, que representam confusões inconscientes e alteram a percepção que a testemunha/vítima havia da situação vivida.

Tendo em consideração as informações expostas, os estudos da área esclarecem como o uso impróprio do reconhecimento fotográfico, pode ser enviesado, principalmente quando feito no formato de *show-up*, ou seja, apenas uma pessoa apresentada para identificação da pessoa que irá reconhecê-la (Stein; Ávila, 2015), como no caso em tela.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, resta claro que o reconhecimento fotográfico em inobservância aos procedimentos previstos na lei, não pode ser considerado um meio de prova confiável no processo penal. O caso do professor Clayton Ferreira Gomes dos Santos evidencia os perigos desse tipo de reconhecimento, expondo o risco elevado de erro.

Os estudos da Psicologia do Testemunho mostram que a memória humana é falível e pode ser distorcida por diversos fatores. Ademais, a jurisprudência dos tribunais superiores, como o STJ e o STF, reforça a



necessidade do procedimento correto para essa produção de prova, sob pena de nulidade do ato.

Portanto, é crucial que o reconhecimento de pessoas, tanto fotográfico quanto presencial, seja conduzido com total respeito às formalidades legais e às limitações da memória humana, conforme indicam os avanços científicos, sendo que o descumprimento dessas exigências pode resultar em condenações equivocadas e graves violações dos direitos fundamentais, como uma prisão temporária ilegal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941.

JR., Aury L. **Direito processual penal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

MATIDA, Janaina; CECCONELLO, William Weber. Reconhecimento fotográfico e presunção de inocência. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 7, n. 1, p. 409-440, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22197/rbdpp.v7i1.506. Acesso em: 10 out. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal**. Volume Único. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

STEIN, Lilian Milnitsky; ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Avanços científicos em Psicologia do Testemunho aplicados ao reconhecimento pessoal e aos depoimentos forenses**. Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos, Ministério da Justiça (Série Pensando Direito, No. 59), 2015. Disponível em: https://encurtador.com.br/6lSNm. Acesso em: 11 out. 2020.

UOL. **Professor preso por sequestro enquanto dava aula: racismo no momento da prisão**. UOL, 19 abr. 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/19/professor-preso-por-sequestro-enquanto-dava-aula-racismo-momento-da-prisao.htm. Acesso em: 10 out. 2024.



CONFLITOS ENTRE FLAGRANTE PRESUMIDO NA LEI DE DROGAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA CRÍTICA CONSTITUCIONAL PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E STF

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

JOÃO VICENTE LEAL[1], ROGÉRIO BORGES FREITAS[2], RODRIGO VALENTE GIUBLIN TEIXEIRA[3]

[1] Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail joaovicente@dp.mt.gov.br
[2]Doutorando em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[3]Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MBA em Business Law e Gestão; Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino; Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Professor na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Cesumar; e-mail: rodrigo.valente@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este artigo examina a conformidade da prisão em flagrante presumido, conforme estabelecido no art. 302, IV, do CPP, com a presunção de não culpabilidade, articulada no artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal de 1988. Utilizando o método hipotético-dedutivo e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo analisa os fundamentos jurisprudenciais aplicados pelo STJ e STF na validação desta modalidade de prisão, após a implementação da Lei nº 11.343/06, entre 2019 e 2023. O foco central é investigar se as práticas judiciais adotadas por essas cortes estão alinhadas com a garantia constitucional da presunção de inocência. Especificamente, o artigo busca: a) analisar o princípio da presunção de inocência, incluindo sua definição e natureza jurídica; b) explorar os crimes tipificados na Lei de Drogas, particularmente aqueles que podem resultar em prisão em flagrante presumido; e c) criticar a jurisprudência do STF e STJ sobre a compatibilidade entre a prisão em flagrante presumido e a presunção de inocência, por meio de uma revisão detalhada dos julgamentos proferidos de 2019 a 2023. O estudo se fundamenta em fontes doutrinárias estabelecidas e compara a legislação nacional com tratados internacionais de direitos humanos, convidando à reflexão sobre a necessidade de reavaliar os critérios jurídicos utilizados por essas cortes superiores em suas decisões.

Palavras-chave: crime permanente. inconstitucionalidade; presunção de inocência. prisão em flagrante presumido.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tematiza a adequação material e formal da prisão em flagrante presumido prevista no art. 302, inciso IV, do Código de Processo Penal (CPP) à presunção constitucional de não culpabilidade prevista no artigo 5º, inciso LXI da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) com foco nos direitos da personalidade. O tema será analisado a partir da identificação dos fundamentos jurisprudenciais da prisão em flagrante presumido face do estado presumível de não culpabilidade, após a sanção da Lei nº 11.343/06, entre os anos de 2019 e 2023, no acervo de



precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

O problema que orienta a investigação pode ser sintetizado na seguinte pergunta: sob quais aspectos a hipótese de prisão em flagrante prevista no inciso IV do art. 302 do CPP, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, nos casos envolvendo a aplicação da Lei nº 11.343/2006, se amolda à Constituição Federal de 1988 por não violar a garantia da presunção de inocência prevista no inciso LXI do art. 5º do Texto Constitucional?

Parte-se da hipótese de que o STF e o STJ elaboram uma fundamentação, nos casos de aplicação da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), em face da temática da prisão em flagrante presumido, que visa, retoricamente, à manutenção/restabelecimento da paz social (garantia da ordem pública) – diante da gravidade abstrata que os crimes previstos nesta legislação representam. No atual cenário constitucional, no entanto, em que se presume a inocência do indivíduo, prender em flagrante alguém que foi encontrado, logo depois da prática delitiva, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração, por si só, viola a cláusula de inocência assegurada no art. 5º, LXI, da CF/88, que é uma das garantias fundamentais asseguradas aos acusados em um contexto de Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, torna-se necessário avaliar criticamente os fundamentos empregados pelos Tribunais Superiores brasileiros para validar essa modalidade de prisão em flagrante.

O objetivo geral do estudo consiste em analisar criticamente o repertório de precedentes do STF e do STJ para identificar os fundamentos utilizados por estas Cortes para mitigar a presunção de inocência e validar a prisão em flagrante presumido naqueles procedimentos de apuração da responsabilidade penal pelos crimes previstos na Lei nº 11.343/06, entre os anos de 2019 a 2023.

Para alcançar o objetivo geral delineado, o artigo foi estruturado em três seções, que correspondem, respectivamente, aos seus objetivos específicos, a saber: a) analisar o princípio da presunção de inocência, compreendendo sua definição, natureza jurídica, elementos e características; b) examinar os crimes previstos na Lei de drogas, relacionando-os às hipóteses de prisão em flagrante, com ênfase naquela prevista no inciso IV do art. 302, do CPP; c) estabelecer uma crítica à construção jurisprudencial do STF e do STJ para justificar a compatibilidade entre a presunção de inocência e a prisão em flagrante presumido, a partir da análise de julgados sobre o tema proferidos entre os anos de 2019 a 2023.

O método utilizado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo, a partir dos conceitos e características de cada um dos institutos jurídicos abordados, que serão comparados aos precedentes sobre o tema encontrados no acervo do STF e do STJ, entre os anos de 2019 e 2023. A técnica de pesquisa empregada foi a bibliográfica e documental, mediante análise dos referidos precedentes jurisprudenciais.

2 AS BASES NORMATIVAS E PRINCIPIOLÓGICAS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

O instituto da prisão, imbricado na estrutura das sociedades desde suas origens, representa um mecanismo primordial de controle e coerção social, empregado para restaurar a ordem perturbada pela perpetração de um delito. Dentro deste contexto, o ordenamento jurídico confere proteção a determinados bens jurídicos considerados essenciais, por meio do Direito Penal substancial, que prevê a tutela desses bens mediante a imposição de penalidades que podem abranger desde a limitação de prerrogativas até, em último caso, a privação de liberdade do infrator.

Um estado democrático e de direito não deve encarcerar um cidadão sem uma justificativa válida e regulamentação prévia e clara. Desta forma, é inadmissível a prisão por erro, por simples presunção, ou em situações que não estejam explicitamente previstas em legislação. Neste prisma, o Direito Processual Penal emerge, por meio de seu compêndio de regras e princípios — muitos dos quais fundamentados constitucionalmente — como uma fortaleza de proteção ao indivíduo infrator contra o exercício arbitrário do poder punitivo estatal.

Historicamente, o exercício do arbítrio punitivo manifestou-se com particular severidade contra as camadas subalternas. A prisão, entendida como um mecanismo de controle social pelo Estado, é direcionada principalmente às classes vulneráveis ou grupos minoritários específicos. Isso revela sua característica mais prejudicial, marcada pela erosão das garantias e direitos fundamentais desses indivíduos, incluindo a presunção, mesmo que relativa, de inocência.

Este panorama é evidenciado por múltiplos episódios factuais. A título ilustrativo, destaca-se um relato publicado pelo portal G1[1], que narra o caso de Alberto Meireles Santana, estivador de 40 anos, negro e de baixa renda, erroneamente detido em novembro de 2019, sob a acusação de envolvimento em um delito de roubo perpetrado em 13 de abril do mesmo ano. De acordo com a reportagem, Alberto foi identificado por uma vítima do roubo após a polícia utilizar uma fotografia 3x4 de sua carteira de motorista, que havia sido subtraída no dia do crime e posteriormente encontrada no veículo utilizado pelos supostos criminosos. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acatando requerimento da Defensoria Pública, reconheceu a inocência de Alberto, determinando o arquivamento do processo e a exclusão de sua fotografia dos registros policiais. Apesar da resolução da situação, a Defensora Pública Isabel Schprejer identificou a presença de racismo estrutural, questionando se o mesmo procedimento teria sido adotado se a carteira pertencesse a uma pessoa branca.

No contexto brasileiro, existe uma seletividade racial no âmbito penal. Também é evidente um racismo estrutural que afeta principalmente o homem jovem, negro, assalariado e morador das periferias urbanas. Tal estereótipo é banalizado de modo pernicioso nas práticas do sistema penal, destacando sua intrínseca seletividade.

[1] A íntegra da matéria jornalística encontra-se disponível em https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/26/justica-absolve-homem-preso-por-engano-apos-reconhecimento-de-foto-3x4-fui-confundido-porque-era-preto-diz-vitima.ghtml. Acesso em 19 de set. 2024.

Embora não constitua o foco principal deste estudo, a investigação acerca do racismo estrutural e seu impacto nas estatísticas criminais no Brasil contemporâneo é relevante. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Marcus Alan de Melo Gomes (2022, p. 286) articulam que as estatísticas que delineiam a vulnerabilidade e a violência no Brasil, bem como aquelas que retratam a atuação do aparato punitivo nacional, desmentem a suposta existência de uma "democracia racial" no país.

A República Federativa do Brasil erige a soberania como um de seus pilares fundamentais, que podem ser minimamente interpretadas, no contexto doméstico, como a prerrogativa estatal de priorizar os interesses coletivos em detrimento dos particulares na consecução do bem comum. No contexto global, entende-se a supremacia como a aptidão do Estado nacional de interagir de maneira justa com outras nações, em favor de interesses essenciais para a comunidade mundial. Marcelo Caetano (1987, p. 169) define a soberania como “um poder político supremo e independente”, derivando sua supremacia da ausência de qualquer poder limitante no ordenamento interno, e sua independência da prerrogativa de não estar subjugado a normas internacionais que não sejam voluntariamente adotadas, estabelecendo uma posição de paridade “com os poderes supremos dos outros povos”, sem subordinação a qualquer entidade superior, visando a manutenção da paz social.

É importante destacar que, apesar de ser supremo e essencial para a convivência social harmoniosa, o poder estatal é limitado. Conforme o texto constitucional vigente, este é circunscrito por mecanismos e disposições garantistas. Essas cláusulas são destinadas a assegurar os direitos elementares do cidadão. Conforme exposto por Ana Flávia Messa (2013, p. 22), a atuação das autoridades vinculadas à soberania é essencial para a estruturação de dispositivos efetivos de defesa comunitária, legitimando “o poder de punir do Estado”. Este poder é simultaneamente importante para viabilizar a “organização social” e para agir como “garantidor de uma ordem jurídica justa, com proteção de bens jurídicos fundamentais”, sendo estruturada tanto na “retribuição e prevenção do crime” quanto na “reeducação do delinquente”.

No contexto da soberania externa, emerge uma relação conflituosa entre o Direito Penal e os Direitos Humanos, caracterizada por uma área de tensão decorrente do direito de punir e a observância das garantias e direitos fundamentais dos cidadãos, e a observância das garantias e direitos fundamentais dos cidadãos, especialmente no que concerne à liberdade.

A presunção de inocência está assegurada na Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 5º, inciso LVII, que estipula que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Isso constitui uma salvaguarda ao devido processo penal e protege a liberdade pessoal do cidadão contra acusações estatais, função geralmente exercida pelo Ministério Público. Esta disposição impõe ao Estado o ônus de provar a culpabilidade do acusado, evitando o retorno ao arbítrio estatal, a violação de direitos e garantias individuais, e a aplicação de sanções sem o devido processo legal e uma decisão judicial definitiva. Portanto, cabe ao Estado demonstrar a materialidade e a autoria dos fatos criminosos para refutar a presunção de inocência.

Embora a presunção de pureza possua um caráter predominantemente processual e instrumental, sua análise também se estende ao direito material, mantendo consonância com os princípios constitucionais e de direitos humanos relacionados ao estado natural de pureza. Como explica Guilherme de Souza Nucci (2010, p. 239), o estado original do ser humano irrepreensível, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa natural — fundamento do Estado Democrático de Direito —, presume que todos nascem puros e permanecem assim ao longo da vida, salvo se cometem uma infração penal. Para alterar esse estado de inocência, é necessário que, por meio do devido processo legal, o Estado obtenha uma condenação criminal definitiva.

Como destacado, o Estado natural de inocência é respaldado por fundamentos republicanos, especialmente a dignidade humana e a cidadania. A Constituição Federal de 1988 a reconhece como pilares do Estado, estabelecendo uma extensa lista de direitos e garantias fundamentais. Segundo Eugênio Pacelli (2011, p. 143-145), isso permite a criação de um sistema jurídico orientado pela efetivação dos direitos elementares, estabelecendo fronteiras normativas claras para identificar falhas e prevenir a perpetuação de coerções e violências institucionalizadas. Para o autor, esse quadro é essencial para limitar excessos e arbitrariedades estatais através do princípio da legalidade, considerado um pré-requisito essencial para uma sociedade e política com aspirações democráticas. Assim, o conjunto de direitos e garantias fundamentais confere ao Estado a legitimidade para punir aqueles que transgredirem sua ordem interna por meio de condutas ilícitas, impondo, em situações extremas, penas de privação de liberdade. Este tópico será explorado na próxima seção quando será tratado do flagrante presumido nas infrações previstas na Lei 11.343/2006.

3 ANÁLISE JURÍDICA DO FLAGRANTE PRESUMIDO NAS INFRAÇÕES DA LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006)

O ser humano é intrinsecamente social e adaptável, interagindo e trocando experiências dentro de seu ambiente e grupo social. Conforme suas necessidades evoluem, de básicas a complexas, sua tendência à apropriação cresce, o que Friedrich August von Hayek (1995, p. 21) indica ao afirmar que a "ordem de cooperação espontânea" não satisfaz todas as demandas humanas. Essa insaciabilidade diante de recursos limitados gera inevitáveis conflitos de interesses.

Não se olvida que o Estado assumiu o papel de resolver esses conflitos sociais, conferindo ao Poder Judiciário a autoridade constitucional para tal. Com efeito, em situações dessa natureza tais conflitos ameaçam ou violam bens legalmente protegidos, o Estado-Juiz utiliza o Processo Penal, fundamentado não apenas em princípios e normas constitucionais, mas também em tratados internacionais sobre direitos humanos, para restaurar a paz social. Como Miguel Tedesco Wedy (2013, p. 47) enfatiza, o processo penal transcende sua função de mero instrumento de aplicação de penas. Ele serve como um baluarte contra o exercício excessivo de

autoridade e o uso arbitrário da jurisdição ou do poder punitivo estatal, sendo essencial para a realização da justiça.

O processo penal, além de ser um procedimento formal, atua como uma garantia estabelecida por um sistema normativo heterogêneo, composto por documentos de organismos internacionais e pela Constituição dos Estados. Este sistema garante que ninguém seja preso sem um processo investigativo preliminar, exceto em prisões em flagrante. Essas devem ser claramente definidas por lei e submetidas a controle de legalidade por uma autoridade judiciária competente. Isso sublinha a natureza excepcional da prisão em flagrante como uma medida restritiva da liberdade individual, justificando um exame mais detalhado das condições legais em que ocorre.

O conceito de flagrante, comum no vocabulário jurídico, remete à ideia de algo evidente, manifesto e imediato entre um evento e sua percepção pelo observador, conforme descrito por Ferreira (2010). No campo normativo, especificamente no âmbito da prisão em evidência, Gustavo Henrique Badaró (2023) a define como "um ato complexo, composto por vários atos parciais que resultam na detenção imediata pelo crime". É por tal motivo que Miguel Tedesco Wedy (2013, p. 85) afirma que o "flagrante delito" enfatiza a visibilidade e imediatidade da ação criminosa. A prisão é um ato administrativo que visa interromper a infração penal ou reter seu autor. Ao mesmo tempo, é uma providência para preservar as evidências do crime e sua autoria. Ambos são fundamentais para o desenvolvimento do processo penal e a efetivação do direito de punir do Estado. Assim, apesar de algumas interpretações contrárias, a prisão em flagrante possui um claro caráter acautelatório.

No Código de Processo Penal (CPP), a prisão em flagrante é regulamentada pelos artigos 301 a 310, com suas condições específicas delineadas no artigo 302. As condições para efetuar uma prisão em flagrante incluem: estar cometendo a infração penal, ter acabado de cometê-la, ser perseguido imediatamente após o ato por autoridades ou civis sob circunstâncias que sugiram autoria, ou ser encontrado logo após com itens que indiquem possível envolvimento no crime (Brasil, 1941).

Embora não seja o foco principal desta pesquisa, é pertinente esclarecer as categorias de prisão em flagrante para contextualizar o leitor para análises futuras de uma dessas modalidades. A primeira categoria, conhecida como flagrante próprio, envolve as situações dos incisos I e II do artigo 302 do CPP: durante a prática do crime ou imediatamente após. Eugênio Pacelli (2019, p. 402) argumenta que a primeira situação mencionada no art. 302, I, do CPP representa uma condição de visibilidade incontestável do ato criminoso. Em contraste, a segunda condição, embora sem a imediaticidade anterior, ainda permite a coleta de evidências significativas sobre a ocorrência do crime e a identificação de seu autor.

No Código de Processo Penal, após o flagrante próprio, encontra-se o flagrante impróprio ou quase-flagrante, definido no inciso III do artigo 302, que exige a imediata perseguição para sua caracterização legal. Segue-se a modalidade do flagrante presumido, em que o indivíduo é encontrado com itens que sugerem sua autoria no crime. Eugênio Pacelli (2019, p. 404) critica essa distinção, argumentando que possuir itens incriminadores é similar à situação que presume autoria, conforme descrita no

flagrante impróprio. Ele sugere que a descrição do legislador para o flagrante impróprio poderia abranger ambas as situações, tornando redundante a distinção entre essas modalidades.

Pacelli (2019) conclui que poderiam existir apenas três categorias de flagrante, ao invés de quatro, dado que a perseguição imediata define o flagrante impróprio, enquanto a descoberta do suspeito com objetos incriminadores define o presumido, uma distinção muito sutil que gera críticas a esta forma de prisão cautelar.

Adicionalmente, a Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei Antidrogas, em seu capítulo III, estabelece o procedimento penal para crimes por ela definidos, destacando o artigo 48 que indica a aplicação subsidiária das normas do CPP e da Lei de Execução Penal (LEP). Este procedimento compreende desde a fase investigativa preliminar até o início da fase judicial, que é marcado pelo recebimento da denúncia, conforme o artigo 56.

Embora o legislador tenha adotado a técnica de dar prevalência à lei especial sobre a geral, destacando o caráter especial da Lei Antidrogas, a interpretação do artigo 48 deve ser ampliada. Isso implica estender sua aplicação para além do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal, incluindo também o Código Penal, o Código de Processo Civil, a Lei nº 9.099/1995, e importantes tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Este conjunto normativo forma um microssistema que auxilia o juiz a alcançar decisões mais justas e assegura a eficácia do processo penal, protegendo os direitos fundamentais independentemente de onde estejam codificados.

No contexto da Lei de Drogas, as disposições dos artigos 50 a 53 delineiam a fase investigativa, permitindo a prisão em flagrante para aqueles flagrados cometendo infrações previstas na lei. Essa seção não especifica as modalidades de flagrante, o que remete às definições contidas no CPP, incluindo o flagrante presumido descrito no art. 302, inciso. IV, sobre o qual se desenvolverão considerações adicionais.

Aury Lopes Junior (2014, p. 803) discute a relação entre a suposição de inocência e as prisões cautelares, incluindo a prisão em flagrante presumido, destacando o papel essencial do princípio da conjectura de inocência para a civilidade social e como um escudo contra abusos estatais. Ele enfatiza que, se o processo penal reflete os aspectos autoritários e democráticos de uma constituição, a presunção de inocência representa o maior ponto de tensão entre eles.

Conforme a legislação, presume-se em flagrante delito quem é encontrado logo após a ocorrência de um crime com objetos que sugiram sua autoria, uma condição reconhecida tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência. Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar (2018, p. 922) explicam que esta forma de flagrante não requer perseguição, bastando encontrar o suspeito em posse de objetos relacionados ao crime logo após sua ocorrência.

Apesar de aceita, a validade do flagrante presumido enfrenta questionamentos em relação à presunção de inocência, conforme o artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Eugênio Pacelli (2019, p. 405) sugere que a inclusão da frase "é encontrado" na definição de flagrante impróprio ajudaria a alinhar melhor esta prática às garantias constitucionais.

A análise da constitucionalidade e legalidade do flagrante presumido é frequentemente realizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente em casos relacionados à Lei Antidrogas. A pesquisa agora se direciona a examinar decisões dessas cortes entre 2019 e 2023, focando nos fundamentos que sustentam a legalidade dessa forma de prisão cautelar.

Após considerar a natureza e as críticas ao flagrante presumido no contexto geral do direito penal brasileiro, é necessário aprofundar a investigação sobre sua aplicação específica nos crimes previstos na Lei de Drogas. A questão central que se impõe é o flagrante presumido constitucional quando aplicado a esses crimes? Esta indagação merece uma análise detalhada, não apenas do ponto de vista da legislação e da doutrina, mas também sob a luz dos direitos da personalidade dos acusados.

Neste sentido, o próximo segmento do estudo se dedica a uma avaliação crítica dos fundamentos jurisprudenciais fornecidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Analisaremos como essas cortes superiores têm interpretado e aplicado o princípio da presunção de inocência em relação ao flagrante presumido nos casos de infrações à Lei de Drogas, confrontando essas interpretações com os direitos fundamentais dos indivíduos envolvidos. A análise se concentrará em decisões judiciais relevantes que moldaram o entendimento atual, proporcionando uma visão abrangente sobre a compatibilidade dessa prática com os princípios constitucionais que regem o direito penal brasileiro.

4 ANÁLISE CRÍTICA DO FLAGRANTE PRESUMIDO SOB A LEI DE DROGAS: IMPLICAÇÕES PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E DECISÕES DO STJ E STF[2]

A aplicação do flagrante presumido, especialmente sob a Lei Antidrogas, levanta preocupações significativas quanto à violação dos direitos da personalidade dos acusados, destacando-se a invasão da privacidade e a presunção de inocência. O crime de tráfico é classificado como permanente e bem por isso sua natureza tem justificado invasões domiciliares sem mandados, baseadas em presunções, não em evidências claras de atividades criminosas. Isso viola diretamente o direito à privacidade e segurança domiciliar, garantidos pela Constituição Federal.

[2] Como método de pesquisa, inicialmente se estabeleceu o período compreendido entre os anos de 2019 a 2023, sendo utilizadas a ferramenta de pesquisa de jurisprudências disponibilizadas nos sites oficiais do STJ e do STF, valendo-se ainda como guias de pesquisas as palavras “flagrante”, “presumido” e “drogas” e, no âmbito do STJ, restrito à Quinta e Sexta Turmas. Do resultado desses parâmetros, foram identificados 12 julgados no STJ e 01 julgado no STF, com alguma relação com o objeto de pesquisa proposto neste trabalho.

Essas ações precipitadas, baseadas na suposição de continuidade do crime, desrespeitam ainda o princípio fundamental da presunção de inocência, conforme estipulado no artigo 5º, LVII da Constituição Federal, que assegura que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. O conflito entre a eficácia na repressão ao tráfico e o respeito aos direitos fundamentais dos acusados apresenta um dilema jurídico. Este desafia o equilíbrio entre segurança pública e direitos individuais. Portanto, é necessário um escrutínio rigoroso e um compromisso com a proteção dos direitos pessoais na aplicação das leis antidrogas.

A análise do flagrante presumido em casos ligados à Lei Antidrogas mostra uma interação complexa entre a efetividade do combate ao tráfico e a proteção dos direitos dos acusados. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a jurisprudência tende a validar o flagrante presumido com base na natureza permanente do crime de tráfico. Isso é comprovado pela decisão no Habeas Corpus nº 780.953 SP, onde o conceito de delito contínuo foi decisivo para justificar a extensão do estado de flagrância. Esta abordagem desperta preocupações sobre a presunção de inocência e o respeito à privacidade domiciliar. A simples existência de um crime permanente não deveria legitimar invasões domiciliares sem mandado. Isso é ainda mais relevante quando tais ações se baseiam em presunções, e não em evidências concretas de atividade criminosa.

Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal, embora não tenha um grande volume de casos relacionados especificamente ao flagrante presumido na Lei de Drogas, oferece percepções relevantes sobre a necessidade de fundamentação concreta para a prisão preventiva. O Habeas Corpus nº 169.119 RJ, relatado pelo Ministro Gilmar Mendes, destaca a natureza excepcional da detenção preventiva, enfatizando que tais medidas devem ser tomadas apenas quando estritamente necessárias. Este posicionamento do STF é categórico, pois reforça o princípio de que restrições à liberdade individual devem ser baseadas em elementos concretos e não em presunções, resguardando assim os direitos fundamentais dos indivíduos e mantendo um equilíbrio necessário entre segurança pública e direitos civis. Este julgamento aponta para uma abordagem mais cautelosa e criteriosa, que poderia influenciar futuras interpretações do flagrante presumido sob a Lei de Drogas, orientando-as no sentido de maior proteção dos direitos da personalidade.

O exame do presente assunto evidencia que enquanto o STJ indica adotar uma postura mais permissiva quanto ao uso do flagrante presumido em crimes de tráfico, baseando-se na natureza prolongada desses delitos, o STF insta por uma fundamentação mais rigorosa e necessária para a privação da liberdade. A discrepância entre as cortes superiores indica uma tensão jurídica. Essa tensão requer um exame detalhado para balancear as estratégias de combate às drogas e aplicação da lei com os direitos constitucionais dos réus. A evolução desta jurisprudência definirá os futuros contornos do flagrante presumido. Sua conformidade com os princípios constitucionais é vital, especialmente em relação aos direitos da personalidade e à garantia de um processo legal justo.

Durante o ano de 2023, foram identificados 02 julgados, ambos da 6ª Turma, com destaque para o Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 808.535 SP[3], relator Min. Sebastião Reis Júnior, em que se tangenciou a ausência de fundadas razões da prática de delito permanente que justificassem a invasão de domicílio do suspeito da prática do delito de tráfico de drogas, não caracterizando a figura do flagrante presumido e, por efeito, declarando ilícita a prova obtida por esse meio. Neste mesmo contexto, também destaca-se o julgamento do Habeas Corpus nº 780.953 SP[4], rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), ficou evidente a utilização do conceito de crime permanente para justificar a prisão, em flagrante presumido, conforme se denota do trecho do voto "nos crimes permanentes, tal como o de tráfico de drogas, o estado de flagrância prolonga-se no tempo, o que, todavia, não é suficiente, por si só, para justificar busca domiciliar desprovida de mandado judicial". Desta maneira, ao tratar da prisão em flagrante presumido pela prática do delito de tráfico de drogas, o STJ orienta-se pela sua natureza de crime permanente para justificar e validar essa modalidade de custódia cautelar, compatibilizando-a com a vigente ordem constitucional, em especial com o controle de legalidade imposto pela presunção constitucional de não culpabilidade, que é mais bem enfrentada pelo STF.

No repertório de precedentes da Suprema Corte, a análise da prisão em flagrante presumido e sua confrontação à garantia da presunção de não culpabilidade é mais pontual, sendo tangenciada pelo exame da necessidade de fundamentação baseada em dados concretos para a decretação da prisão preventiva, sendo encontrado apenas um julgado entre os anos de 2019 a 2023. Trata-se do Habeas Corpus nº 169.119 RJ[5], rel. Min. Gilmar Mendes, que agrega ao objeto desta pesquisa o fundamento de ser a privação cautelar da liberdade individual revestida de "caráter excepcional" e, nas palavras do ministro relator "somente devendo ser decretada em situações de absoluta necessidade". No mesmo julgado, extrai-se trecho que reforça a ideia de cerceamento da liberdade cautelar baseado em presunções deve-se amparar-se em "em elementos concretos", que indica uma preocupação redobrada ao se deparar com um flagrante nos moldes propostos pelo inciso IV do art. 302 do CPP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisou-se a legitimidade e os fundamentos jurídicos que respaldam a capacidade do Estado brasileiro de intervir e prender infratores imediatamente, particularmente à luz das disposições do Código de Processo Penal,

---

[3] A íntegra do julgado encontra-se disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202300816613&dt_publicacao=01/09/2023. Acesso em 26 de set. 2024.

[4] A íntegra do julgado encontra-se disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202203450913&dt_publicacao=15/05/2023. Acesso em 26 set. 2024.

[5] A íntegra do julgado encontra-se disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753367925. Acesso em 26 de out. 2023.

que estabelecem as condições para a prisão em flagrante. Essa avaliação foi realizada levando em conta a prerrogativa constitucional do Estado em manter a ordem pública e proteger bens legais, salientando, no entanto, que tal autoridade deve ser aplicada como uma excepcionalidade, principalmente em relação à garantia de não culpabilidade e ao respeito pela liberdade individual como a norma dominante no sistema legal brasileiro.

A discussão foi particularmente focada nas hipóteses de prisão em flagrante descritas no art. 302 do CPP, com especial atenção ao flagrante presumido, e na forma como esta figura é tratada pelos tribunais superiores. Os fundamentos adotados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foram examinados, revelando uma tendência dessas cortes em enfatizar a necessidade, a excepcionalidade e a proporcionalidade da detenção cautelar. Especificamente, foi ressaltada a postura do STJ que aprova a detenção imediata pressuposta para o crime de tráfico de drogas, baseando-se na caracterização do tráfico como um delito contínuo e na existência de razões sólidas para a intervenção policial. Por outro lado, o STF, embora com julgados menos numerosos, reiterou a visão de que as prisões, mesmo em casos de flagrante presumido, devem ser justificadas por uma absoluta necessidade para proteger a ordem pública e garantir a administração da justiça, respeitando sempre o caráter excepcional de tais medidas.

Não há dúvida de que a aplicação do flagrante presumido sob a Lei Antidrogas, viola os direitos da personalidade dos acusados, sobretudo quando há desrespeito a invasão da privacidade e a presunção de inocência. Por ser de natureza permanente, na prática existem invasões domiciliares sem mandados, baseadas em presunções, não em evidências claras de atividades criminosas, o que infringe diretamente o direito à privacidade e segurança domiciliar, garantidos pela Constituição.

Essas ações precipitadas, sustentadas apenas na suposição de continuidade do crime, desrespeitam ainda o princípio fundamental da presunção de inocência, conforme estipulado no artigo 5º, LVII da Constituição Federal, O conflito entre a eficácia na repressão ao tráfico e o respeito aos direitos fundamentais dos acusados apresenta um dilema jurídico. O equilíbrio entre segurança pública e direitos individuais a todo momento é posto à prova. Portanto, são necessários um escrutínio rigoroso e um compromisso com a proteção dos direitos pessoais na aplicação das leis antidrogas.

Em síntese conclusiva este estudo indica que dentro dos limites de suas competências constitucionais, tanto o STJ quanto o STF têm exercido um controle rigoroso sobre as prisões em flagrante, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas, buscando equilibrar a necessidade de segurança pública com os direitos fundamentais dos indivíduos. A abordagem dos tribunais superiores espelha uma análise meticulosa das demandas jurídicas e estatutárias, bem como o interesse em preservar os princípios de justiça e equidade no sistema penal brasileiro. Portanto, as práticas judiciais atuais respeitam a ordem constitucional vigente no contexto do tráfico de drogas, particularmente o flagrante presumido. Elas reafirmam o caráter excepcional da privação de liberdade e respeitam a presunção de inocência.

.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 9ª edição. São Paulo: Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2023.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; MENDES, Gilmar Ferreira; PACELLI, Eugênio. **Direito Penal Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Instituiu o Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689 Acesso em: 25 de set. 2023. Acesso em: 06 de out. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942**. Instituiu a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 06 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 06 de out. 2024.

CAETANO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1987, vol. 1.

CARNELUTTI, Francesco. **Lecciones sobre el Processo Penal**. Tradução de Santiago Santís Meledo. Buenos Aires: Bosch, 1950.

CAVALCANTI, Dora; SION, Paula. **O velho art. 11 da DUDH versus o novo desrespeito à presunção de inocência no Brasil**. Disponível em: https://www.prerro.com.br/o-velho-art-11-da-declaracao-universal-de-direitos-humanos-versus-o-novo-desrespeito-a-presuncao-de-inocencia-no-brasil/. Acesso em: 06 de out. 2024.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 06 de out. 2024.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GUASP DELGADO, Jaime. **La pretensión Procesal**. In. ARAGONESES ALONSO, Pedro. La pretensión Procesal. Estudos Juridicos. Madrid: Civitas, 1996.

HAYEK, Friedrich August von. **Arrogância Fatal** – Os Erros do Socialismo. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**, vol. 1. 36ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MESSA, Ana Flávia. **Prisão e Liberdade**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 33ª ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. São Paulo: RT, 2010.
PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 24ª ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2019.

QUEIROZ, Paulo; LOPES, Marcus Mota Moreira. **Comentários à Lei de Drogas**. Salvador: JusPodivm, 2016.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 808535 SP**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202300816613&dt_publicacao=01/09/2023. Acesso em: 06 de out. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 117.208 SE**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/2083328. Acesso em: 06 de out. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 588.445 SC**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/923474221/inteiro-teor-923474231. Acesso em: 06 de out. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Habeas Corpus nº 780953 SP. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=202203450913&dt_publicacao=15/05/2023. Acesso em: 06 de out. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 169.119 RJ**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753367925. Acesso em: 06 de out. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 89.501 GO. 2006**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/758738. Acesso em: 06 de out. 2024.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 13ª ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

WEDY, Miguel Tedesco. **Eficiência e Prisões Cautelares**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; GOMES, Marcus Alan de Melo. **Reconhecimento de Pessoas e Seletividade Punitiva no Brasil**. Coletânea Reflexões sobre o reconhecimento de pessoas – Caminhos para o aprimoramento do sistema de justiça criminal, p. 284-303, 2022. Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/02/coletanea-reconhecimento-de-pessoas-v6-2022-12-06-1.pdf. Acesso em 21 de set. 2024.



DIREITOS DA PERSONALIDADE E ÉTICA ANIMAL: IMPLICAÇÕES DA LEI 14.064/2020 PARA O DIREITO PENAL BRASILEIRO

GT3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Fernando Antunes Soubhia[1], Rogério Borges Freitas[2] Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3]

[1] Defensor Público no Estado de Mato Grosso. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela PUC-SP. Mestre em Criminologia e Sistema de Justiça pela City, University of London. Bolsista Chevening 2017-2018. E-mail: fernandosoubhia@dp.mt.gov.br

[2] Defensor Público no Estado de Mato Grosso. Doutorando do programa de pós-graduação Unicesumar. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.

[3] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

Este artigo analisa a Lei 14.064/2020 dentro do contexto das políticas penais contemporâneas, destacando os desafios que emergem com o aumento das penas para crimes contra cães e gatos no Brasil e internacionalmente. O estudo também aborda a desproporcionalidade das penas introduzidas, comparando-as com as penalidades para crimes contra a humanidade, e discute como tais medidas podem ter sido moldadas por considerações políticas para evitar desagrados na base eleitoral de determinados grupos. O objetivo deste estudo é analisar o impacto da Lei 14.064/2020, questionando como a tendência do populismo penal afeta os fundamentos do direito penal em um Estado Democrático de Direito. A hipótese sugere que a lei reflete um modelo de governança que desvia das finalidades essenciais do direito penal, carecendo de legitimidade substancial. Os objetivos específicos incluem explorar o populismo penal, o contexto pré-legislativo do caso Sansão que inspirou a lei, a evolução do projeto de lei sobre crimes contra a fauna, e a análise jurídica das inovações introduzidas pela legislação na proteção animal. A metodologia empregada combina revisão bibliográfica, análise de precedentes judiciais e estudo de caso, utilizando o método hipotético-dedutivo para fundamentar a argumentação.

Palavras-chave: animal; direitos da personalidade; legislação; penal; proteção.

1 INTRODUÇÃO

Esta análise explora as complexidades e desafios associados à Lei 14.064/2020, destacando seu papel no contexto mais amplo das políticas penais contemporâneas, tanto no Brasil quanto internacionalmente. A lei aumenta as penas para crimes contra cães e gatos. Apesar de bem-intencionada, essa tendência de agravamento punitivo carrega implicações profundas. Afeta a eficácia, proporcionalidade e legitimidade do direito



penal. Inicialmente, se abordará como a Lei 14.064/2020, que embora pretenda fortalecer a proteção aos animais, pode ser vista como um exemplo de legislação penal simbólica e populista.

Além disso, será tratada da questão da desproporcionalidade das penas estipuladas pela nova lei, especialmente quando comparadas às penalidades para crimes contra a humanidade. O escalonamento valorativo desigual entre seres protegidos levanta questões sobre a coerência e equidade da legislação penal.

O artigo também considera como as alterações legislativas podem ter sido influenciadas por considerações políticas, com o potencial de evitar o descontentamento da base eleitoral de certos grupos. Examinará ainda o fenômeno conhecido como "giro punitivo", uma tendência que emergiu em países ocidentais nas últimas décadas, caracterizada por uma abordagem intensamente punitiva e populista na legislação penal.

Por fim, se propõe uma reflexão sobre a necessidade de reformas legislativas que equilibrem melhor os princípios de justiça substantiva, eficácia a longo prazo e respeito pelos direitos da personalidade. Ao longo deste estudo, será evidenciada como a Lei 14.064/2020 serve como um caso emblemático das tensões e desafios enfrentados pelo direito penal moderno, oferecendo percepções valiosas para o debate sobre a direção futura das políticas penais tanto no Brasil quanto em um contexto global.

O problema de pesquisa que norteia o presente estudo foca nas consequências do populismo penal para os direitos da personalidade, questionando como tal tendência afeta os fundamentos do direito penal em um Estado Democrático de Direito. A hipótese inicial parte da proposta de que a Lei 14.064/2020, apesar de bem-intencionada, reflete um modelo de governança que negligencia as finalidades essenciais do direito penal, resultando em uma legislação desprovida de legitimidade substantiva.

O objetivo geral consiste em analisar o impacto das alterações trazidas pela Lei 14.064/2020, considerando o reflexo dessa legislação no desvio das finalidades do direito penal em um contexto democrático. Quanto aos objetivos específicos, eles correspondem a cada uma das seções do texto, ou seja, na primeira parte pretendeu-se explorar o "giro punitivo e populismo penal" observado em contextos internacionais e sua manifestação no Brasil. Em um segundo momento, examinou-se o contexto pré-legislativo do caso Sansão, que inspirou a lei. Na terceira parte, investigou-se o histórico legislativo e a evolução do projeto de lei sobre crimes contra a fauna. Na quarta seção, realizou-se uma análise jurídica das inovações introduzidas pela Lei 14.064/2020 na legislação de proteção animal, bem como se avaliou se a extensão dos direitos da personalidade aos animais é justificável e quais são as implicações.

A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente a análise, juntamente com a avaliação de precedentes judiciais e estudo de caso específico. O método empregado foi o hipotético-

dedutivo, que permite uma argumentação baseada em hipóteses que são testadas contra os dados e teorias existentes.

2 O GIRO PUNITIVO E POPULISMO PENAL

A partir do desenvolvimento ocorridos nos países ocidentais, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, a literatura acadêmica identifica uma transição significativa na formulação de políticas penais. Inicialmente caracterizada por uma abordagem liderada por especialistas, que adotavam um pensamento racional e deliberativo sobre o crime e o castigo, essa abordagem cedeu lugar a uma dinâmica mais vingativa, impulsionada pela mídia, precipitada e populista, fenômeno este denominado "giro punitivo" (Garland, 2001).

Nos anos pós Segunda Guerra Mundial, havia um consenso bipartidário no sentido de isolar as discussões sobre crime e punição das correntes de sentimento público não esclarecido (Loader, 2006). O processo de elaboração de políticas era então conduzido dentro de um marco considerado um projeto civilizatório. Presumia-se que as políticas públicas fossem fundamentadas em evidências, abordando o isolamento social com soluções de bem-estar e adotando o ideal de reabilitação como guia para a imposição de penas.

Impende reconhecer, que no final do século XX, o paradigma do assistencialismo penal foi gradualmente substituído por um modelo gerencial, que enfatizava a prevenção de crimes e suas consequências diretas, em vez de analisar as causas subjacentes. Segundo David Garland (2001), essa mudança pode ser atribuída a uma adaptação cultural da sociedade às transformações de sua estrutura social e sensibilidades culturais. Por uma série de fatores, a distância social entre a classe média e a criminalidade diminuiu durante as décadas de 1960 e 1970. A postura anteriormente compreensiva e solidária com o criminoso, que nunca se enraizou no imaginário brasileiro, mudou. Agora, representa uma busca egoísta para controlar riscos e incertezas.

Nesse contexto, cumpre reconhecer que com o avanço da comunicação em massa, a percepção pública sobre a criminalidade se intensificou, exacerbando a sensação de insegurança. Por meio de um processo de construção de bodes expiatórios e de estereótipos, sentimentos de ressentimento foram fomentados, culminando em uma cultura de vingança. A classe política, de forma oportunista, respondeu a essas mudanças, adotando rapidamente uma retórica de combate ao crime. Isso significa que no final do século XX, o punitivismo emergiu como um novo consenso bipartidário, de modo que qualquer flexibilidade em relação à criminalidade passou a ser vista como suicídio político.

Além disso, o aumento do engajamento popular na política alterou a dinâmica da opinião pública. Na atualidade, ações anunciadas como efetivas na diminuição da criminalidade são rapidamente transformadas em estratégias governamentais, muitas vezes sem o suporte de evidências sólidas. O saber especializado foi marginalizado, dando lugar a debates marcados pela emoção e pelo senso comum, conforme discutido por Pratt (2007). Em suma, a formulação de políticas de justiça criminal na modernidade tardia se assemelha mais a discussões informais de bar do que a um processo deliberativo informado por conhecimento técnico.

Com o surgimento de uma estrutura punitivo-populista no final do século XX fez com que a criminalidade e o controle do crime se tornassem elementos centrais à governança. Disso resulta que as políticas de Justiça Criminal adquiriram um caráter simbólico, atuando como uma resposta emocional após tragédias amplamente divulgadas pela mídia. A retórica política que emergiu posiciona as vítimas de crimes e a sociedade como aliados em um confronto contra infratores de subclasses, promovendo uma visão polarizada onde proteger o infrator contra excessos estatais é visto como uma traição às vítimas e à sociedade. No Brasil, um processo similar se desenvolveu, mas as particularidades históricas do país retardaram essa evolução por algumas décadas. A partir da primeira metade do século XX, a legislação penal brasileira incorporou uma estrutura de assistencialismo penal, num momento em que o país passava por transformações sociais e econômicas devido à sua industrialização tardia.

Vê-se, pois, que na tentativa de ganhar o apoio das massas que migravam do campo para a cidade, o Estado adotou uma postura mais intervencionista, integrando a classe trabalhadora à arena política a partir dos anos 30 (Batista, 2016). O Código Penal de 1941 refletiu essa dualidade, mesclando elementos de retribuição e reabilitação. A tendência ao populismo penal, já presente no Ocidente, tardou a chegar no Brasil devido à intervenção militar em 1964, que estabeleceu um regime autoritário até 1985. Ao contrário dos políticos de países ocidentais, que focavam no aumento da criminalidade urbana, a administração militar brasileira priorizou o combate ao comunismo e à corrupção. Em busca de legitimidade, o regime não se voltou ao punitivismo, mas promoveu a expansão econômica como forma de ganhar apoio popular.

Para impulsionar a expansão financeira, o regime militar brasileiro concebeu um plano que abrangia o progresso industrial, regulação salarial e aquisição de empréstimos internacionais. Com um panorama monetário global propício, o plano resultou no que foi denominado 'milagre fiscal'. Investimentos maciços em infraestrutura, como a construção de estradas, represas e estádios grandiosos, além de incentivos à indústria nacional, criaram a impressão de uma economia em expansão. No entanto, as consequências da política econômica regulatória, que prejudicou a classe trabalhadora, foram gerenciadas através do uso do aparato repressivo.

Sindicatos foram estritamente controlados e opositores políticos, perseguidos. O número de prisões aumentou dramaticamente, de 40.864 em 1964 para 235.151 em 1985. Apesar desse cenário repressivo, a legislação ainda preservava o ideal de reabilitação, e os acadêmicos brasileiros da década de 70 viam uma possibilidade de encolhimento do Sistema de Justiça Criminal. Termos como 'descriminalização', 'desjudicialização' e 'despenalização' eram frequentes nas discussões acadêmicas, apontando para um potencial declínio do sistema penal (Melo, 2007). Contudo, as crises do petróleo dos anos 70 secaram os recursos internacionais e desmantelaram o milagre econômico.

O Brasil enfrentou uma realidade difícil, com uma economia fragilizada e a perda de apoio popular ao regime militar, que começou a transição de volta à democracia em 1985. Com o tempo, ficou evidente que o regime favoreceu as elites enquanto aumentava a dívida nacional, desmontava as políticas de bem-estar social e exacerbava a desigualdade. Na fase de redemocratização, com o sistema político normalizado e uma crescente insegurança pública, os políticos rapidamente adotaram discursos de combate ao crime para angariar votos. A história do país criou um terreno propício para o florescimento do populismo penal.

Não é surpreendente que, segundo uma pesquisa da Associação Latino-Americana de Direito Penal e Criminologia (ALPEC), o ritmo de publicação de leis penais no Brasil dobrou de 1985 a 2011, comparado ao período de 1940 a 1985. Adicionalmente, no período de 1940 a 2009, 80,3% das propostas legislativas sancionadas pelo Congresso que alteraram o Código Penal tiveram como objetivo ampliar as penas ou tornar mais rigorosos aspectos do Sistema de Justiça Criminal. Entre janeiro de 2007 e junho de 2009, dos 308 projetos de lei criminais apresentados na Câmara dos Deputados, 95% buscavam aumentar penalidades (Gazoto, 2010).

É importante destacar, no entanto, que embora a agenda de combate ao crime tenha se tornado um consenso entre os partidos, a utilização política da alta criminalidade no Brasil não se restringe a uma orientação partidária específica. Mesmo que políticos de esquerda tendam a ser menos punitivistas que os de direita, a chamada 'esquerda punitiva' também recorre ao Sistema de Justiça Criminal para responder a questões sociais, focando na proteção das minorias e no avanço social, mas ainda assim utilizando o mecanismo da punição (Gazoto, 2010).

Assim, no Brasil, a utilização simbólica do direito penal tornou-se uma redundância. Nos últimos anos, notamos a proliferação de leis nomeadas em homenagem a suas vítimas ou objetos jurídicos, aprovadas em resposta a crimes mediatizados, como a Lei do Molestamento de Cetáceos (7.643/87), Lei Daniella Perez (8930/94), Lei Microvilar (9.677/98), Lei Maria da Penha (11.340/2006), Lei Carolina Dieckman (12.737/2012), Lei Menino Bernardo (13.010/2014) e a Lei Sansão

(14.064/2020). Essa inflação legislativa, particularmente no campo criminal, resulta na perda do valor comunicativo da sanção penal, o que, por fim, pode levar a um déficit de legitimidade da punição aplicada.

A respeito deste específico aspecto da controvérsia, cumpre analisar na próxima seção o histórico pré-legislativo que deu origem a Lei 14.064/2020, a Lei Sansão, para demonstrar que, assim como muitas de suas predecessoras, ela é mais uma lei penal catártica, sem fundamentação científica e destinada exclusivamente a ganhar a simpatia do eleitorado.

3 CONTEXTO PRÉ-LEGISLATIVO DO CASO SANSÃO

Sansão, um cão da raça Pitbull com dois anos de idade, residente em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, foi protagonista de um episódio no dia 06 de julho de 2020, que, embora inicialmente pudesse ser considerado trivial, resultou em um evento de notória crueldade animal. Em um momento de distração, Sansão escapou de sua residência, adentrando a propriedade vizinha, onde se envolveu em um conflito com outro cão. Este incidente teria passado despercebido, não fosse a extrema violência subsequente exercida contra o cachorro. Conforme relatos, um funcionário da empresa proprietária do imóvel adjacente, junto a outro indivíduo não identificado, imobilizou Sansão, amordaçando-o com arame farpado e, de maneira brutal, decepou suas patas traseiras com uma foice, abandonando-o em seguida[1].

A gravidade do ato chamou a atenção não somente pela violência empregada, mas também pelo resgate e recuperação subsequente de Sansão, que sobreviveu após intervenção cirúrgica e adaptação para locomoção por meio de uma cadeira de rodas. Este caso despertou uma ampla mobilização em defesa dos direitos dos animais, transformando Sansão em um símbolo deste movimento em Minas Gerais e em todo o Brasil.

A repercussão do caso impulsionou o Poder Legislativo a agilizar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.095/2019, resultando na inclusão do parágrafo primeiro no artigo 32 da Lei nº 9.605/98, com a redação vigente estabelecendo

> Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou

[1] https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/07/08/cao-pitbull-tem-patas-traseiras-decepadas-em-confins-na-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte.ghtml.



> científicos, quando existirem recursos alternativos. § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020) § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorrer a morte do animal.

Este avanço legislativo demonstra um reforço da normativa penal em relação aos maus-tratos contra criaturas, refletindo uma evolução no reconhecimento jurídico dos direitos das espécies no Brasil. A análise deste caso e suas implicações legislativas oferecem uma oportunidade de refletir sobre a evolução das normas penais e sua adequação à sensibilidade social contemporânea em relação ao tratamento dos animais. As discussões públicas sobre o caso nas redes sociais davam engajamento e despertava a atenção dos legisladores como se verá na seção seguinte.

4 HISTÓRICO LEGISLATIVO E EVOLUÇÃO DO PROJETO DE LEI SOBRE CRIMES CONTRA A FAUNA

Originalmente, o projeto de lei apresentado pelo Deputado Fred Costa (Patriota/MG) propunha uma modificação significativa no art. 32 da Lei nº 9.605/98, que trata dos crimes ambientais contra a fauna. O projeto visava intensificar as sanções penais aplicáveis, elevando a pena prevista de detenção de três meses a um ano para reclusão de um a quatro anos, além de multa.

Além dessa alteração, o deputado inseriu uma nova disposição: o parágrafo 3º, ao art. 32, estabelecendo sanções específicas para estabelecimentos comerciais ou rurais que contribuíssem para a prática de crimes contra animais. Essas sanções incluíam multas de um a quarenta salários mínimos, interdição parcial ou total do estabelecimento, suspensão ou cancelamento da licença ambiental, e perda ou restrição de incentivos fiscais e benefícios concedidos pela União.

A intenção do propositor era clara: coibir não apenas atos individuais de maus tratos, mas também a responsabilidade de estabelecimentos que fomentassem tais práticas, como pet shops e canis que promovem a reprodução contínua de animais em condições precárias, frequentemente descritas como insalubres e comparáveis a “campos de concentração”, segundo ativistas como Luisa Mell.

A responsabilidade penal das pessoas jurídicas, conforme estabelecido pelo art. 3º da Lei nº 9.605/98, já reconhece que entidades podem ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente quando a infração ambiental ocorre por decisão de seus representantes legais ou em benefício da entidade. Assim, a proposta do Deputado Fred Costa buscava



reforçar essa responsabilidade, criando um mecanismo mais robusto para penalizar a conivência corporativa em crimes ambientais.

Contudo, o texto substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Celso Sabino (PSDB/BA), após uma análise do histórico legislativo de proteção ambiental no Brasil, argumentou que a modalidade e montante das sanções propostas se tornaram desproporcionais, não contribuindo efetivamente para coibir a prática criminosa, que continua a crescer significativamente.

O texto substitutivo elogiou a iniciativa, mas propôs focar o agravamento das penas especificamente para maus tratos contra cães e gatos, animais mais comumente domesticados e que estabelecem uma relação mais íntima com os seres humanos. Essa mudança, sugerida após consulta a outros parlamentares, tinha por objetivo alcançar um consenso para facilitar a aprovação da lei.

Finalmente, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados em 16 de dezembro de 2019 foi encaminhado ao Senado, onde também foi aprovado e enviado à sanção presidencial sem alterações. Nota-se que o parágrafo terceiro proposto em um primeiro momento foi omitido, sem justificativa explícita, destacando uma lacuna na discussão sobre a extensão da responsabilidade corporativa em crimes ambientais contra a fauna. Essa evolução legislativa ressalta a complexidade e os desafios da legislação ambiental em equilibrar eficácia punitiva e consenso político, refletindo as nuances e dificuldades de implementação de políticas públicas efetivas no contexto brasileiro.

5 ANÁLISE JURÍDICA DAS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.064/2020 NA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL. EXTENSÃO DA PERSONALIDADE HUMANA?

A recente promulgação da Lei 14.064/2020 representou um marco na legislação brasileira de proteção aos animais, especificamente no tratamento penal dos crimes contra cães e gatos. A principal inovação legislativa foi a introdução do parágrafo 1-A no artigo 32 da Lei 9.605/98, estabelecendo o conceito de “Maus-Tratos Qualificados”. Essa nova figura não acrescenta elementos normativos à conduta descrita no caput do artigo. Ela especifica que, se abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações forem cometidos contra cães, ou gatos, a pena será de dois a cinco anos de reclusão. Dessa forma, as proibições de condutas previstas no caput permanecem inalteradas.

No âmbito da dogmática jurídico-penal e das discussões sobre antropocentrismo, a questão dos direitos da personalidade dos animais emerge como um tema de crescente interesse. Tradicionalmente, as prerrogativas do caráter são atributos jurídicos inerentes ao ser humano, destinados a proteger a dignidade e a integridade física e moral. No

entanto, à medida que a legislação evolui para reconhecer a senciência dos animais, surge a pergunta: deveria a proteção jurídica estendida aos animais ser conceitualizada de maneira análoga aos direitos da personalidade?

A Lei 14.064/2020, ao estabelecer penalidades específicas para maus-tratos contra cães e gatos, reflete um reconhecimento implícito de que estes animais possuem uma integridade que merece proteção jurídica específica, semelhante à proteção conferida aos humanos sob o paradigma dos direitos da personalidade. Essa perspectiva pode ser vista como uma expansão dos princípios dos direitos da personalidade, adaptados à realidade dos seres sencientes não humanos. Desafia visões convencionais e promove uma discussão mais ampla sobre a adequação e expansão dos direitos legais além do ser humano.

No entanto, essa legislação padece, desde sua concepção, da problemática de utilizar tipos penais abertos, e a nova lei não oferece qualquer avanço para corrigir essa falha. Os termos "ato de abuso" e "maus-tratos", em particular, apresentam desafios interpretativos significativos. Guilherme de Souza Nucci (2013) critica a violação do princípio da taxatividade penal, ressaltando a dificuldade de aplicabilidade prática dessas expressões, dadas as suas definições amplas e indeterminadas.

Conforme Guilherme de Souza Nucci (2013) aponta, o que constitui um "ato de abuso" pode abranger uma gama variada de comportamentos, desde deixar um animal sem água por um dia até fornecer uma quantidade insuficiente de ração, podendo ou não ser classificado como abuso, e, portanto, como crime. Tal redação ampla acaba comprometendo a aplicabilidade do tipo penal, exigindo do magistrado um zelo particular para evitar interpretações forçadas ou inapropriadas.

Apesar das críticas ao uso de tipos penais abertos, a doutrina majoritária e a jurisprudência têm fornecido definições mais concretas, ainda que casuísticas, para esses termos. Conforme Luís Flávio Gomes e Silvio Maciel (2010), um "ato de abuso" poderia englobar submeter o animal a trabalhos excessivos ou transportá-lo de forma imprópria, enquanto "maus-tratos" seriam ações que causam sofrimento ao animal, colocando em risco sua saúde e bem-estar físico.

Portanto, apesar da intenção legislativa clara de ampliar a proteção aos animais, especialmente cães e gatos, a Lei 14.064/2020 ainda deixa questões em aberto quanto à precisão e eficácia na aplicação dos tipos penais, refletindo a complexidade e os desafios inerentes à redação de normas penais efetivas e claras na proteção ambiental e dos direitos dos animais.

A Lei 14.064/2020 representa uma evolução significativa na legislação de proteção animal, introduzindo especificações no artigo 32 da Lei 9.605/98. Essa alteração legislativa criou a figura dos "Maus-Tratos

Qualificados", especificando que condutas previamente consideradas como abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação, quando praticadas contra cães ou gatos, resultarão em uma pena de reclusão de dois a cinco anos.

Este aprofundamento legal não adiciona novos elementos normativos a conduta descrita no caput, mas enfatiza uma pena mais severa para certas espécies. Segundo o Deputado Celso Sabino, as condutas proibidas abrangem: submeter o animal a trabalhos excessivos, exigir esforços acima de suas capacidades, causar-lhes sofrimento, submetê-los à privação de alimentos e cuidados ou tratá-los com violência.

Em relação ao objeto material do tipo penal, existe divergência doutrinária sobre se o artigo 32 deveria aplicar-se somente a animais silvestres ou também a domésticos. Luiz Flávio Gomes (2010) defendia a abrangência tanto para animais selvagens quanto domésticos, enquanto Guilherme Nucci (2013) argumentava que a lei se restringe aos animais da fauna nativa, mesmo que domesticados. A jurisprudência, incluindo decisões do Superior Tribunal de Justiça, tem admitido a aplicação da lei quanto aos maus tratos a cães, evidenciando uma interpretação mais ampla da norma.

A lei demanda que o elemento subjetivo do tipo seja realizado com a específica intenção de causar sofrimento ao animal. Isso se alinha à interpretação de que práticas culturalmente aceitas, como o corte de orelhas ou caudas em algumas raças, não são necessariamente maus-tratos. A condição é que essas ações não sejam motivadas pelo desejo de causar dor ou sofrimento.

A análise do bem jurídico tutelado pela legislação revela uma perspectiva antropocêntrica, na qual o meio ambiente, incluindo os animais, é protegido predominantemente como recurso a serviço das necessidades humanas. Este enfoque é corroborado pelo Código Civil, que em seu artigo 83 classifica os animais como bens móveis, reforçando a ideia de que a legislação ambiental, e por extensão as leis que tutelam animais, servem indiretamente às necessidades humanas.

A recente legislação impõe penas mais rigorosas para crimes contra cães e gatos. Esse ato não apenas destaca um avanço na proteção desses animais, mas também ilustra a complexidade na formulação de políticas públicas. Tais políticas devem equilibrar a proteção animal com as práticas sociais e culturais existentes.

A respeito do tema, Joao Alves Teixeira Neto (2017) esclarece que na dogmática jurídico-penal, o antropocentrismo radical caracteriza-se pela proteção exclusiva do ser humano, subordinando todas as demais formas de vida a este fim. Esse ponto de vista jurídico reconhece o indivíduo como o único beneficiário de qualquer proteção criminal, marginalizando, portanto, questões não individuais. O sensocentrismo, também chamado de biocentrismo radical ou abolicionismo, expande a proteção jurídica a



todos os seres vivos. Esta abordagem se baseia na senciência dos seres para justificar a tutela de sua integridade física (Teixeira Neto, 2017).

A partir dessa visão, o direito dos animais à proteção emerge como um bem jurídico autônomo, divergindo do tradicional enfoque antropocêntrico. No entanto, a abordagem predominante na legislação brasileira, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei 9.605/98, favorece uma perspectiva antropocêntrica. A proteção conferida ao meio ambiente, e por extensão aos animais, é percebida principalmente como um meio de preservar a vida e a qualidade ambiental para os seres humanos.

A recente Lei 14.064/2020, contudo, introduz uma distinção valorativa na proteção dos animais, ao especificar penas mais severas para maus-tratos contra cães e gatos em comparação com outras espécies. Tal diferenciação sugere uma escala de importância entre os animais que desconsideram o papel ecológico de outras espécies vitais para o equilíbrio ambiental, como as abelhas. A abordagem incongruente é clara em um exemplo hipotético. Um indivíduo que cometa infrações como a caça de onças-pintadas e exponha seu filho a perigos pode ter penas menores.

Entretanto se transportasse cães inadequadamente, uma infração sob a nova lei, a pena seria desproporcionalmente alta. Esta situação destaca uma violação do princípio da proporcionalidade, na qual a pena não reflete adequadamente a gravidade do dano ambiental ou social causado. A despeito das críticas e das percepções de incongruência legislativa, a sanção da Lei Sansão pelo Presidente Jair Bolsonaro, após considerar pressões sociais e até uma enquete no Facebook, reflete as complexidades e os desafios de equilibrar interesses sociais, proteção animal e integridade ecológica na formulação de políticas públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 14.064/2020, apesar de suas boas intenções, ilustra a problemática inerente ao agravamento de penas como estratégia dissuasória, refletindo um entendimento equivocado e simplista sobre a eficácia punitiva. Neste contexto, a legislação falha em cumprir as finalidades do direito penal. Ela deveria se orientar pela proteção racional e cautelosa de bens jurídicos. No entanto, se revela como uma norma penal simbólica e populista. Este tipo de legislação, frequentemente uma resposta apressada a demandas midiáticas, desconsidera a complexidade das questões que busca regular. Isso resulta em um déficit de legitimidade, questionando a fundamentação da norma.

Além disso, o desproporcional aumento das penas estabelecido pela nova lei para crimes contra cães e gatos, em comparação com penas para crimes contra humanos, desafia a lógica de proteção equitativa dos bens jurídicos. O escalonamento sugere uma valorização inconsistente dos

seres protegidos. Isso contradiz os princípios de proporcionalidade e revela uma possível instrumentalização da legislação para fins além da justiça penal.

É fundamental considerar que as alterações promovidas durante o processo legislativo foram influenciadas por considerações políticas, evitando potencialmente o desagrado da base eleitoral do governo e seus aliados. Este aspecto da formulação legislativa sublinha a necessidade de uma abordagem mais objetiva e despolitizada na criação de normas penais, especialmente aquelas que regulam questões de ampla repercussão social e moral.

Observando o desenvolvimento das políticas penais nos países ocidentais, percebe-se que o "giro punitivo" caracterizado por uma abordagem punitiva e populista emergiu como uma tendência predominante. Esta abordagem é impulsionada por um discurso político que capitaliza o medo e a insegurança. Frequentemente, isso resulta em políticas que priorizam a retribuição em vez da reabilitação e do entendimento das causas subjacentes do crime.

O modelo do assistencialismo penal, que dominou no pós-guerra, fundamentado na reabilitação e na integração comunitária como táticas de prevenção ao crime, cedeu espaço para uma política que prioriza a segurança e a supervisão. Essa transição como uma resposta adaptativa às mudanças na estrutura social e nas sensibilidades culturais, onde a distância social entre a classe média e o crime percebido diminuiu significativamente.

A intensificação da comunicação em massa também alterou a percepção pública sobre a criminalidade, levando a um aumento da sensação de insegurança. A resposta política a esse sentimento frequentemente adota uma retórica punitiva, simplificando complexidades sociais em narrativas de "bem contra o mal", que não raramente resultam em legislações apressadas e pouco eficazes.

As recentes alterações na legislação, que resultaram na Lei 14.064/2020, enquanto tentam responder a uma demanda pública por justiça mais rigorosa para com os maus-tratos a animais, especialmente cães e gatos, acabam por ilustrar as dificuldades de alinhar a legislação penal com princípios de proporcionalidade, eficácia e justiça. A desproporcionalidade das penas, aliada à influência da mídia e das emoções na formulação de políticas, levanta questões importantes sobre a legitimidade e a eficácia das leis penais em um contexto democrático.

Portanto, é imperativo que o desenvolvimento futuro da legislação penal, tanto no Brasil quanto globalmente, considere uma abordagem mais equilibrada e fundamentada, que não apenas responda às exigências imediatas da opinião pública, mas que também esteja alinhada com princípios de justiça substantiva, eficácia a longo prazo e respeito pelos direitos fundamentais de todos os seres.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nilo. **Apontamentos para uma história da Legislação Penal Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

BATISTA, Nilo. **Só Carolina não viu** - violência doméstica e políticas criminais no Brasil, in Mello, A. (ed). Comentários à lei de violência doméstica e familiar contra a mulher. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BRASIL. União. **Projeto de Lei 1095**. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 para estabelecer pena de reclusão a quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; e instituir penas para estabelecimentos comerciais ou rurais que concorrerem para a prática do crime. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192978. Acesso em 18 out. 2024.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. **Crimes ambientais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FREITAS, Vladmir de Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes Contra a Natureza**. 8ª Ed. São Paulo: RT, 2006.

GARLAND, David. **The culture of control**: crime and social order in contemporary society. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GAZOTO, Luiz Wanderley (2010). **Justificativas do Congresso Nacional Brasileiro ao Rigor Penal Legislativo**: o estabelecimento do populismo penal no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. UNB, 2010.

GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Silvio. **Meio Ambiente** – Lei 9.605, 12.02.1998. in GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches (coord). Legislação Criminal Especial. 2ª Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010.

IBGE (1954–1990). **Anuário estatístico do Brasil**. [Online] https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720. [Accessed 10 May. 2018].

Ipea data (2018). **Renda - desigualdade - coeficiente de Gini** [online] Available at: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 28 Jul. 2018.
KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Discursos Sediciosos**, v. 1, n. 1, p. 79-92, 1996.

LOADER, Ian. Fall of the 'platonic guardians' liberalism, criminology and political responses to crime in England and Wales. **British Journal of Criminology**, 46(4), 561-586, 2006.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas** - Vol. 2. 7ª Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013.

PRATT, John. **Penal populism**. London: Routledge, 2007.

SIMON, Jonathan. **Mass incarceration on trial**: a remarkable court decisions and the future of prisons in America. New York: The New Press, 2014.

SIRVINKAS, Luís Paulo. **Tutela Penal do Meio Ambiente**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

TEIXEIRA NETO, João Alves. **Tutela penal de animais**: uma compreensão onto-antropológica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

YOUNG, Jock. Merton with energy, Katz with structure: The sociology of vindictiveness and the criminology of transgression. **Theoretical Criminology**, v. 7, n. 3, p. 389-414, 2003.



DO DIREITO À PRIVACIDADE NA PERSPECTIVA AO DIREITO AO ESQUECIMENTO: UM ESTUDO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO PANORAMA DAS JURIDIÇÕES INTERNACIONAIS

João Marcos Mariani Junior[1], Michele Capellari[2], Alexander Rodrigues de Castro[3].

[1] Mestrando em Ciências Jurídicas pelo Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Bacharel em Direito pela Faculdade Maringá; Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

[2] Acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar, Maringá/PR, Bolsista CAPES/UniCesumar,
[3] Orientador, Doutor pela Universidade de Florença (Itália) Professor dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UNICESUMAR. Pesquisador Bolsista da ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação.

RESUMO

O presente estudo analisa o conflito entre o direito à privacidade e a liberdade de expressão, direitos garantidos por meio da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Nesta perspectiva, tomou-se como referência o direito ao esquecimento, relacionado ao direito à privacidade na garantia da proteção dos direitos da personalidade em função da dignidade da pessoa humana, contra a exposição de fatos pretéritos acerca do sujeito de direitos que podem causar situações constrangedoras e vexatórias no tempo presente, por sua livre disseminação nos meios de comunicação, sobretudo a internet, o meio quase instantâneo de propagação na era da informação. Assim busca-se o entendimento da possibilidade de uma garantia fundamental se sobrepor a outra e quais as soluções plausíveis devem ser tomadas no choque principiológico. O estudo segue o método hipotético-dedutivo por meio de pesquisa bibliográfica para a dedução proposta.

Palavras-chave: Direito Penal; Reabilitação Penal; Direitos da Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

As novas relações sociais, potencializadas pelo aceleramento das comunicações em virtude das novas tecnologias, propuseram novos conflitos sociais que precisam ser solucionados pelo direito. Os meios de comunicação em massa como televisão e sobretudo a internet, trouxeram situações que até pouco tempo eram incomuns no cotidiano, requerendo a atenção dos legisladores pátrios e por sua vez, do direito internacional.

Em tempos de comunicação instantânea, a proteção dos direitos da personalidade, sobretudo nesta esfera, o direito à privacidade, requer a concretização de direitos à proteção da vida privada, que se apresenta em vulnerabilidade diante dos meios de comunicação que promovem a



vigilância da pessoa particular bem como a forma como a sociedade receberá à imagem destes sujeitos de direito.

Deste viés, a proteção à intimidade e a vida privada tornam-se desafios no mundo jurídico, tanto por meio das garantias fundamentais contidas na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002, bem como na esfera internacional, através do Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos. Por conseguinte, merece atenção o instituto do Direito ao Esquecimento, cuja finalidade se dá na proteção da privacidade em virtude de fatos pretéritos que dizem respeito à sua história e que não devem permanecer acessíveis ao mundo exterior de forma perpétua.

À esta finalidade, a problemática deste estudo pretende responder quais são os desafios na proteção e preservação do direito à privacidade da perspectiva do direito pátrio e do direito internacional, frente à liberdade de expressão, analisando o direito ao esquecimento.

A primeira parte deste estudo apresenta o direito à privacidade como um direito da personalidade, conceituando este direito à perspectiva legislativa e doutrinária, buscando a compreensão de seu funcionamento.

A segunda parte do estudo apresenta o direito ao esquecimento sob o viés dos direitos da personalidade, figurando os perigos de informações desmedidas e de forma perpétua, que podem acarretar transtornos e constrangimentos numa era em que a informação é cada vez mais dinâmica.

A terceira e última parte deste estudo apresenta os desafios legislativos dos conflitos entre o direito à informação e o direito à privacidade, no âmbito nacional bem como na esfera da jurisdição internacional, vislumbrando o conflito das garantias e a forma como devem ser tratados estes conflitos.

Para o desenvolvimento deste estudo, a pesquisa utilizou-se do método hipotético dedutivo, por meio de pesquisas bibliográficas para se chegar à dedução proposta.

2 O DIREITO À PRIVACIDADE COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE

O direito à privacidade definido como um direito à personalidade, apresenta em sua problemática a não existência de um conceito na legislação e nem mesmo na doutrina, uma vez que há grandes divergências doutrinarias (Baldissera, 2019).

À luz do direito constitucional brasileiro, não é expressa a palavra privacidade, todavia, a garantia deste direito pode ser contemplada no inciso X do art. 5º da Constituição Federal de 1988, onde se diz “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente

de sua violação" (Brasil, 1988, *on-line*). Desta forma, percebe-se que ao se falar em vida privada, honra e imagem, prevê-se como garantia o direito à privacidade.

Desta perspectiva, entende-se que este direito supracitado pode ser compreendido em vários vieses, como chamado nas doutrinas por direitos humanos, direitos fundamentais, ou para outros, a peculiaridade como um direito da personalidade, inerente da pessoa humana (Baldissera, 2019).

Esta variedade de conceituações pode ser compreendida de forma mais aprofundada, no plano internacional o termo mais comum utilizado são direitos humanos, por conseguinte, direitos fundamentais é um termo no qual se designa como os direitos positivados numa constituição de um Estado e, por fim, emprega-se direitos da personalidade aos atributos humanos que exigem proteção especial no campo das relações privadas, em síntese, nas relações entre particulares, com proteção tanto nos planos nacionais bem como no plano internacional (Schreiber, 2013).

Deste estudo, é explicito o ensinamento de que há uma correlação entre os direitos da personalidade e os direitos humanos, relação que se dá pela própria condição do ser humano, advindo da ordem internacional, inseridos em tratados e convenções internacionais (Siqueira, Takeshita, 2023).

Tido o direito à privacidade como um direito da personalidade humana, há de se entender que por serem inerentes a pessoa humana, não se originam de qualquer relação jurídica (Lôbo, 2024). Desta perspectiva, ensina o doutrinador Paulo Lôbo:

> A renúncia a qualquer direito da personalidade afetaria sua inviolabilidade e significaria renunciar a si mesmo, para converter-se de sujeito em objeto [...] como diz Pontes de Miranda, "a razão para a irrenunciabilidade é a mesma da intransmissibilidade: ter ligação íntima com a personalidade e ser eficácia irradiada por essa. Se o direito é direito de personalidade, irrenunciável é" (Lôbo, 2024, s/*p.*).

Desta perspectiva, o direito da personalidade é entendido como intrínseco ao ser humano, não podendo ser renunciável e por sua vez, garante a inviolabilidade, sendo ele exclusivo e intransferível para terceiros ou sucessores.

Acerca do direito à privacidade enquanto direito da personalidade, cabem em seu resguardo os fatos ligados à intimidade e da reserva da pessoa, que devem ser levados ao espaço público (Lôbo, 2024). Assim, o direito à privacidade se faz em multiplicidade de aspectos como pessoais, familiares e negociais (Bittar, 2015).

Na doutrina, tem se encontrado diversos ensinamentos acerca do tema, sustentando-se o direito à privacidade como um direito geral à intimidade e com particularidades quanto ao direito de imagem, segredo,



privacidade entre outros (Bittar, 2015). Pelo Código Civil, o artigo 21 resguarda o direito à privacidade elucidando o conceito como direito à vida privada, no que diz “Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma” (Brasil, 2002, *on-line*).

Entretanto, é importante elencar que mesmo o art. 21 garantindo a inviolabilidade do direito à vida privada ou a privacidade, como um dos mais elevados no patamar da ordem jurídica, o maior desafio não está na afirmação deste direito e sim na sua efetividade, uma vez que a privacidade, a vida privada da pessoa humana recebe violações de forma sistemática, o que denota compreender que o artigo 21 do Código Civil falhou ao declarar a violabilidade da vida privada (Schreiber, 2013).

Ainda que garantido de forma Constitucional e em Leis Ordinárias, tratado como uma garantia fundamental, o direito à privacidade acaba não tendo a sua efetividade garantida, dado em questão por múltiplos aspectos que violam o direito à privacidade na sociedade contemporânea, seja por sua mutabilidade rápida da qual os códigos legislativos não conseguem acompanhar a velocidade das transformações sociais.

3 O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A RELAÇÃO COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Da concretização do direito à privacidade enquanto um direito da personalidade, é relevante pensar na realização de um novo direito, o Direito ao Esquecimento. Do Direito ao Esquecimento, é mister elencar que esta não é uma novidade doutrinária no direito pátrio ou no direito internacional (Cordeiro, De Paula Neto, 2015).

De interferência do direito internacional, o direito ao esquecimento remonta duas origens diferentes, do direito espanhol, advém o termo *“derecho al olvido”*, dado na perspectiva de eliminar informações que por sua vez já não tenham mais relevância ao público geral, ainda que estas informações venham a ser verdadeiras (Luz, Duarte, 2019); do direito americano, advém o termo *“right to forgotten”*, trazendo a perspectiva de um direito de não ser lembrado por quaisquer atos pretéritos que possam trazer conotações vexatórias ou constrangedoras (Duarte, 2018).

Acerca da perspectiva do direito americano, ensina Machado (2018), que a origem do termo em inglês, “*right to be forgotten*”, alinha-se ao Direito Penal, de forma específica à perspectiva da reabilitação penal. É taxativo o autor ao afirmar que “ao infrator, e consequentemente aos demais envolvidos no episódio, o direito de te os dados referentes aos delitos apagados dos cadastros competentes, transcorridos dois anos de cumprimento da pena ou a extinção da punibilidade” (Machado, 2018, p. 262).

Tal questão é expressada no Código Penal, por meio do *caput* do art. 93, que explicita “a reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação” (Brasil, 1940, *on-line*).

Desta forma, pode-se perceber de forma clara que o Direito passa a cumprir a sua função social, pois o instituto da reabilitação penal, surge na tentativa de que, ninguém deve receber algum tipo de condenação, tendo de cumprir a sua pena de forma perpétua.

Ainda acerca da reabilitação criminal, a doutrina jurídica explora o tema, trazendo como conceito “benefício que tem por finalidade restituir o condenado à situação anterior à condenação, retirando as anotações de seu boletim de antecedentes” (Capez, 2023, p 1.294). À mesma linha, explica Capez, por meio dos ensinamentos de Mirabete:

> é a declaração judicial de que estão cumpridas ou extintas as penas impostas ao sentenciado, que assegura o sigilo dos registros sobre o processo e atinge outros efeitos da condenação. É um direito do condenado, decorrente da presunção de aptidão social, erigida em seu favor, no momento em que o Estado, através do juiz, admite o seu contato com a sociedade (Capez, 2023, p. 1.294)

Ainda, à luz da doutrina jurídica criminal, André Estefam (2024), aponta que o asseguramento do sigilo dos registros criminais, além de consubstanciar o efeito precípuo da reabilitação pena, o mesmo se definem em dois níveis de sigilo: sendo o primeiro nível que diz respeito ao asseguramento de informações acerca das penas cumpridas ou extintas, que sejam omitidas em atestados e certidões de antecedentes criminais, de caráter particulares; o segundo nível referencia-se a um sigilo relativo às condenações criminais, no qual serão acessíveis por meio de requisição das autoridades policiais, membros do Ministério Público e para instruir informações acerca de candidatos em concursos públicos (Estefam, 2024).

É de supra relevância elencar que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, pacificam o entendimento que, segundo o qual tem direito à certidão negativa o réu que teve a ação penal trancada por falta de justa causa, em razão da aplicação de analogia à regra inserida no art. 748 do Código de Processo Penal (Capez, 2023).

Por esta perspectiva, o direito ao esquecimento apresenta a possibilidade de fatos da vida de uma pessoa, podendo serem regulados, assim sendo possível que se requisite a retirada de conteúdos nocivos à honra, a imagem e a integridade moral de uma pessoa de meios de comunicação (Centurião, Soares, Mariani Junior, 2024). É expresso que, desta forma, é preservada à dignidade humana.

O direito ao esquecimento liga-se aos direitos da personalidade, uma vez este instituto dispõe sobre o direito à honra, à privacidade e a

imagem. Do direito brasileiro, a célebre doutrinadora do direito civil, Maria Helena Diniz ensina:

> O direito da personalidade é o direito da pessoa de defender o que lhe é próprio, como a vida, a identidade, a liberdade, a imagem, a privacidade, a honra etc. Pelo Enunciado 531 do CJF (aprovado na VI Jornada de Direito Civil), "a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento", permitindo, p. ex. ao ex--detento o direito de ressociabilização e reescrever sua história. É o direito subjetivo, convém repetir, de exigir um comportamento negativo de todos, protegendo um bem próprio, valendo-se de ação judicial (Diniz, 2024)

Além do mais, ressalta-se que só terá cabimento a reabilitação penal, em casos de sentença condenatória com o trânsito julgado e que, a pena, por sua vez, já tenha sido executada ou que se tenha decidido pela extinção de punibilidade (Capez, 2023).

Da perspectiva de que o direito ao esquecimento se consolida como um direito da personalidade, continua seu ensinamento a doutrinadora de que todos os direitos da personalidade são tutelados em cláusula pétrea constitucional, sendo assim, não se extinguem por estarem no desuso e, ainda seria impossível impor prazo para sua utilização de aquisição ou defesa (Diniz, 2024).

Na perspectiva de ser esquecido, a internet acaba por ser o maior vilão em relação a este instituto jurídico, a partir de um ou dois cliques, a internet não esquece. Explica Anderson Schreiber, diferentemente dos jornais impressos e revistas, papéis que se perdiam no tempo, fosse pelo desgaste físico, a internet armazena às informações na rede e ali as mesmas permanecem de forma perpétua e indefinida, os dados pretéritos retornam à tona, trazendo transtornos na mesma perspectiva de fatos atuais, o que cria conflitos ao direito, pelo direito à memória e ao mesmo tempo evitar que alguém pague perpetuamente por um acontecimento pretérito (Schreiber, 2013).

Da compreensão do direito ao esquecimento, deve-se ponderar o direito à liberdade de imprensa, frente ao direito da liberdade de informação e o direito ao esquecimento; mensurar a relevância para a história e memória e o direito à privacidade, o direito de estar só, evitar assim que uma pessoa seja perseguida indefinidamente no tempo por um acontecimento pretérito, que já não mais faz parte da sua realidade cotidiana ou mesmo identitária. Ainda, há de se elencar à necessidade da

garantia da dignidade da pessoa humana e o asseguramento dos Direitos da Personalidade em relação ao direito à imagem, em relação a máculas sociais e ao direito à intimidade e privacidade, no qual, tais informações, já não trazem mais relevância à sociedade, porém ainda podem causar uma punibilidade perpétua.

4 JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS E A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: CONFLITOS ENTRE O DIREITO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO AO ESQUECIMENTO POR MEIO DO DIREITO À PRIVACIDADE

Se por um lado, há a garantia do direito à privacidade e o direito em estar só, a legislação brasileira ainda apresenta como garantia fundamental o direito à liberdade de expressão, discorrido no art. 5º da Constituição Federal de 1988 como “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” e os incisos IV “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; IX “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; e XIV “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988, *on-line*).

Além do asseguramento no direito pátrio, o Pacto de São José da Costa Rica, por meio da Convenção Americana de Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, expressa a liberdade de expressão no seu art. 13:

> 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.
> 2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei a ser necessárias para assegurar:
> a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou
> b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.
> 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação,

> nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.
> 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.
> 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência (Brasil, 1992, *on-line*).

A esta leitura, explicita em seus ensinamentos Menengoti Ribeiro e Roque, que o direito à liberdade de expressão compreende utilizar qualquer meio apropriado para difundir o pensamento, e assim chegar ao maior número de receptores; todavia, este direito ainda que não receba algum tipo de censura prévia, é condicionado à responsabilidades, conforme explicita o Tratado Internacional em seu tópico 13.2 (Menegoti Ribeiro, Roque, 2020).

Todavia, ainda que garantidos os direitos de liberdade, é condicionado este direito a responsabilidades, tal questão dá ocasião ao direito à privacidade, este ainda que não apareça de forma explícita no dispositivo internacional, se apresenta no art. 11 do Pacto de San José da Costa Rica como a proteção da honra e da dignidade:

> 1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.
> 2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
> 3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas (Brasil, 1992).

Em primeira leitura, percebe-se que de forma direta, o art. 11 do Pacto de San José Costa Rica, não faz menção ao direito à privacidade e o direito à intimidade, institutos fundamentais no Direito ao Esquecimento. Todavia, é implícito que, por meio de analogia, o direito à intimidade e o direito à privacidade, fazem-se presente no reconhecimento ao direito e respeito a honra e ao reconhecimento da dignidade. Ainda mais, o eterno lembrar de fatos pretéritos, podem causar transtornos à hora e a dignidade, promovendo ações punitivas sociais, de forma eterna, violando assim a dignidade humana e os direitos humanos.

Partindo desta perspectiva, vislumbra-se tanto na esfera jurídica nacional, bem como na jurisdição dos tratados internacionais, percebe-se com os princípios fundamentais acabam por se chocar, causando uma dúvida, de qual direito deve prevalecer um sobre o outro. Desta leitura, a obra de Robert Alexy, pondera que o choque principiológico não propõe



que um princípio deve anular o outro, entende-se, porém, que deve haver uma ponderação destes princípios (Alexy, 2008). Desta lógica, do conflito de princípios, não se podem anular uns aos outros, devendo-se ponderar no caso concreto em que forem apresentados, pelos valores relevantes à cada condição específica (Silva, Amaral, 2017).

Percebe-se a necessidade da ponderação dos princípios e garantias fundamentais devendo ser analisado caso a caso, uma vez que um princípio não pode anular outro na defesa das garantias fundamentais, bem como dos direitos da personalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à privacidade expressado com o um direito da personalidade, dá ênfase a proteção da imagem e da hora, ficando expresso que desempenha um papel fundamental na garantia da dignidade humana. Correlacionado ao direito ao esquecimento, reforça-se à necessidade à proteção contra a exposição indevida e ao controle da própria imagem e informações pessoas, dado à relevância do mundo digital onde as informações se perpetuam de forma duradoura e contínua.

Além, a natureza transnacional da internet e a diversidade nas legislações nacionais, apresentam barreiras para a aplicação do direito ao esquecimento, uma vez que tratados internacionais visam como forma de garantia dos direitos humanos à preservação do direito de liberdade de expressão, combatendo assim formas tirânicas de controle de pensamento e informação.

Ainda, é necessária a compreensão de que a necessidade da regulação da própria imagem, por meio ao Direito ao Esquecimento, faz necessário no viés social, uma vez que garantiria a reinserção daqueles que cometeram não apenas fatos constrangedores e desagradáveis no passado, mas à mesma forma, garantia aqueles que foram condenados na esfera penal ou tiveram suas penas extintas, serem reinseridos na sociedade, sem o traço do estigma os perseguindo, podendo desta forma refazerem a própria vida e ao mesmo tempo seus familiares, que podem a vir sofrer com tais estigmas.

Deste cenário, o direito à privacidade bem como o direito à liberdade de expressão como direitos da personalidade, exigem adaptações dos ordenamentos jurídicos, sejam ordenamentos nacionais ou em jurisdições internacionais, na tentativa de equilibrar os direitos fundamentais assegurados como direitos humanos. Assim é necessário a promoção de debates acadêmicos e jurídicos sobre o tema no intuito de aprimorar a tutela jurídica dos direitos da personalidade na era digital.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BALDISSERA Wellington Antonio. Jurisdição E Transferência De Dados: Desafios Para A Proteção Do Direito À Privacidade. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, v. 45, n. 126, p. -, 2019.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os Direitos da Personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book.

BRASIL. [**Constituição 1988]. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)**. *Presidência da República*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 08 set. 2024.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal - parte geral - v.1.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

CENTURIÃO, Luís Fernando; SOARES, Marcelo Negri; MARIANI JUNIOR, João Marcos. A Efetivação da Proteção dos Direitos da Personalidade da Pessoa Transexual por Meio da Adoção do Direito ao Esquecimento. **Revista UNIGRAN.** Dourados, v. 26, n. 51, p. 235-253, jan/jun 2024. Disponível em: https://www.unigran.br/dourados/revistas/juridica?trabalho=1755. Acesso em: 04 set. 2024.

CORDEIRO, Carlos José; DE PAULA NETO, Joaquim José. A concretização de um novo direito da personalidade: o direito ao esquecimento. **Civilistica. com**, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2015.

DINIZ, Maria. Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. E-book.

ESTEFAM, A. **Direito Penal**.13. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. E-book.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. E-book.

LUZ, Aleff Schimid da.; DUARTE, Bruno Ferreira Montenegro. O Direito ao Esquecimento Como Limitação à Liberdade de Expressão. **Revista Âmbito Jurídico**. 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/o-direito-ao-esquecimento-como-limitacao-a-liberdade-de-expressao/. Acesso em: 29 ago. 2024.

MACHADO, José Eduardo Marcondes. O Direito ao Esquecimento e os Direitos da Personalidade. In: Alexandre Dartanhan de Mello Guerra. (Org.). **Estudos em Homenagem a Clóvis Beviláqua por Ocasião do Centenário do Direito Civil Codificado no Brasil**. 1ed.São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2018, v. 1, p. 245-284. Disponível em: http://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/cc13.pdf?d=636808306388603784 Acesso em: 02 set. 2024.

MENENGOTI RIBEIRO, Daniela; ROQUE, Gabriel Antonio. A Efetividade Do Direito À Liberdade De Expressão Pelo Controle De Convencionalidade: A (Des)Criminalização Do Desacato No Brasil E Os Impactos No Direito Da Personalidade. **Revista de Direito Brasileira**, *[S. l.]*, v. 25, n. 10, p. 221–249, 2020. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2020.v25i10.5630. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5630. Acesso em: 08 set. 2024.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2.ed – São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Lucas Gonçalves da; AMARAL, Mariana. DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: análise dos direitos fundamentais no meio ambiente digital. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. Maranhão, v. 3, n. 2, p. 66-86, jul/dez 2017.



SIQUEIRA, Dirceu Pereira.; TAKESHITA, Letícia Mayumi Almeida. Acesso À Justiça Enquanto Garantia Dos Direitos Da Personalidade Diante Dos Impactos Pela Futura Ratificação Da Convenção Interamericana Sobre A Proteção Dos Direitos Humanos Dos Idosos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 45, p. 387–411, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8352429. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2116. Acesso em: 09 set. 2024.



ENTRE A AUTORIDADE E A PARCIALIDADE: COMO A CONDUTA DO JUIZ PRESIDENTE COMPROMETE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO ACUSADO E A IMPARCIALIDADE NO TRIBUNAL DO JÚRI

GT3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Fernando Antunes Soubhia[1], Rogério Borges Freitas[2] Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3]

[1] Defensor Público no Estado de Mato Grosso. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela PUC-SP. Mestre em Criminologia e Sistema de Justiça pela City, University of London. Bolsista Chevening 2017-2018. E-mail: fernandosoubhia@dp.mt.gov.br
[2] Defensor Público no Estado de Mato Grosso. Doutorando do programa de pós-graduação Unicesumar. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.
[3] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

Este artigo aborda a imparcialidade do juiz como um pilar essencial do sistema jurídico, vital para assegurar a legitimidade dos atos judiciais. O problema central da pesquisa explora as consequências para a defesa quando o Juiz Presidente do Tribunal do Júri demonstra parcialidade durante a sessão plenária, por meio de gestos, palavras ou outras manifestações. O objetivo geral é examinar os impactos dessas condutas e as violações potenciais dos direitos da personalidade dos acusados. Os objetivos específicos abrangem: examinar a imparcialidade como fundamento da legitimidade das decisões judiciais; analisar a imparcialidade específica do Juiz Presidente do Tribunal do Júri; investigar como o comportamento do Juiz Presidente pode impactar a imparcialidade dos jurados e afetar os direitos da personalidade dos acusados; e discutir estudos de caso. Utilizou-se a metodologia que inclui análise bibliográfica, revisão de precedentes judiciais e análise detalhada de casos selecionados, adotando o método hipotético-dedutivo para fundamentar as argumentações.

Palavras-chave: jurados; tribunal do júri; juiz presidente.

1 INTRODUÇÃO

Esta análise aborda a importância da imparcialidade do julgador como um princípio fundamental no processo jurídico, decisivo para a legitimidade de atos judiciais. O foco reflexão está na motivação das decisões judiciais como principal mecanismo para assegurar a imparcialidade, vinculando o julgador às provas e evitando predisposições. No contexto do Tribunal do Júri, em que os jurados não precisam fundamentar suas decisões, esse controle se torna mais desafiador. O texto também discute a influência significativa que a conduta do Juiz Presidente



pode exercer sobre os jurados, sublinhando como ações ou palavras que indicam preconceitos podem afetar a objetividade dos vereditos. Observa-se que, apesar do reconhecimento legal de impedimentos e exclusões de jurados, ainda há pouca discussão sobre a capacidade do Juiz Presidente de influenciar o júri de forma indevida.

Por meio da análise de casos, identifica-se a suscetibilidade dos jurados às atitudes do Juiz Presidente, apontando que mesmo na ausência de evidências diretas de parcialidade, a falta de moderação do juiz sugere a quebra de imparcialidade. Argumenta-se na necessidade de salvaguardas adicionais para garantir que os julgamentos sejam justos e que as razões dos vereditos sejam compreensíveis, promovendo transparência e evitando arbitrariedades e violações aos direitos da personalidade. O problema de pesquisa reside nas consequências para a defesa quando o Juiz Presidente do Tribunal do Júri quebra a imparcialidade por meio de palavras, gestos ou outras manifestações durante a sessão plenária. A imparcialidade do juiz é uma das estruturas fundamentais do sistema de justiça, sendo imprescindível para a legitimidade das decisões judiciais. Este trabalho analisará os impactos dessas condutas e possíveis violações dos direitos da personalidade dos acusados decorrentes das manifestações parciais do juiz.

O objetivo geral é analisar os impactos dessas condutas e as possíveis violações aos direitos da personalidade dos acusados diante das manifestações imparciais do juiz e as violações aos direitos da personalidade dos acusados. Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções: a primeira aborda a imparcialidade como pressuposto de legitimidade das decisões judiciais. A segunda analisa da imparcialidade específica do Juiz Presidente do Tribunal do Júri. A terceira seção examina como o comportamento do Juiz Presidente no julgamento pode impactar a imparcialidade dos jurados e afetar os direitos pessoais dos acusados. Posteriormente, são discutidos estudos de casos envolvendo homicídio doloso e tentativa de homicídio doloso, resultando em uma discussão mais ampla sobre as implicações desses casos. Finalmente, o artigo conclui com uma reflexão sobre as descobertas e sugestões de medidas para mitigar ou remediar comportamentos excessivos do Juiz Presidente que possam influenciar os jurados.

A metodologia adotada para este estudo inclui uma análise bibliográfica detalhada das literaturas pertinentes ao tema, o exame dos precedentes judiciais e uma análise de casos selecionados. Este método hipotético-dedutivo visa extrair conclusões específicas a partir de premissas gerais e exemplos práticos, proporcionando um alicerce robusto para as argumentações apresentadas.

A necessidade de explorar este tópico surge da discrepância observada entre o ideal de imparcialidade da teoria jurídica e a realidade nos tribunais. Frequentemente, a imparcialidade meticulosa de juízes na

ficção televisiva contrasta com julgamentos reais. Nesses, preconceitos e comportamentos inadequados podem surgir, sobretudo em casos de alta visibilidade ou pressão pública. Este estudo se apoia no conceito de imparcialidade delineado em importantes jurisdições internacionais, como o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que enfatizam a necessidade de um juiz se aproximar de cada caso sem preconceitos prévios e com garantias suficientes para eliminar dúvidas sobre sua imparcialidade.

Dessa forma, este artigo se propõe a contribuir para a literatura jurídica ao oferecer um exame aprofundado sobre como a conduta do Juiz Presidente pode afetar a integridade do processo judicial, propondo caminhos para assegurar que o julgamento pelo Tribunal do Júri se mantenha como um pilar de justiça, livre de influências indevidas e verdadeiramente imparcial.

2 DA IMPARCIALIDADE COMO PRESSUPOSTO DE LEGITIMIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Embora a Constituição Federal do Brasil não mencione termos como “juiz imparcial” ou “imparcialidade”, a essencialidade deste princípio para o sistema de justiça é inequívoca. A Carta Magna assegura a figura do juiz natural e proíbe a criação de tribunais de exceção, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso XXXVII. Adicionalmente, define que a competência dos juízes será previamente estabelecida por lei, conforme o artigo 5º, inciso LIII. Tais dispositivos visam prevenir qualquer forma de arbitrariedade que possa afetar os direitos da personalidade dos indivíduos.

A independência judicial é ainda reforçada pelas prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, previstas no artigo 95 da Constituição, que também impõe restrições ao exercício de certas atividades e ao recebimento de custas ou participações em processos, conforme delineado no parágrafo único do mesmo artigo. Essas medidas são cruciais para garantir que não ocorram interferências externas capazes de comprometer a imparcialidade do juiz, preservando assim os direitos da personalidade dos sujeitos processuais.

Ademais, o ordenamento jurídico brasileiro adota um sistema acusatório na jurisdição penal, conforme indicado pelo artigo 129, inciso I, da Constituição, que confere legitimidade ativa à Ação Penal Pública exclusivamente ao Ministério Público. Esta configuração reafirma a imparcialidade do juiz como um pilar essencial para a legitimidade das decisões judiciais, resguardando os direitos fundamentais dos cidadãos e fortalecendo a estrutura democrática da justiça. Além disso, mesmo que se pudesse argumentar, de forma infundada, que a ausência de menção expressa ao princípio de imparcialidade na Constituição sugere sua não

adoção, tal interpretação é claramente equivocada. Nos casos em que a Constituição não é explícita, a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) oferece clareza. O artigo 8º, item 1, do tratado internacional garante o direito de todo indivíduo de ser ouvido. Isso deve ocorrer dentro de um prazo justo, com as garantias necessárias, por um juiz ou tribunal competente. Esse tribunal deve ser independente, imparcial e estabelecido previamente por lei. Isso se aplica tanto à apuração de acusações penais quanto à determinação de direitos e obrigações em matérias civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra índole.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos reforça esses princípios em seu artigo 14, parágrafo 1º, estipulando que todas as pessoas são iguais perante tribunais e cortes de justiça. Especifica que cada indivíduo deve ter o direito de ser ouvido publicamente por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei. As garantias apropriadas são necessárias tanto para responder a acusações penais quanto para determinar direitos e obrigações civis.

No âmbito infraconstitucional, as normas processuais penais brasileiras, como indicado por Nereu José Giacomolli (2016) em sua concepção de diques de contenção endoprocessuais, estabelecem medidas como causas de suspeição, impedimento e incompatibilidade para juízes, jurados e serventuários da justiça, conforme disposto nos artigos 112, 252 e 254 do Código de Processo Penal (CPP). Essas disposições visam assegurar a imparcialidade dos julgadores. Ademais, é fundamental destacar que a Lei 13.964/19, conhecida como Pacote 'Anticrime', consolidou a estrutura acusatória do processo penal.

Com efeito, ela proíbe que o juiz tome a iniciativa durante a fase de investigação e impede a substituição do órgão de acusação na atividade probatória, conforme o artigo 3-A do CPP, em sua nova redação. Essa mudança reforça a imparcialidade como elemento central do processo penal, estabelecendo uma divisão clara entre as funções de acusar, defender e julgar. Em conjunto com os dispositivos constitucionais e internacionais previamente mencionados, essa legislação elimina quaisquer dúvidas sobre a adoção de um sistema jurídico onde a imparcialidade é fundamental. Finalmente, é importante ressaltar que o Código de Ética da Magistratura Nacional define de maneira clara o dever de imparcialidade, detalhando sua essência no artigo 8º: um magistrado imparcial é aquele que, com objetividade e fundamento, busca a verdade dos fatos nas provas apresentadas e mantém uma distância equitativa das partes ao longo do processo, evitando qualquer conduta que possa indicar favoritismo, predisposição ou preconceito.

Portanto, mesmo que uma posição contrária pareça improvável, é evidente que a garantia de imparcialidade e os mecanismos de sua proteção constituem condições essenciais para a legitimidade da atividade jurisdicional. Assim, o direito fundamental de acesso à justiça, conforme

previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, deve ser interpretado como o direito de todo cidadão de ter sua demanda apreciada por um juiz independente e imparcial.

Para os propósitos deste ensaio, adotamos a definição de imparcialidade formulada pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) no caso [Piersack contra a Bélgica]. De acordo com o TEDH, a equidade é comumente interpretada como a falta de preconceitos ou predisposições. Sua presença pode ser verificada de diversas maneiras, conforme estipulado no artigo 6º § 1 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Neste contexto, há uma distinção subjetiva que investiga a convicção pessoal do juiz em um determinado caso. A abordagem objetiva avalia se há garantias suficientes para eliminar dúvidas a respeito de sua imparcialidade (Prado; Malan, 2014).

Finalmente, usaremos a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre julgamentos por júri como referência adicional. A CIDH definiu que a imparcialidade exige que os juízes ou jurados se aproximem dos casos sem preconceitos pessoais e ofereçam garantias objetivas suficientes para afastar dúvidas sobre sua imparcialidade, tanto para os acusados quanto para a comunidade.

A Corte enfatizou que instrumentos como a recusa e a escusa são fundamentais para garantir o direito a um julgamento imparcial. Isso significa que os membros do tribunal devem ser neutros, não ter interesse direto no caso e inspirar confiança nas partes e na sociedade. A imparcialidade pessoal é presumida a menos que haja evidências claras de preconceito, enquanto a imparcialidade objetiva avalia se foram apresentadas garantias suficientes para eliminar qualquer suspeita legítima de parcialidade. Conforme a definição, um juiz imparcial evita pré-julgamentos e adota medidas para assegurar que suas relações pessoais não causem impressão de parcialidade. Essa preocupação se mantém mesmo se a parcialidade não existir de fato. Em outras palavras, o julgador não deve ter um posicionamento pessoal prévio e desvinculado das evidências apresentadas, e deve também demonstrar objetivamente sua independência de influências externas indevidas.

Essa abordagem é exemplificada pela teoria da aparência, resumida no ditado americano que afirma que "a justiça não deve apenas ser feita; também deve ser vista como feita". Argumenta-se que, no Tribunal do Júri, onde as decisões são subjetivamente complexas, a imparcialidade dos jurados e do juiz presidente pode ser comprometida, mesmo seguindo todas as regras para assegurar a imparcialidade objetiva e subjetiva. A influência indevida pode originar-se do próprio Juiz Presidente do Tribunal do Júri, e há limitações significativas para mitigar esse risco, como se verá na próxima seção quando será tratada da imparcialidade.

3 DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI



Até o momento, estabelece-se que a imparcialidade do julgador é essencial para a legitimidade das decisões judiciais. Contudo, é crucial diferenciar a imparcialidade da neutralidade. A neutralidade é um estado muitas vezes inatingível devido à natureza humana. Por isso, o ordenamento jurídico brasileiro adota princípios como a publicidade dos veredictos (CF, art. 5, LX), o duplo grau de jurisdição (CF, art. 5, LV) e o sistema de livre convencimento motivado na apreciação das provas (CF, art. 93, IX e CPP, art. 155). Apesar de um juiz ter opiniões pessoais e preconceitos, seus julgamentos devem ser baseados estritamente nos elementos dos autos. Ele deve manter uma posição equidistante das partes e justificar seus pareceres concretamente. No contexto do Tribunal do Júri, entretanto, os jurados do Conselho de Sentença não são obrigados a fundamentar suas decisões, devido ao sistema de íntima convicção e ao sigilo das votações (CF, art. 5, XXXVIII, “b”), além da natureza histórica deste órgão. Diante disso, como assegurar que os jurados avaliem as provas e as argumentações das partes de forma imparcial para alcançar um veredicto justo.

Inicialmente, antes do começo do julgamento em plenário, o Código de Processo Penal prevê a possibilidade de desaforamento, ou seja, o deslocamento da competência territorial para outra comarca, quando necessário para proteger a ordem pública, assegurar a imparcialidade do júri, ou garantir a segurança do acusado (art. 427). Durante a fase de julgamento em plenário, o Código também aplica aos jurados as mesmas causas de suspeição, impedimento e incompatibilidade que são exigidas dos juízes togados (art. 448, §2), além de estabelecer um conjunto específico de impedimentos para os jurados (art. 448, I a VI e art. 449).

O Código de Processo Penal permite que cada parte rejeite até três jurados sem a necessidade de justificar a decisão (art. 468). Na essência da norma, essa rejeição deveria ser baseada em uma avaliação cuidadosa das informações disponíveis sobre os jurados, mas é frequentemente feita com base em intuição ou preconceitos das partes.

No entanto, mesmo na ausência de influências externas e respeitando plenamente as regras sobre suspeições e impedimentos dos membros do júri, e mesmo que todos os participantes se comportem de maneira exemplar durante os debates, um elemento adicional pode comprometer a imparcialidade dos avaliadores: a conduta do magistrado presidente do Tribunal do Júri. O impacto das opiniões deste juiz sobre os jurados é tão significativo que a jurisprudência dos Tribunais Superiores se fortaleceu com o passar do tempo, reconhecendo a necessidade de que o juiz responsável pela primeira fase do procedimento utilize uma linguagem moderada e evite emitir juízos de certeza na fase de pronúncia, para prevenir o domínio indevido sobre o Conselho de Sentença.



Em um julgamento importante, o Supremo Tribunal Federal (STF) discutiu o uso excessivo de linguagem em decisões de pronúncia para casos de homicídio intencional. O tribunal destacou que a decisão de pronúncia deve se limitar a confirmar a materialidade do crime e indicar, de forma comedida, a existência de indícios suficientes de autoria, conforme estabelecido pelo artigo 413, § 1º do Código de Processo Penal (CPP).

No caso específico, o réu Antônio André de Souza foi preso em 1994 e pronunciado por homicídio doloso. Na decisão de pronúncia, o juiz fez afirmações categóricas sobre a autoria e materialidade. Ele afirmou que elas eram incontestáveis, podendo influenciar os jurados. Além disso, declarou que o réu cometeu o crime sob influência de uma mulher que conheceu há um mês. Devido a esses comentários, o STF decidiu que houve uma violação ao princípio constitucional que garante o julgamento pelo tribunal do júri para crimes dolosos contra a vida (CF, art. 5º, inc. XXXVIII, d), configurando uma influência indevida sobre os jurados.

Como resultado, o STF concedeu provimento ao recurso ordinário em habeas corpus para anular a decisão de pronúncia, ordenando que outra decisão fosse proferida, sem o excesso de linguagem que caracterizou a original (Recurso ordinário em habeas corpus ao qual se dá provimento para anular a decisão de pronúncia, a fim de que outra seja proferida. (RHC 109068, Relator: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, STF, julgado em 14/02/2012, processo eletrônico DJe-053. Publicado em 14-03-2012). Conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a pronúncia que contém excesso de linguagem pode ser anulada devido ao risco de influenciar os jurados que leiam os autos. O principal problema não é a opinião do Juiz singular, mas o risco de que essa opinião afetar a imparcialidade dos jurados. Os efeitos negativos do comportamento do Juiz Presidente durante a sessão plenária de julgamento são raramente examinados com rigor pela jurisprudência nacional.

Isso nos leva a discutir a importância da conduta reservada e imparcial do Juiz Presidente durante a sessão de julgamento. É imperativo que o Juiz Presidente se abstenha de expressar qualquer favoritismo ou concordância com as teses apresentadas, preservando assim a imparcialidade dos jurados. No próximo tópico, discutiremos como a postura do Juiz Presidente no julgamento pode afetar a imparcialidade dos jurados e impactar os direitos da personalidade dos acusados.

4 DA INFLUÊNCIA DO COMPORTAMENTO DO JUIZ PRESIDENTE DURANTE A SESSÃO DE JULGAMENTO SOBRE A IMPARCIALIDADE DOS JURADOS E OS IMPACTOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS ACUSADOS

A imparcialidade é fundamental na jurisdição e uma das principais maneiras de assegurá-la é exigindo que as decisões judiciais sejam fundamentadas. No entanto, nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, os

jurados, que são cidadãos leigos temporariamente investidos de autoridade judicial, não são obrigados a fundamentar suas decisões. Isso torna mais complexo o controle de sua imparcialidade, especialmente considerando sua maior susceptibilidade a influências externas em comparação com um juiz togado. Durante os julgamentos, os jurados frequentemente olham ao Juiz Presidente buscando orientação sobre como decidir. Como apontou o Ministro Marco Aurélio, até um simples gesto do Juiz Presidente pode influenciar os jurados (RHC 109.068/DF). Contudo, como o Conselho de Sentença é o Juiz Natural dos casos no Tribunal do Júri, o Juiz Presidente não deve direcionar os jurados em suas decisões. Mais do que se abster de influenciar, o Juiz Presidente deve tomar medidas ativas para preservar e comunicar a imparcialidade dos jurados, conduzindo a sessão de acordo com a lei, coibindo excessos das partes (CPP, art. 497, III) e prevenindo que os jurados influenciem uns aos outros.

Guilherme de Souza Nucci (2015) argumenta que o juiz togado, que preside a sessão do Tribunal do Júri, tem atribuições importantes em garantir um julgamento equilibrado e justo. Entre suas responsabilidades está controlar a sessão para ocorrer sem interferências indevidas ou agressões, e assegurar que os jurados compreendam claramente o caso. Muitos erros que podem levar à anulação do julgamento são causados por falhas na gestão do juiz. Por isso, espera-se que o juiz mantenha uma postura serena, imparcial e humanizada, com decisões firmes e claras, sempre respeitando todas as partes envolvidas e cientes de que sua atuação é observada pelo público.

Portanto, mesmo que não derivado do conceito de imparcialidade, o comportamento contido do Juiz Presidente do Tribunal do Júri é necessário. Se essa contenção for exigida na decisão de pronúncia devido ao risco de influenciar os jurados, fará ainda mais sentido durante a sessão de julgamento. Expressões de descrédito ou hostilidade do Juiz Presidente podem enviar mensagens erradas aos jurados, afetando indevidamente seu julgamento. O Código de Processo Penal determina que o Juiz Presidente inicie a formulação de perguntas durante a sessão (arts. 473 e 474), para evitar que as partes levem os jurados ao erro.

Nesse sentido, é essencial que o Juiz Presidente adote um padrão ainda mais exigente do que os envolvidos, utilizando uma linguagem moderada, prevenindo expressões simbólicas fortes, juízos de certeza e afirmações categóricas sobre os fatos. Ademais, deve evitar perguntas fechadas, permitindo que testemunhas, acusados e vítimas expressem livremente seus relatos. Não custa destacar que o Juiz Presidente precisa manter um controle emocional exemplar para que sua linguagem corporal não demonstre hostilidade ou parcialidade, tanto para com as testemunhas quanto para com as partes envolvidas. O mesmo raciocínio se aplica às questões decididas em plenário. Não pode o Juiz Presidente, com a



justificativa de decidir um pedido realizado pelas partes, aproveitar o ensejo para fazer discursos ou afirmações sobre o mérito da causa.

A seguir, passa-se ao estudo de dois casos reais vivenciados pelos Defensores Públicos que subscrevem o presente texto[1] para analisar o possível impacto da forma de realização de perguntas pelo juiz presidente sobre a imparcialidade dos jurados.

5 ESTUDOS DE CASOS

Potencial influência do magistrado advém de seu tom de voz, da hostilidade demonstrada durante as oitivas e de sua linguagem corporal. No entanto, para os propósitos deste estudo de caso, as transcrições fornecerão as informações necessárias.

5.1 CASO 01 – HOMICÍDIO DOLOSO

No caso que se passa a descrever, ‘X’ era acusado de matar sua ex-convivente, Sra. ‘W’, com disparos de arma de fogo. Como o fato ocorreu na casa do acusado, as únicas testemunhas presenciais eram seu pai, sr. ‘Y’, e sua mãe, sra. ‘Z’. Após a qualificação, o Juiz Presidente passou a questionar a sra. ‘Z’ sobre os motivos da separação do acusado e da Sra. ‘W’ para demonstrar que o acusado não se conformava com o fim do relacionamento.

> (qualificação da testemunha)
> (…) Juiz Presidente: Por que que o seu filho separou da senhora ‘W’?
> Testemunha: Olha, não sei explicar.
> Juiz Presidente: Sabe. Você que não quer falar pros jurados.
> Testemunha: Não. Eu não sei, ela...
> Juiz Presidente: Toda mãe sabe por que o relacionamento do filho não dá certo.
> Testemunha: Não, mas eu não sei mesmo (…)
> Juiz Presidente: Dona ‘Z’ a senhora não é obrigada a dizer a verdade porque a senhora é mãe, Dona ‘Z’. Agora querer que os jurados acreditem que uma mãe não sabe o motivo da separação do filho, não dá dona Z.
> (…) Juiz Presidente: O que aconteceu?
> Testemunha: Não ouvi nada.
> Juiz Presidente: Não ouviu nada. É... pra uma mãe que não sabe de nada, não ouviu nada. Acho que não tem muito o que contribuir já que a senhora não sabe de nada né?

[1] Evidentemente, o universo amostral não é suficiente para qualificar o presente ensaio como uma pesquisa. De toda forma, destaca-se que, por uma questão de preservação da intimidade, os nomes são fictícios. As transcrições dos depoimentos, no entanto, retratam de maneira fiel o ocorrido.



> Ao realizar a oitiva do sr. 'Y', a mesma sequência de perguntas é realizada:
> (qualificação da testemunha)
> (...) Juiz Presidente: Por que eles se separaram?
> Testemunha: Eu não sei o motivo também. Eu não posso falar, porque se eu falar o motivo eu to mentindo.
> Juiz Presidente: Que nem a sua esposa que não sabe de nada?
> Testemunha: Não.
> Juiz Presidente: O senhor tava na casa no dia?
> Testemunha: Tava, eu tava em casa.
> Juiz Presidente: Mas não sabe de nada.
> Testemunha: Eu tava sentado na sala assistindo televisão.
> Juiz Presidente: E não ouviu a briga e nem sabe de nada?
> Testemunha: Não porque eles estavam dentro do quarto né.
> Juiz Presidente: Seu filho está há 1 ano e 2 meses preso e o senhor não conversou com ele sobre o assunto?
> Testemunha: Não.
> Juiz Presidente: É padrão. É típico. Então não sei por que o senhor foi arrolado como testemunha.

Após o Ministério Público e a Defensoria Pública realizarem suas perguntas, o Juiz presidente retoma a palavra e volta a questionar o Sr. 'Y':

> Juiz Presidente: Seu 'Y', o senhor e sua esposa disseram que não teve discussão. Então assim ... friamente o seu filho chegou e matou ela?
> Defensor Público: Excelência, pela ordem, tem alguns termos que Vossa Excelência usa que influenciam os jurados.
> Testemunha: Chegou e matou ela?
> Juiz Presidente: É. Chegou e deu um tiro assim friamente sem discussão sem nada?
> Testemunha: Não, não.
> Defensor Público: Excelência pela ordem novamente.
> Juiz Presidente: Dr. eu vou lhe devolver a palavra.
> Defensor Público: Excelência, eu requeiro a dissolução do Conselho de Sentença em pela conduta de Vossa Excelência.
> Juiz Presidente: Dr. eu disse que vou lhe devolver a palavra.
> Defensor Público: E eu já fiz o meu pedido.

O Conselho de Sentença não foi dissolvido e, como o Defensor Público abandonou o plenário, não foi proferido nenhum veredito.

5.1 CASO 02 – TENTATIVA DE HOMICÍDIO DOLOSO

Neste caso, 'X' era acusado de tentar matar 'Y'. Segundo a narrativa da denúncia, no dia dos fatos, o acusado e a vítima estavam no mesmo bar. O acusado estava acompanhado de sua namorada, 'W', quando um amigo da vítima, 'Z', que também estava no bar, começou a ligar para ela dizendo "por que você ainda está com esse gordo?". Sem adentrar nos



pormenores do caso, o fato é que após essa e outras provocações, o acusado buscou uma arma de fogo em sua casa, retornou ao bar e, após discussão com 'Z', a vítima ('Y') se colocou entre eles e 'X' efetuou disparos de arma de fogo.

Como as demais testemunhas não compareceram, apenas o sr. 'M' foi ouvido. Após a qualificação da testemunha e descrição geral, o Juiz Presidente passou a aprofundar nas perguntas sobre a dinâmica dos fatos:

> (...) Testemunha: O fato aconteceu que eu vi que eu presenciei foi que o 'Y' entrou no meio da discussão e pediu pra ele atirar.
> Juiz Presidente: O sr. falou não falou que teve discussão. Teve discussão?
> Testemunha: A discussão não foi discussão. Ele foi no carro e voltou armado e o 'Y' gritava 'se você for homem você atira'.
> Juiz Presidente: Quando ele voltou armado o 'Y' falava ...
> Testemunha: 'Se você for homem você atira'. O 'Z' já tava corrido e eu sentado na mesa
> Juiz Presidente: 'Z' saiu correndo?
> Testemunha: Saiu correndo
> Juiz Presidente: 'Y' ficou na mesa?
> Testemunha: Pedindo pra atirar. 'Se você for homem cê atira'.
> Juiz Presidente: Parado na mesa
> Testemunha: Parado na mesa e eu sentado do jeito que eu 'to' eu permaneci e ele gritava 'se você for homem você atira'.
> Juiz Presidente: E o que o 'X' fez?
> Testemunha: Ele fez o que qualquer um faria ne??
> Juiz Presidente: Ah
> Testemunha: Atirou nele.
> Juiz Presidente: Quantos tiros?
> Testemunha: Se não me engano deve ter dado de três a quatro tiros
> Juiz Presidente: Qualquer um faria não, senhor. Eu não faria. Eu acredito que uma minoria aqui faria
> Testemunha: Eu também acredito não faria, mas ...
> Juiz Presidente: Senhor acabou de dizer que o 'X' tá certo
> Testemunha: Não, Eu não falei que ele tá certo
> Juiz Presidente: O Senhor me desculpe, mas o Senhor é um desrespeito como ser humano. Por causa de uma mensagem pra uma mulher o senhor diz que vale a pena atirar ...
> Testemunha: Não, eu ...
> Juiz Presidente: Não, o senhor falou isso na frente de todo mundo. O senhor é um desrespeito como ser humano. Mulher não é objeto. Ela não lhe pertence. Ela faz o que ela bem entender.
> Testemunha: Sim. Me desculpe.
> Juiz Presidente: Se o senhor concorda que tem que dar tiro em quem manda mensagem pra sua mulher: Vira ser humano
> Testemunha: Não ...eu ...
> Juiz Presidente: Deixa de ser homem de caverna.

Os jurados rejeitaram todas as teses defensivas por maioria de votos[2].

6 DISCUSSÃO SOBRE OS CASOS

No caso 01, a conduta do Juiz Presidente durante as oitivas foi questionável. Inicialmente, ele afirmou que a testemunha Sra. 'Z' tinha informações relevantes sobre o caso, mas "não queria falar para os jurados". Em seguida, o magistrado indicou que a testemunha não era obrigada a dizer a verdade, insinuando que ela estava mentindo. Ele acentuou essa insinuação com uma provocação: "Querer que os jurados acreditem que uma mãe não sabe o motivo da separação do filho, não dá, Dona Maria". Ao final, claramente insatisfeito com o depoimento, ele ironizou: "É... para uma mãe que não sabe de nada, não ouviu nada. Acho que não tem muito o que contribuir".

Quando interrogou o Sr. 'Y', o Juiz Presidente repetiu um padrão similar de perguntas e novamente diminuiu a importância do depoimento, dizendo jocosamente: "Então não sei porque o senhor foi arrolado como testemunha". Essas ações passaram uma mensagem clara aos jurados: os testemunhos do Sr. 'Y' e da Sra. 'Z' eram irrelevantes ou duvidosos. Além disso, o Juiz Presidente excedeu os limites ao fazer uma afirmação peremptória, em forma de pergunta fechada, sugerindo que o acusado agiu "de forma fria" ao cometer o ato descrito na denúncia.

Isso poderia ser interpretado como um sinal de uma predisposição criminosa, influenciando negativamente a percepção dos jurados. Tal comportamento não só demonstrou hostilidade às testemunhas, que, embora arroladas pela acusação, são os pais do acusado e, portanto, vistas como testemunhas de defesa, mas também expressou um julgamento prévio sobre a culpabilidade do acusado, potencialmente predispondo os jurados contra ele antes mesmo de sua audição. Este comportamento do Juiz Presidente, manifestando clara parcialidade e prejulgamento, provavelmente influenciou a opinião dos jurados, colocando em xeque a imparcialidade exigida em um julgamento justo.

O caso 02, por sua vez, a falta de comedimento é muito mais clara e seus reflexos mais evidentes. O comportamento do juiz presidente aumentou significativamente a percepção de parcialidade, especialmente quando ele se mostrou extremamente hostil à única testemunha que demonstrou empatia pelo acusado. Essa hostilidade manifestou-se através de expressões que prejudicavam diretamente a defesa. Por exemplo, durante um julgamento em que a defesa buscava a redução de pena baseada no art. 121, §1, do Código Penal, o juiz chamou qualquer um que

[2] Evidentemente houve interposição de recurso de apelação requerendo a nulidade do julgamento. O recurso ainda não foi julgado.



considerasse a motivação do réu justificável de "homem das cavernas" ou "um desrespeito como ser humano", afirmações feitas de maneira pública.

Embora seja comum que as partes utilizem a hostilidade contra testemunhas como estratégia, especialmente em exames cruzados — uma técnica que pode ser eficaz para desacreditar ou provocar contradições — , é inapropriado para um juiz adotar tal postura. Segundo os Princípios de Bangalore sobre a conduta judicial, qualquer comportamento que possa ser visto por um observador razoável como uma potencial fonte de parcialidade deve ser evitado. Isso inclui reprimendas injustificadas, insultos, comentários impróprios sobre as partes envolvidas, e demonstrações de prejulgamento ou impaciência, pois tais atitudes comprometem a aparência de imparcialidade. Portanto, mesmo que não seja possível determinar com certeza se a conduta do juiz presidente influenciou diretamente os jurados, a dúvida sobre a imparcialidade do veredito é justificada e perceptível até para um observador razoável. A incerteza surge diretamente do descumprimento do dever de comedimento pelo juiz, evidenciando a possível parcialidade dos jurados e questionando o veredito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise demonstrou que a imparcialidade do julgador é um princípio supremo no processo jurídico, essencial para a legitimidade de qualquer ato jurisdicional. Discutiu-se que a principal maneira de assegurar a imparcialidade é por meio da motivação das decisões judiciais, o que vincula o julgador às provas apresentadas. Contudo, nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, em que os jurados não são obrigados a fundamentar suas decisões, o controle sobre a imparcialidade torna-se mais complexo.

Destacou-se também a influência significativa que a conduta do Juiz Presidente pode ter sobre os jurados, especialmente quando suas ações ou palavras sugerem preconceitos, ou preferências, podendo comprometer a objetividade do veredito. Apesar das leis reconhecerem a necessidade de impedimentos e exclusões de jurados, pouco foi discutido sobre a conduta do Juiz Presidente e sua capacidade de influenciar indevidamente o júri. A análise dos casos mostra que os jurados são suscetíveis às ações do Juiz Presidente. Mesmo sem evidências diretas de parcialidade, a falta de moderação na condução do julgamento pode sugerir imparcialidade. As salvaguardas contra a arbitrariedade e a necessidade de entender as razões do veredito são cruciais à legitimidade das decisões judiciais. Permitir que o Juiz Presidente guie de forma explícita o processo e as opiniões é incompatível a um julgamento justo.

A instrução probatória em plenário deveria ser semelhante à realizada perante o Juízo Comum, e idealmente, o sistema acusatório deveria prevalecer, deixando a produção de provas a cargo das partes. Enquanto o Juiz Presidente tiver um papel ativo na produção de provas, é



essencial que as partes possam contestar qualquer interferência e registrar suas objeções. A discussão sobre o comportamento do Juiz Presidente é difícil, pois desafiar sua conduta pode também antagonizar os jurados. É necessário provocar um debate nos Tribunais para limitar a atuação do juiz às suas funções adequadas, garantindo a justiça do julgamento.

De lege ferenda, sugere-se a introdução de uma audiência de voir dire para permitir que as partes investiguem potenciais preconceitos dos jurados e ajustem o processo de inquirição, tornando-o equivalente ao rito ordinário, e explicitar na lei o dever de moderação do Juiz Presidente, estabelecendo nulidades para atos que desrespeitem essa exigência. Esta reflexão conclui que a postura adequada do judiciário não transforma a sentença em campo de batalha de opiniões. Ao contrário, mantém-se equânime e justa, respeita o contraditório e as complexidades do caso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **AgRg no AgRg no AREsp 1632413/SP**, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/2020, DJe 19/05/2020.

BRASIL. **AgRg no AgRg no RHC 107.829/DF**, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 28/02/2020.

BRASIL. **AgRg no AREsp 1260812/MG**, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018.

BRASIL. **AgRg no AREsp 568.650/DF**, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 04/05/2018.

BRASIL. **AgRg no REsp 1814988/PR**, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019.

BRASIL. **Caso V.R.P., V.P.C. e Outros vs. Nicarágua**. Sentença de 08 de março de 2018.

BRASIL. **HC 20.801/SC**, Rel. Ministro VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2002, DJ 02/12/2002.

BRASIL. **HC 200.440/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 02/04/2012.

BRASIL. **HC 208.688/RJ**, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 26/08/2013.

BRASIL. **REsp 1.540.151-MT**, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 8/9/2015, DJe 29/9/2015.

BRASIL. **REsp 1299809/RS**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 25/02/2014.

BRASIL. **RHC 94.434/RS**, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 21/03/2018).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RHC 109068**, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 14/02/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-053 DIVULG 13-03-2012 PUBLIC 14-03-2012).

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Caso Apitz Barbera e outros vs. Venezuela**. Sentença de 05 de agosto de 2008.

GIACOMOLLI, José Nereu. **O Devido Processo Penal** – Abordagem conforme a CF e o Pacto de São José da Costa Rica. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PRADO, Geraldo. **A imparcialidade do juiz no processo penal brasileiro**. in PRADO, Geraldo, MALAN, Diogo (coord.). Processo Penal e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS (TEDH). **Caso Piersack vs. Belgica**. Sentença de 01 de Outubro 1982.
TUBENCHLAK, James. Tribunal do Juri: Contradições e Soluções. 5ª ed. Saraiva: São Paulo, 1997.



HÁ LIMITES PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE?

GT3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Cleber Sanfelici Otero [1], Victor Hugo Vinícios Wicthoff Raniero [2].

[1] Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela ITE, Bauru/SP. Docente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências Jurídicas e do Curso de Graduação em Direito da UNICESUMAR, Maringá/PR. Professor do Curso de Especialização em Direito Previdenciário da UEL, Londrina/PR. Juiz Federal. Pesquisador do ICETI. e-mail: cleberot10@gmail.com Curriculo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7156277822751107. Orcid ID: https://orcid.org/0000-0001-6035-7835

[2] Mestrando no programa de Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR (Capes 4), Bolsista PROSUP/CAPES. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade Maringá (2022). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia do Direito e Pensamento Político (UFPB), liderado pelo Professor Doutor Newton de Oliveira Lima; Membro do Grupo de Estudos Schmittianos, liderado pelo Professor Doutor Caio Henrique Lopes Ramiro. e-mail: victorhwr@gmail.com Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4786749230540207. Orcid ID: https://orcid.org/0009-0000-7061-3652

RESUMO

A relevância da proteção dos direitos da personalidade, que são fundamentais para a dignidade humana e incluem vida, honra, privacidade, imagem e integridade. Esses direitos, por serem inalienáveis, intransmissíveis e invioláveis, são protegidos tanto pelo direito civil quanto constitucional. O estudo explora como a violação desses direitos pode gerar responsabilidade civil, seja ela subjetiva, quando há culpa ou dolo, ou objetiva, quando independe de culpa. Utilizando uma metodologia hipotética dedutiva, o artigo examina doutrinas e jurisprudências brasileiras, analisando exemplos concretos e os mecanismos de reparação de danos, com foco em danos morais e extrapatrimoniais, que são complexos de mensurar por sua natureza imaterial. O texto destaca que o ordenamento jurídico brasileiro oferece ferramentas eficazes para a reparação dessas violações. Além disso, o estudo enfatiza a importância crescente dos direitos da personalidade no cenário jurídico contemporâneo, considerando novas formas de violação, como as ocorridas em meios digitais. A doutrina e a jurisprudência brasileiras têm evoluído no sentido de ampliar a proteção desses direitos, refletindo uma valorização crescente da dignidade humana. Conclui-se que a responsabilidade civil desempenha um papel essencial na reparação dos danos causados por violações extrapatrimoniais, assegurando a integridade moral e psicológica das pessoas e reforçando a importância da proteção contínua e eficaz dos direitos da personalidade no Brasil.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade, Responsabilidade Civil, Princípio da Legalidade.

1 INTRODUÇÃO

A relevância dos direitos da personalidade se intensifica em um contexto contemporâneo, onde e quando o avanço tecnológico e as novas formas de comunicação geram desafios inéditos para a proteção dos direitos da personalidade. Diante disso, a presente análise justifica-se pela necessidade de se compreender como a legislação e os princípios jurídicos

existentes, especialmente o princípio da legalidade, impactam na proteção e na eficácia da reparação de danos aos direitos da personalidade.

O objetivo deste estudo é investigar as relações entre os direitos da personalidade e o princípio da legalidade, explorando como esse último atua como um limitador à plena efetividade dos direitos da personalidade, especialmente em um cenário marcado por constantes transformações sociais e tecnológicas. A partir da análise da doutrina e jurisprudência, busca-se oferecer uma compreensão aprofundada sobre a tutela dos direitos da personalidade e os obstáculos que surgem em sua aplicação prática.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os direitos da personalidade são um conjunto de direitos que protegem os aspectos essenciais da pessoa humana, como a vida, a honra, a privacidade, a imagem e a dignidade. Esses direitos são inerentes a todos os indivíduos e são reconhecidos tanto no âmbito do direito civil quanto constitucional, visando garantir a integridade moral, física e psíquica de cada pessoa.

A transcendência dos direitos da personalidade enquanto gênero subsidiam, de forma ampla, o entendimento e sua aplicação, haja vista que as espécies de um mesmo direito têm o alcance de tutelar a existência da pessoa como ser humano e caracterizá-lo, assim cabendo ao titular dos direitos determinar seu uso. Não obstante, Fernanda Borghetti Cantali (2019) demonstra que a autonomia do indivíduo deve ser entendida para além de uma identificação exclusiva com a liberdade, sendo ela de forma contratual, já que a autonomia é também o poder que o indivíduo tem de autorregulamentar seus interesses pessoais na concretização de seu projeto espiritual.

Em análise dos ensinamentos de Fernanda Borghetti Cantali (2019), extrai-se que a teoria dos direitos da personalidade inicialmente sustentou a indisponibilidade desses direitos, tornando-os irrenunciáveis ou ilimitáveis, salvo se autorizado por lei. Contudo, essa característica foi relativizada para admitir uma disponibilidade relativa de alguns desses direitos. A tutela dos direitos da personalidade não se limita apenas à proteção, mas também abrange o exercício positivo desses direitos. Considerando a dimensão prestacional da dignidade da pessoa humana, que inclui a capacidade de autodeterminação dos interesses pessoais, a autonomia privada deve ser reconhecida nas situações jurídicas existenciais, o que confere ao titular do direito um certo poder de disposição sobre determinados bens ligados à própria personalidade humana.

O exercício dos direitos da personalidade pode ser relativizado, mas a mera possibilidade de lesão a direito de personalidade gera

pretensão ressarcitória ou reparatória (CANTALI, 2019) em casos específicos, diferentemente da regra geral. A mera ausência do exercício do direito da personalidade não o caracteriza como relativo, pois o direito, mesmo que não se tenha o *uso,* não deixa de existir. Com isso, o exercício do direito novamente é relativo, mas o direito da personalidade em si é absoluto em sua existência.

A pessoa adquire os direitos da personalidade, inerentes a ela, quando entra no mundo jurídico. Ao tratar da personalidade, conforme o Código Civil brasileiro, explica Gonçalves (2022) que o conceito de personalidade está ligado ao de pessoa, de maneira que todo ser humano que nasce com vida torna-se uma pessoa, ou seja, adquire personalidade, como qualidade ou atributo do ser humano

É inegável a relevância da proteção à honra no ordenamento jurídico brasileiro, sendo que a referida tutela se dá por determinação expressa do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o que lhe atribui, inclusive, caráter de direito fundamenta l (OTERO, 2024).

O princípio da legalidade impõe limites importantes ao exercício dos direitos da personalidade, especialmente no que se refere à sua proteção jurídica. De acordo com esse princípio, todas as ações e decisões no âmbito jurídico devem estar expressamente previstas na lei. Isso significa que, embora os direitos da personalidade sejam reconhecidos e protegidos, a aplicação prática pode ser restringida pela falta de previsões legais específicas que abranjam todas as situações possíveis de violação.

A legalidade é uma cláusula pétrea, o que significa que não pode ser abolida nem mesmo por meio de emendas constitucionais, conforme prevê o art. 60, § 4º, da Constituição Federal (1988). Como cláusula pétrea, a legalidade protege outros direitos fundamentais dos cidadãos, impedindo que eles sejam submetidos a punições não descritas no ordenamento jurídico. Ou seja, mesmo que o princípio da legalidade seja removido do Código Penal, ele continuará em vigor e vinculando o sistema jurídico, pois sua força não depende apenas da legislação infraconstitucional, mas da própria Constituição Federal.

Conforme explica Cleber Massom (2024), o princípio da legalidade no Direito Penal estabelece que somente a lei pode criar crimes e estabelecer as penas correspondentes. Significa isso que não há crime sem uma lei anterior que o defina, e não há pena sem prévia cominação legal. Esse princípio é resumido na expressão latina *nullum crimen, nulla poena sine lege* (não há crime, não há pena sem lei).

No Brasil, apenas as leis ordinárias podem criar crimes e contravenções penais (reserva de lei ordinária), bem como definir as penas aplicáveis a essas infrações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção dos direitos da personalidade é fundamental para garantir a dignidade humana e o respeito à integridade individual. Contudo, o princípio da legalidade, que exige que ações jurídicas estejam previstas em lei, pode atuar como um limite a esses direitos, especialmente em um cenário de rápida evolução social e tecnológica. Embora a legalidade proteja os cidadãos contra abusos estatais, ela também pode restringir a aplicação dos direitos da personalidade, ao não acompanhar o desenvolvimento das demandas contemporâneas. O positivismo jurídico, ao não se adaptar rapidamente às novas realidades, faz com que os direitos da personalidade, em muitos casos, sejam aplicados de maneira insuficiente.

Essa relação entre os direitos da personalidade e o princípio da legalidade revela um desafio central: enquanto a legalidade oferece previsibilidade e segurança jurídica, ela pode também limitar a evolução desses direitos em novas áreas de violação, como ataques à honra nas redes sociais ou o uso abusivo da liberdade no empreendedorismo pessoal. A ausência de normas específicas para essas situações cria lacunas, prejudicando a proteção efetiva dos direitos individuais.

Portanto, o ordenamento jurídico precisa evoluir para abarcar essas novas formas de violação, garantindo que o princípio da legalidade seja flexibilizado ou atualizado conforme necessário, de forma a assegurar uma tutela mais ampla e eficaz dos direitos da personalidade. A busca por um equilíbrio entre segurança jurídica e flexibilidade é essencial para que os direitos individuais sejam efetivamente protegidos, tanto contra abusos de terceiros quanto do próprio Estado.

REFERÊNCIAS

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da Personalidade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

GONÇALVES, Diogo Costa. **Pessoa e Direitos da Personalidade**: Fundamentação ontológica da tutela. Lisboa. Almedina, 2018.

MASSOM, Cleber. **Direito Penal - Parte Geral**. Belo Horizonte: Editora Método, 2024. v. I.

OTERO, Cleber Sanfelici; SILVA, Hugo Bernardo Pedro da; MANSANO, Scarlett Caroline Ramos. Tutela da Honra e Imagem com reparação não pecuniária para danos extrapatrimoniais: um caminho para a desmonetização de interesses existenciais. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 125–154, 2024. Disponível em: https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/878. Acesso em: 2 out. 2024.



O AVANÇO TECNOLÓGICO E A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA DIANTE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA SEARA PENAL

Débora Alécio[1], Gustavo Noronha de Ávila[2]

[1] Doutoranda em Ciências Jurídicas na UniCesumar (2022-atual). Mestra em Ciências Jurídicas e Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR (2020). Pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal na Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), no Espírito Santo. Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Bolsista Capes. Advogada e professora. E-mail: de.alecio@hotmail.com.
[2] Orientador, Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em Ciência Jurídica da Universidade Cesumar. E-mail: gustavo.avila@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho científico busca examinar o impacto dos algoritmos discriminatórios diante dos direitos da personalidade e a justiça criminal frente aos avanços das tecnologias em um contexto amplamente virtual da vida atual. Esta temática tem relevância diante do crescente uso de inteligência artificial na vida cotidiana, seja em redes sociais, seja dentro do poder judiciário quando da tratativa criminal, onde algoritmos são utilizados para prever comportamentos criminais em determinados grupos sociais. A pesquisa objetiva investigar se esses sistemas operacionais, ao serem treinados com dados historicamente enviesados, podem perpetuar desigualdades, e resultar na violação de direitos da personalidade, como a dignidade, honra e integridade psíquica. Para o êxito desta foi utilizada a metodologia hipotético-dedutiva por meio do método teórico-bibliográfico, com coletas de dados realizados em sites de busca acadêmica, bibliotecas, legislações vigentes, notícias e revistas científicas que abordam a temática. Os resultados obtidos circulam na violação dos direitos da personalidade, bem como na possibilidade de violação dos bens jurídicos penalmente tutelados diante de dados enviesados, que podem ser utilizados para decisões como a identificação de suspeitos ou previsão de comportamento criminal, podendo intensificar as desigualdades já presentes no poder judiciário, violando a dignidade, a honra, a privacidade e a integridade psíquica dos seres humanos.

Palavras-chave: Algoritmos discriminatórios; Direitos da personalidade; Estigmatização; Inteligência artificial; Preconceito social.

1 INTRODUÇÃO

A forma como o indivíduo se comunica e expressa suas ideias é fundamental para a construção de sua personalidade. Em um contexto amplamente globalizado e imerso às tecnologias, há cada vez mais a dissolução de suas características mentais e comportamentais dependendo das relações sociais, alterando a individualidade e concepção de como é visto perante os demais.

A singularidade da pessoa humana abrange o direito à integridade corporal e psicológica. Neste contexto, a inteligência artificial tem se tornado cada vez mais presente em diversos setores da sociedade, incluindo o campo jurídico e, especificamente, o direito penal. Seu uso, por

meio de algoritmos que analisam dados e auxiliam na tomada de decisões, promete ganhos de eficiência e precisão.

No entanto, essa tecnologia também levanta preocupações éticas e jurídicas, especialmente no que se refere à discriminação algorítmica. Algoritmos, ao serem permeados com dados enviesados podem reproduzir preconceitos, afetando negativamente grupos já marginalizados e estigmatizados. Logo, a discriminação algorítmica representa uma ameaça direta aos direitos da personalidade, como a dignidade, a honra, a privacidade e a integridade psíquica.

Partindo desta contextualização da temática tratada nesta pesquisa, questiona-se acerca da possibilidade de os algoritmos discriminatórios inseridos no contexto virtual ferir os direitos da personalidade dos indivíduos, amplificando preconceitos e marginalizando grupos estigmatizados, havendo ou não a interferência na seara penal, como a prática do racismo.

Assim, o objetivo deste trabalho é a investigação de como a inteligência artificial, ao ser empregada no âmbito penal, pode perpetuar práticas discriminatórias e, consequentemente, violar os direitos da personalidade.

O método utilizado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo e a busca de dados foi realizada conforme o teórico-bibliográfico, ante a consonância com o tema proposto, com coletas de dados realizadas em bibliotecas físicas e virtuais, sites de busca que permitiram o acesso as pesquisas acadêmicas sobre a temática, como Google Scholar, EBSCO, revistas jurídicas e da área da tecnologia, e notícias que envolvem discriminações algorítmicas.

A relevância acadêmica desta pesquisa se mostra pulsante diante da necessidade de analisar criticamente os impactos da Inteligência Artificial no direito penal. Bem como, na difusão desta temática que se mostra cada vez mais imersa a realidade de todos os indivíduos, visto que o cotidiano é estar conectado ao mundo virtual em todos os momentos da vida humana, e com isso a importância do cuidado com estigmatizações a grupos vulneráveis e minorias sociais.

2 BREVES NOÇÕES SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O FENÔMENO DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

O ser humano está cada vez mais imerso em um mundo globalizado e virtual. A realidade física não é mais suficiente para uma efetiva integração com os demais, seja no âmbito pessoal ou profissional, deixando as fronteiras antes visíveis a olho nu, cada vez mais invisíveis e sem fim palpável.

Assim, o mundo globalizado é caracterizado pela interconexão crescente entre países, culturas e sociedades, onde há a expansão impulsionada por uma rápida troca de informações, notícias, serviços e demais demandas sociais. Por mais que a globalização não é um evento recente, a mesma foi acelerada pelas tecnologias que revolucionaram a maneira de viver dos indivíduos.

A integração das tecnologias desempenha um papel central no processo de comunicação e relações interpessoais. Logo, a internet e todas as ferramentas que dependem de seu uso, quebraram as fronteiras geográficas, o que modificou o mundo que antes era conhecido.

Entretanto, mesmo diante de todos os benefícios advindos com esse avanço tecnológico, também há o advento dos malefícios que podem ocorrer ao ser humano. Com base no uso das tecnologias, a todo momento o ser humano realiza escolhas de conteúdo, seja qual objeto é desejo de compra, até o estilo de vídeo que o indivíduo mais gosta de assistir.

Com esses códigos alimentados por escolhas, cria-se um padrão mesmo sem que o ser humano perceba essa ação, gerando um "aprendizado" sistematizado do comportamento humano. Para Mendes e Mattiuzzo:

> Um algoritmo é comumente descrito como um conjunto de instruções, organizadas de forma sequencial, que determina como algo deve ser feito. De maneira alguma é um conceito dependente do uso do poder do computador moderno, pois é possível que alguém crie um algoritmo para auxiliá-la a se vestir, um algoritmo para pegar o ônibus para o trabalho, para fazer uma receita de bolo, ou para inúmeras outras atividades, já que um algoritmo é nada mais do que uma fórmula na qual tarefas são colocadas em uma ordem específica para atingir determinado objetivo (Mendes; Mattiuzzo, 2019, p. 41).

Não obstante, dentre os propósitos dos algoritmos está a ajuda na tomada de decisões para resolução de problemas e situações. A exemplo disto, tem-se o cenário de busca por algum produto ou serviço realizado em site de buscas online. Ao questionar isso na rede virtual, o ser humano está justamente atrás de respostas para esta questão. Quando se procura por passagem aérea para Lisboa, o algoritmo irá depender das especificações que ele receber para encontrar o que se procura. Logo, se ele for programado para encontrar o trecho mais curto em termos de escala será devido as instruções que foram fornecidas a ele.

Frente a era digital e os sistemas de *big data*, a lógica dos algoritmos se visualiza em grande expansão nas inteligências artificiais, que são cada vez mais inseridas no cotidiano humano (Silva, 2020). Assim, a utilização de programas de aprendizado de máquina e as técnicas de abordagem mais profunda deram a inteligência artificial a capacidade de decisão de maneira autônoma após o desenvolvimento inicial dos algoritmos (Requião;

Costa, 2022). Isto denota que, a partir dos primeiros comandos dados pelos indivíduos, o algoritmo constrói um padrão e deixa de precisar da intervenção direta humana.

Para os autores Kaufman e Santaella:

> Na identificação de fotos nas redes sociais, a máquina percebe padrões e "aprende" a identificar rostos, tal como alguém que olha o álbum de fotos de uma família desconhecida e, depois de uma série de fotos, reconhece o fotografado (existe uma hierarquia de memorização). O reconhecimento de voz, que junto com a visão computacional está entre as aplicações mais bem-sucedidas, já permite a comunicação entre humanos e máquinas, mesmo que ainda precária (Siri, Alexa, Google Now) (Kaufman; Santaella, 2020, p. 5).

A inteligência artificial (IA) é possibilidade e capacidade dos sistemas computacionais de realizarem tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Deste feita, com a ajuda de algoritmos, a mesma identifica padrões, faz previsões, toma decisões e automatiza processos complexos.

Segundo Sichman (2021), a IA se caracteriza por ser uma coleção de modelos, técnicas e tecnologias, a partir da de uma busca, raciocínio e representação de conhecimento, com mecanismos de decisão e percepção.

A fim de trazer uma noção básica de IA, tem-se que o aprendizado de máquina, ou sistemas, inclui várias abordagens como o aprendizado profundo (*deep learning*), aprendizado por árvore de decisão, programação lógica indutiva, agrupamento, aprendizado por reforço, redes bayesianas, entre outras. Portanto, cada uma dessas abordagens representa uma técnica distinta de *machine learning*, sendo que, atualmente, o *deep learning* se destaca na IA por sua habilidade de lidar com grandes volumes de dados e produzir resultados superiores (Desordi; Bona, 2020).

A utilização da inteligência artificial no dia a dia pode servir tanto para prever eventos amplos relacionados à economia, à natureza ou à política, quanto para antecipar comportamentos individuais. Assim, tem-se a problemática de como as previsões sobre o comportamento de pessoas específicas podem orientar decisões que afetam suas vidas, tanto no mercado quanto nas suas interações com o Estado, impactando diretamente seu acesso a bens e nas relações de trabalho (Doneda *et al*, 2018).

Assim, além da mente humana, a IA também possui fenômenos e não intencionalmente programados que interferem no seu processamento e tomada de decisões ao ponto de produzir um resultado tendencioso, incorreto, injusto ou discriminatório, conhecidos como *vieses* algorítmicos.

Fornasier (2021) descreve sobre vieses na IA, como por exemplo, os dados de entrada tendenciosos que induz um modelo de aprendizado neutro a se desviar de estatísticas reais, o uso de um estimador estatisticamente tendencioso, e também, um viés da especificação carregado de prejulgamento, geralmente do projetista do sistema, dentre outros que o autor elenca. Tais exemplos de vieses podem demonstrar que em alguns pode haver o aspecto pessoal de quem o programou, podendo haver algoritmos que amplifiquem preconceitos e subjetividades carregados de negatividade humana. Nota-se que, um ponto a ser analisado é saber se de fato há uma eliminação do viés humano nos algoritmos ou simplesmente se ele foi camuflado com a tecnologia (O'neil, 2020).

Neste diapasão, tem-se que os sistemas podem refletir ideologias, pois seu desenvolvimento pode ser influenciado por valores, relações de poder e controle social, o que acaba gerando conflitos sociais e discriminação. Tal fenômeno ocorre porque ao haver a incorporação de condicionamentos e sensibilidades que priorizam uma coisa em detrimento de outra na tecnologia, tais dispositivos acabam por afirmar um conjunto de valores previamente estabelecidos (Silva, 2022).

A discriminação algorítmica ocorre quando os algoritmos, que são sistemas automatizados usados para tomar decisões ou fazer previsões, tratam de forma desigual indivíduos ou grupos de pessoas com base em características como raça, gênero, idade ou condição social. Tais algoritmos são alimentados por grandes volumes de dados, e muitas vezes refletem os preconceitos e distorções presentes nesses dados ou nos modelos que os geraram.

Barocas e Selbst (2016) pontuam que o algoritmo pode estar carregado de uma seleção de características, havendo assim uma discriminação. Essa seleção se mostra prejudicial com possíveis problemas de representação, pois tais características selecionadas podem ser insuficientes para representar um determinado grupo com todos os detalhes e complexidades necessárias. Além disso, há a chance da escolha de critérios específicos, como a raça, que carregam tendências negativas para as pessoas negras, por exemplo.

Um episódio lamentável acerca da categorização automática que resultou em uma discriminação algorítmica ocorreu no ano de 2015, quando gerou uma notícia onde o Google Photos utilizou um reconhecimento de imagem para rotular automaticamente como "gorilas" um álbum com fotos de um usuário negro e sua colega (Fail, 2015). Além desse caso, também houve cenários onde havia o clareamento de rostos negros em aplicativos com filtros de "embelezamento" (Além, 2019), e a exibição de conteúdo pornográfico ao buscar no Google a frase "mulher negra dando aula" (Geraldo, 2019).

Portanto, o processo de inclusão e exclusão por intermédio de tecnologias e sistematização algorítmica configura um novo tipo de poder, evidenciando que as tecnologias têm um caráter político e amplificador de desigualdades sociais. O impacto negativo de decisões discriminatórias geradas por esses sistemas é prejudicial e viola os direitos de personalidade dos indivíduos afetados.

Além disso, o funcionamento desses mecanismos tecnológicos pode ser extremamente complexo e de difícil compreensão. Sem incentivos ou regulamentações rigorosas, as plataformas muitas vezes não investem o suficiente em medidas para mitigar a discriminação gerada por esses sistemas.

Como conclusão acerca deste tópico da pesquisa, tem-se que a interseção entre discriminação algorítmica e inteligência artificial apresenta um desafio significativo no campo social, uma vez que essas tecnologias podem ser treinadas com dados que refletem preconceitos históricos.

Logo, essa prática não apenas perpetua discriminações raciais e étnicas, mas também coloca em risco os direitos fundamentais dos indivíduos afetados. À medida que a sociedade avança na implementação de sistemas de inteligência artificial, é imprescindível que o campo jurídico desenvolva *frameworks* regulatórios que promovam a transparência e a responsabilidade na utilização dessas tecnologias, em vez de reforçar desigualdades e discriminações já arraigadas.

3 A INTERFERÊNCIA PREJUDICIAL DOS ALGORITMOS DISCRIMINATÓRIOS FRENTE AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA SEARA PENAL

As decisões automatizadas, referentes a um indivíduo determinado, que se baseiam em um método estatístico para análise de grande volume de dados e informações, podem ter grande impacto sobre os direitos individuais, especialmente no que se refere à autonomia, igualdade e personalidade (Doneda *et al*, 2018).

A discriminação algorítmica apresenta sérias implicações para a personalidade humana, uma vez que os sistemas automatizados podem tomar decisões que afetam diretamente a dignidade. Quando algoritmos operam com dados que contêm preconceitos históricos, eles não apenas reforçam estereótipos prejudiciais, mas também podem levar a exclusões sociais e injustiças, violando princípios fundamentais como a não discriminação e o respeito à individualidade.

Tais decisões automatizadas que impactam áreas como emprego, justiça e acesso a serviços, podem resultar em desvantagens significativas para grupos já marginalizados, infringindo seus direitos de personalidade.

Os efeitos dessa prática na vida dos usuários que sofrem com a discriminação algorítmica são variados e representam riscos significativos,

podendo violar direitos de personalidade, como a privacidade, a honra, a intimidade e a integridade, física e psiquicamente (Siqueira; Vieira, 2022).

Quanto aos direitos da personalidade que podem ser violados, Tomasevicius Filho pontua que:

> Diversos direitos da personalidade podem ser violados pelo uso indevido da inteligência artificial, como nos casos relativos à vida e à integridade física, disposição do próprio corpo em questões relativas à saúde, além da honra, privacidade, imagem e discriminações referentes às identidades pessoais. Pode-se, até mesmo, do ponto de vista retórico, indagar se inteligência artificial e direitos da personalidade representam contradição em termos, tamanha a vulnerabilidade da pessoa em razão do uso inadequado dessas tecnologias (Tomasevicius Filho, 2018, p. 141).

A personalidade humana pode ser vista como um conjunto complexo de traços, características e padrões comportamentais que definem a individualidade de cada pessoa e sua essência humana. Logo, pode ser moldada por uma interação dinâmica entre fatores genéticos, experiências de vida, cultura e ambiente social, refletindo tanto aspectos internos, como emoções e pensamentos, quanto externos, como comportamentos e interações com os outros.

Para além da esfera individual, a personalidade influencia a maneira como os indivíduos percebem o mundo, tomam decisões e se relacionam com os outros, desempenhando um papel crucial na formação de suas identidades e na construção de suas relações sociais. Frente a importância da personalidade para a vida em sociedade, Schreiber aduz que:

> Os direitos da personalidade desafiam as classificações e taxonomias a que tanto se apegaram os juristas em um passado recente. A história mostra o fracasso de todas as tentativas de enumerar os direitos da personalidade em um rol definitivo. Concluiu-se, enfim, que não são *numerus clausus*, ou seja, de número fechado. Como atributos considerados essenciais à condição humana, sua compreensão e amplitude variam no tempo e no espaço. O caráter aberto da dignidade humana não permite o congelamento das suas múltiplas expressões. A própria distinção entre essas expressões não é rígida. Muitos conflitos concretos envolvem, a um só tempo, a violação do direito ao nome, do direito à imagem, do direito à privacidade, dentre outros. O que resta atingido, em última análise, é a dignidade humana (Schreiber, 2014, p. 227).

Para Bittar (2015), os direitos da personalidade transcendem o ordenamento jurídico positivo, porque ínsitos à própria natureza do homem, como ente dotado de personalidade. Assim, são como um fio invisível que

os ligam à condição humana para sua proteção jurídica, são independentes de relação mediata com o mundo exterior ou outra pessoa.

Além disto, os direitos da personalidade são dotados de proteção constitucional, pois versam sobre garantias fundamentais, como o direito ao corpo, à honra, à imagem à privacidade, demais. Esta proteção jurídica constante normatividade mais alta do Brasil demonstra a sua relevância, diretamente no que tange no valor máximo do ordenamento: a dignidade da pessoa humana (Santos; Casagrande, 2022).

Sendo assim, partindo da análise da existente discriminação algorítmica que ocorre nos sistemas operacionais, tem-se que há um impacto profundo sobre a personalidade do indivíduo, pois a experiência de ser alvo de decisões algorítmicas enviesadas pode afetar a autoimagem e a autoestima, levando a um sentimento de desvalorização e impotência.

Doneda *et al* aduz que:

> Em especial, é preciso ficar atento à principal promessa que as decisões baseadas em algoritmos costumam suscitar: a obtenção de um maior grau de objetividade das decisões e a possibilidade de fundamentá-las em critérios estatísticos, eliminando o risco dos vieses (“bias”) típicos das decisões tomadas pelos seres humanos. Ao contrário, grande parte da literatura tem demonstrado o risco de discriminação inerente aos processos de tomada de decisão baseados em algoritmos, a qual ocorre, muitas vezes, de forma involuntária e sem o conhecimento dos tomadores de decisão (Doneda *et al,* 2018, p. 5).

Assim, o grande ponto é saber em que medida a supervisão humana é realmente eficiente para resolver problemas de decisões algorítmicas enviesadas, discriminatórias ou disfuncionais. Além disso, como cenário negativo, as ferramentas de automação influenciam psicologicamente a revisão humana pelo chamado viés da automação (“bias”), à medida que as pessoas não reconhecem quando um sistema automatizado erra, não conseguindo distinguir entre predições confiáveis ou não, e também são incapazes de avaliar sua própria performance e a do algoritmo.

Além dos vieses interferirem na personalidade humana, esses fatos demonstram discriminação direta à grupos de pessoas, sofrendo uma marginalização social. Essa marginalização social pode ser considerada também como violações da legislação penal e na realização infrações à bens jurídicos penalmente tutelados, como por exemplo, o crime de racismo, perpetuado pelas redes sociais e meios digitais.

As ferramentas de inteligência artificial também podem ser empregadas para prever comportamentos criminosos, identificando suspeitos ou recomendando penas enviesadas por dados históricos marcados por desigualdades raciais e sociais. Tais situações podem resultar em decisões injustas, como a supercriminalização de minorias e a

aplicação de penas mais severas para determinados grupos, violando os princípios de igualdade e dignidade. Para mais, a interferência desses sistemas no direito penal afeta diretamente os direitos da personalidade, como a honra, a privacidade e a integridade psíquica, ao estigmatizar indivíduos com base em critérios algorítmicos opacos e potencialmente discriminatórios.

Em conclusão a pesquisa traçada, nota-se que a interferência prejudicial dos algoritmos discriminatórios na seara penal representa uma afronta aos direitos da personalidade, principalmente quando os sistemas automatizados, os quais são permeados de dados enviesados, são utilizados para decisões como a identificação de suspeitos, previsão de comportamento criminal ou aplicação de penas, podendo intensificar as desigualdades já presentes no poder judiciário, violando a dignidade, a honra, a privacidade e a integridade psíquica dos indivíduos.

Assim, essa distorção afeta a personalidade dos indivíduos, tornando necessária uma regulação rigorosa e o desenvolvimento de mecanismos que promovam a transparência e a responsabilidade no uso dessas tecnologias. Para que o avanço tecnológico não agrave as injustiças, é crucial assegurar que os algoritmos respeitem os princípios de igualdade e garantam a plena proteção dos direitos de personalidade no contexto da justiça criminal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inteligência artificial se mostra cada vez mais em constante evolução, seja trazendo oportunidades e melhorias a vida humana, quanto também trazendo desafios a uma ética e alcance de uma vida baseada na justiça e dignidade humana.

O uso inadequado das tecnologias pode gerar diversos problemas, como a violação da privacidade e a discriminação algorítmica. Problemática esta que afeta diretamente como a vida humana é conduzida pelos indivíduos e determinados grupos sociais.

Por mais que a nomenclatura a aduza como “inteligente”, na prática é fundamental entender o alcance dessa inteligência para definir em quais áreas e qual nível de eficácia que ela demonstra, até mesmo em pesquisas relacionadas às decisões dos Tribunais em matérias de processo penal.

Assim, na presente pesquisa pode-se observar que os sistemas podem refletir ideologias, com a influência de valores, relações de poder e controle social, o que acaba gerando conflitos sociais e discriminação. Como nota-se no início da pesquisa, o sistema do Google já promoveu pesquisas discriminatórias e objeto de racismo através de algoritmos viciados.

No segundo momento do trabalho notou-se que o enviesamento dos algoritmos discriminatórios promove uma violação dos direitos da

personalidade, principalmente frente a dignidade, honra e imagem. Ainda, tais situações podem resultar em decisões injustas a grupos que podem ser prejudicados com essas discriminações, como a supercriminalização de minorias e a aplicação de penas mais severas para determinados grupos, violando os princípios de igualdade e dignidade.

Logo, a interferência desses sistemas no direito penal afeta diretamente os direitos da personalidade, e vice-versa, pois estigmatiza indivíduos com base em critérios algorítmicos opacos e discriminatórios.

Por fim, todas essas reflexões e decisões relacionadas à inteligência artificial, com sua crescente complexidade e abrangência em diversos aspectos da vida social, parecem apontar para a necessidade de criação de uma agência reguladora, a fim de garantir o equilíbrio necessário entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos da personalidade.

REFERÊNCIAS

ALÉM de envelhecer: Faceapp embranquece rostos negros. **Estadão**, 02 ago. 2019. Disponível em: https://www.estadao.com.br/infograficos/link,alem-de-envelhecer-faceapp-embranquece-rostos-negros,1018384. Acesso em: 03 out. 2024.

BAROCAS, Solon; SELBST, Andrew D. Big Data's Disparate Impact. **California Law Review**, v. 104, p. 671-732, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2477899. Acesso em: 03 out. 2024.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed., rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015.

DESORDI, Danubia; BONA, Carla Della. A inteligência artificial e a eficiência na administração pública. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 12, n. 02, p. 01–22, 2020. Disponível em: https://beta.periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9112. Acesso em: 07 out. 2024.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto; MENDES, Laura Schertel; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; AN, Norberto Nuno Martin Becerra Gomes de. Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. **Pensar**, Fortaleza, v. 23, n. 4, 2018. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/8257/pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

FAIL épico: sistema do Google Fotos identifica pessoas negras como gorilas. **TecMundo**, 01 jul. 2015. Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/google-fotos/82458-polemica-

sistema-google-fotos-identifica-pessoas-negras-gorilas.htm. Acesso em: 04 out. 2024.

FORNASIER, Mateus. **Cinco questões ético-jurídicas fundamentais sobre a inteligência artificial.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

GERALDO, Nathália. Buscar "mulher negra dando aula" no Google leva à pornografia: por quê?. **UniversaUOL**, 27 out. 2019. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/10/27/pesquisa-mulher-negra-dando-aula-leva-a-pornografia-no-google.htm. Acesso em: 03 out. 2024.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lucia. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-10, jan.-dez. 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/34074. Acesso em: 03 out. 2024.

MENDES, Laura Schertel; MATTIUZZO, Marcela. Discriminação algorítmica: Conceito, fundamento legal e tipologia. **Direito Público**, Porto Alegre, v. 16, n. 90, 2019. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3766. Acesso em: 03 out. 2024.

O'NEIL, Cathy. **Algorítimos de destruição em massa:** como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Tradução de Rafael Abraham. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

REQUIÃO, Maurício; COSTA, Diego. Discriminação algorítmica: ações afirmativas como estratégia de combate. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1–24, 2022. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/804. Acesso em: 04 out. 2024.

SANTOS, Gabriel Carvalho dos; CASAGRANDE, Laís Maria da Cunha. As violações dos direitos da personalidade no contexto do episódio “crocodilo”, de Black Mirror. *In:* VIGLIAR, José Marcelo Menezes (coord.). **LGPD e a proteção de dados pessoais na sociedade em rede.** São Paulo: Almedina, 2022.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Nayara Furtado da. Tecnologia de dados na sociedade contemporânea: discriminação e controle a partir do estímulo ao consumo por meio dos algoritmos. **Revista Miguel**, n. 6, jan./jun. 2022. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=59458@1. Acesso em: 04 out. 2024.

SILVA, Tarcizio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. *In:* SILVA, Tarcizio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais:** Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Carrera-2/publication/341767578_Racismo_e_sexismo_em_bancos_de_imagens_digitais_analise_de_resultados_de_busca_e_atribuicao_de_relevancia_na_dimensao_financeiraprofissional/links/5ed2db3e458515294521df0e/Racismo-e-sexismo-em-bancos-de-imagens-digitais-analise-de-resultados-de-busca-e-atribuicao-de-relevancia-na-dimensao-financeira-profissional.pdf#page=121. Acesso em: 03 out. 2024.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; VIEIRA, Ana Elisa Silva Fernandes. Algoritmos Preditivos, Bolhas Sociais e Câmaras de eco virtuais na cultura do cancelamento e os riscos aos direitos de personalidade e à liberdade humana. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 20, n.35, p.162-188, set./dez. 2022. Disponível em: https://research.ebsco.com/c/eexjl4/viewer/pdf/oukq4brxgb. Acesso em: 04 out. 2024.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Inteligência artificial e direitos da personalidade: uma contradição em termos? **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 113, p. 133–149, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156553. Acesso em: 04 out. 2024.



O PERIGO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Guilherme Bueno da Luz[1], Camila Virissimo R.S Moreira[2].

[1] Guilherme Bueno da Luz, acadêmico da Universidade Cesumar, polo de Maringá, Paraná, e-mail Buenogui210902@gmail.com.
[2] Prof. Me. Camila Virissimo R.S. Moreira, Graduação em Direito, Faculdades Nobel (2005). Especialização na área de Direito Penal e Processo Penal, Universidade Estadual de Londrina (2008). Mestrado em Ciências Jurídicas – Centro Universitário de Maringá (2013), Professora Universidade Cesumar, email: camila.moreira@docentes.unicesumar.edu.br

RESUMO

A quarta era da revolução industrial é marcada pela chegada da inteligência artificial, que despertou grandes mudanças sociais, favorecendo o meio jurídico, dada as inúmeras vantagens que essa tecnologia oferece. Nesse sentido, alguns autores aludem que as principais abordagens da I.A no direito são de: Agentes Inteligentes, resolução de problemas, aprendizagem de máquina, raciocínio lógico; planejamento e tomada de decisões. Entretanto, a utilização desta ferramenta apresenta riscos para a sociedade e para o direito, sobretudo na questão ética. Os sistemas inteligentes também podem cometer erros e discriminações em suas análises preditivas, motivando a França proibir tal prática. Assim, é imprescindível a discussão do presente assunto. Esta pesquisa tem como objetivo a análise dos riscos da aplicação da inteligência artificial no campo das ciências criminais, pautando-se nos os principais autores e visando chegar a conclusões sobre o momento atual da utilização da I.A. no judiciário, bem como identificar as situações que podem ensejar em problemáticas deste uso, e por fim trazer as iniciativas que corroboraram para o saneamento destas problemáticas contemporâneas. Pretende-se com os resultados que haja uma crescente no debate do tema, visando estabelecer riscos, limites e formas da aplicação da I.A no direito penal, tendo em vista a conclusão de que a incorporação da I.A nas áreas do direito é inevitável e já está acontecendo, devendo agora ser acompanhada de diretrizes e limitações, para se tornar uma aliada e não uma vilã do direito contemporâneo.

Palavras-chave: Algoritmos; Contemporaneidade; Direito Penal; Riscos.

1 INTRODUÇÃO

A quarta Revolução Industrial, frequentemente chamada de Era da Inteligência Artificial, (Schwab, 2019) representa uma transformação significativa na maneira como a sociedade vive, trabalha e interage. Ao contrário das revoluções anteriores, que se concentraram em tecnologias mecânicas e digitais, esta nova era se destaca pela convergência de tecnologias físicas, digitais e biológicas, com a IA ocupando uma posição central nesse desenvolvimento.

Especialistas como Russell e Norvig (2021), destacam como a Inteligência Artificial pode transformar setores como saúde, transporte e

educação, possibilitando avanços que antes não poderíamos sequer imaginar. No entanto, essa evolução também levanta questões éticas e de governança, como os riscos associados à criação de uma IA que supera a inteligência humana. São justamente essas adversidades que figuram como objetivo da presente pesquisa.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Inicialmente, cumpre mencionar a existência de uma crise enfrentada pelo Poder Judiciário brasileiro, consolidando um cenário em que é inevitável não questionar e analisar a lentidão e a ineficiência da prestação jurisdicional por parte do poder público, o Estado é detentor do dever constitucional de garantir a efetivação do acesso à justiça aos cidadãos, e nos dias de hoje, isso ocorre de maneira insatisfatória (Lançanova, 2014).

Assim, uma maneira de aumentar a velocidade das atividades judiciais é acessar a tecnologia da informação, que resulta em maior economia de recursos e menor dispêndio de tempo dos profissionais envolvidos, já que as máquinas ajudam na criação automatizada de documentos. A tecnologia também é passível de ser utilizada para prever casos judiciais, combinando informações e realizando análises correspondentes (McGinnis; Pearce, 2014).

A justiça preditiva refere-se à utilização de sistemas de computação, como a I.A por exemplo, para fornecer previsões de resultados de litígios em tribunais, prometendo uma maior eficiência, mas também levantando questões éticas sobre discriminação e justiça (Rodrigues, 2022).Nesse sentido, a Comissão Europeia faz algumas ressalvas, dizendo que o termo justiça preditiva deve ser refutado, por ser ambíguo e falacioso, e que os vieses da análise, devem ser devidamente identificados, se não puderem ser totalmente desconsiderados para a análise do caso concreto.(Guimarães, 2019).

No âmbito penal, esses sistemas tendem a perpetuar ciclos de policiamento em comunidades já monitoradas, direcionando recursos para áreas que enfrentam um histórico de criminalização, em vez de abordar as causas subjacentes do crime, como a pobreza e a falta de oportunidades (Steffen, 2023).

No trabalho de Angwin (2016), os autores demonstram como um algoritmo usado para determinar a fiança era mais propenso a classificar acusados afro-americanos como sendo de maior potencial crimino em comparação aos acusados brancos, sendo uma das principais problemáticas, a criação destes perfis criminosos que avaliam o possível grau de lesividade de indivíduos com base em características físicas, emocionais e sociais (Steffen, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, nota-se que a inteligência artificial é de grande utilidade para o âmbito jurídico e pode ser uma solução para os problemas relacionados à falha do Estado na efetivação do acesso à justiça e na morosidade e lentidão do sistema judiciário, bem como os gastos astronômicos deste sistema, que são pagos pelo cidadão brasileiro.

Entretando, deve-se questionar sobre as limitações e os perigos da utilização da inteligência artificial no âmbito jurídico amplo, estudando seus reflexos nos direitos fundamentais e nas ciências criminais, à fim de essa ferramenta não seja contaminada por preconceitos e vieses discriminatórios.

Por fim, cumpre dizer que apesar das problemáticas que podem surgir a implementação da Inteligência Artificial é inevitável e já está acontecendo, inclusive de maneira benéfica, devendo agora ser acompanhada de diretrizes e regulamentações que conduzam à um uso ético e responsável, para que se possa extrair o melhor dessa tecnologia.

REFERÊNCIAS

ANGWIN, Julia et al. Viés na Máquina: Há softwares usados em todo o país para prever futuros criminosos. E eles são tendenciosos contra negros. **ProPublica**, 2016. Disponível em: https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing Acesso em: 05 out. 2024

FELIPE, Bruno Farage da Costa; PERROTA, Raquel Pinto Coelho. Inteligência Artificial no Direito–uma realidade a ser desbravada. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2018.

COMISSÃO EUROPEIA PARA A EFICÁCIA DA JUSTIÇA (CEPEJ). Carta Europeia de Ética sobre o Uso da Inteligência Artificial em Sistemas Judiciais e seu Ambiente. Adotada na 31.ª reunião plenária, Estrasburgo, 3 e 4 de dezembro de 2018.

GUIMARÃES, Rodrigo Régnier Chemim. A Inteligência Artificial e a disputa por diferentes caminhos em sua utilização preditiva no processo penal. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 5, n. 3, p. 1555-1588, 2019.

LANÇANOVA, Jônatas Luís. **O Poder Judiciário em crise e a mediação como meio alternativo de resolução de conflitos**. *Revista Direito em Debate*, UNIJUI, v. 23, n. 42, p. 154-157, 2014. Disponível em: <

https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/issue/view/141 >. Acesso em: 02 out. 2024.

MCGINNIS, John O.; PEARCE, Russell G. A grande disrupção: como a inteligência de máquina transformará o papel dos advogados na prestação de serviços jurídicos. **Fordham L. Rev.** , v. 82, p. 3041, 2013.. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2436937 acesso em: 05 out. 2024.

STEFFEN, Catiane. A inteligência artificial e o processo penal: a utilização da técnica na violação de direitos**. Revista da EMERJ**, v. 25, n. 1, p. 105-129, 2023.

RODRIGUES, Anabela Miranda. O Direito (Penal), A Ciência E O Paradoxo De Zenão—A Justiça Penal Preditiva E A Determinação Da Medida Da Pena. De Legibus-**Revista de Direito da Universidade Lusófona Lisboa,** p. 1-12, 2022.

RUSSELL, S. J.; NORVIG, P. **Artificial Intelligence: A Modern Approach. Hoboken: Pearson, 2010**. 3. ed. tradução: Regina Célia Simille de Macedo. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.
SCHWAB, K. A **quarta revolução industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.



O REGULAMENTO DISCIPLINAR DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO ENCARCERADO

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luís Gustavo Candido e Silva[1], Gustavo Noronha de Ávila[2]

[1] Graduado em Direito pela Universidade Cesumar (UniCesumar) com período sanduíche na Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (UAEH - México); Especialista em Ciências Penais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UniCesumar) na modalidade Bolsista CAPES; Doutorando em Direito pela Universidade Cesumar (UniCesumar) na modalidade Bolsista CAPES. E-mail: luiscandido.adv@gmail.com; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9853-0338.
[2] Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Docente do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gustavonoronhadeavila@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7239-1456.

RESUMO

Este resumo parte de uma pesquisa em andamento que busca examinar o fenômeno da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), com um foco especial no estudo de seu regulamento disciplinar. A mencionada associação será apresentada no trabalho como uma espécie de instituição prisional governada em grande medida pelos próprios encarcerados, criada com o intuito de reformar o sistema penitenciário brasileiro. Nesse contexto, o objetivo principal da pesquisa é analisar a possibilidade de o regulamento disciplinar do sistema APAC infringir os direitos de personalidade dos presos. A questão central da pesquisa, portanto, é investigar se o regulamento disciplinar do sistema APAC pode atuar como um mecanismo de despersonalização dos indivíduos encarcerados, violando direitos da personalidade daqueles que cumprem pena nas unidades prisionais administradas pela associação. Para a realização do estudo, foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, bem como as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Como hipóteses possíveis para a conclusão da pesquisa em andamento, apresenta-se a probabilidade do regulamento estudado violar ou não direitos da personalidade dos encarcerados.

Palavras-chave: direitos da personalidade; APAC; regulamento disciplinar; execução penal.

1 INTRODUÇÃO

A presença da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é um fenômeno relativamente recente no cenário da execução penal no Brasil. Criada e idealizada por missionários cristãos, essa instituição surge como uma alternativa ao sistema prisional convencional. Com suas próprias unidades carcerárias e uma abordagem diferenciada em relação aos condenados, o método APAC tem como um

de seus principais objetivos declarados a humanização do encarceramento.

Ao longo do tempo, as particularidades desse sistema alternativo de cumprimento de pena têm atraído cada vez mais atenção, especialmente por conta de sua expansão em várias regiões do país. Diante disso, uma das questões levantadas em estudos sobre o sistema APAC é o objetivo geral deste trabalho, que se propõe a analisar, com base em um recorte específico, o regulamento disciplinar da instituição e verificar sua compatibilidade com os direitos da personalidade dos presos que cumprem pena nesses estabelecimentos.

O problema de pesquisa apresentado, portanto, questiona a possibilidade de o regulamento disciplinar do sistema APAC funcionar como um mecanismo de despersonalização dos detentos, infringindo o direito fundamental à identidade dos indivíduos que cumprem pena nas unidades prisionais administradas pela associação.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Para se alcançar a resposta para o problema colocado, em um primeiro momento, a pesquisa irá abordar, de forma mais detalhada, o que vem a ser a APAC. A instituição em comento teve suas origens a partir de um grupo de missionários cristãos da região de São José dos Campos, no interior de São Paulo, que, na década de 1970, se reuniu com o objetivo de prestar apoio espiritual e material às pessoas privadas de liberdade. Em 1972, sob a liderança do advogado Mário Ottoboni, esse grupo passou a se chamar "Movimento Amando ao Próximo Amarás a Cristo", nome que foi abreviado para a sigla APAC (Vargas, 2010, p. 132).

Após delinear as principais características da APAC e seu método diferenciado de cumprimento de pena, a segunda etapa do trabalho se dedicará à análise do regulamento disciplinar da associação. Nessa análise, pretende-se entender o que é esse regulamento, qual é sua função e como ele deve ser aplicado aos condenados. Ainda nessa fase, se examinará, mesmo que de forma preliminar, a aplicabilidade do regulamento no contexto da execução penal, considerando sua possível incompatibilidade jurídico-normativa com a legislação vigente.

Na última etapa da pesquisa, o foco será analisar a compatibilidade do regulamento disciplinar do sistema APAC com os direitos da personalidade dos apenados. Por fim, nessa mesma etapa, também se examina a possível despersonalização dos indivíduos encarcerados que poderia decorrer da aplicação do regulamento disciplinar.

O estudo parte de hipóteses, ou seja, proposições provisórias que serão verificadas por meio de procedimentos de análise capazes de refutá-las ou comprová-las, com as possíveis soluções sendo testadas ao longo

do trabalho. Assim, se tem que, como hipóteses levantadas, se tem a possibilidade do regulamento interno violar ou não direitos da personalidade do apenado que está inserido no sistema APAC.

Para apoiar a análise dessas hipóteses, utiliza-se como técnica de procedimento a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica tem por objetivo selecionar e examinar materiais como livros, artigos, teses, dissertações e outros textos relevantes sobre o tema. Já a pesquisa documental fará uma análise detalhada do regulamento disciplinar da APAC, um documento que, embora não tenha sido criado especificamente para fins de pesquisa, é essencial para o estudo em questão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de uma pesquisa que ainda se encontra em desenvolvimento, nota-se que os resultados esperados deverão guardar relação com as hipóteses levantadas, uma vez que o método de abordagem escolhido fora o hipotético dedutivo.

Com isso, tem-se que, como resultados esperados, se apresta a possibilidade do regulamento interno do sistema APAC violar ou não os direitos da personalidade dos recuperandos que se encontram cumprindo pena neste peculiar modelo de organização prisional.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Gustavo Noronha; SILVA, Luis Gustavo Candido e. A Narrativa da Liberdade Religiosa no Método APAC: uma Leitura a Partir da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Direitos Humanos**, Porto Alegre, n. 47, 2023.

BRASIL. Lei de Execução penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 15. out. 2024.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direito da Personalidade**: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

DARKE, Sacha. Comunidades Prisionais Autoadministradas: O Fenômeno APAC (Self-Managed Prison Communities: The APAC Phenomenon). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 107, 2014.

DARKE, Sacha. **Convívio e Sobrevivência**: coproduzindo a ordem prisional brasileira. Belo Horizonte: D´plácido, 2019.

FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. **Regulamento Disciplinar do Centro de Reintegração Social da APAC**. Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/7epj02ditiaobua/AADJcu3HQ2ET5v9SCYHfF6Tia/Regulamentos?dl=0&subfolder_nav_tracking=1. Acesso em: 15 out. 2024.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. **Método APAC**: sistematização de processos. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** São Paulo: Editora Paulinas, 2001.

RUDNICKI, Dani. Contra o método APAC: “novas” alternativas na execução penal. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2021.

SILVA, Luís Gustavo Candido e; ÁVILA, Gustavo Noronha de. A tutela dos direitos da personalidade da pessoa encarcerada: uma análise a partir da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). **Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, n. 111, 2023.

SILVA, Luís Gustavo Candido e; ÁVILA, Gustavo Noronha de. El Estado de Cosas Inconstitucional en Brasil: una mirada constitucional de los derechos de la personalidad de la población penitenciaria. **Opción**, Maracaibo, v. 39, n. 100, 2023.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. Todo homem é maior que seu erro? Bases para uma reflexão sobre o método alternativo de gestão carcerária. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 24, 2010.

ZAMBA, Edson Gabriel Souza. As técnicas disciplinares na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, n. 5, 2023.



OS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PRATICADOS NO 8 DE JANEIRO DE 2023, O DILEMA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES E A DOSIMETRIA DAS PENAS APLICADAS NO CASO

GT 3: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Miller Panucci Gomes[1], Alexander Rodrigues de Castro [2].

[1] Acadêmico da Graduação, UniCesumar - Maringá/PR, E-mail: millerpg13@gmail.com.
[2] Orientador, Doutor em Direito.Professor dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em direito da UniCesumar. Pesquisador do ICETI - Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. E-mail: alexander.decastro@unicesumar.edu.br.

RESUMO

Nos últimos anos, especialmente no biênio recente, a discussão sobre a liberdade de expressão e de informação, um dos direitos da personalidade consagrados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, intensificou-se. É importante ressaltar que essa liberdade deve ser interpretada dentro dos limites do ordenamento jurídico, uma vez que nenhuma garantia é absoluta. O equívoco de considerar a liberdade de expressão como um direito absoluto, e a percepção de que estaria sendo violada pelo Judiciário, contribuíram para a radicalização política, culminando nos atos antidemocráticos entre o final de 2022 e o início de 2023, especialmente os atentados de 08 de janeiro. Passados quase dois anos desses lamentáveis eventos, surge uma polêmica sobre a dosimetria das penas aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aos condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito. Tanto a imprensa quanto operadores do direito questionam a qualidade das decisões, levantando alegações de abusos ou exageros nas penas. O objetivo deste estudo é realizar uma análise crítica das condenações, verificando a existência de abusos e esclarecendo os fundamentos jurídicos utilizados. Para isso, será feita uma leitura atenta das jurisprudências penais consolidadas e dos fundamentos dos acórdãos condenatórios, buscando esclarecer se os argumentos apresentados são consistentes com o ordenamento jurídico e se há respaldo para as críticas à dosimetria das penas. Assim, pretende-se contribuir para o debate sobre a legitimidade das penas e suas implicações para o Estado de Direito, visando garantir a justiça nas decisões judiciais.

Palavras-chave: limites; direitos; condenações; jurisprudência; radicalização.

1 INTRODUÇÃO

Os debates acerca dos limites da liberdade de expressão ganharam relevante significância nos últimos anos. O advento das redes sociais criou um novo espaço de discussão, onde pessoas podem interagir sobre diversos temas. Contudo, esse espaço frequentemente revela-se menos diverso do que parece a priori, pois algoritmos tendem a unir opiniões semelhantes. Muitas vezes, esse confronto de opiniões gera atritos que variam de ofensas a ameaças explícitas. Naturalizou-se a ideia de que as

discussões online não têm consequências no mundo real, sob a premissa de que a liberdade de expressão é absoluta. Contudo, as palavras não são inofensivas. A liberdade de expressão não pode ser utilizada para ofender outros direitos fundamentais, como o direito à honra por exemplo. Essa distorção é frequentemente defendida por aqueles que se autodenominam “patriotas”, mas que, na verdade, promovem a desinformação. O tema é ainda debatido na Suprema Corte, com base nos julgados do Supremo Tribunal Federal (STF). A análise crítica do discurso da liberdade de expressão absoluta e da suposta exageração nas penas aplicadas pelo STF é essencial para esclarecer essa questão.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A primeira questão a ser abordada é a ideia de liberdade irrestrita de opinião. A análise do ordenamento jurídico desmonta a falácia promovida por inimigos da democracia: a violência não ocorre apenas fisicamente, pois as palavras podem gerar ilicitudes. O legislador estabeleceu proibições como a indução ao suicídio, apologia do crime e injúria, evidenciando que o uso abusivo da palavra deve ser coibido. A Constituição Federal de 1988 destaca a existência de conflitos entre seus incisos, e nenhum direito é absoluto. É necessário encontrar limites que mantenham a ordem democrática e respeitem os direitos fundamentais. As críticas ao STF sobre a dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos eventos de 08 de janeiro são infundadas. O sistema trifásico de dosimetria de penas considera circunstâncias judiciais, e a gravidade dos atos praticados nesse dia justifica as penas. As condenações variam entre 14 e 17 anos, o que não é excessivo, considerando a complexidade dos crimes imputados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo exposto, resta cristalino que não se pode considerar a liberdade de expressão uma majestade inquestionável. Trata-se de uma argumentação falaciosa empregada com desonestidade intelectual, visando a impunidade daqueles que jactam-se de pronunciar impropérios irrepetíveis e de seus vassalos travestidos de intelectuais, acadêmicos, jornalistas e tantos outros mais. Na mesma toada, é injustificável a alegação de exasperação excessiva na aplicação da pena dos condenados pela tentativa de Golpe de Estado do 08 de janeiro de 2023, configurando-se, mais uma vez, numa van tentativa de intimidar, desqualificar e atacar a Suprema Corte, vislumbrando uma possibilidade de livrar àqueles que são, os verdadeiros responsáveis por aquele caos, os quais também estão vendo avizinhar-se sua sina, comum aos criminosos.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar R. Tratado de direito penal: parte geral. v.1. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2024. E-book. ISBN 9786553629325. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553629325/. Acesso em: 08 out. 2024.

BITENCOURT, Cezar R. Tratado de direito penal: parte especial (arts. 337-E a 337-P e arts. 359-A a 359-R). v.6 . São Paulo: SRV Editora LTDA, 2023. E-book. ISBN 9786553627680. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627680/. Acesso em: 08 out. 2024.

MORAES, Cesar Dario. Quais são tais crimes e o Estado de Direito. *Consultor Jurídico*, 13 nov. 2022. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2022-nov-13/cesar-dario-sao-tais-crimes-estado-direito/. Acesso em: 23 out. 2024.

CÁLCULO JURÍDICO. Como funciona a dosimetria da pena. *Cálculo Jurídico*, 2023. Disponível em: https://calculojuridico.com.br/como-funciona-dosimetria-da-pena/. Acesso em: 23 out. 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. Quais são os limites da liberdade de expressão. *Defensoria Pública do Estado do Paraná*, Curitiba, 12 set. 2023. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Noticia/Quais-sao-os-limites-da-Liberdade-de-Expressao. Acesso em: 23 out. 2024.

STF – Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão AP 1.502. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15364466843&ext=.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

CARTA CAPITAL. STF confirma mais 15 condenações pelo 8 de janeiro. *Carta Capital*, São Paulo, 20 out. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/stf-confirma-mais-15-condenacoes-pelo-8-de-janeiro. Acesso em: 23 out. 2024.



PARA ALÉM DA REPARAÇÃO MATERIAL NA BUSCA DA PERSONALIDADE DIANTE DOS ERROS JUDICIAIS ATRAVÉS DAS FALSAS MEMÓRIAS

Débora Alécio[1], Gustavo Noronha de Ávila[2]

[1] Doutoranda em Ciências Jurídicas na UniCesumar (2022-atual). Mestra em Ciências Jurídicas e Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR (2020). Pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal na Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), no Espírito Santo. Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Bolsista Capes. Advogada e professora. E-mail: de.alecio@hotmail.com.
[2] Orientador, Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, em Ciência Jurídica da Universidade Cesumar. E-mail: gustavo.avila@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho acadêmico visa investigar sobre a possibilidade do erro judicial por intermédio da ocorrência das falsas memórias, as quais no atual cenário do poder judiciário, podem prejudicar o sistema de provas e de reconhecimento em processos criminais. Esta realidade é preocupante do ponto de vista do acusado/investigado, visto que a memória pode ser alterada desde processos internos e externos, e sua liberdade e dignidade pode ser bruscamente afetada. Assim, a pesquisa objetiva uma busca de reparações para além de medidas patrimoniais aos casos em que a personalidade é afetada com a ocorrência das falsas memórias no âmbito do processo criminal e condenações injustas. Para o êxito da pesquisa foi utilizado o método hipotético-dedutivo por meio do método teórico-bibliográfico com coletas de dados realizados em sites de busca acadêmica, bibliotecas virtuais e físicas, e notícias que retratam a ocorrência das falsas memórias no campo prático. Os resultados obtidos permeiam a necessidade de um olhar mais atento aos modos de reparação para além da questão patrimonial àqueles que se tornam vítima de condenações injustas, visto que afetam diretamente a essência do indivíduo que se vê estigmatizado e alvo de preconceito social após ser injustamente acusado da realização de um ato criminoso, afrontando diretamente os direitos da personalidade.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Erro judicial; Estigmatização; Falsas memórias; Reparação.

1 INTRODUÇÃO

Estudar sobre falsas memórias representa investigar os próprios mistérios humanos por trás da mente. Este fenômeno se mostra como intrigante e desafiador aos pesquisadores da área, pois é analisar como os indivíduos são capazes de recordar com convicção de eventos que nunca ocorreram.

Para além de uma pesquisa voltada para as neurociências e psicologia, a compreensão desse fenômeno é essencial para abordar questões relacionadas à confiabilidade de testemunhos, processos judiciais e o funcionamento cognitivo, destacando a necessidade de uma análise aprofundada sobre como as memórias são formadas, armazenadas e evocadas, e os fatores que podem conduzir a distorções.



A partir de uma perspectiva interdisciplinar que abrange o direito, a psicologia e a neurociência, há que se falar das implicações jurídicas que podem tomar grandes proporções na vida de um ser humano.

A maneira como o indivíduo se comunica e expressa suas ideias é fundamental para a construção de sua personalidade. E para além desta concepção, o modo como ele é visto diante da sociedade possui reflexos diretos na construção da sua personalidade ao longo da vivência em comunidade.

A possibilidade de falha na recordação acerca de um fato pode ser gerada por diversos fatores em um processo, e podem causar um dano maior a vida de uma das partes, e em especial, aos que tramitam nos juízos criminais. Como grave consequência, pode haver as condenações injustas.

Ser condenado injustamente por um crime que não cometeu gera reflexos na vida pessoal, profissional e social de quem passou por este ocorrido. Até mesmo a investigação e repercussão em noticias de que se tenha cometido um delito já gera prejuízos.

Com base nesta breve contextualização sobre o tema da presente pesquisa, questiona-se: a reparação patrimonial é suficiente para dirimir as consequências de uma condenação injusta que ocorreu por intermédio das falsas memórias?

O objetivo deste trabalho é a investigação de meios de reparação para além das de cunho patrimonial que possam reduzir as consequências dos erros judiciais por meio das falsas memórias. Bem como, verificar se há meios de reparação que possam resguardar os direitos da personalidade diante da essencialidade dos indivíduos.

O método utilizado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo e a busca de dados foi realizada conforme o teórico-bibliográfico ante a consonância com o tema proposto, com coletas de dados realizadas em bibliotecas físicas e virtuais, sites de busca que permitiram o acesso as pesquisas acadêmicas sobre a temática, revistas jurídicas e notícias que envolvem condenações injustas por erro do judiciário.

A temática desta pesquisa ressalta a relevância dela para toda a sociedade, pois é nesta que são espelhados os reflexos das decisões obtidas no poder judiciário. A realidade atual do reconhecimento de suspeitos e oitivas de testemunhas é preocupante, e da maneira que são realizadas podem prejudicar qualquer um, pois as testemunhas e vítimas pode acreditar que sua memória é verdadeira, não sabendo esta que pode ter sido permeada pelas falsas memórias.

Além disto, a temática possui uma relevância científica, fomentando ainda mais o debate acadêmico interdisciplinar aos pesquisadores juristas, para que haja uma visão de campo mais abrangente as injustiças que podem ocorrer diante da falta de preparo na condução de uma produção de provas, e a intercorrência direta nos direitos da personalidade.



2 AS FALSAS MEMÓRIAS E O ERRO JUDICIAL

A análise das falsas memórias faz o indivíduo retornar ao estado de investigação dentro de si ao questionar-se: o quão a minha memória é confiável? Vou sempre poder confiar no que me recordo?

A partir de uma reflexão profunda sobre esta temática e questionamento, tem-se a constatação da importância do estudo da memória e as consequências que ela pode gerar na vida dos indivíduos em âmbito pessoal e social.

Primeiramente, se faz necessário distinguir que as falsas memórias não podem ser confundidas e misturadas com as mentiras ou fantasias das pessoas. E ainda, elas são diferenciadas das verdadeiras pelo fato de serem compostas no todo ou parte por recordações de informações que não ocorreram na realidade, sendo frutos do funcionamento normal da memória (Stein, 2010).

O estudo sobre as falsas memórias passou a ganhar mais destaque na década de 1990, em razão de um aumento de denúncias contra acusados de abusos sexuais estranhos, o que gerou questionamentos sobre a autenticidade dos depoimentos dados por crianças (Stein; Feix; Rohenkohl, 2006). Tais eventos impulsionaram a necessidade de pesquisas nesse campo, considerando que envolvem a liberdade de uma pessoa que pode ser prejudicada.

Como conceituação, as falsas memórias podem ser definidas como “lembranças de eventos que não ocorreram, de situações não presenciadas, de lugares jamais vistos, ou então, de lembranças distorcidas de algum evento” (Alvez; Lopes, 2007, p. 46).

As falsas memórias podem surgir de duas maneiras diferentes: de forma espontânea ou por meio de implantação/sugestão. As falsas memórias espontâneas são geradas internamente pela pessoa como resultado do processo natural de compreensão do evento. De acordo com Alves e Lopes (2007), esse tipo de distorção ocorre com todos no cotidiano, em situações até mesmo irrelevantes. Enquanto as falsas memórias sugeridas são aquelas que surgem a partir de uma sugestão externa, intencional ou não, cujo conteúdo não faz parte da experiência vivida, mas apresenta elementos coerentes com o fato.

Nas palavras do pesquisador Ávila:

> As falsas memórias podem ser formadas de maneira natural, através da falha na interpretação de uma informação ou ainda por uma falsa sugestão externa, acidental ou deliberada, apresentada ao indivíduo. Podem ocorrer de duas formas: procedimento de sugestão de falsa informação, que consiste na apresentação de uma informação falsa compatível com a experiência, que passa a ser incorporada à memória sobre esta vivência. Já as falsas memórias, que serão geradas

> espontaneamente, resultam do processo normal de compreensão, ou seja, fruto de processos de distorções mnemônicas endógenas (Ávila, 2013, p. 111).

Assim, pode-se compreender que o processo interno é considerado uma distorção endógena ocorrendo de maneira espontânea. A título de exemplo seria como acreditar que trancou a casa antes de sair por sempre tranca rotineiramente e pensa que não realizaria essa atividade de maneira diversa. Logo, tais ações rotineiras e feitas automatizadas podem gerar falsas memórias autossugeridas sem qualquer interferência externa.

Quanto a sugestionabilidade, ela se caracteriza como meio de criação de falsas memórias por fatores externos, expondo o quão a memória pode ser influenciada por outras pessoas. As informações recebidas após um evento vivido podem alterar a recordação com a aceitação e incorporação das informações falsas após o evento original (Ávila, 2013).

Quanto as pesquisas e frente o trabalho de Santos e Stein (2008), uma metodologia amplamente utilizada é a da lista de palavras associadas, chamada DRM, desenvolvida por Roediger e McDermott com base no trabalho de Deese. O DRM consiste em apresentar listas de palavras relacionadas a um tema específico para serem memorizadas, sem incluir a palavra-chave central do tema. Assim, ao testar a memória, as pessoas frequentemente recordam a palavra-chave mesmo que ela não tenha sido apresentada. Até mesmo outras versões do DRM com palavras associadas por grafia e som também aparecem com grande incidência e capacidade de gerar falsas memórias.

Os estudos sobre falsas memórias são essenciais para compreender como a mente pode distorcer ou criar lembranças de eventos que não ocorreram. Para Oliveira, Albuquerque e Saraiva:

> Os resultados e conclusões dos estudos experimentais sobre falsas memórias depressa tiveram repercussão na sociedade em geral, uma vez que tornou evidente que todos os indivíduos estão sujeitos a este tipo de erro, o que pode ter consequências negativas imprevisíveis. Acima de tudo, é de salientar que o estudo da produção de falsas memórias foi importante no sentido em que a compreensão dos erros mnésicos permitiu uma melhor compreensão do funcionamento da memória. Por via das pesquisas, avanços e descobertas alcançadas nestes estudos, a comunidade científica e a sociedade em geral, têm um conhecimento alargado acerca dos processos de retenção, codificação e recuperação (correta e falsa) de informação (Oliveira; Albuquerque; Saraiva, 2018, p. 1771).

Conforme o trabalho de Loftus (2004), há pesquisas que demonstram que as memórias verdadeiras são mantidas com mais confiança e vivacidade, enquanto outras não encontram essas diferenças.

Todavia, encontra-se em estudos que as memórias falsas foram tão convincentes quanto as verdadeiras em termos de confiança e reviver o evento. Assim, a emoção associada as falsas memórias dentro de um estudo com pessoas que acreditam ter sido abduzidas por alienígenas mostraram que elas apresentaram reações fisiológicas intensas ao recordar esses eventos, comparáveis às de memórias verdadeiras.

Distinguir falsas memórias de memórias verdadeiras é uma tarefa complexa, dado que ambas podem ser igualmente vívidas e carregadas de confiança. Em muitos casos as falsas memórias são reconstruídas de maneira tão convincente que os indivíduos as experimentam com o mesmo nível de detalhe e emoção das memórias genuinamente verdadeiras.

Além disso, os processos cognitivos envolvidos na formação das memórias, como a sugestionabilidade e a influência de informações posteriores, tornam ainda mais difícil o discernimento entre o que foi de fato vivido e o que foi criado/distorcido pela mente. Dessa forma, a distinção entre falsas e verdadeiras memórias frequentemente escapa aos critérios intuitivos de certeza e intensidade emocional, exigindo uma análise cuidadosa para evitar equívocos que podem ter consequências, especialmente em contextos jurídicos diante do julgamento da vida de uma pessoa.

É diante deste ponto que há a grande importância do estudo e cuidado com a ocorrência das falsas memórias, pois a liberdade do ser humano pode sofrer violação com condenações injustas.

Com o olhar preocupado com a temática e sua ocorrência no mundo real, os pesquisadores Ávila, Lazaretti e Amaral (2018) realizaram uma pesquisa empírica dentre os meses de abril e julho de 2012, em uma delegacia da região metropolitana de Porto Alegre para investigar o funcionamento de parte do sistema penal em relação à produção de falsas memórias, e com isso analisar as influências das mesmas nos depoimentos prestados por testemunhas na fase inquisitorial.

Como conclusão da pesquisa, puderam observar que não havia padrão de inquirição realizado pelos policiais, tampouco um protocolo pré-definido de como agir, havendo uma notável diferença quanto à qualidade entre os depoimentos de curta distância de tempo em relação aos que haviam decorrido anos entre o fato e a entrevista (Ávila; Lazaretti; Amaral, 2018).

Tal pesquisa demonstra o quanto a realidade criminal pode ser permeada pelas falsas memórias prejudicando um bom andamento do poder judiciário, uma vez que testemunhos baseados em recordações distorcidas ou incorretas podem levar a decisões judiciais erradas. Quando testemunhas ou vítimas se lembram de eventos de forma imprecisa, podem incriminar inocentes ou falhar em identificar os verdadeiros perpetradores, comprometendo a integridade do processo penal.

Além disso, a confiança excessiva em lembranças subjetivas pode influenciar jurados e policiais, resultando em práticas investigativas tendenciosas. Acerca da preocupação diante da ocorrência das falsas memórias no contexto do judiciário,

> A dificuldade permanente de representação e a necessária correlação entre o (in)consciente e a memória só vêm a corroborar a necessidade de efetivação de garantias e medidas que venham a atenuar a problemática dentro de um contexto criminal. Especialmente quando a vítima, a sociedade (especialmente se a mídia está envolvida), e o aparelho estatal objetivam encontrar da forma mais breve possível um culpado a ser punido (Ávila; Gauer; Pires Filho, 2012, p. 7.175).

Na pesquisa dos autores Baldasso e Ávila (2018) com a análise dos julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, puderam concluir que a tese da presença de falsas memórias na prova oral, mesmo que frequentemente suscitada no âmbito recursal, não teve grande repercussão no resultado do processo diante do número de decisões que a afastaram sem qualquer embasamento técnico científico e sem a profundidade do conhecimento sobre o tema.

Além disto, é importante destacar que a análise não se limita apenas às ações do órgão acusatório e da magistratura, mas envolve todos os que participam ativamente na (re)construção do fato ocorrido. Isto significa dizer que a ocorrência de falsas memórias depende também dos defensores, que devem empregar as melhores estratégias para prevenir distorções no âmbito do contraditório (Ávila, 2014).

Essa discussão traçada neste ponto da pesquisa realça uma preocupação prática, que é a possibilidade dos erros no judiciário. Tais falhas são graves ameaças à justiça, pois a distorção da lembrança de eventos, muitas vezes influenciada por fatores externos, pode levar a decisões judiciais fundamentadas em relatos imprecisos ou enganosos, resultando em condenações injustas.

De acordo com a pesquisadora Scalcon (2024), não há um conceito explícito de erro judiciário presente na legislação, além de que “o Código de Processo Penal sequer usa essa locução, mas sim a expressão ‘erro ou injustiça da condenação’”, aos quais ofertam sinais do sentido que se emprega.

É na Constituição Federal de 1988 que consta como um direito fundamental a indenização por erro judicial. Assim, o dever de reparação por parte do Estado está expressamente previsto no art. 5º, inc. LXXV da legislação máxima brasileira, conferindo a esta prerrogativa a magnitude e relevância que busquem a máxima efetividade (Scalcon, 2024).



Portanto, Scalcon (2024) afirma que toda condenação criminal que prejudique um inocente por um fato que não cometeu ou nunca aconteceu, representa uma condenação por erro judiciário. Assim:

> Vale ressaltar que o objetivo da persecução penal seria a proteção do bem jurídico tutelado, por intermédio da aplicação de sanções penais ao seu real infrator. O erro do judiciário, assim, encontra-se presente nas decisões do magistrado (não somente nelas, mas em todos os atos judiciais e jurisdicionais) que não apresentam respaldo na realidade fática presente no momento da infração, independentemente de quem seja a parte lesada (a expressão não se refere a parte processual que seriam o Ministério Público e o réu, mas sim parte no sentido de interessados, ou seja, da perspectiva da vítima e do acusado). Logo, a perspectiva trazida de erro do judiciário na decisão penal deve ser vista tanto do ponto de vista da vítima (que teve seu direito lesado, buscando uma punição efetiva do infrator) quanto do réu (que não praticou nenhuma infração, mas acaba por ser injustamente condenado) (Santos, 2021, p. 63-64).

Perante o erro judicial, tem-se que o mesmo pode ocorrer com a presença das falsas memórias, capazes potencialmente de absolvição de culpados e condenação de inocentes. Além dos erros judiciários não se limitarem a uma questão estatística, eles envolvem aspectos da neurociência no que se referem à prova testemunhal e ao reconhecimento pessoal e fotográfico, tanto durante a fase policial quanto na fase judicial (Pinto; Santos, 2022).

Logo, pode-se observar ao longo deste tópico como se dá o fenômeno das falsas memórias e sua influência potencial para a ocorrência de erros judiciais. A memória humana não funciona como uma gravação fiel dos eventos (felizmente ou não), sendo sujeita a distorções e influências externas e internas por processos mnemônicos. No caso da prova testemunhal, podem a vítima, testemunhas ou acusados, mesmo que sem a intenção, apresentar recordações modificadas, levando a uma posição viciada do magistrado a condenações baseadas em inverdades.

No contexto do direito penal, onde a busca pela apuração dos fatos é essencial, os riscos decorrentes de falsas memórias devem ser mitigados por meio de procedimentos judiciais tecnicamente embasados, fazendo com que os atores do poder judiciário adotem uma postura crítica em relação aos testemunhos e confissões, reforçando a necessidade de provas objetivas e corroborativas para evitar erros irreparáveis.

Portanto, ao lidar com a busca do equilíbrio entre memória e “verdade”, o poder judiciário deve se adaptar para reduzir o risco de erros judiciais e promover julgamentos que não firam a personalidade dos sujeitos.

3 DA NECESSIDADE DE UMA REPARAÇÃO PARA ALÉM DA INDENIZAÇÃO FINANCEIRA COMO BUSCA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Assim como já discutido anteriormente, a reparação decorrente de erro judiciário é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, a qual determina que cabe ao Estado a obrigação de indenização do indivíduo que teve uma condenação injusta. Isto é, os casos em que há um reconhecimento posterior de uma condenação indevida ou prisão ilegal, gera ao Estado o dever de reparar por danos morais e materiais sofridos.

A reparação pelo erro judiciário não é apenas uma questão de justiça individual voltada ao indivíduo que sofreu as amargas penas indevidas, pois gera também na população uma insegurança jurídica na confiança depositada nos órgãos do Estado.

Conforme o estudo de Knoerr e Veronesse (2016), o erro judiciário decorrente da má subsunção do comportamento à norma da época do fato, causador de dano ao jurisdicionado, obriga ao Estado a obrigação de restabelecer o *status quo ante* por meio da devida indenização.

De acordo com Veronese (2018), apesar de grande parte dos erros no poder judiciário estarem vinculados à atuação do juiz no exercício de suas funções, há também situações em que os servidores podem causar danos, situação que também é responsabilidade do Estado em indenizar.

Entretanto, muito se fala da reparação financeira, sendo por danos materiais e morais, e deixa-se de lado outros aspectos que circundam uma verdadeira reparação a um condenado injustamente, por exemplo.

Por mais que haja a inegável essencialidade da reparação financeira e material, observa-se que não se mostra suficiente para sanar os danos causados ao indivíduos por erro judiciário, violando até sua personalidade como ser humano digno perante ele mesmo e a sociedade.

Quando uma pessoa é injustamente condenada, a privação da liberdade, todo o trâmite processual de acusação social, o estigma social, o abalo psicológico e os prejuízos à vida pessoal e profissional geram consequências profundas que o dinheiro, por si só, não pode remediar ou mitigar. A perda da convivência familiar, o comprometimento da saúde mental e física, e a desintegração de laços sociais muitas vezes são danos irreparáveis, cuja simples compensação econômica não é capaz de restaurar ao *status a quo*.

Em procura recente nos sites de busca pode-se encontrar casos reais em que houve condenações criminais de inocentes. Um jardineiro negro foi libertado por decisão do poder judiciário após a Polícia Científica identificar o homem que estuprou mulheres entre 2010 e 2012 em São Paulo. De acordo com a reportagem, ele ficou preso injustamente por

longos doze anos, e foi inocentado após exames de DNA apontarem o verdadeiro agente do fato criminoso (Tavares; Tomaz; Guedes, 2024).

Um outro caso é de Lucas, que foi condenado a uma pena 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão por crime de roubo com arma de fogo. Ele foi reconhecido erroneamente por métodos inadequados e somente após dois anos de prisão que foi constatado que o mesmo não havia cometido o delito (Innocence Project Brasil).

Em uma reportagem que demonstra casos de erros por parte do judiciário, principalmente quanto ao reconhecimento incorreto e formação de falsas memórias nas vítimas dos delitos, consta o relato de um homem que foi preso injustamente e que por conta deste episódio não consegue voltar a ter emprego fixo, e muito menos ter paz ao andar pelas ruas, visto que tem a insegurança junto dele a todo o momento (Conheça, 2022).

Observa-se que por mais que haja uma indenização financeira para essas pessoas que tiveram suas vidas dilaceradas e essência afetadas, não é o suficiente para que haja uma devida reparação de sua personalidade.

A personalidade requer a proteção máxima devido às suas características fundamentais ao núcleo da pessoa (Alécio; Ávila, 2023), sendo uma precondição da existência de direitos e obrigações (Cupis, 2008). Assim, a essência do ser humano concentra-se na sua personalidade, e por conta disto os direitos que garantem a sua proteção tem um grande amparo jurídico:

> Em virtude de sua grandeza, os direitos da personalidade não têm avaliação pecuniária, dessa forma são denominados como extrapatrimoniais, pois é certo que os mesmos não se integram ao patrimônio econômico do ser humano e, sendo assim, não têm preço. No entanto, devemos ressaltar que o desrespeito aos direitos da personalidade é passível de indenização, haja vista que fere a moral do ser humano, causando ao mesmo desconforto e humilhação, atingindo o bem maior que a pessoa humana tem, que é a sua dignidade (Santos; Jacyntho; Silva, 2013, p. 382).

Nota-se que por mais que haja um tentativa de reparo de cunho patrimonial, uma afronta a tais direitos não possui preço frente a dificuldade (quase impossibilidade) de mensuração.

Com isso a justiça deve procurar meios de reparação além da patrimonial, como por exemplo, a reparação simbólica. Esta se mostra como uma forma de retratar e amenizar os danos não materiais causados a uma pessoa que sofreu uma afronta à direitos, especialmente em casos onde a simples indenização financeira não é suficiente para corrigir o impacto do dano.

Essa reparação tem um caráter moral, social ou psicológico, voltada para a restauração da dignidade, honra e imagem pública da vítima. Como



declarações públicas de inocência na mídia, a fim de alcançar o público telespectador que foi informado que aquele indivíduo tinha cometido um crime.

Por vezes os danos gerados a imagem – conectado diretamente a personalidade humana, são perpetuados por épocas a frente, e o próprio indivíduo não consegue mais restabelecer vínculos sociais por feridas em sua personalidade e estigmas sociais daqueles que não ouviram a realidade dos fatos.

Assim, ao haver o reconhecimento publicamente dos erros cometidos, essa restauração simbólica pode contribuir para o reestabelecimento da confiança social e a reconciliação entre o indivíduo e a comunidade. Mais do que uma mera compensação financeira, a reparação simbólica é um instrumento da tentativa de resgate da integridade moral, da imagem pessoal e social, e de prevenção de futuras violações, garantindo que injustiças cometidas não sejam esquecidas e que as vítimas tenham sua dignidade plenamente restaurada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa foi analisada a complexa relação entre falsas memórias e erros judiciais, com destaque para as implicações que esse fenômeno pode ter no direito penal e na preservação dos direitos da personalidade.

Verificou-se que a confiabilidade das testemunhas, das vítimas e até dos acusados, muitas vezes tomada como essencial para a construção da verdade formal, pode ser severamente comprometida por distorções involuntárias na memória.

No primeiro momento da pesquisa pode-se observar como se dá o fenômeno das falsas memórias e sua influência potencial para a ocorrência de erros judiciais. Constata-se que a memória humana não funciona como uma gravação fiel dos eventos, podendo sofrer distorções externas e internas. Assim, o poder judiciário deve se adaptar para reduzir o risco de erros judiciais e promover julgamentos que não afetem negativamente a personalidade dos indivíduos.

No segundo momento da pesquisa buscou-se traçar os meios de reparação para aqueles que tenham sofrido as consequências do erro judicial em condenações injustas. Analisando a Constituição Federal de 1988, nota-se que há a indenização para reparar os erros cometidos pelo poder judiciário.

Ocorre que, por mais que a reparação patrimonial seja essencial nestes casos, recursos financeiros nem sempre são capazes de restaurar a essência da personalidade daqueles que sofreram na pele pelas consequências danosas de serem incorretamente condenados. A honra,



imagem, vida profissional, dignidade: todos esses aspectos são diretamente afrontados, o que afeta a personalidade humana.

Portanto, pode-se concluir que deve haver um reconhecimento público e retratação abrangente além da reparação patrimonial dos erros cometidos, a fim de contribuir para o reestabelecimento da confiança social e da personalidade.

Assim, resgatar a integridade moral, imagem pessoal e social de um indivíduo que sofreu uma condenação injusta é buscar restaurar a sua personalidade e integridade, bem jurídico mais valioso na qual os direitos da personalidade buscam tutelar.

Garantir a proteção dos direitos fundamentais da personalidade exige que o poder judiciário seja capaz de lidar com as limitações inerentes à cognição humana, e reparar quando prejudicar a vida de um inocente. Apenas por meio de uma abordagem mais crítica e científica, que leve em conta a complexidade das falsas memórias, será possível reduzir a ocorrência de erros judiciais e promover a defesa da essência humana.

REFERÊNCIAS

ALÉCIO, Débora; ÁVILA, Gustavo Noronha de. Corpos dóceis e a sociedade disciplinar: a vigilância como restrição aos direitos fundamentais da personalidade. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, Ano XXXII, nº 60, jul./dez. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2023.60.13782. Acesso em: 25 set. 2024.

ALVES, Cíntia Marques; LOPES, Ederaldo José. Falsas Memórias: questões teórico-metodológicas. **Paidéia**, 17(36), p. 45-56, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/6TcsYLzSMYnrPDTGJdWNFzr/. Acesso em: 26 set. 2024.

ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Falsas memórias e sistema penal:** a prova testemunhal em xeque. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ÁVILA, Gustavo Noronha de. Política não criminal e processo Penal: a intersecção a partir das falsas memórias da testemunha e seu possível impacto carcerário. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/redppc/article/view/51816. Acesso em: 25 set. 2024.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; GAUER, Gabriel José Chittó; PIRES FILHO, Luiz Alberto Brasil Simões. “Falsas” memórias e processo penal:

(re)discutindo o papel da testemunha. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, ano 1, nº 12, p. 7167-7180, 2012. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2012/12/2012_12_7167_7180.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; LAZARETTI, Bruna Furini; AMARAL, Mariana Moreno do. Do campo das falsas memórias às falsas memórias do campo: impressões obtidas através do acompanhamento de oitivas policiais na região metropolitana de Porto Alegre. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 5, n. 3, p. 93-117, dez. 2018. Disponível em: https://reedrevista.org/reed/article/view/279/pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

BALDASSO, Flaviane; ÁVILA, Gustavo Noronha de. A Repercussão do Fenômeno das Falsas Memórias na Prova Testemunhal: uma análise a partir dos Julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 4, n. 1, p. 371-409, jan./abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22197/rbdpp.v4i1.129. Acesso em: 27 set. 2024.

CONHEÇA a história de 3 brasileiros que foram presos injustamente a partir do reconhecimento fotográfico. **Jornal Nacional**, 31 maio 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/31/conheca-a-historia-de-3-brasileiros-que-foram-presos-injustamente-a-partir-do-reconhecimento-fotografico.ghtml. Acesso em: 28 set. 2024.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Quorum, 2008.

INNOCENCE PROJECT BRASIL. **Nossos casos.** Disponível em: https://www.innocencebrasil.org/nossos-casos. Acesso em: 26 set. 2024.

KNOERR, Viviane Sellos; VERONESE, Eduardo Felipe. O erro judiciário e a responsabilidade civil do estado. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/7013/pdf_51. Acesso em: 26 set. 2024.

LOFTUS, Elizabeth. F. Memories of Things Unseen. **Current Directions in Psychological Science**, 13(4), 145–147, 2004. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.0963-7214.2004.00294.x. Acesso em: 26 set. 2024.

OLIVEIRA, Helena Mendes; ALBUQUERQUE, Pedro B; SARAIVA, Magda. O Estudo das Falsas Memórias: Reflexão Histórica. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1763-1773, dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tpsy/a/vkbwp5cdyQpYFrk6yLTMq3S/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 set. 2024.

PINTO, Silvia Regina Becker; SANTOS, Vanessa Louise dos. Falsas memórias e sua repercussão no processo penal. **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 91, p. 41-72, jan./jul. 2022. Disponível em: https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/265/149. Acesso em: 26 set. 2024.

SANTOS, Luciana Pereira dos; JACYNHTO, Patrícia Helena Avila; SILVA, Reginaldo da. Imprescritibilidade dos Direitos da Personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 13, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/2764. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Nathan Vinagre Augusto dos. O banco de perfil genético como forma de dirimir o erro do judiciário. *In*: LEMOS, Lilian Rose Rocha (coord). **Caderno de pós-graduação em direito**: o erro do judiciário em matéria penal. Brasília: CEUB: ICPD, 2021. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15550/1/E-Book%20-%20O%20Erro%20do%20Judicia%cc%81rio%20rm%20Mate%cc%81ria%20Penal.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

SANTOS; Renato Favarin; STEIN, Lilian Milnitsky. A influência das emoções nas falsas memórias:
uma revisão crítica. **Psicologia UsP**, São Paulo, v. 19, n. 3, 415-434. Jul./set. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/ZZcNXY6FP3V8D7yQ3DZn5zz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 set. 2024.

SCALCON, Raquel Lima. Parecer – do conceito de erro judiciário no direito brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 203, n. 203, p. 365–385, 2024. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/1162. Acesso em: 26 set. 2024.

STEIN, Lilian Milnitsky. **Falsas memórias**: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

STEIN, Lilian Milnitsky; FEIX, Leandro da Fonte; ROHENKOHL, Gustavo. Avanços metodológicos no estudo das falsas memórias: Construção e normatização do procedimento de palavras associadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 166-176, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/y7mkddw8LrZyfk7f69gPZJQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 set. 2024.

TAVARES, Bruno; TOMAZ, Kleber; GUEDES, Philipe. Após 12 anos preso injustamente, homem condenado por 10 estupros é inocentado por exame de DNA e solto. **Portal G1 SP**, 16 maio 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/05/16/apos-12-anos-preso-injustamente-homem-condenado-por-10-estupros-e-inocentado-por-exame-de-dna-e-solto.ghtml. Acesso em: 28 set. 2024.

VERONESE, Eduardo Felipe. Erros judiciários e a responsabilidade civil do estado: a função jurisdicional como serviço público. **Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 48 -65, Jul./Dez. 2018. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistapoliticiajudiciaria/article/view/4870/pdf. Acesso em: 26 set. 2024.



A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva[1], Ivan Dias da Motta [2]

[1] Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2023), bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES), integrando a linha de pesquisa "Instrumentos para Efetivação dos Direitos da Personalidade". E-mail: giovannachristina1997@gmail.com
[2] Orientador, Pós-doutorado em Direito Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Doutor em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e Mestre em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Efetividade da Justiça e Direitos da Personalidade. E-mail: ivan.motta@unicesumar.edu.br.

RESUMO

A educação ambiental tem um papel fundamental para demonstrar aos alunos que a preservação do meio ambiente é necessária para que as gerações futuras possam sobreviver, sabemos que a educação é um direito social importantíssimo para a efetivação dos direitos da personalidade e dignidade dos indivíduos, assim atua como uma ferramenta importante para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. Desta forma, é essencial que as escolas incentivem a consciência ecológica para que os alunos entendam a importância do meio ambiente. O presente artigo tem por objetivo apresentar, de modo sintetizado, algumas reflexões a respeito do direito educacional, demonstrando a necessidade da educação ambiental no sistema de ensino brasileiro, destacando a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade. Realizou-se um estudo exploratório bibliográfico e uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, pelo método dedutivo, considerando as informações disponíveis nas bases de dados eletrônicas, assim é importante estabelecer os meios de garantir a educação ambiental no sistema educacional brasileiro, para assegurar uma sociedade mais justa e igualitária que vise a preservação do meio ambiente e assim consiga efetivar a proteção dos indivíduos, sendo essencial demonstrar que toda e qualquer forma de vida deve ser preservada, ajudando no combate às desigualdades e assim melhorar a qualidade de vida e promover a consciência ambiental.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; Educação Ambiental; Meio Ambiente, Políticas Públicas; Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O direito educacional tem um papel importante em nossa sociedade, pois ele contribui para que ela se torne justa e igualitária. Assim, a Constituição do Brasil institui que a educação é um direito fundamental, sendo considerada um direito social, onde todos devem garantir o acesso a uma educação de qualidade.

Mesmo que nossa sociedade saiba que precisamos de muitas mudanças, ainda existe a necessidade da discussão sobre sustentabilidade e da Educação Ambiental no ambiente escolar, o planeta terra precisa dos meios necessários para auxiliar sua proteção, e introduzir

isso nas escolas consegue modificar o pensamento crítico dos alunos e assim modificar a realidade que estamos vivendo.

Assim, podemos afirmar que a pedagogia passou a ser essencial para o desenvolvimento humano, pois, através dos profissionais da educação, é possível conscientizar os alunos e introduzir o assunto da preservação ambiental, para que a sociedade sobreviva. Desta forma, cabe ao Estado elaborar os meios que possam garantir a qualidade, e acesso da educação, introduzindo as questões ambientais, e outros pontos a serem observados, assim as políticas públicas têm um grande destaque em nosso ordenamento, como os instrumentos capazes de realizar a melhoria da sociedade.

Diante deste cenário, é importante destacar a necessidade da educação ambiental no sistema educacional brasileiro, como uma forma de demonstrar aos educandos que a sociedade precisa de apoio, pois, caso continue no ritmo atual, as gerações futuras não terão os recursos necessários para sobreviver. Deve ser garantido aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem, demonstrando como o meio ambiente é essencial à nossa sociedade. Dessa maneira, o problema da presente pesquisa reside na seguinte questão: A educação ambiental está sendo discutida no ambiente escolar no Brasil?

Estes questionamentos revelam a importância da discussão sobre este tema no meio educacional e a necessidade de ampliar os debates bem como a necessidade de mudanças no contexto educacional, as áreas do direito e educação, devem atuar juntas de modo que sejam elaboradas eis, políticas públicas e ações educacionais, que consigam diminuir os problemas sociais e consigam o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária que defenda a preservação ambiental.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para esse estudo, utilizar-se-á o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica, com base em livros e artigos científicos que versem sobre o tema, para demonstrar a importância da educação ambiental e a criação de políticas públicas de preservação ambiental.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL E O DIREITO DA PERSONALIDADE

A educação é um direito fundamental para os alunos, no artigo 6.º da Constituição Federal, a transforma em um direito social a ser preconizado por toda a sociedade, o artigo 23, inciso V, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem proporcionar

os meios de acesso à educação, atuando em colaboração, possibilitando que todos tenham acesso às mesmas oportunidades.

Por ser considerada um direito social a educação tem um papel importantíssimo para os indivíduos, ela é reconhecida como uma questão nacional, dessa forma é necessário a intervenção do Estado para estabelecer os programas, leis e mecanismos necessários para a concretização dos direitos educacionais (Martins, 2010).

Destaca-se o que o artigo 24, inciso IX, estabelece que os entes públicos devem estabelecer os meios necessários para o apoio da educação no país, permitindo a sua inserção na comunidade como garantia da cidadania e da manutenção de direitos, como, por exemplo, a dignidade e a personalidade. O direito à educação é um direito fundamental, previsto na constituição, trata-se de um direito que não é recente em nossa sociedade, embora tenha ganhado destaque nos últimos anos, é um direito importantíssimo para os indivíduos de nossa sociedade (Cenze, 2006).

Já o artigo 205 da Constituição estabelece que a educação possibilita o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, passando a ser essencial ser garantido os meios que possibilitem uma educação sem que ocorram prejuízos aos alunos. Desta forma, o Direito Educacional é considerado um direito da personalidade, fundamental para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, estando interligado ao princípio da dignidade da pessoa humana (Lonchiati; Mota, 2016).

O legislativo, através da elaboração das leis, passa a ser a ferramenta necessária para encontrar os meios de reparar os danos e conseguir realizar a transformação dos indivíduos, garantindo que não ocorram violações e danos aos indivíduos. A educação não é apenas um direito, ela pode ser considerada a consequência do exercício da cidadania, pois ela possibilita o desenvolvimento de uma sociedade melhor (Camara, 2013).

Observa-se que, a educação é um direito relacionado aos indivíduos, assim ele é crucial para o desenvolvimento da personalidade, por isso ela pode ser considerada um direito da personalidade, pois, influência a construção do pensamento crítico e a formação de cidadãos melhores, especialmente para os indivíduos que não têm acesso aos recursos necessários e dependem do Estado.

É indispensável que seja assegurado aos alunos a educação de qualidade, desta forma, para ser atingidas as finalidades da educação é essencial, que ela seja prestada com qualidade e preocupação no que está definido na Constituição Federal, bem como nas leis que a auxiliam (Costa, Motta, Dante, 2018).

O desenvolvimento da sociedade está relacionado com a transmissão do ensino, por isso é importante possibilitar aos educandos



uma educação de qualidade e gratuita. Mesmo que ocorram reformulações pelas mudanças sociais, econômicas, em que a sociedade vivencia, é essencial serem garantidos os preceitos constitucionais estabelecidos. Atualmente, a educação brasileira está interligada com o desenvolvimento da cidadania, qualificação para o trabalho e a preocupação com os problemas sociais (Lima; Silva Júnior, 2006).

Destaca-se, ainda, que o processo educacional é considerado parte do ser humano, pois o acompanham desde o ambiente familiar, desta forma ele deve ser garantido de maneira qualificada a todos os cidadãos (Biesdorf, 2011). É necessário serem disponibilizados recursos para desenvolver as capacidades dos alunos e assim permitir um ambiente escolar que ofereça as mesmas oportunidades a todos.

O direito educacional pode ser considerado um instrumento de defesa dos direitos individuais das crianças e adolescentes, através dele os indivíduos conhecem seus direitos e podem cobrar do poder público as melhorias que podem contribuir com a formação de uma sociedade melhor. Ressaltamos que a educação consegue despertar nos indivíduos o desenvolvimento de suas capacidades e, devido a isso é aconselhável garantir o acesso a uma educação de qualidade (Zenni; Félix, 2011).

É dever do poder público estabelecer as ferramentas, leis e políticas públicas que oportunizem a efetivação da educação, ela é um direito fundamental, garantindo assim o acesso gratuito e a permanência dos alunos em sala de aula, possibilitando a formação de cidadãos conscientes e preocupados com as questões políticas, econômicas, sociais e ambientais.

2.3 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM) PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

A educação responsável e transgeracional está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu as ODS para realizar o desenvolvimento sustentável até 2030, e são consideradas uma ferramenta para realizar a proteção dos indivíduos e uma vida digna dos indivíduos (Zeifert, Cenci, Manchini, 2020).

Destaca-se que a ODS de número quatro aborda a educação e tenta garantir educação de qualidade, baseada na educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Dentro da ODS-4, temos sete metas e destacamos a Meta 4.7, que aborda a educação ambiental, para o desenvolvimento da sociedade:



> Meta 4.7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (IPEA, 2024).

Os ODM, também são importantes para estabelecer as políticas públicas educacionais, que podem levar a melhoria da educação e a inclusão da educação ambiental nas escolas, a ODM-7, objetiva a garantia da sustentabilidade ambiental, visando a realização da conscientização do meio ambiente, essencial para a nossa sociedade:

> O ODM 7 abrangia quatro metas: "Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais"; "Reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa"; "Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário"; e "Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários" (Roma, 2019, p.37)

A educação ambiental é um componente essencial para a promoção de sociedades sustentáveis, através dela podemos formar cidadãos conscientes, capacitados para enfrentar os desafios ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se diretamente aos ODS e, indiretamente, aos ODM. É necessário a elaboração de políticas públicas capazes de poder auxiliar na promoção da educação ambiental e assim construir uma sociedade melhor.

2.4 A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O DIREITO À EDUCAÇÃO

As políticas públicas são os meios que o estado usa para concretizar os direitos dos indivíduos. No âmbito educacional, ela tem sido usada para efetivar as necessidades dos alunos e assim sanar os danos e problemas educacionais. Elas possuem uma relação direta com a efetivação dos direitos, em especial o direito à personalidade do indivíduo. Desta forma, é dever de toda a sociedade atuar na fiscalização e elaboração das políticas públicas educacionais.

Sobre políticas públicas:

> (...) as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais)

> traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar deforma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (Lopes, Amaral, 2008, p.4-5).

O Estado usa as políticas públicas como uma resposta às necessidades coletivas da população, dessa forma elas devem estar pautadas nos direitos dos indivíduos, devendo ter o estímulo da participação social (Zeferino, Silva, 2012). Todos devem estar cientes de como é o processo de elaboração das políticas públicas para poderem exigir do poder público a efetivação das mesmas e assim realizar a proteção dos direitos dos indivíduos e a fiscalização das ações.

Destaca-se que as políticas públicas são os principais instrumentos que o poder público utiliza para solucionar os problemas da sociedade.

> Observamos um crescimento das políticas públicas nos últimos anos, isso se deve ao fato de que embora não exista uma definição exata pela doutrina, elas passaram a ser os meios utilizados pelo poder público para a efetivação dos direitos fundamentais, sendo a ferramenta mais utilizada pelo Estado para consolidar direitos e efetivar as garantias previstas na constituição possibilitando que o estado consiga garantir os direitos aos mais vulneráveis e às minorias (Motta, Silva, 2023, p. 223)

Através dos programas educacionais criados, vários problemas podem ser solucionados, e muitas desigualdades sejam superadas, o poder público deve estar atendo às mudanças da sociedade, a educação brasileira passa por um período difícil, sendo necessário a utilização de políticas públicas para a para serem garantidos o acesso a uma educação de qualidade, dado ao fato que ela contribui para o desenvolvimento humano e tem um papel muito importante na sociedade (Motta, Silva, 2024)

O sistema de ensino do brasileiro tem interferência de muitas questões sociais, isso é oriundo de fatores como, por exemplo, a má distribuição de renda e recursos, fazendo com que muitos alunos necessitem de apoio.



A “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (Brasil, 1996) é um direito de todos, devendo o poder público estabelecer os meios capazes de realizar a efetivação de uma educação de qualidade.

Os recursos destinados para o desenvolvimento da educação deveriam ser suficientes para introduzir uma educação de qualidade a todos os alunos, porém, diante do cenário educacional atual, isso acaba não ocorrendo, demonstrando como é importante que do ordenamento jurídico brasileiro como instrumento para garantir que todos possam ter acesso à educação de qualidade e que assegure o pleno desenvolvimento dos alunos.

Como uma forma de definir como será o processo de transmissão do conhecimento, no Brasil houve a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é que embora seja um documento de caráter normativo, consegue estabelecer, com o Plano Nacional de Educação (PNE), o que deve ser desenvolvido nas escolas, destaca-se que o PNE tem vigência até 2024, e está sendo elaborado um plano para os próximos dez anos que busca a inclusão dos alunos, respeitando as necessidades de todos.

Sabe-se que a educação contribui para a promoção do desenvolvimento humano, influenciando no aspecto social do indivíduo, tanto pelo conhecimento quanto pelas relações. No entanto, nem todos possuem a mesma realidade, com isso, entende-se que devem ser criadas políticas públicas efetivas para garantir uma educação de qualidade, de modo a evitar prejuízos aos alunos.

Apesar dos meios de avaliação e das diversas formas de elaboração de aulas e da explanação do conteúdo, a educação no Brasil, na maioria das escolas, possui uma aula pautada no conteúdo a ser exposto e não no que o aluno deve aprender, de modo que não são exploradas as dificuldades e as qualidades individuais, sendo apenas apresentado o conteúdo de maneira direta, sem observar que algumas crianças e adolescente enfrentam dificuldades no meio da exposição.

Mesmo diante de um cenário de muitas evoluções culturais, políticas e econômicas, a educação tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento humano, desta forma as escolas devem observar as dificuldades dos alunos de modo a contribuir com o seu aprendizado, permitindo que as necessidades dos educandos sejam atendidas (Lonchiati e Motta, 2019).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi elaborada para regulamentar o sistema educacional no Brasil e estabelecer os meios de acesso à educação, permitindo que crianças e adolescentes tenham garantidos seus direitos, protegendo-se, assim, o direito ao desenvolvimento da personalidade e o acesso à educação de qualidade, essa lei também garante os meios para contribuir com o acesso

à educação e fazer com que os alunos não tenham danos durante o período escolar (Brasil, 1996).

Ainda é importante mencionar que os currículos devem ser diversificados, permitindo que sejam articuladas e elaboradas, observando o "contexto econômico, social, ambiental e cultural" (Brasil, 1996).

A educação transmitida nas escolas deve atende às necessidades e dificuldades dos alunos, assim como ser elaboradas a partir da realidade social que os alunos estão inseridos, permitindo que seja elaborado o senso crítico dos alunos, permitindo a elaboração de escolar que sejam abertas às diferenças e permita o desenvolvimento social, pautados em cidadãos conscientes.

2.5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Embora vivamos em uma sociedade que observa a necessidade de mudanças, ainda é necessária a ampliação do debate da sustentabilidade e da Educação Ambiental. O planeta clama por mudanças e medidas protetivas. Desta forma é necessário existirem nas escolas profissionais que auxiliem a construção de um pensamento crítico entre os alunos, promovendo a sustentabilidade com base na premissa de que os recursos não são inesgotáveis.

Diante do atual cenário atual, a pedagogia é essencial para o desenvolvimento humano, sendo necessário que a educação ambiental seja integrada ao currículo escolar de maneira a conscientizar os alunos sobre a preservação ambiental, não como uma disciplina específica, mas como uma ação do cotidiano, a "pedagogia tornou-se a ciência mais importante porque ela objetiva promover justamente a aprendizagem" (Gadotti, 2000, p.45), assim ela passa a ser essencial para demonstrar que toda e qualquer forma de vida deve ser preservada, ajudando no combate às desigualdades.

A preservação do meio ambiente é necessária para uma sociedade que respeite os direitos dos indivíduos, assim o direito ambiental deve ser inserido nas escolas, a educação ambiental deve estar presente no ambiente escolar, considerando que ela pode ser considerada uma forma de realizar a preservação do meio ambiente. Desta forma, a constituição federal traz em seu artigo 225, que todos devem preservar o meio ambiente, assim como o inciso VI estabelece que a coletividade deve "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (Brasil, 1988).

Cenci e Kempfer expressam:

> Na Constituição Brasileira de 1998, o direito ao meio ambiente equilibrado está presente em seu artigo 225. Embora não conste

> título específico de direitos fundamentais, de acordo com a sistemática constitucional, o direito ao meio ambiente é considerado e equiparado como tal (Cenci; Kempfer, 2022, p.2).

Para conseguir a promoção da educação ambiental no Brasil, foi criada a Lei n° 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e passa a instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, define em seu primeiro artigo que:

> Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Essa lei é importante porque ela institui que deve ser criada políticas públicas capazes de assegurar a promoção da educação ambiental, bem como os princípios da educação ambiental, como, por exemplo, o "o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade" (Brasil, 1999).

Os professores devem ser capacitados e instruídos a respeito da educação ambiental, para poderem demonstrar aos alunos a importância da preservação do meio ambiente. A criação da Política Nacional de Educação Ambiental é importante para que as instituições públicas e privadas disseminem a educação ambiental nas escolas, devendo seguir as linhas de atuação e ações estabelecidas pelos órgãos públicos.

Assim, o artigo 8 da Lei n° 9.795/1999 define as linhas da Política Nacional de Educação Ambiental, como:

> Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:
> I - capacitação de recursos humanos;
> II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
> III - produção e divulgação de material educativo;
> IV - acompanhamento e avaliação (Brasil, 1999).

A educação ambiental deve ser difundida em todos os níveis da educação, visto que, ela pode fortalecer a consciência da preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, ela deve adotada como uma prática, não como uma obrigatoriedade do ensino, os alunos devem entender a necessidade da educação ambiental, devendo ser demonstrado os educandos que os recursos não são inesgotáveis, a importância da preservação do meio ambiente, bem como a promoção de

um consumo consciente, para ocorrer a melhoria da qualidade de vida para toda a sociedade.

Embora esteja garantido na constituição e em leis que auxiliem e demonstrem a relação entre Direito, Pedagogia e Meio Ambiente, nossa sociedade ainda tem um longo caminho a percorrer. A sociedade precisa de uma mudança radical na mentalidade dos indivíduos, assim a educação ambiental deve ser incluída na sociedade e deve ser uma opção de vida para todos (Gadotti, 2001).

É necessário para ocorrer a mudança no pensamento humano, que seja o ambiente escolar possa promover a consciência ambiental nos alunos, assim é necessário a conscientização dos indivíduos, a capacitação dos professores e comunidade escolar, assim como a criação de políticas públicas capazes de realizar o desenvolvimento de uma sociedade justa, igualitária que observe as questões ambientais, demonstrando a importância da educação ambiental para que as gerações futuras possam sobreviver.

No âmbito da educação ambiental, a própria Lei n.º 9.795/1999 estabelece que deve haver o "o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino" (Brasil, 1999). Por isso, é essencial que as escolas busquem formas de incluir a questão ambiental no cotidiano dos alunos, para ser disseminada a preservação do meio ambiente e gerar a melhoria da qualidade de vida.

A Universidade Estadual de Maringá, através do projeto de extensão Enactus/UEM, elaborou o projeto Motirô que promove a educação ambiental nas instituições básicas, sendo um importante instrumento de apoio da rede pública para desenvolver uma educação de qualidade, onde os alunos consigam aprender sobre o meio ambiente.

> Projeto MOTIRÔ: promove a educação ambiental em instituições da Educação Básica, por meio do desenvolvimento de módulos didáticos, com duração em torno de uma hora cada, abordando assuntos relacionados à preservação do meio ambiente (Costa et al., 2022, online).

O projeto é um exemplo dos encontrados em nosso país que objetivam o desenvolvimento da educação ambiental, buscando a consciência social entre os participantes, podendo modificar o contexto social e melhorar a sociedade para o futuro.

Desta maneira, a educação passa a ser um instrumento fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, levando a mudança do pensamento dos indivíduos, permitindo que ocorra a consciência ambiental e preservação do meio ambiente, tendo as políticas públicas um papel fundamental para a concretização desses ideais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental está presente como uma forma de preservar o meio ambiente, disposta no artigo 225 da Constituição Federal, e ao ser transmitida aos alunos consegue auxiliar a formação de cidadãos conscientes e visando preservar o meio ambiente. A Lei n° 9.795/1999 consegue instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, permitindo que a educação ambiental seja difundida em todos os níveis da educação e pretende fortalecer a consciência da preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

Assim, a educação tem um papel fundamental na vida dos indivíduos, através dela podemos realizar a efetivação de direitos, como, por exemplo, o direito da personalidade, permitindo que os indivíduos se tornem pessoas melhores.

O poder público utiliza as políticas públicas como uma resposta do poder público às necessidades dos indivíduos, possibilitando as ferramentas necessárias para garantir as melhorias sociais e o desenvolvimento da sociedade.

Embora tenhamos as ODS e ODM, para auxiliar a promoção da educação ambiental, ainda temos um longo caminho a percorrer para a efetivação. Nos últimos anos as políticas públicas educacionais ganharam destaque para auxiliar a educação, e passaram a ser um dos meios de efetivação de um contexto educacional mais justo e igualitário, capaz de atender às mazelas do sistema educacional, projetos como o Motirô elaborado pela UEM, visam difundir a educação ambiental.

Entretanto, a sociedade deve estar em conjunto com o poder público, para que a educação seja garantida a todos, fiscalizando e avaliando se as necessidades dos alunos foram atendidas, permitindo a concretização dos direitos dos indivíduos.

A educação ambiental deve ser difundida em todos os níveis de ensino, das escolas fundamentais a educação superior, isso ocorro devido ao fato que todos dependem do meio ambiente para sobreviver, as políticas públicas são importantes para que gradativamente seja reestruturado o ambiente educacional e possibilitem os meios para realizar a transformação da social, entretanto, é necessária a mudança do pensamento dos indivíduos, para que a sociedade sobreviva e possa ter os recursos naturais suficientes para as gerações futuras.

Nesse contexto o direito ambiental, demonstrar a necessidade da atuação em conjunto do direito com a pedagogia em sala de aula, para que o legislativo elaborar leis e os profissionais da educação possam transmitir aos alunos os meios de preservar o meio ambiente, incentivando pensamentos sustentáveis, demonstrando que a sociedade deve atuar na preservação dos recursos naturais, permitindo o pleno desenvolvimento da

sociedade que todos os direitos garantidos na constituição possam ser efetivados, garantindo a preservação da espécie humana.

REFERÊNCIAS

BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2011. Disponível em: https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20432. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

CAMARA, Luciana Borella EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Condição Para o Respeito às Diversidades. **Revista Direito em Debate**, *[S. l.]*, v. 21, n. 38, p. 20–43, 2013. DOI: 10.21527/2176-6622.2012.38.20-43. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/481. Acesso em: 10 out. 2024.

CENCI, Daniel Rubens; KEMPFER, Jéssica Cindy. O direito fundamental ao meio ambiente saudável: A contribuição da política dos créditos de carbono. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, *[S. l.]*, v. 10, n. 19, p. e13377, 2022. DOI: 10.21527/2317-5389.2022.19.13377. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/13377. Acesso em: 10 out. 2024.

CEZNE, Andrea Nárriman. O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. **Educação (Santa Maria.**

Online), v. 31, n. 1, p. 115-132, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117257009.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

COSTA, Fabricio Veiga; MOTTA, Ivan Dias da; DANTE, Caroline Rodrigues Celloto. A ausência de qualidade do ensino e a consequente ofensa aos direitos da criança e do adolescente em face do fracasso escolar. **Revista Direito em Debate**, *[S. l.]*, v. 27, n. 50, p. 12–26, 2019. DOI: 10.21527/2176-6622.2018.50.12-26. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7672. Acesso em: 10 out. 2024.

COSTA, Leila Pessôa et al. A extensão e o desenvolvimento social. **Seminário de Extensão Universitária da Região Sul–SEURS**, 2022.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2001.
LIMA, Antonio Jose Araujo; SILVA JÚNIOR, Ronaldo. **Panorama da educação brasileira na década de 1960**. *In*: Congresso Nacional De Educação (CONEDU), 3., 2016. Anais [...]. CONEDU, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID2286_14082016222320.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; MOTTA, Ivan Dias da. Direito à educação: um estudo do artigo 205 da Constituição Federal. **Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, v. 2, n. 1, p. 75-85, jul. 2019. Disponível em: http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/red/article/view/3158. Acesso em: 10 out. 2024.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; MOTTA. Ivan Dias da**. Reflexões acerca da Teoria dos Direitos Fundamentais e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Direito Educacional** (2016). Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1760. Acesso em: 10 out. 2024.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. Políticas públicas conceitos e práticas. Disponível em: https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/1788/1/CALDAS-Politicas%20publicas%20conceitos%20e%20praticas.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da**

Educação, v. 26, n. 3, p. 497-514, 2010. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19795. Acesso em: 10 out. 2024.

MOTTA, Ivan Dias da; SILVA, Giovanna Christina Moreli Alcantara da. **O direito à educação e as políticas públicas.** In: CONPEDI, 2023, Brasília. CONPEDI, 2023. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/a043f745/KYwC7uJVbR607J1T.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

MOTTA, Ivan Dias da; SILVA, Giovanna Christina Moreli Alcantara da. As políticas públicas e o reforço escolar. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 24, n. 1, p. 207-215, 2024. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/12263. Acesso em: 10 out. 2024.

OBJETIVOS do Desenvolvimento Sustentável. IPEA, 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html. Acesso em 05 jun. 2024.

ROMA, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, 71(1), 33-39.

ZEFERINO Marco Aurélio Pieri; SILVA, Juvêncio Borges. Os impactos da globalização e do poder econômico frente à implementação de políticas públicas. **Revista Paradigma**, *[S. l.]*, n. 21, 2014. Disponível em: https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/199. Acesso em: 10 out. 2024.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; CENCI, Daniel Rubens; MANCHINI, Alex. A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas–Unifafibe, v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.

ZENNI, Alessandro Severino Váller; FÉLIX, Diogo Valério. Educação para construção de dignidade: tarefa eminente do direito. **Revista Jurídica Cesumar** -Mestrado, v. 11, n. 1, p. 169-192, 2011. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/search/search. Acesso em: 10 out. 2024.

A UTILIZAÇÃO DA PRÁTICA CONCILIATÓRIA COMO MECANISMO DE TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

GT 4: DIREITOS COLETIVOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Daniely Cristina da Silva Gregório[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2].

[1] Acadêmica no Programa de Doutorado em Direito da UniCesumar. Campus Maringá/PR. Bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES). daniely.greg@gmail.com.
[2] Orientador, Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – UniCesumar, na linha Instrumentos de efetivação dos Direitos da Personalidade. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

A autocomposição dos conflitos por meio da conciliação é reconhecida no sistema processual por suas inúmeras vantagens, entretanto, muito se discute acerca da sua utilização para tutelar direitos indisponíveis, como os direitos da personalidade e os direitos relacionados ao interesse público. Tem-se, assim, como objetivo deste resumo, analisar se a prática conciliatória pode ser considerada um mecanismo de tutela dos direitos da personalidade na ação civil pública, que, por sua natureza, tratam-se de direitos indisponíveis e de caráter público. A partir do método dedutivo e da metodologia bibliográfica e documental, utiliza-se da análise de importantes obras, artigos científicos e da legislação brasileira relacionada à matéria pesquisada. Conclui-se que, diante da importância dos direitos da personalidade, ainda mais no âmbito coletivo, a utilização da prática conciliatória tende a gerar apenas benefícios aos envolvidos no conflito, pois possibilita a sua resolução de forma célere, menos custosa e mais satisfativa.

Palavras-chave: conciliação; direitos coletivos; direitos da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

As formas autocompositivas de solução de conflitos, incluindo-se a conciliação, ganharam grande espaço na ordem jurídica do país após a edição do Código de Processo Civil de 2015, que incentiva o seu uso por todos os operadores do Direito, dentro e fora de um processo judicial.

O problema a ser debatido neste resumo é a utilização da prática conciliatória para tutelar os direitos da personalidade no âmbito da ação civil pública, razão pela qual objetiva-se responder o seguinte questionamento: é correto afirmar que a conciliação consiste num instrumento de tutela dos direitos da personalidade na ação civil pública?

A pesquisa se justifica na medida em que, embora amplamente prevista no sistema processual civil brasileiro, a autocomposição não está expressa na Lei n. 7.347 de 1985, que regulamenta a referida ação. Além disso, como se verá, os direitos da personalidade detêm a característica da

indisponibilidade e a ação civil pública se destina à salvaguarda de interesse público, que, também, em regra, impede a autocomposição.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Há de se destacar, de início, que as formas autocompositivas de solução de conflitos, entre elas a conciliação, foram reinseridas na ordem jurídica brasileira com a edição da Resolução n. 125 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Judiciário a fim de não apenas de assegurar a resolução dos conflitos por formas adequadas à sua natureza e às suas peculiaridades, mas, também, de potencializar o direito de acesso à justiça previsto na Constituição Federal.

Para Ada Pellegrini Grinover (2015, p. 01), a referida resolução somada ao Código de Processo Civil e à Lei de Mediação formam um minissistema consensual de solução de conflitos no país, o que evidencia a preocupação legislativa em oferecer soluções adequadas as contendas sociais que não necessitem, diretamente, da intervenção estatal.

É nesse sentido que a conciliação se apresenta como um dos mecanismos adequados a esse fim, tendo em vista que, tratando-se de um meio consensual autocompositivo, permite que as próprias partes resolvam as suas contendas mediante a utilização do diálogo e da ajuda de um terceiro facilitador, o conciliador. Pode-se afirmar que tal prática é mais célere, menos custosa e mais satisfatória do que uma sentença judicial, que, por vezes, não leva em consideração os contornos mais íntimos e externos das demandas que chegam aos tribunais todos os dias.

A importante peculiaridade da conciliação é que ela se destina à conflitos pontuais e menos complexos, conflitos nos quais as partes envolvidas não tem relacionamento anterior ou vínculo duradouro.

Érica Barbosa e Silva (2013, p. 174) aduz que o que mais se almeja com a prática conciliatória é a resolução do conflito, sendo essa a razão pela qual “deve-se tomar por bem-sucedida não a conciliação que logrou realizar um acordo, mas aquela que ensejou às partes a oportunidade de realmente solucionar o conflito pela sua eficaz transformação”.

Tem-se, então, que a tutela de direitos essenciais ao ser humano, como os direitos da personalidade, tende a ser mais efetiva por meio dos resultados advindos da utilização da conciliação, uma vez que constituem direitos que visam proteger o indivíduo em suas particularidades, que salvaguardam atributos relacionados ao seu desenvolvimento e bem-estar.

Os direitos da personalidade buscam proteger o indivíduo em todas as circunstâncias, inclusive em oposição a atos dele mesmo. Na concepção de Anderson Schreiber (2013, p. 13), a expressão “direitos da personalidade” é empregada aos atributos humanos que demandam

proteção no campo das relações privadas, já que disposto no texto do Código Civil de 2002, embora “sem embargo de encontrarem também fundamento constitucional e proteção nos planos nacional e internacional”.

Faz-se necessário mencionar que não obstante o Código Civil atribua a tais direitos a característica da indisponibilidade, dado que, com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade não poderiam ser transmitidos, renunciados e o seu exercício não poderia sofrer limitação voluntária, consolidou-se o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que respeitado o núcleo essencial da dignidade humana não há motivos para restringir a liberdade de seus titulares.

É nesse contexto que se adentra à utilização da conciliação para proteção de tais direitos no âmbito da ação civil pública, que, regulamentada pela Lei n. 7.347 de 1985, advém para superar a concepção individualista do processo, pois ela não só apresenta uma nova sistemática de proteção de direitos, como cumpre com o fundamento da República Federativa do Brasil para com a dignidade humana, que diante da proporção dos conflitos sociais se encontra cada vez mais em exposição.

Veja-se que a ação civil pública consiste num dos instrumentos processuais disponíveis e aptos a provocar o Judiciário à tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, haja vista que poderá tratar das demandas de responsabilidade por danos morais ou patrimoniais relativas a qualquer interesse difuso ou coletivo, tais quais daquelas relacionadas ao meio ambiente e ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração da ordem econômica e da urbanística, por infração à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social.

Dessa maneira, ainda que a referida lei não preveja a realização da audiência de conciliação em seu texto, tem-se que o que não se encontrar disposto na legislação específica ou o que não a contraria deve-se utilizar as previsões constantes no Código de Processo Civil, que expressamente incentiva a autocomposição por todos os operadores do Direito.

Conforme lecionam Lírio Hoffmann Jr. e Marina Damasceno (2016, p. 09), consistiria uma imensa “esterilidade hermenêutica suprimir do campo das ações coletivas, e da ação civil pública em particular, a possibilidade de debate democrático que representa a conciliação e a mediação”, em especial quando se pretende superar os “vales sombrios de autoritarismo que ainda remascassem no sistema processual, marcados, em grande parte, pela ilusão da onipotência judicial”.

Diante disso, embora as ações civis públicas tenham como objeto de tutela o interesse público, que, assim como os direitos da personalidade, possui uma esfera de indisponibilidade, evidente que das vantagens decorrentes da conciliação não se pode impedir o seu uso quando a excessiva burocracia e morosidade no processamento dessas ações são

capazes de ocasionar ainda mais prejuízos à coletividade lesada em seus atributos mais íntimos, que refletem na sua personalidade e dignidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se verificou, os meios autocompositivos de solução de conflitos foram reinseridos no ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se a conciliação, que, indicada para casos menos complexos e que as partes não tenham vínculo anterior, possibilita mais satisfatoriedade, celeridade e economia a quem opta por sua utilização, visto que, nesse mecanismo, há uma participação direta dos conflitantes na elaboração do acordo – ainda que com a ajuda de um terceiro facilitador, o conciliador.

É nesse sentido que a tutela dos direitos da personalidade por meio da conciliação é capaz de gerar inúmeros reflexos positivos a quem, por qualquer motivo, tenha os seus direitos mais essenciais e particulares violados, uma vez que essa categoria de direitos visa justamente a salvaguarda desses atributos, que culminam na própria dignidade humana.

No que se refere à prática conciliatória para tutelar os direitos da personalidade no âmbito da ação civil pública, restou-se evidenciada que a sua utilização é possível e tende a ser positiva, porque, embora não esteja expressamente prevista no texto da lei que regulamenta a referida ação, a autocomposição é incentivada em todo sistema processual civil, sendo capaz de resolver as contendas coletivas de modo mais célere e atento às especificidades do caso, o que numa ação judicial pode não ocorrer.

REFERÊNCIAS

GRINOVER, Ada Pellegrini. Os métodos consensuais de solução de conflitos no Novo CPC. In: vários autores. **O Novo Código de Processo Civil:** questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015.

HOFFMANN JR., Lírio; DAMASCENO, Marina. Da necessidade de realização da audiência do artigo 334 do novo CPC nas ações transindividuais. In: MACEDO, Elaine Harzheim; GILLET, Sérgio Augusto da Costa (org.). **Anais do I Simpósio de Processo: e-Processo e Novo CPC**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Érica Barbosa e. **Conciliação judicial**. 1. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.



AUTODETERMINAÇÃO DOS PACIENTES EM TRATAMENTOS MÉDICOS E O RESPEITO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 4: DIREITOS COLETIVOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Flávia Regina Lançone[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2].

[1] Acadêmica do curso de Direito, Universidade Cesumar - Unicesumar , Maringá, Paraná, e-mail: flavialancone@hotmail.com.
[2] Orientador, Doutor pela PUC/SP. Mestre pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. MBA pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Professor do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UNICESUMAR. Advogado, Paraná (Brasil). Email: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

Os principais achados indicam que a autonomia do paciente é central na prática médica ética, com ênfase na necessidade de informações claras e completas fornecidas pelos profissionais de saúde. O respeito aos direitos da personalidade, como privacidade e dignidade, é crucial para garantir um cuidado equitativo e respeitoso. Além disso, políticas de saúde e protocolos médicos devem garantir a flexibilidade necessária para acomodar as preferências individuais dos pacientes, integrando práticas baseadas em evidências com consideração pelas circunstâncias pessoais. Aspectos éticos e jurídicos, como consentimento informado e não discriminação, são fundamentais para a prática médica, exigindo mecanismos de feedback e resolução de queixas para proteger os direitos dos pacientes e manter a integridade da relação médico-paciente. A pesquisa recomenda a implementação de educação e treinamento contínuos para profissionais de saúde, a melhoria na comunicação com os pacientes e a revisão regular das políticas e tratamentos e protocolos médicos. Esses passos são essenciais para assegurar que os cuidados de saúde sejam prestados de maneira digna e respeitosa, valorizando a autonomia e os direitos dos pacientes. Em resumo, respeitar a autodeterminação dos pacientes e os direitos da personalidade fortalece a ética na prática médica e promove um sistema de saúde mais justo e centrado no paciente, garantindo que as decisões sobre tratamentos sejam feitas de forma informada e respeitosa.

Palavras-chave: autonomia; cuidado; informação.

1 INTRODUÇÃO

Documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos reforçam a importância de proteger esses direitos fundamentais no contexto dos cuidados de saúde (NASATO, 2023).

A legislação de saúde e as diretrizes éticas estabelecem diretrizes claras para os profissionais de saúde, orientando-os sobre a comunicação eficaz de informações aos pacientes e a obtenção de consentimento informado adequado. Estas normas visam garantir que os pacientes estejam plenamente informados sobre os riscos, benefícios e alternativas disponíveis, capacitando-os a tomar decisões informadas e alinhadas com seus valores pessoais. Adicionalmente, as teorias de comunicação em

saúde destacam a importância de uma interação comunicativa eficaz entre profissionais de saúde e pacientes. Uma comunicação clara e empática não apenas facilita a compreensão das opções de tratamento, mas também fortalece a relação de confiança entre paciente e médico (PINHEIRO; DE CASTRO ROCHA; SALOMÃO, 2021).

Por fim, abordagens psicológicas sobre o empoderamento do paciente exploram como um ambiente de cuidado que promova a autonomia pode contribuir para melhores resultados de tratamento e maior satisfação do paciente. Ao integrar essas perspectivas teóricas diversas, a pesquisa não apenas visa entender melhor os desafios e oportunidades relacionados à autodeterminação dos pacientes, mas também busca informar políticas e práticas que promovam uma abordagem mais humanizada e respeitosa nos cuidados de saúde (LI, 2020).

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A metodologia da pesquisa bibliográfica e documental segue uma abordagem sistemática para investigar teoricamente o tema. Inicialmente, os objetivos são definidos com clareza, focando na análise crítica da literatura acadêmica e documentos relevantes que abordam como a autodeterminação dos pacientes e o respeito aos seus direitos individuais são tratados. A pesquisa envolve a identificação e seleção criteriosa de fontes em bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e documentos normativos, utilizando termos-chave específicos para garantir a abrangência e relevância das fontes. Critérios rigorosos são aplicados para incluir artigos revisados por pares, livros especializados e relatórios de organizações de saúde, enquanto fontes irrelevantes são excluídas.

O nível de informação fornecido aos pacientes pelos profissionais de saúde é um componente essencial para garantir que os pacientes compreendam plenamente seus direitos e possam tomar decisões informadas sobre seus cuidados. A qualidade da informação e a forma como ela é comunicada desempenham papéis cruciais na promoção da autonomia dos pacientes e no respeito pelos seus direitos de personalidade. A informação adequada é fundamental para que os pacientes possam participar ativamente da tomada de decisões sobre seu tratamento. Profissionais de saúde devem fornecer informações claras, precisas e compreensíveis sobre diagnósticos, opções de tratamento, riscos e benefícios, além das implicações de cada escolha. Essa prática é essencial para que os pacientes possam avaliar suas opções de maneira informada e tomar decisões que estejam alinhadas com suas preferências e valores pessoais (DE ALBUQUERQUE, 2024).

Bustos e Andina-Díaz (2021) afirmam que quando os profissionais de saúde fornecem informações de forma eficaz e respeitam os direitos dos pacientes, os benefícios são significativos. Os pacientes que se sentem

bem informados e respeitados são mais propensos a estar satisfeitos com seus cuidados, a seguir as recomendações de tratamento e a experimentar melhores resultados de saúde.

A relação entre médicos e pacientes é uma das mais complexas e sensíveis dentro do campo da saúde, envolvendo um equilíbrio delicado entre ética e legalidade. A natureza dessa interação não só exige um profundo respeito pelos direitos dos pacientes, mas também uma compreensão clara das obrigações éticas e jurídicas que governam a prática médica. Um dos princípios éticos fundamentais na medicina é o respeito pela autonomia do paciente. Isso significa que os pacientes têm o direito de tomar decisões informadas sobre seu tratamento, baseadas em uma compreensão clara das opções disponíveis e das consequências associadas. Os médicos devem fornecer informações precisas e compreensíveis, garantir que o consentimento seja obtido antes de qualquer procedimento, e respeitar as escolhas dos pacientes, mesmo que estas não coincidam com suas próprias recomendações (DE ALBUQUERQUE, 2024).

Os princípios de beneficência (agir no melhor interesse do paciente) e não maleficência (não causar dano) guiam a prática médica, e incluem a consideração de todas as opções de tratamento e a escolha daquelas que têm maior probabilidade de melhorar a saúde do paciente. O princípio da justiça envolve a distribuição justa e equitativa dos recursos de saúde e a igualdade no tratamento de todos os pacientes. Os médicos devem evitar discriminação e oferecer cuidados que sejam equitativos, independentemente de fatores como origem socioeconômica, raça ou gênero. A justiça também implica em garantir que os recursos de saúde sejam utilizados de maneira a beneficiar a maior quantidade possível de pacientes (SOEIRO et al., 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa destaca a complexidade e a importância dos direitos individuais na prática médica contemporânea. A autodeterminação dos pacientes não é apenas um princípio ético fundamental, mas também uma exigência legal que assegura que os pacientes tenham voz ativa nas decisões sobre seus tratamentos, promovendo um atendimento mais personalizado e respeitoso. O direito dos pacientes de tomar decisões informadas sobre seu tratamento é crucial para garantir que o cuidado esteja alinhado com suas preferências e valores pessoais. A capacidade de tomar decisões informadas depende fortemente da qualidade e clareza das informações fornecidas pelos profissionais de saúde.

Além disso, o respeito aos direitos da personalidade, como privacidade, dignidade e proteção contra discriminação, é essencial para

uma prática médica que valorize o indivíduo como um todo. A observância desses direitos promove um ambiente de cuidado onde os pacientes são tratados com equidade e respeito, o que é fundamental para a confiança e a eficácia do atendimento médico. Políticas de saúde e protocolos médicos desempenham um papel importante ao fornecer a estrutura necessária para a prática clínica. No entanto, é crucial que esses protocolos sejam aplicados de maneira a não comprometer a autonomia dos pacientes. A flexibilidade dentro dos protocolos e a integração de práticas baseadas em evidências com a consideração das preferências individuais dos pacientes são essenciais para um atendimento ético e centrado no paciente.

A prática médica também deve alinhar-se com os princípios éticos de consentimento informado e não discriminação, além de estar em conformidade com as regulamentações legais. A implementação de mecanismos de feedback e resolução de queixas é vital para lidar com quaisquer violações de direitos. Para melhorar a autodeterminação dos pacientes e garantir o respeito contínuo aos direitos da personalidade, recomenda-se a educação e treinamento contínuo dos profissionais de saúde sobre a importância desses aspectos, a melhoria na comunicação para garantir que os pacientes compreendam suas opções de tratamento, e a revisão regular das políticas e protocolos para assegurar que reflitam as melhores práticas e respeitem os direitos dos pacientes. Em conclusão, respeitar a autodeterminação dos pacientes e os direitos da personalidade não só fortalece a ética na prática médica, mas também promove um sistema de saúde mais justo e centrado no paciente. Integrar esses princípios nas práticas diárias e nas políticas institucionais assegura que os cuidados de saúde sejam prestados de forma digna e respeitosa, respeitando a individualidade e a autonomia dos pacientes.

REFERÊNCIAS

BUSTOS, María Carmen Villar; ANDINA-DÍAZ, Elena. **Doença inflamatória intestinal: percepções dos pacientes e dos profissionais de saúde sobre a tomada de decisão compartilhada**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 34, p. eAPE000765, 2021.

DE ALBUQUERQUE, Victória; MOREIRA, Mariana Calesso. **Vivenciar o envelhecimento em cuidados paliativo: Uma revisão sistemática de literatura sobre a experiência do paciente idoso**. Psicologia e Saúde em debate, v. 10, n. 1, p. 640-663, 2024.

NASATO, Graziela. A nomeação de um procurador e os direitos da personalidade em matéria de cuidados de saúde. 2023. Dissertação de Mestrado.

LI, Chang Tsu. Sigilo Médico e Dados Pessoais: Privacidade e

autodeterminação informativa do paciente sob a ótica da Lei Geral de Proteção de dados. 2020.

PINHEIRO, Alexandre Victor Silva; DE CASTRO ROCHA, Esther; SALOMÃO, Pedro Emílio. **Direitos da personalidade: direito ao próprio corpo-compêndio**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 3, n. 1, 2021.



DIREITOS DA PERSONALIDADE E IGUALDADE RACIAL: REFLEXÕES SOBRE A DECISÃO DA SUPREMA CORTE DOS EUA E O ENFOQUE DO STF

GT4: DIREITOS COLETIVOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima[1], Rogério Borges Freitas[2], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3]

[1] Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. É mestre em Direito (Centro Universitário de Maringá - PR) e cursa atualmente dois doutorados, um em Direito (Centro Universitário de Brasília) e outro em Estudos da Cultura Contemporânea (Universidade Federal de Mato Grosso); E-mail: henriqueta_chaves@yahoo.com.br

[2] Doutorando do programa de pós-graduação da Unicesumar. Mestre em Direito pela Unicesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br

[3] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

Este artigo faz uma análise das ações afirmativas, mostrando como elas surgiram para combater a desigualdade racial. Essas políticas começaram nos Estados Unidos nos anos 1960, durante a luta pelos direitos civis, e tinham como objetivo garantir a igualdade entre brancos e negros, além de combater o racismo. Com o tempo, as ações afirmativas passaram a focar no racismo estrutural, criando mais oportunidades em áreas como educação e trabalho. O problema de pesquisa do artigo é entender como as ações afirmativas, especialmente as cotas raciais, podem ajudar a combater o racismo estrutural e promover igualdade, ao mesmo tempo em que enfrentam críticas. A hipótese é que as cotas são eficazes para reduzir desigualdades, apesar das controvérsias. O objetivo geral do artigo é analisar se essas políticas são eficazes nos EUA e no Brasil, levando em conta as críticas. A metodologia usada é qualitativa, com base em análise de documentos e decisões judiciais, além de uma revisão de literatura sobre racismo estrutural. O método dedutivo foi aplicado, partindo de conceitos gerais de justiça social para examinar como essas políticas foram implementadas e seus efeitos.

Palavras-chave: ações afirmativas raciais; perspectiva comparada; suprema corte.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões críticas apresentadas neste artigo tratam das ações afirmativas, porque surgiram como um importante mecanismo de combate à desigualdade racial, sendo inicialmente implementadas nos Estados Unidos na década de 1960, durante a luta pelos direitos civis. Essas políticas, concebidas para promover a igualdade material entre brancos e negros, tinham o propósito de assegurar a dignidade da pessoa e combater a discriminação racial. Com o tempo, evoluíram de uma busca pela

igualdade formal para enfrentar o racismo estrutural, promovendo equidade de oportunidades em áreas importantes como educação e emprego.

Nos Estados Unidos, lideranças como Martin Luther King e Malcolm X impulsionaram o movimento por ações afirmativas na década de 1970, ocasião em que passou a incluir medidas que buscavam diversificar o ambiente acadêmico e profissional. Decisões históricas da Suprema Corte, como os casos Grutter v. Bollinger e Gratz v. Bollinger, reafirmaram a constitucionalidade dessas políticas, ao reconhecer a diversidade racial como um interesse governamental legítimo, embora o uso da raça como critério de seleção sempre tenha sido alvo de controvérsias.

No Brasil, as ações afirmativas foram adotadas nos anos 2000, com a implementação de cotas raciais em universidades e concursos públicos, como estabelecido pela Lei nº 12.990/2014. O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a constitucionalidade dessas medidas, baseando-se no princípio da igualdade material e na justiça distributiva, fundamentais para combater o racismo estrutural e garantir igualdade de condições para negros e outros grupos historicamente marginalizados.

O problema que norteou a pesquisa foi o seguinte: como as ações afirmativas, especialmente as cotas raciais, podem efetivamente combater o racismo estrutural e promover a igualdade material, ao mesmo tempo em que enfrentam críticas que alegam discriminação inversa ou "dupla vantagem" para os beneficiários?

A hipótese inicial foi no sentido de que as ações afirmativas, especialmente as cotas raciais, são mecanismos eficazes para reduzir as desigualdades históricas e enfrentar o racismo estrutural, promovendo maior inclusão social e oportunidades para grupos marginalizados, apesar das críticas e controvérsias quanto à sua aplicação.

O objetivo geral consistiu em analisar a eficácia das ações afirmativas, especialmente das cotas raciais, como instrumentos de combate ao racismo estrutural e promoção da igualdade material, considerando o contexto de sua implementação nos Estados Unidos e no Brasil, bem como as críticas e controvérsias associadas à sua aplicação.

Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções em que o texto está dividido, ou seja, na primeira parte foi realizada uma abordagem para desvendar contexto, no sentido de compreender a base para as ações afirmativas. Na segunda parte, foi feita uma análise crítica das decisões da suprema corte americana, com os reflexos jurídicos e sociais. Na terceira parte, buscou-se compreender a posição do Supremo Tribunal Federal no Brasil sobre ações afirmativas, com suas perspectivas e implicações.

A metodologia empregada para abordar o tema das ações afirmativas e sua eficácia segue uma abordagem qualitativa, focada em uma análise documental e interpretativa de legislações, decisões judiciais



e tratados internacionais relacionados ao tema, além de uma revisão da literatura acadêmica sobre racismo estrutural e políticas de inclusão.

O método utilizado é o hipotético-dedutivo, no qual se parte de teorias e princípios gerais sobre justiça social, igualdade e ações afirmativas (como os princípios constitucionais de igualdade material e dignidade humana) para analisar como essas políticas foram implementadas e seus efeitos práticos nos contextos dos Estados Unidos e do Brasil.

2 DESVENDANDO O CONTEXTO: A BASE ESSENCIAL PARA COMPREENDER AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A história das ações afirmativas começou nos Estados Unidos, durante a luta por prerrogativas civis na década de 1960, como uma estratégia para promover a igualdade social entre negros e brancos. Este trabalho busca analisar o desenvolvimento das cotas raciais nos EUA e no Brasil, destacando o contexto social e cultural de suas implementações, seus fundamentos, os resultados obtidos, as perspectivas futuras e o impacto da experiência norte-americana sobre o Brasil. Também examina a vinculação dessas políticas às garantias da personalidade, especialmente no que se refere à igualdade e à dignidade. Desde o seu início, as ações afirmativas nos EUA refletiam o privilégio fundamental da dignidade da pessoa natural, um pilar central das garantias da personalidade.

A luta pelas prerrogativas civis, que inclui a isonomia racial, parte do reconhecimento de que todas as pessoas devem ser tratadas de forma justa e ter sua personalidade respeitada, independentemente de raça ou cor. Esses direitos se manifestam na luta contra a discriminação com base em características pessoais. Eles asseguram igualdade de tratamento e oportunidades, preservando a dignidade. Nota-se que a Índia foi o primeiro país a implementar políticas de ação afirmativa, com o objetivo de combater a discriminação e promover a inclusão social da casta mais baixa de sua sociedade. Nos Estados Unidos, o movimento ganhou força na década de 1970, impulsionado por líderes como Martin Luther King e Malcolm X, que orientaram a luta pelos direitos civis (Gomes, 2014).

Nessa fase, o movimento negro progrediu de uma procura por paridade formal em vez de para o confronto do racismo estrutural, para atingir não somente a participação na vida pública, mas também a equidade de oportunidades e de resultados. Com esse novo enfoque, as ações afirmativas, que antes visavam apenas a paridade formal, passaram a se associar a uma proteção mais ampla dos direitos da personalidade. Essas políticas visam garantir a dignidade de indivíduos historicamente

marginalizados. Elas permitem que exerçam plenamente seus direitos, superando barreiras do racismo estrutural para uma inclusão social verdadeira.

O movimento norte-americano focava na inclusão de minorias, de maneira ampla, nas instituições de ensino superior, abrangendo grupos como mulheres, negros e hispânicos, entre outros. O objetivo principal das ações afirmativas nos EUA era diversificar a composição racial, de gênero e social dos estudantes. Ao analisar a jurisprudência norte-americana, destaca-se que, em 23 de junho de 2003, a Suprema Corte dos Estados Unidos proferiu duas decisões importantes que autorizaram a implementação de discriminações positivas. Esses casos foram Grutter vs. Bollinger, relacionados ao processo seletivo de universidades, e Gratz vs. Bollinger, referentes ao ensino médio (Cardoso, 2008).

No caso Grutter vs. Bollinger, Barbara Grutter, uma mulher branca, alegou ter sido preterida no processo seletivo da faculdade de direito da Universidade de Michigan em favor de candidatos de minorias raciais com desempenho inferior ao seu. Grutter recorreu, invocando a 14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que estabelece que nenhum Estado poderá negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis. Ela argumentou que o critério de "raça" foi utilizado como fator decisivo na escolha de postulantes, resultando em discriminação contra pretendentes mais qualificados, o que, segundo ela, não atendia ao interesse público.

Em sua defesa, a Universidade de Michigan afirmou que promover a diversidade constitui um interesse público de ordem superior, justificando a adoção do critério racial-ético. O objetivo, segundo a universidade, era incentivar o multiculturalismo, a diversidade de ideias e a alteridade no ambiente estudantil. A instituição negou que a raça fosse o fator principal na seleção de candidatos, sustentando que a finalidade das ações afirmativas era atenuar ou corrigir as consequências de uma injustiça social histórica promovida pelo próprio Estado.

O tema é polêmico e se enquadra em um contexto de racismo estrutural, que permeia o coletivo e muitas vezes tenta justificá-lo. Ainda assim, é essencial discordar das opiniões contra as ações afirmativas. Essas políticas visam tutelar o direito à igualdade material, voltadas especialmente para a proteção de minorias vulneráveis. A revista Forbes, em junho de 2023, citou um estudo de Harvard realizado em 2013, que identificou a redução significativa de mulheres asiáticas, mulheres negras e hispânicos nos ambientes de trabalho após o fim das ações afirmativas em Estados-chave dos EUA, como Califórnia, Michigan, Nebraska e Washington.

Nesse contexto, se o objetivo primordial das ações afirmativas é combater a discriminação, a primeira questão que se impõe é saber se nossa sociedade reconhece ou não a existência do racismo em nosso



cotidiano. Uma vez reconhecida a prática do racismo, especialmente em sua forma estrutural, as ações afirmativas buscam promover a inclusão social de grupos minoritários, como mulheres, negros e pessoas com deficiência. Ao contrário do Brasil, que adota cotas raciais, nos Estados Unidos a raça era um critério de seleção para ingresso em universidades, sem cotas específicas. Contrariamente à interpretação equivocada que alguns fazem, as ações afirmativas nunca tiveram o objetivo de punir ou prejudicar os brancos, uma narrativa comumente defendida por setores democratas-liberais.

Recentemente, em 29 de junho de 2023, a Suprema Corte dos EUA, com maioria conservadora, declarou a inconstitucionalidade das ações afirmativas relacionadas às políticas de admissão de estudantes nas universidades do país, conforme veremos em maior detalhe. Barack Obama, ao se posicionar sobre a decisão, defendeu que as ações afirmativas nunca foram a resposta completa na busca por uma sociedade mais justa. Entretanto, para gerações de estudantes que foram sistematicamente excluídos da maioria das principais instituições da América, isso permitiu a chance de mostrar que mais do que mereciam um lugar à mesa.

Importa lembrar que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888, sem promover qualquer forma de integração dos negros à sociedade. O racismo, a discriminação e a aversão ao povo negro não desapareceram com o fim da escravidão. Estima-se que mais de 700 mil negros libertos não tiveram acesso à terra, sendo forçados a aceitar salários baixos nas mesmas fazendas onde haviam sido escravizados ou a migrar para outras regiões em busca de melhores oportunidades. Por essa razão, é importante analisar as decisões da Corte Suprema corte americana como se verá na seção a seguir (Gomes, 2014).

3 UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DECISÕES DA SUPREMA CORTE AMERICANA: IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E SOCIAIS

As Universidades de Harvard e da Carolina do Norte foram processadas por um grupo de estudantes denominado "*Students for Fair Admissions*" (tradução livre: “Estudantes por Admissões Justas”), que buscava o reconhecimento da inconstitucionalidade dos processos de admissão que consideravam a raça dos candidatos. O grupo argumentava que tais processos favoreciam determinados grupos étnico-raciais em detrimento de outros, violando a cláusula de proteção igualitária do *Rights Act* de 1964 e a Décima Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos.

Após tratar de questões preliminares – que não são relevantes para este estudo – a primeira seção de mérito foi dividida em três partes, nas quais se abordou a evolução histórica das políticas de igualdade nos

Estados Unidos, a partir da cláusula de proteção igualitária da Décima Quarta Emenda até o caso Grutter v. Bollinger. Discutiu-se a doutrina do regime “separados, mas iguais” (separate but equal), instituída no caso Plessy v. Ferguson, que prevaleceu no país por mais de meio século. Essa doutrina foi posteriormente superada pela decisão no caso *Brown v. Board of Education*, que declarou inconstitucional a segregação racial no sistema público de educação, com repercussões em várias outras áreas, incluindo a profissional (Grutter v. Bollinger, 2003).

Posteriormente, destacou-se o primeiro caso em que a Suprema Corte abordou a validade dos processos de admissão universitária baseados na raça dos candidatos: o caso *Regents of the University of California v. Bakke.* Nesse contexto, o Juiz da Suprema Corte, Powell, sustentou que o emprego da raça nos procedimentos de ingresso poderia satisfazer um interesse governamental legítimo, particularmente devido à liberdade acadêmica das universidades para estabelecer seus próprios critérios de escolha. No entanto, Powell enfatizou que as admissões deveriam ser analisadas de forma individual. Apesar de sua opinião não ter sido seguida por seus colegas, conforme apontado na terceira parte, os tribunais inferiores dedicaram-se a debater se sua visão constituía precedente vinculante (Grutter v. Bollinger, 2003).

Por fim, foi no caso Grutter v. Bollinger que a Suprema Corte, novamente dividida, endossou pela primeira vez a opinião de *Powell* (Powell, 2003). A Corte reconheceu que a diversidade do corpo estudantil constituía um interesse governamental justificável, legitimando o uso da raça nos processos de admissão universitária, desde que limitado para evitar dois riscos inerentes a qualquer ação governamental baseada em critérios raciais: a estereotipagem ilegítima e a discriminação contra indivíduos de grupos raciais não beneficiados pela política. Como desfecho, a Suprema Corte determinou que o uso da raça nos processos admissionais deveria ser revisado e descontinuado em até 25 anos a partir dessa decisão (Powell, 2003).

Na segunda seção de mérito, destacou-se que, 20 anos após a decisão do caso Grutter, a prática de considerar a raça em processos de admissão universitária não havia sido encerrada, como originalmente previsto. Argumentou-se que seria necessário avaliar a questão à luz da Décima Quarta Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Observou-se que o uso da raça poderia ser permitido, desde que o Poder Judiciário realizasse uma revisão rigorosa das métricas utilizadas, apontando que as universidades reclamadas empregaram critérios vagos e imprecisos, dificultando a avaliação. Um exemplo disso foi a expressão "inclusão de estudantes de grupos minoritários tem produzido cidadãos produtivos e engajados", que foi considerada subjetiva (Grutter v. Bollinger, 2003).

Na segunda parte, discutiu-se a noção de que a cláusula de proteção igualitária, como interpretada no caso Grutter, não teria gerado



discriminação contra indivíduos de grupos não contemplados pelas preferências raciais, nem estereótipos injustificados. Na terceira parte, concluiu-se que o uso da raça nos processos de admissão estaria condicionado à existência de representatividade significativa e de diversidade relevante no ambiente universitário. Entretanto, destacou-se a dificuldade em determinar o momento em que a diversidade geraria benefícios educacionais concretos. A Suprema Corte rejeitou o pedido das universidades de estender a prática para além do prazo fixado no caso *Grutter*, uma vez que alguns dos alunos admitidos nos processos atuais se formariam após o prazo, independentemente de revisões periódicas, que não estavam previstas naquela decisão (Grutter v. Bollinger, 2003).

Ao final, a Suprema Corte, por seis votos a três, acolheu a argumentação contra o uso da raça como critério de admissão, concluindo que tal prática era incompatível com a cláusula de proteção igualitária da Décima Quarta Emenda. No entanto, a Corte permitiu que se levasse em consideração como a raça afeta cada candidato individualmente, devendo-se avaliar a experiência individual, e não apenas o pertencimento a um grupo racial específico (Grutter v. Bollinger, 2003).

Assim, conclui-se que, em junho de 2023, a Suprema Corte dos Estados Unidos restringiu significativamente as ações afirmativas baseadas em critérios raciais, em contraste com decisões mais recentes da Suprema Corte brasileira, que se fundamentaram em dados sociais comprovando a persistência do racismo estrutural, como será detalhado a seguir.

4 A POSIÇÃO DO STF SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES

Em 2012, na ADPF 186, buscava-se a declaração de inconstitucionalidade dos atos da Universidade de Brasília (UnB), que instituiu um sistema de reserva de vagas baseado em critérios étnico-raciais (20% de cotas) no processo seletivo de ingresso de estudantes. A ação não questionava a reserva de vagas, mas o uso da "raça" como critério, sob o argumento de que não existiria discriminação racial no Brasil (STF, 2012).

O STF julgou a ação improcedente, reconhecendo a validade dos atos da UnB com base no princípio da igualdade material. O voto condutor, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski, enfatizou que a justiça social é uma "técnica de distribuição de justiça", fundamentada na inclusão social de grupos excluídos ou marginalizados, especialmente aqueles que, historicamente, foram compelidos a viver à margem da sociedade. Além disso, o Ministro destacou que a meritocracia, prevista no texto constitucional (art. 208, V, da CF/88), deve ser interpretada à luz do princípio da igualdade material (STF, 2012).

O legislador constituinte não se limitou a declarar o princípio da igualdade de forma apenas formal, mas buscou garantir a igualdade material ou real a todos os brasileiros e estrangeiros no País, levando em conta as diferenças naturais, culturais, sociais, econômicas ou acidentais, e as desigualdades entre os diversos grupos sociais. A ideia moderna de democracia exige ir além de uma visão rígida de igualdade, que antes era vista apenas como um direito, sem considerar a necessidade de torná-la uma realidade prática. O modelo constitucional brasileiro também incorporou mecanismos para corrigir as distorções que resultariam de uma aplicação apenas formal da igualdade, conforme destacado pela PGR, adotando medidas de justiça distributiva ou compensatória.

O voto condutor reafirma a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades, destacando que a Constituição Federal, em seu art. 206, I, III e IV, estabelece os princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola, pluralismo de ideias e gestão democrática do ensino público. Além disso, o art. O artigo 208, V, estipula que o acesso aos níveis mais elevados de educação, pesquisa e criação artística será realizado conforme a capacidade de cada um. Dessa forma, a Constituição de 1988 equilibra a igualdade de entrada, o pluralismo de ideias e a meritocracia como critérios para promoção na instrução. Esses dispositivos mostram que o constituinte buscou harmonizar a avaliação de mérito com o princípio da igualdade material.

Concluindo, o Ministro Relator Ricardo Lewandowski destacou que as políticas que buscam reverter a desigualdade histórica nas relações étnico-raciais e sociais no Brasil não devem ser analisadas apenas com base em preceitos constitucionais isolados ou na vantagem de alguns critérios sobre outros. Elas precisam ser avaliadas com base nos princípios que sustentam o Estado brasileiro. Ele defendeu a aplicação do padrão étnico como discriminação positiva. Esclareceu que a questão central é se a falta de um conceito biológico ou genético de raça impede a utilização do princípio de descendência racial na seleção de indivíduos.

Nesse contexto, o STF já lidou com essa questão no Caso Ellwanger, e decidiu que, embora a ciência não reconheça subdivisões da espécie humana, o preconceito racial ainda persiste como um fenômeno comunitário, e é essa realidade que deve ser considerada no direito. O conceito biológico de raça deve ser abandonado. A segregação baseada nesse critério é uma construção histórico-cultural usada para validar a opressão e o preconceito contra grupos sociais injustamente vistas como inferiores.

Vê-se, pois, que o elemento étnico-racial é apontado como um fator de exclusão, enfatizando seu impacto simbólico nas sociedades contemporâneas que vivenciaram a escravidão, repressão e preconceito. Isso gera uma visão depreciativa da raça em relação aos grupos subjugados. A garantia de uma igualdade formal ignora as diferenças entre



as pessoas, perpetuando as desigualdades reais entre elas. É amplamente reconhecido que a escassa presença de negros e pardos em posições de destaque, em setores público e privado, é resultado de uma discriminação histórica. Essas gerações enfrentam, frequentemente, preconceito de maneira velada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em sociedades como a nossa são uma tentativa de compensar essa discriminação enraizada na cultura, que muitas vezes é praticada de forma inconsciente e sob a complacência de um Estado que pouco intervém.

Daniela Ikawa (2008) defende a inclusão nas cotas por meio de autoafirmação e identificação alheia, argumenta-se que as universidades utilizam esses dois métodos nas seleções: a autoafirmação é feita pelo indivíduo e a identificação fora do âmbito pessoal por terceiros. A autoidentificação deve ser a forma primária, a fim de evitar classificações externas que possam resultar em discriminação negativa e para fortalecer o reconhecimento da diferença pessoal.

Para prevenir fraudes na identificação e precisar a redistribuição de direitos, podemos adotar mecanismos adicionais. Estes incluem: (1) formulários com várias questões sobre raça para verificar a autoclassificação; (2) declarações assinadas exigidas; (3) realização de entrevistas; (4) solicitação de fotos; e (5) formação de comitês de avaliação após a autoidentificação do candidato. A seleção por comitês é a opção mais controversa (Ikawa, 2008).

Essa classificação deve respeitar as seguintes condições: (a) o comitê só deve atuar após a autoidentificação do candidato como negro, para evitar que a decisão seja exclusivamente feita por terceiros; (b) a avaliação deve ser baseada no fenótipo, e não na ascendência; (c) o grupo de candidatos concorrendo a vagas reservadas deve ser composto por aqueles que, após avaliação do comitê (por foto ou entrevista), forem classificados como pretos ou pardos, em combinações como pardo-pardo, pardo-preto ou preto-preto; e (d) o comitê deve ser formado levando em conta a diversidade de raça, classe econômica, orientação sexual e gênero, com mandatos de curta duração (Ikawa, 2008).

O voto condutor conclui que a política de cotas é constitucional, destacando a necessidade de que as ações afirmativas sejam temporárias e proporcionais a seus objetivos. Quando as distorções históricas forem retificadas e a representação de negros e outros grupos marginalizados nas esferas de poder se igualar, os programas de cotas nas universidades públicas se tornarão dispensáveis. Com efeito, as políticas de cotas não podem ser consideradas constitucionais apenas por suas boas intenções. Elas devem ser temporárias, proporcionais aos fins desejados e pautadas na razoabilidade. No caso da Universidade de Brasília, o critério de temporariedade foi cumprido, pois o Programa de Ações Afirmativas, criado pelo Conselho Superior Universitário (COSUNI), previa uma reavaliação após 10 anos (STF, 2012).

No voto do relator, observa-se a definição clara do termo "racismo" e a necessidade de compreendê-lo dentro de um contexto histórico e comunitário, em vez de meramente biológico. As discriminações positivas, como as ações afirmativas, são defendidas. Alega-se que elas promovem a formação de lideranças nos grupos discriminados. Estas são capazes de lutar pelos seus direitos e servir como exemplos de integração e ascensão comunitária. Além disso, elas geram mudanças na atitude subjetiva dos membros desses grupos, aumentando a autoestima e preparando o caminho para sua progressiva e plena integração na coletividade (Brasil, STF, 2014, p. 71-72), oxigenando os principais centros de formação das elites brasileiras que são as universidades públicas no país.

O relator considerou finalmente a adoção de cotas raciais nas universidades públicas do país como constitucional. Esta decisão é justificada pela necessidade de corrigir desigualdades sociais históricas e promover a diversidade cultural na comunidade acadêmica e científica. Assim, a reserva de vagas para estudantes negros e indígenas será mantida por dez anos. Essa medida foi considerada adequada e proporcional para alcançar esses objetivos, resultando no julgamento unânime da improcedência da ADPF (Brasil, STF, 2014, p. 91-92).

Em 2017, na ADC 41, o STF analisou a constitucionalidade das cotas raciais em concursos públicos. A iniciativa foi apresentada pela OAB, questionando a Lei nº 12.990/2014, que reserva 20% das vagas em processos seletivos para negros dentro da administração federal. O STF declarou a lei constitucional, destacando a importância da igualdade material para compensar as desvantagens históricas de certos grupos em processos seletivos (STF, 2017) (Brasil, 2014).

A decisão afirmou que é constitucional a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos na administração pública direta e indireta. É legítimo usar, além da autodeclaração, critérios desde que respeitada a dignidade, o contraditório e a ampla defesa. O Ministro Luís Roberto Barroso explicou que a paridade se manifesta em três formas: paridade formal (proteção contra discriminação), equidade material (redistribuição de poder e oportunidades) e isonomia como reconhecimento (respeito às minorias). Ele defendeu que a igualdade plena requer todas essas dimensões (STF, 2017).

O Min. Barroso também destacou o racismo estrutural, que não depende de ódio racial ou preconceito consciente, mas de um sistema que, mesmo sem ser explicitamente desenhado para discriminar, afeta a vida e as oportunidades de negros e brancos de formas diferentes. O racismo institucional se manifesta em mecanismos nas instituições públicas que, mesmo sem regras explícitas, dificultam o acesso de negros a certos espaços. Esse sistema é a herança da escravidão no Brasil. Após a abolição, a falta de políticas de integração, como a concessão de terras e educação, manteve os negros marginalizados e em posições subalternas,

perpetuando a exclusão sem a necessidade de leis discriminatórias formais (STF, 2017).

No Brasil, nunca houve segregação racial aberta, mas o racismo é disfarçado pelo mito da democracia racial. Embora o país seja de origem mestiça, as relações entre brancos e afrodescendentes são, em sua maioria, hierarquizadas, com afro-brasileiros ocupando posições subalternas como porteiros, operários e empregados domésticos. Apesar de alguns avanços, poucos negros chegam a cargos de prestígio e poder, e a imagem do Brasil em posições de destaque ainda é predominantemente branca. O racismo estrutural e institucional é evidente nos dados. Embora 50,7% da população seja negra, essa parcela é sub-representada entre os ricos. A cor da pele influencia a vida dos afrodescendentes em áreas como moradia, saúde, educação e mercado de trabalho. Além disso, 61,67% dos presos são negros, mostrando o impacto do racismo nas instituições, incluindo o uso excessivo da força policial (STF, 2017).

A discriminação contra os negros no Brasil tem forte caráter socioeconômico. Para corrigir isso, seriam necessárias uma reestruturação política e econômica, com redistribuição de renda e reorganização do trabalho. O acesso desigual aos recursos econômicos é também racial, criando um "teto de vidro" que limita a ascensão social de pretos e pardos. A Lei nº 12.990/2014, que reserva vagas em concursos públicos para negros, é uma medida que busca corrigir essas desigualdades, permitindo que mais afrodescendentes ocupem cargos públicos com melhores salários e prestígio. Isso não só melhora a condição de vida das famílias beneficiadas, mas também oferece melhores oportunidades para as futuras gerações (Brasil, 2014).

Essa política garante a igualdade de oportunidades, considerando a raça como um dos critérios de seleção. No entanto, mais do que apenas oferecer as mesmas oportunidades, é preciso criar condições reais para que negros possam competir de forma justa nos concursos públicos. A forma imparcial e igualitária de conduzir concursos públicos reflete o princípio da igualdade perante a lei. Nessa hipótese, o acesso aos cargos públicos deve ser organizado de modo que todos possam concorrer em condições de igualdade. A Administração já usa outros critérios além do mérito, como a reserva para pessoas com deficiência e a idade como critério de desempate. Portanto, as cotas raciais não violam os princípios de igualdade ou eficiência.

Além disso, as cotas para negros podem até melhorar a eficiência, aumentando a representatividade. As cotas também devem ser analisadas sob o princípio da proporcionalidade, ou seja, precisam ser adequadas, necessárias (sem alternativas melhores) e proporcionais, com benefícios que superem as restrições. A ideia de que as cotas em concursos públicos são "dupla vantagem" ignora o racismo estrutural. A Lei nº 12.990/2014 é uma medida eficaz para promover a igualdade no Brasil, superando o

racismo estrutural e redistribuindo bens e reconhecimento à população afrodescendente (Cardoso, 2008).

Os fundamentos constitucionais das ações afirmativas no Brasil incluem a dignidade da pessoa natural, o valor social do trabalho, a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de preconceitos, e o repúdio ao racismo. Esses princípios estão previstos na Constituição (arts. 1º, 3º, 4º, 5º, 7º, 37 e 170) e são apoiados por tratados internacionais, como a Convenção Interamericana contra o Racismo, que estabelece que as ações afirmativas só são válidas se não perpetuarem direitos separados para grupos diferentes e cessarem quando seus objetivos forem atingidos.

Os julgados sobre ações afirmativas no Brasil mostram a influência do direito antidiscriminatório dos EUA, já que a discussão sobre o uso da raça nos processos de admissão é semelhante ao princípio da igualdade previsto na Constituição Brasileira. No cenário internacional, as ações afirmativas são respaldadas pela Convenção da ONU sobre Discriminação Racial e pela Convenção Interamericana, ambas ratificadas pelo Brasil. A Convenção Interamericana define a discriminação positiva como qualquer distinção ou preferência que busque garantir a igualdade de direitos e liberdades fundamentais.

Apesar desses importantes julgados, em 13 de novembro de 2023, foi sancionada a revisão da Lei de Cotas (PL 5384/2020), que segue uma linha semelhante à decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos. Segundo a Lei 14.723/2023, os candidatos só concorrerão às vagas de cotas, que são 50% do total, se não alcançarem as notas necessárias para as vagas de ampla concorrência (Brasil, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas surgiram como uma resposta à desigualdade racial, começando nos Estados Unidos durante a década de 1960, no contexto da luta pelos direitos civis. Sua principal função é promover a igualdade material entre brancos e negros, refletindo a importância de se garantir a dignidade da pessoa natural e combater a discriminação racial. Com o tempo, essas políticas evoluíram de uma busca pela igualdade formal para enfrentar o racismo estrutural e promover a equidade de oportunidades, especialmente em áreas como a educação e o emprego.

Nos EUA, a política de ações afirmativas foi impulsionada por líderes como Martin Luther King e Malcolm X e ganhou destaque na década de 1970, com a implementação de medidas que visavam diversificar o ambiente acadêmico e profissional. Decisões da Suprema Corte, como os casos Grutter v. Bollinger e Gratz v. Bollinger, reafirmaram a constitucionalidade dessas políticas ao reconhecer a diversidade racial como um interesse governamental legítimo. No entanto, o uso da raça como critério foi sempre objeto de controvérsia, com a Suprema Corte



determinando a necessidade de revisar e limitar o uso dessa prática ao longo do tempo.

No Brasil, as ações afirmativas foram adotadas no início dos anos 2000, com a implementação de cotas raciais em universidades e, mais tarde, em concursos públicos, como previsto pela Lei nº 12.990/2014. O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade dessas políticas com base no princípio da igualdade material, destacando que elas buscam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de negros e outros grupos marginalizados nas esferas de poder público e privado. O STF argumentou que as cotas são uma forma de justiça distributiva, essencial para combater o racismo estrutural e garantir que os negros tenham condições de competir em igualdade de oportunidades.

As ações afirmativas no Brasil refletem uma tentativa de superar o legado de exclusão racial deixado pela escravidão, reconhecendo que, apesar da abolição formal, o racismo continua a moldar as relações sociais e econômicas do país. O racismo institucional se manifesta por meio de barreiras invisíveis que dificultam o acesso de negros a posições de poder e prestígio, perpetuando a desigualdade. Essas políticas visam quebrar essas barreiras e criar oportunidades para que os negros ascendam social e economicamente.

O debate sobre as ações afirmativas continua, com críticas de que elas poderiam gerar "dupla vantagem" para os beneficiários. No entanto, sem essas políticas, a sub-representação de negros em posições de destaque continua a prevalecer. A revisão da Lei de Cotas em 2023 seguiu o modelo norte-americano, permitindo que candidatos concorram às vagas de ampla concorrência antes de serem considerados para as vagas reservadas, mantendo o foco em garantir a eficiência e a igualdade de oportunidades.

Concluindo, as ações afirmativas são fundamentais para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social de grupos vulneráveis. Elas se baseiam nos princípios de igualdade e dignidade da pessoa natural, tanto na legislação brasileira quanto nos tratados internacionais que o país ratificou. Apesar das controvérsias, essas políticas são essenciais para enfrentar o racismo estrutural e garantir que a sociedade avance em direção a uma verdadeira justiça social e equidade.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. Começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no

direito brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 232, p.141-176, abr.-jun. 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo, Malheiros, 2002.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília**: uma análise do rendimento e da evasão. Dissertação de Mestrado em Educação, UnB, Brasília, 2008.

EISAGUIRRE, Lynne. **Affirmative action**: a reference handbook, p. 78-79.

FRASER, Nancy. **Redistribuição, reconhecimento e participação**. Por uma concepção integrada da Justiça. In: SARMENTO, Daniel, IKAWA, Daniela e PIOVESAN, Flávia (Coords.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008. p. 167-189.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HÄRBELE, Peter. **La imagen del ser humano dentro del Estado Constitucional**. Fundo editorial Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001.

HÄRBELE, Peter. **Entrevista concedida ao Conjur**, 2012. Disponível em: https://www.conjur.com.br/20anos/2017-ago-10/peter-haeberle-constitucionalista-alemao-constituicao-e-declara#. Acesso em: 10 jul.2024.

LOBO. Irene. **Índia foi o primeiro país a implantar o sistema de cotas**. 2016. Disponível em: https://www.geledes.org.br/india-foi-o-primeiro-pais-implantar-o-sistema-de-cotas/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwyL24BhCtARIsALo0fSA_0j1xjwORLES0g9qrdarDUP9BTI32T4hj-93LTnL4K7hbDx-S6o4aAtFXEALw_wcB Acesso em: 16 out. 2024.

POWELL., John A. **Transformative action: a strategy for ending racial hierarchy and achieving true democracy**. Beyond race: race and inequality in Brazil, South Africa, and the United States, 2003, p. 390.

SANDER, Richard. A Systemic Analysis of Affirmative Action in American Law Schools. **Stanford Law Review** 57:367-483, 2004.

UNITED STATES SUPREME COURT. **Gratz v. Bollinger**. 539 U.S. 244, 2003.

UNITED STATES SUPREME COURT. **Grutter v. Bollinger**. 539 U.S. 306, 2003.



A INAPLICABILIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PERSONALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS LEGISLAÇÕES INFANTO-JUVENIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE SOB A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA DE 1959

GT5: DIREITO INTERNACIONAL E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Ronaldo José dos Santos[1], Alexander de Castro[2].

[1] Mestrando em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR), Maringá – PR, e-mail: ronaldodark14@hotmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado pela Westfälische Wilhelms Universität Münster (Alemanha) (2013) e pela Freie Universität Berlin (Alemanha) (2016). Doutor pela Università degli Studi di Firenze (Florença, Itália) (2013) e Mestre pela UFSC/SC (2008). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, e pesquisador do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Professor assistente na Universidade de Varsóvia. E-mail: alexander.decastro@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca verificar se a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU em 1959, foi incorporada no ordenamento jurídico brasileiro, no tocante ao processo de reconhecimento e implementação de direitos fundamentais da personalidade de crianças e adolescentes. Para tanto, fez-se necessário abordar o contexto em que se encontrava o país à época em que se institui internacionalmente essas novas diretrizes de cuidado à infância, examinando o tratamento jurídico e estatal dispensado às crianças e adolescentes nos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Para a investigação da análise proposta, a pesquisa orientar-se-á pelos métodos da análise qualitativa documental, utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Declaração dos Direitos da Criança; Menores; Direitos fundamentais da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

As atrocidades do holocausto conduzidas pelo nazismo estimularam a comunidade internacional a criar mecanismo de proteção à direitos humanos. Desde então, em 1945 foi assinada a Carta das Nações Unidas, na qual criou a Organização das Nações Unidas (ONU), que teve como objetivo principal promover a paz mundial, através da “reestruturação do sistema normativo internacional”. Dessa forma, a fim de proteger a dignidade humana, em 1948 foi assinada, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Devido a sua natureza, a Declaração de 1948 não possuiu força vinculante ou jurídica, ou seja, não gerou obrigatoriedade de cumprimento aos Estados-membros, se tratando de uma norma jurídica Soft Law. Na verdade, a Declaração de 1948 abriu caminho para o surgimento de outros

instrumentos de defesa da violação de direitos humanos em âmbito internacional (Lima, 2015, pp. 43-45).

Apesar de ter elencado diversos direitos básicos e necessários para a proteção do pleno desenvolvimento de todos os seres humanos, a Declaração Universal de 1948 pouco tratou sobre o resguardo da infância, lembrando apenas que “a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais”. Nesse sentido, em consonância com a Declaração de Genebra de 1924 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1959 foi aprovada pela ONU a Declaração dos Direitos da Criança, reflexo da preocupação da comunidade internacional com a peculiar imaturidade física e mental da infância, necessitando, em razão disso, de um cuidado especial. Entretanto, mais uma vez, tal documento não representou obrigatoriedade aos Estados (Lima, 2015, p. 153).

Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo verificar se, com a promulgação da Declaração dos Direitos da Criança de 1959, ocorreu um processo de reconhecimento e implementação de direitos fundamentais da personalidade de crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro, analisando o tratamento jurídico e estatal dispensado à infância e juventude na vigência das legislações de menores de 1927, 1979. Para a investigação da análise proposta, a pesquisa orientar-se-á pelos métodos da análise qualitativa documental, utilizando-se da técnica de pesquisa bibliográfica, pautada em documentos sobre o tema pesquisado.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Em 1959 vigora no Brasil o Código de Menores de 1927, sendo o primeiro dispositivo destinado ao tratamento exclusivo de crianças e adolescentes. Ocorre que o referido diploma legal infanto-juvenil foi criado em um período em que o país passava por uma crescente urbanização e industrialização, aonde a presença de jovens abandonados e delinquentes aumentava cada vez mais (De Castro, 2023, pp. 5-9). Influenciados por movimentos norte americanos que enfrentavam o mesmo “problema”, a elite brasileira desencadeou um forte movimento com o objetivo de trazer a “salvação da juventude”. Na verdade, a ideia se tratava de uma política dissimulada, buscando novos métodos de controle social sobre a juventude empobrecida (De Castro, 2023, pp. 5-9). Dessa forma, o Código de Menores de 1927 se tratou de um dispositivo legal de “controle e qualificação da massa popular de menores” (De Castro; Meira, 2022, p. 7).

O Regime Militar de 1964 via os jovens pobres como mais suscetíveis a doutrinação comunista, e moralizá-los seria “uma necessidade imperiosa para o próprio futuro da Nação” (Becher, 2011, pp. 8-9). Agora, o problema do menor seria tratado como de segurança nacional e os institutos de apoio aos menores se tornariam instrumentos de repressão e vigilância, atuando nas camadas mais desfavorecidas da

sociedade, buscando controlar ou reduzir as condutas antissociais (Miranda, 2016, pp. 51-52). Tanto nas ruas quanto nas instituições de assistência aos menores, a prática de condutas características de um "sistema penal subterrâneo", ou seja, atos clandestinos de violência policial, como espancamentos e torturas, eram usados para reprimir crianças e adolescentes marginalizados (Castro; Rigolin, 2022, pp. 336-337).

Ainda sob o governo do regime militar, em 1979 foi instituído o novo Código de Menores, que acabou fundindo a situação de abandono com a condição infracional, através do conceito de menores em situação irregular. Essa nova "Doutrina de Situação Irregular" acabou endurecendo o tratamento aos menores, uma vez que as medidas repressivas eram direcionadas igualmente tanto para os menores abandonados ou de extrema pobreza quanto para os menores infratores (De Castro, 2023, pp. 15-17).

Foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que se pôde vislumbrar um tratamento digno às crianças e adolescentes. A nova Lei Maior, baseada no princípio da dignidade da pessoa humana, adotou a Doutrina de Proteção Integral, reconhecendo direitos inerentes ao ser humano tanto nas relações de âmbito privado (direitos da personalidade) quanto nas relações de âmbito público, entre Estado e cidadão (direitos fundamentais), tutelando direitos fundamentais da personalidade de crianças e adolescentes (De Castro, 2023, pp. 25-26).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a história da evolução do direito das crianças e dos adolescentes no Brasil demonstrou que a infância e a juventude pauperizada, denominados de menores, foram coisificadas pelas legislações infanto-juvenis. A partir da Declaração de Direitos da Criança de 1959, não se viu mudanças no tratamento de crianças e adolescentes.

Por certo, houve piora no cuidado, ou seja, uma sistematização da violação aos direitos humanos da infância e juventude. Logo, chega-se à conclusão que o Estado brasileiro negligenciou a Declaração de Direitos da Criança de 1959, reconhecendo direitos fundamentais da personalidade a partir da promulgação da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

REFERÊNCIAS

BECHER, Franciele. Os "menores" e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. **XXVI Simpósio Nacional de História**, v. 1, p. 1-16, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26. Acesso em: 8 set. 2024.

CASTRO, Alexander de; RIGOLIN, Isbela Furlan. O sistema penal subterrâneo no trato aos “menores” durante o regime militar brasileiro: breve história da violação sistemática de direitos da infância e adolescência no Brasil. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, vº 17, nº 2, p. 319-349, 2022. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/17852. Acesso em: 8 set. 2024.

DE CASTRO, Alexander. A evolução do direito do menor no Brasil: um exame crítico das mudanças na legislação para crianças e adolescentes ao longo do século XX (1927-1979). **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 18, n. 3, p. 1-33, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/84887. Acesso em: 7 set. 2024.

DE CASTRO, Alexander; MEIRA, Henrique Diniz. O recolhimento de Pedro Bala ao reformatório: o Código de Menores de 1927 e os direitos da infância e da adolescência. *Revista* **Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/71523. Acesso em: 7 set. 2024.

LIMA, Fernanda da Silva. **Os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes negros à luz da proteção integral: limites e perspectivas das políticas públicas para a garantia de igualdade racial no Brasil**. 2015. 337p. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2015.

MIRANDA, Humberto Silva. A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964-1985). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, n. 1, v. 55, p. 45-77, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25316. Acesso em: 9 set. 2024.



A VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DOS REFUGIADOS EM LUTA PELA VIDA NO PROCESSO DE FUGA E AS DIFICULDADES DE ATENDIMENTO AO PEDIDO DE REFÚGIO NO TERRITÓRIO NACIONAL

GT5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Henrique Botelho Sanfelici Otero[1], Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[2].

[1] Graduando em direito; Unicesumar, Maringá, Paraná, Brasil;; henriquebsotero@gmail.com

[2] Pós-doutorado pela Unisinos-RS, Universidade Vale dos Sinos (2004) em hermenêutica jurídica; Pós doutorado em direitos humanos e democracia pela Universidade de Coimbra-Portugal; Doutora em Direito das relações sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito civil pela Universidade Estadual de Maringá-Pr (2001). e graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1977). Professora na graduação em direito, e no Programa de Mestrado e doutorado em direito na Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Pesquisadora pelo ICETI- Instituto de pesquisa da UNICESUMAR. Advogada, e-mail: cleidefermentao@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo exibir e definir as diversas situações nas quais a dignidade dos refugiados é cerceada e violada, bem como promover medidas que preservem a dignidade humana e integridade dos deslocados forçadamente (principalmente daqueles que submetem pedidos de refúgio à República Federativa do Brasil visando abrigar-se em território nacional). As adversidades e desafios enfrentados por refugiados e o desrepeito à dignidade destes é um tema presente da atualiade visto a vastidão de situações em que ocorrem tais violações nos dias atuais, sendo estas demonstradas nos motivos que levam milhões de pessoas a abandonarem seu país, sua família, sua crença, seu patrimônio e sua cultura. E, lutando pela vida, enfrentam o cerceamento à liberdade religiosa, discriminação racial, conflitos armados (entre outros). Sendo um fato a condição crescente das ondas migratórias, que ocorrem devido a guerras, perseguições políticas e ausência de vida digna, possuindo o Brasil como um dos principais destinos. Sendo analisadas as condições de vida dos refugiados, as suas dificuldades, o papel da ACNUR para o atendimento de deslocados forçadamente e as condições em que se encontram atualmente, pois, tais pessoas enfrentam a morte para lutar pela vida.

Palavras-chave: Refugiados; Direitos humanos; Abrigo nacional; Dignidade humana

1 INTRODUÇÃO

O combate à violação à dignidade da pessoa humana dos refugiados é extremamente relevante atualmente, visto que de acordo com a ACNUR, até o final de 2023 haviam 117,3 milhões de pessoas deslocadas

forçadamente. A situação de um deslocado, apesar de abordada tanto no âmbito nacional quanto internacional, não é estudada extensivamente pelos países e órgãos internacionais e nacionais, visto o desinteresse destes em proteger direitos alheios e em comprometer-se em mais obrigações. Apesar disso, estudar maneiras efetivas de proteger a dignidade dos refugiados é extremamente necessário, visto que estes possuem seus direitos constantemente cerceados (tanto em seu país de origem, quanto fora dele), visto que são extensivamente perseguidos e possuem suas vidas ameaçadas em face de sua cor, crença, etnia e ideologia política.

Ademais, é importante notar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o texto mais aceito na história dos direitos humanos, sendo proclamada e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, apesar disso, diversos direitos nela positivados (como por exemplo o direito à vida, à liberdade de pensamento e religião, à igualdade em dignidade e direitos, padrão de vida capaz de assegurar saúde, etc) não são cumpridos em diversos países, demonstrando uma clara falha dos países signatários em proteger toda e qualquer pessoa, deixando clara a necessidade de estudos para promover e proteger a dignidade da pessoa humana, em especial, do refugiados, grupo cujos direitos são extensivamente desrespeitados.

Para estudar maneiras de promover a dignidade da pessoa humana, em especial dos refugiados, esse estudo utilizou o método dedutivo, fazendo análises de dados de organizações internacionais, de artigos científicos e acadêmicos, buscando ao final a conscientização da necessidade de proteção à dignidade humana dos refugiados que se encontram em situação de vulnerabilidade pelo enfrentamento de migração forçada a outros países e as melhores maneiras de lidar com os processos de pedido de refúgio no território nacional, visando que essa dignidade seja restabelecida e não ocorra demais violações.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A violação à dignidade humana ocorre em diversos contextos nos âmbitos individuais e sociais, sendo um destes a perseguição. De acordo com a lei n° 13445 quando um indivíduo passa a ser perseguido (perseguição que ocorre geralmente pelo governo legítimo de seu país de origem ou grupo no comando do território nacional) por motivos como sua raça, religião, grupo social, nacionalidade ou opiniões políticas, este poderá ser caracterizado como um refugiado (Brasil, 1997).

Apesar de a legislação brasileira ser uma das mais modernas, amplas e generosas do mundo (Barreto, 2010) esta ainda não contempla todos os indivíduos e grupos perseguidos que necessitam de refúgio, além de que por vezes, no processo de análise de pedidos de refúgio no território nacional, podem haver certas violações à dignidade humana que deveriam ser evitadas. Portanto, é de suma importância promover a dignidade humana dos refugiados no âmbito nacional e defender seus direitos positivados tanto na legislação nacional quanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que haja mais respeito, inclusão e preservação dos requerentes de asilo/refúgio e refugiados em território nacional.

Ademais, é importante levar em pauta o conceito de refugiado, para definir de maneira precisa quem são as pessoas que necessitam da proteção estatal brasileira e de órgãos internacionais, buscando abrangir todos os necessitados perseguidos. Por fim, a definição de refugiado, de acordo com as Nações Unidas é: “qualquer pessoa que, temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual, e, em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (Convenção Relativa ao Estatuto Dos Refugiados, 1951).

Outrossim, a proteção da dignidade humana dos refugiados é essencial, e por isso deve-se analisar este conceito para que não seja cerceado nem diminuído, evitando que este grupo, já perseguido, cujos direitos (como por exemplo vida, honra, livre crença) são constantemente desrespeitados, não seja mais ainda prejudicado. Portanto, de acordo com Rabenhorst, a dignidade da pessoa humana pode ser definida da seguinte maneira:

> “o termo 'dignidade' vem do latim dignitas, que designa tudo aquilo que merece respeito, consideração, mérito ou estima. A dignidade da pessoa humana é, acima de tudo, uma categoria moral; significa a qualidade ou valor particular que atribuímos aos seres humanos em função da posição que ocupam na escala dos seres. [...] A dignidade é atributo do que é insubstituível e incompatível, daquilo que, por possuir um valor absoluto, não tem preço” (Rabenhorst, 2001, p.21).

Ou seja, trata do respeito e consideração por cada pessoa, sendo estes atributos insubstituíveis pois possuem um valor absoluto, e então não devem ser infligidos.

Por fim, após o exposto, fica claro que a adoção de medidas para a proteção da dignidade dos refugiados é fundamental, sendo que as pessoas perseguidas (devido à sua raça, nacionalidade, religião, grupo social ou opnião política), devem e precisam ser respeitadas, e terem sua

moral protegida pela República Federativa do Brasil e outros entes de poder da esfera mundial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e do fato de que milhões de pessoas são perseguidas e tem seus direitos mais básicos cerceados e desrespeitados constantemente, esse trabalhou buscou mostrar a importância do Brasil e do mundo protegerem àqueles que buscam refúgio (especialmente em território nacional), visto que essas pessoas (os refugiados) enfrentam situações de calamidade, em sua luta pela vida após sua perseguição injusta por motivos, por exemplo, como raça e religião. Sendo exibida a importância de preservar a dignidade da pessoa humana, ou seja, o respeito e a estima, portanto sua moral, que apesar de não se efetivar atualmente, deveria ser um valor absoluto mundialmente.

REFERÊNCIAS

ACNUR Brasil. **Dados: refúgiados no Brasil e no mundo.** Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas / Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, organizador. – 1. ed. – Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; GIACOMELLI, Marcia Fátima da Silva. **Os refugiados e a ineficácia das normas**: flagelos humanos, lutando pela vida e pela dignidade. Revista Jurídica Cesumar – Mestrado, v. 19, n. 3, p. 673-703, set./dez. 2019.

ONU (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade da pessoa humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.



CASO CÓRDOBA VS. PARAGUAI: ANÁLISE DOS IMPACTOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS PESSOAS ENVOLVIDAS

GT 05: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Daniela Menengoti Gonçalves RIBEIRO[1], Laura PEDOTT[2].

[1] Orientadora, Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com período de pesquisa (doutorado sanduíche) na Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, França. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Instrumentos de Efetividade dos Direitos da Personalidade. E-mail: daniela.ribeiro@unicesumar.edu.br
[2] Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Instrumentos de Efetividade dos Direitos da Personalidade. Graduada em Direito pelo Centro Universitário "Antonio Eufrásio de Toledo" de Presidente Prudente. E-mail: pedott.laura@gmail.com

RESUMO

O caso Córdoba vs. Paraguai representa primordial importância para a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por ser a primeira decisão sobre o tema subtração internacional de crianças. O objetivo do resumo expandido é analisar os impactos nos direitos da personalidade das pessoas envolvidas. Por se tratar de uma pesquisa maior, o objetivo do trabalho futuro é contribuir para o exame aprofundado dos direitos da personalidade impactados na subtração internacional, em especial ao direito à identidade da criança subtraída. Como ponto de partida, questiona-se quais direitos da personalidade foram impactados no referido caso. Ao se valer de raciocínio indutivo, por meio de pesquisa estruturalista e descritiva, empregando as técnicas de pesquisa documental e estudo de caso, conclui-se, até o momento, pela violação de diversos direitos da personalidade das pessoas envolvidas, como à integridade pessoal do genitor abandonado, à identidade da criança subtraída e à integridade física e psíquica da genitora subtratora.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; Direito à Identidade; Sequestro Internacional de Crianças; Subtração Internacional de Crianças.

1 INTRODUÇÃO

Existem normas de caráter universal e interamericano que tratam sobre subtração internacional de crianças, das quais se destacam a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças de 1980 e a Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional de Menores de 1989. Estes instrumentos buscam assegurar a restituição imediata de criança transferida ou retida internacionalmente com infração aos direitos de custódia ou de visita.

No recente caso Córdoba vs. Paraguai, sentenciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 4 de setembro de 2023, pela primeira vez a Corte se manifestou a respeito de tal tema. A pesquisa

justifica-se pela primordial importância que esse caso representa para a jurisprudência da Corte, estabelecendo um paradigma para casos semelhantes.

O objetivo deste estudo é analisar o impacto aos direitos da personalidade das pessoas envolvidas no caso Córdoba vs. Paraguai. A partir do raciocínio indutivo, por meio de pesquisa estruturalista e descritiva, empregando as técnicas de pesquisa documental e estudo de caso, o resumo expandido, até o momento, demonstra a violação de diversos direitos da personalidade das pessoas envolvidas, como à integridade pessoal do genitor abandonado, à identidade da criança subtraída e à integridade física e psíquica da genitora subtratora.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O caso Córdoba vs. Paraguai refere-se à subtração internacional de uma criança, D, praticada em 2006 por sua mãe, senhora M, que o levou da Argentina ao Paraguai sem a autorização do pai, senhor Arnaldo Javier Córdoba. O pai solicitou a restituição internacional, contudo as autoridades paraguaias não conseguiram localizar a criança. Após 9 anos da transferência ilícita, D foi encontrado pela INTERPOL, por conta de uma recompensa oferecida pelo Estado argentino.

Nesse momento D já contava com 11 anos de idade e manifestou que “queria ficar com sua mãe, pois não sabia nada de seu pai, e no Paraguai frequentava a escola e vivia com sua mãe, seu irmão e seu ‘pai’” (Corte IDH, 2023, p. 11, par. 38). Depois, houveram tentativas de estabelecer vínculo pai-filho, incluindo a família paterna extensa. Entretanto, D manifestou negativa de aproximação.

Com isso, o *Juzgado de Primera Instancia de la Niñez y la Adolescencia del Primer Turno de Caacupé* proferiu sentença definitiva em que determinava a permanência de D no Paraguai, pois após mais de 11 anos sem que a sentença de restituição fosse executada, originaram-se outros direitos.

Em 2022, o caso foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual decidiu que o Estado paraguaio violou os direitos à integridade pessoal, à vida privada e familiar, à proteção da família e ao cumprimento das decisões judiciais (Corte IDH, 2023, p. 32, par. 114).

O caso Córdoba vs. Paraguai possui vinculação direta aos direitos da personalidade por tratar da proteção desses direitos. Tratando dos direitos da personalidade do senhor Córdoba pode-se analisar a violação à integridade pessoal, à vida privada e familiar e à proteção da família. A violação à integridade pessoal deu-se pelo estado de angústia permanente causado ao senhor Córdoba pela subtração internacional de D, a falta de restituição e o fracasso no processo de revinculação.

Ademais, a violação à vida privada e familiar caracteriza-se em uma extrema violação aos direitos da personalidade do senhor Córdoba, pois a separação absoluta do filho por 9 anos e a falta de ingerência do Estado paraguaio em executar a restituição internacional resultaram no rompimento permanente da relação pai-filho.

Apesar de D não figurar como representante, também teve seus direitos da personalidade violados, porque a separação de seu pai impediu um longo período de convivência. E, embora não discorrido na sentença, o direito à identidade de D também foi afetado.

No caso Fornerón e filha vs. Argentina, a Corte compreendeu o direito à identidade como:

> (...) o conjunto de atributos e características que permitem a individualização da pessoa em sociedade e, em tal sentido, compreende vários outros direitos dependendo do sujeito de direitos em questão e das circunstâncias do caso (Corte IDH, 2012, p. 36, par. 123).

No art. 8.1 da Convenção sobre os Direitos da Criança está disposto que “os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferências ilícitas” (Brasil, 1990, s.p.).

Veja-se que no caso Córdoba vs. Paraguai, D cresceu, desde 1 ano e 11 meses de idade sem a presença do pai e de sua família paterna extensa. Isto teve como resultado um desenvolvimento pessoal, familiar e social de D sem a interferência do pai. Ainda, a transferência ilícita impediu o contato ou vínculos de D com seu pai e sua família paterna extensa, não lhe permitindo criar relações familiares correspondentes. Assim, a subtração internacional afetou o direito à identidade de D, que é um importante direito da personalidade.

Por último, a senhora M, apesar de ser a genitora subtratora, teve seus direitos da personalidade violados. Ela alegou que praticou a subtração internacional pela violência doméstica e psicológica que sofria do senhor Córdoba quando conviviam, o que indiscutivelmente lesionou seus direitos da personalidade. Somado a isso, transferir ilicitamente o filho e os anos de ocultamento também impactaram negativamente os direitos da personalidade da mãe de D.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso Córdoba vs. Paraguai é de primordial importância para o estudo da subtração internacional de crianças, pois trata-se da primeira decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o tema, estabelecendo um paradigma para casos semelhantes. A análise até o

momento revelou que o caso Córdoba vs. Paraguai não apenas trouxe consequências jurídicas da subtração internacional de D, mas também trouxe impactos aos direitos da personalidade das pessoas envolvidas.

Como a pesquisa ainda está em andamento, a análise dos impactos aos direitos da personalidade das pessoas envolvidas continuará a ser aprofundada. O objetivo do trabalho futuro é contribuir para o exame dos direitos da personalidade impactados na subtração internacional, em especial ao direito à identidade de D.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Portal da Legislação, Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em 02 jul. 2024.

CORTE IDH, Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Córdoba vs. Paraguay.** Fondo, Reparaciones y Costas (Serie C No. 505, 2023), 04 de setembro de 2023. Jurisprudencia, San José, Costa Rica, 05 de setembro de 2023. Disponível em: https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_505_esp.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

CORTE IDH, Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Fornerón e filha vs. Argentina.** Mérito, Reparações e Custas (Série C No 242, 2012), 27 de abril de 2012. Jurisprudencia, San José, Costa Rica, 27 de abril de 2012. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/243ecec4f953d67235ad0f29d92b0ab5.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.



DIREITOS HUMANOS EM TRÂNSITO: A SALVAGUARDA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A INTEGRIDADE DOS MIGRANTES EM ROTAS DE ALTO RISCO

GT5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rogério Borges Freitas[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2]

[1] Doutorando do programa de pós-graduação da Unicesumar. Mestre em Direito pela Unicesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.
[2] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

Este artigo examina a complexa interação entre violações de direitos humanos e fluxos migratórios, com um foco específico nas rotas de alto risco e nos desafios enfrentados pelos migrantes. Através de relatórios de organizações internacionais e análises de documentos oficiais, o texto discute as condições perigosas e as violações de direitos enfrentadas pelos migrantes. Estabelece-se como problema de pesquisa a investigação sobre como as migrações forçadas, resultantes de violações de direitos da personalidade, perpetuam essas violações ao longo das rotas migratórias. A hipótese central sugere que o aumento dos fluxos migratórios, especialmente nas Américas e em rotas de alto risco, está diretamente relacionado ao crescimento das violações de direitos humanos, impactando a formulação de políticas migratórias e a percepção global do fenômeno. É estruturado em duas seções principais: a primeira aborda as dinâmicas e desafios dos fluxos migratórios, enquanto a segunda realiza uma análise crítica das violações de direitos da personalidade em rotas migratórias. Este estudo é fundamentado em uma revisão bibliográfica e um estudo de caso, buscando não apenas elucidar os problemas enfrentados pelos migrantes, mas também propor uma reflexão crítica sobre a necessidade de reformulação das políticas migratórias.

Palavras-chave: migração; políticas migratórias; rotas de risco.

1 INTRODUÇÃO

Esta análise explora a complexa interação entre violações de direitos humanos e fluxos migratórios, destacando a dinâmica e os desafios enfrentados pelos migrantes nas rotas de alto risco. O texto discute a migração natural em espécies como as andorinhas, importantes para o equilíbrio ecológico. Também explora as motivações e desafios dos migrantes humanos, nas quais a movimentação é impulsionada por condições extremas, como conflitos, desastres naturais e escassez de alimentos. A migração humana, ao contrário do fenômeno natural, é marcada por uma busca desesperada por sobrevivência e dignidade, em que os migrantes são forçados a enfrentar perigos e hostilidades que

colocam em risco suas vidas e de suas famílias. As políticas migratórias precisam ser sensíveis a complexidades. Elas devem promover a integração efetiva dos migrantes e combater a xenofobia, agravada por crises econômicas e políticas. Além disso, essas políticas devem fomentar o entendimento intercultural e o respeito pela diversidade.

Este trabalho também dedica um olhar crítico às violações dos direitos da personalidade às rotas migratórias, especialmente aquelas consideradas de alto risco. Relatórios de organizações internacionais e documentos oficiais são utilizados para elucidar as condições perigosas e as violações de direitos que muitos migrantes enfrentam ao longo dessas trajetórias. O problema de pesquisa delineado procurou responder em que medida o contexto das migrações forçadas em decorrência de violações de direitos da personalidade impõe aos migrantes um cenário de manutenção dessas violações no decorrer das rotas migratórias percorridas.

Partiu-se da hipótese de que o aumento sem precedentes dos fluxos migratórios nas Américas, especialmente por meio de rotas de alto risco como o Darién Gap e a fronteira México-Guatemala, e as tragédias na rota Central do Mediterrâneo que levaram a pactos controversos na Europa, além da expulsão massiva de afegãos no Paquistão, indicam uma relação direta entre a intensificação da migração e o crescimento das violações de direitos humanos, influenciando a formulação de políticas migratórias e a percepção global dessas questões. Como objetivo geral, avaliou-se os diferentes cenários de violação de direitos humanos dos migrantes, desde o contexto que impulsiona a migração, passando pelas rotas migratórias. Os objetivos específicos consistiram em avaliar os diferentes cenários de violação de direitos humanos dos migrantes desde o contexto que impulsiona a migração, passando pelas rotas migratórias. Além disso, buscou-se compreender as dinâmicas migratórias decorrentes de violações de direitos da personalidade na sociedade contemporânea.

O texto está estruturado em duas seções distintas, a primeira discutiu as dinâmicas e desafios, em busca da exploração da relação entre as violações de direitos humanos e os fluxos migratórios nas rotas de alto risco. A segunda parte procurou tecer uma análise crítica das violações de direitos da personalidade em rotas migratórias, com um olhar para os obstáculos enfrentados pelos migrantes. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso, este artigo investiga a legislação e as práticas atuais, propondo uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas mais justas e eficazes. O objetivo é entender a natureza destas migrações e oferecer um caminho para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitadora dos direitos fundamentais dos migrantes.

2 DINÂMICAS E DESAFIOS: EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FLUXOS MIGRATÓRIOS NAS AMÉRICAS

Na literatura acadêmica, estudos conduzidos por biólogos têm se dedicado à análise do fenômeno migratório das andorinhas entre diferentes continentes. Essas investigações científicas procuram elucidar as razões pelas quais esse intenso deslocamento se mostra essencial para a preservação do equilíbrio ecológico da fauna (Santos; Branco; Belotti, 2021). Conforme as projeções, essas aves efetuam deslocamentos transoceânicos, movendo-se por mais de 80.000 quilômetros, o que simboliza o trajeto de transmigração mais longo documentado entre seres vivos. A investigação sobre a longevidade dessas aves indica que elas podem viver mais de 30 anos, acumulando ao longo de suas vidas mais de 2 milhões de quilômetros voados, uma distância equivalente a uma viagem de ida e volta entre a Terra e a Lua (Santos; Branco; Belotti, 2021). Este dado sublinha a importância de compreender a dinâmica e a extensão dos padrões migratórios para a conservação da biodiversidade global.

No contexto humano, a migração apresenta-se como um fenômeno complexo e multifacetado, distinto dos padrões observados no reino animal. As motivações para a migração variam entre indivíduos e grupos. Isso inclui homens, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. Muitas vezes, estão ancoradas em adversidades como escassez alimentar, conflitos armados e catástrofes naturais. Além disso, a busca por melhores oportunidades de emprego e uma vida mais digna também são fatores. Esta movimentação pode ocorrer tanto internamente, dentro das fronteiras nacionais, quanto transnacional, ultrapassando os limites geográficos de um Estado. Os migrantes são impulsionados por forças que superam o desejo de ficar em seu local de origem. São motivados por uma necessidade urgente de sobrevivência e melhoria de qualidade de vida.

Conforme elucidado por Malgesini e Gimenez (2000, p. 282), os fenômenos migratórios podem ser sintetizados em uma premissa fundamental: a aspiração de aprimorar as condições de vida e alterar o status quo existente no momento da partida. Esses fluxos migratórios emergem como manifestações de uma inclinação natural e histórica das pessoas em buscar um melhoramento de sua condição inicial. Isso não implica que todos os migrantes sejam motivados uniformemente; em determinadas situações, a motivação primordial pode ser a necessidade básica de sobrevivência, a fuga de ameaças iminentes ou a obtenção de recursos essenciais. Em outras circunstâncias, os impulsionadores podem ser o desejo de enriquecimento cultural ou pela busca por novas experiências.

O artista plástico brasileiro, Candido Portinari , em uma série de obras intitulada "Os Retirantes" , captura a trajetória dos migrantes nordestinos que, compelidos pela necessidade, deslocaram-se em direção ao sudoeste do Brasil em busca de oportunidades mais promissoras. Esta coleção de pinturas aborda a temática do sofrimento inerente ao abandono



do local de nascimento, enfatizando a pobreza e a carência de recursos naturais. Ademais, as criações de Portinari denunciam a exploração laboral, a disparidade social, o desespero e as condições de vida adversas enfrentadas pelos migrantes. É pertinente destacar que a obra retrata uma família composta por quatro adultos e cinco crianças, inseridos em um contexto que remete à morte. Após uma jornada exaustiva por terras áridas e inférteis, os personagens são representados em estados de desnutrição e temor, à beira do desespero, ilustrando vividamente as graves consequências sociais e humanas da migração forçada.

Neste contexto, emerge a necessidade de investigar os fluxos migratórios nas Américas, considerando a delicada linha que demarca a complexa interação entre violações dos direitos humanos e as migrações contemporâneas. É imperativo analisar a intensidade das rotas percorridas pelos migrantes, bem como as motivações que os levam a embarcar nesta odisseia de difícil interpretação. Presume-se que tal decisão não decorra de uma escolha simples. A determinação em arriscar a própria vida e a de seus familiares em percursos incertos é impulsionada por circunstâncias ainda mais gravosas. Os migrantes se atrevem a colocar em perigo sua existência e integridade, enfrentando ambientes hostis aos direitos fundamentais do ser humano na contemporaneidade, movidos pelo anseio de alcançar condições de subsistência mais favoráveis.

Zygmunt Bauman (2005, p. 50) destaca uma considerável migração entre continentes recentemente observada, em que muitas pessoas deixaram seus países de origem em busca de condições básicas de sobrevivência e oportunidades que pudessem ajudá-los a atingir seus objetivos. A era moderna, desde o início, se destacou pelas grandes migrações. Caracterizada por movimentos populacionais em massa, as quantidades precisas ainda são desconhecidas, talvez até indetermináveis. Esses deslocamentos ocorreram em razão da incapacidade dos países de origem de oferecer as condições necessárias à subsistência, forçando os migrantes a buscarem, em territórios estrangeiros, a promessa de uma vida mais digna e próspera (Bauman, 2005, p. 50).

A migração implica uma decisão deliberada de abandonar o local de origem, com a intenção de não retornar enquanto persistirem os fatores que motivaram a partida. Define-se como o deslocamento de indivíduos ou grupos de localidades para outras. Tal fluxo deve ser caracterizado por uma natureza gradual e prolongada no tempo; caso contrário, se ocorrer em grande volume e em um curto intervalo de tempo, configura-se o que é denominado êxodo, ou seja, a emigração em massa de uma comunidade ou a saída substancial de indivíduos de uma localidade específica. Contrapondo-se a isso, a migração representa um processo contínuo e constante de movimento populacional que busca regiões que ofereçam condições de vida mais favoráveis.

Michael Hardt e Antônio Negri (2001), na obra Império, identificam que na sociedade contemporânea há uma inequívoca mudança dos clássicos conceitos que formaram os fundamentos dos Estados-Nação hoje existentes. Argumentam que essas transformações também repercutiram na economia e na cultura da sociedade moderna. Nesse contexto, surgiram formas inéditas de racismo e intolerâncias às identidades recém-assumidas pelos indivíduos. As diferenças culturais foram intensificadas e as formas de comunicação foram impulsionadas pelas tecnologias emergentes. Inclusive, destacaram as dificuldades de controle dos novos fluxos migratórios no século XXI, quando abordaram o tema do declínio e da queda do império, especialmente quanto ao nomadismo e miscigenação.

Os fluxos migratórios são fenômenos observados predominantemente em localidades caracterizadas por condições adversas, tais como escassez de recursos alimentares, conflitos armados — sejam civis ou militares — e outros eventos que ocasionam sofrimento e danos significativos físicos, morais, materiais e emocionais. Acrescente-se a esses fatores a possibilidade de desastres naturais como terremotos, secas prolongadas e incêndios contribuem para a deterioração das condições de habitabilidade, impelindo os habitantes dessas regiões a buscar refúgio em locais mais estáveis. Este movimento também é motivado pela busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida mais favoráveis. Nessas circunstâncias, verifica-se uma tendência entre a população autóctone de abandonar suas terras de origem, migrando para novas localidades em busca de um ambiente mais seguro e promissor. Recentemente, os meios de comunicação têm intensificado a cobertura sobre migrações para países adjacentes a zonas de conflito, como os movimentos populacionais para os países vizinhos da Ucrânia e do Líbano, em decorrência de conflitos armados nas fronteiras. Ademais, registra-se uma acentuada fluência migratória do norte da África para o sul da Europa. Contudo, é importante reconhecer que as Américas também testemunham um intenso fluxo migratório, particularmente na fronteira entre México e Estados Unidos, bem como nas divisas entre Colômbia e Panamá e entre Venezuela e Brasil.

A migração introduz complexidade intrínseca devido à confluência de múltiplas necessidades. Estas incluem alimentação, alojamento, higiene pessoal, transporte, saúde e educação infantil. Além disso, há a frequentemente hostil recepção das comunidades locais. Esse cenário propicia a emergência de uma teia de relações de interdependência ou subordinação, muitas vezes de difícil compreensão devido à sua multifacetada natureza. A partir dessa intrincada rede de interações, desenvolvem-se vínculos complexos entre os imigrantes e as residentes locais. Não raro, a interação entre esses grupos é marcada por tensões e discordâncias, não sendo a harmonia um elemento constante.

Frequentemente, a chegada de imigrantes é recebida com desconfiança, temor ou até mesmo antipatia, uma manifestação que pode ser descrita como xenofobia. Tal sentimento alimenta práticas discriminatórias e violações dos direitos da personalidade dos migrantes, incluindo direitos fundamentais como a vida, a integridade física e moral, e a honra. Os migrantes são frequentemente estigmatizados como intrusos ou invasores, o que agrava a percepção de que são indesejados e, por conseguinte, indignos de compartilhar o território com os autóctones. Esta reflexão busca examinar as ramificações jurídicas dessas dinâmicas, destacando a necessidade de políticas migratórias que respeitem a dignidade humana e promovam a integração efetiva, em vez da exclusão.

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (2014, p. 258) diz que a repugnância ao estrangeiro é explicada pelo termo "mixofobia". Isso significa o medo e insegurança devido à falta de confiança nas relações sociais atuais. A crescente mixofobia, ou o medo de misturar-se com estrangeiros, é uma consequência direta das inseguranças sociais exacerbadas pelas novas tecnologias e pela incerteza que caracteriza a sociedade globalizada atual. Além disso, a redução progressiva dos modelos de Estado orientados para o bem-estar comunitário contribui para este fenômeno.

Nesse cenário, indivíduos de outros países são frequentemente estigmatizados como parasitas que exploram as vantagens comunitárias, intensificando o medo de sua presença. Nesse contexto, a percepção de que os estrangeiros possam representar uma ameaça terrorista é intensificada pelo clima de guerra global instaurado no início do século XXI, após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque. Este ambiente alimenta uma atmosfera de desconfiança e xenofobia, que compromete a integração e a coesão social (Wermuth, 2014, p. 258)

Merece atenção o estudo da complexa relação entre as violações dos direitos da personalidade e, por conseguinte, dos direitos humanos dos migrantes. Eles se veem obrigados a conviver com atos de hostilidade para sobreviveram na nova localidade. Em troca de pertencimento, há relatos de migrantes que fragmentaram a própria dignidade humana. Por exemplo, ao aceitar serem explorados sexualmente ou em condições análogas ao trabalho escravo, em busca de receberem o mínimo para sobrevivência.

Nesta direção, é fundamental não perder de perspectiva a dificuldade da transição do conceito de estrangeiro para a condição de cidadão nos Estados de destino dos migrantes. Parece não haver diálogo entre a migração internacional e o multiculturalismo, nem simpatia pela Teoria do Reconhecimento.

Nancy Fraser (2001, p. 286) aponta que o antídoto para a injustiça requer uma transformação substancial na esfera etnológica e simbólica. Tal mudança poderia incluir a revalorização de identidades e expressões tradicionais de grupos historicamente desvalorizados. Envolveria, também,

o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural como um elemento positivo. De forma ainda mais profunda, essa transformação poderia estender-se à revisão dos padrões societais de representação, interpretação e comunicação, com o objetivo de reformular as percepções convencionais sobre a individualidade e a identidade coletiva (Fraser, 2001, p. 286). O tratamento para a injustiça cultural, na visão da autora, consiste em promover mudanças simbólicas ou de tradições. Isso inclui a reconsideração positiva das identidades desrespeitadas, o reconhecimento e a valorização da diversidade de costumes. Envolve uma transformação completa dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, alterando as percepções de individualidade em toda a sociedade. Enquanto não há mudança comportamental, o que se segue é a observação das sistemáticas violações dos direitos humanos decorrentes da migração contemporânea na América Latina. O exemplo mais recente foi o acordo de deportação entre México e Venezuela (Folha de São Paulo, 2024) .

O governo mexicano assinou um acordo com a Venezuela para deportar imigrantes venezuelanos que passarem pelo México em direção aos Estados Unidos. Existe uma séria crise econômica e política na nação sul-americana que é responsável por desencadear um intenso fluxo migratório desde o ano de 2014. Os Estados Unidos da América ocupam a posição de preferência dos migrantes como o principal destino dos emigrantes da Venezuela. No acordo está a previsão de criação de um Programa de Apoio aos Migrantes, no qual o governo mexicano planeja oferecer US$ 110 por mês aos migrantes venezuelanos, além de oportunidades de emprego em empresas nos dois países (Folha de São Paulo, 2024). Entretanto, até a chegada ao México, o migrante precisa peregrinar pela selva da morte entre Colômbia e Panamá. A região é conhecida como "el Tapón del Darien". Ela possui adversidades típicas de uma selva nativa, além de grupos armados de narcotraficantes. Estes impõem a lei e disciplina a pessoas muito vulneráveis. Há relatos de perpetrações de atos de violência, em especial o estupro e a exploração sexual de mulheres e crianças. Além de extorsões, sequestros e homicídios (Human Right Watch, 2023) .

Para o Observatório de Direitos Humanos, Human Rigths Watch, que visitou a região para compreender as causas deste movimento que tem sido motivo de preocupação de grande parte da população norte-americana. A questão migratória é usada politicamente pelo Partido Republicano, com destaque para o ex-presidente Donald Trump. Por isso, o atual presidente Joe Biden concedeu proteção temporária a migrantes venezuelanos nos Estados Unidos da América, evitou deportações e permitiu a busca por emprego (Human Right Watch, 2023). Nota-se a complexidade do tema da migração se entrelaça com a política externa americana em relação à Venezuela.

Outro assunto que tem exacerbado o fluxo migratório na região do “el Tapón del Darién” foi a crescente crise de segurança no Equador. Uma maior onda migratória foi observada em 2023 e 2024, impulsionada pelo conflito entre os cartéis de drogas e as forças militares do Equador. A falta de segurança interna, os crescentes incidentes de extorsão têm sido as principais causas que impulsionam a onda de retirada dos cidadãos desta outra nação sul-americana. A rota pela selva entre o Panamá e a Colômbia, se tornou popular para os migrantes, que atravessarem a pé antes de continuarem a sua viagem através da América Central e do México até aos Estados Unidos (Human Right Watch, 2023).

Conflitos internos entre forças militares governamentais e grupos armados dissidentes geraram perturbações políticas e econômicas. Isso provocou crises diplomáticas internacionais, com violações à soberania de Estados independentes (Folha de São Paulo, 2024). Esses eventos resultaram no aumento da violência contra populações vulneráveis. A consequência é o aumento do fluxo migratório para além das fronteiras do Equador. As pessoas preferem arriscarem suas vidas e as de suas famílias a permanecerem no país. Nesse sentido, os cidadãos se veem obrigado a deixar para trás tudo o que possuem e sair com o mínimo necessário para sobrevivência, na tentativa de uma oportunidade melhor em outra nação.

Impende referir, no ponto, por relevante, a situação dos Haitianos após o terremoto que devastou o país em 2010. Os desastres naturais deixam o Haiti vulnerável pela sua posição geográfica. Com a degradação ambiental somada as péssimas condições de infraestrutura e edificação, expõe a população ao cenário de extrema vulnerabilidade diante dos eventos naturais, tais como terremotos e furacões. Essas condições impulsionam a população local a buscar refúgios em outras localidades. Por isso, na próxima seção será traçada uma análise crítica das violações dos direitos da personalidade nas rotas migratórias de alto risco.

3 ANÁLISE CRÍTICA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA PERSONALIDADE EM ROTAS MIGRATÓRIAS: UM OLHAR PARA AS ROTAS DE ALTO RISCO

O Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992, promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) (Brasil, 1992). Isso ocorreu em 22 de novembro de 1969, o qual dispõe no artigo 22, quatro regras fundamentais a todos os aqueles que vieram de fora. São elas: a) o forasteiro que esteja legalmente no território de Estado-Parte da convenção, só poderá ser expulso após o devido processo legal; b) o migrante tem o direito de buscar asilo em território estrangeiro se for perseguido por crimes políticos no país de origem; c) o estrangeiro não pode ser entregue ao país de origem se ele correr risco de vida, de restrição liberdade por motivo da sua raça, nacionalidade, religião,

condição social ou suas opiniões políticas; d) é vedada a expulsão coletiva de estrangeiros.

Como se vê, pelos fundamentos legais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é inequívoca a complexidade da relação entre violações dos direitos humanos e migração no aspecto intercultural. Merece destaque porque existe impacto do fluxo internacional de indivíduos na arquitetura internacional das garantias individuais dos Estados destinos dos migrantes. O estrangeiro em algum momento recorrerá aos serviços públicos básicos para tutela à vida, à saúde, ao trabalho digno, à moradia, à alimentação e a defesa de seus interesses. Os sistemas jurídicos nacionais devem facilitar e não burocratizar a vida do migrante. É necessário o diálogo entre experiências para avaliar as perspectivas e os novos paradigmas da migração (Bauman, 2017).

Não se pode perder de perspectiva a recente intensificação de violência no Líbano desde 23 de setembro de 2024 tem precipitado uma crise humanitária significativa, com consequências devastadoras para a população local. Autoridades libanesas relatam que mais de 540 mil pessoas foram compelidas a se deslocar, um número que continua a crescer exponencialmente à medida que o conflito com Israel se alastra. Esse cenário de deslocamento massivo inclui uma proporção considerável de refugiados sírios, que já estão em condições de extrema vulnerabilidade, exacerbando ainda mais a crise humanitária na região (Bauman, 2017).

Relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e de diversas organizações não governamentais atuando na área são fundamentais para compreender as dinâmicas específicas e os perigos associados a esta situação (ONU, 2024). Esses documentos detalham violações de direitos humanos sofridas por populações deslocadas. Eles também expõem condições precárias de viagem, abusos físicos e psicológicos, extorsão de grupos criminosos e falta de acesso a necessidades básicas, como alimentação, abrigo e cuidados médicos. A revisão desses relatórios fornece uma base essencial para a análise e formulação de políticas direcionadas ao amparo e à proteção dessas comunidades vulneráveis em meio à crescente instabilidade (ONU, 2024).

Dentro desse cenário, a prerrogativa de migrar internamente é um princípio fundamental reconhecido pela legislação internacional, assegurando a liberdade de movimentação dentro das fronteiras de um país. Não se pode ignorar que crises humanitárias, como a situação mencionada não é apenas uma questão de escolha, mas uma necessidade imperativa de sobrevivência. As regras internacionais, como as diretrizes dos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno das Nações Unidas (ONU, 2024) , destacam a responsabilidade dos governos em garantir a segurança, a assistência e a proteção dos deslocados internos, sem discriminação. Por outro lado, o direito de migrar é essencial à



personalidade humana, porque está ancorado na liberdade individual. Tal garantia permite ao cidadão deixar qualquer país, inclusive o próprio, e buscar refúgio em outro devido a perseguições ou inseguranças graves. São protegidos por instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (ONU, 2024). Em cenários de crise, a violência e a instabilidade política geram extrema vulnerabilidade a cidadãos e residentes. A migração transnacional tornou-se uma rota de alívio fundamental.

As rotas migratórias são frequentemente permeadas por riscos significativos que exigem uma resposta estruturada e segura dos estados por onde passam. Não é um fenômeno recente; a migração tem sido uma constante na história, mas a segurança dessas rotas tem se tornado uma preocupação crescente diante dos perigos como tráfico humano, violência de gangues e exploração. A militarização das fronteiras, enquanto medida de segurança, pode ser necessária para coibir atividades ilegais e proteger os migrantes, no entanto, tal abordagem requer um equilíbrio cuidadoso para não violar os direitos humanos dos transeuntes (Malgesini; Gimenez, 2000). Um cordão de segurança deve controlar e oferecer assistência a grupos vulneráveis, especialmente para mulheres e crianças afetados pelos perigos das migrações. Proteger os direitos das mulheres em trânsito é fundamental, envolvendo não apenas a segurança física, mas também o acesso a serviços de saúde, apoio psicológico e medidas contra abusos e exploração. Esta abordagem compreensiva e humanizada é fundamental para que a migração, uma escolha muitas vezes forçada pela necessidade, seja conduzida em um contexto de dignidade e segurança.

Um dos aspectos mais trágicos e alarmantes das rotas migratórias é a prevalência de violência sexual, com as mulheres enfrentando riscos desproporcionais de estupro e abuso. Essas violações, perpetradas frequentemente por contrabandistas, grupos criminosos e até mesmo por agentes de segurança, representam uma grave violação dos direitos humanos e refletem as profundas falhas de segurança nessas travessias. A violência sexual contra mulheres migrantes não é apenas um ato de agressão física, mas também uma tática de guerra e dominação que visa despojar as vítimas de sua dignidade e autonomia.

Outro risco adicional que assombra os migrantes é a possibilidade de serem coagidos ou enganados para atuarem como mulas de drogas, carregando substâncias ilícitas sem o conhecimento deles. Esta situação coloca-os em um duplo risco: enfrentam não apenas as ameaças inerentes à sua jornada, mas também a possibilidade de detenção por tráfico de drogas. Frequentemente, os migrantes vulneráveis, desesperados por uma chance de cruzar fronteiras, podem ser facilmente manipulados por redes criminosas que exploram sua necessidade e falta de opções.

Esta confusão entre vítimas de circunstâncias desesperadoras e criminosos envolvidos em atividades ilícitas resulta em tratamentos injustos



e punições severas sem o devido processo legal, exacerbando ainda mais os desafios que enfrentam. As autoridades e organizações internacionais devem implementar estratégias para diferenciar verdadeiros criminosos de migrantes coagidos. É essencial garantir proteções legais adequadas e intervenções focadas na justiça e prevenção da exploração.

A intersecção de etnia, gênero e nacionalidade para mulheres migrantes venezuelanas, particularmente aquelas de ascendência afrodescendente ou mestiça, as coloca em uma situação vulnerável, marcada por estigma e preconceito. Na percepção geral e procedimentos de fiscalização, há uma tendência preocupante. Indiscriminadamente, associam-se mulheres sul-americanas ao tráfico de drogas, baseadas em estereótipos raciais e de gênero arraigados. Essa estigmatização agrava o risco de detenções injustas e abuso por parte das autoridades e aumenta a exposição à violência e exploração por redes criminosas que se aproveitam dessas vulnerabilidades. Há uma tendência preocupante na percepção e fiscalização gerais, sobretudo as mulheres sul-americanas, por serem associadas ao tráfico de drogas indiscriminadamente, baseadas em estereótipos raciais e de gênero.

O racismo, o sexismo e a exploração laboral são flagelos persistentes que afetam as vidas dos migrantes, particularmente mulheres e minorias étnicas, ao longo de suas jornadas e nos locais de destino. Essas formas de discriminação não apenas violam direitos humanos fundamentais, mas também exacerbam as vulnerabilidades dos migrantes, confinando-os a condições de trabalho precárias, mal remuneradas e perigosas. O racismo institucionalizado e os preconceitos de gênero nos países de trânsito e acolhimento frequentemente impedem que esses indivíduos acessem serviços essenciais, justiça e oportunidades equitativas de emprego.

A exploração laboral, portanto, se manifesta por meio de jornadas exaustivas, da ausência de proteção contratual e da exposição a ambientes perigosos sem as devidas medidas de segurança. A intersecção de discriminações exige uma resposta multidimensional. Precisamos de políticas públicas inclusivas e do fortalecimento das leis trabalhistas para proteger todos os trabalhadores, independentemente da origem. Também é fundamental uma conscientização global para combater o estigma que perpetua tais injustiças.

Dentro do cenário de exploração de migrantes, uma prática particularmente nefasta é a oferta de falsos empregos, que frequentemente se revelam armadilhas de trabalho forçado. Migrantes, muitas vezes desesperados por estabilidade econômica, são atraídos por promessas de emprego legítimo em países estrangeiros. No entanto, ao chegarem, encontram uma realidade brutal: seus passaportes são confiscados, e eles são coagidos a trabalhar em condições degradantes, sem remuneração adequada ou qualquer possibilidade de escape.



Esta forma de exploração moderna é uma clara violação dos direitos humanos e assemelha-se à servidão por dívida e ao tráfico de pessoas. Tais práticas exigem uma vigilância intensificada e ações coordenadas entre países para punir severamente os culpados e proteger as vítimas. Além disso, é essencial que se criem mecanismos robustos de verificação de ofertas de trabalho e apoio jurídico acessível para migrantes, a fim de prevenir essas situações de exploração desumana.

A crescente crise migratória global exige uma resposta que transcenda políticas e legislações, é imprescindível o desenvolvimento de uma profunda empatia humana. Compreender as realidades enfrentadas pelos povos que migram, reconhecendo suas lutas, medos e esperanças, é um passo crucial para construir sociedades mais acolhedoras e inclusivas. O amor pelo próximo, um princípio muitas vezes relegado a segundo plano em discussões políticas, deve ser revitalizado como um pilar central na abordagem das migrações. Ao cultivar a empatia e praticar a solidariedade ativa, podemos começar a desfazer os preconceitos e superar as barreiras que segregam e discriminam. O enfoque humanístico facilita a integração dos migrantes e enriquece a estrutura comunitária das comunidades de acolhimento. Promove um ambiente de respeito mútuo e cooperação, beneficiando todos os membros da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise ressaltou a complexidade e a multidimensionalidade dos fluxos migratórios nas Américas, que refletem e intensificam as interações entre violações dos direitos humanos e a migração contemporânea. Os migrantes são impulsionados por uma urgência que supera o mero desejo de mudança, enfrentando rotas perigosas e hostilidades que colocam em risco suas vidas e de suas famílias. É imperativo, portanto, que as políticas migratórias sejam sensíveis às complexidades desses fluxos e busquem promover a integração efetiva dos migrantes, respeitando seus direitos fundamentais. A xenofobia, frequentemente exacerbada por crises econômicas e políticas, deve ser combatida com políticas que promovam o entendimento intercultural e o respeito pela diversidade.

Procurou-se ressaltar a complexidade e a inter-relação entre as violações de direitos humanos e os processos de migração, um fenômeno global que desafia as estruturas legais e humanitárias existentes. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos evidencia a obrigação dos Estados de garantir processos legais justos para migrantes, assim como o direito de buscar asilo e a proibição de expulsões coletivas e discriminatórias.

A intensificação recente da violência em regiões de confronto armado entre nações exemplifica as drásticas consequências humanitárias



desses conflitos, levando a um aumento exponencial no número de deslocados, incluindo um grande número de refugiados vulneráveis. Considerou-se a prerrogativa de migrar internamente como um direito fundamental, ressaltando a responsabilidade dos governos de proteger e assistir aos deslocados internos conforme as diretrizes internacionais. Em situações de crise, tais como deslocamentos massivos devido a conflitos ou desastres naturais, a observância desse direito é essencial para mitigar os impactos da crise e promover a dignidade e a segurança dos indivíduos afetados. Por outro lado, o direito de migrar para fora do país, está fundamentado na liberdade individual e protegido por convenções internacionais, é destacado como um aspecto vital da autonomia pessoal. A comunidade internacional deve colaborar para assegurar o respeito às normas de proteção dos refugiados. Deve também promover uma migração segura, ordenada e regular, devido às graves consequências da não observância desses princípios.

Este estudo também destacou os perigos das rotas migratórias, em que mulheres e grupos vulneráveis enfrentam riscos desproporcionais de violência e abuso. Por fim, este trabalho conclui que além de uma necessidade urgente de políticas e legislações mais justas e eficazes, é fundamental desenvolver uma empatia mais profunda pelas realidades dos povos em migração. A promoção do amor e da consideração pelo próximo deve transcender o discurso político e refletir-se em ações concretas que facilitem a integração dos migrantes e a estima por suas dignidades. A prática da empatia alivia o sofrimento dos migrantes e enriquece as comunidades que os recebem, promovendo um ambiente de respeito mútuo e cooperação que beneficia toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

BRASIL. [Constituição de 1988].**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019** (LGL\2019\10121). Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República

Federativa do Brasil. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm]. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto 58.819, de 14 de julho de 1966** (LGL\1966\98). Promulga a Convenção 97 sobre os Trabalhadores Migrantes. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1966/D58819.html. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto 70.946, de 7 de agosto de 1972**. Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70946.htm]. Acesso em: 12 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980** (LGL\1980\8). Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 12 jul. 2021.

CIDH. **Resolução 2/18, de 02 de março de 2018**. Migração forçada de pessoas venezuelanas. Disponível em: [https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf]. Acesso em: 12 jul. 2021.

FRASER, Nancy. **Who counts?** Dilemmas of justice in a postwestphalian world. The Point is to Change it: Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis, p. 281-297, 2010.

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. **Império**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

IBGE. **Pacaraima**. 2010 Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pacaraima/panorama. Acesso em: 12 jul. 2024.

IBGE. **Roraima**. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama. Acesso em: 12 jul. 2024.

MALGESINI, G. **Introducción**. In G. Malgesini, Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial. Barcelona: Icaria. Fundación Hogar del Empleado, 1998.

MALGESINI, G., GIMÉNEZ, C. **Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad**. Madrid: Los libros de la Catarata. 2000.

SANTOS, Clarissa O. BRANCO, Jonathan M., BELOTTI, Maria.C.T.D. et al. Distribution and migration phenology of Purple Martins (Progne subis) in Brazil. **Ornithol**. Res. 29, 213–222 (2021).

UN. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia-Geral da ONU em 18 de dezembro de 1990 (entrada em vigor em 1º de julho de 2003). 1990. Disponível em: http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-Internacional-para-a-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

UN. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951**. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

UNICEF. **Crise migratória venezuelana no Brasil**: o trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil. Acesso em: 12 jul. 2020.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Direito penal, migrações e mixofobia na União Europeia. **Revista científica internacional**, v. 1, n. 31, p. 174-267, 2014.



O CONFLITO ISRAEL x HAMAS - UMA ANÁLISE DA CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO DE 1948 E AS NORMATIVAS INTERNACIONAIS

GT 5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Eliaquim José Dos Santos Rocha[1], Maíra de Paula Barreto Miranda[2]

[1] Acadêmico do décimo semestre do curso de direito na UniCesumar - Maringá/PR, e-mail: eueliaquim.rocha@gmail.com.
[2] Doutora em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca - Espanha, Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Docente Titular de Direito na UniCesumar, E-mail: maira.barreto@unicesumar.edu.br.

RESUMO

Este artigo se propõe examinar a definição conceitual do termo genocídio à luz do seu objeto e finalidade, disciplinado na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e os mecanismos de proteção internacionais intimamente ligado aos direitos da personalidade, cuida investigar autênticos mecanismos internacionais de proteção ao desenvolvimento da dignidade da pessoa humana. Inicialmente se faz uma breve contextualização do conflito árabe-israel, com foco no evento ocorrido a partir de 7 de outubro de 2023. O grupo islâmico sunita palestino Hamas, uma organização terrorista estrangeira, liderou ataques surpresa contra Israel da Faixa de Gaza. Em seguida apresenta-se as questões preliminares que propiciaram a conscientização da comunidade internacional sobre a necessidade de proteção da dignidade humana, o que ocorreu com maior ênfase após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial e a norma internacional que regula o uso da força do Estado. Neste cenário, justifica-se a presente pesquisa para compreensão dos temas relacionados aos mecanismos criados para proteção de indivíduos durante conflitos armados, tais como a criação da ONU e tribunais internacionais para processar e julgar crimes cometidos contra a humanidade sendo amplamente discutido na literatura jurídica. Destaca-se, a necessidade do papel da dignidade da pessoa humana no redimensionamento na estrutura de poder do Estado. O ser humano passou a ocupar uma posição de destaque no plano fático-normativo, tanto em relação ao direito interno como ao direito internacional. Pretende-se, esclarecer as principais questões internacionais referente aos limites jurídicos do uso da força e da legítima defesa.

Palavras-chave: Autodeterminação dos Povos; Direitos Humanos; Direito Internacional Humanitário.

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como tema examinar a definição conceitual do termo genocídio à luz do seu objeto e finalidade disciplinado na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio e as normativas internacionais que asseguram o desenvolvimento da dignidade

da pessoa humana e direito da personalidade. Esse tema é de grande relevância para a área do direito internacional dos direitos humanos e direito internacional humanitário, haja vista, os episódios narrados a partir de 07 de outubro de 2023, ao sul de Israel, conduzidos de forma indiscriminada pela organização fundamentalista extremista do Movimento de Resistência Islâmica - HAMAS. O ataque terrorista sofrido em território israelense, motivou uma resposta contundente por parte da Força de Defesa de Israel – FDI, na Faixa de Gaza. A escalada das operações militares israelenses ganhou força na medida em que o grupo HAMAS vitimou 1.200 pessoas e sequestrou ao menos 250 civis. Em contrapartida, sob o fundamento de profunda preocupação com a contínua perda de vidas na Faíxa de Gaza, República da África do Sul, apresentou perante a Corte Internacional de Justiça uma petição denunciando a crise decorrente do conflito, fundada na alegação de violações à Convenção para Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

Diante disso, este artigo propõe examinar a aplicação do Direito Internacional Humanitário com principal objetivo em explorar o crime contra a humanidade e o crime de genocídio, considerados como infrações que portam uma lesão aos valores de toda a humanidade, valores esses comuns a todas as sociedades. Assim, o dilema abordado neste artigo é o enclave Israelo-Palestino que se forma em torno deste conflito. Especificamente, busca-se sob o aspecto da dignidade da pessoa humana consolidada nos valores e princípios das normas *jus cogens*, esclarecer a aplicação do Direito Internacional Humanitário e seu objetivo no conflito na Faixa de Gaza, desencadeado pela condução da escalada militar de Israel, e se a rigor aplica-se ou não a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

Embora o estudo ainda esteja em andamento, a presente pesquisa está estruturada em três partes. A primeira analisa os traços estruturais da evolução do conflito entre Judeus e Árabes residentes na Palestina. A segunda parte examina a definição conceitual do termo de genocídio disciplinado na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. A terceira olha para a intensificação do conflito armado na sequência do ataque de Hamas a Israel em outubro de 2023, em diálogo com o Direito Internacional Humanitário e sua conexão com a dignidade da pessoa humana à luz da normatização do Direito Internacional.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo utilizou-se a metodologia de procedimento de caso histórico. A técnica de colheita de dados foi a análise explicativa e bibliográfica de referência ao tema, que envolve a consulta de Tratados Internacionais, Relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Decisões da Corte de HAIA, doutrinas, revistas jurídicas e sites governamentais. A pesquisa será feita por método indutivo-dedutivo com base na análise do material levantado. A contribuição deste estudo reside no fato de que diante a escassez de textos

acadêmicos que discutam os contornos teóricos e práticos do tema no âmbito da justiça internacional, o presente trabalho contribuirá com a produção jurídico científica, para que haja melhor compreensão de temas como a eficácia e atuação da Organização das Nações Unidas, trará ao debate temas como globalização, multiculturalismo e coexistência cultural, ética e religiosa.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Através da análise de diferentes perspectivas teóricas, busca-se aqui construir uma base para compreensão à proteção do direito da personalidade na comunidade internacional. A literatura existente sobre o impasse Israelo-Palestino que assola a população do oriente médio será utilizada para contextualizar e aprofundar a discussão da intrínseca relação dos elementos da autodeterminação do Povo, Estado, Governo e a Guerra, a partir da contextualização da legitimidade do Estado de Israel em 1947, viabilizado por meio da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU.

Após a Segunda Guerra Mundial, o direito internacional relativo à proteção das vítimas da guerra evoluiu e a condução das hostilidades foi intensamente afetada pela formatação de normas jurídicas em matéria de direitos humanos. A adoção de importantes instrumentos internacionais como: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (1950); e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966), são mecanismos que reforçam a disseminação mundial dos Direitos Humanos. Dessa forma, a análise da dignidade da pessoa humana, é fundamental para a compreensão do redimensionamento na estrutura de poder do Estado, que remodelou a hierarquia jurídica interna onde o ser humano passou a ocupar uma posição de destaque no plano fático-normativo.

Não por outro motivo, compreende-se que a devida proteção aos Direitos Humanos não deve se comportar unicamente nos domínios do Estado, ou seja, não pode se resumir aos limites da competência nacional, da jurisdição doméstica exclusiva (PIOVESAN, 2002, p. 36). A importância do Direito Internacional se apresenta, atualmente, muito mais ligada a uma necessidade de solução imediata das inúmeras dificuldades, inclusive aquelas atinentes à proteção dos Direitos Humanos.

Dessa forma, a pesquisa abordará as normas de *jus cogens* e o Direito Internacional Público, ante a busca por estabelecer sentido e alcance das normas jurídicas ao conflito em Gaza e compreender legitimar ou não as ações militares de Israel.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este estudo reafirma a importância dos mecanismos de proteção internacionais de normas *jus cogens*. Conforme discutido o reconhecimento de que normas com carga valorativa altíssima, com viés protetivo sobre valores, direitos e interesses universais, devem ser respeitadas independentemente da aceitação estatal. A pesquisa revelou que essas normas inderrogáveis formam a ordem pública internacional, além de comporem o que se denomina no âmbito interno de constituição. Assim, em que pese não haja hierarquia formal entre normas internacionais, foi reconhecido que o *jus cogens* sempre prevalecerá por se encontrar numa posição superior às demais, tanto que as outras, ao serem elaboradas, devem observar e não violar a imperativa. Tal realidade reforça a necessidade de se reafirmar a valorização do ser humano e uma atenuação contínua do poder absoluto dos Estados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a CARTAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, D.F., 05/11/1945, p. 17097, 26 set. 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 30.822, de 06 de maio de 1952. Promulga a CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, 1948. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, D.F., 09/05/1952, p. 7785, 28 abr. 1952. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html. Acesso em: 17 jun. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 10. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 2019. 199 p.

SQUEFF, Tatiana Cardoso. **O conflito entre Israel e o Hamas à luz do Direito Internacional,** CONJUR, 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-out-23/tatiana-squeff-israel-hamas-luz-direito-internacional/. Acesso em: 03 jun. 2024.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Definição de Genocídio Segundo a Convenção da ONU em 1948,** CONJUR, 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-fev-29/precisamos-falar-de-genocidio/. Acesso em: 03 jun. 2024.

O DIREITO AO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE NA GARANTIA DO DIREITO PERSONALÍSSIMO DA AUTODETERMINAÇÃO ÀS MULHERES REFUGIADAS

GT 5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Matheus Zorzi Sá[1], Dra. Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[2].

[1] Mestrando no Programa de Mestrado e doutorado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Maringá/PR, Bolsista CAPES, e-mail: matheusz.adv@gmail.com.
[2] Orientadora, Pós-doutora em hermenêutica jurídica pela Unisinos-RS, Universidade Vale dos Sinos (2004). Pós doutora em Direitos humanos e democracia pela Ius gentium Conimbrigae/Centro de direitos humanos (IGC) da Universidade de Coimbra -Portugal(2024); Doutora em Direito das relações sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito civil(2001) e graduada em direito (1977) pela Universidade Estadual de Maringá- Professora titular do Programa de Mestrado e doutorado em direito; e da graduação em direito na Universidade cesumar- UNICESUMAR. Advogada. Email: cleidefermentao@gmail.com.br.

RESUMO

No presente trabalho, far-se-á uma análise da correlação entre autodeterminação das mulheres refugiadas e seu acesso ao trabalho, uma vez que a hipótese ora proposta é de que a independência financeira da mulher, principalmente as refugiadas, auxilia na conquista de suas liberdades, inclusive de escolha, sendo importante instrumento para assegurar demais direitos personalíssimos. A problemática a ser abordada é que a mulher refugiada ocupa posição de dupla vulnerabilidade, tendo direitos tolhidos frequentemente, como o direito ao estudo e trabalho, cenário que a mantém em contexto de dependência e alienação. A partir dessa análise, justifica-se o estudo diante da imperiosidade de acesso ao trabalho como uma das ferramentas aptas a minorar a discriminação de gênero e permitir que as refugiadas possam gozar de uma vida melhor e com dignidade. O objetivo da pesquisa é a análise da importância do direito ao trabalho como um dos instrumentos de garantia da autodeterminação, que é a liberdade de escolher os rumos da própria vida. O método a ser utilizado para a pesquisa será o dedutivo, com o emprego de material teórico produzido por diversos pensadores da área, bem como dados de agências internacionais e órgãos governamentais, além de tratados internacionais.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; Direito das Mulheres; Direito dos Refugiados.

1 INTRODUÇÃO

O número de refugiados pelo mundo aumentou drasticamente nas últimas décadas, devido a diversos fenômenos como conflitos armados, aumento de perseguição de pessoas em razão de características pessoais ou mesmo diante de cenários de grave violação aos direitos humanos e fuga da extrema pobreza. Esse cenário é ainda mais aterrador quando a análise recai sobre a situação das mulheres refugiadas, que ocupam posição de dupla vulnerabilidade, na posição de mulheres e de refugiadas.

A hipótese analisada é de que o aceso ao direito do trabalho, se não tem o poder de solucionar os percalços enfrentados pelas mulheres refugiadas, ao menos pode ser instrumento de conquista de melhores condições de vida, independência e autonomia. Questiona-se se, uma vez que a refugada logra exercer atividades laborais, tem maior liberdade e autodeterminação para tomar as decisões de sua vida e como isso impactaria nos movimentos de refugiados.

2 A VULNERABILIDADE DAS MULHERES REFUGIADAS

O Direito Internacional reconhece como refugiadas as pessoas que foram obrigadas a deixar seus países de origem ou residência em razão de perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Esse é o entendimento do Estatuto dos Refugiados de 1951 (ONU, 1951) e de seu Protocolo de 1967 (ONU, 1967), entretanto, o Brasil ainda é signatário da Convenção de Cartagena (OEA, 1984), que abrange a concessão do *status* de refugiado também àqueles que fogem de situações de agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou grave perturbação da ordem pública (Jubilut, 2007).

Dentre essas pessoas extremamente vulneráveis, as mulheres e meninas são a metade (UNHCR, 2023), consignando-se um expressivo aumento no número de refugiadas ao longo da última década. Elas tornaram-se protagonistas dos deslocamentos internacionais, o que levou ao reconhecimento internacional do fenômeno da “feminização da migração”, dado o incremento numérico e contínuo de mulheres migrando ou em busca de refúgio (Novaes, 2021).

Uma vez constatado que as mulheres refugiadas ocupam um grau mais elevado de vulnerabilidade, destaca-se que têm frequentemente seus direitos da personalidade violados, cenário que se repete tanto antes do deslocamento (em suas regiões originárias), quanto durante o percurso e após a chegada no país receptor. Historicamente, os direitos personalíssimos são reconhecidos como aqueles mais íntimos ao ser humano, cuja garantia e expressão são imprescindíveis à própria dignidade humana, sendo ainda originários, intrínsecos, indisponíveis e essenciais (Naves; Sá, 2021). Entretanto, milhões de mulheres são privadas desses direitos por sociedades patriarcais e machistas, sendo proibidas de desenvolverem suas personalidades, manifestarem suas vontades e opiniões, gozarem de liberdade e autodeterminação, ou seja, da possibilidade de decidirem seus próprios futuros.

As mulheres refugiadas são consideradas pessoas com o “direito a não ter direitos” (Arendt, 1989, p. 332), ou seja, além de sofrerem com as discriminações e limitações em suas sociedades originárias, ainda enfrentam os mais diversos percalços durante o trajeto de deslocamento (como tráfico humano, violências de todo o tipo, submissão a abusos e

exploração e risco aos filhos que as acompanham), sendo vistas como indivíduos sem direitos nos países que lhes concedem refúgio, permanecendo à margem do Estado de direito, situação nefasta que as impede de conviver em sociedade e exercer direitos, inclusive da personalidade.

Como milhões de mulheres são submetidas à uma vida de alienação e convencidas de que não podem ter ambições ou sonhos, impedidas de trabalhar, de estudar, de se manifestar, elas se encontram em posição de extrema vulnerabilidade, o que se agrava quando são obrigadas a buscar refúgio em outro país para sobreviverem. Há uma renúncia forçada dessas refugiadas às suas capacidades de decidir, destituídas de autodeterminação e do próprio caráter de "sujeito". De acordo com Paulo Freire, livrar-se da alienação e dominação é imperioso para que alguém possa desfrutar da dignidade humana, sendo a liberdade de decidir imprescindível (Freire, 1967).

A partir da constatação de que a autodeterminação é um direito da personalidade, cujo exercício assegura tantos outros, salienta-se que um dos meios para lográ-lo é o acesso ao trabalho, tolhido de milhões de mulheres refugiadas. Destaca-se aqui que a vulnerabilidade das refugiadas é um problema complexo e como tal demanda uma multiplicidade de medidas visando à sua solução, entretanto, este estudo optou pelo direito ao trabalho como uma das ferramentas aptas a atenuar as condições de vida preocupantes dessas pessoas.

As questões econômicas são preponderantes na vida das mulheres refugiadas, eis que se correlacionam a questões como perseguições, discriminação e submissão forçada, tornando-as dependentes de outras pessoas que não elas próprias e, por conseguinte, impedindo o acesso à vida digna e a direitos como liberdade e autonomia. Quando a mulher refugiada está em condição de pobreza extrema, fica muito mais vulnerável a eventos traumáticos, a violências, violações de direitos, e não consegue desenvolver sua personalidade, mesmo após ter chegado a um país asilante (Sá; Fermentão, 2023).

Como a mulher enfrenta vedações ao trabalho e estudo em diversas comunidades e países no mundo, permanece subjugada e à mercê de lesões a direitos, sendo que uma das causas para esse cenário é a dependência financeira. Quando se observam os contextos das mulheres refugiadas, com dupla ou múltiplas vulnerabilidades, contasta-se que a dependência e a falta de autodeterminação é ainda mais dramática, o que leva a crer que o acesso ao trabalho é um dos instrumentos importantes na luta contra a discriminação feminina.

Por sua vez, o economista Amartya Sen aduz que o direito ao trabalho garantido à mulher tem o potencial de emancipá-la, tornando-a independente financeiramente, o que auxilia na conquista do direito à decisão sobre sua própria vida, dando-lhe voz ativa. Para além do mero

acúmulo de recursos, a liberdade econômica significa a viabilidade de a pessoa exercer sua própria personalidade de forma autônoma e independente (Sen, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da premissa de que o acesso ao estudo e trabalho são ferramentas aptas a auxiliar a conquista da autodeterminação, chega-se à ilação de que quanto mais independente e autônoma a mulher conseguir ser, menores as chances de ter seus direitos e dignidade violados. No caso das refugiadas, a oportunidade laboral é ainda mais salutar, dada a posição de extrema vulnerabilidade que se encontram.

É certo que somente disponibilizar posições de trabalho às refugiadas não é a única solução indicada aos graves problemas que enfrentam, até porque, geralmente a mulher exerce dupla jornada quando desempenha atividades econômicas, sendo também responsável pelas tarefas de cuidado. Aliado a isso, atesta-se que ainda hoje as mulheres auferem menores rendimentos que os homens e são expostas a piores condições laborais. Entretanto, como um dos instrumentos necessários à ampliação do exercício do direito feminino, o direito trabalho pode ser indicado como um dos recursos imprescindíveis à independência da mulher, concedendo-lhe maiores possibilidades de autodeterminar-se.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro** / Liliana Lyra Jubilut. - São Paulo : Método, 2007.
NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Direitos da personalidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021.

NOVAES, Dirce Trevisi Prado. O processo migratório de mulheres angolanas grávidas e/ou com filhos para São Paulo (2013 a 2018). **Travessia - Revista do Migrante**, ano XXXIV, n. 92, 2021.

SÁ, Matheus Zorzi; FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. As pessoas vítimas do tráfico humano e a vulnerabilidade: a feminização

da pobreza, desrespeito aos direitos da personalidade e à dignidade humana. **Revista Videre**, Dourados/MS, v. 15, n. 33, p. 158–178. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/17517. Acesso em: 10 set. 2024.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade** / Amartya Sem; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O ESTEREÓTIPO DE GÊNERO E O CASO BARBOSA DE SOUZA E OUTROS VS. BRASIL: UMA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE POR MEIO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

GT 5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro[1], Nathália Balarêz Lopes da Silva[2], Vitor Hugo Kutelak de Oliveira[3].

[1] Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar (UniCesumar). Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com período de pesquisa (doutorado sanduíche) na *Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne*, França. E-mail: daniela.ribeiro@unicesumar.edu.br.
[2] Mestranda em Direitos da Personalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR), com enfoque nos instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade. Advogada OAB/PR. E-mail: nathaliabalarez.adv@gmail.com.
[3] Mestrando em Direitos da Personalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR), com enfoque nos instrumentos de efetivação dos direitos da personalidade. Advogado e professor do Estado do Paraná. E-mail: vitor.kutelak.oliveira@escola.pr.gov.br.

RESUMO

O trabalho visa analisar, utilizando conceitos gerados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, a possibilidade da efetivação dos direitos da personalidade. Utiliza-se o método indutivo, partindo-se da análise do Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil, julgado pela Corte Interamericana. A sentença condenou o Brasil e resultou na criação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que adotou as diretrizes para julgamentos na perspectiva de gênero. Assim, analisando juntamente com o instituto do controle de convencionalidade, problematiza-se se tal decisão é capaz de gerar efeitos positivos quando da efetivação dos direitos da personalidade, garantindo o acesso à justiça com maior celeridade ao grupo vulnerável em estudo.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Direito Internacional; Julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

A importância do estudo do caso “Barbosa de Souza e outros vs. Brasil” se dá na percepção de que, por vezes, o Estado reproduz condutas discriminatórias em razão do gênero e, portanto, se abstém de revelar um comportamento compatível com o princípio da igualdade, com os direitos da personalidade e com a não discriminação dos indivíduos que necessitam da tutela estatal.

Sendo assim, o referencial adotado na pesquisa é o caso julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, intitulado “Caso Barbosa de Souza e Outros Vs. Brasil”, o qual teve sua sentença proferida no dia 7 de setembro de 2021.

O trabalho tem por objetivo verificar se é possível utilizar o caso como mecanismo de efetivação dos direitos da personalidade. Desse modo, uma vez percebida omissão de matéria que trate acerca do comportamento discriminatório baseado no estereótipo de gênero, no âmbito nacional, amplia-se o leque para o estudo interpretativo da jurisprudência interamericana, de forma a extrair os conceitos que podem ser utilizados no controle de convencionalidade, identificando quais atitudes caracterizam essa postura e como rebate-las.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil foi marcado por julgamentos preconcebidos em razão de estereótipos e causas discriminatórias, como a idade, a condição financeira, a posição social e também por recortes de raça. Neste, foi violado o direito máximo que um ser humano pode ter: o direito à vida.

A vítima Márcia Barbosa de Souza foi assassinada por Aércio Pereira, então deputado estadual na Paraíba, que usou de sua posição para retardar o julgamento e dificultar a apuração dos fatos (Corte IDH, 2021).

O objetivo inaugural é chamar atenção aos comportamentos antagonistas a um julgamento imparcial e livre de discriminação, observando como a Corte Interamericana se posiciona frente à essa violência de gênero. A sentença traz a problemática de que a violência de gênero é um problema estrutural, enraizado em uma sociedade patriarcal, onde a liberdade das mulheres é constantemente restringida por relações de poderes desiguais, situação essa que vem sendo tolerada e até mesmo romantizada, como é o caso de propagações nos meios de comunicações.

Foi objeto de julgamento pela Corte IDH, as ações e omissões do Brasil durante as investigações e o processo penal, onde em muito se questionou o comportamento da mulher a partir de papéis socialmente atribuídos – em diversas oportunidades, a vítima do caso concreto é taxada de “prostituta”, enquanto o agressor é visto como o “pai de família”.

Dessa maneira, além da violência sofrida pelo crime, ainda há o sofrimento das manifestações discriminatórias. Assim é relacionado o caso na sentença, que relata o fato de que a vítima ser mulher representa um fator facilitador para os estereótipos tirarem atenção da objetividade da análise:

> 146. No caso *sub judice*, a Corte verifica que existiu uma **intenção de desvalorizar a vítima por meio da neutralização de valores**. Com efeito, durante toda a investigação e o processo penal, o **comportamento e a sexualidade** de Márcia Barbosa **passaram a ser um tema de atenção especial**, provocando a **construção de uma imagem** de Márcia **como geradora ou merecedora do ocorrido, e desviando o foco**

> **das investigações através de estereótipos relacionados com aspectos da vida pessoal** de Márcia Barbosa, que por sua vez foram utilizados como fatos relevantes para o próprio processo. O **fato de que era uma mulher representou um fator facilitador** de que "o significado do ocorrido se construa com base em estereótipos culturais gerais, **ao invés de concentrar-se no contexto do ocorrido e nos resultados objetivos apresentados pela investigação**". (destacamos) (Corte IDH, 2021)

Como bem apresentado pela Corte, ao invés de manter o foco nos acontecimentos e resultado desses, o enfoque foi em aspectos pessoais da vida de Márcia Barbosa, que foi agravado pelo fato de ser mulher, condições estas que eram desinteressantes para a investigação.

Extrai-se também da sentença a utilização da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de *San José da Costa Rica*) e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), advindas da OEA e, no âmbito interamericano, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), podendo os referidos tratados serem utilizados no controle de convencionalidade.

Ainda, a Corte resgatou o significado de estereótipo de gênero anteriormente tratado no Caso González e Outras ("Campo Algodoeiro") Vs. México, que expressava deste modo:

> 401. De forma similar, o Tribunal considera que o estereótipo de gênero se refere a uma **preconcepção de atributos ou características possuídas ou papéis que são ou deveriam ser executados por homens e mulheres**, respectivamente. Levando em consideração as manifestações efetuadas pelo Estado (par. 398 supra), **é possível associar a subordinação da mulher a práticas baseadas em estereótipos de gênero socialmente dominantes e socialmente persistentes**, condições que se agravam quando os estereótipos se refletem, implícita ou explicitamente, em políticas e práticas, particularmente no raciocínio e na linguagem das autoridades de polícia, como ocorreu no presente caso. **A criação e uso de estereótipos se converte em uma das causas e consequências da violência de gênero contra a mulher.** (destacamos) (Corte IDH, 2009)

Como resultado das reflexões, foi determinado no ponto resolutivo nº 11 da sentença que: "O Estado adotará e implementará um protocolo nacional para a investigação de feminicídios." (Corte IDH, 2021).

Nesse sentido, com a condenação do Brasil no caso Márcia Barbosa de Souza, foi criado em 2021, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que adotou as diretrizes para julgamentos na perspectiva de gênero. O protocolo está alinhado com o compromisso internacional, que embora objetivasse trazer critérios para a investigação

do feminicídio, perpassa pelo assédio moral, sexual, pela discriminação, desigualdade salarial e outras matérias que, quando também utilizadas como parâmetro é capaz de gerar um aumento de decisões favoráveis às mulheres, a fim de garantir a efetivação dos direitos da personalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo da sentença do presente caso, sinaliza que o sistema investigativo é deficitário, em razão da falta de investigação e da construção de estereótipo de gênero, que são capazes de interferir na investigação e de desamparar as vítimas e seus familiares, pode ser utilizado como forma de combater a violência estrutural de gênero e reafirmar a proteção integral – correspondendo àquela que abrange todos os seres humanos – retirando barreiras socialmente criadas para excluir determinadas pessoas.

Afinal, essas sentenças são capazes de antever comportamentos e prevenir futuras violações aos direitos personalíssimos, com fundamentações tanto de novos conceitos, quanto de legislação, tratados e demais documentos que são fundamentais para que se forme parâmetros interpretativos protetivos dos direitos humanos.

Nesse sentido, conclui-se que a Corte Interamericana consegue ampliar o alcance dos direitos da personalidade com seus julgamentos, podendo ser extraído, não só desse caso, como de tantos outros, conceitos que podem ser utilizados no controle de convencionalidade, ao analisar a compatibilidade do direito doméstico ao direito internacional – entendido como as convenções e tratados internacionais de direitos humanos –, interpretando o direito de maneira que neutralize essas desigualdades.

REFERÊNCIAS

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Barbosa de Souza e Outros Vs. Brasil.** Sentença de 7 de setembro de 2021 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso González e Outras (“Campo Algodoeiro”) Vs. México**. Sentença de 16 de novembro de 2009 (Exceção Preliminar, Mérito, Reparações e Custas). Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

O PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT* COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS REFUGIADOS

GT 5: DIREITO INTERNACIONAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro[1], Lorenzo Pazini Scipioni[2], Anna Carolyne Batistella Bianchini[3].

[1] Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar (UniCesumar). Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com período de pesquisa (doutorado sanduíche) na *Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne*, França.
[2]Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da Unicesumar(polo Maringá-PR). Bolsista PROSUP/CAPES. Pesquisador com enfoque nos Direitos da Personalidade, entusiasta de temas relacionados a refúgio, voluntário e advogado.
[3] Mestranda em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UniCesumar de Maringá/PR. Bolsista PROSUP/CAPES. Pesquisadora com enfoque em Políticas Públicas e Instrumentos Sociais de efetivação dos Direitos da Personalidade. Advogada.

RESUMO

O aumento de políticas anti-imigração, sobretudo voltado para barrar ou dificultar a entrada e acolhimento de refugiados e asilados de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, geralmente provenientes de cenários de longa instabilidade social e institucional, traz à tona a necessidade de se debater instrumentos que coíbam práticas que direta ou indiretamente violem os direitos dos refugiados, resguardando a dignidade daquele grupo de pessoas em detrimento do pensamento político dominante. Assim, o presente estudo de objetivos descritivos, cujo método de procedimento será estruturalista, e que faz parte de uma pesquisa maior, ainda em andamento, busca discutir acerca dos refugiados no cenário internacional e o princípio do *non refoulement* – não devolução, em português – tanto em tratados internacionais, quanto legislações internas, para então responder à pergunta: "o princípio da não devolução pode ser considerado como um instrumento de efetivação dos direitos da personalidade dos refugiados?". Para responder a tal pergunta, será empregado o uso da técnica de fichamento documental e bibliográfica, inclusive de fontes internacionais, priorizando fontes oficiais, como organizações internacionais, priorizando também a coleta de dados provenientes de publicações em periódicos científicos com enfoque temático em direito internacional e direitos humanos.

Palavras-chave: Dignidade; direitos humanos; migrantes forçados; política anti-imigração.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da inadequação do termo "crise dos refugiados", é inegável que o debate sobre o fluxo elevado de refugiados, asilados e migrantes, especialmente em países da Europa e América do Norte, reacende uma discussão constante, apenas com menor destaque em certos períodos.

O estudo justifica-se pelo aumento recente do fluxo migratório, em especial devido aos conflitos na Europa e Oriente Médio, contrastando com

a proteção efetiva oferecida pelos países desenvolvidos. Assim, é necessário investigar se instrumentos de proteção, como o princípio do *non-refoulement*, ainda garantem a proteção dos migrantes forçados.

O objetivo desta pesquisa é responder à indagação: "o princípio da não devolução pode ser considerado um instrumento de efetivação dos direitos da personalidade dos refugiados?". A pesquisa divide-se em três partes: A primeira tem o objetivo de analisar a evolução histórica da figura do refugiado no último século, tanto sob a ótica legal quanto doutrinária, destacando avanços e retrocessos em sua conceituação e acolhimento.

O segundo tópico discute os direitos da personalidade dos refugiados, com foco na dignidade humana e na especial proteção que recebem dos países acolhedores, ao menos no plano formal. Por fim, será discutido a aplicação do princípio da "não devolução" em diversos dispositivos legais, locais e internacionais, relacionando-o à proteção da dignidade dos refugiados.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Após a Segunda Guerra Mundial, a proteção aos direitos dos refugiados começou a se consolidar, mesmo com críticas iniciais, pavimentando o caminho para uma responsabilidade global em contextos de graves violações de direitos humanos. Um dos avanços mais importantes foi o princípio do *non-refoulement* (SOBRAL, 2017), estabelecido formalmente no art. 33 da Convenção de 1951, que proíbe a devolução forçada de refugiados a países onde correm risco de vida, mesmo em situações de perigo genérico.

Nas décadas que se seguiram, houve diversas inovações acerca do entendimento, proteção e alcance da figura do refugiado, como nas américas, que ficou fortemente reconhecida à existência do asilado, uma espécie de subcategoria do refugiado, mas voltado para perseguições de cunho político.

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, focada na análise documental e legislativa, sem a coleta de dados estatísticos. As fontes e dados são artigos científicos de revistas de *qualis* B1 ou superior com enfoque temático em direitos humanos e áreas relacionadas, dissertações e teses, além de legislações internacionais como a Convenção de 1951, o Protocolo de 1967 e a Convenção Europeia de Direitos Humanos. No âmbito interno, estão sendo analisadas as legislações de países como Inglaterra, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Embora a pesquisa esteja em andamento, já é possível identificar fragilidades no princípio do *non-refoulement*, que, apesar de explicitamente previsto em leis, é frequentemente ignorado ou contornado. Os resultados preliminares destacam, por exemplo, que na Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, há violações indiretas a essa proteção.

Na Inglaterra, a legislação mais recente, ora o *Safety of Rwanda Act* (GB, 2024) permite a transferência de refugiados ilegais para Ruanda, um país com histórico de instabilidade social e institucional (Fonseca, 2010), cujas capacidade de acolhimento são inúmeras vezes inferior ao da Inglaterra.

Nos Estados Unidos e Canadá, por seu turno, a partir da análise crítica de Jasmin L. Diab (2021), o *Safe Third Country Agreement* permite a extradição de refugiados que entrem ilegalmente em seus países de volta para o país de primeiro ingresso, o que, especialmente nos EUA, expõe essas pessoas a riscos de deportação para seus países de origem ou para outros países que não são capazes garantir a segurança eficaz dos refugiados (Moore, 2007).

Assim, a violação do princípio do *non-refoulement* ameaça diretamente os direitos da personalidade dos refugiados, principalmente no que tange a sua a dignidade humana, núcleo daqueles direitos (Schreiber,2013), ao possibilitar a extradição para países que, comparado aos países acolhedores, possuem menos capacidade ou não possuem qualquer capacidade de garantir a segurança destes migrantes forçados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa até este momento serviu para demonstrar que no âmbito legislativo, todos os países analisados possuem uma previsão explícita ou implícita que impossibilita a extradição de refugiados para países onde seus direitos corram risco de violação. Contudo, também ficou claro que a força dessa vedação tem tido cada vez menos eficácia.

Ficou claro também que os países “desenvolvidos” tem utilizado massivos investimentos para implementar política de exclusão social em relação aos imigrantes, trabalhando inclusive para burlar medidas que deveriam ser invioláveis, como ocorreu e vem ocorrendo na Inglaterra, Estados Unidos e Canadá.

Pondera-se também uma falsa preocupação por uma suposta segurança interna e da cultura local, em detrimento da proteção da dignidade dos refugiados, evidenciando assim, ao menos por enquanto, que o princípio da não-devolução, tem tido sua eficácia enfraquecida com os anos, e assim, prejudicando a proteção e efetivação dos direitos da personalidade dos refugiados.

REFERÊNCIAS

DIAB, Jasmin Lilian. **Migrant Rights and Migrant Wrongs**: Bilateral Relations, Asylum and Security, under the Safe Third Country Agreement. Hamburgo-Alemanhã: Disserta Verlag 2021. p. 62-173.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **Ruanda**: A Produção de um Genocídio. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/12637/1/Danilo%20Ferreira%20da%20Fonseca.pdf. Acesso em: 27 mai. de 2024.

GREAT BRITAIN (GB)**. Safety of Rwanda (Asylum and Immigration) Act 2024**. Legislation.gov.uk, 25 de abr. de 2024. Disponível em: https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2024/8/2024-04-25. Acesso em: 09 jun. 2024.

MOORE, Andrew F. Unsafe in America: A Review of the U.S.-Canada Safe Third Country Agreement. **Santa Clara Law Review**, v. 47, n. 2, p. 201-238, 2007. Disponível em: https://digitalcommons.law.scu.edu/lawreview/vol47/iss2/1/. Acesso em: 13 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SOBRAL, Margarida. **Do Princípio de Non-Refoulement no Direito dos Refugiados**: uma perspetiva internacional e europeia. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Internacional e Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39800/1/ulfd135665_tese.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

Schreiber, Anderson. **Direitos da Personalidade**. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.



A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E O SISTEMA EDUCACIONAL

Giovanna Christina Moreli Alcantara da Silva[1], Ivan Dias da Motta [2].

[1] Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2023), bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES), integrando a linha de pesquisa "Instrumentos para Efetivação dos Direitos da Personalidade". E-mail: giovannachristina1997@gmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado em Direito Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Doutor em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000) e Mestre em Direito das Relações Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Efetividade da Justiça e Direitos da Personalidade. E-mail: ivan.motta@unicesumar.edu.br.

RESUMO

A ética tem uma grande influência no sistema educacional, pois através dela são formados os indivíduos. Destacamos como a crise dos valores morais influencia todos os setores da sociedade, em especial a educação. O direito educacional no Brasil ganhou grande destaque a partir de 1988, e contribui para diminuir os impactos dos problemas sociais e assim efetivar o acesso a uma educação de qualidade. Assim, esse artigo tem o objetivo de demonstrar como a ética pode influenciar o sistema educacional, trazendo uma reflexão sobre os problemas educacionais enfrentados, como o fracasso escolar. Para tanto, o método a ser utilizado será o método dedutivo, por meio de revisão bibliográfica. Assim, o artigo foi sistematizado de modo a demonstrar a influência do sistema de educacional e na formação ética do indivíduo, a relação entre o direito Educacional e o Direito da Personalidade, e como está a deterioração da ética na pós-modernidade finalizando com um debate sobre o fracasso escolar, e uma discussão sobre as Políticas Públicas Educacionais que auxiliam na efetivação do Direito da Personalidade e assim poder garantir os direitos dos alunos em idade escolar como uma forma de realizar a proteção de toda a sociedade.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; Direito Educacional; Ética.

1 INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que a ética é a ciência que estuda o comportamento conhecido como moral dos indivíduos em sociedade, através dela podemos estabelecer um código ético de conduta, tendo como premissa a ideia que os valores dos indivíduos são essenciais para a formação da consciência moral da sociedade, sendo muito importante para a formação dos indivíduos da nossa sociedade.

Nos últimos anos, podemos observar que houve a ocorrência de uma crise de valores em nossa sociedade, conflitos políticos, econômicos e sociais passam a interferir na formação dos indivíduos. Esses problemas refletem em vários cenários de nossa sociedade, dentre eles a influência no cenário educacional, principal alicerce de desenvolvimento dos indivíduos, sendo fundamental para o desenvolvimento da sua personalidade.



Diversos fatores interferem no sucesso da efetivação do processo de aprendizagem, dentre eles destacamos como as mudanças na sociedade e a influência dos valores éticos no pensamento, e comportamentos individuais que fazem parte desse processo, direta ou indiretamente, influenciando no acesso à educação de qualidade.

Assim, busca-se analisar como a ética influência o Sistema Educacional, e como esse está relacionado com a formação principalmente após a crise moral que ela enfrenta na pós-modernidade, demonstrando como a educação é importante para a formação da sociedade, destacando como o Direito Educacional contribui para amenizar esses impactos e garantir a proteção da personalidade desses indivíduos, através da elaboração das políticas públicas para garantir o acesso, uma educação de qualidade e a permanência no sistema de ensino para todos os cidadãos.

Nesse contexto, o Direito Educacional se apresenta como um mecanismo para estabelecer a acesso à educação a crianças e adolescentes, principalmente nas escolas públicas, garantindo a disponibilização de recursos alternativos, o direito a atividades extracurriculares e a efetivação de Políticas Públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, e assim assegurar a garantia desse direito fundamental, sem prejuízo ao seu aprendizado e a dignidade do indivíduo.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para esse estudo, utilizar-se-á o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfica, com base em livros e artigos científicos que versem sobre os Direitos da personalidade, dignidade humana e ética, trazendo uma análise sobre o cenário atual e sua influência no Sistema Educacional, demonstrando como a ética e os valores morais influenciam os direcionamentos o processo e de ensino, e interferem na aprendizagem de crianças e adolescentes, consequentemente no desenvolvimento de sua personalidade.

2.2 A DETERIORAÇÃO DA ÉTICA NOS PÓS MODERNIDADE

A sociedade atual passa por um período conturbado, assim podemos afirmar que a crise de valores ocorrida em nossa sociedade nos últimos anos marcou a modernidade e gerou um enfraquecimento da ética:

> Em geral, os indivíduos nascidos na pós-modernidade não veem mais sentido em gastar suas vidas em prol de grandes ideais, de modo que esta passou a ser conhecida como a sociedade do

> bem-estar, pois valoriza muito o momento presente e o superficial. Apesar de a sociedade ter rejeitado o modelo construído na modernidade, a nova mentalidade não minimizou a sensação de desesperança na humanidade (Almeida, Ramiro, 2023, p.48).

Acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto apontaram para um processo de individualidade da humanidade e acarretaram uma drástica mudança de perspectiva em relação à ética, causando-lhe uma parcial deterioração. A sociedade foi levada a um egocentrismo, pois cada vez mais nos preocupamos com as nossas individualidades, deixando de nos preocupar com o outro e pensando mais em si (Morin, 2007).

A ética, assim como todos os problemas, pode entrar em contradição, assim Morin estabelece:

> Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da autonomia individual acarretou a autonomia individual acarretou a autonomia e a privatização da ética. A ética tornou-se, portanto, laica e individualizada; com o enfraquecimento da responsabilidade e da solidariedade, impõe-se uma distância entre a ética individual e a petica da cidade. (...) O desenvolvimento do individualismo apresenta dois aspectos antagônicos: o enfraquecimento da tutela comunitária conduz, ao mesmo tempo, ao universalismo ético e aso desenvolvimento do egocentrismo (Morin, 2007, p.27/28)

As mudanças observadas nos comportamentos dos indivíduos nos últimos anos levaram a sociedade a vivenciar uma crise de valores, gerou um enfraquecimento da ética e o surgimento de uma sociedade individualista. Cada vez mais, os comportamentos e atitudes tornam nítido um vazio de valores, os pensamentos individualizados e cada membro da sociedade busca o melhor para si, desconsiderando os interesses coletivos.

Diante do cenário de esvaziamento dos valores ou mesmo visão deturpada e vazia sobre eles, a sociedade busca encontrar seus valores. A sociedade possui novos valores difundidos pela fragmentariedade e liquidez, que passam a enfatizar os problemas éticos existentes e geram conflitos (Almeida, Ramiro, 2023).

Atualmente, a pessoa humana passa a ser medida por seus valores, pois todos acabam sendo julgados por eles, e com esse julgamento passam a ter um valor e uma importância para a sociedade (Telles Junior, 2014). A base social está constituída com base em uma consciência moral e punitiva, não em disseminação de valores éticos que priorizem o bem coletivo. Por esse motivo, observa-se que a sociedade vive, a cada dia, sofrendo mudanças e perdas dos valores éticos.

A ética se manifesta nos indivíduos de maneira imperativa, como exigência moral, assim o olhar sobre a ética deve reconhecer o egocentrismo, e deve levar em consideração a subjetividade, pois a ética tornou-se laica e individualizada, de modo que os fundamentos éticos estão em crise, principalmente no mundo ocidental, isso é consequência e também produtora de muitos fatores como, por exemplo: o enfraquecimento do imperativo e da lei coletiva, o que gera os conflitos existentes em nossa sociedade atual (Morin, 2007).

Estamos imersos na tecnologia, ouvimos todos os dias que somos livres, que temos acesso a todas as informações e o mundo está em nossas mãos. No entanto, muitos não têm consciência de que, na maioria das vezes, esse acesso é restrito e manipulado, pois o resultado de nossas buscas é dado conforme o interesse do servidor. Essa realidade acena para que a pós-modernidade reforça os debates sobre a crise de valores éticos existentes em nossa sociedade, e como o ser humano está voltado para a individualidade.

Assim Almeida e Ramiro trazem que:

> A deterioração da ética transformou os espaços sociais, sendo possível citar a normalização da falta de compreensão entre as pessoas e os malefícios que o avanço tecnológico pode promover no meio social, pois, para a tecnologia gerar o bem é necessário a presença da autonomia, o que, de fato, é um grande desafio, ante os obstáculos existentes para o desenvolvimento da consciência moral. (Almeida, Ramiro, 2023, p. 51)

A pós-modernidade não surge como algo pensado, não é fruto de uma corrente filosófica, defende que devemos ser incentivados ao acesso, no entanto, esse acesso se tornou um grande mecanismo de controle e manutenção do poder, pois temos acesso a muitas informações e muitas vezes realizamos a divulgação das mesmas sem o controle e a checagem necessária de sua veracidade, isso é demonstrado na quantidade de notícias inverídicas divulgadas, mesmo que estas causem danos à dignidade de outro indivíduo e, até mesmo, a sociedade toda (Bittar, 2002).

A ética influência muitas ações dos indivíduos, assim é importante destacar a relação entre a ética e o sistema educacional, para poder efetivar os direitos dos indivíduos e assim garantir o desenvolvimento da sociedade.

2.3 A INFLUÊNCIA DO SISTEMA EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO ÉTICA DA SOCIEDADE

A ética é um conjunto de conduta autêntica do indivíduo desde o nascimento e se desenvolve ao longo de toda vida. Portanto, as condutas e comportamentos do indivíduo podem mudar, porém, se fundamentam na primeira infância, influenciados principalmente pela primeira comunidade onde está inserido, pois a ética está interligada com a ação (Malacarne, Strieder, Lima, 2011).

As experiências vividas na primeira infância podem ser alteradas, mas as raízes dessas experiências dificultam as mudanças. Por esse motivo, destaca-se a relevância da educação escolar desde os anos iniciais e a discussão sobre a influência da ética neste processo. A educação deve ser considerada um direito coletivo, pois toda a sociedade possui interesse em sua efetivação, sua importância a torna um direito complexo, que deve ser garantido a todos (Baruffi, 2008).

Considerando a influência da ética no contexto educacional, e o papel dos profissionais da educação no desenvolvimento integral do indivíduo, torna-se importante que os profissionais tenham uma formação ética consistente e continuada, de modo a desenvolver o senso ético dos alunos, ampliando sua visão de mundo, incentivando-os a ter novos conhecimentos e resolver os conflitos existentes de forma adequada e coerente. A educação influencia a vida dos alunos e consequentemente o contexto em que está inserido. Neste sentido, destaca-se a relação entre ética e educação, e a importância do processo educacional na formação de uma sociedade mais justa e coletiva (Tadêus, 2009).

O sistema de ensino tem algumas características que são: intencionalidade; unidade; variedade; coerência interna; coerência externa (Saviani, 2018). Isso demonstra que o sistema de ensino não tem a intenção de apenas transmitir o conteúdo, mas também de participar da formação dos indivíduos e assim preparar para a vida em sociedade, pois ela não é um processo neutro, mas sim influenciado por fatores sociais, culturais e políticos, que definem suas finalidades e diretrizes.

Savani, 2018, defende que o sistema educacional é resultado de uma educação sistematizada, entretanto, ele ultrapassa os indivíduos, pois ele visa à formação dos indivíduos de nossa sociedade. As intenções do sistema devem se refletir nas práticas pedagógicas em sala de aula, onde devem ser elaboradas políticas públicas capazes de atender às necessidades dos alunos.

> O sistema implica uma ordem que o homem impõe à realidade. Entenda-se, porém: não se trata de criar a realidade. O homem sofre a ação das estruturas, mas, na medida em que toma consciência dessa ação, ele é capaz de manipular a sua força, agindo sobre a estrutura de modo a lhe atribuir um sentido (Saviani, 2018)

Destarte, pode-se considerar a ética como um dos pilares do desenvolvimento educacional, pois seu desenvolvimento influencia o contexto escolar e social do aluno, e se refletem nos campos capazes de transformar a sociedade e fazer com que os cidadãos busquem a efetivação dos direitos individuais e coletivos. A educação é fundamental para os anos iniciais, visto que através dela podemos moldar os estudantes para se enquadrarem no universo social (Ruiz, Bellini,1996).

Por meio de uma educação de qualidade, a sociedade pode ter mudanças significativas, pois os indivíduos podem conseguir exigir do poder público a efetivação de seus direitos. Desta forma, garantir um sistema de ensino de qualidade, oportunizando as mesmas oportunidades, é garantir a efetivação do direito fundamental à educação, sendo um dos pilares do desenvolvimento do direito à personalidade e dignidade humana.

Os preceitos da ética e da moral colaboram com a formação humana, e devem estar presentes nas diretrizes do nosso sistema educacional para conseguir a formação de indivíduos que busquem o coletivo e priorizem uma sociedade melhor.

2.4 O DIREITO EDUCACIONAL E O DIREITO DA PERSONALIDADE

A proteção dos direitos das crianças e adolescentes é um dos principais pilares do ordenamento jurídico brasileiro, pois são os indivíduos mais vulneráveis na sociedade. A partir de 1988, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos na condição de sujeitos de direitos e não meros objetos de intervenção no mundo adulto (Muller, 2011). Observa-se o direito à educação, como dever da família, da sociedade e do estado, portanto, se apresenta como um dos pilares do desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes.

A educação acabou se tornando um dos principais pilares do desenvolvimento dos indivíduos. Por esse motivo, o acesso à educação passou a ser um dever de toda a sociedade, pois passou a ser um dos pilares do desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes. A educação é um direito fundamental e essencial para os indivíduos (Cenze, 2006).

Por esse motivo, visando a proteção e o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes o direito educacional, busca garantir que além do acesso à escola, eles tenham uma educação de qualidade, responsabilizando todos os responsáveis para efetivação desse direito, como forma de evitar danos psicológico, social, educacional, econômico e a personalidade do indivíduo.

A Constituição Federal estabelece, em seus artigos, os direitos e deveres das crianças, bem como aqueles que são seus responsáveis por sua efetivação. A educação é abordada em nosso ordenamento como um

direito de todos e um dever do Estado e da família, e seu desenvolvimento visa garantir o pleno desenvolvimento da pessoa e estimular seu desenvolvimento (Siqueira; Rossinholi, 2021).

O ordenamento jurídico brasileiro deve tutelar a vida da sociedade como forma de proteção dos cidadãos e manutenção da ordem jurídica. Tanto a dignidade da pessoa humana como o direito da personalidade andam em conjunto, pois ambos possuem o objetivo de proteger os indivíduos em todos os lugares. É importante ressaltar que o direito tem o dever de tutelar todas as suas acepções. O Direito Educacional é um direito da personalidade, é imprescindível para o desenvolvimento da personalidade humana e está ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana (Lonchiati; Mota, 2016).

Através do direito educacional, podemos garantir o acesso à educação a crianças e adolescentes, e a concretização dos direitos estabelecidos em nossa constituição, desse ocorre a efetivação do direito à personalidade, que é um direito subjetivo de cada indivíduo. A dignidade da pessoa humana constitui a base dos direitos constitucionais e garante a proteção dos cidadãos, pois é um dos orientadores dos preceitos e leis do direito brasileiro e por esse motivo acaba sendo a principal forma de tutelar o que está estabelecido a todos os cidadãos na constituição (Chemin, 2009).

O Direito devido ao seu papel de ciência social, tem como um de seus objetivos acompanhar o desenvolvimento da sociedade e, consequentemente, deve apresentar respostas e soluções aos conflitos oriundos de cada época, garantindo proteção, exigindo apoio pedagógico e psicológico, para evitar possíveis danos ao desenvolvimento integral e a afronta ao direito da personalidade.

Analisando o contexto educacional, a família pode ser considerada como um dos pilares para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e o seu apoio durante o período escolar é um grande benefício para o desenvolvimento dos alunos. Silva, 2019, demonstra que as políticas públicas visam melhorar a qualidade do ensino para os alunos, no entanto, por mais que a sociedade se tem preocupado com a criação das mesmas, elas ainda não atingiram os resultados esperados.

Assim, podemos afirmar que existem muitos problemas educacionais, como, por exemplo, o fracasso escolar, e que as políticas públicas são os meios de identificar os problemas escolares e assim poder contribuir para a efetivação dos direitos dos alunos e assim garantir o acesso à educação. O ambiente educacional deve possibilitar os meios necessários para a efetivação da educação e assim atender à necessidade dos alunos (Motta, Silva, 2023).

Nos últimos anos, os problemas da sociedade acabaram refletindo na área da educação. Muitos alunos deixaram de estudar por diversos fatores ou mesmo os que continuaram nas escolas acabaram sendo



influências e expostos a diversos problemas, dentre eles o fracasso escolar. O fracasso escolar, embora esteja ligado a uma centena de fatores, está intimamente relacionado à dificuldade de aprendizagem e os problemas enfrentadas em sala de aula e acaba sendo potencializado com a evasão escolar, comum entre os alunos que apresentam alguma limitação durante o processo de aprendizagem (Dante; Motta, 2019).

De acordo com Patto (1999), o fracasso escolar é o resultado de muitos fatores, dentre estes, dificuldades na leitura, baixo rendimento, reprovação, analfabetismo, fenômenos que afetam muitas crianças e adolescentes que estão todos os dias sendo avaliados, uma vez que se busca um padrão de aprendizagem pautado nos sistemas estabelecidos em nosso país.

O acesso à educação revisita a desigualdade existente entre os estudantes, no que diz respeito aos fatores sociais, econômicos e culturais, e de como estes fatores influenciaram diretamente o acesso à educação. A mudança dos valores éticos que aconteceu nos últimos anos onde modificou o cenário mundial e a implantação das tecnologias em nosso cotidiano contribuíram para que muitas crianças e adolescentes sofressem no ambiente escolar, por esse motivo as formas de combate e restabelecimento da educação devem passar por uma mudança e princípios, onde o que deve ser mais importante é a valoração dos direitos das crianças e adolescente para que esses não sejam prejudicados, por esse motivo a sociedade tem grande papel no combate às mazelas da educação e formação de cidadãos conscientes em nossa sociedade, exigindo do poder público a criação de políticas públicas para a efetivação da educação.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E O RESGATE DO SISTEMA EDUCACIONAL.

As desigualdades no exercício da cidadania têm reflexos diretos na educação e trazem o debate acerca de uma educação de qualidade que atenda a todos os indivíduos. A educação é um dos responsáveis pela promoção do desenvolvimento humano, sendo essencial na vida dos indivíduos (Lonchiati; Motta, 2019).

Como já visto, o fracasso escolar é o resultado de muitos fatores e demonstra as desigualdades existentes entre os estudantes no que diz respeito aos fatores sociais, econômicos e culturais e de como estes fatores influenciam diretamente o acesso à educação. Para se diminuir os danos causados pelo fracasso escolar, seria necessário o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para se fornecer um ensino à distância efetivo e ilimitado, levando-se em conta as condições econômicas e sociais diferentes de cada núcleo familiar.

Nesse contexto o reforço escolar passou a se tornar uma forma de diminuir os prejuízos às crianças e adolescentes, por esse motivo, tem-se

a necessidade de desenvolver políticas públicas efetivas para fornecer um ensino de qualidade efetivo, pois é possível identificar a dificuldade que algumas escolas, em especial as escolas públicas possuem para tutelar essas garantias, pois devemos observar as condições econômicas e sociais diferentes de cada núcleo familiar. O direito é uma ferramenta de políticas de desenvolvimento, devido a isso deve ser utilizado para a concretização das políticas criadas e, nosso ordenamento (Coutinho, 2013).

Diante desse panorama o direito vem como forma de garantir que seja estabelecido um conjunto de normas que acabam sendo a base para a organização de propostas de intervenção, dentre elas podemos destacar que são importantes a formação de professores, a manutenção de um professor de apoio a alunos com dificuldades, a manutenção de uma equipe multidisciplinar, que permita que profissionais de diversas áreas, como a psicologia, pedagogia e direito possam trabalhar juntos para garantir o exposto nos artigos 205 e 207 da constituição brasileira de 1988, pois sabemos que crianças e adolescentes são os entes mais vulneráveis das relações jurídicas.

Os educadores devem analisar seus alunos de modo a observar os problemas e as mudanças que interferir no aprendizado no ambiente escolar e no desenvolvimento dos alunos (Souza, Araujo, 2011), tendo que muitas vezes serem capacitados para entender questões no âmbito da psicologia para atender e contribuir para a efetivação do direito à educação.

Por meio das políticas públicas que foram estabelecidas é que o panorama educacional brasileiro está sendo modificado, pois estão sendo estabelecidas as garantias para que todos os cidadãos, em especial as crianças, possam ter acesso a uma educação pública de qualidade. As políticas públicas devem ser consistentes e articuladas entre si, por esse motivo devem ser delimitadas e coordenadas por gestores capacitados (Coutinho, 2011).

Assim, Motta e Silva estabelecem:

> Observamos um crescimento das políticas públicas nos últimos anos, isso se deve ao fato de que embora não exista uma definição exata pela doutrina, elas passaram a ser os meios utilizados pelo poder público para a efetivação dos direitos fundamentais, sendo a ferramenta mais utilizada pelo Estado para consolidar direitos e efetivar as garantias previstas na constituição possibilitando que o estado consiga garantir os direitos aos mais vulneráveis e às minorias (Motta, Silva, 2023, p. 223).

Através dos programas educacionais criados, os problemas existentes podem ser solucionados, assim o poder público deve estar atento às mudanças da sociedade. A educação brasileira passa por um

período difícil. É essencial ser realizada a elaboração de políticas públicas para serem garantidos o acesso a uma educação de qualidade, dado ao fato que ela contribui para o desenvolvimento humano e tem um papel muito importante na sociedade (Motta, Silva, 2024).

Sabemos que existem recursos suficientes para gerir uma educação de qualidade a todos os alunos, no entanto, a falta de um planejamento e uma organização por parte dos governantes acaba dificultando e contribuindo para o atual cenário da educação brasileira, com suas ferramentas e as formas de apoio às legislações criadas pelo meio jurídico estão nos últimos anos tentando gerir e coordenar a educação.

É necessário se analisar como as escolas estão vivenciando esse processo, os mecanismos necessários para a efetivação do processo de aprendizagem no contexto escolar e as bases teóricas que sustentam a importância desse processo no desenvolvimento da criança e do adolescente com necessidades de aprendizagem especiais. Além disso, deve haver protocolos para diagnóstico das dificuldades apresentadas, de forma digna e com os recursos necessários, seja por meio da medicalização, desde que com patologia devidamente diagnosticada, seguindo protocolos rígidos, seja por meio da garantia do reforço escolar.

As políticas públicas visam melhorar a qualidade do ensino para os alunos, no entanto, por mais que a sociedade se tenha preocupado com a criação das mesmas, elas ainda não atingiram os resultados esperados (Silva, 2019). Isso demonstra como a implementação desses recursos deve seguir um planejamento que identifique os problemas escolares e assim contribua para a efetivação dos direitos dos alunos.

Como uma forma de efetivar a educação no Brasil está em tramitação o Projeto de Lei Complementar n.º 235/19, que cria o Sistema Nacional de Educação, cujo objetivo é universalizar o acesso ao ensino básico com garantia de qualidade, além de erradicar o analfabetismo, de assistência técnica, pedagógica e financeira; a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal; e a participação democrática nos processos (Bernardo Jr., 2022).

Com o cenário educacional atual, foi observado como é importante que os alunos passem a ter durante o período letivo atividades extracurriculares e políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade, e assim não gerar prejuízos ao aprendizado.

Nesse contexto, o ordenamento jurídico estabelece as garantias individuais das crianças e adolescentes, pois se tornou o grande responsável por estabelecer as leis e políticas públicas voltadas às garantias educacionais das crianças e adolescentes, preconizadas na constituição. Através das políticas públicas é que o panorama educacional brasileiro pode ser modificado, com uma podemos estabelecer o resgate do sistema educacional, pois são estabelecidas as garantias de cidadãos,



para que se todos possam ter acesso a uma educação de qualidade, em especial nas escolas públicas, geridas com os recursos públicos.

Pois sabemos que existem recursos suficientes para gerir uma educação de qualidade a todos os alunos, a falta de um planejamento e uma organização por parte dos governantes acaba dificultando e contribuindo para o atual cenário da educação brasileira, com suas ferramentas e as formas de apoio às legislações criadas pelo meio jurídico estão nos últimos anos tentando gerir e coordenar a educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as mudanças ocorridas em nossa sociedade, observa-se que, em meio a tantos avanços tecnológicos e científicos, a deterioração da ética e consequentemente uma mudança nos comportamentos dos indivíduos, gerando uma sociedade cada vez mais individualista. Porém, mesmo diante desse cenário, existe uma busca por valores mais consistentes que consideram a importância da coletividade.

Destaca-se nesta busca a influência do Sistema Educacional, pois os valores éticos e morais estão presentes na construção dos conhecimentos de nossa sociedade, ele ultrapassa a vontade dos indivíduos, pois ele tem a intenção de transmitir os conhecimentos e realizar a formação e preparação dos seres humanos para a vida em sociedade. Entretanto, mesmo estando o direito à educação garantida na Constituição Federal, ainda a muito que se estabelecer para que a sociedade possa usufruir de uma educação de qualidade, que por meio do conhecimento, restabeleça os valores éticos e modifiquem o comportamento da sociedade, para que se torne mais justa e igualitária.

Os conflitos éticos, sociais, econômicos e políticos se refletem em prejuízos ao Sistema de Educacional, principalmente o sistema de público, que deficitário de Políticas Públicas de incentivo à formação discente e docente, não oferece condições estruturais e educacionais que possibilitem o desenvolvimento integral do indivíduo, que permita a ele mudar a sociedade em que está inserido e garantir seu direito a personalidade e dignidade.

O direito educacional passou a ser o instrumento de defesa e proteção das garantias individuais de crianças e adolescentes, garantindo o acesso à educação, bem como o pleno desenvolvimento de sua personalidade, dignidade, dentre outros danos.

Muitos são os problemas enfrentados no Sistema Educacional, que impedem a efetivação do desenvolvimento integral do aluno, em seus aspectos éticos e cognitivos. Dentre eles o fracasso escolar acabou se tornando um fenômeno presente nas escolas, pois se tornou o resultado de diversos fatores que afetam diariamente os alunos que estão em processo de aprendizagem, pois está intimamente atrelado: à dificuldade de



aprendizagem, ao índice de reprova, ao analfabetismo, entre outros. Atualmente é um processo muito comum no cenário educacional, contribuindo muitas vezes para a evasão escolar, pois o aluno encontra dificuldades em acompanhar os demais colegas, se sente incapaz e indigno de fazer parte daquele espaço, e abandonando os estudos e se conformando com a realidade que a sociedade apresenta, sem considerar os valores éticos envolvidos.

Portanto, garantir o acesso, a permanência e um ensino de qualidade que promova o desenvolvimento integral do indivíduo: ético e cognitivo, é imprescindível para o desenvolvimento de uma sociedade mais humanitária, menos individualista, que consiga rever seus conceitos éticos em prol do bem coletivo. Neste contexto, cabe ao Direito Educacional buscar os mecanismos para a efetivação desse direito à educação de qualidade que promova o direito à personalidade e à dignidade.

Evidencia-se, portanto, a intrínseca relação entre Direito, educação, ética e o pleno desenvolvimento da personalidade e da dignidade humana. O que preconiza a importância da aplicação do ordenamento jurídico brasileiro, assim como a elaboração de políticas públicas que garantam e assegurem que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos, sem prejuízo ao seu desenvolvimento e à sua dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bruna Becari de; RAMIRO, Marcus Geandré Nakano. REFLEXOS DA ÉTICA PÓS-MODERNA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. **Revista Em Tempo**, v. 22, n. 1, p. 44-59, 2023. Disponível em: https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3489. Acesso em: 1 ago. 2024.

BARUFFI, Helder. **Educação como Direito Fundamental: um princípio a ser realizado**. In: FACHIN, Zulmar (Coord.). Direitos Fundamentais e Cidadania. São Paulo: Método, 2008.

BERNARDO JR. Lucio. Projeto do Senado que cria o Sistema Nacional de Educação chega à Câmara. Câmara dos deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/860224-projeto-do-senado-que-cria-o-sistema-nacional-de-educacao-chega-a-camara/. Acesso em: 10 out. 2024.

BITTAR, Eduardo C. B. **O direito na pós-modernidade.** Revista Sequência – PPGD UFSC. (2008). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2008v29n57p131. Acesso em: 1 ago. 2024.

CENZE, Andrea Nárriman. O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental. **Educação (Santa Maria. Online)**, v. 31, n. 1, p. 115-132, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117257009.pdf. Acesso em 15 jun, 2024.

CHEMIN, Pauline De Moraes. Importância Do Princípio Da Dignidade Humana. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-jan-23/importancia_principio_dignidade_humana_constituicao_88. Acesso em: 1 ago. 2024.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANTE, Caroline Rodrigues Celloto; MOTTA, Ivan Dias da. **O direito à educação e à qualidade do ensino: ofensa aos direitos da personalidade em decorrência do fracasso escolar**. Maringá: IDDM, 2019.

LONCHIATI, Fabrizia Angelica Bonatto; DA MOTTA, Ivan Dias. Direito à educação: um estudo do artigo 205 da constituição federal. **Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, v. 2, n. 1, 2019.. Disponível em: http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/red/article/view/3158. Acesso em: 1 ago. 2024.

LONCHIATI, Fabrizzia Angelica Bonatto; DA MOTTA, Ivan Dias. Reflexões acerca da teoria dos direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana no direito educacional. **Revista Juridica**, v. 4, n. 45, p. 1-23, 2016. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RevJur/article/view/24829. Acesso em: 1 ago. 2024.

MALACARNE, Vilmar; STRIEDER, Dulce Maria; LIMA, Dartel Ferrari de. Ética, ciência e formação de professores: a escola na sociedade contemporânea. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 13, n. 3, p. 51-66, 2011. Disponivel: https://www.scielo.br/j/epec/a/FLxMQkPZ5ygxXmKYfdPgWpd/?lang=pt. Acesso em: 1 ago. 2024.

MORIN, Edgar. **O método 6: Ética**. Porto Alegre: Sulina, 2007**.**

MOTTA, Ivan Dias da; SILVA, Giovanna Christina Moreli Alcantara da. **O direito à educação e as políticas públicas.** In: CONPEDI, 2023,

Brasília. CONPEDI, 2023. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/a043f745/KYwC7uJVbR607J1T.pdf. Acesso em 19 jul. 2024

MOTTA, Ivan Dias da; SILVA, Giovanna Christina Moreli Alcantara da. As políticas públicas e o reforço escolar. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 24, n. 1, p. 207-215, 2024. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/12263. Acesso em 19 jul. 2024

MULLER, Crisna Maria. Direitos Fundamentais: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. **Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV**, n. 89, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999

RUIZ, Adriano Rodrigues; BELLINI. Luiza Marta. Ética e educação: em busca de alguns elementos para uma reflexão pedagógica. **Proposições**, v. 7, n. 2, p. 43-53, 1996. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/download/8644227/11654. Acesso em 01 ago. de 2024.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SILVA, Francisco de Assis da Costa. O Reforço Escolar na Escola Pública Municipal – Relato De Experiência. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 2, p. 172-177, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/12666. Acesso em: 1 ago. 2024.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; ROSSINHOLI, Marisa. Estatuto da Criança e do Adolescente: Como Garantir o Direito à Educação?. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 14, n. 1, 2014.Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/2599/2290/. Acesso em: 1 ago. 2024.

SOUZA, Sarah Danielle Cardoso de Souza; ARAUJO. Ismael Xavier de. Divórcio dos pais e dificuldades na aprendizagem dos filhos: A importância da família no processo de ensino-aprendizagem. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1

datahora_14_11_2014_11_26_41_idinscrito_2758_8115825674dc52b43ba4c6cd32a24452.pdf. Acesso em: 1 ago. 2024.

TADÊUS, Patrícia Aparecida. **Ética na educação.** Revista Triângulo, v. 2, n. 02, 2009.

TELLES JUNIOR. Goffredo. **Ética.** São Paulo. Saraiva.2014



AS MÃOS QUE RECICLAM E A VOZ QUE CLAMA POR DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: EQUILÍBRIO ENTRE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE

GT 6: FILOSOFIA E HERMENÊUTICA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rodrigo Valente Giublin Teixeira[1], Rogério Borges Freitas[2]

[1] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.
[2] Doutorando do programa de pós-graduação da Unicesumar. Mestre em Direito pela Unicesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.

RESUMO

O artigo tematiza o serviço de reciclagem no país, avaliando em que medida ele é fruto do contexto social, político e econômico contemporâneo. A extração de minérios em larga escala, em fonte não renovável causa o esgotamento com rapidez diante do aumento pela demanda do mercado de consumo. A escassez de materiais, portanto, impõe a necessidade de se reaproveitar aquilo que já foi extraído, através de um processo de reciclagem e reaproveitamento da matéria prima. A expansão da atividade dos recicladores contribui largamente para conservação do ambiente. O alcance da sustentabilidade passa exatamente pela atividade da reciclagem porque é um importante meio para se suprir as necessidades básicas da população atual. Questiona-se, no entanto, por que esse trabalho viola a dignidade humana e qual a responsabilidade estatal diante da ausência de justiça social? Parte-se, para tanto, da hipótese inicial de que a falta de oportunidades em igualdade de condições no mercado formal de trabalho, agravada pelo baixo nível de escolarização e pela falta de qualificação profissional, empurraram centenas de pessoas para uma condição extrema na luta pela sobrevivência financeira, agravada pela ausência de políticas públicas estatais voltadas à melhoria das condições de vida desta população. Por meio do método dedutivo, buscou-se respostas na lei e na bibliografia na expectativa de alcançar esclarecimentos e elucidações aos questionamentos aqui apresentados, para os quais apresentou-se na síntese conclusivas as principais reflexões sobre o tema da atividade de reciclagem no Brasil.

Palavras-chave: trabalho; recicláveis; dignidade.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o serviço de reciclagem surge como resposta às transformações sociais, políticas e econômicas iniciadas com a Revolução Industrial, que acelerou a mecanização do trabalho e a produção em massa. Este processo aumentou significativamente o volume de materiais descartados, tanto domésticos quanto industriais, sem destinação

adequada ou planejamento para seu armazenamento, impactando negativamente o meio ambiente. A crescente geração de resíduos sólidos, resultante do intenso consumo, tem saturado o solo, evidenciando a urgência da reciclagem. Além disso, a extração intensiva de minérios de fontes não renováveis acelera seu esgotamento, reforçando a necessidade de reaproveitar materiais já extraídos por processos de reciclagem e reutilização de matérias-primas.

O movimento para coletar materiais recicláveis em cidades sem aterros sanitários e usinas de reciclagem tem gerado pequenas associações. Esses grupos proporcionam condições para seus membros recolherem manualmente matérias-primas reutilizáveis, como papel, papelão, garrafas PET e plásticos, dos lixões. O tema não é repetitivo, pois ainda existem residências, condomínios, grandes produtores de lixo, que não se importam ou desconhecem a necessidade da separação do lixo para uma coleta seletiva. A pesquisa parte da seguinte problematização: por que esse trabalho viola a dignidade humana e qual a responsabilidade estatal diante da ausência de justiça social?

A atividade de reciclagem no Brasil, ao ser analisada sob uma perspectiva sociológica e ambiental, revela a falta de padrões trabalhistas, como férias, descanso remunerado, salário-mínimo e previdência social, deixando os trabalhadores desamparados em casos de doenças ou acidentes. Com efeito, a realidade atual evidencia a necessidade de fortalecer laços associativos e o cooperativismo. O objetivo é assegurar condições mínimas de trabalho, como definir um preço médio por quilo de material recolhido e adquirir equipamentos de proteção individual. Além disso, a Constituição Federal enfatiza a proteção ambiental como um dever compartilhado entre os setores privado, público e terceiro setor, destacando a contribuição significativa dos recicladores para a conservação do ambiente. Essa atividade é crucial para suprir as necessidades básicas da população e os interesses dos recicladores. Também promove a sustentabilidade, fortalece estruturas cooperativas, empodera membros e ajuda a superar pobreza e vulnerabilidade.

O trabalho em condições penosas e insalubres, como as enfrentadas por recicladores que extraem materiais reaproveitáveis de aterros sanitários a preços baixos, viola a dignidade humana e contradiz a noção de justiça como equidade, que busca eliminar a desigualdade social e promover o bem-estar com respeito à liberdade e à igualdade. A falta de oportunidades iguais no mercado formal, combinada com baixa escolaridade e qualificação, empurra muitos para essas condições extremas, intensificando a luta pela sobrevivência. Assim, a responsabilidade do Estado se destaca na ausência de políticas públicas eficazes e na falta de fiscalização adequada sobre grandes produtores de resíduos, exacerbando a omissão estatal e a falta de reação às demandas

por mais usinas e locais de coleta, refletindo um silêncio social preocupante quanto à injustiça vivenciada por esses trabalhadores.

O silêncio da sociedade diante dos problemas de produção de lixo e danos ambientais leva a uma inércia coletiva que impede ações positivas contra essas questões, refletindo graves violações dos princípios de liberdade e igualdade. A falta de justiça como equidade erode a dignidade humana, com a ausência de valores morais essenciais para a convivência, resultando em desequilíbrio social e segregação baseada em raça, renda, escolaridade e gênero. Este trabalho é dividido em duas partes: primeiro, analisa a sustentabilidade da reciclagem no Brasil e, depois, examina as condições dos trabalhadores de reciclagem em relação às violações à dignidade humana. Usando o método dedutivo, buscou-se respostas na lei e na doutrina. A expectativa era esclarecer e elucidar os questionamentos apresentados. A síntese concluiu com reflexões principais sobre a atividade de reciclagem no Brasil.

2 SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO: ANÁLISE DO SERVIÇO DE RECICLAGEM NO BRASIL SOB A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO

A partir da revolução industrial, o mundo ocidental passou por uma rápida mecanização da mão de obra, o que gerou a produção de bens em larga escala. O crescimento populacional, a urbanização, a globalização do comércio e o avanço das comunicações impulsionaram o aumento do consumo. Com isso, aumentou o descarte de materiais considerados inservíveis, sem destinação específica e sem um planejamento sobre a forma correta de armazenamento de material sem valor ou utilidade oriundo das atividades domésticas e industriais.

É válida uma distinção com relação às duas espécies de lixo que são produzidos na sociedade moderna. O lixo orgânico, proveniente da existência humana, é inevitável. Deriva da alimentação com origem animal ou vegetal e sofre decomposição natural. Este processo, conhecido como putrefação, permite a eliminação rápida do detrito da natureza. Apesar do fenômeno natural, a produção do resíduo orgânico aumenta proporcionalmente ao crescimento da população mundial, uma vez que nem todos tem acesso à rede pública de esgoto e ao saneamento básico[1].

[1] O IBGE apurou em 22/12/2023 o Censo da população referende aos dados coletados em 2022. A população brasileira atingiu a marca de 203.080.756 milhões de pessoas. Desperta a atenção os dados adjacentes, por exemplo, as residências que possuem coleta de lixo. 183.686.274 milhões de pessoas afirmam ter coleta de lixo, isso representa 90,9% da população nacional. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 16 abr. 2024.

O problema se torna mais grave considerando a quantidade de resíduos sólidos descartados indevidamente. Isso ocorre devido ao ritmo de consumo incessante adotado pela sociedade motivada pela propaganda e marketing. Grandes empresas globalizadas incentivam o consumo exagerado de bens e serviços. Nesse ritmo, a sociedade contemporânea é caracterizada pela incessante busca pela felicidade, que para grande parte da população se materializa na aquisição de produtos industrializados. O surgimento de uma nova tecnologia provoca a defasagem dos bens, que passam a ser considerados obsoletos e sem utilidade, mesmo que estejam em perfeito funcionamento (Bauman, 1999).

É inegável que o número de habitantes sobre o planeta terra tem gerado saturamento do solo, haja vista a ausência de planejamento para acondicionar todo o lixo produzido pelo homem. Isso tem relação direta com questões sociais graves, por exemplo, falta de saneamento básico, poluição dos recursos hídricos e lençóis freáticos, bem com o agravamento de doenças contagiosas. “A lixeira é uma invenção mágica do final do século 19: faz desaparecer tudo o que é depositado nela. Longe dos olhos, não é preciso se responsabilizar pelo que acontece dali por diante com os itens descartados” (Mena, 2024)[2]. Daí surge a necessidade da reciclagem de materiais descartados no lixo urbano, que se mostra imprescindível na atual sociedade moderna.

Para tanto, a extração de minérios em larga escala, em fonte não renovável causa o esgotamento com rapidez diante do aumento pela demanda do mercado de consumo. Materiais como petróleo, silício e lítio, inclusive os raros usados em comunicação, são escassos. Não existe disponibilidade para extraí-los da natureza em volume adequado ao crescimento populacional (Milanez, 2012, p. 23). Assim, no mesmo ritmo, o consumo energético cresceu de modo vertiginoso. O sol é o único produtor inesgotável de energia conhecida pelo homem. No entanto, as novas tecnologias exigem mais equipamentos capazes de armazenar energia. Nesse momento, as baterias, por exemplo, são elaboradas com lítio[3]. A escassez de materiais, portanto, impõe a necessidade de se reaproveitar aquilo que já foi extraído, através de um processo de reciclagem e reaproveitamento da matéria prima.

---

[2] Mais informações estão disponíveis em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/03/a-vinganca-do-lixo.shtml. Acesso em: 15 abr. 2024.

[3] Há milhões de anos, vulcões depositaram minerais em vastas extensões da América do Sul. Depois, a água vazou pelas rochas e formou enormes lagos. Então vieram os ciclos de evaporação e deposição, que geraram vastas planícies de sal nas quais há um dos minerais mais procurados no mundo: o lítio. Com o rápido aumento do uso de baterias para dispositivos eletrônicos e automóveis elétricos, a demanda por lítio e outros materiais básicos na indústria está acelerando. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58324158. Acesso em: 17 abr. 2024.

Um fator adicional que destaca a relevância da reciclagem é a profusão de uma categoria diferente de matéria-prima que tem origem inesgotável, por exemplo, o plástico, o papel, alumínio, vidro, entre outros. A abundância de embalagens tem produzido mais o lixo urbano. Shoppings, indústrias, redes de restaurantes, hotéis e aeroportos são grandes produtores de lixo. Eles geram diariamente um volume de dejetos que, muitas vezes, não são tratados de modo adequado. No entanto, existe um controle no cumprimento das legislações ambientais, como a Lei nº 12.305/2010. Esta norma instituiu a política nacional de resíduos sólidos[4], regulamentada pelo Decreto nº 10.936/2022 (Brasil, 2022).

Existe o recente movimento pelo recolhimento de materiais recicláveis nos municípios que não implementaram os aterros sanitários e as usinas de reciclagem. Pequenas associações se dedicam a capacitar seus membros para coletar manualmente matéria prima reutilizável de lixões. Esses materiais incluem papel, papelão, garrafas PET e derivados de plástico, que podem ser reaproveitados na indústria. Muito embora haja esforço nesse sentido, a quantidade de lixo produzido nas grandes metrópoles é muito superior àquilo que é recolhido e encaminhado para reciclagem. Ainda há muito o que ser feito. O ponto de partida é a conscientização individual da necessidade de separação do lixo orgânico do lixo reciclável. O tema não é repetitivo, porque ainda existem residências, condomínios, grandes produtores de lixo, que não se importam ou desconhecem a necessidade da separação do lixo para uma coleta seletiva[5]. Contrapondo o interesse individual, é preciso incentivar e premiar as indústrias que buscam reaproveitar seu material produzido. Os fabricantes desses elementos precisam ter a responsabilidade de recolhimento ou correta destinação assegurada pelas próprias empresas produtoras. Um exemplo é a produção automotiva em toda sua extensão. Nela se inclui peças, pneus e óleos lubrificantes. A elaboração de componentes eletrônicos deve cuidar do reaproveitamento ou descarte correto de pilhas, baterias e materiais de informática. Enquanto a indústria farmacêutica também é incluída, com suas embalagens plásticas de produtos de saúde e higiene.

Um traço comum a todos esses ramos de produção industrial é a utilização de embalagens plásticas, decorrente dos polímeros. Grandes bancos investidores estimularam a fabricação do material não reciclável,

[4] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 17 abr. 2024.
[5] IBGE. Características dos domicílios brasileiros apontam que 8,29% dos domicílios não possuem coleta de lixo. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 17 abr. 2024.

tais como a ExxonMobil, a Dow, a Sinopec, Petrochina e Braskem[6] (Gama, 2021). São líderes mundiais na produção a partir da utilização de polímeros, que se transformam em embalagens plásticas descartáveis de curta duração. Segundo o relatório produzido pela Fundação Minderoo, estima-se que uma pessoa produz aproximadamente 60 quilos de lixo dessa natureza por ano e menos de 2% desse volume é reciclado[7].

Embora o setor de reciclagem ofereça potencial para o desenvolvimento e profissionalização de seus trabalhadores, permitindo a diversificação de produtos recicláveis e a obtenção de uma renda digna, a realidade mostra que os trabalhadores, muitas vezes analfabetos e sem qualificação formal, ainda dependem de esforço físico intenso e enfrentam condições de trabalho indignas, sem assistência social ou cobertura previdenciária, e com renda insuficiente para manter suas famílias. Paralelamente, as empresas não são efetivamente responsabilizadas pela grande produção de lixo. Grandes bancos ainda financiam indústrias petroquímicas poluidoras, em vez de apoiar empresas que desenvolvem tecnologias de reutilização de resíduos plásticos. Isso revela uma contradição no direcionamento dos investimentos financeiros no setor.

Ricardo de Sampaio Dagnino e Igor Cavallini Johansen (2017) analisaram as características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos envolvidos na coleta de material reciclável, classificação de resíduos e varrição, concluindo que a evidenciação do significativo contingente de catadores no Brasil e de sua distribuição geográfica, conforme apresentado por este estudo, deve catalisar debates acerca da imprescindibilidade desse contingente na infraestrutura da reciclagem. Eles destacam que o principal propulsor da indústria de reutilização reside na recuperação do valor de trabalho socialmente necessário, incorporado nos materiais. Tal recuperação de valor só se mostra viável e lucrativa para as corporações por meio da exploração e apropriação da mão de obra não remunerada dos catadores. Esta constatação aponta para uma crítica profunda das dinâmicas de trabalho e exploração no setor de reciclagem, exigindo um reexame legal e ético das práticas atuais.

A dinâmica predominante na indústria de reciclagem é marcada pela exploração e apropriação do trabalho dos recicladores. A lucratividade deste setor para as corporações é mantida pela inadequada compensação do trabalho dos coletores de resíduos, destacando uma violação constante do princípio da igualdade. Refletindo sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens, Jean-Jacques Rousseau (1988, p. 21) destaca duas formas de disparidade: a natural ou física, determinada pela

[6] Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/mara-gama/2021/05/20/55-dos-plasticos-descartaveis-sao-gerados-por-apenas-20-empresas.htm. Acesso em: 19 abr. 2024.
[7] Disponível em: https://ciclovivo.com.br/ Acesso em: 17 abr. 2024.

natureza e abrange diferenças de idade, saúde, força física e capacidades mentais e emocionais; e a desproporção moral ou política, que surge de um tipo de pacto social e é mantida ou ao menos tolerada pela aceitação humana. Esta última forma de discrepância é evidente em privilégios que alguns indivíduos desfrutam em prejuízo de outros, como em circunstâncias de maior riqueza, poder, honrarias ou capacidade de comandar. Este panorama exige uma reavaliação profunda das práticas legais e normativas para corrigir e mitigar as desigualdades sistêmicas na indústria de reciclagem e em outros setores.

A distinção pelos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, a má distribuição de renda, a desigualdade de acesso à educação, deu origem à classe dos catadores de lixo", como são chamadas aquelas pessoas invisíveis às classes sociais mais altas, principalmente por sua atividade não ter a importância reconhecida pela sociedade. A maioria da população sequer se preocupa com a produção do lixo, quem dirá com a sua destinação. A atenção para o assunto do lixo só ganha relevância quando ele não é recolhido e se acumula nas residências. Poucos são os que se importam com a correta destinação ou com as pessoas que sobrevivem do recolhimento e da venda de materiais recicláveis coletados nos lixões. A invisibilidade ocorre também porque é um problema que está fisicamente distante dos olhos das pessoas que vivem nas áreas nobres das cidades.

O problema social aqui apresentado está diretamente ligado ao contexto político, uma vez que a classe política formada pelos gestores e parlamentares vão concentrar esforços em obras que lhes deem capital político, conforme mencionado por Luiz Felipe Miguel (2003), ou seja, se preocuparão com assuntos que darão votos nas próximas eleições. Ações como o fortalecimento de associações, o investimento na profissionalização das pessoas que recolhem material reciclável, o incentivo na coleta seletiva, a implantação de usinas de reciclagem não empolga a classe política, porque não rende voto. De igual modo, não há fiscalização das grandes produtoras de lixo, porque não é economicamente interessante para os Prefeitos e Governadores se indisporem com grupos empresariais de grande influência econômica na região.

A análise da atividade de reciclagem no Brasil, sob uma perspectiva das ciências sociais, destaca a falta de regulamentação e padrões uniformes para os trabalhadores, que incluem homens e mulheres de diversas idades, muitos dos quais perderam empregos urbanos e recorrem à coleta de materiais recicláveis em lixões para sobreviver. Sem associações ou cooperativas, esses indivíduos comercializam itens como latas de alumínio e papelão para indústrias locais a preços que não correspondem ao intenso esforço físico aplicado. Os materiais são vendidos diariamente em pontos específicos. Eles são pesados e comprados por empresas a baixo custo, gerando apenas o suficiente para

uma alimentação básica. Este processo sustenta um ciclo contínuo de trabalho, que inclui jornadas duplas e é interrompido apenas por acidentes ou invalidez. Isso revela uma realidade de exploração e condições precárias.

A falta de respeito às normas trabalhistas, como férias, descanso remunerado, salário-mínimo e previdência social, coloca os trabalhadores de reciclagem em uma posição vulnerável, especialmente quando adoecem ou se acidentam. Diante dessa realidade, a consciência da necessidade de fortalecer vínculos associativos ou cooperativistas aumentou entre eles. Isso visa garantir condições mínimas de trabalho, como estabelecer um preço médio por quilo de material recolhido e adquirir equipamentos de proteção individual. Essas medidas visam oferecer representatividade e voz à classe, que enfrenta condições árduas de trabalho. Expostos a perigos como cortes, doenças e vapores tóxicos sem proteção adequada, eles sofrem com a incapacidade de reconhecer a própria dignidade violada. Este ciclo de violações só é interrompido com intervenções externas, como ações do poder público municipal, assistência social ou Defensoria Pública, que ajudam a melhorar suas condições de vida e trabalho.

Não se pretende entrar nas discussões próprias dos ambientalistas que buscam exclusivamente a preservação do meio ambiente. O objetivo aqui proposto é destacar a relevância dos trabalhos dos catadores de recicláveis para a economia e como essa atividade reflete em benefício para o meio ambiente. Como já mencionado, é baixa a quantidade de materiais que são reutilizados na indústria, muito ainda é desperdiçado e lançado indevidamente nos aterros sanitários, rios, lagos e oceano. Se o fomento da atividade dos recicladores atingisse um nível de recolher e devolver para a indústria pelo menos 50% de todo o material plástico, fabricado a base de polímeros, seria inegável o benefício na preservação ambiental[8].

Ronald Dworkin (2020, p. 15), ao tratar dos direitos individuais esclarece que são concebidos como prerrogativas políticas essenciais que os sujeitos detêm. Esses privilégios são reconhecidos quando um objetivo coletivo não é suficiente para privar indivíduos de seus desejos ou posses. São reconhecidos quando não há justificativa adequada para submetê-los a perdas ou a danos. Indubitavelmente, essa definição de privilégio é de

[8] Trinta anos após a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, um dos cartões-postais do Rio de Janeiro ainda agoniza. Diariamente, a Baía de Guanabara recebe 98 toneladas de lixo, segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/03/baia-de-guanabara-agoniza-com-despejo-de-quase-100-toneladas-de-lixo-por-dia-30-anos-apos-a-eco-92.ghtml Acesso em 11 de outubro de 2024.



natureza formal, pois não especifica quais prerrogativas as pessoas detêm, nem assegura que elas sejam concretamente atribuídas. Essa concepção de direitos não se baseia em nenhum atributo metafísico especial. Assim, a teoria proposta nestes escritos diferencia-se de abordagens mais tradicionais que dependem de tais pressupostos metafísicos.

Os direitos individuais são, portanto, aqueles que conferem vantagens a alguém para conseguir alcançar patamares, ainda que mínimos, de dignidade. Nesse mesmo sentido, a conquista da sustentabilidade garantirá a proteção da geração futura desde que haja ações concretas de natureza econômica (investimento financeiro do poder público e da iniciativa provada no fortalecimento da atividade de reciclagem), ações sociais (para despertar o comportamento consciente em toda a sociedade de que o tratamento inadequado do lixo reverte em prejuízo para todos), ações culturais (divulgação ostensiva e educação urbana no cuidado com a produção do lixo) e ações ambientais (toda atividade que venha buscar a preservação dos recursos hídricos, da fauna e da flora). Isso justifica a discussão no tópico seguinte sobre o clamor por dignidade em vista das condições de trabalho destes profissionais.

3 O CLAMOR PELA DIGNIDADE: ENFRENTANDO A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DA RECICLAGEM E A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Não custa destacar noções preliminares sobre a dignidade humana, especialmente no que se diz respeito ao meio ambiente do trabalho. A Constituição Federal é clara ao inserir a dignidade da pessoa humana no artigo 1º, inciso III, a despeito de já ter mencionado indiretamente no preâmbulo, de que se trata de um valor de alto relevo jurídico na República Federativa do Brasil (Brasil, 2022). É possível alocar a dignidade humana sobre dois pilares fundamentais. O primeiro deles é o respeito ao princípio da liberdade e o segundo, o princípio da igualdade. Apesar dos demais princípios também darem estabilidade ao conceito de dignidade humana, a violação da igualdade ou da liberdade causa profundo abalo na estrutura central, ocasionando a ruptura da noção de dignidade humana.

O respeito ao princípio da liberdade é fundamental para alcançar a dignidade humana em sua plena dimensão, abrangendo liberdades básicas como política, de expressão, de reunião, de consciência, física e de propriedade. Estas garantem ao indivíduo proteções essenciais contra opressões e abusos, assegurando a participação política, a segurança da propriedade privada e a proteção contra o encarceramento indevido. O princípio da igualdade é vital em um Estado Democrático de Direito, pois desigualdades sociais e econômicas abalam o senso de justiça e a estrutura social, podendo reverter para uma dinâmica de poder baseada na supremacia do mais forte. Além disso, a dignidade humana engloba a

moralidade, em que virtudes individuais e coletivas, como ajudar ao próximo e evitar causar sofrimento, são indicativos do nível moral de uma sociedade e inversamente relacionados à necessidade de aplicação do direito penal.

Todas as pessoas que possuem minimamente a consciência e tem aptidão física e mental para discernir o certo do errado são dotadas de imperativo categórico, que as fazem ter um comportamento correto diante de uma situação que lhe exija uma postura (Kant, 2017) Ainda que não haja sanção ou visibilidade de seus atos perante o público em geral, a moral norteia as atitudes do indivíduo e o faz tomar a decisão correta de acordo com as leis a que está submetido. Lamentavelmente a humanidade parece ter olvidado valores importantes para o convívio social. Valores que nem sempre estão fixados em leis, já que a lei deveria sempre respeitar a moral. A deterioração da moralidade individual reflete imediatamente na moralidade coletiva e aumenta a tolerância de determinados comportamentos de degradação dos valores da pessoa humana.

Jonh Rawls (1997, p. 277), no livro “Uma Teoria da Justiça”, ao explanar sobre a justiça como equidade, traz os conceitos desenvolvidos por Immanuel Kant, ao afirmar que “os princípios da justiça também se apresentam como análogos aos imperativos categóricos. Por imperativo categórico Kant entende um princípio de conduta que se aplica a uma pessoa em virtude sua natureza de ser racional, igual e livre.” Uma sociedade bem-organizada, nesse sentido, seria aquela na qual as instituições estivessem estruturadas para promover o bem-estar de seus membros, de acordo com a noção coletiva de justiça e com respeito aos princípios por ela mesma instituídos. Nessa sociedade, todos os cidadãos teriam respeito a liberdade e a igualdade e o traço marcante de estabilidade seria o respeito a dignidade da pessoa humana.

A ideia de justiça como equidade é indissociável da moral individual e coletiva (imperativo categórico). Uma sociedade justa é aquela em há preocupação recíproca entre os indivíduos, no sentido de que o bem-estar coletivo se sobrepõe ao bem-estar individual, ou seja, o aumento da satisfação de um indivíduo só deveria ser admitido se todos os demais também pudessem experimentar essa satisfação. Essa afirmação não é extraída das teorias do socialismo. O que se busca justificar aqui é exatamente o respeito a igualdade de condições e oportunidades que todas as pessoas deveriam ter para que, por meio de seu próprio esforço e mérito, possam alcançar melhores condições de vida.

Sobre o exato conceito de imperativo categórico, Immanuel Kant (2017, p. 37), em sua obra “Metafísica dos Costumes”, afirma que imperativo é uma norma prática que torna uma ação contingente necessária. Difere de uma lei prática, que considera uma atividade indispensável sem analisar se essa exigência é intrínseca ao sujeito, como em um ser santo, ou externa, como nos humanos. Portanto, um

mandamento é aplicado quando a necessidade de atuação não é inata, exigindo que o sujeito seja compelido a operar de acordo com a regra. Um imperativo categórico, especificamente, define uma ação como necessária por sua própria natureza, não por objetivos externos que ela possa alcançar. A sociedade e o indivíduo deveriam adotar comportamentos que reflitam autoridade moral, cumprindo imperativos categóricos que estabelecem condutas justas tanto individualmente quanto coletivamente, essenciais para uma sociedade que prioriza o bem-estar coletivo sobre o individual. A desigualdade no acesso a oportunidades no mercado formal, agravada pela baixa escolaridade e falta de qualificação, forçou muitas pessoas a estarem em condições extremas de sobrevivência. Elas coletam materiais recicláveis em aterros sanitários por um preço baixo, após intensos esforços físicos.

Essa tolerância social à violação do princípio da igualdade cria condições de trabalho que comprometem a dignidade humana, em que os envolvidos, muitas vezes não conscientes da insalubridade de suas atividades, carecem de atenção social e governamental para garantir um ambiente de trabalho adequado e equipamentos de segurança necessários, reconhecendo a importância de seu trabalho para a sociedade. A sensação de desrespeito, de humilhação e de indignidade silencia a voz individual de muitos operários nessas condições, porque se sentem inferiores em relação às demais pessoas. Contudo, nos últimos anos, tem sido frequente a criação de pequenas associações de recicladores, em que uma liderança desponta e minimamente organiza um grupo para reivindicar da sociedade e do poder público melhores condições de trabalho. Isso ocorreu com mais intensidade a partir do ano de 2010, quando os municípios foram obrigados a licenciarem seus lixões de acordo com as normas ambientais traçadas pelo SISNAMA, por força do artigo 19, §4º da Lei 12.305/2010, que passou a exigir o plano municipal de gestão integrada para os resíduos sólidos[9] (Brasil, 2022).

Quando alguns municípios decidiram fechar os lixões, surgiram pequenos movimentos de pessoas que já trabalhavam com atividade de reciclagem para reivindicarem o direito de continuarem recolhendo os materiais, porque dependiam dos lixões para sobreviverem economicamente. Com a criação de associações, o clamor por dignidade passou a dar voz aquelas pessoas que até então não eram sequer ouvidas pelas autoridades públicas e pela população em geral. Além disso, eram invisíveis e estavam excluídas do espectro da visão política, que na maioria das vezes só se preocupa com questões que geram votos nas eleições. O grito da exclusão e o veemente protesto por dignidade despertou a atenção

[9] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.



das Defensorias Públicas[10]. Extremamente precisa, quanto a esse ponto, a pesquisa[11] realizada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, que, por meio do Núcleo de Gestão Ambiental, coletou informações sobre 347 catadores cadastrados na Associação de Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis de Vitória da Conquista, para o Programa "Mãos que Reciclam". Os números impressionam, já que, de acordo com os dados, 83,5% deles são pretos e pardos e que a maioria, 57%, tem renda mensal familiar de no máximo R$ 500,00.

Sobre o tema, Luciana Zaffalon Leme Cardoso (2014, p. 44) defende que "cabe à Defensoria Pública, em sua atuação processual diária e no desenvolvimento estratégico de suas funções institucionais, reverter o quadro acusatório e discriminatório que repetidas vezes compõe o cenário da Justiça." As Defensorias Públicas têm por missão constitucional promover os direitos humanos e resgatar a dignidade das pessoas por meio das tutelas judiciais ou extrajudiciais. Dentre as atribuições está a proteção pessoas hipossuficientes contra as violações sistemáticas em relação à vida, à honra, à imagem, à integridade física e à saúde. Todas essas violações se observam na atividade do trabalhador da reciclagem de materiais nos lixões. Além do risco de morrer por conta da inalação de gases, do contato com microrganismos letais ao corpo humano decorrentes da decomposição de matéria orgânica, da manipulação do lixo sem auxílio de equipamentos de proteção individual, trabalhar em frente a um trator de esteira em movimento potencializa a ocorrência da morte no exercício da atividade de coleta.

A sociedade e os indivíduos devem adotar comportamentos de autoridade moral. Deveriam se alinhar a imperativos que exigem condutas justas e equitativas. Isso é essencial para promover o bem-estar coletivo acima dos interesses individuais. A adoção de comportamento moral e ético é crucial para a construção de uma comunidade que valoriza a igualdade e a justiça como pilares de sua organização social.

A desigualdade de acesso a oportunidades no mercado formal de trabalho, exacerbada por baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, colocou muitas pessoas em situações extremas de

[10] Uma pesquisa realizada pela Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, por meio do Núcleo de Gestão Ambiental (Nugam), coletou informações sobre 347 catadores cadastrados na Associação Coletores de Resíduos Sólidos Recicláveis de Vitória da Conquista – o cadastro é feito pelo Programa Mãos que Reciclam. De acordo com os dados, 83,5% deles são negros e pardos. Também chama a atenção que a maioria tem renda mensal familiar de no máximo R$ 500 reais (57%). Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/preta-mao-da-reciclagem-maioria-de-catadores-em-vitoria-da-conquista-e-negra-e-ganha-no-maximo-r-500-reais-mensais/ Acesso em: 22 jul. 2024.

[11] Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/preta-mao-da-reciclagem-maioria-de-catadores-em-vitoria-da-conquista-e-negra-e-ganha-no-maximo-r-500-reais-mensais/. Acesso em: 10 out. 2024.

sobrevivência. Esses indivíduos são frequentemente encontrados em aterros sanitários, onde coletam materiais recicláveis para vender a preços ínfimos, enfrentando condições laborais árduas que demandam um grande esforço físico. Tal cenário não apenas revela a urgência de políticas inclusivas e educacionais mais eficazes, mas também destaca a necessidade de uma reavaliação dos sistemas de suporte ao emprego e qualificação. A tolerância social em relação à violação do princípio da igualdade resulta em condições de trabalho que afetam gravemente a dignidade humana. Muitas vezes, os trabalhadores estão inconscientes dos perigos de suas atividades insalubres. Eles necessitam de maior atenção da sociedade e do governo para garantir um ambiente de trabalho adequado e fornecimento de equipamentos de segurança. É essencial reconhecer a importância do trabalho desses indivíduos para a sociedade, valorizando seu papel no ciclo de reciclagem e na sustentabilidade ambiental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de lixo é uma consequência inevitável da existência humana em sociedade, onde o lixo orgânico é rapidamente decomposto através da putrefação, mas os resíduos sólidos, frequentemente exacerbados pelo consumismo incentivado por propaganda e marketing das grandes empresas, resultam em problemas significativos como a falta de saneamento básico, poluição dos recursos hídricos e propagação de doenças contagiosas.

A exploração intensiva de minérios não renováveis como petróleo, silício, lítio e outros materiais raros, se intensifica com o crescimento populacional e demanda de consumo. Estes são necessários para a tecnologia moderna e enfrentam o desafio da escassez. Isso destaca a urgência de processos eficientes de reciclagem e reaproveitamento de matérias-primas para evitar o esgotamento dos recursos naturais.

Apesar da conscientização sobre a necessidade de separar lixo orgânico de recicláveis parecer um tema repetitivo, muitas residências, condomínios e grandes produtores ainda negligenciam ou desconhecem a importância da coleta seletiva. A responsabilização das empresas pela produção massiva de lixo é ineficaz. Elas recebem financiamento de grandes bancos, notadamente as indústrias petroquímicas, que contribuem para a poluição ambiental. Esses recursos financeiros deveriam ser redirecionados a empresas comprometidas com a eliminação e reutilização de plásticos. O contexto político também influencia, pois gestores e parlamentares frequentemente priorizam projetos que prometem retorno eleitoral, negligenciando iniciativas essenciais como a reciclagem. No Brasil, a reciclagem é marcada pela falta de padrões de trabalho e condições precárias, em que trabalhadores sem equipamentos adequados



enfrentam riscos como cortes, doenças e exposição a substâncias tóxicas, resultando em violações de dignidade e um aprisionamento social que apenas é mitigado com intervenções externas como ações governamentais ou assistência social.

A falta de justiça social é clara em sociedades que priorizam o bem-estar individual sobre o coletivo. Nesse contexto, a desigualdade no mercado formal de trabalho, agravada por baixa escolarização e falta de qualificação, leva muitos a condições extremas de sobrevivência. Essas pessoas são obrigadas a recolher materiais recicláveis de aterros para venda a preços baixos após esforço físico intenso. Elas lidam com condições de trabalho que violam a igualdade e comprometem sua dignidade, saúde e integridade corporal. As Defensorias Públicas têm a missão constitucional de promover os direitos humanos e resgatar a dignidade dessas pessoas, protegendo os hipossuficientes contra violações relacionadas à vida, honra, imagem e integridade física, aspectos frequentemente desrespeitados na atividade dos catadores de recicláveis, que se encontram em clara situação de vulnerabilidade.

O Estado parece não responder com políticas públicas concretas capazes de mudar o sistema da produção do lixo. Além da ausência de rígida fiscalização, por meio de seus órgãos e agentes, há omissão quando não se implementam medidas administrativas para coibir comportamentos abusivos, por exemplo, em relação aos grandes produtores de resíduos sólidos. As reinvindicações das associações de trabalhadores de materiais recicláveis, tais como instalações de usinas, ampliação de pontos de coleta e separação de materiais recicláveis, parecem que não são levadas a sério, uma vez que não há reação pelo Estado diante desse clamor.

A ausência de justiça social resulta em graves violações ao princípio da liberdade e da igualdade. A falta de uma justiça como equidade corrói a dignidade da pessoa, porque não estão presentes as noções morais indispensáveis para a convivência social. Não existem juízos ponderados entre os indivíduos, de solidariedade com o próximo, o que leva a um estado de desequilíbrio social, responsável pela classificação das pessoas de acordo com a raça, a renda, o grau de escolaridade e o gênero, a tal ponto de uma extremidade sequer ouvir o clamor da outra.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. **Uma fenda na justiça**: a defensoria pública e a construção de inovações democráticas. São Paulo: Hucitec, 2010.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Cooperativa de catadores**: a lei na prática. Disponível em:

http://www.cempre.org.br/download/pnrs_leinapratica.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

GAMA, Mara. **Só 20 empresas concentram insumo do plástico descartável que polui mundo**. UOL, 2021. Disponível em: https://meet.google.com/opa-txzo-biq?pli=1&authuser=2. Acesso em: 17 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

KANT. Immanuel. **Metafísica dos Costumes**. 3. Ed. São Paulo: Edipro, 2017.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In. MALERBA, Julianna. **Novo Marco Legal da Mineração**: Para quê? Para quem? 1. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2012, p. 23.

PASQUALETO, Olívia de Quintana Figueiredo. O trabalho achado no lixo: marginalidade e dignidade: reflexões sobre o trabalho dos catadores de material reciclável. **Revista Magister de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 19, p. 565-586, out./dez. 2016.

RAWLS. Jonh. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: editora? 1997.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 4. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Defensoria pública**: a conquista da cidadania. In: RÉ, Aluísio Iunes Monti Ruggeri (org.). Temas aprofundados da defensoria pública. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1.



HERMENÊUTICA CRÍTICA SOBRE O DIREITO DAS MULHERES: O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E DA DIGNIDADE NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLITICA

GT 6: FILOSOFIA E HERMENÊUTICA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Cassia Amanda Inocêncio Dias [1], Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão [2].

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar, Maringá/PR, Bolsista CAPES/PROSUP-UniCesumar. Pós-Graduada em Direito Processual Penal pelo Instituto Damásio de Direito e graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. e-mail: cassiainocenciodias@hotmail.com.

[2] Pós-doutorado pela Unisinos-RS, Universidade Vale dos Sinos (2004) em hermenêutica jurídica; Pós doutorado em direitos humanos e democracia pela Universidade de Coimbra-Portugal; Doutora em Direito das relações sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito civil pela Universidade Estadual de Maringá-Pr (2001). e graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1977). Professora na graduação em direito, e no Programa de Mestrado e doutorado em direito na Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Pesquisadora pelo ICETI- Instituto de pesquisa da UNICESUMAR. Advogada, e-mail: cleidefermentao@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho buscará explorar a interseção entre a hermenêutica crítica, a questão de gênero e o direito das mulheres à participação política, conectando esses temas ao reconhecimento e efetivação dos direitos da personalidade e da dignidade humana. Historicamente, o direito foi utilizado como uma ferramenta de exclusão, marginalizando sistematicamente as mulheres das esferas de decisão política e social. A trajetória dos direitos das mulheres, revela a ausência destas nos processos constitucionais e sociais, evidenciando que, apesar das tentativas de garantir a igualdade formal, essa conquista nunca alcançou concretude efetiva. Nesse contexto, destaca-se a importância de uma hermenêutica crítica, que propõe uma interpretação do direito que vai além da letra fria, buscando promover a justiça social. Avançando ainda, além de uma visão crítica a hermenêutica possibilitará melhor compreensão sobre uma releitura das normas a partir de uma perspectiva mais especifica que é a de gênero, essencial para garantir a dignidade e a plena participação das mulheres. Desta forma, a interpretação das leis deve promover a igualdade substantiva, ampliando os direitos e reconfigurando a participação feminina nos espaços de poder, e assim assegurando o reconhecimento de sua dignidade.

Palavras-chave: Dignidade humana; Direitos das mulheres; Direitos da personalidade; Hermenêutica crítica; Hermenêutica feminista.

1 INTRODUÇÃO

A exclusão política e social das mulheres ao longo da história, especialmente no Brasil, reflete uma estrutura de poder dominada por homens, onde as normas jurídicas atuaram como ferramentas de controle e marginalização. Essa dinâmica demonstra como o direito frequentemente

reflete e perpetua relações de poder, sendo utilizado para regular corpos e subjetividades e manter o controle sobre grupos oprimidos, como as mulheres. Nesse contexto, é importante trazer os estudos da hermenêutica crítica que propõe uma interpretação jurídica que não se limita à técnica, mas busca uma melhor compreensão sobre a necessidade de promover a justiça e a dignidade humana. Aliado a isso, e avançando mais a fundo nas questões sociais, levanta-se a hipótese de uma hermenêutica que por sua vez, oferece uma releitura das normas considerando a perspectiva de gênero, sendo essencial para enfrentar as estruturas de poder que perpetuam a hitórica subordinação feminina. A trajetória dos direitos das mulheres revela que, apesar das tentativas de garantir a igualdade, elas permaneceram invisíveis nos processos constitucionais e sociais, evidenciando que a igualdade formal não é suficiente para assegurar seus direitos.

A relevância deste estudo reside na necessidade de uma interpretação jurídica que contemple as desigualdades estruturais que ainda limitam os direitos das mulheres, mesmo após conquistas significativas, como o voto feminino e a igualdade formal garantida pela Constituição de 1988. O objetivo deste trabalho reside em explorar como as abordagens da hermenêutica crítica podem contribuir para a concretização dos direitos das mulheres, promovendo uma democracia pluralista, essenciais para a construção de uma justiça substantiva e inclusiva, na qual a participação das mulheres em espaços de decisão é fundamental para garantir que suas vozes e direitos da personalidade sejam efetivamente reconhecidos e respeitados com base nos princípios da dignidade humana. Para tanto, será utilizada uma abordagem qualitativa, pelo método dedutivo, embasada na técnica da pesquisa bibliográfica, relacionadas aos estudos de gênero, política, hermenêutica e direito constitucional.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A exclusão das mulheres das esferas públicas de poder político no Brasil, desde o período colonial até a atualidade, ilustra como as normas jurídicas foram historicamente moldadas por aqueles que detinham o poder. Foucault (1979) argumenta que o direito reflete as relações de poder, regulando corpos e subjetividades, especialmente os de grupos marginalizados como as mulheres. Bourdieu (2019) complementa ao afirmar que o poder simbólico da lei naturaliza essa exclusão, perpetuando a dominação masculina. No Brasil, essa marginalização é evidenciada pela privação histórica das mulheres de direitos políticos, como o voto e a plena representação, demonstrando que a legislação atuou como um instrumento de dominação e não de justiça.

Diante de todo esse contexto, deve-se destacar a importância de uma hermenêutica crítica, que segundo Streck (2017), se propõe a uma reinterpretação do direito que considera suas implicações sociais, promovendo a justiça e a dignidade humana. Nesse sentido, o direito deve ser visto não como um conjunto fixo de regras, mas como um sistema dinâmico voltado à proteção dos valores humanos.

De forma complementar a essa abordagem deve-se vislumbrar uma ampliação com hermenêutica crítica que vai além, buscando a verdadeira intensão do legislador, assim como uma melhor compreensão sobre os direitos das mulheres, sob a perspectiva de gênero. Essa abordagem é fundamental, pois, como sugere Fraser (2001), é crucial para garantir a inclusão das mulheres nos espaços de poder, assegurando legitimidade democrática e justiça substantiva. A exclusão política das mulheres não se limita à distribuição desigual de recursos, mas envolve também o reconhecimento simbólico, refletindo seu tratamento histórico como cidadãs de segunda classe. Assim, a luta das mulheres por direitos políticos é, simultaneamente, uma luta por justiça distributiva e simbólica, já que sua exclusão foi legitimada por uma legislação que refletia os interesses de uma classe dominante masculina. Nesse sentido, a hermenêutica deve ser vista como uma ferramenta de análise crítica que revela como a legislação e a prática jurídica podem perpetuar desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que nos capacita a imaginar e criar novos modos de justiça.

Ingo Sarlet (2008), reforça que a dignidade humana é um valor inalienável que o Estado deve proteger. No entanto, quando a lei se desvia de sua função de promover a justiça, como se pode verificar historicamente em relação às mulheres, essa dignidade é violada. Sarlet defende que a dignidade humana deve ser o eixo central de qualquer sistema jurídico, orientando tanto a criação quanto a aplicação das leis. Nesse contexto, a hermenêutica feminista teria como propósito corrigir a exclusão histórica das mulheres, propondo novas interpretações que garantam a igualdade substantiva e ampliem os direitos e a participação feminina.

Kelsen (1998) acrescenta sobre a ideia de justiça, que a felicidade é assegurada por uma ordem social, que ocorre no sentido coletivo, por meio da satisfação de necessidades reconhecidas. Isso reforça que a promoção da dignidade humana e a correção das desigualdades de gênero são essenciais para construir uma ordem jurídica que, mesmo sem garantir felicidade absoluta, minimiza os conflitos e promove o bem-estar, especialmente dos historicamente marginalizados como as mulheres.

A justiça, deve ser entendida como um princípio essencial para a realização da felicidade pessoal e coletiva. Embora distintos, direito e justiça devem caminhar juntos, com o direito perseguindo a justiça para proteger a dignidade e os direitos individuais. Nesse sentido, a hermenêutica jurídica tem o papel fundamental de iluminar as normas, expondo injustiças e prevenindo retrocessos (Fermentão, Pavesi Lara,

Souza, 2020), Assim, a hermenêutica jurídica possibilita buscar a essência do direito com o fim de corrigir desigualdades históricas, o que possibilitará garantir que as vozes e direitos das mulheres sejam efetivamente respeitados, e promovendo-se um sistema mais inclusivo e justo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da exclusão histórica das mulheres das esferas de poder e da perpetuação de desigualdades por meio das normas jurídicas, torna-se fundamental uma reinterpretação crítica do direito. A hermenêutica crítica, possibilita uma análise profunda sobre o direito, revelando-se essencial para promover uma justiça substantiva que vá além da igualdade formal, corrigindo as desigualdades estruturais que continuam a limitar os direitos das mulheres. A participação feminina nos espaços políticos é vital para assegurar a legitimidade democrática, bem como garantir que as mulheres tenham sua dignidade respeitada e seus direitos plenamente reconhecidos. Assim, a reinterpretação do direito, tendo-o como um instrumento de justiça, sob uma perspectiva inclusiva e de gênero, é necessária para a construção de uma ordem jurídica mais justa, capaz de corrigir as injustiças do passado e promover o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; PAVESI LARA, Fernanda Corrêa; SOUZA, Bruna Caroline Lima de. **O direito e a justiça na contemporaneidade sob o olhar da hermenêutica jurídica**. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 16, n. 3, p. 1-22, dez. 2020. ISSN 2238-0604.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era "pós-socialista".** In: LOVELL, Terry. (Org.). Nancy Fraser: justiça social e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 193-243.

KELSEN, Hans. **O problema da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito.** 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.



ACESSO À JUSTIÇA E INCLUSÃO DIGITAL: ANÁLISE DO ACESSO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS E MINORIAS SOCIAIS AO PODER JUDICIÁRIO

GT 7: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luana Dias Roque[1], Mayume Caires Moreira[2].

[1] Acadêmica do Curso Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UniCesumar. Participante do Programa Voluntário de Iniciação Científica. luanadiasr37@gmail.com;
[2] Orientadora. Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – UniCesumar. Professora do curso de direito UniCesumar. E-mail: mayume.moreira@unicesumar.edu.br.

RESUMO

O presente artigo destacará, através da ótica do acesso aos direitos fundamentais, a respeito da inclusão digital aos grupos vulneráveis e minorias referente aos procedimentos que envolvem a tecnologia, através dos meios eletrônicos, realizados via Poder Judiciário. O conceito dos grupos mencionados, as plataformas digitais utilizadas pelo Judiciário e a inter-relação destes temas com a justiça, democracia e direitos humanos, serão também, abordados ao decorrer deste projeto. O objetivo geral programático é o de buscar analisar o direito a utilização dos meios eletrônicos, além do uso da internet, como uma garantia fundamental aos grupos vulneráveis e minorias, neste viés, também busca transmitir o conhecimento das novas tecnologias, junto do acesso destas. A metodologia utilizada para a produção desta obra é a de revisão bibliográfica, de porte qualitativo. Nesse sentido, a justificativa da temática se funda na indagação no viés das evoluções da sociedade tecnológica e a indigência da contribuição das políticas públicas inclusivas, haja vista a nova vertente da vulnerabilidade digital, reforçando-se a perspectiva de um olhar mais assíduo aos cidadãos que carecem de meios eletrônicos durante a realização de um procedimento legal, cuja necessidade se faz presente na sociedade atual. Conclui-se que o reconhecimento e reflexão sobre a existência de limitações na garantia da igualdade e justiça são imprescindíveis, bem como sobre a possibilidade de soluções aos problemas tecnológicos que atingem a população em vulnerabilidade, em específico os grupos vulneráreis e minorias, ou seja, àqueles que sofrem da atual problemática da exclusão digital.

Palavras-chave: Democracia; Direitos; Igualdade.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI se apresenta tendo como uma de suas grandes características o amadurecimento e continuidade das transformações tecnológicas advindas do século XX. A partir desse cenário de alto acesso à informação, da hiper conectividade entre pessoas e máquinas, foi-se analisado necessário a discussão de como o Direito se adapta a noviça circunstância digital.

Adentrando ao partícipe Poder Judiciário, ampliado pelas inovações tecnológicas, o processo judicial se torna digital e eletrônico, prometendo tornar o processo mais célere, e ainda, contribuindo para satisfação de

outras proteções constitucionais, pois elimina toneladas de insumos, como o papel. Apesar de tais premissas terem suas vantagens correspondentes a virtualização dos procedimentos judiciais, se torna imprescindível discutir sobre como tal fenômeno se adéqua a exigências constitucionais de matriz processual, dos princípios constitucionais, como o acesso à justiça.

Embora em um Estado Democrático de Direito, como é o brasileiro, se proclame direitos, é necessário que também proclame sua garantia, sua confirmação perante sociedade. O acesso à justiça, princípio de suma importância a matéria em vigor, ao mesmo tempo que este é um direito fundamental, é também de uma garantia constitucional para a concretização de outros direitos previstos na Carta de 1988, caso este seja lesado, lesa-se também, os direitos da pessoa humana.

Diante deste cenário questiona-se: como se deu a efetivação do acesso à justiça aos grupos vulneráveis e minorias que muitas das vezes, não compreendem ao usufruto total dos procedimentos realizados pelo Poder Judiciário? Com base nessa premissa, o presente artigo tem como objetivo geral da pesquisa buscar analisar o direito a utilização, aplicabilidade e reflexos do acesso aos meios eletrônicos, como uma garantia fundamental do acesso à justiça e inclusão digital, aos grupos vulneráveis e minorias.

Em seus objetivos específicos, o presente trabalho abordará e explicitará se uso dos direitos da personalidade está endossando ou não os grupos mencionados, pois, não basta apenas garanti-los na teoria, estes, tem de ser efetivamente colocados em prática. Também, busca-se averiguar se o processo judicial, em ambiente digital, é um instrumento jurídico ideal aos grupos vulneráveis e minoritários.

2 RESULTADOS ESPERADOS

É indubitável dizer que a inclusão digital se tornou uma indigência humana, que presume o sentimento de pertencimento perante a sociedade. Contudo, há de se pensar essa inclusão para além do simples acesso a uma tecnologia da informação e comunicação, abrangendo os conceitos aos povos que destas, não tem possibilidade de uso, abrindo caminho a exclusão digital, estando atrelados a dimensões econômicas, culturais, históricas, sociais e até de gênero.

Evidentemente, as políticas públicas carecem ao prestar objetivos e metas traçadas para esse setor, com um viés pouco distributivo, utiliza, um discurso vazio que não enfrenta os problemas práticos estruturais, fazendo com que exista uma impossibilidade aos grupos vulneráveis e minorias ter acesso aos procedimentos que ocorrem via Poder Judiciário, ocorrendo uma inequívoca reflexão sobre a vulnerabilidade digital que atinge os mais diversos grupos no âmbito da sociedade brasileira, ficando à margem do possível não exercício de direitos fundamentais e da própria cidadania.

Logo, o presente trabalho pretende contribuir para uma análise sobre os grupos vulneráveis e minorias ao advento do Poder Judiciário, no quesito de como esta pode se adaptar às características surgidas com as transformações tecnológicas, pois falar em processo judicial envolve direitos personalíssimos e direitos fundamentais, como o igualdade, da inafastabilidade do controle jurisdicional, e o da ampla defesa e contraditório, por exemplo, ademais, tal procedimento envolve princípios, valores sociais e promessas da ciência processual, como é o caso do conceito de acesso à justiça uma vez que pretende atingir uma democracia plena dos cidadãos.

Neste mesmo viés, a metodologia que fora adotada é a dedutiva, de procedimento histórico e comparativo, utilizando-se de explanação jurídico interpretativa, exegética, sistemática e crítica, cuja técnica do estudo fundamentar-se-á na pesquisa bibliográfica de porte nacional e internacional, com intuito do esclarecimento das matérias abrangentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CAVALCANTE, Gracille; AMORIM, Fernando. A inclusão digital como direito humano e fundamental e o acesso à justiça. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 23, n. 46, p. 113-128, 29 out. 2023. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/925. Acesso em: 02 out. 2024.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACINTO, Mariana, Giaqueto; SARAIVA, José, Sérgio. O acesso à justiça por grupos vulneráveis em meio à expansão do atendimento via tecnologia. **Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de direito de franca**, v.7, n. 1, p. 691-705, dez/2022. Disponível em: https://revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1369. Acesso em: 04 out. 2024.

PIMENTEL, Alexandre, Freire; MEDEIROS, Pablo. Diagnóstico empírico sobre a inclusão digital dos vulneráveis cibernéticos no sistema de processo eletrônico (pje). **Revista brasileira de direito processual – rbdpro**, v. 25, n. 100, p 13-32, outubro/dezembro 2017, p 13-32. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/117662?mode=full. Acesso em: 03 out. 2024.

SALDANHA, Alexandre, Henrique, Tavares; MEDEIROS, Pablo, Diego, Veras. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E INCLUSÃO DIGITAL PARA ACESSO À JUSTIÇA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Revista eletrônica [do] tribunal regional do trabalho da 9ª região**, v. 9, n. 90, p. 32-47, jul/2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/180070?locale-attribute=es. Acesso em: 05 out. 2024.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e Grupos vulneráveis:** uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SIQUEIRA, Dirceu, Pereira; CASTRO, Lorenna, Roberta, Barbosa. Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social. **Revista direitos sociais e políticas públicas (unifafibe)**, v. 5, n.1, p. 105-122, jul/2017. Disponível em: https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/219. Acesso em: 05 out. 2024.

TOMIZAWA, Guilherme. *LA EFICACIA DE MATERIAL DEL "ACCESO A INTERNET" COMO DERECHO FUNDAMENTAL EN EL DERECHO PATRIO: LA INCLUSIÓN DIGITAL Y POLÍTICA PÚBLICA EN BRASIL*. **Revista termas socio jurídicos**, v. 33, n. 66, p. 187-213, janeiro/junho 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/54425009/A_efic%C3%A1cia_material_do_acesso_%C3%A0_internet_como_um_direito_fundamental_no_ordenamento_p%C3%A1trio_inclus%C3%A3o_digital_e_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_no_Brasil?uc-sb-sw=63911729. Acesso em: 03 out. 2024.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à ordem jurídica justa:** conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO EFETIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS NORMATIVAS JURÍDICAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DE PESSOAS COM AUTISMO

GT7: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Gustavo Henrique Silva Pinto[1], Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[2].

[1] Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar, Maringá/PR, Bolsista CAPES/UniCesumar, e-mail: gustavo.med15@gmail.com
[2] Pós-doutorado pela Unisinos-RS, Universidade Vale dos Sinos (2004). Doutora em Direito das relações sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito civil pela Universidade Estadual de Maringá-Pr (2001). e graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1977).

RESUMO

Este estudo se propõe a investigar criticamente como as normativas jurídicas brasileiras têm abordado a inclusão educacional de pessoas com autismo, revelando as insuficiências das políticas públicas vigentes. O trabalho utiliza a Teoria Crítica do Direito, articulada com as categorias temporais de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" de Reinhart Koselleck, para evidenciar como a legislação existente, embora orientada por princípios de igualdade e inclusão, perpetua práticas de exclusão estrutural. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e análise documental, complementadas por entrevistas com especialistas em direito e educação inclusiva. O estudo conclui que a inclusão verdadeira de indivíduos com autismo requer uma reformulação das normativas jurídicas, alinhando-as com práticas que respeitem a complexidade do espectro autista.

Palavras-chave: inclusão educacional; direitos da personalidade; espectro autista; Teoria Crítica do Direito; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional emerge como um dos temas centrais nas discussões contemporâneas sobre direitos da personalidade e justiça social, especialmente no contexto das pessoas com autismo. Embora normativas como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial tenham avançado no reconhecimento de direitos, sua implementação tem revelado insuficiências significativas. Estas normativas, ao ignorarem a diversidade inerente ao espectro autista, acabam reforçando desigualdades estruturais. Assim, a presente pesquisa articula-se em torno da Teoria Crítica do Direito e das categorias de temporalidade de *Koselleck*, buscando desvelar como o direito pode atuar tanto como ferramenta de controle social quanto de emancipação e transformação.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Metodologia e Ferramentas Teóricas

A pesquisa adota um enfoque qualitativo, ancorado na **análise documental** da área de direito e educação especial. A Teoria Crítica do Direito, inspirada em autores como **Duncan Kennedy** e **Roberto Mangabeira Unger**, oferece uma lente analítica para compreender como o sistema normativo vigente perpetua desigualdades. Por sua vez, a **Semântica dos Tempos Históricos** de Koselleck permite compreender a tensão entre o passado, o presente e as expectativas futuras, evidenciando como o sistema jurídico muitas vezes opera preso a categorias ultrapassadas.

Lacunas nas Políticas Inclusivas

A análise revelou que, embora a LBI proponha um arcabouço legal inclusivo, a implementação prática dessas normativas frequentemente ignora as necessidades específicas dos indivíduos autistas. As políticas educacionais acabam se limitando a adaptações superficiais, como a inserção de profissionais de apoio, sem alterar as estruturas pedagógicas ou normativas que mantêm o status quo. Esse cenário resulta em uma **"inclusão aparente"**, que esconde a persistência de práticas excludentes.

Impactos Sociais e Educacionais

Verificou-se que a ausência de uma abordagem educacional adequada não apenas compromete o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos com autismo, mas também viola seus **direitos da personalidade**. A imposição de modelos pedagógicos homogêneos margina aqueles que não se encaixam nos padrões normativos, exacerbando desigualdades sociais e educacionais. A aplicação prática da Teoria Crítica do Direito revela que o direito educacional, ao invés de garantir inclusão, muitas vezes se torna uma ferramenta de **controle social e normalização**.

Análise Crítica e Perspectivas Futuras

Este estudo avança na compreensão das normativas jurídicas e educacionais por meio de uma crítica fundamentada e interdisciplinar, fornecendo subsídios teóricos e práticos para reformulações que promovam uma inclusão genuína. Propõe-se que as políticas educacionais futuras incorporem uma **escuta ativa** das demandas das pessoas autistas, garantindo que sua **dignidade e autonomia** sejam respeitadas. A pesquisa aponta, ainda, para a necessidade de um **diálogo constante** entre

formuladores de políticas públicas, educadores e as próprias comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.

KENNEDY, Duncan. **Legal Education and the Reproduction of Hierarchy**. New York: New York University Press, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

UNGER, Roberto Mangabeira. **The Critical Legal Studies Movement.** Cambridge: Harvard University Press, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.



DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

GT VII: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Joaquim Pedro de Oliveira Volante[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2].

[1] Doutorando em Ciências Jurídicas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR), Maringá (PR), Brasil. Advogado.

[2] Orientador, Doutor em Direito das Relações Sociais - Direito Processual Civil - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente permanente do Programa de Pós- Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR). Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), Maringá (PR), Brasil. Advogado.

RESUMO

O processo civil é a porta de acesso à justiça no Brasil, um meio para assegurar que o cidadão encontre respostas e amparo diante das injustiças. As tutelas de urgência e de evidência, projetadas para oferecer uma resposta imediata e eficaz, enfrentam obstáculos, como a lentidão processual e as dificuldades na execução das decisões, especialmente em um mundo digital onde as violações se propagam com velocidade e amplitude incomuns. Este trabalho é estruturado em três partes: a primeira examina os instrumentos processuais disponíveis; a segunda discute a celeridade processual e seu impacto, comparando o sistema brasileiro a outros modelos jurídicos; e a terceira reflete criticamente sobre as limitações dos mecanismos atuais, propondo ajustes legislativos e inovações que possam melhorar a proteção dos direitos da personalidade. A pesquisa adota uma abordagem teórica, utilizando o método hipotético-dedutivo para testar a hipótese sobre a efetividade das tutelas processuais.

Palavras-chave: Tutela de Urgência; Celeridade Processual; Direitos da Personalidade; Efetividade.

1 INTRODUÇÃO

Ao incorporar a tutela de urgência e a tutela de evidência, o processo civil estabelece mecanismos projetados para conferir uma resposta judicial rápida e eficaz a diversos direitos, com especial cabimento em se tratando dos direitos da personalidade, que se relacionam profundamente com a preservação da dignidade e a proteção da integridade individual. Embora essas tutelas representem avanços no contexto processual brasileiro, sua efetividade é frequentemente limitada por obstáculos, como a lentidão estrutural do sistema judiciário e as complexidades inerentes aos procedimentos executórios.

Assim, a pesquisa foi realizada com base em uma abordagem teórica, utilizando o método hipotético-dedutivo, que permite a formulação e teste de hipóteses sobre a eficácia dos mecanismos processuais. A

hipótese central levantada é a de que, apesar das inovações do CPC/2015, a efetividade dos instrumentos processuais é comprometida pela lentidão do sistema judiciário e pela complexidade na execução das decisões, especialmente em casos envolvendo o ambiente digital.

O objetivo é não apenas identificar as limitações dos instrumentos processuais atuais, mas também propor soluções que garantam uma proteção mais robusta e eficaz dos direitos da personalidade no contexto jurídico brasileiro.

O trabalho está organizado em três partes, a primeira parte examina os instrumentos processuais disponíveis para a proteção dos direitos da personalidade, enfatizando o papel da tutela de urgência e da tutela específica.

A segunda parte discute a celeridade processual e seu impacto na efetividade da proteção dos direitos da personalidade, realizando uma comparação com outros sistemas jurídicos que adotam mecanismos mais ágeis.

Por fim, a terceira parte oferece uma reflexão crítica sobre as limitações dos instrumentos processuais vigentes, sugerindo ajustes legislativos e inovações que possam melhorar a eficácia da proteção dos direitos da personalidade no Brasil.

Portanto, é fundamental que o legislador brasileiro promova reformas que garantam uma proteção mais eficaz e célere dos direitos da personalidade, assegurando a dignidade e integridade do ser humano em um contexto desafiador.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os instrumentos processuais previstos no Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), em especial a tutela de urgência e a tutela de evidência, desempenham um papel central na proteção de diversos direitos no Brasil, incluindo, mas não se limitando aos direitos da personalidade. Esses direitos, conforme o artigo 5º da Constituição Federal, buscam assegurar a integridade moral, psíquica e física da pessoa, resguardando bens fundamentais como a honra, a privacidade e a imagem.

A tutela de urgência, prevista nos artigos 294 a 311 do CPC, é uma das principais ferramentas para oferecer proteção imediata, aplicando-se a uma ampla gama de direitos que necessitam de resposta célere e efetiva. (Josefiak, 2019).

Pode ser concedida de forma antecipada ou cautelar, seja de modo antecedente ou incidental, com o objetivo de garantir o resultado útil do processo e proteger o direito em questão enquanto se aguarda a decisão definitiva.

Com efeito, os requisitos da tutela de urgência, em sua configuração atual, exigem a presença de dois elementos essenciais: o *fumus boni iuris* (probabilidade do direito) e o periculum in mora (perigo de dano ou risco à efetividade do processo).

No contexto dos direitos da personalidade, esses requisitos frequentemente estão presentes, uma vez que, ao se tratar de direitos ligados à dignidade humana, a urgência é quase sempre inerente à matéria. (De Moraes, 2007). O tempo é um fator decisivo, pois a demora judicial pode significar a perpetuação do dano, especialmente em casos relacionados à internet, onde a propagação de informações ocorre em velocidade extremamente alta (Silva, 2018).

Contudo, a aplicação prática da tutela de urgência enfrenta desafios. A análise crítica aponta para a morosidade do sistema judiciário brasileiro, que muitas vezes impede a concessão célere dessas medidas, comprometendo a proteção dos direitos da personalidade. (Soares, 2024).

Por outro lado, a eficácia da tutela de urgência é frequentemente baixa pela dificuldade de execução, especialmente no ambiente digital. Em casos de violação de direitos da personalidade na internet, a remoção de conteúdo ofensivo ou indevido é complexa, dependendo de aspectos técnicos e da cooperação de plataformas digitais (Toffoli, 2024).

Essa limitação prática aponta para a necessidade de um aprimoramento legislativo, que aborde com maior clareza e rigor a responsabilização das plataformas digitais pela remoção imediata de conteúdos que violem direitos da personalidade.

2.2 A CELERIDADE PROCESSUAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Os instrumentos processuais disponíveis para a proteção dos direitos da personalidade, como a tutela de urgência e a tutela específica, têm mostrado ser insuficientes para atender à complexidade das violações que ocorrem na sociedade contemporânea.

A tutela de urgência, embora prevista como uma solução rápida, muitas vezes esbarra na burocracia judicial e na interpretação subjetiva dos magistrados, resultando em decisões tardias que não conseguem mitigar os danos já causados (Moura, 2024).

A reflexão crítica sobre a suficiência dos instrumentos processuais vigentes aponta para a necessidade de ajustes legislativos que garantam uma resposta mais rápida e eficaz do judiciário na proteção dos direitos da personalidade. Um primeiro passo seria a revisão dos requisitos para a concessão da tutela de urgência (Soares, 2024).

A legislação atual exige a demonstração do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, mas esses requisitos podem ser interpretados de

forma restritiva, dificultando o acesso rápido à tutela. Uma alteração na redação da lei poderia permitir uma interpretação mais flexível, favorecendo a proteção de direitos que requerem celeridade (Teixeira, 2021).

Ademais, a implementação de mecanismos que assegurem o cumprimento imediato das decisões judiciais é crucial. Isso pode incluir a aplicação de astreintes (multa diária) para garantir que os réus cumpram as ordens judiciais relacionadas à proteção dos direitos da personalidade, com um foco em medidas que respeitem a urgência e a gravidade das violações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho confirmou a hipótese de que os instrumentos processuais previstos no Código de Processo Civil de 2015, especialmente a tutela de urgência e a tutela de evidência, revelam-se insuficientes para assegurar uma proteção eficaz aos direitos da personalidade. A análise destacou que a lentidão estrutural do sistema judiciário e os desafios na execução das decisões comprometem a efetividade dessas tutelas, especialmente em um ambiente digital, onde as violações ocorrem de forma acelerada e, muitas vezes, com consequências irreversíveis.

Conclui-se, portanto, que ajustes legislativos e inovações processuais são imprescindíveis para que o judiciário ofereça respostas mais céleres e efetivas, atendendo à urgência que caracteriza a proteção dos direitos da personalidade. Para aprofundar essa discussão, seria necessária uma análise ainda mais específica, abordando detalhadamente as propostas de reforma e as possíveis soluções para aprimorar a tutela desses direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maira de Souza. **Métodos de Solução Extrajudicial de Conflitos Individuais Trabalhistas: Uma análise comparativa entre os Ordenamentos Jurídicos do Brasil e da Espanha.** São Paulo: LTr Editora, 2024.

DE MORAES, Maria Celina Bodin. Ampliando os direitos da personalidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5., 2007. Disponível em https://vlex.com.br/vid/ampliando-direitos-da-personalidade-907436205 . Acesso em: 20 de outubro de 2024.

JOSEFIAKI, Martina dos Santos. **Elementos da tutela inibitória.** 2019. Disponível em https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11083 . Acesso em: 20 de outubro de 2024.

MOURA, Gustavo Rodrigues. **Tutela de urgência no processo civil e a análise crítica das medidas cautelares e antecipatórias.** 2024. Disponível em https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7598 . Acesso em: 20 de outubro de 2024.

SILVA, Jean Carlo Bispo. **Os poderes do juiz nas ações de tutela coletiva.** 2018. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-17092020-161447/fr.php . Acesso em: 20 de outubro de 2024.

SOARES, Marcelo Negri; et al. Morosidade processual como violação aos direitos da personalidade da pessoa idosa: uma preocupação ao direito à vida e ao envelhecimento. **Diálogos Possíveis**, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/1708 . Acesso em: 10 de outubro de 2024.

TEIXEIRA, R. V. G.; LOPES, M. D. O *periculum in mora reverso como garantia dos direitos da personalidade.* **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), Bebedouro, v. 9, n. 1, p. 611–646, 2021. Disponível em: https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/1015 . Acesso em: 10 de outubro de 2024.

TOFFOLI, Vitor. **Desafios para tutela do direito autoral na era digital, relações com o direito à educação e o acesso à justiça, como meio de efetivação desses direitos da personalidade: conflitos e possíveis soluções conciliatórias.** 2013. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Desafios_Para_Tutela_Do_Direito_Autoral.html?id=t05KbyWsKYoC&redir_esc=y . Acesso em: 10 de outubro de 2024.



O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NOS CONFLITOS FAMILIARES E A MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO

GT7: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luana Dias Roque[1], Andréa Lago de Moraes Pereira Lago[2]

[1] Acadêmica do Curso Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UniCesumar. Participante do Programa Voluntário de Iniciação Científica. luanadiasr37@gmail.com;

[2] Orientadora, Pós-Doutora, Docente do programa de Mestrado e Doutorado em Direito, Universidade Cesumar – Unicesumar. andrea.lago@unicesumar.edu.br.

RESUMO

Na contemporaneidade os relacionamentos humanos têm se mostrado cada vez mais fluidos, vulneráveis, perfunctórios, rasos ou como Zygmunt Bauman[1] compreende "líquidos", levando a degradação dos laços afetivos entre os membros familiares e o aumento da conflituosidade no lar. Por consequência, cresce cada vez mais o número de processos familiares, tal qual o divórcio, deveras frequente na sociedade brasileira. Nesse contexto, o poder judiciário brasileiro já sobrecarregado pela alta demanda de procedimentos variados, também viu o aumento de pedidos de divórcios nos seus tribunais e novos interesses e necessidades das partes conflitantes nestas demandas, a tomar por exemplo, às questões jurídicas da família multiespécie. Mas, ante a ausência de regulamentação legal acerca da relação dos humanos "pais de pets" e seus respectivos animais vem sendo tratada pelos tribunais a partir de princípios gerais do direito, tais como as analogias e costumes. Em vista destes fatores, o presente artigo tem por objetivo averiguar se o método tradicional de justiça é o meio mais adequado e eficaz para resolver os conflitos familiares, inclusive, quando se tem presente a família multiespécie perante a modalidade da mediação familiar transformativa. Para tanto, a metodologia adotada será a dedutiva, fundamentada na revisão bibliográfica nacional e internacional. Ademais, o que se pretende examinar é acerca da contribuição da mediação transformativa para a resolução dos conflitos de natureza familiar, a saber, os divórcios em que se encontram presentes às famílias multiespécies.

Palavras-chave: Famílias; Mecanismos Alternativos de Solução de Conflitos (MASCS); Litígios

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea ao longo das últimas décadas tem passado por grandes transformações. As novas tecnologias, a globalização e a urbanização são fatores exponenciais destas transformações. Observa-se ainda, que no século XX, mais precisamente, estas mudanças culminaram em novas modalidades de comércio, de trabalho, de estudo,

[1] BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

assim como, dos indivíduos se relacionar. Neste último contexto, observa-se que os relacionamentos humanos têm se mostrado cada vez mais fluidos, vulneráveis, perfunctórios, rasos ou como Zygmunt Bauman[2] compreende "líquidos". E a liquidez desses relacionamentos, por sua vez, tem levado a degradação dos laços afetivos entre os membros familiares e o aumento da conflituosidade no lar.

Mas o conflito é algo inerente ao ser humano, pois a partir do momento em que os indivíduos passam a viver em sociedade e apresentar diferenças entre si, os conflitos também se tornam inevitáveis. Portanto, aprender a lidar com os conflitos é fundamental para os relacionamentos interpessoais e da própria sociedade.

Ademais, adentrando mais especificamente na seara dos conflitos de natureza familiar observa-se que são inúmeros os fatores que levam a esses conflitos, como os novos modelos de família, a nova forma de composição pessoal familiar, os novos direitos e deveres provenientes da coabitação, além de questões econômicas, diferenças de valores e estilos de vida. Mas independentemente dos fatores endógenos ou exógenos dos conflitos familiares, é fato que os conflitos de natureza familiar têm assolado os tribunais brasileiros. De acordo com os dados do Registro Civil do ano de 2022 (Croquer, 2022), foram registrados 970 mil casamentos e 420 mil divórcios, ou seja, um divórcio para cada 2,3 casamentos naquele ano. Portanto, observa-se que o poder judiciário brasileiro já sobrecarregado pela alta demanda de ações, também viu o aumento de pedidos de divórcios nos seus tribunais e novos interesses e necessidades das partes conflitantes nestas demandas, a tomar por exemplo, às questões jurídicas da família multiespécie.

Ainda no contexto de novos modelos da família, observa-se o surgimento de famílias que não são constituídas somente por maridos e esposas ou pais, mães e filhos, mas aquelas que possuem laços afetivos com os animais de estimação, inclusive, que ocupam a mesma importância dos demais membros familiares, e cujos de amor e afeto necessitam ser resguardados e continuados, mesmo após a dissolução do matrimônio.

No continuado estudo, o que se pretende examinar é acerca da contribuição da mediação familiar para a resolução dos conflitos de natureza familiar, a saber, os divórcios em que se encontram presentes não somente às pessoas humanas, mas também às famílias multiespécies, levando-se em consideração os princípios basilares da mediação de conflito, quais sejam: voluntariedade, confidencialidade, imparcialidade, neutralidade, celeridade, flexibilidade, dentre outros. Caminhando aos resultados que são esperados desta pesquisa, pontua-se que a inserção da devida regulamentação da mediação em caso de solução de conflitos

[2] BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.



multiespécie, até porque, retornando aos pensamentos de Bauman em entrevista realizada pela ISTOÉ (Prado, 2010), “De qualquer forma, não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.”.

Portanto, a reação dos operadores do direito, neste momento, são a de buscar viabilizar um olhar interdisciplinar nas resoluções dos conflitos, sobretudo nos casos das famílias multiespécie. Nesse sentido, percebe-se a importância de os mediadores conhecerem em profundidade não só a família, mas o sistema familiar e os subsistemas que estão inseridos. Como última conclusão, percebe-se que o caminho dos profissionais mediadores, como pacificadores sociais, são caminhos novos a serem desbravados.

Em conclusão, o objetivo geral da presente pesquisa é procurar saber se a mediação familiar pode ser considerada como um instrumento mais hábil, eficaz, adequado, menos oneroso e mais célere na resolução de conflitos de natureza familiar, inclusive quando presentes a família multiespécie. Para isso, passaremos aos objetivos específicos, quais sejam: a) analisar o novo modelo de família na contemporaneidade, seu conceito, elementos e características; b) analisar o modelo tradicional de resolução de contendas, qual seja, a jurisdição estatal, para averiguar sua eficácia perante os conflitos de natureza familiar; c) analisar a mediação familiar, seus conceito, elementos, características, princípios, para averiguar se trata-se de um modelo mais adequado para a solução dos conflitos familiares, em especial, quando se trata de família multiespécie.

Para tanto, a metodologia adotada será a dedutiva, de procedimento histórico e comparativo, utilizando-se de explanação jurídico interpretativa, exegética, sistemática e crítica, cuja técnica do estudo fundamentar-se-á na revisão bibliográfica de artigos, teses e doutrina nacional e estrangeira.

2 REFLEXÕES ACERCA DAS FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES

É de conhecimento público que na maioria dos conflitos no seio familiar, tal qual o divórcio, os envolvidos optam pela forma tradicional de solução de controvérsias, qual seja, por meio da Jurisdição Estatal. Todavia, o Poder Judiciário nacional se encontra sobrecarregado pela alta demanda de procedimentos e pela subjetividade dos conflitos, especialmente os de natureza familiar, sem contar as novas modalidades de família, como as famílias multiespécies.

Sabe-se que o conceito de família era baseado na tradicional presença de uma mulher, um homem e filhos. Logo, a formação familiar se constituía no agrupamento de pessoas as quais possuíam vínculo sanguíneo, grau de parentesco ou coabitação ligadas pelo matrimônio.

Mas nas últimas décadas o conceito de família vem mudando e evoluindo constantemente, admitindo outros modelos familiares, dando espaço a relações com o afeto como elemento principal (Stacciarini, 2019).



Nessa perspectiva, na valoração de outros elementos, tal qual o vínculo mais profundo com os animais e sua companhia, transformaram tal meio.

Segundo Moreira (2021), os homens se consideravam superiores aos animais e tinham a convicção de que estes serviam apenas aos seus propósitos de forma a atender suas necessidades, e estas apenas. A vida era pautada nas atividades do campo – braçais -, por essa questão, os animais eram usados como equipamentos de trabalho, parte da alimentação e atuavam na defesa de seus donos e respectivas propriedades. Mas com as mudanças de comportamento da vida humana e a migração para os centros urbanos, os animais começaram a ser vistos com um olhar mais afetuoso, progredindo sua imagem anterior a defesa, alimentação e proteção, a posterior, de pertencimento do ambiente familiar como “seres” capazes de estabelecer relação de companhia, afeto e, por isso, começaram a ser considerados como membros familiares. Assim, de acordo com André Peres Takuda e Caio Silva (2018, p. 207):

> [...] ao invés de pensarmos em famílias com contornos limitados e fechados em si, entendemos que ao considerar a ideia de cruzamentos de múltiplos componentes de subjetivação que se ligam, desligam e religam, influenciando a construção da subjetividade dos sujeitos, não haverá um modelo único de família.

Logo, perceptível a dinamicidade do núcleo familiar e a crescente importância dos *pets* nesses núcleos, enquanto membros com grande relevância no núcleo de convivência. Nos dizeres de Faraco e Serra:

> No núcleo familiar multiespécie, o animal é considerado como um membro a mais, funciona como suporte social com quem se compartilha atividades, se pode conversar e brincar, para quem são comprados presentes, que deve ter controlada sua saúde e se compartilha ambientes íntimos como o dormitório. Mas, acima de tudo ocorre o intercâmbio de afeto. (Faraco;Serra, 2018, p. 252).

Portanto é indubitável dizer que há um amplo consenso de que os animais são considerados facilitadores entre o meio social, são fonte de afeto e recíproca distração. Porém, como estes atuam perante cada faixa etária? No caráter da criança, o animal o auxilia na criação de responsabilidade, no desenvolvimento de qualidades como a empatia, valorização do ser vivo ou sensibilidade ecológica, além é claro, das brincadeiras presentes nesse vínculo. Já para os adolescentes, o animal se

torna um “amigo”, passando a ser seu confidente em todos os sentidos, significando o sentimento de aceitação ao jovem, pois neste momento, muito se é questionado a respeito de sua identidade. (FARACO; SERRA, 2018). Após o período inicial da vida, os animais perpetuam a sua contribuição no desenvolvimento de particularidades imprescindíveis aos seres humanos, como pode-se notar:

> Tanto os adultos jovens como os com maior idade se sentem igualmente beneficiados pela relação com animais. Para os idosos a uma tendência em destacar o papel dos animais ligados com sua ajuda no que diz respeito a sua saúde global e a realização de atividade física, enquanto que, para os mais jovens é ressaltada a melhora espiritual, os sentimentos de segurança e o enfrentamento da solidão. (Franco;Serra, 2018, p. 254).

Tornando o olhar ao âmbito jurídico, se torna ciente a compreensão de que os animais são protegidos por meios legais, a exemplificação desta fala, há de se citar o art. 225, §1º, VII da Constituição brasileira de 1988, que, averigua a jurisdição do Poder Público em: “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.” Todavia, quais são as proteções jurídicas no que tange o divórcio das famílias multiespécies?

Referindo-se à custódia dos animais de estimação presentes no divórcio, a aplicação analógica referentes a guarda compartilhada vem se tornando uma das opções propícias para a resolução dos devidos pleitos judiciais, em que os indivíduos, perante o procedimento do divórcio ou posteriormente, intentam, judicialmente regulamentar a situação de seus *pets* com base no princípio da afetividade, haja vista que carecendo da companhia animal em seu meio, houve então, uma perda inestimável a família, em que sua ausência representa desagrado.

Com a crescente demanda de ações versando sobre a guarda de animais, surgiram jurisprudências para elucidar a temática, como exemplificação ao caso concreto pode-se mencionar o agravo de instrumento n.º 0450918-02.2018.8.09.0000, que tramitou no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e possuiu como relator o Desembargador Fausto Moreira Diniz, sendo esta julgada em 03 de abril de 2019:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. TUTELA DE URGÊNCIA. GUARDA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. INTERSECÇÕES

> ENTRE O DIREITO DAS COISAS E O DE FAMÍLIA. A ressignificação contemporânea do apreço dos animais de estimação dentro do núcleo familiar e a singularidade do afeto estabelecido transportam do Direito das Coisas para o de Família a discussão judicial acerca de suas custódias. Nesse particular, levando em consideração as variáveis do litígio vertente, dessome-se, a partir de uma cognição sumária, que a autora possui melhores condições para os cuidados necessários ao bem-estar do pet, devendo, por ora, permanecer com a guarda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Na sequência, outras questões também exigem o devido posicionamento, tais quais, os alimentos e as visitas, méritos que não poderiam ser diferentes ao se tratar da custódia dos animais de estimação, pois, como já averiguado, tem-se a predominância dos tribunais de se valerem do uso de analogias.

Em decorrência do recente tratamento deste tema perante o ordenamento jurídico brasileiro, a “guarda” de animais, junto de outros amparos legais, ainda podem ser vítimas de deveres posicionamentos jurisprudenciais, por não possuir legislação que a regulamente de forma específica, toda essa diversidade de decisões acaba gerando insegurança jurídica às partes envolvidas.

3 FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES E AS QUESTÕES JURÍDICAS PROVENIENTES DO DIVÓRCIO

Com a falta de uma lei que fundamenta e regula a parcela legal referente aos animais no caso da ruptura do vínculo conjugal e marital, a Lei de Introdução do Direito Brasileiro (LINDB) assegura no art. 4º ao juiz a aplicação analógica em caso da inexistência da Lei: “art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Desta forma as pessoas acabam delegando ao judiciário, mais precisamente ao juiz, o poder de decidir sobre suas vidas. Ocorre que, os conflitos familiares não podem ser resolvidos por abstrata aplicação de analogias, costumes ou princípios gerais conforme expostos acima, pois assim, não serão pacificados de acordo com seus entendimentos legais e não trarão o acesso à justiça que lhe é esperado.

Quando o juiz sentencia, põe fim a uma divergência específica, no entanto, a relação conflituosa persiste. O perde e ganha do procedimento judicial, a necessidade de provar que o outro está errado, a demora na obtenção de uma solução só faz acirrar ainda mais o conflito, despertando



sentimentos negativos nos envolvidos, frutos de um relacionamento, precisando se comunicar, principalmente quando existem os interesses dos filhos menores. Nos dizeres de Vezzulla (2001, p. 61): “O juiz não pensa em resolver o conflito, senão em aplicar as leis segundo 30 determinado procedimento, fazer justiça e ditar sentença”.

Nesse viés, existem métodos alternativos de resolução de conflitos: *Alternative Dispute Resolutions* (“ADRS”), que são passíveis de serem aplicados dependendo das divergências. Tais métodos alternativos buscam a celeridade do caso, e ainda, diferentemente da técnica do processo aplicado no Judiciário, tentam resolver questões que no processo comum, não são resolvidas. No Direito das Famílias, como já abordado anteriormente, há peculiaridades nos conflitos advindos dessas relações que necessitam de uma maior compreensão, e que, na maioria das vezes, dependem do rumo dado ao caso pelo magistrado, tendendo a fomentar mais os conflitos na relação já instável. Consoante a sua fundamental importância ao sistema brasileiro,

A este respeito Fernanda Tartuce aponta:

> Ante a ineficiência na prestação estatal da tutela jurisdicional, especialmente pelo perfil contencioso e pela pequena efetividade em termos de pacificação real das partes, os meios diferenciados vêm deixando de ser considerados "alternativos" para passar a integrar a categoria de formas "essenciais" de composição de conflitos (jurídicos e sociológicos), funcionando como efetivos equivalentes jurisdicionais ante a substituição da decisão do juiz pela decisão conjunta das partes. (Tartuce, 2015, p. 147).

Dentre os (“ADRS”), a mediação se destaca no meio dos conflitos de família haja vista o seu desígnio primordial ao “[...]estabelecer uma comunicação, conducente ao conhecimento do outro e à intercompreensão, partindo de explicações, buscando informações e permitindo a intersubjetividade entre mediandos [...]” (Diniz, 2013, p. 391).

Neste viés, a mediação é um método que busca solucionar o conflito por meio do diálogo de forma democrática e justa, amparando as partes a enxergarem um entendimento do conflito correspondente que beneficie a ambos, podendo chegar ao fechamento de um acordo ou não. Dentro deste viés, de acordo com Sampaio e Neto:

> A mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as



> partes envolvidas em conflito. E um de seus objetivos é estimular o diálogo cooperativo entre elas para que alcancem a solução das controvérsias em que estão envolvidas. Com esse método pacífico tenta-se propiciar momentos de criatividade para que as partes possam analisar qual seria a melhor opção em face da relação existente, geradora da controvérsia". (Sampaio;Neto, 2014, p.22).

Para a solução dos conflitos familiares, a mediação se torna um meio adequado e hábil pois esta se configura em uma técnica para administração de problemas dessa natureza. A metodologia em questão envolve as relações continuadas, que não requerem a simples busca de uma solução, mas um profundo e verdadeiro questionamento do conflito, até porque a mediação é um procedimento em que um terceiro imparcial e capacitado, chamado mediador, auxiliando as partes, restabelecendo o diálogo e a comunicação entre as mesmas.

Esse novo meio de solução de conflitos exige a quebra de alguns paradigmas, exigindo das pessoas interpretações e atitudes antes não experimentadas, pelo menos no âmbito convencional de solução de problemas. Primeiramente, muda a concepção do conflito que deixa de ser entendido como algo prejudicial à sociedade para receber uma conotação positiva. O conflito é percebido assim como algo natural, próprio e oriundo das relações humanas. Necessário para o aprimoramento e transformações das atitudes dos indivíduos em prol de uma convivência pacífica e solidária. (Sampaio; Neto, 2014).

Outro papel importante da mediação é o resgate participação das pessoas na efetiva solução de seus problemas, sempre por meio do diálogo. Inicia-se a busca pela comunicação e atuação concreta em prol do reconhecimento da responsabilidade de cada um por suas atitudes e consequentes mudanças de comportamento de forma consciente.

É evidente também, a necessidade de trazer contribuições a respeito do mediador e de seus princípios a seguir. Respectivamente, o mediador desempenhará papéis importantes ao caso, tal qual o da liderança, coordenando o processo, trazendo consigo características como da empatia, altruísmo, serenidade, entre outros. Outro papel de demasiada importância, é a de ser um agente transformador, que, segundo Sampaio e Neto (2014, p.92), "[...] dá poder às partes de tal modo que se minimizam os riscos de sua própria influência nos resultados do processo [...]", ou seja, o mediador transforma o ambiente transpassando seus conhecimentos, não com sua parte opinativa.

No viés dos princípios referente ao mediador, Machado (2023, p. 47), entende que, "seus princípios podem variar de país para país, porém há certo consenso sobre alguns deles, resguardando características que

indicam a boa utilização da mediação [...]". Dentre eles, abordam-se de maneira equânime os princípios da informalidade, liberdade das partes, voluntariedade e autonomia, cooperação, confidencialidade, poder de decisão, entre outros de essencial utilização.

O aprimoramento e a criação de centros que disseminam a cultura do diálogo, especialmente para os problemas que envolvam pessoas de uma mesma família, entendendo-a em suas mais variadas formas atualmente apresentadas à sociedade, representam um avanço em busca da boa administração do conflito e de solidariedade humana. A cultura de paz deve ser implantada inicialmente no interior dos lares, e caso não seja, a mediação pode auxiliar as partes no processo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto acima, percebe-se que o conceito de "família" sofreu muitas alterações ao longo da história e varia de acordo com quem o define e da época no qual esteja inserido, por isso sua definição é muito subjetiva e difícil de ser conceituada de apenas uma forma. Como foi analisado, importantes transformações também surfaram dentro da estrutura da família, conforme se modifica a sociedade.

O modelo de família nuclear constituída de pai, mãe e filhos não satisfazem mais aos padrões de família contemporâneos e tem que coexistir agora, com as novas modalidades de famílias que modificaram para sempre tal meio.

A forma legal de se constituir uma família por meio do matrimônio, há tempos não é mais o único modelo aceito na sociedade, contudo, aumentaram-se as possibilidades de composição familiar sob as mais diversas formas. A constituição federal de 1988 deu uma nova visão ao Direito das Famílias, fundamentada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, por exemplo.

Os novos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade ocasionam certo desconforto e confusão de como agir e se comportar no seio familiar, e isso tem gerado a instabilidade das relações, dentre os conflitos analisados, a dissolução do casamento conjugal e marital em que existe a presença de animais domésticos como filhos, foi-se colocado em evidência.

Os relacionamentos entre pessoas e animais de companhia sofreram uma grande mutação nos últimos anos. Atualmente, existem lugares no mundo em que os lares possuem mais cães e/ou cachorros do que crianças e adolescentes. Entretanto, apesar dessa metamorfose social, os *pets* ainda são classificados como mera propriedade.

Neste sentido, a mediação, configurada como método alternativo de resolução de conflitos: *Alternative Dispute Resolutions* ("ADRS"), se conforma como eficiente nos conflitos familiares, sendo importante

preservar o respeito, para que as partes envolvidas expressem seus sentimentos, emoções, raivas e angustias, facilitando desta forma a comunicação, levando-os a pensar nas diferentes opções de se resolver o conflito a partir do incentivo do diálogo, o respeito, a solidariedade, pois essas relações são continuadas e devem perdurar independentemente do conflito que se estabeleça.

Concluindo, retomando o objetivo geral deste trabalho foi procurar analisar a competência do método extrajudicial e voluntário de resolução de conflitos – mediação – no que tange a solucionar os conflitos familiares, no viés da dissolução do casamento em que apresenta a família multiespécie. No quesito da metodologia, foi-se utilizada a dedutiva, fundamentando-se na revisão bibliográfica de artigos, teses e doutrina nacional e estrangeira.

REFERÊNCIAS

BAUMAN Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (6ª Câmara Cível)**. Agravo de Instrumento 0450918-02.2018.8.09.0000. Agravante: Karina Lopes Nazário. Agravada: Raquel da Costa. Relator: Fausto Moreira Diniz. Goiânia, 02 abr. 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-go/712851343. Acesso em: 05 ago. 2024.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Pensando a Família Sistemicamente. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital.** 1. ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2002.

CROQUER Gabriel. **Brasileiros se divorciam cada vez mais e mais rápido.** 27 mar. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/27/brasileiros-se-divorciam-cada-vez-mais-e-mais-rapido.ghtml. Acesso em: 12 ago. 2024.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DÍZ, Fernando Martín. La Mediación: Marco General para su implantación como sistema complementario de administración de justicia. In: DÍZ, F. M. de (org). **La Mediación en materia de familia y derecho penal.** Santiago de Compostela, Editora Andavira, 2011, p. 21-65, (tradução livre).

FARACO, Ceres Berges; SERRA, Laura Dolz. Animal de estimação na família: marco na dinâmica social. In: VIEIRA, T. R.; CARDIN, V. S. G.; BRUNINI, B. C. C. B. de (org). **Famílias, psicologia e direito.** Brasília, Editora Zakarewicz, 2018, p. 251-260.

GREGORY, John DeWitt. Pet Custody: Distorting Language and the. **Family Law Quarterly.** Vol. 44, n. 1, pp. 35-64, Spring 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scholarlycommons.law.hofstra.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1556&context=faculty_scholarship. Acesso em: 13 ago. 2024.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro.** 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias.** 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MACHADO, Daniela Lucia Cavalcante. **Mediação Familiar**: novas lentes no Direito das famílias. 1. ed. Maringá: Viseu, 2023.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4ª Ed. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2011.

MOREIRA, Natália Pereira. **A tutela dos animais de estimação nos casos de divórcio e dissolução da união estável em face da regulamentação brasileira.** Instituto Brasileiro de Direito de Família. 2021. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1707/A+tutela+dos+animais+de+estima. Acesso em: 08 ago. 2024.

PRADO, Adriana. **Sociólogo polonês cria tese para justificar atual paranoia contra a violência e a instabilidade dos relacionamentos amorosos.** 24 set. 2010. Disponível em: https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/. Acesso em: 15 ago. 2024.

REZENDE, Joubert Rodrigues de **Família Multiespécie:** Uma Leitura Caleidoscópica. Intituto Brasileiro de Direito de Família. 2024. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/2099/FAM%C3%8DLIA+MULTIESP%C3%89CIE%3A+uma+leitura+caleidosc%C3%B3pica. Acesso em 10 ago. 2024.



STACCIARINI, André Fellipe Lima. **A evolução do conceito de família:** as novas Configurações familiares e suas consequências jurídicas e sociais. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Autónoma de Lisboa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/entities/publication/b12cf0c9-e375-4174-a60c-680a45476f4e. Acesso em: 04 ago. 2024.

TOKUDA, André Masao Peres; ANDRÊO, Caio. Multiparentalidade socioefetiva, famílias e processos de subjetivação: novos desafios para atuação do(a)s psicólogo(a)s. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues; CARDIN, Valeria Silva Galdino; BRUNINI, Barbara Cossetin Costa Beber de (org). **Famílias, psicologia e direito.** Brasília, Editora Zakarewicz, 2018, p. 203-216.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.



O PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE DO PODER DE REQUISIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA EM FACE DA ADI 6852/DF

GT7: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rogério Borges de Freitas[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2]

[1]Doutorando em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[2]Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MBA em Business Law e Gestão; Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino; Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Professor na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Cesumar; e-mail: rodrigo.valente@unicesumar.edu.br

RESUMO

O problema de pesquisa consistiu em desvendar qual impacto da decisão tomada na ADI n.º 6852-DF, sobre a capacidade de requisição dos Defensores Públicos, para a proteção dos direitos da personalidade das pessoas hipossuficientes? O Objetivo geral foi investigar o Poder de requisição na atuação da Defensoria Pública em defesa de indivíduos desfavorecidos financeiramente. Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções do texto. Na primeira parte se preocupou em (Re)definir a Defensoria Pública através de uma perspectiva constitucional da defesa pública em torno dos direitos da personalidade. Em seguida, tratou-se de analisar o *Due Diligence* e o domínio das requisições, ao desbloquear o potencial da instrumentalidade das Defensorias Públicas. Posteriormente, o texto se ocupou em desvendar a topografia dogmática da Defensoria Pública, por meio de uma perspectiva delineadora da missão constitucional. Depois se dedicou a analisar as consequências (não) intencionais da ADI 6852-DF a partir de uma reflexão sobre a fratura no microssistema de defesa do cidadão hipossuficiente. Por fim, tratou do Poder da requisição em ação com um exame prático da eficácia da requisição. O texto utiliza o método de pesquisa contextual e pesquisa bibliográfica, com analise das legislações pertinentes, doutrinas sobre o tema e ao final um breve estudo de caso.

Palavras-chave: Defensoria Pública. Requisição. ADI n.º 6852-DF. Direitos da Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

A Lei autorizou a Defensoria Pública a requisitar de autoridade pública e de seus agentes, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processo, documentos, informações e esclarecimentos. Buscar elementos preliminares são necessários à defesa das pessoas carentes. Proteger o cidadão através do exercício das ações constitucionais depende do uso da prerrogativa da requisição. Isso se justifica porque há uma barreira de difícil transposição para a pessoa necessitada acessar à

Justiça. Frequentemente o Defensor Público depende da exibição das provas dos fatos constitutivos dos usuários durante o atendimento preparatório para o ajuizamento da ação cabível.

O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (CF, art. 5º, LXXIV). O acesso à justiça é desdobramento lógico do princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV). Assim, a pessoa necessitada tem o direito à tutela jurisdicional adequada, tempestiva e efetiva. Então, as condições para o exercício do dever constitucional, tal como o poder de requisição, não devem ser assegurados para a Defensoria Pública?

Parte-se da hipótese de que não há justificativa para subtrair das mãos da Defensoria uma prerrogativa indispensável para defesa dos direitos das pessoas menos favorecidas financeiramente. Requisitar informações não desequilibra a relação processual na produção de provas. Também não afronta os princípios da isonomia, nem da inafastabilidade da jurisdição. As pessoas hipossuficientes financeira e organizacional merecem o acesso à justiça com a mesma qualidade que o indivíduo que dispõe de condições para custear um escritório de advocacia de qualidade. O desempenho funcional da Defensoria Pública depende do poder de requisição.

O objetivo maior deste texto foi delimitar o alcance do que se compreende por meio do vocábulo “requisição”. Assim, no objetivo geral se investigou o poder de requisição na atuação da Defensoria Pública em defesa de indivíduos desfavorecidos financeiramente. Foi necessária esta incursão porque o Ministério Público Federal pensa diferente. Em oposição, o *Parquet* ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6852-DF que tramitou sob relatoria do Ministro Edson Fachin. Nesse caso, a Procuradoria-Geral da República argumentou que o poder de requisição dado aos Defensores Públicos afronta os princípios da isonomia, (art. 5º, caput, da CF). Além disso, segundo o entendimento deles, há violação da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), do contraditório (art. 5º, LV, da CF) e do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF).

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público confere aos Promotores de Justiça o poder idêntico ao atribuído aos membros da Defensoria Pública. Serão apresentados os fatos e as normas, bem como as condições necessárias para que o leitor possa se posicionar de modo crítico a sobre a tese da subtração de prerrogativas da Defensoria Pública.

A pesquisa teve como alvo o poder de requisição das Defensorias Públicas e o que representaria a subtração dessa prerrogativa. O impacto da decisão se ela fosse suprimida da população carente, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6852-DF. Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções do texto. Na primeira parte se preocupou em (re)definir a Defensoria Pública através de uma perspectiva constitucional da defesa pública em torno dos direitos da personalidade.

Em seguida, se tratou de analisar o *Due Diligence* e o domínio das requisições, ao desbloquear o potencial da instrumentalidade das Defensorias Públicas. Posteriormente, o texto se ocupou em desvendar a topografia dogmática da Defensoria Pública, por meio de uma perspectiva delineadora da missão constitucional. Depois se dedicou a analisar as consequências (não) intencionais da ADI 6852-DF a partir de uma reflexão sobre a fratura no microssistema de defesa do cidadão hipossuficiente.

Por fim, tratou do Poder da requisição em ação com um exame prático da eficácia da requisição. Analisaram-se os fatos, os argumentos, a legislação e os precedentes. Arrematou-se com a análise de um caso concreto em que a Defensoria Pública se valeu do ofício requisitório para tutelar os direitos do cidadão, sem recorrer ao Poder Judiciário. Nesta busca pela compreensão dos fatos, o fio condutor da indagação central, teve por método a pesquisa contextual e uma breve análise de estudo de caso. Ao final, buscou-se contextualizar com uma análise prática da eficácia do poder requisitório para ao final trazer uma síntese conclusiva acerca do tema. Optou-se pela técnica de investigação através de pesquisa bibliográfica. Além disso, se utilizou da doutrina existente — livros e periódicos, legislação e a interpretação fixada pela Suprema Corte sobre o tema analisado.

2 (RE)DEFININDO A DEFENSORIA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL DA DEFESA PÚBLICA EM TORNO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

A Constituição Federal estabeleceu no artigo 5º, LXXIV, que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos financeiros. Pessoas hipossuficientes podem se utilizar das Defensorias Públicas para proteção de seus interesses. Acessar um órgão estatal de defesa constitui uma garantia fundamental.

Com a estrutura e os contornos delimitados no artigo 134, a Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Possui caráter instrumental do regime democrático (Brasil, 1988). Foi-lhe confiada a missão de promover a orientação jurídica, os direitos humanos e a tutela dos direitos individuais e coletivos. A defesa pode ser promovida em todas as esferas, em todos os graus da justiça e também fora dela, de forma integral e gratuita.

O Capítulo IV da Constituição Federal tratou das Funções Essenciais à Justiça, de acordo com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 80, de 2014. Disso resulta a competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre a assistência jurídica e Defensoria Pública, (art. 24, inciso XIII). Reservou-se à União a atribuição para legislar sobre a Defensoria Pública nos Territórios, (art. 22,

inciso XVIII). Além disso, conservou à União competência privativa material para organizar e manter a Defensoria Pública dos Territórios, (art. 21, inciso XIII) (Fachin, 2019. p. 469).

Por causa disso, a valorização da assistência jurídica aos necessitados na sociedade contemporânea constitui uma das ondas renovatórias do direito processual moderno (Cappelletti, 1988). Está posicionada ao lado do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União, no rol das instituições essenciais à função jurisdicional do Estado. Fortificar as instituições essenciais a justiça é respeitar o Estado Democrático de Direito. A robustez é evidenciada pela redação do § 2.º do artigo 134 da Constituição Federal, com a autonomia funcional e administrativa, para desempenhar eficientemente e com independência as suas funções (Dinamarco, 2020).

Atualmente embora haja muitas providências pendentes — por exemplo, a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas — muito se avançou desde a primeira onda renovatória do acesso à justiça. Através da criação dos Juizados Especiais, da Defensoria Pública e por meio da Justiça Conciliativa, o acesso aos tribunais foi ampliado. A primeira onda renovatória mostrou sua força quando se dotou as Defensorias Públicas das prerrogativas para desempenharem suas funções em favor da população carente (Grinover, 2018, p. 77).

Nesse rumo, a perspectiva da ampliação do acesso à justiça foi concretizada quando se organizou as Defensorias Públicas. A concessão de prerrogativas para desempenharem suas funções em favor da população carente são fundamentais para manutenção da isonomia processual. Entrementes, o órgão deve ter instrumentos capazes de tutelar individual e transindividual a população hipossuficiente. A requisição serve como um instrumento de trabalho para o Defensor Público a fim de que providencie as devidas diligências preliminares ao ajuizamento da demanda.

Na sociedade contemporânea, marcada pela inovação tecnológica, as pessoas estão deslumbradas com as novidades do mundo digital e se tornaram mais vulneráveis. Grandes empresas de tecnologia, *BigTechs* dispõe de controle contínuo do comportamento de seus clientes, por exemplo, dos usuários das redes sociais. Shoshana Zuboff (2021), explica esse fenômeno e atribui o nome de “capitalismo de vigilância”, pois entende pela necessidade de estabelecer diretrizes para que o indivíduo possa ver a sua privacidade respeitada.

Não se ignora que elas detêm o controle de elevado banco de dados sobre seus usuários e tem o poder de manipular e induzir o comportamento de acordo com os interesses econômicos. Assim, a Instituição de defesa do cidadão carente e vulnerável precisa de ferramentas adequadas para proteger de modo eficaz os direitos da personalidade. Isso inclui, principalmente, a honra, a privacidade e o nome

contra ataques virtuais.

Marcelo Negri Soares, Quithéria Maria de Souza Rocha e Higor Oliveira de Lima (2023), pesquisaram sobre a privacidade e a proteção de dados pessoais na internet à luz dos direitos da personalidade na era do capitalismo de vigilância e assentaram que os atuais mecanismos de proteção de dados pessoais estão em fase inicial e não são suficientes para enfrentar as demandas do capitalismo de vigilância. Embora leis como a LGPD aumentem o controle dos cidadãos brasileiros sobre seus dados, elas não conseguem resolver o problema da influência sutil e constante das grandes empresas. Assim, essas normas oferecem apenas uma proteção básica e superficial à privacidade.

Como se verá na seção seguinte, há necessidade de se aperfeiçoar os instrumentos que a Defensoria Pública já reúne para melhor proteção das pessoas que lhe foram confiadas pelo constituinte. A realização de diligências prévias, *due diligence* passa pelo domínio das requisições. É imperioso desbloquear o potencial dos instrumentos das Defensorias Públicas. Haveria uma contradição lógica se o ordenamento jurídico outorgasse o encargo de proteção das pessoas hipossuficientes e vulneráveis e, ao mesmo tempo, não lhe concedesse os instrumentos necessários para cumprir a missão constitucional.

3 *DUE DILIGENCE* E O DOMÍNIO DAS REQUISIÇÕES: DESBLOQUEANDO O POTENCIAL DA INSTRUMENTALIDADE DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS

Uma das prerrogativas mais importantes conferida à carreira da Defensoria Pública foi a permissão legal para se requisitar de autoridade pública as informações para instruir os processos em favor das pessoas necessitadas. A requisição, prevista no art. 44, X da Lei Complementar 80/94, pode incluir exames, certidões, perícias, vistorias e diligências. Também abrange processos administrativos, documentos e outros esclarecimentos necessários para proteger o cidadão carente.

A tutela do indivíduo através do exercício das ações constitucionais manejadas pela Defensoria Pública, depende do uso da prerrogativa da requisição. É frequente a requisição ao se impetrar mandado de segurança, por exemplo, quando se requisita de autoridade pública o ato ilegal. No caso do *habeas data*, o acesso à informação pessoal negada indevidamente. Por semelhante modo, na hipótese do *habeas corpus*, para que o pedido seja instruído com elementos importantes, à medida que o interesse tutelado é a liberdade do paciente.

Mais relevante ainda se mostra na tutela coletiva, por exemplo, para fundamentar a ação civil pública ou a ação popular. Documentos comprobatórios do ato ilegal lesivo do patrimônio público é apenas uma entre dezenas de outras situações em que a parte autora não consegue



obter a informação sozinha. O Defensor Público se vê obrigado a lançar mão do uso do ofício requisitório para defesa do direito violado.

Isso ocorre em razão do baixo conhecimento para organização das informações que tenha valor legal para instruir e esclarecer o processo judicial. Uma grande empresa ou uma pessoa com bom padrão financeiro pode, por exemplo, através do seu advogado, encetar diligências ou encomendar a elaboração de pareceres técnicos. Antes de propor uma ação ou mesmo de ofertar a sua defesa manda realizar diversas diligências para demonstrar a existência de seus direitos. Isso não acontece com aqueles que são assistidos pela Defensoria Pública. São pessoas que não ostentam capacidade financeira para realizar previamente tais condutas (Oliveira, 2018, p. 121).

Por outro lado, se o Defensor Público não pudesse se valer da possibilidade de requisitar providências aos órgãos públicos, por certo haveria ofensa ao princípio da isonomia. Porque se no polo contrário estiver um outro indivíduo com melhores recursos financeiros, ele se valerá de todos os meios para obter vantagem no processo. A prerrogativa, portanto, atende ao equilíbrio no processo, pois reestabelece a paridade de armas. O exame do presente assunto evidencia que o padrão financeiro pode proporcionar facilidades e maiores êxitos nas demandas.

Todos são iguais diante da lei, mas o caminho do acesso à Justiça é mais espaçoso para os ricos. A constatação é de fácil demonstração quando se observa os saguões de espera nos Núcleos das Defensorias Públicas espalhadas pelo país apinhado de pessoas carentes. Em busca de uma solução para as mais diversas demandas, o cidadão carente se dirige diariamente até as salas de espera das Defensorias Públicas em busca da assistência judiciária gratuita. O Defensor Público cumpre sua missão constitucional não só ao ajuizar a demanda na justiça, mas antes, ao auxiliá-la na obtenção dos documentos que serão utilizados para provar seus direitos.

Por outro lado, a advocacia privada de alto padrão tem se utilizado de uma ferramenta conhecida como *due diligence* para oferecer serviços de excelência aos seus clientes. Grandes escritórios de Advogados têm prestado um trabalho autônomo, distinto da tradicional consultoria e do contencioso processual. O *due diligence*, em uma tradução livre, “devida diligência”, constitui uma prestação de serviço autônomo, diferente daquela advocacia clássica. Realizam-se prévias diligências para se obter os dados com um nível de detalhamento aprofundado sobre o assunto que se propõe investigar e guarnece o cliente com um volume de informações úteis. Durante o trâmite processual as informações colhidas são relevantíssimas para obtenção de uma sentença favorável.

Não seria equivocado compreender o processo de *due diligence* como uma sequência de atos coordenados destinados a avaliar os riscos e os potenciais de uma transação. A tomada de decisão acertada em um

negócio depende da adoção de providências prévias. Incluem-se todas as diligências realizadas para resguardar direitos, de caráter prévio, destinadas a reunir o maior número de elementos objetivos para alcançar o fim proposto. O resultado é a confecção de um dossiê com documentos, certidões, perícias, imagens, vídeos, acompanhado de um relatório com a legislação aplicável e quais precedentes norteiam casos semelhantes. Portanto, se o indivíduo tem condições financeiras de pagar por um serviço dessa natureza, terá muita vantagem sobre a parte contrária.

O termo "requisição" refere-se à solicitação legal para uso no serviço público. Isso inclui ações realizadas por autoridades públicas ou seus agentes, como exibir exames, certidões, perícias, vistorias e diligências. Também abrange a visualização de processos, documentos, informações e esclarecimentos. Tudo isso é necessário para o exercício das funções de um Defensor Público. Não se ignora que no verbo está contida a noção de se “exigir” certa providência em razão da função que o Defensor Público se encontra investido para proteção das pessoas carentes.

A requisição constitui ato administrativo dotado de imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade. Por isso, a requisição não depende de qualquer controle judicial prévio para que produza seus regulares efeitos jurídicos. Uma vez concluído o ato requisitório, o comando nele embutido está disponível para interferir na esfera jurídica do indivíduo, impondo o fornecimento da informação ou a realização da providência requisitada (Esteves; Roger, 2019).

É importante destacar que os artigos 8º, inciso XVI; 44, inciso X; 56, inciso XVI; 89, inciso X; e 128, inciso X, da Lei Complementar 80 de 12.01.1994 (Brasil, 1994), prescrevem normas. Essa lei é a Lei Orgânica da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios.

O papel da Defensoria Pública foi desenvolvido com a edição da Lei Complementar 80, de 12.01.1994 (Brasil, 1994), e a promulgação da Emenda Constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014 (Brasil, 2014). Ambos foram marcos incontestáveis, identificando a Defensoria como uma instituição voltada à defesa coletiva. Eles elevaram a Defensoria ao *status* de "expressão e instrumento do regime democrático". Além disso, atribuíram-lhe o dever de proteger os direitos humanos e tutelar direitos coletivos, expandindo o foco anterior que era apenas assistência judiciária gratuita.

Portanto, é necessário reconhecer que a atuação da Defensoria Pública é um direito fundamental do cidadão para acessar a justiça. Sua importância para o sistema constitucional democrático possibilita que todos, especialmente os marginalizados, possam usufruir da proteção da Constituição Federal. É correto admitir que o Defensor Público requisitará de autoridade pública ou seus agentes exames, certidões e perícias. Ele também pode pedir vistorias, diligências, processos, documentos,



informações e esclarecimentos. Todas essas medidas são essenciais para o defensor público promover a proteção dos menos favorecidos.

Na seção seguinte será aprofundado o assunto no que diz respeito a posição contemporânea da Defensoria Pública no ordenamento jurídico. Também será a oportunidade para analisar como os tribunais superiores vem compreendendo o tema

4 DESVENDANDO A TOPOGRAFIA DOGMÁTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA: UMA PERSPECTIVA DELINEADORA DA MISSÃO CONSTITUCIONAL

Tal como assinalado isso não representa quebra ao princípio da paridade de armas e nem torna o Defensor Público “super advogado”. A Emenda Constitucional n.º 80/2014 evidenciou a distinção topográfica entre Defensoria Pública e Advocacia ao estabelecer seções diferentes do texto constitucional para cada uma dessas funções essenciais à justiça. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 1.240.999-SP, negou provimento ao recurso.

Analisando o tema nº 1.074, estabeleceu a tese de que a inscrição do Defensor Público na Ordem dos Advogados do Brasil é inconstitucional. Destacou que, após a Emenda Constitucional nº 80/2014, a Defensoria Pública não confronta com a advocacia nem atende ao mesmo público. Isso motivou a alteração nos artigos 133 e 134 da Constituição Federal.

É relevante mencionar que a Constituição Federal, no Capítulo IV, separou a Advocacia e a Defensoria Pública em Seções distintas. Além disso, ela definiu as Funções Essenciais à Justiça, bem como a natureza, as atribuições e a identidade da Defensoria Pública. A alteração do caput do art. 134, com a inclusão de nova redação do texto constitucional originário, dava enfoque somente na assistência jurídica. A alteração serviu para demarcar o campo da Advocacia e da Defensoria Pública, em seções distintas, bem como se prestou a esclarecer a natureza das funções dos Defensores Públicos em relação aos advogados, públicos ou privados.

A Constituição Federal deixou claro que estão em categorias separadas: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e Defensoria Pública. Entretanto, isso não significa dizer que as funções essenciais não se complementam. Elas somente não se confundem. A atuação do Defensor Público não se destina a busca pelo seu interesse individual, isso quer dizer que não há obtenção de lucro com as demandas. Não existe vantagem pessoal para a pessoa física do Defensor Público na sua atuação judicial ou extrajudicial.

Por outro lado, na advocacia privada, o que se vê é o patrocínio de causas que sejam atrativas, que, aliás, o advogado poderá até dispensá-las se assim o desejar. Já o Defensor Público não tem a escolha. É obrigado a atuar, salvo e raras hipóteses, por exemplo, quando a ação for

manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte, mas deverá comunicar o fato ao Defensor Público-Geral, com as razões de seu proceder.

Não constitui demasia rememorar, nesse ponto, que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios), tem por objetivos fundamentais definidos no art. 3º da Constituição Federal, o emprego de esforços para construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A Constituição de Portugal, logo no preâmbulo, muito se assemelha ao texto brasileiro, porque afirma que a decisão do povo português de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa natural, na vontade do povo e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Sousa, 1995, p. 96).

Nesse contexto, o constituinte brasileiro e o português focaram na erradicação da pobreza e marginalização. Almejaram a redução das desigualdades sociais e regionais, além da promoção do bem de todos. Isso inclui a ausência de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. Nisso se revela, uma vez mais, a relevante diferença entre a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Advocacia pública ou privada. A missão institucional da Defensoria Pública reside na promoção do amplo acesso à justiça e na redução das desigualdades.

É importante destacar que a Defensoria Pública tem a autoridade para proteger indivíduos ou grupos vulneráveis, um papel conhecido como "*custos vulnerabilis*" (Maia, 2021, p. 86). Como se sabe, as prerrogativas previstas à Defensoria Pública, quer na Constituição Federal, quer na legislação infraconstitucional, são instrumentos para assegurar a atuação livre em favor daqueles que são necessitados.

5 AS CONSEQUÊNCIAS (NÃO) INTENCIONAIS DA ADI 6852-DF: UMA REFLEXÃO SOBRE A FRATURA NO MICROSSISTEMA DE DEFESA DO CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE

Ocorre, no entanto, que o Ministério Público Federal pensa diferente. Os referidos dispositivos foram objetos de Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6852-DF, número único: 0054388-26.2021.1.00.0000, sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, ajuizada pelo Procurador-Geral da República. O chefe do Ministério Público argumentou que o poder de requisição dos Defensores Públicos viola princípios constitucionais. Ele citou a isonomia (art. 5º, *caput*, da CF), a inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), o contraditório (art. 5º, LV, da CF) e o devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF) como exemplos.

Com efeito, o Estado tem que prestar assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, (CF, art. 5º,

LXXIV). Note-se que o acesso à justiça é desdobramento lógico do princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV). A pessoa necessitada tem a garantia à tutela jurisdicional adequada, tempestiva e efetiva. É para tal função que serve a Defensoria Pública. A Instituição trabalha como órgão essencial à atividade jurisdicional, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos.

Os dispositivos citados não conferiram a prerrogativa somente à categoria dos Defensores Públicos. Como resultado, o próprio Ministério Público possui a previsão em sua legislação. O artigo 26, I, b, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993) concede aos Promotores de Justiça poder similar ao dos membros da Defensoria Pública. Isso invalida qualquer argumento de violação ao devido processo legal ou da igualdade de armas. O dispositivo da LONMP está assim redigido:

> Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: (...) b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

O Ministério Público pode requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades e entidades, tanto federais, estaduais e municipais. Isso inclui administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer Poder da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Portanto, não há motivo para negar à Defensoria uma prerrogativa tão crucial na defesa dos direitos das pessoas menos favorecidas financeiramente.

No exame do tema, ao conceder tal prerrogativa aos membros da Defensoria Pública, o legislador buscou dar condições materiais para o exercício de sua missão constitucional. Humberto Theodoro Júnior tem um posicionamento preciso sobre a teoria dos poderes implícitos do direito norte-americano (*implied power*). Segundo ele, toda atribuição de competência jurisdicional contém poderes inerentes e necessários para realizá-la (Junior, 2016).

Quando a Constituição Federal concede os fins, presume-se que deu os meios também. A atividade finalística da Defensoria Pública é prestar assistência jurídica integral e gratuita a quem comprova insuficiência de recursos. Isso logicamente implica em condições instrumentais para cumprir a missão constitucional. Correto desse modo, afirmar que a retirada da prerrogativa de requisição implicaria na prática a criação de obstáculo à atuação da Defensoria Pública, a comprometer sua função primordial, bem como da autonomia que lhe foi garantida.

A Defensoria Pública atua em causas sociais e coletivas relevantes, onde o poder de requisição é essencial. Isso se aplica ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a qualquer interesse difuso e coletivo. Também é relevante para infrações à ordem econômica, urbanística, à honra ou dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos e ao patrimônio público. Essas são as situações que autorizam a ação civil pública (Lei nº 7.347/1985), para as quais a Defensoria Pública é legitimada ativa (artigo 5º, II).

A prerrogativa concedida aos membros da Defensoria Pública expressa o princípio de igualdade e serve como um instrumento para acessar a justiça. É por meio dele que se permite viabilizar a prestação de assistência jurídica integral e efetiva, nos temos do art. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal. Não se trata de “ordenar” comandos genéricos e abstratos ao livre arbítrio do Defensor Público. O que está e discussão é o acesso à fonte de possíveis provas de fatos constitutivos dos direitos das pessoas carentes. O objetivo é assegurar que autoridades e agentes públicos de todos os órgãos (federal, estadual ou municipal) emitam documentos, processos, perícias e vistorias. Todas essas providências são essenciais para o exercício das responsabilidades constitucionais da Defensoria Pública.

Todos os aspectos ora ressaltados põem em evidência a autoexecutoriedade, a imperatividade e a presunção de legitimidade. É relevante esclarecer que prescinde de autorização judicial prévia para produzir efeitos. A natureza jurídica da requisição é própria do todo ato administrativo. O Defensor Público quando expede o ofício requisitório, pratica inequívoco ato administrativo, (Moreira Neto, 2018, p.75).

Impende asseverar, que a prerrogativa da requisição de nenhuma maneira contraria o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Ao contrário, evita a desnecessária judicialização de medidas cautelares preparatórias para exibição de documentos ou coisas, (Siqueira; Oliveira, 2012. p. 122). O poder de requisição não desequilibra a relação processual. A prerrogativa garante inteiramente a igualdade de tratamento das partes no processo, observando os princípios de isonomia e equilíbrio. Não constitui demasia rememorar, nesse ponto, que o poder requisitório não viola o vetor constitucional do contraditório.

No que diz respeito às consequências dessas investidas do Ministério Público Federal, por pouco não se fraturou um dos instrumentos de defesa que a Defensoria Pública dispõe para tutelar a pessoa carente. O Supremo Tribunal Federal, sensível ao clamor pela justiça social, no dia 21 de fevereiro de 2022, julgou improcedente a ADI 6852 / DF. Assentou o entendimento de que o poder de requisição se traduz nas providências necessárias ao exercício das atribuições da Defensoria Pública. Através dela se propicia condições materiais para sua missão não havendo falar em



violação ao texto constitucional.

O acórdão reconheceu que a concessão de tal prerrogativa à Defensoria Pública é uma expressão do princípio da isonomia. Além disso, é um instrumento de acesso à justiça, viabilizando a prestação de assistência jurídica integral e efetiva. Nesse passo, como se verá na seção subsequente, o foco será compreender a análise prática do poder requisitório das Defensoria Públicas e como os direitos da personalidade estão protegidos através desta ferramenta institucional.

6 O PODER DA REQUISIÇÃO EM AÇÃO: UM EXAME PRÁTICO DA EFICÁCIA DA REQUISIÇÃO

Sob tal perspectiva, podemos citar o exemplo ocorrido no Estado da Paraíba, ocasião em que uma família teve um de seus integrantes dado como desaparecido há mais um ano e dois meses sem notícias. A polícia identificou um corpo carbonizado com os documentos ao lado que indicava ser aquele que havia sido dado como desaparecido pela família. Iniciava-se, deste modo, a segunda parte do sofrimento familiar, ou seja, além da dor pelo desaparecimento e suas incertezas, agora os parentes sofriam novamente pela possibilidade de o corpo ser do membro familiar. A dor intensificou-se devido à burocracia e à impossibilidade de realizar o sepultamento sem confirmação de DNA.

No mesmo dia, a Defensoria Pública do Estado requisitou ao Núcleo de Medicina e Odontologia Legal de Campina Grande. Devido à gravidade e ao tempo prolongado do caso, solicitou informações dentro de 24 horas. Isso incluía o fornecimento do resultado do exame de DNA realizado. Além disso, que fosse informado se a ossada em questão era ou não do irmão da pessoa que estava sendo defendida pela Defensoria Pública. A requisição também exigia que, se o exame fosse positivo, medidas padrão deveriam ser tomadas para liberar o corpo para a família realizar o sepultamento adequado.

A resposta ao ofício requisitório da Defensoria Pública de Campina Grande foi o suficiente para resolver o caso em menos de 24 horas, encerrando o sofrimento da família que já se arrastava há mais de ano. Não houve a necessidade de ajuizamento de demanda. A expedição do ato administrativo foi o suficiente para satisfação da pretensão daquela família que clamava por agilidade na liberação do corpo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é possível inferir por meio do delineamento constitucional da Defensoria Pública que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos financeiros. Pessoas hipossuficientes podem se utilizar destas Instituições

para proteção de seus interesses. Acessar um órgão estatal de defesa constitui um direito fundamental. Com a estrutura e os contornos delimitados no artigo 134, a Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.

A primeira onda renovatória mostrou sua força quando se dotou as Defensorias Públicas das prerrogativas para desempenharem suas funções em favor da população carente. Conceder prerrogativas para desempenharem suas funções em favor da população carente são fundamentais para manutenção da isonomia processual. Note-se que o órgão deve ter instrumentos capazes de tutelar individual e coletivamente o cidadão hipossuficiente. A requisição serve como um instrumento de trabalho para o Defensor Público a fim de que providencie as devidas diligências preliminares ao ajuizamento da demanda.

Frequentemente o Defensor Público se vê obrigado a auxiliar a parte na obtenção dos documentos que antecedem o ajuizamento. Isso ocorre em razão do baixo conhecimento para organização das informações que tenha valor legal para instruir e esclarecer o processo judicial. A requisição auxilia na formação de um dossiê com documentos, certidões, perícias, imagens, vídeos, relatório com a legislação aplicável e quais precedentes norteiam casos semelhantes.

A requisição se mostra como uma medida destinada a reequilibrar a paridade de armas e evitar ofensa ao princípio da isonomia, facilmente abalado pela desigualdade financeira entre as partes. O vocábulo requisição compreende a ideia de solicitar, com autorização legal, para uso no serviço público, providências a serem realizadas por autoridade pública ou de seus agentes. Não se ignora que no verbo contém a noção de se “exigir” certa providência em razão da função que o Defensor Público se encontra investido para proteção das pessoas carentes.

A natureza jurídica da requisição constitui ato administrativo dotado de imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade. Por isso, a requisição não depende de qualquer controle judicial prévio para que produza seus regulares efeitos jurídicos. Não existe vantagem pessoal para a pessoa física do Defensor Público na sua atuação judicial ou extrajudicial.

Para dar sustentação os argumentos, procurou-se demonstrar que o exercício da função como Defensor Público difere da advocacia privada. O que se vê é o patrocínio de causas que sejam atrativas aos advogados, que, aliás, poderão até dispensá-las se assim o desejar. Já o Defensor Público não tem a escolha, uma vez que é obrigado a atuar, salvo e raras hipóteses legais.

A respeito da fratura institucional provocada pela adi 6852-DF, o Supremo Tribunal Federal, sensível ao clamor pela justiça social reparou o dano e no dia 21 de fevereiro de 2022. Julgou improcedente a ADI 6852 / DF, ao reconhecer que através da requisição se propicia condições materiais para sua missão. Não há se falar em violação ao texto

constitucional, à medida que constitui verdadeira expressão do princípio da isonomia e instrumento de acesso à justiça. Viabilizar a prestação de assistência jurídica integral e efetiva constitui o núcleo central de atuação o Órgão.

Arrematou-se com a análise prática da eficácia do poder requisitório, como eficiente instrumento para amenizar a dor e a burocracia. No caso analisado, uma requisição foi emitida para permitir que a família tivesse acesso ao corpo para o enterro. O encaminhamento do ato administrativo foi o suficiente para satisfação da pretensão daquela família que clamava por agilidade na liberação do corpo.

Referências.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros. p. 247.

FACHIN, Zulmar. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Verbatim, 2019. p. 469.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Ensaio sobre a processualidade**: fundamentos para uma nova teoria geral do processo. 1ª ed. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2018. p. 77.

NEGRI SOARES, Marcelo.; DE SOUZA ROCHA, Quitéria Maria; OLIVEIRA DE LIMA, Higor. A Privacidade E a Proteção De Dados Pessoais Na Internet À Luz Dos Direitos Da Personalidade Na Era Do Capitalismo De Vigilância. **Lex Humana**, v. 15, n. 4, p. e2582-166-e2582-183, 2023. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=e61ccba5-381e-3d12-885d-3be58213bfa2. Acesso em: 29 mar. 2024.

MAIA, Murilio Casas. Defensoria Pública, Democracia e Processo II. In: RÉ, Maurilio Casas Maia (org). **Fatores determinantes de vulnerabilidade e o ciclo da vulnerabilidade social**: reflexões para um paradigma de legitimação da Defensoria Pública. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021. p. 86.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **O direito administrativo no século XXI**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. A legitimidade exclusiva da defensoria pública na prestação de assistência jurídica gratuita. São Paulo: **Editora Verbatim**, 2018. p. 121.



ROGER, Franklyn; ESTEVES, Diogo. **Princípios institucionais da defensoria pública**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 705.

SANCHEZ, Júlio Cesar. **Direito imobiliário de A a Z teoria e prática**. Leme-SP: Editora JH Mizuno, 2020.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; OLIVEIRA, Flavio Luís de. **Acesso à justiça**: uma perspectiva da democratização da administração da justiça nas dimensões social, política e econômica. Birigui: Boreal, 2012. p. 122.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **Direito geral de Personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995. p. 96.

ZUBOFF, Shoshana. The Age for Surveillance Capitalism. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, vol. 6, n. 28, p. 220-222, 2021. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsoai&AN=edsoai.on1265321433&lang=pt-br&site=eds-live. Acesso em: 30 dez. 2023.



TUTELA JURISDICIONAL ADEQUADA E ACESSO À JUSTIÇA: ANÁLISE DO PROJETO DE EXTENSÃO "A UNIVERSIDADE VAI À COMUNIDADE" (2022-2023)

GT7: ACESSO À JUSTIÇA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Nátaly Rafaela Tonini Moreira[1], Geovani Ramos Menezes[2], Marcelo Negri Soares[3].

[1] Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. E-mail: natalyrafaela.pesqacad042@gmail.com.
[2] Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: geovani_menezes@hotmail.com.br.
[3] Orientador, Pós-doutor pela Universidade de Coimbra (PT) e pela Universidade Nove de Julho, São Paulo (BR). Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Docente - UniCesumar. E-mail: negri@negrisoares.page

RESUMO

O presente trabalho visa realizar um estudo acerca do projeto fomentado pela Universidade Cesumar (Unicesumar) e o Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). O projeto tem como objetivo promover o acesso à informação à sociedade por meio de palestras e outras atividades inclusivas, realizadas por graduandos e mestrandos sob a orientação de especialistas nas áreas abordadas. Além de atender comunidades vulneráveis, busca prevenir possíveis violações de direitos e deveres, o que contribui com o incentivo ao aprendizado e a especialização dos estudantes. O projeto também auxilia o Estado na disseminação de informações sobre os atos da administração pública, de maneira a garantir maior transparência e fortalecimento do vínculo entre as comunidades e o poder público. Utilizou-se do método dedutivo com análise bibliográfica e documental (atas dos encontros realizados). Espera-se como resultados compreender as políticas extensionistas e a efetividade de sua aplicabilidade nas instituições de ensino superior, bem como de seu impacto no berço social.

Palavras-chave: Acesso à Informação; Comunidade Vulnerável; ICETI; Unicesumar;.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada com o propósito de assegurar, de forma prioritária, a proteção dos direitos e garantias fundamentais, bem como do patrimônio dos indivíduos. Outrora uma sociedade que possuía limitações aos direitos do homem (Silva Andrade, 2017), baseadas em gênero, etnia, raça e cor, atualmente possui princípios voltados a indiscriminação e a valorização dos indivíduos por si só, como o da universalidade e o da dignidade da pessoa humana.

Ademais no art. 5° da CF estão localizados os direitos fundamentais da pessoa humana, entre eles, mais precisamente em seu inc. XXXIII, o do acesso à informação (Brasil, 2011). Sua descrição remete a ideia que o acesso de todo e qualquer conhecimento existente no acervo do Estado e de sua administração é devida, em exceção às restrições previstas em lei,

quando em seu exercício acomete direitos voltados à intimidade individual e à segurança coletiva (Martins, 2014).

Conforme Martins (2012), o Estado e a Administração Pública possuem a responsabilidade de garantir meios eficazes de acesso à informação, mesmo diante da escassez de recursos. O que assegura aos cidadãos, individualmente ou em coletividade, usufruir plenamente e ter conhecimento de seus direitos e deveres. Tal responsabilidade tem se demonstrado ineficaz na prática ao que depende do estado de vulnerabilidade social do indivíduo, este acaba sendo exposto a má-fé de terceiros, fraudes e omissões, isso em razão de seu conhecimento leigo sobre determinado assunto.

Em causa do exposto, a Universidade Cesumar (Unicesumar) e seu departamento de pesquisa, o Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), promoveram o projeto "Acesso à Justiça: Objetos e os Instrumentos Jurídicos Simplificados para Ampliação do Alcance da Tutela Jurisdicional Adequada dos Direitos da Personalidade – A Universidade Vai À Comunidade".

Como objetivo, tem-se demonstrar que o método mais eficaz para implementar modificações no sistema atual é o acesso à informação, incentivando as sociedades vulneráveis a agir mais ativamente em relação aos seus direitos e deveres e auxiliando o Estado a disseminar esse conhecimento na sociedade. O projeto promovido pela universidade traz uma ideia visionária, eis que ajuda não apenas seus alunos em seu desenvolvimento profissional, mas também auxilia e esclarece dúvidas sobre os temas expostos à sociedade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O exercício de atividades de extensão é um pilar importante no processo de formação, elas seriam a base para a prática do que as instituições transmitem aos graduandos (Sousa Santos *et al.*, 2016). O Plano Nacional de Extensão Universitária mencionava que no processo de formação profissional "é imprescindível [ao aluno sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar". (Brasil, 2000/2001).

A partir das análises realizadas, foi possível identificar que o objetivo principal do projeto da Unicesumar era preparar o aluno para compreender, revisar e aprimorar sua atuação junto ao público. Além disso, buscava-se examinar detalhadamente o tema abordado e divulgar os resultados finais por meio de palestras. Ele foi realizado no biênio de 2022 e 2023, com 7

palestras, que começaram em maio de 2021, abordando temas voltados aos direitos da personalidade, as palestras foram realizadas por meio de reuniões online, em escolas e em encontros, alcançando uma média de 223 pessoas. Da categorização realizada, extraiu-se que em todos os encontros realizados, foi aberto um momento para os espectadores apresentarem indagações sobre o tema pertinente, elas foram realizadas em horários diversificados, demonstrando flexibilidade para pessoas com diferentes disponibilidades.

É importante que o cidadão tenha acesso pleno à informação, tanto sobre seus direitos individuais quanto sociais, o que possibilita melhores condições para exercê-los (Silva, 2020). Embora a Constituição reconheça e reforce esse direito, na prática, sua efetividade ainda é limitada. Isso resulta na exclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que ficam sem acesso a esse conhecimento, privando-as do exercício de seus direitos e tornando-as vulneráveis à má-fé de exploradores (Moura *et al*., 2012).

De mais a mais, identificou-se que com o projeto o público-alvo para levar a informação se ampliou, estabelecendo-se parcerias com instituições de outras cidades e Estados, bem como com associações de grande reconhecimento, como a ACIM (Associação Comercial de Maringá). O projeto contemplou tanto o público de Maringá/PR, quanto de sua região, ele contou com uma comissão composta por graduandos e contou com profissionais à disposição para auxiliar os palestrantes.

Muitas dessas atividades promovem a interação entre os acadêmicos, o que enriquece sua formação e currículo profissional. Essa dinâmica está conectada ao princípio da autonomia, que os motiva a buscar alternativas para (re)solução de conflitos e problemas, seja por meio dos casos apresentados ou, como no projeto, pela prática da exposição oral de seu conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim e ao cabo, o projeto se mostra de grande relevância, podendo ser utilizado como exemplo para incentivar ações por outras instituições para a promoção do acesso à informação e reforçar os direitos da personalidade entre grupos em situação de vulnerabilidade. Unindo a educação acadêmica à prática comunitária, favorece o crescimento profissional dos graduandos e mestrandos, bem como habilita a sociedade a compreender e aplicar seus direitos.

Por meio de interações diretas com a população, o projeto evidenciou que o trabalho em conjunto do Estado e das instituições privadas para a propagação do conhecimento jurisdicional é essencial para a fruição do Estado democratico de direito, visto que permite que o cidadão atue ativamente para com seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

BRASIL – Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, Edição Atualizada, 2000/2001.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C - **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 14, n. 56, p. 127-146, 2014.

MARTINS, Paula Ligia. **Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental**. 2012.

MOURA, Lúcia de Fátima Almeida de Deus et al. Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 41, p. 348-352, 2012.

SILVA ANDRADE, Régis Willyan. O diálogo entre os Direitos Fundamentais e os Direitos humanos para criação de um Sistema Jurídico Multinível. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 9, n. 1, p. 75-89, 2017.

SILVA, Wagner Pires da. SILVA, Wagner Pires da. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020.

SOUSA SANTOS, João Henrique; ROCHA, Bianca Ferreira; PASSAGLIO, Kátia Tomagnini. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016.

UNICESUMAR. **Projeto extensão 2023-2024**. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em:C:/Users/nataly.moreira/Downloads/PROJETO%20EXTENSA%CC%83O%20-%202023%20-%202024%20-%20UNICESUMAR%20-%20.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.



A APLICAÇÃO DO PROCESSO RECUPERACIONAL EM COOPERATIVAS: EXCEPCIONALIDADE DA LEI 11.101/2005 À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Gabriel Pintor de Melo Silva[1], João Pedro Leal[2], Me. Andryelle Vanessa Camilo Pomin[3]

[1] Acadêmico do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, e-mail: ra-20003055-2@alunos.unicesumar.edu.br
[2] Acadêmico do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, e-mail: ra-20001298-2@alunos.unicesumar.edu.br.
[3] Orientadora, Mestra. E-mail: andryellecamilo@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar como a Lei de Falência e Recuperação de Empresas (Lei nº 11.101/2005) se aplica - ou não - às cooperativas. A pesquisa examinará as razões pelas quais as cooperativas estão atualmente excluídas dessa legislação, comparando seu tratamento com o de outras empresas. O objetivo é destacar as vantagens de permitir que as cooperativas se beneficiem do processo de recuperação judicial, em contraste com a liquidação extrajudicial prevista na Lei nº 5.764/1971. Serão analisadas a hierarquia das normas e as decisões judiciais mais recentes sobre o tema, enfatizando os impactos positivos da recuperação judicial na economia, como a preservação de empregos e a dinamização do mercado. Por fim, será defendido a regulamentação sobre a inclusão das cooperativas, mesmo sendo sociedades simples, nos processos de recuperação da Lei nº 11.101/2005. Essa medida garantiria maior segurança jurídica, econômica e social, além de proteger os direitos dos cooperados, em consonância com os direitos da personalidade e ao princípio da preservação da empresa.

Palavras-chave: Cooperativas. Excepcionalidade. Recuperação judicial.

1 INTRODUÇÃO

As cooperativas, no panorama atual, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando empregos, fortalecendo comunidades locais e promovendo uma distribuição equitativa da riqueza. Entretanto, assim como qualquer outra sociedade empresarial, elas também enfrentam crises financeiras que interferem diretamente nesses aspectos.



Além disso, a liquidação extrajudicial, frequentemente aplicada às cooperativas, não é adequada para preservar e restaurar sua estabilidade econômica e social. Com base nessa premissa e alinhado com os recentes entendimentos do STJ, o presente estudo demonstrará porque, em alguns casos, o processo de recuperação judicial é mais eficaz que a liquidação extrajudicial para as cooperativas.

Essa abordagem colaborará para a economia e a gestão de crises financeiras, permitindo uma maior revitalização do mercado e a manutenção dos empregos dos cooperados, numa perspectiva de defesa do interesse coletivo. Tal enfoque beneficiará o cooperativismo e fortalecerá o direito da personalidade ligado à liberdade econômica, protegendo a função social. O objetivo é criar uma previsão legal que contribua para um processo mais célere e eficaz de gestão de crises financeiras nas cooperativas.

2 O REGIME JURÍDICO DO PROCESSO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO

No contexto jurídico brasileiro, o processo recuperacional surge como uma ferramenta fundamental para a preservação da atividade econômica e a manutenção da estabilidade financeira das empresas em situações de crise. Diante de um cenário marcado por desafios econômicos e oscilações, torna-se ainda mais confuso compreender a funcionalidade e aplicação da matéria a qual é redigida pela Lei 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas – LFRE).

A referida lei surgiu com o intuito de auxiliar as sociedades empresárias nela previstas e movimentar o mercado econômico/financeiro quando aquelas se deparam com uma crise financeira, que abala toda a sua estrutura, necessitando de meios que auxiliem o contorno e a resolução da crise.

Nessa norma se encontram os diferentes tipos de procedimentos recuperacionais: a Falência, a Recuperação Judicial e a Recuperação Extrajudicial. Posto isso, é importante se ressaltar que tal legislação apresenta características e objetivos para a aplicação do processo recuperacional às sociedades previstas em seu texto legislativo.

Uma delas seria a priorização da preservação da empresa como fonte de obtenção de lucro de estímulo econômico para o país, buscando a recuperação sempre que possível, sendo tal princípio previsto no Art. 47, da Lei 11.101/2005:

> Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores,

> promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Ademais, a lei busca realizar o pagamento de todos os credores de maneira organizada e proporcional aos seus créditos, de modo que alcancem o retorno do normal funcionamento da empresa, levantando o ativo e o passivo para tal ato e respeitando as decisões judiciais que determinam a reserva de importância, nos termos do Art. 147 e seguintes, da Lei 11.101/2005.

Outro aspecto importante a se considerar é que essa lei busca ser a mais célere e eficiente possível para não prejudicar a empresa que está enfrentando a crise financeira, de maneira que traga os menores risco e prejuízos para aquela, fato que pode ser encontrado e previsto em seu Art. 66, § 1º, inciso II.

Dessa forma, por existir expressa previsão legal do que será feito, a lei garante segurança jurídica para os participantes do processo (credor e devedor), devendo, em todo os seus atos, trazer maior transparência, de modo a possibilitar a melhor tomada de decisão para solucionar o problema da crise financeira instaurada.

De acordo com Coelho (2016), a Lei de Falências estabelece um conjunto de normas legais para a gestão dos negócios do devedor, definindo o ativo e o passivo para pagamento de seus credores.

Entretanto, nem todas as sociedades são aptas para a utilização dos processos previsto na Lei 11.101/2005 (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência) quando se deparam com uma crise financeira, isso porque existe expressa previsão legal a respeito do assunto. Veja-se o que dizem os Arts. 1º e 2º, da Lei 11.101/2005:

> Art. 1º — Esta lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.
>
> Art. 2º — Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista; II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Diante disso, nota-se que a legislação possui um âmbito de atuação específico, restringindo-se aos empresários e sociedades empresárias, ou seja, aquelas que exercem atividade econômica para produção ou



circulação de bens ou serviços, assim como à classificação de empresário disposta no Art. 966, do Código Civil.

Portanto, verifica-se que não há previsão legal expressa para as cooperativas usufruírem dessa legislação, uma vez que sua natureza jurídica é de uma sociedade simples, de acordo com o previsto no Art. 982, parágrafo único, do CC, formada por um grupo de pessoas que buscam seguir uma organização própria e ajuda mútua, mas sem o intuito lucrativo em suas atividades. Além disso, essa sociedade possui legislação própria com previsão legal para o enfrentamento de crises, conhecida como Lei de Cooperativas (Lei 5794/1971), entretanto, esta não se demonstra eficiente para o cenário atual, conforme será explicado a seguir.

3 REGIME JURÍDICO CONCURSAL DAS COOPERATIVAS

Como ressaltado anteriormente, as cooperativas possuem um regime concursal próprio, formado por um conjunto de regras que são aplicadas em situações de insolvência, atualmente redigido pela Lei 5.764/1971, conhecido também como Lei de Cooperativas. Tal legislação prevê a liquidação extrajudicial como principal meio de se lidar com as crises financeiras cooperativistas.

A liquidação extrajudicial em cooperativas é um processo administrativo fiscalizado por um órgão governamental (autarquia estadual ou federal) o qual define o liquidante que tomará conta da administração dessa sociedade durante todo o processo, devendo aquele apurar os ativos e passivos em busca do integral pagamento aos credores, seguindo a ordem legalmente prevista.

Entretanto, tal procedimento atualmente já vem sendo considerado ultrapassado e ineficaz durante o enfrentamento de crises financeiras. Nesse sentido, Maffioletti (2010, p. 14) entende:

> Em relação às sociedades cooperativas, são modelos que o direito brasileiro qualifica como sociedades não-empresárias. Mais, elas são tipificadas na LCB como sociedades de natureza jurídica própria e não sujeitas à falência, considerando um modelo social de cooperativa eleito na década de 70 e um modelo concursal formado na década 40, ambas do século passado. Tudo isto demonstra quão desatualizado está o tratamento legislativo brasileiro, que ainda remete a um regime de intervenção e liquidação extrajudicial previsto na LCB antes da Constituição Federal de 1988.

O primeiro ponto a se analisar é a falta de participação ativa dos credores durante esse processo, uma vez que não se utiliza das vias judiciais para manter o controle das relações, dificultando as negociações

e o cumprimento dos acordos. Atrelada a isso, a falta de celeridade no processo causa grande insegurança jurídica entre as partes participantes.

Outro ponto a se destacar é a inadequação de sua aplicação para as cooperativas que possuem grande número de ativos e passivos, limitando as opções dessa sociedade em momentos de crise, o que pode levar ao encerramento das atividades desta, mesmo existindo alternativas para sua viabilidade e continuidade econômica.

Levando-se em consideração este último ponto, nota-se que, ao focar na liquidação do patrimônio para pagamento de credores a ponto de encerrar suas atividades, viola-se diretamente o princípio da preservação da empresa, gerando impactos negativos às comunidades nas quais essas sociedades se alocam, causando demissões dos funcionários, interrupção do desenvolvimento local e prejudicando a econômia como um todo.

Portanto, verifica-se que a Lei 5.764/1971, que prevê apenas o processo de liquidação extrajudicial para as cooperativas, tem certa similaridade com o processo de Falência previsto na Lei 11.101/2005, entretanto não há um mecanismo previsto nessa Lei de Cooperativas que seria equivalente à recuperação judicial, o que abre um precedente para uma regulamentação que garanta maior eficácia em momentos de crises.

Postos esses desafios econômicos e financeiros, é fundamental se preservar os fundamentos essenciais das cooperativas. A recuperação judicial pode ser uma ferramenta importante para a proteção desses princípios, garantindo que uma cooperativa consiga superar crises financeiras sem perder sua identidade. Com a recuperação judicial, as cooperativas podem reorganizar suas finanças e operações de forma controlada, mantendo a participação dos membros nas decisões e garantindo que seus valores sejam preservados. Dessa forma, elas continuarão a ter impacto positivo nas comunidades. Mas, infelizmente, hoje, no ordenamento jurídico, as cooperativas não estão sujeitas à Lei 11.101/2005, o que exclui as cooperativas desse processo recuperacional, em razão da sua natureza jurídica distinta.

Tanto a LCB quanto a LREF contêm disposições expressas vedando a inclusão das cooperativas nos procedimentos falimentares. Nessa primícia, alguns doutrinadores justificam a ausência dessa sociedade no processo recuperacional, previsto na Lei 11.101/2005. Para Fazzio Junior (2008), as cooperativas estão fora do campo de abrangência por não apresentarem objetivos lucrativos.

Atrelado a isso, outro forte indicador da exclusão das cooperativas da Lei 11.101/2005 é a expressa previsão legal, apresentada ao final do 2º capítulo desta pesquisa, em relação aos Art. 1º e 2º, da referida lei, que possuem um rol extremamente taxativo quando dizem quais sociedades podem ser comtempladas com a utilização da legislação, deixando claro que a aplicação desta se baseia apenas nas sociedades empresárias, não havendo previsão para as sociedades simples.

Entretanto, apesar da expressa exclusão, nota-se que, em muitos momentos, a recuperação judicial, prevista pela Lei 11.101/2005, é mais eficaz que a liquidação extrajudicial, contudo, preliminarmente, devemos conhecer como acontece sua aplicação e funcionamento.

Nesse contexto, a recuperação judicial é um processo que permite a reestruturação de empresas em dificuldades financeiras, com o objetivo de manter as atividades de maneira igual. Durante o processo, as execuções são suspensas por até 180 dias, conforme o art. 6, § 4º, da Lei 11.101/2005. De acordo com o Art. 53 da mesma lei, o devedor tem 60 dias para apresentar ao juízo um plano de recuperação, esse plano é submetido à aprovação dos credores e, se aprovado, o juiz o homologa, entretanto, caso o plano não seja viável, a empresa pode ser levada à falência, vejamos:

> Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:
> § 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)
> Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência, e deverá conter:
> I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
> II – demonstração de sua viabilidade econômica; e
> III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

A recuperação judicial pode ser uma grande ajuda para muitas empresas, oferecendo uma chance real de estas reestruturarem suas finanças e voltarem a crescer. Quando uma empresa opta por esse caminho, ela frequentemente consegue um plano que inclui condições muito favoráveis para ela pagar suas dívidas. Com essas facilidades, a recuperação judicial não só ajuda a aliviar a pressão financeira, mas também proporciona uma oportunidade para que as empresas se estabilizem e continuem operando de forma saudável, dessa forma, têm-se ainda mais pontos positivos visando à sua aplicação nas cooperativas.

Em termos de comparação, a liquidação extrajudicial de sociedades cooperativas, prevista na Lei 5764/1971, é um procedimento destinado a regular a dissolução dessas entidades, que não se sujeitam à falência e não podem se beneficiar da recuperação judicial, com a finalidade de



alcançar a liquidação de seus ativos e o pagamento dos passivos.

Este processo é definido exclusivamente pela aprovação dos associados em assembleia geral, sem a necessidade de consentimento dos credores. Caso a reestruturação ou o pagamento integral do passivo não seja possível, a cooperativa deve iniciar o processo judicial de insolvência civil.

Nessa primícia, verifica-se que a liquidação extrajudicial e a Recuperação judicial trata-se de procedimentos completamente distintos. Enquanto um foi idealizado pelo legislador, com o objetivo de assegurar a continuidade da empresa, utilizando mecanismos que auxiliem na superação da crise econômico-financeira, o outro tem como finalidade a dissolução da cooperativa, conforme a intenção do legislador.

A própria redação constante do artigo 47, da LREF, e do artigo 63, da LCB, não deixam dúvidas para interpretações diferentes:

> Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.
>
> Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:
> I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
> II - pelo decurso do prazo de duração;
> III - pela consecução dos objetivos predeterminados;
> IV - devido à alteração de sua forma jurídica;
> V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subseqüente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
> VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;
> VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.
> Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro

Dessa forma, a utilização do processo de liquidação em cooperativas, embora necessário em situações específicas, não contribui para o fortalecimento dos direitos da personalidade dos cooperados. Isso ocorre porque a liquidação finda com o encerramento das atividades das cooperativas, focando na resolução das obrigações econômicas destas, sem priorizar a proteção e promoção dos interesses individuais dos cooperados, diferentemente de como ocorre na Recuperação Judicial.

4 AS COOPERATIVAS COMO PESSOAS JURÍDICAS QUE REFORÇAM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

.

As cooperativas, enquanto pessoas jurídicas, desempenham papel significativo no fortalecimento dos direitos da personalidade dos seus membros, elas são organizadas com base em princípios democráticos e no respeito à dignidade humana, promovendo o desenvolvimento econômico e social dos cooperados de forma igualitária e sustentável. A cooperação entre os membros visa assegurar, a todos os envolvidos, melhores condições de vida, trabalho e produção, elementos que estão intrinsecamente ligados aos direitos da personalidade, inerentes à pessoa humana desde o nascimento até a morte desta, considerados inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis. Mattia (1979, p. 6) assim define:

> Os direitos da personalidade constituem uma categoria autônoma entre os direitos subjetivos, sendo certo que esta autonomia provém do caráter essencial que apresentam por causa da especialidade do seu objeto e da singularidade do conteúdo. Pela importância devem ser tratados num livro expressamente reservado nos Código Civis.

No Brasil, os direitos da personalidade estão consagrados, principalmente, no artigo 11, do Código Civil, que os define como direitos intransmissíveis e irrenunciáveis, salvo algumas exceções previstas em lei.

Atrelado aos direitos da personalidade, pode-se citar o direito à liberdade, o qual se refere à capacidade que todo indivíduo tem de agir conforme sua vontade, desde que dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo respeito aos direitos das demais pessoas pertencentes à sociedade. Esse direito compreende diversas dimensões que são essenciais para a autonomia e a dignidade da pessoa humana, além de estar diretamente relacionado à atividade empresarial, principalmente no aspecto econômico.

Paralelamente, Franke (1973) ressalta ser essencial ao conceito de cooperativa que esta seja incentivada à defesa e melhoria da liberdade econômica dos cooperados, por meio de aquisição, a um custo reduzido, dos produtos e serviços necessários para os membros, ou pela comercialização a preços justos para garantir benefícios, produtos e recursos por eles gerados. Observa-se que, dessa forma, a cooperativa, como pessoa jurídica, promove o desenvolvimento econômico dos cooperados, garantindo o direito da personalidade aos colaboradores, facilitando o acesso a produtos e serviços para que sejam distribuídos de maneira justa e acessível.

É nesse sentido que compreender o conceito de personalidade é central para o entendimento dos direitos inerentes à pessoa humana, e

diversos doutrinadores o abordam de forma distinta. Quanto ao tema, Bittar (1995) assim entende:

> os direitos reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos no homem, como a vida, a higidez física, a intimidade, a honra, a intelectualidade e outros tantos

Nesse sentido, levando-se o tema à presente sociedade objeto de estudo, tem-se que a liberdade econômica e a livre iniciativa praticada pelas cooperativas são expressões diretas dos direitos da personalidade, especialmente no que se refere ao direito de autodeterminação e ao desenvolvimento pleno das capacidades individuais. No contexto jurídico, a liberdade econômica refere-se ao direito de cada indivíduo de conduzir suas atividades econômicas de acordo com sua vontade, dentro dos limites impostos pela lei, enquanto a livre iniciativa diz respeito ao direito de empreender, inovar e buscar oportunidades de negócios.

Esses direitos são fundamentais para o exercício da cidadania e para a realização pessoal e profissional de cada indivíduo. Eles permitem que as pessoas busquem o desenvolvimento econômico e social, utilizando suas habilidades e conhecimentos de forma autônoma, pois obtêm a possibilidade de contribuir para o crescimento econômico do país e para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. A liberdade econômica e a livre iniciativa são garantidas pela Constituição Federal, em seu Art. 1º. Veja-se:

> Art. 1º — Fica instituída a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, nos termos do inciso IV do caput do art. 1º, do parágrafo único do art. 170 e do caput do art. 174 da Constituição Federal.

Esses princípios são essenciais para o sucesso das cooperativas, permitindo que elas operem de forma autônoma e consigam seus objetivos com independência. Portanto, diante de crises financeiras, a possibilidade de aplicação da Recuperação Judicial para as cooperativas reforça esses valores, protegendo a essência destas quanto à função social e mantendo sintonia com os direitos da personalidade.

Desse modo, tem-se que a relativização da aplicação da Lei 11.101/2005 às cooperativas é, portanto, uma forma de se proteger os direitos da personalidade dos cooperados, garantindo que as decisões destes sejam respeitadas e que a cooperativa possa continuar a operar de acordo com os princípios que regem sua existência, preservando os direitos da liberdade econômica, livre iniciativa, propriedade e emprego.



Ademais, quando uma cooperativa desempenha atividades empresariais, ela deve ter acesso aos mesmos recursos jurídicos que uma empresa tradicional. O remédio jurídico adequado deve ser aplicado de acordo com a natureza das atividades desempenhadas, assegurando que as cooperativas com características empresariais possam se beneficiar das medidas necessárias para sua recuperação e continuar com sua atividade.

Nesse sentido, o processo recuperacional, regido pela Lei nº. 11.101/2005, é mais adequado e eficiente para promover a recuperação econômica das empresas e, principalmente, das cooperativas. Ele não só facilita a intervenção do mercado na resolução de crises financeiras, oferecendo melhores condições para isso, como também garante maior segurança jurídica e proteção à função social das cooperativas. Além do mais, a possibilidade de instauração da Recuperação Judicial nas cooperativas traria maior efetividade para o saneamento da crise sem ter de se extinguir suas atividades, uma vez que tal processo pode ser realizado com a sociedade operando e exercendo suas funções habituais. Nesse entendimento, Tokars (2009) enaltece:

> A este argumento hermenêutico soma-se outro, ainda mais relevante: a viabilidade da recuperação de cooperativas é uma medida de cumprimento da função social do direito. Afinal, se não se autoriza a recuperação em favor de uma cooperativa em situação de crise financeira sanável, a alternativa seria a sua liquidação. Alternativa que, como é evidente, a todos prejudica. Assim como se prevê para as empresas em geral, as cooperativas deveriam ser preservadas em caso de crise financeira sanável. Esta medida protegeria os interesses dos cooperados e de seus credores, já que a manutenção da atividade econômica gera renda a uns e possibilidade de recebimento a outros. De nada adianta pensar em economia solidária ou em incentivo ao cooperativismo se, no momento da crise, as cooperativas estão menos protegidas do que os empresários em geral. Soluções devem ser buscadas, em especial nesta época de crise, seja por meio de uma lei que elimine dúvidas, seja por meio de uma interpretação focada na função social da lei atual.

Nesse sentido, verifica-se que o processo recuperacional está diretamente ligado ao direito da personalidade, à liberdade e à livre iniciativa, uma vez que garante maior proteção aos princípios fundamentais das cooperativas, como a cooperação, propriedade, emprego, liberdade econômica, educação, solidariedade e democracia, pilares que norteiam as atividades dos cooperados e que, mesmo em momentos de crises, não podem ser extintos em qualquer hipótese. Todavia, a falta de regulamentação e de mudança na norma prejudica a evolução dos processos recuperacionais quanto às cooperativas, uma vez que a lei especial (Lei 5.764/1971) se tornou ultrapassada e ineficaz em alguns



casos, sendo a lei geral (Lei 11.101/2005) vista como a mais benéfica.

Portanto, a recuperação judicial busca reestruturar a empresa e garantir continuidade desta, e o processo de liquidação das cooperativas tem como foco a dissolução da entidade e o pagamento das dívidas desta. Infelizmente, a maioria das cooperativas que inicia um processo de liquidação, na maioria dos casos, não consegue se reerguer, sendo reféns desse único meio de enfrentamento de crises, previsto em sua lei. Isso ocorre principalmente por falta de um suporte legal que favoreça a preservação da cooperativa, e, para isso, é necessária a realização de uma regulamentação para a inserção das cooperativas nesse meio mais eficaz previsto na Lei 11.101/2005, diante de um cenário em que a flexibilização está cada vez mais popularizada, visando garantir maior segurança jurídica às partes que participam desse processo.

5 CONCLUSÃO

Desta forma, devido as cooperativas desenvolveram um papel fundamental no crescimento econômico e social do país, nota-se que em momentos de crise financeiras o processo recuperacional previsto na Lei 11.101/2005 é o mais adequado visando a manutenção da sociedade e todas os meios dos quais ela beneficia.

Além disso, a desatualização da liquidação extrajudicial fortalece ainda mais o mérito dos benefícios trazidos pelo processo recuperacional, dito isso, outro ponto positivo a ser considerado é a relevância da recuperação judicial nos casos de crises sanáveis, possibilitando uma forma mais suave de contornar a crise financeira e manter o bom funcionamento das cooperativas, sem necessitar de um processo rígido e agressivo como a liquidação extrajudicial, que prejudica a função social desta sociedade e extingue a capacidade de reestruturação econômica que a sociedade poderia vir a ter, além dos prejuízos trazido para seus cooperadores e credores.

Portanto, a pesquisa a ser executada debaterá esta indispensável regulamentação e mudança da norma, para que, mesmo sendo sociedade simples, as cooperativas possam estar regidas sobre os processos recuperacionais encontrados na lei 11.101/2005, principalmente a recuperação judicial, como forma de garantir uma maior segurança jurídica, econômica e social, fortalecendo proteção dos direitos da personalidade ligadas aos cooperados e principalmente no tocante à liberdade e a preservação da identidade e princípios das cooperativas.

6 REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CONSTITUIÇÃO (1988). Emenda Constitucional, nº 91, de 19 de fevereiro de 2016. **Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato**. Portal da Legislação, Brasília, fev. 2016. Disponível em: Acesso em: 20 agosto. 2024.

DECRETO-LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Disponível em: . Acesso em: 20 agosto. 2024.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de falência e recuperação de empresas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANKE, W. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. Porto Alegre: Safe, 1973.

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005. **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária**. Disponível em: Acesso em: 15 julho. 2024.

MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. **O direito concursal das sociedades cooperativas e a lei de recuperação de empresas e falência**. 2010.

Tese (Doutorado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MATTIA, Fábio Maria de. **Direitos da personalidade: aspectos gerais**. In: CHAVES, Antônio Chaves. Estudos de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979. p. 113.

TOKARS, Fábio Leandro. **Recuperação judicial de cooperativas**. Martins Bertoldi. 2009. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2017. Disponível em: https://www.martinsbertoldi.com.br. Acesso em: 03 jun. 2024.



A LIVRE INICIATIVA COMO FONTE DE RIQUEZAS E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luana Caroline Antunes Silva[1], Andryelle Vanessa Camilo Pomin[2], Dirceu Pereira Siqueira[3].

[1] Graduanda em Direito pela Unicesumar, Maringá – Paraná, ra-21104303-2@alunos.unicesumar.edu.br.
[2] Orientadora, Mestre em Ciências Jurídicas pela Unicesumar (2012), Professora do curso de graduação em Direito da UniCesumar, andryelle.camilo@unicesumar.edu.br.
[3]Orientador, Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, dirceu.siqueira@unicesumar.edu.br.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo geral analisar o princípio constitucional da livre iniciativa, assegurada como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, tendo como objetivos específicos a investigação da evolução histórica da livre iniciativa no Brasil, destacando como as transformações políticas e econômicas influenciaram a sua concepção e prática; a análise da legislação atual que regula a livre iniciativa; como a livre iniciativa enquanto direito fundamental promove os direitos da personalidade, e o estudo dos impactos econômicos e sociais da aplicação da livre iniciativa, especialmente em termos de geração de emprego, desenvolvimento regional e sustentabilidade empresarial. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, sendo lastreada por uma revisão da literatura integrativa, incluindo doutrinas, artigos científico-acadêmicos e jurisprudência que tratam do tema sob análise. Adota-se uma abordagem multidisciplinar, incorporando-se elementos do direito, da economia e da sociologia para se abarcar a complexidade do tema. A partir da análise dos dados obtidos, foi possível se concluir que a livre iniciativa transcende sua função como mero princípio constitucional orientador, posicionando-se também como um direito da personalidade intimamente ligado à dignidade da pessoa humana. Ademais, a livre iniciativa promove a justiça, oportunidades de se empreender e competir no mercado, financia serviços públicos essenciais e é promotora direta do bem-estar social, tendo como impacto mais evidente a capacidade de gerar riquezas.

Palavras-chave: Atividade Econômica; Direito Fundamental; Regulação do Estado.

1 INTRODUÇÃO

No cerne do ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da livre iniciativa surge como um pilar do Estado Democrático de Direito, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988. Esse princípio fomenta a liberdade econômica e a autonomia privada, bem como os valores sociais e a justiça social, destacando-se o quadro no qual as empresas operam como motores de desenvolvimento econômico e social.

Este estudo analisa a função social da livre iniciativa e sua relação com os direitos da personalidade, abordando como as empresas atuam como motores de desenvolvimento econômico e social. Diante da crescente necessidade de conciliar interesses empresariais com a proteção

social, especialmente em um contexto globalizado, os objetivos incluem investigar a evolução histórica do princípio, explorar suas interações com os direitos da personalidade e examinar a função social da empresa no Brasil.

Para se alcançar esses fins, adotar-se-á uma metodologia qualitativa, que envolve análise doutrinária, revisão de investigação e estudo de casos, além de investigação empírica sobre o impacto das políticas públicas na iniciativa livre. O estudo visa contribuir para o debate acadêmico e oferecer recomendações para o fortalecimento da livre iniciativa, respeitando a função social das empresas. Ao final, esperamos que a pesquisa forneça insights sobre como o princípio pode promover o desenvolvimento sustentável, garantindo a proteção dos direitos fundamentais.

2 A IMPORTÂNCIA DA LIVRE INICIATIVA COMO FUNDAMENTO DA JUSTIÇA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A livre iniciativa refere-se ao direito que pessoas físicas ou jurídicas têm de exercer atividades econômicas, criar negócios, gerar riquezas, administrar suas propriedades de acordo com seus interesses e contribuir para o desenvolvimento econômico. Trata-se de um princípio fundamental que orienta as economias capitalistas e serve essencialmente de base para a liberdade e ordem econômica (TAVARES, 2017).

Maria Helena Diniz (2024, p. 17), ao sintetizar o pensamento de Othon Sidou, afirma que “a livre-iniciativa advém de um sistema que preconiza o livre exercício da atividade econômica organizada privada, na qual o Estado participa tão somente como agente normativo de fiscalização, incentivo e planejamento.”

Ainda, Miguel Reale (1988) define a livre iniciativa como a proteção da liberdade individual no plano da produção, circulação e distribuição das riquezas. Ademais, não deve se restringir o conceito apenas à liberdade econômica e à mera empresa, mas ampliá-lo às demais liberdades, não se trata de uma livre iniciativa, mas em iniciativas livres, abordando a liberdade de exercício de profissão, associação, cooperativa, propriedade, empreendimento e contratual, todas previstas constitucionalmente (MONACO; SILVA, 2021).

Nessa seara, André Ramos Tavares (2019, p. 35) a respeito do princípio da livre iniciativa leciona:

> [...] garante a prerrogativa de os agentes econômicos privados iniciarem atividades empresariais de acordo com sua escolha, bem como o direito de nessas escolhas permanecerem, podendo produzir, fixar preços e estabelecer contratos, com clientes, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores e interessados em geral, suportando integralmente os riscos daí advindos.



Ainda mais, importante é se mencionar que a livre iniciativa é um desdobramento do direito fundamental da liberdade (DE ALMEIDA, 2020), vindo este a ser uma manifestação da autonomia dos indivíduos na busca de desenvolvimento de atividades econômicas.

A liberdade, como um direito fundamental previsto constitucionalmente, refere-se à capacidade do indivíduo de agir de acordo com sua própria vontade, desde que respeite e não prejudique os direitos dos outros (BATISTA, 2018). Esse direito confirma a dignidade humana, pois por meio dele os indivíduos podem se manifestar, escolher livremente e desenvolver suas potencialidades, nesse aspecto, a livre iniciativa desenvolve um papel fundamental.

O princípio da livre iniciativa foi moldado pela evolução dos sistemas econômicos e das ideias políticas e econômicas ao longo da história. No Brasil, ele surgiu a partir de influências externas e momentos históricos marcados por mudanças econômicas e sociais. Esse princípio foi progressivamente reconhecido e fortalecido por legislações, políticas e práticas que visam promovê-lo e, assim, contribuir para o desenvolvimento do país.

A Constituição Federal (1988) confere ao princípio da livre iniciativa um tratamento amplo, reservando-se um papel primordial à sua regulação, definindo-se este como norte da ordem econômica, conforme exposto no art. 170, e o estabelecendo como fundamento da República Federativa do Brasil, em seu art. 1°, inciso IV, da CF. Assim, a livre iniciativa é vista como um valor que orienta da ordem econômica e é fundamental para o Estado brasileiro.

A respeito do papel da livre iniciativa na Constituição Federal vigente e o direito à liberdade, afirma Andressa Pereira e Adeneele Carneiro (2015, p. 38):

> A livre iniciativa pode ser compreendida em consenso com o direito à liberdade, consubstanciado no artigo 5º, e ambos como forte base da liberdade de lançar-se ao mercado e exercer atividade econômica, considerando ainda o sentido, não só do ingresso ao mercado, mas a permanência nele, deste modo, estaria por sua natureza, interligado as atividades relevantes economicamente, com a finalidade de assegurar igualdade de condições da inciativa privada perante a concorrência, quando assegurado seu ingresso ao mercado, ou perante o Estado, na sua forma negativa de não intervenção estatal amparada legislativamente.
>
> O postulado da livre iniciativa possui importante papel como vetor da conotação normativa de liberdades conexas da inciativa privada econômica, do ponto de vista do direito econômico e da ordem político-econômica do país [...].



Embora esse princípio desempenhe papel de suma importância no ordenamento jurídico brasileiro, não se trata de um valor absoluto ou isolado, estando condicionado aos demais princípios estabelecidos em lei, como função social, interesses sociais, defesa do consumidor e entre outros, e se deve buscar a harmonização entre estes.

Os limites às atuações do Estado como agente de mercado, são uma interpretação conclusiva lógica dos artigos 170, 173 e 177, da Constituição Federal, havendo caráter excepcional, visto que não é dever do Estado explorar diretamente a atividade econômica.

A intervenção estatal no Brasil deve sempre ocorrer à luz da Constituição brasileira, podendo o Estado intervir para implementar políticas públicas, corrigir distorções e assegurar a própria livre iniciativa. Vale se ressaltar que todas as intervenções com caráter disciplinatório por parte do Estado frente à iniciativa privada deverão levar em conta o princípio da razoabilidade (BARROSO, 2001).

O Estado Brasileiro, ao consagrar a livre iniciativa, optou pelo capitalismo e pela economia de mercado, reconhecendo a iniciativa privada como impulsionadora da atividade econômica, sendo o ponto de partida para o processo de desenvolvimento. Desse modo, para que esse processo ocorra de maneira eficaz, o Estado deve criar políticas públicas que incentivem a atuação do setor privado, garantindo a liberdade de ação deste (MONACO; SILVA, 2021).

Leis como a da Liberdade Econômica, n° 13.874/2019, reforçam a importância da liberdade de iniciativa para o progresso das atividades empresariais, destacando a necessidade de protegê-la de possíveis entraves burocráticos impostos pelo governo.

A prosperidade econômica está intimamente ligada à liberdade dos agentes privados para atuarem no mercado sem restrições excessivas, e isso só poderá ser alcançado quando a iniciativa livre e a liberdade econômica forem devidamente valorizadas (DIAS, 2022).

Nesse cordão, vale se trazer a reflexão de Luís Roberto Barroso (2014, online), que afirma: “Na minha vivência brasileira, sou convencido de que o Estado, na sua atuação econômica, é quase sempre um Midas pelo avesso: o que ele toca vira lata. Em seguida, enferruja”. A atuação estatal na economia, em vez de gerar riqueza ou eficiência, acaba por causar ineficiências, corrupção ou estagnação, prejudicando o progresso econômico.

Ao permitir que o setor privado tenha liberdade de agir, o Estado promove não apenas o desenvolvimento econômico, mas também contribui para o progresso social, uma vez que a geração de riqueza resulta em mais empregos, maior renda e melhores condições de vida. Em vez de intervir diretamente na economia, o papel do Estado deve ser o de criar um ambiente propício para que a iniciativa privada floresça, assegurando condições justas de competição, regulamentando o mercado de forma

equilibrada e combatendo práticas abusivas, sem tolher a liberdade de ação.

3 FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, EVOLUÇÃO DOS IDEAIS DE LIVRE INICIATIVA E O PAPEL DO ESTADO

A livre iniciativa essencial para o desenvolvimento econômico e social, origina-se de teorias que defendem a liberdade individual e a limitação do poder estatal. Essas ideias evoluíram, promovendo a autonomia econômica e o direito de buscar interesses próprios, culminando no liberalismo clássico, que influenciou a liberdade econômica e redefiniu o papel do Estado. Surgido no final do século XVII, o liberalismo clássico se fortaleceu nos séculos XVIII e XIX, em resposta a governos autoritários, priorizando a liberdade como valor central e se diversificando com revoluções e mudanças sociais.

É de suma importância destacar que as vertentes política e econômica do liberalismo, embora ambas compartilham uma base comum em torno da valorização da liberdade individual, possuem significados, focos e ênfases diferentes. Nesse sentido, Soto (2002, p. 13-14), preleciona:

> En primera instancia, podemos interpretar que el liberalismo económico es una derivación del liberalismo político, que posteriormente fue desarrollado como una doctrina económica de manera independiente. La confusión de conceptos entre ambas concepciones explica, desde nuestro punto de vista, por qué en la actualidad la concepción política liberal parece quedar reducida a un espacio más del liberalismo económico actual.

A vertente política foca nas liberdades civis e nos direitos democráticos, enquanto a vertente econômica se relaciona com a organização da economia, defendendo a liberdade de mercado e a minimização da intervenção do Estado nos assuntos económicos, promovendo um ambiente onde o indivíduo pode buscar seus próprios interesses econômicos. A última vertente, a econômica, será o enfoque do presente artigo, uma vez que serve de base para a livre iniciativa.

O conceito da vertente econômica é frequentemente associado ao pensamento de Adam Smith, comumente chamado de “pai da economia

moderna", graças à sua obra "A Riqueza das Nações"[1] (1776), argumenta que a economia deve ser regida pela livre concorrência, onde os indivíduos, ao buscarem seus próprios interesses, promovem o bem-estar geral, conhecida como a "mão invisível"[2] do mercado.

A geração de riquezas, para os liberais, é resultado da ação humana e do respeito à propriedade privada, o que acarreta à prosperidade social (LEME, 2021). A liberdade de empreender, promovendo a vida por governos liberais, estimula a inovação e a eficiência, criando produtos e serviços que atendem às necessidades da sociedade, impulsionando o crescimento econômico, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida.

Estudos econômicos e internacionais, como os do *Fraser Institute* e da *Heritage Foundation*, indicam que países com maior liberdade econômica tendem a crescer mais rapidamente e alcançar maior *renda per capita*. A 30ª edição do Índice de Liberdade Econômica ("*2024 Index of Economic Freedom*") da *Heritage Foundation* classificou 184 países, destacando Cingapura, Suíça e Irlanda como as economias mais livres, enquanto Venezuela e Cuba estão entre as menos livres, refletindo altos níveis de intervenção estatal, baixa proteção de direitos e insegurança jurídico.

Nesse sentido, necessário se faz mencionar o entendimento de Calebe Batista (2018, p. 23), que preconiza:

> Os benefícios sociais da liberdade econômica se estendem muito além das reduções da pobreza. Os países com níveis mais altos de liberdade econômica gozam de níveis mais elevados de desenvolvimento humano em termos de expectativa de vida, alfabetização, educação e qualidade de vida geral.
> O sistema de livre mercado que está enraizado nos princípios da liberdade econômica tem alimentado um crescimento econômico em todo o mundo.

---

[1] Adam Smith, em sua obra "A Riqueza das Nações" ("An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations"), estabeleceu os fundamentos do que hoje se conhece como economia moderna. Nesta obra, Smith desenvolveu uma série de conceitos e teorias que se consolidaram como pilares do liberalismo econômico, vindo ele a ser considerado o mais importante teórico dessa vertente do pensamento liberal. Na obra supramencionada, os principais pontos defendidos pelo filósofo e economista eram o livre comércio, a liberdade de iniciativa e concorrência, a divisão do trabalho e limitações do governo. Smith argumentava que em um mercado livre, a competição e as decisões individuais sobre produção, consumo e investimento conduzem à eficiente alocação de recursos, como se fossem guiados por uma "mão invisível" que harmoniza os interesses privados e o bem público.

[2] O termo "mão invisível" é uma metáfora usada por Smith para descrever como as decisões individuais no mercado podem levar a resultados coletivamente benéficos, sem a necessidade de uma coordenação centralizada.



O Estado dentro do liberalismo, tem papel essencial, embora limitado. Sperandio, ao definir o papel do Estado dentro do liberalismo, afirma que “O objetivo do Estado, por conseguinte, deve ser apenas o de proteger a vida, liberdade e propriedade” (2021, p. 43).

O Estado ao pensar no interesse do povo, não deve fazê-lo de modo coletivista, caso contrário, será um sistema político construído sobre premissas equivocadas e com objetivos utópicos, que quando implementados de forma fanática, resultaram em guerras, escravidão, genocídios e destruição inimaginável (RACHEWSKY, 2021).

Os Estados que incorporam limitações a liberdade de seu povo reprimem o desenvolvimento e a diversidade individual, acarretando em atrasos em sua nação. Nesse raciocínio, preleciona Amartya Sen (2000, p. 8):

> Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente a com pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.

Ainda sob esta ótica, merece ser trazido à baila o excelente escólio de Vinicius Montgomery (2021, p. 71) ao exemplificar o pensamento de Murray Rothbard:

> Por exemplo, é muito raro encontrar um caso sequer de talento nas ciências, nas artes, nos esportes, na música ou no desenvolvimento de produtos que tenha surgido em um país de governo totalitário. A ausência de liberdade gera tensões e preocupações que praticamente anulam a capacidade única do ser humano de modificar o ambiente à sua volta. Por outro lado, nos países livres do ambiente coercitivo, há uma variedade virtualmente infinita de interesses e talentos individuais que permitem o aumento da especialização e da divisão do trabalho, ingredientes básicos para a inovação, para o aumento da produtividade e para a multiplicação da prosperidade.

Friedrich Hayek (2022, p. 10), em seu livro “O caminho da Servidão”, afirma que “o livre mercado é o único mecanismo já descoberto para alcançar a democracia participativa”, sendo os indivíduos livres para buscarem seus próprios objetivos.

Apesar de o liberalismo ter exercido influência profunda em diversos sistemas políticos ao redor do mundo, nenhum país adotou o liberalismo como a única forma de governo. No entanto, muitos países incorporaram princípios liberais em suas constituições, políticas econômicas e estruturas de governo, combinando economia de mercado com a proteção dos direitos individuais e a promoção da liberdade, enquanto mantêm o papel do Estado



na garantia da ordem e da justiça, sendo crucial na formação de sistemas democráticos e econômicos modernos, promovendo liberdades individuais que contribuem para o bem-estar da sociedade.

4 OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A LIVRE INICIATIVA: UMA RELAÇÃO DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os direitos da personalidade, conforme conceituado pela maior parte dos doutrinadores, são um conjunto de prerrogativas inerentes à pessoa humana, sendo que protegem a própria identidade da pessoa e aspectos intrínsecos à existência desta, cabendo ao Estado apenas garanti-los no ordenamento jurídico para a proteção dos valores inatos ao ser humano (BITTAR, 2015).

Nesse sentido, sobre os direitos da personalidade serem inerentes à existência e permissões concedidas pela norma jurídica, merece ser trazido à colação o excelente magistério de Maria Helena Diniz (2024, p. 119):

> A personalidade é que apoia os direitos e deveres que dela irradiam, é objeto de direito, é o primeiro bem da pessoa, que lhe pertence como primeira utilidade, para que ela possa ser o que é, para sobreviver e se adaptar às condições do ambiente em que se encontra, servindo-lhe de critério para aferir, adquirir e ordenar outros bens.

Pode se dizer que a personalidade é a base fundamental para a existência dos direitos da pessoa humana, a personalidade é uma condição ontológica do ser humano, que antecede a própria atribuição de direitos, e essa transcende a esfera jurídica, sendo um princípio inerente ao ser humano, sobre o qual os direitos são construídos.

O reconhecimento dos direitos da personalidade no ordenamento jurídico é relativamente recente, entretanto, na Antiguidade, já era dada proteção à pessoa humana, validando os direitos ineres a ela, sendo penalizados aqueles que proferiam ofensas físicas e morais (DINIZ, 2024). A evolução de ideias sobre a dignidade humana e os direitos fundamentais, advindos de declarações, tratados, convenções e constituições, foi essencial para a concretização desses direitos inatos da pessoa humana.

Após o período conflituoso e de guerras geradas pelos regimes totalitários, que violavam diversos direitos humanos, conforme já abordado, gerou uma conscientização da relevância dos direitos da personalidade no âmbito jurídico, ocorrendo sua consolidação e internacionalização por meio de organizações internacionais que resguardou esses direitos por meio de documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e entres outros (DINIZ, 2024).

A consolidação e a internacionalização foi uma reação do ordenamento jurídico as atrocidades causadas pelas experiências totalitárias que desumanizaram os indivíduos, tratando-os como objetos descartáveis e supérfluos, lidando de forma arbitrária com homens e mulheres, como se fossem simples coisas sem valor (ZANINI; QUEIROZ, 2023).

No Brasil, a proteção dos direitos da personalidade ganhou destaque com a Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 5°, dedicou diversos incisos que oferecem proteção aos direitos da personalidade como a inviolabilidade da vida, da intimidade, da honra, da imagem e da privacidade. O Código Civil de 2002 também abordou esses direitos nos artigos 11 a 21, ressaltando sua importância no ordenamento jurídico e na sociedade, e, em casos de ofensas a esses direitos, há a possibilidade de reparação por danos morais e patrimoniais (DINIZ, 2024).

Visto que o objetivo dos direitos da personalidade é proteger as prerrogativas inerentes à pessoa humana, o conceito daqueles se interrelaciona com os direitos humanos e direitos fundamentais, contudo apresentam diferenças específicas quanto ao seu escopo, alcance e fundamentação jurídica. Enquanto o primeiro consiste em atributos essenciais da pessoa humana e é apreciado sob o prisma do direito e das relações privadas (SCHREIBER, 2014), os direitos humanos são empregados e reconhecidos no âmbito internacional, ou seja, são universais e, representam as prerrogativas básicas que devem ser garantidas a todo ser humano, independentemente da nacionalidade, etnia, gênero deste ou de qualquer outro fator (ZANINI; QUEIROZ, 2023).

A proximidade também existe com os direitos fundamentais, que referencia os direitos expressos na Constituição de determinado país, representando direitos que um Estado reconhece como indispensáveis para assegurar o bem-estar, a liberdade e a igualdade de seus cidadãos, sendo apreciados sob a ótica do direito público, focando na relação entre o indivíduo e o Estado (ZANINI; QUEIROZ, 2023).

De acordo com o constitucionalista José Canotilho, “muitos dos direitos fundamentais são direitos de personalidade, mas nem todos os direitos fundamentais são direitos de personalidade” (CANOTILHO, 2003, p. 372), assim, os direitos fundamentais apresentam uma gama de garantias e direitos mais amplos, como os direitos sociais, políticos e econômicos, ultrapassando a esfera individual da personalidade.

O princípio da livre iniciativa, garantido pela Constituição de 1988, está relacionado ao direito econômico e ao exercício de atividades econômicas sem interferências indevidas do Estado. Embora não seja um direito da personalidade, a iniciativa livre fortalece esses direitos, permitindo que os indivíduos exerçam suas atividades econômicas com autonomia e explorem seu potencial na sociedade.

Nesse passo, de suma importância é trazer o preclaro entendimento do Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 449:

> Livre iniciativa não tem apenas uma dimensão econômica, tem uma dimensão de uma liberdade individual, de exercício dos direitos da personalidade. Ela transcende, portanto, o domínio puramente econômico, para significar as escolhas existenciais

> das pessoas, seja no plano profissional, seja no plano pessoal, seja no plano filantrópico.

Conforme abordado por Carlos Bittar (2015, p. 167) a liberdade, direito considerado tanto da personalidade quanto fundamental, pode se manifestar de diversas formas a depender das atividades desenvolvidas pelo indivíduo, sendo exposta em níveis pessoais como a liberdade de expressão, negociais segundo o exercício de atividade, e espirituais pela liberdade de crença.

A livre iniciativa, uma das modalidades de liberdade, não se limita à dimensão puramente econômica, mas também promove a realização das potencialidades humanas, o que reforça os direitos da personalidade de diversas formas, como a autonomia pessoal, a autodeterminação, a dignidade da pessoa humana, a valorização do indivíduo, a inovação entre outros, que são essenciais à pessoa humana.

Modesto Carvalhosa (1972) destacou a livre iniciativa como uma prerrogativa essencial da personalidade, considerando-a uma das liberdades fundamentais associadas à pessoa, consequentemente, assumindo o caráter de um direito fundamental, configurando-se como um direito subjetivo cuja inviolabilidade é incontestável.

Ao proporcionar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, reforçar-se o direito à dignidade, permitindo que o indivíduo atue como agente criador e autônomo, beneficiando tanto a si quanto à sociedade.

O renomado economista e filósofo Amartya Sen (2000) defende que o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais, sendo uma liberdade essencial para que as pessoas alcancem seu pleno potencial, não apenas economicamente, mas também em termos de dignidade, autonomia e desenvolvimento pessoal.

Com a promoção das liberdades, principalmente a econômica e a de iniciativa, promover-se-á não apenas o crescimento econômico da sociedade, mas também o desenvolvimento integral dos indivíduos, bem como o fortalecimento dos direitos da personalidade, uma vez que estas são essenciais para que os indivíduos possam viver de acordo com suas próprias escolhas e desenvolver suas capacidades.

Ademais, conforme já mencionado no tópico anterior, diversas pesquisas evidenciam a relação entre a livre iniciativa e o crescimento econômico. Estudos demonstram que a liberdade econômica é um fator importante para promover o crescimento em países economicamente livres, o que se reflete em baixos níveis de desemprego e altos índices de desenvolvimento humano (BATISTA, 2018).

Nesse cordão, merece transcrever o excelente ensinamento de Nikolaev (2014, p. 3):



> Um nível mais elevado de liberdade econômica, por exemplo, pode ajudar a fortalecer as redes sociais, melhorar a qualidade do ambiente local, encorajar mais pessoas a buscar educação superior e desencorajar as pessoas e se engajar em comportamentos socialmente destrutivos, como o crime. Essas áreas ainda são amplamente pesquisas na literatura sobre liberdade econômica.

Ainda mais, Calebe Sulprino Batista (2018) a respeito dos benefícios da liberdade econômica, aduz:

> Os benefícios sociais da liberdade econômica se estendem muito além das reduções da pobreza. Os países com níveis mais altos de liberdade econômica gozam de níveis mais elevados de desenvolvimento humano em termos de expectativa de vida, alfabetização, educação e qualidade de vida geral.
> O sistema de livre mercado que está enraizado nos princípios da liberdade econômica tem alimentado um crescimento econômico em todo o mundo.

O desenvolvimento econômico impulsionado pela liberdade de mercado fortalece não só o bem-estar material das pessoas, mas também a capacidade de proteção e efetivação dos direitos de personalidade, evidenciando a interdependência entre economia e dignidade humana.

Assim, os direitos da personalidade são inerentes à pessoa humana e protegem atributos essenciais como integridade física, psíquica e moral. Eles são absolutos, inalienáveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e invioláveis, constituindo um pilar da proteção jurídica. Embora relacionados, os direitos da personalidade, humanos e fundamentais são diferentes quanto ao alcance e fundamentação. A iniciativa livre, como direito fundamental, também assegura os direitos da personalidade ao promover o desenvolvimento das potencialidades humanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da livre iniciativa é fundamental para a organização econômica e social no Brasil, desempenhando papel essencial na promoção da justiça social e na criação de riquezas. Reconhecida como um direito fundamental na Constituição de 1988, a iniciativa livre está intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana, permitindo que indivíduos e empresas atuem no mercado de forma autônoma e contribuam para o desenvolvimento econômico do país, promovendo a igualdade de condições, garantindo oportunidades tanto para o rendimento como para a permanência no mercado.

Constatou-se que embora o Estado tenha o dever de regulamentares e garantir condições justas no mercado, o seu papel na geração de riquezas é limitado, cabendo ao setor privado o desenvolvimento e inovação por meio de suas atividades econômicas, que impulsionam o crescimento econômico e bem-estar social.

Em suma, a livre iniciativa é um pilar não apenas da economia de mercado, mas também da afirmação dos direitos da personalidade, assegurando aos cidadãos brasileiros, não apenas o direito de empreender, mas também de se desenvolver econômica, social e pessoalmente, em consonância com os valores de justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. A ordem econômica constitucional e os limites à atuação estatal no controle de preços. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 226, p. 187–212, 2001. DOI: 10.12660/rda.v226.2001.47240. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/47240. Acesso em: 16 set. 2024.

BARROSO, L. R. **Estado e livre iniciativa na experiência constitucional brasileira**. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/199284/estado-e-livre-iniciativa-na-experiencia-constitucional-brasileira, 2014.

BATISTA, C. S. Liberdade econômica e desenvolvimento humano. 2018. https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/eae0711a-5cbd-48d3-bd7f-deb2b3a29843/content

BITTAR, Carlos A. **Os Direitos da Personalidade, 8ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788502208292. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208292/. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 449**. Relator: Alexandre de Moraes. Julgado em: 01 de agosto de 2019. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 02 ago. 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br. Acesso em: 08 out. 2024.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição. 7. ed**. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHOSA, Modesto. **A ordem econômica na Constituição de 1969**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. p. 112-113.

DE ALMEIDA, Adriano Penha. Compreensão Da Propriedade E Livre Iniciativa Como Desdobramento Da Liberdade No Sentido De Aproximação Da Solidaridade. **A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.**, 2020.

DIAS, Jefferson Aparecido et al. A livre iniciativa como direito fundamental e o compromisso com a eficiência do mercado como instrumentos para o desenvolvimento. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 8, n. 2, p. 76–92, Jul/Dez. 2022.

DINIZ, Maria H. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. v.1**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024. E-book. ISBN 9788553621439. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553621439/. Acesso em: 05 set. 2024.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle & Liane de Morais Ribeiro. 2. ed. São Paulo: LVM Editora, 2022.

HERITAGE FOUNDATION. **2024 Index of Economic Freedom**. Washington, DC: Heritage Foundation, 2024. Disponível em: https://www.heritage.org/index/. Acesso em: 05 out. 2024.

LEME, F. Og. Como o Desenvolvimento Econômico Proporcionou a Riqueza das Nações? *In*: BERLANZA, Lucas. **Introdução ao Liberalismo**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. E-book. ISBN 9786586618280. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618280/. Acesso em: 13 ago. 2024.

MIRANDA, Vinicius Antonio Montgomery de. O Poder Transformador da Liberdade de Iniciativa. *In*: BERLANZA, Lucas. **Introdução ao Liberalismo**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. E-book. ISBN 9786586618280. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618280/. Acesso em: 13 ago. 2024.

MÔNACO, Roberto Oliveira; SILVA, Rafael Brasil da. **A iniciativa livre como fator de desenvolvimento na ordem econômica. Revista Direito e Desenvolvimento**, 2021. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/download/1212/737. Acesso em: 13 set. 2024.

NIKOLAEV, Boris. **Economic Freedom and Quality of Life: Evidence from the OECD's Your Better Life Index**. Oxford. The Journal of Private Enterprise, 2014. Disponível em <https://search.proquest.com/docview/1560751776?pq-origsite=gscholar>. Acesso 07 de out. de 2024.

PEREIRA, Andressa Semeghini; CARNEIRO, Adaneele Garcia. A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DA LIVRE INICIATIVA PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA NO BRASIL. **Interfaces Científicas - Direito**, n. 1, v. 4. Aracaju, p. 33-44, out/2015. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/2080. Acesso em: 05 set. 2024.

RACHEWSKY, Roberto. Como o Iluminismo Liberal Tirou a Humanidade da Estagnação e da Miséria. *In*: BERLANZA, Lucas. **Introdução ao Liberalismo**. São Paulo: Grupo Almedina, 2021. E-book. ISBN 9786586618280. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618280/. Acesso em: 13 ago. 2024.

REALE, Miguel. A ordem econômica na Constituição. *In*: De Tancredo a Collor. 2. ed. São Paulo: Siciliano, 1992. p. 334. *Apud* COSTA, Maurício de Moura. O princípio constitucional de livre concorrência. **Revista do IBRAC – Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional**. São Paulo, v. 5, p. 8-27, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade: Revista e Atualizada, 3ª edição**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522493449. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493449/. Acesso em: 05 set. 2024.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOTO, Luiz Antonio Cruz. **Neoliberalismo y globalización económica: Algunos elementos de análisis para precisar los conceptos**. *Contaduría y Administração*, n. 205, abril-junho p. 13/26. Ano 2002. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/395/39520503.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

TAVARES, André Ramos. **Livre iniciativa empresarial**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Comercial. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/237/edicao-1/livre-iniciativa-empresarial

ZANINI, L. E. de A.; QUEIROZ, O. N. C. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e a sua atuação como cláusula geral de tutela da personalidade. **Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, [S. l.], v. 34, n. 158, p. 211–234, 2023. Disponível em: https://revista.trf3.jus.br/index.php/rtrf3/article/view/110. Acesso em: 05 set. 2024.

COMPLIANCE EMPRESARIAL AMBIENTAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA RELAÇÃO DO DIREITO CIVIL COM OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Felipe Gabriel Victor[1], Welington Júnior Jorge Manzato[2].

[1] Acadêmico; Unicesumar; Maringá – Paraná; Email: felipev2@alunos.unicesumar.edu.br, fonte financiadora da Pesquisa: PIBIC/UniCesumar.
[2] Orientador: Welington Júnior Jorge Manzato, Doutorando em Direito pela Unicesumar; Mestre em Ciências Jurídicas pela Unicesumar (2023); Docente nos cursos de Pedagogia e Direito na Unicesumar, Maringá-PR. Coordenador de Pós-graduação UNICV. Membro do Grupo de Pesquisa: Formação Docente e Práticas Pedagógicas e Sistema Constitucional de Garantia dos Direitos da Personalidade. E-mail: adv.manzato@hotmail.com.

RESUMO

Estudos comprovam que parte dos empresários no brasil não tem conhecimento sobre gestão da sua empresa. A falta de conhecimento jurídico dentro do ramo empresarial tem ocasionado diversos prejuízos que poderiam ser evitados, se os parâmetros jurídicos fossem aplicados na gestão empresarial, principalmente nas empresas ambientais. A falta de gestão também tem ocasionado violação dos direitos da personalidade, pois sem a gestão adequada o empresário não consegue lidar com as pessoas da forma correta. Diante do exposto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar soluções sólidas, fundamentadas no ordenamento jurídico, pouco faladas na área do direito e que podem ajudar na gestão empresarial, com maior enfoque no direito ambiental, haja visto a grande demanda de problemas ambientais enfrentados na atualidade pelos empresários agroindustriais. Também se objetiva provar que os direitos da personalidade atingem e tem influência no ramo civil, empresarial e ambiental.

Palavras-chave: Compliance. Direito Civil. Direitos da Personalidade. Empreendedorismo. Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos da personalidade são aqueles bens inerentes a pessoa humana. São um conjunto de direitos necessários para esfera jurídica de toda pessoa. Esses direitos protegem a esfera física, psíquica e moral das pessoas, bem como a subsistência. Desta feita, considerando que o compliance promove na empresa a gestão, organização, integridade, respeito ao ordenamento jurídico, e como consequência respeito dos direitos trabalhistas e consumeristas, automaticamente promove um bom relacionamento da empresa com as pessoas, e respeita a dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade.

É importante destacar que o objetivo do trabalho é apontar os prejuízos da falta de adotar o compliance e uma correta gestão, com a finalidade de evitar que o empresário brasileiro viole os direitos da

personalidade. Os prejuízos mais comuns ocasionado pela falta de conhecimento jurídico são multas por descumprimento da legislação ambiental, dívidas ativas pelo descumprimento de normas tributárias, processos trabalhistas pela falta de conhecimento de obrigações trabalhistas básicas, processos administrativos por desrespeito aos direitos consumeristas, entre outros.

No presente trabalho se busca além de entregar ao leitor um conhecimento de organização da empresa, também trazer soluções sólidas e concretas, encontradas legislação ambiental, do consumidor, trabalhista, ambiental, e tributária que vão auxiliar na regularidade da empresa. Neste viés é de suma importância destacar que será dado um maior enfoque no direito ambiental, haja visto a grande demanda de problemas ambientais enfrentados na atualidade pelos empresários agroindustriais.

Já a finalidade específica do projeto é esclarecer ao leitor como os direitos da personalidade tem influência no direito societário. Ainda, se objetiva esclarecer que a principal forma de efetivar esses direitos é por meio do compliance empresarial.

A justificativa da escolha do tema está vinculada a necessidade de orientar empresários que objetivam conseguir organizar o seu empreendimento, e muitas vezes não acham a informação completa sobre o tema.

Mesmo que já existam políticas governamentais que buscam auxiliar o empreendedor, entende-se que é muito importante e prático também existir a opção do empreendedor buscar esse auxílio por meio de livros e artigos.

Além disso é justificável a escolha de tal tema pela urgência e relevância desse conhecimento no meio empresarial, que carece por conhecimento de gestão, organização, compliance e dos direitos da personalidade aplicáveis neste ramo.

Além do mais, esse tema é um tema relevante, inclusive para a ciência do direito, pois aborda diversas áreas do direito, haja vista que um empresário tem que lidar com questões civis, trabalhistas, tributárias, ambientais, consumeristas, entre outros.

A fundamentação teórica está nos direitos de primeira geração, nos direitos individuais, direitos da personalidade, na legislação consumerista, trabalhista, tributária, porém principalmente na legislação ambiental. Também está baseada em doutrina sobre direitos da personalidade, e sobre compliance.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A metodologia adotada é a de pesquisa e investigação da legislação e de casos concretos, para comprovar que onde a legislação é aplicada corretamente em uma empresa, há um avanço maior na empresa e



efetividade horizontal dos direitos fundamentais. Para isso será utilizado de exemplos de casos reais, referências bibliográficas, doutrina, jurisprudência e citação de legislações, bem como trecho de livros sobre o assunto.

Desta forma pretende-se primeiro explicar a definição dos direitos da personalidade, após essa definição será feita uma relação dos direitos da personalidade com cada fase do compliance empresarial, para comprovar que o compliance empresarial é a principal forma de aplicar os direitos da personalidade no âmbito societário, e por último especificar o tema, para dar enfoque no compliance ambiental. Para isso serão levantadas algumas discussões.

Será discutido sobre qual a diferença entre direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade, com o objetivo de demonstrar o caráter privado dos direitos da personalidade e como eles possuem íntima relação com o direito civil e empresarial.

Após isso será feita uma fundamentação e discussão sobre a possibilidade de aplicação dos direitos da personalidade para a pessoa jurídica, onde será concluído que tais direitos também podem ser aplicados a empresa. Espera-se como resultado neste ponto, provar que o compliance empresarial é importante tanto para garantir os direitos da pessoa jurídica, como os direitos dos envolvidos em seus serviços.

Ainda, será feita uma discussão sobre a importância do uso da tecnologia no compliance. Espera-se como resultado implementar a tecnologia e provar que esta pode ser útil na proteção de dados, e para evitar riscos em uma empresa.

Por último será levantada uma discussão para defender o meio ambiente como um direito da personalidade, com a finalidade de facilitar a comprovação de que o compliance ambiental é um meio de efetivar os direitos da personalidade. Além disso será defendido a importância do conhecimento jurídico em uma empresa agroindustrial para que o empresário não venha sofrer penalidades e responsabilizações abusivas em casos que culminam em danos ao meio ambiente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se concluir que uma vez que é promovida a organização empresarial e o compliance, automaticamente são efetivados os direitos da personalidade, tanto da empresa e de todos os envolvidos na prestação de serviços.

Também, que o meio ambiente é um direito da personalidade e que qualquer empresa no ramo ambiental tem que ter grande organização e seguir as normas jurídicas para cumprir com a sua função social e evitar danos ao meio ambiente. Para isso existe uma grande relevância na

atuação de profissionais qualificados na área ambiental e agroindustrial, com o objetivo de aplicar o princípio da prevenção e precaução, bem como evitar responsabilizações ao empresário agroindustrial.

REFERÊNCIAS

GOMES, Magno Federici; OLIVEIRA, Warley Ribeiro. A efetivação do compliance ambiental diante da motivação das certificações brasileiras. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13877. Acesso em: 11 out. 2024.”

HELENA DINIZ, M. Importância Da Função Social Da Empresa. **Revista Jurídica** (0103-3506), [s. l.], v. 2, n. 51, p. 387–412, 2018. DOI 10.6084/m9.figshare.6835007. Disponível em: https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=f788450c-116e-3894-b5bf 2853f9828cf6. Acesso em: 20 maio. 2024.

ORTOLAN, Josilene, FERREIRA, João. Compliance ambiental: vieses na seara empresarial e no agronegócio. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 40, 2023, p. 325-346.”

REZENDE, Elcio Nacur; GENEROSO, Francisco Chaves. O compliance ambiental empresarial como instrumento de concretização dos direitos humanos. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 14, n. 1, e236, jan./abr. 2023. doi: 10.7213/revdireconsoc.v14i1.29950.



CRIMES CONTRA À HONRA NA ESFERA CÍVEL: A PETIÇÃO INICIAL PARA DEFESA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE À LUZ DO ART. 319 DO CPC DE 2015

GT 8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Davi Albuquerque Geller de Oliveira[1], Marcelo Negri Soares[2].

[1] Mestrando em Ciências Jurídicas pela Unicesumar Maringá Paraná.. Bolsista pelo programa de suporte à Pós- Graduação de Instituições de Ensino Pariculares (PROSUP/CAPES). Graduado em Direito pela Universidade Cesumar E-mail: davi.albuquerqueadv@outlook.com.
[2] Orientador, Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP, Brasil. Pós-Doutor pela Universidade Nove de Julho – São Paulo. Especialista pela Universidade Mackenzie, São Paulo (SP). Cursou extensão universitária em Harvard, Berckeley e MIT, nos Estados Unidos da América. Professor Titular Visitante na Universidade de Coventry, Inglaterra (Reino Unido) – Faculdade de Direito, Administração e Negócios, Programa de Mestrado e Doutorado. Foi Professor da UFRJ (Faculdade Nacional de Direito); atualmente é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas UniCesumar (Maringá-PR). Pesquisador FAPESP, ICETI, NEXT SETI. E-mail: negri@negrisoares.com.br.

RESUMO

Os crimes contra à honra propriamente delimitados como injúria, calúnia e difamação, normalmente são objetos encontrados sobre o âmbito de análise do procedimento penal, com sua vez, e na responsabilidade inerente a reparação de ações que ameaçam e lesem o direito à honra como um direito da personalidade, sua discussão no Processo Civil não é limitada. A petição inicial correspondente ao art. 319 do CPC de 2015, é um instrumento efetivo nesta seleção. O presente estudo buscou pelo uso do método hipotético dedutivo, somado a utilização de consulta a legislação, art. científicos e obras jurídicas sobre o assunto, responder a problemática principal de como a petição inicial no Processo Civil é servida como um apto instrumento de efetivação de proteção do direito à honra em face de crimes sobre este. Demonstra-se que o direito à honra é um direito da personalidade, propriamente coligado a princípios constitucionais basilares como a dignidade da pessoa humana, não somente, que a dicotomia entre a esfera civil e penal no estudo deste direito nada impede que sua proteção seja realizada pelo Processo Civil. Por ventura também, por ser o primeiro instrumento idealizado dentro do procedimento cível, a petição inicial pode ser considerado como um efetivo instrumento de proteção, como também, institutos importantes ensejados dentro de sua construção, são muitas vezes necessários sobre o âmbito da proteção do direito à honra, como a figura da tutela provisória e da indicação de provas, entre outros.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Efetivação; Processo Civil.

1 INTRODUÇÃO

A tutela dos direitos individuais na sociedade brasileira, sempre foi algo bastante influenciado com as evoluções sociais nos últimos séculos, algo que sem sombra de dúvidas, manteve regramentos importantes para um contexto de proteção e adequação dos estudos dos direitos da personalidade no Brasil no século XXI.

Muito embora em séculos passados, esta última visão dos direitos individuais não fossem tais como são hoje, a necessidade da proteção dos

direitos individuais do homem já era uma constante vivida, como se denota nas declarações modernas do século XVIII, em que se objetivava uma proteção dos direitos individuais do homem em face dos antigos regimes ditatoriais que estavam perdendo forças com o iluminismo e a pertinência de uma visão mais antropocêntrica do estudo do direito com a colaboração da doutrina do direito natural.

Contudo, os direitos individuais, ou em mais específico, os direitos da personalidade os quais se tem hoje, apesar de haverem contornos de influência primários com as declarações que influenciaram os nacionalismos modernos, foi somente no pós segunda guerra, com a declaração universal de direitos do homem de 1948, que a postura atual dos direitos da personalidade, relacionados à defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, se vieram concretizados tais como são hoje.

A influência disto para o Brasil foi inevitável, com a promulgação da carta Constitucional de 1988, transmitiu-se uma série de direitos de caráter fundamentais, bem como, delimitou vários princípios gerais, como a própria dignidade da pessoa humana, que serve até hoje como um dos princípios de maior influência em quase todos os ramos de estudo do direito brasileiro.

Nesta acepção, os direitos da personalidade, apesar de não estarem gramaticalmente expressos na Constituição Federal, como mais à frente no trabalho será visto em tópico específico, contraiu necessária importância em 2002, com a influência do atual Código Civil, que neste escopo traz consigo um tópico sobre os direitos da personalidade, entre seus art. 11 a 21.

Porventura, a Constituição Federal ainda se demonstra interessante para a delimitação e construção temática de estudo sobre os direitos da personalidade, pois apesar de contrair uma certeza sobre eventuais direitos fundamentais, na maioria dos casos é existente uma notória disposição de direitos que além de serem fundamentais, também são direitos da personalidade.

Neste exemplo, tem-se o direito à honra, que sendo um clássico direito da personalidade, está disposto de maneira equivalente a outros eventuais direitos da personalidade na Constituição Federal no art. 5º inciso X, como a intimidade, a vida privada, a imagem, entre outros (Brasil, 1988).

Dito isto, o presente trabalho, englobado numa preocupação com as duas temáticas, direitos da personalidade, e sua instrumentalização, tem como objetivo geral, explorar como o Processo Civil brasileiro, em especial pela utilização de instrumentos processuais como a petição inicial, poderá ser manifestado como um instrumento efetivo de proteção dos crimes relativos ao direito à honra na seara do Direito Civil brasileiro.

Os objetivos específicos, serão quatro, primariamente se buscara um exame inicial dos conceitos dos direitos da personalidade, dando ênfase de estudo no direito à honra. A posterior, e em capítulo seguinte



será manifestado uma análise da dicotomia enfrentada pelo direito à honra tanto na seara do Processo Civil quanto no processo penal, se limitando, contudo, numa breve demonstração entre ambos quando o objetivo de sua tutela para o direito.

A seguinte, será realizado uma avaliação da petição inicial, e como sua utilização na esfera civil, pode ser manifestadamente necessária para a tutela do direito à honra como uma forma efetiva de proteção deste direito, carreando exemplos simples de como isto acontece, como o pedido de tutela provisória, e como a ação penal, principalmente já transitada em julgado, pode ser objeto de prova dentro da ação indenizatória por danos morais em face da ofensa ao direito à honra.

Em último tópico, será analisado todo progresso obtido pelos conceitos trazidos pelo estudo até o momento, estudando casos práticos que fortalecem esta ideia de proteção do direito à honra por meio da instrumentalidade trazida pelo Código de Processo Civil na tutela e proteção dos direitos da personalidade, como a tutela deste em face de crimes contra à honra.

O método buscado para o trabalho é o método hipotético-dedutivo, pois ira partir-se de um estudo geral para se concretizar ideias específicas sobre os temas inseridos. Por ventura, a metodologia será a revisão não sistemática, com a consulta à legislação, artigos científicos, bem como obras jurídicas.

A justificativa do tema, cai de encontro a situação da dicotomia que se visualiza na esfera do Direito Civil e penal, pois, apesar do ambiente principal de tutela de crimes ser no âmbito do próprio direito penal, em muitos casos, a esfera dentro do Processo Civil, que se inicia com a propositura da petição inicial, pode ser eficaz no tratamento adequado do direito à honra no ordenamento, pela atribuição do dano moral originado pela responsabilidade civil pela ofensa à honra como um direito da personalidade na casuística de crimes acometidos contra esta.

2 OS DIREITOS DA PERSONALIDADE E O DIREITO À HONRA

Como já estabelecido, a Constituição Federal Brasileira determina em seu art. 1º, inciso III, uma visualização clara de um regramento dos demais direitos fundamentais descritos no art. 5º da Carta Magna, de forma que estes sejam regidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988).

Relação mais que influenciada pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, do pós segunda guerra, a qual consequentemente dirigiu uma forte influência sobre muitas Constituições promulgadas no século XX, em especial a Constituição brasileira.

Para a construção e delimitação dos direitos individuais na atual sociedade contemporânea, mais que necessário, é o estudo e influência

dos direitos humanos, principalmente no que tange a dignidade da pessoa humana em especial sobre um aspecto de direcionamento à tutela dos demais direitos inerentes ao homem.

> temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida. (Sarlet, 2009, p.67).

Por meio desta premissa, ou seja, a pertinência temática da dignidade da pessoa humana no estudo dos direitos individuais, é possibilitado a construção do estudo dos direitos da personalidade.

Como proposto por Adriano de Cupis (2008, p.24), em seu célebre estudo sobre os direitos da personalidade, o Autor define que os direitos da personalidade são direitos subjetivos pelos quais sem a sua tutela no mundo do direito, não haveria simplesmente a necessidade de tutela dos demais direitos, razão pela qual o Autor também defende que os direitos da personalidade são a própria “medula da personalidade”.

Essa tamanha importância que os direitos da personalidade realizam para os demais campos do direito não é surpresa, ademais, na construção e fomento dos direitos individuais relativos ao homem, a personalidade se demonstra um escopo mais que necessário desses direitos.

Cabendo ainda, que a construção da teoria dos direitos da personalidade é quase que confundida com a visão dos direitos fundamentais, inclusive sobrevindo a uma temática bastante fortalecida com a dignidade da pessoa humana, que colocou no centro o ser humano como principal referencial nos ordenamentos (Cantali, 2008, p. 61).

Em outros termos, a personalidade, o próprio cerne principal de estudo dos direitos da personalidade, pode ser vista como “uma susceptibilidade de ser titular de direitos e obrigações jurídicas”, uma qualidade jurídica, ou também, uma precondição que o indivíduo possui para contrair os demais direitos no mundo jurídico (Cupis, 2008, p.19).

Hoje na legislação brasileira, a previsão dos direitos da personalidade na Constituição Federal não é explícita como o é no Código Civil de 2002, contudo, alguns autores entendem que o princípio da dignidade da pessoa humana descrita na Constituição Federal é a verdadeira cláusula geral dos direitos da personalidade, alicerce

fundamental sobre todo e qualquer escopo de análise dos direitos fundamentais (Szaniawski, 2005, p.136)

Deste modo, entre os direitos fundamentais transcritos na legislação Constitucional e civil brasileira, infere-se para o campo alvo deste estudo, um direito da personalidade que possui uma pertinência temática inclusive sobre o âmbito do direito penal, o direito à honra.

Nas linhas conceituais dada por Pontes de Miranda (2012, p.102) define a honra como “a dignidade pessoal, o sentimento e consciência de ser digno, mais a estima e consideração moral dos outros”, o qual pela visão deste mesmo Autor, o direito à honra é um direito público, absoluto e subjetivo.

Entre outros pontos, no texto de Edilsom Pereira de Farias trazido por Carlos Frederico Barbosa Bentivegna (2019, p.111), pontua duas características essenciais sobre a honra, a primeira é que o fundamento da honra se assenta na dignidade da pessoa humana, e o segundo é que a honra possui um duplo conteúdo.

Neste complemento, a existência de um duplo conteúdo sobre o direito à honra se refere a honra subjetiva, está na definição de Nelson Hungria é determinada pela autoestima, a consciência íntima do indivíduo sobre si mesmo e seu valor perante que este acredita possuir perante a sociedade, enquanto a honra objetiva é aquela tida como a própria reputação do indivíduo diante da comunidade, seu trabalho e sua família, ou seja, sua boa-fama (Bentivegna, 2019, p.107).

Notadamente, para o campo do direito brasileiro, a presença do direito à honra não encontra-se somente na sua Constituição Federal de 1988, e nem tão somente no Código Civil de 2002, mas inclusive no âmbito do direito penal, no seu capítulo V “dos crimes contra a honra”.

Neste determinado ponto:

> A calúnia ofende a honra, pela ofensa à verdade, que a atingiria; a injúria, pela ofensa à dignidade e ao decoro, na presença ou não; a difamação, pela ofensa à reputação, portanto ainda na ausência (...) Na difamação atinge-se o elemento reputação (estima ou consideração social); na injúria, ofende-se o elemento introspectivo, que é o sentimento e consciência da dignidade pessoal (a dignidade ou o decoro. (Pontes de Miranda, 2012, p.102).

Portanto, visualiza-se que o direito a honra é tanto um direito fundamental quanto um exímio exemplo de direito da personalidade, ao passo que este é extremamente coligado com o princípio da dignidade da pessoa humana, e nesta situação, tratar da honra é também tratar da personalidade do indivíduo, tanto pela sua honra objetiva quanto subjetiva.

Condecorando está ideia, e antes de adentrar na responsabilidade atinente na transgressão deste direito na esfera civil, é importante delimitar



que a ofensa sobre este direito, também pode ser, e muitas vezes o é, um crime, tal como visualizado pelas figuras como, calúnia, difamação e injúria vistas sobre o âmbito de estudo do código penal.

3 DIREITO À HONRA E SUA TUTELA PELO DIREITO CIVIL E PENAL

O estudo do direito material, apesar de muitas vezes necessário para o campo das ciências sociais, como todo e qualquer direito, precisa de meios, ou mesmo, instrumentos, que de uma forma adequada, possibilitem a efetividade deste direito.

Dito de outra forma, sem o estudo do direito processual, o direito material se constataria com uma falha prática incontroversa, ademais, é pelo direito processual que se possibilita a efetividade do direito material postulado, sendo ele norma de Direito Civil ou não.

Neste introito, quando se estuda os crimes em face do direito à honra e sua responsabilização surgida no âmbito direito processual, a resposta mais comum é que por ser algo relativo a crime, quem cuidará dos cuidados processuais necessários, seria nenhum outro senão o próprio Direito Penal e processual penal.

Com sua vez, para a configuração de uma tutela efetiva do direito à honra, em especial sobre os crimes em face de atos contra tal direito, nada obsta sua tutela no âmbito do direito cível.

> Onde há crime contra a honra, há ação civil; mas pode existir essa sem aquele, isto é, haver a ação de condenação específica, ainda com a reintegração, e a de indenização, tendo havido absolvição do crime contra a honra. Para a indenização, basta a culpa; para a condenação específica, basta a ofensa objetiva. (Pontes de Miranda, 2012, p.103)

Essa dicotomia, entre a tutela do Direito Civil e o Direito Penal que tem como alvo a proteção específica do direito à honra, são características independentes e complementares.

O que importa em síntese, não é somente como este direito, como o direito à honra, deverá ser alvo de tutela, mas sim também que se cesse a ameaça, ou lesão em face deste direito da personalidade, art.12 do Código Civil (Brasil, 2002).

Tanto para o direito penal, quanto para o direito civil, é possível ministrar uma tutela sobre o âmbito do direito à honra, contudo, ambas são independentes, e é por conta disto, que aqui se quer ver ponderado e estudado a tutela do direito à honra, contudo relacionado ao âmbito da esfera cível.

A exemplo, no que confere a finalidade de ambas, o Processo Civil possui a questão mais atrelada a reparação do dano, enquanto na seara



penal, é atribuído uma finalidade suscitada pela sua punição, em que pese, tal diferenciação não é absoluta, havendo inclusive no Direito Penal características de penas com cunho reparatório, como a suspensão condicional do processo e a composição civil (Puschel; Machado, 2008).

Notadamente, ambas possibilitam uma resposta relacionada e necessária quanto a ocorrência de um dano, tanto pela punição quanto pela reparação, todavia, haverá casos em que o direito ministrado pelo procedimento possa também ser tutelado pelos dois.

Aqui se inicia a possibilidade de responsabilização de danos em face ao direito à honra, que na seara penal seriam considerados como crimes contra à honra, no direito civil, são alvo de indenizações por meio do dano moral.

Nesta lição, não que exista uma qualidade para o uso específico da tutela pelo âmbito do Processo Civil ao invés da tutela pelo âmbito do Direito Penal na salvaguarda do direito à honra, não. Mas, que existe uma certa predileção na tutela deste direito pelo âmbito civil do que no penal, sobre a luz de determinados casos concretos, é possível.

Como visto, a finalidade da seara penal, em regra, é a responsabilização do agente do dano na punição, enquanto na esfera civil é a reparação do dano, em que pese, reparar o dano na quantidade comedida do ilícito, ou seja, na sua extensão, conforme lecionam os art. 944 e 953 *caput* e parágrafo único do Código Civil (Brasil, 2002).

Isto posto, como em casos práticos que serão demonstrados em próximo tópico, muitas vezes é mais adequado ou mais suscitado a utilização no âmbito do Processo Civil, pois o dano será limitado na extensão do dano, e como o dano nestes casos se trata de um dano propriamente moral, sua extensão, ou seja, sua limitação para reparação, é propriamente indefinida, em vista o caráter subjetivista deste tipo de dano.

Portanto, e nestes termos, a tutela do direito à honra no âmbito civilista é bastante pertinente, quiçá, equivalente a tutela pelo âmbito do Direito Penal em certos casos.

4 A PETIÇÃO INICIAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO

Já havendo vencido a temática da dicotomia entre ambas esferas de direito que conseguem ponderar uma guarida válida em face da proteção do direito à honra, não se viu ainda vencido como isto se efetiva na prática civil, notadamente, qual dos instrumentos processuais no âmbito do direito processual civil, pelo menos para este estudo, demonstra uma primeira efetividade do direito à honra.

Nesta lição, é indubitável que a primeira peça processual que inaugura o ambiente jurisdicional dentro do Processo Civil, não é outra senão a própria petição inicial.

A petição inicial é aonde nasce o processo, em outros termos, é no seu protocolo que se considera o início da demanda (Didier, 2015, p.547 *apud* Pires; Pereira, 2019).

Portanto, em se tratando de um estado de direito, que possui como um de suas previsões constitucionais, o acesso à justiça, bem como inafastabilidade da tutela jurisdicional, no ambiente cível, a petição inicial é um dos instrumentos mais incólumes e necessários para a instrumentalização de direitos e sua efetivação na seara cível.

Por sua vez, tal instrumento também é excelentíssimo como efetivador de tutelas específicas a respeito de proteção sobre os direitos da personalidade, principalmente em relação a situações que envolvem crimes contra a honra.

Conseguinte, primeiro cabe ministrar uma breve revisão dos requisitos da petição inicial, presentes no art. 319 do código de Processo Civil, dentre os quais se destacam os incisos III e VI, “A petição inicial indicará(...) III- o Fato e os fundamentos jurídicos do pedido;(...) VI – As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (...)” (Brasil, 2015).

O petitório inicial, não é outro, senão um dos primeiros meios que o demandante na esfera civil, realiza a apresentação de sua demanda ao ambiente jurisdicional, isto posto, o próprio código de Processo Civil, esclarece que determinados requisitos devam ser observados nesta construção, ou seja, preceitos iniciais antes do protocolo da ação devam ser procurados e estudados, em geral, na ordem que o próprio código processual aconselha, sobre pena deste instrumento ser considerado inepto para direção da demanda.

Em verdade, o que o código consagra são normas técnicas, requisitos fundamentais deste instrumento, e como já afirmado, constitui o primeiro documento que será direcionado a estudo do agente jurisdicional que decidira a lide.

Para o direito material, é muitíssimo importante que o corpo deste petitório corresponda, por exemplo, um tópico específico para os fatos, ademais, a posterior, e com a leitura deste, o redator conseguira realizar a demonstração do direito e sua subsunção do fato a norma.

Para uma visão de tutela e salvaguarda do direito à honra, isto é extremamente essencial, pois com este documento, o agente julgador conseguira constituir um juízo de valor moldado na técnica jurídica e por fim assistir ou não o direito pleiteado.

Outra observação, é o requisito da do inciso VI do art. 319, em que pese, a formulação de pedido específico sobre as provas que o Autor pretende utilizar para se ver provado o seu direito.

Destaca-se, provas não são para provar a verdade do que foi alegado, mas sim, uma forma de argumentação, ou seja, uma forma de

visibilidade dos argumentos articulados em toda fase do processo (Leal, 2009, *apud* Pinheiro; Souza, 2018).

Para o direito à honra, em casos que tratam sobre injúria, difamação ou mesmo calúnia, é extremamente importante tal colocação, ademais, muitas vezes a comprovação, ou seja, a fática demonstração da ocorrência destes crimes, de modo que argumentação jurídica colocada faça um juízo positivo diante do julgado, é preciso que a produção de provas seja tratada com cuidado e sensibilidade.

Outro ponto, que alude a ideia de que o petitório exordial, possui o condão efetivo de transmitir uma tutela adequada do direito à honra na esfera cível, é a presença do instituto da tutela provisória.

Como a petição inicial é o primeiro documento analisado pelo órgão jurisdicional, em regra, é neste documento, que a parte sobre iminente perigo e ameaça, a sua honra por exemplo, demandara como pedido dentro do petitório um modo que possibilite que se cesse a ameaça ou lesão iminente sobre este direito, art. 300 e seguintes do Código processual civil (Brasil, 2015).

A decisão, também chamada de, *inaudita altera pars*, ou seja, a liminar propriamente dita, possibilita que em determinados casos, a decisão seja proferida pelo agente julgador sem a oitiva prévia da parte contrária, decisão esta que antecipa o bem da vida pleiteado ou determina um procedimento cautelar sobre o bem da vida discutido a fim de proteção e salvaguarda deste direito.

De outro modo, a figura da tutela provisória, em síntese, é normalmente encontrada no corpo da própria petição inicial, esta que devido a evidencia do direito, ou perigo de dano, fara com que o agente julgador realize uma antecipação do direito ou modos para sua proteção.

Neste contrates, e em se tratando do direito a honra, tal deslinde como será visto, é preponderante nas decisões que observam a proteção deste direito da personalidade.

Não somente, mas também tratando-se de execução civil, o petitório inicial da execução, pode vir a servir como meio de execução de uma demanda penal sobre o assunto, visto que no art. 515 inciso VI, “a sentença penal condenatória transitada em julgada” é pleno título executivo judicial, do mesmo modo, a ação penal que decidiu sobre os crimes de injúria, calúnia e difamação, pode ser referenciada na própria petição no cível, como uma forma argumentativa de articulação de argumentos, a fim de manifestar o direito inerente à honra e sua ofensa em determinados casos

Portanto, em se tratando de um efetivo instrumento de proteção do direito à honra quando assoberbado na análise de casos como injúria, calúnia e difamação, tal documento se demonstra extremamente essencial, não só pelo fato de ser o primeiro documento muitas vezes, que o agente julgador terá como balizador de seu juízo sobre as argumentações apresentadas no Processo Civil, mas também por ser o documento que



dirigirá toda fase probatória, como também pela sua redação, será ali que o autor conseguira manifestar um pedido de tutela provisória, quando incidental, ademais, também se demonstra como um instrumento apto para iniciar um reconhecimento de demandas na esfera civil que já foram tratadas no âmbito penal.

5 ESTUDO DE CASOS

Colaborando com o que até o momento foi defendido, é necessário um estudo de casos práticos que demonstrem, tal como afirmado, uma tese que corresponda as questões apresentadas, ou seja, demonstrem que o direito à honra foi reparado ou mesmo até punido a sua ofensa na esfera civil, com procedimentos reunidos que foram solicitados já no petitório inicial. Contudo, verifica-se cada caso de maneira específica.

> Apelação cível. Ação de reparação civil c/c danos morais por injúria racial. Sentença de procedência. Insurgência do réu. (...)3. Mérito. Ofensa à honra da autora verificada. Acervo probatório que demonstra que o réu ofendeu a honra da autora em duas oportunidades.
> Injúria racial comprovada. Danos morais verificados. Impossibilidade de redução da indenização arbitrada sob pena de se tornar irrisória ou excessiva a verba indenizatória diante das circunstâncias do caso concreto. Sentença integralmente mantida. Majoração dos honorários recursais devida. Recurso parcialmente conhecido e desprovido. (TJPR - 8ª Câmara Cível - 0005044-16.2019.8.16.0033 - Pinhais - Rel.: Desembargador marco Antonio Antoniassi - J. 22.09.2022).

Como se visualiza, a decisão proferida pelo agente julgador foi derivada, senão que quase inteiramente consubstanciada, no arcabouço probatório apresentado no procedimento, este que iniciado sobre o âmbito da petição inicial, sem dúvidas foi essencial para a demonstração fática e de direito analisado.

Apesar de se tratar objetivamente de um crime, a ação pelo ambiente civil, consegue delimitar uma esfera de reparação muitas vezes necessária, como a na própria figura do dano moral.

> Recurso inominado. Ação indenizatória. Ofensas verbais. Fatos que foram objeto de ação penal. Condenação criminal da parte ré. Dano moral configurado. Pretensão de alteração do quantum arbitrado a título de danos morais. Não acolhimento. Valor inalterado. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Recurso conhecido e não provido.1. Ação de indenização por danos morais.2. Ofensas e insultos verbais proferidos pelo réu no ambiente de trabalho da autora, na presença de testemunhas.3. Fatos que foram objeto de ação penal ensejando a condenação do ofensor, ora réu, pela prática do crime de



> injúria, tendo a autora cumprido seu ônus probatório, nos termos do artigo 373, inciso I, do CPC.4. Defesa do réu, por sua vez, fundada em meras alegações de ter revidado injusta agressão, sem lograr êxito em desconstituir o direito demonstrado pela parte autora, ônus que lhe incumbia, nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil.5. Ocorrência de lesão à honra subjetiva da autora, com exposição a constrangimento perante terceiros, impondo ao réu o dever de indenizar pelos danos morais suportados.6. Pretensão de redução do valor indenizatório. (...)7. Ausente razões para a reforma da decisão guerreada, deve ela ser integralmente mantida em seus próprios termos. 8. Recurso conhecido e não provido. (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0006901-91.2017.8.16.0090 - Ibiporã - rel.: juiz de direito da turma recursal dos juizados especiais Irineu Stein Junior - j. 20.08.2021).

De outra forma, aqui a relação é um pouco mais desenvolvida para o lado da ação penal, de modo que, todo a análise procedimental normalmente idealizado pela fase de conhecimento, já fora visto em ação penal anterior. Neste aspecto, a ação no cível, iniciada pela exordial, foi idealizada com um arcabouço probatório formado desde logo na ação penal.

Modo que, o petitório inicial, ou seja, o início da ação indenizatória civil, foi para discutir a indenização referente ao dano à honra do autor pela figura do dano moral.

> Agravo de instrumento – direito processual civil – tutela de urgência antecedente – decisão que indefere a tutela de urgência para retirada de reportagem que associa o agravante a suposta prática de crime de abuso – requisitos artigo 300 do código de processo civil preenchidos - extrapolação dos limites da liberdade de expressão – ofensa aos direitos à imagem, honra e à intimidade do agravante que devem prevalecer neste momento – ausência de censura – decisão agravada modificada – recurso conhecido e provido. (TJPR - 8ª câmara cível - 0063420-94.2019.8.16.0000 - Umuarama - rel.: juiz de direito substituto em segundo grau Ademir ribeiro Richter - j. 28.09.2020)

Como no caso supra, isso foi verificado, ademais, como figura de tutela necessária para a proteção destes direitos, na maior parte das vezes, são necessários certos instrumentos, dentro da própria ação no Processo Civil, para que a ameaça ou lesão sobre o direito discutido, seja imediatamente cessada.

No caso, tratando-se de uma reportagem, ou seja, um meio de informação que garante um amplo acesso para diversas pessoas conhecerem sobre o assunto, o juízo de primeiro grau, após recebido o pedido de tutela provisória antecedente dentro da exordial, não a deferiu,

sendo necessário a interposição de um agravo de instrumento sobre a não concessão da retirada da reportagem que feria os direitos do impetrante, neste caso também o direito à sua honra.

O que se visualizou, que apesar do primeiro juízo não ter decidido em favor da parte, o juízo de segundo grau entendeu a medida como necessária, esta baseada com argumentos que já foram carreados no petitório inicial, ou seja, é frutífero corresponder que tal instrumento processual foi efetivo na proteção do direito à honra na esfera cível.

Em outros termos, o direito à honra, na Processo Civil brasileiro, é um direito da personalidade que é discutido de forma costumeira, pois mesmo que a transgressões realizadas em face deste direitos se idealizam muitas vezes como crimes, é indispensável, na maioria das vezes, a realização da demanda no cível, pois, por meio desta é possível que a parte consiga obter a sanção reparatória civil, e consiga até, postular meios que possibilitem o resguardo deste direito quando a ameaça sobre este é iminente, como a figura das tutelas provisórias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ofensa ao direito à honra no direito brasileiro, é tratada como a ofensa a um direito iminentemente fundamental pala carta constituinte brasileira, que de outras formas, postula regramentos necessários pelas disposições infraconstitucionais sobre a sua proteção, nesta guarida, ainda mais se tratando de ofensa a este direito, a figura da injúria, calúnia e difamação são constantes nesta discussão.

Apesar disto, tanto o direito penal, quanto a esfera civil é ideal para o tratamento da reparação e punição sobre a ofensa deste direito, pois, apesar de diferentes, elas são complementares a depender da casuísta delimitada, em respeito a isto, na esfera civil, em que pleiteia, em regra, a reparação do direito, a figura da ação de indenização iniciada pela petição inicial protocolada pela jurisdição civil, é necessária.

Os instrumentos civis, ou mesmo técnicas específicas determinadas dentro do petitório exordial, fornecem uma aptidão prática na reparação sobre a ofensa deste direito, posto que possibilita uma adesão necessária inclusive em casos que o Direito Penal não tem esta função.

Esta instrumentalidade de proteção e efetivação do direito à honra aqui delimitada na esfera cível, só é possível devido as circunstancias que a própria legislação determina, ou seja, figuras como a produção e indicação de provas, utilização da sentença penal indicada na petição civil, o pedido de tutela provisória e a figura do dano moral, são responsabilidades que a esfera civil estabelece, não somente, mas como também inconfundível que a representação destes meios, é presente na própria petição inicial, documento este que representa, em regra, o início da discussão dentro do Processo Civil.

Portanto, o petição inicial, sobre a discussão da proteção de crimes contra à honra, possibilita uma representação fática de defesa dos interesses à proteção sobre a ameaça deste direito da personalidade, o que com sua vez, também se demonstra como um instrumento apto de guarida válida e efetiva deste direito, pelas figuras representadas e delimitadas pelo escopo apresentado deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BENTIVEGNA, Carlos Frederico B. **Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade: os limites entre o lícito e o ilícito**. Barueri: Manole, 2019. *E-book.* ISBN 9788520463321. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463321/. Acesso em: 03 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 de out. 2024.

BRASIL. **Código Civil. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 de jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 04 de out. 2024.

BRASIL. **Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 17 mar.2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art701. Acesso em 04 de out. 2024.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da Personalidade: Disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana**. Livraria do Advogado Editora. Porto Alegre, 2009.

CUPIS, Adriano de. **Os Direitos da Personalidade**. Editora: Quorum, 2º ed. São Paulo, 2008.

PIRES, Jokasta Neves; PEREIRA, Márcia Helena de Melo**. Esfera Jurídica em destaque: um olhar sobre o gênero petição inicial.** Fórum Linguístico.v.16 n.4. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4181. Acesso em: 04 de out. 2024

PINHEIRO, Guilherme Cézar. SOUSA, Lorena Ribeiro de Carvalho. **A petição inicial e os seus requisitos no novo código de processo civil**. Revista esmat, *[S. l.]*, v. 10, n. 15, p. 75–104, 2018. DOI: 10.34060/reesmat.v10i15.234. Disponível em: https://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/234. Acesso em: 4 out. 2024.

PONTES DE MIRANDA. **Tratado de Direito Privado: Parte especial. Tomo VII. Direito de personalidade Direito de Família**. Atlz por Rosa Maria de Andrade Nery. Editora: Revista dos Tribunais. São Paulo, 2012.

PUSCHEL, Flavia Portella; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Questões atuais acerca da relação entre as responsabilidades penal e civil**. GARCIA, Basileu, 2008. Disponível em: http://publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/recons t_da_dogmatica_flavia_puschel_e_marta_machado.pdf. Acesso em 04 de out. de 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais: Na Constituição de 1988**. Sétima Edição. Revista e atualizada. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2009.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

O DIREITO DA PERSONALIDADE E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS ANIMAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL

GT 8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Lucas Mendes Bonato[1], Ricardo da Silveira e Silva[2].

[1]Acadêmico, Unicesumar, Maringá/Paraná, lucasmebo@gmail.com.
[2]Orientador, mestre pela Unicesumar (2016), docente da Unicesumar, ricardo.silva@unicesumar.edu.br.

RESUMO

No decurso da evolução da civilização humana, a problemática dos direitos dos animais foi objeto de exígua consideração, entretanto, tal cenário foi progressivamente alterado em consonância com a trajetória da legislação normativa brasileira, culminando na deliberação acerca do anteprojeto do Novo Código Civil, que almeja incorporar a relação de afetividade entre humanos e animais como uma manifestação dos direitos da personalidade.

Palavras-chave: afetividade; maus-tratos; proteção; seres não humanos; tutela jurídica.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento jurídico dos direitos dos animais ao longo da história nunca fora tão amplamente debatido no mundo jurídico na medida em que não apenas envolve um entendimento científico sobre a natureza intrínseca dos animais, mas também reflete um aspecto comportamental humano na sua relação com esses seres.

Notadamente, a relação de afetividade nutrida pelos seres humanos em relação aos animais e seu reconhecimento enquanto direito da personalidade constitui temática de crescente relevo nos debates jurídicos contemporâneos, pois enseja uma análise aprofundada das repercussões jurídicas e pragmáticas, devendo-se considerar não apenas a incorporação dessa conexão afetiva na construção de tal vínculo, mas também a observância de práticas que não transgridam os preceitos inerentes aos direitos e à dignidade atribuídos aos seres não humanos.

O delineado torna-se evidente com o advento do anteprojeto do Novo Código Civil, remetido ao Senado em 17 de abril de 2024 para a pertinente apreciação, o qual, em seu capítulo destinado aos Direitos da Personalidade, contempla a afetividade humana em relação aos animais que integram o contexto sociofamiliar.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Muito embora os animais sempre tenham sido, sejam e continuem a serem seres dotados de vida, consciência e inteligência, ao longo da história, permaneceram totalmente negligenciados pelo ordenamento jurídico brasileiro, destituídos de qualquer reconhecimento que considerasse sua natureza biológica, tanto em seu sentido estrito quanto em sua acepção mais ampla.

É elucidado pelo renomado escritor e jurista Laerte Fernando Levai (2023) que, ainda no século XIX, até mesmo a flora encontrava-se resguardada por salvaguardas jurídicas previstas em dispositivos legais, conforme é evidenciado no Código Criminal de 1830, o qual punia o corte ilegal de árvores classificadas como "madeiras de lei", mas, de maneira lamentável, não vislumbrou, à época, qualquer normatização jurídica que contemplasse os animais dentro do arcabouço legal protetivo.

Conforme asseveram os estudiosos Samylla Mól e Vanancio Renato (2014), os primitivos dispositivos legais brasileiros que faziam menção aos animais em seu escopo normativo não podem ser concebidos como medidas de caráter protetivo voltadas à tutela dos seres não humanos, na medida em que seus propósitos se circunscreviam a estabelecer diretrizes de cunho meramente prático e utilitário, voltadas às conveniências humanas; o que se observa no decreto de 1884, do qual aprovava tarifas e instruções regulamentares para o transporte de passageiros e mercadorias pela estrada de ferro Conde d'Eu, determinando, em seu art. 66, que "os animais ferozes só serão transportados nos trens de mercadorias ou especiais, e acondicionados em fortes caixões, ou gaiolas de ferro ou madeira".

Nos transcursos dos anos, segundo os mencionados estudiosos, ocorreram algumas movimentações que demonstravam sensibilização em relação aos animais, especialmente no tocante aos maus-tratos infligidos a esses seres, como se evidencia no Decreto n.º 24.645 de 10 de julho do de 1934, o qual tipificou 31 condutas humanas passíveis de serem qualificadas como "maus-tratos a animais", tais como "manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz" (inc. II do art. 3º) ou "despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros" (inc. XXVI do art. 3º), a título de exemplo.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, desempenhou um papel de relevância singular no avanço do reconhecimento dos direitos dos animais no Brasil, contemplando em seu texto (inc. VII, § 1º, art. 225) a proteção da fauna e destacando a vedação de práticas que comprometam a função ecológica das espécies, que possam acarretar sua extinção ou que submetam os animais a situações de crueldade.

Conforme sustentam os mencionados estudiosos Samylla Mól e Vanancio Renato (2014), essas novas proposições legislativas refletem

uma mudança significativa na percepção social em relação aos animais, evidenciando o reconhecimento progressivo de seus direitos e de sua dignidade intrínseca, ao mesmo tempo em que demonstram que os avanços no campo dos direitos dos animais seguem em constante expansão, consolidando a proteção desses seres como uma preocupação jurídica e ética que não cessa de evoluir.

Tal assertiva é ratificada pelo fato de que, encontra-se em pauta atual a reforma do Código Civil de 2002, cujo escopo reside na modificação da natureza jurídica atribuída aos animais, objetivando reconhecê-los como seres dotados de senciência, transcendendo a condição de meros objetos.

Vicente de Paula Ataide Junior (2024), pós-doutor em Direito Animal, sustenta que o novel dispositivo introduzido no capítulo dos direitos da personalidade do Código Civil consagra o reconhecimento da afetividade humana em relação aos animais que integram o entorno sociofamiliar do indivíduo, robustecendo, assim, o vínculo de cuidado e proteção que se estabelece entre seres humanos e animais.

Em contrapartida, o mencionado docente apresenta uma crítica ao destacar que o reconhecimento da afetividade por animais enquanto direito da personalidade humana implica a imprescindibilidade de um aprofundamento acerca das repercussões jurídicas e práticas correlatas, não podendo tal reconhecimento ser utilizado como subterfúgio para justificar condutas que venham a transgredir os direitos e a dignidade intrínsecos aos próprios animais.

As aludidas modificações na legislação brasileira concernente aos animais alicerçam-se não apenas na tutela dos próprios animais, mas igualmente na relevância essencial que desempenham no bem-estar emocional e psicológico dos tutores, consolidando o vínculo de cuidado que emerge dessa relação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise histórica e normativa empreendida, constata-se que o reconhecimento dos direitos dos seres não humanos no Brasil emerge como resultado de uma progressão paulatina e retardada, fomentada por um crescente amadurecimento tanto no plano social quanto no científico acerca da senciência e da dignidade inerente a esses seres vivos, cuja existência, por longo tempo, foi desprovida de salvaguardas legais adequadas, o que gradualmente se modificou com a adoção de uma série de dispositivos normativos que visam resguardar esses entes de abusos e crueldades mediante a devida penalização de tais condutas.

O jurista Vicente de Paula Ataide Junior (2024) expõe que, ao fim e ao cabo, o ponto de inflexão presente no anteprojeto do Novo Código Civil pode ser compreendido como um marco de relevância significativa para o

ordenamento civil, além de representar um avanço no processo civilizatório impulsionado pelas instituições defensoras da causa animalista.

Hugo Filardi Pererira (2024), doutor e mestre em Direito, argumenta que o anteprojeto do Código Civil, representa um avanço importante no cenário legislativo, com o intuito de assegurar tanto a proteção dos animais quanto de seus responsáveis, além de favorecer uma reorganização dos espaços urbanos.

Conclui-se, portanto, que a salvaguarda jurídica desse vínculo não apenas exalta a posição dos animais no contexto social, mas também enriquece a apreensão da própria essência da personalidade humana, demandando uma responsabilidade proativa na promoção de um ambiente de zelo e reverência, que se revela imprescindível para a edificação de uma sociedade mais equânime em relação a esses seres.

REFERÊNCIAS

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. Os animais no anteprojeto de reforma do Código Civil: Nem coisas, nem pessoas. **Migalhas**. 30, julho, 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/reforma-do-codigo-civil/412220/os-animais-no-anteprojeto-de-reforma-do-codigo-civil. Acesso em: 05 out. 2024.

LEVAI, Laerte F. **Direito dos Animais**: A Teoria na Prática. Curitiba: Editora Appris, 2023.

MÓL, Samylla, VENANCIO, Renato. **A proteção jurídica aos animais no Brasil**: uma breve história. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

PEREIRA, Hugo Filardi. O direito dos animais e o anteprojeto de reforma do Código Civil. **Migalhas**, 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/407020/o-direito-dos-animais-e-o-anteprojeto-de-reforma-do-codigo-civil. Acesso em: 14 out. 2024.



PROPRIEDADE E FUNÇÃO SOCIAL COMO EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

GT08: DIREITO CIVIL, EVOLUÇÃO E DESAFIOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Marcelo Negri Soares[1], Guilherme Magalhães de Souza[2].

[1] Orientador, Pós-doutor pela Universidade de Coimbra (PT) e pela Universidade Nove de Julho, São Paulo (BR). Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. Docente - UniCesumar. E-mail: negri@negrisoares.com.br.
[2] Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. Bolsista PROSUP-CAPES. E-mail: pesquisaguilhermesouza@gmail.com.

RESUMO

Com o objetivo de apresentar uma forma de tutelar os direitos da personalidade a partir do direito de propriedade, o trabalho se propõe a examinar como a aplicação das teorias interna e externa da função social afeta o equilíbrio entre os interesses individuais dos proprietários e os interesses coletivos e investigar as consequências econômicas e sociais das decisões judiciais que têm por fundamento o princípio da função social da propriedade. Buscando uma nova interpretação sob uma análise econômica, busca-se contribuir com uma tutela, tanto dos direitos do proprietário, quanto daqueles que necessitam de uma regularização possessória, seja em razão de vulnerabilidades sociais, seja em demais condições, como os loteamentos irregulares. Com a metodologia hipotético-dedutiva, parte-se da hipótese de que a propriedade pode ser um meio de efetivação dos direitos da personalidade e faz-se uma construção histórico-normativa de tal direito e sua função social para concluir a hipótese de que é possível encontrar, dentro do sistema, outras soluções juspositivas e diversas reconduções dogmáticas da figura da função social da propriedade, que poderão ser a gênese de novas construções técnico-formais para permitir a tutela dos direitos da personalidade.

Palavras-chave: Positivismo; Crítica; Direitos da Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O direito de propriedade não possui uma definição única, mas se estrutura de forma dinâmica e articulada com as estruturas sociais do contexto histórico e ambiental em estudo. Assim, qualquer definição da propriedade deve ser compreendida à luz do momento histórico e do ambiente em que é formulada.

A propriedade individual moderna, vinculada aos direitos da personalidade e à dignidade humana, surgiu com o Direito Civil moderno e se consolidou com a Revolução Francesa, que democratizou o conceito de propriedade individual baseado no direito romano. A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1789, em seu artigo 17º, estabelece que a propriedade é um direito individual e sagrado, do qual ninguém pode ser

privado, exceto por necessidade pública legalmente comprovada e mediante justa e prévia indenização.

O Código Civil francês de 1804, em seu artigo 544, define a propriedade como “o direito de gozar e dispor das coisas da forma mais absoluta, desde que delas não se faça um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos”. Esse paradigma da propriedade individual, marcado pelo liberalismo, foi adotado por diversas legislações do século XIX, como o Código Civil italiano de 1865, que seguiu a mesma redação do Código Civil francês.

No final do século XIX, a propriedade individual começou a evoluir do absolutismo em direção à noção de função social, movimento que se intensificou ao longo do século XX. Esse processo é refletido na doutrina atual, que distingue entre a propriedade individual moderna e a contemporânea.

Essa evolução coincide com a transformação do Direito Civil, que, do século XIX ao XXI, passou de uma visão tradicional, focada no direito subjetivo e nos Códigos Civis, para uma concepção contemporânea que vê a propriedade como uma relação jurídica complexa, permeada de direitos e deveres, inspirada em valores constitucionais e no princípio da função social da propriedade.

As mudanças nas concepções de propriedade, impulsionadas por avanços históricos e jurídicos, ressaltam a necessidade de reavaliar o papel social desse direito. O conceito de função social da propriedade, embora amplamente debatido e consagrado, ainda gera discussões sobre seus limites e implicações, especialmente à luz da Análise Econômica do Direito.

Nesse contexto, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre a propriedade e sua função social, analisando a tensão entre as teorias interna e externa da função social e como essa discussão pode contribuir para a efetivação dos direitos da personalidade.

A análise econômica do direito permite avaliar a propriedade como um instrumento para a promoção da eficiência econômica e justiça social, além de contribuir para a proteção dos direitos da personalidade do proprietário.

O objetivo da pesquisa é examinar a aplicação das teorias interna e externa da função social da propriedade, utilizando casos da jurisprudência para analisar o equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos, enfatizando as consequências econômicas e sociais das decisões judiciais baseadas no princípio da função social da propriedade.

Para isso, adota-se o método hipotético-dedutivo, complementado por uma análise histórica e revisão doutrinária, buscando responder a questões como: Quais são os impactos econômicos da aplicação da função social da propriedade segundo a teoria interna? Em que medida a teoria externa protege os direitos de propriedade e efetiva os direitos da personalidade?



O estudo busca consolidar a teoria externa como a mais adequada para garantir tanto a segurança jurídica quanto a eficácia econômica da propriedade, propondo que a função social seja aplicada de forma a equilibrar os direitos fundamentais do proprietário e os interesses coletivos, contribuindo para a tutela dos direitos da personalidade.

A abordagem começa com uma análise histórica da propriedade, desde a moderna até a contemporânea. Em seguida, apresenta a função social da propriedade e as teorias interna e externa, explorando como cada uma contribui para a tutela do direito de propriedade. Posteriormente, aborda o arcabouço normativo, seguido por uma análise prática da jurisprudência. No final, realiza uma análise econômica do direito, apresentando a propriedade como um mecanismo para efetivar os direitos da personalidade.

O tema é relevante, pois propõe uma forma de tutela dos direitos da personalidade a partir de uma análise econômica dos direitos de propriedade e sua função social. O trabalho visa contribuir com novas interpretações dos direitos de propriedade e sua função social, especialmente em relação aos direitos da personalidade em um contexto de relevância econômica.

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A função social da propriedade é uma construção jurídica que busca conciliar direitos individuais e interesses coletivos. O estudo aborda duas teorias sobre o tema: a teoria interna, baseada nas ideias de Léon Duguit, e a teoria externa, desenvolvida por autores como Stefano Rodotà e Carlos Ari Sundfeld.

A teoria interna sugere que a propriedade só existe se cumprir sua função social, o que a torna parte essencial do próprio direito. Nesse sentido, Duguit argumenta que a propriedade se adapta às necessidades sociais e só é protegida se utilizada para um fim socialmente útil (Duguit, 1913). Um exemplo dessa aplicação foi o caso da Favela Pullman, onde o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu em favor dos ocupantes, aplicando a função social da propriedade e rejeitando a reintegração de posse sem indenização (Tartuce, 2013). Contudo, essa teoria é criticada por criar insegurança jurídica, ao condicionar a validade da propriedade ao cumprimento da função social (Peluso, 2020).

Em contraste, a teoria externa propõe que a função social atua como uma limitação ao exercício da propriedade, mas não compromete seu núcleo essencial. Sundfeld (2019) destaca que a função social impõe tanto obrigações positivas quanto negativas ao proprietário, como a necessidade de construir ou preservar determinadas condições em benefício coletivo. Essa perspectiva permite equilibrar segurança jurídica com justiça social,

evitando intervenções excessivas do Judiciário e garantindo previsibilidade ao mercado imobiliário. Segundo Messineo (1959), a novidade dessa teoria está na introdução de obrigações sociais ao proprietário, indo além das tradicionais limitações administrativas.

A análise econômica do direito reforça a importância da propriedade formal para a eficiência produtiva. Hernando de Soto (2001) demonstrou que, em países onde a propriedade é reconhecida formalmente, a produtividade é maior, pois as pessoas podem se dedicar mais à geração de renda e menos à defesa de seus bens. No Brasil, a jurisprudência frequentemente aplica a função social para preservar ocupações informais, como no caso do Recurso Especial nº 1.302.736/MG, em que o Superior Tribunal de Justiça negou a reintegração de posse de um imóvel ocupado pelo Movimento dos Sem Terra, favorecendo a comunidade local (Brasil, 2016). Embora a função social possa promover inclusão, há críticas sobre seu uso excessivo pelo Judiciário em detrimento dos direitos de propriedade, sugerindo a necessidade de equilíbrio entre interesses econômicos e sociais (Cooter & Ulen, 2000).

Portanto, a teoria externa, ao tratar a função social como um limite e não como essência da propriedade, oferece um caminho mais adequado para resolver conflitos fundiários. Ela evita a precarização do direito de propriedade e promove soluções que garantem tanto a proteção dos direitos individuais quanto o atendimento das demandas sociais, especialmente no contexto urbano e de regularização fundiária (Sundfeld, 2019; Sousa Junior & Lima, 2020).

Vale dizer que, embora a propriedade não possa ser considerada um direito da personalidade, definida como aqueles direitos reconhecidos à pessoa humana em sua essência e projeções na sociedade, destinados a proteger valores inatos como a vida, a intimidade, a honra e a intelectualidade (BITTAR, 2015), sua proteção pode contribuir para a efetivação desses direitos. Além disso, "apenas elementos da personalidade ôntica do sujeito, com uma dimensão ética expressa na realização, podem configurar direitos da personalidade" (GONÇALVES, 2008, p. 93-94). Ou seja, para concretizar os direitos da personalidade, o intérprete deve considerar esse conteúdo ético fundamental, necessitando de um profundo conhecimento antropológico da realidade pessoal (Ibidem). Assim, alguns direitos tradicionalmente chamados de "direitos da personalidade" podem não ser verdadeiros direitos da personalidade, seja porque o objeto jurídico não está inteiramente incluído na noção de personalidade, seja porque não preenche o conteúdo ético necessário para sua valoração.

Embora a propriedade não seja considerada um direito da personalidade, sua garantia pode contribuir para a efetivação desses direitos. A ação de reintegração de posse ou o esbulho possessório, que resultam em uma recompensa ao proprietário, podem, nesse contexto,

contribuir para o desenvolvimento da personalidade, já que esses direitos defendem aspectos íntimos da vida. A propriedade, especialmente quando ligada à moradia, à vida, e ao desenvolvimento pessoal, se torna um elemento crucial para a intimidade e a privacidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigou a relação entre o direito de propriedade e a função social sob a ótica da Análise Econômica do Direito, analisando as teorias interna e externa. Utilizando a metodologia hipotético-dedutiva, concluiu-se que, enquanto a teoria interna pode gerar insegurança jurídica ao condicionar a existência da propriedade ao cumprimento de sua função social, a teoria externa oferece um equilíbrio mais eficaz entre interesses individuais e coletivos.

A função social, interpretada economicamente, é essencial para a tutela de direitos da personalidade, como moradia, dignidade, vida e privacidade.

Em casos de regularização fundiária, a proteção da propriedade ajuda a efetivar esses direitos, uma vez que está ligada ao desenvolvimento da personalidade e a direitos clássicos como a intimidade e privacidade.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos A. **Os Direitos da Personalidade**, 8ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502208292. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208292/. Acesso em: 30 ago. 2024.

COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Law and Economics**. Addison Wesley. 3. ed., 2000.

GONÇALVES, Diogo Costa. ***Pessoa e direitos da personalidade: Fundamentação ontológica da tutela***. COIMBRA: Editora Almedina, 2008.

SOUSA JUNIOR, Almir Mariano de; LIMA, Daniela de Freitas. Marcos regulatórios da regularização fundiária urbana: foco nas leis 11.977/2009 e 13.465/2017. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 12, nº 3.

SUNDFELD, Carlos Ari. Função social da propriedade. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 10, p. 403-423, jul.-set., 2019.

TARTUCE, Flávio. A desapropriação judicial privada por posse-trabalho e o caso da Favela Pullman. Semelhanças e diferenças. Concretizando a função social da propriedade e da posse. **Revista de Direito Privado**, v. 54, p. 129-160, abr.-jun., 2013.



RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DIREITO FALIMENTAR: DA POSSIBILIDADE DE DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA OU LIQUIDAÇÃO BRANCA DA SOCIEDADE

GT08: DIREITO CIVIL, EVOLUÇÃO E DESAFIOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

João Vitor Ganassin,[1] Israel Golfet de Souza,[2] Marcelo Negri Soares[3]

[1] Graduando do décimo semestre do curso de Direito na Universidade Cesumar (Unicesumar) e-mail: joaovitorganassin2002@gmail.com;
[2] Graduando do décimo semestre do curso de Direito na Universidade Cesumar (Unicesumar), e-mail: israelgolfet@hotmail.com;
[3] Professor e Pesquisador do Programa de Mestrado em Direito UniCesumar - Centro Universitário Cesumar, na linha de pesquisa Efetividade da Justiça e Direitos da Personalidade, lecionando a disciplina Acesso à justiça e Meios adequados de solução de conflitos. Pós-Doutorado pela Uninove/SP (2017). Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Mestre pela PUC-SP (2005). Graduado pela Universidade Estadual de Maringá/PR (1997). Especialista em Direito Processual pela Universidade Paulista (1998), em Direito Comercial pelo Mackenzie (2006), em Direito Público pela Escola Federal de Direito (2008). Formado em Contabilidade pelo IEEM - Maringá (1989).

RESUMO

Por meio deste trabalho buscaremos a captação da lógica integral do sistema falimentar e recuperacional no Brasil obtendo suas conceituações fundamentais através de um processo de concreção amparado em breve análise histórica do direito concursal. Isto significa, portanto, que almejamos aqui a efetiva compreensão das formas jurídicas abstratas que regem o sistema de recuperação judicial e falência, atingindo-se o seu conteúdo efetivo e real, haja vista que a plena compreensão do Direito só é possível de maneira concreta e dinâmica, como dimensão que é da vida humana. Assim, neste processo de concreção, iremos partir dos princípios fundamentais do direito recuperacional e falimentar, amparados em suas tradições históricas constitutivas, passar pelas formas jurídicas dali positivadas, com menor coeficiente de abstração. A parte final deste estudo analisará a possibilidade de efetiva aplicação da chamada “liquidação branca”, com a finalidade última de demonstrar a aplicação efetiva dos princípios outrora vistos abstratamente, surgindo assim a proposta do sócio da empresa em crise ter a possibilidade de liquidar o patrimônio da empresa por meio de outros menos paralelos à liquidação judicial, quitando as dívidas de forma mais eficiente e preservando a empresa. Essa alternativa visa superar a perspectiva exclusivamente liquidatária, promovendo a justiça e o equilíbrio entre os interesses dos credores e a preservação da atividade empresarial, ilustrando assim o ciclo que seu inicia na estrutura formal e geral e se fecha na hermenêutica de aplicação prática dos ditames gerados abstratamente.

Palavras-chave: Reabilitação-empresarial; Liquidação; Preservação-empresarial.

1 - INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisaremos o contexto histórico geral do sistema recuperacional e falimentar no direito brasileiro, suas bases republicanas, imperiais, coloniais, bem como seu histórico basilar na antiguidade. Em seguida, apresentaremos as noções gerais a respeito da Lei 11.101/05 e suas alterações estabelecidas pela Lei n. 14.112/2020, bem como os regimes jurídicos do sistema recuperacional judicial, extrajudicial e falimentar, expondo seus princípios basilares.

Especialmente neste ponto principiológico do trabalho a ser realizado, apresentaremos noções a respeito dos aspectos dinâmicos do direito empresarial moderno, mostrando-se a resolução prática do problema da confrontação de princípios, com esteio nos valiosos ensinamentos do Prof. Marcelo Sacramone.

Com relação à base teórica, utilizaremos em nossa pesquisa as mais clássicas e seguras bases doutrinárias, seguindo-se à risca os ensinamentos de mestres como Pontes de Miranda, Miguel Reale, José Xavier Carvalho de Mendonça, Sérgio Campinho, Araken de Assis, Fábio Ulhoa Coelho, Luiz Guilherme Marinoni, Marcelo Barbosa Sacramone, Rodrigo Tellechea, Vera Franco, Rachel, Sztajn, dentre outros.

O tema a ser analisado consubstancia-se na exposição sistemática da lógica geral do sistema falimentar e recuperacional, desde seus princípios fundamentais, até o estudo de eventual possibilidade de dissolução compulsória ou “liquidação branca” de sociedade empresária.

O problema, nessa altura do trabalho, será a formulação da seguinte questão: o que é a chamada *liquidação branca*; como esse instituto pode ser classificado; e quais são os seus critérios de aplicação dentro do processo recuperacional, ou falimentar.

Neste ponto, surge, assim, a proposta do sócio da empresa em crise ter a possibilidade de liquidar o patrimônio da empresa por meio de outros menos paralelos à liquidação judicial, quitando as dívidas de forma mais eficiente e preservando a empresa. Essa alternativa visa superar a perspectiva exclusivamente liquidatária, promovendo a justiça e o equilíbrio entre os interesses dos credores e a preservação da atividade empresarial.

Eventualmente o presente trabalho poderá beneficiar acervo científico e dogmático quanto a fundamentação da tese de “liquidação branca”, cujos fundamentos poderão servir de amparo para futuras pretensões judiciais, sendo, pois, o trabalho justificado justamente pela contribuição que eventualmente prestará ao desenvolvimento desta tese jurídica, juntamente com todo amparo dogmático e histórico que lhe sustenta.

3 - DOS REGIMES JURÍDICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DIREITO FALIMENTAR, DA CONVOLAÇÃO EM FALÊNCIA, E DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES



Toda a matéria concernente ao estudo do direito recuperacional e falimentar exige a utilização de métodos da análise econômica do Direito, de forma que a aferição de viabilidade empresarial e a correta formatação do sistema jurídico empregado acontece por critérios essencialmente econômicos. A aplicação de normativas jurídicas e secundária e prescinde da referida análise econômica.

Nesse contexto, em torno do critério da viabilidade econômica, temos como premissa basilar que em se tratando de crise irreversível, a formatação jurisdicional seguirá a aplicação do regime liquidatório da falência; outrossim, em se tratando de crise sanável, são oferecidos meios para que a empresa se reorganize. Se eventualmente for constatado que a empresa é viável (o termo “viável” é usado pela doutrina para indicar uma empresa que passa por uma crise “sanável”), todos os esforços serão juridicamente realizados para que ela se preserve, da forma como estabelece os princípios da função social e da preservação da empresa.

Desse modo, portanto, a recuperação judicial objetiva a superação da situação de crise econômico sanável do devedor, como forma de promover a preservação da empresa, a função social e o estímulo à atividade econômica, a recuperação judicial (RJ) auxilia a recuperação da capacidade produtiva e de adimplemento de empresas em crise.[1]

Seja por deliberação da assembleia geral, pela ausência de apresentação do plano de recuperação no prazo devido, pela rejeição do respectivo plano recuperacional, pelo descumprimento das obrigações assumidas no plano recuperacional, por inadimplência, ou, por fim, pelo esvaziamento patrimonial da empresa devedora, é possível que o Juiz em decisão fundamentada consigne pela chamada convolação da recuperação em falência. No que concerne à convolação em falência, destaca-se que existe a possibilidade da quebra econômica estar materializada (inviabilidade) sem que seja esteja decretada a quebra jurídica (convolação); entretanto, também existe a possibilidade de haver decretação de insolvência jurídica sem que esteja materializada uma quebra econômica.

Superado este adendo, volta-se ao ato segundo o qual o Juiz decreta a convolação da recuperação em falência. Tal provimento jurisdicional, não importando as ordens dos fatores, conforme visto anteriormente, se baseia invariavelmente nos pressupostos de insolvência jurídica” e/ou “insolvência econômica".

Tais pressupostos formatam-se à hipótese de indisponibilidade para a satisfação de credores, mesmo na hipótese onde bens e direitos sejam

---

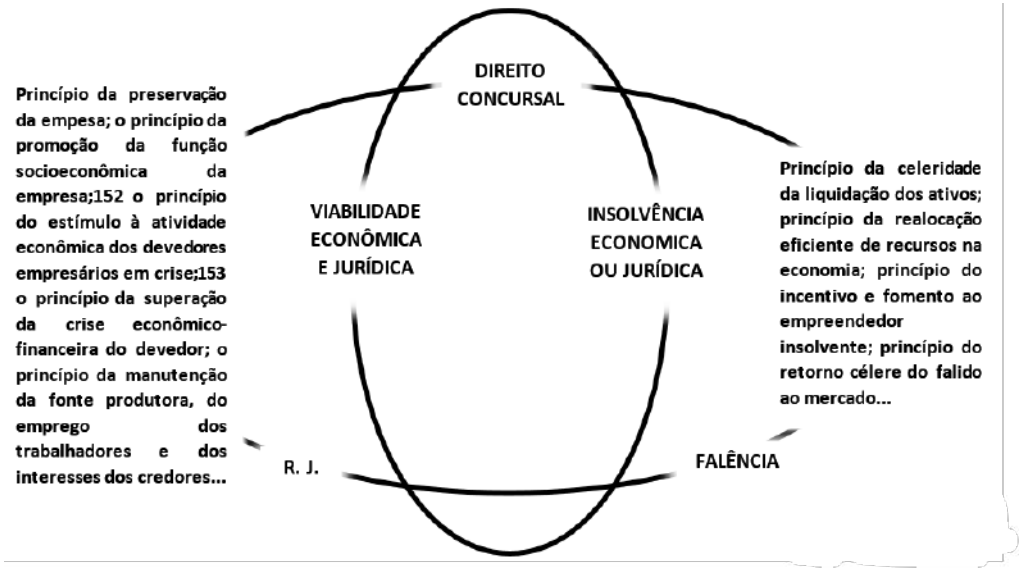
[1] MACHADO, Célio Marcos Lopes; LEÃO, Simone Letícia Severo e Sousa Dabés. **Tópicos atuais sobre recuperação judicial**. Salvador, BA: Editora Mente Aberta, 2022. p. 26.

maiores que o passivo; ou quando o estado econômico em si mesmo não possibilita a satisfação das dívidas, no caso onde o ativo da sociedade é menor que o passivo - esvaziamento patrimonial.[2]

Uma vez decretada a convolação em falência, pela confirmação formal dos pressupostos de insolvência acima descritos, inicia-se uma sequência de atos visando a liquidação do patrimônio do devedor para a satisfação do maior número possível de credores organizados segundo sua natureza e prioridade.

A falência pode ser requerida pelo próprio devedor (autofalência)[3] ou pelos credores; porém em todo caso, a falência deve ser caracterizada como um estado de direito, derivada de uma manifestação afirmativa por parte do Poder Judiciário, precipuamente interessada na liquidação de ativos e realocação eficiente da massa falida.

A título meramente indicativo para fins de elucidação quanto a diferenças entre ambos os institutos apresentados, senão vejamos a base principiológica que norteia os objetivos e regulações do direito falimentar e recuperacional, a qual será estudada oportunamente, vejamos:



[2] COMPARATO, Fábio Konder. **Seguro de crédito. Estudo jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968, p. 46-48)

[3] Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial - Lei 11.101/2005.

- **Fonte: relação entre os conceitos abordados. Autoria própria (Word).**

Muito embora nosso atual objetivo de elucidação exija um fracionamento absoluto dos princípios que regem a falência em total discriminação àqueles aplicados á R. J., observamos que a partir da análise da Lei 11.101/2005, especialmente à luz das alterações trazidas pela Lei 14.112/20, tais conjuntos de princípios não são totalmente herméticos entre si, de forma que é possível afirmar que mesmo no processo falimentar, após a convolação da recuperação em falência, percebe-se a preocupação do legislador com a preservação da empresa.

Ou seja, o direito concursal brasileiro insere-se no grupo de países cujas leis são voltadas à preservação da empresa mesmo dentro do processo falimentar, superando, assim, a referida perspectiva exclusivamente liquidatório-solutória, eis que historicamente superada.

A superação da técnica exclusivamente liquidatório-solutória no direito concursal brasileiro pode ser observada pelas normas previstas, especialmente, nos artigos 75, 95, 99, 139, 140, da Lei 11.101/2005.

Toledo e Abrão destacam, a respeito deste tema que "embora decretada a falência, isso não significa, em absoluto, a deterioração do parque industrial, das instalações, enfim dos bens corpóreos e incorpóreos, e, nesse passo a legislação avançou com grande capacidade de percepção."[4]

O ponto alto da mencionada superação da técnica exclusivamente liquidatório-solutória encontra-se, em nossa opinião, prevista na regra do artigo 75 do referido diploma legal, segundo o qual se outorga um objetivo no sentido da maximização do valor dos recursos produtivos do devedor. Ou seja, o atual sistema – e isto para nós é fundamental – Não busca apenas a "eliminação de empresas arruinadas, mas sim a otimização dos recursos produtivos com a possível continuação da atividade com outros sujeitos", tal como esclarece Marlon Tomazette. [5]

> Art. 75. A falência, ao promover o afastamento do devedor de suas atividades, visa a: (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)

[4] TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de.; ABRÃO, Carlos Henrique, **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Saraiva, 4. edição, 2010, pp. 286-287.

[5] TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. Vol. 3, São Paulo: Atlas, 2011, p. 265.

> I - preservar e a otimizar a utilização produtiva dos bens, dos ativos e dos recursos produtivos, inclusive os intangíveis, da empresa; (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> II - permitir a liquidação célere das empresas inviáveis, com vistas à realocação eficiente de recursos na economia; e (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)
> III - fomentar o empreendedorismo, inclusive por meio da viabilização do retorno célere do empreendedor falido à atividade econômica.

Com base em tudo que fora demonstrado, considerando a superação do antigo regime exclusivamente liquidatório-solutório, pautada na estruturação de nosso atual regime concursal onde não se busca tão somente a eliminação de empresas inviáveis, mas sim a otimização dos recursos produtivos com a possível continuação da atividade. O fomento ao empreendedorismo, a liquidação equitativa dos ativos e a preservação da empresa tornaram-se princípios condicionantes na aplicação dos institutos falimentares, de forma que o procedimento de liquidação do patrimônio da empresa falida deve ocorrer de forma menos onerosa, visando, tal como determina a norma legal o "retorno célere do empreendedor falido à atividade econômica".

Tal retorno se inviabiliza na medida em que o patrimônio do falido é degenerado em procedimentos alienatórios voltados exclusivamente à satisfação dos créditos, procedimento que hoje é onerosamente inconciliável com os princípios atualmente inseridos no regime concursal pátrio. A dissolução voluntária ou "liquidação branca" pode ser apresentada como uma solução a este problema, tal como será adiante discutido.

4 - DA POSSIBILIDADE DE "LIQUIDAÇÃO BRANCA" DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA COMO FORMA DE SUPERAÇÃO AO ANTIGO REGIME LIQUIDATÓRIO SOLUTÓRIO – APLICAÇÃO PRÁTICA DO INSTITUTO

Tal como anteriormente destacado, a doutrina mostra-se claramente alinhada ao entendimento segundo o qual, embora decretada a falência, isso não significa, em absoluto, a deterioração do parque industrial, das instalações e demais dos bens corpóreos e incorpóreos da sociedade falida.[6]

A discussão doutrinária a respeito do tema foi recepcionada pela legislação concursal nos termos do artigo 75 da Lei 11.101/2005, segundo o qual se outorga um objetivo no sentido da maximização do valor dos

[6] TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de.; ABRÃO, Carlos Henrique, **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Saraiva, 4. edição, 2010, pp. 286-287.

recursos produtivos do devedor, de forma que, superada a perspectiva liquidatório-solutória, o atual sistema não busca somente a "eliminação de empresas arruinadas, mas sim a otimização dos recursos produtivos com a possível continuação da atividade com outros sujeitos".[7]

A prática jurisdicionada do procedimento concursal brasileiro nos revela o problema sobre o qual concentramos nossos esforços no presente trabalho: existe uma real preocupação doutrinária a respeito (1) da preservação da empresa mesmo falida, (2) da realocação eficiente dos recursos da sociedade e (3) do retorno célere do empresário às atividades mercantis; entretanto, na prática do procedimento concursal, tais princípios são desprezados em vista de célere liquidação judicial da empresa.

Sabe que quando uma empresa é declarada falida, todos os seus bens são arrecadados e avaliados; inicia-se então os procedimentos judiciais de liquidação dos ativos da empresa falida para pagar os credores, de forma que os bens do devedor são levados a leilão.

Sobre este procedimento – arrecadação, avaliação, leilão judicial e arrematação – o Código de Processo Civil (CPC) de 2015 veda expressamente "lance que ofereça preço vil", vejamos:

> Art. 891. Não será aceito lance que ofereça preço vil.
> Parágrafo único. Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação.

Entretanto, a prática jurisdicional nos revela que estes preceitos processuais comumente não são observados nos Tribunais. No Estado de São Paulo, entre 2018 e 2022, 69 leilões foram anulados de um total de 1,6 mil realizados, de acordo com o Tribunal de Justiça (TJSP). Tal dado nos revela que a alienação judicial de bens normalmente se formata com uma proposta de aquisição muito inferior ao real valor do bem.[8]

Deste modo, neste contexto apresentados, podemos afirmar que existe uma contradição entre a prática jurisdicionada dos regimes concursais e a base doutrinária e legal que teoricamente teria superado o antigo regime liquidatório-solutória com a adoção dos princípios da preservação da empresa mesmo falida, da realocação eficiente dos recursos da sociedade e do retorno célere do empresário às atividades

---

[7] TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. Vol. 3, São Paulo: Atlas, 2011, p. 265.

[8] VALOR ECONÔMICO. **A Justiça tem cancelado leilões de imóveis arrematados por valor considerado vil.** 7 nov. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com. Acesso em: 8 set. 2024.

mercantis. Ora se dentro dos processos de alienação judicial dos ativos os bens são arrematados comumente com depreciação de mais de 50% por seu valor, não é possível afirmar que o princípio da preservação da empresa é aplicado em sede falimentar; muito menos podemos considerar que, neste sistema, existe uma preparação para o "retorno célere do empresário": o empresário dificilmente volta ao mercado depois sofrer alienações judiciais voltadas, tão somente, a satisfação dos créditos, à revelia, muitas vezes, de avaliações judiciais defasadas, arrematadas em segunda hasta.

A solução que apresentamos vincula a supramencionada superação da perspectiva liquidatório-solutória, integrando o princípio da preservação da empresa dentro do processo falimentar, com fulcro, especialmente, no artigo 75 da Lei 11.101/2005.

Mesmo no contexto falimentar, comumente as empresas falidas possuem patrimônio a ser liquidado (vide análise de viabilidade já explicitadas que formatam a aplicação do instituto da falência ou "RJ"), assim sendo, a chamada "liquidação branca" consubstancia-se na possibilidade jurídica que o sócio da empresa falida deveria possuir no que tange à hipótese de dissolução voluntária de seus bens, a princípio, através de duas formas:

> 1. O sócio da sociedade empresária falida deteria possibilidade jurídica de tornar-se cessionário dos créditos de sua própria empresa, antes do início do procedimento de liquidação de ativos, proporcionando, assim, uma quitação das obrigações sem a necessidade de liquidar os ativos;
>
> 2. Com o objetivo principal de dar ao sócio condições materiais hábeis a realização da cessão dos créditos, deveria a sociedade empresária ter o direito de liquidar seu patrimônio extrajudicialmente, ou, num contexto pré-concursal, dar plena anuência à transferência do patrimônio da sociedade ao sócio, com a legalidade da movimentação condicionada à finalidade de liquidação – pelo sócio – dos bens da empresa para quitação das obrigações contratuais em aberto.

Este movimento jurídico, permite ao sócio solvente à quitação das dívidas da empresa sem o comprometimento liquidatório dos bens da sociedade, ou, sendo o caso, permite ao sócio insolvente a promoção de uma liquidação justa de seus ativos, de forma a conciliar a satisfação dos credores e a preservação da empresa falida, em efetiva manifestação de superação da perspectiva liquidatório-solutória.

A jurisprudência pátria tem se mostrado, de certa forma, inclinada ao favorecimento deste tipo de operação, firmando a tese sendo a qual, *in verbis*, "o liquidante tem o dever de promover, em nome da pessoa jurídica, o adimplemento das obrigações assumidas pela pessoa jurídica liquidada". Em nosso contexto, considerando os prejuízos das alienações

judicializadas, podemos afirmar que a liquidação branca seria não somente um dever do liquidante, mas um direito do empresário a não submeter seu patrimônio à um derretimento judicial que pode chegar à mais de 50% de prejuízo de seus ativos, vejamos:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. LIQUIDAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. DESNECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RECURSO PROVIDO. 1. (...). 2. Verifica-se que houve a dissolução voluntária da aludida sociedade, com a finalidade de extinção da pessoa jurídica recorrida, bem como a respectiva comunicação à Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal. 3. O liquidante tem o dever de promover, em nome da pessoa jurídica, o adimplemento das obrigações assumidas pela pessoa jurídica liquidada, nos termos do art. 1103, inc. IV, do Código Civil. **3.1. A liquidação da sociedade empresária recorrida, no entanto, foi promovida sem que houvesse o pagamento da prestação assumida em favor da recorrente. 4.Recurso conhecido e provido.**[9]

Como forma de explicitar aquilo que fora demonstrado teórica, doutrinal, e jurisprudencialmente demonstrado, colocamos à apreciação do leitor uma breve análise do processo falimentar n. 0001644 72.2021.8.16.0049, que revela-los como contumaz exemplo de demanda concursal ainda sob a égide do regime liquidatório-solutória. Analisando os autos, em fase de preparação à liquidação de ativos, especialmente a perícia judicial de avaliação do principal bem da empresa (planta da "avícola santa-fé") observamos que:

> A perícia judicial (fls.276/652 dos autos de n. 0001644 72.2021.8.16.0049) considerou a planta apenas como "ativo imobiliário", ignorando a região, produção, licenças e demais condições que valorizam a planta, ou seja, avaliação de bens materiais e imateriais.; 2 - Considerando a perícia imobiliária, os valores dos ativos da massa falida foram avaliados R$ 52.154.200,00 (cinquenta e dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil e duzentos reais). 3 - Em 31 de maio de 2023, o Administrador Judicial apresentou o Quadro Geral de Credores (fls. 10.478/10.486 dos autos do processo n. 0002595-86.2009.8.16.0049) com o valor de R$ 50.711.881,87 (cinquenta milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos). 4 - um ano depois, em 09 de maio de 2024 (fls. 10.741/10.752 dos autos do processo n. 0002595-86.2009.8.16.0049), o

[9] Acórdão 1382352, 07249157120218070000, Relator(a): ALVARO CIARLINI, 2ª Turma Cível, data de julgamento: 27/10/2021, publicado no DJE: 11/11/2021. Pág.: Sem Página Cadastrada.

> valor apresentado saltou para R$ 92.364.509,64 (noventa e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e nove reais e sessenta e quatro centavos) pela aplicação de juros legais pelo administrador judicial.

Para fins de breve contextualização do leitor, a planta da avícola santa fé, avaliada em torno de 52 milhões de reais, tem capacidade para abater 120 mil frangos por dia. Utilizando-se a capacidade plena, a expectativa de faturamento é superior a R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) por ano.

Ou seja, um bem que gera um faturamento de aproximadamente 400 milhões de reais por ano foi judicialmente avaliado em 52 milhões de reais. Ora, o processo em discussão ilustra todo aquilo que discutimos no decorrer deste trabalho; os ativos da sociedade empresária, sob a atual procedibilidade do sistema concursal pátrio, são levados à arrematação por valores muito inferiores ao conceito legal de "preço vil", enquanto que a dívida falimentar é anualmente inflacionada.

A "*valuation*" aplica-se tão somente sobre os valores devidos, jamais sobre o patrimônio da sociedade falida. Como disse nosso mestre jurisconsulto Miguel Reale "o jurídico é uma experiência, feliz ou malograda, de justiça (...)" implicando a justiça numa "constante coordenação racional das relações intersubjetivas, para que cada homem possa realizar livremente seus valores potenciais visando a atingir a plenitude de seu ser pessoal, em sintonia com os da coletividade"[10]. A satisfação dos credores deve-se formatar à superação da perspectiva liquidatório-solutória e a "liquidação branca" é uma solução que acreditamos eficaz à coordenação da preservação da empresa dentro do contexto falimentar.

5 - CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou a evolução do Direito Falimentar, que superou a visão tradicional da falência como um processo meramente liquidatório.

A Lei 11.101/2005, especialmente em seu artigo 75, visa maximizar o valor dos recursos produtivos do devedor, buscando a preservação da empresa.

A "liquidação branca" surge como uma solução inovadora para conciliar a satisfação dos credores e a preservação da empresa, permitindo a participação ativa do sócio na quitação das dívidas e na liquidação dos

[10] REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. p. 713, São Paulo: Saraiva, 2002.

ativos. Essa proposta visa superar os problemas encontrados na prática judicial e promover maior justiça e eficiência ao processo falimentar.

Nossa proposta, portanto, visa fornecer à empresa falida uma nova perspectiva de liquidação de seus bens, de uma paralela aos procedimentos de alienações judiciais reconhecidamente danosos à almejada aplicação do princípio da preservação da empresa em sede falimentar.

6 - REFERÊNCIAS

ASSIS, Araken de**. Processo Civil Brasileiro, Parte Geral.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. **Istituzioni di dirio romano**. 14 ed. Napoli: Casa Editrice Do. Eugenio Jovene, 2006;

AUTRAN, Manoel Godofredo de Alencastro. **Das fallencias e seu respectivo processo segundo o Decreto 917 de 24 de outubro de 1890.** 2 ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1895.

AYMARD, André, AUBOYER, Jeannine. **História geral das civilizações: Roma e seu império, t. III,** v. 3. 2 ed. Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão, 1958

BENTO DE FARIA, Antônio. **Direito comercial, v. IV.** Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1947, p. 9

BRASIL**. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850**. Código Comercial do Império do Brasil.

BRASIL**. Lei n.º 14.112, de 24 de dezembro de 2020.** Altera as Leis n.ºs 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.522, de 19 de julho de 2020, e 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14112.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL**. Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acesso em: 10 out. 2021.



BRASIL**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**. Acórdão 1382352, 07249157120218070000, Relator: ALVARO CIARLINI, 2ª Turma Cível, data de julgamento: 27 out. 2021. Diário da Justiça Eletrônico, 11 nov. 2021.
CAMPINHO, Sérgio. **Falência e Recuperação de Empresa**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

BRASIL**. Plano de Recuperação Judicial** – Formação, aprovação e revisão. São Paulo: Editora Expressa, 2021.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.
COMPARATO, Fábio Konder. Seguro de crédito. Estudo jurídico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968, p. 46-48)

DE SEMO, Giorgio. **Diritto fallimentare.** Padova: CEDAM, 1968, p. 29-30; REQUIÃO, Rubens. Curso de direito falimentar, v. 1. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 6.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e Recuperação da Empresa em Crise.** Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

GIALLUCA, Alexandre; SANCHEZ, Alessandro. **Direito Empresarial, Volume 3.** Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2023.

MACHADO, Célio Marcos Lopes; LEÃO, Simone Letícia Severo e Sousa Dabés. **Tópicos atuais sobre recuperação judicial**. Salvador, BA: Editora Mente Aberta, 2022.
JHERING, Rudolf Von. **O espírito do direito romano,** v. 1. Trad. Rafael Benaion. Rio de Janeiro: Alba, 1943

KULISCHER, J. M. **Storia economica del Medioevo e dell'epoca moderna,** v. I. Trad. G. Bohm. Firenze: Sansoni, 1955.

LE GOFF. **A civilização do ocidente medieval.** Trad. Monica Stahel. Petrópolis: Vozes, 2017., p. 38

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de Direito Comercial**

Brasileiro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Das fallencias e dos meios preventivos de sua decl**aração, v. I. São Paulo: Gerke & Cia, 1899, p. 7, 11.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013

MIRANDA, Pontes de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002[1].

NÓBREGA, Flóscolo da. **Introdução ao Direito**. Rio de Janeiro: J. Konfino, 1965.

PERROY, Édouard. **História geral das civilizações: a Idade Média, t. III, v. 1.** 2 ed. Trad. Pedro Moacyr Campos. São Paulo: Difusão, 1958

REALE, Miguel. **Horizontes do Direito e da História**. 2. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Saraiva, 1977.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2002.

REQUIÃO, Rubens. **A crise do direito falimentar brasileiro – reforma da Lei de Falências. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico, Financeiro, a. XIII**, n. 14, p. 23-33, 1974

SACRAMONE, Marcello. **Manual de Direito Empresarial**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

SACRAMONE, Marcello. **Aspectos Dinâmicos do Direito Empresarial Moderno.** Cultural OAB, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=exemplo. Acesso em: 19 ago. 2024.

SALOMÃO, Luiz Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

TELLECHEA, Rodrigo. **História do Direito Falimentar: da Execução Pessoal à Preservação da Empresa.** São Paulo: Almedina, 2018.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de.; ABRÃO, Carlos Henrique, **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. São Paulo: Saraiva, 4. edição, 2010.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial**. Vol. 3, São Paulo: Atlas, 2011.

LEEMANS, W. F. **Old-babylonian merchant. His business and social position**. Leiden: Brill, 1950



RESPONSABILIDADE CIVIL E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO TRANSPORTE SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO STJ

GT8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rogério Borges de Freitas[1], João Vicente Leal[2], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3]

[1]Mestre em Ciência Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail: joaovicente@dp.mt.gov.br
[2]Doutorando em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[3]Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MBA em Business Law e Gestão; Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino; Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Professor na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Cesumar; e-mail: rodrigo.valente@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este artigo investiga as implicações legais e a natureza jurídica das relações no transporte desinteressado de pessoas, popularmente conhecido como carona, e as consequências jurídicas em casos de acidentes. O estudo foca na responsabilidade civil do condutor. Serão exploradas as diferenças entre o transporte gratuito e o transporte realizado por cortesia ou amizade, analisando como cada uma dessas formas é tratada legalmente em situações de acidentes. Além disso, o artigo revisará precedentes relevantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Objetiva-se responder se a legislação atual é adequada para clarificar a responsabilidade civil do transportador em casos de transporte terrestre gratuito. A pesquisa adota o método hipotético-dedutivo e realiza uma revisão abrangente de literatura, documentação e jurisprudência. Com isso, o artigo se propõe a entender das bases do direito civil relacionadas ao transporte, suas implicações na responsabilidade civil casos de transporte desinteressado.

Palavras-chave: transporte gratuito; responsabilidade civil; direitos da personalidade; precedentes do STJ; transporte por cortesia.

1 INTRODUÇÃO

Neste início de século, as cidades enfrentam o desafio de desenvolver um sistema de transporte eficiente que não apenas facilite o deslocamento de seus habitantes, mas também contribua para a sustentabilidade ambiental. Governantes e planejadores urbanos estão cada vez mais focados em criar alternativas para reduzir a emissão de carbono, aliviar a superlotação dos transportes coletivos e diminuir o número de veículos particulares nas ruas.

Essas iniciativas visam não apenas melhorar a mobilidade urbana, mas também diminuir o desgaste físico e mental dos cidadãos que passam horas em trânsito todos os dias. Uma dessas opções é o incentivo ao



compartilhamento de viagens solidário, realçado especialmente no dia 22 de setembro, o dia mundial do compartilhamento de viagens solidárias, conforme relatado pelo jornal "Estadão". Esta prática busca aliviar o trânsito nos centros urbanos e diminuir a quantidade de carros que transportam apenas uma pessoa. A adoção deste modelo de transporte gratuito, conhecido popularmente como "carona", traz consigo implicações legais e questionamentos sobre a responsabilidade civil em caso de acidentes.

O estudo pretende responder ao problema de pesquisa fundamental: os artigos 186, 736 e 927 do Código Civil são suficientes para definir claramente a responsabilidade civil extracontratual e baseada na culpa do transportador por danos causados em transporte terrestre gratuito? Este é o questionamento que norteará nossa análise ao longo deste trabalho.

Para investigar a hipótese proposta neste estudo, assume-se inicialmente que, diante de um acidente durante o transporte gratuito de pessoas, provocado por dolo ou culpa, a relação jurídica entre o transportador e o passageiro é de natureza extracontratual e subjetiva, conforme os artigos 186, 736 e 927 do Código Civil.

Os objetivos específicos deste estudo são: a) esclarecer as diferenças entre transporte gratuito e transporte realizado por cortesia ou amizade, detalhando a natureza jurídica de cada modalidade e como o Código Civil aborda esses tipos em situações de acidentes; b) demonstrar como os artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002 delineiam a responsabilidade civil extracontratual e subjetiva do responsável por acidentes em transportes amigáveis; c) explorar e apresentar precedentes relevantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) relacionados ao tema.

A estrutura do texto reflete estes objetivos. Inicialmente, o estudo focará na análise das bases do direito civil, como o fato jurídico, o negócio jurídico e a figura do contrato. Em seguida, serão abordados o contrato de transporte, introduzindo definições estabelecidas pela doutrina, seus elementos subjetivos e objetivos, e características distintivas. Posteriormente, o estudo se aprofundará no transporte gratuito e no transporte por amizade, destacando seus aspectos diferenciadores e as consequências no campo da responsabilidade civil.

Serão também revisados precedentes do STJ, incluindo decisões datadas da época do Código Civil de 1916 e decisões mais recentes sob o Código Civil de 2002. Finalmente, o artigo conclui com uma discussão sobre os avanços e a evolução da jurisprudência e doutrina sobre o transporte amigável de pessoas. A metodologia adotada para este estudo é o hipotético-dedutivo, com base em uma revisão abrangente de literatura, documentos e jurisprudência, o que permite uma compreensão profunda e o alcance dos objetivos propostos.

2 ASPECTOS JURÍDICOS DO CONTRATO DE TRANSPORTE SEGUNDO O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Este trabalho inicialmente aborda conceitos fundamentais como o fato jurídico, o negócio jurídico, e suas formas, incluindo o contrato, além do ato ilícito civil. Os fatos jurídicos são divididos de acordo com a predominância da vontade humana. Em sentido amplo, eles englobam todo evento relevante para o direito. Este pode ser natural, chamado de fato jurídico estrito, ou decorrente da vontade humana, conhecido como ato jurídico amplo. Estes últimos, conforme o ordenamento jurídico, têm a capacidade de estabelecer, alterar, manter ou extinguir direitos, ou obrigações jurídicas. Além disso, no domínio dos fatos jurídicos em sentido amplo, destacam-se os atos ilícitos, definidos como comportamentos que, contrariando o ordenamento, violam direitos subjetivos de terceiros, gerando prejuízos materiais ou imateriais[1].

Dentro dos limites deste estudo, considerando os atos jurídicos lícitos e em sentido amplo, adotamos uma segunda classificação focada no aspecto negocial e econômico, conforme proposto por Moreira Alves (1986, p. 98). Sob tal perspectiva, sem conteúdo negocial, encontramos a ação jurídica em sentido estrito, caracterizada por uma limitada ou quase nula capacidade das partes de influenciar seus efeitos legais. Essas ações cumprem premissas fáticas previstas normativamente, como no caso do reconhecimento voluntário de filiação ou na escolha do domicílio. Quando há conteúdo de transação, os sujeitos detêm maior liberdade para determinar e ajustar os efeitos normativos desejados, menos do que nos atos jurídicos em sentido estrito.

Essa esfera inclui os negócios, especialmente os contratos, Maria Helena Diniz (2022, p. 34) descreve os contratos como acordo de duas ou mais vontades, conforme a ordem jurídica, destinado a regular interesses entre as partes, visando adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial. É essencial destacar os princípios do direito contratual para o desenvolvimento e para as conclusões deste trabalho. Entretanto, dada a complexidade e a profundidade que este tema requer, agora, a análise será restrita aos princípios da autonomia da vontade e do consensualismo.

O princípio do consensualismo tem suas raízes no termo consenso, que, conforme definido por Aurélio Buarque de Holanda (2010, p. 562),

[1] A figura do Abuso de Direito também foi prevista no atual estatuto civil – artigo 187, CC/2002 (Brasil, 2002). De igual forma, também pratica ato ilícito aquele que, ao exercer um direito, exorbita os limites impostos pelos seus fins econômico ou social ou ainda desafia os preceitos da boa-fé ou dos bons costumes, num manifesto abuso de direito.

implica conformidade, acordo ou concordância de ideias e opiniões. Essa concepção é adotada também pelo direito, ocasião em que, segundo Carlos Roberto Gonçalves (2022, p. 78), o consensualismo é entendido como o princípio segundo o qual a formação dos contratos se consuma com a simples concordância das vontades das partes, distanciando-se dos requisitos de formalismo e simbolismo prevalecentes em períodos históricos anteriores. Esse vetor reflete a visão moderna de que a essência do contrato reside no consenso entre as partes, independentemente da transferência física do bem objeto da negociação.

O consensualismo contratual é uma doutrina jurídica que estabelece que os acordos são efetivados pelo consentimento mútuo das partes envolvidas, sem a necessidade de transferência física do item ou de formalização documental do ajuste, exceto nos casos em que a lei ou a natureza da obrigação exigem a entrega do elemento. Por outro lado, o princípio da autonomia da vontade, originário do direito romano e influenciado pelas ideologias iluministas do Estado Liberal, confere aos indivíduos a liberdade de estabelecer pactos de acordo com suas próprias condições, escolhendo livremente os termos, os participantes, o objeto, e o preço acordado. Na legislação brasileira contemporânea, a expressão máxima deste princípio pode ser encontrada no artigo 421 do Código Civil, que determina: a liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato (Brasil, 2002).

A análise histórica da regulação do trânsito terrestre no Brasil revela que esta atividade não estava incluída no Código Civil de 1916 (Brasil, 1916), tendo sido, à época, tratada de forma incipiente no Código Comercial (Brasil, 1890) e em legislações específicas relativas ao deslocamento ferroviário, fluvial e marítimo. Esta última, por meio de aplicação analógica, também foi estendida ao transporte de bens e pessoas por vias terrestres, conforme explica Carlos Roberto Gonçalves (2022, p. 1014).

Com a promulgação do Código Civil de 2002, observou-se uma inovação na legislação brasileira ao disciplinar o contrato de transporte, tendo sido, à época, tratada de forma incipiente no Código Comercial (Brasil, 1890) e em legislações específicas relativas ao trânsito ferroviário, fluvial e marítimo. Esta última, por meio de aplicação analógica, também foi estendida ao deslocamento de bens e pessoas por vias terrestres. Adicionalmente, com o advento do Código de Defesa do Consumidor, as normas consumeristas passaram a ser aplicadas à atividade de transporte, dado o seu caráter de prestação de serviço, conforme assegura Carlos Roberto Gonçalves (2022, p. 1014).

A relevância prática do contrato de transporte foi reconhecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que influenciou a normatização dessas modalidades contratuais no Código Civil de 2002 (Brasil, 2002). Segundo Gustavo Tepedino, Heloísa Helena

Barboza e Maria Celina Bodin de Moraes (2006, p. 517), o novo Código Civil inovou ao estabelecer o acordo de trânsito, um tema não discutido pelo Código Civil de 1916. Anteriormente, o contrato de trânsito era regulamentado pelo Código Comercial, com disposições específicas para os deslocamentos terrestres (artigos. 99-118) e marítimo (artigos 566-632). Além disso, o transporte aéreo era regulado pelo Código Brasileiro da Aeronáutica (Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986), que atualizou o regime anterior estabelecido pelo Decreto-Lei nº 32 de 18 de novembro de 1966.I

Tradicionalmente, a função de definir ou estabelecer o conceito de um determinado instituto jurídico é atribuída à doutrina. No entanto, o legislador optou por definir, no artigo 730 do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), o contrato de transporte como o acordo em que alguém se compromete, mediante pagamento, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas. Esta formulação legal é amplamente respaldada pela doutrina, que não diverge significativamente desse conceito.

Entre as definições doutrinárias existentes, destaca-se a proposta por Sebastião José Roque (2009, p. 16), que enriquece a descrição legal ao especificar, Contrato de Transporte é o acordo pelo qual uma das partes, denominada transportador, compromete-se a deslocar pessoas ou coisas, de um lugar para outro ou dentro de um mesmo local, em veículo apropriado para tal fim, garantindo a entrega segura no destino estipulado, mediante remuneração, sob condições previamente acordadas.

Conforme a perspectiva de Renan Lotufo (2011, p. 1125), a doutrina majoritariamente conceitua o contrato de transporte como o acordo pelo qual o transportador se compromete, perante o transportado, a deslocar este último ou as coisas por ele indicadas, de um local especificado para outro. O Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), em seu artigo 730, corrobora esta definição ao abarcar tanto o transporte de pessoas quanto de objetos. No entanto, o dispositivo legal complementa tal definição ao explicitar que a obrigação do transportador de realizar o transporte corresponde à obrigação do transportado de efetuar uma retribuição financeira adequada.

Conforme observado por Bruno Miragem (2014, p. 17), o contrato de transporte ocupa uma posição de crescente relevância dentro do direito contratual, devido ao seu desenvolvimento prático significativo. Essa modalidade contratual demandou atenção ampliada tanto do direito positivo como da jurisprudência, refletindo sua importância social e econômica em ascensão. O trânsito tem sido fundamental para a circulação de riqueza e para a promoção de uma divisão de trabalho mais eficaz, facilitando tanto a produção quanto a venda de bens e a mobilidade de pessoas.

A partir da análise comparativa entre as definições doutrinárias e as disposições legais presentes no Código Civil, podem-se distinguir duas categorias de contratos de transporte: o transporte de pessoas, regulado pelos artigos 734 a 742, e o transporte de bens, abrangido pelos artigos

743 a 756 (Brasil, 2002). No contexto jurídico, estabelece-se que o contrato de transporte impõe uma obrigação de resultado, na qual o transportador se compromete não apenas a conduzir o passageiro ou o item, mas também a garantir a segurança e a incolumidade do que ou de quem está sob sua responsabilidade (Diniz, 2022).

Álvaro Villaça Azevedo (2019, p. 471) destaca várias características intrínsecas ao contrato de transporte, sublinhando sua natureza bilateral, consensual e onerosa. Este modelo contratual é bilateral porque cria obrigações recíprocas entre as partes, é oneroso, pois envolve o pagamento do preço do serviço, seja ele o transporte de bens ou de passageiros. Caracteriza-se como consensual, concretizando-se pelo acordo de vontades. É comutativo e não solene, pois as obrigações de cada parte são conhecidas antecipadamente e não exigem formalidades legais específicas para validade.

O contrato de transporte é efetivado pelo simples acordo entre transportador e passageiro, dispensando formalidades adicionais, e constitui uma fonte de direitos e obrigações para as partes envolvidas. Sob o aspecto da onerosidade, este contrato exige que o serviço prestado seja retribuído financeiramente. No contexto do transporte de pessoas, isso se traduz na responsabilidade do usuário em pagar pela jornada e no compromisso do transportador de levar o viajante de forma segura até seu destino[2]. Bruno Miragem (2014, p. 78-79) aborda a natureza onerosa do contrato de transporte, enfatizando que, conforme o artigo 730 do Código Civil de 2002, a obrigatoriedade de uma retribuição financeira classifica o contrato de transporte como oneroso. No caso do transporte de pessoas, a remuneração geralmente se dá por meio de uma tarifa, particularmente quando se trata de um serviço público, envolvendo o pagamento de um preço estabelecido ou o custo da passagem. Já no transporte de bens, a contraprestação assume a forma de frete.

Conforme estabelecido pelo artigo 730 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), uma característica fundamental do contrato de condução é a onerosidade. No entanto, o mesmo ordenamento jurídico reconhece a existência da locomoção gratuita de pessoas, conforme delineado no artigo 736 do mesmo Código. Este tipo de deslocamento não se submete às normas aplicáveis aos contratos de condução onerosos.

Diante disso, surgem questões significativas que têm mobilizado tanto a doutrina quanto o Superior Tribunal de Justiça, focadas na análise da natureza e extensão da locomoção de pessoas realizada sem custo e

[2] O Superior Tribunal de Justiça ao reconhecer a natureza de resultado da obrigação do transportador, confirmou decisão da 6ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região que condenou empresa de transporte pelo roubo de carga que estava sob a sua custódia. Precedente STJ - REsp: 2000153 RJ 2022/0021295-9, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Publicação: DJ 03/10/2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1658927362. Acesso em: 21 fev. 2024.

nas possíveis distinções entre a condução verdadeiramente isenta de cobrança e aquela que apenas aparenta ser livre de encargos.

O transporte de cortesia, realizado por amizade ou oferecido como carona, é uma prática comum e é incentivada pelo Estado como meio de aumentar a mobilidade urbana, reduzir a emissão de poluentes e melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos ao diminuir o tempo gasto em engarrafamentos. Conforme o artigo 736 do Código Civil (Brasil, 2002), esse tipo de transporte não deve envolver qualquer forma de remuneração ou vantagem, caracterizando-se pela solidariedade social, sem implicar uma relação contratual ou responsabilidade civil objetiva em caso de danos ao passageiro. Por outro lado, é importante reconhecer que nem todo transporte gratuito se apresenta verdadeiramente sem custo. Em alguns casos, o condutor pode obter vantagens indiretas que mantêm a natureza onerosa da relação, como estipulado no parágrafo único do artigo 736 do Código Civil. Ele especifica que o transporte não é considerado gratuito se, mesmo sem remuneração direta, o transportador obtiver benefícios indiretos (Brasil, 2002).

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022, p. 1.266) discutem o transporte que, apesar de não remunerado diretamente, proporciona vantagens indiretas ao condutor, como exemplificado pelo caso de um representante de vendas que oferece transporte a um cliente até seu ponto de venda. Em situações como essa, caso ocorra um acidente, o transportador pode ser responsabilizado de acordo com as normas de responsabilidade civil contratual, especialmente sob o regime de Defesa do Consumidor. A situação é considerada um acidente de consumo e implica responsabilidade civil objetiva.

Com base nas observações sobre as modalidades de transporte tipificadas pelo Código Civil brasileiro, incluindo o transporte gratuito e o genuinamente gratuito realizado por amizade, a próxima seção deste estudo abordará a natureza jurídica do transporte amigável e suas consequências para a definição da responsabilidade civil.

Especificamente, discutiremos o ato ilícito e o dever de indenizar, explorando como a relação estabelecida no transporte de cortesia pode influenciar a determinação da responsabilidade pelo dano causado ao passageiro transportado. Esta análise será essencial para compreender as nuances legais que moldam as obrigações e os direitos dos envolvidos em tais circunstâncias, com referência aos precedentes estabelecidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

3 DEFININDO A RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE AMIGÁVEL: DIREITOS DA PERSONALIDADE E INDENIZAÇÃO POR DANOS EM ACIDENTES



A conduta humana nem sempre segue a ordem jurídica. Em seu exercício de livre arbítrio, o indivíduo pode optar por agir dentro dos limites legais ou ultrapassá-los, praticando um ato ilícito e, criando a obrigação de reparar os danos causados a terceiros. Caio Mário da Silva Pereira (2002, p. 415) observa que a natureza antissocial da ação de um indivíduo pode ser intencional ou não, e pode ocorrer por ação ou omissão. Independentemente de ser por descuido ou imprudência, a ilicitude da conduta reside na violação de um dever preexistente. A infração a qualquer dever, independentemente de sua causa imediata, é sempre definida por normas, e, portanto, um ato ilícito sempre constitui uma violação do ordenamento jurídico.

Ao lado dos atos jurídicos lícitos, existem os atos ilícitos, regulados pelos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil brasileiro de 2002 (Brasil, 2002). Sergio Cavalieri Filho (2012, p. 9) descreve a ação ilícita como uma conduta voluntária e consciente de um ser humano que viola um dever, implicando a transgressão de uma obrigação já estabelecida por um ordenamento jurídico, sem qualquer justificativa legal para tal conduta. Os componentes fundamentais de um ato ilícito incluem: (i) a conduta humana, seja por ação ou omissão; (ii) a ilicitude, caracterizada pela contrariedade às normas vigentes; (iii) a imputabilidade, que liga o dano antijurídico ao agente causador; e (iv) a lesividade, que se refere à violação, até mesmo moral, do patrimônio jurídico de outra pessoa.

Historicamente, a natureza jurídica do transporte de cortesia tem sido debatida, variando entre ser considerada contratual e ser derivada de conduta ilícita. De acordo com o Código Civil de 1916, predominava a interpretação contratual para esses meios de locomoção. Na ausência de disposições legislativas específicas, aplicava-se o artigo 1057, que limitava a responsabilidade do transportador a casos de dolo, exceto quando o contrato também o beneficiava. Mario Moacyr Porto (1984, p. 17) esclarece que, no Brasil, a reivindicação de indenização em transportes gratuitos só procede se o dano resultar de dolo do transportador.

Carlos Alberto da Mota Pinto (1980, p. 261) diferencia os negócios jurídicos de atos de mera cortesia, como convites para eventos sociais, que não pretendem criar, modificar ou extinguir vínculos jurídicos. Com a vigência do Código Civil de 2002, em especial o artigo 736, esclareceu-se que, em casos de acidente, a responsabilidade do condutor em transportes gratuitos é extracontratual ou aquiliana, baseada na culpa em sentido amplo, refletindo a natureza não contratual desses atos. Esta interpretação reforça a compreensão de que o transporte gratuito é um ato de liberalidade sem intenção de gerar efeitos jurídicos contratuais.

Sérgio Cavalieri Filho (2012, p. 348) relata uma mudança em sua perspectiva sobre a obrigação civil após analisar um caso específico, adotando a posição que apoia a obrigação civil aquiliana e subjetiva. Em um incidente descrito, um motorista, ao dirigir acima do limite de



velocidade, atropelou um pedestre e, após colidir com um poste, causou ferimentos graves em seu passageiro. Tradicionalmente, de acordo com o Código Civil de 1916, o condutor seria responsável por dolo ou culpa grave em relação ao passageiro, e por culpa simples em relação ao transeunte. Este entendimento diferenciado poderia resultar em uma abordagem mais leniente em relação ao pedestre do ponto de vista responsabilidade extracontratual.

Entretanto, considerando que o transporte por amizade é um ato de pura liberalidade, sem elementos de negociação, ele se enquadra na responsabilidade civil aquiliana e subjetiva baseada na cláusula geral de reparação da conduta ilícita, conforme previsto no artigo 186 do Código Civil atual (Brasil, 2002). No Superior Tribunal de Justiça, é pacífico que o motorista deve indenizar o passageiro em casos de transporte genuinamente gratuito. Em situações de acidente, a obrigação civil do motorista é predominantemente extracontratual ou aquiliana, visto que não existe um contrato formal que justifique a aplicação de outras normas, como o artigo 392 do Código Civil de 2002. Portanto, a base da responsabilidade é reconhecida como um ato ilícito.

Portanto, apesar de o Superior Tribunal de Justiça frequentemente exigir que a vítima comprove a culpa grave ou o dolo do motorista para estabelecer o dever de indenizar, essa prática contrasta com a abordagem mais contemporânea dos artigos 186 e 927 do Código Civil (Brasil, 2002), que não fazem tal distinção. Essa divergência, que se afasta dos princípios atuais de responsabilidade civil, sugere a necessidade de revisão e atualização da jurisprudência em relação a essas questões. Na próxima seção, examinaremos mais de perto os precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil em casos de transporte realizado por mera cortesia, explorando como esses entendimentos podem ou devem evoluir à luz das normativas vigentes.

4 PRECEDENTES DO STJ E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: RESPONSABILIDADE CIVIL EM TRANSPORTES DE CORTESIA

O Superior Tribunal de Justiça já analisou extensivamente o transporte realizado por mera cortesia, em resposta à ausência de regulamentação específica no revogado Código Civil de 1916, o que gerou certa instabilidade na interpretação uniforme da legislação civil ordinária. Segundo a Corte Superior, o transporte por amizade é caracterizado pela ausência de qualquer contraprestação pelo serviço prestado. O condutor realiza o transporte impulsionado unicamente por liberalidade ou cortesia, fundamentado em um espírito de solidariedade social, sem obter vantagens diretas ou indiretas. Assim, as normas típicas dos contratos de transporte,

como definidos no artigo 736 do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), não se aplicam a esses casos.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça tem emitido diversos julgados, alguns ainda durante a vigência do Código de 1916 e outros já sob a nova legislação, que reforçam essa interpretação. Estes incluem o verbete de súmula nº 145, publicado em 1995, e examinam também o elemento subjetivo da responsabilidade civil nessas situações.

Para esta seção, serão explorados o enunciado da Súmula nº 145 do Superior Tribunal de Justiça e os precedentes judiciais diretamente relacionados a ela, escolhidos pela sua relevância histórica e impacto jurisprudencial. Entre eles estão os REsp. nº 3.035/RS e REsp. nº 3.254/RS, ambos julgados pela 4ª Turma, além dos REsp. nº 34.544/MG e REsp. nº 38.668/RJ, da 3ª Turma, e o REsp. nº 54.658/SP da 4ª Turma, todos proferidos sob a vigência do Código Civil de 1916. Posteriormente, analisaremos decisões semelhantes tomadas sob a vigência do atual Código Civil.

Durante a vigência do Código Civil de 1916, e com base no artigo 1.057, o STJ definiu a relação jurídica entre passageiro e transportador como contratual. Um exemplo é o REsp. nº 38.668/RJ, relatado pelo Ministro Eduardo Ribeiro (Superior Tribunal de Justiça, 1993), que estabelece que, no transporte de simples cortesia, a responsabilidade do transportador por danos ao transportado depende da comprovação de dolo ou de culpa grave, a qual se equipara ao dolo. Este caso foi categorizado como um contrato unilateral, aplicando-se o disposto no artigo 1057 do Código Civil de 1916.

No entanto, essa interpretação pode não ser a mais acertada. Como mencionado anteriormente, o transporte realizado nessas condições é um ato de pura liberalidade por parte do condutor, motivado por um espírito de solidariedade social, sem qualquer intenção de estabelecer um acordo formal. Mário Moacyr Porto (1984, p. 17) destaca que a questão da natureza jurídica do transporte gratuito foi amplamente debatida na Corte de Cassação francesa, onde a discussão gerou divisões profundas entre doutrinadores e magistrados.

Na França, após intensos debates, prevaleceu a visão de que o transporte gratuito não configura um contrato. Como resultado, aplica-se o artigo 1382 do Código de Napoleão, correspondente ao artigo 159 do Código Civil brasileiro. A jurisprudência francesa, consolidada em um julgamento de 27 de março de 1928 pela Corte de Cassação, determina que a pessoa transportada gratuitamente deve comprovar a culpa do transportador para ter direito à indenização por danos sofridos.

Portanto, é mais apropriado entender a relação entre passageiro e condutor como extracontratual ou aquiliana, o que implica que a responsabilidade civil por danos pode ser estabelecida não apenas por dolo, mas também por culpa. Este entendimento é reforçado pela Súmula

nº 145 do Superior Tribunal de Justiça, promulgada em 17 de novembro de 1995, segundo a qual no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.

Este enunciado e os julgamentos relacionados esclarecem que, no contexto de transporte cortês, a responsabilidade civil do transportador decorre da comprovação de culpa grave. É importante notar que, sob o Código Civil anterior, a distinção entre dolo e os graus de culpa não era apoiada legalmente, como indicado pelo artigo 159 do Código de 1916. Por isso, deve-se considerar a culpa em seu sentido mais amplo, sem graduações, para determinar a responsabilidade civil resultante de atos ilícitos. Mesmo após a implementação do Código Civil de 2002, o Superior Tribunal de Justiça manteve uma linha de julgamento semelhante em casos envolvendo transporte por cortesia, mantendo a consistência com as interpretações anteriores.

Neste estudo, realizou-se uma pesquisa detalhada dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, utilizando a expressão "transporte por simples cortesia" para o período de 01 de janeiro de 2018 a 06 de fevereiro de 2023. Foram selecionados acórdãos relevantes que refletem diretamente o tema em discussão, incluindo decisões como o REsp nº 153.690/SP de 2004 pela 4ª Turma e o AgInt no AREsp nº 1.726.601/RS de 2019 pela mesma turma, entre outros.

A análise desses julgados mostra que a 3ª e 4ª Turmas da Segunda Sessão do STJ mantêm um entendimento consistente com o que foi estabelecido durante a vigência do Código Civil de 1916. Segundo essa visão, no contexto de transporte gratuito, a responsabilidade do transportador é limitada a casos em que é demonstrado dolo ou culpa grave, conforme reafirma a Súmula 145 do STJ. Para ilustrar, dois casos exemplificam essa continuidade de interpretação ao passar do tempo.

No REsp nº 153.690/SP, o relator Ministro Fernando Gonçalves destacou que, em situações de transporte cortês que resultem em danos, como a morte de um passageiro, a responsabilidade do transportador não é objetiva, reforçando a aplicação da Súmula 145 do STJ: "No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave."

Similarmente, no AgInt nos EDcl no REsp nº 1.726.601/RS, o Ministro Marco Buzzi confirmou que, para haver responsabilidade civil em casos de transporte gratuito, deve haver prova de dolo ou culpa grave, alinhando-se com a jurisprudência da Corte e a Súmula 83/STJ.

Estes exemplos reforçam o entendimento jurídico predominante sobre a responsabilidade em situações de transporte por cortesia e oferecem uma base sólida para futuras discussões e análises jurídicas sobre o tema. A relação jurídica entre o transportador e o passageiro em



casos de transporte desinteressado é predominantemente vista como extracontratual ou aquiliana. No entanto, é importante notar que existem perspectivas divergentes, como demonstra um julgamento relevante do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O REsp nº 67.304/RJ, julgado pela 3ª Turma em 02/05/2002 e relatado pelo Ministro Ari Pargendler, defende a natureza contratual dessa relação, mesmo em situações de mera cortesia, destacando que isso exclui a aplicação de certas normas processuais específicas sobre honorários de advogado.

O transporte por cortesia é uma prática comum, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Essa atividade levanta questões importantes de responsabilidade civil dos transportadores que causam danos aos passageiros. Diante da lacuna na legislação civil, o STJ desenvolveu uma jurisprudência que culminou na Súmula nº 145, que estabelece que a responsabilidade civil do condutor é extracontratual e subjetiva, baseada em dolo ou culpa grave. Esse entendimento, no entanto, merece revisão. A culpa, incluindo seus graus e a distinção entre dolo, deve ser considerada de forma mais ampla. Limitar as discussões sobre essas nuances e tentar estabelecer divisões rígidas entre os elementos subjetivos da conduta ilícita não apenas é improdutivo, mas também representa um retrocesso no atual contexto da responsabilidade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa detalhada sobre a prática de transporte desinteressado de pessoas, especialmente a carona, revela profundas implicações no campo da responsabilidade civil. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a ausência de regulamentação específica no Código Civil de 1916 (CC/16) provocou uma resposta do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que desenvolveu uma jurisprudência robusta acerca do transporte gratuito. Esta jurisprudência definiu claramente a natureza da relação entre transportador e passageiro como extracontratual, fruto de um ato de liberalidade. Em casos de acidentes, a responsabilidade do condutor foi categorizada como subjetiva, apoiada na necessidade de demonstração de dolo ou culpa grave para a imputação de responsabilidade.

Historicamente, mesmo durante a vigência do CC/16, o STJ dispunha de um arcabouço legislativo sólido que respaldava pedidos de indenização em situações de acidentes ocorridos durante o transporte por cortesia, fortalecendo a corrente da responsabilidade aquiliana. Contudo, este estudo sugere que é necessário evoluir na análise do elemento subjetivo da responsabilidade. A distinção entre dolo e culpa, assim como a graduação desta última em leve, grave ou levíssima, requer revisão. Estas distinções podem complicar desnecessariamente a atribuição de

responsabilidade civil e não contribuem para a clareza jurídica ou para a justiça nas decisões.

Em resumo, a prática do transporte desinteressado não apenas enriquece o tecido social por meio da solidariedade, mas também desafia o sistema jurídico a adaptar-se e refinar suas abordagens em relação à responsabilidade civil. A evolução desta análise é urgente e necessária para garantir que a legislação acompanhe as práticas sociais e as necessidades contemporâneas de justiça.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Carlos Moreira. **A Parte Geral do Projeto de Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1986.

ARAÚJO, Maria Angélica Benetti. Autonomia da vontade no Direito contratual. **Revista de Direito Privado**, v. 27, p. 1-9, 2006.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil**: contratos. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7565compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.565%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201986.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20C%C3%B3digo%20Brasileiro%20de%20Aeron%C3%A1utica.&text=Art.,C%C3%B3digo%20e%20pela%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20complementar. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.726.601/RS**. Relator: Min. Marco

Buzzi, 26 de agosto de 2024. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27AIEDRESP%27.clas.+e+@num=%271726601%27)+ou+(%27AgInt%20nos%20EDcl%20no%20REsp%27+adj+%271726601%27).suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja. Acesso em: 6 mar. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 153.690/SP**. Relator: Min. Fernando Gonçalves, 2004. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?preConsultaPP=&pesquisaAmigavel=+%3Cb%3E153.690%3C%2Fb%3E&acao=pesquisar&novaConsulta=true&i=1&b=ACOR&livre=153.690&filtroPorOrgao=&filtroPorMinistro=&filtroPorNota=&data=&operador=e&thesaurus=JURIDICO&p=true&tp=P&processo=&classe=&uf=&relator=&dtpb=&dtpb1=&dtpb2=&dtde=&dtde1=&dtde2=&orgao=&ementa=&nota=&ref=. Acesso em: 6 mar. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 2.000.153/RJ**. Relatora: Min. Regina Helena Costa, 29 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1658927362. Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 38.668 RJ**. Relator: Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 13 de junho de 2006. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?pesquisaAmigavel=+%3Cb%3E38.668%3C%2Fb%3E&b=ACOR&tp=T&numDocsPagina=10&i=1&O=&ref=&processo=&ementa=&nota=&filtroPorNota=&orgao=&relator=&uf=&classe=&juizo=&data=&dtpb=&dtde=&operador=e&thesaurus=JURIDICO&p=true&livre=38.668. Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 67.304 RJ**. Relator: Min. Og Fernandes, 28 de junho de 2017. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=%22REsp%22+com+%2267304%22. Acesso em: 7 mar. 2024.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 3.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.



GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 3.

LOTUFO, Renan. O contrato de Transporte de Pessoas no Novo Código Civil. **Revista dos Tribunais**, v. 2, p. 1125-1137, 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Apelação Cível nº 1.0433.06.186605-2/001**. Relator: Des. José Flávio de Almeida, 2007. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/5924947/inteiro-teor-12061652. Acesso em: 3 mar. 2024.

MIRAGEM, Bruno. **Contrato de Transporte**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**: parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**: parte geral. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 4.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 19. ed. São Paulo: Forense, 2002. v. 1.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. **Teoria Geral do Direito Civil**. 4. ed. Coimbra: Coimbra, 1980.

PORTO, Mário Moacyr. Transporte Gratuito de Pessoas. **Revista dos Tribunais**, v. 582, p. 14-20, 1984.

ROQUE, Sebastião José. **Do contrato de transporte**. São Paulo: Ícone, 2009.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. **A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloísa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código Civil interpretado conforme a Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2.



RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL NAS LIMITAÇÕES AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

GT 8: DIREITO CIVIL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Amanda Rodrigues Pascotto[1], Cleber Sanfelici Otero[2].

[1] Mestranda do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar-UNICESUMAR, Bolsista PROSUP/CAPES, E-mail: Pascottoamanda@gmail.com.
[2] Orientador, Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela ITE (Bauru/SP). Graduado em Direito pela USP (São Paulo/SP). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas e na Graduação em Direito da Unicesumar (Maringá/PR), Professor de Especialização em Direito Previdenciário da UEL (Londrina/PR), Juiz Federal, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, Pesquisador do ICETI, com projeto de pesquisa Constitucionalização do Direito Privado, Obrigações, Responsabilidade Civil e Direitos da Personalidade. E-mail: cleber.otero@unicesumar.edu.br.

RESUMO

O estudo aborda a questão da interferência estatal no livre desenvolvimento da personalidade, discutindo a responsabilidade civil do Estado em casos de intervenções inconvenientes. A pesquisa busca avaliar se as ações do Estado respeitam os princípios constitucionais, como dignidade, liberdade e justiça social, e se são proporcionais e pertinentes. O princípio da proporcionalidade, que se desdobra em adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito, é fundamental para equilibrar a liberdade individual com as restrições estatais, garantindo que estas sejam válidas apenas quando justificadas por um bem maior. O objetivo é analisar os limites das intervenções estatais sobre os direitos de personalidade, buscando um equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e as demandas coletivas, de modo a evitar abusos e vislumbrar os impactos causados no livre desenvolvimento da personalidade. Para atingir esses objetivos, o estudo adota o método dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica que abrange a Constituição de 1988, a legislação vigente e a doutrina especializada em direitos fundamentais. A investigação pretende compreender como o Estado pode atuar sem comprometer o livre desenvolvimento da personalidade, respeitando as disposições legais e os princípios constitucionais. Ao longo da análise, são identificados os critérios que legitimam as intervenções estatais, com destaque para a necessidade de que essas ações sejam sempre justificadas por um bem comum superior, sem violar a liberdade e a dignidade dos indivíduos. Dessa forma, o estudo contribui para o entendimento do papel do Estado na promoção dos direitos fundamentais, reforçando a importância de uma atuação equilibrada

Palavras-chave: Controle Constitucional; Direitos da Personalidade; Equilíbrio de Interesses; Liberdade Pessoal.

1 INTRODUÇÃO

O livre desenvolvimento da personalidade é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, ligado à dignidade humana e aos direitos fundamentais. Esse direito permite que o indivíduo construa sua identidade e faça escolhas de forma autônoma, embora enfrente limites impostos pelo Poder Público, como normas e políticas. Surge, assim, o desafio de

equilibrar a liberdade individual e o interesse público, especialmente quando o Estado impõe restrições que afetem os direitos de personalidade.

Este resumo expandido se concentra na problemática: qual a extensão da interferência estatal no livre desenvolvimento da personalidade? Diante dessas tensões, a doutrina e a jurisprudência analisam a responsabilidade civil do Estado em casos de intervenções indevidas. É necessário verificar se os atos estatais respeitam valores constitucionais, como dignidade, liberdade e justiça social, e se são proporcionais e razoáveis. O princípio da proporcionalidade é central nessa análise, funcionando como critério para equilibrar a liberdade individual e as restrições estatais. Ele é desdobrado em três subprincípios: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Essas diretrizes garantem que as limitações aos direitos de personalidade sejam válidas apenas quando necessárias e justificadas em nome de um bem maior.

O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre o livre desenvolvimento da personalidade e as intervenções do Poder Público, identificando os limites e critérios que permitem essa restrição em conformidade com os princípios constitucionais. Os objetivos específicos incluem investigar os limites da liberdade do indivíduo frente às intervenções estatais e avaliar o impacto dessas ações sobre os direitos de personalidade. Para isso, será utilizado o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica baseada na Constituição de 1988 e na legislação vigente, além de conceitos de autores em livros e artigos científicos. A análise visa a equilibrar a proteção dos direitos individuais e as necessidades coletivas, garantindo que a atuação estatal permaneça dentro de parâmetros legítimos. Assim, busca-se contribuir para a compreensão do papel do Estado na promoção dos direitos fundamentais, evitando intervenções arbitrárias que prejudiquem a liberdade individual e a dignidade humana.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A garantia do livre desenvolvimento da personalidade assegura ao indivíduo o direito de agir livremente e impõe ao Estado a obrigação de não interferir, exceto em situações necessárias que devem ser balizadas, principalmente quando relacionadas ao interesse público. Assim, ao exercer essa liberdade, o indivíduo pode encontrar restrições do poder público, o que exige avaliar se suas ações podem ser justificadas com base nesse direito. As ações do Poder Público podem impactar o indivíduo, gerando a sensação de violação dos direitos de personalidade por meio da imposição de deveres ou exigências (Pinto, 1999). A constitucionalidade de uma norma deve respeitar os valores fundamentais do sistema constitucional, e um ato estatal pode ser considerado inconstitucional se desrespeitar a dignidade humana ou as liberdades políticas e econômicas. Assim, mesmo que um ato siga procedimentos legais, ele pode ser

declarado inconstitucional se violar princípios como dignidade, igualdade ou justiça. Um desafio a ser enfrentado é determinar quais aspectos da vida privada são considerados intangíveis e quais podem ser regulamentados pelo Poder Público. É importante lembrar que as ações do Estado devem sempre buscar o interesse público, mas isso não justifica a violação de direitos individuais (Canotilho, 2007). Apenas em situações excepcionais (por exemplo, no estado de defesa, no estado de sítio ou, como observado recentemente, no caso da pandemia) é que a suspensão de direitos fundamentais poderia ocorrer, embora temporariamente até a situação se normalizar.

No caso de conflito de valores, em que a intervenção no âmbito intangível da personalidade ocorre por meio de um ato do Poder Público, deve-se considerar o interesse público, principalmente se identificados previamente pelo constituinte ou pelo legislador. Somente será admissível invocar um direito de liberdade geral de ação dentro de pressupostos qualificados e especiais. (Pinto, 1999). O princípio da proporcionalidade é o critério mais utilizado para determinar os pressupostos qualificados e especiais que justificam a intervenção do Poder Público nos direitos da personalidade (Novais, 2006). Por meio desse princípio, tanto o legislador quanto os administrados poderão ter sua atuação restrita à proporcionalidade sob os seguintes aspectos: primeiro à necessidade quanto ao resultado desejado; segundo a escolha do meio menos prejudicial à coletividade e, por fim, a harmonia, dada pelo sopesamento de valores (Canotilho, 1998).

De acordo com a Constituição, a administração pública deve indenizar os prejuízos causados por suas ações, independentemente de dolo ou culpa, o que reforça a importância da proteção dos direitos individuais. A indenização por danos morais tem como objetivo compensar o sofrimento e os transtornos que a vítima experimenta em decorrência da intervenção estatal injustificada. Além disso, essa responsabilidade estatal serve como um mecanismo de controle, estimulando uma atuação mais cautelosa e respeitosa por parte do Estado em relação aos direitos fundamentais e da personalidade, prevenindo abusos. Em resumo, a garantia do livre desenvolvimento da personalidade impõe ao Estado o dever de não interferir nesse processo, enquanto permite a análise das restrições impostas. A intervenção do Poder Público deve ser baseada no interesse público e no princípio da proporcionalidade, protegendo a individualidade e os direitos de cada cidadão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o livre desenvolvimento da personalidade é um direito fundamental que assegura ao indivíduo a capacidade de agir de forma autônoma e construir sua própria identidade, sendo essencial para a

dignidade humana e o funcionamento do Estado Democrático de Direito. No entanto, a interferência do Poder Público é inevitável, exigindo um delicado equilíbrio entre a liberdade individual e as restrições impostas em nome do interesse público. Para que essa interferência seja legítima, é fundamental que os atos do Estado respeitem os princípios constitucionais e sejam guiados pelo princípio da proporcionalidade, ao requerer que qualquer limitação aos direitos de personalidade seja justificada e necessária.

A análise das tensões entre os direitos individuais e as ações do Estado revela a importância de uma avaliação cuidadosa das intervenções estatais, assegurando que não se tornem arbitrárias ou desproporcionais. A definição de quais aspectos da vida privada são intangíveis e quais podem ser regulamentados pelo Estado continua a ser um desafio, ressaltando a necessidade de um compromisso com os valores constitucionais. A indenização por danos morais decorrente de intervenção estatal injustificada resulta da responsabilidade civil por violação dos direitos da personalidade. Além de compensar o sofrimento da vítima, ela visa assegurar que o Estado respeite esses direitos, prevenindo abusos futuros.

Portanto, a proteção dos direitos de personalidade e a promoção do interesse público devem coexistir, garantindo que as liberdades individuais sejam respeitadas, e contribuindo para uma sociedade que valorize tanto a autonomia do indivíduo quanto o bem comum.

REFERÊNCIAS

CANOTILHO, José Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada**. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007, v.1.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 1998.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NOVAIS, Jorge Reis. **Direitos Fundamentais**: Trunfos Contra a Maioria. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

PINTO, Paulo Mota. O livre desenvolvimento da personalidade. In: **Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra**, Portugal-Brasil ano 2000. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da responsabilidade civil**: da erosão

dos filtros da reparação a diluição dos danos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.



RESPONSABILIDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA BOA-FÉ NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

GT8: Direito Civil e os Direitos da Personalidade

João Gabriel Yaegashi[1], Cleber Sanfelici Otero[2]

[1] Doutorando em Ciências Jurídicas pela UniCesumar, Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar (2023), Especialista em Direito do Agronegócio pela UniCesumar (2022), Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2018). Docente do Departamento de Direito Público e Privado da Universidade Estadual de Maringá. Advogado - Ordem dos Advogados - Seção Paraná.
[2] Orientador, Doutor (2011) e Mestre (2002) em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1996). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – UniCesumar, na linha Direitos da Personalidade e o seu alcance na contemporaneidade. Juiz Federal.

RESUMO

A responsabilidade civil das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) está diretamente ligada ao tratamento ético e digno da pessoa idosa. Este estudo tem por objetivo analisar como o princípio da boa-fé influencia a responsabilização civil dessas instituições em casos de violação de direitos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, a partir de consulta legal, doutrinária, científica e jurisprudencial, com a aplicação do método de abordagem hipotético-dedutivo. Os resultados revelam que a boa-fé, quando aplicada adequadamente, pode prevenir abusos e promover um cuidado mais humano e ético da pessoa idosa. A negligência a esse princípio é um dos principais fatores que contribui para violações de direitos e má prestação de serviços. Conclui-se que a aplicação rigorosa da boa-fé não só viabiliza a reparação pecuniária, mas também incentiva melhores práticas institucionais, de modo a assegurar o respeito à dignidade da pessoa idosa e para prevenir a ocorrência de danos.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; Pessoa idosa; Responsabilidade Civil.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos grandes desafios contemporâneos no Brasil, refletindo no aumento da demanda por cuidados especializados para idosos. As Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) têm um papel crucial nesse cenário, oferecendo suporte e acolhimento a pessoas que necessitam de assistência contínua. No entanto, essas instituições muitas vezes não garantem o tratamento adequado, levando à violação de direitos das pessoas idosas.

O referencial teórico do estudo se baseia no princípio da boa-fé e na sua aplicação contextual na ILPI. Cuida-se de princípio essencial no Direito Civil, aplicado a todas as relações contratuais e extracontratuais, e serve como balizador para a responsabilização civil em casos de violações de direitos.

A justificativa para esta pesquisa está na crescente preocupação com a qualidade dos serviços prestados pelas ILPIs e na necessidade de proteção dos direitos das pessoas de mais idade. O objetivo é analisar como a boa-fé pode ser utilizada para assegurar um tratamento digno e prevenir abusos e negligência nas ILPIs, promovendo assim um ambiente de cuidado mais ético e humano.

Como procedimento metodológico, realizou-se um estudo de caráter bibliográfico e documental, com base em estudos sobre a temática e consultas a fontes legais, doutrinárias e jurisprudenciais sobre responsabilidade civil, direitos da personalidade e o princípio da boa-fé no Direito Civil brasileiro. O método de pesquisa é o hipotético-dedutivo, buscando-se identificar como a aplicação da boa-fé pode influenciar a responsabilização civil das ILPIs, com abordagem a partir da compreensão da maior vulnerabilidade das pessoas idosas, da eventual necessidade de institucionalização delas em ILPIs e da responsabilização dessas entidades se houver a violação de direitos, especialmente direitos da personalidade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A concepção jurídica da pessoa idosa foi moldada à luz das transformações sociais e do envelhecimento da população brasileira, o que revela a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa e responsável no que diz respeito ao tratamento e aos direitos dessa parcela da sociedade. O processo de envelhecimento é multifacetado, abrangendo aspectos biopsicossociais que vão além de critérios puramente cronológicos. A classificação da pessoa idosa, conforme Bobbio (1997), pode ser realizada por três vieses: cronológico, burocrático e psicológico/subjetivo. O Brasil adota o critério cronológico, considerando idosa toda pessoa com 60 anos ou mais (Brasil, 2003).

O envelhecimento é uma etapa de significativo impacto na saúde, educação, previdência e habitação, o que demanda a reavaliação social acerca da forma como se dá o tratamento jurídico dispensado à pessoa idosa, cuja proteção é reconhecida como um direito personalíssimo no Estatuto da Pessoa Idosa (Otero; Otero; Yaegashi, 2024). Embora a perda de sentidos e capacidades físicas seja parte natural do envelhecimento, isso não deve resultar na exclusão da autonomia da pessoa idosa. Pelo contrário, é necessário reconfigurar o tratamento dado a ela, ajustando suas vulnerabilidades às demandas contemporâneas (Pelluchon, 2016).

A boa-fé, com raízes no Direito Romano, desempenha um papel central nas relações jurídicas, sendo historicamente aplicada como um mecanismo para interpretar as obrigações de forma mais justa e flexível, adaptando-as às circunstâncias específicas de cada caso (Liebs, 2019; Martins-Costa, 2000). Esse princípio evoluiu ao longo do tempo e, no Direito Civil contemporâneo, é reconhecido como um princípio essencial

para a interpretação de contratos e para garantir comportamentos leais e honestos (Canaris, 2002). A intersecção entre a boa-fé e os direitos da personalidade da pessoa idosa se dá na medida em que esse princípio jurídico se torna um instrumento necessário para a tutela de tais direitos nas relações privadas, principalmente no contexto das ILPIs. Indica-se, nesse sentido, o direito à integridade física e psíquica, o direito à privacidade, o direito à autonomia e o direito à identidade.

Pondera-se, pois, acerca do instituto na responsabilidade civil, principalmente à aplicada ILPIs, especialmente devido à crescente demanda por esses estabelecimentos diante do envelhecimento populacional. O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) estabelece que as ILPIs devem garantir moradia digna e cuidados adequados aos idosos, principalmente em casos de abandono familiar ou carência de recursos financeiros. Essas instituições, destinadas a pessoas com 60 anos ou mais, são responsáveis por assegurar condições de liberdade, dignidade e cidadania aos seus residentes (Fagundes *et al*., 2020).

Ainda que com a imposição legal, ao serem institucionalizadas, algumas pessoas idosas têm seus laços familiares fragilizados, o que intensifica a vulnerabilidade delas (Otero; Otero; Yaegashi, 2024). Esse cenário envolve fatores como senescência, senilidade e aspectos sociais das ILPIs, que contribuem para a perda de autonomia e o afastamento do idoso de outros círculos sociais.

Nesse cenário, a boa-fé deve ser aplicada como princípio norteador das relações contratuais entre as ILPIs e os residentes, exigindo comportamentos éticos que previnam danos e respeitem a autonomia da pessoa institucionalizada. A responsabilidade civil dessas instituições, portanto, não se deve dar apenas quanto à reparação dos danos, mas também promover a adoção de melhores práticas preventivas para garantir o bem-estar dos idosos (Rosenvald, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reafirma a importância da aplicação da boa-fé nas relações entre as ILPIs e seus residentes. A boa-fé é essencial para prevenir abusos, garantir o respeito à dignidade e promover um cuidado ético e responsável. Quando aplicada de forma adequada, a boa-fé não apenas evita violações de direitos, mas também incentiva melhores práticas dentro das ILPIs, assegurando a proteção da autonomia e a prevenção de danos aos idosos.

A responsabilização civil das ILPIs deve ser vista como um mecanismo para incentivar essas instituições a adotarem posturas proativas e éticas, criando um ambiente mais justo e respeitoso para a população idosa. Assim, a boa-fé se revela um princípio central para a promoção da dignidade e dos direitos dos idosos em situação de institucionalização.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**: de senectude e outros escritos autobibliográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

CANARIS, Claus Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito**. Tradução: A. Menezes Cordeiro. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FAGUNDES, Karolina Vitorelli Diniz Lima *et al.* Instituições de longa permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v.19, n.2, p. 210-214, 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rsap/2017.v19n2/210-214/pt. Acesso em: 20 jun. 2024.

LIEBS, Detlef. **Perante os juízes romanos**: processos célebres da Roma antiga. Tradução: Marcio Flavio Mafra Leal. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS-COSTA, Judith. **A Boa-Fé no Direito Privado**: sistema e tópica no processo obrigacional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

OTERO, H. B. S.; OTERO, C. S.; YAEGASHI, J. G. Institucionalização como política pública e responsabilidade civil preventiva das Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetininga, v.11, p. e024033, 2024. Disponível em: https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/1821. Acesso em: 16 set. 2024.

PELLUCHON, Corine. Taking vulnerability seriously: what does it change for bioethics and politics? In: MASFERRER, Aniceto; GARCÍA-SÁNCHEZ, Emilio (ed.). **Human dignity of the vulnerable in the age of rights**. Valencia: Springer, 2016. p. 293-312.

ROSENVALD, Nelson. Conceitos de responsabilidade civil para a 4ª Revolução Industrial e o capitalismo de vigilância. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos (Coord.). **Direito Civil***:* futuros possíveis. Belo Horizonte: Fórum, 2021, p. 175-205.

A NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO DIGITAL FRENTE AOS CRIMES VIRTUAIS

GT9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Késia Francine Félix Marques Ferreira[1]; Thomaz Jefferson Carvalho[2]

[1]Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Cesumar – UniCesumar, Campus Maringá-PR.
kesiafelix2@gmail.com;

[2] Orientador, Doutor em Direito UESA/RJ. Docente no Curso de Direito, UniCesumar.
thomaz.carvalho@unicesumar.edu.br.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de discorrer sobre uma nova realidade que é o consumo digital e consequentemente o acometimento de crimes e golpes que estão presentes nesta forma de relação de consumo. Um tema que está em constante expansão, portanto, é urgente e necessário um estudo mais aprofundado para estabelecer parâmetros e conhecimento dos seus direitos perante tais crimes cibernéticos. No mercado digital o indivíduo está diuturnamente conectado, consumindo informações, anúncios, ofertas e consequentemente vulneráveis aos criminosos cibernéticos, que se aproveitam das falhas eletrônicas para enganar, roubar, fazer vítimas, por meio de fraudes, falsidade ideológica, golpes, por isso a importância de implementar a educação digital aos consumidores para saibam identificar e proteger-se de tais imbróglios da contemporaneidade. Portanto, esta pesquisa visa coletar informações dos meios de fraudes atuais e formas de prevenir-se de tais golpes, caso seja uma vítima, formas de buscar seus direitos.

Palavras-chave: Cybercrimes; crimes cibernéticos, estelionato digital; informação digital; relação de consumo.

1 INTRODUÇÃO

A nova era digital trouxe novas ferramentas úteis para o trabalho cotidiano, para os estudos e para o consumo imediato e prático, assim como também apresentou ao mundo novos tipos de crimes. Portanto é necessário aprender maneiras de proteger-se de golpistas, porém, é preciso uma atenção e busca por conhecimento dessas novas ferramentas por parte dos usuários e consumidores virtuais, a chamada Educação digital. Softwares de segurança, autenticação de dois fatores, senhas fortes, atualização de dispositivos, e a velha e eficaz educação informacional, que só é obtida a partir da busca por informações e estratégias que irão te fortalecer. A tecnologia está em constante evolução, inteligências artificiais espalhadas em todos os cantos do mundo, porém, a busca pelo conhecimento em lidar com essas novas ferramentas ainda é insuficiente. Consumidores e usuários da internet

costumam proteger-se depois de já terem sido vítimas de algum golpe. O presente trabalho tem como objetivo fornecer informações sobre golpes e evidenciar a necessidade real de uma educação digital para os usuários da rede mundial em relação ao consumo. Crime como o golpe do whatsapp está sendo rotineiro. Quadrilhas especializadas roubam dados e números telefônicos, se passam pela vítima, e mantém contato com parentes e amigos das vítimas apresentam uma situação de urgência e pedem dinheiro imediato para resolver tal conflito, os idosos são um alvo muito grande pela desinformação e necessidade de urgência, outro golpe comum está sendo o de investimento e ganhos imediatos com rifas e depósitos digitais, os criminosos cibernéticos *hackeam* contas de redes sociais das vítimas que tem um público grande e se passam pela pessoa, mostrando falsos resultados que implicam em um depósito de pequena quantia e ganho imediato. Outro cybercrime comum está sendo a venda de móveis ou viagens falsas, na qual, criminosos criam contas e anúncios falsos com valor atrativo e convencem as vítimas a fazer a compra e depois somem. Plataformas de marketplaces têm sido bastante utilizadas por esses falsos vendedores ou estelionatários digitais o que acarreta em muitas vítimas que perdem o dinheiro e não recebem o produto. Lojas digitais também estão sendo vítimas de estelionatários que criam contas em fintechs e colocam um limite alto, ganham o limite, realizam compras exorbitantes nas lojas virtuais e após isso pedem o estorno ou após receber os produtos cancelam a compra e isso acarreta no não recebimento da loja. Outro ponto a ser vislumbrado são as falsas mensagens com links que direcionam o consumidor para um site de uma loja conhecida ou banco, porém, por um detalhe de ponto e vírgula eles mudam e criam falsos sites, QR Codes, contas, boletos, que consequentemente o consumidor paga, e depois descobre que na verdade não era a loja ou site oficial. Tais crimes virtuais estão sendo estudados e vem cada vez mais ganhando notoriedade, assim, os usuários podem ter alguma informação, e consigam usar as redes com cautela ou qual procedimento correto após ser vítima de alguma fraude virtual. Outra medida necessária é a educação digital para informar aos consumidores sobre prevenção e seus direitos.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A metodologia se desenvolve por meio de pesquisa bibliográfica e empírica, baseado em análises perceptíveis aos órgãos do sentido foi possível despertar uma necessidade de conhecimento científico, partindo para a pesquisa bibliográfica, com aplicação do método dedutivo, comparativo. Para isso, foram utilizados dados de estudos e de pesquisas reais relacionadas ao crescimento do consumo digital e

consequentemente o aumento de fraudes, golpes. Conceitua-se crime virtual, o autor Vilson Dias (2021).

> "Pode se considerar como crime virtual aquele tido dentro da seara digital. Qualquer delito ocorrido dentro da internet, ou através desta, pode ser enquadrado como um crime digital. Esses crimes começaram a surgir após um expressivo crescimento no número de usuários na internet, e inserido nesse número, há diversos criminosos que aproveitaram esse novo invento.". (Dias, 2021, p.10)

Podemos perceber o quão arriscado tem sido o uso das tecnologias, principalmente com o avanço da inteligência artificial que se utiliza de dados reais, até a voz da pessoa tem sido utilizada em golpes, e fica difícil discernir se é verdadeiro ou uma criação computacional. Urge a necessidade da educação digital nas escolas, faculdades e na comunidade, para evitar, prevenir e também para informar qual procedimento correto após ser vítima de algum golpe digital. Como discorre Vilson Dias (2021):

> "Dito isto, tanto através de invasões ou crimes virtuais praticados por meio de e-mails, redes sociais e etc. Era muito corriqueiro o envio de falsos links com o intuito de fisgar o usuário e roubar seus dados. Dados originados de redes sociais, rede bancária, direitos autorais e uma grande variedade. Ora, muita das vezes o usuário nocivo só quer atrapalhar, trapacear. Tanto é verdade que os crimes mais tidos na internet, mais especificamente, e nas redes sociais são roubos de dados privados, crime contra a honra – isto envolve calúnia, injúria e difamação, ameaça, racismo, importunação sexual, homofobia e outros." (Dias, 2021, p.11).

Em relação a classificação dos crimes digitais podem ser próprios ou impróprios Entende-se por crime próprio o que utiliza o computador como meio de configurar o crime, como a invasão de computadores através de malwares ou roubo de dados através de sites e links falsos. Já o crime impróprio configura-se quando o agente alcança a vítima através do computador e redes, valendo-se de falsidade ideológica para difamar, ameaçar, constranger, realizar vendas falsas, o famoso estelionatário digital. Como discorre Damásio de Jesus (2014):

> "Crimes eletrônicos puros ou próprios são aqueles que sejam praticados por computador e se realizem ou se consumem também em meio eletrônico. Neles, a informática (segurança dos sistemas, titularidade das informações e integridade dos dados, da máquina e periféricos) é o objeto jurídico tutelado[...] .Já os crimes eletrônicos impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado naturalístico, que ofenda o mundo físico ou o espaço "real", ameaçando ou lesando outros bens, não

> computacionais ou diversos da informática.” (Jesus, 2014, p. 168)

Para tanto, é possível evitar, prevenindo-se de tais fraudes com absoluta atenção ao que vê e ao que consome no mundo digital. Sabendo que criminosos estão agindo de tais maneiras, por meios eletrônicos, o consumidor terá mais cautela ao efetivar uma compra ou clicar em um link. Também investir em programas antivirus pagos de grande credibilidade é fundamental principalmente para quem trabalha na internet, empresas, autônomos e consumidores assíduos, precisam de uma proteção mais efetiva além dos cuidados já citados. No ordenamento jurídico atualmente contamos com três leis específicas da internet, sendo elas Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet); Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);Decreto 9.854/2019 (Internet das Coisas), com o código do consumidor e o código penal que respalda os direitos dos usuários digitais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrou-se ao longo deste trabalho, que o aumento do consumo digital vem acarretando também, no aumento de crimes virtuais. A oferta de produtos, serviços, cursos e até consultas online com a vantagem de não precisar de deslocamento e ser mais prático, também oferece riscos e os consumidores vêm sofrendo com criminosos cibernéticos e estelionatários digitais que buscam vítimas vulneráveis, para aplicar golpes. Através dos casos estudados neste artigo, pode-se analisar que os golpistas agem de diferentes maneiras. Ademais, para que isso possa ser evitado é de extrema importância a implementação da educação digital em escolas, faculdades, em cursos técnicos e na comunidade. O que leva as autoridades, também a se aperfeiçoarem, a cada nova denúncia ou nova situação que lhes são comunicadas, portanto, é extremamente necessária a denúncia, caso seja vítima de algum crime, para que profissionais competentes possam estudar o caso, investigar e buscar maneiras de identificar e punir os cibercriminosos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 12.965** de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 19 out. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de

2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República; 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em 20 out.2024

DIAS, Vilson. **Crimes Virtuais: Estudo introdutório**. Disponível em: https://elivros.love/livro/baixar-livro-crimes-virtuais-estudo-introdutorio-vilson-dias-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online. Acessado em 16 out. 2024.

JESUS, Damásio de. **Direito penal I. Parte Geral**. Editora Saraiva, São Paulo, 2011.



A PLATAFORMA DO "MEUINSS" AVANÇO OU RETROCESSO? UMA ANÁLISE FRENTE AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO SEGURADO

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Giovana Aleixo Gonçalves de Oliveira[1], Dirceu Pereira Siqueira [2].

[1] Mestranda de Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar; bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES). Especialista em Direito Previdenciário pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Especialização em andamento em Regime Próprio de Previdência pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Graduação em Direito pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR) (2020). Professora de graduação. E-mail: giovanaaleixog@gmail.com.
[2] Orientador, Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Cesumar, Maringá, PR (UniCesumar); Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru, Especialista Lato Sensu em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário de Rio Preto, Pesquisador Bolsista - Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor - PPD - do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), Membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Centro Universitário UNIFAFIBE, Professor no curso de graduação em direito do Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE), Professor Convidado do Programa de Mestrado University Missouri State – EUA, Editor da Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Qualis A2) e da Revista Jurídica Cesumar (Qualis A2), Consultor Jurídico, Parecerista, Advogado. Endereço profissional: Universidade Cesumar, Av. Guedner, 1610 - Jardim Aclimação, Maringá - PR, 87050-900, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9073-7759. CV: http://lattes.cnpq.br/3134794995883683. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a plataforma digital "MeuINSS" e avaliar se sua implementação constitui um avanço ou retrocesso para os direitos da personalidade dos segurados, especialmente no que diz respeito à inclusão digital, acessibilidade e proteção de dados pessoais. A justificativa para a pesquisa baseia-se na necessidade de compreender os impactos dessa digitalização, considerando que, embora tenha trazido agilidade e desburocratização, pode também gerar exclusão digital e comprometer a dignidade e privacidade de grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com menor letramento tecnológico. A metodologia adotada incluiu uma revisão bibliográfica sobre direitos da personalidade, inclusão digital e proteção de dados, além da análise de relatórios e estudos de caso de plataformas similares em outros países. Também foram coletados relatos de usuários para entender os principais desafios enfrentados no uso da plataforma "MeuINSS". Os resultados esperados indicam que, para garantir que a digitalização seja realmente inclusiva e segura, são necessárias melhorias contínuas na usabilidade da plataforma, maior suporte educacional aos usuários e rigor na proteção dos dados pessoais.

Palavras-chave: Direito da Personalidade; Previdência Social; INSS Digital.

1 INTRODUÇÃO

A plataforma "MeuINSS" representa uma inovação tecnológica significativa no acesso aos serviços previdenciários no Brasil. Lançada com o objetivo de facilitar o atendimento e agilizar processos que antes dependiam de visitas presenciais às agências, permitindo que segurados e

beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizem consultas, solicitem benefícios, acompanhem processos e acessem informações de forma remota, através da internet.

Entretanto, o uso dessa plataforma também levanta questionamentos importantes sobre o impacto dessa digitalização na garantia dos direitos da personalidade do segurado, como a privacidade, a segurança de dados pessoais e o acesso pleno e equitativo aos serviços. Para alguns, o "MeuINSS" é um avanço, pois promove maior agilidade e desburocratização, possibilitando que segurados resolvam suas questões de maneira prática e sem precisar enfrentar longas filas. Contudo, para outros, essa digitalização representa um retrocesso, especialmente quando se trata de pessoas que possuem limitações no uso de tecnologia, como idosos e pessoas com menor letramento digital, o que pode gerar exclusão digital e dificultar o exercício de seus direitos.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de avaliar se a implementação do “MeuINSS” realmente facilita o acesso dos segurados aos seus direitos ou se acaba criando novas barreiras, promovendo uma exclusão digital de grupos vulneráveis. Além disso, a proteção de dados pessoais é um aspecto central que precisa ser analisado para verificar se a plataforma está em conformidade com as normas vigentes. Dado o impacto direto dessa ferramenta na vida de milhoes de brasileiros, é essencial entender os avanços e limitações dessa iniciativa, para que politicas publicas possam ser aprimoradas visando garantir a acessibilidade, segurança e dignidade de todos os segurados.

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar se a plataforma “MeuINSS” representa um avanço ou retrocesso no acesso aos serviços previdenciários, considerando os direitos da personalidade dos segurados, especialmente no que tange a inclusão digital, acessibilidade e proteção de dados pessoais

Dentre os objetivos específicos está o de avaliar a usabilidade e acessibilidade da plataforma para diferentes grupos de segurados, com foco em idosos e pessoas com menor letramento digital; verificar a conformidade da plataforma com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), analisando como são tratados os dados pessoais dos segurados; identificar os principais desafios enfrentados pelos segurados no uso da plataforma e as possíveis barreiras que limitam o acesso pleno aos seus direitos; esses objetivos ajudarão a formar uma visão abrangente e crítica sobre os impactos do “MeuINSS” no exercício dos direitos dos segurados, permitindo identificar avanços e desafios na promoção de um acesso mais justo e equitativo aos serviços previdenciários.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A análise da plataforma "MeuINSS" revela um cenário complexo,

onde avanços tecnológicos e desafios coexistem. A digitalização dos serviços previdenciários representou um marco importante para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que buscou reduzir filas, agilizar processos e facilitar o acesso dos segurados aos serviços. No entanto, essa transformação digital trouxe à tona questões fundamentais sobre a inclusão digital, acessibilidade e proteção dos direitos da personalidade dos usuários, especialmente em relação à privacidade e segurança de dados pessoais.

Apesar dos avanços, a discussão precisa considerar que a digitalização nem sempre é acessível a todos os grupos de segurados. A inclusão digital ainda é um desafio no Brasil, onde muitas pessoas, especialmente idosos e cidadãos com menor escolaridade ou acesso limitado à tecnologia, enfrentam dificuldades para utilizar plataformas digitais. Para esses grupos, a introdução do "MeuINSS" pode representar uma barreira adicional, criando uma exclusão digital que impede o pleno exercício de seus direitos previdenciários. Mesmo com iniciativas de apoio, como a central telefônica e o atendimento presencial em situações específicas, ainda há relatos de dificuldades e frustrações enfrentadas por usuários que não conseguem acessar ou entender as funcionalidades da plataforma.

Segundo Duarte (2008):

> [...] percebe-se a dificuldade que em fazer comunicação e, principalmente, alcançar o cidadão. Sem informação, sem conhecimento, sem estímulo, sem alternativas adequadas de interação em suas próprias condições, o cidadão certamente não pode exercer a plenitude de seus direitos e de suas possibilidades de participação. O relacionamento das instituições com a grande parte da sociedade é marcado por um déficit de atenção e de credibilidade. Parece-me, que apesar de toda a boa vontade, ainda não alcançamos a quem precisa de comunicação. (p. 02)

Para que uma plataforma digital pública seja verdadeiramente inclusiva, ela precisa ser projetada considerando as necessidades de todos os usuários, inclusive aqueles com limitações tecnológicas ou físicas. A pesquisa identificou que, embora a "MeuINSS" tenha recursos de acessibilidade, como a possibilidade de zoom e comandos por voz, ainda há espaço para melhorias. Muitos usuários relataram dificuldades na navegação, no entendimento das funções e na realização de tarefas específicas. Isso sugere a necessidade de um design mais intuitivo e inclusivo, que facilite o uso para pessoas com pouca familiaridade digital.

Para promover a inclusão social, é necessário desenvolver interfaces amigáveis e acessíveis, oferecendo suporte técnico adequado e alternativas de atendimento para aqueles que enfrentam barreiras digitais, o que não ocorre na plataforma estudada neste trabalho e nos links em que

o usuário é redirecionado.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados desta pesquisa incluem a identificação dos principais avanços proporcionados pela plataforma "MeuINSS" no que se refere à simplificação e desburocratização do acesso aos serviços previdenciários. Espera-se, também, destacar as limitações e barreiras enfrentadas por grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com menor letramento digital, na utilização da plataforma. Com base nesses resultados, espera-se fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas que promovam a inclusão digital, acessibilidade e uma proteção mais efetiva dos direitos dos segurados.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Traduzido por: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DUARTE, J. **Instrumentos de comunicação pública**. In Duarte, Jorge (Org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Danielle Arruda; ARAÚJO, Marília Castelo Branco. **Oferta turística virtual: Un estudio de metaverso**. Estudios y perspectivas en turismo. Ago 2012, v. 21, n. 4, p. 876-903. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180724056005. Acesso em: 07 nov. 2022.

KANT, I. **Crítica da razão pura**, 4ª ed. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MENDES, B. L.; COSTA, J. R. C.; da SILVA, G. F. **A era digital e os impactos do novo processo administrativo eletrônico do INSS para beneficiários e segurados**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.15, n.1, 1º quadrimestre de 2020. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 25/05/2024.

QUIROZ, Mao Queen Garzón. **Análisis informétrico del metaverso en canales y vídeos hispanoparlantes de YouTube**. Podium, nov. 2022, n. 41, p. 141-156. Disponível em: https://revistas.uees.edu.ec/index.php/Podium/article/view/805. Acesso em: 07 nov. 2022.

SANZ, Cecilia; ZANGARA, Alejandra; ESCOBAR G, Magda Lorena. **Posibilidades Educativas de Second Life: Experiencia docente de exploración en el metaverso**. Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología Métricas. Jun 2014, n. 13, p. 27-35.



ALÉM DA REALIDADE: A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE PELAS DEFENSORIAS PÚBLICAS NO METAVERSO

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rodrigo Valente Giublin Teixeira[1], Rogério Borges Freitas[2]

[1] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.
[2] Doutorando do programa de pós-graduação da Unicesumar. Mestre em Direito pela Unicesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.

RESUMO

Este artigo aborda a privacidade de dados no metaverso, com ênfase nas novas formas de atuação da Defensoria Pública na proteção dos direitos da personalidade que podem ser violados nesse contexto. Assim, a pesquisa é guiada pela questão de como o desempenho da Defensoria Pública do Brasil pode salvaguardar os direitos dos usuários no metaverso, visando criar um ambiente seguro para o manejo de dados sensíveis. O principal objetivo do artigo é explorar como as Defensorias Públicas enfrentam os desafios tecnológicos para proteger o público vulnerável contra riscos digitais e fomentar a conscientização sobre segurança digital e proteção de direitos individuais no espaço virtual. Para isso, o estudo é dividido em duas partes: a primeira examina a atuação das Defensorias Públicas na defesa da personalidade neste novo ambiente virtual; e a segunda debate a ampliação da proteção da privacidade dos usuários e as implicações legais das violações de direitos decorrentes do tratamento de dados sensíveis. A metodologia empregada combina análise contextual com revisão bibliográfica, incluindo a avaliação de legislações, precedentes e literatura acadêmica sobre o tema.

Palavras-chave: dados sensíveis; defensoria pública; direitos da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

Os indivíduos na sociedade contemporânea estão conectados às redes sociais e a cidadania virtual é estimulada a ser exercida a todo tempo. Entretanto, a solidão, o isolamento e o distanciamento físico são fatores que se intensificaram nos últimos anos. A economia da solidão reflete uma faceta crescente da atividade econômica focada no conforto de indivíduos solitários, particularmente aqueles imersos em ambientes virtuais. Produtos e serviços, como aplicativos que facilitam atividades isoladas como jantar sozinho ou viajar em silêncio, estão se expandindo, visando a privacidade e o bem-estar dos usuários. Esta economia atrai pessoas de todas as classes sociais e capitaliza sobre os economicamente vulneráveis. Oferece distrações como jogos de cassino online com promessas de ganho imediato, elevando o risco de exploração financeira.



Além disso, o envolvimento da tecnologia na vida diária trouxe consigo uma coleta intensiva de dados pessoais sensíveis por empresas privadas e pelo Estado, desde preferências de consumo até detalhes mais íntimos como comportamento sexual e uso de cartão de crédito. Esses dados, muitas vezes obtidos sob o pretexto de personalização de serviços, podem ser usados para manipular comportamentos ou comprometer a segurança dos usuários. Portanto, a tecnologia, apesar de proporcionar novos meios de diversão e interação, também suscita importantes debates sobre proteção de dados e privacidade no crescente mundo digital.

Não é possível garantir que todos os usuários de plataformas digitais estejam seguros contra ataques cibernéticos ou vazamentos de dados pessoais. Muitos usuários, encantados pelas inovações tecnológicas, acabam fornecendo suas informações de forma descomplicada e sem questionar as intenções por trás das grandes empresas de tecnologia. Os termos de consentimento frequentemente não são apresentados de maneira clara, levando as pessoas a aceitá-los com um simples clique, sem uma ponderação adequada sobre os riscos envolvidos na manipulação de suas informações pessoais. Esse cenário coloca adultos e jovens, especialmente aqueles que se sentem solitários e restritos pelo ambiente online, em uma posição de maior vulnerabilidade e isolamento da realidade.

Estas reflexões buscam responder a um problema de pesquisa no contexto da vulnerabilidade: como as Defensorias Públicas brasileiras podem proteger os direitos dos usuários no Metaverso e se essa nova atuação contribuiria para a privacidade em relação à produção, armazenamento e tratamento de dados sensíveis.

Inicialmente a hipótese lançada é que as pessoas hipossuficientes podem se utilizar das Defensorias Públicas para proteção de seus interesses. O acesso a um órgão estatal de defesa é um direito do usuário. Desta forma, a Defensoria Pública atua em todos os graus, judicial e extrajudicial. Isso significa que a assistência jurídica gratuita ao necessitado pode ir do primeiro grau de jurisdição ao Supremo Tribunal Federal.

Presume-se que a atuação da Defensoria Pública será fundamental para o fortalecimento da privacidade de dados sensíveis, oferecendo aos usuários a garantia de que seus direitos serão defendidos e protegidos. É importante destacar que a Defensoria Pública encarregada do caso se empenhará em responsabilizar os agentes responsáveis por violações dos direitos de pessoas vulneráveis e economicamente desfavorecidas. A instituição, que goza de credibilidade junto à população brasileira, encontra-se apta a enfrentar os novos desafios impostos pelo avanço tecnológico e pela crescente necessidade de proteção de dados pessoais no ambiente digital.

O objetivo geral do texto é analisar a influência da confiança na segurança individual. Também examina a atuação das Defensorias Públicas perante desafios do Metaverso e a necessidade de proteger



usuários de perigos tecnológicos. E nesta mesma direção, a promover a conscientização sobre a segurança digital e a proteção dos direitos individuais no ambiente virtual.

Para alcançar o objetivo geral, o texto foi dividido em duas seções distintas, que correspondem aos seus objetivos específicos. A primeira seção discorre sobre as Defensorias Públicas e sua atuação na proteção dos direitos da personalidade dos usuários no Metaverso. No segundo segmento se discutirá sobre o fortalecimento da proteção de dados e direitos da personalidade a partir de uma perspectiva integrada sobre segurança digital.

A crescente popularidade das redes sociais reflete um fenômeno que continua a ser estudado devido ao seu impacto significativo no comportamento social, econômico e político. Com a emergência do Metaverso, espera-se a criação de uma economia própria, impulsionada pelo uso de criptomoedas e tecnologia *blockchain*, que promete segurança nas transações. Este novo cenário busca unir verdades tangíveis e virtuais, oferecendo autenticidade adicional profundamente imersiva. Construído com várias tecnologias, cria uma plataforma descentralizada que explora o mundo virtual e aumentado por hologramas. Diante deste contexto, torna-se imperativo que as instituições tradicionais reconsiderem suas abordagens e adaptem suas estratégias para atuar nesse novo ambiente. É importante avaliar como as instituições brasileiras, aquelas responsáveis pela proteção dos interesses das populações vulneráveis e economicamente desfavorecidas, podem se preparar para defender tais interesses no Metaverso. Esta reflexão é essencial, pois nos próximos anos a necessidade de uma tutela eficaz sobre a produção, armazenamento e tratamento de dados sensíveis na Web 3.0 se tornará ainda mais premente.

Analisaram-se os fatos, os argumentos, a legislação e os precedentes. Nesta ligeira busca pela compreensão dos fatos, o fio condutor da indagação central, teve por método a pesquisa contextual e uma breve análise de estudo de caso. Por outro lado, no que diz respeito à técnica de investigação, optou-se pelo emprego de pesquisa bibliográfica, utilizando-se da doutrina existente — livros e periódicos — sobre o tema em análise.

2 DEFENSORIAS PÚBLICAS E O METAVERSO: PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL

As Defensorias Públicas no Brasil enfrentam o desafio de se adaptar e se reinventar diante das rápidas mudanças tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea. Essa transformação é impulsionada pela crescente digitalização da cidadania, na qual cada nova inovação tecnológica possibilita e requer novos métodos de interação e proteção dos cidadãos. A evolução constante no campo da tecnologia não



apenas oferece oportunidades, mas também exige que as Defensorias Públicas repensem e modernizem suas práticas, especialmente no que diz respeito à proteção da privacidade, intimidade e dados pessoais dos usuários.

Neste contexto, as Defensorias têm a obrigação de garantir que todos os dados manipulados cumpram rigorosamente as normativas estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso implica uma responsabilidade aumentada para gerir essas informações com a máxima eficiência e transparência, garantindo ao mesmo tempo que a instituição mantenha a confiança do público. Obter certificações de transparência torna-se uma meta essencial, evidenciando o compromisso da Defensoria com práticas justas e abertas, sejam elas administrativas ou diretamente ligadas ao atendimento ao cidadão.

Ademais, é essencial que as Defensorias expandam seus métodos de atendimento, superando os formatos tradicionais como consultas presenciais, e-mails simples ou chatbots. A necessidade de acessibilidade é premente para populações em locais remotos ou marginalizadas, como comunidades quilombolas, povos indígenas e residentes em áreas isoladas. O uso de tecnologias avançadas, como a internet via satélite fornecida por sistemas como o Starlink, pode permitir a criação de núcleos de atendimento totalmente digitais. Por meio desses meios, a Defensoria poderia oferecer serviços como audiências virtuais e consultas jurídicas por realidade virtual ou aumentada, em que o usuário, mesmo distante geograficamente, pode interagir em tempo real com um defensor público.

Dessa forma, a Defensoria Pública pode se posicionar na vanguarda da inovação, não apenas como uma instituição que defende os economicamente vulneráveis, mas também como aqueles vulneráveis no espaço virtual. Essa abordagem futurista permitirá que a instituição se adapte às novas realidades e continue a desempenhar seu papel essencial na promoção da justiça e no acesso à cidadania, assegurando que ninguém seja deixado para trás no avanço para um Brasil mais conectado e juridicamente assistido.

Grande desafio se vislumbra para os próximos anos no que tange à proteção da pessoa natural no ambiente virtual. Muito se discute sobre privacidade para proteção de dados pessoais e da propriedade intelectual. O cenário tecnológico com a sua voracidade nem sempre coloca em primeiro lugar a segurança dos usuários e o deslumbramento que as inovações provocam, atrai inúmeras pessoas que não conseguem se defender sozinhas dos perigos existentes. A vulnerabilidade se apresenta

implacável no exercício da cidadania virtual[1]. Violações aos direitos da personalidade se mostram mais intensos, por exemplo, quando as Big Techs compartilham dados pessoais ou direcionam maliciosamente comportamentos de consumo das pessoas pela internet.

Percebe-se o tensionamento existente quando se equaliza os direitos da personalidade de um lado e na outra extremidade, a insegurança do mundo tecnológico mais imersivo. A atração que as redes sociais causaram na sociedade é um fenômeno que até hoje se estuda, porque muda o comportamento das pessoas, da economia e da política. Não há consenso sobre a forma mais adequada para evitar as agressões individuais e coletivas na rede mundial de computadores. Por isso as Instituições existentes no mundo concreto devem de agora em diante repensar na forma de atuação. Devem considerar seriamente que haverá doravante nova dimensão no universo e que a tutela dos direitos das pessoas exigirá novas ferramentas protetivas, por exemplo, no ambiente virtual do Metaverso.

O filósofo grego Parmênides declarou: “nada vem do nada” (Kauffman, 2023), em alusão ao fato de que o sucessor mantém conexão com o antecessor. Entretanto, no mundo digital essa regra é constantemente desprezada, porque de tempos em tempos, sem causa antecedente, fenômenos surgem do inesperadamente e nascem com poder de revolucionar o mundo, a sociedade, a indústria e a lei. Podem ser apontados como exemplos de anos atrás, a Web 2.0, depois Cloud Computing[2], Blockchain[3] e agora a Web 3.0, que anuncia garantia de maior privacidade, segurança e descentralização do poder dos provedores.

Artigos anteciparam a transformação global por meio do metaverso

[1] Cibercidadania é um conceito presente nas lições de Perez Luño, autor espanhol, que dentre outras considerações explica a nova forma que administradores públicos utilizam para realizar ampla disponibilização de informações de interesse coletivo em rede aos cidadãos. Aprimora-se a relação de reciprocidade entre Estado e os cidadãos. O tema também é aprofundado por Valéria Ribas do Nascimento, quando escreveu sobre Neoconstitucionalismo e ciberdemocracia Desafios para implementação da cibercidadania na perspectiva de Pérez Luño.

[2] Cloud Computing é a computação em nuvem, com a entrega de recursos de TI sob demanda por meio da Internet com definição de preço de pagamento conforme o uso. Em vez de comprar, ter e manter datacenters e servidores físicos, você pode acessar serviços de tecnologia, como capacidade computacional, armazenamento e bancos de dados, conforme a necessidade, usando um provedor de nuvem.

[3] Blockchain é um livro-razão imutável e compartilhado que facilita o processo de registro de transações e de controle de ativos em uma rede de negócios. Um ativo pode ser tangível (uma casa, um carro, dinheiro, terrenos) ou intangível (propriedade intelectual, patentes, direitos autorais, branding). Praticamente qualquer item de valor pode ser controlado e comercializado em uma rede de blockchain, o que reduz os riscos e os custos de todas as partes envolvidas.



e NFTs (tokens não fungíveis)[4], que significa ter um certificado digital de propriedade de qualquer objeto que possa ser monetizado e se confirmar a autenticidade, mas ninguém pode alterar. Alimentou-se o interesse em torno da questão de saber se existe necessidade urgente de a sociedade e o direito se adequarem a essas inovações e como as Instituições devem atuar para proteger o vulnerável e contribuir para o estabelecimento de um cenário de privacidade de dados.

A República Federativa do Brasil dispõe de um organismo estatal vocacionado para defesa dos interesses da população vulnerável e hipossuficiente. Esse papel foi confiado pelo constituinte à Defensoria Pública, uma instituição permanente capaz de atuar e proteger os direitos da personalidade dos usuários do Metaverso. Essa nova forma de tutela contribuirá para o estabelecimento de um cenário de segurança virtual. Nos próximos anos se intensificará a necessidade de que um órgão público esteja capacitado para tutelar a produção, o armazenamento e o tratamento dos dados sensíveis produzidos na WEB 3.0.

A Defensoria Pública encontra-se legitimada constitucionalmente para proteger pessoas tanto no mundo físico quanto no virtual, se for levado em consideração o fato de que o avatar, no Metaverso, é uma extensão da personalidade natural. Embora haja discussão sobre a natureza jurídica dos avatares e sobretudo seu início e fim, não há dúvidas de que são instrumentos que ampliaram as fronteiras dos atuais direitos da personalidade. Portanto, deverão ser abrigados sob o manto da blindagem contra violações aos direitos da pessoa natural.

A Constituição Federal do Brasil estabeleceu no artigo 5.º, LXXIV, que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos financeiros. Pessoas hipossuficientes podem se utilizar das Defensorias Públicas para proteção de seus interesses. Acessar um órgão estatal de defesa constitui um direito fundamental. Com a estrutura e os contornos delimitados no artigo 134, a Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Exerce o caráter instrumental do regime democrático e lhe foi confiada a missão de promover a orientação jurídica, os direitos humanos e as defesas individuais e coletivos (Brasil, 1988).

O Capítulo IV da Constituição Federal tratou das Funções Essenciais à Justiça, de acordo com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 80, de 2014 (Brasil, 1988). Por isso, a valorização da assistência jurídica aos necessitados na sociedade contemporânea constitui uma das ondas renovatórias do direito processual moderno

[4] NFT é a sigla em inglês para non-fungible token, é importante saber o que significam os termos “token” e “fungível”. Um token, no universo das criptomoedas, é a representação digital de um ativo – como dinheiro, propriedade ou obra de arte – registrada em uma blockchain, tecnologia que nasceu com o BTC no final de 2008.

(Cappelletti, 1988). A Defensoria Pública está posicionada ao lado do Ministério Público e da Advocacia Pública e Privada, no rol das instituições essenciais à função jurisdicional do Estado. Fortificar as instituições essenciais à justiça é proteger o cidadão, porque ele passará a confiar mais no Estado Democrático de Direito.

A relevância jurídica das Defensorias Públicas está disposta pela redação do § 2.º do artigo 134 da Constituição Federal. Elas são dotadas de autonomia funcional e administrativa para desempenhar com independência as suas funções (Dinamarco, 2020). Atualmente embora haja muitas providências pendentes — por exemplo, a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas — muito se avançou desde a primeira onda renovatória do acesso à justiça.

Por meio da criação dos Juizados Especiais, da Defensoria Pública e por meio da Justiça Conciliativa, o acesso aos tribunais foi ampliado. A primeira onda renovatória mostrou sua força quando as Defensorias Públicas foram consideradas instituições permanentes com prerrogativas para desempenharem suas funções em favor da população carente (Grinover, 2018, p. 77).

Correto, desse modo, compreender que sua existência constitui cláusula pétrea. Isso significa que somente outro Poder Constituinte Originário poderia suprimir sua existência. Trata-se de uma estrutura estatal recente e a Defensoria Pública tem uma razão significativa para existir se os setores políticos estiverem comprometidos com o projeto normativo delineado na CF/88 (Fensterseifer, 2017, p. 4).

“Essencial à função jurisdicional do Estado” significa que decorre da própria inércia que a caracteriza o Poder Judiciário. Reconhecida a indispensabilidade da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Advocacia Privada para provocar a atuação do Poder Judiciário (Roger; Esteves, 2017, p. 66). A incumbência fundamental é a prestação da orientação jurídica. Exige-se da pessoa do Defensor Público constante estudo e aperfeiçoamento intelectual.

Porque, na prática, a função impõe o dever de indicar a direção e a aplicação corretas do ordenamento jurídico. Além de nortear ao seu assistido o posicionamento atual dos Tribunais Superiores em relação a determinada demanda. Deve, ainda, encaminhar corretamente os pedidos às autoridades, instruídos com os documentos pertinentes para fazer prova do direito alegado.

É preciso reconhecer, portanto, que a orientação jurídica denota guiar o assistido até o resultado esperado. Direcionar com êxito as pretensões deduzidas nos processos, por meio da atuação transparente, sem chicanas processuais, com respeito à lealdade e à boa-fé processual em direção moral e intelectual. Dentre as atribuições da Defensoria Pública na Constituição, a promoção dos direitos humanos é a mais importantes de suas tarefas

A ideia da proteção integral é uma lógica constitucional desenvolvida para romper com as políticas de assistência jurídica fracionada (fragmentada, setorizada), capaz de gerar exclusões. O constituinte observou o necessitado (art. 5.º, LXXIV, CF) e passou a protegê-lo como sujeito de direito a ser protegido por completo e não pelas metades (Brasil, 1988). Não são raros os casos em que o usuário dos serviços da Defensoria Pública possui mais de uma demanda. É comum o processo da vara de família se desdobrar em outros ramos do direito, por exemplo, violência contra a mulher, infância e juventude, registros públicos, consumidor, dentre outras. Em um único órgão, o usuário encontra profissionais qualificados para assisti-lo em suas necessidades em juízo ou fora dele.

A Defensoria Pública é responsável pela proteção dos direitos e garantias dos indivíduos necessitados e vulneráveis. Sua responsabilidade institucional, como instrumento de expressão da democracia, é garantir a concretização da proteção das pessoas, bem como assegurar os direitos fundamentais. A atuação busca tornar intransigível a dignidade humana na forma da Constituição Federal e nos pactos internacionais aos quais o Brasil tenha aderido. Impede-se, assim, qualquer forma de indevida pressão ou inaceitável opressão estatal ou particular que impeça, dificulte ou anule a integridade das pessoas carentes.

A missão constitucional da Defensoria Pública é garantir a intangibilidade e efetividade da personalidade do cidadão carente, os direitos fundamentais no âmbito nacional e os direitos humanos. Tem-se autorização constitucional ainda para que a defesa ocorra perante os sistemas internacionais de proteção. Desta forma, há proteção estatal para quem demonstrar insuficiência para arcar com o custo do acesso à justiça, o pagamento de taxas e emolumentos, e os honorários do seu procurador. Com isso se alcança um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: a erradicação da pobreza e a marginalização, assim como a reduzir as desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988).

Nesse contexto, a atuação da Defensoria Pública desempenha o papel de Instituição de confiança do cidadão do Estado. A proteção oferecida por meio da assistência jurídica gratuita de qualidade desperta na população aquele sentimento de credibilidade. Isso contribui para o desenvolvimento de um cenário de segurança digital, porque o usuário tem a certeza de que será atendido e que seus direitos serão protegidos. O Defensor Público responsável pela demanda buscará responsabilizar aquele que deu causa a violação dos direitos da pessoa vulnerável e hipossuficiente.

Em suma, o papel do Estado é proteger a população mais vulnerável por meio de suas Instituições e regulamentar os setores envolvidos para proteger seus sistemas, infraestrutura e informações de quaisquer ataques cibernéticos. A proteção se aplica a sua própria infraestrutura nacional, por exemplo, as hidrelétricas e suas redes de transmissão. O papel regulador

do governo no ciberespaço foi visto como um espaço virtual que deveria permanecer livre da intervenção do governo, como pode ser visto em muitas das discussões blockchain e bitcoin libertárias de hoje.

Entretanto, o governo deve fazer mais e há uma necessidade de melhorar a regulamentação devido ao desestímulo do setor privado em resolver com eficiência o problema da segurança cibernética. A indústria só responde quando se vê ameaçada da regulamentação Estatal. Caso a indústria não responda adequadamente, o Poder Público deve prosseguir e regulamentar.

Em 22 de maio de 2020, o Conselho de Segurança da ONU[5] realizou sua segunda reunião sobre segurança da informação para enfocar os desafios cibernéticos à paz internacional. Segundo o Secretário-Geral da ONU António Guterres (2020), as novas tecnologias são utilizadas com demasiada frequência para violar direitos. Nessa direção, o próximo tópico buscará compreender as formas de ampliação da segurança na privacidade dos usuários por meio de uma perspectiva integrada sobre segurança digital.

3 FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITOS DA PERSONALIDADE: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA SOBRE SEGURANÇA DIGITAL

A WEB 3.0 constitui a próxima geração da internet com três características bem definidas. Em primeiro lugar diz respeito à imersão, porque elevará o usuário para a dimensão do mundo virtual, por meio dos avatares. Segundo é a descentralização, porque o controle não ficará restrito nas mãos de poucas empresas e não haverá centralização de poder, como ocorre hoje com as *Big Techs*. Terceiro, diz respeito à amplitude, pelo fato de ser aberta, com inúmeras portas de acesso. A segurança será a prioridade, tanto na proteção das informações dos usuários, pelo uso da criptografia, quanto o controle para evitar acesso indevido.

O metaverso impulsionará sua própria economia através de criptomoedas com tecnologia *blockchain*. Esta garante segurança nas transações, tornando cada ato imutável. Assim, cria-se um livro eletrônico de registros públicos, garantindo segurança jurídica nas transações

[5] Secretário-geral assistente diz que matérias sobre prevenção de crimes online devem ser introduzidas às crianças nos primeiros anos; Bernardo Mariano defende que medidas para travar crime virtual sigam tendência de uso cada vez mais cedo destes dispositivos.

financeiras. O site de economia Bloomberg[6] estima que nos próximos meses haverá um investimento de aproximadamente 800 bilhões de dólares no desenvolvimento dos ambientes virtuais do Metaverso. Esse valor corresponde a 4.5 trilhões de reais.

Joseph Raczynski (2022) considera que o aperfeiçoamento dessa tecnologia possibilitará o incremento de quatro grandes setores econômicos. O primeiro será a indústria de games e eventos online, que fomentarão entretenimento a baixo custo, mas com o engajamento de milhões de usuários. Depois, o segundo grupo, às empresas que investirão em novas tecnologias de realidade virtual em conjunto com os fabricantes de computadores, óculos multidimensionais e fones, que proporcionarão a sensação de estar no mundo físico.

O terceiro setor econômico será a indústria da realidade aumentada. Esta inverte o processo, trazendo a perspectiva virtual para o mundo físico, como a projeção de hologramas. Já no quarto e último ramo é o investimento em transações financeiras no Metaverso, usando um sistema eficaz de pagamentos e plataforma de vendas. Isso será facilitado por criptomoedas e a ferramenta *blockchain* (Raczynski, 2022)[7].

Ricardo Pereira de Freitas Guimarães e Marco Aurélio Fernandes Galduróz Filho (2023) escreveram sobre o Metaverso, um caminho não binário e aprofundaram o exame da proteção do ser humano, a humanidade, a pessoa e as suas projeções. Afirmaram que doravante o humano não é só a materialização física, mas sim uma composição complexa e capilarizada em diversas frentes, tanto materiais quanto outras imateriais (Guimarães; Galduróz Filho; 2023). Em suma, o Metaverso buscará unir os mundos reais e virtuais, por meio de uma nova camada de realidade, uma dimensão própria. A internet será imersiva, construído com a utilização de diversas tecnologias. Em razão disso ele será descentralizado, com exploração da virtualização por realidade aumentada e hologramas. Isso oferecerá a chance de trabalhar, estudar e socializar através de avatares. Estes serão extensões da personalidade, representados como bonecos virtuais personalizados para viver por deles.

Não se sabe até agora os riscos para a privacidade, uma vez que no ambiente virtual não há jurisdição, estado soberano e nem autoridade capaz de controlar abusos e violações de direitos. Esta nova tecnologia

---

[6] O metaverso é a próxima grande plataforma de tecnologia, atraindo fabricantes de jogos online, redes sociais e outros líderes de tecnologia para capturar uma fatia do que calculamos ser uma oportunidade de mercado de quase US$ 800 bilhões. Mundos 3D virtuais sociais, persistentes e compartilhados, o metaverso é a convergência dos reinos físico e digital na próxima evolução da internet e redes sociais usando software 3D em tempo real. Ele apresenta uma oportunidade para as principais empresas de mídia social e entretenimento on-line capitalizarem novos fluxos de receita.

[7] Disponível em: https://www.thomsonreuters.com/en-us/posts/legal/lawyers-metaverse/ Acesso em 12 out. 2024.



apresenta riscos porque exerce uma forma atrativa, como se fosse um vício em uma droga, gostosa de usar, que não possui limites e as pessoas serão seduzidas a permanecerem conectadas. Não há dúvidas que o Metaverso proporcionará grande avanço na internet, com benefícios em muitas áreas do conhecimento humano, mas as probabilidades de perigo ainda preocupam. A expansão dessa imersão dependerá em boa parte da ampliação da internet 5G, com maior velocidade e com interação simultânea, proporcionando o imediatismo.

Os efeitos da imersão ainda precisam de estudos aprofundados, pois impactam diretamente a saúde física e mental do usuário. Uma questão inicial é as consequências do uso prolongado e a dificuldade de se desconectar da personalidade virtual incorporada por muito tempo. A pessoa natural poderá apresentar-se no mundo eletrônico da maneira que quiser e terá condições de participar de relacionamentos sociais com quem bem entender. Todos os aspectos da vida pessoal poderão ser transportados para o mundo virtual e lá estará disponível condições para o lazer, para o trabalho, para o relacionamento, para os estudos e prestações de serviços, por exemplo, consultas médicas.

As empresas já reconheceram a nova forma de relacionamento no Metaverso. É particularmente evidente em marcas conceituais que se comunicam de maneira muito próxima com seu público. Elas buscam um relacionamento não apenas comercial, mas também de conexão e proximidade, a ponto de o consumidor se torna um defensor fervoroso da marca. Isso passou a ser cobiçado pelas empresas, porque é uma forma de criar um exército de consumidores leais que defenderão o produto ou o serviço contra qualquer ataque da concorrência. Note-se que a prática de publicidade neste modelo necessita de regulamentação pela lei brasileira.

Cabe referir, no ponto, que o Metaverso mudará o comportamento do consumidor e um novo campo de publicidade e marketing se abre para as empresas dessa natureza. O neuromarketing explorará/antecipará o pensamento do consumidor e o induzirá a adotar condutas tendentes a estimular o consumo, o que poderá causar superendividamento. A prática de induzir comportamentos não é um conceito novo na publicidade, sendo explorada há tempos. O Código de Defesa do Consumidor tutela essa prática comercial abusiva. Entretanto, inovar consiste em antecipar o pensamento do usuário, fazendo-o acreditar que a ideia é sua. Disso resulta o despertar da sensação de autonomia, embora tenha sido influenciado por algoritmos. Aliás, estes últimos, apenas foram calibrados e previram a conduta do usuário com base em estatísticas e probabilidades. Impera neste campo um vazio legislativo.

Leis esparsas cuidam de um ou outro aspecto do tema, mas o direito digital ainda não foi regulado pelo Congresso Nacional de forma sistematizada. Nesse contexto, o assunto ganha extrema importância porque o relatório de revisão do Código Civil, apresentado pela Comissão

de Juristas, no final do mês de março de 2024[8], avançou em direção ao campo da tecnologia. Abordou temas como inteligência artificial e responsabilidade civil de plataformas digitais por vazamento de dados de usuários. Tratou também do direito à desvinculação de nome a certos resultados de buscas, como imagens íntimas. Se aprovado, o futuro texto contará com a responsabilização dos prestadores de serviços digitais, pelos vazamentos de informações e dados dos usuários ou de terceiros (Senado Federal, 2024).

Vazamentos de dados sensíveis são preocupantes, já que a utilização indevida de informações pessoais pode levar a abertura fraudulenta de empresas, falcatruas em empréstimos consignados e participação em sociedades fictícias. A Defensoria Pública lida diariamente com casos relacionados à defesa dos consumidores vulneráveis que foram vítimas, por exemplo, de empréstimos consignados celebrados sem anuência do verdadeiro titular. Vazamento de dados e ataques virtuais a empresas têm sido frequentes e acendem alertas sobre segurança digital.

O Banco Central confirmou incidentes de segurança envolvendo o vazamento de dados pessoais associados às chaves Pix. Entre os dados expostos estavam nome do usuário, CPF, instituição de relacionamento e número de agência e conta de 160.147 chaves Pix[9] (O Globo, 2022). O grande número de indivíduos afetados pelo vazamento de informações sensíveis tem motivado a ação coletiva da Defensoria Pública. Seria impossível tutelar individualmente cada uma por meio de ação judicial própria, por isso a necessidade de se fortalecer as estratégias de combates desses novos ataques de modo transindividual

Outro caso que merece destaque foi com o site das lojas Americanas, ocasião em que um ataque hacker e deixou inacessível por quatro dias o sistema de compra e venda “on-line”. A empresa, porém, afirmou que não houve evidência de comprometimento das bases de dados. O prejuízo estimado com a paralisação dos sites supera os R$ 100 milhões por dia, portanto, não se trata de um assunto que pode ser deixado de lado (Correio Brasiliense, 2022)[10]. Ao contrário, a discussão da segurança digital deve ocupar o primeiro item das principais pautas quando o assunto é tecnologia da informação.

---

[8] Relatório Final da Comissão de Revisão do Código Civil. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/27/codigo-civil-comissao-de-juristas-comeca-analisar-relatorio-nesta-segunda. Acesso em: 12 abr. 2024.

[9] Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2022/05/bradesco-falha-pode-ter-exposto-dados-de-contratos-de-53-mil-clientes-do-seu-braco-de-financiamentos-25509583.ghtml. Acesso em: 12 abr. 2024.

[10] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/02/4987058-sites-de-americanas-e-submarino-seguem-fora-do-ar-desde-o-sabado.html. Acesso em: 12 abr. 2024.



Com base nessas reflexões, é possível alertar sobre o impacto do Metaverso no comportamento do consumidor e nas estratégias de marketing empresarial. As marcas não buscam apenas transações comerciais, mas também conexões e proximidade com seu público, fidelizando clientes que se tornarão defensores dos produtos ou serviços oferecidos. No entanto, esta abordagem requer regulamentação em especial no que se refere às práticas de neuromarketing que preveem a conduta do usuário e podem levar a um excesso de dívidas.

Ressalta-se a importância de uma Instituição como a Defensoria Pública e o fortalecimento de legislação que trata dos direitos digitais e da responsabilidade dos provedores de serviços virtuais em relação à proteção de dados sensíveis. O Senado brasileiro está atualmente revisando o Código Civil para abranger temas como inteligência artificial e proteção de informações. Contudo, a divulgação de elementos que identifiquem as pessoas e os ataques cibernéticos estão se tornando mais comuns, resultando em perdas financeiras consideráveis. Logo, é importante discutir e aprimorar táticas de segurança cibernética para salvaguardar os direitos da personalidade de consumidores e empresas no meio digital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, notou-se a intensa dedicação dos defensores públicos ao trabalho jurídico. Embora louvável, essa dedicação frequentemente os impede de se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas que impactam suas práticas profissionais. Este estudo argumenta que é importante que os defensores públicos se atualizem constantemente em relação aos avanços em inteligência artificial, blockchain, automação de fluxos de trabalho e outras tecnologias emergentes. Fontes como alerta do Google, discussões na plataforma X e revistas especializadas, como a Wired, são recomendadas para auxiliar na manutenção da atualização necessária.

No contexto do Metaverso, os defensores públicos encontram um novo espectro de oportunidades e desafios. Inicialmente, a atuação no Metaverso se assemelha à do mundo físico em termos de gestão de propriedade intelectual e de direitos autorais. No entanto, o potencial do blockchain e dos contratos inteligentes para simplificar disputas contratuais promete remodelar a prática legal, possibilitando um foco em questões mais complexas. A sociedade tem se engajado mais com ambientes digitais. Espera-se que a inteligência artificial e o blockchain revolucionem o trabalho jurídico, automatizando processos. Isso otimiza a gestão de dados de maneira segura e eficiente. Este cenário demanda uma revisão contínua das implicações legais e éticas associadas, exigindo dos

defensores públicos uma postura inovadora e progressista para navegar e moldar os novos paradigmas jurídicos.

Adicionalmente, o impacto prático dessas tecnologias nas áreas de direito de família, disputas possessórias de imóveis e direitos do consumidor no Metaverso é notável. Por exemplo, na área de família, o uso de contratos inteligentes para regular acordos de custódia e pensão alimentícia poderia assegurar a implementação de tais acordos sem a intervenção judicial constante. Com efeito, na área de disputas possessórias, a transparência e a imutabilidade do blockchain oferecem meios para resolver conflitos de propriedade virtual de forma clara e indiscutível. É bem por isso que a tutela do consumidor, a capacidade de monitorar e intervir em violações mediante tecnologias avançadas configura uma nova fronteira para a defesa desses direitos em ambientes digitais.

Portanto, sustenta que a adaptabilidade e a educação contínua em tecnologias disruptivas são essenciais para que os defensores públicos desempenhem eficazmente seu papel no mundo cada vez mais digitalizado, especialmente dentro do contexto expansivo do Metaverso. A transformação das práticas jurídicas em resposta às inovações tecnológicas não apenas fortalece a defesa dos direitos e o acesso à justiça, mas também coloca os defensores públicos na vanguarda da inovação legal. Além disso, a ampliação da privacidade dos usuários é fundamental. A responsabilização por danos à personalidade decorrentes do manuseio de dados sensíveis é um desafio. Este deve ser enfrentado com a atuação da Defensoria Pública.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BALBÉ, Bruno Rosa. **Defensoria pública**: seu papel na resolução extrajudicial dos conflitos em matéria de saúde pública. In: PEREIRA, Rodolfo Viana; ROMAN, Renata; SACCHETTO, Thiago Coelho (org.). Direito e assistência jurídica: um olhar da defensoria pública sobre o direito. Belo Horizonte: IDDE, 2018.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Mundo**. 3. ed. São Paulo: Fundamento, 2015. p. 132.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.



DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros, 2018.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Defensoria Pública na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 124.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FORNASIER, Mateus de Oliveira, **Democracia e Tecnologias de Informação e Comunicação**: mídias sociais, bots, blockchain e inteligência artificial na opinião pública e na decisão política. 1ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2019.

GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas; GALDURÓZ FILHO, Marco Aurélio Fernandes (2023). Metaverso – um caminho não binário. **Revista de Direito do Trabalho**, vol. 229/2023, p. 159 – 173, Maio - Jun / 2023.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Contrato**: estrutura milenar de fundação do direito privado. Superando a crise e renovando princípios, no início do vigésimo primeiro século, ao tempo da transição legislativa civil brasileira. *In*: BARROSO, Lucas Abreu. Introdução crítica ao direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

KAUFFMAN, Marcos Eduardo, **Metaverse**: Political, Social & Legal Considerations Unicesumar – Brazil / Coventry University – UK November 2023. Coventry University Faculty Research Centre for Business in Society, Reino Unido. Material de aula disponibilizado para os alunos da disciplina em convenio com a Unicesumar no mês de novembro de 2023.

KAUFFMAN, Marcos Eduardo. SOARES, Marcelo Negri. SALES, Gabriel Mendes de Catunda. Artigo: Um Estudo sobre a Mediação à Luz do CPC/2015 como Forma de Acesso à Justiça. Artigo publicado na **Revista Direito Comercial** nº 29 - Jun/Jul de 2019.

KAUFFMAN, Marcos Eduardo. SOARES, Marcelo Negri. TANAKA, Lucas Yuzo Abe. **Covid-19**: Riscos Empresariais Quanto à Proteção dos Direitos à Privacidade e aos Dados Pessoais na Europa. Artigo publicado na Revista Direito MagisterNet. Jun/Jul de 2020.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2017, p. 32.



NASCIMENTO, Valéria Ribas do. Neoconstitucionalismo e ciberdemocracia Desafios para implementação da cibercidadania na perspectiva de Pérez Luño. **Brasília a**. 49 n. 194 abr./jun. 2012.

ROGER, Franklyn; ESTEVES, Diogo. **Princípios institucionais da defensoria pública**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENCESLAU, Rose Melo. "**O negócio jurídico e as suas modalidades**", in Gustavo Tepedino (coord.). A Parte Geral do Novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional, 2. ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2003.



COMBATE À CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DAS LEIS 14.133/21, 14.230/21, 12.846/13 E MÉTODOS DE DETECÇÃO E PREVENÇÃO

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luana Andrade da Cruz[1], Vivian Vitória Reis[2], Geandré Nakano Ramiro[3].

[1] Acadêmico, Unicesumar Cesumar – Unicesumar, Maringá/PR, fonte financiadora da pesquisa Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI).
[2] Acadêmico, Unicesumar Cesumar – Unicesumar, Maringá/PR.
[3] Orientador, Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador Bolsista na Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Líder do Grupo de Pesquisa "Proteção Integral da Pessoa: Interações dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais e dos Direitos da Personalidade"; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar; Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha); Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Direito e Música pela Universidade Estadual de Maringá; Advogado. E-mail: marcus.geandre@gmail.com.

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar a efetividade dos novos instrumentos normativos no combate à corrupção nas contratações públicas, bem como a importância de a sociedade e o poder público adotarem práticas preventivas com a utilização de ferramentas tecnológicas no enfrentamento da corrupção no Brasil. Para tal, busca apresentar a correta conceituação de corrupção, no âmbito sociológico, filosófico, político e econômico, buscando suas raízes no cenário brasileiro. Pode-se concluir que as medidas adotadas pela Lei de Licitação representam começo significativo na visão repressora de condutas corruptas das empresas participantes; entretanto, quanto às alterações da Lei de Improbidade Administrativa, a doutrina divide-se em relação a ser positiva ou negativa na punição do servidor público que comete ilicitude em seu cargo. Por fim, o trabalho destaca a relevância de métodos para prevenção com a capacitação de técnicos, servidores e sociedade, para em conjunto verificar irregularidades no processo licitatório, bem como a importância do uso de ferramentas tecnológicas para a detecção de fraudes. A pesquisa pauta-se no método hipotético dedutivo e utiliza como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Lei de Licitações; Lei de Improbidade Administrativa; Corrupção; Contratação Pública; Inteligência Artificial.

1 INTRODUÇÃO

A corrupção emerge como uma patologia que permeia os sistemas sociais, políticos e econômicos, constituindo-se como um significativo obstáculo ao bem-estar da sociedade. A etimologia da palavra "corrupção", originária do latim e associada à ideia de "quebrar", destaca a traição da confiança depositada pela população em agentes públicos. Nessa esteira, importa salientar que as diretrizes comportamentais da sociedade podem realizar a função de estímulo ou contenção da corrupção. Além disso, revela-se imprescindível a abordagem dos marcos históricos e culturais do

Brasil, que estruturaram a corrução desde os tempos coloniais até os dias atuais.

Os autores pesquisados estendem o termo corrupção em âmbitos e esferas distintas, entre eles, destaca-se o conceito de corrupção no âmbito econômico, no direito internacional, no direito penal, no sistema social e político. De mais a mais, há que se referir que autores pesquisados destacaram que a obtenção de vantagens consiste como elemento crucial, evidenciando-se a prevalência do interesse privado sobre o público.

Noutro giro, o conceito é aprofundado na identificação de dois tipos distintos de corrupção: a financeira, relacionada à busca por vantagens materiais, e aquela voltada para o domínio do Estado, servindo aos interesses pessoais do corruptor. Frisa-se que entre as causas e raízes abordadas pelo trabalho, será elucidado o círculo das causalidades, que analisa variáveis que, juntas, geram mudanças no nível de corrupção no Brasil, entre elas, encontra-se o populismo, tráfico de influência/contribuições políticas, tamanho do setor público, eficiência regulatória, quantidade de impostos e percentuais, economia informal e mercado de câmbio negro.

A corrupção nas contratações públicas ocasiona prejuízos incalculáveis, uma vez que compromete a legitimidade das instituições democráticas, impacta a formação de capital humano, o acesso desigual à educação, o bem-estar da população, o crescimento econômico, o sistema tributário, a eficácia dos programas sociais, bem como resulta em uma crise de representatividade. Vale ressaltar que o compromisso do Brasil no combate à corrupção em nível internacional é atestado com a incorporação pelo direito nacional de mecanismos de combate utilizados em outros países.

No âmbito das contratações públicas, é imprescindível examinar os atos corruptos de maneira diferenciada. A Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) e a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/21) compõem o aparato jurídico para atos lesivos praticados por empresas, enquanto a Lei de Improbidade Administrativa 8.429/1992 aborda atos de improbidade cometidos por agentes públicos nessas contratações. O obstáculo consiste na aplicação da Lei de Combate à Corrupção (Lei 12.846/13) sem incorrer em bis in idem, evitando cumulações de penas com base na Lei de Improbidade Administrativa.

A presente pesquisa pretende analisar os instrumentos normativos que regulam e fiscalizam os atos no procedimento licitatório, bem como suas modificações, destacando as formas de prevenção e repressão no âmbito penal e cível. A inovação trazida pela Lei de Licitação (Lei n°14.133/21), ao instituir a obrigatoriedade do programa de integridade em contratos de grande vulto (art. 25, da Lei n° 14.133/21), é explorada como uma ferramenta potencial e eficaz no combate à corrupção, a depender de como será sua aplicação.



De mais a mais, a pesquisa ressaltará que as alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 14.230/21) suscitam reflexões sobre as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente em relação ao requisito do dolo específico. Propõe-se em abordar a prescrição da sanção administrativa, no qual os tribunais pátrios e o instrumento normativo estabeleceram prazos para cada fase do processo e, de maneira significativa, reconheceu a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário nos casos de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Alternativas de prevenção e repressão à corrupção são exploradas, enfatizando o diálogo com a sociedade como medida crucial. O acesso à informação por meio de órgãos como o Tribunal, a promoção de reclamações e denúncias via Ouvidoria, e a utilização da tecnologia para aumentar a transparência são estratégias importantes.

Ocorre que, mesmo com todos os mecanismos, é incerto que os riscos de atos corruptos nos procedimentos licitatórios sejam totalmente combatidos. Nesse sentido, com os avanços na tecnologia, o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de aprimorar seus sistemas de controle, utilizou a inteligência artificial para evitar a prática de irregularidades nos procedimentos licitatórios, entre os mecanismos desenvolvidos, destacará os robôs Alice, Mônica e Sofia.

Nesse cenário, a pesquisa visa informar e conscientizar a sociedade sobre as alterações nos instrumentos jurídicos, avaliando sua eficácia no combate à corrupção. Além disso, busca apresentar alternativas de prevenção e repressão, destacando o papel fundamental do diálogo com a sociedade e o uso da imprensa como aliada na detecção de fraudes e na promoção da transparência.

Ao longo da pesquisa, será analisado as consequências decorrentes dos atos fraudulentos e corruptos por parte dos agentes públicos, pessoas jurídicas e seus sócios, é de suma importância, bem como é imprescindível demonstrar suas responsabilizações através dos antigos e novos instrumentos normativos. O presente trabalho instiga o questionamento que pretende demonstrar e confirmar: como a inteligência artificial pode ser uma aliada para combater as fraudes em procedimentos licitatórios?

2.1 DO CONCEITO DE CORRUPÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL

O conceito e tipificação dos atos de corrupção no âmbito do direito internacional estão presentes na Convenção Interamericana Contra Corrupção (OEA). As condutas descritas na convenção devem ser tipificadas nos ordenamentos jurídicos dos Estados membros, entre elas a tipificação incluindo a corrupção passiva, corrupção ativa, desvio de bens, encobrimento de bens, suborno transnacional e enriquecimento ilícito (artigos VIII e IX).

No mesmo sentido, a Convenção das Nações Unidas obrigou os Estados-partes a legislarem sobre algumas condutas, entre elas o suborno de funcionários públicos nacionais e internacionais (art. 15, da UNCC", Malversação ou peculato, apropriação indébita e outras formas de desvios de bens (art, 17, da UNCC), Tráfico de influência (art. 18, da UNCC), Abuso de função (art. 19, da UNCC), Enriquecimento ilícito (art. 20, da UNCC), Lavagem de produto de delito (art. 23, da UNCC), Encobrimento e obstrução de justiça (art. 24, da UNCC).

A este respeito, ainda, remeto-me a análise da autora Marina Coelho acerca da definição dos atos de corrupção no âmbito internacional:

> A definição de atos de corrupção para as legislações domésticas é mais problemática, uma vez que há, conforme explicamos ao abordar a adoção dos tipos descritos na UNCC, grande divergência entre os paí-ses signatários. Apesar das divergências, há um nível mínimo de tipifica-ção de atos descritos na UNCC que nos leva a crer tratar-se de atos cuja repreensão e enquadramento como atos de corrupção são amplamente aceitos nos mais variados ordenamentos jurídicos. Os conceitos que se enquadram nessa convergência, ou seja, os atos considerados como atos de corrupção tanto para o direito internacional quanto para uma maio-ria significativa dos países do mundo, são, ao nosso ver, os que integram uma ordem pública transnacional. (VIDAL, MARINA COELHO R. A ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO NO COMBATE À CORRUPÇÃO. Grupo Almedina (Portugal), 2021.p.74).

A autora Marina Coelho elucida em sua obra que não há um consenso internacional acerca do conceito de corrupção, haja vista a divergência das legislações domésticas de cada país. Contudo, ressalta, que, as convenções internacionais, ao analisar os atos de corrupção, versam sobre as condutas descritas e não sobre o conceito coloquial de corrupção.

2.2. AS CAUSAS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

2.2.1 RAZÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

À luz do entendimento de Tercio Sampaio Ferraz Junior, Gesner Oliveira, Alaôr Caffé Alves, em seu livro “Poder Econômico: Direito, Pobreza, Violência, Corrupção”, os países mais burocratizados, tendem a ser mais corruptos. Pontuam, ainda, que os países com maior taxa de informalidade apresentam maior corrupção. Insurgem, com a análise dos dados do Banco Mundial, na tentativa de compreender os fatores da corrupção.

> No tocante à **burocracia**, o número de procedimentos necessários para abrir uma empresa no Brasil (17) só é menor que no Chade (19), empata com Paraguai e Uganda e é maior que em Serra Leoa (9) e que na maioria da África Subsaariana e dos países da América Latina (11).
> A duração do processo de abertura de empresas no país é de 152 dias, o que coloca o Brasil em 5o lugar na lista dos processos mais demorados do mundo. Há várias outras estatísticas no Relatório sobre Desenvolvi mento do Banco Mundial de 2005.
> Os dados disponíveis sugerem uma correlação positiva entre burocracia e corrupção, como registrado no Quadro 3. No eixo vertical, temos um indicador de corrupção, divulgado pela TI. O índice é uma espécie de nota dos países, variando de 0 a 10. Quanto maior a nota, menor a corrupção no país. No eixo horizontal, temos o número de procedimentos necessários para a abertura de uma empresa (JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção. Editora Manole, 2015. P. 168).

Em pesquisa do IBGE, foi constatado que 98% das empresas brasileiras não agrícolas em 2003 eram informais, ou seja, mais de 10 milhões de empresas. Esse cenário de informalidade obsta os investimentos do país, em contrapartida favorece as grandes empresas em face dos pequenos e médios empreendimentos (JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, P. 168).

A boa regulação e a defesa da concorrência são antídotos fundamentais contra a corrupção. Isso porque tais áreas de política pública visam combater as distorções provocadas pela concentração do poder econômico. Este último reflete, em parte, o elevado poder de mercado que determinadas empresas, privadas ou estatais, possuem.

Os autores destacam três reformas fundamentais para combater a corrupção:

> Em primeiro lugar, a reforma administrativa, que deveria criar uma burocracia estável e bem remunerada com menor número de indicações políticas em cargos fundamentais para a gestão eficiente do Estado. Rose−Ackerman afirmou no livro A corrupção e a economia global16: "... por trás de todas as propostas de reforma do funcionalismo público existe um eficiente conjunto de controles internos ou de leis anti−suborno."
> Em segundo lugar, a desburocratização constitui mudança fundamental. O excesso de burocracia estimula a corrupção, conforme sugerido antes. Cria−se dificuldade para vender facilidade. Como é caro e complicado formalizar uma empresa, aumenta−se o grau de informalidade. Esta última, por sua vez, constitui ambiente favorável para a corrupção.
> Em terceiro lugar, a modernização dos sistemas de regulação e defesa da concorrência constitui reforma da maior importância. É urgente fortalecer o controle ao abuso de poder de mercado mediante o fortalecimento de agências reguladoras setoriais e dos órgãos de defesa da concorrência. (JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção. Editora Manole, 2015. P. 172).

Entre as problemáticas citadas por Mario Engler Pinto Junior no que tange a corrupção no sistema brasileiro estão as lideranças políticas, que, não se importam com a matiz-político-ideológico, de modo que avaliam qual o menor custo: "enfrentar a corrupção com tenacidade, correr o risco político, colher frutos de duas ou três gerações e ser reconhecido na posterioridade ou garantir o futuro político e manter as coisas como estão, ainda que, vez ou outra, seja preciso agir com mais energia?" (JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção. Editora Manole, 2015. P. 188).

2.2.2 RAZÕES SOCIOLÓGICAS E FILOSÓFICAS

Na concepção sócio-histórica acerca das causas para o desvio de conduta do indivíduo foi a modernização da sociedade, nesse entendimento a mudança de costumes e valores, como por exemplo a transformação em vida urbana e expansão da cultura moderna, impactaram de forma direta nas relações familiares e sociais. Segundo Gianno Lopes Nepomuceno a ausência de senso na responsabilidade no campo social, adquirido através da cultura do individualismo, originaram uma sociedade corroída pela violência, distanciando-se, dos valores éticos transcendentais.

O fenômeno histórico da corrupção, deve ser analisado com o ponto de partida nas raízes históricas do povo brasileiro, o período colonial originou uma herança rural e patriarcal com base no personalismo, ou seja, organizações políticas determinadas pela dependência econômica e respeitos dos governados pelos governantes (SILVA, 2015).

Janet (1929, p. 266), explica que a vida social e os papéis desempenhados pelos membros do grupo originam a personalidade do indivíduo, de forma a unificar-se ou deles se distinguir. Na visão sócio genética, o indivíduo aplicará a si o que vivenciou com os outros, a singularização vem das experiências do grupo social, haja vista a construção das personalidades com as quais o indivíduo se relaciona. Em síntese, é uma construção social de relações com outros e interações de relações sociais amplas.

O individualismo ocorre no momento em que o indivíduo coloca o bem-estar próprio acima do bem público e possui como consequência a crise moral, ética e judiciária. Na visão da psicologia analítica, o indivíduo transgride as regras para o ganho pessoal:

> O indivíduo corrupto coloca as suas necessidades acima da sociedade inteira, desconsiderando as consequências da sua ganância. Identificado com o Self, o indivíduo corrupto parece não ter limites. Quando um ato de corrupção é perpetrado, não há comprometimento com o bem-estar da nação ou mesmo com o "amor ao próximo". Corrupção é um ato hedonista, no qual o ter (seja dinheiro ou poder) é colocado acima do ser (NOVAES, 2016).

Ao se tornar padrão, ocorre uma normalização da corrupção, e, através da racionalização, justificam seus atos com narrativas que a sociedade legitima seus atos aos seus próprios olhos. A compartimentalização de identidades em um grupo e o ambiente corrupto por causa da transmissão de valores envolvem os indivíduos à corrupção. A corrupção é o reflexo de uma cultura sem princípios éticos e morais, um fenômeno ético cultural que possui como raiz a história e cultura.

"A Deterioração da Ética," de Eduardo C. B. Bittar, explora a flexibilização da ética na sociedade pós-moderna, onde a ética pública cede espaço à ética privada, resultando em uma multiplicidade de éticas que desafiam a ética tradicional. Segundo o autor "a ética tradicional (estanque, costumeira, moralista, sacralizada, patriarcal...) veio sendo sucateada e esvaziada de sentido" à medida que a sociedade abraçou valores como o lucro, o individualismo e o relativismo moral.

Em sua análise, Bittar destaca como a sociedade contemporânea enfrenta uma crise de valores devido à perda de referências éticas sólidas. Ele argumenta que "a ausência dessas referências internas (subjetivas) ou externas (sociais) causa o desnorteamento" das pessoas, tornando-as vulneráveis a influências externas.

O acervo ético da humanidade consiste em um agrupamento de “ações, tendências, ideologias, posturas, decisões, experiências compartilhadas, normas internacionais, conquistas políticas, lições éticas, preceitos morais, máximas religiosas, ditos céleres, hábitos populares,



sabedorias consagradas, que, por seu valor e sua singularidade, servem de referência e espelho para as demais gerações".

O agir ético deriva da expansão da consciência de uma coletividade. Em cada ação individualizada e resistência às tentações antiéticas, constituem um movimento de contramão aos modelos antiéticos, ou seja, uma revolução em um pequeno espaço de sua influência.

2.3 DAS ALTERAÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO, LEI ANTICORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

2.3.1 DO COMBATE À LUZ DAS LEIS N. 14.133/21 E 12.846/13

A Lei n° 14.133, de 01.04.2021 regula atualmente as licitações e os contratos administrativos e revoga a Lei n° 8.666/1993 e Lei n° 10.520/2002, após dois anos de sua publicação. A fraude à licitação na lei 8.666/93 foi descrita no artigo 90, vejamos: *"*Art. 90**.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação. Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

A nova lei criou mecanismos para evitar as fraudes em seus procedimentos licitatórios, como o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC, com o objetivo de divulgar de forma centralizada e obrigatória os atos previstos na lei, dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, a nova lei inovou na criação de um agente de contratação, que possuirá competência para realizar decisões e verificar o trâmite da licitação.

A nova Lei de Licitação (Lei n°14.133/21), inovou, ao estabelecer a obrigatoriedade do programa de integridade nos contratos de grande vulto, exposto no art. 25, da Lei n° 14.133/21, esse mecanismo, pode ser eficaz no combate à corrupção, caso seja efetuado de forma adequada. A crítica dos autores, ocorrem acerca do limite imposto ao valor para a obrigatoriedade dos programas de integridade em relação a disparidade com os limites das leis estaduais, este conflito poderia gerar problemas, pois, em tese, as empresas licitantes poderiam impugnar o limite local com base no federal.

O art. 24 da Nova Lei de Licitações prevê a hipótese de orçamento sigiloso, entretanto, veiculado de forma facultativa, devendo, dessa forma, sua utilização ocorrer para prevenir abusos do conhecimento prévio do valor divulgado. Assim, evita-se riscos de vazamentos do conteúdo e proporciona vantagens do mecanismo no incentivo à competitividade com a não divulgação dos preços estimados.

A nova lei de licitação busca assegurar que a administração pública contrate bem (fornecedores íntegros), nessa senda, torna-se semelhante



com a Lei Anticorrupção, visto que ambas as leis visam encorajar que as empresas estejam motivadas a serem integras e adotar mecanismos internos para mitigar os riscos da ocorrência de ilícitos.

2.3.2 DO COMBATE À LUZ DAS ALTERAÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O Conceito de agente público e de terceiro para os fins da lei de improbidade administrativa continua sendo um conceito em sentido amplo, que envolve o agente político, o servidor público e aquele que exerce mandato, cargo, emprego ou função nas entidades sujeitas à lei de improbidade.

O conceito de terceiro, ou seja, aquele que não é agente público, mas induziu ou concorreu para a prática do ato de improbidade, é alterado para exigir dolo na indução ou concorrência para a prática do ato de improbidade, eliminando a possibilidade de beneficiar-se, contemplada na redação anterior.

Contrariando entendimento anterior do STJ, que entendia que a lesão ao erário se presumia a nova redação traz os termos “efetiva” e “comprovadamente”, não sendo mais possível presumir a lesão ao erário, ao exigir comprovação efetiva.

Antes da promulgação da Lei 14.230, era possível a condenação de Pessoas Jurídicas tanto por atos de Improbidade Administrativa quanto nos termos da Lei Anticorrupção, em processos distintos. Contudo, com a introdução do novo artigo 3º, §2, essa dinâmica sofreu alterações. Agora, há a observação do princípio do *non bis in idem* para as sanções aplicadas às pessoas jurídicas, sendo assim, se a empresa responde na Lei anticorrupção, ela não pode ser responsabilizada na Lei de improbidade administrativa pelo mesmo fato, já que essas condutas possuem naturezas semelhantes, evitando duplicidade de punições. Para Pinheiro e Ziezemer (2022):

> Retrocesso normativo na tutela efetiva da probidade administrativa e injustificável blindagem a pessoas jurídicas beneficiárias dos atos de corrupção, uma vez que impossibilita a aplicação das sanções de multa civil e proibição de contratar como Poder Público (prevista só na lei de improbidade administrativa) e diminui consideravelmente o período de aplicação da proibição de receber benefícios e incentivos de órgãos ou entidade públicas.

Conforme explicitado, tais alterações podem enfraquecer as ferramentas legais disponíveis para lidar com a corrupção e a improbidade administrativa, reduzindo a eficácia das medidas sancionatórias aplicáveis às pessoas jurídicas, já que resulta em uma proteção às pessoas jurídicas

beneficiárias de atos de corrupção, ao impossibilitar a aplicação de certas sanções específicas previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

2.4 DOS MÉTODOS DE DETECÇÃO DE FRAUDE

Aliados com a prevenção, os métodos de detecção de fraude concentram-se em atividades e técnicas para identificar rapidamente a ocorrência de corrupção. Enquanto a prevenção é evidente, a detecção, por sua vez, opera de maneira silenciosa, por vezes sem o conhecimento dos membros da organização.

Há que se referir que, o mecanismo de detecção de fraude é composto pelos controles detectivos, entre eles, pelo canal de denúncia e auditoria interna. Por sua vez, o controle detectivo é administrado pelo gestor da atividade por meio de controles internos. O objetivo desses controles, concentram-se em analisar os registros em busca de fraudes que já ocorreram ou em andamento, coibindo a prática corrupta, bem como para identificar, punir o responsável e recuperar o valor desviado.

Já os controles reativos de detecção, vinculados ao controle defectivo, representam os indicadores de possíveis fraudes, realizam sinais de alerta. Através desses sinais, são indicados movimentos suspeitos, aperfeiçoando, por consequência, a eficiência do controle detectivo. Em observância ao controle proativo de detecção, registra-se que este controle desenvolve técnicas de análise de dados e outras ferramentas tecnológicas para detectar atos corruptos e fraudulentos.

O canal de denúncias é uma importante ferramenta de detecção de fraudes, uma vez que os cidadãos e as partes interessadas podem acompanhar todas as fases, porém, mesmo com esses esforços, é incerto que o risco de corrupção seja totalmente extinto, uma vez que os controles possuem um processo de longo período, resultando na demora da detecção.

A organização deve promover constantemente a divulgação desse canal, direcionando esforços para informar tanto os funcionários quanto as partes interessadas, como beneficiários de programas, usuários de serviços públicos e fornecedores. Além dos formulários eletrônicos disponíveis na internet, o canal deve oferecer diversas opções de denúncia, como e-mail, telefone, carta e atendimento presencial.

O grau de importância que uma organização atribui às atividades de auditoria interna reflete diretamente o comprometimento da alta administração com políticas eficazes de combate à fraude, gestão de riscos, ética, integridade e controles internos eficientes. Em determinadas situações, sinais de fraude ou corrupção em podem ser detectados no curso de uma auditoria interna, contribuindo com seu conhecimento técnico para apoiar investigações.

Nessa seara, é imprescindível que a organização ofereça oportunidades de capacitação aos auditores internos. Essa capacitação é essencial para garantir que os auditores possam desempenhar efetivamente o papel esperado deles nesse contexto.

2.4.1 DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Com o advento da Inteligência Artificial, essa tecnologia tem sido utilizada por diversos setores para otimizar tarefas e funções. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, visando aprimorar seus sistemas de controle, adotou o uso da inteligência artificial para evitar a prática de irregularidades e otimizar a identificação de fraude nos procedimentos licitatórios.

Nessa toada, é possível destacar a robô Alice, representação abreviada de Análise de Licitações e Editais, que aponta indícios de fraude e analisa imediatamente os editais de licitação, emitindo alertas aos auditores em caso de inconformidades.

Os alertas supracitados, emitidos pelo Sistema Alice, contribuíram para a identificação de irregularidades em inúmeras licitações. Dentre elas, faz-se mister salientar o Pregão Eletrônico 1/2020, que tinha como objeto a contratação de serviço de montagem e desmontagem de palanques, arquibancadas, aquisição de tendas para atender a cerimônia militar. Ocorre que, foram identificadas a modificação dos preços estimados com a permanência das especificações originais do termo de referência. Ao identificar indícios de fraude e emitir um alerta, o sistema Alice contribuiu com a proteção de R$ 4.908.965,58 dos cofres públicos.

Neste aspecto, as análises e alertas realizados pelo sistema Alice evitaram gastos no montante de R$ 291.361.573,98 durante o período de 2017 a 2020, que teriam a destinação incorreta em decorrência de falhas na estimativa de preços e erros nos editais de licitação. Atendendo as equipes de auditoria do TCU, as análises elaboradas pelo Alice, auxiliaram na seleção de critérios de maior risco, relevância, materialidade e oportunidade (MENEZES, 2021).

Da mesma maneira, o sistema Adele, representação abreviada de Análise de Disputas em Licitações Eletrônicas, representa outra ferramenta crucial utilizada pelo TCU no combate a corrupção. Tal sistema elabora filtros que promovem a análise dos lances de forma cronológica, bem como a averiguação dos dados das pessoas jurídicas participantes, como a análise do quadro societário, ramo de atividade e, ainda, identifica mais de um licitante utilizando o mesmo IP (COSTAS, BASTOS, 2020). Outro sistema utilizado pelo TCU é o robô Monica, representação abreviada de Monitoramento Integrado para o Controle de Aquisições, que exibe informações acerca das compras realizadas nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mediante um painel interativo.

Por fim, o sistema Sofia, representação abreviada de Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios, é outro importante meio para o combate a fraudes utilizado pelo TCU. Tal sistema promove o auxílio e presta informações ao auditor no momento de elaboração de documentos para cooperar com o controle externo, por conseguinte, tem-se o reexame de minutas e relatórios, expondo eventuais falhas e verificando correlações de informações.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação da Inteligência Artificial pode proporcionar uma maior detecção de irregularidades, além de otimizar as análises, proporcionando uma maior detecção de irregularidade do que hoje é possível atingir através de uma simples amostragem à materialidade dos recursos envolvidos, contudo, é indevido a dispensa de auditores qualificados, posto que as análises fornecidas pela IA não são determinísticas, tratam-se apenas de indicações com uma probabilidade (SILVA, 2016).

O avanço da tecnologia promove a transparência dos dados públicos e favorece a cooperação entre controle social e controle governamental, com a finalidade de viabilizar o cumprimento do objetivo do controle externo e interno. As ações fornecem avanços na fase de planejamento das auditorias e nas execuções dos trabalhos (MENEZES, 2021).

O poder público deve implementar a IA através de seus gestores, de forma responsável, observando direitos e garantias individuais que possam ser suprimidos. Com a utilização responsável nos órgãos de controle, o trabalho colaborativo entre as instituições de controle e a participação da sociedade tem-se como resultado o fortalecimento dos mecanismos de integridade, bem como a promoção de ações de controle e combate à corrupção no setor público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da investigação sobre as diretrizes comportamentais, marcos históricos e desafios enfrentados na luta contra a corrupção no Brasil, verificou-se a complexidade desse fenômeno enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. A pesquisa cuidadosamente as manifestações da corrupção no âmbito financeiro, bem como suas consequências em diversos setores da sociedade, desde o desenvolvimento humano até o funcionamento dos programas sociais.

Além disso, expusemos o começo significativo na visão repressora de condutas corruptas das empresas participantes no âmbito das alterações da nova Lei de Licitação, contudo, ressaltou-se a críticas de autores quanto a efetividade dos mecanismos adotados, uma vez que o programa de integridade depende da efetivação da empresa.

No que tange a análise a Lei de Improbidade Administrativa, frisou-se o posicionamento dos doutrinadores quanto estabelece as

consequências das reformas no enfraquecimento do poder punitivo do Estado, e posteriormente, possíveis efeitos prejudiciais à sociedade. Ao acentuar as sanções e facilitar a ocorrência de atos de improbidade, a população tornou-se vulnerável à redução de recursos públicos que deveriam ser destinados ao benefício coletivo. De mais a mais, a dificuldade em configurar atos de improbidade pode intensificar a percepção de impunidade e representatividade, criando um ambiente propício para o aumento de práticas corruptas.

Conclui-se, ainda, que é essencial um olhar mais rígido quanto aos mecanismos e métodos de introdução de programas de integridade em contratos de grande porte, bem como uma análise crítica do dolo específico e a inovação na abordagem da prescrição, a fim de tornar esses métodos eficazes, e, por consequência, atingir o objetivo dos novos instrumentos normativos.

A pesquisa, salientou a necessidade de ir além das abordagens legais e considerar a mudança cultural como elemento crucial para reverter os atos corruptos. Elucidou que o diálogo constante com a sociedade, a transparência promovida pela imprensa e o uso da tecnologia para aumentar a vigilância são estratégias que se mostram essenciais no esforço coletivo para eliminar esse fenômeno. Somente através de esforços conjuntos, baseados na transparência, responsabilidade e engajamento cívico, será possível construir um caminho sólido em direção a um Brasil mais íntegro e resiliente diante do desafio persistente da corrupção.

A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial pelo Tribunal de Contas da União possibilitou a automatização de tarefas repetitivas, otimizou o trabalho, promoveu avanços na identificação de irregularidades e consolidou ações de controle e fiscalização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 12.349**, de 15 de dezembro de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 14.133**, de 1 de abril de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 14.230**, de 25 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14230.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 13.460**, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 8.666**, de 21 de junho de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção**. Referencial de combate à fraude e corrupção**. 2º Ed. Brasília, DF. 2018. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/referencial-de-combate-a-fraude-e-corrupcao.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

COSTA, Marcos Bemquerer; BASTOS, Patrícia Reis Leitão**. Alice, Monica, Adele, Sofia, Carina e Ágata: o uso da inteligência artificial pelo Tribunal de Contas da União.** Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Belo Horizonte, ano 2, n. 3, 2020.

Janet, P. ***L'évolution psychologique de la personnalité*** Paris: Ed. A. Chahine, 1929.

JR., Tercio Sampaio F.; FILHO, Calixto S.; NUSDEO, Fabio. **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção.** Editora Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520442418. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442418/. Acesso em: 02 ago. 2023.

MENEZES, Ana Paula Veras Carvalho. **Inteligência artificial para identificação de indícios de fraude e corrupção em compras públicas no TCU**. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.

NEPOMUCENO, Gianno Lopes. A **Influência da Sociedade na De (Formação) do Indivíduo em Face da Violência**. Disponível em: http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/33798/a-influencia-dasociedade-na-de-formacao-do-individuo-em-face-da-violencia. Acesso em 28 ago. de 2023.



PINHEIRO, Igor Pereira, ZIEZEMER Henrique da Rosa, **Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada** – Leme-SP, Mizuno, 2022.

SILVA, Tiago Carneiro. A corrupção e as suas raízes sociológicas no Brasil. **Revista Jus Navigandi,** ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3792, 18 nov. 2013. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/25871. Acesso em: 15 jan. 2024.

SICHMAN, J. S. **Inteligência artificial e sociedade: avanços e riscos. Estudos Avançados** v. 35, n. 101, p. 37-50, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103- 4014.2021.35101.004. Acesso em: 16 mar. 2024. Epub 19 mar. 2023. ISSN 1806-9592. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.004.

SILVA, Luís André Dutra. **Uso de técnicas de inteligência artificial para subsidiar ações de controle.** Revista do TCU, Brasília n. 137. P. 137. p. 124-129.2016. Disponível em: https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1385. Acesso em: jun. 2024.

VIDAL, Marina Coelho R. **A arbitragem internacional como instrumento no combate à corrupção**. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.



DA SOCIEDADE DE CONSUMO AO PANÓPTICO DIGITAL: CONVERGÊNCIAS E IMPLICAÇÕES PARA A PERSONALIDADE E AUTONOMIA NO SÉCULO XXI

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Gustavo Antônio Aparecido dos Santos[1], Gustavo Noronha de Ávila[2].

[1] Mestrando em Ciências Jurídicas (Bolsista CAPES/CNPq) e Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cesumar – Unicesumar, Maringá – PR.
[2] Orientador, Pós-doutorado pela PUC/RS (2018). Doutor (2012) e Mestre (2006) pela PUC/RS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Instrumentos de Efetivação dos Direitos da Personalidade.

RESUMO

Este artigo investiga como a convergência entre sociedade de consumo e panóptico digital impacta a personalidade e a autonomia no século XXI. O consumo, intensificado pelas tecnologias, molda identidades através da aquisição de bens e busca por *status*, enquanto o panóptico digital, com vigilância constante e personalização algorítmica, cria um ambiente de controle que desafia a liberdade individual. A pesquisa analisa como a coleta de dados, algoritmos preditivos e personalização da experiência digital levam à perda de privacidade, manipulação do comportamento e limitação da liberdade de escolha, tornando o indivíduo vulnerável à indução ao consumo e à padronização. O estudo destaca a *despersonalização* do indivíduo, com a fragilização da identidade e a perda da autonomia. O Direito, em especial os direitos da personalidade, é desafiado a proteger o indivíduo nesse cenário para garantir a privacidade e a liberdade de expressão. Porém, é preciso ir além da regulação e promover uma reflexão crítica sobre os valores da sociedade de consumo e os impactos do panóptico digital, com a educação para o consumo consciente, o estímulo ao pensamento crítico e a promoção da cidadania digital como ferramentas para uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Algoritmos; direitos da personalidade; manipulação; vigilância.

1 INTRODUÇÃO

A personalidade e a autonomia, pilares da individualidade, são desafiadas na era digital. A sociedade de consumo, intensificada pelas tecnologias, molda identidades e vontades, num processo complexo que transcende a mera aquisição de bens materiais. Baudrillard e Bauman já alertavam: o consumo transcende a necessidade, torna-se símbolo, expressão de valores, anseios e busca por reconhecimento social. Essa lógica permeia as relações interpessoais, influencia a autoimagem e dita comportamentos, num ciclo que se retroalimenta constantemente.

Mas o cenário se complexifica com o advento do panóptico digital. As tecnologias digitais, em especial a inteligência artificial, introduziram novas formas de influência e controle, criando um novo palco onde a vigilância constante, a coleta massiva de dados e a personalização

algorítmica moldam comportamentos, limitam a autonomia e desafiam a liberdade individual. Essa nova forma de controle, invisível e onipresente, altera a dinâmica social, política e econômica, impactando não apenas os hábitos de consumo, mas também as opiniões políticas, os relacionamentos interpessoais e o acesso à informação. A vigilância constante e a manipulação algorítmica invadem a esfera privada, influenciando desde as escolhas mais corriqueiras do dia a dia até as decisões cruciais que moldam o futuro do indivíduo, como a escolha profissional, as convicções políticas e os relacionamentos afetivos.

Este artigo investiga como a convergência entre sociedade de consumo e panóptico digital, mediada pela inteligência artificial, impacta a formação da personalidade e os limites da autonomia no século XXI. A pesquisa, de caráter bibliográfico, se fundamenta na análise crítica de artigos científicos, selecionados a partir de uma busca sistemática no *Google* Acadêmico. A seleção dos artigos se deu por meio da utilização de palavras-chave relevantes ao tema, como "sociedade de consumo", "panóptico digital", "personalidade", "autonomia" e "direito". Os artigos selecionados foram analisados criticamente, buscando-se identificar os principais argumentos e as diferentes perspectivas sobre o tema.

O estudo se divide em cinco seções. A primeira contextualiza o tema, apresentando as bases teóricas e o cenário atual. A segunda explora a sociedade de consumo e sua influência no século XX, traçando um panorama histórico e social desse fenômeno. A terceira apresenta o panóptico digital e seus impactos na era digital, abordando o funcionamento das tecnologias de vigilância e controle. A quarta analisa a convergência entre ambos e as implicações para a subjetividade contemporânea, discutindo como a interação entre esses dois fenômenos afeta a construção da identidade e a autodeterminação do indivíduo. A quinta sintetiza os resultados e aponta implicações para o Direito, em especial para os direitos da personalidade, propondo reflexões sobre a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico para garantir a efetiva proteção da dignidade e da liberdade humanas.

Busca-se contribuir para o debate sobre os desafios da proteção da personalidade e da autonomia na era digital, fornecendo subsídios para a construção de mecanismos jurídicos mais eficazes na tutela do indivíduo. Espera-se que este estudo estimule a reflexão crítica sobre o papel da tecnologia na sociedade contemporânea e inspire que promovam a construção de um futuro mais justo, livre e autônomo.



2 SOCIEDADE DE CONSUMO: MOLDANDO A PERSONALIDADE E A AUTONOMIA NO SÉCULO XX

A sociedade de consumo, longe de ser um fenômeno recente, tem suas raízes fincadas na história da modernidade. Ascendeu com a Revolução Industrial, consolidou-se com o Fordismo e a produção em massa, e se intensificou ao longo do século XX, moldando não apenas as relações econômicas, mas também a cultura, os valores e a própria subjetividade do indivíduo. O consumo, antes ligado à satisfação de necessidades básicas, gradualmente se transformou em um motor de aspirações, desejos e, por fim, da construção identitária.

Como apontam Ribeiro e Fachin (2021, p. 3):

> Foi sobretudo na segunda metade do século XX, que o verdadeiro movimento consumerista teve início. Com o aumento da demanda e, consequentemente, da oferta, em razão do crescimento populacional nas metrópoles, a indústria otimizou a produção para vender mais. Passou-se, então, a pensar num modelo capaz de entregar mais produtos e serviços para um maior número de pessoas.

No século XX, a produção em massa e a publicidade em ascensão impulsionaram a cultura do consumo, criando um ciclo de produção, aquisição e descarte acelerado. A obsolescência programada, intencionalmente ou não, intensificou esse ciclo, alimentando a lógica do *ter* em detrimento do *ser*. Como apontam Andrade e Zecchin (2017), a sociedade de consumo se sustenta na criação constante de novas necessidades e desejos, levando a um ciclo vicioso de consumo e descarte. Essa lógica se materializa na produção de bens com vida útil limitada, que se tornam rapidamente obsoletos, seja por falhas técnicas, seja pela própria dinâmica da moda e das tendências de consumo.

A obsolescência programada não se limita ao aspecto funcional dos produtos, mas também atinge a esfera simbólica do consumo. A percepção de valor dos bens é manipulada para que o indivíduo associe o *novo* ao *melhor*, ao *mais desejável*, ao que confere *status* e reconhecimento social. Assim, a obsolescência programada contribui para a construção de uma identidade fragmentada e efêmera, sempre em busca do próximo objeto de desejo, da próxima tendência, da próxima novidade que prometa preencher o vazio existencial gerado pela própria lógica do consumo.

Nesse contexto, a personalidade do indivíduo passou a ser moldada pelos bens que possuía, pelas marcas que consumia e pelo status que o consumo lhe conferia. A partir da segunda metade do século XX, impulsionada pela acumulação flexível e pela diversificação dos mercados, a sociedade de consumo se reconfigurou, deixando de lado a



homogeneização social para dar lugar à individualização e à fragmentação dos significados (Canclini, 1995).

O processo de acumulação, antes voltado para a produção em massa de bens padronizados, passa a se basear na flexibilização da produção e na diversificação dos produtos, atendendo a nichos específicos de mercado. Essa mudança se reflete na própria organização do trabalho, com a precarização das relações trabalhistas e a intensificação da competição entre os trabalhadores.

> a especialização do consumo através da fragmentação dos mais variados segmentos consumidores (...) seria, neste caso, o principal elemento a partir do qual poderíamos então falar de uma passagem do sentido coletivo do consumo (...), para um outro, marcado pelo princípio da individualização. (Retondar, 2008, p. 142)

O consumo deixa de ser apenas uma atividade econômica e passa a ser um *contexto estruturado* para a produção de subjetividades, expressando conflitos, distinções e valores de diferentes grupos e indivíduos (Sibilia, 2008).

Nesse contexto, a educação passa a desempenhar um papel ambíguo. Goergen (2019) alerta para o fato de que a educação tem se tornado cada vez mais voltada para as necessidades do mercado de trabalho, e não para a formação integral do ser humano. A competência para o mercado de trabalho é enaltecida em detrimento da autonomia e do pensamento crítico (Dulci, 2018). Por outro lado, o consumo também pode ser visto como uma possibilidade de emancipação e autonomia, permitindo que o indivíduo construa sua identidade e concretize seus projetos de vida (Bauman, 2008). Essa dualidade se reflete na própria formação da personalidade, que se vê tensionada entre a busca por individualização e a pressão por conformismo aos padrões de consumo vigentes.

A publicidade, como instrumento de persuasão, desempenha um papel central nesse processo. Ao construir imagens idealizadas e associar o consumo à felicidade, ao sucesso e à aceitação social, a publicidade cria desejos e necessidades artificiais, induzindo o indivíduo a um ciclo vicioso de consumo e insatisfação (Barbosa, 2004). As mensagens publicitárias, cada vez mais direcionadas e personalizadas, exploram as fragilidades e inseguranças do indivíduo, levando-o a buscar no consumo uma solução ilusória para seus problemas e ansiedades. Nesse sentido, Verbicaro, Rodrigues e Ataíde (2018, p. 2) discorrem que:

> O assédio de consumo é caracterizado pela prática de condutas agressivas, que afetam diretamente a liberdade de escolha do consumidor e, em situações mais graves e continuadas, seus próprios projetos de vida, atentando contra sua esfera psíquica,

> que, em meio a tantas estratégias manipuladoras, é subjugado e levado a ceder às pressões do mercado.

Essa lógica contribui para a formação de uma personalidade fragmentada e dependente do consumo, comprometendo a autonomia e a capacidade de autodeterminação do indivíduo. A busca incessante por bens materiais e a necessidade de acompanhar as tendências de consumo geram um vazio existencial e uma sensação de insatisfação permanente, conforme apontado por Lipovetsky (2007).

No entanto, é preciso reconhecer que o consumo também pode ser uma forma de expressão individual e de construção de identidade. A escolha de determinados produtos e serviços pode refletir valores, crenças e estilos de vida, permitindo que o indivíduo se diferencie e afirme sua individualidade. Nesse sentido, o consumo pode ser um instrumento de autonomia e emancipação, desde que exercido de forma consciente e crítica.

Para que isso seja possível, a educação desempenha um papel fundamental. Como defendem Andrade e Zecchin (2017, p. 82), a escola tem um papel fundamental, pois:

> pode ser uma instituição que funcione como contracultura, uma possibilidade de estranhamento a tal naturalização da realidade e que promova a todos os indivíduos uma tomada de consciência crítica, que possibilite assim a transformação de suas vidas e da realidade social na qual estão inseridos.

Ao estimular o pensamento crítico, a reflexão sobre os valores da sociedade de consumo e a busca por alternativas mais justas e sustentáveis, a educação pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes e autônomos, capazes de fazer escolhas responsáveis e de construir uma sociedade mais justa e equânime (Gadotti, 2000). É preciso ir além da mera capacitação para o mercado de trabalho e promover uma educação que valorize a autonomia, o senso crítico e a responsabilidade social.

A *educação para o consumo consciente* se torna, portanto, um imperativo na sociedade contemporânea. Essa educação deve ir além da mera informação sobre os direitos do consumidor e os impactos ambientais do consumo desenfreado. É preciso estimular a reflexão crítica sobre os valores que sustentam a sociedade de consumo, questionando a lógica da obsolescência programada, a associação entre consumo e felicidade e a busca incessante por status e reconhecimento social. Essa educação deve promover a autonomia individual, a capacidade de fazer escolhas conscientes e responsáveis, e o desenvolvimento de valores como a solidariedade, a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.



Em síntese, a sociedade de consumo do século XX exerceu uma profunda influência na formação da personalidade e da autonomia individual, moldando identidades, valores e comportamentos. A partir de uma análise crítica desse fenômeno, é possível identificar os desafios e as possibilidades do consumo na construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde a dignidade e a liberdade individual sejam preservadas. Cabe ao Direito, em especial aos direitos da personalidade, atuar na defesa do indivíduo frente aos excessos da sociedade de consumo, garantindo que a busca por satisfação material não se sobreponha à dignidade e à autonomia humanas. A educação para o consumo consciente, por sua vez, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de construir um futuro mais justo e sustentável.

3 O PANÓPTICO DIGITAL: VIGILÂNCIA, CONTROLE E A NOVA ERA DE MOLDAGEM DA PERSONALIDADE

Se a sociedade de consumo do século XX moldou a personalidade através da posse e do *status*, o século XXI inaugurou uma nova era de controle: o panóptico digital. Inspirado no conceito de Michel Foucault (1987), o panóptico digital se manifesta na vigilância constante e invisível, na coleta massiva de dados e no uso de algoritmos para moldar comportamentos e desejos. Para Foucault, o panóptico em seu conceito clássico é apresentado da seguinte maneira:

> O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções — trancar, privar de luz e esconder — só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1987, p. 223).

No panóptico digital, as tecnologias de informação assumem o papel da torre central, observando e registrando cada passo dos usuários na rede. Câmeras de segurança, sensores, rastreadores de localização e cookies coletam dados sobre nossas preferências, hábitos de consumo, opiniões políticas e relacionamentos interpessoais.

Essa vigilância constante, como aponta Ávila e Corazza (2022), gera um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. O indivíduo, ciente de que está sendo observado, tende a internalizar as normas e a se autocensurar, limitando sua liberdade de expressão e ação.

> Diante dessa realidade, o indivíduo passou a ser vigiado e controlado pelas novas formas de panoptismo, como ban-

> ópticos e sinópticos, operacionalizados nos mecanismos dotados de inteligência artificial (IA), nas coisas inteligentes (IoT), nas bases de dados, como big data e na utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs). (Siqueira e Moreira, 2023, p. 75)

No cenário digital contemporâneo, a vigilância se torna ainda mais pervasiva, com a proliferação de dispositivos conectados e a coleta massiva de dados por empresas e governos. Essa vigilância onipresente, como destaca Zuboff (2019) em sua obra *A Era do Capitalismo de Vigilância*, transforma a experiência humana em matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais, que são utilizados para prever e controlar o comportamento dos indivíduos. Um exemplo claro disso é o caso da *Cambridge Analytica*, em que dados de milhões de usuários do *Facebook* foram coletados e utilizados para influenciar eleições.

Os algoritmos preditivos, por sua vez, atuam como *psicopolítica digital*, que avança da vigilância passiva ao controle ativo, empurrando-nos, assim, para uma nova crise da liberdade (Han, 2018). As plataformas digitais utilizam esses algoritmos para analisar o comportamento dos usuários, prever suas ações e oferecer conteúdo personalizado. Essa personalização, embora aparentemente benéfica, pode levar à criação de *bolhas* de informação, limitando o contato com diferentes perspectivas e reforçando vieses existentes.

Essa *psicopolítica digital* se manifesta de diferentes formas na vida cotidiana. Algoritmos de redes sociais como *Facebook* e *Instagram* selecionam as publicações que chegam ao usuário, criando um *feed* personalizado que reforça suas crenças e opiniões. Plataformas de streaming como *Netflix e Spotify* utilizam algoritmos para recomendar filmes, séries e músicas de acordo com o perfil do usuário, limitando a descoberta de novos conteúdos e artistas. Serviços de busca como o *Google* personalizam os resultados de acordo com o histórico de navegação do usuário, criando uma *bolha de filtro* que restringe o acesso à informação.

Ávila e Corazza (2022) alertam para a opacidade dos algoritmos, que dificulta a compreensão e o questionamento das decisões tomadas. Essa falta de transparência cria um ambiente propício para a perpetuação de vieses e preconceitos (Pasquale, 2015). A *neutralidade algorítmica*, como aponta Selbst (2017), é um *mito* que mascara a realidade de que esses sistemas são moldados por escolhas humanas e, portanto, suscetíveis a falhas e discriminações.

No panóptico digital, a autonomia individual é afetada pela perda de privacidade, pela manipulação do comportamento e pela limitação da liberdade de escolha. O indivíduo se torna um *corpo dócil*, sujeito a um controle invisível que molda suas percepções e ações. Alécio e Ávila (2021) aprofundam essa análise, argumentando que a docilidade dos corpos se

manifesta na passividade e na conformidade dos indivíduos frente aos ditames do poder algorítmico. Essa docilidade é construída através da vigilância constante, da manipulação do comportamento e da indução ao consumo, que levam o indivíduo a internalizar as normas e a se conformar com os padrões estabelecidos.

A presença invasiva dos algoritmos e sua capacidade de moldar comportamentos e decisões representam uma forma sutil, mas poderosa, de controle que pode comprometer a autonomia e a autodeterminação do indivíduo. Essa perda de autonomia se manifesta em diversos aspectos da vida do indivíduo, desde as escolhas de consumo até as opiniões políticas e os relacionamentos interpessoais.

Em síntese, o panóptico digital configura uma nova era de moldagem da personalidade, onde a vigilância constante, a coleta massiva de dados e o uso de algoritmos preditivos desafiam a autonomia e a liberdade individual. Compreender os mecanismos desse novo panóptico é essencial para a construção de estratégias de resistência e para a defesa dos direitos da personalidade na era digital.

4 SOCIEDADE DE CONSUMO E PANÓPTICO DIGITAL: CONVERGÊNCIAS E IMPLICAÇÕES PARA A PERSONALIDADE E AUTONOMIA NO SÉCULO XXI

As seções anteriores analisaram a sociedade de consumo e o panóptico digital como fenômenos distintos, mas interligados. Agora, é crucial explorar as convergências entre esses dois fenômenos e suas implicações para a personalidade e a autonomia no século XXI. A intensificação do consumo na era digital, impulsionada pela vigilância constante e pela personalização algorítmica, configura um cenário complexo, com profundas implicações para a subjetividade contemporânea e para o próprio funcionamento da democracia.

A sociedade de consumo e o panóptico digital se retroalimentam em um ciclo vicioso. A coleta massiva de dados, característica do panóptico digital, fornece informações valiosas para a indústria do consumo, permitindo a personalização da publicidade e do marketing direcionado. Algoritmos preditivos analisam o comportamento online dos usuários, prevendo suas preferências e desejos, e oferecendo produtos e serviços *sob medida*. Essa personalização, embora aparentemente benéfica, intensifica a lógica do consumo, criando necessidades artificiais e induzindo o indivíduo a um ciclo vicioso de aquisição e descarte.

Ribeiro e Fachin (2021) destacam que o comércio eletrônico se utiliza de instrumentos persuasivos, como *cookies* e algoritmos, para convencer o usuário a adquirir produtos e serviços. Essa indução ao consumo que é intensificada pelo panóptico digital, contribui para a formação de uma personalidade cada vez mais dependente do consumo e vulnerável à manipulação. A *hipervulnerabilidade* do consumidor, como



descrita pelos autores, se intensifica no ambiente digital, onde a linha que separa a oferta do assédio se torna cada vez mais tênue.

A vigilância constante e a personalização algorítmica afetam não apenas os hábitos de consumo, mas também a própria construção da identidade. No panóptico digital, o indivíduo se vê constantemente avaliado e julgado por seus pares, o que o leva a buscar no consumo uma forma de aceitação e reconhecimento social. A imagem e a reputação online se tornam extensões da personalidade, e o indivíduo se sente pressionado a construir uma *persona* digital que atenda às expectativas e aos padrões vigentes.

> Na sociedade pós-panóptico novas formas de panoptismo foram criadas, sendo mais baratas, fáceis de gerenciar e com maior potencial de vigilância e controle. Isto porque rege a sociedade atual a noção do "faça você mesmo", em que os indivíduos alimentam e carregam seus próprios panópticos, tendo em vista que a tentação e sedução são as chaves para determinar comportamentos desejáveis. (Siqueira e Moreira, 2023, p. 88)

O indivíduo se sente pressionado a se adequar aos padrões de beleza, de consumo e de comportamento que circulam nas redes sociais, o que pode levar à perda da autoestima e à alienação. Essa busca por reconhecimento e aceitação social no ambiente digital pode levar à padronização dos comportamentos e à perda da individualidade. Como apontam Bauman e Donskis (2014, p. 132):

> as novas redes sociais, como o Facebook, servem para mostrar fragmentos de sua privacidade na expectativa de que você também receba atenção em uma era de consumo indiferente, ação social rotinizada e anestesia moral.

Alécio e Ávila (2021) alertam para o risco de despersonalização no panóptico digital, em que o indivíduo se torna um mero objeto de controle e manipulação.

> o ser humano atual é visto como uma marionete, controlado por uma lógica de microfísica do poder que atua sobre ele. Pensando agir livremente, ele não sabe que é controlado e acredita que controla, mas até mesmo as suas vontades são viciadas. Caminhando cada vez mais fundo na ruína de sua personalidade, o sujeito é facilmente manipulado e disciplinado tanto em seu corpo quanto em sua mente. Este é o ser humano contemporâneo: despersonalizado e indigno em sua existência. (Alécio e Ávila, 2021, p. 10)

O panóptico digital também intensifica a *cultura da extimidade*. As redes sociais desempenham um papel fundamental nesse processo,

incentivando a exposição da vida privada e a busca por aprovação social. A busca por *likes* e *seguidores* alimenta a necessidade de exibir uma imagem idealizada de si mesmo, o que pode levar à perda da autenticidade e à fragilização da personalidade.

> o que leva o indivíduo a se expor demasiadamente a ponto de que seus dados são divulgados a todo momento pelas *Big Techs*, fornecendo informações gratuitamente a troco de curtidas, *likes*, seguidores e amigos virtuais. (Paulichi e Cardin, 2024, p. 70)

Essa exposição excessiva e a vigilância constante podem levar à autocensura e à perda da espontaneidade. O indivíduo, ciente de que está sendo observado, tende a controlar suas ações e seus discursos, o que pode levar à perda da autenticidade e à fragilização da personalidade. A *ditadura algorítmica*, como descrita por Florêncio Filho e Ladeira (2021), se instala quando o indivíduo se vê submetido a um sistema de controle invisível que molda suas percepções e limita suas escolhas. Essa ditadura se manifesta também na esfera política, com a manipulação de opiniões e a proliferação de desinformação nas redes sociais, o que pode comprometer o debate público e a participação democrática.

> Por outro lado, a inteligência artificial transferiu poderes antes restritos ao Estado, para as grandes empresas de tecnologia que atuam a margem da legislação e exercem controle e vigilância das condutas individuais em substituição ao próprio poder público, o que se denomina ditadura algorítmica. Em face destes novos desafios é preciso preservar as conquistas dos direitos fundamentais, mas não sufocar o desenvolvimento tecnológico e é este o desafio da regulação da inteligência artificial. (Florêncio Filho e Ladeira, 2021, p. 73)

É importante ressaltar que a convergência entre a sociedade de consumo e o panóptico digital não se manifesta apenas no âmbito individual, mas também no coletivo. A manipulação do comportamento e a indução ao consumo em massa podem ter impactos significativos na dinâmica social e política, contribuindo para a polarização de opiniões, a desinformação e a fragilização da democracia. A personalização algorítmica das redes sociais, por exemplo, pode levar à criação de *bolhas* de opinião, onde os indivíduos são expostos apenas a informações que confirmam suas crenças e valores, dificultando o diálogo e a construção de consensos.

Ávila e Corazza (2022) destacam a importância de se combater a assimetria de poder entre o indivíduo e as grandes corporações de tecnologia, que controlam os mecanismos de vigilância e manipulação no panóptico digital.



> Veja-se que tornar acessíveis os algoritmos para a população em geral, e não apenas para os especialistas, é essencial para que se possa ter o controle e a fiscalização deles, já que se deve ter em mente a subjetividade que permeia o processo de tomada de decisão das máquinas e sua capacidade de atingir, de maneira drástica, os direitos dos indivíduos. (Ávila e Corazza, 2022, p. 197)

Diante desse cenário, o Direito se vê desafiado a construir mecanismos de proteção da personalidade e da autonomia na era digital. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Marco Civil da Internet e outras normas que visam a tutela da privacidade e da liberdade de expressão são instrumentos importantes nesse processo. No entanto, é preciso ir além da mera regulação e promover uma reflexão crítica sobre os valores da sociedade de consumo e os impactos do panóptico digital na vida social.

Em síntese, a convergência entre a sociedade de consumo e o panóptico digital configura um cenário complexo, com profundas implicações para a personalidade e a autonomia no século XXI. A intensificação do consumo na era digital, impulsionada pela vigilância constante e pela personalização algorítmica, desafia a liberdade individual e a construção da identidade. Compreender as dinâmicas dessa convergência é essencial para a construção de estratégias de resistência e para a defesa dos direitos da personalidade na era digital.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade de consumo e o panóptico digital, em sua convergência, moldam a personalidade e desafiam a autonomia individual no século XXI. O consumo, antes símbolo de *status* e expressão de identidade, agora se entrelaça com a vigilância constante e a personalização algorítmica, intensificando a lógica do consumo e criando um novo ambiente de controle, que se estende por todos os âmbitos da vida social, desde as relações interpessoais até a participação política.

A coleta massiva de dados, os algoritmos preditivos e a personalização da experiência digital levam à perda de privacidade, à manipulação do comportamento e à limitação da liberdade de escolha. O indivíduo, constantemente observado e influenciado, se torna vulnerável à indução ao consumo, à padronização dos comportamentos e à perda da autonomia. A vigilância constante e a manipulação algorítmica afetam não apenas as escolhas individuais, mas também o próprio funcionamento da democracia, comprometendo o debate público e a participação política.

A *despersonalização* do indivíduo, como apontado por Alécio e Ávila (2021), é uma das principais consequências dessa convergência. A perda da privacidade, a manipulação do comportamento e a limitação da liberdade de escolha contribuem para a fragilização da identidade e a perda da autonomia. O indivíduo se vê reduzido a um conjunto de dados e previsões, e sua capacidade de autodeterminação é comprometida.

Diante desse cenário, o Direito, em especial os direitos da personalidade, se vê desafiado a proteger o indivíduo nesse novo cenário. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Marco Civil da Internet e outras normas que visam a tutela da privacidade e da liberdade de expressão são instrumentos importantes nesse processo. No entanto, é preciso ir além da mera regulação e promover uma reflexão crítica sobre os valores da sociedade de consumo e os impactos do panóptico digital na vida social.

É fundamental que o indivíduo seja protagonista na construção de sua identidade e que exerça sua autonomia de forma consciente e crítica, resistindo à manipulação e ao controle. A educação para o consumo consciente, o estímulo ao pensamento crítico e a promoção da cidadania digital são ferramentas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática na era digital.

A proteção da personalidade e da autonomia na era digital exige uma abordagem multifacetada, que envolve a educação, a regulação e a ação política. É preciso promover uma cultura de respeito à privacidade, à liberdade de expressão e à autodeterminação individual. As empresas de tecnologia devem ser responsabilizadas pelo uso ético e responsável dos dados pessoais, e os governos devem atuar na proteção dos direitos fundamentais na era digital.



Este estudo buscou lançar luz sobre os desafios da proteção da personalidade e da autonomia na era digital, apontando caminhos para a construção de um futuro onde a tecnologia esteja a serviço da humanidade, e não o contrário. Que este seja o ponto de partida para novas reflexões e ações que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, livre e autônoma.

REFERÊNCIAS

ALÉCIO, D.; DE ÁVILA, G. N. Corpos dóceis e a sociedade disciplinar: a vigilância como restrição aos direitos fundamentais da personalidade. **Revista Direito Em Debate**, v. 32, n. 60, 2023.

ANDRADE, M. F. R; ZECCHIN, G. B. Sociedade do consumo e o papel da educação. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3, 2017.

ÁVILA, G. N.; CORAZZA, T. A. M. Os vieses algorítmicos na função decisória dos sistemas de inteligência artificial. **Revista da AJURIS - QUALIS A2**, v. 49, n. 152, p. 181-210, 2022.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira moral:** a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 132

CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos. **Conflitos multiculturais da globalização**, v. 4, 1995.

DULCI, O. A. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea. **Comunicação & Educação**, v. 23, n. 1, p. 11-24, 2018.

FLORÊNCIO FILHO, M. A.; LADEIRA, F. Cidadania digital ou ditadura algorítmica? Contradições do mundo digitalizado e os desafios da regulação. **Duc In Altum-Cadernos de Direito**, v. 13, n. 31, 2021.

FOUCAULT, M. (1975). **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Trad. bras. Raquel Ramalhete. 18ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.



GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000
GOERGEN, P. L. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea. **Pro-Posições**, v. 30, p. e20170193, 2019.

HAN, B. C. **Psicopolítica:** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PASQUALE, F. **The black box society:** The secret algorithms that control money and information. Harvard University Press, 2015.

PAULICHI, J. S.; CARDIN, V. S. G. A Privacidade na Sociedade em Rede: seria a" extimidade" um desdobramento dos direitos da personalidade?. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 11, n. 3, p. 57-83, 2024.

RETONDAR, A. M. A (re) construção do indivíduo: a sociedade de consumo como" contexto social" de produção de subjetividades. **Sociedade e estado**, v. 23, p. 137-160, 2008.

RIBEIRO, M.; FACHIN, Z. INDUÇÃO AO CONSUMO E OS DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO CIBERCONSUMIDOR. **Revista do Mestrado em Direito da UCB**, v. 15, n. 2, Jul/Dez, p. 01-17, 2021.

SELBST, A. D. Disparate impact in big data policing. **Ga. L. Rev**., v. 52, p. 109, 2017.

SIBILIA, P. O show do eu. **Rio de janeiro: nova fronteira**, p. 158-174, 2008.

SIQUEIRA, D. P.; MOREIRA, M. C. Autodeterminação informativa na sociedade pós-panóptico: novas formas de panoptismo e os direitos da personalidade. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 74-91, jan./jun. 2023.

VERBICARO, D.; RODRIGUES, L.; ATAÍDE, C. Desvendando a vulnerabilidade comportamental do consumidor: uma análise jurídico-psicológica do assédio de consumo. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 119, p. 349-384, 2018.

ZUBOFF, S. The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power, edn. **PublicAffairs, New York,** 2019.



DESAFIOS JURÍDICOS DO DIREITO PERSONALÍSSIMO À PRIVACIDADE NO ÂMBITO VIRTUAL CONTEMPORÂNEO

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

STHEFANY MELO PAMPLONA[1], ALINE GABRIELA PESCAROLI CASADO[2].

[1] Acadêmica de Direito, Centro Universitário de Maringá – Unicesumar, Maringá, Paraná. sthescritorio@outlook.com.
[2] Orientadora, Mestre (2016) pela UNICESUMAR/PR. Docente na graduação de Direito da Universidade Unicesumar – UNICESUMAR/PR. E-mail: profalinecasado2@gmail.com.

RESUMO

O direito brasileiro tem como um de seus princípios a segurança jurídica. Com o advento da internet, a segurança dos cidadãos encontra-se em risco. Isso ocorre porque a tecnologia da informação e comunicação rompem as barreiras de espaço-tempo, sendo possível a troca de informações serem rápidas, dificultando o controle das interações nas redes de comunicação. Assim, o presente resumo tem por escopo analisar os desafios jurídicos concernentes à proteção ao direito à privacidade no contexto digital, de forma a responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os problemas jurídicos e tecnológicos enfrentados no Brasil relacionados à privacidade no ambiente digital, sobretudo o aumento dos crimes cibernéticos? Para isso, é se utilizado o método dedutivo, essencialmente bibliográfico realizado por meio da pesquisa de artigos e livros acerca da temática, coletados nas bases de dados: Banco de teses de doutorado da USP, Portal de Periódicos da Capes e SciELO.

Palavras-chave: Lei; Geral; Proteção; Dados; Brasil

1 INTRODUÇÃO

O direito à privacidade, protegido pelo artigo 5°, inciso X da CF/88 e pelo Código Civil, é um direito e garantia individual essencial que deve ser inviolável, resguardando a dignidade de todo ser humano. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 60°, §4°, inciso IV, a proteção desse direito se torna ainda mais relevante por ser uma cláusula pétrea.

Contudo, o direito fundamental à privacidade está se revelando um desafio jurídico, pois a proteção da privacidade, de acordo com **Saito e Salgado** (2020), em um contexto em que as pessoas são consumidores, trabalham e se divertem, se expressam por uma rede global de computadores que capta cada ação, necessitando-se de atividades estatais e de entidades para além do território estatal brasileiro, muito mais enfáticas do que as previstas na constituição ou criadas a partir delas.

Trata-se de um novo tempo, em que os golpes digitais estão violando o direito fundamental à privacidade no território nacional.



Os golpes digitais ocorrem quando o golpista busca obter alguma vantagem sobre a vítima no meio virtual. Assim, ainda que se tenham leis que protegem as vítimas, como exemplo: **Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei 12.737/2012) e a Lei do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014)**, a seguir será demostrado a interação complexa no brasil dos problemas jurídicos e tecnológicos que resultam em desafio a nível nacional no resguardo do direito personalíssimo à privacidade. É isso que se pretende demonstrar aqui.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

No cenário atual, segundo o **Centro de Tratamento de Incidentes Cibernéticos** (2024), foram identificados aplicativos e campanhas maliciosas com o intuito de induzir usuários a baixar e instalar aplicativos falsos com o intuito de criminosos cibernéticos aplicarem golpes digitais nos contribuintes da Receita Federal.

De acordo com **Cavalcanti e Leonarde** (2020), fraudes e golpes são realizados de forma costumeira, em relação a dados, em empresas privadas e órgãos públicos. Sendo possível que as informações surrupiadas no caso acima exposto possam vir a ser utilizados por criminosos para o cometimento de outros delitos.

Além deste caso, segundo o **Tribunal Regional do Trabalho da 8° Região** (2024), há tentativas de golpe sendo realizadas com clientes de advogados que possuem ações tramitando na Justiça do trabalho, os clientes recebem uma solicitação de pagamento de valores em pix por meio de aplicativos de mensagens, em troca de informações do processo. Logo após o pagamento, o golpista desaparece.

Tendo em vista isso, de acordo com um relatório de desenvolvimento realizado pela ACI Worldwide em conjunto com a GlobalData, concluiu que os golpes por meio do Pix devem ultrapassar, até o ano de 2027, no Brasil, a marca de R$ 3,7 bilhões e uma das fraudes identificadas será o de pedido de pagamento adiantado por um serviço ou produto que nunca se concretizará, como no caso exposto pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 8° região.**

Dessa forma, é notório como o direito fundamental à privacidade está sendo violado, resultando em insegurança jurídica. Segundo Cansian (2024, p. 57):

> “O contexto dos ataques cibernéticos é altamente dinâmico, de forma que um sistema considerado seguro hoje, pode não o ser amanhã em razão do fato de que vulnerabilidades antes não conhecidas podem ser exploradas, tornando o sistema crítico e passível de ataques poderia ser evitado, caso estas vulnerabilidades, a maioria delas já conhecidas, fossem corrigidas”

De acordo com **Cavalcanti e Leonarde** (2020), no Brasil, a proteção de dados ela visa combater os crimes cibernéticos e como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é fundamental para que o direito a proteção à privacidade seja efetivado. Contudo, o autor consta em seu artigo a dificuldade na manutenção da proteção de dados no meio digital por ser um ambiente em constante crescimento, sendo difícil para o sistema jurídico de o acompanhar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, nota-se que a cláusula pétrea de proteção à privacidade no Brasil está sendo sistematicamente violada no ambiente virtual. Assim, a falta de proteção dos dados gera a insegurança jurídica, pois ocorrem violações da privacidade, recolhimento de dados. Logo, os impactos na economia, desafios de regulamentação e fiscalização são encontrados.

O direito personalíssimo à privacidade não está sendo assegurado, ofendendo a dignidade da pessoa humana de vários cidadãos no brasil, e sabe-se que a tendência é o aumento da insegurança jurídica como demonstrado por estatística no trabalho.

Sendo assim, conclui-se que o direito intrínseco ao ser humano de ter a sua privacidade para viver em sociedade e consigo mesmo está sendo violado e lhe retirado com o avanço tecnológico, isso lhe retirará da segurança jurídica que um Estado Democrático de Direito tem o dever de lhe assegurar.

REFERÊNCIAS

ACI WORLDWIDE. ACI Worldwide ScamScope Report finds app scam losses expected to exceed $1.6 billion. ACI Worldwide, 2024. Disponível em: https://investor.aciworldwide.com/news-releases/news-release-details/aci-worldwide-scamscope-report-finds-app-scam-losses-expected. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar crimes cometidos na rede mundial de computadores e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. 12 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Regulamenta o uso da Internet no Brasil e estabelece direitos e deveres para usuários e

provedores de serviços de internet. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. 20 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. 32 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

CANSIAN, Adriana Cardoso de Moraes. Aspectos relevantes da internet das coisas (IoT): segurança e proteção de dados. 2022. Tese (Doutorado em Direito Comercial) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. DOI: 10.11606/T.2.2022.tde-16092022-124630. Acesso em: 22 out. 2024.

CAVALCANTI, Emerson Barrack; LEONARDE, Geovana Silveira Soares. O direito digital e a essencialidade da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais "LGPD" - Lei n° 13.709/2018. *Revista de Educação e Direito*, v. 2, n. 2, 2020. ISSN 2675-4312. Disponível em: https://doi.org/10.17648/2675-4312-v2-2020-5. Acesso em: 15 out. 2024.

GOV.BR. ALERTA 04/2024. Centro de Tratamento de Incidentes Cibernéticos, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ctir/pt-br/assuntos/alertas-e-recomendacoes/alertas/2024/alerta-04-2024. Acesso em: 14 out. 2024.

SAITO, Vitória Hiromi; SALGADO, Eneida Desirée. Privacidade e proteção de dados: por uma compreensão ampla do direito fundamental em face da sua multifuncionalidade. *International Journal of Data Law*, [S.l.], v. 1, n. 3, 2020. ISSN 2675-7087. Disponível em: https://doi.org/10.47975/ijdl/3hiromi. Acesso em: 11 out. 2024.

TRT-8 ALERTA SOBRE TENTATIVAS DE GOLPES VIRTUAIS. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 2024. Disponível em: https://www.trt8.jus.br/noticias/2024/trt-8-alerta-sobre-tentativas-de-golpes-virtuais. Acesso em: 15 out. 2024.



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: É POSSÍVEL A REAL PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA?

GT9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Micaela Mayara Ribeiro[1], Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[2].

[1] Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar, Pós-graduada em Direito Digital e Proteção de Dados pela EBRADI, Graduada em Direito pela UniCesumar, Advogada, E-mail: mmicaelamayara@gmail.com.
[2] Orientadora, Pós-doutora em hermenêutica jurídica pela UNISINOS, Pós-doutora em direitos humanos e democracia pela Universidade de Coimbra –Portugal, Doutora em Direito Civil pela UFPR, Mestre e graduada em Direito pela UEM; Professora titular no Programa de Mestrado e doutorado em direito na UniCesumar; Pesquisadora pelo ICETI-Instituto de pesquisa científica da UniCesumar. Membro do IBDFAM, Advogada. Email: cleidefermentao@gmail.com.

RESUMO

A pesquisa trata da proteção de dados pessoais na era do capitalismo de vigilância e a necessidade do reconhecimento expresso do direito à proteção de dados pessoais como direito da personalidade para garantir sua tutela. Tem por objetivo averiguar se a proteção de dados pessoais não passa de um mero devaneio, considerando o contexto de sociedade do consumo movida a dados, em especial, com a utilização de tecnologias para a coleta de dados em massa. Enquanto os titulares não tomarem consciência sobre a necessidade de ponderar e questionar a real necessidade da coleta de dados pessoais e em paralelo, organizações coletarem massivamente dados sem cautela, a proteção efetiva de dados pessoais se mostrará uma realidade distante, e com isso direitos personalíssimos como o nome e a identidade podem ser violados. Além disso, o reconhecimento do direito à proteção de dados pessoais de forma expressa como um direito da personalidade poderia garantir maior segurança na tutela do direito, uma vez que não seria necessária a violação de um conjunto de direitos para que houvesse o dever de indenizar, bastando a violação de um direito personalíssimo apenas. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, buscando informações em livros, artigos científicos, legislações, jurisprudência brasileira e demais documentos aptos ao desenvolvimento do estudo. Ao final, a pesquisa aponta que embora a proteção de dados pessoais como direito fundamental seja de suma importância para sua garantia, o reconhecimento expresso da proteção de dados pessoais também como direito da personalidade colaboraria para a responsabilização em caso de violação do direito, uma vez que não seria necessária a violação de outros direitos da personalidade em conjunto ao direito a proteção de dados pessoais para que existisse o dever de indenizar.

Palavras-chave: Digital; Privacidade; Superávit Comportamental.

1 INTRODUÇÃO

Integrar uma sociedade da informação e de economia movida a dados requer a consciência de que o sigilo de informações únicas e particulares inerentes a cada ser humano estarão sempre em risco. A

proteção de dados pessoais enquanto direito fundamental e direito da personalidade esbarra no constante desenvolvimento tecnológico, uma vez que a tecnologia é o principal precursor do alastramento de dados em larga escala.

Considerando tais pontos, a pesquisa teve por justificativa o estudo dos dados pessoais como parte da personalidade humana e, ao mesmo tempo, como matéria prima do capitalismo de vigilância. Nesse contexto, buscou compreender a possibilidade de que o desenvolvimento da sociedade é movido a dados e não caminha na mesma direção da proteção da privacidade e outros direitos fundamentais e da personalidade.

A pesquisa ora resumida fez menção aos direitos fundamentais e aos direitos da personalidade de modo distinto e desvinculado, e, esclareceu ao longo do estudo, o direito à proteção de dados pessoais como um direito da personalidade e não apenas como um direito fundamental, ressaltando a necessidade de positivação expressa no Código Civil.

Partiu-se, inicialmente, da hipótese de que a norma existente acerca da proteção de dados pessoais, pode não ser suficiente e efetiva para a proteção de dados considerado o contexto atual de sociedade da informação e economia movida a dados. A segunda hipótese reside na complexa tarefa de tutelar o direito à privacidade e a proteção de dados pessoais, que demanda não só a atuação do poder legislativo, como também dos titulares enquanto detentores do direito e personalidade.

Dividido em quatro capítulos, a pesquisa abordou o contexto histórico da proteção de dados pessoais passando por outros direitos como a privacidade e a autodeterminação informativa, analisou a insuficiência do constitucionalismo tradicional para exaurir os impasses da tecnologia também analisou o capitalismo de vigilância. Por fim, analisou como a hermenêutica e a cláusula geral de direito da personalidade tem sido cruciais enquanto não há o reconhecimento expresso do direito à proteção de dados pessoais como direito da personalidade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Desenvolvida em quatro capítulos, buscou-se na pesquisa, as respostas necessárias para a problematização apresentada. O primeiro capítulo, intitulado “Evolução histórica do direito à proteção dos dados pessoais” tratou sobre o surgimento e desenvolvimento do direito à proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro e outros ordenamentos que tiveram influência na elaboração da legislação brasileira, analisando os principais vestígios ao longo do desenvolvimento da norma para se ponderar a importância da positivação do direito.

O enfoque foi traçar um paralelo entre o direito à privacidade, autodeterminação informativa e a proteção de dados pessoais, interligando cada um deles e destacando o direito à privacidade como pilar da proteção de dados pessoais. Analisou os princípios e fundamentos da proteção de dados pessoais, mais especificamente aqueles descritos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e, destacou os primeiros e mais importantes resquícios do direito à proteção de dados pessoais, bem como seu desenvolvimento ao longo dos anos.

No segundo capítulo intitulado “Constitucionalismo digital, direito privado e seus impactos na proteção de dados pessoais”, pontuou a insuficiência do constitucionalismo tradicional para lidar com os impasses da tecnologia, de modo que se mostrou necessário ao longo dos anos, que o constitucionalismo se desenvolvesse, com o fim de caminhar lado a lado do desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, da sociedade. E, evidenciou a corrida regulatória para que os mais diversos atos do mundo digital sejam devidamente regulamentados, buscando-se estudar se as normas existentes são aplicáveis ao meio virtual ou se é necessária a criação de regulamentação específica para cada inovação que venha a surgir ao longo do tempo. O estudo ainda abordou a importância da positivação do direito fundamental à proteção de dados pessoais na Constituição Federal e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

O terceiro capítulo da dissertação, por sua vez, tratou sobre a era do capitalismo de vigilância, termo criado e cultivado por Shoshana Zuboff para descrever a ascensão de um mercado movido a dados. Abordou-se o conceito e esclarecimentos do capitalismo de vigilância, bem como tratou da personalidade como matéria-prima de uma economia movida a dados, que é o ponto principal do capitalismo de vigilância, sobretudo em relação à manipulação do desenvolvimento da personalidade pelo mercado. Ao final, destacou os impactos que a supervigilância pode acarretar no desenvolvimento da personalidade, com maior abordagem ao direito à proteção de dados pessoais e, brevemente, à integridade psíquica.

O quarto e último capítulo do trabalho teve enfoque na proteção de dados pessoais como um direito da personalidade, identificado na cláusula geral de personalidade e no princípio da dignidade humana e sua relação com os dados pessoais. Foi realizada uma análise dos impasses da tutela do direito à proteção de dados na sociedade da informação e se realmente a tutela integral de tal direito é algo alcançável, dando ênfase, ao final, ao uso da hermenêutica jurídica frente à inexistência de um direito da personalidade autônomo, abordando a importância da hermenêutica e interpretação jurídica para lidar com novos direitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há quem defenda que uma regulamentação específica torna-se essencial, especialmente diante dos potenciais impactos negativos ocasionados pela incessante busca por inovação que entra em conflito com a proteção da privacidade e coloca em evidência a importância de encontrar um equilíbrio entre o avanço tecnológico e a salvaguarda dos direitos individuais.

De todo o conteúdo abordado na pesquisa, concluiu-se que o reconhecimento legal dos direitos de personalidade no âmbito do Direito Civil representa um avanço substancial para a proteção dos direitos da personalidade, pois ao ser devidamente previsto na legislação, proporciona condições mais favoráveis para a efetivação da ampla proteção jurídica das pessoas. Portanto, a ausência de um marco legal específico para o reconhecimento expresso da proteção de dados pessoais como direito da personalidade revela uma lacuna a ser preenchida.

REFERÊNCIAS

CRETELLA JÚNIOR, J. **Elementos de direito constitucional**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

DONEDA, D. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Espaço Jurídico Journal of Law** [EJJL], [S. l.], v. 12, n. 2, p. 91–108, 2011. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315. Acesso em: 9 dez. 2023.

FERMENTÃO, C. A. G. R. Análise filosófica sobre o princípio da dignidade humana como uma nova teoria de justiça. **Revista Jurídica Cesumar.** Set./dez. 2016, v. 16, n. 3, p. 877-896.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

MAXIMILIANO, C. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001.

SCHREIBER, A. **Direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2014.

WARREN, S. D.; BRANDEIS, Louis D. **The Right to Privacy**. Harvard, Law Review, v. 4, n. 5, p. 193, 220, dez. 1890.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. São Paulo: Intrínseca, 2021.



DIREITO DAS STARTUPS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DIGITAL

Felipe Batista da Silva[1], Thomaz Jefferson Carvalho[2]

[1] Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. E-mail: batisstafelipe2001@gmail.
[2] Orientador, Doutor em Direito pela UNESA/RJ. Mestre em ciências jurídicas pela Unicesumar e graduado em Direito pela UNOPAR. Advogado e professor universitário.

RESUMO

O avanço tecnológico desenfreado trás consigo novos desafios significativos no que se diz respeito aos direitos da personalidade, principalmente no que se diz respeito a privacidade, proteção de dados e autonomia individual. As startups por serem dependentes de dados pessoais para o seu crescimento, devem garantir que os dados dos usuários sejam tratados com transparência e responsabilidade. A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil faz com que as empresas adotem medidas de segurança e garantam o consentimento explícito dos usuários para a coleta e uso de seus dados. É fundamental que as startups façam uma inovação responsável, aplicando práticas éticas que garantam a privacidade e a proteção dos dados de todos os usuários. A utilização de tecnologias como criptografia e anonimização é essencial para a segurança dessas informações, assim promovendo um ecossistema digital mais seguro, inclusivo e transparente. Assim é preciso um equilíbrio entre o avanço das tecnologias e a proteção dos direitos da personalidade, com o compromisso das empresas em respeitar e garantir a privacidade dos dados dos indivíduos.

Palavras-chave: Informações pessoais; Privacidade; Segurança; Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Com toda a evolução digital de forma tão acelerada e constante, temos um grande desafio para enfrentar sobre os direitos da personalidade, com ênfase no que tange à privacidade, proteção de dados e autonomia individual. A tecnologia está nas nossas vidas a todo tempo, assim informações pessoais podem ser compartilhadas com uma facilidade nunca vista antes, Startups no geral trabalham com muitas informações digitais que são necessários para o seu desenvolvimento, algumas dessas de pessoas físicas. Assim é necessário a análise crítica das inovações tecnológicas, pois com elas temos alterações que influenciam diretamente os direitos fundamentais do indivíduo, existe assim a necessidade de uma norma reguladora vasta e eficaz para a salvaguarda da dignidade da pessoa humana no ambiente digital.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

As empresas conhecidas como Startups, são empresas nas quais estão diretamente envolvidas com tecnologias, com um grande potencial de desenvolvimento rápido e exponencial, e estão num estágio inicial, assim essas precisam de uma grande coleta de dados pessoais para poder

aprimorar seu produto em desenvolvimento e proporcionando uma melhor experiência para o usuário. Contudo, essa prática pode ocasionar violações de privacidade, já que muitos dos usuários não tem consciência de como suas informações estão sendo tratadas, por não ser algo palpável, fica muito difícil para os usuários terem este controle. Assim o que deve ser considerado e aplicado pelas Startups, é a utilização com transparência, adotando políticas claras e acessíveis que possam proporcionar ao usuário o entendimento de como e quando os seus dados são coletados e utilizados.

Conforme foi implementada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, as startups devem seguir criteriosamente estas normas legais para a sua legalidade. Devem adotar medidas rigorosas de segurança e políticas nas quais o usuário tem o consentimento do uso dos seus dados, podendo ser aplicadas sanções nas empresas as quais descumprirem a LGPD. Seguir as normas para as startups é necessário, sendo também uma forma de conquistar a confiança junto aos consumidores

Os dados fornecidos a essas empresas devem ser de total consentimento dos usuários, assim sendo de responsabilidade das startups assegurar que os usuários compreendam que estão concordando ao fornecer seus dados, incluindo o propósito e o uso dessas informações, deve ser sempre mantida a clareza na relação: Usuário X Empresa.

A grande finalidade das startups é a inovação, junto a um resultado lucrativo que pode ser vendido ou então adotado para uma facilitação, por isso deve ser adotado por todas as Startups o princípio da inovação responsável, que utiliza práticas éticas, como a minimização de dados e o desenvolvimento de tecnologias voltadas a privacidade, ou seja, uma Startup ter como seu projeto principal o desenvolvimento ou aprimoramento de algum meio para a proteção dos dados utilizados atualmente por grande parte de todas as empresas, sendo assim preservado os direitos da personalidade no meio digital.

Podem ser adotadas para a proteção destes dados tecnologias que promovam e protejam os direitos humanos, ferramentas de criptografia, anonimização de dados, compartilhamento e utilização ética e legal dos dados, garantindo a segurança das informações dos usuários e também promovendo a inclusão e equidade à tecnologia, com técnicas assim podemos nos todos usuários nos sentirmos mais seguros e confiantes nas empresas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso tudo chegamos à conclusão que o direito das Startups é um direito/uma lei atual, que vem se construindo e se moldando conforme

o tempo e seu crescimento rápido, mas sabemos que está diretamente ligado aos direitos da personalidade no cenário digital. Como essas empresas utilizam, fornecem, conquistam esses dados pessoais é que devemos ficar atentos, até porque são nossos dados, priorizando a ética e a responsabilidade nas operações, as Startups não protegem somente os direitos dos indivíduos, mas também contribuem para um ecossistema digital mais justo, transparente e palpável. Temos muito que aprender e desenvolver ainda com o mundo digital, por seu crescimento rápido, muitas vezes ficamos para trás das informações, assim como as normas também ficam desatualizadas ou incompletas, por isso deve ser sempre levado em consideração o respeito ao direito da personalidade junto com a inovação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 19 out. 2024.

CAMPOS, A. C. D. *Startups e a LGPD: desafios e oportunidades*. São Paulo: Editora Método, 2020.

BORTOLINI, A. *Proteção de dados e direitos fundamentais: a LGPD e suas implicações*. São Paulo: Editora RT, 2021.

FEIGELSON, B.; NYBO, E. F.; FONSECA, V. C. *Direito das startups*. 1. ed. São Paulo: 2018.



DIREITOS DIGITAIS E CENSURA ESTATAL: LIMITES DEMOCRÁTICOS NA REGULAÇÃO DA INTERNET

Fernanda Oliveira Fernandes[1], Raíssa Gabriela Mobiglia[2], Juvêncio Borges Silva[3].

[1] Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Especialista em Direito de Família e Sucessões pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS, graduada em Direito pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Advogada atuante na área de Família e Sucessões. E-mail: fernandesoli2013@hotmail.com.
[2] Mestranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto – Bolsa CAPES, Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, graduada em Direito pelo Centro Universitário Barão de Mauá. Advogada atuante nas áreas de Processo Coletivo; Direito Civil e Processual Civil. E-mail: raissa.mobiglia@outlook.com.br.
[3] Orientador, Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor pela UNESP; mestre pela UNICAMP; graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca; graduado em Ciências Sociais pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. Docente do Curso de Direito e do Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP. E-mail: juvencioborges@gmail.com. ORCID - https://orcid.org/0000-0001-9403-2713.

RESUMO

O artigo propõe uma análise crítica sobre os limites democráticos da regulação estatal da internet, com foco nos mecanismos de censura e controle utilizados por governos, especialmente em regimes autoritários e democracias em crise. Explora-se como esses mecanismos afetam os direitos digitais, com ênfase na liberdade de expressão, privacidade e acesso à informação que são direitos da personalidade inerentes à condição humana. A pesquisa examina os desafios de equilibrar a proteção de direitos fundamentais com a necessidade de regular conteúdos nocivos, como desinformação, discurso de ódio e cibercriminalidade. O estudo também aborda exemplos de legislações e práticas em diferentes contextos geopolíticos como nos Estados Unidos, União Europeia, China e Brasil, destacando a tensão entre controle estatal e liberdade digital. A pesquisa orientou-se pelo método dedutivo lastreada em material bibliográfico.

Palavras-chave: democracias em crise; diferentes contextos geopolíticos; direitos da personalidade; direitos fundamentais; liberdade de expressão;

1 INTRODUÇÃO

Criada na década de 1960, a internet se popularizou a partir de 1990, transformando-se em um espaço crucial para o exercício de direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e o acesso à informação. Antes da internet, as informações eram consumidas predominantemente através de jornais impressos, revistas ou pela mídia. Atualmente, com um clique, é possível acessar uma quantidade considerável de informações, conteúdos e notícias em tempo real, tornando a internet uma ferramenta poderosa para a disseminação de informações e notícias. Essa democratização do acesso não apenas ampliou o espectro de vozes e opiniões disponíveis, mas também incentivou uma maior participação cívica e engajamento político.



Observamos isso nas redes sociais, que são palcos de debates políticos por cidadãos e agentes políticos, onde até mesmo os ministros da Suprema Corte brasileira se tornam celebridades e contam com grande número de seguidores, a exemplo o ministro Flávio Dino, atualmente com 1,4 milhões de seguidores na rede social *Instagram*.

No entanto, o que deveria ser uma ferramenta facilitadora da disseminação de informações, a mídia e as plataformas digitais, também se tornaram poderosos canais para a propagação da desinformação e tentativas de manipulação das massas.

Além disso, a estrutura de algoritmos que privilegia o engajamento e o sensacionalismo favorece a "*viralização"* de notícias falsas ou distorcidas. A rapidez e a facilidade de compartilhamento na internet permitiram que informações verdadeiras e falsas circulassem com a mesma velocidade, criando um ambiente propício para manipulações e distorções de fatos. Essa dualidade apresenta desafios sérios para a sociedade, pois a desinformação não apenas compromete a qualidade do debate público, mas também pode influenciar decisões políticas e sociais importantes.

Podemos citar como exemplo as acusações direcionadas a Joe Biden nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (EUA), em 2020. Joe Biden foi alvo de diversas teorias da conspiração e desinformação, incluindo alegações sobre sua saúde mental e sua ligação com atividades ilegais na Ucrânia. Essas informações foram disseminadas por apoiadores do então presidente Donald Trump, visando prejudicar a imagem de Biden e influenciar a opinião pública. O impacto da desinformação foi evidente nas pesquisas de opinião e na forma como os eleitores percepcionavam sua candidatura.

E esse não é um fenômeno restrito aos EUA. No Brasil, por exemplo, durante as eleições presidenciais de 2018, em que um dos candidatos foi Jair Bolsonaro, houve uma avalanche de desinformação, disseminada principalmente por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens. Diversas notícias falsas, que variavam de teorias da conspiração a ataques, circularam amplamente, influenciando o comportamento dos eleitores e ajudando a polarizar o debate político. Essas campanhas de desinformação, muitas vezes difíceis de serem desmentidas a tempo, revelam o impacto profundo que a manipulação de informações pode ter sobre o processo democrático, uma vez que os eleitores acabam formando suas opiniões com base em dados incorretos ou mal-intencionados.

A proliferação de notícias falsas e teorias da conspiração exemplifica como a internet pode ser usada como um mecanismo de controle social, afetando a percepção da realidade por grandes segmentos da população.

Além de seu papel na disseminação de informações, a internet tornou-se uma ferramenta essencial no meio político para angariar eleitores. Durante a campanha presidencial de 2008, Barack Obama utilizou plataformas online como Facebook, YouTube e Twitter de forma

inovadora, mobilizando eleitores, arrecadando doações e divulgando suas mensagens de maneira eficaz. O uso de estratégias digitais se consolidou como um novo paradigma nas campanhas políticas, levando outros candidatos a adotar abordagens semelhantes. Nas eleições de 2020, tanto Donald Trump quanto Joe Biden investiram pesadamente em publicidade online, utilizando plataformas como Facebook e Google para alcançar eleitores de forma segmentada e direcionada, o que destaca a crescente importância da internet no cenário político contemporâneo.

Entretanto, as eleições de 2016 nos Estados Unidos marcaram um ponto de inflexão, trazendo à tona preocupações significativas sobre a interferência estrangeira, especialmente através das redes sociais. Investigadores descobriram que a Rússia desempenhou um papel central em campanhas de desinformação, utilizando *bots* e contas falsas para dividir os eleitores americanos e influenciar o resultado das eleições. A operação, conhecida como parte da *Internet Research Agency (IRA)*, focou na promoção de desinformação sobre os candidatos e na fomentação de tensões sociais por meio de notícias falsas e posts incendiários em plataformas como Facebook, Twitter e Instagram. Esse cenário levantou questões sérias sobre a integridade do processo eleitoral e a vulnerabilidade das democracias modernas a influências externas via tecnologias digitais.

Após as eleições de 2016, houve uma reação significativa por parte das plataformas digitais, como Facebook e Twitter, que intensificaram suas políticas de moderação de conteúdo e implementaram novas regras de transparência em relação a anúncios políticos. O governo dos EUA também introduziu medidas mais rígidas para monitorar a segurança cibernética e combater a desinformação em campanhas subsequentes, visando prevenir novas interferências estrangeiras. Contudo, esse movimento gerou um debate acalorado sobre o equilíbrio entre segurança e liberdade de expressão, levantando preocupações sobre até que ponto a regulamentação pode ser utilizada para proteger as democracias sem comprometer direitos fundamentais.

À medida que a internet se consolidou como uma arena central para o debate público, muitos Estados adotaram legislações e práticas que buscam regular o ambiente digital. Embora essas medidas sejam frequentemente justificadas pela necessidade de combater crimes cibernéticos, desinformação e discurso de ódio, há uma preocupação crescente sobre o uso indevido dessas regulações para fins de censura e controle político. Essa situação não apenas coloca em risco liberdades democráticas essenciais, mas também levanta questões sobre a natureza da verdade e da responsabilidade na era digital. O desafio é encontrar um equilíbrio que permita a proteção das democracias enquanto se preservam os direitos de personalidade fundamentais que servem de proteção contra



abusos, evitando que a internet se torne um espaço de controle e repressão.

Em contrapartida, a falta de uma responsabilização clara no uso da internet também facilita que algumas pessoas ou grupos, especialmente aqueles que se consideram com superioridade hierárquica, econômica ou tecnológica, passem a se colocar acima da lei, utilizando-se desse "poder". Essa dinâmica pode levar a um caráter despótico que afasta o Estado Democrático de Direito e, consequentemente, enfraquece o princípio republicano, fundamental para a regulação dessas questões.

Ao assegurar a isonomia, o princípio republicano exigirá que todas as pessoas, indiscriminadamente, assumam seus deveres e eventuais responsabilidades pelo descumprimento da lei, em prol do bem comum. Necessário, portanto, buscar o equilíbrio no Estado de Direito frente a esse novo contexto da era digital.

Assim, a revolução digital deve caminhar em compasso com os valores democráticos, garantindo que os avanços tecnológicos sejam acompanhados por um compromisso com a justiça e a equidade.

2 A INFLUÊNCIA DA INTERNET E MEIO DE COMUNICAÇÕES NA DEMOCRACIA – A LUTA DA DEMOCRACIA MODERNA

A internet e os meios de comunicação desempenham um papel cada vez mais crucial nas democracias modernas, tornando-se não apenas canais de informação, mas também forças ativas na construção de narrativas políticas e econômicas. Como destaca Roberto Amaral (2016, p. 90), os grandes veículos de comunicação, controlados por poderosos grupos econômicos, não se limitam a relatar os eventos; eles são capazes de moldar e criar a realidade ao interferirem nos fatos e na opinião pública.

Na era da internet, essa influência foi ampliada e diversificada. O espaço virtual oferece um alcance massivo e imediato, permitindo que atores políticos, econômicos e até grupos privados acessem e influenciem diretamente grandes públicos. Redes sociais, sites de notícias, blogs, e outros meios digitais transformaram-se em arenas onde narrativas são construídas e disseminadas, muitas vezes sem a mediação tradicional dos veículos de imprensa.

Porém, essa democratização da informação vem acompanhada de desafios significativos. O mesmo poder de moldar a realidade que Amaral atribui aos grandes veículos de comunicação tradicionais é amplificado na internet, onde algoritmos, fake news e campanhas de desinformação podem rapidamente desviar o foco dos debates democráticos legítimos. As redes sociais, por exemplo, tendem a criar bolhas informacionais, em que os indivíduos são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças, limitando o diálogo plural necessário para a saúde democrática.



A obra de Eli Pariser, "O Filtro Invisível: O que a Internet Está Escondendo de Você", traduzida em 2012, aborda o conceito da "bolha dos filtros", que descreve como os algoritmos de plataformas digitais personalizam o conteúdo que os usuários visualizam com base em seus interesses e comportamentos passados. Para Pariser (2012, p. 12), esse mecanismo limita o acesso a informações diversificadas e cria uma espécie de isolamento informacional. Ao invés de expor as pessoas a uma variedade de perspectivas e ideias, os filtros reforçam suas opiniões já existentes, restringindo a oportunidade de confronto com visões contrárias ou novas. Essa dinâmica contribui para a formação de bolhas ideológicas, dificultando o debate plural e o crescimento intelectual, pois os usuários são levados a acreditar que as suas convicções representam a totalidade das ideias disponíveis.

Assim como no século XX, em que o acesso à informações de rádio e TV era limitado a determinados assuntos/interesses eleitos por pessoas influentes à época, a internet em que antes era vista como um grande mecanismo de acesso, passa a proporcionar filtros que voltam a limitar as informações aos indivíduos, criando essa “bolha” e, muitas vezes, afastado da realidade e do convívio social, prevalecendo o individualismo.

Esse fenômeno pode representar uma ameaça ao debate democrático, à medida que reduzem a oportunidade de confronto saudável de ideias e prejudicam o processo de deliberação pública. Cass Sunstein adverte que as bolhas informacionais e a personalização excessiva de conteúdo limitam o contato com opiniões divergentes, comprometendo o pluralismo necessário para um debate democrático robusto (2017, p. 328). Ele destaca que a democracia depende da exposição a uma diversidade de perspectivas, e o isolamento gerado pelos algoritmos online ameaça essa condição.

De forma semelhante, Zeynep Tufekci (2017, p. 250), observa que o ambiente digital pode enfraquecer a democracia ao permitir que as pessoas se reúnam em nichos ideológicos, interagindo apenas com aqueles que compartilham visões semelhantes. Esse fenômeno gera polarização e dificulta o diálogo construtivo entre diferentes grupos.

Além disso, a mídia digital e as grandes plataformas online estão, em sua maioria, controladas por conglomerados econômicos ou indivíduos com fortes interesses comerciais e políticos. Esses atores podem manipular o fluxo de informações, priorizando certas pautas, omitindo outras ou apresentando eventos de forma distorcida, conforme seus interesses. Exemplos disso são observados nas disputas políticas nos Estados Unidos e no Brasil, onde a cobertura midiática pode ser moldada para favorecer determinadas narrativas. Durante as eleições de 2020 nos EUA, por exemplo, o Facebook e o Twitter enfrentaram críticas por suas políticas de moderação de conteúdo, que pareciam favorecer certos discursos

enquanto restringiam outros, criando um ambiente propício para a desinformação.

No Brasil, a cobertura midiática das eleições de 2018, especialmente por grandes veículos como o Grupo Globo, foi frequentemente acusada de favorecer ou prejudicar candidatos de acordo com interesses políticos. A forma como os eventos foram narrados e a ênfase em certos temas contribuíram para a polarização e o enfraquecimento do debate público.

Outro exemplo significativo é a antiga rede social Twitter, agora denominada *"X"*, sob a direção de Elon Musk. Desde sua aquisição, Musk implementou mudanças nas políticas de moderação de conteúdo, que geraram debates acalorados sobre a liberdade de expressão versus a responsabilidade das plataformas. Embora Musk defenda uma abordagem mais permissiva, muitos críticos alertam que isso pode facilitar a propagação de discursos de ódio e desinformação, em detrimento da imparcialidade e da segurança do debate público.

Esse controle sobre o discurso público, exercido de maneira sutil ou explícita, compromete a imparcialidade e a transparência que deveriam caracterizar os meios de comunicação em uma democracia. A concentração de poder nas mãos de poucos não apenas restringe a diversidade de opiniões disponíveis, mas também mina a confiança do público nas instituições midiáticas, dificultando a construção de um espaço democrático saudável e plural.

Nesse contexto, é que responsabilidade com o uso da internet, se torna uma dimensão do princípio republicano, que se baseia na igualdade e na impessoalidade, demandando que todos estejam sujeitos às mesmas regras e que nenhum indivíduo ou entidade tenha imunidade diante da lei.

A submissão à ordem jurídica é crucial para assegurar que a legislação continue sendo o instrumento que regula a convivência social e promove a justiça, cumprindo as normas estabelecidas de forma democrática. Portanto, não haveria que se falar em espaço para privilégios ou exceções, de modo que a ordem jurídica deva ser aplicada de maneira isonômica, impondo as mesmas obrigações e responsabilidades a todos.

Dessa forma, a concentração de poder nas mãos de atores econômicos nas plataformas digitais, bem como a capacidade desses agentes de influenciar o debate público e em especial, o debate político, como nos casos exemplificados, suscitam questões sobre a necessidade de restringir algumas ações e estabelecer o dever de responsabilidade, sem que se viole o direito à informação e a liberdade de expressão, não deve ocorrer extrapolações, mas limites ao cumprimento das normas e à eventuais reparações de danos causados, como a divulgação de notícias falsas, a promoção de discursos de ódio, a criação de perfis falsos, entre outras práticas indevidas.

2.1 MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA



Um ponto crucial levantado por Amaral (2016, p. 90) é que, ao monopolizar a informação, os grandes meios de comunicação e as plataformas digitais não apenas influenciam a percepção da realidade, mas também moldam o comportamento eleitoral. O controle sobre quais candidatos recebem mais exposição midiática pode determinar quem será viável politicamente, perpetuando um ciclo no qual apenas os candidatos que gozam de maior visibilidade têm chances reais de sucesso. Isso compromete o ideal democrático de uma eleição justa e competitiva.

No Brasil, como em muitos outros países, a influência da mídia tradicional e da internet sobre o processo político é um tema sensível. Conforme analisado por Rafael Ribeiro e Aline Almeida (2020, p. 45-60), nas últimas eleições, foi evidente o poder que as redes sociais, especialmente plataformas como Facebook e WhatsApp, exerceram, e ainda exercem, na disseminação de notícias, tanto verdadeiras quanto falsas, que impactam o eleitorado. O uso dessas plataformas para a propagação de informações falsas e descontextualizadas gerou preocupações sobre a integridade do processo eleitoral e a formação da opinião pública. A capacidade de viralização de informações distorcidas, impulsionada por algoritmos que priorizam o engajamento em detrimento da veracidade, coloca em risco o discernimento do público, minando a transparência democrática.

Durante as eleições de 2018, uma série de notícias falsas circulou amplamente, muitas vezes impulsionadas por campanhas de desinformação organizadas. Essas notícias, que frequentemente atacavam adversários políticos ou promoviam narrativas enganosas, influenciaram a percepção dos eleitores e contribuíram para a polarização política no país. Essa realidade levanta questões sobre a responsabilidade das plataformas digitais em moderar conteúdos e a necessidade de regulamentação para garantir que a informação circulante respeite padrões mínimos de veracidade e transparência.

Além disso, a falta de educação midiática entre a população agrava o problema, já que muitos cidadãos não têm as ferramentas necessárias para identificar e contestar informações falsas. A combinação da desinformação com a vulnerabilidade dos eleitores a manipulações pode levar a um enfraquecimento do debate democrático e à erosão da confiança nas instituições políticas e nos meios de comunicação. Portanto, a discussão sobre a influência da mídia digital no processo político brasileiro é crucial para entender os desafios enfrentados pela democracia no contexto contemporâneo.

2.2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Embora a internet ofereça a oportunidade de expandir o debate público e incluir vozes antes marginalizadas, também cria um ambiente de desinformação e manipulação. A manipulação da opinião pública, seja pelos veículos tradicionais ou por novas plataformas digitais, exige regulamentações adequadas e uma alfabetização midiática por parte dos cidadãos.

Para enfrentar os desafios impostos pela concentração midiática e pela expansão descontrolada de informações falsas, torna-se imperativo pensar em modelos de regulação que não comprometam a liberdade de expressão, mas que garantam uma maior pluralidade de vozes e a circulação de informações verdadeiras e verificadas. A longo prazo, o fortalecimento de uma democracia participativa depende não só da diversidade de fontes de informação, mas também da capacidade crítica dos cidadãos de navegar por esse vasto mar de dados, analisando de forma independente o que consomem.

A censura estatal pode assumir diversas formas, variando de bloqueios diretos de sites e plataformas a restrições mais sutis, como a manipulação de algoritmos e vigilância em massa. Entre os principais mecanismos estão:

2.2.1 Bloqueios e Filtros de Conteúdo: Muitos governos utilizam bloqueios de sites, plataformas de mídia social ou serviços específicos sob a justificativa de proteger a segurança pública. Um exemplo notório é a "Great Firewall" da China, que restringe severamente o acesso a sites estrangeiros e conteúdo considerado subversivo.

2.2.2 Monitoramento e Vigilância: Em regimes autoritários, a vigilância em massa de cidadãos na internet é utilizada como uma ferramenta de controle social e repressão política. A coleta de dados pessoais, o monitoramento de comunicações e o uso de inteligência artificial para identificar dissidentes são práticas recorrentes.

2.2.3 Legislação Ambígua: Algumas leis que regulamentam o uso da internet são deliberadamente vagas, permitindo que os governos tenham ampla discricionariedade na aplicação dessas normas. Isso pode resultar em censura ou autocensura, à medida que os cidadãos evitam certos tipos de discurso por medo de represálias.

3 IMPACTOS NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ACESSO À INFORMAÇÃO, DIREITO DE IMAGEM E PRIVACIDADE

A censura estatal afeta diretamente quatro direitos fundamentais: a liberdade de expressão, o acesso à informação, o direito de imagem e a



privacidade. A internet, como um espaço global e descentralizado, deveria permitir o livre fluxo de ideias e informações. No entanto, quando os governos impõem restrições ao conteúdo disponível online, limitam o debate público e inibem a capacidade dos cidadãos de se expressarem livremente.

Em democracias em crise, como as que enfrentam polarização política ou ondas autoritárias, a censura na internet pode ser usada para suprimir a oposição política e controlar narrativas públicas, de forma a proteger a democracia. Essa perspectiva se alinha à ideia de Karl Popper, que defendia que é necessário “ser intolerante com a intolerância.” (2007, p. 513).

Nesse sentido, a censura pode, e deve, ser utilizada como forma de combater desinformações, notícias falsas e qualquer outra tentativa de manipulação de massas que desrespeite os princípios democráticos.

Seda Çakmur (2014, p. 15-30) observou que em países como a Turquia e a Rússia, o controle estatal sobre a mídia digital tem aumentado, especialmente em períodos eleitorais ou de instabilidade social. Na Turquia, o governo implementou leis rigorosas que permitem a remoção de conteúdo considerado prejudicial à sua imagem e segurança nacional enquanto na Rússia, a legislação tem sido usada para restringir o acesso a informações independentes, particularmente em relação a questões políticas e sociais sensíveis. Esses exemplos ilustram como a censura pode ser justificada sob o pretexto de proteger a democracia, mas, na prática, resulta na erosão da liberdade de expressão e no silenciamento de vozes dissidentes.

Assim, o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, ao preconizar que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, garante que esses direitos de personalidade devem ser assegurados a todos, não podendo ser minimizados.

Assim, a liberdade de expressão diante desse novo contexto digital, passa a ser frequentemente comprometida por políticas de censura e controle de conteúdo, o que afeta diretamente o exercício desse direito na internet. Da mesma forma, o acesso à informação que é um direito essencial para a autodeterminação dos indivíduos, passa a ser limitado, podendo prejudicar na formação de opiniões e ao conhecimento livre.

Não longe disso, a disseminação de desinformação e fake news podem prejudicar a honra e a imagem das pessoas. Afinal, a manipulação da informação, muitas vezes, impacta negativamente na reputação de figuras públicas ou cidadãos em geral, exigindo uma regulação que proteja esses direitos.

Além de que, essa vigilância estatal e a coleta de dados podem ainda resultar em violação a privacidade dos cidadãos.



Percebe-se que a ausência de controle e melhor regulamentação das situações abarcadas na contemporaneidade que envolvem o uso da internet, podem resultar em violações a direitos da personalidade e que estão intrinsicamente relacionados ao princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III da Constituição Federal de 1988), sendo extremamente importante que o Estado se preocupe com essas questões.

4 JUSTIFICATIVAS PARA A REGULAÇÃO DA INTERNET: LIMITES DEMOCRÁTICOS

Embora o controle excessivo da internet seja uma preocupação, há casos em que a regulação pode ser necessária para proteger a sociedade de abusos, como crimes digitais, discurso de ódio e campanhas de desinformação. No entanto, é fundamental que essas regulamentações respeitem os princípios democráticos, os direitos humanos e direitos de personalidade.

Para equilibrar segurança e liberdade, as políticas de regulação da internet devem ser transparentes, proporcionais e supervisionadas por mecanismos independentes.

Em democracias saudáveis, a regulação da internet deve buscar: (i) Proteger a liberdade de expressão: A regulação não pode ser usada para restringir o debate político legítimo ou suprimir críticas ao governo; (ii) Garantir a transparência na aplicação da lei: As decisões sobre bloqueios de conteúdo ou remoção de informações devem ser claras, públicas e sujeitas a revisão judicial; (iii) Promover a inclusão digital: As regulações não devem limitar o acesso de certos grupos à internet, especialmente em países com desigualdade de acesso à tecnologia.

5 ESTUDOS DE CASO: CHINA, BRASIL E UNIÃO EUROPEIA

5.1 CHINA

A China é um dos exemplos mais extremos de censura estatal na internet. Com uma combinação de bloqueios de sites, monitoramento de redes sociais e um sistema de crédito social que rastreia a atividade online dos cidadãos, o governo chinês exerce um controle total sobre o que pode ser acessado e discutido na internet.

5.2 BRASIL

No Brasil, a regulação da internet foi formalizada com o Marco Civil da Internet, que busca garantir a neutralidade da rede, a privacidade e a liberdade de expressão. No entanto, projetos de lei recentes, como o PL das Fake News, têm gerado preocupações sobre o possível uso indevido



de medidas de controle para censura de conteúdo online e perseguição política.

5.3 UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia tem buscado equilibrar a proteção dos direitos digitais com a regulação do ambiente online. O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) é um exemplo de como a Europa visa proteger a privacidade dos cidadãos, enquanto o Digital Services Act busca responsabilizar as plataformas digitais por conteúdo ilegal ou nocivo, mantendo a liberdade de expressão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a internet, ao mesmo tempo em que oferece um espaço democrático para o exercício de direitos fundamentais, também apresenta desafios significativos para a liberdade de expressão, acesso à informação, direito de imagem e à privacidade, especialmente em regimes autoritários e democracias em crise.

A regulação estatal da internet pode, em muitos casos, desvirtuar-se em mecanismos de censura e controle social, afetando profundamente a dinâmica democrática e os direitos de personalidade.

A tensão entre o controle estatal e a liberdade digital permanece um dos maiores desafios para os governos no século XXI. Embora a regulação seja necessária para combater crimes digitais, desinformação e discurso de ódio, ela deve ser implementada com cautela, garantindo que os direitos fundamentais sejam respeitados. O equilíbrio entre segurança e liberdade é crucial para preservar a natureza democrática do ambiente digital.

Ao analisar diferentes contextos geopolíticos, fica claro que há uma diversidade de abordagens para a regulação da internet. Enquanto alguns países, como a China, optam por um controle rígido, outros, como os membros da União Europeia, buscam um modelo mais equilibrado, que proteja tanto os direitos digitais quanto a segurança cibernética. No caso do Brasil, o desafio está em evitar que a regulação seja usada como ferramenta de censura, comprometendo os princípios democráticos estabelecidos como exemplo, na Lei n. 12.965/2014 conhecida como o Marco Civil da Internet ou na Lei n. 13.709/2018, intitulada como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Em conclusão, é necessário que os avanços tecnológicos sejam acompanhados por políticas que promovam a justiça e a equidade, sem abrir espaço para abusos de poder.

A revolução digital deve caminhar em compasso com os valores democráticos, assegurando que as regulações protejam a sociedade de conteúdos nocivos, sem comprometer a liberdade de expressão e o acesso

à informação de cada pessoa, ou seja, sem que se viole direitos inerentes ao ser humano e consequentemente, aos pilares essenciais para o Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto. **A mídia e o poder: política e controle da informação**. São Paulo: Hedra, 2016.

ARAÚJO, G. Álvares de. **Republic and Constitution: a study about the republican principle, basis of the Democratic Rule of Law**. Research, Society and Development, *[S. l.]*, v. 9, n. 3, p. e96932553, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i3.2553. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2553. Acesso em: 3 out. 2024.

ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. 1d. São Paulo: PC Editora Ltda, 1998.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Democracia e liberdade de expressão: o direito à informação na Constituição Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**, 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

BARROSO, Luís Roberto**. Liberdade de expressão e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de set. 2024.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de abril de 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 20 de set. 2024.

ÇAKMUR, Seda**. Media Control and the Role of the Internet in Turkey: The 2013 Gezi Park Protests**. Journal of Global Media Studies, v. 2, n. 1, 2014.

CICCO, Cláudio de. **Considerações sobre o institucionalismo de Maurice Hauriou: bases filosóficas e verificação histórica**. Revista Quaestio Iuris, v. 13, n. 02, 2020. DOI: 10.12957/rqi.2020.43989. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/43989. Acesso em: 20 set. 2024.

CRUZ JUNIOR, Gilson. **"Ver o que temos diante do nariz exige uma luta constante"***: a pós-verdade como desafio à educação na era digital*. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 23, n. 1, 2021. DOI: 10.20396/etd.v23i1.8656236. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8656236. Acesso em: 3 out. 2024.

GUANCHE, Julio César. **Censorship and Democracy in South America**. New York: Routledge, 2020.

LONGHI, João Victor Rozatti. **Responsabilidade civil e redes sociais**: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 21 set. 2024.

PARISER, Eli. **O filtro invisível. O que a Internet está escondendo de você**. Trad. Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POPPER, Karl**. A Sociedade Aberta e Seus Inimigos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.

RESENDE, Pedro Henrique Ramos de. **Regulação da Internet: liberdade, censura e poder**. Curitiba: Juruá Editora, 2018.

RIBEIRO, Rafael Prandini; ALMEIDA, Aline K. F. **Fake News e a Influência nas Eleições de 2018**. Observatório da Comunicação, v. 1, n. 1, 2020.

SARMENTO, Daniel. **O controle judicial da liberdade de expressão: censura e meios de comunicação**. São Paulo: Editora Malheiros, 2014.

SILVA, José Afonso da. **A censura à liberdade de expressão**. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.



TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest**. New Haven: Yale University Press, 2017.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ E DESAFIOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT9: TECNOLOGIAS E DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luiz Fernando Arrigo[1], Rafael Miranda Santos[2], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[3]

[1] Estudante do Curso de Direito, Unicesumar, Maringá/PR. Policial Militar na PM/PR.
[2] Mestrando em Direito pela Universidade Cesumar; Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Defensor Público do Estado do Paraná com atribuição na 1ª Defensoria Pública de Substituição da 3ª Regional (Comarca de Maringá-PR).
[3] Orientador, Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); MBA em Business Law e Gestão (FGV)(2018/2020); Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino (IPE/OAB); Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Editor-Chefe da Revista Jurídica do Mestrado da Unicesumar.

RESUMO

O emprego de tecnologia e inteligência artificial (IA) na investigação criminal e segurança pública aparenta ser uma tendência contemporânea. Propõe-se o seguinte problema de pesquisa: quais são as principais inovações tecnológicas e ferramentas de IA utilizadas em investigação criminal e segurança pública no Estado do Paraná e de que modo elas vulneram direitos da personalidade? Parte-se da hipótese inicial de que existem tecnologias sendo utilizadas para esse fim e que a contribuição pode ser significativa em termos de eficiência do trabalho policial, produzindo, contudo, desafios para tutela dos direitos da personalidade. Por objetivo geral elencou-se analisar quais as tecnologias existentes para investigação criminal, as normas e discussões a respeito. Os objetivos específicos se refletem nas seções do texto. O primeiro é conceituar tecnologia e IA, bem como apresentar as principais ferramentas utilizadas no Brasil na área da segurança pública e investigação criminal, com ênfase para o Estado do Paraná. O segundo é analisar os movimentos legislativos no âmbito internacional e nacional a respeito do uso de IA com foco na seara criminal e direitos da personalidade. A pesquisa tem objetivo exploratório e foi empregado o método de abordagem dedutivo, com técnica bibliográfica. Como resultado, verificou-se a existência de inovações tecnológicas e de IA para segurança pública e investigação criminal, principalmente sobre reconhecimento facial e foi apurado que o Poder Legislativo está analisando a normatização do uso de IA na investigação criminal, considerando a necessidade de respeito aos direitos humanos, fundamentais e da personalidade das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: reconhecimento facial; investigação criminal; tecnologia; regulação; direitos da personalidade.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o uso de tecnologias é essencial em todas as áreas do conhecimento, operando amplas transformações no modo de trabalhar, viver e se comunicar, contexto que vem sendo referenciado como a Quarta Revolução Industrial (Schwab, 2016). A evolução tecnológica corrobora com importantes inovações no âmbito do poder público, notadamente na área da Segurança Pública, pois existem ferramentas que podem auxiliar na prevenção de crimes, por exemplo a alocação de policiamento em área considerada de risco mais acentuado em determinado período, bem como a investigação criminal, a análise de vestígios do crime e a identificação de suspeitos.

O artigo tem por tema o estudo sobre o emprego da tecnologia e, em especial, a inteligência artificial (IA), na segurança pública e na investigação criminal, em contraste com a necessidade de proteção dos direitos da personalidade das pessoas investigadas. O problema que motivou a pesquisa é o seguinte: quais são as principais inovações tecnológicas e de IA utilizadas na segurança pública e na investigação criminal no Estado do Paraná? De que modo tornam os direitos da personalidade vulneráveis?

Parte-se da hipótese inicial de que existem tecnologias sendo utilizadas e que a contribuição pode ser significativa em termos de eficiência da atividade policial, mas, é necessário ter atenção quanto aos aspectos sensíveis da regulação frente aos direitos fundamentais e da personalidade dos cidadãos. Cabe, porém, identificar quais são as tecnologias, suas formas de utilização e refletir se estão em conformidade com os preceitos de Direito Internacional e Direito Constitucional.

Diante disso, a pesquisa possui como objetivo geral apresentar um panorama das principais inovações tecnológicas e da IA existentes na investigação criminal, bem como informar quais estão sendo utilizadas nos órgãos de Segurança Pública no Paraná. Além disso, objetiva-se estudar a importância de sua utilização, analisar alguns dos resultados obtidos na atividade policial e debater os problemas éticos relacionados.

Os objetivos específicos, que se refletem nas seções do artigo, são os seguintes: (i) em um primeiro momento, serão delineados os conceitos de tecnologia e IA, além de apresentados alguns exemplos utilizados no Brasil e, especificamente no Paraná; (ii) na sequência, serão abordados os aspectos legislativos referentes à regulamentação do uso da IA na investigação criminal, com análise das normativas internacionais e nacionais a respeito do tema. Em relação a esse aspecto, também será feita uma reflexão sobre a necessidade de regulação apropriada para o uso adequado destas importantes ferramentas, com respeito aos direitos essenciais do indivíduo.

O método de abordagem da pesquisa será o dedutivo. Segundo Bittar (2022), o método dedutivo busca construir uma proposição discursiva

concreta partindo de uma proposição abstrata ou geral. O texto é construído a partir de uma hipótese geral, a partir da qual se relaciona uma proposição específica sobre o tema. Quanto à técnica de investigação utilizada, o estudo adotou a pesquisa bibliográfica-documental, por meio da leitura de livros, artigos científicos, dissertações, teses, reportagens e a legislação existente a respeito do assunto tratado.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

2.1. TECNOLOGIAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) DISPONÍVEIS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA: BREVE LEVANTAMENTO REALIZADO COM ENFOQUE NO ESTADO DO PARANÁ

A investigação criminal ocorre após o cometimento do delito, quando as instituições de segurança pública dão início à busca de elementos que demonstrem a materialidade e a autoria do crime, conforme as regras estipuladas na Constituição Federal, no Código de Processo Penal e nos Tratados Internacionais. Além disso, os órgãos de segurança pública podem atuar na prevenção de crimes, antecipando a ocorrência dos fatos. Em ambos os cenários, as instituições responsáveis pela segurança e a investigação podem utilizar diversas ferramentas tecnológicas, entre elas, a IA.

Segundo Gabriel (2022), a IA é uma tecnologia que tem por característica um sistema artificial dotado de capacidade para processar informações e aprender, bem como a habilidade de se modificar, a fim de otimizar resultados na resolução de problemas. O conceito de tecnologia se diferencia de IA em uma relação de gênero e espécie. Compreende-se a tecnologia como gênero, sendo, nas palavras de Sarlet (2015), um “conjunto complexo de técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um domínio particular do conhecimento”.

A principal diferença entre os conceitos é que a tecnologia está relacionada a qualquer área do conhecimento, não sendo necessariamente, vinculada a programas computacionais, enquanto a IA está ligada a forma de otimização de processos por meios de tecnologia computacional. A IA pode facilitar a compreensão, a execução de tarefas e é acessível aos profissionais que utilizam, com potencial de trazer benefícios à sociedade e ao sistema de justiça (Alencar, 2022).

Diante disso, faz-se necessária a análise sobre a utilização das tecnologias e da IA na investigação criminal e na segurança pública, para compreender sua importância e estudar a necessidade do uso apropriado pelas instituições, a fim de que não violem direitos fundamentais e da personalidade das pessoas. A seguir, serão apresentadas algumas das importantes inovações, principalmente com uso da IA. Estes instrumentos foram levantados por meio de pesquisa bibliográfica-documental.

A primeira é o sistema *Mobile*, um aplicativo utilizado pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Com ele, os policiais militares recebem as ocorrências, fazem os atendimentos, bem como descrevem os boletins e, quando necessário, geram um termo circunstanciado de ocorrência. Este aplicativo, segundo Ferreira *et al*. (2020), é um instrumento que contribui para o aumento da eficiência na lavratura das ocorrências e um maior número de atendimentos. Além disso, a Polícia Militar, em tempo real, pode monitorar as ocorrências, bem como a Polícia Civil o utiliza como subsídio para investigações criminais (Ferreira *et.al*, 2020).

Foi identificado, ainda, o sistema *Camerite*[1], desenvolvido em parceria com a Microsoft. É um sistema privado de monitoramento de câmeras de segurança de cidades inteligentes, possuindo capacidade de leitura de placas de veículos, sendo possível a inserção de caracteres das placas, o que viabiliza a criação de uma lista (denominada de blacklist) com placas de características de motocicletas e automóveis furtados ou roubados. Assim, caso um veículo seja furtado ou roubado, basta inserir a placa no sistema, que ao passar em uma das câmeras vinculadas, será gerado um alerta para a central de monitoramento, bem como aos usuários que tiverem acesso. Este sistema já está sendo utilizado em diversas cidades do Paraná (Camerite, 2020) com convênios entre Prefeitura, Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar (Leonardo; Giuliano, 2021).

Uma das mais polêmicas tecnologias com potencial para auxiliar na elucidação de crimes é a de reconhecimento facial. Segundo Souza *et. al.* (2023), é uma tecnologia que cria uma impressão facial por meio de mapeamento e armazenamento de traços faciais de uma pessoa. Após isso, compara uma imagem com uma impressão que está armazenada em um banco de dados, ou seja, instantaneamente é possível analisar a face do indivíduo e compara com imagens previamente cadastradas em um banco de dados.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo (2024), existem cerca de 225 projetos em andamento para a utilização de Reconhecimento Facial no Brasil. Um exemplo disso é o uso pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, a qual já foi responsável pela captura de cerca de mil indivíduos procurados no Estado (SESP Bahia, 2023). A utilização de reconhecimento facial é tema de discussões em todo o mundo, pois

[1] Dentro do Camerite existem mais dois sistemas, sendo eles o Hórus e o Cortex. O primeiro, trata-se de uma IA capaz de identificar rotas de veículos, para isso, basta inserir as características do veículo, como marca e a cor, bem como os possíveis horários. Após isso, o sistema buscará nos dados salvos as imagens referentes aos caracteres da busca e, em seguida, mostrará por quais câmeras o mesmo passou, apresentando uma possível rota do veículo. O segundo possibilita buscar endereços, fazer a análise de câmeras próximas ao endereço desejado, bem como o reconhecimento da área pelo recurso do *Google Street View* (Camerite, 2020).

pode causar prejuízos e discriminação a grupos minoritários, como será abaixo abordado.

No âmbito do Estado do Paraná, em 2018, a Diretoria de Desenvolvimento, Tecnologia e Qualidade da Polícia Militar do Paraná (PMPR) criou o projeto OLHO VIVO - PMPR. Este projeto possibilita a identificação de diversos veículos produto de furto e roubo. Possui processamento e reconhecimento óptico OCR (*Optical Character Recognition*) para a leitura e o reconhecimento de placas de veículos. O sistema é composto por câmeras espalhadas pelas cidades, as quais, por meio do OCR, capturam as imagens constantes nas placas veiculares e comparam com um banco de dados de placas registradas. Em caso de compatibilidade com algum veículo com alerta de furto ou roubo, o sistema emite um alerta à central de monitoramento/operador de segurança da PMPR (Schwambach, 2024). Nesse sistema, a IA possibilita diferenciar e reconhecer placas em diversos contextos e contribuir para encontrar veículos com indicativo de furto ou roubo. Segundo Schwambach (2024) o sistema poderá ajudar no cumprimento de mandados de prisão ou busca de indivíduos procurados ou foragidos em parceria com a polícia civil a fim de substanciar investigações.

Há também o Programa Alerta Brasil, sistema de Leitura Automática de Placas utilizado principalmente pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) que se encontra em aprimoramento para que a IA desenvolva maior capacidade de leitura de imagens e cruzamento de dados referentes aos veículos que circulam no país (Maurer; Lock, 2023). É utilizado no Paraná por meio de parceria com a PRF, mediante monitoramento de veículos em rodovias, ruas e avenidas, contribuindo para o serviço de inteligência na repressão de crimes de tráfico de drogas, furto e roubo de veículos, descaminho e contrabando no Estado (Maurer; Lock, 2023).

Uma importante inovação na PMPR foi a criação do Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências - *SADE mobile*, por meio de um aplicativo para uso no celular institucional, por meio do qual são recebidos os despachos de ocorrência gerados pela Central de Atendimento, conforme a área de atuação, por meio da vinculação da viatura utilizada.

No aplicativo, além de receber as ocorrências, os militares realizam a confecção do boletim de ocorrência e infrações de trânsito, a busca de informações de veículos e pessoas, a lavratura dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) e, em caso de necessidade de apoio, isso facilita a identificação do local da ocorrência. O Sistema foi iniciado no ano de 2021 e está sendo implementado em todo Estado do Paraná (Santos, 2023).

Essas informações geradas no sistema SADE são capturadas pelo sistema CAPEGEO (Centro de Análise, Planejamento e Estatística – Geoespacial), o qual faz uma análise estatística para o emprego do efetivo policial, bem como contribui para o atendimento preciso de ocorrências e a

geração de relatórios de dados estatísticos (CAPE – SESP PR, 2024). De acordo com Silva (2020), o sistema CAPEGEO opera analisando informações contidas em boletins de ocorrências, gerando um mapa de ocorrências com camadas, as quais apresentam, conforme a região escolhida, os locais com maior incidência de determinados crimes.

Portanto, nota-se a utilização de tecnologia na prevenção e repressão de crimes no Estado do Paraná. Ressalta-se que não há possibilidade de esgotar neste trabalho todas as tecnologias e os modelos de IA que estão em funcionamento ou em fase de projeto, uma vez que a grande maioria deles são relacionados a empresas privadas e devido à extensão territorial do país e à restrição das informações, por se tratarem de dados sensíveis à segurança.

No entanto, o objetivo foi apenas apresentar um panorama para contextualizar o leitor sobre a potencialidade do uso dessas ferramentas para a segurança pública. Todavia, tais tecnologias disponíveis ou em fase de projeto devem estar em consonância com os preceitos fundamentais dos tratados internacionais de direitos humanos, da Constituição Federal e das leis Infraconstitucionais, como demonstraremos a seguir.

2.2. NORMAS RELATIVAS À UTILIZAÇÃO DE IA PARA A PREVENÇÃO E A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES: DESAFIOS A PARTIR DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS CIDADÃOS

Embora as inovações tecnológicas e de IA tenham potencial para contribuir com a prevenção e a investigação de crimes, deve-se pensar a respeito dos limites legais para a devida utilização. A construção das ferramentas e seu uso devem estar em conformidade com os preceitos constitucionais, como o devido processo legal, a vedação das provas ilícitas, os direitos fundamentais e da personalidade, como a privacidade e o respeito aos dados pessoais.

No âmbito internacional, especificamente na Europa, nota-se a preocupação por parte dos governantes com a adequada utilização dos meios tecnológicos nessa seara. A União Europeia, em reunião no Parlamento Europeu, aprovou a Resolução n° 405 de 06 de outubro de 2021, por meio da qual é possível notar a necessidade de proteção, principalmente, no que tange aos direitos fundamentais, como prescreve a parte final do item 2 da Resolução. Observa-se, também, no item 9 da normativa a clara atenção à discriminação que pode ser causada por meio do uso inadequado do reconhecimento facial e, no item 24, o receio diante de eventual policiamento preditivo (UE, 2021).

Segundo Lopes Júnior (2023), o reconhecimento facial pode ampliar a discriminação porque as máquinas também podem errar e sãos contaminadas pelas pessoas que definem os parâmetros para pesquisa e a identificação, sendo um instrumento perigoso. Para Reis (2022), as

distorções nos algoritmos de sistema de reconhecimento facial utilizados por órgãos de policiamento e segurança pública existem desde a criação e estão estritamente vinculadas aos preconceitos dos indivíduos que as desenvolvem.

Nesse sentido, Corazza e Ávila (2022) ressaltam que os vieses algorítmicos constantes nas IA são criados quando realizados por seres humanos “enviesados”. Assim, o comportamento das tecnologias apresenta os “valores humanos implícitos” na elaboração da programação. Outro ponto é que obter grandes volumes de dados e inseri-los nos sistemas de IA não garante melhores decisões, uma vez que é necessário assegurar a qualidade dos dados colhidos. Desse modo, focar na qualidade dos dados pode evitar que as maquinas desempenhem funções com vieses discriminatórios (Ávila; Corazza, 2022).

Sobre o policiamento preditivo, temos que é uma forma de prever os delitos a partir da análise de dados passados, ou seja, por meio de técnicas matemáticas e analíticas seria possível descobrir potenciais atividades delituosas (Moraes, 2022). Um exemplo dessa ferramenta, em evolução, é o sistema CAPEGEO, citado no tópico acima, por meio do qual é possível, com base nas informações colhidas, prever potencias locais onde ocorre, ou há uma tendência a ocorrer, fatos delituosos.

Assim, é possível desenvolver a alocação de policiamento. Porém, Moraes (2022) salienta que para ocorrer o policiamento preditivo é necessária a utilização do princípio da precaução, do Direito Ambiental, a fim de analisar os riscos das ferramentas para que não causem dano, uma vez que as informações colhidas, em mãos erradas, podem ocasionar utilização para interesses diversos da política criminal, como, por exemplo, de dados para controle social ou consumo.

No que tange ao policiamento atuarial, Wermuth (2016) descreve que essas formas tecnológicas de controle, como, por exemplo, o banco de dados de perfis genéticos para a investigação criminal, causam um temor referente à construção de uma “cultura da vigilância”. Além disso, aduz que essa intromissão do Estado na vida e intimidade das pessoas provoca um “transbordamento do Estado de Polícia”, evidenciando que os direitos e as garantias fundamentais do cidadão estão em segundo plano em relação ao controle da criminalidade. Da mesma forma, Wermuth e Santos (2017) ressaltam que observando a política criminal atuarial, por meio das novas tecnologias de vigilância, obtém-se uma potencialização nas “possibilidades de censura” dos grupos vulneráveis.

Wermuth (2016) pontua, ainda, que isso é ilustrado pela arte no filme “*Minority Report”*, de Philip K. Dick (2002), no qual é apresentada uma sociedade sem crimes, uma vez que as tecnologias previam as infrações e os suspeitos eram detidos antes do acontecimento fático. Portanto, evidencia-se que, na apreciação de dados criminais, a utilização de IA pode trazer riscos de intensificação de preconceitos existentes no meio social,

uma vez que algoritmos preditivos ou usados para a identificação de suspeitos podem replicar vieses discriminatórios presentes nos dados (Bichara; Cascardo Junior; Perazzoni, 2024). Assim, a legislação deve buscar proteger e garantir os direitos e as garantias fundamentais dos indivíduos, bem como os algoritmos previamente testados a fim de verificar a existência de contaminação por vieses discriminatórios.

Diante disso e com base na Resolução n° 405, de 2021, recentemente, o Parlamento Europeu aprovou a primeira legislação a respeito do uso de IA para seus Estados membros, o Regulamento 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho. Essa legislação busca estabelecer regras para proteger grupos vulneráveis, evitar a categorização de pessoas e a manipulação cognitiva e identificação biométrica em tempo real e a distância, estabelecendo os níveis de riscos de uso da IA (UE, 2024).

Em relação ao uso de tecnologias de inteligência artificial para a investigação criminal, a legislação europeia, em seu art. 5°, proíbe os sistemas que visem à criação de bases de dados de reconhecimento facial por meio de captura de imagens faciais de televisão ou da internet. Nesse mesmo sentido, é proibida a identificação biométrica a distância, em tempo real e nos locais públicos, sendo permitida somente em caráter de exceção para os casos de busca específica de pessoas desaparecidas ou raptadas, contra o tráfico e a exploração sexual de seres humanos, a prevenção de ameaças (ataques terroristas), bem como a localização de pessoas procuradas ou suspeitas de infrações penais, a fim de realizar investigação criminal ou instauração de ação penal ou execução de sanção das infrações previstas no anexo II da respectiva lei, cuja pena máxima não seja inferior a 4 anos (UE, 2024).

Além da legislação trazer a possibilidade, em caráter de exceção, do uso de tecnologia de reconhecimento facial para a investigação criminal, ela apresenta os elementos que devem ser analisados, a fim de permitir sua utilização, sendo eles: a) observar a situação que origina a utilização, notando a gravidade, probabilidade e extensão dos danos causados ante a ausência da utilização da IA; b) as consequências que serão geradas aos direitos e às liberdades das pessoas após o uso do sistema. Outrossim, deve-se respeitar os limites temporais e geográficos para a utilização no sistema. Outra orientação importante é que o sistema só poderá ser utilizado caso as autoridades responsáveis tenham concluído uma avaliação de impacto acerca dos direitos fundamentais, bem como o sistema ser registrado na base de dados da UE. Porém, em casos de urgência justificados, a utilização do sistema pode ser feita sem o devido registro na base de dados de imediato (UE, 2024).

A nova lei, aprovada em maio de 2024, terá aplicação plena após 24 meses de sua entrada em vigor. Entretanto, em casos de riscos inaceitáveis (como os citados acima), haverá aplicação após 6 meses da

entrada em vigor (Guillot, 2024). Assim, evidencia-se que a resolução e legislação buscam salvaguardar os direitos da personalidade, bem como eximir a discriminação pela má utilização pelos órgãos de segurança pública de ferramentas como a de reconhecimento facial.

No Brasil, o tema começou a ser discutido pelos Projetos de Lei (PL) n° 21/2020 e n° 2.338/2023, os quais abrangem a utilização da IA em todas as áreas. Tais projetos ainda estão sob análise da Comissão Temporária Interna sobre IA no Brasil, presidida pelo Senador Carlos Viana e o Relator Senador Eduardo Gomes, contando atualmente 145 Emendas. O texto afirma o compromisso da legislação com os princípios de tratados internacionais, bem como com preceitos constitucionais do Brasil, destacando-se, entre eles, nos arts. 2 e 3° do PL os princípios do respeito aos "direitos humanos e aos valores democráticos, a igualdade, a não discriminação a privacidade, a proteção de dados e a autodeterminação informativa, justiça, transparência, devido processo legal, contestabilidade e contraditório" (Brasil, 2023).

Nota-se que a preocupação do legislador é garantir a proteção das pessoas, limitando e regrando o desenvolvimento e a aplicação da IA, a fim de não trazer prejuízos principalmente aos mais vulneráveis. Nesse sentido, Sobrinhos (2023) aduz que os projetos de lei visam o desenvolvimento e uso responsável da IA, a fim de garantir segurança, transparência, respeito à privacidade, bem como estimular a inovação. Assim, o país poderá usufruir dos benefícios da IA impulsionando o desenvolvimento de forma sustentável.

Ressalta-se, ainda, a importância de serem analisados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da privacidade e da não discriminação, na elaboração e na aplicação de políticas e regulamentos sobre uso de IA para evitar violações. Por fim, vale ponderar a necessidade de aprofundamento no debate, bem como a regulamentação em leis específicas ante a ausência de previsão constitucional brasileira sobre o tema (Sobrinhos, 2023).

No que se refere à investigação criminal, em relatório preliminar, os senadores apresentaram texto alternativo, sendo que no relatório constam restrições ao uso de identificação biométrica a distância, reservada apenas para casos com autorização judicial, busca de vítimas ou pessoas desaparecidas, flagrantes de crimes com pena de reclusão superior a 2 anos e recaptura de fugitivos (Castro, 2024). Verifica-se que assim como previsto da Resolução Europeia 2024/1689, recentemente aprovada, estuda-se no PL n° 2.338/2023, a previsão para que o sistema de reconhecimento biométrico seja em regra proibido, tendo por exceção o uso para a investigação criminal e a busca de fugitivos e desaparecidos, aplicando-se a crimes cuja pena máxima de reclusão seja superior a dois anos. Todavia, conforme art. 15 da Seção II, o uso dessas IA para fins de segurança pública só pode ocorrer após prévia regulamentação por Lei

Federal Específica e com autorização judicial dentro do processo penal individualizado, ou seja, deve existir lei específica regrando a forma que ocorrerá esse uso, bem como a necessidade de autorização judicial (Senado Federal – PL 2338/2023).

Observa-se que serão respeitados o princípio do devido processo legal e do controle judicial. Nesse sentido, os autores Morais da Rosa e Cani (2021) ressaltam a importância da regulamentação para o uso adequado das imagens audiovisuais colhidas por câmeras de reconhecimento facial e câmeras individuais nos uniformes de policiais, a fim de evitar a exposição desnecessária dos dados colhidos. Esta preocupação se dá já que a maioria dos dados é de situações não relacionadas a atos criminosos.

Além disso, em caso de atividade criminosa, deve-se usar as informações colhidas respeitando os princípios do processo penal. Vale mencionar o art. 17 do PL n° 2.338/2023, que trata como IA de alto risco aqueles modelos cuja finalidade seja a avaliação de risco de uma pessoa cometer ou reincidir em uma atividade criminosa ou para a análise de traços de personalidade/característica/comportamento de pessoas ou grupos criminosos.

Ressalta-se que o PL traz em seus art. 19 ao 26 inúmeras medidas de governança em relação ao tratamento de IA de alto risco, tais como: a gestão de dados visando a proteção contra vieses discriminatórios e a realização de testes, a fim de apurar os níveis de confiabilidade dos sistemas de IA. Além disso, inclui a realização de audiências públicas, a definição de protocolos de acesso, o direito à explicação e à revisão humana de decisões, a publicitação de acesso fácil e a avaliação de impacto de algoritmo de sistemas de IA (Senado Federal – PL n° 2338/2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia impulsiona a sociedade para grandes transformações e o Direito deve acompanhar tal evolução. As formas de atuação criminosas também se modificam diariamente, utilizando a tecnologia. É inevitável que o Estado passe a investir em inovação e em IA para a prevenção e a repressão de crimes. Verificou-se que o Estado do Paraná utiliza diversas tecnologias e está investindo em novos instrumentos. Diante disso, torna-se necessário observar atentamente os rumos da regulação para viabilizar o avanço tecnológico e, ao mesmo tempo, resguardar os direitos fundamentais e da personalidade das pessoas.

Os Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional, a exemplo da legislação europeia recém-aprovada, visam assegurar o uso responsável da IA, com respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos à imagem, à privacidade, a não discriminação, e à transparência.



Embora ainda não plenamente regulamentado o tema, observa-se que o Brasil caminha para a adequação normativa quanto ao uso das tecnologias contemporâneas.

Nota-se que o uso das tecnologias e da IA deve respeitar os procedimentos e princípios já aplicados no Brasil. O uso da tecnologia não pode ser feito sem uma profunda análise dos riscos e da adequada formação técnica para que os órgãos de segurança pública não cometam atos discriminatórios ou desrespeitem as normas de processo penal na obtenção de provas ou no contexto da realização de prisões. É preciso ter o cuidado para não causar injustiças, desrespeitar limites constitucionais e princípios do direito processual penal. Tais dados não devem ser utilizados como único meio de prova, sendo necessária uma análise e o confrontamento com outros meios para haver precisão na investigação e persecução penal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina de. **Inteligência Artificial, Ética e Direito**: Guia Prático para Entender o Novo Mundo. São Paulo: SRV, 2022.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; CORAZZA, Thais Aline Mazetto. Os vieses algorítmicos na função decisória dos sistemas de inteligência artificial. **Revista da AJURIS**, v. 49, n. 152, p. 181-210, 2022. Disponível em: https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/1230. Acesso em: 18 set. 2024.

BICHARA, Anderson de Andrade; CASCARDO JUNIOR, Agostinho Gomes; PERAZZONI, Franco. Racismo algorítmico, reforço de preconceitos e uso de IA: perspectivas e desafios para a investigação criminal digital. **Boletim IBCCRIM**, v. 32, n. 379, p. 23-26, 2024. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/1069. Acesso em: 18 set. 2024

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. São Paulo: SRV, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2338, de 2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20n%C2%B0%202338%2C%20de%202023&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20da%20Intelig%C3%AAncia%20Artificial.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20da%20Intelig%C3%AAncia%20Artificial.,-Local%3A%20Plen%C3%A1rio%20do. Acesso em: 21 ago. 2024.

CAMERITE Cortex identifica veículos e rotas de fuga de suspeitos com suporte de Inteligência Artificial Hórus. **Revista Nacional da Tecnologia e Informação (RNT)**, 12 jul. 2021. Disponível em: https://revistati.com.br/noticias/camerite-cortex-identifica-veiculos-e-rotas-de-fuga-de-suspeitos-com-suporte-de-inteligencia-artificial-horus#:~:text=Presente%20em%20cidades%20como%20Palotina,investigadores%20a%20descobrir%20e%20a. Acesso em: 23 jul. 2024.

CASTRO, Augusto. IA: relator apresenta proposta alinhada com regulamentos da Europa e dos EUA. **Agência Senado,** 24 abr. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/24/ia-relator-apresenta-proposta-alinhada-com-regulamentos-da-europa-e-dos-eua. Acesso em 14 maio 2024.

CASTRO, Juliana. Na caça a desmatadores, PF adota tecnologias para detectar madeira ilegal. **VEJA.** 2 maio 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/na-caca-a-desmatadores-pf-adota-tecnologias-para-detectar-madeira-ilegal. Acesso em: 10 maio 2024.

CONHEÇA a cidade Brasileira entre as mais monitoradas da América Latina. **Camerite**. 16 nov. 2020. Disponível em: https://blog.camerite.com/cidade-brasileira-mais-monitorada-da-america-latina/. Acesso em: 22 maio 2024.

FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Riscos e desafios da inteligência artificial a direitos humanos e fundamentais no contexto brasileiro atual. **Revista Jurídica Direito & Realidade**, v. 107, p. 107-124, 2023. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/article/view/3212. Acesso em: 28 ago. 2024.

FERREIRA, Carolina Cutrupi; CORRALES, Beatriz Rossi; COTE, Larissa Costa; TEIXEIRA, Mariana Toledo. A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile. **Revista Direito GV**, v. 16, n. 1, p. 1-36, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/rdgv/a/m4CQGqSCSpsyrjgbDCBP5sS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 maio 2024.

GABRIEL, Martha. **Inteligência artificial**: do zero ao metaverso. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

GONÇALVES, Paulo; EVANS, Fernando. Entenda tecnologia usada pela PF para identificar se ouro foi extraído ilegalmente de reservas indígenas. **G1 Campinas e Região / EPTV**, 30 mar. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/03/30/entenda-tecnologia-usada-pela-pf-para-identificar-se-ouro-foi-extraido-ilegalmente-de-reservas-indigenas.ghtml. Acesso em: 10 maio 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 21 maio 2024.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. São Paulo: SRV, 2023.

MAURER, Giovanni Bruel; LOCK, Luiza Lux. O Videomonitoramento como estratégia de combate ao crime organizado na tríplice fronteira do Estado do Paraná. **Revista (Re)Definições das Fronteiras**, v. 1, n. 3, p. 260-284, 2023. Disponível em: https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/view/14. Acesso em: 28 ago. 2024.

MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; COELHO, Alexandre Zavaglia P. **Direito, inovação e tecnologia**. São Paulo: SRV, 2015. v. 1.

MORAES, Felipe Oliveira de. **Policiamento preditivo e aspectos constitucionais**. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=59303@1. Acesso em: 18 set. 2024.

PARANÁ. **Secretária de Segurança Pública do Estado do Paraná**. Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE). 2024. Disponível em: https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE. Acesso em 23 jul. 2024.

REIS, Mariana Ramos Carlos de Campos. **O uso de reconhecimento facial para fins de vigilância pública**: análise do caso britânico à luz da criminologia crítica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/32036. Acesso em: 14 maio 2024.

ROSA, Alexandre Morais da; CANI, Luiz Eduardo. Investigação criminal 4.0: entre soluções e problemas. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/e55252. Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTANA, Marcia. Reconhecimento Facial chega a marca de 1.000 foragidos da Justiça localizados. **Secretaria da Segurança Pública da Bahia**, 16 ago. 2023. Disponível em: https://ssp.ba.gov.br/2023/08/16/reconhecimento-facial-chega-a-marca-de-1-000-foragidos-da-justica-localizados/. Acesso em: 15 maio 2024.

SANTOS, Thiago F. Mendes dos. A implantação do sistema de atendimento e despacho de emergências via *mobile* no 10º batalhão da Polícia Militar do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 11214-11241, 2023. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/58189/42417. Acesso em: 23 jul. 2024.

SCHWAMBACH, Ricardo. O emprego de inteligência artificial na Polícia Militar do Paraná com o uso de câmeras de leitura de placa veicular. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1940-1958, jan. 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/66654/47531. Acesso em: 28 ago. 2024.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Tradução: Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016

SOUZA, Felipe Faé Lavareda de; RIBEIRO, Fernanda de Alcântara Pires; VIGLIAR, José Marcelo M. **Inteligência artificial**: aspectos jurídicos. São Paulo: Grupo Almedina, 2023.

SPANHOL, Fernando J.; LUNARDI, Giovani M.; SOUZA, Márcio Vieira de. **Tecnologias de Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Blucher, 2016.

TECNOLOGIA em segurança para cidades inteligentes. **Camerite**, 2024. Disponível em: https://camerite.com/policia/cidades-inteligentes. Acesso em: 6 maio 2024.

TEIXEIRA, Pedro S. Reconhecimento facial na segurança pública e armas autônomas unem esquerda e direita no Senado. **Folha de São Paulo**, 15 maio 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/reconhecimento-facial-na-seguranca-publica-e-armas-autonomas-unem-esquerda-e-direita-no-senado.shtml. Acesso em: 17 maio 2024.

UNIÃO EUROPEIA (UE). Parlamento Europeu. **Lei da UE sobre IA**: primeira regulamentação de inteligência artificial. 2024. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/expert/2023/6/story/20230601STO93804/20230601STO93804_pt.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

UNIÃO EUROPEIA (UE). Parlamento Europeu. **P9_TA(2021)0405**. A inteligência artificial no direito penal e a sua utilização pelas autoridades policiais e judiciárias em casos penais. Resolução do Parlamento Europeu, de 6 de outubro de 2021, sobre a inteligência artificial no direito penal e a sua utilização pelas autoridades policiais e judiciárias em casos penais (2020/2016(INI)). 2021. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0405_PT.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

UNIÃO EUROPEIA (UE). Parlamento Europeu. **Regulamento (UE) 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de junho de 2024**. 2024. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj. Acesso em: 21 ago. 2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; SANTOS, André Leonardo Copetti. Direitos humanos, política criminal atuarial e a predição seletiva de "grupos de risco": rumo à *elysium* prometida? **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 9, p. 360-388, 2017. Disponível em: https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44790. Acesso em: 18 set. 2024.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Política criminal atuarial: contornos biopolíticos da exclusão penal. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 2043-2073, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/v3GpZVB6Z6bcx6xMyDDQ4kL/. Acesso em: 18 set. 2024.



LGPD E SEUS EFEITOS NO TRÁFEGO PAGO E NA PROPAGANDA DIRECIONADA

GT9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Tiago Coelho Pereira[1], Mayume Caires Moreira[2]

[1] Acadêmico, Unicesumar, Paraná, e-mail: tiagocoelhopereira@outlook.com.br.
[2] Orientadora. Mestre em Ciências Jurídicas pela UniCesumar. Docente do Curso de Direito da Universidade Cesumar – Unicesumar. E-mail: mayume.moreira@unicesumar.edu.br

RESUMO

O texto aqui desenvolvido objetiva a observação dos efeitos aplicáveis da LGPD nos novos métodos de *marketing* digital utilizados pelas empresas no geral que se valem das redes, dando um foco especial para os métodos da propaganda direcionada e para o tráfego pago, que são formas que se valem dos dados dos usuários através do uso de "*cookies*" para melhor indicar produtos e fixar um padrão de consumo desse internauta, que muitas vezes se veem tendo seus direitos violados enquanto navega as redes. Esse artigo dará enfoque maior nas formas de obtenção das informações dos consumidores e em vazamentos de dados que possam legitimar a aplicação da LGPD em sua forma sancionatória e inibitória, utilizando da metodologia de revisão bibliográfica de textos e Leis vigentes para de forma comparativa perceber a infração a privacidade dos usuários, descrevendo no fim as formas pelas quais as empresas, se valendo de dados vazados, atualmente criaram um mercado de vendas desses, aperfeiçoando ainda mais as técnicas indicadas acima que se encontram na margem entre o licito e o ilícito.

Palavras-chave: Direito Digital. Internet. Marketing Digital.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a análise dos novos métodos de *marketing* digital sobre a ótica das proteções apresentadas pela legislação de proteção dos dados (LGPD), buscando de forma incisiva analisar a legitimidade e a legalidade dos usos de dados durante o processo de geração dos novos meios de propagação de publicidades, tendo o enfoque principal na privacidade como direito da personalidade.

Dentro desses novos métodos focaremos mais especificadamente na propaganda direcionada e no trafego pago, que são duas das maiores áreas de atuação dos profissionais de marketing digital.

Isso por que, quando falamos dessas duas formas publicitárias, vemos que elas de maneiras opostas se utilizam de dados dos

1

2

consumidores usuários da internet para propulsionar de forma mais eficaz os seus clientes pagantes.

O problema vem da forma de aquisição dessas informações, sendo percebido que essas muitas vezes são feitas por métodos ilegais através de um mercado obscuro de vendas de dados, aonde sites que possuem em seus servidores as informações pessoais e as preferências das pessoas se valem dessas para aumentar o seu lucro de forma ilícita.

E então novamente entramos em uma discussão sobre como essas práticas se conectam diretamente com as proteções conferidas pelos mais diversos diplomas legais que circundam a internet, em especial a legislação mais focada na proteção de dados, a LGPD.

Assim, o trabalho focará na metodologia de revisão bibliográfica da literatura com objetivo de , visualizar como a legislação incide sobre esses métodos de publicidade, analisando quais atividades se demonstram ilícitas dentro da propaganda direcionada e do tráfego pago, visualizando para tal, como o mercado e as empresas que são envolvidas com esse tipo de serviço efetuam a busca de informações e como essa pode ser feita com viés de lesar a privacidade do consumidor.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

As discussões levantadas serão centradas em torno das definições legais de formas importantes de consentimento e de tratamento referente ao uso de dados pessoais. Levando-se sempre em consideração que esses devem respeitar primariamente a LGPD como forma de proteção à privacidade dos usuários das redes, até por que como muito bem pontuado por Francisco Amaral (2009):

> O direito da informática enfrenta a questão da disciplina jurídica do uso do computador, com a necessidade de tutelar aspectos de personalidade humana, como a privacidade, a imagem, a dignidade e a honra das pessoas. Todos esses campos interagem com o direito civil na solução dos problemas relacionados com o dano à pessoa, tendo como critério decisivo o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa e dos direitos da personalidade (2009)

Dito isso vemos que o foco principal é perceber como está sendo tratada a proteção da privacidade como um direito da personalidade, que como muito vem pontuados em nosso código civil (2002), perfazem uma série de proteções a pessoa humana cidadã. Sendo assim vemos que o direito à privacidade deriva diretamente do direito à imagem, tendo ele se tornado um dos mais importantes fundamentos da personalidade humana

nos últimos tempo em razão da ascensão da tecnologia e a evolução do direito moderno.

Essa evolução do direito à privacidade foi formada por inúmeros estudos acerca do direito a personalidade, aonde os doutrinadores, percebendo a dispersão do direito a imagem, viram ser necessária a aplicação de novas proteções à pessoa humana e sua personalidade. Sendo de entendimento do autor Moreira Alves (1998) que o mero direito a imagem não satisfaz o interesse dos cidadãos, sendo necessário a estipulação dos direitos à privacidade e a vida intima.

Dessa forma, devemos levar em conta que o marketing deve não apenas respeitar a moral imposta pela sociedade, como também deve buscar formas de priorizar a privacidade do ser humano como o foco, não sendo ele invasivo ou feito de formas a ferir os direitos de quem está visualizando o anuncio, visando melhores métodos para colocar os seus produtos nos mercados (Oliveira, 2007), tendo essas proteções sido positivadas em um primeiro momento pelo Código de Defesa do Consumidor(1990).

Além disso, temos de levar em conta também o quanto o marketing digital influência nas escolhas pessoais quanto ao consumo de produtos. Levantando sempre o conceito apresentado por jornalistas e especialistas em marketing que apresentam os respectivos padrões para se efetuar publicidade no meio digital, determinando inicialmente que esse meio é a melhor forma de correlacionar os canis de comunicação de forma multifuncional e interdisciplinar, gerando um acesso mais produto das empresas aos seus consumidores alvo.

Para uma melhor conexão entre os tópicos, devemos ponderar também as relações entre as proteções conferidas pela LGPD e àquelas apresentadas pelo CDC, uma vez que estas se comunicam profundamente, tendo o doutrinador Luiz Carlos Buchain (2021), descrito que o diálogo das fontes entre o CDC e a LGP foi uma das partes essenciais quanto a criação da lei, sendo ela definida como “Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.” por seu art. 1º.

Dessa forma, ao ver que ambas as leis possuem o condão de proteção à parte hipossuficiente na relação de poder estabelecida nos âmbitos em que elas são aplicadas, vemos que ambas se voltam a um mesmo objetivo, se demonstrado como a via de proteção daquele que tem seu direito infringido.

Assim, a maior questão a ser levantada quanto ao tema apresentado por esse trabalho é: Como essas novas formas de marketing digital podem estar infringidos a lei que confere proteção aos dados dos usuários? E a resposta é simples: a obtenção de informações pessoais através de venda

ilícita de dados pessoais sigilosos para criar um perfil de consumo para potencializar de forma artificial o efeito do marketing digital.

Vemos então que essas empresas acabam por tomar para si dados que são considerados privados de forma ilícita, ferindo assim um dos direito fundamentais mais importantes da nossa constituição, a privacidade, que foi positivada através do inciso X, do art. 5º, da CF, que em seu texto determina: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”.

Ao ferir a privacidade e impor sobre as partes, anúncios os quais acabam por coagir a pessoa a comprar produtos que foram classificados de forma direta a parte, as empresas de publicidade acabam por prejudicar também a liberdade do consumidor, que em seu sentido mais específico é um dos direitos mais importantes em uma sociedade democrática.

Como definido por De Plácido e Silva em seu vocabulário jurídico a liberdade é: “faculdade ou o poder outorgado à pessoa para que possa agir segundo sua própria determinação, respeitadas, no entanto, as regras legais instituídas. A liberdade, pois, exprime a faculdade de se fazer ou não fazer o que se quer, de pensar como se entende, de ir e vir a qualquer atividade, tudo conforme a livre determinação da pessoa, quando haja regra proibitiva para a prática do ato ou não se institua princípio restritivo ao exercício da atividade”, assim a privacidade ao ser embarcada por esse conceito maior acaba sendo conexa ao pilar social de uma república como o Brasil, não podendo o princípio da liberdade de propaganda se sobressair sobre esses.

Segundo Peter Drucker, consultor administrativo, professor, jornalista e escritor austríaco (1992, p. 36), “[...] pode-se presumir que sempre haverá alguma necessidade de vender. Mas a meta de marketing é tornar a venda supérflua, é conhecer e entender tão bem o consumidor que o produto ou o serviço se adapte a ele e se venda sozinho”. Dito isso a ilegalidade não está em apresentar anúncios personalizados ou até mesmo em criar um perfil de consumo, mas sim está nas formas ilícitas que as empresas se valem para chegar a esse destino.

O Consumo não é algo que deve ser restrito ou proibido de forma alguma, muito pelo contrário ele deve ser regularizado e alavancado pela nossa sociedade como um todo, no entanto, o acesso que as empresas tem a nossa informação deve ser restrito o máximo possível, pois como já estamos vendo na sociedade atual, informação e poder, e muitas vezes as empresas que estão em posse desse poder podem gerar monopólios que desequilibram o sistema econômico como um todo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita toda essa exposição, verifica-se que é necessário haver uma regulamentação maior quanto a posse de dados sensíveis e pessoais, fazendo necessário a fiscalização das *big techs* que se valem de termos de privacidade vagos ou ocultos para tomar posse e eventualmente vender informações que forma confiadas a ela em razão das suas atividades principais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 16 de out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, DF: Presidência da República [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 17 de out 2024

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília, DF: Presidência da República [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em 17 de out 2024

BUCHAIN, Luiz Carlos. **A Lei geral de proteção de dados: noções gerais**. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 10, n. 97, p. 51-66, mar. 2021. Acessado em: 13/10/2024

DRUCKER, Peter. **A Nova Era da Administração**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FRANÇA, R. Limongi. **Direitos da Personalidade**: coordenadas fundamentais. In: MENDES, Gilmar Ferreira; STOCO, Rui. Pessoa e domicílio. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Forense, 15 ed. p.490.

AMARAL, Francisco. **O dano à pessoa no direito civil brasileiro**. In: CAMPOS, Diogo Leite de. Pessoa humana e direito. Coimbra: Almedina, 2009, p. 119-156, p. 126.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **A parte geral do projeto do código civil brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 1986.

DE OLIVEIRA, Sérgio Luis Ignácio. **Desmistificando o marketing**. São Paulo: Novatec Editora, 2007.



O CORPO ELETRÔNICO COMO UM DIREITO DA PERSONALIDADE

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luís Fernando Centurião[1], Marcelo Negri Soares[2].

[1] Doutorando em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Maringá – UniCesumar; Bolsista da CAPES/Fundação Araucária; Mestre em Direito Processual e Cidadania pela Universidade Paranaense – UNIPAR; Professor da Graduação na Faculdades Maringá.
[2] Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP; Pós-Doutorado pela Universidade de Coimbra (PT); Pós-Doutorado pela Universidade Nove de Julho – São Paulo; Professor Titular-Visitante na Universidade de Coventry, Inglaterra (Reino Unido); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas UniCesumar; Pesquisador FAPESP, ICETI, NEXT SETI.

RESUMO

No presente trabalho pretende-se evidenciar a carência de tutela frente aos direitos da personalidade da pessoa humana perante a sociedade da informação, com enfoque especial ao denominado de corpo eletrônico, que é composto pelos dados coletados de sua navegação junto à internet. Para tanto realizar-se-á um debate de fontes do direito que consubstanciarão a necessidade de proteção deste corpo eletrônico, já que este pode ser tido como uma extensão da personalidade humana em todas as suas esferas, inclusive a de consumidor. Para alcançar o objetivo proposto promoveu-se uma pesquisa doutrinária, que serviu para demonstrar a evolução do conceito de personalidade humana, que se ampliou no decorrer dos tempos, alcançando a proteção constitucional ao direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, consagrado pela Emenda Constitucional 115 de 2022 que inseriu o inciso LXXIX no art. 5º da Carta Constitucional. Ultimando o presente, com vista a necessidade de proteção do consumidor em suas relações digitais, qual seja, o corpo eletrônico do consumidor, como uma extensão de sua personalidade humana.

Palavras-chave: Corpo eletrônico; Dados pessoais; Direitos da Personalidade; Direito do Consumidor; Relação de Consumo.

1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente vivemos em uma sociedade que entendemos ser globalizada e conectada via internet, o que nos dá a impressão de sermos capazes de muito, quando na verdade deixamos de observar os riscos que lançamos sobre direitos fundamentais que foram consagrados com muita luta, como alertou Marshall McLuhan (2007, p. 84), riscos estes muitas vezes desapercebidos, uma vez, que na maioria dos casos, a tutela jurisdicional não está apta para dar a resposta a sociedade na mesma velocidade que surgem os riscos de violações, o que nos lança em um mar de insegurança invisível.

Exemplo disso é o alertado por Adalberto Pasqualotto (1997, p. 16) que já na década de 1990 apontava para a economia como um subsistema que se beneficiava sobremaneira pelo ambiente virtual, sendo capaz de

lançar ameaças aos direitos de forma veloz, valendo-se da morosidade do Direito, que apresenta resolução a problemas em velocidade distinta das afrontas que muitas vezes esse subsistema impõe ao cotidiano.

Diante disso, pretende-se abordar a Sociedade da Informação, para tanto, faz-se necessário analisar o reconhecimento crescente dos direitos da personalidade inerentes a pessoa humana, que é consagrado já no art. 1º, II da Constituição Federal de 1988, tanto que Fernanda Borghetti Cantali (2009, p.21) demonstra a consagração deste princípio trouxe a obrigatoriedade de se repensar o Direito Civil, já que a Carta Constitucional de 1988, trouxe os direitos da personalidade no ordenamento jurídico, já que a máxima proteção a estes princípios se dá pela proteção dada a pessoa.

A preservação destes direitos no ambiente virtual teve reflexo legislativo com a Emenda Constitucional nº 115 de fevereiro de 2022, onde criou-se o inciso LXXIX[1] no art. 5º da Constituição Federal, que dá especial atenção a necessidade de se garantir à proteção dos dados pessoais no ambiente virtual.

O que nos leva a ideia proposta por Stefano Rodotà (2008, p. 7) que nos traz a análise do chamado “corpo eletrônico”, pois para o autor, atualmente somos, basicamente:

> [...] nossas informações, pois elas que nos definem, nos classificam, nos etiquetam, portanto, ter como controlar a circulação das informações e saber quem as usa significa adquirir, concretamente, um poder sobre si mesmo.

Diante deste panorama surge a inquietação que aborda-se no presente: há tutela do chamado “corpo eletrônico” quando analisado como um direito da personalidade?

Baseando-se neste contexto o presente contextualiza que a pessoa, em sua acepção jurídica, encontra-se inclusa na Sociedade da Informação. Sendo necessária tal incursão para demonstrar a exata noção de “corpo eletrônico”, destacando-se a constante metamorfose dos direitos da personalidade da pessoa humana, que está imersa no ambiente virtual, em especial nas redes sociais, que servem com propulsoras do consumo, o que nos mostrará a possível interpretação de existência do que pode ser tido como um corpo eletrônico do consumidor, acolhendo-se como um verdadeiro direito básico nas dinâmicas relações de consumeristas em uma Sociedade da Informação.

Assim, demonstrar-se-á que se amplificou com o uso da internet os riscos de lesão à pessoa, não sendo mais crível a aceitação da máxima de que a pessoa necessite de proteção de seus direitos da personalidade

[1] CF/88, Art. 5º, LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.



apenas no ambiente de seu cotidiano real, o que por si, lança a necessidade de novas práticas do Direito para garantir-se o mínimo de segurança ao internauta consumidor.

Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo, onde se investigará a ideia de pessoa, evidenciando os impactos que o mundo informático impõe ao Direito, com enfoque especial, aos direitos da personalidade do consumidor. Sendo apresentado, ainda, uma análise doutrinária acerca do tema, ao final pretende-se expor uma compreensão atual e assertiva acerca do tema em debate, concomitantemente se dará uma exposição acerca da necessidade de atenção aos direitos da personalidade do consumidor, protegendo-se seu corpo eletrônico.

2 A PESSOA NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento do meio virtual faz crescer a tendência de pessoas que possuem duas espécies de vida, uma vida no mundo real e uma vida no mundo virtual, onde na primeira estão inseridos o convívio pessoal e social, seus bens, sua família, ou seja, sua vida concreta de contato direto com o mundo físico, e uma virtual, onde se encontram as redes sociais, os e-mails, as preferências por programas de streaming, o convívio em uma sociedade virtual, muitas vezes paralela ao contexto real do indivíduo. Para Stefano Rodotà (2014, p. 294) tal situação gerou uma mudança no modo de construir a personalidade da pessoa.

Rodotà (2014, p. 289), alerta que a existência do ser real pode chegar a ser secundária, dando lugar ao ser virtual, o que demonstra a nova dimensão do ser humano, o que impõe a necessidade de tutela jurídica diversa das aplicáveis ao mundo real, sendo necessário um elastecimento dos direitos fundamentais da pessoa, para que se alcance a proteção do indivíduo no mundo virtual.

Contudo, vale destacar que não se pretende lançar diferenciação entre o mundo físico e o mundo virtual, uma vez que este não substitui aquele, como alerta Pierre Lévy (2010, p. 131), “em geral, é um erro pensar as relações entre antigos e novos dispositivos de comunicação em termos de substituição”.

Assim, pretende-se investigar a atuação do mundo virtual na reconfiguração da ordem hermenêutica das relações jurídicas já postas, não excluindo o já posto, uma vez que o “certo” na vida real seguirá sendo “certo” no mundo virtual, da mesma forma que o “errado” será “errado” nos dois mundos. Como o considerado por Danilo Doneda (2006, p. 200), que aponta que o impacto das tecnologias ser tão intenso nas várias instâncias da vida das pessoas, que tentar cindir o virtual do real, tornou-se impossível ou irrelevante.

Com isso, pode-se pensar que o ambiente cibernético não necessita de presença física do indivíduo para se desenvolver, já que este pode ser

compreendido com um espaço derivado de meios de comunicação que mesclam o real e o virtual. Exemplo disso são os jogos virtuais que permitem uma interação do mundo virtual com o mundo real, por meio de instrumentos eletrônicos, como no caso do jogo “Pokemon Go”, que foi tema de análise de Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Julia Bagatini (2017) que analisaram o referido jogo como forma de interação do usuário que em seu mundo real caçava os Pokémons projetados pelo mundo virtual em ambientes reais.

Tal fenômeno pode ser considera uma marca importante na Sociedade da Informação, já que é cada vez mais corriqueiro a migração de ações, que até então eram praticadas no mundo real, para o mundo virtual, uma vez que este se dá em decorrência de projeções de elementos formadores da personalidade do usuário. O que traz à tona o que alguns doutrinadores denominam de quarta revolução digital, uma vez que se promove uma fusão de tecnologias que permitem cada vez mais interação entre o ser real e o mundo virtual, como destaca Klaus Schwab (2016, p. 16).

Assim, destaca-se a necessidade de tutela da vida no modo virtual, já que esta integra o ser real e, assim, deve ser ter o mesmo cuidado jurídico que aquela, uma vez que o mundo virtual do ser é utilizada como forma de desenvolvimento da personalidade da pessoa, o que é um valor fundamental no ordenamento jurídico, como assevera Pietro Perlingieri (2018, p. 123). No mesmo sentido caminha Laura Knoener (2015, p. 20) que afirma ser necessário o equilíbrio entre o real e o virtual como forma de se permitir a criação de um espaço de remodelação da forma de construção social, que atualmente é influenciado não apenas pela identidade coletiva, mas, também, na formação da identidade individual da pessoa.

Ante o exposto, pode-se observar a ocorrência de inúmeras inovações tecnológicas que trazem um impacto junto a sociedade e, consequentemente, produz reflexos no mundo jurídico, o que impõe uma condição de releitura e atualização constante de conceitos doutrinários, com intenção de refletir a nova realidade social, visando sua aplicação no mundo real, e, também, no mundo virtual.

A necessidade de regulamentação destinada ao mundo virtual é destacada por Javier Iniesta e Francisco Serna (2015, p. 184), que asseveram:

> Obviamente, essa variação de parâmetros tem causado um embaçamento da visão até então mantida, gerando conflitos com uma abordagem jurídica complexa. Assim, a Internet apresenta-nos como um espaço aberto que permite a interação em vários contextos ao assumir diferentes identidades, essas identidades – ditas virtuais – afastam-se da noção de identidade baseada nos pressupostos culturais da pessoa que até agora

> eram os paradigmas da nossa visão do ser humano. (tradução livre)

Assim, há que se considerar que a sociedade, como vimos atualmente, pode ser interpretada com uma complexidade ímpar, pois ela é plural e fragmentada, como nunca se vi em outro momento histórico social. Tal constatação nos traz outra realidade, qual seja, a realidade de que o modelo jurídico em uso, não mais é suficiente para dar conta de todos os fatos jurídicos que a nova realidade impõe, chegando ao ponto de inexistir previsão jurídica para determinadas situações. Com isso, Francisco Amaral (2003, p. 63) já alertava acerca da necessidade de construção de novas e adequadas estruturas jurídicas que servirão de resposta ao mundo novo que se apresenta, sendo estas capazes de realizar a justiça e trazer segurança jurídica a sociedade, que seguirá em constante e acelerada mutação.

Contudo, não há que se falar em uma distinção entre a identidade pessoal do indivíduo de uma, possível, identidade virtual, como destaca Iuri Bolesina (2017, p. 128), uma vez que o virtual ocorre como reflexo da conduta do agente no mundo real, o que por si, adere a ser real a responsabilização dos atos praticados no mundo virtual, como destaca

Desta feita, faz-se necessário analisar as diversas possibilidades de proteção necessárias ao ser humano, quando se analisa seu contexto social, uma vez que a sua proteção deve ser integral, independentemente de que esta proteção seja necessária no mundo real ou virtual, a proteção deve abarcar os dois mundos, uma vez que a internet pode ser considerada um espaço público, onde há uma ampla exposição de ideias e opiniões.

Diante de tal cenário resta evidente o surgimento de diversas indagações que visam os limites e possíveis perspectivas de tutela para situações de eventual dano causadas pela projeção dos direitos da personalidade do indivíduo no mundo virtual, ou seja, quais seriam os limites de proteção necessários ao corpo eletrônico conceituado de Stefano Rodotà?

Como forma de refletir as indagações que surgem no decorrer do presente, põe-se a provocação de Pierre Lévi (2011, p. 27) que nos convida a refletir: “a virtualização dos corpos que experimentamos hoje é uma nova etapa na aventura de autocriação que sustenta nossa espécie.”.

Ora, se considerarmos a premissa de Lévi, podemos concluir que a personalidade humana vem sofrendo mutações como forma de se adequar ao contexto social que está em estado de frenética evolução em decorrência do uso, cada vez maior, de ferramentas virtuais, que por sua vez, demandam novos estudos jurídicos que possam dar conta da autocriação de sustentação de nossa espécie.

No mesmo sentido vem Stefano Rodotà (2008, p. 120) que o surgimento de identidades, ou meios de identificação virtuais múltiplas, que



trazem consigo diversos papéis e modos da atuação no mundo virtual, fazem surgir um indivíduo que possui várias identidades simultaneamente, já que a rede possibilita um modo de participação onipresente em vários programas, plataformas ou sites de forma sincrônica.

Assim, pelo pensamento de Rodotà que é comungado também por Iuri Bolesina (2017, p. 129), não é possível se definir uma identidade “real” e uma identidade “virtual” a pessoa, uma vez que ambas se confundem em uma única identidade que coexistem se relacionando uma com a outra. Por esta ótica pode-se concluir que as inovações advindas com a Sociedade da Informação impõem uma mudança de pensamento na forma de que o indivíduo pratica atos e interage com as circunstâncias da vida. Fazendo surgir uma nova concepção do homem acerca de si mesmo, como preceitua Luciano Floridi (2014, p. 118-119) que auxilia na formação de arquétipos da personalidade que projetam um novo mundo.

A formação destes novos arquétipos da personalidade impacta diretamente a noção existente acerca dos direitos fundamentais, como a privacidade, a intimidade e a liberdade, já que inegavelmente estes sofrem cotidianamente com os acontecimentos nas redes sociais e em outras aplicações tecnológicas. Paulo Lôbo (2019, p. 25) destaca que a vivência em ambiente virtual, como se tem atualmente, levam as pessoas a fornecerem suas informações de forma constante e contínua, deixando um rastro de seus desejos e pensamentos, já que estas informações servem para movimentar ações no campo virtual.

Diante desse contexto surge a necessidade de lançar proteção integral a pessoa, incluindo-se nesta proteção seus dados comportamentais, pessoais e privados no mundo virtual. Neste sentido firma-se o pensamento de Stefano Rodotà em seu conceito de proteção ao corpo eletrônico, que transcende a conceituação de pessoa que embasa a legislação atualmente.

3 O CORPO ELETRÔNICO E A PERSONA DIGITAL

Ao analisarmos a problemática, partindo do pensamento de Stefano Rodotà (2005, p. 121-122) que defende a formação de um corpo eletrônico, tem-se uma nova conceituação de pessoa natural que não possui apenas sua massa corpórea, mas sim, um conjunto de massa física com uma massa virtual, nas palavras do autor:

> A necessidade de forte proteção do corpo físico, portanto, faz parte da tradição legal e civil do Ocidente. Porém, ainda não há tanta sensibilidade para o 'corpo eletrônico' que ainda hoje representa nossa identidade. (...) Podemos mesmo falar de uma vingança do corpo físico, de seu retorno à ribalta no exato momento em que parecia ser suplantado pelo corpo virtual, “eletrônico”. O encontro entre o corpo físico e as tecnologias de ponta foi a base dessa nova atenção justamente quando a experiência mostrava os limites da identificação eletrônica. (tradução livre)

Assim, a integralidade de proteção a pessoa humana deve, necessariamente, alcançar seu corpo físico, bem como, seu corpo eletrônico, que é composto pelo conjunto de informações que engloba seus dados pessoais. Este último em decorrência da datificação da Sociedade da Informação, que possui acesso a praticamente todos os dados da vida do indivíduo, como lição de Bruno Ricardo Bioni (2019, p. 87). Assim, a dimensão informacional e a dimensão corpórea interagem formando uma unidade indivisível, formando assim, a pessoa humana na Sociedade da Informação.

Desta feita, analisando a teoria do corpo eletrônico, que consagra a existência virtual do indivíduo, necessário adequar a tutela dos direitos da personalidade oponíveis ao corpo físico aos elementos do corpo digital, como maneira de propiciar um panorama de proteção integral do livre desenvolvimento da pessoa humana, já que esta sofre reflexos de forma direta dos acontecimentos do mundo virtual, como aponta Stefano Rodotà (2008, p. 116), afinal hodiernamente estamos inseridos em um universo virtual que impacta a formação social do ser, exemplo disso, são as comunidades virtuais, em especial as redes sociais, que formam uma espécie de comunidade interrelacional sem fronteiras, o que reforça a teoria de Stefano Rodotà (2014, p. 305), que defende ser o mundo virtual uma espécie de terceira nação mundial, ficando atrás apenas de China e Índia.

Nesse ponto, necessário observar como exemplo o Facebook, que vem desenvolvendo mecanismos digitais que visam promover uma interação entre pessoas por meio do uso de hologramas, onde se projeta a imagem tridimensional do usuário, enquanto estiver conectado ao serviço da plataforma, o que de alguma forma seria uma possível “materialização”

do corpo digital da pessoa, como trazido por Mark Zuckerberg em uma entrevista concedida ao repórter Bruno Capelas (2019) para o Estado de São Paulo.

A proteção a personalidade virtual já é tutelada, mesmo que em menor proporção, em nossos tribunais, como forma de analisarmos esta ocorrência se expõe dois julgados um proferido no Estado de São Paulo em julho de 2022, onde o usuário foi indenizado em R$ 3.500,00 como forma de reparação pelos danos morais por ter sua conta banida do jogo *Call of Duty: Warzone*, da produtora de games Activision Blizzard Brasil Promoções Ltda[2], de forma abrupta e sem justificativa plausível, mesmo sendo o Autor um jogador de relevância no universo on-line, pois a indenização seria calçada na justificada na impossibilidade de dissociação da imagem virtual da imagem real do indivíduo.

Noutro julgado é possível notar a proteção estatal lançada em favor da personalidade virtual de um outro usuário que teve sua conta junto ao jogo *Free Fire* que é desenvolvido pela Garena Brasil, onde na sentença proferida em 28 de março de 2023 o Juízo da Vara Cível da Comarca de Jacarezinho, no Estado do Paraná, restou determinada a obrigação da empresa em reativar a conta do autor da ação, já que o banimento se deu sem razão que sustentasse a argumentação da empresa, sem, contudo, impor uma condenação da empresa em indenizar o autor pelos abalos morais sofridos, uma vez que o Tribunal Paranaense entendeu ser o banimento analisado um mero dissabor do cotidiano imposto ao autor da demanda.[3]

Rodotà (2008, p. 240) destaca que a vida na Sociedade da Informação impõe mudanças até mesmo na concepção antropológica da pessoa, isso se dá segundo Pierre Lévy (2011, p. 13), em razão da nova

---

[2] CONSUMIDOR. DANO MORAL. Legitimidade passiva da empresa que compõe a cadeia de fornecimento, integrante do mesmo grupo econômico a explorar a atividade ora examinada. Hipótese em que o autor foi injustamente banido de plataforma digital de jogo *on line*. Instrução que não revelou motivos concretos para tão abrupta medida. Defesa que não demostrou ter o consumidor se valido de programas não autorizados para manipular dados do jogo. É induvidoso que ele, nesse contexto, sofreu concretamente dano moral. Fornecedora que reconhece isso, tanto que não apelou da condenação que lhe foi imposta. Dano também *in re ipsa*, como no objetivo dano evento dos italianos. Teoria do desvio produtivo. Reparação elevada para R$ 3.500,00. Razoabilidade, adotado o parâmetro de precedente específico desta Corte, mas também a considerar que não se tem notícia de ser o autor jogador relevante dentro do universo on-line. [...]. Recurso provido, com observação. (TJ-SP - AC: 10087721320218260320 SP 1008772-13.2021.8.26.0320, Relator: Ferreira da Cruz, Data de Julgamento: 21/07/2022, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/07/2022)

[3] Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, para efeitos de determinar a reativação da conta ID 208367511. Julgo improcedente o pedido de danos morais. (TJ-PR – Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais: 0004546-79.2020.8.16.0098, Juiz: Roberto Arthur David, Julgamento: 28/03/2023, Vara Cível de Jacarezinho)

perspectiva da qualidade de pessoa que transborda as fronteiras das conceituações até então existentes, já que a integralidade de proteção do ser humano vem se modificando, necessitando abarcar proteção as características virtuais do indivíduo. No mesmo sentido Klaus Schwab (2016, p. 118) que preceitua que “em nosso mundo cada vez mais conectado, a vida digital está se tornando intimamente associada à vida de uma pessoa física”.

A problemática em análise também é razão de estudo de Roger Clarke (1993, p. 403) que descreve a existência de uma persona digital, que segundo o autor, esta trata-se de um modelo de um indivíduo, que retrataria uma representação sumária de alguns aspectos reais da pessoa. O que limitaria a eficácia do modelo, já que este depende da medida em que ele absorve as características de relevância para o desenvolvimento do modelo.

O pensamento de Clark merece certa atenção quando de sua análise, pois, em regra quando se adota uma atividade de modelagem, esta por uma limitação em sua abordagem que muitas vezes não alcança o tratamento integral do assunto em análise, podendo basear-se em conjuntos informacionais fracionados, que podem refletir, ao final, um panorama que deixou de analisar importantes características do tema investigado. Situação que pode gerar, como destaca Iuri Bolesina (2017, 127), consequências negativas a autonomia da pessoa, já que os dados dos indivíduos podem ser utilizados de forma mais criativa e sem o consentimento do titular das informações, quando se fala em análise de dados pessoais no campo virtual.

Isto posto, denota-se que um dos grandes problemas enfrentados pela conceituação da persona digital de Clark se dá em decorrência dos organismos sociais, sejam estes públicos ou privados, que se valem dos dados pessoais de seus usuários para efetuar o reconhecimento e a classificação destes por meio de análises computacionais, sendo estes resultados aplicados em detrimento ao usuário, o que gera impacto na formação de sua personalidade, já que a tomada de decisões do usuários estaria umbilicalmente ligada com os resultados das análises realizadas pelos sistemas informacionais das empresas que dominam a Sociedade da Informação, como pontua David Lyon (1994, p. 3).

Doutro lado, não se pode negar as argumentações Roger Clarck (1993, p. 83) que evidenciam alguns aspectos positivos de sua persona digital, afinal, esta é derivada da personalidade humana, contudo, sem algumas limitações inerentes a existência do homem, como por exemplo a limitação de estar em apenas um lugar ao mesmo tempo, situação que é facilmente vencida no ambiente virtual. Assim, a ideia de persona de Clarck possui fundamental importância ao se constatar por meio dela a existência de uma personalidade digital, sendo necessária, com isso, a sua



conceituação para que se dê o ideal entendimento deste no mundo real e virtual.

Carlo Rossello (2010, p. 618) traz que a necessidade de lançar proteção jurídica a estas personalidades virtuais, uma vez que estas não são apenas sua forma de exteriorização ao mundo real, ou seja, seus avatares, sendo estas uma forma de extensão, por mais que independentes, da personalidade natural da pessoa. Assim, a combinação de fatores e ambientes devem ser operacionalizados para produzirem (de forma autônoma ou não) regras sociais de comportamento. Neste sentido, a persona virtual é composta por dados pessoais coletados dos usuários das redes computacionais, como assevera Iuri Bolena (2017, p. 131).

Com isso, independentemente da conceituação dada, seja uma projeção da personalidade, um avatar, o corpo digital ou mesmo a persona digital, impossível negar que estes servem para evidenciar a necessidade de um elastecimento do arcabouço de valores que integram a dignidade humana, com fito de albergar todas as consequências de seus atos na vida digital. Afinal, segundo Luís Roberto Barroso (2013, p. 14) cada indivíduo possui seus valores intrínsecos que o formam e denotam sua posição frente a sociedade, que pode ser entendida como se fosse uma posição frente ao universo, pois ele é e precisar ser respeitado e protegido por ser, este mesmo indivíduo possui uma valoração extrínseca, como destaca Lívia Teixeira Leal (2018, p. 34), onde esta orbita nas obrigações deste indivíduo para com o outro, não podendo ser a pessoa reduzida a uma caracterização de objeto, pois isso retiraria uma das características essenciais do homem, que é ser homem e ser respeitado por ser homem.

Contudo Gustavo Tepedino alerta para a necessidade de que a proteção lançada as características digitais do indivíduo sejam respeitadas e aplicadas de forma correta, estas devem ser geridas e opostas nos limites do direito e não fora dele, como é o caso da liberdade que por muitas vezes é utilizada como subterfúgio para o surgimento de possíveis conflitos tecnológicos. Assim, vê-se que o sistema jurídico deve intervir conferindo meios para que os direitos da personalidade e fundamentais dos indivíduos envolvidos em relações digitais sejam respeitados.

Afinal, as interações humanas no mundo virtual ocorrem de forma peculiar, se comparadas as interações havidas no mundo real, o que por si causa uma exposição de dados e informações abusiva, já que para se ter acesso a alguns dados de produtos, serviços ou mesmo para ingresso em uma rede social, faz-se necessário o fornecimento de dados íntimos do indivíduo, o que não se tem em grande parte das relações físicas, o que pode ser considerada uma prática abusiva para com o indivíduo, que faz surgir um sentimento de primitividade ao ser que busca consumir, como preceitua Flávio Mário de Alcântara Calazans (2006, p. 60).

Um dos fatores determinantes para a realidade que se vive hodiernamente no mundo virtual, se dá em decorrência de estarmos

caminhando para um panorama denominado por alguns autores como “web inteligente”, que tem por ponto principal a sedimentação da “internet das coisas”, como alerta Samuel Greengard (2015, p. 188-189). A evolução do mundo virtual para este patamar, nos alçara ao que Zygmunt Bauman aponta como sendo um panorama de constante e irrefreada vigilância, que fornecerá em um primeiro momento a sensação de segurança, com a adoção de tecnologias de vigilância, o que Roger Clarck (1988) classificou como sendo uma *dataveillance*, que em evidencia uma vigilância sem fronteiras. Pensamento compartilhado por Stefano Rodotà (2008, p. 9), que aduz não existir fronteiras para a vigilância.

Outra forma de se analisar a obtenção de dados pelas BigTechs impõe ao usuário a sensação de sombra, uma vez que os dados coletados de determinado indivíduo o acompanharão por toda sua existência virtual, seguindo com ele por quaisquer caminhos trilhados neste meio, auxiliando a IA a complementar e aperfeiçoar seu perfil de usuário, destinando seus dados ao seu melhor interesse, sem conduto deixar de favorecer o regulador das métricas computacionais, como alerta Alan Westin (2015).

A contextualização até aqui desenvolvida serve para evidenciar o recorte metodológico empregado na presente pesquisa, que visa revisitar a problemática inerente à tutela dos direitos da personalidade, ultrapassando a projeção física do corpo e sua liberdade, mas visa lançar olhar a necessidade de proteção ao corpo eletrônico do ser, que deve ter seus dados pessoais protegidos, como forma de se garantir a privacidade e intimidade das pessoas.

Nesse contexto, importante observar que muito se fala acerca da necessidade de preservação da privacidade do usuário no meio digital, contudo, necessário evidenciar que a proteção deve se estender para além da privacidade, atingindo também a sua intimidade, que é composta segundo Matilde M. Zavala de Gonzáles (1982, p. 11), como sendo a intimidade um movimento concêntrico, que preserva a necessidade de pensamento e convívio com seus entes mais próximos, não devendo estes pensamentos transpassarem essa barreira, como forma de ser algo íntimo e dirigido apenas a si e as pessoas mais próximas do agente do pensamento ou ato.

Diante deste cenário Stefano Rodotà (2008, p. 35) aduz a necessidade de se lançar maior atenção e conscientização acerca da proteção de dados, para além da proteção da vida privada do indivíduo, alcançando a liberdade do ser, surgindo a ideia de autodeterminação informativa, chegando ao ápice de se ter esta autodeterminação consagrada como um direito fundamental autônomo, como uma ferramenta essencial para o livre desenvolvimento da sociedade (Rodotà, 2008, p. 17).

Com isso, percebe-se o surgimento de uma nova concepção de pessoa que necessita de proteção para além de seus aspectos físicos e corporais, já que esta nova conceção alberga a pessoa com uma entidade



eletrônica dotada de personalidade de seu usuário, que gera reflexos no campo psicológico do ser, influenciando seu desenvolvimento psíquico, social e moral, que demanda atenção a sua privacidade, intimidade e liberdade, já que estes são flexibilizados (a vontade do usuário ou não) no uso da internet. A demanda de atenção e proteção a estes elementos são fundamentais para garantir-se os direitos da personalidade e da pessoa humana, já que segundo Stefano Rodotà (2008, p. 19) a ausência de proteção ao corpo eletrônico, que é formado pelo conjunto de informações colhidas pelas Big Techs, lançará a pessoa a um estado de insegurança. Para o autor faz-se necessária especial atenção aos critérios de proteção à privacidade e a intimidade do indivíduo no campo virtual, já que este é um dos instrumentos necessários para a defesa adequada da liberdade, como forma de limitação da sociedade de vigilância, que pode usar tais informações como forma de imposição de uma segregação social inaceitável.

Assim, diante do novo aspecto de formatação da identidade, que está ligada umbilicalmente aos aspectos virtuais, necessária a criação de novas formas de tutela, que sejam estruturadas visando à proteção da pessoa enquanto projeção de seus dados pessoais no campo virtual, não sendo possível a aceitação de qualquer limitação de direitos que atinjam a integralidade da pessoa humana, sendo necessário, segundo Rodotà (2008, p. 19).

Neste contexto, pode-se invocar à título de exemplo o exposto por Fernando Rodrigues Martin (2016, p. 20), que traça um comparativa ao que ele denomina de *habeas mente*, como sendo este um instituto que garanta proteção de práticas abusivas no meio virtual, que são geradas, especialmente, pelo uso irrefreado de dados pessoas dos usuários, que servem para importunar estes com enfoque a campanhas publicitárias e ofertas intimamente ligadas a seu “perfil de consumo” que é formatado pela IA valendo-se das informações coletadas de consumidores de produtos e serviços no meio virtual, o *habeas mente* serviria como uma espécie de freio para conter esse uso desenfreado de informações, visando garantir o sossego, a privacidade e a liberdade do usuário, amenizando os riscos de que o indivíduo seja lançado a situações de consumo irracional e impulsivo.

Diante do exposto, inegável a necessidade de proteção do corpo eletrônico, independentemente de sua conceituação, sendo necessário lançar proteção aos dados pessoais do usuário, devendo este ser reconhecido como um direito fundamental da pessoa humana, resguardando-se os direitos da personalidade do indivíduo, uma vez que estes transpassam a materialidade da pessoa, alcançando os reflexos de seus atos no âmbito virtual, consagrando-se a autonomia privada do cidadão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Pelo exposto podemos verificar que a sociedade na era da informação ou Sociedade da Informação é algo presente em nossos dias, mesmo quando não imaginamos ou percebemos, ela está presente, coletando dados e informações que servem para nutrir um dos mais valiosos bens desta sociedade, a informação.

Com isso, inegável que a dignidade da pessoa humana sofre alterações advindas deste novo contexto social que se enraíza cada dia mais nas nossas tarefas diárias ou atualmente fazemos algo que não possui ligação com o mundo informático?

Diante de todo este cenário criou-se o paradigma proposto por Stefano Rodotà, qual seja, o corpo eletrônico que é formado pelo conjunto de informações que é coletado do cidadão, muitas vezes sem sua autorização, para formar propostas algorítmicas ligadas com as informações de suas buscas, pesquisas e desejos. Criando um panorama de facilidade e rapidez, que esconde o lado mercadológico do sistema.

Assim, não há como questionar a necessidade de proteção destas informações, seja pela forma que elas são coletadas ou que são tratadas.

Portanto, conclui-se ser possível a utilização da terminologia proposta por Rodotà, bem como, defende-se a necessidade de proteção deste corpo eletrônico, hipossuficiente na relação, para que este não seja vítima da utilização indevida de seus dados, garantindo-se a necessidade de implementação de uma autodeterminação informática de suas informações.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; BAGATINI, Julia. Sociedade de informação e direito do consumidor: uma abordagem a partir do jogo Pokémon GO. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 110, p. 259-279, mar.-abr. 2017.

AMARAL, Francisco. O direito civil na pós-modernidade. In: NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; FIUZA, César; SÁ, Maria de Fátima Freire de (Coord.). **Direito civil**: atualidades. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 95-96.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais**: a função e os



limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BOLESINA, Iuri. **Direito à extimidade**: as inter-relações entre identidade, ciberespaço e privacidade. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 set. 1990.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais: 0004546-79.2020.8.16.0098, Juiz: Roberto Arthur David, Julgamento: 28/03/2023, Vara Cível de Jacarezinho.

BRASIL. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. AC: 1008772-13.2021.8.26.0320, Relator: Ferreira da Cruz, Data de Julgamento: 21/07/2022, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/07/2022.

CALAZANS, Flávio Mário de Alcântara. **Propaganda subliminar multimídia**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade**: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

CAPELAS, Bruno. “Temos de proteger a privacidade e a saúde mental das pessoas”, diz Mark Zuckerberg. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 set. 2019. Disponível em: https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,temos-que-proteger-a-privacidade-e-a-saude-mental-das-pessoas-diz-mark-zuckerberg,70003026190. Acesso em: 10 abr. 2023.

CLARK, Roger. Profiling: a hidden challenge to the regulation of data surveillance. **Journal of Law, Information and Science**, Hobart, v. 4, n. 2, dez. 1993.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FLORIDI, Luciano. **The Fourth Revolution**: how the infosphere is reshaping human reality. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GONZALES, Matilde M. Zavala de Gonzáles. **Derecho a la intimidad**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1982.

GREENGARD, Samuel. **The internet of things**. Cambridge: The MIT Press, 2015.

INIESTA, Javier Belda; SERNA, Fracisco José Aranda. El paradigma de la identidad: hacia una regulación del mundo digital. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 422, jul.-dez. 2015.

KNOENER, Laura Eroles. **Sociedade em rede**: Facebook como personificação da hipermodernidade. São Paulo: ECA/USP, 2015.

LEAL, Lívia Teixeira. **Internet e morte do usuário**: propostas para o tratamento jurídico *post mortem* do conteúdo inserido na rede. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

LÔBO, Paulo. Direito à privacidade e sua autolimitação. *In:* EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola Albuquerque (Coords.). **Privacidade e sua compreensão no direito brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

LYON, David. **The electronic eye**: the rise of surveillance society. Minneapolis: University of Minnesota, 1994.

MARTIN, Fernando Rodrigues. Sociedade da Informação e proteção da pessoa. **Revista da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2016.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 2007.

PASQUALOTTO, Adalberto. **Os efeitos obrigacionais da publicidade no Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Ed. RT, 1997.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância**: a privacidade hoje. Trad. DONEDA, Danilo; DONEDA, Luciana Cabral. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÀ, Stefano. **El derecho a tener derechos**. Tradução do italiano para o espanhol de Jose Manuel Revuelta López. Madri: Trotta, 2014.

ROSSELLO, Carlo. Riflessioni. De jure condendo in materia di responsabilità del provider. **Il Diritto Dell'Informazione e Dell'Informatica**, Roma, v. 26, n. 6, nov.-dez. 2010.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

TEPEDINO, Gustavo. Liberdades, tecnologia e teoria da interpretação. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, ano 110, v. 419, jan.-jun. 2014.

WESTIN, Alan. **Privacy and freedom**. New York: Ig Publishing, 2015.



O PODER DOS DADOS SENSÍVEIS: INTELIGÊNCIA ESTATAL E O DESAFIO DA TOMADA DE DECISÕES NA TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rogério Borges Freitas[1], *Rodrigo Valente Giublin Teixeira*[2]

[1] Doutorando do programa de pós-graduação da Unicesumar. Mestre em Direito pela Unicesumar. Defensor Público do Estado de Mato Grosso. E-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br.
[2] Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). MBA em Business Law pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Direito pela Universidade Estadual do Paraná (UEL). Bolsista Produtividade em Pesquisa do ICETI – Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação. Professor Titular do Doutorado, Mestrado e da Graduação na UniCesumar. Advogado. E-mail: rodrigo@rodrigovalente.com.br.

RESUMO

A sociedade contemporânea poderia ser definida como a sociedade da informação, pela elevada produção de dados. Reúne como qualidades distintivas a tecnologia, a velocidade na comunicação, excesso de consumo e a globalização das relações. É nesse clima que está inserida a sociedade do século XXI, marcada por profundas desigualdades, sistemáticas violações de direitos individuais, entretanto, deslumbrada com inovações tecnológicas. A atividade de inteligência de Estado existe para assessorar o mais alto nível decisório de um país, de forma isenta, com informações que ajudem a reduzir as incertezas de quem tem a responsabilidade de tomar decisões estratégicas. É nesse contexto que este estudo transita, buscando analisar como a criação de uma unidade de inteligência no âmago dos órgãos públicos pode garantir a obtenção de informações confiáveis para a correta tomada de decisões para proteção dos direitos da personalidade.

Palavras-chave: atividade de inteligência; sociedade contemporânea; proteção de dados; tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, conhecida também como a sociedade do conhecimento, poderia ser definida como a sociedade da informação. Isso porque, possui como característica fundamental a elevada produção de dados relativos às notícias de interesses gerais, às ciências, às reflexões sobre as diversas áreas em torno da natureza, à propagação dos limites do conhecimento humano, aos acontecimentos ou às mudanças recentes em todas as áreas do saber. Reúne como qualidades distintivas a tecnologia, a velocidade na comunicação, excesso de consumo e a globalização das relações. Essas características são evidenciadas, por exemplo, na política, na economia, na saúde, no cotidiano, ou seja, tudo que ocorre de novidade e passa a circular através da rede mundial de computadores, em sites, blogs, mídias sociais etc., com impacto imediato a milhões de pessoas ao redor de todo o mundo. O elevado número de



informações concentradas em bancos de dados públicos e privados, armazenam milhares de informações sobre o aspecto reservado da vida das pessoas em todas as áreas, tais como as movimentações bancárias, fiscais, empresariais, tributárias, familiares, todas contendo dados considerados sensíveis – que envolvem, em muitas situações, direitos da personalidade –, porque quando utilizados em cruzamento de informação são capazes de identificar e individualizar as pessoas dentre outras semelhantes no universo em que estão inseridas. Essas informações definem suas preferências, suas habilidades, suas visões de mundo, suas intenções financeiras, aptidões ao empreendedorismo, as relações com o Estado – sem contar os vínculos socioafetivos e familiares formados.

O volume de informações constantes, por exemplo, nos bancos de dados de contribuintes da Receita Federal é imenso. Por outro lado, a quantidade de informações que os grandes grupos econômicos do campo tecnológico (Big Techs) detêm de seus clientes consumidores – por exemplo, Google, Facebook, Apple, Amazon, Microsoft, Twiter, Instagran, TikTok, Youtube – é estarrecedor. É nesse clima que está inserida a sociedade do século XXI, marcada por profundas desigualdades, sistemáticas violações de direitos individuais, entretanto, deslumbrada com inovações tecnológicas. No horizonte desponta a intensa produção de dados a sobre os gostos, as objeções, as inclinações e os comportamentos dos usuários do meio ambiente virtual.

Por meio do uso de algoritmos bem calibrados, ao cruzar os dados obtidos, depois de serem tratados, é possível estabelecer perfis de compras, preferências, aversões, apresentar marketing personalizado, intensificar o volume de publicidade e propagandas, explorar a crença, manipular opiniões políticas para se fazer gostar da opinião deste ou daquele candidato. São inúmeras as possibilidades de se direcionar os dados pessoais para o bem ou para o mal. Serrano (2022), alerta para o poder que essas ferramentas representam nas mãos de pessoas mal-intencionadas. O poder econômico dos conglomerados empresariais ligados à tecnologia se materializou diante dos olhos de modo irresistível e irreversível (Hardt; Negri, 2006).

O presente estudo se volta à atuação estratégica que se desenvolve através da implementação de um serviço de Inteligência Artificial capaz de reunir elementos de informações verdadeiras, originados de fonte de confiança, em condições de fornecer aos agentes políticos, ou seja, àqueles que formam a vontade superior do Estado, os elementos imprescindíveis para a tomada de decisão correta na busca do melhor interesse público. A atividade de inteligência de Estado existe para assessorar o mais alto nível decisório de um país, de forma isenta, com informações que ajudem a reduzir as incertezas de quem tem a responsabilidade de tomar decisões estratégicas. O serviço de inteligência é responsável por coletar essa informação e subsidiar a tarefa dos agentes



políticos na correta decisão de Estado. Deve atender precipuamente ao Estado, não se colocando a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeitos às conjunturas político-partidárias. É uma atividade fundamental para construir um conhecimento antecipatório de ameaças ou identificar oportunidade para que o Estado assegure uma posição vantajosa do cidadão em face dos perigos invisíveis da sociedade da informação. A sociedade dos dias atuais está inserida em uma atmosfera de insegurança, na qual o cidadão nunca tem certeza de nada, por exemplo, as empresas comerciais, bancos, planos de saúde, quando tendem a adotar um comportamento abusivo em face quem não consegue por si só defender seus direitos quando violados. É nesse contexto que este estudo transita: busca-se analisar como a criação de uma unidade de inteligência no âmago dos órgãos públicos pode garantir a obtenção de informações confiáveis para a correta tomada de decisões nos mais variados cenários de atuação do ente público estatal.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A sociedade da informação impõe o debate sobre a tutela jurídica do meio ambiente digital. No tocante a produção dos dados sensíveis nesta sociedade, emerge à temática da confiança do indivíduo no Estado, em um contexto de cibercidadania — neologismo empregado para se referir à conduta dos indivíduos no espaço virtual. Em outras palavras, é o comportamento ético das pessoas na internet. O ambiente virtual tem consumido com mais intensidade o tempo das pessoas no mundo concreto, por isso é fundamental discutir o exercício da cidadania no meio digital.

Impõe-se observar que o conceito de cibercidadania pode ser encarado doravante como direito humano de terceira geração e o acesso à internet em alta velocidade se configura como condição de possibilidade para se garantir a efetiva inclusão digital. Nascimento e Sichonany Neto (2013, p. 70) defendem que: “a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC – é uma das responsáveis pelas grandes mudanças que a sociedade contemporânea vem passando ao longo das últimas décadas”. Prossegue argumentando que “com o desenvolvimento e popularização da internet, criou-se um novo espaço público, caracterizado por sua liberdade, pela inimaginável quantidade de informações, pela possibilidade de comunicação em escala global e em tempo real”. Neste contexto, as novas tecnologias resvalaram nos direitos humanos, causando uma fissura que deu origem a novos conceitos e à necessidade de adaptação de antigos termos, como é o caso do exercício da cidadania no ambiente virtual. “A sociedade está em constante evolução, em especial no que se refere aos avanços científicos e tecnológicos advindos da pós-modernidade, o que acarreta inúmeras mudanças no meio social e nas

relações interpessoais", como afirmam Gregório e Teixeira (2023), ao abordarem o reconhecimento dos novos direitos da personalidade e a efetividade do acesso à justiça na pós-modernidade.

Para Pérez Luño (2006, p. 44-48), a projeção da informática e do estruturalismo na análise do conceito dos direitos humanos, impôs transição das formas econômicas, sociais e políticas do século XIX para os dias de hoje e resultou numa importante mutação no significado assim como no alcance dos direitos humanos. O autor contextualiza o debate sobre os direitos humanos em confronto com a fundamentação filosófica e suas implicações jurídico-políticas. Disso resulta, segundo entende o autor, que a tecnologia passou a ser uma parte integrante da vida humana, causando profundas mudanças no modo de comunicação e na velocidade da transmissão do pensamento humano.

Pérez Luño (2014) afirma que, a partir das tecnologias de comunicação pela internet, surgiu a aplicação do conceito de governo eletrônico. Foram constituídas novas plataformas de relacionamento entre a Administração Pública e a sociedade A vida política e cívica foi impactada por movimentos de massa organizados nas redes sociais e em mensagens móveis. Esse fenômeno influenciou a política de países como Egito, Tunísia, Líbia e Síria, além de movimentos na Europa, Ásia e América. Esses eventos destacam o papel central das novas tecnologias, especialmente as de informação e comunicação, na política atual (Pérez-Luño, 2014, p. 10, tradução nossa). Despertou-se a atenção aos direitos humanos, porque através da internet as pessoas tendem a se mobilizar contra governos arbitrários. A força individual do cidadão se potencializa quando encontra outros milhares de apoiadores. O autor destaca o fenômeno que influenciou a política dos países islâmicos no norte da África com a consequente queda de antigos regimes de governo. O uso amplamente difundido das redes sociais e de outros meios de comunicação foi capaz de desestruturar governos que perduraram no poder por décadas, por isso a importância de discutir o impacto das novas tecnologias na revitalização da democracia.

Sob outra perspectiva, Fermentão e Thomazini (2021, p. 127-142), ao refletirem sobre o contexto tecnológico da sociedade contemporânea, salientam que "a sociedade se reestrutura de tempos em tempos", o que varia de acordo com "a cultura, a forma de pensar dos indivíduos, com o avanço da tecnologia, com os hábitos e jeitos de viver, que faz com que a comunidade caminhe para rumos diferentes e não fique estagnada". A perspectiva das autoras aponta para eventuais dificuldades entre gerações e a disrupção, ou seja, a interrupção do curso normal de um processo entre as gerações de uma época anterior. Em certa medida, as pessoas mais idosas poderiam ser escanteadas por não acessarem a tecnologia atual.

Nesse cenário, convém destacar que a educação da cidadania digital, isoladamente, não basta para melhorar o ambiente virtual: é preciso

o estabelecimento de leis cibernéticas. Isto é, a produção dos dados sensíveis na sociedade contemporânea, a partir do desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, requer a atenção legislativa. A partir do aprofundamento teórico a consolidação do vínculo de confiança, no que tange à coleta, armazenamento e tratamento dos dados sensíveis, é que se poderá compreender o tema com mais lucidez. É esperado que se obtenha novas interpretações com elementos facilitadores para auxiliar na solução das intrincadas questões que ainda carecem de uma resposta jurídica.

Com efeito, revela-se legítimo dentro desse cenário levantar discussões sobre a produção de dados sensíveis do ponto de vista de informações estratégicas que merecem uma proteção especial por albergarem direitos da personalidade. Elementos de identificação pessoal, tais como, saúde, inclinação política ou ideológica, orientação sexual, gostos, preferências, capacidade financeira, são dados que não podem ser descuidados. Platt (1974, p. 83), quando abordou o processo de produção de informações estratégicas como processo intelectual, destacou que “em cada caso temos uma massa de dados para exame, alguns são válidos, outros nada têm a ver com o caso, outros relacionam-se remotamente com o assunto”. Isso significa dizer que alguns dados são verdadeiros, outros falsos, e outros parcialmente verdadeiros. Desta forma, os dados devem ser selecionados, avaliados, interpretados e integrados. Após a formulação de uma hipótese – que dever ser entendida como uma resposta preliminar ao problema que se pretende responder – os elementos captados devem compor um quadro coerente da situação. Havendo nexo entre os fragmentos da informação será possível obter conclusões e verificá-las. O produto final deve ser exposto de modo claro, a fim de permitir classificar o grau de confiança que se pretende atribuir ao processo de formação da informação estratégica realizada. O tema envolvendo o tratamento de dados sensíveis ainda depende de maior exploração na academia. Em pesquisa ao Banco de Tese da Capes, entre os anos de 2020 e 2023, apenas quatro teses de doutorado abordaram diretamente a questão dos dados pessoais. Teffé (2022), escreveu a tese intitulada “Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento”. A tese foi apresentada para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e abordou a ampliação da informação pessoal na contemporaneidade e os riscos de seu titular sofrer interferências indevidas em sua liberdade e tratamentos discriminatórios ilícitos ou abusivos. Destacou a importância de se estabelecer uma categoria especial de informações: os dados sensíveis. Discutiu-se a possibilidade de serem qualificados dados como altamente sensíveis, em razão, por exemplo, da hipervulnerabilidade de seus titulares e do conteúdo que guardam.

Wolkoff (2021) abordou o tema com a tese “A era da comunicação digital: a necessidade de uma política nacional de inteligência artificial”,

apresentada para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual discorreu sobre o momento em que as relações humanas outrora desenvolvidas a partir de uma vida associativa predominantemente presencial passam cada vez mais a serem regidas por máquinas, aplicativos, redes sociais, hardwares, softwares, internet, cloud computing, aprendizado profundo, redes neurais de computadores, dados e algoritmos. O estudo sobre novas tecnologias despertou preocupações sobre a segurança na coleta, manipulação, tratamento, arquivamento e descarte de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, o que torna imprescindível a compreensão a respeito dos marcos legais sobre proteção de dados no Brasil, da existência da tecno regulamentação da IA e, consequentemente, de frequentes ofensas aos direitos fundamentais. Propôs uma Política Nacional de Inteligência Artificial em consonância com os princípios fundantes do Estado e construída com base na lei, na sua implementação através de adequadas políticas públicas e, sobretudo, a partir da revisitação da capacidade humana de argumentar e resistir.

Salvo (2022), apresentou a tese nominada de “Direitos e garantias da proteção de dados pessoais tratados pela Administração Pública brasileira: o piso da proteção normativa”. A tese foi apresentada para a Universidade de São Paulo e abordou o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública brasileira sob a ótica do regime jurídico-normativo à luz da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Apresentou os tipos morfológicos que compõem o sistema normativo brasileiro de tratamento de dados pessoais pela Administração Pública e os desafios que confrontam esse sistema. Além disso, destacou a proteção normativa, a partir de estratégias sistematizadas em consonância com a morfologia do regime de tratamento de dados pessoais pela Administração Pública. A autora concluiu que “as manifestações de poder estatal pela digitalização têm efeitos sensíveis para o comportamento individual e social, induzindo comportamentos antinaturais no indivíduo em razão da vigilância” (Salvo, 2022, p. 8). Korkmaz (2022) apresentou a tese “Revisão de decisões automatizadas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Discorreu sobre o regime jurídico da revisão de decisões automatizadas, previsto pela LGPD. Concentrou atenção a partir dos estudos de Stefano Rodotà sobre o diagnóstico da “ditadura dos algoritmos”, com a necessidade de desenvolver prerrogativas para a proteção da pessoa, em atenção às premissas do direito civil-constitucional, para investigar se a revisão de decisões automatizadas, tal como concebido na LGPD.

Nesse percurso, é correto afirmar que a tutela dos dados hipersensíveis e a proteção da personalidade da pessoa natural ainda é um campo com lacunas que não foram colmatadas pela academia. Ante a relevância do tema versado, vale registrar os argumentos de Otero e Rodrigues (2018), em relação à discriminação ambiental e à proteção das

minorias excluídas pela sociedade contemporânea. As pessoas buscam aceitação em suas relações interpessoais, por exemplo, na família, no trabalho e na sociedade. A desigualdade econômica e cultural escanteia seres humanos e os torna excluídos do ambiente social. A situação de desamparo, afastando-os para longe dos olhos da maioria, geralmente para áreas urbanas longínquas e desprovidas de infraestrutura urbana, configuram o que os autores denominam de discriminação ambiental.

Silva (2022), pesquisador da área da comunicação, reflete sobre a questão do racismo algorítmico, Inteligência Artificial e discriminação nas redes digitais, e as inquietações, tais como, reconhecimento facial, filtros para selfies, moderação de conteúdo, *chatbots,* policiamento preditivo e escore de crédito. O autor busca respostas para saber o que pode ocorrer quando as máquinas e programas apresentam resultados discriminatórios. Investiga-se se os algoritmos podem ser calibrados para serem racistas ou se trata apenas de erros inevitáveis. Ao final, procura apurar a responsabilidade entre humanos e máquinas e como combater os impactos racistas das tecnologias que automatizam o preconceito. Além dos desafios financeiros, pessoas que vivem, por exemplo, nas favelas, nas tribos indígenas e aqueles que estão encarcerados possuem grandes limitações de acesso à justiça, paralelamente a outros grupos que também são vitimados pela desigualdade estrutural, como os indivíduos que são portadores de deficiência, soropositivos etc.

Muito precisa, quanto a esse ponto, a lição de Hironaka (2006, p. 120), que escreveu que “impedir a opressão do fraco pelo forte, do tolo pelo esperto, do pobre pelo rico”. A distribuição da justiça não pode ser distinta para quem é abastado financeiramente e para quem é carente. Trata-se de um valor essencial à democracia para minimizar as deficiências para que todos tenham as mesmas condições de acesso. A orientação da “ética da situação”, expressão utilizada por Reale (2002, p. 8), que indica que a noção de sujeito de direitos se perceba em sua essencial pluralidade. Engloba-se o rico e o pobre, o empresário e o desempregado, a grande corporação econômica e os adolescentes em situação de risco, o contratante forte e contratante débil, o latifundiário e o sem-terra, o consumidor e o fornecedor, enfim, o ser humano e(m) suas circunstâncias, sempre urgentes e concretas. As novas performances da Administração Pública contemporânea passam pela criação de uma unidade de inteligência. O conhecimento advindo da informação estratégica pode ter duas utilizações: serve para uso preventivo como forma de evitar um dano, ou defensivo quando há resistência a ataque (Sherman, 1967). Zelar pelos dados sensíveis da população fragilizada é um caminho necessário para progredir no modelo de se proteger os indivíduos vulneráveis.

A atividade de inteligência se destina a buscar informações para subsidiar a tomada de decisões. Isto é, o administrador público que reunir maiores informações sobre o caso concreto em análise, em tese, terá

melhores condições de obter êxito na proteção dos direitos destas pessoas. “Afinal, o Estado e a sociedade precisam ser protegidos, e os tomadores de decisão nas mais altas esferas da Administração Pública necessitam de assessoramento nos moldes do realizado pelos serviços secretos” (Gonçalves, 2008, p. 591). Esse novo regime de atuação exige uma análise aprofundada da tutela judicial e extrajudicial dos direitos da personalidade das pessoas hipossuficientes no contexto da cibercidadania (Fornasier, 2020). O exercitar a teledemocracia através das tecnologias de informação e a proteção dos dados hipersensíveis das pessoas hipervulneráveis se afigura, assim, como um recorte para se investigar o impacto da criação dos serviços de inteligência no campo da Administração Pública, tema com o qual se ocupa o tópico a seguir.

3 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E PRIVACIDADE: O EQUILÍBRIO ENTRE SEGURANÇA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E LIBERDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

“Decisões importantes devem ser tomadas em meio a uma névoa de incerteza” (Freytag-Loringhoven, 1986, p. 79). O General-de-divisão Barão Hugo von Freytag-Loringhoven, do Exército Alemão, asseverou aos integrantes do Estado-maior, que na essência a guerra é o domínio da incerteza. A afirmação merece reflexões porque nem sempre é possível ter com clareza todos os elementos em mãos para tomar uma decisão importante, após avalição de todas as matrizes de risco mapeadas. A implantação de um serviço de inteligência no âmbito da Administração Pública pouparia os riscos que gestor público está exposto se fossem reunidos em um relatório de inteligência as principais informações, como assessoramento, para visualizar o campo decisório com clareza.

Examinar o presente assunto evidencia que além da concentração de informações relevantes para tomada de decisão, a contrainteligência poderia antecipar e evitar ameaças que possam comprometer a ações de determinada Instituição Pública. A implantação de um serviço de contrainteligência, na estrutura de um Órgão público de relevância nacional, protegeria contra ameaças externas contra atividades de espionagem, vazamento de dados sensíveis para pessoas não autorizadas, bem como identificaria indivíduos nocivos aos interesses públicos. Bessa (2009, p. 58) definiu a contrainteligências como sendo “um componente fundamental da atividade de inteligência, já que ela é a responsável pela proteção do país contra as ameaças externas de qualquer ordem”; ademais, ela também se presta a “defender a própria organização das atividades de espionagem e infiltração por parte dos serviços de inteligência estrangeiros”. Não se pode desconhecer, a propósito do tema aqui abordado, os pertinentes argumentos de Andrade (2018, p. 112), ao salientar a análise de risco envolvendo os dados sensíveis e a atividade de

inteligência. O autor pondera que ao entender os riscos, sua chance de ocorrência e impacto, além de suas ameaças e vulnerabilidades, o processo decisório se torna mais seguro na escolha da melhor opção. Isso é alcançado com uma abordagem organizada e disciplinada para melhorar a gestão de risco, controle e governança corporativa.

Essa percepção da matéria encontra pleno apoio na pesquisa de Borges, Menez e Cabral (2021, p. 6), que escreveram sobre o processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público, “uma vez que a Administração Pública está vinculada a normas jurídicas, como, por exemplo, o Acórdão do Tribunal de Conta da União (TCU) nº 1.603/2008 - Plenário, que tratou sobre os problemas de gestão, devido à ausência de planejamento estratégico”. A falta de conhecimento dos riscos expõe a fragilidade do processo decisório.

O escopo da Atividade de Inteligência, nesse cenário, é assessorar o processo decisório de autoridades (políticas e militares), além de apoiar o planejamento para detectar ameaças e evitar crises/conflito. Por meio da produção de conhecimentos adequados, e em conformidade com os interesses políticos e estratégicos, a Inteligência deve se apoiar em larga gama de informações, englobando os fatores políticos, econômicos, científico-tecnológicos, psicossociais e questões militares. Isto é possível de se obter através da integração de todas as fontes de informação e de Inteligência no processo de produção de conhecimento. No que concerne à necessidade de a atividade de inteligência ser tratada como um serviço de Estado, que a União Europeia (UE) estabeleceu que a informação pode ser restringida nas seguintes áreas: defesa nacional, relações com outros Estados, relações com organizações internacionais, questões comerciais, financeiras e fiscais, questões relacionadas com a repressão e prevenção de crimes, em determinados aspectos da administração da justiça e qualquer evento que viole a privacidade das pessoas e se refira a arquivos pessoais e clínicos (Palácios, 2021).

“A legislação sobre as chamadas informações confidenciais em diferentes países inclui estes pontos e estabelece limitações à livre circulação de informações” (Rueda, 2016, p. 9). Aquele que possuir informações dessa natureza, ainda que adotando a postura de boa-fé, pode pecar pelo zelo excessivo ao optar pela restrição ou tornar pública a informação, por meio da divulgação, com o risco de violação de direitos da personalidade, por exemplo, em um ou em outro caso, porque se expõe os dados pessoais que identificam a pessoa no meio social em que ela vive ou se priva os demais cidadãos de informações que poderiam ser relevantes para a sociedade. Oportuno referir ainda, nesse ponto, que outro aspecto da atividade de inteligência que não se pode olvidar, é a contrainteligência, ou seja, a ação antecipatória que neutraliza as ameaças detectadas. “A segurança da informação e comunicações são as ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a

confidencialidade e a autenticidade de dados e informações" (Brasil, 2019). A adoção de protocolos e de medidas de segurança antecipatórias se destinam ao resultado que se conhece como contrainteligência. São ações concretas que têm como finalidade prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa, espionagem e ações de qualquer natureza que constituam ameaças à proteção de dados, informações, conhecimento de interesse e da segurança dos cidadãos (Brasil, 2019).

Não se pode desconhecer, a propósito da questão, a pertinência da doutrina de inteligência militar terrestre, que traz o ramo da contrainteligência como uma parte indissociável do serviço de inteligência. O objetivo é a neutralização da atuação da Inteligência adversa e de ações de qualquer natureza que possam se constituir em ameaças à salvaguarda de dados, informações, conhecimentos e seus suportes, tais como documentos, áreas, instalações, pessoal, materiais e meios de tecnologia da informação, como desdobramento da lógica de expansão dos sistemas de inteligência (Cepik, 2003). A matéria ganha relevo quando se discute exatamente a extensão do uso da inteligência cibernética (*Cyber Intelligence* – CYBINT) elaborada a partir de dados, protegidos ou não, obtidos no espaço cibernético. "Este, por sua vez, é caracterizado como o espaço virtual composto por dispositivos computacionais conectados em rede, onde informações digitais trafegam, são processadas" (Brasil, 2015, p. 22). O modo de tratar um dado sensível, a partir do olhar da atividade de inteligência, assume, nesse contexto, espaço de centralidade na discussão ora proposta. Torna-se premente fixar parâmetros para a utilização de dados sensíveis dos usuários pela Administração Pública, por meio da implementação dos serviços de inteligência. Afinal, "cabe à Atividade de Inteligência acompanhar o ambiente interno e externo, buscando identificar oportunidades e possíveis ameaças e riscos aos interesses do Estado e à sociedade brasileira" (Brasil, 2017, p. 07).

Ao receber o conhecimento produzido, o usuário poderá utilizá-lo em seu processo decisório e também fazer demandas à inteligência para que aprofunde determinado tema. Esse retorno por parte do usuário é menos comum à medida que o conhecimento chega a escalões mais superiores. Daí que se ensina aos analistas, no curso de formação, a não esperarem qualquer reação do usuário em virtude dos relatórios e documentos produzidos, por mais relevantes que pareça a seu autor – isso se dá dentro de uma prática de inteligência relacionada ao "desenvolvimento de resistências a frustrações" (Gonçalves, 2008, p. 74). Todas as informações pessoais obtidas durante o atendimento ao público, na atuação do agente público, exigem redobrada atenção porque podem ser usadas indevidamente e causar discriminação do indivíduo. Em especial aquelas que revelam a origem racial ou étnica, as convicções religiosas ou filosóficas, as opiniões políticas, a filiação sindical, questões ligadas à genética, informações biométricas, à saúde física, mental e à vida sexual.



A vulnerabilidade é um fator que faz com que a pessoa natural abandone o senso de privacidade e se lance nas mãos daqueles profissionais com seus segredos, angústias e aspirações mais íntimas que ela carrega. O consentimento para tratamento desses dados na maioria das vezes é um ato mecânico, formal, que nem sempre é esclarecido suficientemente pelo profissional que está coletando os dados, sem proteger adequadamente os direitos da personalidade. Não se pode tolerar o desenvolvimento do direito de negligência, como discorreu Lloyd (2000, p. 332), na obra “A ideia da Lei”.

Diante das situações emergenciais, que exigem rápida intervenção, o quadro se agrava, porque não se pode afirmar que existe o livre consentimento do usuário em face da premente necessidade de se revelar o que lhe foi requerido/solicitado pelo agente público. Não se pode afirmar com exatidão se há transparência nos termos e clareza suficiente nas palavras para que a pessoa, por exemplo, analfabeta, tenha plena compreensão do que será feito com as informações coletadas. Assentadas essas premissas, torna-se importante assinalar os argumentos de Ambros e Lodetti (2019, p. 14), a respeito de vieses cognitivos na atividade de inteligência, sobretudo quando “o profissional de Inteligência comete involuntariamente ao processar informações”. Esse tema assume inquestionável relevo, porque as características essenciais dos modelos intelectuais no trabalho de analistas da Inteligência designados para produzir avaliações são firmadas em quatro elementos comuns no ambiente da inteligência: a complexidade das matérias, a ambiguidade nos dados coletados, as compressões de tempo e a pressão para prenunciar uma informação segura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises empreendidas ao longo deste estudo, é possível extrair que a sociedade da informação, na perspectiva da produção de dados sensíveis, trouxe o conceito de cibercidadania, que pode ser encarado doravante como direito humano de terceira geração, e o acesso à internet em alta velocidade se configura como condição de possibilidade para se garantir a efetiva inclusão digital. Foram constituídas novas plataformas de relacionamento entre a Administração Pública e a sociedade, e o uso amplamente difundido das redes sociais e de outros meios de comunicação foi capaz de desestruturar governos que perduraram no poder por décadas. Disso decorre a importância de discutir o impacto das novas tecnologias na revitalização da democracia. Os elementos de identificação pessoal, tais como, saúde, inclinação política ou ideológica, orientação sexual, gostos, preferências, capacidade financeira etc., são dados que não podem ser descuidados.



No tocante à implementação de serviços de inteligência, no âmbito da Administração Pública e a tutela dos direitos da personalidade, é possível sintetizar que a implantação de um serviço de inteligência, no âmbito da Administração Pública, pouparia os riscos que o gestor público está exposto se fossem reunidos em um relatório de inteligência as principais informações, como assessoramento, a fim de que possa visualizar o campo decisório com clareza. Inaugurar um serviço de contrainteligência na estrutura de um órgão público de relevância nacional protegeria contra ameaças externas, contra atividades de espionagem, vazamento de dados sensíveis para pessoas não autorizadas, bem como identificaria indivíduos com intuitos nocivos aos interesses públicos.

A adoção de protocolos e de medidas de segurança antecipatórias se destinam ao resultado que se conhece como contrainteligência. São ações concretas que têm como finalidade prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa, espionagem e ações de qualquer natureza que constituam ameaças à proteção de dados, informações, conhecimento de interesse e da segurança dos cidadãos. Afinal, cabe à Atividade de Inteligência acompanhar o ambiente interno e externo, buscando identificar oportunidades e possíveis ameaças e riscos aos interesses do Estado e à sociedade brasileira. Portanto, é atual e necessário aprofundar o exame da atuação da Administração Pública na tutela dos dados sensíveis das pessoas hiper vulneráveis na sociedade contemporânea. Será a partir dessas reflexões que se poderá propor o desenvolvimento de parâmetros institucionais para a utilização dados sensíveis com respeito aos direitos da personalidade dos usuários.

REFERÊNCIAS

AMBROS, Christiano. LODETTI, Daniel. Vieses Cognitivos na Atividade de Inteligência: Conceitos, Categorias e Métodos de Mitigação. **Revista Brasileira de Inteligência**, Gabinete de Segurança Institucional, Agência Brasileira de Inteligência, n. 14, dez. 2019.

ANDRADE, Felipe Scarpelli. Inteligência Policial: Efeitos das distorções no entendimento e na aplicação. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**. Brasília, v. 3, n. 2, 2018.

BESSA, Jorge. **A contraespionagem brasileira na guerra fria**. Brasília: Thesaurus, 2009.

BORGES, Paulo Cesar Rodrigues. MENEZ, Josemar Bezerra. De. CABRAL, Josilene Bispo Pinheiro. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor



público. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. [S. l.], v. 3, n. 6, p. 01-09, 2021.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. **Estratégia Nacional de Inteligência**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** – MD35-G-01. Brasília, DF: MD, 2015.

BRASIL. **Portaria nº 93, de 26 de setembro de 2019**. Aprova o Glossário de Segurança da Informação.

BRASIL. Tribunal de Conta da União. **Acórdão nº 1.603/2008** – Plenário. Levantamento de auditoria. Situação da governança de tecnologia da informação - TI na Administração Pública Federal. Ausência de planejamento estratégico institucional. Deficiência na estrutura de pessoal. Tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Recomendações.

CEPIK. Marco. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; THOMAZINI, Maria Clara. A relevância dos direitos dos idosos no Século XXI: sob o panorama do expressivo crescimento populacional. **Revista da Faculdade de Direito da Uerj**, n. 40, p. 0127–0142, 2021.

FORNASIER, Mateus de Oliveira. **Democracia e tecnologias de informação e comunicação**: mídias sociais, bots, blockchain, e inteligência artificial na opinião pública e na decisão política. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

FREYTAG-LORINGHOVEN, Hugo Friedrich Phillip Johan, Frei-herr von. **O poder da personalidade na guerra**. Tradução de Monica de Mattos Scheliga e Marcelo Soares Brando. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Conhecimento e poder**: A atividade de inteligência e a Constituição brasileira. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Contrato**: estrutura milenar de fundação do direito privado. Superando a crise e renovando princípios, no início do vigésimo primeiro século, ao tempo da transição legislativa civil brasileira. In: BARROSO, Lucas Abreu. Introdução crítica ao direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

KORKMAZ, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon. **Revisão de decisões automatizadas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. 2022. 329 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LLOYD, Dennis. **A ideia da lei**. São Paulo: Martins Fontes: 2000.

OTERO, Cleber Sanfelici; RODRIGUES, Mithiele Tatiana. Discriminação ambiental: da proteção das minorias excluídas pela sociedade contemporânea. **Direito da Cidade**, v. 10, n. 1, p. 257–287, 2018.

PALÁCIOS, José Miguel. Cooperación entre servicios de inteligencia: la dimensión regional. **Revista de Relaciones Internacionales**, Estrategia y Seguridad, p. 13-28, 2021.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Internet y los derechos humanos**. Navarra: Cizur Menor, 2006.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. Teledemocracia, ciberciudadania y derechos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, UNICEUB, v. 4, n. 2, 2014.

PLATT, Washington. **Produção de informações estratégicas**. Tradução de Major Álvaro Galvão Pereira e Capitão Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Livraria Agir Editora, 1974.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RUEDA, Fernando. **Servicios de Inteligencia**: ¿fuera de la ley? Madrid: Bibliotecaonline, 2016.

SALVO, Sílvia Helena Picarelli Gonçalves Johonson Di. **Direitos e garantias da proteção de dados pessoais tratados pela**

administração pública brasileira: o piso da proteção normativa. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SERRANO, Pascual. **La verdad sobre los tópicos contra China que se promueven en Occidente**. 2022. Disponível em: https://pascualserrano.net/la-verdad-sobre-los-topicos-contra-china-que-se-promueven-en-occidente/ Acesso em: 13 nov. 2023.

SHERMAN, Kent. **Informações Estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

SICHONANY NETO, Saul de Oliveira; NASCIMENTO, Valéria Ribas do. **A cibercidadania como direito humano de terceira geração e o acesso à internet em alta velocidade**: a PEC 479/2010 frente à inclusão digital. 2013. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=5bcbb81902363066. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP, 2022.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. SANTOS, Marcel Ferreira. SANTOS. Bianca El Hage Ferreira. Auxílio Inclusão à Luz da Dignidade da Pessoa Humana: Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência e a Lei 14.176/2021. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 22, n. 2, maio/ago. 2022.

SOUSA, Daniel Marcos Miranda de; PASSARELLI, Samuel Eduardo; PUGLIESI, Jaqueline Brigladori. A inteligência artificial no recrutamento e seleção de pessoas. **Revista EduFatec**: educação, tecnologia e gestão, v. 2, n. 1, jan./jun. 2019.

TEFFÉ, Chiara Antonia Spadaccini de. **Dados pessoais sensíveis: uma análise funcional da categoria e das hipóteses de tratamento**. 2022. 310 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

WOLKOFF, Tania Giandoni. **A era da comunicação digital**: a necessidade de uma política nacional de inteligência artificial. 2021. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.



O QUE DIZ RESPEITO A MIM NÃO PODE SER DE TODOS: OS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA PROTEÇÃO JURÍDICA DE DADOS PESSOAIS EM TECNOLOGIAS DE SAÚDE

GT 9: TECNOLOGIAS E DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luiza Schiavon Girolimetto[1], Cleber Sanfelici Otero[2].

[1] Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar - UniCesumar, Maringá, Estado do Paraná, Bolsista CAPES, E-mail: luizaschiavon.adv@gmail.com
[2] Orientador, Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos do ITE, Bauru - SP. Graduado em Direito na Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, SP, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar - UniCesumar, na linha "Os direitos da personalidade e o seu alcance na contemporaneidade". E-mail: cleber.otero@unicesumar.edu.br

RESUMO

No artigo, há uma abordagem científica sobre os principais aspectos que envolvem as tecnologias de saúde, os direitos da personalidade e a proteção de dados pessoais. O estudo apresenta suas argumentações fundamentadas nas análises advindas da abordagem qualitativa de pesquisa, com o emprego do método dedutivo de pesquisa em conjunto com a aplicação do procedimento histórico-comparativo, embasado em doutrinas pertinentes, jurisprudência atual, artigos científicos relevantes e dados estatísticos capazes de demonstrar a necessidade da pesquisa sobre esta temática, que tem como objetivo identificar as implicações do mau uso e gerenciamento de dados nas tecnologias em saúde e os seus efeitos nos direitos da personalidade. Inicia-se com a abordagem do direito à proteção de dados como direito fundamental e da personalidade, para, na sequência, analisar acerca da coleta e do uso de informações pessoais na área da saúde e responsabilidade decorrente do vazamento dessas informações na internet. Destacam-se os desafios éticos e legais que emergem da interseção entre saúde, direito à privacidade e tecnologia, com a exploração dessa interação complexa, com o oferecimento de uma nova visão acerca do presente tema com a finalidade de promover uma profunda reflexão sobre as implicações jurídicas que possam garantir a proteção dos direitos individuais e a integridade dos dados pessoais, e consequentemente o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade.

Palavras-chave: Direito à privacidade, segurança cibernética, vulnerabilidade tecnológica, responsabilidade civil

1 INTRODUÇÃO

A crescente digitalização das atividades cotidianas e a evolução das tecnologias voltadas aos sistemas de gestão da área de saúde, questões relacionadas aos direitos da personalidade e à proteção de dados pessoais assumem uma relevância interessante a ser analisada cientificamente. Por meio do método dedutivo de pesquisa em conjunto com o método procedimental histórico-comparativo, os capítulos do trabalho terão como objetivo, primeiramente, contextualizar os direitos da personalidade na era

digital e suas particularidades. Diante do avanço tecnológico e da onipresença dos sistemas de internet, torna-se necessária a compreensão sobre como ocorre a aplicabilidade dos direitos fundamentais nesse contexto tecnológico, e como podem ser afetados os direitos da personalidade no ambiente virtual.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Haja vista o contexto tecnológico, é inquestionável a dependência e a necessidade da utilização das tecnologias no cotidiano da sociedade. Os direitos da personalidade se relacionam com as tecnologias de maneira a representar uma ampliação, um estender dos direitos da personalidade no âmbito do mundo real para o virtual. Os direitos da personalidade comportam “direitos intrínsecos à pessoa”. São direitos inerentes ao ser humano, que envolvem as esferas do direito à vida, direito à privacidade, direito à intimidade, direito à liberdade, à voz, à imagem, dentre outros. Os direitos da personalidade “são direitos que têm como objetivo assegurar a proteção de valores inatos ao homem” (Bittar, 2015, p. 13).

Ao considerar a relevância da proteção jurídica dos direitos da personalidade, torna-se necessária a análise da importância da atuação desses direitos na esfera digital, haja vista que a humanidade já se encontra em uma fase irreversível tecnologicamente. Em virtude disso, Dirceu Pereira Siqueira e Fernanda Pavesi Lara asseveram que

> [...] as peculiaridades da identidade da pessoa como nome, a honra, a integridade física, a imagem, a privacidade e os dados pessoais dos indivíduos integram os direitos da personalidade, e estão em constante transformação. À medida que a sociedade se modifica por influência da tecnologia os impactos nos direitos da personalidade passam a ser sentidos, em especial, acerca dos dados pessoais que são disponibilizados pelos usuários do sistema (Siqueira; Lara, 2021, p. 9).

Sobre a proteção de dados pessoais, temática fundamental do presente estudo em conjunto com os direitos da personalidade, Ingo Sarlet ensina que “a proteção de dados alcançou uma dimensão sem precedentes na sociedade tecnológica”, sendo que já assumiu até mesmo um caráter “onipresente” (Sarlet, 2020, p. 1). Pela característica de conter informações correspondentes ao que há de mais profundo sobre um determinado indivíduo, os dados pessoais comportam uma série de restrições sobre a sua coleta, uso e disseminação por diversos órgãos presentes na sociedade. Este cuidado é fundamental para a defesa dos direitos da personalidade.

As tecnologias em saúde, nas palavras de Suéllyn Aragão e Taysa Schiocchet, são também denominadas de “*e-Health”* ou “e-Saúde” e incluem como atividades a “assistência ao paciente, pesquisa,

educação/capacitação de força de trabalho e monitoração e avaliação em saúde". No contexto brasileiro, os processos de e-Saúde ou *e-Health* incluem o "Cartão Nacional de Saúde do SUS, telediagnóstico, teleconsultas, telecirurgias, telemonitoramento, educação permanente e prontuário eletrônico (Aragão; Schiocchet, 2020, p. 7).

Ao considerar que os dados expressam a personalidade de seu titular, conforme ensinamentos de Danilo Doneda (2011, p. 14), é essencial que as normativas dispostas na Lei Geral de Proteção de Dados sejam obedecidas pelos órgãos de saúde, em todas as suas estruturas, e que essas disposições sejam alvo de estudos e conscientização, para que a coleta, uso, tratamento e armazenamentos de dados pessoais e sensíveis sejam realizados de maneira a respeitar e proteger os direitos da personalidade.

Como reflexão, portanto, é nitidamente ofensivo aos direitos da personalidade, principalmente no que se refere ao direito à privacidade, o mau gerenciamento de dados pessoais e sensíveis advindos de base de dados de tecnologias de saúde, como os já mencionados no presente trabalho. Dessa forma, há um alerta perante a proteção de dados e a segurança jurídica no que se diz respeito às informações veiculadas nas tecnologias de saúde, devendo ser alvo de investigação científica, conscientização institucional e populacional, além da promoção pela efetiva aplicabilidade das leis e normas vigentes sobre o assunto, bem como a elaboração de novas normas relacionadas à temática, com o objetivo de promover a proteção dos direitos da personalidade e a obediência ao princípio da dignidade da pessoa humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foi possível observar que os direitos da personalidade são componentes essenciais do ordenamento jurídico e assumem uma importância ainda maior quando se referem aos desafios atuais impostos pelo avanço das tecnologias digitais. Por se tratar de direitos que envolvem o que há de mais íntimo em um indivíduo, é evidente que há necessidade de se proteger tais direitos diante da disposição de dados pessoais nos meios tecnológicos, principalmente no que se referem às tecnologias ligadas ao setor da saúde, uma vez que possuem acesso também a dados sensíveis de pacientes. Conclui-se o presente trabalho, exaltando a relevância das normas jurídicas já existentes, como a recente Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados e as demais normas mencionadas, que auxiliam na verificação e na segurança jurídica na coleta, armazenamento e gerenciamento de dados. Entretanto, também é possível concluir que, apesar das normas já em vigor, a proteção de dados na área da saúde necessita ser alvo de ainda mais estudo e aplicação de leis específicas, uma vez que casos de vazamento de dados pessoais e



sensíveis continuam a ocorrer, gerando consequências graves para aqueles que são vítimas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Suéllyn Mattos de. SCHIOCCHET, Taysa. Lei Geral de Proteção de Dados: desafios do sistema único de saúde. **Revista eletrônica de Comunicação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jul./set. 2020, p. 692-708. Disponível em: https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2012/2391. Acesso em: 8 maio 2024.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da Personalidade.** 8. ed. [atual. por Eduardo C. B. Bittar]. São Paulo: Saraiva, 2015.

DONEDA, Danilo. Proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Revista Espaço Jurídico.** Joaçaba, SC. v. 12, n. 2, p. 91-108, jul./dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315/658. Acesso em: 01 abril 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. Proteção de dados pessoais como direito fundamental na Constituição Federal brasileira de 1988: contributo para a construção de uma dogmática constitucionalmente adequada. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça.** Belo Horizonte, MG, n. 42, p.. 179-218, jan./jun. 2020 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18864/2/PROTEO_DE_DADOS_PESSOAIS_COMO_DIREITO_FUNDAMENTAL_NA_CONSTITUIO_FEDERAL_BRASILEIRA_DE_1988.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. LARA, Fernanda Corrêa Pavesi. Os direitos da personalidade na era de disrupções tecnológicas. **Revista jurídica FURB** [ISSN: 1982-4858]. Blumenau, SC, v. 25, p. 1-14, jan./abr. 2021. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/9900. Acesso em: 13 abr. 2024.



RESPONSABILIDADE CIVIL DAS BIG TECHS POR VIOLAÇÕES DE PRIVACIDADE E DADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS LEGAIS

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Antônio de Alencar Bozelli Milani[1], Ricardo da Silveira e Silva[2].

[1] Acadêmico de Direito, Unicesumar de Maringá, Estado do Paraná. Email: narutomilani@hotmail.com.
[2] Orientador, graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1999), Mestre em Direitos da Personalidade pelo Unicesumar (2016). E-mail: ricardo.silva@unicesumar.edu.br.

RESUMO

As Big Techs, gigantes tecnológicos que dominam o cenário digital, enfrentam crescentes desafios legais relacionados à responsabilidade civil por violações de privacidade e dados pessoais. Com o advento de regulamentações rigorosas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, essas empresas são obrigadas a revisar e fortalecer suas políticas e práticas de coleta, uso e proteção de dados para evitar penalidades severas e danos à sua reputação. A responsabilidade civil se estabelece não apenas na compensação por danos, mas também no incentivo à conformidade e inovação em práticas de proteção de dados. O objetivo deste estudo é analisar as implicações dessas regulamentações para as Big Techs, utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica para examinar a legislação pertinente e a jurisprudência atual. Conclui-se que, embora a implementação dessas normas represente um desafio, ela também oferece uma oportunidade para que essas empresas liderem pelo exemplo na adoção de práticas de governança de dados mais transparentes e seguras.

Palavras-chave: Danos; GDPR; LGPD; Penalidades; Regulamentações.

1 INTRODUÇÃO

As Big Techs, termo utilizado para designar as grandes empresas tecnológicas que dominam o mercado global, estão cada vez mais no foco das discussões sobre privacidade e proteção de dados pessoais. Com a capacidade de processar e armazenar quantidades massivas de dados dos usuários, essas empresas enfrentam desafios significativos em relação à conformidade legal e à responsabilidade civil. A era digital trouxe consigo uma crescente preocupação com o modo como as informações pessoais são coletadas, usadas e protegidas. Os frequentes casos de violações de dados que resultam em abusos de privacidade colocaram as práticas dessas corporações sob escrutínio intenso, tanto por parte dos usuários quanto dos reguladores.

A responsabilidade civil das Big Techs por violações de privacidade é um tema complexo que envolve múltiplas camadas de legislação e jurisprudência. No coração desta questão está o princípio de que as

empresas devem ser responsabilizadas não apenas por danos diretos, mas também por não cumprir com os rigorosos padrões de proteção de dados estabelecidos por leis como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia. Essas legislações impõem obrigações detalhadas sobre a coleta, uso, e compartilhamento de dados pessoais, e estabelecem pesadas multas para as violações, evidenciando uma tendência global de reforço das políticas de privacidade.

Além da implementação de medidas de segurança adequadas, as Big Techs são obrigadas a garantir transparência em suas operações de processamento de dados. Isso significa informar claramente os usuários sobre quais dados estão sendo coletados, para quais propósitos e como esses dados são protegidos ou compartilhados com terceiros. A falta de transparência pode levar a sanções significativas e danos à reputação, pressionando essas empresas a reformular suas estratégias de privacidade e segurança de dados. No entanto, a aplicação efetiva dessas normas é um desafio constante, dada a complexidade das tecnologias envolvidas e a natureza global das operações das Big Techs.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

As Big Techs, grandes empresas tecnológicas que dominam amplamente o mercado global, exercem uma influência significativa em diversos aspectos da vida moderna. Empresas como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft têm acesso a uma quantidade extraordinária de dados, provenientes de bilhões de usuários em todo o mundo. Esses dados incluem informações pessoais, preferências de consumo, comportamentos online e até localizações geográficas. A capacidade dessas empresas de processar e analisar esses dados oferece oportunidades sem precedentes para inovação e personalização de serviços, mas também levanta preocupações profundas sobre privacidade e segurança dos dados pessoais.

Dessa forma, pode-se dizer que a contextualização das Big Techs e a importância da proteção de dados evidenciam um campo de tensão entre inovação tecnológica e direitos individuais. Enquanto as possibilidades oferecidas pelo vasto processamento de dados são enormes, os riscos associados à privacidade e segurança dos dados são igualmente significativos. A evolução futura das políticas de proteção de dados e a resposta das Big Techs a essas demandas moldarão não apenas o futuro do setor tecnológico, mas também o tecido da vida privada e pública em escala global.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia representam marcos legislativos fundamentais na regulação da proteção

de dados pessoais. Embora ambas as legislações compartilhem o objetivo comum de proteger a privacidade dos indivíduos e garantir o uso ético de seus dados, existem nuances significativas em seus fundamentos e aplicabilidade que refletem as diferenças culturais, sociais e econômicas entre as regiões. Ambas as legislações são abrangentes e impactam não apenas as entidades locais, mas também empresas ao redor do mundo que processam dados de residentes dessas regiões.

A responsabilidade civil e a conformidade legal tornaram-se questões prementes para empresas que operam no mundo digital, especialmente em um cenário onde as violações de privacidade estão se tornando cada vez mais frequentes. Com a globalização da economia digital e a crescente dependência de tecnologias da informação, as organizações encontram-se sob um escrutínio intenso quanto à maneira como coletam, armazenam e utilizam os dados pessoais. A responsabilidade civil surge como um mecanismo legal para assegurar que as empresas sejam responsabilizadas por danos causados a terceiros devido a falhas na proteção de dados ou violações de privacidade. Este conceito jurídico impõe que, caso uma empresa falhe em proteger adequadamente os dados do usuário, e essa falha resulte em prejuízo, a empresa pode ser considerada legalmente responsável e obrigada a compensar as vítimas.

Sendo assim, pode-se dizer que a responsabilidade civil e a conformidade legal em violações de privacidade são aspectos críticos da gestão moderna de empresas no setor tecnológico. Com o avanço das tecnologias de informação e a expansão do escopo da coleta de dados, as empresas devem estar continuamente vigilantes e proativas em suas abordagens para proteger os dados dos usuários. Cumprir com as leis de proteção de dados não apenas evita sanções legais, mas também serve como um pilar para a construção de relações de confiança duradouras com os usuários e a sociedade em geral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a responsabilidade civil das Big Techs por violações de privacidade e dados é uma área de crescente importância e complexidade. À medida que a sociedade se torna cada vez mais digitalizada, a capacidade das empresas de gerenciar dados de forma segura e ética é fundamental. As violações de dados, infelizmente, não são apenas incidentes técnicos, mas falhas que têm repercussões profundas na privacidade individual e na integridade corporativa. Portanto, garantir a conformidade legal e a responsabilidade adequada dessas empresas é crucial para manter a confiança pública e a estabilidade do ambiente digital.

As leis como o GDPR e a LGPD representam esforços significativos de diferentes jurisdições para estabelecer um marco regulatório que possa

responder aos desafios impostos pela era da informação. Essas legislações não só estabelecem padrões de proteção de dados, mas também delineiam as responsabilidades das empresas e oferecem um guia sobre as expectativas em relação à segurança de dados. Ao impor regras claras e sanções por não conformidade, essas leis incentivam as Big Techs a adotarem práticas de governança de dados mais robustas e a investirem continuamente em melhorias de segurança.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Elisa Friaça. **Análise comparada entre as Leis de Proteção de Dados do Brasil e da União Europeia e seus respectivos instrumentos de execução**. 2022. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5479. Acesso em: 22 out. 2024.

COSTA, Fabrício Veiga; BARROS, FREDERICO KERN FERREIRA; DOS SANTOS, João Manoel Miranda Gomes. Contornos sobre a responsabilidade civil das grandes empresas de tecnologia “big techs” em casos de violação ao direito fundamental à proteção de dados. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**. 2022. v. 8, n. 1, p. 1-24.

NEVES, Rebeca de Aguilar Pereira. **GDPR e LGPD: estudo comparativo**. 2021. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15239. Acesso em: 22 out. 2024.

SOARES, Igor Raphael Guimarães. **Breve análise comparativa das principais normas internacionais sobre proteção de dados pessoais**. 2021. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Telecomunicações) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48207. Acesso em: 22 out. 2024.

TAVARES FERNANDES, JAKELINE. **Da Responsabilidade Civil das Empresas no tratamento de Dados Pessoais-Marco Civil da Internet (Lei nº 13.709/2018)**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – UniEvangélca, Anápolis, 2022. Disponível em: http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/19464. Acesso em: 22 out. 2024.



RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: DO DANO MORAL E NEGLIGÊNCIA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

GT09: Tecnologias e os Direitos da Personalidade

Pedro Augusto Rodrigues de Araujo[1], Mayume Caires Moreira[2]

[1] Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Cesumar - UniCesumar, Campus Maringá-PR. E-mail: peedrorodriguesaraujo@gmail.com.
[2]Doutoranda em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Advogada e professora universitária; e-mail: mayumecaires@hotmail.com.

RESUMO

Este resumo aborda a grave questão da responsabilidade civil das plataformas digitais, destacando a importância do dano moral e da negligência, como um marco de proteção contra o cyberbullying, analisando o papel das plataformas como terceiros na distribuição do mesmo que é distribuído nas plataformas em relação às ações ilegais realizadas por seus usuários. Combater o total descaso das plataformas e a falta de atenção que se pode gerar a danos morais e perdas morais, mesmo quando não conseguem controlar a distribuição de conteúdo que violem direitos alheios, incluindo a negligência na remoção de conteúdos ofensivo e a falta de monitoramento adequado de sistemas para proteger os usuários de assédio virtual usando plataformas para espalhar notícias falsas, assediar, humilhar ou intimidar indivíduos. Analisar a urgência de uma regulação e controle mais fortes, em que as obrigações e responsabilidades das plataformas sejam definidas de forma mais clara, com o objetivo de harmonizar a proteção dos direitos pessoais e a liberdade de expressão do indivíduo. Para isso, utiliza o método dedutivo e a técnica de pesquisa de revisão de literatura. Consequentemente, o trabalho destaca a responsabilidade civil das plataformas digitais como um tema que requer um acompanhamento mais próximo e contínuo, com o objetivo de garantir a justiça e proteção dos direitos dos utilizadores, com o objetivo de ter mais transparência na utilização das plataformas digitais pelos usuários.

Palavras-chave: Assédio Virtual, Cyberbullying, Responsabilidade Civil.

1 INTRODUÇÃO

Com a ascensão das plataformas digitais nos dias de hoje, transformou profundamente a forma de como interagimos ou outra pessoa, no compartilhamento de informações e nos relacionamentos. Assim, esse ambiente virtual também trouxe desafios significativos, tangendo a responsabilidade civil. Diante da atual crescente incidência nas situações de assédio, como o cyberbullying, “Fake News”, disseminação de conteúdos prejudiciais, a negligência das plataformas na moderação e controle do conteúdo tornando uma situação crítica. A discussão sobre o dano moral e as implicações da responsabilidade civil das plataformas digitais se tornando essencial, visando explorar os motivos da responsabilidade civil das plataformas, não só apenas suas obrigações

legais, também suas consequências sociais e psicológicas no resultado de sua inação, compreendendo a dinâmica que é fundamental para promover o ambiente virtual mais seguro, protegendo os direitos dos usuários em um mundo mais digitalizado.

Dessa forma, este estudo busca não apenas analisar as obrigações legais das plataformas digitais, assim, também na reflexão sobre o papel das plataformas digitais no desempenho da construção de um espaço virtual que respeite e valorize a dignidade humana de seu usuário.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

É cada vez mais comum na sociedade o uso das plataformas digitais e de outras formas de comunicação como aplicativos de envio de mensagem, ou até mesmo de informações, com isso a responsabilidade das plataformas digitais em relação ao cyberbullying se tornando mais comum, com isso, o comportamento inadequado, que intimidam e repetidos, realizados através de meios digitais, podendo ter consequências devastadoras para as vítimas, incluindo problemas psicológicos, isolamento social, até mesmo o suicídio.

Dessa forma, para Yeagashi, João Gabriel:

> (...) A violência cresce no espaço escolar, mas, assim como ocorre nos demais ambientes, transcende a escola e adentra em um campo que escapa aos sentidos, embora existente e até ubíquo na vida moderna. O ciberespaço tudo conecta e tudo aproxima, de modo que a intimidação sistemática virtual, também chamada de *cyberbullying*, representa outro, e até mais grave, problema a ser tutelado pela responsabilidade civil. (Yaegashi, 2022, p.192).

Podemos destacar, a negligência das plataformas digitais é manifestada com a indisposição em combater o cyberbullying, é insuficiente somente políticas de uso que inibem os comportamentos abusivos, causando um dano ao usuário, muitas das plataformas tem politicas vagas e inconsistentes, sobre o que realmente é o cyberbullying, assim, com interpretações diferentes do tema, ocorre que, muitas plataformas digitais adotam a políticas de seu país de origem, assim, vários outros usuários de outra localidade, que a legislação não é pertinente ao país de origem da plataforma, muitos dizem que a internet é uma “terra sem lei”, porém não é muito bem isso. Cada país tem sua legislação local. As plataformas digitais deverão obedecer a legislação do local que se instalou.



É sabido que existe uma facilidade que as pessoas tenham acesso a dados, e conteúdos íntimos de terceiros, assim causando violações de direitos de personalidade, com isso vazam informações muito íntima da vítima, causando um prejuízo enorme sendo psicológicas ou até mesmo danos morais, ferindo a honra e imagem da pessoa, no ambiente virtual, muitos conseguem endereço, números de documentos, até mesmo fotos mais íntimas, fazendo que o autor do cyberbullying tenha facilidade com a criação de contas pessoais, postagens em grupos, contribuindo com a exposição da vítima, com a exposição de imagem e dados injustificada, como perfis falsos para a propagação de informações na intenção de denegrir a imagem e honra da vítima, gerando graves danos à pessoa humana.

Com isso, as plataformas digitais precisam estar mais à frente desse tipo de situação, criando mecanismos para enfretamento de bullying e cyberbullying como ações de fiscalização de criação de perfis, agilidade na denúncia de conteúdo publicado, fazer com que a plataforma consiga rastrear e banir quem usa da plataforma para denegrir a imagem e a honra da pessoa através de perfis falsos

Assim para, Isabella Rabarchi Baumann;

> Quanto à ilicitude, a violação de um direito subjetivo ou a inobservância de normas de proteção podem requerer a responsabilização civil104. Em tempo, até mesmo o modelo de direito subjetivo afetado pode dar forma a diferenciações como a responsabilidade por lesões à direitos da personalidade, direitos reais, de crédito, à bens intelectuais e assim segue. Em relação à culpa, é possível discernir a responsabilidade por negligência ou dolo, defendendo alguns autores, inclusive, a importância prática entre a diferenciação da primeira divisão posta entre negligência leve ou grave. (Baumann, 2024, p. 60).

Quanto a isso, é possível a responsabilização civil, sendo ela subjetiva, que é composta pela conduta humana na ação em sentido amplo, no caso a ação, o nexo causal onde a conduta praticada do agente é o resultado do danoso, o dano sendo ele material, moral ou estético, e a culpa, onde inclui tanto dolo como a culpa em sentido estrito. A responsabilização objetiva tem o mesmo pressuposto que a subjetiva, porém a culpabilidade não faz parte da responsabilidade objetiva, mas sim a conduta humana, nexo causal, dano sendo o prejuízo moral ou imaterial da vítima, e o risco sendo reconhecido no agente um dever prévio de cuidado, não observando o dever de cuidado com o que lhe era interessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a crescente relevância das plataformas digitais, nos tras na vida cotidiana a urgente necessidade de responsabilização civil diante das situações de cyberbullying e outros atos de assédio praticados.

Assim, é importante que essas empresas implementem políticas claras e eficazes, dando resposta rápida as denúncias, na garantia de que todos os usuários compreendam seus direitos e condutas inadequadas. O respeito da legislação vigente, as plataformas deveram ser proativas na criação de um ambiente seguro e saudável, na contribuição da dignidade humana e proteção do direito de todos seus usuários.

Visa salientar, que a responsabilidade civil das plataformas digitais devem ser abordadas de forma mais abrangente, considerando não apenas as implicações legais, porém as consequências sociais e emocionais de ações das plataformas digitais online só será possível mitigar os danos causados pelo cyberbullying, na promoção de um espaço digital mais respeitoso e responsável na sociedade.

REFERÊNCIAS

YAEGASHI, J. G. **A Responsabilidade Civil Como Instrumento De Tutela Da Personalidade Em Face Do Bullying E Cyberbullying Escolar**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Cesumar, campus Maringá. 2022, 192 p.

BRASIL. **Resolução nº 245**, de 5 de abril de 2024. Diário Oficial da União, 5 abr. 2024.

BAUMANN, Isabella Rabarchi. **Responsabilidade Civil na Internet**: Liberdade de Expressão e o Conteúdo Ilícito Difundido na Rede. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2024.

TENSÕES ENTRE A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Ana Elisa Silva Fernandes Vieira[1], Dirceu Pereira Siqueira[2].

[1] Doutoranda em Direito pela UNICESUMAR. Bolsista CAPES. Mestre em Ciências Jurídicas pela UNICESUMAR. Professora na UNESPAR e Faculdades Maringá. E-mail: anaelisa.fernandes@hotmail.com.
[2] Coordenador e Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da UNICESUMAR. Pesquisador ICETI. E-mail: dpsiqueira@uol.com.br.

RESUMO

Com método indutivo e revisão bibliográfica, considera as tensões entre a governamentalidade algorítmica e os direitos da personalidade. Conclui que o estudo desse fenômeno evidencia a urgência de se pensar em soluções jurídicas que possam mitigar os efeitos negativos dessa nova forma de governança.

Palavras-chave: Foucault; Algoritmos; Controle; Direitos da Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste resumo é analisar a teoria da governamentalidade algorítmica, proposta por Antoinette Rouvroy, e o possíveis impactos que ela representa aos direitos da personalidade.

O método de abordagem utilizado é o indutivo para discussão em específico de uma teoria (governamentalidade algorítmica) em um campo de estudos amplos (direitos da personalidade). A técnica de investigação empregada é a revisão bibliográfica com levantamento de referências teóricas em artigos de periódicos e livros físicos e digitais sobre o tema.

O resumo não pretende esgotar a temática, mas aproximar os temas de governamentalidade e tensões aos direitos da personalidade.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O debate em torno da governamentalidade tem origem nos estudos de Foucault (2008) sobre as estratégias de funcionamento do exercício do poder. O autor identificou que existiriam três mecanismos de poder, as saber, (i) a soberania exercida por meio do sistema jurídico; (ii) a disciplina com as estratégias de vigilância e correção dos indivíduos, e a (iii) governamentalidade baseados em cálculos de probabilidade e em levantamentos estatísticos para regular uma população.

No final dos anos 1970, o filósofo francês centralizou sua pesquisa sobre a noção de governo e analisou as relações de poder nos termos de práticas de governo, afastando-se tanto do discurso jurídico sobre poder e

soberania até então analisadas (Foucault, 2008). Em especial, no curso ministrado em 1978 no *Collège de France*, publicado com o título Segurança, Território, População, ele delineia o que considerou ser uma forma emergente de governo que acompanhou o surgimento do Estado moderno e que compõe um processo chamado de governamentalização do Estado, ligado aos desenvolvimentos do aparelho administrativo e de um conjunto de análises e saberes, especialmente a partir do séc. XVI.

Governar por meio do poder seria dirigir/conduzir indivíduos ou grupos, a agir de modo calculado, isto é, estruturar o campo da ação possível, visando fins específicos. Para Alves (2019, p. 5) "o foco do governo reside assim na condução de condutas, ou seja, no direcionamento dos comportamentos por meio de incitação, indução, sedução ou constrangimento e proibição, de modo a tornar mais ou menos provável um determinado curso de ação".

Dessa forma, a expressão "governamentalidade" refere-se a uma certa racionalidade que vai além de um exercício espontâneo de um poder específico, mas opera por mecanismos dispersos de poder, desde repressivos/coercitivos do poder soberano até políticos de controle, de gestão da biopolítica e disciplinar. A própria palavra faz referência a tal noção, sendo governamentalidade a união das expressões governa/mentalidade (*gouverne/mentalité*), remetendo a uma racionalidade específica (Alves, 2019, p. 6).

A racionalidade proposta por Foucault não opera diretamente sobre o indivíduo, mas sobre o ambiente, modificando comportamentos possíveis para determinar o curso de ações futuras (Alves; Andrade, 2022), assim, antes de reprimir, "o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade" (Foucault, 1999, p. 218). A governamentalidade no Estado moderno figura ao lado dos outros mecanismos (jurídicos e disciplinares).

A partir de 1990, surgiu uma grande área de estudos, que convencionou-se chamar de *governmentality studies* e a reflexão sobre a governamentalidade e suas aplicações. Dentre os autores que propuseram interpretações nessa área, destaca-se Antoinette Rouvroy, que estuda a digitalização e da automação do mundo.

Ela trata da ascensão de um novo tipo de governamentalidade que utiliza da otimização algorítmica dos comportamentos: a "governamentalidade algorítmica". Este fenômeno pode ser definido como um tipo de racionalidade governamental que utiliza da "coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis" dos usuários (Rouvroy; Berns, 2015, p. 42). Ela estaria baseada no funcionamento algorítmico e de rastros comportamentais no espaço digital. O algoritmo é um conjunto de instruções descritas por meio de uma

linguagem de programação e que trabalham nas mídias sociais, sem que os sujeitos que utilizam estes acessos tenham plena consciência.

Segundo Rouvroy e Berns (2015, p. 39-41), as estratégias utilizadas na governamentalidade algorítmica para fins de manipulação dos comportamentos são: *a dataveillance, o data-mining e o profiling*. Por meio da vigilância e coleta de dados (*dataveillance*) cria-se um banco de dados que são tratados em operações algorítmicas para a criação de perfis (profiling), para elaboração de "previsões probabilísticas quanto às preferências, intenções e propensões de ação, constituindo uma antecipação de comportamentos" (Alves, 2019, p. 11).

O objetivo da governamentalidade algorítmica revela a ambição de atuar no delineamento da identidade e da subjetividade dos sujeitos. Segundo Germano e Nogueira (2017), a comunicação em rede proporciona trocas sociais nas quais a subjetividade pode ser alterada.

As singularidades subjetivas dos indivíduos, suas motivações ou intenções psicológicas pessoais não são importantes em um contexto governamental. O que importa, é a "possibilidade de vincular qualquer informação ou dado trivial deixado para trás ou divulgado voluntariamente pelos indivíduos com outros dados coletados em contextos heterogêneos e estabelecer correlações estatisticamente significativas" (Rouvroy, 2013, p. 157).

Este fenômeno tensiona os direitos da personalidade, na medida em que objetiva analisar, prever e modular a subjetividade e identidade humana. Neste contexto, os direitos da personalidade são definidos como aqueles que individualizam o sujeito na sociedade. Tepedino (2004, p. 24), menciona que são direitos "atinentes à tutela da pessoa humana, considerados essenciais à sua dignidade e integridade". São direitos que têm por objeto os diversos aspectos da pessoa humana, caracterizando-a em sua individualidade e necessários para uma vida digna.

Segundo Dias e Salvetti (2023, p. 226), é possível considerar que "o algoritmo cumpre um papel fundamental para o capitalismo contemporâneo, que é o de colonização do mundo da vida, tarefa executada até então pela indústria cultural". Assim, é possível afirmar que os algoritmos impactam a produção das subjetividades humanas contemporâneas (Moreno; Martins; Tremblay, 2021).

Devido a essencialidade destes direitos para uma vida digna, e a íntima relação que possuem com a individualidade do titular, entende-se que as novas formas de controle exercidas na sociedade contemporânea, por meio de algorítmicos, como é o caso, por exemplo, da privacidade, da autodeterminação informativa, igualdade, liberdade/autonomia humanas.

A atuação dos algoritmos na coleta e análise de dados pessoais tensiona as noções clássicas de privacidade, liberdade e autodeterminação informativa, configurando uma forma de controle que é ao mesmo tempo sutil e penetrante. Esse controle, diferente dos mecanismos jurídicos ou

disciplinares tradicionais, atua sobre o comportamento dos indivíduos de maneira probabilística e preditiva, moldando as subjetividades e identidades humanas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção dos direitos da personalidade precisa ser reavaliada, considerando-se as novas dinâmicas de poder e controle sobre os indivíduos, que são constantemente observados e manipulados por algoritmos que orientam suas decisões e condutas. A necessidade de uma atualização legislativa e de mecanismos de defesa que garantam a dignidade e a integridade dos sujeitos frente a esses avanços tecnológicos é premente, a fim de assegurar que os direitos fundamentais sejam respeitados em uma sociedade cada vez mais algoritmizada.

O estudo da governamentalidade algorítmica e seus impactos nos direitos da personalidade evidencia a urgência de se pensar em soluções jurídicas que possam mitigar os efeitos negativos dessa nova forma de governança, sem desconsiderar os benefícios que a tecnologia pode trazer ao desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. S. A resistência à governamentalidade algorítmica: condutas e contracondutas na era da informação. In: **Ensaios de Desobediência Epistemocrítica:** dimensões antagonistas na era das sujeições bio-político-cibernéticas. Belo Horizonte: Initia Via, 2019.

ALVES, M. A. S.; ANDRADE, O. M. Autonomia individual em risco? Governamentalidade algorítmica e a constituição do sujeito. **Cad. Metropole**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 1007-1023, set./dez. 2022.

DIAS, F. V.; SALVETTI, É. F. A Governamentalidade Algorítmica Da Vida E Sua Consequente Precarização Jurídico-Política Do Trabalho. **REI,** v. 9, n. 1, p. 216-240, jan./abr. 2023.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso** dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GERMANO, I. M. P.; NOGUEIRA, M. C. G. M. A difusão das redes sociais e as novas expressões do eu. **Revista de Psicologia,** v. 8, n. 2, p. 53-62, jul./dez. 2017.

MORENO, B. S.; MARTINS, C. J.; TREMBLAY, D. G. Algoritmo e governamentalidade: novas configurações da produção de subjetividades contemporâneas. **InCID,** v. 11, n. 2, p. 23-36, 2021.

ROUVROY, A. The end(s) of critique: data behaviourism versus due process. In: **Privacy, Due Process and the Computational Turn:** the Philosophy of Law meets the Philosophy of Technology. New York: Routledge, 2013.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco Pós,** v. 18, n. 2, p. 35-56, 2015.

TEPEDINO, G. A tutela da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro. In: **Temas de direito civil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ÚTEROS ARTIFICIAIS: A NOVA FRONTEIRA DA EUGENIA E OS DESAFIOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT 9: TECNOLOGIAS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Mylene Manfrinato dos Reis Amaro[1], Valéria Silva Galdino Cardin[2].

[1]Doutoranda em Direito pela Universidade Cesumar – Unicesumar. Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2019-2020), com enfoque nos Direitos da Personalidade e seu alcance na contemporaneidade. Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP/CAPES). Graduada no Curso de Direito da Instituição de Ensino Superior Unicesumar, da cidade de Maringá-PR (2013-2017). Especialista em Direito Civil e Tecnologias e Inovações EAD – UNIASELVI. Membra do grupo de Pesquisa "Reconhecimento e Garantia dos Direitos da Personalidade". Professora do Curso de Direito da Unifatecie, Advogada no Paraná; E-mail: mylenemanfrinato@gmail.com.
[2] Orientadora, Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e no Doutorado e Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR); Pesquisadora pelo Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Advogada no Paraná; E-mail: valeria@galdino.adv.br.

RESUMO

O estudo propõe investigar o útero artificial como uma possível ferramenta de eugenia. A questão central que orienta a pesquisa pode ser resumida na seguinte indagação: em que medida essa tecnologia contribui para a prática eugenista e pode implicar na violação dos direitos da personalidade dos envolvidos? A análise dos dados obtidos, embasada na bibliografia que fundamenta o trabalho, sugere que, embora as inovações no campo da reprodução assistida ofereçam soluções para infertilidade e esterilidade, também apresentam potencial para se tornarem instrumentos de violação de direitos fundamentais. O objetivo principal da pesquisa é examinar a possibilidade de ocorrência de práticas eugenistas por meio do uso do útero artificial. Para isso, foram estabelecidos três objetivos específicos: (a) explorar o direito ao planejamento familiar e sua relação com os direitos da personalidade; (b) analisar as diversas formas de concretização do planejamento familiar por meio das técnicas de reprodução assistida; e (c) investigar as práticas eugenistas associadas ao uso do útero artificial e suas implicações nos direitos da personalidade. A metodologia aplicada foi baseada no método hipotético-dedutivo, utilizando pesquisa bibliográfica e documental para embasar as análises propostas.

Palavras-chave: Direitos da personalidade; eugenia; planejamento familiar; reprodução assistida; úteros artificiais.

1 INTRODUÇÃO

O útero artificial representa um marco na medicina reprodutiva e na biotecnologia, consolidando o direito à procriação como uma expressão dos direitos da personalidade. Esta inovação oferece novas perspectivas para casais que enfrentam desafios relacionados à infertilidade, ao mesmo tempo em que provoca reflexões sobre os limites éticos e jurídicos da reprodução humana.

A pesquisa busca analisar se o útero artificial pode ser utilizado como uma ferramenta para a prática da eugenia, questionando se a

manipulação genética, associada a essa tecnologia, poderá afetar a identidade e a dignidade das pessoas no futuro. A temática da eugenia, embora tenha origens antigas, permanece relevante, especialmente diante das recentes possibilidades de "construção" de seres humanos, o que torna fundamental um exame cuidadoso dos impactos dessa prática.

O problema central deste estudo é entender em que medida o útero artificial pode incentivar práticas eugenistas e se essa aplicação violaria os direitos da personalidade dos indivíduos envolvidos. A partir da revisão bibliográfica, levantam-se hipóteses de que, embora os avanços em reprodução assistida ofereçam soluções promissoras para infertilidade e esterilidade, também abrem espaço para violações de direitos fundamentais.

O objetivo principal é investigar as diferenças entre eugenia positiva e negativa e verificar se o útero artificial configura uma nova forma de eugenia. Os objetivos específicos incluem: a) explorar o direito ao planejamento familiar e sua relação com os direitos da personalidade; b) avaliar as possibilidades de livre planejamento familiar por meio das técnicas de reprodução assistida; e c) examinar a prática eugênica associada ao uso do útero artificial.

A metodologia adotada segue o método hipotético-dedutivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental. As fontes incluem livros, artigos científicos e normas legais sobre reprodução assistida, planejamento familiar e direitos da personalidade. A análise será dividida em três capítulos: o primeiro abordará o planejamento familiar como um direito da personalidade; o segundo examinará as técnicas já disponíveis, como fertilização in vitro, gestação de substituição e reprodução assistida post mortem; e o terceiro discutirá o uso do útero artificial como potencial prática eugênica.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de compreender as implicações jurídicas e éticas da evolução da reprodução assistida no Brasil, especialmente no âmbito do Direito de Família, que prioriza a realização pessoal de seus membros. É essencial investigar se o útero artificial poderia se tornar uma forma contemporânea de eugenia que comprometa os direitos da personalidade do indivíduo gerado por meio dessa tecnologia.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A evolução tecnológica na biotecnologia reprodutiva tem gerado discussões profundas sobre a ectogênese – o desenvolvimento completo de um feto fora do corpo humano, conhecido como útero artificial. A ideia foi introduzida por John B. S. Haldane em 1923, e sua aplicação moderna provoca tanto entusiasmo quanto preocupações éticas (Atlan, 2005). Essa inovação levanta questões fundamentais sobre eugenia e os direitos da

personalidade, exigindo uma avaliação cuidadosa dos impactos sociais e legais.

O útero artificial pode operar de duas formas: *ab initio*, com toda a gestação ocorrendo fora do corpo materno, ou como um método complementar, em que o feto é transferido para o útero artificial em casos de complicações na gestação tradicional (Schultz, 2010). Embora a tecnologia possa representar esperança para casais inférteis, o controle biotecnológico sobre a reprodução traz o risco de práticas eugênicas, selecionando características desejáveis e marginalizando indivíduos nascidos de métodos tradicionais (Coutinho, 2018).

Os avanços científicos demonstram que o desenvolvimento do útero artificial é mais próximo da realidade do que se imaginava. Exemplos disso incluem experimentos realizados com animais por Yoshiro Kuwabara nos anos 1980 e, mais recentemente, a criação da "*biobag womb*" por Alan Flake, que manteve cordeiros prematuros vivos fora do útero (Couzin-Frankel, 2017). No entanto, tais avanços também abrem espaço para preocupações sobre a instrumentalização da vida e a possibilidade de discriminação com base na origem do nascimento, impactando direitos da personalidade e gerando novas formas de desigualdade social (Simonstein, 2006).

Esses experimentos e inovações demonstram que a *ectogênese* não se trata apenas de uma solução técnica para a infertilidade, mas de uma questão com repercussões éticas e jurídicas significativas. A separação da reprodução do corpo humano pode reconfigurar conceitos tradicionais de filiação e parentalidade, exigindo novas regulações para assegurar que o desenvolvimento de tais tecnologias não comprometa a dignidade humana e os direitos fundamentais. Portanto, o debate em torno do útero artificial não deve se limitar aos seus benefícios práticos, mas também considerar seus riscos no âmbito da bioética e da justiça social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O útero artificial desponta como um instrumento que concretiza o projeto parental, considerado um direito da personalidade, trazendo uma promessa revolucionária para a medicina reprodutiva e a biotecnologia. Com o potencial de transformar a forma como a reprodução humana é compreendida e praticada, essa tecnologia oferece novas esperanças para casais com infertilidade e amplia as possibilidades de pesquisas científicas éticas e médicas. Seu desenvolvimento permite que a sociedade repense os limites da gestação tradicional e explore novos caminhos para a realização do desejo de formar uma família biológica.

A possibilidade de gestação extracorpórea, seja iniciada desde o princípio ou como complemento, gera importantes debates éticos, jurídicos e sociais. Questões como a definição de filiação, o papel da gestante de

substituição e a proteção dos direitos do embrião emergem como desafios centrais. Além disso, a equidade no acesso à tecnologia é um ponto crucial, evitando que fatores como classe social, etnia ou orientação sexual limitem o direito de acesso à parentalidade. A regulamentação cuidadosa será essencial para garantir que o uso dessa tecnologia respeite a dignidade humana e os direitos fundamentais.

Embora promissor, o avanço do útero artificial também levanta preocupações sobre o uso indevido da biotecnologia, especialmente em práticas eugênicas. A seleção de características genéticas desejáveis, seja para evitar doenças ou para aprimoramento físico, exige uma regulação ética rigorosa para evitar abusos e preservar a autonomia e a justiça social. A implementação dessa tecnologia deve ser orientada por princípios éticos e pela busca de equidade, assegurando que todos tenham acesso justo e que o desenvolvimento científico esteja sempre atrelado à proteção da dignidade e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ATLAN, Henri. **O útero artificial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

COUTINHO, Ana Paula. **Biotecnologia e ética: os riscos do controle sobre a reprodução humana.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

COUZIN-FRANKEL, Jennifer. Fluid-filled 'biobãg' ãllows premãture lãmbs to develop outside womb. **Science**, v. 25, n. 10.1126, 2017.

SIMONSTEIN, Frida. Edição de genes, aprimoramento e papel da mulher. **Ética em ciência e engenharia**, v. 25, p. 1007-1016, 2019.



VPN REDE ILEGITIMA DE QUEM?

GT9: TECNOLOGIA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Caroline Cristina Monteiro Cardoso[1], Mayume Caires Moreira[2]

[1]Acadêmica do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, UNICESUMAR. cmcardoso_@hotmail.com.
[2]Orientadora, Doutoranda em Direito com ênfase em Direitos da Personalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UniCesumar. Professora Universitária. Advogada. E-mail: mayumecaires@hotmail.com.

RESUMO

A evolução das redes de computadores revolucionou as comunicações virtuais e o processamento de dados, impactando a atuação de empresas, governos e usuários individuais no ambiente digital. As VPNs (Redes Privadas Virtuais) são uma ferramenta essencial nesse contexto, criando um "túnel" seguro que criptografa informações transmitidas pela internet. Essa proteção dificulta a interceptação por terceiros, assegurando a privacidade dos usuários. Entretanto, a busca por identificação online gera um conflito com os direitos à privacidade e ao anonimato, essenciais para a liberdade de expressão. Essa tensão entre segurança pública e proteção do anonimato levanta debates nas áreas de cibersegurança e direitos digitais. O uso de VPNs é fundamental para garantir a privacidade, mas traz desafios legais e éticos, no sistema jurídico enfrenta-se dificuldade de equilibrar o direito ao anonimato com a necessidade de responsabilizar ações criminosas. A pesquisa propõe uma análise detalhada dos aspectos legais e éticos do uso de VPNs, além de examinar sua evolução e funcionamento. O estudo destaca a importância das VPNs na proteção de dados e preservação da privacidade, num cenário em que a segurança da informação é crucial. Dar-se-á metodologia bibliográfica e exemplificativa, visando elucidar tanto os benefícios quanto as preocupações associadas a essa tecnologia, contribuindo para um entendimento mais profundo sobre seu impacto no mundo digital.

Palavras-chave: Virtual Private Network; Privacidade; Anonimato; Rede, Cibersegurança**.**

1. INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias e das redes de computadores nas últimas décadas transformou profundamente o ambiente digital, facilitando a realização de tarefas cotidianas e potencializando a produtividade. No cenário atual, caracterizado pela crescente conectividade entre empresas e pela necessidade de troca de dados por meio da internet, assim a segurança das informações tornou-se uma prioridade.

Em suma, as VPNs permitem que dados sejam transmitidos de forma segura, utilizando a internet como um canal de comunicação, enquanto asseguram a privacidade e a integridade das informações. Essa

tecnologia não apenas reduz custos operacionais, mas também proporciona um ambiente seguro para o tráfego de dados, permitindo que empresas de diferentes portes e redes domésticas, mantenham a proteção de suas informações.

Nesse contexto, o papel do anonimato ao utilizar uma VPN (Rede Privada Virtual) é crucial para garantir a privacidade e a segurança dos usuários online. Dessa forma, equilibrar o direito ao anonimato com a necessidade de garantir a segurança pública e a responsabilização de atos criminosos é um dos grandes desafios enfrentados pelos sistemas jurídicos em todo o mundo.

O uso de uma VPN é uma ferramenta essencial para proteger a privacidade digital no ambiente online. Com o aumento da vigilância por parte de governos e empresas, muitos usuários recorrem às VPNs para evitar o monitoramento de suas atividades na internet e o rastreamento de seus dados

Este projeto utilizará uma abordagem analítica, destacando os aspectos legais e éticos do uso da VPN, bem como a relevância do direito ao anonimato. Além disso, tem como objetivo reforçar a evolução das VPNs, seu funcionamento, importância e diversas aplicações. O presente estudo visa explorar o papel das VPNs na proteção de dados e na preservação da privacidade dos usuários, evidenciando sua importância em um cenário onde a segurança da informação se torna uma prioridade para indivíduos e organizações.

Esta pesquisa adotará uma abordagem metodológica bibliográfica e exemplificativa explorando os avanços e desafios que a utilização desses softwares oferece, por meio de uma análise crítica de fontes bibliográficas relevantes e exemplos concretos serão destacados tanto os benefícios quanto as preocupações associadas a essa tecnologia.

2. DISCUSSÕES E RESULTADOS

VPN (Virtual Private Network), em português, Rede Privada Virtual, é um software que estabelece uma conexão segura entre o dispositivo do usuário e a internet, funcionando como um "túnel" protegido para a transmissão de dados, ou seja, é uma sessão de rede protegida formada através de canais desprotegidos, como a Internet. Esse túnel digital criptografa[1] todas as informações e dados que trafegam por ele, dificultando que terceiros possam interceptar ou acessar esses dados (Northcutt, 2002).

A técnica de "tunelamento" (tunneling) é fundamental para o funcionamento das VPNs, permitindo que pacotes de dados sejam

[1] Criptografia são protocolos que impedem terceiros de lerem mensagens privadas, ou informações dentro de um dispositivo eletrônico.

enviados de maneira segura através de redes públicas, como a internet. O tunelamento cria uma conexão privada que simula uma linha direta entre dois pontos, proporcionando um canal exclusivo para a troca de informações (Microsoft, 2009).

As VPNs (Redes Privadas Virtuais) são tecnologias que oferecem diferentes formas de estabelecer conexões seguras entre dispositivos e a internet, surgiram para interligar redes privadas por meio de outra rede, garantindo canais de comunicação mais seguros e com menor custo. Uma VPN possibilita a comunicação a longa distância, garantindo a privacidade das informações transmitidas por meio de criptografia e protocolos de túnel. Seu principal objetivo é estabelecer conexões seguras em redes públicas, mantendo a confidencialidade, privacidade e integridade dos dados.

Desta forma, o que se quer dizer por anonimato? O anonimato online refere-se à capacidade de uma pessoa utilizar a internet sem revelar sua verdadeira identidade, seja navegando, interagindo ou criando conteúdo.

Como menciona Weber e Heinrich (2012) em sua obra *Anonymisation*, o qual está relacionado à autonomia, especificamente à liberdade individual de optar por não revelar o nome ao se comunicar pela internet. Essa prática é possível por meio de diversas ferramentas, como pseudônimos, redes privadas virtuais (VPNs) e navegadores que protegem a identidade do usuário.

A era da tecnologia trouxe grandes avanços, mas também compromete os direitos individuais, como a privacidade, devido à crescente exposição de dados pessoais. A internet, as redes sociais e o uso de dados digitalizados são exemplos de ameaças à privacidade (Bittar, 2005).

Não há como negar a relevância crescente que o direito à privacidade vem ganhando, especialmente com o advento da internet e a utilização das VPNs que aceleram a disseminação de informações. Esse direito é considerado personalíssimo e fundamental.

Além disso, legislações que que protegem esse direito em ramos distintos, como o Marco Civil da Internet[2] que garante em seu artigo 7° a inviolabilidade da intimidação e da vida privada, a proteção de dados pessoais, e a inviolabilidade das comunicações, salvo por ordem judicial dos usuários da internet.

A legitimidade das VPNs levanta questões legais e éticas. Em alguns países, seu uso é restrito ou até proibido[3], e os usuários que desrespeitam essas leis podem enfrentar consequências legais. Assim, o que é considerado "ilegítimo" pode variar de acordo com a jurisdição. As empresas que oferecem serviços de VPN têm a responsabilidade de

[2] Lei 12.965 de abril de 2014 que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

[3] O uso de VPNs é ilegal em alguns países, como: Bielorrússia, China, Irã, Iraque, Coreia do Norte, Omã, Turquia, Turcomenistão.

garantir que não facilitem atividades ilegais e que adotem políticas adequadas de privacidade e uso aceitável.

Desta forma, mesmo que a VPN proteja a sua identidade online, a lei brasileira exige que alguns registros da sua conexão, como quando você se conectou e por quanto tempo, sejam guardados. Isso cria um desafio entre garantir a privacidade e seguir a legislação.

As VPNs (Redes Privadas Virtuais) estão relacionadas às normas do Marco Civil da Internet no Brasil, que regula o uso da internet no Brasil. Segundo essa lei, quando você se conecta à internet, um número IP é atribuído ao seu dispositivo, que serve para enviar e receber dados.

Contudo, ainda há uma ausência legislativa no Brasil para regulamentar esse software, sua utilização e responsabilização, bem como nas corporações de investigações criminais e internacionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de VPNs desempenha um papel crucial na proteção da privacidade e segurança dos usuários na internet, ao estabelecer conexões seguras por meio de criptografia e técnicas de tunelamento. Embora promovam o anonimato online, permitindo que os usuários naveguem sem revelar sua identidade, esse direito deve ser ponderado em relação à segurança pública e à responsabilização por atos ilícitos.

A crescente relevância do direito à privacidade, especialmente na era digital, é respaldada por legislações como o Marco Civil da Internet, que garante a inviolabilidade da intimidade e a proteção de dados pessoais. No entanto, o uso de VPNs também levanta questões legais e éticas, pois algumas jurisdições restringem ou proíbem seu uso.

Assim, as VPNs emergem como ferramentas essenciais em um mundo digital cada vez mais complexo, mas a sua legitimidade e eficácia estão interligadas a um debate contínuo sobre direitos individuais e segurança coletiva.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.965, de abril de mês de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

MICROSOFT. **Conexões de VPN**. In TechNet: Disponível em: <https://learn.microsoft.com/en-us/previous-

versions/windows/it-pro/windows-server-2003/cc775417(v=ws.10)?redirectedfrom=MSDN>. Acesso em: 01 out. 2024.

NORTHCUTT, Stephen. et. al. **Desvendando Segurança em Redes**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. **O direito à privacidade**. Harvard Law Review, Vol. 4. N5, 1980. pag. 193-220



A EVOLUÇÃO DO RECONHECIMENTO DA INTEGRIDADE PSÍQUICA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE INICIAL SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E COMPARATIVA

Karyta Muniz de Paiva Lessa[1], Marcus Geandré Nakano Ramiro[2].

[1] Doutoranda em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR. Bolsista no Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares PROSUP/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar. Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela Universidade Cesumar. Especialista em Ciência Política pela Universidade Cesumar. Graduada em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana e em Direito pela Faculdade Maringá.

[2] Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador Bolsista na Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Líder do Grupo de Pesquisa "Proteção Integral da Pessoa: Interações dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais e dos Direitos da Personalidade"; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar; Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha); Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Direito e Música pela Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Este artigo explora a evolução do reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade no Brasil, comparando-o com outras jurisdições. No Brasil, a trajetória legislativa e jurisprudencial mostra avanços significativos desde a promulgação da Constituição de 1988, que, embora não mencione explicitamente a integridade psíquica, fornece uma base sólida para sua proteção. A análise também abrange a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 e a Lei Geral de Proteção de Dados, ambas relevantes para a proteção da saúde mental no contexto contemporâneo. O estudo compara o Brasil com países como Alemanha e Estados Unidos, evidenciando como o "direito geral da personalidade" alemão e o direito à privacidade nos EUA têm moldado a proteção à integridade psíquica em cada nação. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, que permitiu uma análise detalhada dos principais marcos legislativos e jurisprudenciais no Brasil e no exterior. A conclusão aponta para a necessidade de maior consolidação legislativa no Brasil, de modo a proteger mais explicitamente a integridade psíquica, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar e comparada para aprimorar o ordenamento jurídico nacional.

Palavras-chave: direitos fundamentais; jurisdição comparada; legislação brasileira; proteção de dados; saúde mental.

1 INTRODUÇÃO

A integridade psíquica tem se destacado como um direito da personalidade em constante desenvolvimento, especialmente no Brasil, onde sua trajetória reflete as transformações políticas, sociais e jurídicas ao longo dos séculos. Embora historicamente subestimada, a proteção à integridade psíquica foi ganhando reconhecimento e maior ênfase com o passar do tempo, impulsionada por movimentos sociais, reformas legislativas e, sobretudo, pela influência dos tratados internacionais de direitos humanos. No contexto jurídico contemporâneo, a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 foram marcos fundamentais para

a construção de uma base normativa sólida para a proteção desse direito. A evolução brasileira, embora notável, apresenta singularidades quando comparada a outros sistemas jurídicos ao redor do mundo, destacando-se tanto por seus avanços quanto por desafios que ainda persistem.

A problemática central que permeia esse artigo científico é a análise da evolução histórica do reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade no Brasil, à luz do contexto jurídico internacional. Enquanto outros países, como Alemanha e Estados Unidos, têm construído seus próprios caminhos para a proteção da integridade psíquica, o Brasil enfrenta o desafio de consolidar um entendimento mais explícito e uniforme sobre o tema, tanto na legislação quanto na jurisprudência. Assim, surge a necessidade de investigar como o ordenamento jurídico brasileiro tem abordado esse direito e de que forma ele dialoga com as tendências globais.

A metodologia adotada para a presente pesquisa é a revisão bibliográfica, que possibilita uma análise detalhada dos principais marcos legislativos e jurisprudenciais relacionados à integridade psíquica no Brasil e no exterior. Essa abordagem permitirá comparar o desenvolvimento desse direito em diferentes contextos jurídicos, destacando semelhanças, divergências e as implicações práticas dessas diferenças. Ao longo do artigo, serão analisadas obras acadêmicas, legislação pertinente, decisões judiciais e tratados internacionais que influenciam a proteção da integridade psíquica, oferecendo uma visão abrangente sobre a evolução desse direito.

Um dos principais pontos abordados na revisão bibliográfica é a influência da Constituição de 1988, que foi fundamental para o reconhecimento dos direitos da personalidade no Brasil. Embora a integridade psíquica não seja mencionada expressamente, os princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana, inviolabilidade da vida privada e proibição de tratamentos degradantes fornecem uma base sólida para sua proteção. A partir dessa estrutura, o Brasil tem avançado na consolidação desse direito, especialmente através de decisões judiciais inovadoras e do diálogo com tratados internacionais.

A Lei Brasileira de Inclusão de 2015 também desempenha um papel crucial na ampliação da proteção à integridade psíquica, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência mental. Ao adotar uma abordagem mais inclusiva e baseada na autonomia do indivíduo, essa legislação reflete o compromisso do Brasil com a proteção dos direitos humanos, alinhando-se com marcos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A revisão bibliográfica evidencia que, embora o Brasil esteja avançando, ainda há lacunas normativas a serem preenchidas para garantir uma proteção mais eficaz e explícita à integridade psíquica.

Comparando-se o desenvolvimento brasileiro com o de outras jurisdições, verifica-se que países como Estados Unidos e Alemanha têm

abordagens distintas, porém igualmente relevantes, para a proteção da integridade psíquica. Nos Estados Unidos, o direito à privacidade e à autonomia pessoal serve como base para a tutela desse direito, enquanto na Alemanha, o "direito geral da personalidade" é mais amplamente utilizado. O Brasil parece adotar uma posição híbrida, incorporando elementos de ambos os sistemas, o que gera um cenário jurídico em constante adaptação.

Em suma, apontar-se-á para uma tendência crescente de reconhecimento da integridade psíquica como um direito fundamental da personalidade, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. No entanto, enquanto países como Alemanha têm uma abordagem mais consolidada, o Brasil ainda depende fortemente da evolução jurisprudencial para consolidar essa proteção. O artigo, portanto, pretende contribuir para o debate sobre como aprimorar a legislação e as práticas jurídicas no Brasil, a fim de oferecer uma proteção mais eficaz à integridade psíquica dos cidadãos.

2 BREVES APONTTAMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NO BRASIL

O reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade no Brasil seguiu um caminho gradual, refletindo as mudanças sociais, políticas e jurídicas do país ao longo do tempo.

No período colonial e imperial, a legislação brasileira não abordava diretamente a questão da integridade psíquica. No entanto, é possível identificar alguns elementos que, indiretamente, tocavam nessa questão. Por exemplo, as Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil até o início do século XIX, já continham disposições sobre a capacidade mental dos indivíduos, principalmente no que dizia respeito a questões patrimoniais e criminais (Azevedo, 2019).

Com a Proclamação da República e a promulgação do Código Civil de 1916, houve um avanço na proteção dos direitos individuais, ainda que de forma limitada. O Código, embora não mencionasse explicitamente a integridade psíquica, já trazia conceitos relacionados à capacidade civil e à proteção da personalidade (Zanin, 2023).

A Constituição de 1988 representou um marco transformador no reconhecimento dos direitos da personalidade no Brasil. O artigo 5º, em seus diversos incisos, estabeleceu uma série de garantias fundamentais que, embora não mencionem explicitamente a integridade psíquica, fornecem uma base sólida para sua proteção. Por exemplo, o inciso III proíbe a tortura e o tratamento desumano ou degradante, enquanto o inciso X declara invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Após a Constituição de 1988, a legislação brasileira passou a abordar mais diretamente a questão da integridade psíquica. O Código Civil de 2002, em seu artigo 11, estabelece que os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer limitação voluntária. Embora não mencione explicitamente a integridade psíquica, este artigo fornece uma base legal para sua proteção.

Um marco significativo na evolução do reconhecimento da integridade psíquica foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei trouxe mudanças substanciais no regime de incapacidade civil, rompendo com tradições normativas anteriores. Como destacado por especialistas, "a nova legislação deixou de categorizar as pessoas com 'transtornos mentais', nas suas diversas nomenclaturas, como incapazes, com o objetivo de resguardar seus direitos, sobretudo a autonomia individual, que era tolhida pelo sistema antecedente" (Furtado, 2024, s/p, on-line).

A Lei Brasileira de Inclusão reafirmou o princípio de que as pessoas com deficiência possuem plena autonomia e capacidade para manifestar suas vontades. Conforme observado, "Este marco legal consagra o princípio, já amplamente reconhecido, de que as pessoas com deficiência detêm plena autonomia e capacidade para manifestar suas vontades sem a interferência de terceiros" (Furtado, 2024, s/p, on-line). Esta mudança representou um avanço significativo na proteção da integridade psíquica, reconhecendo a capacidade e autonomia de indivíduos anteriormente marginalizados pelo sistema legal.

Um aspecto importante nessa evolução é o papel do Poder Judiciário na interpretação e aplicação desses direitos. Os tribunais brasileiros têm sido chamados a decidir sobre questões que envolvem a integridade psíquica em diversos contextos, desde relações de trabalho até questões de saúde mental. Por exemplo, a Súmula 102 do Tribunal de Justiça de São Paulo, que trata de cobertura de tratamentos médicos, tem sido frequentemente invocada em casos que envolvem a proteção da integridade psíquica.

É necessário reconhecer que a evolução do conceito de integridade psíquica no Brasil está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento dos direitos humanos no país. Como observado por Furtado "compete ao operador do direito munir-se das informações necessárias para garantir a efetivação dos predicados constitucionais e dos direitos humanos, que constituem garantias fundamentais das pessoas autistas" (2024, s/p, on-line). Isso ressalta a importância de uma abordagem interdisciplinar e baseada em direitos humanos para a proteção efetiva da integridade psíquica no ordenamento jurídico brasileiro.

A evolução do reconhecimento da integridade psíquica no Brasil também foi influenciada por movimentos sociais e de saúde mental. A

Reforma Psiquiátrica Brasileira, iniciada na década de 1970 e consolidada com a Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, representou um marco importante nesse processo. Esta lei estabeleceu a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em saúde mental.

No âmbito do direito do trabalho, o reconhecimento da integridade psíquica como um direito fundamental do trabalhador ganhou maior relevância nas últimas décadas. A jurisprudência dos tribunais trabalhistas tem sido consistente em reconhecer o dano existencial como uma forma de violação à integridade psíquica do trabalhador. Por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem decidido que "o dano existencial se configura quando o empregador impõe um volume excessivo de trabalho ao empregado, impossibilitando-o de se relacionar e de usufruir de forma plena sua vida fora do ambiente laboral" (Carvalho; Séllos-Knoerr, 2024, s/p, on-line).

A proteção da integridade psíquica também se estendeu ao campo do direito digital. Com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), o Brasil deu um passo importante na proteção da privacidade e dos dados pessoais, aspectos intrinsecamente ligados à integridade psíquica no contexto digital. A LGPD não apenas protege os dados pessoais, mas também reconhece implicitamente a importância da integridade psíquica no ambiente digital, ao estabelecer princípios como o da não discriminação e o do livre desenvolvimento da personalidade.

É importante notar que o reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade no Brasil tem se alinhado cada vez mais com as tendências internacionais. O país tem sido signatário de diversos tratados internacionais que, direta ou indiretamente, protegem a integridade psíquica. Por exemplo, a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008 reforçou o compromisso do Brasil com a proteção integral da pessoa humana, incluindo sua integridade psíquica.

A jurisprudência brasileira tem desempenhado um papel fundamental na consolidação e expansão do entendimento sobre a integridade psíquica como um direito da personalidade. Esse desenvolvimento se reflete em diversas decisões judiciais que abordam a proteção desse direito em diferentes contextos. Um dos pontos centrais é o reconhecimento do assédio moral como uma violação grave à integridade psíquica. Os tribunais têm sido consistentes em classificar o assédio moral como uma agressão à dignidade psíquica do trabalhador. O Tribunal Superior do Trabalho (TST), por exemplo, tem decidido que o dano existencial ocorre quando o empregador impõe um volume excessivo de trabalho ao empregado, de forma que o impede de manter relações sociais e de desfrutar plenamente de sua vida fora do ambiente laboral. Essa jurisprudência reforça a proteção dos direitos da personalidade no

ambiente de trabalho e expande a tutela da integridade psíquica para incluir as consequências emocionais das condições laborais adversas.

Além disso, a ampliação do conceito de dano moral pela jurisprudência tem sido um marco importante para a proteção da integridade psíquica. Os tribunais têm reconhecido explicitamente que o dano moral pode abranger danos psíquicos, indo além das ofensas à honra ou à imagem. Um exemplo relevante é um acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que considerou que o dano moral se configura quando uma pessoa é afetada em seu ânimo psíquico, moral ou intelectual, seja por ofensa à honra, privacidade, intimidade, imagem, nome ou integridade física.

Com o avanço das tecnologias, a proteção da integridade psíquica também passou a ser discutida no contexto digital. A jurisprudência tem interpretado a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como um instrumento para proteger a integridade psíquica no ambiente digital, especialmente no que tange à exposição indevida de informações pessoais e à vulnerabilidade das pessoas frente a práticas como o cyberbullying. Assim, o direito à integridade psíquica tem sido reconhecido como um aspecto relevante na proteção de dados pessoais e na preservação do bem-estar mental dos indivíduos no ambiente digital.

Outro avanço importante na jurisprudência brasileira é o reconhecimento da autonomia do direito à integridade psíquica como um direito da personalidade. Juristas e decisões judiciais têm defendido que o dano moral, em muitos casos, é uma ofensa direta à integridade psíquica. Leonardo Roscoe Bessa e Milla Pereira Primo Reis, por exemplo, argumentam que o dano moral pode ser compreendido como a violação isolada desse direito, destacando a relevância da proteção autônoma da integridade psíquica no ordenamento jurídico.

Adicionalmente, a jurisprudência brasileira tem se mostrado sensível à proteção da integridade psíquica de grupos vulneráveis, como crianças e pessoas com deficiência. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que as crianças, inclusive as de tenra idade, têm direito à proteção irrestrita de sua integridade mental. Esse entendimento reflete o compromisso do judiciário em ampliar a tutela dos direitos da personalidade para grupos que demandam especial proteção.

Essas tendências jurisprudenciais evidenciam uma evolução significativa na compreensão e proteção da integridade psíquica como um direito fundamental da personalidade no Brasil. O reconhecimento desse direito em diferentes contextos, tanto no ambiente de trabalho quanto no digital, e sua ampliação para grupos vulneráveis, indicam um movimento progressivo de consolidação da integridade psíquica como um elemento central na proteção da dignidade humana no ordenamento jurídico brasileiro.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA INTERNACIONAL

O reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade é um fenômeno global que se desenvolveu de forma semelhante em diversas jurisdições ao redor do mundo. Este processo evolutivo reflete mudanças profundas nas concepções filosóficas, jurídicas e sociais sobre a natureza e os direitos fundamentais do ser humano.

No século XX, o reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade ganhou força com o advento de tratados internacionais sobre direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, foi um marco importante nesse contexto, ao reconhecer a dignidade inerente a todos os seres humanos e a necessidade de proteção de seus direitos, sem distinção de qualquer natureza. Embora a integridade psíquica não tenha sido explicitamente mencionada no texto da Declaração, sua proteção pode ser inferida a partir do direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, além dos direitos à privacidade e à honra.

Na Europa dos séculos XVIII e XIX, o movimento filosófico do Iluminismo e a teoria dos direitos naturais lançaram as bases para o reconhecimento dos direitos individuais, incluindo aspectos que hoje associamos à integridade psíquica. Filósofos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau enfatizaram a importância da liberdade individual e da dignidade humana, conceitos que mais tarde influenciaram o desenvolvimento dos direitos da personalidade. Locke, em seu "Segundo Tratado sobre o Governo Civil" (1980), argumentava que os direitos naturais do indivíduo, incluindo o direito à vida e à liberdade, eram inalienáveis e precediam a formação do Estado.

Outro avanço significativo veio com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950, que introduziu o direito ao respeito pela vida privada e familiar, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento da jurisprudência em torno da proteção da saúde mental e da integridade psíquica. A Corte Europeia de Direitos Humanos, ao longo das décadas, consolidou a ideia de que a proteção da integridade psíquica é essencial para o pleno exercício dos direitos individuais e para o desenvolvimento da personalidade. Essa proteção, portanto, transcende a esfera meramente física, abrangendo também o bem-estar emocional e psicológico do indivíduo.

O período pós-Segunda Guerra Mundial trouxe uma renovada ênfase na proteção dos direitos humanos, refletindo a necessidade urgente de assegurar a dignidade humana após as atrocidades cometidas durante o conflito. A criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 representou um marco fundamental nesse processo. Em seu artigo 5º, a Declaração estabelece que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes. Essa

proteção, embora inicialmente focada em abusos físicos, passou a ser entendida de forma mais ampla, abrangendo também o sofrimento psicológico e emocional, marcando o início de um reconhecimento global da integridade psíquica como parte essencial dos direitos humanos.

A influência da Declaração Universal foi sentida rapidamente nas legislações de vários países e em tratados internacionais subsequentes. No plano internacional, documentos como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) reforçaram a proteção contra violações que poderiam afetar tanto a integridade física quanto a psíquica. A proibição de tratamentos cruéis ou degradantes, além da tortura, abriu espaço para a interpretação de que o bem-estar mental deveria ser protegido em igual medida. Em várias jurisdições, essa evolução levou à criação de legislações nacionais e ao fortalecimento de mecanismos judiciais para prevenir e remediar danos psicológicos.

A importância da integridade psíquica, no contexto dos direitos humanos, também se consolidou através de uma maior conscientização sobre os efeitos devastadores da violência emocional e psicológica. A partir dos anos 1970, houve um aumento significativo na defesa dos direitos das vítimas de abusos mentais, com a inclusão desse tema em discussões sobre a dignidade humana. Instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) passaram a enfatizar a saúde mental como um componente integral da saúde geral, influenciando legislações internacionais e políticas públicas que promovem a prevenção e o tratamento de traumas psicológicos, reforçando a importância da integridade psíquica no desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva.

Na Europa, países como Alemanha e França foram pioneiros no reconhecimento explícito dos direitos da personalidade. O Código Civil alemão (BGB), por exemplo, reconhece o direito geral da personalidade (allgemeines Persönlichkeitsrecht), que inclui a proteção da integridade psíquica. Este conceito, desenvolvido pela jurisprudência alemã no pós-guerra, tem sido fundamental para a proteção abrangente dos direitos da personalidade no país.

Na Alemanha, o reconhecimento dos direitos da personalidade, incluindo a integridade psíquica, tornou-se um dos pilares da proteção jurídica após a Segunda Guerra Mundial. O Código Civil Alemão (BGB) inclui o allgemeines Persönlichkeitsrecht, ou direito geral da personalidade, que protege aspectos essenciais da individualidade e dignidade humana. Essa proteção foi amplamente desenvolvida pela jurisprudência, especialmente a partir dos julgamentos do Tribunal Constitucional Federal Alemão, que interpretou o conceito de personalidade de forma a abranger tanto a integridade física quanto psíquica. Essa evolução legal foi vital para garantir que, além das agressões físicas, os danos à saúde mental também fossem reconhecidos e passíveis de reparação, refletindo a importância da

integridade psíquica na dignidade do indivíduo (Markesinis; Unberath, 2002).

Da mesma forma, a França desempenhou também um papel crucial no desenvolvimento dos direitos da personalidade, especialmente em relação à integridade psíquica. Embora o Código Civil francês não tivesse inicialmente disposições específicas sobre a matéria, a jurisprudência francesa, com o passar do tempo, passou a reconhecer amplamente os direitos relacionados à vida privada e à integridade psíquica (Lapage, 2009). A Lei nº 70-643 de 1970, que introduziu a proteção da vida privada no Código Civil, foi interpretada pelos tribunais franceses de maneira a incluir a integridade psíquica como parte fundamental da proteção da personalidade. Essa proteção judicialmente expandida garantiu que a integridade psíquica fosse reconhecida como essencial à dignidade e ao bem-estar dos cidadãos, reforçando a importância dos direitos da personalidade na França.

Na França, a jurisprudência e, posteriormente, o Código Civil, desenvolveram uma robusta proteção dos direitos da personalidade, incluindo aspectos relacionados à integridade psíquica. A Lei nº 70-643 de 1970 introduziu no Código Civil francês disposições específicas sobre a proteção da vida privada, que têm sido interpretadas de forma a abranger a proteção da integridade psíquica.

Nos Estados Unidos, embora não haja um reconhecimento explícito do direito à integridade psíquica na Constituição, a jurisprudência da Suprema Corte tem interpretado a Quarta e a Décima Quarta Emendas de maneira a proteger aspectos da privacidade e da autonomia pessoal que se relacionam com a integridade psíquica. Casos emblemáticos como Griswold v. Connecticut (1965) e Roe v. Wade (1973) estabeleceram precedentes importantes para a proteção da privacidade e da autonomia individual (Joseph; Castan, 2013).

Em nível internacional, instrumentos como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) reforçaram a proteção da integridade psíquica como um aspecto fundamental dos direitos humanos. O artigo 7 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, por exemplo, proíbe explicitamente a tortura e os tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Na América Latina, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica, promulgada em 1969, foi um marco importante para a consolidação dos direitos humanos na região. A convenção não apenas reafirma o compromisso dos países signatários com a proteção da dignidade humana, mas também estabelece no seu artigo 5 o direito à integridade pessoal, que inclui a integridade física, psíquica e moral. Esse reconhecimento abrangente da integridade pessoal reflete uma visão holística do ser humano, garantindo que os Estados

protejam não só a saúde física dos indivíduos, mas também sua saúde mental e emocional, aspectos essenciais para a plena dignidade.

A proteção da integridade psíquica no Pacto de San José foi particularmente relevante em um contexto histórico de regimes autoritários e repressivos em vários países da América Latina durante o século XX. A Convenção se tornou uma referência para as cortes e tribunais regionais, incluindo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que utilizou o artigo 5 para julgar casos envolvendo tortura, tratamentos desumanos e degradação psíquica de vítimas de abusos de Estado. Esse instrumento internacional foi, portanto, essencial para a promoção de uma maior proteção jurídica aos direitos da personalidade, em especial à integridade mental e emocional dos cidadãos latino-americanos.

Além disso, a influência do Pacto de San José da Costa Rica se estendeu às legislações nacionais dos países da América Latina, muitos dos quais incorporaram o conceito de integridade psíquica em suas constituições e códigos civis. Países como Argentina, Colômbia e Brasil passaram a reconhecer expressamente a proteção da saúde mental como parte dos direitos fundamentais dos indivíduos, ampliando a noção de direitos da personalidade e trazendo a questão da integridade psíquica para o centro das discussões jurídicas. Esse movimento de proteção reforçou a importância do bem-estar psíquico no desenvolvimento humano, conectando-se com a evolução global dos direitos humanos.

Em síntese, o reconhecimento da integridade psíquica como um direito da personalidade reflete um processo histórico, filosófico e jurídico que atravessa fronteiras e culturas, consolidando-se como um valor universal. Ao longo do tempo, diferentes tradições jurídicas e escolas de pensamento convergem na compreensão de que a integridade psíquica é essencial para a dignidade humana, ainda que a proteção desse direito seja articulada de maneiras diversas em cada sistema legal. Independentemente dessas variações, observa-se uma tendência global crescente em direção à sua salvaguarda, evidenciando um compromisso internacional com a proteção da saúde mental e emocional como parte integrante dos direitos fundamentais do ser humano.

4 COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E OUTRAS JURISDIÇÕES

Ao comparar o desenvolvimento do reconhecimento da integridade psíquica no Brasil com outras jurisdições, é importante destacar o papel que a Constituição Federal de 1988 desempenha nesse processo, que adotou um enfoque robusto em relação à dignidade da pessoa humana, o que serve de fundamento para a proteção dos direitos da personalidade, incluindo a integridade psíquica. O artigo 5º da Constituição (1988) é frequentemente citado como o eixo central de onde derivam diversas proteções individuais, criando uma base sólida para a tutela da integridade

psíquica, embora de forma implícita. Esse foco é similar ao observado em outras nações que incorporam direitos fundamentais em suas constituições, demonstrando a importância crescente da proteção da saúde mental no campo dos direitos humanos.

Entretanto, ao observar a experiência jurídica na Alemanha, percebe-se que o conceito de “direito geral da personalidade” oferece uma proteção mais específica e ampla à integridade psíquica. A jurisprudência alemã, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, foi fundamental para desenvolver esse conceito, que se tornou uma ferramenta poderosa na proteção da dignidade e saúde mental dos indivíduos (Markesinis; Unberath, 2002). A evolução desse direito na Alemanha demonstra como o sistema jurídico pode adaptar-se e expandir conceitos fundamentais de direitos humanos para lidar com novas demandas sociais e tecnológicas que impactam a integridade psíquica.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a proteção da integridade psíquica tende a ser tratada a partir do direito à privacidade, como interpretado pela Suprema Corte em casos emblemáticos. A jurisprudência americana sobre privacidade e autonomia pessoal contribui para a defesa da integridade psíquica, especialmente em contextos onde há invasões indevidas da esfera íntima ou tratamento degradante (Trible, 2000). No entanto, essa abordagem é mais fragmentada e menos explícita do que no sistema alemão, o que gera uma proteção que, embora eficaz em certos casos, não possui a mesma abrangência formal do “direito geral da personalidade” existente na Alemanha.

No Brasil, a proteção à integridade psíquica é uma construção em desenvolvimento, resultado da combinação de princípios constitucionais com a evolução jurisprudencial. Embora a Constituição e o Código Civil reconheçam a proteção aos direitos da personalidade, a integridade psíquica não é explicitamente mencionada como um direito autônomo. Isso tem levado a uma necessidade de evolução contínua por meio das decisões judiciais, onde os tribunais têm interpretado os princípios constitucionais e adaptado a legislação para garantir a tutela da saúde mental e emocional dos indivíduos.

Uma questão importante no Brasil é a crescente demanda por proteção à integridade psíquica em um cenário de crescente judicialização da saúde mental. A legislação brasileira tem sido frequentemente chamada a intervir em situações de vulnerabilidade psíquica, tanto em contextos de relações de trabalho quanto em casos envolvendo violência doméstica e familiar. Essa tendência é fortalecida pela interpretação dos direitos fundamentais à luz da dignidade humana e da proteção da vida privada, demonstrando um compromisso contínuo do sistema jurídico brasileiro com a promoção da saúde mental.

Ao comparar o Brasil com outras jurisdições, percebe-se que a proteção à integridade psíquica no país ainda carece de uma maior

consolidação normativa, especialmente em comparação com a Alemanha. No entanto, as semelhanças na evolução desses direitos em diferentes países são notáveis. Em ambas as jurisdições, os direitos da personalidade têm sido utilizados para proteger a integridade psíquica, embora no Brasil isso ocorra de maneira mais implícita e dependente da atuação judicial.

Outro ponto de convergência entre o Brasil e os Estados Unidos é o uso do direito à privacidade como meio de proteção à integridade psíquica. Em ambos os países, a privacidade é um direito fundamental que serve como base para demandas relacionadas ao bem-estar psíquico, especialmente em casos envolvendo abuso de poder, assédio ou violação de dados pessoais. No entanto, a forma como a privacidade é interpretada e aplicada pode variar substancialmente, o que gera diferenças práticas no nível de proteção efetiva que os indivíduos experimentam em cada jurisdição.

Um dos desafios enfrentados pelo Brasil é a falta de uma conceituação unificada e clara sobre o que constitui “integridade psíquica” e como ela deve ser protegida de forma abrangente. Embora o conceito esteja implícito nos direitos da personalidade, ele carece de uma definição jurídica mais robusta e detalhada, o que pode dificultar a aplicação consistente dessa proteção. A evolução contínua da jurisprudência brasileira tem ajudado a preencher essa lacuna, mas ainda há espaço para melhorias legislativas que articulem de maneira mais explícita a proteção à saúde mental e emocional dos cidadãos.

Outro aspecto relevante é a crescente influência dos tratados internacionais de direitos humanos na construção da proteção jurídica à integridade psíquica. Tanto o Brasil quanto outras nações que ratificaram tratados como o Pacto de San José da Costa Rica estão vinculados a normas que reforçam a proteção à integridade psíquica. Esse fator demonstra como o diálogo entre o direito nacional e internacional tem sido crucial para o fortalecimento desses direitos, não apenas no Brasil, mas globalmente.

Por fim, à medida que o Brasil continua a expandir sua jurisprudência e desenvolver leis mais robustas em torno da integridade psíquica, há uma oportunidade de aprendizado mútuo com outras jurisdições. O estudo comparado entre os diferentes sistemas legais, como o alemão e o americano, pode fornecer insights valiosos para o aperfeiçoamento das normas e práticas brasileiras, promovendo uma proteção mais eficaz e explícita à saúde mental como um direito da personalidade no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste artigo reforça a importância do reconhecimento da integridade psíquica como um direito fundamental da personalidade, que

reflete uma evolução histórica, filosófica e jurídica no contexto global e brasileiro. Ao longo do estudo, ficou evidente que, embora o Brasil tenha avançado significativamente na proteção desse direito, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à sua formalização legislativa e à consolidação de uma jurisprudência mais uniforme. A Constituição de 1988 e o Código Civil de 2002 fornecem uma base sólida para a proteção dos direitos da personalidade, mas o tratamento da integridade psíquica ainda depende, em grande medida, de interpretações judiciais.

Um dos pontos destacados é a influência crucial dos tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no desenvolvimento desse direito no Brasil. Esses instrumentos têm ajudado a alinhar o país às tendências globais de proteção da saúde mental e emocional, promovendo uma visão mais holística e inclusiva dos direitos da personalidade. No entanto, a necessidade de uma legislação mais específica e abrangente sobre a integridade psíquica permanece evidente, especialmente diante das novas demandas trazidas pela era digital e pelos desafios do ambiente de trabalho.

A comparação com outras jurisdições, como Alemanha e Estados Unidos, evidencia que o Brasil pode aprender com experiências internacionais para fortalecer ainda mais a proteção à integridade psíquica. O conceito de “direito geral da personalidade” na Alemanha oferece uma proteção ampla e explícita, enquanto nos Estados Unidos, a proteção se dá de forma mais fragmentada, principalmente através do direito à privacidade. No Brasil, a proteção é híbrida, incorporando elementos de ambos os sistemas, mas carece de uma maior sistematização legislativa que abarque de forma clara e direta a integridade psíquica como um direito autônomo.

No contexto brasileiro, a jurisprudência desempenha um papel fundamental no avanço desse direito. O reconhecimento do dano existencial, por exemplo, demonstra uma crescente sensibilidade dos tribunais trabalhistas à violação da integridade psíquica no ambiente laboral. Da mesma forma, decisões judiciais envolvendo assédio moral, violência doméstica e privacidade no ambiente digital têm ampliado a compreensão sobre a necessidade de proteger o bem-estar mental e emocional das pessoas. Entretanto, a falta de uma uniformidade clara nas decisões judiciais ainda representa um obstáculo à efetivação completa dessa proteção.

As discussões envolvendo o direito à integridade psíquica no Brasil também apontam para a necessidade de um maior engajamento do Poder Legislativo na criação de leis que detalhem e explicitem esse direito. Uma legislação que considere as especificidades das novas realidades sociais, como o impacto da tecnologia e as novas formas de violência psicológica,

pode preencher as lacunas deixadas pela jurisprudência e proporcionar uma proteção mais robusta e eficaz.

E por fim, a proteção da integridade psíquica no Brasil está em um estágio de desenvolvimento contínuo. Embora já tenha havido importantes avanços, o país ainda enfrenta desafios em termos de consolidação normativa e judicial. O aprimoramento desse direito requer um esforço conjunto entre o legislativo, o judiciário e a sociedade, sempre pautado pelo compromisso com a dignidade humana e o bem-estar psíquico. Este artigo contribui para o debate ao destacar a importância de uma abordagem interdisciplinar e comparada, que considere as melhores práticas internacionais para fortalecer a proteção à integridade psíquica no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.

AZEVEDO, Geysa. Direito à integridade física e psíquica: estudo sobre o direito da personalidade a partir da análise do trabalho em condições análogas às de escravo. **Revista Unifor,** 2019. Disponível em: https://www.unifor.br/documents/392178/3101527/Geysa+Azevedo.pdf/a775259d-e820-faf9-da37-d005426f2285. Acesso em: 18 out. 2024.

BESSA, L. R.; REIS, M. P. P. O direito à integridade psíquica e sua autonomia em relação ao dano moral. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 123, p. 17-35, 2024.

BIONI, B. R. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2001.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.642.318/MS. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 15 fev. 2024.

BRASIL. **Tribunal Superior do Trabalh**o. Recurso de Revista nº TST-RR-1034-74.2017.5.12.0034. Relator: Ministro Augusto César Leite de Carvalho. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, 6 set. 2024.

CARLON DE CARVALHO, Robert; COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR, Viviane. **Sobrejornada**: um olhar a partir da função social do empregador na prevenção ao dano existencial. Consinter. Curitiba: Juruá Editorial, 2024. Disponível em: https://consinter.org. Acesso em: 19 out. 2024.

DELGADO, P. G. G. **Reforma psiquiátric**a: estratégias para resistir ao desmonte. Trabalho, Educação e Saúde, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Apelação Cível nº 0710890-57.2023.8.07.0001. Relator: Desembargador João Egmont. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 10 mar. 2024.

FARAH, M. J. **Neuroethics**: The Ethical, Legal, and Societal Impact of Neuroscience. Annual Review of Psychology, v. 63, p. 571-591, 2012.

FRANCE. **Code Civil**, Article 9. 1970.

FURTADO, Silvano. De quem é o direito do autista? **Consultor Jurídico**, 25 ago. 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br. Acesso em: 19 out. 2024.

HUNT, L. **Inventing Human Rights**: A History. New York: W.W. Norton & Company, 2007.

JOSEPH, S.; CASTAN, M. **The International Covenant on Civil and Political Rights:** Cases, Materials, and Commentary. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LEPAGE, A. **Personnalité** (Droits de la). Répertoire de droit civil, 2009.

LOCKE, J. **Second Treatise of Government.** Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1980.

MARKESINIS, B.; UNBERATH, H. **The German Law of Torts:** A Comparative Treatise. Oxford: Hart Publishing, 2002.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **American Convention on Human Rights**. 1969.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Súmula 102. Diário da Justiça Eletrônico, São Paulo, SP, 28 fev. 2024.

TRIBE, L. H. **American Constitutional Law**. New York: Foundation Press, 2000.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJ-SP). **Súmula 102.** Disponível em: https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Biblioteca/Biblioteca/Legislacao/SumulasTJSP.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

UNITED NATIONS. **International Covenant on Civil and Political Rights.** 1966.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights.** 1948.

UNITED STATES SUPREME COURT. **Griswold v. Connecticut**, 381 U.S. 479 (1965); Roe v. Wade, 410 U.S. 113 (1973).

ZANIN, Ana Paula. Os direitos da personalidade, suas características e classificações. **Aurum Blog**, 13 jun. 2023. Atualizado em 11 set. 2023. Disponível em: https://www.aurum.com.br/blog/direitos-da-personalidade/. Acesso em: 19 out. 2024.



A PROTEÇÃO DA INTEGRIDADE PSÍQUICA NA ERA DOS NEURODIREITOS: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL

Karyta Muniz de Paiva Lessa[1], Marcus Geandré Nakano Ramiro[2].

[1] Doutoranda em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela UNICESUMAR. Bolsista no Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares PROSUP/CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na Universidade Cesumar. Mestre em Ciências Jurídicas com ênfase em Direitos da Personalidade pela Universidade Cesumar. Especialista em Ciência Política pela Universidade Cesumar. Graduada em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana e em Direito pela Faculdade Maringá.

[2] Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar (UniCesumar); Pesquisador Bolsista na Modalidade Produtividade em Pesquisa para Doutor do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI); Líder do Grupo de Pesquisa "Proteção Integral da Pessoa: Interações dos Direitos Humanos, dos Direitos Fundamentais e dos Direitos da Personalidade"; Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar; Pós-doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha); Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; bacharel em Direito e Música pela Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

Este artigo investiga os desafios éticos e jurídicos relacionados à proteção da integridade psíquica e da identidade pessoal no contexto das neurotecnologias emergentes, utilizando o método dedutivo e pesquisa bibliográfica. O objetivo é analisar como essas tecnologias, que permitem a leitura, modificação e manipulação da atividade cerebral, afetam direitos fundamentais, especialmente a autonomia e a identidade do indivíduo. O problema central abordado é a insuficiência das atuais regulamentações jurídicas para garantir a proteção adequada da integridade psíquica frente às inovações tecnológicas. Os achados indicam que as neurointervenções têm o potencial de modificar aspectos essenciais da identidade pessoal, como memórias, emoções e decisões, comprometendo o livre arbítrio e a continuidade da identidade. O estudo conclui que os neurodireitos devem ser desenvolvidos e integrados aos sistemas jurídicos, com foco na proteção da privacidade mental, na reversibilidade das intervenções e na preservação da dignidade e autonomia individual, de forma a garantir que essas inovações sirvam ao bem-estar humano sem comprometer os direitos da personalidade.

Palavras-chave: ética e neurotecnologia; identidade pessoal; neurodireitos; privacidade mental; proteção jurídica.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços das neurotecnologias têm desafiado as fronteiras tradicionais da medicina, proporcionando novas formas de interação com o cérebro humano e oferecendo possibilidades inéditas para o tratamento de distúrbios neurológicos e psiquiátricos. No entanto, esses avanços também suscitam questões éticas e jurídicas significativas, especialmente em relação à proteção da integridade psíquica e da identidade pessoal. A capacidade de ler, modificar e até manipular a atividade cerebral gera novos dilemas, exigindo que a legislação acompanhe essas inovações tecnológicas e forneça uma estrutura sólida para a proteção dos direitos fundamentais.

A integridade psíquica, considerada um direito da personalidade, visa garantir a proteção da mente e das emoções do indivíduo contra interferências externas que possam prejudicar sua saúde mental ou alterar sua identidade. No contexto das neurotecnologias, essa proteção se torna ainda mais urgente, uma vez que as intervenções cerebrais podem impactar diretamente os processos mentais e cognitivos que sustentam a identidade pessoal. A leitura de pensamentos, o controle de emoções e a manipulação de memórias levantam preocupações sobre a preservação da autonomia psíquica e da dignidade humana, princípios centrais dos direitos da personalidade.

É nesse cenário que o conceito de neurodireitos ganha relevância. Os neurodireitos buscam regular o uso ético e seguro das neurotecnologias, salvaguardando a privacidade mental, o livre arbítrio e a identidade pessoal. A preocupação central é garantir que as inovações tecnológicas não comprometam a essência do ser humano, respeitando a autonomia individual e impedindo a manipulação involuntária de pensamentos e comportamentos. O avanço da neurociência requer que os direitos fundamentais, como a integridade psíquica, sejam ampliados e adaptados para proteger as novas vulnerabilidades que surgem com essas tecnologias.

Além disso, as neurointervenções apresentam um desafio particular para a continuidade da identidade pessoal. A identidade de um indivíduo é construída ao longo do tempo, por meio de experiências, memórias e relações sociais. Contudo, quando as neurotecnologias modificam aspectos fundamentais da mente, há o risco de uma desconexão entre a pessoa que o indivíduo era antes da intervenção e quem ele se torna após. Essa ruptura pode afetar profundamente não apenas a autoimagem do indivíduo, mas também suas interações sociais e sua percepção de si mesmo, colocando em risco a autenticidade de sua identidade.

Portanto, torna-se essencial que a legislação e os regulamentos jurídicos acompanhem esses avanços tecnológicos, de modo a garantir que a proteção da integridade psíquica e da identidade pessoal seja robusta e eficaz. Neurodireitos, nesse contexto, devem atuar como um marco regulatório que equilibre os benefícios terapêuticos das neurotecnologias com a proteção dos direitos fundamentais. Somente assim será possível assegurar que essas inovações sirvam ao bem-estar humano sem comprometer os valores centrais da dignidade, liberdade e autonomia.

2 A INTEGRIDADE PSÍQUICA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE NO CONTEXTO TECNOLÓGICO

A integridade psíquica, enquanto direito da personalidade, assume relevância ímpar no contexto contemporâneo, especialmente em face dos

avanços tecnológicos que afetam diretamente a esfera mental e emocional do indivíduo. Tradicionalmente, a integridade psíquica é compreendida como a proteção dos aspectos mais íntimos da saúde mental e emocional do ser humano, sendo um direito inerente à dignidade da pessoa humana e, portanto, inalienável e irrenunciável.

O direito em questão encontra amparo nos direitos da personalidade, que visam resguardar o núcleo essencial da existência humana contra interferências externas indevidas, seja no âmbito físico, psíquico ou moral. A integridade psíquica é essencialmente voltada para a proteção dos direitos da personalidade e preservação do estado psíquico do indivíduo, com ênfase na autonomia e dignidade humana, sendo um conceito mais estático e relacionado à proteção contra abusos (Lessa; Ramiro, 2024).

A dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental no Direito e na Filosofia, sendo amplamente reconhecida como a base dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Trata-se de um conceito que expressa o valor intrínseco de cada ser humano, independentemente de sua condição social, econômica, cultural ou de qualquer outra característica particular. A dignidade é inerente a todos os indivíduos, significando que ninguém pode ser tratado como um meio para alcançar fins de terceiros, conforme o pensamento kantiano. Esse reconhecimento universal da dignidade humana é o que confere legitimidade aos sistemas jurídicos modernos, orientando a construção de normas e políticas públicas que garantam o respeito e a proteção da pessoa em sua integralidade.

No plano jurídico, a dignidade da pessoa humana é elevada ao status de princípio constitucional em diversas democracias ao redor do mundo, sendo considerada o fundamento para a proteção dos direitos da personalidade. Segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p.50), a dignidade da pessoa humana pode ser definida como "a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade".

No Brasil, por exemplo, a Constituição de 1988 consagra a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais da República Federativa. Isso implica que todas as leis e decisões judiciais devem, direta ou indiretamente, assegurar a preservação desse valor supremo, resguardando tanto a integridade física quanto a integridade psíquica e moral de cada indivíduo. Dessa forma, a dignidade atua como um limite ético e jurídico à atuação do Estado e dos particulares, vedando condutas que desrespeitem ou degradem a condição humana.

A dignidade humana não é apenas um princípio abstrato; ela se materializa em direitos concretos que protegem o indivíduo em diversas dimensões. Entre eles, destacam-se os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à saúde e à privacidade, os quais derivam diretamente da dignidade como um direito originário (Andrade, 2008). Um dos maiores desafios contemporâneos é conciliar o respeito à dignidade humana com

as profundas transformações tecnológicas e sociais da modernidade. O avanço da ciência, especialmente em áreas como a biotecnologia e a neurociência, levanta novos dilemas sobre os limites éticos da intervenção sobre o corpo e a mente humana. Por exemplo, questões relacionadas à manipulação genética, à eutanásia, à inteligência artificial e ao uso de neurotecnologias trazem à tona a necessidade de reavaliar o conceito de dignidade e adaptá-lo a esses novos contextos.

No contexto tecnológico, sobretudo com o desenvolvimento de neurotecnologias, a proteção da integridade psíquica enfrenta novos desafios. O surgimento de tecnologias que permitem a leitura, estimulação e manipulação das atividades cerebrais impõe uma reflexão urgente sobre os limites éticos e jurídicos dessas inovações. As interfaces cérebro-computador, por exemplo, podem acessar estados mentais e processar dados que, até então, pertenciam exclusivamente à esfera íntima do indivíduo. Com isso, questões relativas à privacidade mental, à preservação da autenticidade da identidade pessoal e ao livre arbítrio são colocadas em xeque (Buchi, Moritz et al; 2020).

Esses avanços tecnológicos, enquanto oferecem promessas de soluções para doenças neurológicas e deficiências cognitivas, também levantam questões sobre a potencial manipulação e controle da mente humana. A possibilidade de que neurotecnologias possam alterar estados mentais, modificar a percepção da realidade ou até influenciar o comportamento humano traz à tona preocupações profundas sobre a preservação da autonomia individual, e

> o cerceamento da liberdade cognitiva pode transgredir os limites da singularidade do sujeito para existir e definir escolhas vivenciais, podendo criar uma massa manipulada dentro de bolhas sociais ou até identidades anuladas sem espaço para exercer sua subjetividade. Assim, entender a privacidade mental como fundamental para a segurança existencial de um sujeito, bem como evitar que haja condições indevidas da parte restrita da população e governos que possuem instrumento e tecnologias avançadas capazes de impensáveis situações" (Rieger, 2022, p. 59).

No direito à integridade psíquica, qualquer intervenção que comprometa a liberdade de pensamento, a privacidade mental ou a capacidade de autodeterminação coloca em risco o próprio conceito de ser humano como um sujeito autônomo e responsável por suas escolhas.

Nesse cenário, o conceito de neurodireitos surge como uma tentativa de regular o impacto dessas tecnologias emergentes, estabelecendo limites éticos e jurídicos que salvaguardam a dignidade e a integridade da pessoa humana. A privacidade mental, por exemplo, que outrora parecia garantida pelas fronteiras naturais do corpo e da mente, é desafiada pela capacidade de tecnologias de leitura cerebral. A questão não é apenas

técnica, mas também filosófica e legal: até que ponto o Estado ou empresas privadas têm o direito de acessar, manipular ou influenciar os estados mentais dos indivíduos? Sem uma regulamentação clara, o risco de abuso é iminente, colocando em perigo a própria estrutura dos direitos da personalidade.

Além disso, a identidade pessoal, que é constituída por uma série de fatores psicológicos, emocionais e cognitivos, está diretamente vinculada à integridade psíquica. As intervenções que alteram a atividade cerebral podem, em última instância, modificar aspectos essenciais da personalidade de um indivíduo, gerando uma desconexão entre quem a pessoa era antes da intervenção e quem ela se torna após a intervenção (Cardoso, 2021). Isso levanta perguntas difíceis sobre a continuidade da identidade: se uma tecnologia altera significativamente as emoções, a memória ou o comportamento de uma pessoa, essa pessoa continua sendo a mesma? O direito à identidade pessoal exige que a integridade psíquica seja preservada contra intervenções que possam desvirtuar essa continuidade.

O avanço das neurotecnologias levanta preocupações significativas sobre o impacto no livre arbítrio, pois ao influenciar decisões individuais, mesmo que de forma sutil, essas tecnologias podem comprometer a liberdade de escolha e a autonomia, pilares fundamentais dos direitos humanos e da dignidade da pessoa (Marden; Wykrota, 2018). A proteção da integridade psíquica, como direito da personalidade, torna-se essencial diante dessas inovações, pois essas tecnologias têm o potencial de manipular a mente humana, afetando a percepção de si mesmo e a interação com a realidade. Assim, é imperativo que o direito se adapte para incluir a tutela da integridade psíquica no contexto das neurotecnologias, preservando a privacidade mental e o livre arbítrio contra possíveis abusos (Pintarelli, 2022). Dessa forma, os neurodireitos surgem como uma extensão necessária para a proteção da integridade psíquica e da dignidade humana frente aos desafios tecnológicos (Iberdrola, 2023; Lopes, 2023).

Essa discussão também está diretamente relacionada à dignidade humana, que serve como fundamento para os direitos da personalidade. A dignidade, enquanto valor central, implica o respeito à integridade física e psíquica de cada indivíduo, assegurando que ele seja tratado como um fim em si mesmo, com plena capacidade de autodeterminação. Qualquer ameaça à integridade psíquica, como as interferências tecnológicas no cérebro, compromete esse princípio, uma vez que a manipulação mental pode subverter a autonomia individual, fazendo com que o ser humano perca a capacidade de governar seus próprios pensamentos e ações.

3 NEURODIREITOS: PROTEÇÃO JURÍDICA E A SALVAGUARDA DA MENTE HUMANA

O conceito de neurodireitos surgiu como uma resposta às novas demandas éticas e jurídicas trazidas pelo avanço das neurotecnologias, que permitem a leitura, modificação e manipulação da atividade cerebral. Essas tecnologias, que incluem interfaces cérebro-computador, estimulação cerebral profunda e outras formas de intervenção no sistema nervoso, oferecem enormes benefícios terapêuticos para doenças neurológicas e transtornos psiquiátricos. No entanto, ao mesmo tempo, levantam questões críticas sobre o controle, a privacidade e a autonomia dos indivíduos. Neurodireitos, portanto, visam proteger a integridade mental e garantir que essas inovações respeitem limites éticos e jurídicos, assegurando que a mente humana não seja explorada ou manipulada indevidamente.

A relevância dos neurodireitos na atualidade está diretamente relacionada à rápida evolução dessas tecnologias, que, embora promissoras, apresentam riscos potenciais de abuso. As capacidades dessas inovações vão além da mera terapia; elas podem acessar, modificar e até mesmo decodificar pensamentos e emoções. Isso coloca em xeque a noção de privacidade mental, que, até recentemente, era considerada inviolável. Em um cenário onde pensamentos e estados mentais podem ser acessados externamente, surge a necessidade urgente de proteção jurídica que assegure a privacidade da mente e evite sua exploração por empresas, governos ou outras entidades (Marden; Wykrota, 2018).

No centro dos neurodireitos está a proteção da privacidade mental, um conceito que se refere ao direito de cada indivíduo de manter seus pensamentos, emoções e processos mentais livres de interferência externa (Pintarelli, 2022). A leitura da mente por meio de tecnologias que interpretam a atividade cerebral ameaça esse direito fundamental, criando um ambiente em que a privacidade mental pode ser violada. Para evitar esses abusos, os neurodireitos buscam regulamentar o uso dessas tecnologias, garantindo que o acesso à mente seja restrito e que os dados mentais sejam tratados de forma ética e confidencial, respeitando os limites estabelecidos pelo consentimento informado do indivíduo (Rieger, 2022).

A proteção da privacidade mental, no contexto das neurotecnologias, vai além da simples confidencialidade de informações cerebrais. Envolve também a preservação da intimidade e do espaço interior do indivíduo, um território até então inviolável. O fato de tecnologias conseguirem ler ou decodificar a atividade cerebral implica a possibilidade de externalizar pensamentos que o sujeito pode não desejar compartilhar (Yustre, 2020). Isso gera preocupações não apenas sobre a violação da privacidade, mas também sobre a coerção mental, em que indivíduos

podem ser pressionados ou manipulados a revelar informações íntimas, mesmo contra sua vontade. Assim, o direito à privacidade mental precisa ser robusto o suficiente para proteger essa esfera interna contra qualquer invasão indesejada.

A proteção da privacidade mental em face das neurotecnologias é crucial, pois a atividade cerebral pode expor não apenas pensamentos conscientes, mas também inclinações emocionais, vulnerabilidades e comportamentos futuros. Sem regulamentação adequada, esses dados podem ser explorados comercialmente por empresas e governos, comprometendo a segurança dos indivíduos (Pintarelli, 2022). Neurodireitos devem assegurar que essas informações sejam tratadas com o mesmo rigor que dados biométricos e de saúde, garantindo transparência e controle por parte do próprio indivíduo sobre o uso de seus dados cerebrais. Além disso, o consentimento informado para o uso dessas tecnologias deve ser mais rigoroso, garantindo que o indivíduo compreenda plenamente os riscos e consequências, preservando sua privacidade mental e autonomia (Forstmann, 2018).

Um outro ponto central dos neurodireitos é a proteção do livre arbítrio, uma vez que neurotecnologias que alteram processos de decisão podem comprometer a autonomia pessoal (Cardoso, 2023). Dispositivos que modificam emoções ou comportamentos, ao interferirem na capacidade de escolha consciente, levantam questões éticas sobre até que ponto essas tecnologias podem ser usadas sem violar a liberdade individual. A invasão da privacidade mental por meio da leitura da atividade cerebral transforma pensamentos íntimos em dados acessíveis a terceiros, rompendo barreiras de privacidade e gerando efeitos psicológicos negativos, como a sensação de perda de controle sobre si mesmo (Flores; Firmo, 2022).

Há um risco relacionado à privacidade mental que é o uso inadequado ou não autorizado dos dados coletados por neurotecnologias. Assim como acontece com dados pessoais no mundo digital, os dados cerebrais podem ser comercializados, analisados ou compartilhados sem o conhecimento ou consentimento adequado do indivíduo. Esses dados podem revelar informações extremamente sensíveis sobre estados emocionais, condições psicológicas e até padrões de comportamento. A comercialização desses dados por empresas ou sua utilização por governos sem regulamentação clara levanta questões éticas e jurídicas complexas, que precisam ser abordadas pelos neurodireitos para proteger a dignidade e a privacidade mental das pessoas (Cardoso, 2023).

Além disso, a proteção da privacidade mental também deve levar em consideração a possibilidade de que as neurotecnologias sejam utilizadas para manipular ou modificar pensamentos e emoções de forma não consensual. Tecnologias que não apenas leem, mas também estimulam ou alteram a atividade cerebral, podem ser usadas para influenciar

comportamentos ou decisões, o que compromete profundamente a autonomia e a liberdade mental (Rieger, 2022). Para prevenir esses abusos, os neurodireitos precisam estabelecer limites claros sobre até onde essas tecnologias podem intervir no cérebro humano, garantindo que a liberdade de pensamento e a autodeterminação sejam sempre respeitadas. Isso inclui a imposição de restrições rigorosas sobre o uso dessas tecnologias em contextos comerciais, governamentais e médicos, onde o consentimento informado e a autonomia do indivíduo devem ser protegidos de forma absoluta.

Por fim, a discussão sobre os limites éticos das neurotecnologias é destacada como de suma importância no contexto dos neurodireitos. Embora essas tecnologias tenham um enorme potencial de beneficiar a humanidade, elas também trazem riscos profundos de uso indevido, principalmente em relação à integridade psíquica. As questões éticas envolvem desde a responsabilidade sobre o uso de dados cerebrais até a possibilidade de criação de desigualdades entre aqueles que têm acesso a essas tecnologias e aqueles que não têm (Flores; Firmo, 2022). Neurodireitos, nesse sentido, devem estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento e a aplicação dessas tecnologias, garantindo que sejam usadas de maneira justa, ética e que preservem os direitos fundamentais da pessoa humana, incluindo sua integridade psíquica, liberdade e dignidade.

Um dos maiores desafios éticos das neurotecnologias reside na definição de quem terá acesso a essas inovações e como elas serão distribuídas na sociedade. Se essas tecnologias forem disponibilizadas apenas para um grupo restrito de pessoas com maior poder aquisitivo, cria-se um novo tipo de desigualdade, onde algumas pessoas podem aumentar suas capacidades cognitivas ou melhorar sua saúde mental enquanto outras são deixadas de fora desse avanço. Isso exacerba as disparidades sociais e econômicas, transformando o acesso à melhoria cognitiva e ao tratamento de distúrbios mentais em um privilégio de poucos, o que coloca em risco o princípio da igualdade que deve reger a aplicação das neurotecnologias. Os neurodireitos, nesse contexto, devem garantir que essas inovações sejam acessíveis a todos, evitando que contribuam para a ampliação das desigualdades.

Outro aspecto dessa discussão é o impacto das neurotecnologias na liberdade individual. Tecnologias que permitem modificar diretamente a atividade cerebral podem ser usadas, por exemplo, para fins de controle ou manipulação de comportamentos, o que levanta sérias questões sobre o livre arbítrio e a autonomia dos indivíduos. Imagine um cenário onde governos ou corporações utilizam essas tecnologias para moldar o comportamento de pessoas em massa, controlando suas decisões e emoções. Sem uma regulamentação ética adequada, isso poderia representar uma ameaça direta à liberdade mental, um direito fundamental

de qualquer ser humano. Neurodireitos precisam estabelecer diretrizes rigorosas que proíbam o uso dessas tecnologias para manipulação ou controle, garantindo que os indivíduos permaneçam soberanos sobre seus pensamentos e decisões (Flores; Firmo, 2022).

Além disso, a questão da responsabilidade no uso de neurotecnologias é fundamental. Quem deve ser responsabilizado quando uma intervenção cerebral, seja terapêutica ou de aprimoramento, falha ou causa danos à integridade psíquica do indivíduo? Neurodireitos devem abordar essa questão, garantindo que existam mecanismos legais claros para responsabilizar os desenvolvedores, fabricantes e profissionais que utilizam essas tecnologias, caso elas resultem em danos (Rieger, 2022). Da mesma forma, é essencial que haja uma transparência absoluta em relação aos riscos e benefícios de qualquer intervenção neurológica, de modo que os indivíduos possam tomar decisões informadas sobre o uso dessas tecnologias. Esse quadro de responsabilidade é necessário para proteger os direitos e a segurança dos indivíduos, preservando sua dignidade e integridade diante da crescente complexidade das neurotecnologias.

4 IDENTIDADE PESSOAL E OS IMPACTOS DAS NEUROINTERVENÇÕES NA AUTONOMIA DO INDIVÍDUO

A identidade pessoal é um conceito amplo que abrange as características psicológicas, emocionais e cognitivas que definem um indivíduo ao longo do tempo. Trata-se de uma construção complexa que envolve não apenas aspectos biológicos e genéticos, mas também experiências de vida, relações sociais e processos internos de autopercepção. No entanto, com o advento das neurotecnologias, surge um novo desafio: a possibilidade de intervenções diretas no cérebro que podem alterar aspectos fundamentais dessa identidade. Neurointervenções, como estimulação cerebral profunda ou interfaces cérebro-computador, têm o potencial de modificar pensamentos, memórias e emoções, o que levanta sérias questões sobre a continuidade e a autenticidade da identidade pessoal, uma vez que ignora as “normas sociais e anulam direitos básicos associados à autonomia individual" (Zuboff, 2021, p. 532).

Essas neurointervenções podem impactar diretamente a autonomia do indivíduo ao interferirem nos processos mentais que sustentam a identidade pessoal. A autonomia, entendida como a capacidade de tomar decisões de forma livre e consciente, é um dos pilares da dignidade humana e da ética médica. No entanto, ao modificar diretamente a atividade cerebral, as neurotecnologias podem influenciar as decisões e o comportamento dos indivíduos, comprometendo sua autonomia. Se a identidade de uma pessoa pode ser alterada por uma intervenção

neurológica, a questão que se impõe é: até que ponto as escolhas e ações de uma pessoa pós-intervenção ainda refletem sua verdadeira identidade? A preservação da autonomia psíquica e da integridade da identidade pessoal torna-se, portanto, uma preocupação central nas discussões sobre neurodireitos.

A interferência direta nos processos mentais por meio de neurointervenções gera um dilema ético profundo, especialmente em relação à autenticidade das decisões tomadas após essas intervenções, como afirma Cialdini (2012, p. 199)

> graças a avanços tecnológicos notáveis, as informações estão se multiplicando, escolhas e alternativas estão se expandindo, os conhecimentos estão explodindo. Nessa avalanche de mudanças e escolhas, tivemos que nos ajustar. Um ajuste fundamental afetou o modo como decidimos. Embora todos queiramos tomar a decisão mais ponderada e refletida possível em qualquer situação, a mutabilidade e o ritmo acelerado da vida moderna com frequência nos privam das condições apropriadas para uma análise cuidadosa de todos os prós e contras.

Se uma tecnologia altera a atividade cerebral, modificando percepções, emoções ou impulsos, há o risco de que as escolhas do indivíduo não sejam mais reflexos genuínos de sua vontade original, mas sim de um novo estado cerebral induzido. Isso compromete a integridade da autonomia psíquica, pois as decisões tomadas sob influência de intervenções tecnológicas podem não refletir as intenções ou desejos autênticos da pessoa antes da neurointervenção. A questão torna-se ainda mais complexa quando se considera que algumas neurotecnologias podem ser usadas para influenciar comportamentos ou preferências de forma sutil, o que levanta preocupações sobre o consentimento informado e a capacidade do indivíduo de avaliar as mudanças induzidas em sua própria identidade.

Além disso, a questão da reversibilidade das neurointervenções é crucial para avaliar até que ponto a autonomia do indivíduo é afetada de maneira permanente ou temporária. Em casos em que as alterações cerebrais são irreversíveis ou de difícil reparação, as consequências para a identidade pessoal podem ser profundas e duradouras. Isso levanta preocupações éticas sobre a proteção da identidade e da autonomia ao longo do tempo, e sobre como garantir que os indivíduos possam reavaliar suas escolhas após intervenções neurológicas. Neurodireitos, nesse contexto, devem garantir que qualquer intervenção seja precedida de uma análise cuidadosa dos impactos sobre a identidade e a autonomia, e que mecanismos de reversão ou controle estejam disponíveis para minimizar os riscos de perda da autenticidade psíquica e de manipulação da vontade individual.

Além disso, as neurointervenções levantam questões sobre a continuidade da identidade pessoal ao longo do tempo. A identidade não é estática; ela é construída e transformada à medida que o indivíduo vive novas experiências e processa novas informações. Contudo, intervenções que alteram artificialmente a atividade cerebral podem acelerar ou distorcer esses processos naturais, criando uma dissonância entre a pessoa que o indivíduo era antes da intervenção e aquela que ele se torna após a neurointervenção. Essa ruptura na continuidade da identidade pode ter implicações profundas para a autoimagem e para as relações sociais, já que a pessoa pode não mais se reconhecer ou ser reconhecida como a mesma pelos outros. Assim, a regulamentação dessas tecnologias precisa garantir que qualquer intervenção que possa impactar a identidade pessoal seja realizada com extrema cautela e sob rigorosos padrões éticos.

Do ponto de vista jurídico, a proteção da identidade pessoal em face das neurointervenções exige uma abordagem que vá além da simples tutela da integridade física (Azevedo, 2020). O direito à identidade pessoal, enquanto dimensão dos direitos da personalidade, deve ser ampliado para incluir a proteção contra intervenções que possam modificar aspectos centrais da psique humana. As neurointervenções, se não forem adequadamente regulamentadas, podem resultar em uma forma de "alienação" do próprio indivíduo em relação à sua identidade. Nesse sentido, os neurodireitos precisam estabelecer diretrizes claras que limitem o uso dessas tecnologias, especialmente em contextos não terapêuticos, onde o risco de manipulação da identidade pessoal é maior.

A proteção jurídica da identidade pessoal diante das neurointervenções exige uma abordagem interdisciplinar que amplie a legislação para incluir a dimensão psíquica e cognitiva dos indivíduos, uma vez que essas intervenções podem alterar profundamente comportamentos e personalidades, comprometendo a autenticidade do ser humano. Além disso, é essencial que a regulamentação imponha restrições rigorosas sobre o uso não terapêutico dessas tecnologias, que podem manipular a identidade pessoal sem uma justificativa clínica, levantando sérias questões éticas (Souto, 2018). O direito precisa se adaptar ao rápido desenvolvimento das neurotecnologias, prevendo mecanismos de monitoramento contínuo e a criação de comissões éticas independentes para garantir que as intervenções respeitem os limites da autonomia e integridade psíquica dos indivíduos, assegurando que a tecnologia sirva ao bem-estar humano sem comprometer sua dignidade.

A discussão sobre identidade pessoal e neurointervenções deve ser pautada por uma reflexão ética e jurídica profunda. O avanço das neurotecnologias traz a promessa de tratamentos inovadores para doenças neurológicas, mas também apresenta riscos significativos para a autonomia e a integridade psíquica dos indivíduos. A proteção da identidade pessoal exige que os direitos da personalidade sejam



atualizados para refletir os novos desafios impostos pelas tecnologias emergentes, garantindo que a mente e a personalidade humana sejam preservadas contra manipulações ou modificações que comprometam sua autenticidade e continuidade ao longo do tempo.

Diante dos avanços das neurotecnologias, torna-se imperativo reconhecer que a proteção da identidade pessoal não pode ser limitada apenas às intervenções físicas, mas deve também abranger intervenções na mente humana, que afetam a essência do que significa ser um indivíduo. A complexidade de manipulações cerebrais e suas repercussões na personalidade exigem que os sistemas jurídicos se adaptem para garantir que a identidade, construída ao longo da vida por meio de experiências pessoais e sociais, seja preservada. Qualquer intervenção que modifique traços centrais dessa identidade sem consentimento pleno ou sem a possibilidade de reversão coloca em risco a dignidade do indivíduo, transformando-o em algo além de sua própria vontade.

A aplicação dessas tecnologias em contextos não terapêuticos, sobretudo para aprimoramento cognitivo ou manipulação de comportamentos, exige um controle ético rigoroso. Embora o potencial de melhoria das capacidades humanas seja sedutor, ele carrega consigo o risco de criar divisões sociais e alienação entre a verdadeira essência de uma pessoa e a versão modificada por meio de intervenções tecnológicas. A legislação, portanto, deve limitar o uso dessas tecnologias a fins estritamente médicos, onde o objetivo primordial é preservar ou restaurar a saúde e a autonomia psíquica, e não transformar o indivíduo em um produto das tecnologias emergentes.

O desafio, portanto, é criar um ambiente regulatório que permita os benefícios das neurotecnologias enquanto protege os direitos fundamentais dos indivíduos, especialmente sua identidade e autonomia. Isso requer a colaboração entre juristas, cientistas, médicos e a sociedade em geral, para assegurar que a liberdade e a integridade mental permaneçam intactas diante das inovações. Em última instância, a preservação da identidade pessoal deve ser central nas discussões sobre o futuro das neurotecnologias, garantindo que essas ferramentas sirvam à humanidade sem comprometer a essência do que significa ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das neurotecnologias exige uma adaptação jurídica que considere os novos desafios éticos e legais relacionados à manipulação da mente humana. A integridade psíquica, um direito da personalidade, ganha uma nova relevância nesse cenário, onde intervenções que alteram pensamentos, emoções e comportamentos precisam ser regulamentadas para proteger a dignidade e a autonomia dos indivíduos. Os neurodireitos emergem como uma resposta necessária, garantindo que as escolhas

pessoais sejam respeitadas, enquanto a legislação estabelece limites para o uso dessas tecnologias.

O impacto das neurotecnologias na identidade pessoal também é uma preocupação central, já que intervenções cerebrais podem modificar traços fundamentais de personalidade e memória, rompendo a continuidade da identidade. Isso levanta questões sobre a autenticidade do ser humano e a preservação da identidade ao longo do tempo. Assim, é essencial que a legislação contemple a reversibilidade das intervenções, garantindo que os indivíduos possam reavaliar suas escolhas e, sempre que possível, restaurar seu estado mental original, prevenindo abusos e protegendo a privacidade mental e o livre arbítrio.

Finalmente, a regulamentação dos neurodireitos deve incluir políticas públicas que informem os consumidores sobre os riscos das tecnologias neurocientíficas e restrinjam práticas persuasivas que limitam a liberdade de escolha. Essas políticas, aliadas aos neurodireitos, são fundamentais para mitigar os impactos negativos sobre os consumidores em uma sociedade voltada ao consumo, protegendo-os contra manipulações e garantindo seu direito à informação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **O Princípio Fundamental da Dignidade Humana e sua Concretização Judicial.** Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5005d7e7-eb21-4fbb-bc4d-12affde2dbbe. Acesso em: 10 out. 2024.

AZEVEDO, Bernardo de. **Neurodireitos**: o cérebro humano deve ser objeto de proteção jurídica? Publicado em 8 de dez. de 2020. Disponível em: https://bernardodeazevedo.com/conteudos/neurodireitos-o-cerebro-humano-deve-ser-objeto-de-protecao-juridica. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BÜCHI, Moritz et al. **The chilling effects of algorithmic profiling**: Mapping the issues. Computer law & security review, v. 36, p. 105367, 2020

Cardoso, Renato César. Neurodireito e neurociência do livre-arbítrio: uma revisão crítica e apontamentos para o Direito Penal. **Revista do Instituto de Ciências Penais**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 91-120, 2023. DOI: 10.46274/1809-192XRICP2023v8n1p91-120

CIALDINI, Robert B. **As armas da persuasão** [recurso eletrônico]. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

FLORES FILHO, Edgar Gastón Jacobs; FIRMO, Marina de Castro. Dignidade humana e neurodireitos na era digital. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania** – IDCC, Londrina, v. 7, n. 2, e063, jul./dez., 2022. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v7n2.e063.

FORSTMANN, Matthias; GURGMER, Pascal. **A free will needs a free mind: Belief in substance dualism and reductive physicalism differentially predict belief in free will and determinism**. Consciousness and Cognition, v. 63, p. 280-293, 2018. DOI: 10.1016/j.concog.2018.07.003.

IBERDROLA. O que são os neurodireitos e por que são vitais diante dos avanços da neurociência? **Iberdrola**, 2023. Disponível em: https://www.iberdrola.com/inovacao/neurodireitos. Acesso em: 28 maio 2023.

LESSA, Karyta Muniz de Paiva; RAMIRO, Marcus Geandré Nakano. **Integridade psíquica e saúde mental: confluências, desafios contemporâneos e a necessidade de uma abordagem preventiva**. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v.16, n.9, p. 01-24, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n9-085.

LOPES, ANA MARIA D.'ÁVILA. **Neurotecnologia**: quando a tecnologia ameaça a dignidade humana. In: LOPES, Ana Maria D'avila et al. Neurodireito, neurotecnologia e direitos humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2022.

MARDEN, Carlos; WYKROTA, Leonardo Martins. Neurodireito: o início, o fim e o meio. **Rev. Bras. Polít. Públicas,** Brasília, v. 8, nº 2, 2018, p.48-63. Disponível em: https://www.rel.uniceub.br/RBPP/article/view/5307 Acesso em: 9 out. 2024.

PINTARELLI, Camila. A proteção jurídica da mente. **Revista de Direito da Saúde Comparado**. v.1, n.1, 19 dez. 2022, p. 104-119. Disponível em: //periodicos.unisa.br/index.php/direitosaude/article/view/396. Acesso em: 9 out. 2024.

RIEGER, Poliene Fernanda Souza Nascimento. Privacidade mental e liberdade cognitiva: perspectivas e desdobramentos para novos direitos fundamentais no contexto de desenvolvimento e aplicação de neurotecnologia. 2023. 85 f. (Mestrado Profissional em Revista Ibero-

Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE. São Paulo, v.9.n.12. dez. 2023. ISSN - 2675 – 3375 183 Direito) - **Instituto Brasileiro de Ensino**, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: http://52.186.153.119/handle/123456789/4239. Acesso em: 22 set. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2001.

YUSTE, Rafael. A neurotecnologia já pode ler mentes: então, como protegemos nossos
pensamentos? **El País.** Ciência e Tecnologia. Disponível em: https://english.elpais.com/spanish_news/2020-08-24/neurotechnology-can-already-readbrains-so-how-do-we-protect-our-thoughts.html?ssm=TW_CC. Acesso em: 12 out. 2024.

SOUTO, Ana Flávia Lins. **A influência da internet no desenvolvimento da liberdade política com base na liberdade de expressão**. Volume 21 n. 42 (2018): Revista Da Faculdade Mineira De Direito – PUC Minas.
ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Recurso digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



ALIMENTAÇÃO E PERSONALIDADE: O DESAFIO GLOBAL DA FOME E O CAMINHO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

GT10: DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rogério Borges De Freitas[1], Rodrigo Valente Giublin Teixeira[2]

[1]Doutorando em Direito e Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Defensor Público do Estado de Mato Grosso; e-mail: rogeriofreitas@dp.mt.gov.br
[2]Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; MBA em Business Law e Gestão; Mestre em Direito Negocial, com concentração em Direito Processual Civil, pela Universidade Estadual de Londrina; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino; Graduado em Direito pelo Universidade Cesumar (UNICESUMAR); Professor na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Cesumar; e-mail: rodrigo.valente@unicesumar.edu.br

RESUMO

A pesquisa explora o impacto da fome na formação da personalidade humana, vinculando-o aos direitos de personalidade e à necessidade de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade alimentar. O problema de pesquisa abordado pelo estudo é a influência da fome na formação da personalidade humana, explorando como a inadequação nutricional afeta o desenvolvimento psicológico e a dignidade pessoal? A hipótese central da pesquisa é que a fome e a inadequação nutricional têm um impacto direto na formação e no desenvolvimento da personalidade humana, e que a monocultura e a falta de políticas públicas eficazes para apoiar a agricultura diversificada e sustentável exacerbam este problema. O objetivo geral da pesquisa é conscientizar sobre a complexidade da fome e suas implicações na formação da personalidade humana. Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções nas quais o texto está dividido. A primeira parte trata do impacto da fome na formação da personalidade humana. A segunda parte se dedicou a refletir por que não nos envergonhamos dos efeitos da fome? A terceira parte aborda como as políticas pública para redução do problema da forme no Brasil. A metodologia apresentada na pesquisa é multidisciplinar, integrando aspectos jurídicos, econômicos e sociais para uma compreensão holística das causas da fome e suas implicações na personalidade humana. O método utilizado na pesquisa envolve uma análise detalhada de dados secundários, revisão de literatura existente sobre as práticas agrícolas, políticas públicas, direitos de personalidade e nutrição.

Palavras-chave: Agricultura sustentável; Direitos da Personalidade; Fome; Monocultura; Nutrição; Políticas públicas.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta análise se dedica a compreender o impacto causado pela fome na formação da personalidade humana, conectando-a aos direitos de personalidade e à necessidade de implementar políticas públicas focadas na sustentabilidade alimentar. O trabalho destaca a importância crítica de uma nutrição adequada para o desenvolvimento psicológico e a manutenção da dignidade pessoal, argumentando que a alimentação é essencial em todas as etapas da vida humana. Critica a prática da

monocultura em larga escala, comum na agricultura voltada para a exportação, que tende a negligenciar a diversidade alimentar necessária para a segurança alimentar interna. Esta abordagem é vista como uma causa principal da persistência da fome, por não satisfazer as necessidades nutricionais básicas das populações locais.

O estudo também aborda a inadequação da produção agrícola para atender à demanda global crescente de alimentos, evidenciando como a falta de poder de compra pode impedir a transformação da necessidade de alimentos em demanda efetiva, destacando a relação entre pobreza, insegurança alimentar e as dinâmicas de mercado. A partir dessas análises, a pesquisa sugere mudanças significativas nas políticas públicas, principalmente no reforço aos pequenos produtores rurais, propondo um equilíbrio mais justo entre a produção destinada à exportação e o abastecimento interno. Observa-se uma recente mudança nas políticas agrícolas que começa a favorecer mais os pequenos e médios produtores, refletindo uma nova orientação nas políticas agrárias que beneficia diretamente a população local.

O problema de pesquisa abordado pelo estudo é a influência da fome na formação da personalidade humana, explorando como a inadequação nutricional afeta o desenvolvimento psicológico e a dignidade pessoal? A hipótese central da pesquisa é que a fome e a inadequação nutricional têm um impacto direto na formação e no desenvolvimento da personalidade humana, e que a monocultura e a falta de políticas públicas eficazes para apoiar a agricultura diversificada e sustentável exacerbam este problema. Além disso, a pesquisa sugere que fortalecer os pequenos produtores rurais e equilibrar a produção voltada para a exportação com as necessidades de abastecimento alimentar interno podem ser estratégias eficazes para combater a fome e melhorar a segurança alimentar.

O objetivo geral da pesquisa é conscientizar sobre a complexidade da fome e suas implicações na formação da personalidade humana, criticando práticas agrícolas que priorizam o lucro em detrimento das necessidades humanas. Enfatiza a importância da agricultura sustentável e inclusiva, capaz de atender às necessidades alimentares de toda a população e promover um desenvolvimento socioeconômico equitativo.

Os objetivos específicos correspondem a cada uma das seções nas quais o texto está dividido. A primeira parte trata do impacto da fome na formação da personalidade humana. A segunda parte se dedicou a refletir por que não nos envergonhamos dos efeitos da fome? A terceira parte aborda como as políticas pública para redução do problema da forme no Brasil. A metodologia apresentada na pesquisa é multidisciplinar, integrando aspectos jurídicos, econômicos e sociais para uma compreensão holística das causas da fome e suas implicações na personalidade humana. Especificamente, o estudo utiliza análises qualitativas para explorar a interconexão entre a nutrição adequada e o

desenvolvimento da personalidade, bem como a influência das práticas agrícolas e das políticas públicas na perpetuação da fome. A pesquisa também aborda a análise de políticas e a crítica de práticas agrícolas existentes, propondo novas abordagens para o fortalecimento da segurança alimentar interna e o apoio aos pequenos produtores rurais.

O método utilizado na pesquisa envolve uma análise detalhada de dados secundários, revisão de literatura existente sobre as práticas agrícolas, políticas públicas, direitos de personalidade e nutrição. A pesquisa também inclui a avaliação crítica das consequências econômicas e sociais dessas práticas, utilizando informações provenientes de estudos anteriores, relatórios governamentais e internacionais, e possivelmente dados estatísticos para sustentar a argumentação. A pesquisa conclama a uma ação coletiva e a formulação de políticas que tratem a fome não apenas como uma crise econômica ou de saúde pública, mas como uma questão de direitos humanos fundamentais, realçando a dignidade e a personalidade humana como elementos centrais na luta contra a fome.

2 O IMPACTO DA FOME NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE HUMANA

Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de Sousa (1995), quando trata do Direito Geral de Personalidade, sustenta que a vida humana é o suporte físico da personalidade. Seja de qual forma sua origem, a vida é como um fluxo energético coletivo, contínuo, transmissível, comum a toda a espécie humana e presente em cada indivíduo humano, enquanto detentor dessa energia vital global. Mas, tal fluxo é singular e autônomo em cada indivíduo, dado que cada novo ser humano possui, desde a concepção, alguns caracteres diferentes dos de cada um dos seus progenitores e é o sujeito de uma dinâmica própria e autônoma.

Sob tal perspectiva é que o autor sustenta que a vida é insubstituível, não acrescentável, única e irrepetível, que não pode ser comparada ou ponderável com a de outrem, de modo que todos deveriam ter a mesma dignidade vital. A vida humana, embora individualizada, resulta de uma matriz comum e, além de ser objeto de tutela especial em diversas normas jurídicas, por ser um elemento fundamental e estruturante da personalidade, ao unificá-la e permitir sua construção. De fato, a concepção humana pode ser analisada a partir de várias perspectivas e objetivos, mas, como alicerce, deve ser considerada em toda a sua fenomenologia biológica, desde sua individualização na concepção até a morte. A proteção da personalidade do indivíduo abrange tanto a existência pós-natal quanto a pré-natal, protegendo não apenas o apogeu físico e racional do indivíduo, mas também seu declínio em situações de existência vegetativa (Capelo de Sousa, 1995).

Verifica-se, pela leitura que a vida humana é o suporte físico da personalidade e a dignidade vital a que o autor se refere, nela está incluída a alimentação adequada, que constitui um elemento primordial e estruturante da personalidade, na medida em que a ergue, a unifica e lhe permite se construir e se distinguir das demais pessoas. O direito a nutrição é em outras palavras a tutela primária da personalidade humana, uma vez que implica a proteção da vida, seja na fase da infância, da adolescência, no apogeu físico da vida adulta, na velhice e na que o autor se refere de vida humana dita vegetativa, nos casos de pessoas, por exemplo, em coma. Disso resulta, o grande desafio alimentar no século XXI. E fatores como: a economia mundial, o crescimento demográfico, à urbanização, à redução da pobreza e a melhoria das condições de vida da população, necessitam de atenção não só dos atores do setor público como do setor privado e do terceiro setor.

Quais são as alternativas sustentáveis para estimular a oferta como também para proporcionar o acesso aos alimentos a todos? Antônio Márcio Buainain, Junior Ruiz Garcia, Pedro Abel Vieira (2016) sustentam que, o desafio está presente no contexto institucional da economia global. Após esclarecer alguns dos fatores que influenciam o desafio alimentar do século XXI do lado da demanda, é necessário abordar questões relativas à oferta. A produção agrícola e pecuária cresceu significativamente nas últimas décadas. No entanto, esse aumento ainda é insuficiente para acompanhar a demanda crescente e satisfazer as necessidades alimentares globais.

Assim, surge a questão do porquê os produtores rurais não conseguiram elevar a produção ao nível necessário para atender tanto à demanda quanto à necessidade global de alimentos. Uma resposta inicial é clara: os produtores reagem a estímulos do mercado, e a simples necessidade de alimentos não se converte em demanda efetiva se os consumidores não possuem renda suficiente para formar um mercado consumidor. Sendo assim, e tendo em considerações as razões dos autores, o grande problema da fome a ser vencido está intimamente ligado a estrutura econômica mundial, associados à demanda e à oferta. Os produtores rurais não aumentaram a produção para atender tanto a demanda como a necessidade de alimentos, porque respondem a incitações do mercado. Se há demanda produzem. Se não há, não produzem. A necessidade de alimentos, por si só, não se traduz em demanda se os consumidores não têm renda. Isso significa que a economia está intrinsicamente relacionada a quantidade de alimentos disponíveis.

Essa percepção da matéria encontra pleno apoio nas lições de Carlos Alberto Bittar (1991), em que organiza os direitos da personalidade de modo didático e coerente ao afirmar que embora não exista uma definição ou categorização universalmente aceita para os direitos discutidos, várias tipologias têm sido sugeridas por autores para organizá-los em grupos. A classificação adotada inclui prerrogativas físicas. São

elas: direito à vida, saúde corporal, ao corpo e suas partes, à imagem e à voz. Envolve também privilégios psíquicos, como liberdade, intimidade, saúde mental e segredo. Além disso, garantias morais relacionadas à identidade, honra, respeito e criações intelectuais estão inclusas. É consenso afirmar que são os direitos à vida, ao nome, à honra, à imagem, à integridade física, à saúde e à intimidade. O Código de Processo Civil estabeleceu medidas judiciais para proteção; por exemplo, pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, além de se reclamar perdas e danos contra aquele que praticou a violação.

Cabe ter presente, neste ponto, considerando o contexto, que o artigo 497 do Código de Processo Civil, ao regulamentar o julgamento das ações relativas às prestações de fazer e de não fazer, possibilitou ao juiz conceder tutela específica ou determinar providências que assegurem a obtenção do resultado prático equivalente. Isso significa dizer que os direitos da personalidade podem ser protegidos mesmo antes de serem violados, uma vez que o deferimento de medida liminar poderá inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, bem como a sua remoção. Como se sabe, os direitos da personalidade cessam com a morte. Entretanto, mesmo após a morte, os sucessores (cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau) detêm o direito de requerer as mesmas ações para tutelar seus próprios direitos de não verem violados o nome, a honra, a intimidade do seu antepassado.

Extremamente precisa, quanto a esse ponto, a lição de Elimar Szaniawski (1993), quando analisou as questões sobre a produção da prova em juízo, nos casos de violações aos direitos da personalidade, na obra comercial de sua dissertação de mestrado, Direitos de Personalidade e sua Tutela, ao sustentar que os direitos de personalidade são uma categoria importante de direitos subjetivos. Nesse contexto, a falta de consenso sobre o que constitui uma garantia subjetiva tem levado a muitas discussões, mas essas controvérsias parecem estar superadas. Discorda-se da ideia de que se baseiam apenas no que está positivado, como propôs De Cupis, e se segue o pensamento de Limongi França, que argumenta que o Direito vai além do que está escrito nas leis. Com a evolução social e os rápidos avanços tecnológicos que podem ameaçar nossa individualidade, não podemos esperar apenas pelas ações do legislador para nos proteger. A proteção dos direitos de personalidade precisa evoluir e isso deve acontecer principalmente através do desenvolvimento da jurisprudência, que usa a analogia e princípios gerais do Direito para defender as garantias humanas básicas, mesmo os que não estão especificados em leis ou teorias.

A divergência entre os autores adeptos do positivismo e os do naturalismo não é recente. A busca pela resposta sobre se os direitos da personalidade devem ser positivados ou se são direitos inerentes a própria condição humana não está pacificada até a presente época. Entretanto, há

de se reconhecer que existem fortes argumentos que não se olvida, fazendo com que se flexione para o lado de que os direitos de personalidade pertencem à categoria especial dos direitos subjetivos.

Esse entendimento, por sua vez, reflete-se no sentido de que a evolução social é constante e rápida. A inovação da tecnologia realiza invenções diárias a personalidade do indivíduo é atacada a cada instante.

Não se pode, bem por isso, esperar que o legislador outorgue proteções não previstas anteriormente em lei para que se possa defender a personalidade humana. É, portanto, necessária a evolução dos direitos de personalidade e sua tutela a qual só pode ser plenamente garantida pelo trabalho e desenvolvimento constante da jurisprudência que utiliza a analogia e os princípios gerais do Direito para proteger dos ataques os direitos inerentes à pessoa humana, mesmo os não tipificados nem classificados pelos doutrinadores. Por esta razão, os direitos de personalidade se enquadram confortavelmente dentro do conceito de um direito natural, por justamente apoiarem-se na natureza das coisas.

Roxana Cardoso Brasileiro Borges (2007), em sua obra Direitos de Personalidade e Autonomia Privada, aprofunda a discussão com a indagação: direitos de personalidade: direito natural ou direito histórico?

Os jusnaturalistas veem os direitos de personalidade como naturais. Alguns acreditam que são naturais porque foram estabelecidos por vontade divina para organizar a sociedade de acordo com um modelo revelado. Outros argumentam que esses direitos vêm de uma ordem fluente ou de leis derivadas da natureza, às quais os seres humanos, como parte da natureza, devem obedecer. Além disso, há jusnaturalistas que afirmam que as garantias da personalidade provêm da razão, sendo inatos ao ser humano (Borges, 2007). Por outro lado, os positivistas, que veem o direito como algo inserido em um contexto histórico, entendem geralmente as garantias da personalidade como benesses concedidas pelo Estado à sociedade. Eles consideram que são aqueles definidos por qualquer tipo de lei que seja estabelecida pelo Estado. Outros juristas acreditam que os direitos de personalidade são aqueles positivados, pois emergem da sociedade em uma determinada época específica, independentemente do Estado. Além disso, alguns doutrinadores defendem que prevalecem contra leis específicas do Estado que digam o contrário (Borges, 2007).

A questão, assim como outras atinentes aos direitos de personalidade, está ligada à corrente doutrinária de cada jurista. Na verdade, ao analisar as teorias a respeito dessa discussão as convicções doutrinárias podem se distribuídas em duas formas básicas de pensamento, de uma forma muito simplificada, em duas correntes: a dos positivistas e a dos jusnaturalistas. Os jusnaturalistas entendem os direitos de personalidade como direitos naturais, porque derivam de uma ordem natural ou de uma lei que deriva da natureza, e sendo o ser humano um componente desta, deve, também, submeter-se a essa lei natural, inerente

ao homem. No caso dos positivistas, os direitos da personalidade são inseridos num momento histórico, porque foram outorgados à sociedade pelo Estado, derivam de lei *lato sensu*, enquanto norma posta pelo Estado, decorrente do poder estatal legislativo, surgem de certa conjuntura social, política, econômica, cultural e devem ser protegidos e reconhecidos, sobretudo pelo Poder Judiciário, mesmo sem sua inserção em lei stricto sensu. Impende reconhecer, bem por isso, que é preciso fazer uma distinção entre direitos da personalidade e direitos fundamentais. Ensina Zulmar Fachin (2019) que os direitos fundamentais são diretamente aplicáveis sem a necessidade de legislação adicional, conforme estabelecido na Constituição Federal, que declara que as normas sobre garantias fundamentais têm efeito imediato (art. 5º, § 1º). Embora este artigo esteja no capítulo sobre direitos individuais, deve ser interpretado de forma ampla para incluir todos os tipos de direitos essenciais mencionados em qualquer parte da Constituição.

Um traço de distinção importante é que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, ou seja, não necessitam de leis regulamentadoras. Já os direitos da personalidade podem ter leis regulamentando o seu exercício; por exemplo, a doação de órgãos dependeu da edição da Lei n. 9.434/97.

Os direitos da personalidade também não devem ser confundidos com os direitos humanos, como se fossem uma categoria única. Na visão do Supremo Tribunal Federal (2017), podem ser interpretados do seguinte modo, ao contrário do passado, os tratados e convenções internacionais modernos agora reconhecem as pessoas naturais como participantes ativos. Ressalte-se que o direito internacional público atual se concentra em proteger a dignidade humana, um valor fundamental para os sistemas jurídicos dos estados. Um exemplo importante dessa mudança foi a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena em 1993, organizada pela ONU. A conferência resultou na Declaração de Viena, que trouxe avanços importantes como a afirmação da sua importância no contexto externo, a relação entre democracia, o desenvolvimento e a universalidade. Bem por isso é que a declaração também enfatizou o compromisso dos estados de promover e proteger esses direitos, garantindo acesso à justiça no exterior (STF, 2017).

Desse modo, vê-se que, nesse contexto, a abrangência e a definição dos termos constantes da Declaração de Viena destacam o acordo magnífico de todos os Estados de promoverem o respeito universal, bem como a observância e a proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas, assegurando a todos os meios anunciados para o acesso à própria jurisdição de organismos internacionais.

Mostram-se extremamente valiosas, a propósito do tema ora em análise, as observações feitas por Antônio Carlos Gomes e Ivan Aparecido Ruiz (2014), em artigo denominado “Os danos decorrentes da violação ao

nome da pessoa – um direito da personalidade", ao esclarecerem que entender o direito apenas como uma entidade autônoma ou a partir de fatores externos ao ser humano é ignorar sua verdadeira natureza. O direito não é autônomo, mas um meio para promover o bem-estar humano e social. Portanto, é fundamentalmente um instrumento a serviço das pessoas e da coletividade, composta por diversos indivíduos.

Nesse passo, convém buscar respostas para uma pergunta simples: o que é pessoa? O que torna uma pessoa única no meio de toda a humanidade? Impende referir, neste ponto, que nesse cenário é possível concluir que o que forma o ser humano e o identificará no meio da sociedade é a personalidade, que é a essência do Direito. A delimitação do conceito de pessoa humana nos traz à mente os ensinamentos de Niklas Luhmann (1980), para o qual seria necessário se trazer elementos externos, de outros ramos, para nos aproximarmos de uma correta delimitação do conceito de pessoa humana, direitos fundamentais e direitos da personalidade.

Isso significa, portanto, como explica Carla Sakai Pacheco (2012), no artigo "Cultura, personalidade e direitos da personalidade", que Os direitos fundamentais são direitos humanos formalmente reconhecidos nas Constituições, de maneira implícita ou explícita, e englobam todos aqueles essenciais para a dignidade da pessoa natural. Assim, os fundamentais correspondem aos constitucionalmente estabelecidos por um país em um específico momento histórico. Embora diferentes, os direitos da personalidade e os direitos fundamentais estão interligados pela proteção comum da dignidade humana e podem ser interpretados de forma integrada. Os direitos fundamentais, que fazem parte do direito público, protegem o indivíduo de abusos estatais, enquanto os direitos da personalidade, considerados sob a ótica do privado, protegem o indivíduo contra violações por outras pessoas.

Essa explicação é esclarecedora porque delimita os direitos fundamentais e os associa ao direito público, ao afirmar que buscam a proteção contra arbitrariedades do Estado. Por sua vez, conclui-se que os direitos da personalidade são idênticos, mas, analisados à luz do direito privado, protegem a pessoa contra atos praticados por outras pessoas. Por tal motivo, as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar estão nessas condições justamente porque não têm poder de influenciar os mercados, sobretudo no internacional. Existe uma invisibilidade, mas as pessoas são reais e o problema é dramático, ou seja, a população excluída, sem renda ou com renda insuficiente para adquirir alimentos e sem condições de despertar o mercado para suas preferências, é de uma claridade que só não enxerga quem não quer vê-los.

3 POR QUE NÃO NOS ENVERGONHAMOS DOS EFEITOS DA FOME?

Em seu livro de 1978, "Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome no mundo", Suzan George apresenta uma análise crítica sobre as causas da fome persistente no mundo, atribuindo a culpa ao sistema econômico capitalista, especialmente aos conglomerados empresariais do setor alimentício, acusando-os de priorizar o lucro em detrimento das necessidades alimentares das populações desfavorecidas. Quase meio século após a publicação, os argumentos de George ainda retêm relevância, evidenciando o poder desproporcional dos economicamente mais fortes sobre os mais fracos. A importância e o poder do agronegócio são inegáveis, como destacado pelo Presidente da República do Brasil durante o lançamento do plano safra 2021/2022, onde se referiu ao agronegócio como "a locomotiva da nossa economia". Este setor, descrito em campanhas como "agro é pop", "agro é tech" e "agro é tudo", tem sido transformado por uma industrialização e informatização crescentes, conhecidas como "revolução verde". Os empresários do setor agrícola, apoiados por multinacionais de insumos, redes logísticas e de marketing, defendem veementemente este modelo produtivo visando o fortalecimento econômico e a maximização de lucros.

Porém, é essencial reconhecer as falhas deste sistema quando ele se desvia do objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária. O desejo constante pelo lucro pode desencadear efeitos indesejáveis, como a perpetuação da pobreza e das desigualdades sociais. O exemplo da realidade social no sul da Bahia, onde se localiza uma das fábricas da Cargill Brasil, ilustra o paradoxo de uma riqueza considerável coexistindo com extrema pobreza e fome. Este cenário levanta questões importantes sobre a validade e as consequências do capitalismo no campo, especialmente em comparação com sistemas econômicos alternativos. Embora o socialismo possa não ter alcançado resultados comparáveis em termos de produção econômica, como observado em países como a Coreia do Norte, Cuba e Venezuela, a discussão sobre o equilíbrio entre lucro e bem-estar social permanece determinante. Assim, torna-se legítimo debater e buscar correções para as distorções e os exageros do sistema capitalista, a fim de verdadeiramente avançar no combate à fome e na promoção de uma sociedade mais equitativa.

Em 2020, a Cargill no Brasil registrou um lucro líquido de R$ 2,1 bilhões, um aumento significativo de mais de cinco vezes em relação ao ano anterior. Este crescimento foi impulsionado por vários fatores, incluindo a elevação nos preços das commodities agrícolas, um câmbio favorável e uma forte demanda externa por alimentos durante a pandemia. A empresa investiu R$ 3,7 bilhões em infraestrutura portuária e escoamento nos últimos cinco anos. Isto contribuiu para uma receita operacional líquida de R$ 68,6 bilhões em 2020, um aumento de 38% em relação a 2019. Esses dados foram destacados por Paulo Sousa, presidente da unidade brasileira, em uma entrevista à Reuters. Porém, enquanto a Cargill experimentava



esse aumento excepcional em seus lucros, a realidade social no Brasil apresentava um contraste preocupante. No mesmo período, a fome e a insegurança alimentar aumentaram significativamente na Bahia, onde 22% da população cadastrada no CAD Único vivia com apenas R$ 89 por mês. Este cenário alarmante é um reflexo da desigualdade crescente e do impacto direto na saúde da população, incluindo problemas como perda de energia vital, perda de memória, quadros de anemia e até a morte.

É claro que o modelo econômico dominante nos conglomerados de produção de alimentos perpétua um sistema. Nesse sistema, o capital é detido por empresas privadas que contratam trabalhadores em troca de salário. Este sistema favorece o poder econômico do mais forte sobre o mais fraco e distancia-se do ideal de construir uma sociedade livre, justa e solidária, destinada à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais. A súbita concentração de renda na Cargill, tão desproporcional à realidade da renda da maioria da população brasileira, ilustra um quadro de desigualdade que deveria ser motivo de vergonha e preocupação para todos.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DO PROBLEMA DA FOME NO BRASIL

No debate sobre questões complexas como a fome, é imperativo tratar as proposições como princípios fundamentais que embasam a dedução de diversas consequências, independentemente de serem factualmente corretas. Nesse cenário, emergem diversas hipóteses para a atenuação. Uma delas é a possibilidade de diminuir a fome por meio de uma exploração mais eficaz de latifúndios sob o regime de propriedade privada.

Outra sugestão é que uma organização laboral inclusiva dos trabalhadores rurais, com incentivos à agricultura familiar e medidas que desencorajem a migração urbana em busca de melhores salários, possa reduzir a fome. Além disso, o suporte ao pequeno produtor rural na produção e distribuição de alimentos, oferecendo condições de crédito semelhantes às grandes empresas, representa outra estratégia viável. A priorização da diversificação alimentar destinada ao consumo interno, em oposição à monocultura e à produção orientada à exportação, também pode contribuir significativamente para essa redução.

Embora estas hipóteses não abranjam todas as soluções possíveis para o problema global da fome, elas constituem o foco desta investigação. Existem ainda outros fatores associados à questão da fome que, sem serem causas diretas, são essenciais para uma análise mais aprofundada que pode levar a conclusões dedutivas ao final do estudo.

É importante enfatizar a necessidade de considerar o aumento populacional mundial entre 2010 e 2020, que foi o mais acentuado desde a

metade do século XX, com um acréscimo de 837.975 milhões de pessoas. As projeções para 2050 indicam um crescimento total da população mundial de aproximadamente 10.308.724.000 a partir de 1950, resultando em um aumento de 7.772.293 habitantes em 100 anos. Apesar da taxa de mortalidade, o aumento da expectativa de vida nas últimas décadas tornou-se um elemento crítico na discussão sobre a capacidade de produzir alimentos suficientes para uma população que está envelhecendo. Isso levanta indagações prementes, se existirão alimentos suficientes para todos e quanta comida será necessária para sustentar todas essas pessoas. Dados do Anuário Estatístico de 2021 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ilustram essas preocupações. Em 2020, 11,9% dos habitantes mundiais, 928 milhões de indivíduos, sofreram com insegurança alimentar grave. Não custa relembrar que outros 18,5% da população mundial, ou aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas, enfrentaram o problema em níveis moderados. Isso indica que, em 2020, aproximadamente 30,4% da população global, ou 2,4 bilhões de pessoas, enfrentaram níveis de insegurança nutricional. Esses números sublinham a urgência de confrontar a instabilidade alimentar e as disparidades que ela engendra, ressaltando a necessidade de implementar soluções eficazes para lidar com a crise global.

Em discussões sobre questões complexas como a fome, é essencial considerar as proposições como princípios que fundamentam a dedução de diversas consequências, independentemente de sua veracidade factual. Neste contexto, emergem várias hipóteses potenciais para a mitigação. Uma delas sugere que a fome poderia ser reduzida por meio de uma melhor exploração dos latifúndios sob regime de propriedade privada.

Outra possibilidade é que a organização laboral que abrange todos os trabalhadores rurais, com incentivos à agricultura familiar e medidas para desencorajar a migração urbana em busca de melhores salários, possa também diminuir a fome. Ademais, apoiar o pequeno produtor rural na produção e distribuição de alimentos, oferecendo condições de crédito semelhantes às grandes empresas agrícolas, é outra estratégia viável. Uma quarta hipótese seria a de que a fome poderia ser atenuada se a diversificação alimentar destinada ao consumo interno fosse priorizada em detrimento da monocultura e da produção voltada para a exportação.

Essas hipóteses não abrangem todas as possíveis soluções para a redução global da fome, mas constituem o foco desta pesquisa. Existem outros fatores associados ao problema da fome que, embora não sejam causas diretas, são essenciais para uma análise mais profunda, que pode levar a conclusões dedutivas significativas ao final do estudo.

Importa também ressaltar a relevância do aumento populacional mundial entre 2010 e 2020, que foi o mais expressivo desde a metade do século XX, com um incremento de 837.975 milhões de pessoas. As projeções para 2050 indicam um crescimento total da população mundial

para aproximadamente 10.308.724.000 a partir de 1950, representando um aumento de 7.772.293 pessoas em cem anos. Apesar da taxa de mortalidade, o aumento da expectativa de vida nas últimas décadas é um fator crítico nas discussões sobre a capacidade de produção de alimentos suficientes para habitantes cada vez mais envelhecidos. Isso levanta questões urgentes: haverá alimentos suficientes para todos! Quanto comida precisará ser produzida para sustentar essa população crescente.

Relatório do Anuário Estatístico de 2021 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura ilustra essas preocupações. Em 2020, 11,9% da população mundial, 928 milhões de pessoas, enfrentaram insegurança alimentar grave. Ademais, outros 18,5% da comunidade global, ou aproximadamente 1,4 bilhão de indivíduos, enfrentaram insegurança alimentar em níveis moderados. Isso indica que, em 2020, 30,4% da população global, ou 2,4 bilhões de pessoas, enfrentaram níveis de insegurança alimentar. Esses dados sublinham a urgência de confrontar a insegurança alimentar e as disparidades que ela engendra, ressaltando a necessidade de implementar soluções eficazes para enfrentar essa crise global.

A agricultura de exportação, caracterizada pela monocultura de grande escala, implica o cultivo de uma ou poucas espécies em grande quantidade. Esse modelo ocorre quando um produtor rural se especializa na produção de culturas como milho, soja, algodão ou cana-de-açúcar, buscando a máxima produtividade por hectare com o menor custo possível.

A monocultura é economicamente justificada pela diminuição dos custos com sementes, inseticidas e fungicidas, graças às compras em grande escala. Além disso, a especialização da mão de obra na produção de uma única cultura aumenta a eficiência. Além disso, a adoção de tecnologias como a agricultura de precisão, que inclui a informatização das técnicas de plantio e o uso de imagens via satélite, tem contribuído para a otimização da produção.

Contudo, a maioria das safras produzidas é destinada à exportação como commodities, deixando um volume menor para o consumo interno. Este modelo tem sido criticado por autores como Melhem Adas, que argumentam que a produção em larga escala de uma única cultura pode exacerbar o problema da fome devido à falta de diversificação de produtos alimentícios. Por outro lado, a agricultura de subsistência, que envolve a diversidade de produtos cultivados, poderia representar uma solução viável para eliminar a carência alimentar tanto no Brasil quanto globalmente. O pequeno produtor rural, ao focar na variedade de culturas como hortaliças, frutas, cereais e laticínios destinados ao mercado interno, contribui significativamente para o combate à fome.

Diante disso, é lógico implementar políticas econômicas que fortaleçam o pequeno produtor rural, sem negligenciar o papel dos grandes exportadores. Este modelo surge quando um fazendeiro se especializa no

cultivo de plantações como milho, soja, algodão ou cana-de-açúcar, visando à máxima produtividade por hectare com o menor custo possível. A monocultura é justificada pela redução dos custos. O plano safra 2021/2022 destinou R$ 251,2 bilhões para créditos rurais, seguros e apoio à comercialização. Desse total, R$ 39,3 bilhões foram especificamente para fortalecimento da agricultura familiar, um aumento de 19% em relação ao ano anterior.

Esta alteração na política econômica agrária reflete uma mudança significativa de orientação, buscando equilibrar os apoios financeiros entre a safra empresarial e a familiar. Apesar de os efeitos dessa mudança não serem imediatos, espera-se que nos próximos cinco anos o abastecimento interno de alimentos aumente e contribua para a redução da crise de fome no país. Em suma, as discussões sobre a fome envolvem uma variedade de causas e soluções possíveis. Não apenas a concentração de terras e a estrutura fundiária, mas também o uso do poder econômico nas relações diplomáticas e as práticas de marketing alimentar têm implicações profundas na questão da inanição. É essencial que continuemos a explorar todas essas dimensões para enfrentar eficazmente a fome e suas causas subjacentes no Brasil e no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão aborda o impacto profundo da fome na formação da personalidade humana, interligando-a com os direitos de personalidade e a necessidade de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade alimentar. Adota-se uma metodologia multidisciplinar, integrando aspectos jurídicos, econômicos e sociais, com o objetivo de desvendar as causas estruturais da fome e propor soluções viáveis.

Um dos pontos centrais da análise é a relação entre a nutrição adequada e a formação da personalidade humana. Segundo o estudo, a alimentação não apenas sustenta fisicamente o indivíduo, mas também é necessária para o desenvolvimento psicológico e a manutenção da dignidade e integridade pessoal. A pesquisa ressalta que cada fase da vida humana, desde a concepção até a morte, requer nutrientes específicos que contribuem para a saúde integral das pessoas.

O estudo critica severamente a prática da monocultura de grande escala, comumente adotada em regimes de agricultura voltados para a exportação. Esta abordagem favorece a produção de commodities, negligenciando a diversificação alimentar essencial para a segurança alimentar interna. Tal modelo é identificado como uma das causas principais da persistência da fome, uma vez que falha em atender às necessidades nutricionais básicas das populações locais.

O autor explora também a problemática da insuficiência da produção agrícola para satisfazer a crescente demanda global por alimentos. A

pesquisa aponta a incapacidade de conversão da necessidade de alimentos em demanda efetiva sem o correspondente poder de compra, evidenciando a interconexão entre pobreza, insegurança alimentar e as dinâmicas de mercado.

A partir dessa análise, a pesquisa propõe uma mudança significativa nas políticas públicas, enfatizando a necessidade de fortalecer os pequenos produtores rurais. Tais mudanças incluem a realocação de recursos para apoiar a agricultura familiar, sugerindo um equilíbrio mais justo entre a produção para exportação e o abastecimento alimentar interno.

Nos últimos anos, observa-se uma alteração nas políticas agrícolas que começou a favorecer mais os pequenos e médios produtores. Tal mudança reflete uma nova orientação nas políticas agrárias, destinando mais recursos financeiros para o cultivo diversificado e sustentável que beneficia diretamente a população local.

A pesquisa visa conscientizar sobre a complexidade do problema da fome e como ele afeta a formação da personalidade humana. Critica-se a prática agrícola que prioriza excessivamente o lucro em detrimento das necessidades humanas fundamentais, propondo uma reflexão sobre as práticas de produção alimentar e as políticas públicas correspondentes.

O trabalho reforça a importância de considerar a agricultura sustentável e inclusiva que possa atender às necessidades alimentares de toda a população. Esta abordagem não só combate a fome, mas também promove um desenvolvimento socioeconômico equitativo, respeitando os direitos fundamentais de cada indivíduo.

A mensagem final da pesquisa é um apelo para ação coletiva e formulação de políticas que abordem a fome não somente como uma crise econômica ou de saúde pública, mas como uma questão de direitos humanos fundamentais. Esta perspectiva enfatiza a dignidade e a personalidade humana como pilares centrais na luta contra a fome.

O estudo oferece uma análise detalhada das interações entre nutrição, direitos humanos e políticas públicas. Proporciona soluções práticas e sustentáveis para a fome, um dos problemas mais persistentes e devastadores da sociedade global.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O que é fome**. 8. ed. [s. l.]: Brasiliense, 1989.

ADAS, M. **A fome**: crise ou escândalo?[s. l.]: Moderna, 1988.

AZEVEDO, A. T. G. de. **O cortiço**. 30. ed. [s. l.]: Ática, 2015.

BITTAR, Carlos Alberto. **O direito civil na Constituição de 1988**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 46 e 47.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos da Personalidade e Autonomia Privada**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, P. A. O desafio alimentar no século XXI. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 497–522, 2016.

DE MELO, D. J. et al. Território E Fome, Conceitos E Reflexão. **Relações Internacionais no Mundo**, v. 1, n. 21, p. 273–291, 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FACHIN, Zulmar. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Verbatim, 2019.

GEORGE, Susan. **O Mercado da Fome**: as Verdadeiras Razões da Fome no Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES, Antônio Carlos; RUIZ, Ivan Aparecido. Os danos decorrentes da violação ao nome da pessoa: um direito da personalidade. *In*: PEGINI, Adriana Regina Barcellos (org.). **Direito e pessoa humana**. Maringá: Vivens, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Tradução: Maria da Conceição Corte Real. Brasília: Ed. UnB, 1980.

PACHECO, Carla Sakai. Cultura, personalidade e direitos da personalidade. *In*: POMIN, Andryelle Vanessa Camilo; BUENO, João

Bruno Dacome; FRACALOSSI, William (org.). **Teoria geral dos direitos da personalidade**. Maringá: Vivens, 2012. p. 176.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O Direito Geral de Personalidade**. Coimbra: Coimbra, 1995, p. 203 e 204.

SZANIAWSKI, Elimar. Direitos de Personalidade e sua Tutela. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1993, p. 90-01.



EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE COOPERATIVISTA

Thalita Vidal da Silva[1], Andryelle Vanessa Camilo Pomin[2], Dirceu Pereira Siqueira[3]

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Cesumar (Unicesumar). Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBC8) da Unicesumar, financiado pelo ICETI. Endereço Eletrônico: thalitavidal2019@outlook.com.
[2] Orientadora, Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar (Unicesumar). Professora do curso de graduação em Direito da Unicesumar. Pesquisadora do CNPq. Advogada. Endereço Eletrônico: andryellecamilo@gmail.com.
[3] Pós- Doutor pela Faculdade da Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor em Direito pela Instituição de Toledo de Ensino - ITE. Pesquisador do CNPq. Endereço Eletrônico: dirceu.siqueira@unicesumar.edu.br.

RESUMO

O cooperativismo configura-se como um modelo socioeconômico fundamentado na colaboração entre indivíduos que compartilham interesses comuns. Nesse contexto, visa promover o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida, emergindo a educação como um princípio essencial para capacitar os membros e fortalecer a organização cooperativa. Esse modelo impacta diversas dimensões, incluindo as teóricas, econômica e social. A pesquisa proposta tem como objetivo examinar a forma como as cooperativas implementam o direito à educação, utilizando, para isso, um método bibliográfico com abordagem exploratória e hipotético-dedutiva. A relevância deste estudo reside na importância do direito à educação como pilar fundamental do desenvolvimento humano e social, especialmente frente aos desafios no acesso à educação em comunidades marginalizadas. O propósito é preencher lacunas existentes no conhecimento sobre a contribuição das cooperativas para a promoção do direito à educação, com os intuitos de fomentar uma educação de qualidade e promover uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: cooperativas; direito à educação; direito de personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um modelo socioeconômico baseado na cooperação entre pessoas que têm interesses em comum, guiados por princípios de autonomia, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Nesse contexto, cooperar significa ajudar-se mutuamente para alcançar objetivos comuns, promovendo união e sobrevivência. Além de fomentar a colaboração entre seus participantes, de acordo com a Organização Das Cooperativas Brasileiras, o cooperativismo visa promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e melhorar as condições de vida dos envolvidos.

Desde suas origens, o cooperativismo destaca a educação como um princípio essencial, reconhecendo-a como meio vital para

capacitar os membros e fortalecer a própria organização cooperativa. Assim, a promoção do direito à educação emerge como um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento integral das sociedades.

Dentro desse cenário, as cooperativas se destacam como potenciais agentes catalisadores desse direito, tanto por seus fundamentos colaborativos quanto pelo impacto que exercem nos âmbitos teórico, econômico e social.

O enfoque na educação reflete os princípios de solidariedade e ajuda mútua, essenciais para o futuro da organização. Assim, a pergunta de pesquisa que orienta esta investigação é: as cooperativas são agentes de promoção do direito à educação? Nesse contexto, o objetivo geral é analisar os critérios utilizados pelas cooperativas na efetivação do direito à educação.

Para se alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) realizar uma análise cooperativista do direito à educação; b) identificar a educação como direito de personalidade; e c) avaliar a participação ativa das cooperativas na afirmação do direito à educação, identificando os critérios utilizados e a aplicação do FATES.

O método de procedimento a ser utilizado na pesquisa será o bibliográfico, que envolve a análise de obras doutrinárias, legislações nacionais e internacionais pertinentes, jurisprudência e documentos eletrônicos. Quanto aos objetivos, o método de pesquisa será exploratório, e, quanto à abordagem, será hipotético-dedutiva. Esse conjunto de metodologias proporcionará uma base sólida para a análise abrangente da relação entre cooperativas e o direito à educação.

A pesquisa proposta é justificada pela importância incontestável do direito à educação como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano e social. A educação não apenas capacita indivíduos, mas também promove a igualdade de oportunidades, o crescimento econômico e o fortalecimento das comunidades. Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, ainda existem desafios persistentes no acesso à educação, especialmente em comunidades desfavorecidas.

Esses desafios ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas e intervenções comunitárias que garantam o acesso à educação de qualidade para todos. Investir em infraestrutura escolar, fornecer materiais educativos adequados, melhorar a formação e as condições de trabalho dos professores e garantir a acessibilidade são passos essenciais para superar esses obstáculos.

2 ANÁLISE COOPERATIVISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

No contexto jurídico brasileiro, as cooperativas são constituídas como sociedades simples, de natureza civil, tendo como propósito primordial o bem-estar dos membros e da comunidade em geral, diferenciando-se das atividades empresariais convencionais. Desde suas origens, o cooperativismo destaca a educação como um princípio essencial, reconhecendo-a como meio vital para capacitar os membros e fortalecer a própria organização cooperativa (Araújo; Júnior, 2024).

As cooperativas operam com base em um conjunto de princípios estabelecidos pela International Cooperative Alliance (2023), que orientam o funcionamento delas e diferenciam as cooperativas de outras formas de organização econômica. Esses princípios são a associação voluntária e aberta; controle democrático dos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; e preocupação com a comunidade.

Diante disso, Borzaga e Sforzi (2014), aduzem que

> Estos principios y valores comunes en la cooperativa (que refuerzan la cohesión e identidad entre los miembros de lamisma), su naturaleza orientada hacia las personas, así como sus estructuras organizativas abiertas, plurales y democráticas, favorecen que los miembros construyan lazos y puentes con otras redes sociales, tanto en el interior de la comunidad como fuera de ella (Borzaga y Sforzi, 2014).

A promoção do direito à educação emerge como um dos princípios basilares para o desenvolvimento integral das sociedades. Dentro desse cenário, as cooperativas se destacam como potenciais agentes catalisadores desse direito de personalidade, tanto pelos seus fundamentos colaborativos quanto pelo impacto que exercem nos âmbitos teórico, econômico e social (Siqueira; Pomin, 2023).

A educação abrange programas e ações voltadas para o desenvolvimento humano e pessoal dos cooperados, visando melhorar a qualidade de vida destes e aprofundar a compreensão dos princípios e valores do cooperativismo. O objetivo é capacitar cooperados e empregados com conhecimentos, habilidades e atitudes aplicáveis em suas atividades diárias, especialmente nos negócios, no qual, a promoção da educação é essencial para o sucesso e a sustentabilidade das cooperativas.

Nesse percurso, o cooperativismo está fielmente comprometido com a promoção da educação e da aprendizagem, reconhecendo-os como instrumentos transformadores de vidas. No que tange ao princípio à educação, este é implementado por meio do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates, 2022), que visa “desenvolver e disseminar a compreensão da natureza, dos benefícios e da dinâmica de funcionamento

do cooperativismo, de modo a contribuir para o sucesso e a sustentabilidade das cooperativas".

Um marco significativo é que os Pioneiros de Rochdale, considerada a primeira cooperativa do mundo, reconheceram a importância de reservar parte dos recursos da cooperativa para custear a educação. Eles perceberam a educação como uma das principais ferramentas para transformar vidas. Na época, a educação era privilégio dos ricos. Quando os Pioneiros inauguraram a primeira loja cooperativa na Inglaterra, reservaram um andar inteiro para uma biblioteca e uma sala de leitura (Fates, 2022).

Segundo o art. 28, II da Lei nº 5.764/1971, pelo menos 5% das sobras líquidas das cooperativas devem ser alocados ao FATES. Assim, a assistência educacional abrange o custeio e o financiamento de programas, ações e contratações que ajudem ou possam ajudar no desenvolvimento humano, pessoal e técnico dos cooperados e dos empregados da cooperativa, conforme estabelecido em seu estatuto.

A assistência educacional voltada para o desenvolvimento pessoal e humano é materializada em programas e ações que visam melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. Exemplos do uso do FATES nesta modalidade incluem cursos de alfabetização e extensão em temas como português, matemática e informática; cursos de educação financeira e gestão de finanças pessoais; apoio a palestras e campanhas sobre temas relevantes para a comunidade como violência contra a mulher e cuidados com idosos; financiamento para a conclusão do ensino fundamental e do médio; aquisição de livros e materiais didáticos, entre outros.

As cooperativas destacam-se por seu compromisso com a cooperação e solidariedade, elementos centrais na teoria econômica do cooperativismo. Essa teoria explora os princípios, estruturas e benefícios das cooperativas, fundamentando-se na cooperação, autogestão e compartilhamento de recursos. Assim, teóricos como Charles Gide (1931) sublinharam a importância do cooperativismo como uma resposta às desigualdades sociais e econômicas e como um meio de se fortalecer a solidariedade entre trabalhadores.

Ademais, ao unirem os princípios cooperativistas à educação, as cooperativas também contribuem para a construção de uma sociedade melhor. Elas promovem um ciclo de crescimento e inclusão que beneficia tanto os indivíduos quanto a comunidade como um todo, refletindo o compromisso das cooperativas com a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, Souza, Bressan e Carrieri (2022, p. 4), enfatizam que

> A educação cooperativista, portanto, é considerada um conceito teórico indissolúvel do desenvolvimento das cooperativas, além de ser essencial para o cumprimento de seus objetivos organizacionais, principalmente com destinação de recursos específicos com essa finalidade, (Ferreira; Sousa; Amodeo,

> 2018). No Brasil, uma das formas de as cooperativas gerarem resultados sociais e desenvolvimento é por meio do Fates, reserva de constituição obrigatória para as cooperativas, independentemente do ramo de atividade, e a aplicação dos recursos deve gerar benefícios aos cooperados, o que é um diferencial dessas organizações. Assim, a utilização dos recursos do Fates pode ser entendida também como uma espécie de retorno que as entidades cooperativas geram para os cooperados e para demais agentes envolvidos, promovendo, portanto, a educação cooperativa, seja em forma de assistência técnica, educacional ou social (Souza; Bressan; e Carrieri, 2022, p. 4).

Dessa forma, a educação pode ser entendida como um processo contínuo de evolução e aprendizado, voltado para a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores ao longo da vida. Ela ocorre em diversos contextos, como escolas, famílias, comunidades e instituições de ensino, e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral dos indivíduos (Siqueira; Pomin, 2023).

Por conseguinte, a educação é considerada um direito essencial para o desenvolvimento completo da personalidade e para a realização plena da dignidade humana. A proteção e promoção desse direito são fundamentais para garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

Assim, a educação transcende a mera transmissão de informações e conhecimentos. Ela contribui para o desenvolvimento intelectual, emocional, social e físico dos indivíduos, fomenta o senso de cidadania e aprimora as competências necessárias para o pleno engajamento na sociedade, refletindo, assim, os atributos e manifestações da personalidade humana. À vista disso, a OCB reconhece assim a educação:

> A educação compreende os programas e ações voltadas para o desenvolvimento humano e pessoal dos cooperados, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida e à compreensão dos princípios e valores do cooperativismo. O que se busca, ao fim e ao cabo, é atuar para que os cooperados e os empregados das cooperativas tenham conhecimentos, habilidades e atitudes que possam ser usadas em seu dia a dia, de modo geral, principalmente em seus negócios e operações. A promoção da educação entre cooperados e empregados é fundamental para o sucesso e sustentabilidade de qualquer cooperativa porque contribui para a superação de restrições, lacunas e inconsistências na formação educacional dessas pessoas, seja em educação básica (como alfabetização e matemática, diante de déficits educacionais inerentes às falhas do Poder Público), seja em educação avançada (como ensino técnico e superior) (Fates, 2022, p. 14).

Nesse cenário, as cooperativas se destacam de maneira significativa, pois a responsabilidade social corporativa representa um compromisso voluntário das organizações econômicas em contribuir para o desenvolvimento sustentável, buscando equilíbrio entre os interesses econômicos, ambientais e sociais. Essa abordagem não apenas favorece o crescimento econômico, mas também promove o bem-estar da sociedade como um todo, reforçando seu papel na construção de um mundo mais equilibrado.

3 EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE PERSONALIDADE

Na Antiguidade, a educação não era formalizada, pois o aprendizado se dava principalmente por meio da observação e imitação dos adultos pelas crianças. As práticas e experiências cotidianas eram transmitidas de uma geração para outra, dessa forma, nas comunidades primitivas, a educação era uma responsabilidade coletiva, integrada ao dia a dia da vida comunitária.

Moacir Gadotti (1996) exemplifica essa ideia ao afirmar que, para aprender a usar o arco, a criança praticava a caça; para aprender a nadar, ela simplesmente nadava. Nesse contexto, a escola era a própria aldeia, onde o aprendizado ocorria de forma natural e direta, sem a necessidade de uma instituição formal de ensino. Nicola Abbagnano também conceitua educação, afirmando que

> [...] designa-se com esse termo a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico. Como o conjunto dessas técnicas se chama cultura, uma sociedade não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração para geração; as modalidades ou formas de realizar ou garantir esta transmissão chame-se educação [...]. (1999, p. 305)

Com o tempo e a evolução das sociedades primitivas, marcou-se o início de uma educação mais estruturada, especialmente entre os gregos e romanos.

Os gregos, deram grande importância à educação, que se desenvolveu junto com sua civilização. No entanto, a educação era destinada apenas aos homens livres, excluindo a maioria da população que vivia em condições de escravidão (Monroe, 1972). Assim, a educação grega buscava o desenvolvimento integral da personalidade e passou por diversas fases, culminando na criação das escolas filosóficas.

Os romanos, por sua vez, tinham uma educação de caráter prático e utilitário, orientada na formação moral e na virtude, com a família como a principal instituição educacional. O método educacional romano consistia na imitação dos pais e dos antigos romanos, com o pai sendo responsável pela educação moral e física do filho, enquanto a mãe desempenhava papel significativo no lar.

Com a queda do Império Romano, a educação sofreu um declínio significativo, restringindo-se às classes altas, enquanto a população em geral recebia pouca ou nenhuma instrução, exceto o treinamento necessário para o trabalho.

Por outro lado, o iluminismo propôs que a razão humana poderia alcançar a verdade independentemente da teologia, e a razão passou a ser o único caminho para se chegar ao conhecimento. Esse movimento influenciou fortemente a educação, buscando o desenvolvimento integral do ser humano. Alessandro Severino Váller Zenni e Diogo Valério Félix asseveram que

> [...] a educação é o processo pelo qual o homem passa de uma mentalidade sensitivamente comum para uma mentalidade consciente, ou seja, sair de uma concepção fragmentária, incoerente, passiva e simplista, para assumir uma concepção unitária, coerente, articulada, intencional, ativa e cultivada. Educar é evoluir, capacitar à dignidade. (2011, p. 173)

Esse direito, segundo Przetacznik (1985, p. 257), “é uma pedra angular de todos os direitos do homem, pois, se uma pessoa não é corretamente educada, ela é incapaz de gozar verdadeiramente os outros direitos do homem”. Em consequência, a realização do direito à educação é a tarefa mais elevada que se impõe tanto a cada indivíduo quanto ao Estado em que esse indivíduo vive.

Diante disso, os direitos da personalidade eram abordados de maneira civilista e objetiva, concentrando-se na proteção da propriedade. Com o avanço da industrialização e das mudanças sociais e econômicas, emergiram novas perspectivas que exigiam uma proteção mais ampla dos direitos individuais. As transformações sociais, acompanhadas por movimentos políticos e sociais, demandaram uma evolução da legislação, que passou a reconhecer e proteger os direitos subjetivos dos indivíduos de forma mais abrangente.

Nesse contexto, a educação surge como um direito fundamental e essencial ao desenvolvimento pleno da personalidade. A educação não é apenas um meio de transmissão de conhecimentos técnicos, mas um processo contínuo que molda a personalidade e permite ao indivíduo expressar suas virtudes, talentos e potencialidades. A educação, portanto, não compreende apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento moral e cívico do indivíduo.

Essa evolução, que começou com uma visão individualista dos direitos, ampliou-se para incluir os direitos políticos e sociais, reconhecendo que o Estado não apenas deve abster-se de interferir na liberdade individual, mas também tem a obrigação de garantir as condições necessárias para o exercício efetivo desses direitos. O direito à educação, portanto, é uma expressão desse compromisso estatal, que visa promover a igualdade material e a inclusão social por meio do acesso à educação.

Dessa forma, o direito à educação é reconhecido como um direito fundamental do ser humano, essencial para o desenvolvimento da personalidade e para a participação plena na vida social e na política. O texto constitucional não apenas aborda amplamente a educação, mas também estabelece direitos e garantias individuais, assegurando a proteção desse direito.

A inclusão da educação como um direito da personalidade é também respaldada pelo ordenamento jurídico contemporâneo, que adota uma abordagem ampla e protetiva dos direitos da personalidade. Dessa forma, os direitos da personalidade estão intrinsecamente ligados ao ordenamento jurídico, assim como os demais direitos subjetivos, especialmente quando refletem as ideias predominantes na sociedade (Fermentão, 2006).

A Constituição definiu a educação como um direito social, consignando, no artigo 6º, e detalhando, no artigo 205°, no qual, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, promovendo o desenvolvimento integral da pessoa, a cidadania e a qualificação para o trabalho. O texto constitucional assegura, ainda, o acesso gratuito e obrigatório ao ensino fundamental bem como a progressiva universalização do ensino médio gratuito e a oferta de educação especializada para pessoas com deficiência.

Diante disso, a educação é amplamente reconhecida como um direito de personalidade e um dos principais pilares para o desenvolvimento humano e social. Em sociedades marginalizadas, em que o acesso a recursos básicos, como saúde e educação, é limitado, a função da educação torna-se ainda mais essencial. O seu papel vai além da simples instrução técnica ou acadêmica, sendo um mecanismo de transformação social e de empoderamento dos indivíduos.

4 PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS COOPERATIVAS NA AFIRMAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

As sociedades, muitas vezes, enfrentam barreiras significativas que limitam o acesso à educação de qualidade como a falta de infraestrutura, desigualdade econômica e social, preconceitos culturais e geográficos. Tais fatores contribuem para o agravamento da vulnerabilidade desses grupos e perpetuam a desigualdade social.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca que a educação é uma das formas mais eficazes de superar essas desigualdades, capacitando os indivíduos a exercer sua cidadania plena e a contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Além disso, a educação promove a valorização da diversidade cultural e a inclusão social, fatores cruciais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Em termos de desenvolvimento social, a educação funciona como um meio para a melhoria das condições coletivas. Amartya Sem (2000) argumenta que o desenvolvimento humano é um processo de expansão das liberdades das pessoas e que a educação é uma dessas liberdades essenciais que permitem aos indivíduos alcançarem um estado de bem-estar.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pelas Nações Unidas, reconhece que a educação de qualidade é fundamental para a erradicação da pobreza e para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas. Portanto, garantir o acesso à educação para as populações não só melhora as perspectivas individuais destas, como também fortalece a coesão social e estimula o desenvolvimento econômico.

Assim, a educação, como pilar do desenvolvimento humano e social, deve ser promovida como uma prioridade nas políticas públicas voltadas para as sociedades. A garantia de acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa é fundamental para esses indivíduos poderem exercer plenamente seus direitos, quebrando ciclos de pobreza e exclusão.

Nesse percurso, a afirmação de direitos refere-se ao reconhecimento e à garantia dos direitos de um indivíduo ou grupo. Trata-se do ato de reivindicar ou declarar a existência de um direito em diversos contextos como o jurídico, o político e o social. Esse processo busca reconhecer a importância e o valor intrínseco da dignidade humana (Siqueira; Pomin, 2023).

Dessa forma, a afirmação dos direitos constitui um processo contínuo, que visa à construção de sociedades em que os direitos de todos sejam assegurados e respeitados. Conforme Arendt (2013), antes de todos os direitos fundamentais, existe um direito primordial a ser garantido pela própria humanidade: o direito de ter direitos.

As cooperativas têm impacto significativo no direito à educação, indo além das funções tradicionais de fornecimento de bens e serviços. Ao implementarem ações nesse sentido, as cooperativas não apenas promovem o acesso à educação, mas também fortalecem a coesão social e econômica dentro de suas comunidades. Além disso, atuam em estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Ao investirem em programas educacionais, promoverem o acesso à formação e apoiarem iniciativas que visam à inclusão e à igualdade, as

cooperativas desempenham papel essencial. O compromisso dessas organizações com a educação reflete não apenas uma prática de boa governança, mas também um profundo reconhecimento da educação como um direito de personalidade e um pilar para o desenvolvimento humano e social.

Investir em educação beneficia não apenas os membros das cooperativas, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e participativo das comunidades, capacitando os indivíduos a contribuir, de maneira mais eficaz, para suas cooperativas e para a sociedade como um todo, promovendo, assim, um ciclo positivo de crescimento e progresso.

No contexto atual, as cooperativas atuam na promoção da educação de maneira coletiva e participativa. Ao incorporarem os princípios cooperativistas em suas práticas educacionais, elas não apenas oferecem oportunidades de aprendizado, mas também fortalecem a democratização do conhecimento. Essa abordagem colaborativa permite que a educação atinja um público mais amplo, contribuindo para a formação de cidadãos mais informados e capacitados. Nesse sentido,

> Para desenvolver a educação cooperativista é essencial que sejam levados em consideração aspectos relacionados ao contexto social, o que aumentaria a possibilidade de transformação e desenvolvimento da localidade (Albuquerque, 2003).

Além disso, ao priorizarem a educação, as cooperativas proporcionam o desenvolvimento da personalidade. A educação oferecida por essas organizações auxilia os indivíduos a explorar e expressar suas habilidades, talentos e valores, promovendo um crescimento pessoal e profissional contínuo. Esse desenvolvimento é essencial, pois possibilita que cada pessoa alcance seu pleno potencial e contribua para o bem comum.

A Lei das Cooperativas (Lei n.º 5.764/1971) estabelece o FATES como um mecanismo essencial para apoiar a educação de seus membros e de suas famílias. Em conformidade com essa legislação, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) elaborou o "Manual de Orientação" (2022) para padronizar a interpretação e a aplicação do FATES. O manual oferece diretrizes sobre a aplicação dos recursos com o objetivo de promover a educação e a formação, sendo dividido em cinco capítulos que abrangem desde os princípios e valores da *International Cooperative Alliance* (ICA) até recomendações de governança cooperativa e exemplos práticos.

O Manual da OCB sublinha o compromisso do cooperativismo com a educação, considerando-a um elemento transformador de vidas. Além disso, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), criado pela Medida Provisória n.º 1.715, de 3 de setembro de

1998, e regulamentado pelo Decreto n.º 3.017/1999, constitui uma ferramenta adicional na promoção do direito à educação. O SESCOOP oferece capacitação e desenvolvimento profissional para colaboradores e dirigentes de cooperativas, contribuindo para o fortalecimento das competências e o avanço educacional dentro do setor.

No Brasil, o FATES é uma reserva obrigatória para todas as cooperativas, independentemente do ramo de atuação, com o objetivo de gerar benefícios para os cooperados. A aplicação desses recursos promove o desenvolvimento social e a educação cooperativa, oferecendo retorno tanto aos cooperados quanto aos demais envolvidos. Ademais, atua por meio de assistências técnica, educacional ou social, destacando-se como um diferencial das cooperativas na geração de resultados sociais.

Diante disso, entre as principais iniciativas financiadas pelo FATES, estão os cursos de extensão voltados para a história, o desenvolvimento e os princípios do cooperativismo bem como sobre a estrutura, organização e legislação específica de cada ramo cooperativista (Fates, 2022, p. 42).

Além disso, o fundo também apoia cursos de extensão em áreas técnicas, como matemática financeira, administração financeira, gestão de pessoas, gestão de projetos e contabilidade, bem como o financiamento de cursos técnico-profissionalizantes que atendam às necessidades específicas de cada ramo cooperativista, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e essenciais para os cooperados.

O desenvolvimento local é entendido como um processo coletivo que impulsiona tanto a transformação econômica quanto a social de uma comunidade, resultando em melhorias na qualidade de vida. Nesse contexto, o cooperativismo se destaca como um instrumento eficaz para promover esse desenvolvimento, favorecendo o progresso coletivo e sustentável da comunidade. Pivotto e Rossa (2013) analisaram as influências de uma cooperativa de crédito, Sicredi, em relação ao desenvolvimento econômico e social no município de Tucunduva/RS, e compreenderam que

> (...) a cooperativa contribui para o fortalecimento e desenvolvimento do agronegócio, fomentando a produção de alimentos para o município e induzindo as pessoas ao desenvolvimento, possibilitando melhoria na qualidade de vida, acesso à educação e saúde, entre outros, à população local (Pivotto; Rossa, 2013)

A Sicoob Credichapada se destaca por promover o desenvolvimento local por meio de impactos econômicos e sociais em sua área de atuação. Esse reconhecimento veio com o Prêmio Concred Verde, concedido pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebrás), que destacou as práticas da cooperativa em favor da comunidade. Dessa forma, Souza, Bressan e Carrieri (2020), asseveram que

> Os impactos promovidos pela Sicoob Credichapada (...) alguns impactos gerais se destacam por serem desenvolvidos com a utilização de recursos do Fates: capacitação de membros e colaboradores; apoio à agricultura local e auxílio a instituições filantrópicas. Já os impactos do Programa de Educação, também com utilização de recursos do Fates, são divididos em: impactos na comunidade em geral, formação e capacitação de professores; impactos nos alunos e impactos nos familiares de alunos e comunidade (...) (Souza; Bressan; Carrieri, 2020).

A aplicação dos recursos do FATES demonstra resultados positivos que refletem a essência do cooperativismo, especialmente no compromisso com a educação cooperativista. “Londero, Ferraz e Santos (2020) ressaltam a importância de avaliação das destinações do Fates e das preocupações quanto à utilização dos recursos para atender de fato à assistência social, educacional e técnica, promovendo a educação cooperativista” (Souza; Bressan; Carrieri, 2020, p. 10).

Ademais, a gestão da Sicoob Credichapada demonstra preocupação maior com os aspectos sociais e a comunidade, destinando 15% das sobras para o FATES, bem acima do mínimo legal de 5%, estabelecido pela Lei nº 5.764 de 1971. Desde julho de 2019, a cooperativa implantou um regulamento interno, o "Regulamento de Uso do FATES pela Sicoob Credichapada", que detalha as despesas permitidas e os projetos que podem receber recursos do fundo, divididos entre as três modalidades de assistência: Técnica, Educacional e Social.

Para tanto, no que refere à assistência educacional, Souza, Bressan e Carrieri (2020) enfatizam que a

> Assistência Educacional tem foco na formação intelectual e cultural dos cooperados, seus familiares e colaboradores, levando em consideração necessidades pessoais, profissionais e sociais desses grupos. Assim, os gastos com a Assistência Educacional são voltados para a educação cooperativista e educação financeira, seja por meio de cursos, treinamentos, aulas, seminários e palestras, além de capacitação profissional e aquisição de materiais técnico-didáticos para a oferta dessas ações (Sicoob Credichapada, 2019).

Dessa forma, observa-se que o uso do FATES na Sicoob Credichapada tem como principal foco a educação cooperativista, abrangendo os cooperados, familiares destes e colaboradores. Além disso, também desempenha papel social significativo nas comunidades onde está inserida.

Ainda, as práticas adotadas por essas organizações reforçam a importância da educação como um direito fundamental do sujeito bem como ajuda a construir uma sociedade mais consciente de seu papel no desenvolvimento humano e social. Para que, no futuro, as pessoas tenham

acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas origens social, econômica ou geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação transcende a mera aquisição de conhecimentos técnicos, sendo essencial para o desenvolvimento integral da personalidade e para a plena realização da dignidade humana. Proteger e promover esse direito é fundamental para garantir que todos os indivíduos possam atingir seu máximo potencial e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa forma, a educação não se restringe à simples transmissão de informações. Ela engloba o desenvolvimento intelectual, emocional, social e físico, fomentando o senso de cidadania e aprimorando as competências necessárias para o pleno engajamento na sociedade.

Nesse contexto, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) destaca a educação como um princípio essencial para o desenvolvimento humano e pessoal dos cooperados, com os objetivos de melhorar a qualidade de vida destes e promover a compreensão dos princípios e valores do cooperativismo. A promoção da educação entre cooperados e empregados é crucial para o sucesso e a sustentabilidade das cooperativas, contribuindo para a superação de lacunas educacionais e o fortalecimento das capacidades individuais.

As cooperativas, ao integrarem o princípio da educação em suas práticas, desempenham papel crucial na promoção desse direito, especialmente em sociedades marginalizadas. Elas proporcionam oportunidades de aprendizado e capacitação, fortalecendo suas operações e promovendo a transformação das comunidades onde estão inseridas. O uso de tecnologias e metodologias inovadoras, como aplicativos de gestão de cursos e treinamentos, amplifica esse impacto, possibilitando que a educação atinja um público mais amplo e diversificado.

Além disso, as cooperativas promovem a educação comunitária por meio de parcerias com escolas locais, criação de centros de aprendizado e organização de eventos educacionais. Programas de capacitação técnica, aliados ao desenvolvimento de habilidades de liderança e gestão, capacitam os indivíduos a assumir papeis de liderança e a promover o crescimento contínuo dentro e fora das cooperativas. Um exemplo prático são os cursos sobre práticas agrícolas sustentáveis em cooperativas agrícolas, que ilustram como essas iniciativas podem melhorar a produtividade e as condições de vida de seus membros.

Em síntese, as cooperativas desempenham papel central na afirmação e promoção do direito à educação. Ao adotarem e implementarem práticas educacionais, essas organizações não só

fortalecem suas operações e contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades como também ajudam a construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A integração dos princípios cooperativistas com a educação reforça a importância desse direito fundamental, promovendo um ciclo positivo de crescimento e progresso para indivíduos e comunidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. L.; JUNIOR, R. S. M. **Cooperativas de Trabalho.** Salvador/BA, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ccMsvO8FM3XhymvDeuZtNQD-u6q8J1jo/view?usp=sharing. Acesso em: 30 mar. 2024.

BORZAGA, C. y SFORZI, J. (2014) **'Social capital, cooperatives and social enterprises'**. En A. Christoforou y J.B. Davis (Eds.), Social capital and economics (pp. 193–214), London: Routledge.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 1 set. 2024.

FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. **Manual de orientação.** Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 2022.

IKEDA, W. L.; TEIXEIRA, R. V. G. Direitos da personalidade: terminologias, estrutura e recepção. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 22, n. 1, 2022.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **Princípios da Cooperativa.** International Cooperative Alliance, 2023. Disponível em: [URL]. Acesso em: 20 mar. 2024.

ISHIKAWA, Lauro. **O direito ao desenvolvimento como concretizador do princípio da dignidade da pessoa humana**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2008. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1gxV662S3GZDENpjPkLPbFoUcuH58qbTw/view?usp=sharing. Acesso em: 29 mar. 2024.

JUNIOR, C. P. S. M. **O direito à educação como direito social na realidade brasileira.** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2000.

MAZEAUD Henri Leon; MAZEAUD, Jean. **Lecciones de Derecho Civil**. 1959, p. 265.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.** *Portal OCB*, 2022.

OLIVEIRA, Sérgio Macedo. **Cooperativas de trabalho de professores do Ensino Superior privado, na cidade de São Paulo: uma forma de precarização do trabalho docente (1994-2005).** São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho. Biblioteca Prof. José Storópoli.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICOOB CREDICHAPADA. **Regulamento de Uso do FATES pelo Sicoob Credichapada.** Chapada Gaúcha: Sicoob Credichapada, 2019.

SIQUEIRA, D. P.; POMIN, A. V. C. O sistema cooperativo como afirmação do direito da personalidade à educação**. Boletim de Conjuntura (BOCA*)***, Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 627–645, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8209661. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1739. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUSA, Eliane Ferreira de. **Os Desafios da Constituição de 88 e do Federalismo Cooperativo: para além do direito à educação: o direito ao desenvolvimento.** Brasília: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Constituição e Sociedade) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Biblioteca do IDP.

SOUZA, G. H. D., BRESSAN, V. G. F., & CARRIERI, A. de P. (2022). A Utilização do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social na promoção do Desenvolvimento Local. **Desenvolvimento Em Questão.** 20(58), e12333. https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12333.

SOUZA, G. H. D.; BRESSAN, V. G. F.; CARRIERI, A. P. **Cooperativas de Crédito como Negócios de Impacto: o caso da Sicoob Credichapada**. In: Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural (SOBER), 58., 2020. Foz do Iguaçu, PR. Anais [...] Foz do Iguaçu: Sober, 2020.

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: IMPACTOS NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E NA DIGNIDADE HUMANA

GT 10: DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Michele Capellari [1], João Marcos Mariani Junior[2] Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão[3].

[1] Mestranda no Programa de Mestrado e Doutorado em ciências jurídicas da Universidade Cesumar- UNICESUMAR, Bolsista CAPES/UniCesumar, e-mail: michelecapellari197@gemail.com.
[2] Mestrando em Ciências Jurídicas pelo Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM; Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cesumar – UNICESUMAR; Bacharel em Direito pela Faculdade Maringá; Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.
[3] Pós-doutora em hermenêutica jurídica pela Unisinos-RS, Universidade Vale dos Sinos (2004). Pós doutora em Direitos humanos e democracia pela Ius gentium Conimbrigae/Centro de direitos humanos (IGC) da Universidade de Coimbra -Portugal(2024); Doutora em Direito das relações sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito civil(2001) e graduada em direito (1977) pela Universidade Estadual de Maringá- Professora titular do Programa de Mestrado e doutorado em direito; e da graduação em direito na Universidade cesumar- UNICESUMAR. Advogada. Email: cleidefermentao@gmail.com.br

RESUMO

Este resumo expandido aborda a intolerância religiosa, definida como uma forma de preconceito e violência que ocorre quando indivíduos ou grupos são tratados de maneira injusta ou hostil devido à sua religião. Esse problema global afeta negativamente as sociedades, interferindo nos direitos fundamentais e prejudicando a harmonia social. A intolerância religiosa provoca sérios danos às vítimas, como medo, ansiedade e exclusão social, especialmente entre grupos religiosos, desrespeitando direitos essenciais à dignidade humana. O presente estudo utilizará o método hipotético-dedutivo, com coletas de dados em fontes acadêmicas, bibliotecas e revistas científicas. A pesquisa demonstrará que a escolha de uma religião é um direito íntimo e pessoal, um direito personalíssimo, que não deve ser imposto e nem ofendido por terceiros, destacando-se a inaceitabilidade de qualquer forma de intolerância dogmática. O combate à intolerância religiosa requer um esforço coletivo, promovendo a educação para o respeito às diversas crenças, com sabedoria recíproca. Governos, instituições sociais, religiosas e a sociedade em geral devem agir juntos para garantir a aplicabilidade e a eficácia dos direitos fundamentais estabelecidos no art.5º da Constituição Federal de 1988. O direito à crença é um direito fundamental. A construção de uma sociedade inclusiva e tolerante é essencial para assegurar a dignidade humana e fortalecer a união entre as pessoas, baseada no respeito e na harmonia social.

Palavras-chave: Dignidade da Pessoa Humana; Direito de Personalidade; Direitos fundamentais; Liberdade de Crença; Intolerância Religiosa.

1 INTRODUÇÃO

Este resumo expandido discute a importância da proteção da liberdade religiosa, e o direito de crença, como um direito fundamental protegido no art. 5º da Constituição Federal de 1988, e à dignidade



humana. A pesquisa ressalta que a fé é um valor interior e a escolha religiosa deve ser livre, sem imposições. A intolerância religiosa, ainda presente, causa danos psíquicos e sociais, violando direitos fundamentais e gerando violência e discriminação.

O estudo, utilizará o método dedutivo, e examinará os efeitos nocivos da intolerância religiosa, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Destaca-se que a liberdade religiosa é essencial para a autodeterminação e que a intolerância ameaça a harmonia social, resultando em divisão e ódio.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os direitos da personalidade, que incluem a integridade física e a liberdade, assim como o direito à crença, são direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, protegidos pela dignidade humana, e, moldam a relação entre o indivíduo e a sociedade. Esses direitos, garantidos pelos sistemas jurídicos, têm impacto moral e religioso nos valores interiores da pessoa humana. A liberdade religiosa, como um direito essencial, assegura que cada pessoa possa exercer sua fé livremente, protegida pelo Estado. A relação entre esses direitos e a dignidade humana, conforme ensinam os pensadores John Locke e Tomás de Aquino, é fundamental para a construção de uma sociedade justa.

Os direitos da personalidade, como a integridade física e a liberdade, são fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo e influenciam a sociedade em suas dimensões moral e religiosa. Esses direitos são considerados absolutos, o que significa que “a pessoa que ferir outrem irá responder independentemente de ter agido com culpa ou não” (Pontes de Miranda, 2000, p. 28). Mesmo quando não exercidos, eles “não deixam de existir”, contribuindo para a evolução dos sistemas jurídicos, ampliando a proteção moral e religiosa.

Entender a diferença entre pessoa e personalidade é essencial para compreender a construção da identidade individual. A personalidade, mais concreta e específica, pode ser dividida em “personalidade psíquica e a personalidade ôntica”, relacionadas ao modo de agir e às relações que o indivíduo estabelece (Gonçalves, 2008, p. 38). O ser humano “age de forma singular e única, livre e responsável”, construindo sua própria realidade por meio dessas qualidades e interações.

A dignidade humana está diretamente ligada aos direitos da personalidade, que abrangem várias dimensões, como a física, psíquica e espiritual. Esses direitos são fundamentais para assegurar “uma vida plena, saudável e digna”, sem distinção entre as pessoas (Fermentão, 2021, p.

659). Eles garantem a todos o direito de viver com igualdade, respeitando suas particularidades e integridade.

A liberdade religiosa, além de assegurar o direito à crença, também exige que o Estado proteja as pessoas para que possam “cumprir os deveres que dela surgem” (Morais, 2012, p. 267). Essa proteção vai além de não impor uma religião, abrangendo o apoio necessário para a prática plena da fé.

Para John Locke, a religião “não é igual herança, que se herda dos pais e obrigatoriamente deve permanecer”, mas sim “o livre convencimento de seguir ou não uma doutrina” (Locke, 2010, p. 42). A liberdade religiosa, portanto, vem do íntimo de cada pessoa, permitindo que cada um escolha sua crença voluntariamente, sem imposições externas.

A dignidade humana, segundo Tomás de Aquino, está fundamentada na “imagem e semelhança de Deus” e na “capacidade de autodeterminação inerente à natureza humana” (Cantali, 2009, p. 61). Essa relação entre dignidade e liberdade religiosa é essencial para construir uma sociedade justa e harmônica, onde os direitos fundamentais da personalidade sejam plenamente respeitados.

A proteção dos direitos da personalidade, incluindo a liberdade religiosa, é vital para garantir a dignidade humana e a autodeterminação. Autores como Pontes de Miranda e Locke destacam que esses direitos promovem tanto a integridade quanto a liberdade de escolha, essenciais para uma convivência social justa. A relação entre a dignidade e a liberdade de crença, conforme Tomás de Aquino, reforça a importância de preservar esses direitos para uma sociedade mais equitativa e respeitosa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reafirmam a importância da proteção dos direitos da personalidade, especialmente no que se refere à liberdade religiosa e o direito fundamental à crença, diretamente ligado à dignidade humana. A pesquisa demonstra que a escolha religiosa é um direito íntimo, essencial para a autodeterminação de cada indivíduo, e que qualquer forma de intolerância ou imposição é inaceitável. O respeito a esses direitos, como apontado por autores como Locke e Pontes de Miranda, é fundamental para garantir uma convivência social harmônica e justa.

Por fim, a intolerância religiosa, que ainda persiste em diversas sociedades, continua sendo uma ameaça à paz e à união social. O combate a essa intolerância exige um esforço coletivo, envolvendo governos, instituições e a sociedade em geral, para promover o respeito às diversas crenças e proteger os direitos de todos os indivíduos. A construção de uma sociedade inclusiva e tolerante, conforme os princípios discutidos por

Tomás de Aquino, é indispensável para assegurar a dignidade humana e garantir a liberdade de crença e de expressão religiosa.

REFERÊNCIAS

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da Personalidade, Disponibilidade Relativa, autonomia Privada e Dignidade Humana.** Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2009.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues. **A Ausência Do Direito À Educação E De Políticas Públicas Na Tutela De Uma Vida Digna Dos Grupos Em Situação De Rua. Direitos Sociais e Políticas Públicas:** Bebedouro, SP. abr. 2021. Disponível em: https://portal.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/852.

GONÇALVES, Diogo Costa. **Pessoa e Direitos de Personalidade Fundamentação Ontolígica da Tutela**. Almedina: 2008.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. Trad. e org. de Ari Ricardo Tank Brito. São Paulo: Hedra, 2010.

MORAIS, Márcio Eduardo Pedrosa. **Religião e Direitos Fundamentais: o Princípio da Liberdade Religiosa no Estado Constitucional Democrático Brasileiro**. Brasileira de Direito Constitucional – RBDC. São Paulo, SP. jan. 2012.

PONTES DE MIRANDA, **Tratado de Direito Privao**. Bookseller: 2000.



PLANO RUAS VISÍVEIS: A CRIAÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL BASEADO NO MODELO *HOUSING FIRST* COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PERSONALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

GT10: DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Anna Carolyne Batistella Bianchini[1], Lorenzo Pazini Scipioni[2], Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro[3]

[1] Mestranda em Direito junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da UniCesumar de Maringá/PR. Bolsista PROSUP/CAPES. Pesquisadora com enfoque em Políticas Públicas e Instrumentos Sociais de efetivação dos Direitos da Personalidade. Advogada. E-mail: annabianchini.adv@gmail.com;
[2] Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da Unicesumar(polo Maringá-PR). Bolsista PROSUP/CAPES. Pesquisador com enfoque nos Direitos da Personalidade, entusiasta de temas relacionados a refúgio e advogado. E-mail: lorenops04@gmail.com;
[3] Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar (UniCesumar). Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com período de pesquisa (doutorado sanduíche) na Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, França. E-mail: daniela.ribeiro@unicesumar.edu.br.

RESUMO

A população em situação de rua é um grupo social em extrema vulnerabilidade, caracterizado pela falta de acesso a condições mínimas de dignidade, como moradia, saúde e segurança. Essas pessoas vivem nas ruas, em abrigos ou em locais provisórios, enfrentando diariamente desafios como a falta de alimentação adequada, exposição a condições climáticas adversas e riscos à integridade física. No Brasil, foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009, a fim de resguardar esta parcela da população. Contudo, a aderência a Política por parte dos Estados foi baixa. Sendo assim, foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976, que resultou no Plano Ruas Visíveis. Este plano tem como escopo ações práticas, como o mapeamento e a implementação de políticas públicas destinadas a essa população, visando proporcionar melhores condições de vida e a garantia de seus direitos básicos. Sendo assim, indaga-se: em que medida o "Plano Ruas Visíveis" têm contribuído para melhorar a situação da população em situação de rua no Brasil? O presente estudo tem como objetivo analisar o Projeto Moradia Cidadã, instituído pelo Plano Ruas Visíveis e baseado no modelo *Housing First,* que busca oferecer moradia adequada à população em situação de rua. Para tanto, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que o projeto é apresentado como uma estratégia concreta para a proteção dos direitos humanos e da personalidade, essenciais para o desenvolvimento e a proteção de cada indivíduo.

Palavras-chave: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Moradia Adequada; Políticas Públicas.

.

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua no Brasil enfrenta uma realidade de extrema vulnerabilidade, marcada pela ausência de condições dignas de moradia, saúde e segurança. Essa situação alarmante motivou a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009.

No entanto, a implementação efetiva dessa política tem sido limitada, levando à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976 apresentada ao Supremo Tribunal Federal. Essa ação visou garantir direitos básicos, especialmente em tempos de pandemia. Como resultado, surgiu o "Plano Ruas Visíveis", que inclui o Projeto Moradia Cidadã, regulamentado pela Portaria nº 453.

O objetivo deste estudo é analisar em que medida o Plano Ruas Visíveis têm contribuído para melhorar a situação de rua no Brasil. Para tanto, utilizou-se uma abordagem dedutiva, com pesquisa bibliográfica e documental para examinar a importância do direito à moradia, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantido pela Constituição Federal do Brasil.

O Projeto Moradia Cidadã, instituído pelo Plano Ruas Visíveis, representa um avanço importante nas políticas habitacionais brasileiras, adotando uma abordagem prática e inclusiva. A implementação contínua e rigorosa deste projeto, aliada à colaboração entre os setores público e privado, é crucial para a proteção dos direitos da população em situação de rua e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

O reconhecimento da necessidade universal de uma moradia adequada para todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou contexto histórico, como um requisito essencial para a dignidade humana, foi oficialmente reconhecido pelas Nações Ocidentais na Declaração Universal dos Direitos Humanos, após a Segunda Guerra Mundial, no artigo XXV, parágrafo 1º (ONU, 1948).

No Brasil, o direito à moradia é garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988), que trata dos direitos sociais. Ademais, criou-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2019, a fim de se conferir dignidade e proteção dos direitos desta população. Contudo, a aderência a Política por parte dos estados e munícipios foi baixa.

Desta maneira, em setembro de 2022, a Rede Sustentabilidade, o PSOL e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST) apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976. A ação visava garantir os direitos da população em situação de rua, especialmente quanto ao acesso à moradia e proteção social durante a pandemia de COVID-19, argumentando que essa população enfrenta condições de vida desumanas devido à omissão estrutural dos poderes Executivo e Legislativo em todos os níveis (Rede, PSOL e MTST, 2022).

Em 25 de julho de 2023, o ministro Alexandre de Moraes concedeu uma liminar com o prazo de 120 dias para o governo federal, em conjunto com o CIAMP-Rua, CNDH, DPU e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua elaborarem um plano de ação que fortalecesse políticas públicas em moradia. Estados e municípios tiveram o mesmo prazo para realizar um diagnóstico detalhado da situação (Rede, PSOL e MTST, 2022).

A ADPF 976 foi crucial para impulsionar o Plano Ruas Visíveis, que instituiu o Projeto Moradia Cidadã, inspirado no modelo *Housing First*, com parcerias entre o setor público e sociedade civil para promover moradia adequada. Coordenado pelo MDHC, o projeto começou em abril de 2024 com projetos piloto em três cidades e ações iniciais no Rio de Janeiro.

A partir do final de abril de 2024, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado a formalizar o compromisso com a execução do programa Ruas Visíveis. Nesta fase inicial, estão previstas ações como a criação de pontos de apoio para atender pessoas em situação de rua, a implementação de centros voltados para o acesso a direitos e inclusão social, a instalação de cozinhas comunitárias, a capacitação de guardas municipais, a realização de mutirões para a emissão de documentos civis, além do lançamento do projeto-piloto Moradia Cidadã, que prevê a construção inicial de 50 unidades habitacionais (MDHC, 2024).

A implementação do Projeto Moradia Cidadã no Brasil, ainda que inicialmente regulamentada apenas por meio de portaria, representa um avanço nas políticas habitacionais do país. Optar por essa forma de regulamentação se mostra uma estratégia prática, pois permite uma adaptação mais rápida e flexível às necessidades e particularidades locais. A abordagem inclusiva e orientada para a prática traz perspectivas positivas para a melhoria das condições de moradia, com potencial para gerar impactos significativos na vida destes indivíduos em todo o território nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para garantir a efetividade da Política Nacional, foi proposta a ADPF nº 976 no Supremo Tribunal Federal, resultando na criação do "Plano Ruas Visíveis" e na implementação do Projeto Moradia Cidadã, regulamentado pela Portaria nº 453. Este projeto adota uma abordagem prática e inclusiva, permitindo ajustes rápidos às necessidades locais e promovendo uma solução mais eficaz para os problemas habitacionais.

Baseado no modelo americano *Housing First*, que já demonstrou sucesso em vários países, o projeto Moradia Cidadã prioriza a oferta imediata de moradia adequada, em contraste com abordagens condicionantes. A implementação do projeto, iniciado neste ano, representa um avanço significativo na política habitacional brasileira, com ações iniciais na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se promover a dignidade humana e a proteção dos direitos humanos e da personalidade.

Para garantir o sucesso do projeto, é fundamental que sua execução seja rigorosamente monitorada, respeitando princípios como acesso imediato à moradia e suporte individualizado, além de contar com a colaboração entre os setores público e privado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.

MDHC, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Governo Federal institui projeto de acesso imediato à moradia para pessoas em situação de rua.** Ministério do Desenvolvimento e Habitação, 10 de junho de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/governo-federal-institui-projeto-de-acesso-imediato-a-moradia-para-pessoas-em-situacao-de-rua. Acesso em: 19 ago. 2024.

ONU, Organização Das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

REDE, Sustentabilidade; PSOL, Partido socialismo e liberdade; MST, Movimento dos trabalhadores sem teto. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976: situação da população em situação de rua.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2022. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.



REFLEXÕES ACERCA DA "ONDA" DE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, SOB O PRISMA FREIRIANO E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

GT10: DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rodrigo dos Santos Andrade[1], *Gustavo Noronha de Ávila* [2].

[1] Autor, Doutorando em Direito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar – Unicesumar (2024), bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (PROSUP/CAPES), integrando a linha de pesquisa "Instrumentos para Efetivação dos Direitos da Personalidade". E-mail: rodrigoandradedireito@gmail.com.
[2] Orientador, Pós-doutorado (2018), Doutor (2012) e Mestre (2006) pela PUC/RS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Cesumar – Unicesumar, na linha Instrumentos e efetivação dos direitos da personalidade. E-mail gustavonoronhadeavila@gmail.com.

RESUMO

O elevado aumento de Policiais militares trabalhando nas escolas públicas pelo Brasil e principalmente no estado do Paraná, desde a eleição do ex-presidente Bolsonaro, é tema de recorrente preocupação da população brasileira e principalmente dos profissionais da educação pública, sobretudo em se tratando de um país como o Brasil, onde o cidadão almeja uma polícia mais cidadã, humana, honesta, que respeite os direitos humanos e cumpra com seu papel constitucional, efetivamente, o seu poder de polícia, dentro de seu limite de atuação. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir acerca da "onda" de militarização das escolas públicas do estado do paraná , sob o prisma freiriano e dos direitos da personalidade, ponderando possíveis impactos no ensino, aprendizagem e formação de professores paranaenses. O método utilizado no presente é dedutivo.

Palavras-chave: Colégios Cívicos Militar; Direitos da Personalidade; Dignidade da pessoal humana*;* Policial Militar.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, a cada dia, tem se tornado mais complexo, em virtude da própria evolução da sociedade. Com isso, surgem novos direitos e deveres, tanto àquele que explora a força de trabalho de outrem, como ao que tem sua força de trabalho explorada. Diante disso, os direitos da personalidade buscam proteger o trabalhador na sua dignidade, uma vez considerado trabalhador todo aquele que tem sua força de trabalho explorada, incluindo o professor.

Nessas condições, este artigo propõe-se a analisar, de forma concisa e breve, o embate ético acerca da "onda" de militarização das escolas públicas do estado do Paraná , sob o prisma freiriano e dos direitos da personalidade bem como, demonstrar os motivos que levam ao ponto de questionarem os critérios, as consequências e os riscos jurídicos , modalidade encontra respaldo, atualmente, no ordenamento jurídico pátrio. Para isso, será efetuada uma pesquisa de caráter descritivo, apresentando dados qualitativos na forma de base metodológica, utilizando-se o método dedutivo.

Assim, no segundo tópico, serão abordadas, de modo breve e sucinto, algumas considerações sobre a dignidade da pessoa humana, os direitos da personalidade e a "onda" de militarização das escolas públicas do estado do Paraná. Fundamentos que alicerçaram a construção do entendimento e dos princípios que podem estar sendo violados no trabalho do docente dos alunos.

Por derradeiro, no último tópico, serão apresentadas as conclusões deste artigo e o fechamento das ponderações suscitadas ao longo desse artigo.

2 DISCUSSÕES E RESULTADOS

É crucial, a este estudo, expor comentários sobre os direitos da personalidade, uma vez que eles estão intimamente conectados à dignidade da pessoa humana. Luís Roberto Barroso sustenta que a doutrina descreve os direitos da personalidade, hodiernamente, como direitos "emanados da própria dignidade humana" que vieram a ganhar principal expressão após a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante a divergência doutrinária existente acerca do conceito de direitos da personalidade, é de grande valia mencionar a concepção de Wanderlei de Paula Barreto, que compreende os direitos da personalidade como o mínimo necessário para a garantia da dignidade da pessoa e de seu desenvolvimento:

> Cada uma das expressões determinadas do poder que tem a pessoa sobre o todo ou sobre as partes da sua integridade física, psíquica, intelectual, e em vida e, em alguns casos, após a morte, e que constituem um mínimo necessário e apto a garantir a dignidade da pessoa e amplo Desenvolvimento da personalidade (Barreto, 2005, p.107)

Dias(2009), assevera que o valor da pessoa humana é um princípio basilar da resolução constitucional, com a maior sedimentação do Estado Democrático de Direito, que guia a todos os princípios e direitos em nosso ordenamento pátrio, e filosoficamente falando, a dignidade se refere ao princípio moral do qual o ser humano deve ser considerado como um fim e jamais como um meio.

Salienta-se que o princípio da dignidade da pessoa humana, protege não apenas os direitos fundamentais e sociais a todos as pessoas, mas tutela a personalidade, a vida privada e todos os demais aspectos que incidem no alicerce da existência da pessoa humana.

Em ato contínuo, o alicerce que dá consistência ao direito de família, que, por sua vez, é o alicerce da sociedade, é justamente a dignidade da pessoa humana. Assim sendo, este princípio apenas é afiançado se forem conservadas as propriedades efetivas das afinidades familiares, ou seja, o amor, a união, a dependência recíproca, a confiança, a consideração, o

plano de vida comum, consentindo, dessa forma, o crescimento pessoal e social de cada membro do instituto familiar (Dias,2009).

Foucault (2006 p. 128), por seu turno, ao refletir sobre a dignidade da pessoa humana, explica que:

> A dignidade humana incide não apenas na garantia negativa de que a pessoa não será alvo de insultos ou aviltamentos, mas também adiciona a asseveração positiva do pleno alargamento da personalidade de cada indivíduo. O pleno desenvolvimento da personalidade pressupõe [...], de um lado, o reconhecimento da total autodisponibilidade, sem interferências ou impedimentos externos, das possíveis atuações próprias de cada homem; de outro, a autodeterminação que surge da livre projeção histórica da razão humana [...]

A escola desempenha um papel fundamental, pois representa um ponto insubstituível na construção da nossa sociedade, sendo espaço de conhecimento e de troca de conhecimentos e princípios, construídos em quadros de tolerância e diversidade. Atualmente, a militarização das escolas públicas, vem sendo um assunto de grande foco e atenção na mídia e nas instituições de ensino, não obstante, as escolas com doutrinamento militar ou gerenciadas por militares não são uma novidade há bastante tempo em diversos países, como Índia, EUA e até mesmo o Brasil (Benevides; Soares, 2020).

Foi na era do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, militar da reserva, que a ideia da transferência da gestão de escolas públicas para as Forças Armadas e para a Polícia Militar ganhou força como uma política de governo a ser seguida e adotada pelas escolas públicas brasileiras.

O Governo Federal fomentou a criação, no Ministério da Educação (MEC), de uma subsecretaria para acelerar a implantação nas redes estaduais, de escolas militares ou militarizadas, ou, conforme foi chamado

pelo Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, no art. 11, inciso XVI, “Escolas Cívico-militares”, que passaram a ser consideradas pelo MEC como um paradigma de escolas de alto desempenho, em razão de seguirem os padrões de ensino e modelos pedagógicos utilizados nos colégios militares do Exército e nas Polícias Militares que, segundo o Governo bolsonarista, eram capazes de obter: redução da violência, indisciplina, evasão e repetência escolar (Brasil, 2019).

Salientando que, diferentemente do que ocorreu e ocorre nas escolas do programa cívico militar nacional e do estado do Paraná, é de *praxe* nos colégios militares (normalmente do Exército ou Colégios das Polícias Militares dos estados) os processos de seleção (vestibular) de alunos para o acesso às escolas militares. Por meio desses processos seletivos, acabam entrando nas escolas militares, os alunos com as notas mais altas ou que tenham parentesco com algum militar, por sua vez. Desta feita, com essa estratégia, os colégios militares estão conseguindo um “alto nível” de desempenho no “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (IDEB) se comparados com as demais escolas públicas, gerando uma falsa ideia da qual as escolas militares são a solução para educação brasileira, justamente por possuírem uma nota alta no IDEB, (APP-Sindicato 2023).

Outro fator que beneficia o processo de proliferação de militarização escolar, no tocante a sua falsa propaganda de alto desempenho, são os recursos financeiros e a implementação do ensino integral nas escolas militares. Se isso fosse ofertado às demais escolas públicas, elas também aumentariam a sua nota no IDEB. Um exemplo disso são as escolas técnicas do Governo Federal e diversos outros programas e projetos que contribuem para um melhor desempenho dos estudantes, reduzem a violência, a indisciplina, a evasão e a repetência escolar, com baixo custo, como o Programa Educacional de resistência às Drogas e à violência

(PROERD), que existem em mais de 50 países, e no Brasil, há mais 30 anos, contando com policiais militares como educadores sociais.

No Estado do Paraná, o Governador Ratinho Junior, anunciou em 2020, que 215 colégios seriam transformados em colégios Cívicos-Militares, com cerca de R$ 80 milhões de reais em investimentos, sendo o maior projeto do país nessa área até então (Paraná, 2020b). Para tanto, foi sancionada a Lei nº. 20.338, de 6 de outubro de 2020, que no seu artigo 1°; "Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná" (Paraná, 2020a), sendo posteriormente, revogada de modo parcial, por meio da reforma gerada pela Lei nº 21.327, de 20 de dezembro de 2022 (Paraná, 2022). Em 2024, serão 288 colégios Cívicos-Militares, segundo o portal RIC 24H(2023).

Doravante, a Lei nº 20.338/2020 não foi capaz de trazer consigo referências de estudos técnicos-científicos, nem tão pouco elucidar conceituações nítidas e precisas, muito pelo contrário (exemplo da palavra excelência mal empregada no art.8°caput), surgiu eivada de vícios, que a colocam em conflitos com demais dispositivos normativos (Paraná, 2020a), como a Constituição Federal da República de 1988 (CF/88, Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e também com a própria Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Brasil, 1996).

A precariedade do meio ambiente escolar pode produzir consequências na saúde psíquica e/ou física dos participantes desse cenário. O Estado do Paraná tem colocado policiais militares aposentados novamente na ativa, recebendo por meio de diárias, para atuarem nos colégios cívico-militar, podendo causar mais hostilidade ao cenário pela falta de preparo desses profissionais e contribuir para um ambiente escolar opressor pelo fato de o sistema normativo que disciplina o meio ambiente de trabalho dos policiais militares ser extremamente arcaico e hostil.

Um ambiente escolar opressor, pode gerar ainda mais desigualdade e diversas síndromes entre os docente e alunos. Portanto, é dever do Estado prover um ambiente escolar desprovido de opressão e totalitarismo, possibilitando não só o trabalho, mas também o convívio social, como bem destaca Paulo Freire quando afirma que: “importante na escola não é só estudar, é também criar laços de amizade e convivência” (Freire, 2002, p. 148). Sendo que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2002, p. 148). No mesmo sentido, salienta ainda Freire (1987, p. 68) que:

> Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Portanto, há um grande risco de retrocesso na educação paranaense e quiçá brasileira, bem como um grande risco à saúde mental dos professores que são obrigados, em virtude da lei, a dividir o seu meio ambiente de trabalho com Policiais militares aposentados sem capacitação adequada ou licença para atuarem em escolas públicas do Estado do Paraná, como tem ocorrido por meio de processos de seletivos simplificados.

O grande problema das escolas cívico-militar do estado do Paraná, não está necessariamente em colocar policiais nas escola, mas sim, no perfil de policiais que são colocados nesse ambiente educacional, Nesse sentido, é importante destacar que o pai do pensador Paulo Freire

era Policial Militar, e que o próprio Paulo Freire destacou que foi de certa forma ajuda por um militar, como se aferir a seguir:

> [...]um sargento veio até a cela e falou comigo, quando viu que estávamos a sós. Disse, através de uma grade de ferro na porta: "Professor, eu sei quem você é, e também sei que você não tem nenhuma experiência de estar num espaço desses. Não fique em pé ou sentado durante muito tempo. Você deve andar dentro da cela. Cada hora, mais ou menos, chame por mim ou por qualquer outra pessoa que esteja de guarda e diga que tem que ir ao banheiro, mesmo que não tenha necessidade, só para sair, e não se apresse em voltar". Esse conselho me ajudou muito a lidar com o meu medo na cela. (Freire; Shor, 1986, 43).

Não obstante, um policial autoritário pode traumatizar inúmeros alunos, portanto, a postura do profissional tem que ser muito mais polida, consequentemente, o estado do Paraná ao colocar um policial militar para trabalhar e dar instruções nas escolas, sem qualificação adequada para isso, como os professores licenciados, é temerário pois pode colocar em risco ainda a formação dos alunos, como se pode inferir das palavras de Freire e Shor a seguir:

> Assim, tudo somado, talvez tenha percebido que os professores eram uma janela e um caminho para os alunos, para que vissem suas próprias condições e vislumbrassem um destino diferente. **O rosto e a fala do professor podem confirmar a dominação, ou refletir possibilidades de realização**. Se os estudantes vêem e ouvem o desprezo, o tédio, a impaciência do professor, aprendem, uma vez mais, que são pessoas que inspiram desgosto e enfado. Se percebem o entusiasmo do professor quando este lida com seus próprios momentos de vida, podem descobrir um interesse subjetivo na aprendizagem crítica. (grifo nosso) (Freire; Shor, 1986, p.22).

Para mudar a educação e alcançar melhores resultados, não há "farda milagrosa", basta fazer o óbvio, o básico que é justamente investir em recurso humanos, melhorando o meio ambiente de trabalho do docente, com redução da sua cargo-horaria, a redução de alunos por

turma, e melhorando o currículo de ensino, como destaca Freire e Shor a seguir:

> Mas, há um cansaço, um desgaste da forma tradicional de abastecer os alunos de conhecimento. Os professores que têm alunos demais e cursos demais, que ensinam a mesma matéria por muitos anos, que ensinam em escolas e faculdades que estão caindo aos pedaços, ou que estão sujeitos a um período de provas atrás do outro, frequentemente não conseguem mais acreditar no que estão fazendo. O currículo oficial não inspira nem os professores nem os estudantes, e assim é vulnerável às alternativas. (Freire; Shor, 1986, 36).

O Freire enfatiza que sua infância pobre, mas com contatos com amizades da classe popular e média, juntamente com as experiências que o mesmo teve já no início da vida adulta com camponeses e operários, possibilitou a ele compreender a divisão de classes econômicas, bem como a necessidade de agir conciliado sabedoria com humildade, diante do que aprender com os silêncios dos trabalhadores (atitudes que falaram mais do que palavras) nas palavras do autor:

> O povo pode ensinar-nos muitas coisas, mas a maneira de ensinar do dominado é diferente da maneira de ensinar do dominador. Os trabalhadores ensinam em silêncio, por seu exemplo, por sua condição. Não atuam conosco como professores. Por isso, nós, enquanto seus professores, devemos estar completamente abertos para sermos seus alunos, para aprender pela experiência com eles, numa relação educacional que é, em si mesma, informal. (Freire; Shor, 1986, p.25).

Portanto, é *mister* que os profissionais da educação e da segurança pública em especial, tenham em mente a necessidade de tentar se adaptar a linguagem do aluno. Nesse sentido, as escolas cívico-militar, parecem estar na contramão do pensamento Freiriano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, diante do exposto é possível concluir que em meio a tantos medos sociais no meio ambiente de trabalho dos professores, do meio ambiente educacional dos discentes, com os colégios cívicos militares, por meio das nossas reflexões sobre o prisma de Paulo Freire e da dignidade da pessoa humana, é preciso suportar a crítica, ter amor ,ter o direito de lutar, como diz Paulo Freire, com muito mais precisão e doçura em forma de palavras: [...]que esse amor seja, na verdade, um “amor armado”, um amor brigão de quem se afirma no direito ou no dever de ter o direito de lutar, de denunciar, de anunciar. É essa a forma de amar indispensável ao educador progressista e que precisa de ser aprendida e vivida por nós (Freire, 1997, p. 38).

Portanto, há um grande risco de retrocesso na educação paranaense e quiçá brasileira, bem como um grande risco à saúde mental dos professores e alunos que são obrigados, em virtude da lei, a dividir o seu meio ambiente de trabalho e estudo com Policiais militares aposentados sem capacitação adequada ou licença (se comparados com os professores ou agentes técnicos da educação), para atuarem em escolas públicas do Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

APP-Sindicato. Lista de colégios com os maiores Ideb da rede estadual não tem nenhum cívico-militar. **APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná**, Curitiba, 23 nov. 2023https://appsindicato.org.br/lista-de-colegios-com-os-maiores-ideb-da-rede-estadual-nao-tem-nenhum-civico-militar/ . Acesso em: 12 set. 2024.

BARRETO, Wanderlei de Paula. **Comentários ao código civil brasileiro**. v. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BENEVIDES, Alessandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 317-343, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/DMBRZv6SgWRkZTfXrKTCKQm/?lang=pt#. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.plan alto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Lei nº. 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 13563, Brasília, DF, 16 jun. 1990. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/19 90/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 27833, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. Agência Senado. Polícias militares têm origem no século 19. **Senado Notícias**, 26 nov. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materi as/2013/11/25/policias-militares-tem-origem-no-seculo-19. Acesso em: 3 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 2, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www2.cama ra.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-1474 68-pl.html#:~:text=O%20direito%20ao%20transporte%20e,e%20barreiras%20ao%20seu%20acesso. Acesso em: 15 set 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder

Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 6, Brasília, DF, 2 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 20.338, de 06 de outubro de 2020. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 3, Brasília, DF, 7 out. 2020. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=53901&tipo=L&tplei=0. Acesso em: 1 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 3, Brasília, DF, 21 jul. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/ D11611.htm Acesso em: 17 set. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **União homo afetiva:** o preconceito e a justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FREIRE, Paulo; Shor,Ira. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. [recurso eletrônico 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo, **Professor sim, tia não**: cartas a quem me usar- ed. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

PARANÁ. Lei nº. 20.338, de 6 de outubro de 2020. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Paraná**, Edição nº 10786, p. 3, Curitiba: 7 out. 2020a. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=239004&codItemAto=1497307. Acesso em: 22 jan. 2024.

PARANÁ. Paraná terá 215 colégios cívico-militares, maior programa do Brasil. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 26 out. 2020b. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-215-colegios-civico-militares-maior-programa-do-Brasil. Acesso em: 22 set. 2024.

PARANÁ. Lei nº. 21.327, de 20 de dezembro de 2022. Institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná, altera dispositivos da Lei nº 19.130, de 25 de setembro de 2017, revoga parcialmente a Lei nº 20.338, de 6 de outubro de 2020, e dá outras providências. **Diário Oficial nº 11.323**, Curitiba, 20 dez. 2022. Disponível em: https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=278623&codItemAto=1768091#1768091. Acesso em: 22 set. 2024.

No Paraná, 65% dos colégios optaram por modelo cívico-militar em consulta pública. https://ric.com.br/rn24h/educacao/no-parana-65-dos-colegios-optaram-por-modelo-civico-militar-em-consulta-publica/ . Acesso em: 12 out. 2024.